

Espacialidades

ANPUH RN

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

Anais

Anais do XI Encontro Estadual de História

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA: desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade (2024)

Realização:

ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

Apoio:

UFRN
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Norte

UERN
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

ifuncern
FUNDAÇÃO DE APOIO AO IFRN

ESPACIALIDADES

Revista Eletrônica dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços da UFRN-Espacialidades

2025, v. 1, n. 1, ISSN 1984-817X

Anais do XI Encontro Estadual de História. ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA: desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade (2024)

Editora responsável: Prof. Dra Fabíula Sevilha (UFRN)

Editor gestor: Allyson Afonso Santos Silva (UFRN)

Vice-gestor editor: Hannah Cabral Dantas de Barros Teixeira (UFRN)

Secretário-geral: Remo Santos da Cruz (UFRN)

Secretário de comunicações e redes sociais: Antônio Carlos Cabral de Medeiros (UFRN)

Editores de texto (normatização): Alaide Matias Ribeiro (UFRN); Gilson Mateus Pinto Júnior

Gerenciador do site: Allyson Afonso Santos Silva (UFRN)

Editores: Andressa Freitas dos Santos (UFRN); Daiane Santana Santos (UFRN); Douglas André Gonçalves Cavalheiro (UFRN); Mário André Sousa de Oliveira (UFRN); Désio Rodrigo da Rocha Silva (UECE); Laís Maria da Costa Silva (UFRN); Yasmim Azevedo da Silva (UFRN); Luiza Vieira Cavalcanti (UFRN); Douglas André Gonçalves Cavalheiro (UFRN)

Imagem de capa: silhueta de uma ampulheta com a logo da ANPUH-RN. Fonte: imagem gerada via Canva.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
Reitor: José Daniel Diniz Melo
Vice-Reitor: Henio Ferreira de Miranda
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
Diretora: Cândida Maria Bezerra Dantas
Vice-Diretor: Josenildo Soares Bezerra
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Coordenadora: Fabíula Sevilha de Souza
Vice-coordenador: Francisco das C. F. Santiago Júnior

ESPACIALIDADES REVISTA ELETRÔNICA DOS DISCENTES DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Editora responsável: Prof. Dra Fabíula Sevilha (UFRN)

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes-Sala 812.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte Av. Senador Salgado Filho, 3000 -Lagoa Nova-CEP 59078-970-Natal/RN

Disponível/Disponible/Available:
Site: periodicos.ufrn.br/espacialidades | E-mail: espacialidades@gmail.com
NATAL (RN)-BRASIL/2025

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Revista Espacialidades [online]. 2025, v. 1, n. 1, ISSN 1984-817X

Dr. Arthur Luís de Oliveira Torquato (Presidência | IFRN | Professor Ensino EBTT)
Dra. Fabíula Sevilha De Souza (Vice-presidência | UFRN | Professora Universitária)
Dr. Bruno Balbino Aires da Costa (Secretaria-Geral | IFRN | Professor Ensino EBTT)
Dra. Larissa Jacheta Riberti (1º Secretário | UFRN | Professora Universitária)
Me. Júlio César Vieira de Alencar (2º Secretário | IFRN | Professor Ensino EBTT)
Dr. Mariano de Azevedo Júnior (1º Tesoureiro | Ensino Básico | Professor Rede Privada)
Dra. Ane Luise Silva Mecenas Santos (2º Tesoureiro | UFRN | Professora Universitária)
(Organização do evento)

Revista Espacialidades
(Organização da publicação)

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

NATAL/RN - 2025

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Revista Espacialidades [online]. 2025, v. 1, n. 1, ISSN 1984-817X

COMISSÃO CIENTÍFICA

Alaide Matias Ribeiro (PPGH-UFRN)
Allyson Afonso dos Santos Silva (PPGH-UFRN)
Almir Félix Batista de Oliveira (PPGTUR-UFRN)
Álvaro Luis Lins de Paiva (PPGH- UFRN)
Ana Lunara da Silva Morais (UFCG)
Bruno Balbino (IFRN)
Daniel Francisco da Silva (UFRGS)
Danilo Silva (PPGH-UFRN)
Dikson de Almeida Freire (UERN)
Fabíola Alves (UFRN)
Fabíula Sevilha (UFRN)
Francisco Leandro Duarte Pinheiro (IFRN)
Giovanni Roberto Protásio Bentes Filho (PPGH- UFRN)
Gracineide Pereira (UFRN)
Helder Alexandre Medeiros de Macedo (UFRN)
Hannah Cabral Dantas de Barros Teixeira (PPGH-UFRN)
Jammerson Yuri da Silva (PPGED-UFRN)
Janaína Porto Sobreira (Esc. Agrícola-UFRN)
José Evangelista Fagundes (UFRN)
Júlio César Vieira de Alencar (IFRN)
Karine Maria Lima Lopes (PPGH-UFRN)
Lenin Campos Soares (IHGRN | Natal das Antigas)
Leonardo Cândido Rolim (UERN)
Maiara Juliana Gonçalves (Esc. Agrícola-UFRN)
Maiara Silva Araújo (UFRN)
Mario Sélio Ferreira de Brito (UFRN)
Matheus Silva (PPGH-UFRN)

Nuno Camarinhas (UFRN)

Paula Rejane Fernandes (UFRN)

Pedro Hugo Canto Núñez (PPGH-UFRN)

Pedro Pinheiro de Araújo Júnior (PPGH-UFRN)

Ruan Silva (PPGH-UFRN)

Sarah Karolina Sucar Ferreira (PPGH-UFRN)

Susana Guerra (UFRN)

Tainá da Silva Bandeira (SME-Natal)

Tyego Franklim da Silva (SEEC-RN)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 1-3

PROPOSTAS DOS SIMPÓSIOS TEMÁTICOS DO X ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA 4-25

ST-01: OS ESPAÇOS DA ANTIGUIDADE E MEDIEVO: FONTES ANTIGAS, NOVOS OLHARES E PERSPECTIVAS FUTURAS 26

1. **OS ESTRANGEIROS NO ALÉM DE SETI I (KV17):** visões egípcias sobre o Outro e o seu espaço na *Duat* 27-44
2. **ASSÍRIA E EGITO EM CONTATO**: formas de interação como alternativa para o ensino de História Antiga 45-60
3. **DA LAREIRA À SALA DE AULA:** a formação do medievo místico através dos contos de fadas 61-75
4. **FESTIVIDADES E IDENTIDADES RELIGIOSAS**: observações a respeito das Jacíntias da Esparta Clássica 76-91
5. **A AGÊNCIA DAS ESTATUETAS DE SERÁPIS:** investigando a expressão religiosa na cultura material do Egito sob dominação greco-romana 92-104
6. **A DISPUTA EM TORNO DOS ÍCONES E IMAGENS IMPERIAIS DURANTE A PRIMEIRA FASE (726-787) DA ICONOCLASTIA NO IMPÉRIO BIZANTINO** 105-121

ST-02: ENSINO DE HISTÓRIA: PRÁTICAS, SABERES E DESAFIOS DA PESQUISA 122

7. **COMPREENDENDO O PROFISSIONAL**: análise da disciplina de história indígena da UFRN (2011-2023) 123-137
8. **HISTORIADORES EM LUTA**: Currículo e Ensino de História na Historiografia da Paraíba (1979-1984) 138-148
9. **RADIODIFUSÃO EM CAICÓ-RN, O CURSO DE EDUCAÇÃO POLÍTICA DO MEB E A RÁDIO RURAL DURANTE A DÉCADA DE 1980** 149-158

10. **SERIA A HISTÓRIA DO ENSINO DE HISTÓRIA MARCADA PELO TRAUMA?:** o caso dos Ginásios Vocacionais de São Paulo (1961-1969) 159-174

11. **A LITERATURA COMO FERRAMENTA NO ENSINO DE HISTÓRIA:** O Conto "Pai Contra Mãe" De Machado De Assis 175-190

12. **NOS TRILHOS DE BAIXA VERDE:** uma proposta de letramento histórico-digital para o ensino de História local 191-210

13. **UMA VISÃO DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL (1964-1985) ATRAVÉS DO JOGO FOTOGRAFIA VERSUS DESCRIÇÃO:** um material didático para o ensino de história 211-226

14. **A PRODUÇÃO AUDIOVISUAL SOBRE ANTIGO EGITO NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA** 227-231

15. **AO SOM DOS CLIQUES DAS CÂMERAS:** Fotografias das "Mulheres dos escombros" no ensino de História 232-245

16. **NARRATIVAS HISTÓRICAS E MATEMÁTICAS:** construção de contos didáticos baseados em fontes para o ensino e aprendizagem em Matemática 246-262

17. **HISTÓRIAS ANTIGAS E PRODUÇÃO DE LIVRO DIDÁTICO:** um relato de experiência sobre o protagonismo discente na UFRN (Natal, 2023) 263-280

ST-03: NARRAR, ESPACIALIZAR E TECER O ESPAÇO: COMPLEXIDADE E DIVERSIDADE DOS SUJEITOS HISTÓRICOS E SUAS TRANSFORMAÇÕES NA PRIMEIRA REPÚBLICA 281

18. **"CHEGOU O CHEFE!":** Análise de uma peça teatral da Escola de Aprendizes de Marinheiros da Paraíba como prática educativa disciplinadora 282-292

19. **"UM GRÃO DE AREIA PARA O EDIFÍCIO DE NOSSA LITERATURA":** Isabel Gondim e "O Resumo de Traços Históricos do Paiz" (1900-1913) 293-305

20. **UM PASSADO A SER CELEBRADO:** comemorações e efemérides na Cada da Memória Potiguar 1917-1922) 306-316

21. **PALCO IMPRESSO:** A "Questão de Grossos" e o conflito narrativo entre os personagens locais (1901-1905) 317-331

22. **NARRATIVA SANITÁRIA E CONTROLE SOCIAL:** A tuberculose e a configuração dos espaços de sociabilidade nas décadas de (1920-1930) no Brasil 332-342

ST-04: PODER, SOCIEDADE E ADMINISTRAÇÃO NO RIO GRANDE DO NORTE DO OITOCENTOS 343

23. **AS JUNTAS GOVERNATIVAS DO RIO GRANDE DO NORTE:** eleições e conflitos (1821-1822) 344-358

24. **A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA NORTE-RIO-GRANDENSE FRENTE AO FLAGELO DAS SECAS (1830-1880)** 359-372

25. **"FIZ ABRIR O LAZARETO PARA TRATAR UM VARIOLOSO":** Os enunciados de combate à varíola no Rio Grande do Norte no fim do século XIX 373-386

ST-05: HISTÓRIA DAS MULHERES E AS MULHERES NA HISTÓRIA: NOVOS DEBATES, NOVOS DESAFIOS 387

26. **COTIDIANO DE MULHERES POBRES**: Pobreza e violência nos Sertões do Cariri cearense na segunda metade do século XIX 388-405

27. **"AS OBREIRAS DO PORVIR":** a Sociedade Ave Libertas e o repertório de mulheres abolicionistas na cidade do Recife (1884-1888) 406-421

28. **PELAS TEIAS DA MILITÂNCIA:** Um olhar global acerca das questões de gênero por meio da vida de Eneida de Moraes 422-436

29. **MARIA YVONE:** Resistência à Ditadura Civil-Militar e a busca por justiça e verdade 437-453

30. **MORRER EM DEFESA DA FÉ:** a representação da mulher santificada na biografia de Benigna Cardoso 454-471

31. **HISTÓRIA DAS MULHERES: BELEZA FEMININA ATRAVÉS DA REVISTA A CENA MUDA -1940:** De onde vem essa beleza? 472-488

32. **ENTRE O SOBRENATURAL E O REAL:** mulheres em Lovecraft Country 489-507

ST-06: PESQUISA EM HISTÓRIA – MEMÓRIAS, TRABALHADORES E MODOS DE VIDA 508

33. **HISTÓRIAS NARRADAS POR POTIGUARES:** as missivas do RN endereçadas a Lula em Curitiba – PR 509-519

34. **ESTRATÉGIAS DE ORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DOS TRABALHADORES AGRO-INDUSTRIAIS ASSOCIADOS À LIGA CAMPONESA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**: 1960-1964 520-535

35. **CARACTERÍSTICAS DE UM NOVO TEMPO:** o jornal como estratégia de articulação estudantil 536-547

36. **A CONSTRUÇÃO DO SINDICALISMO RURAL NO RIO GRANDE DO NORTE:** agentes políticos e transformações sociais nos anos 1960 548-562

37. **AS DITADURAS DO CONE SUL EM UMA PERSPECTIVA COMPARADA:** a instrumentalização do futebol como meio de propaganda durante o período Condor 563-579

38. **A PERSEVERANÇA DE BRASÍLIA TEIMOSA:** direito à cidade e uma análise crítica da exclusão urbana em Natal na década de 1960 580-597

39. **A RECONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA NO BRASIL REPUBLICANO:** lutas e disputas políticas a partir das contribuições de Domenico 598-613

ST-07: AGÊNCIAS, TRAJETÓRIAS E PROTAGONISMOS INDÍGENAS NAS CAPITANIAS DO NORTE (SÉCULO XVII AO XIX) e ST-13: SERTÕES: IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES 614

40. **ENTRE AS CAPITULAÇÕES DE PAZ E A "CRUEL GUERRA":** Resistência indígena e estratégias de sobrevivência nos sertões das Capitanias do Norte (1654-1664) 615-628

41. **"ESTARMOS LIVRES DO PESADO JUGO DA TIRANIA COM QUE ÉRAMOS ATÉ AGORA GOVERNADOS":** protagonismo indígena no Rio Grande do Norte na Revolução de 1817 629-644

42. **UMA ANÁLISE NAS ENTRELINHAS:** Estudo do Catecismo Indico de Bernardo de Nantes 645-655

43. **A MISSÃO DO APODI E SEUS MÚLTIPLOS AGENTES:** presença missionária e contatos na trajetória do Paiaku (século XVIII) 656-672

44. **"REDUZEM-SE OS GENTIOS, E CRESCE O NÚMERO DE VASSALOS":** as alianças militares e as tropas indígenas nos sertões do Piauí e Maranhão na segunda metade do século XVIII 673-690

45. **OLHARES SOBRE O "SERTÃO BRAVO, BRUTO E DISTANTE":** As experiências de Henry Koster nas veredas das capitanias do Rio Grande do Norte e Pernambuco (1809-1818) 691-703

46. **EM TODAS AS RUAS VEEM-SE CADÁVERES AMBULANTES E NUS SEM FORÇAS PARA IMPLORAREM UMA ESMOLA (...). A MORTE TEM ARREBATADO MUITAS VIDAS:** Doenças na Parahyba no Contexto da Seca de 1877-1879 704-720

47. **UM ECLIPSE DE MAL-ENTENDIDOS:** Entre expedições científicas e o medo do fim do mundo, no sertão da Paraíba (1940) 721-735

48. **"BANDITISMO POR PURA MALDADE, BANDITISMO POR NECESSIDADE":** uma análise da representação midiática do banditismo cangaceiro 736-749

49. **VIRGULINO, VITALINO E GONZAGÃO:** um estudo sobre as representações do sertão nordestino 750-765

50. **O TEMA DA SECA DE 1877 NAS PÁGINAS DO JORNAL BRADO CONSERVADOR DA CIDADE DE AÇU (1877-1878)** 766-778

51. **NA FRONTEIRA DA CIVILIZAÇÃO:** uma leitura dos relatos de viagem de Henry Koster 779-801

89. **OS FINS DA GUERRA:** as resistências aos Acordos de Paz no processo de "Aquietação" nos Sertões do Norte 1388-1404

ST-08: FONTES PARA A HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA, INDÍGENA E INCLUSIVA 802

52. **DO TERRITÓRIO AO FEED:** Reivindicação do ciberespaço por indígenas 803-815

53. **FONTE HISTÓRICA PARA A PESQUISA EM EDUCAÇÃO INDÍGENA:** uma análise do acervo documental do Serviço de Proteção aos Índios e o processo de escolarização dos Potiguara na Paraíba 816-831

54. **A POLÍTICA INDIGENISTA NO BRASIL: UM OLHAR SOBRE AS LEGISLAÇÕES, ARTIGOS E DECRETOS DO SÉCULO XX** 832-847

55. **O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS EM TERRAS POTIGUARA:** concepções territoriais na primeira década de atenção Federal 848-863

56. **ANALISANDO A HISTÓRIA LOCAL:** a Irmandade de Negros do Rosário em Caicó/RN 864-879

57. **TOMÁS SANTA ROSA E O CALEIDOSCÓPIO MODERNO E DA MODERNIZAÇÃO DA CIDADE DA PARAHYBA (1909 -1932)** 880-896

ST-10: MESTIÇAGENS E ESCRAVIDÃO NO CONTEXTO COLONIAL E IMPERIAL DO BRASIL E ST-14: HISTÓRIA, ESPAÇOS E DEMOGRAFIA HISTÓRICA: PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO E ESTUDOS SOBRE POPULAÇÕES NO TERRITÓRIO DO BRASIL (SÉCULOS XVI-XIX) 897

58. **NATALIDADE LIVRE E ESCRAVIZADA NOS SERTÕES DO SERIDÓ/POTIGUAR OITOCENTISTA** 898-915

59. **O SERTÃO DO ASSÚ:** o processo de cristianização da Freguesia de São João Batista do Assú – séc. XVIII-XIX 916-931

60. **AFRICANOS DE GUINÉ NA FREGUESIA DO SERIDÓ, SERTÃO DO RIO GRANDE DO NORTE (1788-1821):** apontamentos preliminares 932-948

61. **BATISMO E COMPADRIO DE ESCRAVIZADOS EM CAJAZEIRAS (1859-1870)** 949-964

62. **BRANCO-MESTIÇO OU BRANCO-NÃO-BRANCO?:** o caso de Odilon Lébarre da Cidade do Príncipe, século XIX 965-982

ST-11: A CIDADE EM PERSPECTIVA: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES URBANAS NA CONTEMPORANEIDADE 983

63. **A URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE NATAL E A PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL DO BAIRRO DAS ROCAS COMO ESPAÇO DA POBREZA E DO CRIME (1900-1940)** 984-1001

64. **LUZ, CINEMATÓGRAFO E AÇÃO:** O Cine-Theatro Almeida como Espaço de Sociabilidade na Mossoró do início do século XX (1908-1933) 1002-1016

65. **A CONSTITUIÇÃO DA AVENIDA PRESIDENTE JOÃO PESSOA ENQUANTO ESPAÇO DE SOCIABILIDADE EM CAJAZEIRAS-PB (1900-1936)** 1017-1032

66. **O IMPACTO CULTURAL DOS SEBOS EM NATAL/RN NA DÉCADA DE 1980:** Uma contribuição para a vida cultural da capital do Rio Grande do Norte 1033-1047

67. **POR UMA CIDADE PARA TODOS:** a atuação de Sérgio Dieb na luta contra a construção da via costeira em Natal 1048-1060

68. **FOGO NAS PÁGINAS DOS JORNAIS:** espaço urbano e incêndios na capital potiguar (1940-1950) 1061-1078

69. **"A ÁFRICA QUE CÂMARA CASCUDO CRIOU":** uma construção paisagística de um lugar politicamente imaginado 1079-1093

ST-12: VISÍVEIS VIDENTES - IMAGENS E REPRESENTAÇÕES DAS MULHERES NA HISTÓRIA 1094

70. **ESCRITORA E FAVELADA:** a construção da imagem de Carolina Maria de Jesus (1940-1964) 1095-1111

71. O ECLIPSE DE UM CORPOFLOR 1112-1126

ST-15: ANTROPOCENO E HISTORIOGRAFIA: MUDANÇAS CLIMÁTICAS, HISTÓRIA AMBIENTAL E NOVAS PERSPECTIVAS HISTORIOGRÁFICAS 1127

72. DIANTE DO FIM DO MUNDO: posicionando a religião no antropoceno 1128-1144

73. A RELAÇÃO SERTANEJO-NATUREZA: a açudagem como constituidora de uma cultura escriturística no sertão do Seridó potiguar 1145-1159

74. PARA ALÉM DOS VERDES CARNAUBAIS: A interferência humana no Vale do Açu a partir da escrita de Celso Dantas da Silveira 1160-1174

75. UMA HISTÓRIA DE ENCHENTES: Os impactos e consequências das empresas frutíferas na cidade de Ipanguaçu - RN 1175-1188

ST-16: IMPÉRIOS IBÉRICOS NO ANTIGO REGIME: DINÂMICAS ADMINISTRATIVAS, POLÍTICAS, MILITARES, RELIGIOSAS, AGRÁRIAS E SOCIAIS 1189

76. SERAFINA: ex-escravizada e senhora de engenho. Conflito pela posse de bens e hierarquias sociais na capitania de Pernambuco (séculos XVII e XVIII) 1190-1207

77. OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO PINDORAMA: a visão sobre a terra para indígenas e não-indígenas nos escritos quinhentistas 1208-1220

78. SESMEIROS E SESMARIAS EM ANGOLA: notas de pesquisa 1221-1230

79. FAZER VALER A LEI NOS SERTÕES: Administração da capitania do Siará grande sob a ótica da justiça 1231-1244

80. TRANSCRIÇÃO E TRADUÇÃO DA ASSEMBLEIA POTIGUARA DE 1645 1245-1261

81. A COLONIZAÇÃO DO VALE DO CURIMATAÚ: o caso das capitanias da Paraíba e do Rio Grande (1659-1721) 1262-1279

82. **O COMÉRCIO DE TERRAS NAS CAPITANIAS DO RIO GRANDE DO NORTE E PARAÍBA (SÉCULO XVIII)** 1280-1293

83. **A OCUPAÇÃO DO LITORAL E SERTÕES DA CAPITANIA DO RIO GRANDE:** sesmarias, pecuária e impactos ambientais (séc. XVIII) 1294-1307

ST-17: O USO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, O ENSINO DE HISTÓRIA E OUTRAS ÁREAS DO CONHECIMENTO: ENTRE A SALA DE AULA E OS LUGARES NÃO FORMAIS DE APRENDIZAGEM 1308

84. **SÍTIO DA TRINDADE OU ARRAIAL DO BOM JESUS? MEMÓRIA, MEMÓRIA HISTÓRICA E RESSIGNIFICAÇÃO DO ESPAÇO:** uma experiência com os alunos do segundo ano do Ensino Médio na ETE Dom Bosco- Recife-PE 1309-1324

85. **PAISAGEM E PATRIMÔNIO CULTURAL:** Oswaldo de Souza, os fluxos de memória e o marco de touros no litoral potiguar na década de 1960 1325-1337

86. **O PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL COMO INSTRUMENTO DE APRENDIZAGEM NA PRÁTICA DO TURISMO PEDAGÓGICO NO MUNICÍPIO DE AREIA, PARAÍBA** 1338-1350

ST-18: TEORIA DA HISTÓRIA E HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA: TEMAS, PROBLEMAS E MÉTODOS 1351

87. **EXPERIÊNCIAS DAS MULHERES LIDERANÇAS INDÍGENAS MENDONÇA POTIGUARA NO TEMPO (1990-2020)** 1352-1368

88. **HISTORIADORES NO FRONT:** como as universidades públicas potiguares estão preparando os futuros profissionais da História para defender a ciência histórica e ocupar o futuro no ciberespaço?[1] 1369-1387

Entrevista com a professora Dra. Ana Maria Veiga 1405-1416

[1] Devido a erros na editoração da revista no momento da sua publicação, o artigo 89, pertencente ao "ST 07 — Agências, trajetórias e protagonismos indígenas nas Capitanias do Norte (séculos XVII ao XIX)", precisou

ser inserido posteriormente na edição completa. Dessa forma, esclarecemos ser este o motivo da numeração e da paginação 'deslocadas', as quais optamos por adotar para manter o artigo dentro do ST de origem.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID39910

Apresentação:

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

É com muito orgulho que a Revista Espacialidades publica a edição que comemora os vinte (20) anos da Associação Nacional de História no Rio Grande do Norte - ANPUH RN: desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade.

Ao longo desta publicação estarão presentes oitenta e oito (88) textos produzidos a partir dos trabalhos apresentados no evento. Os escritos estão ordenados por ordem de Simpósio Temático - ST e, no interior desses, por ordem de apresentação. Havendo, entretanto, a priorização dos trabalhos elaborados pelos coordenadores, que abrirem a apresentação de cada ST.

No Simpósio Temático 01, **Os Espaços Da Antiguidade E Medievo: Fontes Antigas, Novos Olhares E Perspectivas Futuras**, Coordenado Por Me. Pedro Hugo Canto Núñez e Me. Ruan Silva, estão os Artigos de Número um (01) ao oito (08). No Simpósio Temático 02, **Ensino De História: Práticas, Saberes E Desafios Da Pesquisa,** coordenado por Me. Danilo Silva e Me. Matheus Silva, os artigos de número sete (07) ao dezessete (17).

No Simpósio Temático 03 **Narrar, Espacializar E Tecer O Espaço: Complexidade E Diversidade Dos Sujeitos Históricos E Suas Transformações Na Primeira República,** coordenado por Me. Sarah Karolina Sucar Ferreira e Me. Karine Maria Lima Lopes, artigos de número dezoito (18) ao vinte e um (21). No Simpósio Temático 04, **Poder, Sociedade E Administração No Rio Grande Do Norte Do Oitocentos** coordenado por Dr. Nuno Camarinhas e Dr. José Evangelista Fagundes, estão os artigos de número vinte e três (23) ao vinte e cinco (25).

No Simpósio Temático 05, **História Das Mulheres E As Mulheres Na História: Novos Debates, Novos Desafios,** coordenado por Me. Maiara Juliana Gonçalves e Me. Janaína Porto Sobreira, estão os artigos vinte e seis (26) ao trinta e dois (32). No Simpósio Temático 06, **Pesquisa Em História – Memórias, Trabalhadores E Modos De Vida** coordenado por Me. Daniel Francisco da Silva, estão os artigos de número trinta e três (33) a trinta e nove (39).

Aqui, temos dois simpósios agrupados durante a realização do evento, de modo que os mantemos organizados dessa forma: Simpósio Temático 07 e Simpósio Temático 13, respectivamente, **Agências, Trajetórias E Protagonismos Indígenas Nas Capitanias Do Norte (Século XVII ao XIX),** coordenado por Dr. Tyego Franklim da Silva e Me. Pedro Pinheiro de Araújo Júnior, e **Sertões: Identidades E Representações**, coordenado por Me. Francisco Leandro Duarte Pinheiro e Me. Júlio César Vieira de Alencar. Nesses, estão os artigos de número quarenta (40) a cinquenta e um (51).

No Simpósio Temático 08, **Fontes Para A História Afro-Brasileira, Indígena E Inclusiva,** coordenado por, Dra. Tainá da Silva Bandeira e Me. Jammerson Yuri da Silva, estão os artigos de número cinquenta e dois (52) a cinquenta e sete (57). No Simpósio Temático 10 e Simpósio Temático 14, houve nova unificação, de modo que, respectivamente, **Mestiçagens E Escravidão No Contexto Colonial E Imperial Do Brasil,** coordenado por Dr. Helder Alexandre Medeiros de Macedo e Me. Maiara Silva Araújo, e **História, Espaços E Demografia Histórica: Processos De Territorialização E Estudos Sobre Populações No Território Do Brasil (Séculos XVI-XIX)** coordenado por Dra. Gracineide Pereira e Me. Mario Sélio Ferreira de Brito, estão os artigos de número cinquenta e oito (58) a sessenta e dois (62).

No Simpósio Temático 11, **A Cidade Em Perspectiva: Histórias, Memórias E Representações Urbanas Na Contemporaneidade,** coordenado

por Dr. Giovanni Roberto Protásio Bentes Filho e Me. Álvaro Luis Lins de Paiva, estão os artigos de número sessenta e três a sessenta e nove (09). No Simpósio Temático 12, **Visíveis Videntes - Imagens E Representações Das Mulheres Na História**, Coordenação: Dra. Susana Guerra e Dra. Fabíola Alves, estão os artigos de número setenta (70) e setenta e um (71).

No Simpósio Temático 15, **Antropoceno E Historiografia: Mudanças Climáticas, História Ambiental E Novas Perspectivas Historiográficas,** Coordenado por Dra. Paula Rejane Fernandes e Me. Dikson de Almeida Freire, estão os artigos de número setenta e dois (72) a setenta e cinco (75). No Simpósio Temático 16, **Impérios Ibéricos No Antigo Regime: Dinâmicas Administrativas, Políticas, Militares, Religiosas, Agrárias E Sociais,** coordenado por Dra. Ana Lunara da Silva Morais e Dr. Leonardo Cândido Rolim, estão os artigos de número setenta e seis (76) a oitenta e três (83).

No Simpósio Temático 17, **O Uso Do Patrimônio Cultural, O Ensino De História E Outras Áreas Do Conhecimento: Entre A Sala De Aula E Os Lugares Não Formais De Aprendizagem,** coordenado por Dr. Almir Félix Batista de Oliveira, estão os artigos de número oitenta(84) e quatro a oitenta e seis (86). No Simpósio Temático 18, TEORIA DA HISTÓRIA E HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA: TEMAS, PROBLEMAS E MÉTODOS, coordenado por Dra. Fabíula Sevilha e Dr. Bruno Balbino, estão os artigos de número oitenta e sete (87) e oitenta e oito (88).

PROPOSTAS DOS SIMPÓSIOS TEMÁTICOS DO X ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA

"ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA: desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade (2024)"

ST-01: OS ESPAÇOS DA ANTIGUIDADE E MEDIEVO: FONTES ANTIGAS, NOVOS OLHARES E PERSPECTIVAS FUTURAS

Coordenação: Me. Pedro Hugo Canto Núñez (PPGH-UFRN) | Me. Ruan Silva (PPGH-UFRN)

Este Simpósio Temático tem como objetivo congregar pesquisas acadêmicas e produções didáticas, reunindo profissionais em História e buscando a consolidação de diálogos que promovam reflexões entre os estudiosos dos mundos Antigo e Medieval no Rio Grande do Norte. Seguindo o tema do evento da ANPUH-RN de 2024, "desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade", entendemos que tanto a Antiguidade quanto o Medievo não estão isolados de uma prática contemporânea e problemáticas atuais dos historiadores. Tanto a nível mundial quanto nacional e local, as pesquisas e os seus desdobramentos sobre os distintos locais e temporalidades dessas antigas sociedades refletem sobre muitas preocupações da humanidade em geral, funcionando, por muitas vezes, como um grande laboratório de análises sobre a própria compreensão humana atual. Podemos destacar como exemplos as pesquisas atuais sobre mudanças climáticas no Mediterrâneo, fluxos migracionais na Rota da Seda desde o Neolítico, assim como identidades e alteridades em diversos casos da Antiguidade e Medievo. Dessa forma, pretendemos reunir estudos em torno da História da Cultura, História da Religião, História Econômica, História Política, Cultura Material, Memória Cultural, Gênero e História, Usos do Passado, Identidades, entre diversas outras temáticas. Englobamos tanto as sociedades asiáticas quanto as mediterrâneas, nórdicas e africanas, assim como os contatos entre elas. Com isso, busca-se pensar amplamente o tratamento relegado aos vestígios documentais advindos do passado, sua vinculação ao presente e alternativas para um tratamento teórico-metodológico e/ou didático-pedagógico atento às relações históricas com o Brasil, refletindo constantemente sobre as nossas fontes, aprimorando nossas análises e consolidando cada vez mais a História Antiga e Medieval no Rio Grande do Norte.

ST-02: ENSINO DE HISTÓRIA: PRÁTICAS, SABERES E DESAFIOS DA PESQUISA

Coordenação: Me. Danilo Silva (PPGH-UFRN) | Me. Matheus Silva (PPGH-UFRN)

O ensino de história é um campo de pesquisa da História que se apresenta como um espaço historiográfico relevante para reflexão sobre práticas e saberes históricos, advindos de diferentes experiências e fundamentados na teoria da História. No intuito de reunir trabalhos que se preocupem em demonstrar caminhos percorridos na pesquisa e no ensino, e que apontem novas perspectivas para o campo, convidamos pesquisadores do ensino de história, professores e professoras de história da educação básica e do ensino superior para compartilharem neste simpósio temático projetos de pesquisa e de ensino (concluídos ou em andamento), experiências pedagógicas mobilizadas a partir do método histórico, investigações sobre aprendizagem histórica em diferentes contextos e com diferentes públicos, espaços de ensino formais e não formais. Este simpósio temático tem como objetivo reunir trabalhos sobre/do ensino de História, que tenham como objeto pesquisa experiências pedagógicas; livros didático; currículo; história do ensino de História; aprendizagem histórica; em diferentes contextos (Pibic, Pibid, PET, Residência Pedagógica, Mestrados e Doutorados profissionais e acadêmicos).

ST-03: NARRAR, ESPACIALIZAR E TECER O ESPAÇO: COMPLEXIDADE E DIVERSIDADE DOS SUJEITOS HISTÓRICOS E SUAS TRANSFORMAÇÕES NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Coordenação: Me. Sarah Karolina Sucar Ferreira (PPGH-UFRN) | Me. Karine Maria Lima Lopes (PPGH-UFRN)

Este simpósio temático objetiva discutir acerca de variadas formas de construção espacial, narrativa, midiática, historiográfica, literária e imaginada da sociedade norte-rio-grandense e de outras regiões e estados do Brasil, entre os anos de 1889 e 1930. No intento de compreender o modo como sujeitos, indivíduos e classes distintas narraram, imaginaram, e teceram espaços por meio das crônicas, da literatura, das práticas esportivas, dos conflitos e interações sociais, tanto na dinâmica das cidades, da imprensa e da intelectualidade quanto na produção discursiva espacializante. Partimos da perspectiva de que a fermentação e as criações de leituras, seja da sociedade, seja dos espaços físicos e imaginados, e dos usos desses por diferentes sujeitos, produzem concepções de tempo e de espaço, seja o público inscritas nos monumentos e nas formas de convívio social, seja por meio plano imaterial da vida coletiva. De modo que, concordamos com Martha Abreu e ngela Gomes (2009), acerca da diversidade de produções historiográficas e formas de poder que foram sendo criadas/ressignificadas na chamada Primeira República por intermédio do Estado e dos homens letrados, seja no âmbito político, científico, artístico, social e da intelectualidade. Nesse sentido, analisaremos pesquisas que demonstrem a produção (material e imaginada) das cidades e de suas classes como espaços sociais; as maneiras como cidadãos e cidadãs construíram e compartilharam narrativas/imagens acerca das experiências sociais (como: imprensa, literatura, fotografias, xilogravuras, festas populares e oficiais, esportes, eventos cívicos, dentre outros); a formação, a ocupação e transformação de territórios ao longo da Primeira República e a (re)construção e delimitação do(s) espaço(s), por grupos e/ou intelectuais ou sujeitos que refletiram e imaginaram essa(s) espacialidade(s). Procuramos ainda as reflexões sobre a

presente temática no Ensino de História.

ST-04: PODER, SOCIEDADE E ADMINISTRAÇÃO NO RIO GRANDE DO NORTE DO OITOCENTOS

Coordenação: Dr. Nuno Camarinhas (UFRN) | Dr. José Evangelista Fagundes (UFRN)

Este Simpósio Temático propõe um espaço de discussão e apresentação de pesquisas inovadoras na História do Rio Grande do Norte do século XIX. O evento será uma oportunidade única para que estudantes de graduação e pós-graduação apresentem seus trabalhos, destacando novas perspetivas e abordagens historiográficas que têm emergido nas décadas mais recentes, nomeadamente à luz do fôlego criado pelas celebrações do Bicentenário da Independência. Em particular, o ST terá um foco temático nas dinâmicas de poder, sociedade e administração, no contexto de construção do estado brasileiro e da sua expressão no RN, ao longo dos oitocentos. As pesquisas a serem apresentadas explorarão aspetos como a estrutura administrativa, as relações de poder entre diferentes grupos sociais, e as transformações institucionais e políticas que marcaram a região durante o período. As recentes comemorações do bicentenário da Independência do Brasil abriram novas oportunidades para a reflexão crítica e a revisão historiográfica. Pesquisadores têm utilizado esta ocasião para reavaliar fontes históricas, questionar narrativas estabelecidas e propor novas interpretações que enriquecem nosso entendimento sobre o processo de independência e suas consequências. Este simpósio buscará promover um diálogo pedagógico com o intuito de estimular os estudos sobre a realidade geográfica do RN e a sua inserção nos contextos mais alargados do Nordeste e do Brasil em construção. Os temas a abordar, incluem:

- A Administração do Brasil Império no Rio Grande do Norte;
- Dinâmicas Sociais e Relações de Poder;
- Fontes e Metodologias.

Ao criar um espaço para a apresentação de pesquisas de jovens pesquisadores, este simpósio visa não apenas celebrar os avanços recentes na disciplina, mas também incentivar a continuidade de investigações inovadoras que possam contribuir para um

entendimento mais aprofundado e dialogante sobre a história do RN.

ST-05: HISTÓRIA DAS MULHERES E AS MULHERES NA HISTÓRIA: NOVOS DEBATES, NOVOS DESAFIOS

Coordenação: Me. Maiara Juliana Gonçalves (Esc. Agrícola-UFRN) | Me. Janaína Porto Sobreira (Esc. Agrícola-UFRN)

O presente simpósio temático tem como proposta reunir estudantes de graduação e de pós-graduação, professoras e professores e demais pesquisadoras (es) dedicadas aos estudos sobre mulheres, gênero e feminismos. Nosso intuito é promover um intercâmbio intelectual que envolvam a temática em torno de diferentes perspectivas sobre história das mulheres em suas variadas temporalidades e localidades. A partir da década de 1980, a emergência de uma epistemologia feminista proporcionou uma melhor compreensão das lutas e das trajetórias de indivíduos e de grupos atravessados por recortes de gênero, classe e raça, bem como das políticas públicas em busca da emancipação das mulheres. Esse novo cenário vem ganhando força em diversos campos fazendo necessária a promoção de um diálogo constante sobre as atuações das mulheres enquanto sujeitos políticos na construção de saberes e de teorias. Entendemos a história das mulheres não como apenas as histórias delas, mas também aquela do trabalho, da mídia, da educação, da imprensa, da literatura, do seu corpo, da sua sexualidade, da família, da criança, da violência (que sofreram e que praticaram), das suas lutas, do poder, das suas resistências, das suas conquistas, da sua trajetória de emancipação, dos feminismos, dos seus sentimentos, dos seus amores, de seu cotidiano, das políticas públicas, de seus múltiplos extratos sociais e das suas relações com os homens. Por isso, convidamos todas e todos interessados a compartilharem suas produções sobre o campo de pesquisa e debruçados sobre as mais variadas fontes históricas.

ST-06: PESQUISA EM HISTÓRIA – MEMÓRIAS, TRABALHADORES E MODOS DE VIDA

Coordenação: Me. Daniel Francisco da Silva (UFRGS)

Este Simpósio Temático pretende reunir pesquisadores que articulem suas pesquisas históricas, de modo a privilegiar o campo de atuação com ênfase na memória, nos trabalhadores e trabalhadoras desse país, enfocando na cultura e nos modos de vida desses sujeitos sociais. O Simpósio, igualmente, intenciona agrupar, investigações/estudos que dialoguem com as lutas por direitos sociais, direitos trabalhistas e com a democracia ao longo da história contemporânea brasileira. Nesse sentido, trata-se de um convite para refletir acerca dos desafios do ofício da profissão do historiador e das temáticas que a sociedade brasileira contemporânea nos impõe a debater, enquanto profissionais da história.

ST-07: AGÊNCIAS, TRAJETÓRIAS E PROTAGONISMOS INDÍGENAS NAS CAPITANIAS DO NORTE (SÉCULO XVII AO XIX)

Coordenação: Dr. Tyego Franklim da Silva (SEEC-RN) | Me. Pedro Pinheiro de Araújo Júnior (PPGH-UFRN)

O presente simpósio temático tem por objetivo reunir e discutir pesquisas que se proponham a analisar as mais diversas problemáticas envolvendo a agência, as trajetórias e os protagonismos indígenas nas Capitanias do Norte do Estado do Brasil, no período que se estende do século XVII ao XIX. Acolheremos trabalhos que busquem estabelecer o indígena como elemento central de sua história, compreendendo-os como sujeitos determinantes nos processos de conquista e formação dos espaços coloniais. Serão bem-vindas pesquisas que abordem a agência indígena nos eventos bélicos dos séculos XVII e XVIII, a saber: a guerra contra os holandeses, o processo de Restauração das Capitanias do Norte; e as guerras de conquista dos sertões, sobretudo nos contextos das guerras contra Palmares e a chamada "Guerra dos Bárbaros". Igualmente, trabalhos que discorrem sobre o protagonismo de indígenas na formação e administração dos aldeamentos e missões nos territórios sob jurisdição das Capitanias do Norte, incluindo trajetórias de vida de sujeitos indígenas (homens e mulheres) que atuaram de forma ativa na formação desses espaços coloniais. Serão aceitos, também, pesquisas que contemplem o período da vigência do Diretório dos Índios (1757), em relação aos conflitos fundiários e nas mudanças da legislação indigenista, ao trabalho compulsório, nas relações envolvendo os povos vilados com os diretores, colonos e os vigários das freguesias de índios e na atuação política e militar dos principais indígenas que ocupavam os cargos de oficiais das companhias das ordenanças dos índios e de oficiais camarários nos Senados da Câmara das vilas de índios até as primeiras décadas do século XIX. Ademais, na participação dos indígenas nas rebeliões e processos políticos como a Revolução de 1817, as Guerras da Independência do Brasil e na Confederação do Equador.

ST-08: FONTES PARA A HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA, INDÍGENA E INCLUSIVA

Coordenação: Dra. Tainá da Silva Bandeira (SME-Natal) | Me. Jammerson Yuri da Silva (PPGED-UFRN)

A História constitui campo fértil de múltiplas possibilidades para investigação científica. Nesse sentido, as pesquisas sob a ótica de tal campo apresentam a necessidade do trabalho com as fontes históricas, que por sua vez representam uma parte vital da operação historiográfica. Como afirma Barros (2020), não é possível falar cientificamente de história sem lançar mão de fontes históricas. Propomos simpósio temático com o objetivo de compreender o conceito de fontes e seus usos para a História com temáticas sobre diversidades (história afro-brasileira, indígena e inclusiva). Dessa maneira, no simpósio temático se encaixam pesquisas que investigam variadas fontes históricas disponíveis para a operação historiográfica. Tomamos como base os estudos de Barros (2020) e Bacellar (2006). Nossa proposta de simpósio temático tem como justificativa a relevância em fomentar pesquisas com temáticas das diversidades no campo da História, entendendo que o ofício do historiador é compreender as múltiplas possibilidades de objetos de estudo, assim como variadas fontes históricas, que por sua vez se materializam como parte central do processo da escrita acadêmica e historiográfica. Além disso, primar por pesquisas que direcionem as análises para as questões das Diversidades no que contribui nas reflexões dos desafios enfrentados pelos historiadores nas últimas décadas diante da preocupação em dar voz aos silenciados até então. Serão realizados diálogos envolvendo os pesquisadores que possibilitará construir um panorama de possíveis fontes para as pesquisas da história afro-brasileira, indígena e inclusiva, como expressão das diversidades. Esperamos com esse simpósio que os participantes encontrem subsídios para o trabalho com as fontes, bem como encontrem roteiros para o desenvolvimento do seu olhar crítico-reflexivo a respeito deste trabalho.

ST-09: HISTÓRIA PÚBLICA: COMO DIVULGAR HISTÓRIA?

Coordenação: Dr. Lenin Campos Soares (IHGRN | Natal das Antigas)

Desde a pandemia, a questão da divulgação do conhecimento científico se tornou centro do debate. A experiência demonstrou a distância que o público em geral estava do conhecimento produzido pela ciência e do entendimento de seu método. Isso ficou flagrante às ciências da natureza, mas também às humanidades. Em História, especificamente, os inúmeros negacionismos pipocaram entre o público, instigados por "influenciadores", e seu combate se tornou um importante tema para os historiadores. O objetivo deste embate varia: a defesa do patrimônio histórico ("conhecer para proteger"), dos direitos humanos (especialmente da diversidade sexual e étnica) e da democracia. É necessário, portanto, repensar este fazer historiográfico dado as problemáticas impostas pelos meios escolhidos para divulgação e do próprio lugar do historiador neste métier. E, para isso, propomos o ST para congregar trabalhos quem estejam pensando sobre a divulgação do conhecimento histórico e seu método de pesquisa, passando pelo suporte no qual este trabalho se dá, desde os mais tradicionais como o livro didático, às atualíssimas redes sociais, focando sempre no lugar ocupado pelo profissional de História nesse processo.

ST-10: MESTIÇAGENS E ESCRAVIDÃO NO CONTEXTO COLONIAL E IMPERIAL DO BRASIL

Coordenação: Dr. Helder Alexandre Medeiros de Macedo (UFRN) | Me. Maiara Silva Araújo (UFRN)

Na História do Brasil, os debates sobre as mestiçagens e a escravidão não são recentes. Desde o século XIX, por exemplo, o fato de o nosso país ter sido um espaço construído a partir das mestiçagens entre indígenas, africanos e europeus, em específico, esteve em pauta. Nesse contexto, onde buscava-se entender quem era historicamente e socialmente o brasileiro, algumas instituições se destacaram, como o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil – IHGB, a Faculdade de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro e a Faculdade de Direito do Recife. Para Raimundo Nina Rodrigues, por exemplo, médico formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, a mestiçagem era um problema de ordem biológica e social, que engendrava pessoas sem valor mental e com tendência à criminalidade. Nesse sentido, ao longo dos anos, as discussões sobre as mestiçagens, a escravidão e as pessoas não brancas foram ganhando novas abordagens, a partir de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, como foi o caso do estudo de Gilberto Freyre, Casa Grande & Senzala, na década de 1930. Os anos de 1970 e 1980 foram de grandes avanços nos estudos sobre as temáticas citadas, onde, destacamos, a pesquisa da historiadora Silvia Hunold Lara sobre as vivências cotidianas dos escravizados e suas diferentes formas de resistência ao cativeiro. Partindo desse debate, o nosso simpósio tem como finalidade acolher trabalhos que discutam as temáticas das mestiçagens e da escravidão na história do nosso país. Estamos interessados, sobretudo, em pesquisas que problematizem trajetórias de vidas de pessoas não brancas, consideradas como mestiças, sejam estas escravizadas, libertas ou livres, no contexto colonial e imperial. Abordagens micro-históricas, quantitativas, qualitativas e seriais sobre as vivências cotidianas de pessoas identificadas nas fontes como mestiças (sob as qualidades, por exemplo, de pardos, mulatos, cabras, curibocas, mamelucos), dentro ou fora dos limites da escravidão, serão bem-vindas nesse ST.

ST-11: A CIDADE EM PERSPECTIVA: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES URBANAS NA CONTEMPORANEIDADE

Coordenação: Dr. Giovanni Roberto Protásio Bentes Filho (PPGH- UFRN) | Me. Álvaro Luis Lins de Paiva (PPGH- UFRN)

Lugar do encontro e da concentração de pessoas, das manifestações culturais, do trabalho, da produção, das trocas e dos fluxos de mercadorias, a cidade é uma realidade social dinâmica, complexa e multifacetada no tempo e no espaço. Feita de pedaços, de fragmentos, de partes desiguais, de trechos apagados, rasurados ou que jamais serão reconstituídos, ela é uma obra inacabada, um livro que não se deixa ler por completo, de modo que aqueles que buscaram lê-la ou apreendê-la de forma definitiva trilharam, fatalmente, o caminho do engano, do devaneio e da ilusão. Por essa razão, quando falamos em cidade, estamos, na verdade, nos referindo às suas representações, aos discursos, aos olhares, às percepções, isto é, às formas pelas quais os indivíduos, com suas práticas e valores, integrados em seus respectivos grupos sociais, experienciaram e produziram esse espaço. Em outras palavras, a cidade é uma forma que admite conteúdos variados e simultâneos; é o resultado de um emaranhado de experiências humanas, de desejos e de interesses – nem sempre convergentes – de seus produtores/consumidores. Assim, este simpósio pretende discutir a cidade como fenômeno histórico a partir de suas mais variadas dimensões, de modo que os trabalhos a serem propostos devem atentar para as negociações envolvidas no desenvolvimento, na organização e no processo de significação dos espaços urbanos, considerando as disputas de poder, as práticas políticas, culturais e simbólicas dos diferentes grupos sociais envolvidos na produção da cidade, bem como as memórias produzidas por esses agentes, as relações com o patrimônio material e imaterial, as formas públicas de expressão, as sociabilidades e as sensibilidades. Esperamos, portanto, que este simpósio se configure como um espaço aberto ao diálogo, à reflexão, bem como de troca de conhecimentos sobre novas abordagens e metodologias no tocante ao estudo da cidade e do urbano.

ST-12: VISÍVEIS VIDENTES - IMAGENS E REPRESENTAÇÕES DAS MULHERES NA HISTÓRIA

Coordenação: Dra. Susana Guerra (UFRN) | Dra. Fabíola Alves (UFRN)

Como se construíram as representações das mulheres ao longo da história? Essas imagens sedimentadas das mulheres que pesam sobre cada um dos seus destinos individuais? Através de que dispositivos se instalaram essas ideias redutoras e homogeneizantes (a primeira escrita da mulher), em que medida as imagens alternativas produzidas pelas próprias mulheres (artistas) questionam, desconstroem e relançam o que é e significa ser mulher (a segunda escrita)? Este simpósio pretende confrontar o modo em que as mulheres foram e continuam a ser vistas, com uma pluralidade de imagens singulares que funcionam ao modo de auto-representação. Articulando disciplinas próximas mas distintas, como a historiografia, a história da arte, a cultura visual, os estudos de gênero, etc., vamos procurar problematizar as representações históricas patriarcais das mulheres, analisar os modos em que as imagens da arte feita por mulheres reconstroem, contestam e renovam as representações das mulheres, indagar os procedimentos singulares que as artistas põem em ação para opor-se ao preconceito de gênero e raça, pensar o cânone acidental das mulheres artistas negligenciadas, silenciadas ou esquecidas. Em resumo, o nosso propósito é articular uma perspetiva feminista da história que não apenas introduza novos objetos historiográficos mas que obrigue a uma transvaloração da historiografia como um todo.

ST-13: SERTÕES: IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES

Coordenação: Me. Francisco Leandro Duarte Pinheiro (IFRN) | Me. Júlio César Vieira de Alencar (IFRN)

No Brasil, a palavra "sertão" apresenta sentidos variados, remetendo a um feixe de imagens e agregando definições múltiplas que diversos agentes sociais edificaram ao longo do tempo. Algumas destas definições ficaram sedimentadas no imaginário coletivo: tendo sido elaboradas há mais de um século, continuam ecoando hoje como nota dominante de uma pretensa identidade sertaneja. Outras perderam força evocativa, sendo substituídas no transcurso do tempo. Desde o período colonial, a categoria sertão aparece em narrativas inscritas em suportes tão diversos quanto os documentos escritos (oficiais, literários, jornalísticos), imagéticos e cartográficos. São narrativas, quase sempre, de alteridade, que definem o sertão como o "outro": do litoral, da cidade, da civilização. Instituem-se, assim, hierarquias espaciais que se relacionam fortemente com as dinâmicas de poder. Seja com os colonizadores portugueses, no quadro da formação do território colonial, seja com os técnicos e engenheiros, no contexto das intervenções de combate às secas empreendidas a partir do início do século XX, a questão do poder se apresenta de maneira flagrante, testemunhando que as identidades espaciais não constituem dados autoevidentes da realidade. Do mesmo modo, ao espaço do sertão corresponde um sujeito, igualmente inventado pelas representações que o definem como bárbaro, atrasado, selvagem. Representações que vão do indígena (ainda) não aldeado ao sertanejo contemporâneo. Este simpósio temático, portanto, se propõe a agregar trabalhos que desnaturalizam o imaginário sobre os sertões e os sertanejos, que historicizam suas representações, articulando-as tanto com os mecanismos de poder, quanto com a cultura e as dinâmicas sociais. Não há, aqui, restrições de recorte temporal, pois privilegiamos a delimitação de caráter temático, enfatizando os deslocamentos de significados ocorridos no interior da categoria "sertão".

ST-14: HISTÓRIA, ESPAÇOS E DEMOGRAFIA HISTÓRICA: PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO E ESTUDOS SOBRE POPULAÇÕES NO TERRITÓRIO DO BRASIL (SÉCULOS XVI-XIX)

Coordenação: Dra. Gracineide Pereira (UFRN) | Me. Mario Sélio Ferreira de Brito (UFRN)

Desde a primeira metade do século XVI, as terras do Brasil passaram por processos de ocupação e colonização oriundos de acordos, guerras, conflitos entre os portugueses e os povos indígenas, tendo como propósito a geração de riquezas e implantar o poderio da Coroa Portuguesa sobre esses espaços. Em todos os espaços - da costa aos Sertões - muitos sujeitos (portugueses, mestiços, indígenas e africanos escravizados) participaram, de forma direta ou indireta, implantando nesse território economias diversas ligadas à exploração, às plantações, à criação de animais e do comércio, dinamizando a vida das populações que chegaram com muitas outras que já viviam por essas terras. Nesse sentido, foram se originando demarcações denominadas de sítios, fazendas, currais de gado, arraiais, povoados, vilas e cidades. Nessa empreitada, junto à Coroa Portuguesa, esteve presente a Igreja Católica com a missão de expandir a fé pelos espaços do além-mar, catequizando os povos originários e administrando o território cristão representados pelos aldeamentos, as missões, as capelas, as igrejas e as circunscrições eclesiásticas das freguesias. Desta última, foi produzindo-se a principal fonte da Demografia Histórica, permitindo-nos investigar e conhecer as populações do passado através de informações assentadas nos registros paroquiais como os livros de Batismos, Casamentos e Óbitos. Destarte, é importante frisar que os processos de territorialização não ocorreram de forma pacífica e linear no decorrer dos séculos, mas sim, de particularidades administrativas e de interesses oriundos do Poder Real e de sujeitos que detinham cabedal, patentes militares, cargos administrativos ou estavam a serviço da Igreja Católica. Contudo, é evidente que não se pode desvincular o sujeito do espaço na apropriação e formação do território. Por isso, o presente simpósio tem como objetivo analisar e discutir estudos ligados ao processo de territorialização e aos estudos

populacionais no território do Brasil entre os séculos XVI ao XIX. Isto posto, é de interesse deste simpósio, estudos que tratem da apropriação dos espaços concernente a formação territorial de povoados, de vilas, de territórios cristãos, ocupação das ribeiras, estudos de toponímia, estudo de cartografia, fontes e metodologias que contribuam para tal discussão. Além destes, estudos sobre as variáveis demográficas (natalidade, nupcialidade, mortalidade e migrações), bem como, os estudos sobre ilegítimos e outras investigações que utilizem como fonte principal, os registros paroquiais. Desse modo, pretendemos ampliar as discussões sobre a apropriação dos espaços e estudos populacionais, proporcionando discussões, olhares e perspectivas sobre a organização espacial e social do território do Brasil, somados aos desafios encontrados pelos historiadores(as) no desenvolvimento de suas pesquisas.

ST-15: ANTROPOCENO E HISTORIOGRAFIA: MUDANÇAS CLIMÁTICAS, HISTÓRIA AMBIENTAL E NOVAS PERSPECTIVAS HISTORIOGRÁFICAS

Coordenação: Dra. Paula Rejane Fernandes (UFRN) | Me. Dikson de Almeida Freire (UERN)

Tendo em vista as recentes discussões a respeito do Antropoceno, isto é, a época em que os humanos adquiriram capacidade de alterar as condições físicas, químicas e biológicas do planeta e se transformaram na principal força geológica em atuação (Freyesleben, 2022). Este simpósio temático visa reunir trabalhos com a finalidade de discutir as narrativas construídas a respeito das mudanças climáticas, os humanos como agentes geológicos, os impactos ambientais, relação do humano com a natureza. Somado a isto, buscamos compreender as demandas decorrentes da proposição do antropoceno como uma nova época geológica, e quais demandas são trazidas por isso nas construções dos tempos históricos, sobretudo a partir das provocações feitas pelo historiador Rodrigo Turin (2023). Pensar a respeito de tais questões contribuirá para inserir o trabalho do historiador dentro do campo das Ciências do Sistema Terra e, com isto, possa contribuir para a produção de representações e de futuros possíveis.

ST-16: IMPÉRIOS IBÉRICOS NO ANTIGO REGIME: DINÂMICAS ADMINISTRATIVAS, POLÍTICAS, MILITARES, RELIGIOSAS, AGRÁRIAS E SOCIAIS

Coordenação: Dra. Ana Lunara da Silva Morais (UFCG) | Dr. Leonardo Cândido Rolim (UERN)

Este simpósio temático tem o objetivo de congregar pesquisadoras e pesquisadores interessados(as) em expor resultados parciais e finais de seus estudos sobre as dinâmicas administrativa, política, militar, religiosa, agrária e social nos impérios espanhol e português na Época Moderna. Pretende-se discutir também metodologias de pesquisa que atentem para os sujeitos históricos produtores e partícipes de redes sociais envoltas pelas práticas políticas do Antigo Regime e as delineações de novos espaços de atuação destes sujeitos, caracterizados pelas singularidades que passaram a emergir a partir das expansões ultramarinas e das conquistas. Chamam atenção na atualidade os estudos que analisam as estratégias de articulação política e administrativa dos espaços tomados, da ação dos indivíduos nos modos de governar ou, ainda, no exercício político dos valores religiosos no cotidiano das sociedades ibéricas e coloniais. O fazer-se nobre nos espaços ibéricos propicia análises das dinâmicas socioculturais e da formação de lugares de poder capazes de dialogar ativamente com os reinos europeus. O governo dos povos e as práticas sociais e econômicas das populações coloniais permitem problematizar relações, muitas vezes tensionadas, entre a administração colonial e os agentes da colonização em seus diversos segmentos. As naturezas pluricontinental e compósita, respectivamente, das monarquias portuguesa e espanhola estimulam investigações que merecem maior atenção e, inclusive, possibilidades de intersecções conceituais sobre as práticas políticas e administrativas exercidas nas fímbrias dos impérios, em especial, nas Capitanias do Norte do Estado do Brasil, alvo de muitas investigações na atualidade. Portanto, busca-se discutir temáticas relevantes e suas perspectivas de pesquisa nos impérios ultramarinos ibéricos durante o Antigo Regime, abrangendo diferentes aspectos da sociedade, da cultura, da política e da economia e a variedade de agentes sociais envolvidos.

ST-17: O USO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, O ENSINO DE HISTÓRIA E OUTRAS ÁREAS DO CONHECIMENTO: ENTRE A SALA DE AULA E OS LUGARES NÃO FORMAIS DE APRENDIZAGEM

Coordenação: Dr. Almir Félix Batista de Oliveira (PPGTUR-UFRN)

O simpósio temático ora apresentada à Comissão Organizadora do X ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA por objetivo congregar trabalhos que discutam o uso do Patrimônio Cultural nas suas perspectivas material (tangível) e imaterial (intangível), nos lugares formais de aprendizagem (a sala de aula) e nos lugares não formais (a exemplo dos lugares de memória), ambos como locus privilegiados para se refletir sobre o oficio dos profissionais da História na formação dos educandos, contribuindo nos papeis que serão desempenhados por estes para a defesa e proteção do patrimônio cultural. Estas discussões propostas mostram a vitalidade desse campo de pesquisa. Esta área do saber tem uma enorme importância nas discussões referentes a temática do Ensino de História tomando como exemplo trabalhos que se utilizam da Educação Patrimonial, dos Estudos de Meio, da metodologia da Aula-Oficina, de novas práticas como a do Turismo Pedagógico/Educacional, entre outros. Nas duas décadas finais do século passado e nos dois decênios desse século se observa um intenso desenvolvimento das estratégias educativas referenciadas nos diversos níveis da Educação Básica bem como a reflexão sobre elas nas graduações de História e em pós-graduações, a exemplo do PROFHISTÓRIA e dos mestrados e doutorados acadêmicos. Serão aceitos também trabalhos produzidos em outras áreas correlatas a História e que tomam o Patrimônio Cultural como objeto de estudo e de aprendizagem. Com tudo isso considero essencial a abertura desse espaço para o compartilhamento de saberes.

ST-18: TEORIA DA HISTÓRIA E HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA: TEMAS, PROBLEMAS E MÉTODOS

Coordenação: Dra. Fabíula Sevilha (UFRN) | Dr. Bruno Balbino (IFRN)

Seguindo a tradição do GT Teoria da História da ANPUH/RN, este Simpósio Temático busca reunir pesquisadores e pesquisadoras dedicados ao estudo da Teoria da História e da História da Historiografia em suas variadas matizes e diálogos interdisciplinares. São bem-vindos trabalhos que explorem questões epistemológicas, filosóficas e conceituais da escrita da História e do ofício do historiador e da historiadora. Muito especialmente, esperamos pesquisas que tratem de conceitos como tempo, memória, narrativa, espaço; que abordem as dimensões públicas e de gênero da construção do conhecimento histórico, as novas perspectivas sobre síntese histórica e história global, e os debates sobre descolonização epistemológica no século XXI.

ST-01: OS ESPAÇOS DA ANTIGUIDADE E MEDIEVO: FONTES ANTIGAS, NOVOS OLHARES E PERSPECTIVAS FUTURAS

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38365

OS ESTRANGEIROS NO ALÉM DE SETI I (KV17):
visões egípcias sobre o Outro e o seu espaço na *Duat*

Pedro Hugo Canto Núñez[1]

.

RESUMO:
As crenças funerárias egípcias eram plurais, de modo que a noção de Além (ou *Duat*) diferia tanto em tempo quanto de local em que o discurso funerário fora elaborado. O que propomos nesse texto é demonstrar uma parte do estudo dos estrangeiros na Quinta Hora dos *Portões*, que comumente são vistos pela Egiptologia de forma positiva, como se Rê os estivesse protegendo no Além. Entretanto, iniciaremos nesse texto uma defesa pela reinterpretação dessa perspectiva, pois a partir da análise dos elementos textuais e das comparações com outros discursos funerários do período, percebemos que eles eram vistos como inimigos do faraó tanto no Egito terreno quanto na *Duat*. Entenderemos, então, que essa divisão dos *Portões* demonstra uma forma de controle desses grupos étnicos em relação aos egípcios.
PALAVRAS-CHAVE: Egito Antigo; Reino Novo; Espaço Funerário; Quinta Hora dos *Portões*; Tumba de Seti I (KV17).

THE FOREIGNERS IN THE BEYOND OF SETI I (KV17): Egyptian views on the Other and their space in the *Duat*

ABSTRACT:
Egyptian funerary beliefs were diverse, and the concept of the Afterlife (or *Duat*) varied over time and across the contexts in which funerary discourse was developed. This study examines the depiction of foreigners in the Fifth Hour of the *Gates*, who are often interpreted by Egyptologists in a positive view, as if Re were offering them protection in the Afterlife. However, this paper seeks to challenge and reinterpret this perspective. Through an analysis of textual elements and comparisons with other funerary discourses from the period, we argue that these foreigners were perceived as enemies of the pharaoh, both in terrestrial Egypt and in the *Duat*. Consequently, we propose that the division within the *Gates* reflects a mechanism of control over these ethnic groups in relation to the Egyptians.

---

[1] Doutorando em História (PPGH-UFRN). Membro do MAAT – Grupo de Estudos de História Antiga. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/5089300600029381. Bolsista Capes. E-mail: canto_nunez@hotmail.com.

KEYWORDS: Ancient Egypt; New Kingdom; Funerary Space; Fifth Hour of the *Gates*; Tomb of Seti I (KV17).

Introdução

No senso comum, tendemos a ver as crenças funerárias egípcias como algo estático ou com poucas alterações ao longo da história que conhecemos como Egito Antigo, com estudiosos ainda utilizando de ideias como "cânone" ou "liturgias funerárias", analisando fontes sem uma preocupação com as suas particularidades. Na verdade, a antiga sociedade egípcia tinha crenças plurais. Se pensarmos no âmbito funerário, vemos que a noção de Além (comumente chamado de *Duat*) diferia tanto temporalmente quanto de local em que o discurso funerário fora elaborado. A *Duat* possuía diversas formas, funções e divisões internas, evidenciadas a partir dos diferentes tipos de documentos.

Partindo da prerrogativa de que algumas visões a respeito das crenças funerárias egípcias permanecem as mesmas de 50 anos atrás, o que tentaremos nesse estudo é apresentar uma perspectiva atualizada sobre o assunto. Não estamos dizendo que esses estudos estão errados, mas, conforme defende Rune Nyord (2018; 2019), é necessário revisitarmos atualmente os textos funerários dentro da Egiptologia, uma vez que muitas das interpretações dessas fontes são respaldadas em traduções que utilizaram preceitos de antes da década de 1980 e de toda a reformulação na academia que a Virada Cultural iniciou.

Ao traduzirmos as inscrições da tumba de Seti I (segundo faraó da XIX Dinastia, cujo tumba está no Vale dos Reis, em Tebas) e compreendendo as suas materialidades, nos deparamos com um questionamento para reflexão nos *Portões*, um texto funerário que narra a jornada solar na *Duat* e está subdividido em 12 horas, aparecendo pela primeira vez no Reino Novo como um discurso funerário real. Na Quinta Hora, percebemos uma composição tanto textual quanto iconográfica que

evidencia estrangeiros no Além e, em um primeiro momento, tivemos uma impressão um tanto quanto diferente da Egiptologia "atual".

Talvez, essa visão diferente seja fruto da nossa linha teórica-metodológica, que tende a compreender o Espaço Funerário egípcio de forma holística, analisando em conjunto a estrutura, as imagens e os textos. Não pretendemos nos aprofundar nas especificidades teóricas, mas é importante salientar que utilizamos a Teoria do Engajamento Material, uma derivação da Arqueologia Cognitiva de Lambros Malafouris (2013) que possui um *nexus* baseado em três partes. A primeira é a compreensão da mente não como um processo internalista do sistema cognitivo, mas, sim, como algo que existe em associação com o corpo e as suas ações, interpretando as coisas como consubstanciais, contínuas e partes coextensivas da mente estendida. A segunda é o signo enativo, que aperfeiçoa a interpretação semiótica a partir do entendimento que as coisas são como signos materiais que geram algo. A terceira e última parte da TEM é a agência material, que entende as coisas como um agente eficaz no pensamento e ação humana, feito e utilizado para essa função.

Entre conceitos e teorias: a preocupação inicial do historiador-egiptólogo

O "*Portões*" é um texto estudado na Egiptologia desde as visitas de Jean-François Champollion às tumbas do Vale dos Reis, quando publicou alguns trechos do texto em suas Cartas escritas do Egito e da Núbia ("*Lettres écrites d'Egypte et de Nubie*", de 26 maio 1829). Gaston Maspero, em 1893, foi o primeiro a chamar de *Livro dos Portões*, antes conhecido como *Livro do Inferno* (*Livre d'enfer*) ou *Livro de Hades* (*Book of Hades*), que tinha ampla divulgação por Eugène M. Lefébure na década de 1880, nas publicações das Memórias Publicadas pelos Membros da Missão Arqueológica Francesa do Cairo (*MME*), mais necessariamente o Tomo III do *Os Hipogeos Reais de Tebas*. Em nosso caso, chamaremos simplesmente de *Portões*, abolindo o uso da palavra "livro", pois essa pressupõe uma organização que não

existiu e pode atrapalhar a interpretação ou leitura de pessoas de outras áreas que não da Antiguidade.

Um dos temas principais que moveram esses estudos parece ter sido a aparição dessas quatro etnias (ou quatro "raças", conforme chamam alguns egiptólogos)[2]. Erik Hornung, um dos primeiros que traduziu o texto em consideração às distintas versões e seus hieróglifos, comenta que as quatro etnias estão no Além, sem apresentar uma ameaça para Rê (Hornung, 1980, p. 137). Para isso, Hornung (1980, p. 136-137) levanta a hipótese que, de acordo com o Hino a Áton, do período de Akhenaton (c. 1353-1335 A.E.C.), o deus cuida de todos os seus povos a partir da chuva do "Nilo do céu", alegando que

> os contatos mais intensos do Egito com países estrangeiros no Reino Novo e a adoção de modos de vida e cultura principalmente do Oriente Próximo abriram o caminho para uma atitude mais positiva em relação aos textos que retratam os estrangeiros como miseráveis e hostis, possibilitando as ideias "cosmopolitas" formuladas no Hino a Aton. [tradução nossa] (Hornung, 1980, p. 137)[3]

Na mesma perspectiva que Hornung, Silvia Zago (2022, p. 215), interpreta que as quatro "raças", conforme a autora usa, estavam no Além protegidos por Rê, que cuidava dos mortos sem excluir ninguém[4]. No entanto, acreditamos que existia uma outra intenção para esse discurso funerário real e que a leitura detalhada dos

[2] Vemos em textos recentes como o de Silvia Zago (2022, p. 215) utilizando o termo "raça" para referir-se aos egípcios, asiáticos, núbios e líbios que aparecem nesse texto. No entanto, ao longo de nossos estudos, utilizaremos o conceito de "etnia" para tratar desses quatro grupos, compreendendo todas as complexidades atribuídas ao termo, conforme apontado por Heidi Saleh (2007, p. 10), mas atentando-nos ao nível médio (regional) e macro (estatal) da escala utilizada pela autora, a partir de Fredrik Barth (1994). Não entraremos em um debate conceitual pelos limites da nossa fonte, mas a leitura da Quinta Hora dos *Portões* nos indica uma visão egípcia dos povos asiáticos (sírios), núbios e líbios, com suas próprias vestimentas, peles, adereços, nomenclaturas e adjetivos.

[3] No original: *Die intensiveren Kontakte Ägyptens mit dem Ausland im Neuen Reich, die Übernahme vor allem vorderasiatischer Lebens- und Kulturformen hatte Bahn gebrochen für eine positivere Einstellung gegenüber den "elenden" und feindlichen Fremden und solche "kosmopolitischen" Gedanken, wie sie der Atonhymnus formuliert, möglich gemacht* (Hornung, 1980, p. 137).

[4] No original: *The opening of the lower register (scene 30) features the well-known representation of the four races of human- kind (Egyptians, Asiatics, Nubians, and Libyans), which stand for the al-encompassing protection of the solar deity, who cares for the deceased in the next world, no one excluded* (Zago, 2022, p. 215).

seus elementos espaciais, iconográficos e textuais podem nos fornecer uma nova perspectiva (com um significado mais profundo) para a antiquada "eles estão no Além". Argumentamos aqui que um documento como o Hino a Áton, que tem um propósito específico de demonstrar a abrangência do poder desta divindade, não pode ser o único documento a ser levado em consideração para uma visão positiva em relação aos estrangeiros. Além disso, a confecção dos *Portões* é posterior ao período amarniano e estamos tratando de um discurso funerário real, não de hinos.

Se nos restringirmos ao próprio discurso funerário, Hornung mesmo demonstra que, na Quinta Hora do *Livro da Noite* "os povos estrangeiros são mostrados ajoelhados e amarrados ao lado dos egípcios em pé (rmTw); Hórus os chama de 'rebeldes' sbjw, atribuindo-lhes assim o papel normal de inimigos, que desempenham nas inscrições reais" (Hornung, 1980, p. 137)[5]. Claro, essa divisão do *Livro da Noite* é posterior aos *Portões*, mas o início da sua produção data do período de Seti I, justamente quando vemos pela primeira vez a versão completa da Quinta Hora dos *Portões*. Mas, o que nos diz necessariamente a fonte?

Por uma releitura dos estrangeiros da Quinta Hora dos *Portões*

A Quinta Hora, Figura 1, apresenta um espaço de cultivo de oferendas, com terras agrícolas (AHt) e o Campo de Juncos (sxt-iArw), ideias complementares, mas, também, um espaço de ocultação, com cavernas secretas empossadas[6] (orrwt StA xrt) e o Local da Destruição (Htmyt), indicando um preparo para o que é comumente visto como a sequência dessa divisão, a cena de julgamento de Osíris. Existem duas versões da Quinta Hora na KV17 e focaremos a leitura na versão

[5] No original: *Aber dort sind die Fremdvölker, neben den stehenden Ägyptern (rmTw), kniend und gebunden dargestellt; Horus redet sie als sbjw "Rebellen" an und weist ihnen damit ihre normale Rolle als Feinde zu, die sie in den königlichen Inschriften spielen* (Hornung, 1980, p. 137).

[6] Utilizamos o prefixo "em" na palavra "posse" para a ideia de que as divindades existem dentro das cavernas a partir do ato de tomar posse da caverna para si.

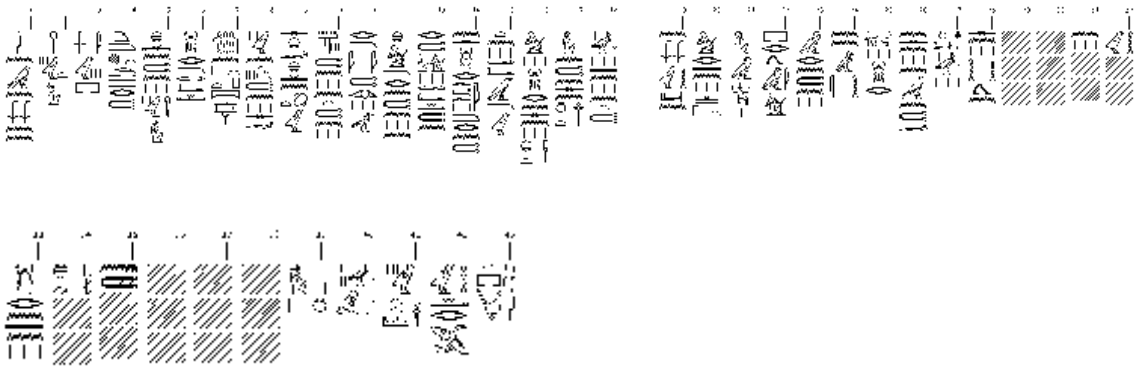
superior da tumba de Seti I (KV17) por ser a primeira que aparece completa na parede de uma tumba[7]. Além disso, pelo tempo desta apresentação, analisaremos apenas as colunas 1 a 43, que é o primeiro momento do texto, a fala de Hórus, destacada na parte inferior da Figura 1.

Figura 1: A Quinta Hora dos *Portões* (versão superior da tumba de Seti I).



Fonte: imagem disponibilizada pelo *FactumArte*.

Lemos, nessas colunas, de egípcio para o português (tradução nossa):



[1] in Hrw n nn ny [2] awt raw [3] imyw dwAt [4] kmt dSrt [5] (A)x n.Tn awt raw [6] xpr m aA [7] xnty pt TAw [8] n fnDw.Tn snf- [9] xfx n wtw [10] .Tn ntTn [11] rmyt Ax(t) [12] .i m rn.Tn n [13] rmTw aA.Tn [14] n sxpr in.Tn m rn.Tn [15] n aAmw [16] xpr n.sn sxmt [17] nts nDt [18] bAw.sn ntT-

[7] A versão da parte inferior aparece deteriorada no final do terceiro registro e incompleta, como uma versão resumida do texto.

[19] n nn Hwy n [20] .i r.sn Htp [21] m HH [22] pri im.i [23] m rn.Tn [24] nn nHsy- [25] w xpr [26] n.sn n Hrw ntf [27] nD bAw [28] .sn HHyn [29] [...] [30] [...] [31] n [...] [Tm-] [32] Hw [...] [33] xpr n.sn [34] sxmt [35] nt[s] [...] [36] [...] [37] [...] [38] [...] [39] nw [40] bAw imy- [41] w imntt [42] wDw r Htm- [43] yt

[1] Por Hórus para estes do [2] rebanho (de) Rê [3] que estão na *Duat*, [4] *Kemet*, *Desheret*: [5] "Efetividade para vocês, rebanho (de) Rê, [6] surjam no Grande, [7] que está em frente ao firmamento. Respiração [8] para teus narizes, liber- [9] dade para os enfaixamentos [10] de vocês. Vocês são [11] as lágrimas (do) olho (divino) [12] meu no nome de vocês de [13] egípcios. Grande vocês [14] para o criador. Por vocês no nome de vocês [15] de Asiáticos (Sírios). [16] Surja para eles, Sekhmet, [17] ela protege [18] os Bau deles. São e- [19] les esses batidos por [20] mim para eles. Alegrei [21] (-me) no milhão [22] (que) saiu de mim [23] no nome de vocês [24] de Núbios. [25] Surjam [26] para eles de Hórus, ele [27] protege os Bau [28] deles. Procurei [29] [...] [30] [...] [31] [...] [Lí-] [32] bios [...] [33] Surja para eles, [34] Sekhmet, [35] ela [...] [36] [...]" [37] [...] [38] [...] [39] dos [40] Bau que estão [41] no Ocidente, [42] ordenados para o lugar da destrui- [43] ção.

Aqui temos a evidência dos estrangeiros no Além, nomeados como asiáticos (sírios), núbios e líbios, na fala de Hórus, que é direcionada para o rebanho de Rê (awt raw), um grupo diverso que está sob comando da divindade. Os integrantes do rebanho de Rê são aqueles que estão na *Duat*, *Kemet*, *Desheret* (imyw dwAt kmt dSrt). A palavra imyw é um nisba de preposição (Allen, 2010, p. 91), que indica uma localização espacial, como "aquilo que está" ou "aquilo que pertence" em algum lugar ou coisa, e, nesse caso, não seria diferente.

Contudo, aparecem três espaços após esse nisba que, em teoria, são distintos: *Duat*, normalmente traduzida por "Além"; *Kemet*, associada ao "Egito"; e *Desheret*, que geralmente aparece como "deserto" ou "terras estrangeiras". De fato, o nisba pode atender aos três espaços, indicando que o rebanho de Rê estaria tanto na *Duat* quanto em *Kemet* e *Desheret*. Entretanto, Hornung (1980, p. 136) observa que tanto para *Kemet* e *Desheret* os egípcios utilizaram o signo O49 (⊗) como classificante, algo incomum para esses nomes[8]. Zago (2022, p. 215) sugere que o uso do O49 seria uma divisão da *Duat* entre uma esfera interna (kmt), para os egípcios, e uma externa

[8] Na verdade, nesse período vemos que *Kemet* pode aparecer em documentos administrativos com dois signos O49, enquanto *Desheret* aparece apenas com o N25 ().

(dSrt), designando um espaço na *Duat* para os estrangeiros e aperfeiçoando o que Hornung (1980, p. 136) observou. Porém, acreditamos que podemos nos aprofundar nessa suposta divisão para entendermos se ela é válida da forma que Zago sugere.

Devemos primeiro comentar sobre a palavra *Duat*. O signo O1 pode ser usado como um classificante genérico de um espaço calculado e fechado. A palavra at ("região" ou "câmara" - ), utilizada para a composição de at imnt, que é a "Região Oculta" (o espaço total da *Duat*), apresenta o mesmo classificante. Battiscombe Gunn e T. Eric Peet (1929), ao analisarem papiros matemáticos, indicam que a palavra at aparece para designar um espaço retangular fechado, sem um limite claro (Gunn; Peet, 1929, p. 68). Com isso, poderíamos interpretar que o O1 não possui limites claros para a dimensão espacial, podendo ser utilizado tanto na composição de uma grande região quanto um espaço pequeno. Portanto, a palavra dwAt nesse trecho da Quinta Hora dos *Portões* pode ser entendida como a totalidade do Além.

As palavras kmt e dSrt, no entanto, são um pouco mais complexas. Pensando apenas em um senso comum entre os egiptólogos, a palavra kmt é normalmente traduzida por "Terrra Negra", ou "Egito", a primeira fazendo uma ligação com a própria palavra utilizada para a cor "preta", enquanto a segunda pela associação à cor da terra após a inundação do Nilo e generalizando a aparição disso para todo o espaço que compreendemos hoje como "Egito". No entanto, podemos nos aprofundar um pouco mais nessa palavra e refletirmos sobre o seu uso. O signo O49 () foi utilizado para um espaço delimitado específico, diferente do genérico O1, e era comumente associado a cidades ou um lugar habitado (Gardiner, 1957, p. 498).

Concordamos com uma série de egiptólogos, entre eles Alessandra Nibbi (1990; 1992), de que kmt não deve ser traduzida simplesmente por "Egito". Em suas análises do Papiro Harris, mais especificamente o texto da Prancha 75, Nibbi (1990, p. 67-70) observa que, ao narrar os feitos de Ramsés III para o Grande deus enquanto governante dos rxit, aparece, nas linhas 2 e 3, a frase wn pA tA n kmt xAa m-rwt ("Foi essa terra de *Kemet* abandonada fora"). A autora defende, então, que podemos considerar tA n kmt como "terra da Cidade Negra" ("*the land of the Black City*"), talvez uma área controlada pelo estado egípcio (Nibbi, 1990, p. 68), interpretando que o xAa m-rwt ("abandonada fora") possuiria o sentido de que essa área esteve fora do controle do estado egípcio por rebelião ou por retirada das forças estatais como punição, de modo que é possível ler as passagens que seguem estas linhas, sobre as guerras de Ramsés III com os asiáticos e líbios[9], como o detalhe da situação geral estabelecida nas linhas de abertura da seção, restringindo que esses eventos ocorreram apenas no Delta do Egito (Nibbi, 1990, p. 69).

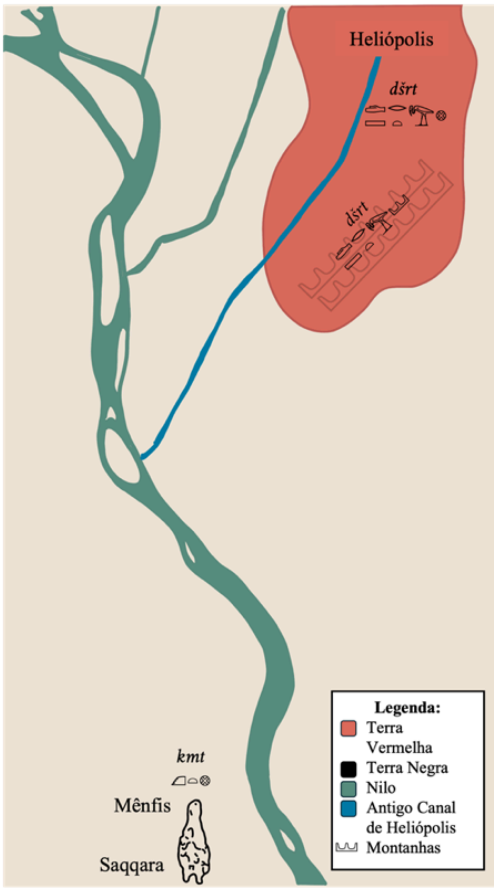
Assumindo que essa tA n kmt seria uma parte do Delta do Egito, a autora contrasta kmt com a palavra dSrt, acreditando ser possível ver as duas terras não como a dicotomia de "Egito" e "estrangeiro", mas uma "Terra Negra" como parte do Delta e uma "Terra Vermelha" também no Delta. Nibbi, portanto, parte de evidências dos diferentes tipos de solo no próprio Delta, onde indicativos arqueológicos e geológicos mostram que existia argila vermelha na área de Heliópolis (Nibbi, 1992, p. 9), tentando estabelecer paralelos (epigráficos, arqueológicos e geográficos) se essa cidade ou região poderia ser vista como dSrt[10].

[9] Para uma leitura aprofundada sobre essas guerras de Ramsés III descritos no Papiro Harris, recomendamos a tese de Arthur Fabrício (2024), especialmente o tópico 3.3 (Fabrício, 2024, p. 258-270).

[10] A palavra dSrt, a depender do classificante, pode ser traduzida por O Vermelho (epíteto de Seth), Coroa Vermelha (coroa do Baixo Egito), um grão (cereal), a própria cor vermelha, deserto, raiva ou fúria.

A sua ideia parece ter pontos consistentes para considerarmos a aplicação dos seus resultados ou, pelo menos, iniciarmos uma discussão que leve em consideração seus apontamentos.

Figura 2: Mapa de Kemet (kmt) e Desheret (dSrt) para Alessandra Nibbi.



Fonte: Adaptado de Alessandra Nibbi (1992, p. 10).

Na Figura 2 temos uma adaptação do mapa que Nibbi construiu com base em seus resultados, no qual vemos Heliópolis e a região ao redor como dSrt, e a região de Mênfis e Saqqara, ao Sul, como kmt. Embora não concordemos com todas as suas análises, se utilizarmos essa pesquisa como motor para a nossa discussão sobre a aparição dessas duas regiões nos *Portões* podemos alcançar

resultados relevantes. A palavra dSrt estar após kmt e ambas estarem após dwAt pode ser um indicativo de importância na listagem. A *Duat* seria, claro, o espaço maior, pelo seu classificante O1 e por ser sempre recorrente no discurso funerário do período.

Entretanto, mesmo que haja uma preferência por *Kemet* aparecer primeiro no texto que *Desheret*, não concordamos com Zago (2022, p. 215) de que seriam uma esfera interna e externa da *Duat*, respectivamente. O discurso funerário egípcio que separa a *Duat* em esferas, de acordo com o *Livro de Nut*, aparece no Osireion, e os desdobramentos posteriores entre o *Livro do Dia* e o *Livro da Noite*, conforme observa Marcus Müller-Roth (2008, p. 491-498), coloca o Egito como o centro das quatro etnias. Entretanto, como Zago (2021) mesmo observa, a forma iconográfica dessa divisão só aparece no Período Tardio (c. 712-332 A.E.C.), de modo que pensar nisso para esse trecho da Quinta Hora dos *Portões* seria algo um tanto quanto anacrônico por causa do longo período entre o texto que estamos trabalhando e a divisão iconográfica dos povos. Acreditamos, assim, que tanto *Kemet* quanto *Desheret* são "simples" divisões da Quinta Hora dos *Portões*, fazendo parte das terras agrícolas e férteis da divisão: uma Terra Negra e uma Terra Vermelha.

Voltando para a fala de Hórus, vemos ele concedendo efetividade para o rebanho de Rê, ordenando que eles surjam no Grande, que está em frente ao firmamento (xpr m aA xnty pt), um epíteto de Rê. O que vemos após isso pode ser subdivido em quatro partes, conforme a Tabela 1. Hornung (1980, p. 137) comenta que esse discurso de Hórus é dirigido diretamente para os quatro grupos étnicos. Na verdade, vemos que existe uma certa ordem nas palavras ditas e, esquematizando essa fala, temos a tabela, onde separamos três momentos do texto para os estrangeiros e quatro momentos para os egípcios, sendo argumentável esse primeiro momento como parte da fala dirigida para os egípcios.

Tabela 1: esquema das falas para os egípcios e estrangeiros, Quinta Hora dos *Portões*.

Destinatário	Primeiro momento	Segundo momento	Terceiro momento	Quarto momento
 rmTw Egípcios	Respiração para teus narizes, liberdade para os enfaixamentos de vocês.	Vocês são as lágrimas (do) olho (divino) meu	no nome de vocês de egípcios (pessoas/humanos)	Grande vocês para o criador.
 aAmw Asiáticos (sírios)		Por vocês no nome de vocês de Asiáticos (Sírios).	Surja para eles, Sekhmet, ela protege os Bau deles.	São eles esses batidos por mim para eles.
 nHsyw Núbios		Alegrei(-me) no milhão (que) saiu de mim	no nome de vocês de Núbios.	Surja para eles, de Hórus, ele protege os Bau deles.
 TmHw Líbios		Procurei [meu olho, surgido de vocês]	[no nome de vocês de] [Lí-]bios	Surja para eles, Sekhmet, ela [protege os Bau deles]

Fonte: tabela elaborada por nós a partir da nossa tradução da Quinta Hora dos *Portões*.

Podemos ver que existem dois motivos textuais presentes em todas as etnias, que são as ações de Hórus (em primeira pessoa) para cada uma, destacado por nós em verde na tabela. Começando pelos "egípcios", devemos nos questionar sobre como vemos esse termo nas traduções das fontes que temos. Normalmente, ele a palavra rmTw é traduzida por "humanidade" ou "pessoas", mas defendemos aqui que deve ser utilizado o termo "egípcios", pois esse se aproxima mais do sentido dos antigos egípcios. Podemos revisitar a *Vaca Celeste* como exemplo, uma cosmogonia que apareceu pela primeira vez na tumba de Tutankhamon em partes e pela primeira vez completo na tumba de Seti I. Esse é um discurso funerário real no qual Rê está cansado com as "pessoas" (rmTw), que estavam conspirando contra ele e envia Háthor como Sekhmet para matá-los (smA rmTw). Pensando em uma perspectiva de que os egípcios estariam criando, nessa segunda metade da XVIII Dinastia, um ideal de distinção com os demais povos ao redor deles, poderíamos

interpretar que essa cosmogonia não englobaria as demais etnias e seria restrita aos egípcios como o povo que Rê escolheu ensinar como apaziguar Sekhmet.

Os agora entendidos como "egípcios", foram associados, na Quinta Hora, às lágrimas do olho divino, e podemos encontrar uma justificativa para isso a partir da *Vaca Celeste*, no qual vemos que os egípcios surgiram do olho de Rê (rmTw xprw m irt.i). As lágrimas (rmyt) são o que sai do olho e uma das ações que vemos em referência a isso é o luto da morte. Na *Litania de Rê*, por exemplo, a palavra rmyt aparece como uma forma de Rê, geralmente traduzido como "Choroso", e como um elemento de união do corpo do Enlutado (iAkby). Isso nos permite pensar que essas lágrimas saem do olho e podem ser uma metáfora para indicar que os egípcios dos *Portões* estão mortos, criados pelo olho e unificados pelas lágrimas.

Os asiáticos aparecem como aqueles batidos ou golpeados (Hwy) por Hórus. A palavra Hwy (que também pode aparecer por Hwt ou Ht), possui um sentido de "*coup*" (Bonnamy, 2019, p. 408), e "*schlagen*" (Hannig, 2006, p. 1624), que, traduzindo para o português, seria "bater" ou "golpear". Preferimos a primeira tradução por ter um sentido mais abrangente, sem necessidade de um intermédio, enquanto o segundo parece mais atrelado a um movimento específico ou com uma arma. Então, se os asiáticos são os batidos ou golpeados por Hórus, que é uma divindade associada ao faraó em vida, e isso se repete no Além, um elemento negativo para esses estrangeiros.

Os núbios possuem, antes da apresentação do nome do grupo, a informação de que Hórus se alegrou no milhão que saiu dele (Htp m HH pri im.i). A tradução de Htp por "alegre" foi baseada em Hornung (2014, p. 172), mas o termo também pode significar "repousar" e ambos podem ser conceitos indissociáveis para o antigo egípcio. Esse "milhão" (HH) aparece como pilar *Hehu* na *Vaca Celeste* e, neste

texto, após a criação do Campo de Oferendas (sxt-Htp) e do Campo de Juncos (sxt-iArw) no interior de Nut como a vaca celeste, ela começa a tremer muito e Rê faz surgir os pilares *Hehu* para apoiá-la e, consequentemente, erguê-la. No primeiro registro da Quinta Hora dos *Portões* lemos a criação do Campo de Juncos e, provavelmente, o milhão (pilar) que sai de Rê seja um resgate desse discurso funerário. Assim, não parece existir uma relação direta dessa inscrição com os núbios e, talvez, essa seja uma forma de reafirmar a separação entre os egípcios e os núbios a partir dos limites do firmamento, os pilares que sustentam Nut, o motivo da alegria (ou repouso) de Hórus.

Os líbios possuem suas colunas de texto quase que todas deterioradas na KV17, de modo que precisamos reconstruir a partir da versão do sarcófago de Seti I. Nisso, vemos que o momento antes da apresentação dos líbios está o indicativo de que Hórus procurou o seu olho, surgido "de vocês". Assim como no caso dos núbios, esse momento não parece ter uma relação direta com os líbios, uma vez que os olhos de Hórus podiam aparecer como um amuleto, evidenciando seu caráter protetor e, no Reino Novo, eram pintados na proa das barcas solares com a função de iluminar o caminho e proteger a barca (Wilkinson, 2011, p. 55).

Reparando nos momentos de invocação de Sekhmet, vemos que ela é invocada para "eles" e protege os Bau "deles". Entretanto, essa deusa tem o caráter destrutivo inerente, em contraste com o caráter protetor para os Bau, apresentado na fala de Hórus. É possível interpretarmos essa invocação de Sekhmet seja para os grupos (asiáticos, núbios e líbios)[11] e os Bau que ela protege são, na verdade, os dos egípcios. Voltando à *Vaca Celeste* e revisando o rmTw deste texto como apenas egípcios, temos mais um argumento para que Sekhmet seria feroz com os

[11] No caso dos núbios, o nome dela não aparece explicitamente, mas a invocação ainda existe por causa da preposição n antes do nome de Hórus (inexistente nas outras invocações), alegando que ela surge dele (da invocação dele).

estrangeiros, pois eles não sabem como apaziguar a divindade como os egípcios. Nessa linha de interpretação, não teríamos uma visão positiva desse Além para os estrangeiros, como Hornung (1980, p. 137) interpreta. Pelo contrário, começamos a perceber que os asiáticos, núbios e líbios continuam inimigos também na *Duat*, com Sekhmet invocada para auxiliar na destruição deles.

Pensando assim, podemos, finalmente, explicar que separamos, nesse esquema, o primeiro momento da fala de Hórus apenas para o grupo egípcio. Além disso, percebemos que as duas falas pessoais de Hórus para os núbios e os líbios não possuem uma relação direta com os seus grupos étnicos e, sim, com algo egípcio em ambos os casos, o contrário acontece para os asiáticos, com uma fala após a introdução do nome e da divindade. Poderíamos argumentar que esse seria um recurso gramatical egípcio para essa fórmula: a invocação do nome teria primazia no discurso e o que viesse depois seria voltado para ele.

Nesse caso, os momentos iniciais das falas de Hórus para os núbios e líbios seriam voltados para os egípcios e, não, para os estrangeiros, como uma forma de retornar o texto para o principal, que é a relação direta dessas etnias com os egípcios. O início dos textos para os núbios e líbios, como argumentamos, fazem menção aos egípcios, como uma tentativa de retornar o texto a esse grupo e identificando as diferenças entre os estrangeiros e os egípcios, algo que não é necessário para os asiáticos, pelo texto para estes estarem logo após as colunas dos egípcios.

Considerações finais

Sendo assim, estudamos nesse texto sobre o espaço dos estrangeiros em um Espaço Funerário tipicamente do Reino Novo, interpretando o discurso funerário real a partir de seu contexto. Tentamos atualizar uma perspectiva dentro da própria Egiptologia, com uma discussão focada em intertextualidades inerentes ao próprio

discurso funerário real do período, escolhendo o debate com um aspecto que era visto como algo positivo há mais de 40 anos: o espaço dos estrangeiros no Além.

Podemos aprofundar a ideia em publicações futuras, com a análise dos elementos iconográficos e espaciais da Quinta Hora dos *Portões*, comparando com outros discursos funerários do período e, também, com as outras divisões do próprio texto. O que observaremos é, por exemplo, que a imagem de Hórus nessa posição, nas demais divisões dos *Portões*, está sempre em confrontamento com inimigos (ou rebeldes), e, na Quinta Hora do *Livro da Noite*, posterior ao *Portões*, os estrangeiros estão em posição de inimigos (signo A13 - ) em frente aos egípcios.

Mesmo assim, o que analisamos na leitura aprofundada das inscrições nos demonstra que a perspectiva egípcia na construção desse discurso funerário real dos *Portões* é que sempre fosse estabelecido uma alteridade entre os próprios egípcios e os Outros. Esses não estão sob a proteção de Rê, do faraó ou de outras divindades. Pelo contrário, os estrangeiros foram classificados como inimigos, a partir do uso dos adjetivos e disposição do texto, e desconhecedores dos elementos propriamente egípcios, como o apaziguamento de Sekhmet.

REFERÊNCIAS

ALLEN, James. **Middle Egyptian**: an introduction to the language and culture of hieroglyphs. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

BARTH, Fredrik. Enduring emerging issues in the analysis of ethnicity. *In:* VERMEULEN, Hans; GOVERS, Cora (org.). **The Anthropology of ethnicity:** beyond 'ethnic groups and boundaries'. Amsterdam: Spinhuis, 1994.

BONNAMY, Yvonne. **Dictionnaire des hiéroglyphes**. Paris: Actes Sud, 2019.

FABRÍCIO, Arthur Rodrigues. **Eu fiz para ti:** os aportes de Ramessés III (1187-1157 AEC) para o desenvolvimento da paisagem memorial tebana no Egito Antigo da XX Dinastia. 2024. 794f. Tese (Doutorado em História) - Centro de

Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

GARDINER, Alan. **Egyptian Grammar.** Oxford: Griffith Institute, 1957.

GUNN, Battiscombe; PEET, T. Eric. Four Geometrical Problems from the Moscow Mathematical Papyrus. **The Journal of Egyptian Archaeology,** v. 15, n. 3/4, 1929, p. 167–85.

HANNIG, Rainer. **Ägyptisches Wörterbuch II:** Mittleres Reich und Zweite Zwischenzeit. Mainz: Verlag Philipp von Zabern, 2006.

HORNUNG, Erik; ABT, Theodor. **The Egyptian Book of Gates**. Zurich: Living Human Heritage Publications, 2014.

HORNUNG, Erik. **Das buch von den pforten des jenseits**. v. 2. Genebra: Aegyptiaca Helvetica, 1980.

MALAFOURIS, Lambros. **How things shape the mind:** a theory of material engagement. Cambridge: The MIT Press, 2013.

MÜLLER-ROTH, Marcus. **Das buch vom tage**. Göttingen: Academic Press, 2008.

NIBBI, Alessandra. A contribution to our understanding of kmt. **Discussions in Egyptology**, 16, p. 63-72, 1990.

NIBBI, Alessandra. The two lands: the black and the red. **Discussions in Egyptology**, 22, p. 9-21, 1992.

NYORD, Rune. "Taking Ancient Egyptian mortuary religion seriously": why should we, and how could we?. **Journal of Ancient Egyptian Interconnections,** v. 17, p. 73-87, mar. 2018.

NYORD, Rune. Introduction: egyptian and egyptological concepts. *In:* NYORD, Rune. **Concepts in Middle Kingdom funerary culture:** proceedings of the Lady Wallis Budge anniversary symposium held at Christ's College. Leiden: Brill, 2019.

SALEH, Heidi. **Investigatin ethnic and gender identities as expressed on wooden fuerary stealae from the Libyan Period (c. 1069-715 BCE) in Egypt**. Oxford: BAR, 2007.

WILKINSON, Richard. **Cómo leer el arte egipcio:** guía de jeroglíficos del Antiguo Egipto. Barcelona: Editorial Crítica, 2011.

ZAGO, Silvia. A Cosmography of the Unknown. The qbḥw (nṯrw) Region of the Outer Sky in the Book of Nut. **Bulletin de l'Institut Français d'Archéologie Orientale**, n. 102, p. 215-234, 2021. Disponível em: https://journals.openedition.org/bifao/10285. Acesso em: 4 ago. 2024.

ZAGO, Silvia. **A Journey through the beyond:** the development of the concept of Duat and related cosmological notions in Egyptian funerary literature. Columbus: Lockwood Press, 2022.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38402

ASSÍRIA E EGITO EM CONTATO:
formas de interação como alternativa para o ensino de História Antiga

Ruan Kleberson Pereira da Silva[1]

RESUMO:
Os estudiosos de Antiguidade há décadas destacam o papel imprescindível desempenhado pelo Mar Mediterrâneo para as populações que habitaram seu entorno. Nas últimas décadas, os estudos sobre as rotas, trocas comerciais e culturais no Mediterrâneo Antigo buscaram construir diálogos, promover reflexões e debater de maneira ampla acerca das relações, interações e conexões na Antiguidade. Diante disso, o presente estudo busca refletir sobre a diversidade de relacionamentos e interações estabelecidas entre Assíria e Egito, contribuindo para a formação e a consolidação de uma visão da Antiguidade integrada, diversa, múltipla, servindo como um guia de reflexão dialógico e como um importante viés à produção de propostas pedagógicas para o Ensino de História, sobretudo para o Ensino de História Antiga.
PALAVRAS-CHAVE: Assíria; Egito; Mediterrâneo Oriental; Ensino de História Antiga.

ASSYRIA AND EGYPT IN CONTACT: forms of interaction as an alternative for teaching Ancient History

ABSTRACT:
For decades, scholars of antiquity have highlighted the essential role played by the Mediterranean Sea for the people who lived around it. In recent decades, studies on the routes, commercial and cultural exchanges in the Ancient Mediterranean have sought to build dialogues, promote reflections and debate in a broad manner about the relationships, interactions and connections in Antiquity. In view of this, this study seeks to reflect on the diversity of relationships and interactions established between Assyria and Egypt, contributing to the formation and consolidation of an integrated, diverse, multiple view of Antiquity, serving as a guide for dialogical reflection and as an important bias in the production of pedagogical proposals for History Teaching, especially for the Teaching of Ancient History.
KEYWORDS: Assyria; Egypt; Eastern Mediterranean; Teaching Ancient History.

[1] Doutorando em História – PPGH/UFRN. Membro do MAAT – Núcleo de Estudos de História Antiga (UFRN). Lattes: http://lattes.cnpq.br/7999377274305709. Email: ruankpsilva@gmail.com.

Expansão assíria e o Mediterrâneo Oriental Antigo: a natureza das interações

Os estudiosos de Antiguidade há décadas destacam o papel imprescindível desempenhado pelo Mediterrâneo para as populações que habitaram seu entorno, englobando diversas sociedades antigas europeias, africanas e orientais. Essas questões começaram a aparecer na historiografia do século XXI, estimuladas por problemas presentes no processo de globalização, promovendo a ocorrência de mais estudos sobre as rotas, trocas comerciais e culturais no Mediterrâneo Antigo, buscando construir diálogos, promover reflexões e debater de maneira ampla acerca das relações, interações e fluxos na Antiguidade.

Diante disso, o presente estudo busca refletir sobre a diversidade de relacionamentos e interações estabelecidas entre Assíria e Egito ao longo do processo de expansionismo territorial neoassírio, durante os séculos IX-VII AEC (Lanfranchi, 2000), registradas em fontes documentais de tipologias diversas, sendo indício de um largo processo de conectividade (Wasmuth, 2016), sobretudo nas redes comerciais da costa oriental do Mediterrâneo Antigo (Parpas, 2018), observando essa espacialidade como uma zona de mobilidade e integração (Dezsö; Vér, 2013), que contribuiu para a composição social, política, econômica, cultural e religiosa diversos povos em interação.

Analisar as circunstâncias históricas específicas que fomentaram os contatos e trocas que os assírios estabeleceram com o Egito, sobretudo na rivalidade comercial no Mediterrâneo Oriental Antigo, contribui para a formação e a consolidação de uma visão da Antiguidade integrada, diversa, múltipla, servindo como um importante guia de reflexão dialógico para a compreensão das questões latentes no mundo atual e dos relacionamentos que se estabelecem no interior dele, efetivando-se como um importante viés para a produção de propostas didático-pedagógicas para o Ensino de História, sobretudo para o Ensino de História Antiga.

Para tanto, é preciso levar em conta que o processo de expansionismo territorial neoassírio, iniciado no século IX AEC, foi potencializado pelas transformações implementadas sob o reinado de Tiglath-Pileser III (745-727 AEC), quando o Império Neoassírio transformou as guerras em empreendimentos de conquistas duradouras e restabeleceu a paz imperial. Dentre os principais instrumentos que tornaram isso possível esteve a reorganização do exército e a formação de um exército profissional permanente – denominado *kisir šarrûti*, o "laço da realeza" –, composto por contingentes recrutados nas províncias periféricas e por alguns mercenários e tropas auxiliares que esporadicamente compunham as linhas do exército.

No plano diplomático, o rei reformou a estrutura administrativa e burocrática imperial assíria, visando fortalecer a autoridade real e reduzir os poderes de governadores, pautado em um eficiente sistema de comunicação, ligando metrópole e províncias. As províncias conquistadas eram, sempre que necessário, privadas de seus soberanos e transformadas ou fragmentadas, confiadas a um governador que detinha poderes administrativos, militares, judiciais e financeiros, embora sob vigilância e intervenção direta do governo central. Esses governadores também estavam encarregados de recolher o *madattu*, forma de tributo anual, e de enviá-lo à capital; manter a ordem imperial; supervisionar a execução de obras públicas; recrutar as tropas que comporiam as forças do exército da sua província; e vigiar os reinos e províncias vizinhas hostis à Assíria (Liverani, 2016; Takla, 2008).

Essa política, no entanto, não se restringiu a um mero processo ostensivo de conquistas militares de territórios contíguos, pois a geografia do poder exercida na expansão imperial assíria estabeleceu "ilhas" de controle territorial em zonas periféricas, garantindo o governo indireto da Assíria sob as regiões fora das fronteiras imperiais, criando zonas neutras ocupadas por pequenos reinos e/ou Estados não-hostis ao Império. Para assegurar a efetivação do domínio e da comunicação nas regiões circundantes, a Assíria estabeleceu um sistema de

corredores interconectando todas as porções do vasto território, mantidas de acordo com os diversos níveis de autonomia em relação ao governo central assírio, pois a natureza do controle imperial era variável e flexível conforme a aplicação dos métodos e usos do poder ao longo da heterogeneidade territorial tanto na capital imperial, quanto nas zonas periféricas (Parker, 2012). De acordo com esse modelo analítico, as províncias estiveram diretamente sob o controle territorial assírio, na medida em que estados vassalos estavam submissos ao controle hegemônico imperial. De outra parte, houveram regiões e estados que mantiveram-se em neutralidade, ou mesmo autônomos em relação à Assíria. Eram considerados estados inimigos apenas aqueles que se opunham diretamente à Assíria, rivalizando pelo poder regional ou por disputas comerciais, mantendo-se hostis e confrontando militarmente o Império Neoassírio.

A consolidação desse *continuum territorial-hegemônico* se deu mediante a relação direta entre exercício de força, estabelecimento do poder e perpetuação da hegemonia assíria. Segundo Parker (2014), retomando as discussões dos estudos em antropologia, deve-se entender o poder como a capacidade de atingir objetivos através da força, coerção, intimidação, pressão ou diplomacia, diretamente relacionado à percepção do poder, não apenas com a ação direta; enquanto hegemonia não implicaria no controle territorial direto, mas referia-se ao controle indireto através da coerção e da persuasão, atuando de forma mais efetiva do que o uso da força na criação e manutenção do Império Neoassírio. Nesses termos, as campanhas reais assírias não foram apenas para derrotar os inimigos, teriam sido demonstrações estratégicas de poder usadas para gerar e perpetuar a hegemonia assíria, reforçado pela prática da *"guerra psicológica"* e da comemoração de vitórias.

Com isso, implementou-se uma "geografia do poder" variável e flexível, na qual a Assíria regulava sua relação com os estados vassalos a partir dos seguintes eixos:

> a) Independência na administração de seus assuntos internos; b) Tolerância religiosa, étnica e cultural; c) Pagamento de tributo regular (*biltu*, *madattu*) e/ou presentes de audiência ou cerimoniais (*namurtu*, *kadru*), e reembolso de taxas alfandegárias ou de trânsito (*miksu*), bem como participação em campanhas militares assírias; d) Exploração de seus recursos e integração econômica no sistema econômico assírio, e cooperação com os mecanismos de monitoramento e supervisão sempre que necessário; e) Obediência política imposta por coerção, intimidação e interferência militar direta ou indireta; f) Em caso de desobediência inaceitável e insubordinação, eram anexados à rede provincial assíria (Parpas, 2018, p. 34).

O delineamento dessa estrutura de autonomia em relação ao Império Neoassírio ajuda a estipular os graus de equilíbrio ou desavença que se estabeleceram na balança de poder regional, revelando os laços políticos que se faziam com a Assíria, as hostilidades que se praticavam contra ela e os inimigos que almejavam sua derrota para alçar interesses político-econômicos próprios. Isso nos revela, por exemplo, que parte da imagem estereotipada que temos da Assíria – um povo guerreiro, cruel, torturador, devastando os inimigos – se constitui, na verdade, como um grande equívoco historiográfico, uma vez que a destruição total de uma província ou estado hostil – que passaria ao seu controle com a vitória militar – representava uma significativa perda econômica ao próprio Império, que só seria justificada atendendo a necessidade de imposição de uma mensagem política de respeito ao poderio assírio e de seu soberano, ordenando e/ou reequilibrando a estrutura política imperial.

Nesse sentido, as campanhas militares assírias foram empreendimentos cuidadosamente planejados que almejavam consolidar o domínio assírio para além das fronteiras originais do Império Neoassírio dos séculos X e IX AEC, com expedições e conquistas na Ásia Menor e no Mediterrâneo Oriental, alterando a balança de poder regional e as relações comerciais e políticas que se mantinham com o Egito, que passou a praticar uma política de hostilidade contra a Assíria na Palestina e na Síria, como uma estratégia alternativa ao confronto militar direto (Takla, 2008).

Antiguidade Integrada: mobilidade e redes comerciais

A expansão das fronteiras do Império Neoassírio em direção à costa oriental do Mediterrâneo Antigo, à Ásia Menor e ao nordeste da África proporcionou o contato entre assírios e diversos outros povos, oportunizando as condições necessárias para que houvesse transformações políticas, econômicas, sociais e culturais na costa levantina, no nordeste africano e no mundo grego desse período. Acerca dessas relações, Lanfranchi (2000, p. 9-12) aponta a presença de produtos importados do Oriente (incluindo sudoeste da Anatólia, norte da Síria, Chipre, Fenícia e Egito) para o mundo grego (Ásia Menor, Mar Egeu, Creta e Grécia) a partir do século X AEC, aumentando progressivamente durante os séculos IX, VIII e VII AEC, enquanto também se verifica a penetração de cerâmica grega no Oriente, sobretudo nas regiões costeiras siro-fenícias, norte do Levante e em centros no sudoeste da Anatólia, como a Cilícia.

O registro da ocorrência e manutenção do comércio estrangeiro em regiões anexadas pela Assíria atesta o florescimento de uma rede comercial nascente entre Ocidente e Oriente, controlado pelos assírios, que estimulavam o tráfego comercial (incluindo estrangeiro) mediante o controle das rotas de comércio, gerando enriquecimento ao Império Neoassírio (Dezsö; Vér, 2013). Em virtude disso, diversos povos e regiões do mundo antigo estiveram interconectados, tais como o Mediterrâneo Ocidental, a Península Ibérica, o Mediterrâneo Oriental, o Vale do Nilo, a Mesopotâmia, a Ásia Menor, a região do Mar Negro, os Montes Zagros, a Península Balcânica, a Península Arábica e o Levante (Wasmuth, 2016). No interior dessa malha interconectada, gregos, fenícios, egípcios, kushitas, babilônios e assírios mantiveram intensos contatos comerciais e culturais, fazendo do Mediterrâneo Oriental uma área de conectividade significativamente importante ao longo dos séculos VIII, VII e VI AEC. Isso contrapõe a visão equivocada de povos restritos,

isolados e afastados, em detrimento de uma perspectiva que preconiza os fluxos e os contatos como uma forma de compreensão mais aprofundada.

Nesse cenário, a implementação da lógica do sistema imperial de comércio exterior assírio, após a conquista e consolidação do domínio territorial e hegemônico, controlava as rotas comerciais mais importantes do Oriente Próximo, conectando a Ásia Central, Extremo Oriente, Índia, África, Península Arábica, Anatólia, Mediterrâneo Oriental, Egeu e Mediterrâneo Ocidental (incluindo a costa norte da África, Sicília e Península Ibérica), resultando numa espécie de primeiro *"mercado mundial"* da história (Dezsö; Vér, 2013, p. 351). O sucesso dessa rede comercial, aliás, esteve diretamente relacionado ao estabelecimento dos entrepostos comerciais assírios – denominados *kāru*[2], instalados em *bīt kāri*[3] – ao longo de todo o Império, interconectando estrategicamente as rotas comerciais mais importantes da época. A partir dos *kāru*, os assírios foram capazes de controlar e até mesmo garantir o exclusivo comercial de bens estratégicos, tais como vigas de cedro, ferro, objetos de valor (metais preciosos, joias, dentre outros) e comércio de escravos (Dezsö; Vér, 2013).

A concorrência vigente por entrepostos comerciais, acompanhada por recorrentes cooperações internacionais nas redes comerciais conectadas, o que incluía esporádicas alianças militares em disputas territoriais e comerciais nevrálgicas, gerou uma competição diplomática pela esfera de influência política regional, criando um processo complexo nas relações geopolíticas da balança de poder internacional, com um quadro de episódios esporádicos de rivalidade comerciais, ou mesmo por disputas em revoltas locais em regiões estratégicas

[2] Uma rede assíria de centros de comércio e coleta de impostos. Também podem ser entendidos como porto, estação comercial ou cais. Em textos neoassírios, *kāru* também poderia significar a residência do administrador financeiro do distrito, também dito *rab kāri*.

[3] Edifícios alfandegários, também podem ser entendidos como os estabelecimentos para onde as mercadorias eram canalizadas e os impostos eram coletados. A estação comercial pode ter sido protegida pela fundação de um assentamento militar ou fortaleza (*duru*).

político-economicamente, constituindo fenômenos de hostilidade e oposição local e limitada.

Apesar de conflitos restritos e pontuais, as relações estabelecidas entre os assírios e demais povos da costa oriental do Mediterrâneo Antigo foram documentadas em narrativas visuais e textuais de relevos parietais. Essa conjuntura particular é de fundamental importância para compreendermos a própria montagem da estrutura sistêmica imperial assíria, cujo imbricamento envolveu aspectos econômicos, políticos, religiosos, simbólicos e culturais (Silva, 2016).

Assíria e Egito: contatos culturais e trocas comerciais

A formação de uma rede diplomática de trocas recíprocas fundada na retórica da paridade e fraternidade marcou as interações entre as grandes potências da Antiguidade. Nesses termos, a estratégia geopolítica marcada pelo registro de vitórias militares contra povos adversários de significativa importância na balança de poder regional lançou a Assíria como um grande expoente, sendo o Egito, por exemplo, um grande símbolo de vitória que deveria ser reconhecido e respeitado na geopolítica levantina, que funcionava como estado-tampão entre as duas potências políticas emergentes. Cabe ponderar que as relações entre Egito e Assíria foram documentadas desde os tempos da conquista de Gaza no reinado de Tiglath-Pileser III, estendendo a fronteira assíria ao sul do Levante, colocando-se diante da presença mutuamente tangível. Inclusive, é preciso ponderar que "a emergência da Assíria como uma força militar no final da Idade do Bronze Final, quando o Egito ainda era uma grande potência, desenvolveu-se contra e em desafio ao Egito" (Feldman, 2004, p. 143). Entretanto, o cenário direto de hostilidades só foi consolidado após Shebitku, rei kushita que governava o Egito, intervir diretamente na política filisteia, participando de uma coalizão que opôs-se aos interesses assírios

no reinado de Senaqueribe. As inscrições de Senaqueribe registraram o confronto da seguinte forma:

> Eles (Ekron e seus aliados) receberam ajuda dos reis do Egito, tropas, arqueiros, carros e cavalaria do rei da Núbia, uma força sem número... Nas proximidades de Eltekeh, linhas de batalha foram traçadas na frente de eu... Com a ajuda de Aššur, meu senhor, lutei com eles e causei sua derrota. Os cocheiros e príncipes do Egito, juntamente com os cocheiros do rei da Núbia, minhas mãos pegaram vivos no meio da batalha (Melville, 2006, p. 346).

Esse confronto entre egípcios e assírios na Filístia[4], em 701 AEC, marcou o início de um período de agressões militares que culminaram com a conquista do Egito e sua integração temporária à Assíria por Esarhaddon, em 671 AEC. Nessa ocasião,

> Esarhaddon avançou para o sul do Levante e atacou o Egito, saqueando Mênfis, [sendo] a primeira vez que um governante assírio fez campanha no Egito propriamente dito. Cerca de sete anos depois, em resposta a repetidas revoltas kushitas e após uma campanha inicial no Baixo Egito, o exército de Assurbanipal reinvadiu o Egito, marchando até Tebas, onde, de acordo com relatos assírios, os templos e palácios foram saqueados e seus tesouros trazidos de volta para Nínive. Os assírios estavam em conflito com o Egito há algum tempo, mas esses confrontos sempre ocorreram na Ásia Ocidental, onde os dois estados lutaram pelo controle e influência sobre os pequenos reinos levantinos. Somente depois de Esarhaddon e Assurbanipal a Assíria penetrou no coração do Egito, atacando suas duas capitais tradicionais de Mênfis e Tebas (Feldman, 2004, p. 141).

A invasão ao Egito, inclusive, foi registrada nas inscrições reais da seguinte forma:

> (Por uma distância de) trinta 'milhas' de terra, de Apqu, que está situado na região fronteiriça de Samerīna, até Rapihu, na margem do Riacho do Egito, onde não há rio, deixo as tropas beberem baldes de água tirada de poços com cordas e correntes... Mobilizei os camelos de todos os reis da Arábia e os carreguei com [odres e recipientes de água]. Vinte "quilômetros" de terra, numa viagem de 15 dias, marchei através de dunas [de areia poderosas]. Viajei

[4] As práticas diplomáticas e outras formas de contato entre Egito e Assíria, entretanto, mantiveram-se vivas e bem no reinado de Senaqueribe, também estiveram nos reinados dos seus antecessores, e continuaram apesar das lutas de poder entre as potências políticas regionais (Zamazalová, 2011).

> quatro 'milhas' de terra sobre pedras de *alume*, *musû* [e outras pedras]; quatro 'quilômetros' de terra, uma jornada de dois dias, pisei repetidamente em cobras de duas cabeças [...cujo toque] é mortal, mas continuei... (Radner, 2008, p. 306–307)

O registro da invasão ao Egito revela um conjunto de adversidades que esse empreendimento exigiu, para o qual houve o emprego de muitos recursos, necessários à conclusão exitosa da campanha (Zamazalová, 2011): registrar textual e visualmente esse evento teria servido como um importante recurso para reforçar a imagem do rei assírio e referendar seu governo perante os deuses e, igualmente, para os povos que estavam sob influência direta ou indireta de seu poder hegemônico. Diante disso, os textos assírios retratavam o rei como instrumento dos preceitos divinos, atuando firmemente para a efetivação de seus desejos na dimensão humana da existência, exemplificado por registros materiais das constantes vitórias militares.

O registro da captura assíria de uma fortaleza no Egito, provavelmente o cerco à Tebas – retratada em arquitetura egípcia com típicas torres em forma de pilone com lados inclinados de onde os soldados egípcios estão lutando –, encontrada no Palácio Norte de Assurbanipal, compunha um importante recurso para referendar a imagem da realeza e o poder hegemônico imperial: expunha o poder de conquista assírio, vitorioso contra potências regionais hostis à realeza. No topo do painel, os soldados assírios são identificados em ataque à fortificação, cujo assédio é feito com o auxílio de escadas, enquanto outros minam as suas paredes e tentam atear fogo ao portão. A vitória na batalha é explicitada pela marcha de prisioneiros, conduzidos ao exílio: os soldados núbios de Taharka são reconhecíveis pelo uso de uma única pena vertical na cabeça, enquanto outro grupo de egípcios nativos caminham com duas crianças montadas em um burro. A procissão de prisioneiros ocorre à margem de um rio contendo muitos peixes e alguns caranguejos.

Figura 1 – Relevo, Palácio Norte de Assurbanipal, Nínive. 645-635 AEC.



Fonte: British Museum, Londres.

Esarhaddon também mandou compor registros iconográficos da campanha contra o Egito no Forte Shalmanaser, por ocasião da restauração de Nimrud ao longo do seu reinado. Embora fragmentados, os tijolos vitrificados registraram uma sequência narrativa de batalha – semelhante àquelas verificadas em relevos parietais – envolvendo o exército assírio (carruagens, cavalaria e infantaria assírias) e os egípcios, uma cena que pode indicar o cerco ou uma batalha campal contra uma cidade egípcia, provavelmente Mênfis – cuja fortificação da cidade apresenta uma torre alta e cônica com um pequeno portão na base e uma linha de muros provida de ameias triangulares no topo –, seguido por prisioneiros escoltados por soldados assírios – que também conduzem o butim de guerra – até a presença do rei, situado em sua carruagem, e da guarda real, que precedem a conclusão da cena com o

retrato do acampamento assírio. Os prisioneiros egípcios são reconhecidos por suas cabeças raspadas ornadas com uma pena, reconhecível como característica dos egípcios – embora o uso da pena na cabeça também possa remeter a núbios e líbios, estes últimos se distinguem pelo uso de cabelos encaracolados – nos relevos assírios (Nadali, 2006).

Apesar dos registros das vitórias em batalha, a Assíria manteve uma posição política particularmente interessante em relação ao Egito durante o longo período em que mantiveram contato, como registram as cartas e documentos reais presentes nos arquivos estatais assírios: ou egípcios (e kushitas) são tratados como alvos de coerção, ou são tratados como recurso. Quando alvos de coerção, egípcios (e kushitas em menor grau) são nomeados majoritariamente como inimigos (reais ou potenciais) – hostis, devendo ser coagidos –, embora também sejam descritos como súditos, indício do período de domínio assírio no Egito. Já quando são mencionados como recursos, aludia-se ao suprimento divino[5] (culto assírio à divindade egípcia), humano (funcionários judiciais; homens envolvidos em atividades empresariais; trabalhadores no setor agrícola; especialistas – intérpretes de sonhos (*ḫarṭibu*), adivinhos (*bārû*), médicos (*asû*), escribas, funcionários do palácio, mulheres musicistas, servas e concubinas – na corte assíria), animal (predominantemente cavalos enviados para membros e unidades da carruagem e cavalaria assíria) e recursos materiais (ouro, prata, pedras preciosas, roupas luxuosas, "propriedades do palácio", marfim, incenso e bens de luxo) provenientes de saques e tributos durante a dominação do Egito (Karlsson, 2018).

[5] Durante o reinado de Esarhaddon, um registro muito fragmentado menciona o "sequestro" da estátua de uma deusa egípcia que, uma vez fundida à uma divindade mesopotâmica, foi venerada na Assíria, apontando um certo grau de respeito e tolerância pela religião egípcia, embora tenha constituído um evento excepcional. O que não se efetivou como evento particular foi o sequestro de estátuas de deuses (*ilu*) e deusas (*ištāru*) como parte do espólio de conquista, como registra o texto da vitória de Esarhaddon contra Taharqa (Karlsson, 2018).

Ainda que tenha sido recorrentemente mencionado como um inimigo hostil ou mesmo como fornecedor de recursos de diversas naturezas, o Egito foi tratado pela Assíria como uma força que demandava respeito e reconhecimento, para o qual não dispensou hostilidades injustificadas, competindo comercialmente em regiões cujo interesse mútuo resultou em rivalidades militares somente quando foi necessário às pretensões geopolíticas regionais, estando expressa nos programas decorativos palacianos a conquista perante um adversário valoroso, elemento que reforçava o próprio caráter da realeza e produzia discursos mnemônicos substanciais sobre a grandeza da Assíria, retratando sua capacidade de subjugar o Egito.

Diante disso, é possível reconhecer que a ideologia real assíria, como expressa nos relevos parietais e inscrições reais, desenvolveu-se tendo como referência a consciência reativa do poder imperial egípcio do Novo Reino, em particular do período Raméssida (Feldman, 2004). Em decorrência disso, os governantes assírios estruturaram visualmente sua expressão de realeza, relativamente em algum grau, em comparação com a expressão real egípcia, uma vez que "certamente, durante o reinado de Assurbanipal, a memória do imperialismo passado do Egito persistiu na retórica dos governantes Kushitas contemporâneos. Estava fisicamente presente nas estruturas ainda de pé dos faraós do Novo Reino que o exército assírio encontrou" (Feldman, 2004, p. 148). Ou seja, é factível que referenciais artísticos egípcios tenham sido considerados por governantes assírios, pois o Egito, como grande presença imperial na Ásia Ocidental, era algo a ser emulado e admirado, ao passo que o Egito, como antagonista do crescente império da Assíria, também deveria ser oposto e distinguido.

Considerações finais

O cenário de relacionamentos e contraposições entre Egito e Assíria compõe o arcabouço que atesta a existência de um império multiétnico, multilinguístico e

multicultural na Assíria, algo que não obliterou as possibilidades de efetivação de contatos profundos e relacionamentos efetivos entre povos distintos. Esse aspecto nos possibilita pensar sobre problemáticas do presente: o exercício reflexivo sobre o confronto com a diversidade dos povos estrangeiros nos serve para repensarmos o presente, corriqueiramente atravessado por conflitos de mesma ordem e grandezas relativamente variáveis.

Vivendo em um mundo hiperconectado pela globalização, extrapolar as oposições, os conflitos e os afastamentos que nos atravessam, em detrimento dos estudos sobre contatos e trocas culturais que atuaram no interior (e através) de civilizações antigas em interação, pode nos servir como um modo de reconfigurar abordagens integradoras sobre a Antiguidade, tal como um guia de interpretação para o presente, ambos em movimento, em fluxo, em ação.

Desse modo, abordagens pedagógicas que promovam o estudo de períodos históricos da Antiguidade marcados por formas de contato político, militar, social, comercial e cultural devem-se abrir a reflexões que extrapolem as lógicas de oposição e rejeição da alteridade em detrimento de práticas de ensino que preconizem o reconhecimento da diversidade, das interações e do diálogo entre povos antigos, como assírios e egípcios, de modo que sirvam como guia de leitura e ação para o presente das práticas contemporâneas, tão carentes do reconhecimento da equidade e da justiça social.

REFERÊNCIAS

DEZSÖ, T.; VÉR, Á. **Assyrians and Greeks**: the nature of contacts in the 9th-7th centuries BC. Acta Antiqua Academiae Scientiarium Hungaricae, Budapeste, 2013, v. 53, p. 325-359.

FELDMAN, M. H. **Nineveh to Thebes and Back:** Art and Politics between Assyria and Egypt in the Seventh Century BCE. Iraq, v. 66, Nineveh, 2004, p. 141-150. (Papers of the 49th Rencontre Assyriologique Internationale, 2004).

KARLSSON, Mattias. **Egypt and Kush in Neo-Assyrian State Letters and Documents**. State Archives of Assyria Bulletin, v. 24, 2018, p. 37-61.

LANFRANCHI, G. B. The Ideological and Political Impact of the Assyrian Imperial Expansion on the Greek World in the 8th and 7th Centuries BC. In: ARO, S.; WHITING, R. M. (eds.): **The Heirs of Assyria**. Proceedings of the Opening Symposium of the Assyrian and Babylonian Intellectual Heritage Project Held in Tvärminne, Finlândia, Outubro, 1998. Melammu Symposia I. Helsinki, 2000, p. 7-34.

LIVERANI, M. **Antigo Oriente:** História, sociedade e economia. São Paulo: Edusp, 2016.

MELVILLE, S. C. Sennacherib. In: CHAVALAS, M. W. (Ed.). **The Ancient Near East:** Historical Sources in Translation. Oxford: Blackwell, 2006, p. 342–350.

NADALI, D. **Esarhaddon's Glazed Bricks from Nimrud**: The Egyptian Campaign Depicted. Iraq, v. 68, 2006, p. 109-119.

PARKER, B. J. Hegemony, Power and the Use of Force in the Neo Assyrian Empire. In: DÜRING, Bleda (Ed.). **Understanding Hegemonic Practices of the Early Assyrian Empire**. Leiden: Peeters, 2014, p. 287-299.

PARKER, B. J. Geographies of Power: Territoriality and Empire during the Mesopotamian Iron Age. **Archaeological Papers of the American Anthropological Association**, 2012, v. 22, n. 1, p. 126-144.

PARPAS, A. P. **The Assyrian Empire and Cyprus**. CreateSpace Independent Publishing platform, 2018.

RADNER, K. Esarhaddon's Expedition from Palestine to Egypt in 671 BCE: A Trek Through Negev and Sinai. In: BONATZ, D.; CZICHON, R. M.; KREPPNER, F. J. (Eds.). **Fundstellen**: Gesammelte Schriften zur Archäeologie und Geschichte Altvorderasiens ad honorem Hartmut Kühne. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2008, p. 305–314.

SILVA, R. K. P. da. **Guerra, soberania, ordem e equilíbrio cósmico: representações sociais em relevos neoassírios (884-727 a.C.)**. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH, UFRN. 1.v. Natal, 2016.

TAKLA, P. R. **Desenvolvimento do esquema decorativo das salas do trono do período neo-assírio (934-609 a.C.):** imagem, texto e espaço como veículos da retórica real. 1.v. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – MAE, USP. São Paulo, 2008.

WASMUTH, M. The eastern mediterranean area of connectivity in the 8th–6th century BCE — setting an agenda. In: WASMUTH, M.; CREASMAN, P. P. (eds.). People on the Move: Framework, Means, and Impact of Mobility across the Eastern

Mediterranean Region in the 8th to 6th Century BCE. J**ournal of Ancient Egyptian Interconnections**, v. 12, 2016. p. VI-XVI.

ZAMAZALOVÁ, S. Before the Assyrian Conquest in 671 B.C.E.: Relations between Egypt, Kush and Assyria. In: MYNÁŘOVÁ, J. (ed.), **Egypt and the Near East:** the Crossroads, Proceedings of an International Conference on the Relations of Egypt and the Near East in the Bronze Age, Prague, September 1-3, 2010. Prague: 2011, p. 297-328.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38516

DA LAREIRA À SALA DE AULA:
a formação do medievo místico através dos contos de fadas

Ana Cecília Pierre dos Santos Tavares[1]

RESUMO:
A Idade Média é um período histórico frequentemente marcado por interpretações e estereótipos que, em muitos casos, carecem de embasamento historiográfico. Muito do que se sabe sobre o período medieval são indagações feitas durante o período Moderno, fazendo com que a Idade Média seja dividida em duas diferentes realidades, o obscurantismo renascentista ou o romantismo moderno. O presente artigo tem como objetivo analisar os contos de fadas do século XVII - XVIII, sua origem, popularidade e potencial pedagógico. E por meio de obras de autores como Charles Perrault e os Irmãos Grimm, entender de que modo a ideia que se tem hoje sobre o medievo foi moldada a partir dessas histórias e de um pensamento moderno e contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE: Idade Média; Contos de fadas; Novo medievalismo; Ensino de história

FROM THE FIREPLACE TO THE CLASSROOM: the formationof the mystical medieval through fairy tales and their pedagogical potential

ABSTRACT:
The Middle Ages is a historical period often marked by interpretations and stereotypes that, in many cases, lack a historiographical basis. Much of what is known about the medieval period are questions made during the Modern period, causing the Middle Ages to be divided into two different realities, Renaissance obscurantism or modern romanticism. This article aims to analyze fairy tales from the 17th - 18th centuries, their origin, popularity and pedagogical potential. And through works by authors such as Charles Perrault and the Brothers Grimm, you understand how the idea we have today about the medieval was shaped from these stories and modern and contemporary thinking.

---

[1] Informações acadêmicas: possui Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: cecilia.pierre.700@ufrn.edu.br.
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/2424725837572437. Atualmente, é bolsista de Iniciação Científica, desenvolvendo o projeto de pesquisa intitulado *"O Espaço Funerário no Egito Antigo: a agência material em tumbas tebanas pré-amarnianas, Reino Novo, XVIII Dinastia, c. 1550-1353 A.E.C."*, sob a orientação da Profª. Drª. Márcia Vasques.

KEYWORDS: Middle Ages; Fairy Tales; New medievalism; History teaching

Introdução

A Idade Média possui uma relação conturbada com o senso comum. Andando em uma linha tênue entre o obscuro e o místico, esse período de quase mil anos é frequentemente caracterizado como dez séculos marcados por peste, fome e miséria; um tempo em que a Igreja dominava tudo e todos enquanto a educação e a ciência não se desenvolviam. Assim, formou-se no imaginário popular a ideia de um período 'estagnado' no tempo.

No entanto, o imaginário popular não remete o medievo somente a uma falta de progresso intelectual, na verdade, existe, atualmente, uma cultura de apreciação do bizarro, como bruxas, ogros e fadas que atormentava a mentalidade medieval. Alimentados por uma Cultura Pop, a contemporaneidade parece se interessar cada vez mais pelas estranhezas de um período tão insólito quanto a Idade Média. As adaptações dos contos de fadas são um dos primeiros contatos que se tem com esse medievo místico, misturando características referentes tanto de um período obscuro dos estereótipos da Idade das Trevas, quanto em uma realidade fantástica com as criaturas mágicas.

Percebe-se que nas mais diversas mídias a Cultura Pop repete os mesmos elementos da Idade Média. Os cavaleiros, as damas, os castelos gigantescos, magos e bruxas, dragões e outros tipos de seres místicos são bastante recorrentes. Nessa perspectiva, é necessário problematizar o medievo por meio de questionamentos como: De que maneira foi que esses contos surgiram? Como se popularizaram tanto? Como essa cultura literária fantástica moldou a Idade Média? É necessário desconstruir as ideias do medievo místico em detrimento de um Novo Medievalismo? Como utilizar essa Cultura Pop em sala de aula? É a partir daí, entendendo de que maneira a Idade Moderna por meio dos contos de fadas moldou

uma visão que perdura até os dias atuais da Idade Média, que pode-se questionar o potencial pedagógico desse medievo místico e como utilizá-lo em sala de aula.

Para debater essas questões, esse estudo concentra-se em uma nova maneira de estudar a Idade Média. Por meio do Novo Medievalismo, as estruturas de estudo tradicionais do estudo da história do período medieval vão sendo substituídas por novas análises. Essas novas perspetiva vão ajudar a combater a literaturização[2] da Idade Média, ou seja, a transformação da história em uma simples obra literária, por meio de estudos que não somente se dedicam a pesquisar o medievo a partir das documentações dos séculos V a XV, mas também como ele é visto e propagado em períodos posteriores.

Propõe-se, então, uma análise teórica e histórica do gênero conto de fadas, buscando compreender a sua origem e evolução, o contexto cultural e social em que foram criados e sua relevância educacional, com o intuito de entender como essa cultura literária moldou o imaginário contemporâneo da Idade Média. Por fim, será apresentado um modelo de sequência didática para ter uma visão cristalina de como esses contos podem ser usados no ensino básico.

Dos Mitos aos contos de fadas

Sendo visto hoje em dia como uma falácia, o Mito surgiu como uma tentativa de explicar a realidade de determinado povo. Assim a tradição oral estava muito ligada à religiosidade. Logo, pode-se dizer que a passagem do Mito para o conto se dá, primordialmente, pela perda de um sentido religioso. O estudioso Eleazar Meletínski estabeleceu traços distintivos para se entender essa mudança, no entanto não cabe aqui explicar todos os pontos abordados por Meletínski, mas sim pincelar por essas categorias para entender como se dá a transição de uma narrativa sagrada, o Mito, para uma profana, o conto maravilhoso.

[2] (Minguez, 2006).

Em geral, entende-se que essa mudança ocorre quando há uma dessacralização da história. Desse modo, no momento em que o Mito perde a sua função ritualística e religiosa, ele se transforma em conto. Três pontos principais de Meletínski ajudam a entender essa mudança: o primeiro é a diferença nos protagonistas, no que Meletínski chama de herói mítico e não mítico. Nas narrativas mitológicas os personagens principais são quase sempre pessoas e seres divinos, como deuses, titãs, e semideuses, enquanto nos contos de fadas, aqueles que guiam as histórias são pessoas comuns. O segundo ponto é a mudança no tempo e no espaço das narrativas. O tempo mítico presente nos Mitos são longínquos, sempre ligados à origem das coisas.

Com a desmitologização as histórias deixam de ter essa origem e começam a se passar em tempo-locais fantásticos e ao mesmo tempo indeterminados, como uma floresta, uma vila ou um castelo. A ausência de um sentido etiológico(o nosso terceiro ponto), ou seja, dessa explicação da origem/causa de fenômenos marca os contos maravilhosos. Desse modo, o etiológico é trocado pela moral.

Em suma, ao mesmo tempo que o transição entre sagrado e profano é algo manifestado por quase todos os estudiosos dessa literatura e das religiões comparadas, Eleazar Meletínski aponta é que a desmitologização se torna traiçoeira no momento em que todos os outros gêneros entre esses dois se misturam. Quais itens tem nos contos clássicos que faltam nos arcaicos? E o folclore arcaico, em que posição ele se matem? Um Mito se mantém um Mito mesmo não corroborando com alguns desses itens? Esse espectro cinzento que se encontra entre esses dois gêneros é imenso e a fusão de características ora mitológica ora pertencentes aos contos de fadas, cria-se obras, que conseguem se encaixar em ambos os gêneros e ao mesmo tempo em nenhum.

Popularização dos contos maravilhosos

Os contos maravilhosos são sempre relacionados à infância e ao crescimento da criança, contudo essa concepção foi atribuída a eles apenas no século XVII, pois o seu público original não era infantil. Ainda na transição dos Mitos para os contos, essas histórias eram feitas por adultos para adultos. As crianças começaram a se tornar alvo dessas narrativas no mesmo período em que elas deixaram de ser consideradas pequenos adultos e passaram a ser vistas como humanos em desenvolvimento durante a Idade Moderna. Sabendo desse início não-infantil, como esses contos de fadas se popularizaram tanto?

Surgindo de uma tradição oral, que por si só, sofre alterações a cada pessoa que conta a história, os contos de fadas, transcritos para o papel por Charles Perrault em os Contos da Mamãe Gansa, e os irmãos Grimm em 1812, com o seu livro Histórias das Crianças e do Lar (*Kinder- und Hausmärchen*), também foram escritos de uma maneira que abordassem os interesses dos escritores.

Perrault, sendo um membro da alta burguesia do século XVII, encontrou, ao escrever o seu livro "Contos da Mamãe Gansa", um meio de propagação de ideologias burguesas e cristãs. Os irmãos Grimm, na Alemanha do século XIX, se utilizam desse mesmo recurso histórico-literário para a transmissão de valores éticos e religiosos, neste caso, o protestantismo. O "Era uma vez…" e o "...e viveram felizes para sempre" atraem as jovens mentes para esse mundo no qual eles mesmo enfrentam os seus maiores medos, corporificados nos contos como ogros, bruxas e outros monstros, e também conseguem realizar os seus maiores sonhos.

> O medo, como aponta Jerry Griswold, desempenha um papel importante nas histórias infantis do que nas histórias para adultos. Quando as crianças lêem histórias, elas experimentam o mesmo medo e ansiedade que os personagens, mas o fazem em um ambiente simulado seguro. Personagens que enfrentam situações assustadoras modelam habilidades

> de enfrentamento para leitores infantis, proporcionando-lhes um ensaio geral para os desafios da vida (Dewan, 2016, p.2, tradução nossa).[3]

Os contos ensinam as crianças que se elas foram corajosas, éticas e morais terão uma vida plena com tudo o que desejam. Se as meninas forem tão boas quanto a Cinderela, receberão a presença da fada madrinha e ainda se casariam com o príncipe encantado. Se os meninos forem tão corajosos quanto João enfrentando o gigante no topo do pé de feijão, eles serão agraciados pela presença de uma fada que tratá fortuna para a sua casa e família pobre. Os "azarões", aqueles que são desacreditados, muitas vezes interpretados pelos irmãos mais novos nos contos, são aqueles que vencem todas as adversidades no final da história e isso faz com que as crianças se coloquem no lugar dos personagens, querendo ser como eles.

A cada conto de fada há um novo ensinamento. No conto Henrique de Ferro, da tradução do inglês "O Príncipe-Sapo ou Henrique de Ferro" (*The Frog King, or Iron Henry*), as meninas são ensinadas a manterem a sua promessa. Na história, a jovem princesa ao ter a sua bola de ouro, o seu brinquedo preferido, jogado no lago, faz um acordo com um sapo, se ele trazer a sua bola de volta ela seria a sua amada. A princesa ganhou a bola de ouro de volta, mas não queria cumprir a sua parte da promessa e por isso foi repreendida pelo pai, "O rei disse: Você deve manter a sua promessa não importa o que você diga. Vá e abra a porta para o sapo."(GRIMM, Jacob; GRIMM, Wilhelm., 2014, p.14, tradução nossa).[4] Fazendo o que o pai mandou, a princesa permaneceu fiel à sua palavra e nessa mesma noite, o sapo que ela achava desprezível, se transformou em um príncipe encantado.

[3] No original: Scariness, as Jerry Griswold points out, plays a larger role in stories for children than it does for adults. When children read stories, they experience the same fear and anxiety as the characters, but they do so in a safe simulator-type environment.
[4] No original: "The king said: "You must keep your promise no matter what you said. Go and open the door for the frog.".

Em "O Pequeno Polegar", os meninos são ensinados que mesmo você sendo o menor e mais novo de todos, com inteligência e coragem, fazendo uma simples troca de sete gorros velhos por sete tiaras, conseguem enganar o gigante e saírem vivos. A recompensa final seria dada aos bons meninos e meninas que seguissem as morais dos contos de fadas, seja essa recompensa o casamento ou a fortuna.

Os desafios que as crianças enfrentam ao se colocarem no lugar dos personagens é o que faz elas amarem essas histórias, os contos simbolizam os sonhos e esperanças das crianças, principalmente as mais pobres (Dewan, 2016). Vivendo em pobreza durante a Europa do século XIX, muitas crianças não podiam fazer muito além de projetar uma vida melhor, saindo de conflitos da vida real por meio de histórias dos heróis e heroínas dos contos de fadas. Para elas seguir com os ensinamentos dados nessas histórias era a única maneira disponível a elas de se ter a vida que tanto sonhavam.

Os contos de fadas: Medievais ou Modernos?

É analisando os contos de fadas de Charles Perrault e dos Irmãos Grimm, que é possível observar o aspecto religioso, burguês e moralista de suas histórias, esses atributos nos fazem questionar se essas narrativas são tão medieval quanto pensamos ou se há mais elementos de um mundo moderno. A fome, elemento muito importante nessas histórias como em João e Maria, condiz mais com o momento em que a França de 1697 estava passando do que com uma representação do cotidiano medieval. No livro "História do medo no Ocidente" Jean Delumeau dedica um capítulo para dissertar sobre o temor do europeu moderno em morrer de fome. A falta de alimento, em particular o pão, na cidade francesa de Anger, era tão grande, que a morte por inanição era algo real.

> Na Lorena uma mulher foi condenada à morte por ter comido o filho. Em 1637, segundo um magistrado que fazia uma investigação em

> Borgonha, "[...] as carniças dos animais mortos eram procuradas; os caminhos estavam cobertos de pessoas, a maioria estendida de fraqueza e agonizando [...]. Enfim, chegou-se a carne humana. (Delumeau, 2009, p. 253).

Observando a realidade europeia moderna percebe-se que o canibalismo em contos como João e Maria possuem raízes muito mais modernas do que medievais. Charles Perrault apesar de pertencer à elite francesa, não estava alheio aos acontecimentos em seu país. Para um homem que nasceu em 1628 e viveu até 1703, o escritor presenciou o período de fome que a França passou. A oralidade pode ter transformado os contos de maneira que abordassem a escassez de comida que as famílias, principalmente mais humildes, passavam, e essas versões foram eternizadas por Perrault.

Durante os séculos seguintes, a situação da fome da Europa pode ter melhorado, mas as marcas deixadas em um povo que sofreu durantes séculos estaria gravado em sua memória e em seus contos infantis. Desse modo, a taxa de mortalidade da Europa dos séculos XV a XVIII era alta, esses dados não estavam unicamente ligados a uma má alimentação da população, mas também a um conhecimento medicinal ainda em desenvolvimento. O estudo sobre a saúde da mulher surgiu ainda na Idade Média, no entanto, apesar de ambas as formas de se fazer um parto já serem conhecidas durante a Idade Moderna, as camadas mais baixas da população carecem de instruções, de modo que a maioria das mulheres continuava morrendo. Essa alta taxa de mortalidade materna durante o parte amplia a nossa visão sobre a participação fervorosa de madrastas dentro dos contos de fadas.

Os dogmas cristãos não eram somente ensinados a partir de metáforas, outros contos tinham notoriamente o objetivo de semear o cristianismo. Nas histórias de Jacob e Wilhelm Grimm esse aspecto religioso é muito mais perceptível do que de outros escritores. No conto São José na Floresta (*Der heilige Joseph im*

Walde) após a terceira filha ser largada na floresta e achar a pequena cabana de São José ela é recompensada com um saco de moedas de ouro, por ter sido boa e caridosa com o santo. A mãe da criança, uma mulher gananciosa, ao ver o saco de dinheiro manda a sua filha do meio para que ela consiga mais. A segunda mais velha, descrita como uma menina boa, mas ainda com vários defeitos, voltou para casa com outro saco de moedas, porém com menos do que a primeira. A primogênita foi a última a ser deixada na floresta e trazer mais dinheiro para casa, mas por ser mal educada não recebeu nenhuma recompensa, apenas uma punição assim como a sua mãe.

Os mais diversos pecados como a soberba, inveja e preguiça são colocados em vários contos como "O pobre e o rico". Deus procurando um lugar para passar a noite primeiro tenta se hospedar na casa de um homem rico que o nega, ao pedir estadia na pequena choupana e ser recebido por um casal pobre, Deus concede-os três desejos, sendo eles a salvação eterna, comida e saúde e por fim, depois da permissão de Deus para mais um desejo, uma boa casa. O homem rico vendo a oportunidade que perdeu após não dar estadia ao andarilho foi o procurar, mas ao fazer pedidos egoístas e supérfluos acaba com nada no final.

Nenhum desses apontamentos ignoram a importância de um folclore medieval para a construção desses personagens e criaturas, mas também não deve-se pensar que não houveram alterações ao longo dos séculos. A língua é algo em constante modificação, e o mesmo vale para as histórias passadas oralmente de geração em geração, cada vez que contadas tem um significado e função diferente. A literatura, se adequando às necessidades da mensagem de cada autor, assim, a forte presença de personagens como as bruxas, madrastas más que enfeitiçam os seus filhos, pode significar mais um apelo moderno para a quantidade de mortes das mães durante o parto, ou um apelo religioso para se contrapor ao divórcio e ao segundo casamento.

A literatura infantil foi uma ferramenta utilizada por esses escritores para não só criarem uma consciência cultural ao ensinar os valores morais que eles achavam dignos, mas também fazer com que as crianças entendessem a realidade que as rodeavam por meio de paralelos entre as histórias e suas vidas, já que eram eles que estavam à mercê de lobos, bruxas, ogros e gigantes. Uma percepção de que esses contos são retratos de uma vivência medieval sem levar em conta o período em que foram inscritos leva ao estabelecimento de estereótipos já abordados no presente artigo. Assim, os contos maravilhosos dizem mais sobre o próprio período em que foram escritos, a Modernidade, do que sobre o que eles pretendiam falar, a Idade Média.

O potencial pedagógico dos contos de fadas

Apesar da academia ser um local onde a quebra da educação tradicional deveria ser feita, ela ainda é regada de preconceitos. Os professores que saem dessa academia ao não debaterem as problemáticas que cercam a história dos grandes heróis contribuem para a perpetuação desses estereótipos no ensino básico. Isso acontece, porque as mentes estudantis foram por muito tempo programadas para o modelo de Educação Bancária[5], no qual os alunos são meros depósitos de conhecimento e os professores aqueles que depositam. Essa relação entre poder e educação precisa acabar, abrindo espaço para um novo tipo de educação que prioriza o debate e a troca de experiências entre os professores e os alunos, que fazem com que ambas as partes aprendam algo novo (Paro, 2010).

A matéria de História possui uma vantagem em relação às outras disciplinas no que se refere a essa nova forma de educação. Ao se aprender sobre outras culturas, lugares, pessoas e eventos, o contato com a alteridade é muito maior do que em matérias como matemática, por exemplo. É por isso que a história deve ser

[5] FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

o carro chefe na introdução desse modelo educacional. O cenário audiovisual é muito forte no Brasil; crianças, jovens e adultos passam horas de seu dia assistindo a séries e filmes. Assim, essas culturas midiáticas possuem um imenso potencial pedagógico. Portanto, é necessário questionar a ideia de um medievo místico criado pela Cultura Pop?

Elementos como os castelos, cavaleiros, damas e a Igreja são bastante pontuados pelo senso comum quando se fala sobre a Idade Média. Ao mesmo tempo que os discentes sabem que as bruxas, gnomos, dragões, gigantes e sereias não existem no mundo real, eles ainda são atiçados pela ideia de um universo fantástico, misterioso e cheio de aventuras. Desse modo, ao invés de apenas corrigir essa mídia, ela deve ser apropriada pelos professores para que novas discussões sobre a Idade Média se iniciem. Deve-se, no entanto, ser cauteloso com os diversos anacronismos que se tornam mais fortes com o distanciamento temporal entre o historiador e o objeto de estudo, buscando não projetar conceitos e valores contemporâneos no mundo medieval, mas entender as continuidades e rupturas da história.

Os contos de fadas, os quais os alunos conhecem desde pequenos, podem ser utilizados para discutir justamente o que eles apresentam, o ambiente e os personagens. Um dos principais focos quando se estuda Idade Média é a relação feudo-vassálica entre dois aristocratas, contudo, há outras relações mais relevantes dentro das comunidades medievais como o dominum[6], que são totalmente esquecidas no currículo escolar.

Ao observar as ações de um cavaleiro dentro dos contos de fadas o professor possui diversas possibilidades de ensino, uma delas seria começar a relação entre nobres e cavaleiros, o surgimento desse segundo grupo e a formação da aristocracia.

[6] O dominum é a "relação entre os senhores e os produtores que dependem deles" (Baschet, 2006, p. 128).

A relação entre o cavaleiro e a dama, presente em diversos contos é um meio para entender o que seria o amor cortês, e a ética cavaleiresca.

A Igreja, sua feudalização e influência na sociedade também são tópicos importantes em sala de aula. Os contos dos Irmãos Grimm apesar de possuírem alterações que os tornam mais modernos do que medievais – algo que também pode ser apontado pelo docente – devem ser utilizados como base para entender a Igreja, uma potência em crescimento durante a Idade Média, deve sim ser apresentada aos alunos sem a visão estereotipada. O Cristianismo no entanto, não deveria ser a única crença abordada, o mundo mulçumano, surgiu durante o século XII EC não só podem como devem ser mais discutidas, além Maóme e a Hégira. As possibilidades são infinitas.

Sequência didática

Para questões de esclarecimento sobre a utilização dos contos de fadas em sala de aula, foi se pensando em uma proposta de sequência didática. A atividade foi idealizada para turmas de ensino médio, porém pode ser adaptada para outros anos. A proposta busca, em 3h/aula, romper a ideia de uma 'Idade das Trevas' e compreender as diversas reconfigurações do medievo ao longo do tempo.

Na primeira aula, o professor deve questionar os alunos sobre o termo 'Idade das Trevas', buscando entender o conhecimento prévio deles para, assim, iniciar o debate sobre a origem do termo, seu significado e como ele continua sendo perpetuado na atualidade. Em um segundo momento, o docente deve escolher um conto de fadas para ser lido em sala de aula, como, por exemplo, *Henrique de Ferro*. A escolha do conto dependerá das questões que o professor(a) deseja abordar como percepções modernas, muitas vezes confundidas com uma representação medieval, como a religiosidade, aspectos culturais, entre outros. Por fim, na terceira e última aula, o professor deve mostrar de que forma o conto de fadas escolhido para a leitura na aula anterior é representado no audiovisual. Utilizando a série *Once Upon a*

Time o professor pode apresentar as mudanças não apenas no enredo dessas histórias, mas também na representação do medievo e na repercussão dessas narrativas até a contemporaneidade.

Desse modo, a sequência didática atende as propostas de habilidades, EM13CHS101; EM13CHS102; EM13CHS104, formuladas pela BNCC[7], com o objetivo de estimular o pensamento crítico dos alunos a não somente identificar a construção do conhecimento histórico por meio dos contos de fadas, mas também discutir a apropriação e reconfiguração da Idade Média feita pela Modernidade e Contemporaneidade.

Considerações finais

Os contos de fadas são reminiscências escritas de uma tradição oral muito difícil de se identificar a origem. Ao perder o sentido religioso, o Mito se transforma em conto ganhando outro papel. Modificadas, ao longo dos séculos, por diversos folcloristas como Charles Perrault e Jacob e Wilhelm Grimm, essas narrativas condizem mais com acontecimentos contemporâneos a esses homens do que o medievo que eles se passam. A partir dessas histórias, remodeladas para ensinarem os valores morais e religiosos dos escritores, foi pavimentado um ideal de medievo místico iniciado na modernidade que se estende até os dias de hoje com as mídias de massa.

Neste trabalho, buscamos analisar esses contos maravilhosos para entender assim o que eles nos informam sobre a Idade Média e como eles podem ser utilizados em sala de aula para o aprendizado de crianças e jovens sobre a história. Assim, o(a) professor(a) como canal intermediário entre a matéria e os alunos, precisam sair do modelo da Educação Bancária, estabelecido em nosso país. Se utilizando do diálogo entre os conhecimentos prévios dos alunos sobre essas

[7] Base Nacional Comum Curricular.

narrativas fantasiosas e os aspectos históricos que se pode retirar dos contos como elementos da sociedade medieval, bem como cavaleiros, nobres, princesas, a Igreja e as vilas, vai haver uma nova forma de ensino de História.

REFERÊNCIAS

ALTSCHUL, Natalie R.; BERTARELLI, Márcia E.; AMARAL, Carolina. Apresentação do dossiê: **O que é o neomedievalismo?** *Revista Signum*. Londrina, v. 22, n. 1, 2021.

AMORIM, Inessa Rosa de; MORAIS, Guilherme Augusto Louzada Ferreira de. **A transformação de um gênero: dos contos de fadas às animações contemporâneas da Walt Disney Pictures e da Pixar Animation Studios**. R. Letras, Curitiba, v. 24, n. 45, p. 96-119, jul./dez. 2022.

AURELL, J. **El nuevo medievalismo y la interpretación de los textos históricos.** Hispania. Revista Española de Historia, Navarra, v. 66, n. 224, p. 809-832, set./dez. 2006.

BARBOSA, David Sales. C**ontos medievais e "modernos":** das reuniões em torno das lareiras aos contos de fadas. Humanidades em diálogo, *[S. l.]*, v. 8, p. 79–91, 2017. DOI: 10.11606/issn.1982-7547.hd.2017.140539. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/humanidades/article/view/140539.. Acesso em: 19 maio. 2024.

BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal:** do ano mil à colonização da América. São Paulo: Globo, 2006.

CARDOSO, Eduardo Brito; LIMA, Jairon da Conceição; SILVA, Luís Carlos Lima. **Cultura Pop na Educação:** Uma Possibilidade Didática no Processo de Ensino-Aprendizagem. Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, 2023.

CHEPPE Bruno; MASI, Guilherme; PEREIRA, Nilton Mullet. O potencial pedagógico da Idade Média Imaginada. **Revista do Lhiste**, Porto Alegre, num.3, vol.2, jul/dez. 2015.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente 1300-1800:** uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DEWAN, Pauline. **Perennially Popular:** The Appeal of Classic Fairy Tales for Children. *Children and Libraries*. Association for Library Service to Children (ALSC), v. 14, n. 2, p. 27–31, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.5860/cal.14n2.27.

GRIMM, Jacob; GRIMM, Wilhelm. ***The Original Folk and Fairy Tales of the Brothers Grimm:*** *The Complete First Edition*. Tradução de Jack Zipes. Ilustração de Andrea Dezsö. Princeton: Princeton University Press, 2014.

LOPEZ, Juan Ignacio Jurado Centurion. **POR OUTRO IMAGINÁRIO MEDIEVAL:** NOS BASTIDORES DA LITERATURA (UM OLHAR DESDE O NOVO MEDIEVALISMO). Revista Graphos, vol. 22, n° 3, 2020 | UFPB/PPGL | ISSN 1516-1536.

MELETÍNSKI, Eleazar Moisseievitch. **Mito e Conto Maravilhoso:** Tradução de Ekaterina Vólkova Américo e Rafael Bonavina. RUS (São Paulo), São Paulo, Brasil, v. 10, n. 13, p. 149–164, 2019.

MENDES, Mariza B. T. Em busca dos contos perdidos**. O significado das funções femininas nos contos de Perrault**. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

MINGUEZ, C.G. **La construcción de la Edad Media:** Mito y realidad. Palência: PITTM, 2006. Disponível em: <https://es.scribd.com/document/207585549/Dialnet-LaConstruccionDeLaEdadMedia-2335958>. Acesso em: 09 set. 2020.

PARO, Vitor Henrique. **Educação como exercício do poder:** crítica ao senso comum em educação. São Paulo, SP: Cortez. . Acesso em: 09 out. 2023., 2010.

PERRAULT, Charles. ***The fairy Tales of Charles Perrault.*** Ilustração de Harry Clarke. 2009. Disponível em: http://www.archive.org/details/fairytalesofchar00perr. Acesso em: 26 agosto. 2024.

ROCHA, Waldyr Imbroisi. **Deus e o Papa nos Contos de Grimm**: Reflexões sobre o Catolicismo no Romantismo. Anagrama, São Paulo, Brasil, v. 4, n. 3, p. 1–12, 2010.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

FESTIVIDADES E IDENTIDADES RELIGIOSAS:
observações a respeito das Jacíntias da Esparta Clássica

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38413

Cleyton Tavares da Silveira Silva[1]

RESUMO:
A primeira das grandes festividades do verão espartano eram as Jacíntias (*Hiakínthia*). Faziam lembrar o príncipe espartano, Jacinto (*Hiakínthos*), morto enquanto jogava discos com Apolo. Durante dez dias, as festas à divindade movimentavam a cidade. O auge do festejo era uma grande procissão que se estendia como fio, de Esparta a Amiclas, unindo essas duas comunidades por uma via sagrada, *hiera odos*. Este artigo procura analisar o festejo espartano, como mecanismo de construção e fortalecimento de uma identidade religiosa local, que visava fortalecer as relações entre espartanos e as demais comunidades que circulavam sob sua órbita política. Para tanto, far-se-á uso da documentação literária, e quando possível, dos dados de origem material, de maneira a construir um perfil sólido do festejo, suas etapas e rituais.

PALAVRAS-CHAVE: Esparta; Festividades; Identidades; Jacíntia.

FESTIVITIES AND RELIGIOUS IDENTITIES: some notes on Spartan Classical Hyacinthia

ABSTRACT:
The *Hyacinthia* (Hiakínthia) take place at the beginning of summer, the first of the major festivities of the Spartan calendar. The festival made a remembrance of the late Spartan prince Hyacinthus (Hiakínthos), who died while playing discus with Apollo. The festivities in honor of the deity were held in the city and take ten days. The peak of the festivities was a large procession that links a thread from Sparta to Amyclas, bounding these two communities by a sacred way, *hiera odos*. This paper seeks to analyze the Spartan festivities as a mechanism for constructing and strengthening a local religious identity, which aimed to strengthen relations between the Spartans and the other communities that circulated under their political orbit. To this end, use will be made of literary documentation and, where possible, of data of material origin, in order to build a solid profile of the festivities, their stages and rituals.
KEYWORDS: Sparta; Festivities; Identities; Hyacinthia.

[1] Doutor em História; Professor Adjunto do Colegiado de História da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF); Membro do MAAT – Grupo de Estudo de História Antiga (UFRN); Link Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/6301794399679685; E-mail: cleyton.silva@univasf.edu.br.

Introdução

Das costumeiras imagens e discursos recorrentes do senso comum a religiosidade não está no cerne do *tópos* de Esparta. O militarismo, a educação masculina, a condição feminina, a constituição de uma sociedade articulada a um *ethos* marcial podem ser descritos como temas de primeira ordem, quando referidos a Esparta e espartanos. No entanto, nos parece infrutífero deixar de lado todo um conjunto extenso e complexo de informações provenientes dos dados de época, das fontes escritas e materiais, provenientes de Esparta, que demonstram um grande interesse espartano em se manter continuamente em perfil favorável diante dos deuses (RICHER, 2007, p. 252). Isto é, as diversas referencias à religiosidade espartana de forma geral, mas, as limitadas fontes acerca dos festivais religiosos performados pelos espartanos.

Nos últimos anos, estas mesmas imagens e discursos sobre Esparta e espartanos tem sido mobilizadas pela extrema-direita nos Estados Unidos (THAROOR, 2016), na Europa (TAGARIS, 2015), assim como no Brasil (TEIXEIRA, 2020), de maneira a procurar no passado legitimação para práticas e discursos reacionários, autoritários, xenófobos, armamentistas além de racistas.

Neste sentido, ampliar o escopo analítico sobre Esparta e espartanos é mister quanto à dissolução de representações contemporâneas maldosas, assim como dos usos espúrios do passado. Logo, uma análise que privilegie o elemento religioso se torne imprescindível para a ampliação dos saberes contemporâneos sobre Esparta e espartanos, haja visto os vestígios do passado disponível sobre o tema. Além disso, uma abordagem sobre as festividades religiosas exaltadas em Esparta, viabiliza não somente um conjunto de observações a cerca de um tema pouco explorado, mas permite também um vislumbre quanto ao relacionamento estabelecido entre a Pólis e as comunidades que lhe cercavam.

Quanto a documentação, certa profusão de vestígios se confunde à natureza "finamente espalhada" dos mesmos, como aponta Nicholas Richer (RICHER, 2007, p. 236). O trabalho documental nos trabalhos sobre Esparta carrega um desafio adicional: a capacidade de rastrear e articular uma soma razoável de expressões, citações, referências sobre a religiosidade espartana, produzidas em épocas diferentes, com propósitos diferentes, a partir de autores e contextos também distintos. No entanto, autores como Heródoto, Tucídides e Xenofonte, serão de sobremaneira explorados neste artigo.

Considerando o exposto, este artigo procura analisar o festejo espartano, como mecanismo de construção e fortalecimento de uma identidade religiosa local, que visava fortalecer as relações entre espartanos e as demais comunidades que circulavam sob sua órbita política. Para tanto, far-se-á uso da documentação literária, e quando possível, dos dados de origem material, de maneira a construir um perfil sólido do festejo, suas etapas e rituais. Além disso, os festejos espartanos estabeleciam relações fortemente situadas entre os cidadãos habitantes das várias vilas espartanas. Para tanto, esta seção busca perscrutar os dados de época, a literatura e cultura material local, de maneira a ampliar nossos saberes sobre tais festividades, além de observá-las à luz da historiografia contemporânea.

No entanto, antes de descrever os festejos praticados durante as Jacíntias, certos apontamentos serão necessários, mesmo que breves, mas significativos. O primeiro pretende desenvolver o entendimento proposto sobre o que entendemos por identidade, no contexto do mundo das póleis helênicas, entre os séculos V e IV. Já o segundo reparo procura demonstrar o que seriam os festivais religiosos helênicos, sua natureza e função, além de pensar rapidamente de que formas a administração do tempo cronológico, do calendário dos dias do ano estavam postos de forma a garantir a manutenção das festas divinas.

Uma nota sobre Identidade Religiosa

De acordo com Heródoto (8.144.2), após a derrota persa em Salamina, as cidades gregas temiam que a frágil confederação que conseguiram conceber contra o avanço dos medos se desfizesse. Atenienses, tal como espartanos, temiam que uns ou outros estabelecessem algum tipo de tratado com o inimigo. Diante disso, os espartanos enviaram representantes à assembleia ateniense a fim a observar qual procedimento seria adotado por Atenas.

Como resposta, os enviados de Esparta ouviram algo que lhes agradara: de forma alguma os atenienses poderiam realizar quaisquer tratados ou acordos com Xerxes, e isso estava justificado por dois motivos: vingança, como Heródoto atesta: "as estátuas os templos dos nossos deuses queimados, lançados por terra transformados num montão de ruínas" (HERÓDOTO. 8.144.2); e, principalmente, pelo total interesse na manutenção da aliança com os demais helenos, "sendo os Helenos (τὸ Ἑλληνικὸν) do mesmo sangue e mesma língua (ὅμαιμόν τε καὶ ὁμόγλωσσον), tendo os mesmos deuses, os mesmos templos (θυσίαι ἤθεά), oferecendo os mesmos sacrifícios (θεῶν ἱδρύματά), seguindo os mesmos usos e costumes (τε κοινὰ) [...]" (HERÓDOTO, 8.144.2).

A esse respeito, Heródoto constitui os quatro grandes fatores de composição de uma identidade helena: sangue, língua, culto em comum (deuses, templos e sacrifícios) e costumes. Não pretendemos abordar como esse conjunto de características viabiliza, ou não, uma observação sobre o mundo helênico como um todo ou se ele diz respeito às diferentes épocas alcançadas pela documentação.

No entanto, as observações de Heródoto devem ser lidas com cautela. Jonathan M. Hall (1997, p. 44-45) observa que a Helenidade (*Greekness*) oferecida por Heródoto – com base em um conjunto de similaridades existentes nas variadas comunidades helênicas, quando expostas dentro do que chama "general scheme" de Heródoto – faz emergir interpretações bem diferentes. A precaução de Hall se

justifica por intepretação, calcada na análise da escrita herodotiana de François Hartog, que observa as Histórias como uma narrativa retórica: a forma com a qual Heródoto descreve os barbarói, sempre com um "espelho" em mãos, fala mais sobre os gregos que sobre os povos que ele procura caracterizar. Outra interpretação de Rosalind Thomas vincula tal passagem a um argumento de retórica: Heródoto procurava convencer sua audiência, da passagem do V ao IV século, que uma guerra de larga escala, como o conflito do Peloponeso, não deveria ser travada entre os próprios helenos, na medida em que tinham uma série de característica em comum, que mais os unia que os distanciava (THOMAS, 2001).

Entendemos que as várias identidades helênicas foram gestadas ao longo do tempo, de diferentes maneiras. Está evidente que certo nível de identificação pode ser visto na composição monumental de templos e santuários, construídos e reformados no século VI, como aponta François de Polignac (1995). Somente no século V, diante da oposição ao bárbaro (imagem recém-criada de teor pejorativo) quando das Guerras Médicas, essa identidade (autorreconhecimento) se tornou mais forte e potente (HALL, E. 1989, p.05; VIRGOLINO, 2018, p. 23). Lynnette Mitchell observa que práticas comuns, próximas, não necessariamente iguais, "expressões de comunidade baseada em passado, presente e futuro compartilhados" (2007, p. XV), como formas pelas quais os "helenos representavam a si próprios e formavam o corpo de ideias, temas, representações visuais e histórias que deram o nome de pan-helenismo" (Ibdem), constituíam um vínculo importante de reconhecimento de traços, de características partilhadas em comum.

As festividades religiosas no mundo helênico: uma curtíssima nota

Para a definição de festival, no contexto das póleis helênicas, tomamos como definição um conjunto de observações de Angelos Chianotis (2011). O festival helênico, Ἑορτή, pode ser definido como "um dia, ou sequência de dias fixados por uma comunidade para a adoração de um deus ou de um grupo de deuses"

(CHIANOTIS, 2011, p. 08). Para Chaniotis, em tais festivais, a realização, a performance de ações rituais específicas – que estavam conectadas a funções religiosas, sociais e culturais – davam ao festival seu perfil. O autor explica que o festival era celebrado em comemoração e memória de eventos míticos e lendários, assim como de eventos do passado (CHIANOTIS, 2011, p. 06).

O elemento de centralidade do festival é a adoração dos deuses. Assim, mesmo os festivais que "incluíam a comemoração de aniversários, de desafios atléticos ou musicais, e de celebrações de fundações privadas" (CHIANOTIS, 2011, p. 07), estavam exclusivamente dedicados à adoração dos deuses ou de heróis. Nesse sentido, Chaniotis observa que o limite entre festivais religiosos e festividades seculares praticamente não existia, apesar de que tais celebrações possam ser, atualmente, rotuladas como seculares, estavam ocasionalmente vinculadas às celebrações religiosas (CHIANOTIS, 2011, p. 07).

Chaniotis chama a atenção para o papel central da adoração ao divino, que estava expresso em três valências, quais sejam: o ritual, "especialmente, sacrifícios, hinos, e orações" (CHIANOTIS, 2011, p. 08); os locais onde ocorriam as celebrações, isto é, os pontos focais do culto "altares, santuários, lugares sagrados" (CHIANOTIS, 2011, p. 08); e o nome do próprio festival, que se articula, mas não obrigatoriamente, à divindade patrona do festejo. Por último, os festivais estavam estabelecidos e eram organizados por comunidades, como pólis, por uma amphiktyoniai, comunidades tribais, sem uma estrutura definida de estado, mas com certas instituições políticas disponíveis (CHIANOTIS, 2011, p. 09-10).

As Jacíntias

No contexto das Guerras Pérsicas, uma delegação de dignitários atenienses, de Mégara e Plateias, chegou a Esparta na mesma época, início do verão, durante as

festas em honra de Jacinto (Hyakinthos), as Jacíntias (Hyakínthia/Ὑακίνθια) (HERÓDOTO, 9.7). Preocupados com a circulação persa sobre as cidades helênicas, os representantes buscavam uma posição de Esparta quanto aos invasores. Apesar disso, como demarca Heródoto, os espartanos mantinham como preocupação primeira entregar ao deus o que lhe era devido, o que gerava certa insatisfação em seus aliados (HERÓDOTO, 9.11). Apesar de não oferecer grandes detalhes sobre o festival, Heródoto somente indica certo desconforto, por parte dos visitantes, quanto à demora espartana.

Da mesma maneira, Tucídides também suprime detalhes sobre a festividade, mas, ao descrever um "tratado de paz" entre Esparta e Atenas, estabelece uma aliança que, em longo prazo, deveria ser mantida através da chancela divina: todos os anos, o acordo seria renovado, os espartanos deveriam comparecer a Atenas durante as Dionisias atenienses; na mesma época em que as Jacíntias estivessem sendo comemoradas, dignitários atenienses deveriam se dirigir a Esparta. Além disso, uma estela demarcaria – tanto na acrópole ateniense, no templo de Pálas, como no Templo de Apolo em Amiclas (Amyklai), em Esparta – o acordo entre as partes (TUCÍDIDES. 5.23).

Nas Helênicas, Xenofonte anota que os lacedemônios, de Amiclas, caso estivessem longe de casa, invariavelmente, retornariam para o lar de maneira que participassem do festival. No Santuário de Apolo Amicleu, o Amiclaion (SILVA, 2023, P. 339-373), cantavam hinos ao deus, entre eles, o afamado Paean (XENOFONTE. Helênicas. 4.5.11). Sobre as Jacíntias, Xenofonte – demonstrando pretenso apreço da aristocracia aos gostos modestos e a simplicidade do cotidiano – observa que Agesilau ocupava um lugar comum, quando partícipe da festividade, inclusive, cantava nos corais masculinos (XENOFONTE. Agesilau. 2.17). De mesma natureza módica, despretensiosa, seria uma carruagem de vime, uma *kánathron*, que conduzia sua filha aos sacrifícios que seriam performados em Amiclas (XENOFONTE. Agesilau.7. 7).

A documentação literária de períodos mais remotos se encerra nesses casos. Em autores posteriores, podemos vislumbrar certas imagens da festividade. A maior parte desses excertos estão disponíveis em o Banquete dos Eruditos (*Δειπνοσοφισταί*) (POLYKRATES. Apud. ATENEU. O Banquete dos Eruditos. IV. 139d), de Ateneu, também conhecido como Ateneu de Náucratis, que viveu em torno do século III depois da Era Cristã. Apesar de fornecer vários detalhes sobre a festividade, as informações obtidas nesse volume merecem um cuidado redobrado, pois propiciam dados por vezes contraditórios (CHANIOTIS, 2011, p. 165).

O exemplo utilizado por Chaniotis demarca bem o procedimento adotado neste artigo. De acordo com Polykrates, citado em Ateneu, não se cantavam determinadas canções, como o paen, informação incongruente com relatos anteriores, essencialmente de Xenofonte (Helênicas 4.5; Agesilau 2.17). É imprescindível comparar relatos contemporâneos sobre a festividade com aqueles obtidos em textos posteriores. A esse respeito, Chaniotis esclarece que tais desconexões não inviabilizam interpretações do texto, na medida em que o "festival tinha uma estrutura complexa, consistindo em uma primeira parte triste e uma segunda parte alegre, as discrepâncias podem ser explicadas pelo contraste entre essas duas partes" (CHANIOTIS, 2011, p. 165). Logo, é possível apontar que incongruências pontuais podem ser sanadas em benefício da interpretação histórica tanto da festividade em si como de seu papel na sociedade espartana.

A festa rememorava o mítico príncipe espartano Jacinto, morto involuntariamente pelo amante, o deus Apolo, enquanto arremessavam discos. De acordo com outras tradições, foi o enciumado Zéfiro, ou Bóreas, que disputava com Apolo as atenções do rapaz que, mudando o curso do vento, teria sido responsável pelo objeto que atingira fatalmente o filho de Amiclas, àquele momento rei de Esparta (GRIMAL, 2005, p. 206). De acordo com a tradição, o enlutado Apolo fez nascer, sob o sangue do amado, a bela flor de Jacinto. Para Pausânias, o santuário de

Apolo Amiclaion guardaria o túmulo do herói e, durante as Jacíntias, oferendas lhe eram entregues, colocadas em um altar alcançado por uma porta de bronze.

De acordo com Polycrates, as Jacíntias não estavam fechadas à participação exclusiva dos cidadãos, mas abarcava os diversos grupos sociais que conviviam em Esparta430. Assim, tanto estrangeiros como hilotas e periecos (perioikoi) poderiam tomar parte nos festejos, mas tal inclusão estava observada em momentos específicos. As festividades aconteciam durante o Hecatombeus, mês que celebrava Apolo Hekatombeus (CHANIOTIS, 2011, p. 165), e duravam em torno de três dias. Elas estavam inseridas em um conjunto festivo mais amplo, as hieromênia, cuja duração era cerca de dez dias (CHANIOTIS, 2011, p. 165). Angeliki Petropolou (2015) interpreta que foi exatamente nesse período que os emissários estrangeiros podem ter chegado, como o apontamento anterior de Heródoto, o que poderia explicar o descontentamento daqueles em relação à demora na ação por parte dos espartanos.

O primeiro dia da celebração marca o luto pela perda do príncipe, assinalando, assim, a natureza fúnebre do festejo. Durante esse dia, não havia consumo de pão (ἄρτος), nem se usavam coroas durante o banquete, nem mesmo o *paen* era entoado a Apolo (CALAME, C. 2001, p. 173).

Um sacrifício (ἐναγισμός) era oferecido a Apolo. Chaniotis especula quanto ao horário (CHANIOTIS, 2011, p. 165), se aconteceria à noite ou em outro momento. Nesse dia, um banquete público, mas também festins privados (CHANIOTIS, 2011, p. 166; VAN WEES, 2018, p. 247), chamados kópis (κοπίς), eram preparados. Tal refeição consistia na carne de cabras sacrificadas (somente esse animal poderia ser oferecido); vários tipos de vegetais, feijões frescos e secos, tremoços, figos, frescos e secos; um tipo de queijo verde, sopas e bolo, mas nada de pão (hártos) (VAN WEES, 2018, p. 248).

Já o segundo dia expressava todo o regozijo pela apoteose do herói, que teria sido elevado ao Olimpo pelos deuses, levando consigo sua virgem irmã, Polibeia. Durante esse dia, uma festa em larga escala era realizada. As ruas espartanas estavam em festa, todo a aflição do dia anterior era superada. Polykrates aponta a natureza multicolorida do espetáculo (CALAME, C. 2001, p. 173). As crianças (παῖδες) tocam a lira e cantam canções que são acompanhadas pelo aulos, uma flauta. Jovens rapazes, divididos em grupos, cantam diversas canções e poemas, que exaltam suas origens e pertencimento local. Junto deles, dançarinos performam danças tradicionais ao som de flautas e das vozes dos cantores (CALAME, C. 2001, p. 174). Tudo isso é realizado nas proximidades do teatro, cuja localização exata é suprimida.

As moças (παρθένοι) recebem grande destaque na festividade, tomam parte de uma grande procissão que seguia de Esparta para Amiclas, pela via Hyakinthia (ὁδὸς Ὑακινθίς), uma via processional, hiera odos (uma estrada sagrada) (KOURINOU; PIKOULAS, 2012) que ligava as duas comunidades. As moças seguiam em carruagens ricamente decoradas, principalmente aquelas de famílias abastadas; já as moças com menor poder aquisitivo, ou que procurassem demonstrar austeridade, seguiam em carruagens públicas, como o fez a filha de Agesilau (VAN WEES, 2018, p. 224). As carruagens, *kannathron*, poderiam ser adornadas com a imagem de diversos seres, inclusive míticos (PLUTARCO, A Vida de Agesilau. 19.5) e eram puxadas por parelhas de cavalos, seguidas por homens a cavalo (DILLON, 2002, p. 214).

Matthew Dillon aponta ainda que as moças de carros com parelhas de cavalos competiam entre si. As garotas traziam consigo um kíton (χιτών), uma túnica tecida por elas mesmas para presentear o deus (CHANIOTIS, 2011, p. 163). Em Amiclas, os rapazes vestiam um quíton arcaico, longo e bem-produzido, enquanto cantavam a Apolo acompanhados pelos sons de cítaras. As procissões reuniam um grande número de participantes e se destacavam como grande elemento das festividades espartanas (CAVANAGH, 2018, p. 75; RICHER, 2007, p. 246).

Enquanto isso, jovens homens atuavam no local, cantando canções diversas, assim como o *paen*. Os reis também participavam dos corais, nos lugares que lhes eram determinados por um *choropoios* (RICHER, 2007, p. 246).

O papel feminino não estava restrito à procissão. Calame apresenta ao menos duas referências ao teatro ático. Em Helena, Eurípedes narra o retorno da heroína para sua cidade natal, onde, em encontro com as cunhadas leucipíades, toma parte nas celebrações noturnas da festividade (EURÍPEDES. Helena 1465ff). Aristófanes, em Lisístrata, fala da presença de jovens moças em Amiclas (ARISTÓFANES. Lisístrata. 1296ff). Calame menciona ainda uma participação maior de moças e mulheres na festividade, incluindo a de moças em corais e festividades noturnas, e indica o papel de centralidade que algumas delas poderiam receber, como organizadoras do evento como um todo (CALAME, C. 2001, p. 175). Observando inscrições do Amiclaion (IG V, 1 586-587), do século II depois da Era Cristã, Calame aponta que uma mulher foi escolhida para presidir o evento. A opção por ela aconteceu devido à sua "discrição, dignidade e todas as outras qualidades exigidas de uma mulher de posição. [...]. Os termos que descrevem sua função incluem liderar a procissão e dirigir o festival como um todo" (CALAME, C. 2001, p. 175).

O segundo dia de festejos encontrava seu fim com um grande banquete, cujo menu seria novamente o kópis, desta vez, incluindo entre seus pratos o pão. O festim seria realizado em tendas, dispostas principalmente nas proximidades do santuário. Neste último, todos que estivessem na cidade, na ocasião, estavam convidados a tomar parte do banquete, inclusive os hilotas. Calame (2001, p. 175) insere o banquete no terceiro dia, já Chaniotis aponta ao desconhecimento dos ritos específicos dessa última parte (CHANIOTIS, 2011, p. 166; VAN WEES, 2018, p. 248).

Assim como Chaniotis, tendo por base a observação da rede documental a que se tem acesso, a festividade, da forma que foi celebrada, parece estar constituída de elementos heterogêneos. Como assinala o autor, mesmo tendo certos vestígios de uma festividade de relacionamento rural, vinculado ao ciclo da vegetação. A heterogeneidade dos elementos do culto indica, provavelmente, o longo processo de desenvolvimento pelo qual tais subsídios foram submetidos. Nesse sentido, destacamos principalmente o papel e a participação feminina no festival, o que reflete a importância da maternidade em uma comunidade de cidadãos limitada (oligantropia) (DORAN, 2018), de natureza guerreira. A capacidade maternal, parturiente, da cidade seria, portanto, de suma importância. Em contrapartida, a grande presença de cerâmica no sítio deriva da popularidade do culto.

Já Pettersson, observando um razoável conjunto documental, aponta para uma representação distinta do mito estabelecido por Pausânias (3.19.2), em que o herói é representado como um homem adulto, barbado e acompanhado da irmã. O autor explica que o jovem Jacinto será uma invenção ática, "conectada com o estilo de vida do simpósio aristocrático" (1992, p. 41). Para Pettersson, a relação entre Apolo e Jacinto é apenas sugestiva, e a documentação material não atesta a presença de ambos em uma mesma imagem, enquanto que, em relação à documentação literária, Helena de Eurípedes é o indício mais antigo (PETTERSSON, (1992, p. 41).

Com base na cultura material proveniente do Amiclaion, Vicky Vlachou observa que, durante o princípio da Idade do Ferro, um período de mudanças sociais e econômicas significativas, a festa parecia ser uma forma de comunicação para reavaliar a identidade da comunidade local. Nesse mesmo período, torna-se indispensável considerar que os eventos festivos adquiriram um caráter particularmente proeminente enquanto os investimentos em equipamentos de banquetes e cultos, além da exibição competitiva de várias oferendas, marcaram o desenvolvimento do santuário até o final do século VIII (VLACHOU, 2018, p. 96). Tal apontamento tem como sedimento a observação da quantidade e da qualidade

dos vestígios sobreviventes dos equipamentos utilizados, possivelmente durante o festejo, que demonstraram que o consumo de bebida e comida no local tinha papel de importância durante o período de sua fundação.

Conclusão

As festividades espartanas organizavam o calendário anual daquela cidade, articulando a vida social da comunidade como um todo, suas atividades cotidianas e a sociabilidade, que estavam engajadas nessas solenidades. As festividades eram aguardadas e geravam grande ansiedade em seus participantes. As Jacíntias eram aguardadas ao longo do ano, estavam demarcadas no verão, época em que as ações militares também eram orquestradas.

Com base na observação e na análise de tais festejos, pudemos perceber sua ocorrência periódica, seguindo das mais rotineiras às grandes festividades que enchiam a cidade de cor e movimento. Anualmente, as Jacíntias articulavam o misto de dor e alegria em pranto pelo herói epônimo, mas também de regozijo, o que pontualmente permitia que as tensões sociais fossem arrefecidas, ao menos nesse período.

Se, por um lado, as festividades religiosas angariavam aquilo chamado por Émile Durkheim de "Efervescência coletiva" e articulavam com força poderosa os intentos de uma comunidade (1996, p. 221-231); por outro, as festividades também eram eventos de vigilância quanto à participação de todos, quanto à exposição da diferença, da distinção dentro do próprio e seleto grupo esparciata.

REFERÊNCIAS

Fontes

ARISTÓFANES. Trad. Luis Gil Fernades. Madrid: Editorial Gredos, 1996.

ATHENAEUS. **Complete Works**. Hastings: Delphi Classics, 2017

EURÍPEDES. **Teatro Completo**. Vol II. Trad. Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras, 2016.

HERÔDOTOS. **História**. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. UnB, 1985.

PLUTARCH. **Lives**. Vol. V. Transl. Bernadotte Perrin. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1917.

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. UnB, 1987.

XENOPHON. **Hellenica**. Books V-VII. Trad. Carleton L. Brownson. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1921.

XENOPHON. **Scripta Minora**. Trad. E. C. Marchant. Cambridge: Harvard University Press, 1993.

INSCRIPTIONES Graecae. Disponível em: https://epigraphy.packhum.org/regions/1657. Acesso 12 de novembro de 2024.

Bibliografia consultada

CALAME, Claude **Choruses of Young Women in Ancient Greece: Their Morphology, Religious Role, and Social Functions**. Trad. Derek Collins and Janice Orion. New York/ Oxford: Rowman & Littlefield, 2001.

CAVANAGH, William. An Archaeology of Ancient Sparta with Reference to Laconia and Messenia. IN.: POWELL, A. (Ed.). **A Companion to Sparta**. Vol. 1. Hoboken: Wiley Blackwell, 2018. Cap. 3. p. 61-92.

CHANIOTIS, Angelos. **Festivals and Contests in the Greek World.** Thesaurus Cultus et Rituum Antiquorum VII, Los Angeles: The J. Paul Getty Museum, 2011, p.1-43; 160-172.

DILLON, Matt. **Girls and Women in Classical Greek Religion**. London/ New York: Routlege, 2002. p. 214.

DORAN, Timothy. **Spartan Oliganthropia**. Leiden/ Boston: Brill, 2018.

DURKHEIM, Emile. **As formas Elementares da Vida Religiosa**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

GRIMAL, P. **Dicionário de mitologia grega e romana**. 5ª ed., Trad. Victor Jabouille. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

HALL, Edith. **Inventing the Barbarian**: Greek Self-Definition through Tragedy. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HALL, Jonathan. M. **Ethnic Identity in Greek Antiquity**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

KOURINOU, Eleni.; PIKOULAS, Yannis. Η **πρόσβαση του Αμυκλαίου. Μουσείο Μπενάκη**, 1(11-12). 2012, 163-168).

MITCHELL, Lynette. **Panhellenism and the Barbarian**. Swansea: The Classical Press of Wales, 2007.

NAFISSI, Massimo. Hyakinthia at Sparta. IN.: BAGNALL, R. S. Et al. **The Encyclopedia of Ancient History**. Malden, MA: Blackwell Publishing Ltd, 2018. p. 01.

PETROPOULOU, Angelike. **Hieromênia and Sacrifice during The Hyakinthia. Mètis**. Antropologie des mondes grecs anciens. N. S. 13, 2015, p. 167

PETTERSSON, Michael. **Cults of Apollo at Sparta**: The Hyakinthia, the Gymnopaidiai and the Karneia. Stockholm: Svenska Institutet i Athen; Distributor, P. Åström, 1992.

POLIGNAC, François. de. **Cults, Territory and the origins of the Greek City-State**. Transl. Janet Lloyd. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

RICHER, Nicholas. The Religious System at Sparta. IN.: OGDEN, D. (Ed.). **A Companion to Greek Religion**. Oxford: Blackwell, 2007. Cap. 15. p. 236-252.

SILVA, Cleyton T. S. **"De fato, eles punham os deveres para com os deuses acima dos deveres para com os homens":** paisagem religiosa na Esparta do Arcaico ao Helenístico. 2023. 668f. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

TAGARIS, Karolina. **Far-right Golden Dawn exploits darker side of Greece's discontent. Reuters**. 11 de setembro de 2015. Disponível em: https://www.reuters.com/article/uk-eurozone-greece-goldendawn-idUKKCN0RB1HE20150911. Acesso: 14 de outubro de 2022.

TEIXEIRA, Lucas B. **O que é 300 do Brasil, grupo de extrema-direita liderado por Sara Winter.** Uol. São Paulo, 15 de junho de 2020. Disponível: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/06/15/o-que-e-300-do-brasil-grupo-de-extrema-direita-liderado-por-sara-winter.htm.

THAROOR, Ishan. **Why the West's far-right — and Trump supporters — are still obsessed with an ancient battle**. The Washington Post. Boston, 16 de nov. de 2016. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2016/11/07/why-the-wests-far-right-and-trump-supporters-are-still-obsessed-with-an-ancient-battle/. Acesso: 14 de outubro de 2022.

THOMAS, Rosalind. Ethnicity, Genealogy, and Hellenism in Herodotus. IN.: MALKIN, I. (Ed.) **Ancient Perceptions of Greek Ethnicity**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2001. p. 213-233.

VAN WEES, Hans. The Common Messes. IN.: POWELL, A. (Ed.). **A Companion to Sparta. Hoboken**: Wiley Blackwell, 2018. Cap. 9. p. 236-268.

VIRGOLINO, Mariana F. **Redes, Stásis e Estabilidade na Grécia Antiga: um Estudo em Cultura Política**. 2018. 443f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

VLACHOU, Vicky. Feasting at the Sanctuary of Apollo Hyakinthos at Amykles: The Evidence from the Early Iron Age. IN.: VEN DEN EIJNDE, F.; BLOK, J. H.; STROOTMAN, R. (Eds.). **Feasting and Polis Institutions**. Leiden/ Boston: Brill, 2018. Cap. 4. p. 96.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN

ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38585

A AGÊNCIA DAS ESTATUETAS DE SERÁPIS:
investigando a expressão religiosa na cultura material do Egito sob dominação greco-romana

Danillo Melo da Fonseca

RESUMO:
Este artigo analisa as estatuetas de Serápis à luz da teoria do emaranhamento de Ian Hodder, que explora a relação dinâmica entre objetos materiais e seres humanos. Hodder propõe que os objetos, como as estatuetas de Serápis, possuem uma agência própria, influenciando e sendo influenciados pelas interações sociais e culturais. As estatuetas, representando uma divindade egípcia e grega, eram usadas em rituais domésticos, especialmente em altares privados, refletindo a importância da religião na vida cotidiana.
PALAVRAS-CHAVE: Agência. Cultura Material. Egito Greco-Romano. Serápis. Terracota.

THE AGENCY OF SERAPIS STATUES: the agency of serapis figurines: investigating religious expression in the material culture of Egypt under greco-roman domination

ABSTRACT:
This article analyzes the statuettes of Serapis through Ian Hodder's theory of entanglement, which explores the dynamic relationship between material objects and humans. Hodder suggests that objects, like the Serapis statuettes, possess their own agency, influencing and being influenced by social and cultural interactions. The statuettes, representing an Egyptian and Greek deity, were used in domestic rituals, particularly on private altars, reflecting the importance of religion in daily life.
KEYWORDS: Agency. Greco-Roman Egypt. Material Culture. Serapis. Terracotta.

Introdução

Durante o século VII a.C., quando colonos militares gregos se depararam com os cultos egípcios, eles mostraram um interesse especial por rituais que poderiam ser facilmente conectados às suas próprias práticas religiosas (BOMMAS, 2012, p. 422). O deus Ápis, uma divindade venerada em todo o Egito, tinha um centro de culto em Mênfis, a antiga capital. Representado como um touro e associado à realeza e ao poder, o culto de Ápis focava em um touro sagrado. Enterros desses touros já são registrados no reinado de Amenhotep III, e galerias subterrâneas para esses enterros começaram a ser construídas durante o reinado de Ramessés II em Saqqara.

O *Serapeum* de Mênfis foi erguido na 26ª dinastia, e, na 30ª dinastia, 134 esfinges adornavam a via processional do *Serapeum*. Em lugares como esse, os colonos gregos podiam ter seus sonhos interpretados e o futuro previsto nos templos dedicados à divindade conjunta Ápis-Osíris, seja por crianças, sacerdotes ou intérpretes profissionais. Segundo Martin Bommas (2012, p. 422), essa prática abriu caminho para um novo deus: a palavra egípcia para "predizer" é "ser"; assim, Ser-Ápis é um "Ápis preditivo", apesar das interpretações gregas posteriores como Osor-Hapi, Osirápis ou Osíris-Ápis. Embora o desenvolvimento posterior de Serápis além desses oráculos do Período Tardio seja incerto, é provável que os primeiros Ptolomeus tenham visto Serápis como uma fonte ideal para criar um deus dinástico com raízes gregas.

Devido à presença marcante de Ísis em Alexandria, especialmente nas áreas portuárias e em Racótis, onde havia uma grande concentração de egípcios, uma das conquistas teológicas significativas da época foi estabelecer Serápis como o consorte de Ísis (BOMMAS, 2012, p. 422). Essa união criou uma díade que combinava elementos egípcios e gregos. Serápis, sendo uma divindade sem um mito próprio, se mostrou o parceiro ideal para Ísis, intensificando sua transformação de uma deusa

egípcia para uma deusa com atributos gregos. Ambos foram adorados no *Serapeum* de Alexandria, e foi a partir dessa cidade que o culto de Ísis e Serápis se difundiu para o Egeu nos séculos IV-III a.C.

A alegada *criação* de Serápis é um dos eventos mais intrigantes, enigmáticos e disputados da história religiosa do Egito tardio. Desde cedo, essa história foi envolvida por lendas, o que resultou em diferentes versões oferecidas pelos autores antigos. A mais amplamente aceita é a relatada por Tácito e Plutarco. Segundo eles, em um sonho, um deus, identificado como Júpiter do submundo (Iovis Ditis) por Tácito ou Plutão por Plutarco, ordena a Ptolomeu I que recupere sua estátua em Sínope, no Mar Negro, e a leve para Alexandria.

A representação física de Serápis é inspirada nas divindades gregas, como Zeus, Asclépio, Hades e Hélio. Ele é geralmente retratado como um homem maduro, com barba e longos cabelos encaracolados, vestindo um *chíton* e com um *kálathos* na cabeça.Como senhor do submundo, ele aparece sentado, segurando um cetro, com o cão tricéfalo Cérbero ao seu lado, simbolizando seus atributos ctônicos.

Neste estudo, investigaremos as estatuetas de Serápis como uma chave para entender as transformações dessa divindade e seu culto ao longo do tempo. Nosso foco será explorar como as características dessa figura divina e suas práticas rituais foram moldadas e reinterpretadas através de um profundo intercâmbio cultural entre as civilizações egípcia, grega e romana, especialmente nos períodos ptolomaico e romano. Utilizando a teoria do emaranhamento, desenvolvida por Ian Hodder (2012), analisaremos as dinâmicas complexas de interação e adaptação que envolveram Serápis, destacando como ele surgiu em um contexto multicultural e o impacto das expressões culturais materiais que o representavam.

Terracotas no Contexto Egípcio

O termo "terracota" abrange uma ampla gama de artefatos feitos de argila, com exceção dos vasos cerâmicos, tais artefatos incluem uma variedade de objetos, como estátuas, estatuetas, componentes arquitetônicos, cachimbos, sarcófagos, selos, lamparinas e similares. De outra forma, o conceito de "artes coroplásticas" nos transporta à imagem do artesão grego, conhecido como *κοροπλαστής* (coroplasta) (ERLICH, 2015, p. 1). A confecção de peças em terracota exigia a obtenção de argila de excelência, essencial para preservar a integridade dos artefatos pós-queima e evitar imperfeições. Para mitigar a contração excessiva e prevenir rachaduras no produto final, a argila era comumente mesclada com areia e fragmentos minerais. Na Grécia Antiga, a argila era facilmente encontrada, com a maioria das comunidades mantendo seus próprios depósitos para a extração e produção de peças em terracota. Esse detalhe adquire relevância arqueológica, permitindo frequentemente a identificação da origem geográfica das obras (HIGGINS, 1963, p. 10).

Assim como as terracotas gregas, as egípcias também eram produzidas a partir de um molde negativo, conhecido como matriz, que era moldado a partir de um protótipo em forma de mão, chamado de *patrix*. Uma característica marcante das terracotas egípcias é a prática de esculpir apenas a parte frontal utilizando um molde, enquanto a parte traseira é moldada parcialmente à mão, resultando em uma superfície curva e lisa. Isso cria frequentemente figuras de barro com uma estética que combina elementos em alto e baixo relevo. Antes da queima, a parte frontal e traseira eram unidas, com as bordas sendo seladas com argila. Para figuras mais complexas, partes individuais eram criadas em diferentes moldes, cada uma com sua forma distinta.

No contexto greco-egípcio, muitas terracotas apresentam uma peculiaridade distintiva: um orifício circular que é frequentemente interpretado como um local de saída para a umidade durante a secagem da argila. No entanto, em várias estatuetas com esse orifício, a base também está aberta, o que tornaria uma segunda abertura redundante. É possível que esse orifício tivesse outra função, como fixar a estatueta

em uma posição específica. Semelhante a molduras contemporâneas, essas estatuetas poderiam ser exibidas em superfícies planas ou penduradas em paredes. Após a queima, as figuras eram geralmente cobertas na frente com um revestimento branco e posteriormente pintadas. No entanto, as cores e o revestimento muitas vezes sobrevivem apenas em fragmentos pequenos e fragmentados (SANDRI, 2012, p. 631).

A técnica de produção tinha origens gregas, porém o estilo das terracotas podia seguir tanto os padrões gregos quanto os egípcios. No entanto, distinguir claramente entre esses dois estilos é um ato complexo, especialmente em um contexto de produção multicultural. Isso resultava em uma produção contínua de diferentes estilos e, por vezes, na combinação de ambas as técnicas em uma única peça. De acordo com Vasques (2000, p. 53), é raro encontrar representações puramente gregas ou egípcias, sendo mais comum encontrar um estilo misto que incorpora a técnica grega enquanto mantém o modo de representação egípcio.

Em Alexandria, a produção de terracotas seguia uma técnica de moldes, advindo a partir de modelos gregos de confecção do final do século IV a.C. Contudo, mesmo nessa época inicial, já se faziam sentir influências egípcias na cultura material. Nas pesquisas iniciais sobre as terracotas, uma distinção era feita entre as produzidas em Alexandria e aquelas provenientes de Fayum, estas últimas evidenciando traços egípcios de forma mais marcante. De maneira geral, há consenso de que as terracotas de Alexandria se inspiravam nas de Tanagra, como mencionado anteriormente, enquanto as peças originárias da região rural do Egito adotavam um padrão mais diversificado, com maior destaque para as divindades egípcias. Segundo Torok (*apud* VASQUES, 2000, p. 53), a tentativa de diferenciar as peças de terracota com base em análises mineralógicas e químicas da argila pode ser sujeita a equívocos. Atribuir as terracotas de cor marrom-avermelhada ao Fayum e as de argila mais fina a Alexandria é uma proposição arriscada.

A Agência das Terracotas de Serápis

No livro *Entangled*, publicado em 2012, Ian Hodder propõe uma análise das interações entre seres humanos e objetos do mundo. Em contraste com a visão convencional que relega os objetos à condição de meros instrumentos das atividades humanas, sujeitos à sua construção, manipulação e eventual descarte, Hodder propõe uma abordagem disruptiva. Ele direciona seu foco para os próprios objetos, reconhecendo sua autonomia e influência no mundo.

Essa revolução de perspectiva desafia os paradigmas estabelecidos que priorizam exclusivamente os aspectos humanos e sociais, instigando-nos a contemplar os objetos em sua essência. Ao desafiar a premissa de que a pesquisa deve se restringir ao uso humano dos objetos, Hodder busca abrir novos horizontes para a compreensão das complexas relações entre seres humanos e o mundo material. Mas, afinal, por que *coisa*? O termo *coisa* é notável por sua abrangência. Dentro desse contexto, focamos nos aspectos mais fundamentais das entidades, sublinhando que elas continuam existindo como unidades concretas e claramente definidas. Palavras, ideias, estruturas sociais, acontecimentos e materiais compartilham a característica de, em determinados momentos, existirem como entidades distintas de alguma maneira, projetando sua presença ou duração dentro dos fluxos contínuos de matéria, energia e informação. A única razão pela qual as reconhecemos como *coisas* é devido à sua persistência e presença distintivas.

A concepção de emaranhamento proposta por Hodder é caracterizada por uma relação dialética de dependência, que engloba tanto a ligação quanto a subordinação. Esta dinâmica de interdependência se manifesta nas interações entre Humanos e Coisas (HC), entre Humanos e Humanos (HH), entre Coisas e Humanos (CH), e entre Coisas e Coisas (CC). A combinação dessas quatro categorias constitui o conceito de emaranhamento (HODDER, 2012, p. 88).

Conforme essa rede intrincada se torna mais complexa, humanos e coisas se encontram cada vez mais imersos em uma densa teia de interações dialéticas. Em outras palavras, as coisas, conforme as utilizamos, têm uma capacidade limitada de se auto-regenerar. Nesta interdependência, ficamos presos na teia, na qual as coisas também dependem de nós. A conexão entre humanos e o cuidado que dispensam às coisas é semelhante a uma teia que os envolve. A complexidade inicial se origina da total dependência dos seres humanos em relação às coisas, e essa interdependência se intensifica ainda mais pelo fato de que as coisas também necessitam umas das outras para funcionar.

Além do conceito de emaranhamento, Hodder introduz a ideia de aprisionamento, que se refere à condição de ficar preso em uma armadilha. Esta situação se manifesta nas criações humanas ao longo da história, resultando em um processo cumulativo que eventualmente deixa o ser humano encurralado por suas próprias invenções. A transição do emaranhamento para o aprisionamento ocorre quando a interação entre humanos e coisas condiciona irreversivelmente os primeiros, gerando irreversibilidades tanto práticas quanto mentais. Isso significa que, ao alcançar certo estágio, é impossível retroceder. Hodder (2012, p. 88-89) argumenta que a dependência entre humanos e coisas está constantemente sujeita a tensões originadas por limitações e restrições. Conforme os humanos e as coisa enfrentam barreiras variadas, como a disponibilidade de recursos e as possibilidades materiais e sociais, essas limitações são desafiadas por uma necessidade crescente, o que intensifica a interdependência e o envolvimento. Portanto, o emaranhamento pode ser visto como uma dinâmica dialética entre a conexão e a subordinação.

A ideia de emaranhamento difere de abordagens como materialismo, determinismo ecológico e reducionismo biológico. Hodder (2012, p. 97) argumenta que as mudanças e limitações na sociedade humana não surgem dos fatos materiais em si, mas sim das interdependências entre humanos e coisas. No entanto, ele adverte que é crucial ter cuidado, pois os objetos materiais e os ecossistemas podem

influenciar ou perturbar os emaranhados, assim como as ações intencionais dos seres humanos. A influência dessas variáveis na transformação dos emaranhados não depende apenas dos materiais ou das intenções, mas da configuração e da tensão inerente a esses emaranhados.

Relacionando a teoria do emaranhamento de Hodder às representações materiais de Serápis, percebe-se a complexidade das interações entre humanos e artefatos religiosos. Esta análise evidencia quatro dimensões interligadas: de qual forma os Humanos dependem das Coisas (HC), os Humanos dependem dos Humanos (HH), as Coisas dependem das Coisas (CC) e as Coisas dependem dos Humanos (CH) (Hodder, 2012, p. 88).

A partir disso, daremos ênfase à dimensão da dependência humana das coisas e de humanos com humanos. Analisando o uso de lamparinas e tochas como exemplos dessa relação. A interação humana com essas fontes de luz vai além da simples necessidade de iluminação noturna. Elas não apenas proporcionam visibilidade, mas também desempenham um papel crucial nas práticas religiosas e na simbologia cultural. Por exemplo, a representação de Zeus-Serápis na lamparina de terracota (figura 1) não contribui para sua eficácia em iluminar, mas destaca seu significado mágico e simbólico, refletindo a dependência humana das coisas para expressar crenças e valores.

Além disso, a presença das lamparinas em rituais religiosos funciona como um vínculo entre o mundo físico e o espiritual, criando uma atmosfera que vai além da mera iluminação de um espaço. Isso influencia as experiências humanas em níveis simbólicos e espirituais mais profundos. A coexistência da necessidade prática de luz com a carga simbólica e espiritual das lamparinas revela a complexidade da relação dos seres humanos com essas *coisas* que têm a função de iluminar.

Figura 1 - Lamparina de Serápis com uma águia no centro.



Lamparina de Serápis com uma Águia. Uma lamparina de cerâmica moldada apresenta decoração no disco com o busto de Zeus-Serápis. Inventário: 1980,1008.16. Referência: BRITISH MUSEUM. **Collection online**. London: [s.d.]. Disponível em: <https://www.britishmuseum.org/collection/object/G_1980-1008-16> Acesso em: 04/08/2023.

Quanto à dependência entre humanos, o ato de colocar estatuetas de Serápis, uma divindade ctônica, nas tumbas de entes queridos ou como oferendas em templos, evidencia uma complexa rede de interdependência na prática religiosa do Egito greco-romano. Neste contexto, essas estatuetas não apenas simbolizam uma conexão espiritual com a divindade, mas também ressaltam a intensa interdependência entre os indivíduos. A prática de tais oferendas mostra que os humanos dependiam profundamente uns dos outros para manter tradições, expressar devoção e buscar consolo espiritual em tempos de luto e reverência.

Ao optarem por depositar tais estatuetas, as pessoas reconhecem a relevância das conexões humanas na busca por proteção divina ou ao expressar gratidão por bênçãos recebidas. A prática de dedicar uma estatueta de Serápis à memória de um ente querido, seja na tumba ou como oferenda, demonstra a crença de que os laços

interpessoais ultrapassam a existência terrena, integrando-se com elementos espirituais e estabelecendo um vínculo com a divindade. Isso reflete uma visão de mundo onde as relações humanas e o divino estão profundamente interligados, evidenciando a dependência mútua entre indivíduos na manutenção de práticas religiosas e culturais.

Dentro desse contexto, é importante destacar a raiz etimológica da palavra religião, que deriva do latim *religare*. Considerando Serápis como um ponto de referência, fica claro que a religião tem a função primordial de conectar os seres humanos com as divindades. Essa conexão é mediada por práticas como orações, oferendas votivas, sacrifícios, entre outras. Do lado humano, a devoção é expressa por meio de atos religiosos, enquanto do lado divino, espera-se receber proteção, bênçãos e conforto diante das incertezas da vida.

Ao depositar estatuetas como oferendas em templos, os fiéis manifestam sua gratidão pelas intervenções divinas em suas vidas. Essa prática revela uma compreensão sofisticada da espiritualidade, onde a relação entre humanos e divindades é bidirecional. Não se trata apenas de um pedido unilateral de favores, mas de uma interação dinâmica e recíproca. Os humanos buscam apoio e proteção através desses atos, enquanto reconhecem e agradecem a intervenção divina, refletindo uma interdependência profunda nas práticas religiosas.

Conclusão

Neste estudo, investigamos as práticas religiosas ligadas ao culto de Serápis no contexto do Egito greco-romano, utilizando artefatos de terracota como uma chave de investigação. Este trabalho visa aprofundar nossa compreensão ao refinar as questões de pesquisa para explorar como as interações entre pessoas e objetos moldaram e foram moldadas pelo culto a Serápis. Nosso enfoque teórico centraliza-se no conceito de *emaranhamento*, conforme delineado por Hodder (2012),

destacando as dinâmicas complexas de intercâmbio e influência mútua entre cultura material e práticas religiosas.

Além disso, ao explorarmos meticulosamente o uso de artefatos de terracota como uma importante fonte de pesquisa, abrimos novas perspectivas para uma compreensão profunda das práticas de culto associadas a Serápis entre os egípcios durante os séculos III a.C. até o IV d.C. A acessibilidade desses artefatos, devido à sua facilidade de produção e baixo custo, não apenas os tornou amplamente disponíveis para diversas camadas da sociedade, mas também desempenhou um papel crucial na disseminação e na prática cotidiana do culto de Serápis.

As estatuetas de terracota descobertas no contexto do Egito greco-romano desempenham um papel crucial na religião popular, influenciadas por diversos fatores, com destaque para a sua acessibilidade econômica. Comparadas às esculturas elaboradas em materiais nobres como bronze ou mármore, as estatuetas de terracota eram muito mais acessíveis às camadas populares da sociedade, ampliando significativamente a expressão religiosa para um público mais abrangente. A capacidade de produção em larga escala dessas estatuetas, facilitada pelo uso do terracota, atendia às crescentes demandas das práticas religiosas populares, proporcionando uma ampla gama de representações divinas e religiosas que eram acessíveis e reconhecíveis por um público diversificado.

REFERÊNCIAS

BOMMAS, Martin. Isis, Osiris, and Serapis. In: RIGGS, Christina. **The Oxford Handbook of Roman Egypt**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

BURN. L. Terracottas. In: Smith, T; Plantzos, D. **A Companion To Greek Art**. Volume I. Blackwell, 2012. ISBN 978-1-4051-8604-9.

CLÍMACO, J. C. O estabelecimento do culto híbrido ao deus Serápis na Alexandria Ptolomaica: conjuntura, motivações e debates. **Revista Diálogos Mediterrânicos**, (18), 4–23. 2020.

DIODORUS OF SICILY. **Diodorus of Sicily In Twelve Volumes**. Vol. I. Books I and II, 1-34. Cambridge: Harvard University Press, 1933.

DUNAND, F. **Catalogue des terres cuites gréco-romaines d'Égypte**. Musée du Louvre. Paris: Réunion des musées nationaux, 1990.

DUNAND, F. **Religion populaire en Égypte romaine**: les terres cuites isiaques du Musée du Caire. Leiden: E. J. Brill, 1979.

DUNAND, F.; ZIVIE-COCHE, C. **Dieux et hommes en Égypte** – 3000 av. J.-C.-395 apr. J.-C.. Paris: Armand Colin, 1991.

ERLICH, Adi. Terracottas. In: FRIEDLAND, E. A.; SOBOCINSKI, M. G.; GAZDA, E. K. (Eds.). **The Oxford Handbook of Roman Sculpture**. Oxford University Press, 2015.

FELTON, D. The Dead. In: **A Companion to Greek Religion**. Malden, MA: Blackwell, 2007.

FLEMING, Maria Isabel D'Agostino. (org.). **Perspectivas da arqueologia provincial romana no Brasil**: pesquisas do LARP. São Paulo: UNICAMP/ANNABLUME, 2016.

FRANKFURTER, D. **Religion in roman Egypt**: Assimilation and Resistance. Princeton: Princeton University Press, 1998.

FRASER, P. M. **Ptolemaic Alexandria**. I - Text. Oxford: Clarendon Press, 1972.

FREITAS, A. P. S. **As Estatuetas de Estilo Tanagra e a Grécia Helenística**: interações e significados. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. 2021.

HÉRODOTE. **Histoires**. Livre II. Paris: Les Belles Lettres, 1944.

HERÓDOTO. **Histórias**. Livro II. São Paulo: Edipro, 2016.

HIGGINS, R. A. **Greek Terracotta Figures**. London: British Museum, 1963.

HODDER, Ian. **Entangled**. An Archaeology of the Relationships between Humans and Things. Malden: Wiley-Blackwell, 2012.

PLUTARCO. **Obras morales y de costumbres (Moralia)**. VI. Isis y Osiris. Diálogos Píticos. Trad. Francisca Pordomingo Pardo e José Antonio Fernández Delgado. Madrid: Gredos, 1995.

SANDRI, S. Terracottas. In: C. Riggs (Ed.), **The Oxford handbook of roman Egypt**. Oxford: Oxford University Press, 2012. pp. 630-647.

STAMBAUGH, John E. **Sarapis Under The Early Ptolemies**. Leiden: E. J. Brill: 1972.

TÁCITO. **Libro de Las Historias**. Institución Fernando El Católico: Zaragoza, 2015.

VASQUES, M. S. **A religião isíaca no Egito greco-romano**: as estatuetas de terracota. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN

ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38395

A DISPUTA EM TORNO DOS ÍCONES E IMAGENS IMPERIAIS DURANTE A PRIMEIRA FASE (726-787) DA ICONOCLASTIA NO IMPÉRIO BIZANTINO

Isabely Gurgel de Castro[1]

RESUMO:
Neste presente trabalho, será tratado a respeito da veneração dos Ícones e a presença das Imagens Imperiais como lugares de memória. Assim, será verificado como esses elementos imagéticos foram alvo de disputa durante a Primeira Fase (726-787) da Iconoclastia (726-843) no Império Bizantino. No decurso da Iconoclastia, observa-se dois grupos formados nomeados de iconoclastas (contra os ícones) e iconódulos (a favor dos ícones) que estiveram presentes na disputa imperial em Bizâncio.
Palavras-chave: Iconoclastia, Ícones, Imagens Imperiais, Política, Lugar de Memória

THE DISPUTE OVER ICONS AND IMPERIAL IMAGES DURING THE FIRST PHASE (726-787) OF ICONOCLASM IN THE BYZANTINE EMPIRE

ABSTRACT:
This paper will discuss the veneration of Icons and the presence of Imperial Images as places of memory. It will examine how these imagery elements were the subject of dispute during the First Phase (726-787) of the Iconoclasm (726-843) in the Byzantine Empire. During the Iconoclasm, there were two groups called iconoclasts (against icons) and iconodules (in favor of icons) who were present in the imperial dispute in Byzantium.
KEYWORDS: Iconoclasm, Icons, Imperial Images, Politics, Place of Memory.

[1] Licenciada pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestranda pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Participante do Laboratório Maat. Currículo Lattes: https://lattes.cnpq.br/4853842436459500. Contato: isabely.gurgel.146@ufrn.edu.br

A Iconoclastia foi um movimento religioso ou político-militar ?

O movimento que iniciou o fim dos ícones durante 89 anos no Império Bizantino (330 d.C. - 1453) foi alvo de diferentes interpretações que acabou consolidando a motivação da Iconoclastia a partir das razões religiosas que permeavam os debates em torno dos ícones e como esses objetos para os bizantinos representavam a manifestação real dos santos e a sua função pedagógica como defendido pelo o monge João Damasceno [2](675 - 749). O ícone, no decorrer da Iconoclastia, foi objeto utilizado tanto pelos iconoclastas e iconófilos em virtude de argumentos que auxiliariam a defender ou se posicionar contra a esses elementos simbólicos.

Em função do ícone pertencer a Liturgia da Igreja Bizantina, foi consolidado no imaginário sobre o Iconoclasmo Bizantino que o início do processo tratado aqui foi derivado da exclusão do ícone do cristianismo. Essa preocupação do ícone trazer uma espécie de impureza para o cristianismo, algo que foi levantado pelo historiador Paul Lemerle (1991), já era uma questão advinda de séculos passados, principalmente no século VII. O século VII, período que antecedeu o Processo Iconoclasta, foi um dos piores momentos para a História Bizantina devido aos problemas políticos, militares, espaciais e religiosos surgidos. Com base no entendimento dos conflitos ocorridos durante o século VII, e como esses problemas que perduraram até o século VIII (século que surgiu a Iconoclastia) são dados enfoques para compreender que a Iconoclastia foi além de um processo efetivado somente a partir dos interesses religiosos.

No início do século VII, o Império Bizantino estava em batalhas constantes contra o Império Persa. Até as duas primeiras décadas do século VII, o Império Persa era considerado pelos os próprios bizantinos, o seu principal

[2]João Damasceno foi um monge dissertou a respeito da validade dos ícones na liturgia ortodoxa. Atualmente considerado santo da Igreja Ortodoxa.

inimigo. Esse argumento do Império Persa ser o principal inimigo de Bizâncio se deu, pois os persas conquistaram territórios antes pertencentes ao Império Bizantino. Segundo Fernandes (2021), a Antioquia foi conquistada pelos persas em 611. Já Tarso e Damasco passaram a fazer parte do Império Persia no ano de 613, enquanto Jerusalém só integrou o Império Persa em 614. Todo este processo, das conquistas persas durante a Dinastia Heracliana (610 - 711), auxiliou na desmobilização da política bizantina em razão do insucesso de manter territórios que já faziam parte de Bizâncio e das perdas militares. Em meados de 626, comandados pelo Imperador Heráclio (575 - 641), Bizâncio consegue retomar os territórios perdidos e findar as ameaças persas. No entanto, outro Império começou a ameaçar o Império Bizantino.

No século VII, conhecido como Império Árabe-islâmico, nota-se o crescimento exponesial desta sociedade. Inicialmente, advindos da Península Arábica (oeste do Continente Asiático e a leste do Continente Africano) e sendo parte do sudeste do Mar Mediterrâneo, que se observa o surgimento do Império Árabe-islâmico (LANNES, 2013). Neste trabalho, não será tabalhado com a perspectiva que o Império Árabe-islâmico surgiu através do enriquecimento da Cidade de Meca. Esse argumento está entrelaçado com os Trabalhos Orientalistas, sobretudo as pesquisas do século XX, que defendem expansão do Império Árabe-islâmico através de suas perspectivas eurocentradas acerca da História Árabe. Outra questão que deve-se atentar é colocar o Império Árabe-islâmico como o propagador de todos os problemas bizantinos e salientar uma falsa ideia que o Império Árabe-islâmico em suas conquistas ao longo do século VII, fosse derivado de somente em trazer prejuízos para o Império Bizantino. Ou colocar o Império Árabe-islâmico como inimigos do cristianismo na Alta Idade Média (século V - X). Caso, o estudioso analise as conquistas árabes com o viés calcado em concepções ocidentais e transferido seus preceitos para o outro, caíra em uma prerrogativa falsa. Por fim, os dois Impérios, até a queda de Constantinopla em

1453, travaram embates em virtude de importantes locais geográficos e comerciais, pois cada sociedade detinha o intuito de avançar significativamente nos âmbitos econômicos, políticos e espaciais.

Com base no ideal dos impérios em avançar e manter suas conquistas, que se situa a expansão do Império Árabe-islâmico e o surgimento dos conflitos com o Império Bizantino. A partir da década de 630, ocorreu a primeira conquista do Império Árabe-islâmico. A primeira conquista foi em 634, com a perda da Palestina antes parte do Império Bizantino. Depois disso, tem-se a perda do território Sírio no ano de 637, o Egito em 641 e a tentativa da conquista de Constantinopla no ano de 673 (FERNANDES, 2021). Assim, Monteiro (2021) defende que a conquista de Constantinopla pelo Império Árabe-islâmico não foi concretizada, por conta das muralhas bizantinas que foram fundamentais para a proteção da capital do Império Romano do Oriente durante os seus mil anos de história. Neste contexto, a conquista do Império Árabe se deu até a década de 660, de acordo com Leslie Brubaker (2012). Todavia, esse processo gerou crises em Bizâncio devido às perdas militares das tropas bizantinas. De certo, no final do século VII e início do século VIII, Bizâncio passou a buscar uma maior estabilidade política e militar. Com perdas iniciadas já nas primeiras décadas do século VII, com as disputas de território com o Império Persa até meados da década de 660, conflitos intensificados com o Império Árabe-islâmico, o Império Bizantino enfrentava outra problemática, a validação dos ícones em Bizâncio.

Após entender, os problemas militares do Império Bizantino no século VII e como esses conflitos atingiram o âmbito político, neste momento, será analisado o contexto religioso do período que está sendo examinado.

Neste trabalho, não será abordado de forma mais efetiva a respeito dos problemas religiosos, já que foi discutido em outras pesquisas realizadas. Contudo, torna-se relevante contextualizar quais eram os debates levantados no decurso do

século VII, acerca da veneração dos ícones. Durante toda a História do Cristianismo, os ícones foram alvo de discussão entre os cristãos desde o cristianismo primitivo.

O debate inicial que se seguiu até a Iconoclastia e discussões que perpassa o fim da veneração dos ícones em Bizâncio, estava interligado com a Encarnação de Jesus Cristo (BESANÇON, 1997). Para trazer uma breve análise acerca da Encarnação, está sendo incorporado o processo de encarnação discutido por Aguiar e Kuhn. Neste contexto,

> O apóstolo João sintetiza a encarnação de Jesus nas intrigantes palavras: "E o Verbo se fez carne e habitou entre nós" (Jo 1:14). O termo grego traduzido como "habitou" (*skēnoō*) vem da mesma raiz do substantivo "tabernáculo" (*skēnē*), e indica a intenção de João de relacionar a encarnação de Cristo com a construção do tabernáculo, cujo objetivo principal era a "habitação" de Deus no meio do povo. O livro de Hebreus menciona que "Visto, pois, que os filhos têm participação comum de carne e sangue, destes também ele, igualmente, participou, para que, por sua morte, destruísse aquele que tem o poder da morte, a saber, o diabo" (Hb 2:14) (2016, p. 26).

Utilizando dos argumentos de Aguiar e Kuhn (2016), entende-se que o verbo, sendo a coportificação humana de Cristo, esteve presente entre os seres vivos. Jesus Cristo tendo habitado e sentindo as mesmas dores e sentimentos que os seres humanos, possuía seu caráter humano. Ao mesmo tempo, sem separação e nenhuma natureza se sobressaindo, Cristo, conforme o Primeiro Concílio de Nicéia (325), possuía a natureza humana e divina. Assim, aquilo que se compreende por encarnação foi objeto de definição no Concílio de Nicéia I. A definição proposta pelo Concílio de Nicéia I, por diversas vezes, foi alvo de controvérsias no período da Antiguidade Tardia e Idade Média. Essas controvérsias cristológicas são conhecidas como Heresias por distanciar do

pensamento formulados durante os Concílios Ecumênicos. Heresias como o Arianismo (século IV), Monofisismo e Nestorianismo, ambas surgidas no século V, foram contra a designação acerca da Encarnação proposta pelo Concílio de Nicéia. Nesta circunstância, o debate sobre a encarnação chegou até os ícones, já que a representação humana de Cristo estava presente nesses elementos simbólicos.

A historiadora britânica Leslie Brubaker (2012) contribui para o presente trabalho, visto que a autora examina que a questão do ícone e a encarnação foi primeiramente debatida no dia a dia dos bizantinos no século VII. Ou seja, Brubaker (2012) contribui para o entendimento que as discussões sobre os ícones foram institucionalizadas posteriormente. Essa institucionalização das lutas em volta do ícone, aqui será nomeado de Iconoclastia. A Iconoclastia, principalmente com o Imperador Iconoclasta Constantino V (718 - 775), possuiu a preocupação de realizar a formulação de uma teologia que desse base para os argumentos iconoclastas (BOY, 2007). Porém, a população em seu cotidiano já detinha sua própria interpretação dos ícones. No final do século VII, no meio das intensas disputas entre as tropas bizantinas e exército árabes-islâmico, os ícones passaram a ser representados pelos os contemporêneos bizantinos, a partir da ideia de uma presença real dos santos (BRUBAKER, 2012). Essa manifestação dos santos através dos ícones eram vistas nas batalhas entre o Império Árabe-islâmico e Império Bizantino, no qual os bizantinos levavam os ícones para as batalhas devido essas representações imagéticas simbolizar a presença dos santos e emanar bençãos para os ortodoxos (BRUBAKER, 2012).

O ícone, ao longo do final do século VII e início do século VIII, ganhou demasiada importância para os ortodoxos, por causa da representação real dos santos. Michael Angold (2002) postula que no cristianismo os ícones são um protótipo e a feitura do ícone deve-se à honraria direcionada ao ícone. O próprio João Damasceno nas Três Atas, em que realizava sua defesa em prol dos ícones,

traz a importância das imagens santas para os devotos prestarem sua honra aos santos. Outro ponto a ser debatido, está relacionado ao fato que os bizantinos que não pertenciam ao alto clero ortodoxo detinham uma visão distinta daquilo pregado pela a Igreja Bizantina. A própria população construiu seu próprio pensamento a respeito do ícone. Essa construção por parte da sociedade bizantina acerca daquilo que o ícone representa foi motivado, sobretudo, pela crise advinda do século VII, iniciado com as batalhas contra o Império Persa e, logo depois, os confltios com o Império Árabe-islâmico.

Todo esse processo de consolidação de uma narrativa sobre os ícones e as perdas militares acarretaram uma instabilidade política e uma angústia populacional acerca da fragilidade dos vários setores do Império Bizantino.

Após essa contextualização dos âmbitos militares, políticos e religiosos durante o século VII, torna-se válido trazer ao debate que esses problemas não terminaram no início do século VIII. Os insucessos militares de Bizâncio permaneceram no imaginário da sociedade e o medo do retorno das conquistas árabes era algo intrínseco entre os bizantinos. Dentro disso, o problema gerado pelas crises militares em Bizâncio são o grande fator para entender o que a foi iconoclastia e pensar além do aspecto religioso. O historiador Colin Wells (2019) defende que a principal razão para a Iconoclastia foi o campo militar e as possíveis resoluções da instabilidade dos exércitos e perdas, por meio da religião cristã. Adiante, no momento que o primeiro imperador iconoclasta, o isauro Leão III (675

-741) assumiu o poder de Bizâncio, uma de suas principais iniciativas após o fim da veneração dos ícones que aconteceu em 726, foi de assumir uma postura mais eficaz ao combate do exército árabe-islâmico (FREEDBERG, 2021). Destacando que Leão III assumiu o trono bizantino no ano de 717. Quase 10 anos após

assumir o trono, com a eliminação da *Chalkê*[3] que ficava no portão de bronze do palácio imperial (MANGO, 1986), inicia-se a Iconoclastia. Com o começo da Iconoclastia, o o império consegue ter uma estabilidade maior.

Visto toda a problemática militar e política no Império Bizantino, agora, torna-se válido responder a pergunta que norteia esse primeiro tópico. Afinal, a Iconoclastia foi um movimento religioso ou político-militar ? foi dissertado durante o artigo como todos os acontecimentos em Bizâncio influenciaram como a população bizantina via os ícones e a partir de suas inquietações perante as adversidades da política de Bizâncio. Por isso, ao analisar todos os envolvimentos militares, enfraquecimento político, perdas de território e uma busca incessante da sociedade bizantina de aquietar suas apreensões com um futuro que poderia parecer com o seu presente. Então, aqui se defende que a Iconoclastia foi motivada por interesses políticos [4]e militares que acabaram ocasionando em modificações em diferentes áreas de Bizâncio, inclusive, na concepção do ícone para os contemporâneos das crises que envolviam o Império Bizantino.

Essa discussão a respeito da Iconoclastia ser um processo derivado de motivações político-militares foi abordada para compreender melhor a disputa dos ícones e imagens imperiais a partir da premissa do viés político.

A Disputa em volta dos Ícones e Imagens Imperiais

Para iniciar o debate acerca da disputa em torno dos ícones e imagens imperiais, primeiramente, será discorrido a respeito da problemática de examinar a Iconoclastia através da percepção de um período de crise. Antemão, já ocorre a argumentação que a Iconoclastia não deve ser considerada um período de crise. Aqui se defende que a Iconoclastia está pautada em um movimento que detinha

[3] Imagem de Jesus Cristo. No lugar da *Chalkê* foi colocado uma cruz.
[4] Esses interesses políticos estão correlacionados também com a perda de território por Bizâncio.

como prerrogativa solucionar ou amenizar os conflitos que Bizâncio estava inserido desde o século VII e início do século VIII. De certo, a Iconoclastia, não foi uma posição imperial aceita de forma pacífica como se consta no momento que Leão III retirou a *Chalké* de Bizâncio e a revolta da população perante a essa postura do imperador. No entanto, como é explicitado em trabalhos sobre o Iconoclasmo Bizantino, principalmente aqueles do século XX e início do XXI, que o fim da veneração dos ícones estava interligado a uma crise religiosa e os contraditórios governantes iconoclastas, demonstra que foi um período sem avanços e somente mergulhado a uma crise mediante ao fim dos ícones em Bizâncio. A parada temporária [5]da veneração dos ícones não decretou o fim do avanço do militarismo, dos debates teológicos, estagnação política e artística. Assim, por esse caminho, será abordado aquilo que se compreende por disputa em volta dos ícones e imagens imperiais.

Em primeiro lugar, os ícones, como já mencionado anteriormente, são parte essencial da liturgia cristã, tanto no mundo oriental quanto no cristinianismo ocidental. A ascensão desse elemento simbólico auxiliou na consolidação do cristinianismo e sua permanência. No entanto, os ícones por sua representação evidenciar a presença real dos santos, acabou sendo algo que passou por uma institucionalização como pontua Brubaker (2012). Essa institucionalização por meio do império e das principais instâncias religiosas, foi verificada durante o Iconoclasmo. Como já foi discutido antes, a Iconoclastia não foi derivada de razões religiosas, mas o que se interessa neste trabalho é saber como o ícone foi alocado a um papel de disputa por quase um século da História Bizantina, no momento em que sua veneração foi proibida.

No ano de 726, após a instauração da Iconoclastia, na maioria dos locais que eram colocados os ícones, em seu lugar, cruzes foram manufaturadas para

[5] Válido ressaltar que a Iconoclastia foi dividida em duas fases: a Primeira Fase (726-787) e a Segunda Fase (815-843). Entre 787 e 815, houve a volta dos ícones após o Segundo Concílio de Nicéia.

substituir essas imagens santas. Pinturas religiosas também que ficavam localizadas mais ao alto nas igrejas, no qual possuía uma dificuldade da população alcançar, não foram retiradas (FREEDBERG, 2017) ou não se tem fontes que discorrem que com uma adesão maior com o passar dos anos da iconoclastia, a eliminação dessas pinturas sacras. Aquelas pinturas que ficavam em posição mais para igual da sociedade foram excluídas das igrejas (FREEDBERG, 2021). Além disso, Constantino V, conhecido como uma espécie de patrono da arte pelos os imperadores [6]iconoclastas da segunda fase do Iconoclasmo, foi grande construtor de igrejas [7]e incentivador da fomentação artísticas no império (BRUBAKER, 2012).

Essa contextualização de como a arte foi continuada em Bizâncio, traz o entendimento sobre o ícone fazer parte de uma espécie de disputa entre os iconoclastas e iconófilos relacionado a uma ideia de validação de um ideal para aqueles pautados no ideal de continuar a tradição da igreja em torno dos ícones e os outros que estavam mais preocupados de legitimar o poder imperial a partir de um governo forte que foi o propagador de uma estabilidade em Bizâncio. Deste modo, aqui não se argumenta que os interesses dos iconoclastas ao derredor dos ícones eram demasiadamente à custa somente do fator religioso ou de uma eliminação sem precedentes de todas as produções artísticas religiosas. Esse processo pode ser verificado no instante que a Iconoclastia deteve um maior prolongamento dentro de Constantinopla, a capital de Bizâncio, enquanto o interior deteve um menor acesso aos debates a respeito dos acontecimentos que cercavam o império.

Portanto, em primeiro plano, essa disputa entre os iconoclastas e iconófilos ou iconódulos pelo ícone esteve presente no contexto da Iconoclastia, mas acerca do direcionamento de reviver o setor político e militar de Bizâncio. No

[6] Leão V (813-820), Miguel II (820-829) e Teófilo (829-842).
[7] Grande parte dessas construções não sobreviveram até a atualidade

meio dessas disputas entre iconoclastas e iconófilos, que se tem o aparecimento das imagens imperiais que reverberavam os imperadores iconoclastas. Essas imagens passaram a ocupar áreas do território Bizantino e estiveram presentes nas moedas bizantinas. Uma das poucas fontes imagéticas que tem-se o acesso dessas imagens imperiais no andamento do Iconoclasmo Bizantino são duas moedas. Nas duas moedas, nota-se o rosto de Leão III e Constantino V. No século VII, Jesus Cristo era retratado nas .moedas. Em contrapartida, após o advento da Iconoclastia, os imperadores passaram a substituir o retrato de Cristo. Nas duas moedas, Leão III e Constantino V seguram a cruz ortodoxa e um mapa[8]. Em um cenário mais geral, os ícones foram substituídos por cruzes e por retratos dos próprios imperadores vigentes no tempo iconoclasta.

Com base nas trocas dos ícones por cruzes e imagens dos imperadores, nota-se a busca de legitimação imperial e a tentativa de erguer a moral do governo bizantino após décadas e décadas de conflitos ocasionando na desmoralização do império. Em virtude disso, ocorre a ressalva da disputa em volta dos ícones e imagens imperiais a partir do contexto político. Essas imagens imperiais também detinham o fator de fortalecer uma memória arraigada naqueles governantes que restauraram Bizâncio de um maior colapso. Os ícones e imagens imperiais auxiliando na permanência e na propagação de determinada memória relacionada aos iconoclastas ou iconófilos, podem ser examinados como lugares de memória devido ao seu papel de oferecer continuidade memorial. Desta forma, de acordo com Pereira, se define como lugar de memória locais "simbólicos que dariam a sensação de garantir a permanência da memória e da identidade coletiva" (2014, p. 348). A partir do pensamento de Pereira (2014), compreende-se a constituição da identidade coletiva da população bizantina proveniente do cristianismo oriental. Pode-se argumentar que a construção dos ideais e a memória da sociedade de Bizâncio foram influenciadas pelas decisões advindas dos concílios ecumênicos e

[8] Necessita de mais análises sobre o significado dos imperadores serem representados nas moedas com mapas nas mãos.

das concepções sobre o cristianismo da população. Essa formação de uma identidade coletiva construída por meio dos lugares de memória que foi postulada por Pereira (2014), pode ser compreendida com a contribuição que o historiador Maurice Halbwachs (1968), fornece para o entendimento da memória coletiva. Halbwachs (1968) explica que a memória ocorre mediante ao contato do indivíduo com o coletivo. Halbwachs (1968) também defende que sem o contato do indivíduo com a sociedade não é possível a formação da memória. Ou seja, a memória se torna um fenômeno resultado do coletivo. Sendo assim, para o contínuo da memória coletiva tem-se a necessidade de mecanismos para a sua efetivação como os objetos (HALBWACHS, 1968). Os objetos do espaço são construídos por intermédio de uma memória constituída coletivamente. Esses objetos são erguidos por comunidades com o intuito dessa memória coletiva reverberar para gerações futuras e permanecer entre aqueles que a constituíram, pois sem elementos que rememorem essa memória, ela pode ser esquecida. Com isso, sociedades edificaram importantes locais que de determinada forma traziam a lembrança associada aos grupos que a formularam. Esses objetos que auxiliam a permanência da memória que nomeia-se de lugares de memória. Esses lugares de memória são cruciais para a continuação da memória coletiva, mas para ter os lugares de memória antes torna-se necessário que uma memória coletiva já esteja articulada. Primeiro a memória coletiva, depois a construção dos lugares de memória para oferecer continuidades a essa memória.

Os ícones e imagens imperiais podem ser vistos como lugares de memória, visto que eram fundamentais para a continuação da memória coletiva. Os ícones e imagens imperiais ajudavam também na preservação da memória dos grupos envolvidos no Iconoclasmo Bizantino.

Dando continuidade, foi visto que Constantino V, implementou novas prerrogativas a respeito da teologia ortodoxa. Um desses pensamentos está relacionado com a ligação da população com o divino através do clero, pois antes

com os ícones representando a presença real de Cristo, essa relação era feita sem necessitar de intermédio eclesiástico. Com isso, alocando a veneração do alto para baixo (FREEDBERG, 2021), todas as representações artísticas sacras em Bizâncio ganham um novo significado. Isso reverbera da forma que pode-se analisar essas representações imagéticas sacras como lugares de memória, dado que em razão do contexto e da disputa entre iconoclastas e iconófilos, esses lugares de memória passam a significar aquilo que a política vigente determina. A tentativa de construir uma identidade coletiva a partir do fim da veneração dos ícones fez com que se erguesse as imagens imperiais, novos lugares de memória no Império Bizantino.Essas imagens imperiais [9]estariam representando a estabilidade política de Bizâncio após a Iconoclastia e trazendo a memória para as gerações futuras que foi o império iconoclasta que retornou a estabilidade no território bizantino que não se via desde o século VII.

Finalizando, torna-se relevante enfatizar que não está ocorrendo a defesa que no decurso da Iconoclastia não houve problemas ou conflitos e sim trazendo um novo olhar para averiguar o fim da veneração dos ícones no Império Bizantino no século VIII. Ademais, a discussão sobre memória coletiva foi evidenciada no estudo, por conta da interpretação da população sobre os ícones. Não está sendo descartada a contribuição do alto clero bizantino para a construção da memória em Bizâncio. Foi mencionado acerca da importância da igreja para a formulação memorial. No entanto, o enfoque neste trabalho está sendo dado como a sociedade bizantina entende o ícone. O ícone como aquele que oferece proteção ao Império Bizantino em razão da presença real dos santos da liturgia ortodoxa. Para mais, o ícone compreendido também como lugar de memória que promove a memória relacionado à crença do cotidiano da população bizantina. O ícone resguardando uma memória coletiva da sociedade.

[9] Como destaca Besançon (1997), as imagens imperiais passaram a ser honradas em Bizâncio, um dever como argumenta o historiador por parte da população. Antes os ícones que eram alvo de honraria pela sociedade bizantina.

A memória coletiva, segundo Halbwachs (1968), advém do contato entre os indivíduos de uma sociedade. Neste contato entre os bizantinos que se constitui uma memória acerca dos ícones e posteriormente sobre as imagens imperiais. O conceito de memória coletiva elaborado por Maurice Halbwachs está atrelado, sobretudo, ao cotidiano e, por isso, está sendo utilizado no estudo. Mesmo que a Iconoclastia seja um movimento que se dá com a institucionalização dos acontecimentos ocorridos em Bizâncio, não se pode negar a ocorrência do Iconoclasmo Bizantino sem tratar o desenvolvimento das próprias convicções da sociedade bizantina acerca de todos os acontecimentos políticos, militares e até religiosos no império. Esses acontecimentos chegaram nos ícones e influenciaram a constituição das imagens imperiais no lugar das imagens santas.

Considerações finais

O Processo Iconoclasta foi envolvido com distintas discussões que abordavam a questão política, militarismo, religião, economia e espaço. Neste trabalho, foi evidenciado as razões políticas e militares colocadas como as principais causas. Também foi examinado a questão religiosa, principalmente, o tema relacionado à encarnação. Outro assunto discutido brevemente foi a questão espacial após as conquistas do Império Persa e Império Árabe-islâmico. Essas conquistas atingiram a perda dos territórios antes parte de Bizâncio e aumentando a instabilidade política. Neste cenário, os principais temas associados com a Iconoclastia foram a motivação político-militar. Foi dado ênfase (mesmo que seja menor) também para o aspecto religioso no Iconoclasmo Bizantino.

Com a compreensão do passado do século VII e começo do século VIII, torna-se viável o entendimento daquilo que foi chamado de disputa em torno dos ícones e imagens imperiais e como esses elementos simbólicos foram usados para legitimar o poder iconoclasta. O ícone com a sua função sacra no processo da Iconoclastia teve sua substituição por cruz e retratos imperiais. Neste ponto, já se

observa que o ícone ganha um papel político, dado que foi alvo de disputa entre iconoclastas e iconófilos devido aquilo que representava e como atingiria o governo bizantino. Por fim, as imagens imperiais ganharam destaque maior em Bizâncio, mas isso não garante que a presença dos retratos dos imperadores tiveram grande impacto para a sociedade bizantina, sobretudo, no que tange ao interior de Bizâncio. A preocupação imperial de dar continuidade memorial por meio dos lugares de memória não se verifica também, principalmente após o Triunfo da Ortodoxia (843), já que grande parte desses lugares de memória relacionados ao império iconoclasta foi destruído. Aqui se analisa a importância da população bizantina a respeito da incorporação das imagens imperiais para o seu dia a dia. Se defende que as imagens imperiais como lugares de memória não tiveram um alcance efetivo durante a Iconoclastia. As imagens imperiais foram colocadas como uma tentativa de consolidação do poder iconoclasta. Contudo, isso foi perdido nos anos posteriores ao Iconoclasmo, muito por causa também da disputa entre iconoclastas e iconófilos e da enfatização de uma memória da população acerca dessas imagens imperiais e ícones.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Adenilton Tavares e KUHN, Wagner. A encarnação de Cristo: mistério e modelo da missão. **Revista Kerygma**, Centro Universitário Adventista de São Paulo
- UNASP, p. 10-26, 2016.

ANGOLD, Michael. **Bizâncio: A ponte da Antiguidade para a Idade Média**. Primeira edição publicada na Inglaterra em 2001 por Weidenfeld & Nicholson. Páginas: 7 - 153, ano de publicação: 2002.

BOY, Renato Viana. **A querela de Iconoclastia: Uma disputa em torno dos ícones no Império Bizantino; 726-843**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social (PPGHIS), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. P. 12-153, ano: 2007.

BESANÇON, Alain. **A imagem proibida: uma história intelectual da Iconoclastia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BRUBAKER, Leslie. **Inventing Byzantine Iconoclasm**. Studies in Early Medieval History, Bristol Classical Press, p. 1-134, 2012.

DAMASCUS, ST John of. In: LOUTH, Andrew. (Translation and Introduction). Three Treatises on the Divine Images. St. John of Damascus. First Edition. New York: **ST Vladimir's Seminary Press**, 2003.

DOC3 / Catalogue of the Byzantine Coins in the Dumbarton Oaks Collection and in the **Whittemore Collection** (vol. III, Leo III to Nicephorus III, 717-1081) (7a, p.245).

FERNANDES, Caroline Coelho. **Teodoro Estudita e a iconofilia: afirmação política e defesa da aristocracia monacal em Bizâncio**. Universidade Federal De Ouro Preto (UFOP), Instituto De Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, p. 12-145, 2021.

First Council of Nicaea – 325 AD. **Papal Encyclicals Online**. Introduction and translation taken from Decrees of the Ecumenical Councils, ed. Norman P. Tanner.

FREEDBERG, David. **Iconoclasia: historia y psicología de la violencia contra las imágenes**. 1a ed . - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Sans Soleil Ediciones Argentina, 57 p, 2017.

FREEDBERG, David. **Iconoclasm**. **The University of Chicago Press**, Chicago and London, p. 1-321, 2021.

HALBWACHS, Maurice. Cap. I. Mémoire collective et mémoire individuelle. Cap. IV. La mémoire collective et l'espace. **La Mémoire Collective**. Paris: Presses Universitaires de France, 1968.

LANNES, Suellen Borges. **A Formação do Império Árabe-Islâmico: História e Interpretações**. Tese apresentada ao Corpo Docente do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), p. 14-125, 2013.

MANGO, Cyril. **The Art of the Byzantine Empire 312-1453**. Publisher: University of Toronto Press, city: Toronto, Buffalo, London, in association with the Medieval Academy of America, p. 3-267, 1986.

MONTEIRO, João Gouveia. **História concisa do Império Bizantino: das origens à queda de Constantinopla**. Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 17- 92, 13-Apr-2021.

PEREIRA, Danielle Cristina Mendes. Literatura, lugar de memória. **Soletras Revista**, Suplemento n. 28, pp. 345-355, 2014-.2.

WELLS, Colin. **De Bizâncio para o mundo: a saga de um império milenar**. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, p. 37-313, 2019.

ST-02: ENSINO DE HISTÓRIA: PRÁTICAS, SABERES E DESAFIOS DA PESQUISA

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38397

COMPREENDENDO O PROFISSIONAL: análise da disciplina de história indígena da UFRN (2011-2023)

Cintia Cibele Coelho de Andrade[1]
Vitor Hugo Rufino Santos Costa[2]

RESUMO:
Este artigo é fruto da pesquisa realizada no ano de 2023, em que buscamos: 1) compreender o perfil profissional dos formados pela disciplina de História Indigena, da graduação em História fornecido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte Campus Natal. 2) produzir a história do curso de história. Como metodologia, utilizamos análise dos planos de curso com foco nas rupturas e permanências das ementas, objetivos, conteúdos programáticos e bibliografias (básicas e complementares), além da História Oral para cotejar as fontes. Apoiamo-nos nas ideias de Chimamanda Ngozi Adichie na obra " O Perigo de Uma História Única"; na lei 11.645/2008 e no parecer presente em "Desafios da formação inicial para a docência em História" de Itamar Freitas e Margarida Oliveira.
PALAVRAS-CHAVE: UFRN. Formação de professores. Currículo. História Indigena**.** História do Ensino de História. Acervo universitário.

UNDERSTANDING THE PROFESSIONAL: an analysis of the indigenous history course at UFRN (2011–2023)

ABSTRACT:
This article is the result of research conducted in 2023, where we: 1) Sought to understand the professional profile of graduates from the Indigenous History course, from the undergraduate course in History provided by the Federal University of Rio Grande do Norte, Natal Campus; 2) Produce a historical account of the History course. Our methodology included an analysis of course syllabi, focusing on the ruptures and continuities in objectives, program content, and bibliographies (both primary and complementary). We also employed Oral History to compare and validate sources. The study draws on the ideas of Chimamanda Ngozi Adichie in her work The Danger of a Single Story,In Law 11.645/2008, and the perspectives found in Challenges of Initial Training for Teaching History by Itamar Freitas and Margarida Oliveira.

[1] Graduanda em História; Universidade Federal do Rio Grande do Norte(UFRN); Grupo de Pesquisa Espaços, Poder e Práticas Sociais (EPPS); http://lattes.cnpq.br/5054521780757770; cintia.andrade.088@ufrn.edu.br
[2] Graduando em História; Universidade Federal do Rio Grande do Norte(UFRN); Grupo de Pesquisa Espaços, Poder e Práticas Sociais (EPPS); http://lattes.cnpq.br/6690115955947955; vitor.hugo.rufino.109@ufrn.edu.br

KEYWORDS: UFRN, Teacher Training, Curriculum, Indigenous History, History of History Teaching, University Archives.

Pensar a formação dos profissionais do curso de História é parte essencial para entender o contexto do ensino de história de uma sociedade, entendendo o que se está sendo selecionado para ser ensinado. Assim, aqui nos debruçamos em compreender qual é o tipo de profissional egresso da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e com quais habilidades e competências esse conta para atuar frente a diversidade social e as demandas da pluralização histórica na contemporaneidade. Como consequência dessa pesquisa, também tivemos o objetivo de registrar a história do curso de história da UFRN, pois consideramos que é imprescindível que haja um registro de todas as atividades educacionais consideradas relevantes para que possamos olhar para as experiências do passado refletindo sobre as possibilidades do futuro do ensino de história.

Assim, para essa pesquisa utilizamos como metodologia a análise dos planos de curso da disciplina História Indígena dos cursos presenciais de Licenciatura e Bacharelado em História no campus Natal da UFRN, ofertadas no período entre os anos de 2011 – 2023. Durante as nossas análises nós comparamos as ementas, objetivos, divisão da disciplina, conteúdo programático, assim como a bibliografia utilizada. Ao fazer essas análises, nós buscamos identificar as rupturas e continuidades contidas nos planos. Outra metodologia utilizada foi a História Oral, ao realizarmos uma entrevista com o docente que ministrou por maior tempo, dentro do recorte espaço-temporal, a disciplina de História Indígena. Utilizamos dessa metodologia para cotejar as nossas fontes primárias e para preencher lacunas geradas pelas limitações da análise dos planos de curso, assim como para melhor compreender a perspectiva do docente em relação à disciplina em si.

A fim de ressaltar a importância dessa investigação nos baseamos nos autores Itamar Freitas e Margarida Oliveira, quando eles colocam em seu texto **Desafios da formação inicial para a docência em história** que "a seleção dos saberes é um grande desafio porque reflete as identidades do profissional de história e, ainda mais preocupante, da disciplina escolar História"(OLIVEIRA & FREITAS, 2013, p.140). Logo, pensar de que forma os docentes ministraram a disciplina, que bibliografias selecionaram como principais e complementares, quais visões acerca dos indígenas são passadas durante o curso, é essencial para compreender que identidade profissional tem se formado. Todos esses elementos podem ser investigados por meio dos planos de curso, a fim de compreender a abordagem do formador de formadores, assim como nos permite vislumbrar que tipo de profissional se forma na instituição.

Outrossim, essa pesquisa também se preocupa em pluralizar as visões do ensino de história, evitando que ela seja uma história única, baseados no que pontua Chimamanda Ngozi Adichie: "O problema com os estereótipos não é que eles sejam falsos, mas que são incompletos. Eles fazem uma história única tornar-se a única história." (ADICHIE, 2009). Com isso, buscamos compreender se há de fato uma pluralização ao tratar da História Indigena: os indígenas são postos como protagonistas da própria história? Estão presentes durante toda a História do que chamamos de Brasil? De tal forma, percebemos que olhar para esses aspectos são basilares para a compreensão do profissional que se forma com essas seletividades percebidas nas disciplinas.

Corroborando com as ideias de Adichie, temos a Lei 11.645/2008 que instituiu a obrigatoriedade das temáticas afro-brasileiras e indígenas nos currículos oficiais da rede básica. Na lei está posto que:

> "§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais

> como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil."(BRASIL, 2008)

A lei não atinge diretamente o ensino superior, porém, por se tratar de uma disciplina ofertada no curso de licenciatura, entendemos que deve haver, como compromisso da Universidade Pública com a sociedade, uma correlação entre o ensino de nível básico e de nível superior.

Por fim, salientamos que essa pesquisa é fruto da iniciação científica, contudo, realizada em um tempo recorde para dar continuidade a um plano de trabalho que não pôde ser continuado pelo bolsista anterior. O plano de trabalho inicial era investigar o perfil profissional do egresso da UFRN, e seu recorte era feito na disciplina de Introdução aos Estudos Históricos entre os anos de 1968 e 1988. Contudo, ao nos depararmos com esse projeto de pesquisa, enfrentamos dificuldade de conseguir acessar as fontes para fazer a análise. Assim, foi preciso modificar o recorte, sem modificar o cerne da pesquisa e efetuamos todos os pontos aqui relatados no período de três meses.

Para a realização dessa pesquisa, a princípio, por se tratar de um plano inconcluso, nós primeiro tentamos compreender o que já se tinha feito e nos deparamos com apenas três planos de curso da disciplina de Introdução aos Estudos Históricos sendo eles de 1963, 1964 e 1967. Após constatarmos escassez de fontes, solicitamos à coordenação do curso de História os planos de curso da disciplina de introdução aos estudos históricos para dar continuidade ao plano a princípio tratado, porém fomos infelizes ao receber a negativa da disponibilidade dos planos. Com isso, modificamos o recorte espaço temporal e solicitamos os planos da disciplina de História Indigena à coordenação do curso e recebemos onze[3] planos do período compreendido entre 2011 e 2023, e com eles foi possível dar

[3] A quantidade de planos não reflete a quantidade de anos devido a pandemia de covid-19.

seguimento e cumprir com os objetivos iniciais da pesquisa. Esse problema que tivemos demonstra a não salvaguarda por parte da Universidade dos documentos que registram sua própria história.

Nesse sentido, ressaltamos que só conseguimos as fontes porque elas são nato-digital, e, para esses, há uma maior facilidade da guarda dos documentos, visando que possam ser utilizados em estudos futuros: tanto para compreender que tipo de ensino era possível em uma determinada época ou a própria análise do perfil profissional do egresso. A exemplo disso, temos as dissertações de mestrado de Maria Luiza Dantas Lins - que analisou os cadernos da Professora Ana Afra - e de Matheus Oliveira da Silva - que pesquisou a institucionalização do curso de história.

Esses trabalhos supracitados, assim como esse presente trabalho, só foram possíveis graças à salvaguarda dos documentos. Porém o nosso trabalho se difere dos demais ao investigar questões contemporâneas, o que segundo Itamar Freitas e Margarida Oliveira são raros e no geral feitos por pesquisadores experientes . Segundo eles: "Essa carência de pesquisas sobre a formação inicial em história [...], parece nos induzir [...] à equivocada conclusão de que o ensino universitário é, apenas, uma consequência natural das pesquisas empreendidas no seu interior"(OLIVEIRA & FREITAS, 2013, p.133)

Durante as nossas análises dos planos de curso, constatamos que, dentro do nosso recorte, a disciplina foi ministrada por três professores distintos, sendo eles a Professora Fátima Martins Lopes, no ano/semestre 2011.1; Professor Sebastião Vargas, em 2022.1; e o Professor Lígio Maia, nos demais períodos. Devido ao fato do professor Lígio Maia ser a pessoa que ministrou por mais tempo a disciplina dentro do nosso recorte, decidimos escolhê-lo para ser entrevistado como forma de gerar uma nova fonte sobre a história do curso de história. Precisamos fazer essa escolha em virtude do pouco tempo que dispusemos para realizar a pesquisa.

A disciplina é ofertada no curso presencial sempre no primeiro semestre, já no segundo semestre é oferecida no curso EAD - porém o curso a distância foge do escopo da presente pesquisa. Ao nos depararmos com essas informações, compreendemos que teríamos, pelo menos, três abordagens e visões distintas acerca do componente curricular.

Considerando os planos de cursos, durante as nossas análises, observamos que houve apenas uma modificação na ementa: no ano 2023, em que foi introduzida a lei 11.645/2008, tornando assim obrigatória a conexão do curso de graduação com o ensino básico, pois a ementa é a única parte imutável do plano em que o docente ministrante é obrigado a cumprir. Entretanto, a introdução da temática do ensino se deu ainda no ano de 2013, em que o professor Lígio Maia insere nos seus planos como competência e habilidade a ser adquirida: "Atuar no ensino de História, entendendo-o não como mera transmissão do conhecimento, mas como construção do conhecimento" (MAIA, 2013, p.2). Consideramos essas introduções significativas, pois a disciplina é ofertada para as turmas de Bacharelado e de Licenciatura, tornando-se obrigatória para a Licenciatura após a reformulação do curso ocorrida em 2019. De acordo com nossa investigação, ao entrevistar o professor Lígio Maia, ele nos fala que já haviam sido feitas algumas tentativas para tornar a disciplina de História Indígena obrigatória anteriormente ao ano de 2019, contudo, a consolidação dessa medida só foi possível devido a pressões realizadas pelo movimento estudantil durante a reforma curricular do curso de licenciatura.

Nesse sentido, observamos que houve uma demora considerável entre a obrigatoriedade dessa temática no ensino básico e a sua obrigatoriedade no ensino superior, pois, por mais que a lei tenha abrangência apenas para o ensino básico, são os cursos de licenciatura que devem preparar os futuros professores para a atuação profissional; logo, espera-se que haja uma vinculação entre os níveis de ensino. A demora em tornar a disciplina obrigatória torna-se evidente ao nos depararmos com a informação de que, antes da reforma de 2019, o curso de licenciatura teve a sua

estrutura curricular modificada nos anos de 2009 e 2013. Tal fato reflete em parte uma falta de compromisso do ensino superior com as demandas da sociedade; e, assim, é preciso pensar sobre que tipo de conhecimento e para quem está sendo produzido na universidade.

Para além da ementa, podemos perceber por meio do cronograma do curso uma abordagem distinta entre os três docentes. A Professora Fátima Martins Lopes tem um maior foco no Brasil colonial e imperial, trabalhando de forma cronológica e mais com a visão do colonizador, abordando o que ela chama de "A questão indígena atual"(LOPES, 2011, p. 1) como último tópico da última unidade. Em contraposição, o Professor Sebastião Vargas tem uma abordagem distinta ao trabalhar não só o Brasil, mas toda a América, aumentando o leque da própria disciplina, partindo da chegada dos povos nativos na América e com grande foco nas questões indígenas atuais. Na terceira face do prisma, o Professor Lígio Maia traz a proposta de pensar o que ele chama de "os indígenas e os outros", assim dando maior protagonismo histórico para os próprios indígenas em que foram e são atuantes por todos os períodos da história do que chamamos de Brasil. Um ponto a se destacar do cronograma do Professor Lígio Maia é a introdução do tópico "Ensino da temática indígena em sala de aula: uma demanda necessária"(MAIA, 2023, p. 1) na 2ª unidade do plano de curso do ano semestres 2023.1

Outro aspecto observado ao decorrer da temporalidade pesquisada é que, com o passar dos anos, a bibliografia trabalhada na disciplina passa a incluir autores indígenas e não tão somente autores indigenistas[4]. Esse fator é de extrema importância pois, com a bibliografia endógena, conseguimos ter contato com pontos de vista dos povos que vivem a realidade histórica estudada. Dessa forma, a visão sobre o indígena muda completamente, pois, agora, ele pode ser visto como um sujeito histórico que segue residindo nos dias atuais e não tão somente no período colonial.

[4] Aqueles que falam sobre os indígenas.

Para melhor analisar e compreender as rupturas e permanências das bibliografias presentes nos planos de curso, elaboramos quadros comparativos

Figura 1 - Quadro comparativo entre as bibliografias dos professores ministrantes da disciplina de História Indigena no Brasil.

Comparação bibliográfica entre os planos de curso

Comum a Todos	Comum aos Professores Lígio Maia e Sebastião Vargas
CUNHA, Manuela C. da.(org.) História dos Índios no Brasil. São Paulo: FAPESP/SMC/ Cia. das Letras, 1992.	ALMEIDA, Regina Celestino de. "O lugar dos índios na história: dos bastidores ao palco". In: ALMEIDA, Regina Celestino de (org.). Os índios na História do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 13-28.
X	BANIWA, Gersem. O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje / Gersem dos Santos Luciano – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.
X	KOPENAWA, Davi; Albert, Bruce. "Descobrindo os brancos" (cap. 2) e Krenak, Ailton. "O eterno retorno do encontro" (cap. 3). In: NOVAES, Adauto (org.). A outra margem do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 15-21 e 23-31

Fonte: Autoria Própria

Esse quadro nos permite perceber a modificação que a disciplina sofre com o passar dos anos e dos ministrantes, pois há apenas um texto de referência comum aos três docentes. A obra comum a todos versa sobre a resistência indigina, diversidade cultural, questões contemporâneas e reflexões acerca da historiografia e antropologia promovendo uma visão diversificada da História Indigina.

Já as obras comuns aos Professores Lígio Maia e Sebastião Vargas se dividem em 1- bibliografias indígenas: Sendo elas de três autores indígenas de etnias distintas (Baniwa, Krenak e Yanomami). A primeira, escrita por Gersem Baniwa, dialoga diretamente com o texto de Manuela Cunha, porém com o ponto de vista de um indigena o que traz uma profundidade a mais a discussão. A segunda obra indigina

dos autores Ailton Krenak e Davi Kopenawa relatam o encontro com os colonizadores, cada um com a sua visão distinta, porém consonantes. 2- Bibliografia indigenista: A autora Regina Celestino de Almeida foi orientadora de Doutorado do Professor Lígio Maia. Na obra ela aborda questões sobre pluralidade histórica e visões acerca da temática indigina demonstrando como os indígenas são protagonistas na história do Brasil, apresentando o conceito de resistência adaptativa e quebrando o mito da aculturação.

Figura 2 - Quadro comparativo entre a bibliografia do professor Lígio Maia na disciplina de História Indigena no Brasil.

Comparação entre a bibliografia nos planos de curso 2012.1 e 2023.1

Repetição bibliografia obrigatória	Era obrigátoria e passa a ser suplementar
Dantas, Beatriz G. & Sampaio, J. Augusto & Carvalho, M. Rosário de. "Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico". In: Cunha, Manuela Carneiro da. (org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pp. 431-456;	Lopes, Fátima Martins. "A legislação pombalina: e somos todos iguais...". In: _____. Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino no século XVIII. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005, pp. 52-85 (tópicos 2.1 e 2.2);
Fernandes, Florestan. "Antecedentes indígenas: organização social das tribos tupis". In: Holanda, Sérgio Buarque (org.). História geral da civilização brasileira. Rio de Janeiro: Difel, vol. I, 1976, pp. 72-86. [ilustrações, pp. 95, 96];	Perrone-Moisés, Beatriz. "Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)". In: Cunha, Manuela Carneiro da (org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras/FAPESP, 1992, pp. 115-131;
Monteiro, John M. Unidade, diversidade e a invenção dos índios: entre Gabriel Soares de Sousa e Francisco Adolfo de Varnhagen. Revista de História. São Paulo, 149 (2º), pp. 109-137, 2003 (versão digital);	X

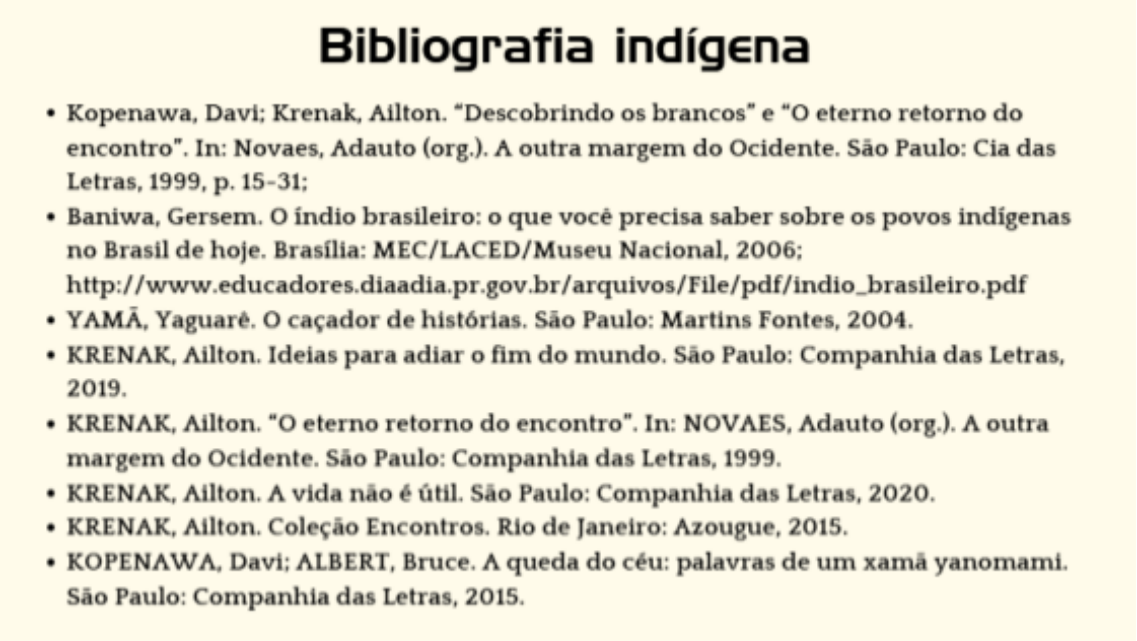
Fonte: Autoria Própria

Além do quadro comparativo entre os três professores, elaboramos também um quadro comparativo entre a primeira e a última vez, dentro do nosso recorte, que o professor Lígio Maia ministrou a disciplina. Maia, em seus planos de curso divide a bibliografia em 3 tipos diferentes sendo elas 1- bibliografia Básica. 2- Temas de seminários. 3- Bibliografia Suplementar. Dentre os temas de seminários pudemos

perceber que eles se repetem e que a cada ano são adicionados novos temas com novas bibliografias sugeridas.

Porém há modificações no que o docente entende como obrigatório e suplementar o que nos dá pistas para compreender a modificação da disciplina com o decorrer dos semestres. Dentre as modificações temos duas bibliografias que eram básicas e passam a ser suplementares, ambas as bibliografias são sobre a legislação indigina do período colonial e imperial. Enquanto isso, as repetições da bibliografia básica abordam as questões acerca da diversidade indigena e suas origens.

Figura 3 - Lista de Obras de Autoria Indigena presente nos planos de Curso



Bibliografia indígena

- Kopenawa, Davi; Krenak, Ailton. "Descobrindo os brancos" e "O eterno retorno do encontro". In: Novaes, Adauto (org.). A outra margem do Ocidente. São Paulo: Cia das Letras, 1999, p. 15-31;
- Baniwa, Gersem. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/LACED/Museu Nacional, 2006; http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/indio_brasileiro.pdf
- YAMÃ, Yaguarê. O caçador de histórias. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- KRENAK, Ailton. "O eterno retorno do encontro". In: NOVAES, Adauto (org.). A outra margem do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- KRENAK, Ailton. A vida não é útil. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- KRENAK, Ailton. Coleção Encontros. Rio de Janeiro: Azougue, 2015.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Fonte: Autoria Própria

Essa bibliografia endógena está distribuída nos planos dos Professores Lígio Maia e Sebastião Vargas, pois não há autores indígenas na bibliografia utilizada pela Professora Fátima Martins Lopes.

Após a análise dos planos conseguimos inferir uma mudança na perspectiva e abordagem da disciplina ao decorrer dos anos em que ela aumenta o foco na diversidade indigena e em questões contemporâneas.

A importância da disciplina se dá não somente para a formação de professores, mas como afirma o professor Ligio Maia durante a entrevista

> "[...]ainda que alguns de vocês nunca vão entrar numa sala de aula, pô, *vocês vão ser gente*[...] vocês vão ter *família*, [...], vocês vão continuar vivendo a vida de vocês, então se a gente conseguir de alguma forma é não deixar que esses conceitos estereótipos continuem, eu acho que é bacana. eu, eu, eu sou muito cioso, digamos da extensão da responsabilidade dessa disciplina, sabe. já falei isso várias vezes e… porque assim, é, no fundo, no fundo eu não quero que vocês sejam especialistas em história indigina, não é ,essa não é a ideia[...] enfim,mas que pelo menos vocês tenham um verniz do que é que significa essa discussão, né. acho que é isso."(MAIA, 2023, 29:31) .

Dessa forma, a necessidade de ter uma abordagem diversificada e endógena sobre os indígenas recai sobre o que afirma Adichie quando ela coloca que : "As histórias importam. Muitas histórias importam. Histórias têm sido usadas para expropriar e para malignar, mas histórias também podem ser usadas para capacitar e humanizar."(ADICHIE , 2009)

Ao concluirmos nossa pesquisa, pudemos elencar alguns pontos que demandam importância. A princípio, o grande atraso na vinculação do curso de Licenciatura em História da UFRN com o ensino básico no tocante à história indígena, demonstra como é preciso refletir sobre que tipo de conhecimento nós estamos produzindo na academia e que tipo de profissional está sendo formado por ela. Além disso, repensar a estrutura da disciplina a cada vez que ela é ofertada, com atualizações de bibliografia e introdução e substituição de tópicos perante as mudanças ocorridas em sociedade, é um exercício que não deve ser desvinculado da prática docente, e , principalmente dos profissionais de história, uma vez que é uma ciência viva. Assim, retomamos a importância da pluralização da história, nesse caso, ao enxergar os indígenas como seres múltiplos e que ocupam diversas temporalidades.

Outro ponto a ser destacado, que torna-se nítido após a análise bibliográfica e da entrevista realizada, é a mudança de abordagem da disciplina em si, no início do nosso recorte temporal há uma maior preocupação com a agência do Estado perante os indígenas, já ao fim há uma maior preocupação em abordar a diversidade indigena, as questões contemporâneas como a disputa por terra, a emergência étnica, assim como nas contribuições indígenas para a sociedade brasileira, fazendo com que a história não seja abordada de forma única e estereotipada.

Por fim, pontuamos aqui a potencialidade das fontes que abarcam o ensino de história, pois, através dos planos de curso pudemos inferir as discussões que foram feitas no recorte espaço temporal em sala de aula, assim como analisar as bibliografias permitiram compreender por qual viés se formavam os profissionais em determinada época. Por isso destacamos a importância de salvaguardar tais documentos, pois sem eles limita-se os estudos sobre o ensino de história e sobre a história do ensino de história.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Regina Celestino de. "O lugar dos índios na história: dos bastidores ao palco". In: _____. **Os índios na História do Brasil.** Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 13-28.

BANIWA, Gersem. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje / Gersem dos Santos Luciano – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm\>. Acesso em: 21 nov. 2024

CUNHA, Manuela C. da.(org.) **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: FAPESP/SMC/ Cia. das Letras, 1992.

Dantas, Beatriz G. & Sampaio, J. Augusto & Carvalho, M. Rosário de. "Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico". In: Cunha, Manuela Carneiro da. (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pp. 431-456;

Fernandes, Florestan. "Antecedentes indígenas: organização social das tribos tupis". In: Holanda, Sérgio Buarque (org.). **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Difel, vol. I, 1976, pp. 72-86. [ilustrações, pp. 95, 96];

KOPENAWA, Davi; Albert, Bruce. "Descobrindo os brancos" (cap. 2) e Krenak, Ailton. "O eterno retorno do encontro" (cap. 3). In: NOVAES, Adauto (org.). **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 15-21 e 23-31

Lígio José de Oliveira Maia, entrevista concedida a: Adalberto Bruno; Alicia Meneghetti; Cintia de Andrade; Everson Gomes; Vitor Rufino, no dia 27/06/2023 em Google Meet.

LINS, Maria Luiza Dantas. **Aprender para ensinar, conhecer para descobrir:** os ensinos de História nos cadernos de planejamento de uma professora Ana Afra em Natal (1991-1992). Orientadora: D+-ra. Margarida Maria Dias de Oliveira. 2023. 123f. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

Lopes, Fátima Martins. "A legislação pombalina: e somos todos iguais...". In: _____. **Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino no século XVIII**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005, pp. 52-85 (tópicos 2.1 e 2.2);

LOPES, Fátima Martins. **História Indígena**. Plano de curso da disciplina, semestre: 2011.1. UFRN, 2011.

MAIA, Lígio José de Oliveira. História Indígena. Plano de Curso da disciplina, semestre: 2012.1. UFRN, 2012

_____. História Indígena. Plano de Curso da disciplina, semestre: 2013.1. UFRN, 2013

_____. História Indígena. Plano de Curso da disciplina, semestre 2014.1. UFRN, 2014

_____. História Indígena. Plano de Curso da disciplina, semestre 2015.1. UFRN, 2015

_____. História Indígena. Plano de Curso da disciplina, semestre 2016.1. UFRN, 2016

_____. História Indígena. Plano de Curso da disciplina, semestre 2017.2. UFRN, 2017

_____. História Indígena. Plano de Curso da disciplina, semestre: 2021.1. UFRN, 2021

_____. História Indígena. Plano de Curso da disciplina, semestre: 2023.1. UFRN, 2023

Monteiro, John M. Unidade, diversidade e a invenção dos índios: entre Gabriel Soares de Sousa e Francisco Adolfo de Varnhagen. **Revista de História**. São Paulo, 149 (2º), pp. 109-137, 2003 (versão digital);

OLIVEIRA, M. M. D.; FREITAS, I. Desafios da formação inicial para a docência em História. **Revista História Hoje**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 131–147, 2013. DOI: 10.20949/rhhj.v2i3.75. Disponível em: https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/75. Acesso em: 16 out. 2024.

Perrone-Moisés, Beatriz. "Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)". In: Cunha, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras/FAPESP, 1992, pp. 115-131;

SILVA, Matheus Oliveira da. **Saberes da disciplina, saberes da profissionalização:** uma leitura sobre a institucionalização da História por meio de Introdução ao Estudo da História na Faculdade de Filosofia de Natal (1963-1968). Orientador: Margarida Maria Dias de Oliveira. 2023. 167f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

TED, Chimamanda Adichie: o perigo de uma única história. Youtube, 07 de outubro de 2009. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=D9Ihs241zeg > Acesso em 11 de agosto de 2023.

VARGAS, Sebastião. História Indígena. Plano de Curso da disciplina, semestre: 2022.1. UFRN, 2022

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

HISTORIADORES EM LUTA:
Currículo e Ensino de História na Historiografia da Paraíba (1979-1984)

Márcio Macêdo Moreira[1]

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38570

RESUMO:
O presente estudo aborda as transformações advindas da nova historiografia paraibana a partir da reabertura da Associação Nacional dos Professores de História – Seção Paraíba (ANPUH-PB) em 1979. Após as mudanças institucionais advindas da reitoria de Lynaldo Cavalcante, o Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba inseriu em seu quadro professores e professoras que criticavam o currículo e o ensino de História tradicional. Foi nesse contexto, como instituição de produção científica, que a ANPUH-PB se tornou um lugar social da nova historiografia paraibana. Nossa abordagem teórica parte do desenvolvimento da prática historiográfica apresentado por Michel de Certeau. Utilizados como documentos/monumentos as atas de reuniões e os registros do XI Simpósio Nacional de História em 1981 e o I Encontro Estadual dos Professores de História em 1984, ambos realizados na UFPB em João Pessoa, além de textos historiográficos produzidos pelos respectivos historiadores e historiadoras.
PALVRAS-CHAVE: Historiográfica Paraibana; Ensino de História; Currículo de História

HISTORIANS IN STRUGGLE: Curriculum and History Teaching in the Historiography of Paraíba (1979-1984)

ABSTRACT:
This study addresses the transformations arising from the new historiography of Paraíba after the reopening of the National Association of History Teachers – Paraíba Section (ANPUH-PB) in 1979. After the institutional changes arising from the rectory of Lynaldo Cavalcante, the History Department of the University Federal Government of Paraíba included teachers who criticized the curriculum and traditional History teaching. It was in this context, as an institution of scientific production, that ANPUH-PB became a social place for the new historiography of Paraíba. Our theoretical approach is based on the development of historiographic practice presented by Michel de Certeau. The minutes of meetings and records of the XI National History Symposium in 1981 and the I State Meeting of History Teachers in 1984, both held at UFPB in João Pessoa, were used as

[1] Graduado em História pela Universidade Federal da Paraíba. Graduado em Filosofia pela Universidade Estadual da Paraíba. Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. Professor de História e Filosofia pela Secretaria de Estado da Educação da Paraíba e Secretaria de Educação do Município de Araruna – Paraíba. Email: moreirahistory@gmail.com

documents/monuments, in addition to historiographic texts produced by the respective historians. .
KEYWORDS: Historiographic Paraibana; Teaching History; History Curriculum

A década de 1960 foi marcada por mudanças significativas na sociedade ocidental: do enrijecimento político materializado pelas Ditaduras da América Latina aos Movimentos por Direitos Civis nos Estados Unidos; dos modelos de análise do Estruturalismo à Contracultura e ao impetuoso Movimento de Maio de 1968. No âmago desses acontecimentos, as ferramentas de análises das Ciências Humanas não eram mais suficientes para compreender as transformações sociais, já se questionava se não estávamos em uma pós-modernidade. A História, como disciplina, estava mais uma vez em contradição: a Escola dos *Annales* passou por mudanças geracionais; a abertura dos "segredos" do stalinismo no governo Brejnev e a Revolução Cultural Chinesa demonstraram a necessidade de uma alta reflexão no paradigma marxista.

Conceitos como *habitus* e poder simbólico de Bourdieu, "biopolítica" de Foucault e "desconstrução" de Derrida condenou ao ocaso as grandes teorias teleológicas e as metanarrativas da História, o conceito de Verdade e o passado como tempo histórico nos fez repensar a própria temporalidade e as relações sociais. Assim foi iniciado novos combates pela História. O grande questionamento era: "Onde ficavam os historiadores nesses combates? Quem eram esses historiadores sobre os quais se consagrou, historiograficamente, que passaram a configurar uma nova geração, de descontinuidades com as gerações antecessoras?". Apesar de Silveira (2010, p.41) se referir a 3º Geração dos *Annales*, utilizamos a mesma pergunta sobre os historiadores que chegaram no Departamento de História (DH) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) durante a segunda metade da década de 1970.

A comunidade de historiadores do Brasil também passou por estes combates pela História. Como as instituições são reflexos de suas sociedades e os currículos são reflexos dos poderes institucionais, o Ensino de História era o palco do combate. De um lado estava a vertente conservadora, que visavam resguardar o *status quo* de uma historiografia positivista e memorialista centrada nos Institutos Históricos e Geográficos, assim como no sistema de cátedras presentes nas Universidades. Defendiam um Currículo de História europeizante e uma historiografia descritiva. A pesquisa se restringia aos Institutos Históricos, o ensino às Universidades, sem pensamento crítico. Pouco se falava em integração ensino/pesquisa.

No outro campo, a teoria/metodologia da Escola do *Annales* e do Marxismo eram frequentes nos quadros dos professores que defendiam uma reforma do Currículo e uma historiografia crítica. Era uma minoria de reformadores que lutavam por mudanças diante das transformações sociais da década de 1960. E foi justamente em 1961, que estes historiadores e historiadoras ergueram suas defesas em prol de uma nova historiografia no I SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA na cidade Marília em São Paulo. O resultado foi a fundação da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH), (FALCON, 2011, p. 16 -19).

A Reforma Universitária de 1968 determinou o fim do sistema de cátedra e criou os Departamentos de História (DH). Antes da Reforma, professores que concluíam a graduação eram admitidos como auxiliares de ensino, desse modo, devido a falta de pós-graduações, a ascensão dos docentes ocorria durante a monitoria nas cátedras. Após a Reforma, eles passaram de adjuntos para efetivos. Assim, o quadro de professores (as) que compunham o DH não teve uma formação acadêmica para o Ensino Superior. Logo se percebe que este período se caracterizou pelas dificuldades de profissionalização, pela necessidade de um currículo mais plural e pela dedicação do ensino em detrimento das pesquisas (BEZERRA, 2007, p.91).

Vale salientar que no mesmo ano da Reforma Universitária ocorreu o recrudescimento da Ditadura Militar no Brasil com a implantação do AI-5. As universidades eram vistas como canal para o desenvolvimento e simultaneamente tratava-se de uma área sensível para a segurança nacional. O lema era "segurança com desenvolvimento". (MOTTA, 2014, p. 102). O mesmo contexto histórico teve seus reflexos na criação do DH-UFPB em 1968.

O Núcleo Regional da ANPUH na Paraíba foi fundado em 1967 como uma iniciativa dos docentes que participaram do IV Simpósio de História, realizado em Porto Alegre - RS. No entanto, sua atuação inicial está registrada apenas em duas atas da Diretoria. A ANPUH-PB foi reativada em 1979, com a participação de uma delegação paraibana no X Simpósio Nacional de História, realizado em Niterói-RJ. Segundo Laura Helena Amorim e Irene Rodrigues Fernandes (2012, p. 89), a ANPUH-PB não teve continuidade após 1967 devido à "repressão violenta em todos os espaços universitários".

A partir de 1976, durante a Reitoria de Lynaldo Cavalcanti na UFPB, houve uma expansão no quadro de docentes do DH. Além disso, a criação do Mestrado em História na Universidade Federal de Pernambuco - primeiro no Nordeste - contribuiu para o advento de uma nova historiografia paraibana. Em 1967, no impulso desenvolvimentista da Ditadura para a região Nordeste, foi inaugurado na UFPB o Núcleo de Documentação e Informação Histórico Regional (NDIHR/UFPB): espaço de docentes de vários departamentos que pesquisavam questões econômicas, políticas e sociais do Nordeste e particularmente da Paraíba. Percebe-se assim, que nesta constelação de fatores como a chegada de novos professores no DH e a criação do NDIHR, uma insurgente historiografia estava em voga na Paraíba (SILVEIRA, 2011, p. 142-143).

Como afirma Francisco Bezerra (2007, p.58), as transformações no quadro dos professores causou uma reação xenófoba devido às diferenças ideológicas entre

os grupos tradicionais e reformadores, circunstância que demonstrou o equilíbrio de forças então vigente na vida universitária.

A ANPUH-PB, ao ser retomada, foi um lugar de sociabilidades, espaços de combate por uma nova historiografia paraibana e por um novo Ensino de História. Nota-se que no Primeiro Encontro Estadual de Professores de História em 1984, existia uma grande preocupação com o Currículo e com o Ensino de História do 1º e 2º Graus. Além disso, se buscava a integração com professores de História para além do espaço universitário. As mudanças curriculares respaldavam a inserção do ensino de História da Paraíba e de uma educação crítica e libertadora (AMORIM; FERNANDES, 2012, p. 93-94).

De acordo com Rosa Godoy Silveira (2011, p. 243):

> Desde a criação do Núcleo Regional, essa tem sido uma das mais caras diretivas da Anpuh-PB: a articulação com a educação básica e a preocupação com o ensino de História, de modo a possibilitar aos profissionais desta etapa de escolaridade sua atualização nos conhecimentos historiográficos e sua participação efetiva nas problemáticas da área, mormente as que dizem respeito à formação docente a sua atuação em sala de aula.

Destacamos que a preocupação com o ensino eram um dos aspectos contrários frente à maioria do quadro de professores que ingressaram no DH antes de 1976. A perspectiva de uma História instrumentalizada, memorialista e tradicionalista era o bastante para formação de novos professores. O grupo de historiadores pós-1976, fez da ANPUH-PB um lugar social, espaço de produção científica e crítica historiográfica ao paradigma conservador da pesquisa e do ensino de História. Concordamos com Certeau (1982, p.65) ao afirmar que:

> Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc.

O espaço de experiência e a construção de um "lugar de produção" do qual a ANPUH-PB estava inserida entre 1979 e 1993 produziu uma nova concepção de História no campo das disputas historiográficas. Determinadas por regras e normas, passaram a se diferenciar de outras culturas históricas (conservadoras e tecnicistas). No nosso caso, a formação do grupo estabeleceu um arranjo institucional que criou um espaço para a produção de saber científico, funcionando "como um posto de ensino".

Para entender o *saber,* o *fazer* e o *lugar* desta produção, necessitamos observar nosso objeto de pesquisa tendo como principal fundamento teórico o conceito de Cultura Histórica. Por se tratar de um grupo de professores/historiadores que apresentaram um "construto sistêmico-simbólico", que buscaram "transformar determinados ordenamentos, práticas e identidades sociais" [2], a presente pesquisa se insere na Área de Concentração de *História e Cultura Histórica* organizado pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba.

A ANPUH-PB se apresentava como grupo de historiadores críticos e libertários, compondo naquele momento, uma nova cultura histórica paraibana. A sociedade e o sistema de saber científico do qual estavam inseridos; as relações de poder departamentais, a crítica política ao sufocado regime militar e sua consequente abertura, a prática historiográfica e por fim, as modificações no currículo e no ensino demarcaram um campo de saber a ser pesquisado. Motivos que enquadram o atual projeto na Área de Concentração de *História e Cultura Histórica* e na Linha de Pesquisa *Ensino de História e Saberes Históricos*.

Ensino de História e Saberes Históricos estão imbricados com a Cultura Histórica e a Historiografia, porque buscam apreender o *fazer* da matriz disciplinar de História. O conhecimento e a formas de representação do passado e as

[2] De acordo com a ementa da Área de Concentração apresentada no Edital do PPGH-UFPB.

perspectivas teóricas e metodológicas da pesquisa estabelecem as funções didáticas do Ensino de História. Como descrito acima, as preocupações iniciais da ANPUH-PB com o Ensino de História estão relacionados com a produção e as narrativas derivadas do lugar social onde se encontravam os novos (a) historiadores (as).

Houve uma produção de narrativas que representam a luta dos historiadores em oposição à historiografia instrumentalizada. Para Silveira (1980, p. 18-19), a contenda deveria se dedicar contra a historiografia de vertentes oligárquicas e tecnocráticas. O que estava em construção era a luta da ANPUH-PB por legitimidade institucional, a partir de um determinado *fazer* historiográfico, fato que constituiu um novo saber histórico. Na essência deste debate se procurava estreitar o ensino e a pesquisa como ação social politicamente planejada. Tal como podemos observar no exposto de alguns historiadores que compuseram a ANPUH-PB em 1984:

> É preciso que os cursos estejam à altura dos *novos* desafios das ciências, das ciências humanas em particular, para as quais a Universidade deve propor as soluções mais adequadas e nesse sentido uma das suas propostas básicas é a integração entre a pesquisa e o ensino.. (SILVEIRA, NEVES, ALEM, et. Al, 1984, p.41. Grifo nosso).

Percebe-se um engajamento que representa uma ruptura paradigmática na prática historiográfica, nas abordagens temáticas e curriculares, bem como na experiência temporal da História. Assim, ao investigar a ANPUH-PB como uma Cultura Histórica no contexto de interação com outras Culturas Históricas, podemos analisar a constituição de Saberes Históricos e seus impactos no Ensino de História.

Primeiramente, ateamos que a inserção da pesquisa como dinâmica de aprendizagem pode nos fazer pensar que há uma separação entre ensino e pesquisa. Mas não foi esta abordagem defendida pela ANPUH-PB. Houve todo um percurso desde a sua fundação para que ocorresse uma reformulação do ensino de História no nível superior. O XI Simpósio Nacional de História realizado em João Pessoa em 1981 gerou grandes expectativas na comunidade de historiadores e historiadoras exatamente para discutir o que estava sendo pesquisado. A meta era transformar o ensino e o currículo de História em aportes para a crítica social necessária para a formação de professores (as).

Joana Neves foi uma das principais intelectuais que trouxe o desejo de transformação no ensino de História. Escreveu um artigo denominado *Como se estuda História* que serviu de base para as renovações de ensino. Para ela, História não se aprendia memorizando as narrativas.

> O que existe é **fazer História** – atuar no processo histórico – que não é exclusivo de individualidade que se destacam por este ou aquele motivo mas que é da própria essência humana e diz respeito a **todos os seres humanos** em todas as épocas. No bojo deste **processo histórico** o homem desenvolveu formas de conhecimento que lhe possibilitam: compreender o processo por ele engendrado, compreender-se a si mesmo nesse processo e, consequentemente, situar-se como agente do mesmo (NEVES, p.67).

Observa-se que o historiador e a historiadora que se queria formar tinha que estar inserido na História e no fazer historiográfico. No mesmo texto, de forma implícita, Neves rebate as criticas de quem diz ser impossível uma reforma curricular, que "ela não dará resultado". A resposta de Neves em relação as críticas ocorria de forma prática. No artigo publicado na mesma revista, ela descreveu as práticas de ensino em *O estudo de História da Paraíba: o problema das fontes.* Aqui, os estudantes foram desafiados a pesquisarem em arquivos e bibliotecas as fontes e os textos da história do Estado. O aprendizado era adquirido da própria pesquisa.

As atas de reuniões e os anais dos simpósios e encontros além de outros documentos como fichas de admissão, endereços e listas contábeis estão disponíveis no NDIHR. São vastos os documentos sobre os interesses e os discursos dos membros fundadores. O interessante das atas são os discursos proferidos que descrevem a organização e os anseios dos historiadores (as). Além disso, demostram as conexões com a ANPUH nacional e outras seções regionais. Os anais, ao apresentarem os temários, anunciavam os interesses de mudanças do Ensino de História, do Currículo e a integração de professores do 1º e 2º graus do Ensino Básico. Os próprios artigos publicados marcavam a transição da historiografia tradicional para uma história-problema. As faltas de referências bibliográficas revelam o ineditismo de muitos debates teóricos e metodológicos em voga nos anos 1980. Ademais, a partir destes documentos, percebemos a expansão da associação para os outros cursos de História tais como as atuais Universidade Estadual da Paraíba (Campina Grande e Guarabira) e Universidade Federal de Campina Grande (Campina Grande e Cajazeiras).

Por se referir a História da Historiografia, alguns escritos de seus membros fundadores se destacaram nos anos iniciais da ANPUH-PB, tanto por seu nível crítico quanto pela reflexão sobre ensino e pesquisa. Evidencia-se a Revista de Ciências Humanas Número Especial de História publicado pelo Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) em 1980, edição comemorativa de 25 anos do Curso de História. Alguns artigos evidenciam o engajamento e a atuação dos historiadores na sociedade; a questão das fontes históricas; marxismo e weberianismo, a historiografia paraibana, os "Estudos Sociais" e o Estudo e Ensino de História. Entre os artigos principais, destacam-se os já citados *A Luta do Historiador* e *A Pesquisa Histórica na UFPB* de Rosa Maria Godoy Silveira; *Como se estuda História* e *O Estudo da História na Paraíba* de Joana Neves.

Outro texto importante, já citado anteriormente é o Licenciatura de História: estudos e propostas (SILVEIRA et al, 1984) que teve a participação de vários

coautores que além de Rosa Godoy Silveira e Joana Neves contaram também com Sílvio Frank Allen. O texto foi elaborado como uma proposta para a reformulação do ensino de História a partir de um grupo de estudos que pesquisava sobre a crise educacional brasileira. Tendo o currículo e as práticas de ensino nos 1º e 2º graus como problemas, o artigo foi apresentado no II Encontro Estadual de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador. Trata-se de um texto crítico que buscou demolir as barreiras da História e da historiografia. Junto com a *Luta do Historiador*, formam manuscritos de descontentamentos e expectativas de mudanças no ato de pesquisar e ensinar História.

Além do mais, tanto a ANPUH Nacional quanto a ANPUH-PB, como Culturas Históricas, adotaram posturas críticas diante de outras narrativas históricas e do Ensino de História tradicional. O mesmo ocorre hoje, no tempo em que negacionismos, "teorias" da conspiração, projetos obtusos de "Escolas Sem Partido", revisionismos historiográficos totalmente tendenciosos e paralelos à realidade dominam as mídias e redes sociais, o que constitui saberes históricos prejudiciais à uma historiografia crítica, emancipacionista e decolonial. A ANPUH representa a luta pela profissionalização dos historiadores, pela divulgação do conhecimento histórico por justiça social e cidadania e contra a desinformação.

Os Simpósios Nacionais e Regionais reúnem professores de diversos níveis de ensino e são um dos principais meios de divulgação de produções historiográficas. Justamente devido à relevância dessa instituição em tempos de crises políticas e sociais, propomos a presente pesquisa.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Laura Helena Baracuhy; FERNANDES, Irene Rodrigues da Silva. ANPUH-PB: ainda memórias. In: CEBALLOS, Rodrigo; BEZERRA, Josineide da

Silva (orgs). **História, Memória e Comemorações.** Campina Grande: EdUFCG, 2012.

BEZERRA, Francisco Chaves. **O ensino superior de história na Paraíba (1952-1974)**: aspectos acadêmicos e institucionais. 2007, 138 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

FALCON, Francisco José Calazans. Memória e História. **A Fundação da ANPUH. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo: 2011.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **As Universidades e o Regime Militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SILVEIRA, Rosa Maria Gdoy; NEVES, Joana; ALEM, Silvio Frank. *et al.* **Licenciatura de História**: estudos e propostas. Encontro Estadual de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador, II. João Pessoa: 1984.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A luta do historiador. **Revista de Ciências Humanas**. ano 2, n. 4, p. 13-22 out./dez. João Pessoa: 1980.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A historiografia acadêmica paraibana e a ANPUH-PB: Considerações de Meio Século. In: GLEZER, Raquel (org). Do **Passado para o Futuro**: edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH. São Paulo: Contexto, 2011.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A 3º Geração dos Annales: Cultura Histórica e Memória. In: CURY, Claudia Engler; FLORES, Elio Chaves; CORDEIRO JR, Raimundo Barroso. (Orgs.). **Cultura Histórica e Historiográfica**: legados e contribuições do século 20. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2010.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN

ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38509

RADIODIFUSÃO EM CAICÓ-RN, O CURSO DE EDUCAÇÃO POLÍTICA DO MEB E A RÁDIO RURAL DURANTE A DÉCADA DE 1980

Maiara Gonçalves de Souza[1]

RESUMO:

O Curso de Educação Política, transmitido pela Rádio Rural de Caicó/RN na década de 1980, foi organizado pelo Movimento de Educação de Base (MEB) e tinha como objetivo promover a conscientização política por meio da educação popular não formal. A análise da documentação do curso, veiculado nos programas Aprenda em sua Casa e Caminhos da Libertação, utiliza o método de "Análise de Conteúdo" de Laurence Bardin. O material utilizado na pesquisa está sob a guarda do Laboratório de Documentação Histórica (LABORDOC), vinculado ao CERES/UFRN. A programação abordava temas políticos relevantes, como a participação popular e a luta por justiça social. A aplicação do método de Bardin permitiu compreender o impacto histórico e educativo do curso na construção de uma consciência política na região.

PALAVRAS CHAVE: Educação. Política. Rádio Rural/MEB. Caicó/RN.

BROADCASTING IN CAICÓ-RN, THE MEB POLITICAL EDUCATION COURSE AND RURAL RADIAL DURIN THE 1980s

ABSTRACT:
The Political Education Course, broadcast by Rádio Rural de Caicó/RN in the 1980s, was organized by the Base Education Movement (MEB) and aimed to promote political awareness through informal popular education. The analysis of the course documentation, broadcast on the programs Aprenda em sua Casa and Caminhos da Libertação, uses Laurence Bardin's "Content Analysis" method. The material used in the research is under the custody of the Historical Documentation Laboratory (LABORDOC), linked to CERES/UFRN. The program addressed relevant political themes, such as popular participation and the fight for social justice. The application of Bardin's method allowed us to understand the historical and educational impact of the course in building political awareness in the region.
KEYWORDS: Broadcasting. Political Education. Rádio Rural/MEB. Caicó/RN.

[1] Graduanda no curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Currículo Lattes: https://lattes.cnpq.br/1378079088503876; E-mail: maiarag697@gmail.com

Introdução

O curso era realizado às segundas-feiras, às 18h30, com a sua programação sendo transmitida para as cidades da região do Seridó. Registrado em abril de 2024, o plano de trabalho foi desenvolvido com base no projeto de pesquisa intitulado "História da Saúde e da Educação pela programação do MEB (Rádio Rural, Caicó, RN, 1970-1980)", elaborado pela Dra. Juciene Batista Félix Andrade. O LABORDOC (Laboratório de Documentação Histórica), é o responsável pela custódia da documentação utilizada. Ressalta-se que, ao longo do texto, as siglas relacionadas ao movimento serão empregadas de forma abreviada, visando evitar repetições.

O Movimento de Educação de Base (MEB) surge com o objetivo inicial de combater o analfabetismo no Brasil, a partir da dinâmica das escolas radiofônicas no ano de 1961. Esta pode ser considerada um tipo de educação não formal, ou seja, que não ocorria dentro de escolas e outros tipos de ensino formal. Possibilitou ainda o acesso ao conhecimento para pessoas de diferentes faixas etárias, em várias regiões do Brasil, que em sua maioria, não tinham acesso à educação. "O MEB foi criado pela CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em 1961, objetivando desenvolver um programa de educação de base por meio de escolas radiofônicas, nos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país." (Fávero, 2004, p. 1).

A partir da década de 1920, nos Estados Unidos, o rádio começou a ser utilizado como instrumento para a disseminação de ações voltadas para a educação, exemplificando como a radiodifusão se fazia presente em diferentes partes do mundo (Azevedo, 2002). Este texto propõe problematizar de que maneira a educação política pôde ser viabilizada por meio da mediação do rádio, implementada por cursos e pela sua programação semanal. A questão central da análise consiste em compreender como a programação radiofônica, atrelada ao Curso de Educação

Política, desempenhou um papel significativo na formação de uma consciência política nos ouvintes daquela época. Nesse contexto, Paulo Freire, em sua obra "Educação como Prática da Liberdade", menciona que "[...] a conscientização significa uma abertura à compreensão das estruturas sociais como modos da dominação e da violência". (Freire, 1967, p. 15).

Além de ser um projeto educativo de combate ao analfabetismo no Brasil, através das escolas radiofônicas, o MEB enfatizou de forma recorrente em seus programas, a conscientização e a politização. (Ferrari, 1968.). O público principal da programação era formado pelas classes populares, que tinham a oportunidade de buscar desenvolver a compreensão e transformação das suas realidades, a partir do que era discutido nos cursos.

Torna-se relevante abordar, também, aspectos relacionados ao fato do projeto ter sido instituído pela Igreja Católica. Sobre esse tema, Osmar Fávero menciona que:

> É forte o vínculo da Igreja católica com essas iniciativas; vários bispos atuavam como executores de convênios entre suas dioceses e os organismos citados. É nessa conjuntura que nasce a ideia das emissoras rurais, peça fundamental do MEB e das escolas radiofônicas. (2004, p. 3).

"O MEB também estimulou a sindicalização rural, mas sobreviveu ao golpe de 1964 devido ao fato de ser um movimento da Igreja." (2006, *apud* Baumworcel, 2008. p. 3). Optamos por acrescentar nesta seção uma citação que elucidasse como o MEB, enquanto movimento destinado a promover a conscientização popular, conseguiu manter sua atuação mesmo após o término do regime ditatorial. A fundação das escolas radiofônicas do MEB, contudo, envolveu interesses tanto da Igreja quanto do Estado, que visavam atrair mais fiéis e aumentar o número de eleitores através do processo de alfabetização. Isso se explica pelo fato de que durante os anos iniciais do movimento, somente cidadãos alfabetizados tinham

direito ao voto no país. A partir da seguinte citação, é possível perceber a associação do terreno político com o religioso, como forma de estratégia para chegar até as massas.

> No caso específico do MEB, como se faria a adesão consciente à Igreja Católica (numa autêntica vida de fé), lutando pela "promoção humana" e contra as alienações históricas a que se considerava submetido. Como relacionar o terreno específico da fé religiosa com o terreno político, com os riscos e responsabilidades que lhe são próprias. (WANDERLEY, 2014, p. 100).

Entretanto, embora o MEB tenha se originado como um movimento vinculado e apoiado pela Igreja, sua atuação não se restringia exclusivamente a questões relacionadas ao cristianismo, apresentando também um forte caráter humanitário e social. Essa perspectiva pode ser exemplificada pela seguinte citação:

> Estava clara também a necessidade da formulação de uma ideologia - entendida como um conjunto sistematizado de valores, expressão de um grupo situado no tempo e no espaço, envolvendo uma compreensão do homem, uma visão do mundo e um sentido da história. Afirmava-se que essa ideologia não seria formulada apenas pelo MEB, mesmo que ele efetivamente viesse a ser um "movimento do povo"; nem só pela Igreja católica. Reafirmava-se não se tratar de uma ideologia cristã, mas do esforço de todos os homens na construção de uma sociedade mais humana [...] (Fávero, 2004. p. 9)

Método

É fundamental destacar o que foi realizado antes da análise dos documentos selecionados: após o levantamento, a seleção e a digitalização do material, aplicou-se a seleção de palavras temáticas relacionadas à educação política, tomando como base a obra "Análise de Conteúdo," de Laurence Bardin. Conforme explica a autora, a análise de conteúdo é definida como um conjunto de técnicas sistemáticas e objetivas voltadas à investigação das comunicações, com ênfase na descrição detalhada das mensagens. (Bardin, 1977).

A análise da documentação será estruturada a partir do método de regularidade temática, destacando que esse processo não se limita à simples descrição. Ele busca, por meio de indicadores quantitativos ou qualitativos, inferir conhecimentos sobre as condições de produção ou recepção das mensagens, considerando os termos mais recorrentes em um texto. Além disso, objetiva compreender percepções coletivas e sua influência cultural e emocional sobre os indivíduos estudados. Laurence Bardin compara a prática da análise de conteúdo ao trabalho de um arqueólogo ou detetive, que, ao lidar com vestígios, documentos ou mensagens, consegue deduzir informações sobre o emissor, o contexto de produção ou os possíveis impactos das mensagens. Esse procedimento envolve uma descrição inicial das características do texto, seguida de interpretação e, de forma essencial, da inferência lógica que conecta esses elementos.

Resultados e discussões

Serão analisados alguns documentos das caixas do MEB que estão no Laboratório de Documentação Histórica do Centro de Ensino Superior do Seridó, organizados em caixas numeradas, utilizando o método de análise de conteúdo de Laurence Bardin. A documentação referente ao Curso de Educação Política foi identificada nas caixas de números 9, 12, 14, 13, 15, 16 e 21. As falas dos indivíduos participantes dos programas serão transcritas de forma fiel, preservando a escrita original. Embora haja erros de ortografia, decorrentes do fato de serem indivíduos de origem humilde e sem escolaridade completa, essas imperfeições não comprometem a compreensão das informações apresentadas.

O primeiro documento selecionado para análise, encontra-se na caixa 21, onde no programa “Aprenda em Sua Casa", transmitido em 19 de agosto de 1980, cujo assunto era “Motivação para o Curso de Educação Política”, anunciou que o Curso de Educação Política iria começar no dia 25 de agosto de 1980, e realizou discussões acerca dos assuntos que seriam tratados na programação. Foram

identificados temas recorrentes, que ajudam a compreender a estrutura discursiva do programa, a partir de conexões com referências políticas. Entre eles estão: "consciência", "escravidão", "libertação", "política" e "trabalhador rural", que destacam a dimensão crítica e emancipatória da proposta apresentada. A frequência desses termos demonstra uma preocupação em combinar educação técnica com formação política e social.

O discurso enfatizou que a educação não é apenas um processo de aquisição de conhecimento técnico, mas também um meio para a construção de uma consciência crítica, especialmente para trabalhadores rurais. Isso é evidente na passagem que trata da "libertação de uma situação de escravidão para condições mais humanas de vida". (Caixa 21, MEB, LABORDOC, 1980). O programa se dirigiu a alunos, monitores e animadores, mas estendeu o convite a toda a comunidade. A abertura para participação, mesmo daqueles que não são oficialmente vinculados ao curso, reflete a intenção de democratizar o acesso ao conhecimento político. Desse modo, o curso abordou problemas concretos, como a opressão vivida pelo trabalhador rural, e buscou fornecer ferramentas para que os participantes possam compreender e transformar essa realidade.

A partir dos elementos analisados, é possível inferir que o programa visava promover a conscientização política e a emancipação social por meio da educação. As falas foram estruturadas para motivar os participantes, valorizar sua importância individual e coletiva, e fortalecer sua autonomia em relação ao contexto político e social no qual estavam inseridos. Além disso, a escolha de criar o Curso de Educação Política evidencia o interesse do MEB em fomentar uma visão crítica sobre as relações de poder, especialmente no espaço rural.

O segundo documento escolhido para ser analisado, é um registro do programa que aconteceu no dia 18 de outubro de 1984, elaborado por Maria das Graças Dantas. Nesta fonte, é possível perceber que o Curso de Educação Política

deixou de ser transmitido pelo programa Aprenda em Sua Casa, e passou a acontecer no programa Caminhos da Libertação, porém, não foram encontrados registros demarcando quando de fato essa mudança ocorreu. A programação cujo assunto foi "Política - 2° aula", realizou discussões acerca da política como prática cotidiana e essencial para a transformação social, guiadas por uma cartilha intitulada "Educação Política: Um Direito de Todos" e teve como foco principal conscientizar os ouvintes sobre o papel político de cada indivíduo, destacando as diferenças entre as "políticas do opressor" e as "políticas do oprimido".

Foi possível identificar a frequência de determinados termos que indicam a ênfase do programa, sendo eles: "política", "opressor e oprimido", "classe trabalhadora", "comunidade", "organizações", "sindicatos" e associações". A alta frequência dessas palavras refletia o foco do programa em discutir a política como um fenômeno cotidiano e coletivo, vinculando-a à luta de classes e à organização social.

É possível perceber ainda, que a definição de política, segundo as falas do locutor, transcendia o campo institucional, sendo apresentada como uma dimensão que se fazia presente em atividades cotidianas da época, como o trabalho comunitário e as relações familiares. Essa abordagem buscava desmistificar a política, tornando-a acessível a todos os ouvintes.

O programa enfatizou a existência de duas políticas distintas: a do opressor, que fortalece o sistema dominante e perpetua a exploração, e a do oprimido, que visa à união e ao fortalecimento da classe trabalhadora para resistir e transformar a realidade. O curso promoveu também a ideia de que a educação política era um meio de libertação, capaz de conscientizar os trabalhadores rurais sobre sua condição de opressão e fornecer ferramentas para sua organização e luta. A importância de fortalecer sindicatos, associações de bairro e movimentos de mulheres foi destacada como uma estratégia de resistência e transformação. Nessa

perspectiva, a organização comunitária é apresentada como um contraponto à alienação e à passividade.

Havia uma clara intenção de conscientizar e educar os ouvintes sobre o papel político de suas ações cotidianas e a importância de se posicionarem contra a opressão. Além de ter incentivado a organização e a união da classe trabalhadora, apresentando essas ações como formas de resistência, evidenciou também tentativas de mobilizar os participantes a se engajarem no curso e nos debates comunitários, promovendo a formação de líderes políticos locais, sendo a educação política definida como um direito de todos.

O programa "Caminho de Libertação" utilizou uma abordagem pedagógica inclusiva e acessível para conscientizar seus ouvintes sobre o papel da política em suas vidas. Por meio de uma narrativa que combinava elementos religiosos, comunitários e pedagógicos, promoveu uma visão emancipatória da educação, incentivando a luta contra a opressão e a construção de uma sociedade mais justa.

Encerro esta seção com uma fala de Seu João Januário Barbosa, da comunidade Saco Grande, no município de Jucurutu-RN, onde através de uma carta enviada à Rádio Rural, ele compartilhou o que para ele era política, a partir do que aprendeu no Curso de Educação Política do MEB:

> Educação Política não é somente para agente eleger político, como a política que a gente entendia como política partidária. Mas com o curso de Educação Política a gente entendeu que tudo que a gente faz é política, se na comunidade todos os comunitários se reune para debater os problemas da própria comunidade é política [...] (Caixa 12, MEB, LABORDOC, 1984).

CONCLUSÕES:

Encerrando este trabalho, apresento os resultados das análises do conteúdo do Curso de Educação Política do Programa Caminhos da Libertação, ressaltando, mais uma vez, suas contribuições positivas para o cenário social brasileiro na década de 1980. O curso tratou de forma recorrente temas como Reforma Agrária, sindicatos, animação popular, os conceitos de opressor e oprimido, corrupção, desigualdade, bem comum, justiça, sociedade livre, sociedade fraterna, participação política, violação da dignidade humana, comunidade, o indivíduo enquanto agente político, cristianismo na política, direitos da classe trabalhadora, história da política, o trabalhador e a terra sob o plano divino, análise de candidatos à presidência da república, educação de qualidade e direitos humanos em geral. Esses temas foram essenciais para as discussões promovidas pelo curso, que, apesar de algumas ressalvas, teve relevância significativa no contexto social e político da época.

Embora o movimento tenha se voltado para a alfabetização e conscientização das massas, é imprescindível reconhecer que, por ter sido criado pela Igreja Católica, carregava outras intenções. Entre elas, buscava-se ampliar o número de eleitores favoráveis às posições da Igreja e descentralizar o poder do voto, então concentrado nas mãos das oligarquias.

Além disso, as fontes documentais utilizadas neste estudo destacam o rádio como uma ferramenta tecnológica e difusora de conhecimento, capaz de alcançar pessoas de camadas sociais que não tinham acesso à escola formal, mas cujas vidas eram marcadas pelo trabalho árduo na luta pela sobrevivência. A Rádio Rural, seus programas e o Movimento de Educação de Base (MEB) constituíram espaços essenciais para o esclarecimento, a mobilização, a convivência social e o aprendizado. Nesse sentido, o Curso de Educação Política e o Programa Caminhos da Libertação cumpriram um papel fundamental em promover debates e ampliar a conscientização política e social no Brasil dos anos 1980.

REFERÊNCIAS

Acervo da Rádio Rural de Caicó sob custódia do Laboratório de Documentação Histórica (LABORDOC).

AZEVEDO, Lia Calabre de. **No tempo do rádio:** radiodifusão e cotidiano no Brasil, 1923-1960. 2002. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Tradução de Luís Antero Reta e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUMWORCEL, Ana. **As escolas radiofônicas do MEB 1.** In: VI CONGRESSO DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 2008, Niterói. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008.

FÁVERO, Osmar. MEB - **Movimento de Educação de Base: primeiros tempos: 1961-1966.** In: V ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2004, Évora. 2004.

FREIRE, Paulo. **Educação e Política.** In: FREIRE, Paulo, A Educação como Prática da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967. p. 1-26.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **MEB e educação popular.** Em Pauta, Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, v. 12, n. 33, p. 97-107, 2014.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN

ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

SERIA A HISTÓRIA DO ENSINO DE HISTÓRIA MARCADA PELO TRAUMA?:
o caso dos Ginásios Vocacionais de São Paulo (1961-1969)

Caio Rodrigo Carvalho Lima

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38357

RESUMO:
Este trabalho analisa a história do ensino de história no Brasil por meio do conceito de trauma histórico e de uma análise do caso dos Ginásios Vocacionais (GVs) de São Paulo (1961-1969). Em primeiro lugar, apresenta-se a visão geral segundo a qual as inovações no ensino de história teriam surgido apenas a partir de 1980, de modo que, antes disso, esse ensino era marcado pelo tradicionalismo. Em seguida, discute-se o conceito de trauma histórico, entendido como resultado de uma crise capaz de romper modelos de sentido. Em terceiro lugar, explora-se a experiência dos GVs, interrompidos pelos agentes do Estado Militar em 1969. Defende-se que esse acontecimento representa um trauma histórico para a memória do ensino de história, bem como para a história dessa área.
PALAVRAS-CHAVE: ditadura militar; Ginásios Vocacionais; trauma histórico; ensino de história; história do ensino de história.

WOULD THE HISTORY OF HISTORY TEACHING BE MARKED BY TRAUMA? The case of São Paulo's Vocacional High Schools (1961-1969)

ABSTRACT:
This study examines the history of history teaching in Brazil through the lens of the concept of historical trauma and an analysis of the case of São Paulo's Vocacional High Schools (VHSs) (1961–1969). First, it presents the general perspective that innovations in history teaching only emerged after the 1980s, suggesting that prior to this period, such education was predominantly traditionalist. Next, it discusses the concept of historical trauma, understood as the result of a crisis capable of disrupting established frameworks of meaning. Finally, it explores the experience of the VHSs, which were shut down by agents of the Military State in 1969. The study argues that this event constitutes a historical trauma for the memory of history teaching as well as for the history of this field.
KEYWORDS: military dictatorship; Vocacional High Schools; historical trauma; history teaching; history of history teaching.

Introdução

A pergunta que intitula este texto faz parte dos questionamentos de minha tese de doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Nesse sentido, aqui, apresentarei um ensaio de resolução tendo em vista três eixos.

Em primeiro lugar, apresentarei uma síntese sobre a história do ensino de história (FREITAS; OLIVEIRA, 2022), observando sua presença em narrativas de três historiadoras do campo (BITTENCOURT, 2008; FONSECA, 2004; SCHMIDT, 2012). Em seguida, discutirei acerca do conceito de trauma histórico e de como ele serve para entender as dificuldades de se constituir sentido histórico a partir de experiências de crise catastrófica (RÜSEN, 2002; 2010; 2015). Por fim, relacionarei a síntese apresentada e o conceito de trauma histórico à experiência dos Ginásios Vocacionais (GVs) de São Paulo (1961-1969).

Com isso, parto do entendimento de que a interrupção do projeto de ensino que os GVs representavam, aliada às imposições dos agentes do Estado Militar (GERMANO, 2011) à educação, especificamente, a da área de Estudos Sociais e a da licenciatura curta nesse mesmo curso, podem ser entendidas como acontecimentos traumáticos para a memória do ensino de história. Assim, entender a história dessa prática mediante esse conceito pode servir para que se superem os sentidos constituídos por narrativas como as defendidas por historiadoras e historiadores do campo, bem como para elaborar outras propostas tanto para a história do ensino de história quanto para o ensino de história em si.

Uma síntese

Parafraseando Freitas e Oliveira (2022), a história do ensino de história é problemática em sua própria cronologia. Os autores defendem que ela demarca o ensino de história como tradicional até os anos de 1980, período no qual as produções nessa área começaram a crescer em quantidade e qualidade. Ademais, as historiadoras e os historiadores responsáveis por elaborá-la escreveram, todos, marcados pelas disputas contra as imposições dos militares sobre a educação e, principalmente, sobre o ensino de história. Dessa forma,

> [...] todo o ensino experimentado durante a ditadura militar de 1964 a 1985 tem a marca dos Estudos Sociais e da retirada de Filosofia, Sociologia e a introdução da Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira e da invenção dos Estudos dos Problemas Brasileiros no ensino superior (FREITAS; OLIVEIRA, 2022, p. 8).

Ainda segundo os autores, entende-se que a história do ensino de história é marcada pelos acontecimentos da ditadura militar. As e os historiadores responsáveis pela historiografia desse campo reagiram aos desmandos dos militares, criticando: o tradicionalismo das práticas anteriores à década de 1980 (porém, sem especificar, nem tradicionalismo, e nem o ensino de história anterior àquela década), e o livro didático, transformado em propagador da história factual entendida pejorativamente (FREITAS; OLIVEIRA, 2022). A partir desses pressupostos, destacam-se cinco marcos cronológicos para a história do ensino de história segundo essa historiografia:

1. Tudo começou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), responsável por instituir o "[...] Ensino de História tradicional" (OLIVEIRA; FREITAS, 2022, p. 12). Supostamente, o texto clássico de Manoel Salgado Guimarães (1988) abonaria essa tese, porém, para os autores, isso não se sustenta;

2. Da criação do IHGB em 1838 até a década de 1930, mantém-se esse ensino tradicional e homogêneo, "[...] marcado pelas orientações do Colégio Pedro

II, que por sua vez, estaria orientado pelo IHGB, já que seus professores eram membros do grêmio" (OLIVEIRA; FREITAS, 2022, p. 12);

3. Entre as décadas de 1930 e 1950, há menções às reformas de Francisco Campos e de Gustavo Capanema, bem como aos movimentos pela democratização da escola encabeçados, dentre outros, por Anísio Teixeira, porém, "[...] não há conexão entre esses fenômenos [e] o Ensino de História, ou seja, a história do Ensino de História não é afetada pelos problemas mais relevantes discutidos pelos historiadores da educação escolar" (OLIVEIRA; FREITAS, 2022, p. 12);

4. A década de 1960 teria sido marcada, semelhantemente às duas décadas anteriores, por movimentos e ativismos pela educação, os quais, no entanto, novamente não teriam impactado o ensino de história;

5. Por fim, a década de 1980 corresponde ao "[...] início de tudo que é novo em termos de Ensino de História" (OLIVEIRA; FREITAS, 2022, p. 13).

Os acontecimentos e marcos temporais utilizados por Freitas e Oliveira (2022) para elaborar essa síntese foram retirados de trabalhos de Elza Nadai, Maria de Lourdes Janotti e Thais Nivea Fonseca. Destas, somente a obra de Fonseca (2004) será analisada neste texto, mas é sintomático perceber a manutenção desses acontecimentos e marcos nas narrativas de outras historiadoras relevantes para o campo do ensino de história: Circe Bittencourt (2008) e Maria Auxiliadora Schmidt (2012).

Nas narrativas elaboradas por essas três historiadoras, os marcos temporais e as afirmações sobre o ensino de história se repetem. Em Bittencourt (2008, p. 59), a historiografia do ensino de história se iniciou na década de 1980 "[...] quando se debatia a reforma curricular que visava substituir os Estudos Sociais pela História e Geografia". Em Fonseca (2004, p. 59), aparecem os mesmos marcos e sentidos

dados para o ensino de história que apareceriam em Bittencourt (2008), de modo que, segundo a autora, somente no final da década de 1970 "[...] ficou mais clara a necessidade de se promoverem mudanças no ensino de história".

Em se tratando da narrativa de Schmidt (2012), percebe-se que, diferentemente das autoras anteriormente citadas, ela elaborou sua história do ensino de história tentando aproximá-la dos referenciais da Didática da História alemã, notadamente, a partir da obra de Jörn Rüsen, e do conceito de código disciplinar presente na obra do espanhol Fernandez Cuesta. Independentemente disso, Schmidt (2012) chegou às mesmas conclusões de Bittencourt (2008) e Fonseca (2004) embora tenha utilizado o conceito de código disciplinar, e não o de disciplina, para definir o ensino de história ao longo do tempo.

Dessa forma, Schmidt (2012) definiu o período de 1971 a 1984 como um período de crise para o código disciplinar da história no país, tendo sido este seguido de um no qual houve sua reconstrução, iniciado em 1984. O primeiro período citado foi caracterizado pela influência dos Estudos Sociais, que diluíram os conteúdos próprios da história e demarcaram a crise superada somente a partir de 1984 quando se iniciaria "[...] um novo momento na construção do código disciplinar da História" (SCHMIDT, 2012, p. 86).

Uma história marcada pelo trauma

Conforme se observa, a historiografia do ensino de história (e sua história) surgiu em meio às disputas contra as imposições dos militares. Isso se torna ainda mais visível no texto escrito por Raquel Glezer (1982) no qual a autora organizou os projetos elaborados por Paulo Nathanael Pereira de Souza, à época, consultor do Ministério da Educação e Cultura (MEC), bem como arrolou os diversos posicionamentos contrários advindos de núcleos regionais e do núcleo nacional da

Associação Nacional de Professores Universitários de História (como era chamada, naquele período, a ANPUH).

Glezer (1982) destacou três problemas contra os quais a ANPUH (e a Associação de Geógrafos do Brasil, AGB) se levantou. Em primeiro lugar, o fato de os Estudos Sociais estarem tomando o espaço das disciplinas de História e Geografia no ensino de 1º grau. Em segundo lugar, o fato de essa disciplina ter tirado completamente o espaço das outras duas no ensino de 2º grau. Por fim, a criação de licenciaturas curtas em Estudos Sociais, pensadas pelo MEC para suprir a demanda por professoras e professores da área, ameaçando-se, assim, a existência dos cursos universitários de História e de Geografia. Diante disso, Glezer apresentou algumas vitórias das e dos professores de História e de Geografia:

> [...] a manutenção dos cursos de 3º grau de História e Geografia em licenciatura longa, nas universidades federais, estaduais e mesmo particulares; a não concessão do registro de ensino de História e Geografia aos licenciados em Estudos Sociais; a retomada do ensino de História e Geografia como disciplinas autônomas desde a 6ª série do 1º grau no sistema estadual de ensino em São Paulo e sua afirmação no 2º grau, e, finalmente, concursos de ingresso ao magistério oficial paulista realizados em disciplinas específicas, com requisito de licenciatura longa (GLEZER, 1982, p. 117).

No entanto, todas essas vitórias, pequenas, segundo a autora, foram ameaçadas em setembro de 1980. Naquele mês, a ANPUH tomou conhecimento da existência de um projeto que previa a criação de cursos de licenciatura longa em Estudos Sociais, "[...] não mais formando apenas professores de Educação Moral e Cívica, mas também professores de História e Geografia – uma proposta de extinção dessas ciências específicas no Brasil" (GLEZER, 1982, p. 117). A Associação, conjuntamente a outras associações científicas e à comunidade acadêmica, reagiu e Paulo Nathanael Pereira de Souza recuou. Em 1982, ano de publicação do texto de Glezer na Revista Brasileira de História (RBH), a revista oficial da ANPUH, todas essas tentativas de mudanças, bem como aquelas que

haviam sido executadas, foram revogadas. Porém, a disciplina de Estudos Sociais não foi extinta (OLIVEIRA; STAMATTO; FREITAS, 2014).

Uma das consequências da não extinção de Estudos Sociais, de acordo com Oliveira, Stamatto e Freitas (2014), é a confusão que, ainda hoje, se observa quanto ao entendimento da interdisciplinaridade no ensino de história. Não raramente, ela é vista como resquício dos Estudos Sociais da época da ditadura e, por isso, rechaçada por professoras e professores da Educação Básica. A fim de entender o porquê dessa confusão, Oliveira, Stamatto e Freitas (2014) historiaram a inserção dos Estudos Sociais nos programas e currículos brasileiros, concluindo que a área existia desde muito antes de ter sido imposta pelos militares e que, portanto, deveria ser encarada por historiadoras e historiadores (sobretudo os que se ocupam da história do ensino de história) como portadora de projetos muito diferentes daquele contra o qual a comunidade historiadora (e geógrafa) lutou nos anos de 1980.

Interpretar o problema identificado por esses autores com o conceito de trauma histórico (RÜSEN, 2002; 2010; 2015) permite entender por quê, tanto tempo depois, a experiência da ditadura militar continua impedindo a criação de novas propostas para o ensino de história. Além disso, compreende-se o porquê da manutenção da narrativa sobre a história desse ensino. Isso, pois, partindo do pressuposto de que a narrativa histórica é constituição de sentido entre experiência do passado, interpretação desta no presente, e perspectivação do futuro, entende-se que o trauma histórico corresponde à dificultação e, até, ao impedindo dessa tarefa por parte do pensamento histórico (RÜSEN, 2002; 2010; 2015).

Dessa forma, sentido e trauma são como duas faces de uma mesma moeda (LIMA, 2016). Ao passo que é imperativo que os seres humanos constituam sentido para as suas ações visando ao futuro mediante interpretação das experiências do passado, no presente, experiências de extrema violência constituem-se em traumas históricos, dificultando demasiadamente tal operação. De acordo com Rüsen (2002;

2010; 2015), a história (narrativa constituída por e constituinte de sentido para a ação humana) surge da necessidade imposta por experiências contingentes com as quais todos os seres humanos, independentemente de tempo, espaço e cultura, precisam lidar se quiserem continuar vivendo. No entanto, há experiências contingenciais que causam um rompimento muito profundo com os sentidos que se desejavam constituir para o futuro. Estas foram chamadas pelo autor de crises catastróficas (RÜSEN, 2002) e, delas, advêm traumas históricos.

Sendo assim, as imposições dos militares à educação podem ser interpretadas como acontecimentos contingenciais que representam crises catastróficas para a memória histórica acerca do ensino de história. O conceito de trauma histórico permite visualizar a existência dos projetos outros sobre os quais Oliveira, Stamatto e Freitas (2014) discorreram como impedidos de serem efetivados devido às interrupções abruptas e violentas protagonizadas pelos agentes do Estado Militar. No entanto, o trauma histórico não dificulta somente isso, mas também destrói a crença na viabilidade de outro projeto de ensino. Ou seja, o problema se aprofunda. Não se trataria apenas de historiar outra história do ensino de história, e sim de compreender que a ditadura militar no Brasil interrompeu a execução de diferentes projetos de futuro para o ensino público nacional, dos quais o caso dos GVs é exemplar.

Futuros interrompidos

O passado possui inúmeros futuros, dentre os quais um, ou alguns, foram executados (KOSELLECK, 2006). Cabe às historiadoras e aos historiadores investigarem o passado a fim de identificar que futuros foram esses que não tiveram a chance de acontecer e questionar-se por quê. No caso dos futuros do passado da história do ensino de história, Oliveira, Stamatto e Freitas (2014) já apontaram para os diferentes projetos de Estudos Sociais que existiam anteriormente às imposições dos militares, de modo que investigá-los compreende uma via para desmitificar a

narrativa histórica constituída acerca da história desse ensino (e criticada por eles), bem como para constituir outros sentidos para ela.

A problemática e as disputas que envolveram os Estudos Sociais desde, pelo menos, a década de 1980 e que, ainda hoje, reverberam sobre a dificuldade, por exemplo, de se pensar a interdisciplinaridade no ensino de história (OLIVEIRA; STAMATTO; FREITAS, 2014), apontam para outra experiência do passado do ensino dessa disciplina, e da educação como um todo, que foi interrompida pelos militares. Trata-se dos GVs de São Paulo, escolas experimentais que existiram entre 1961 e 1969, ano no qual, a 12 de dezembro, tropas militares invadiram as seis unidades, destruindo-se o projeto que suas equipes encabeçavam (CHIOZZINI, 2003; 2010; NEVES, 2010; MASCELLANI, 1988; 2010; TAMBERLINI, 1998).

Os GVs surgiram em meio à demanda por mão de obra qualificada para o trabalho nas indústrias no Estado de São Paulo que se industrializava rapidamente. Havia, no período, a discussão pela reforma do ensino industrial, modalidade responsável por formar jovens aptos a desenvolverem trabalhos nesse setor da economia. Paralelamente a isso, em diversos estados do país, as classes experimentais funcionavam como alternativas para a transformação do Ensino Secundário que, fechado sob o modelo do ginásio acadêmico, não correspondia mais às exigências da industrialização e da rápida urbanização de centros como São Paulo (NUNES, 1979).

Em Socorro, interior do estado, a classe experimental do Instituto de Educação "Narciso Pieroni" chamou a atenção do, então, secretário estadual da educação Luciano de Carvalho quando, em visita à instituição, convidou Maria Nilde Mascellani, coordenadora pedagógica da experiência, para participar da comissão que elaborava o projeto de lei da reforma do ensino industrial. Mascellani aceitou o convite e, em fevereiro de 1961, o texto da lei incluía os cursos vocacionais como nova modalidade de ensino ginasial e criava o Serviço de Ensino Vocacional (SEV),

do qual Mascellani foi coordenadora, instância da Secretaria de Educação, autônoma, responsável por criar, organizar e orientar os trabalhos nos GVs (SÃO PAULO, 1961; MASCELLANI, 1988; 2010).

Escolas de tempo integral voltadas para jovens de ambos os sexos entre 11 e 13 anos, os GVs tinham como objetivo geral a formação de jovens e a capacitação de professoras e professores, bem como de técnicos da área educacional com vistas ao desenvolvimento de aptidões para o trabalho nas indústrias. Por se tratar, pelo menos até 1968[1], de cursos ginasiais, os GVs ofereciam cursos com quatro anos de duração, dos quais os dois primeiros eram de caráter exploratório dos interesses e das aptidões das e dos estudantes e os outros dois permitiam opções já voltadas para a orientação vocacional (MASCELLANI, 2010).

Dentre os elementos da prática pedagógica que singularizaram os GVs, a maneira com que era constituído o currículo e a centralidade da área de Estudos Sociais se destacam. Único para cada unidade, o currículo era constituído a partir das pesquisas de comunidade que tinham como objetivo identificar as necessidades locais e, a partir disso, fazer das atividades escolares meios para saná-las. Os Estudos Sociais eram a área que coordenava o processo de construção de uma pergunta-problema, chamada de *core-curriculum*, que deveria ser atravessada por todas as demais. Conforme destacou Chiozzini (2003, p. 3):

> [...] os Vocacionais contaram com uma metodologia muito particular de ensino de História e Geografia. Ambos eram integrados na área de Estudos Sociais, mantendo-se a especificidade de ambos, com um professor para cada disciplina, porém trabalhando juntos. Essa área

[1] Em 1968, os GVs passaram por uma série de mudanças, como, por exemplo, o início dos trabalhos do Colegial, também chamado de 2º Ciclo, correspondente ao que, hoje em dia, se entende como Ensino Médio. Além disso, as escolas deixaram de ser de tempo integral a fim de abarcar tanto os cursos de 2º Ciclo quanto as novas modalidades que passaram a existir: os cursos noturnos, voltados para trabalhadoras e trabalhadores, e os cursos complementares, voltados para membros das comunidades nas quais havia GVs. A princípio, essas modalidades existiram somente na unidade da capital, mas havia planos de estendê-las para as do interior. Porém, com a interrupção de 1969, isso não aconteceu (CHIOZZINI, 2003; 2010; NEVES, 2010; MASCELLANI, 1988; 2010; TAMBERLINI, 1998).

> integrava-se com as demais devido à própria proposta do currículo. Os Estudos Sociais eram o instrumento para o estudo da comunidade e do meio onde a escola era situada.

Joana Neves (2010, p. 136), ex-professora de Estudos Sociais na unidade de Barretos, assinalou que a área correspondia à área-núcleo de todo o sistema de ensino dos GVs, "[...] a partir da qual todo o planejamento pedagógico era feito [...]". Durante as reuniões de planejamento, que ocorriam, todo ano, em fevereiro e em julho, as equipes docente e pedagógica se juntavam para trabalhar na construção das Unidades Didáticas (UDs) que preencheriam as atividades escolares. Segundo a autora, nesse momento, a área de Estudos Sociais tinha uma responsabilidade enorme, cabendo aos encarregados "[...] comunicar, a todo o corpo docente, o mais clara e objetivamente possível, o alcance e significado de cada tema escolhido para as quatro Unidades Didáticas das três séries planejadas" (NEVES, 2010, p. 147).

Isso seria essencial, pois a execução do *core-curriculum* era dividida nas quatro UDs que orientavam as atividades ao longo de cada ano escolar. Aliás, segundo Mascellani (2010, p. 106), a integração promovida pela área de Estudos Sociais nos GVs era muito mais complexa se comparada ao entendimento atual acerca da interdisciplinaridade, pois não se limitava à coligação de conteúdos e de temas de estudos, mas interligava as áreas a nível conceitual, o que, para a ex-coordenadora do SEV, "[...] exige maior grau de elaboração [...]".

Um exemplo de como isso ocorria no dia a dia das escolas pode ser encontrado numa das documentações que restou após as invasões de 1969 e a devassa subsequente. Nela, observa-se a listagem de questionamentos que deveriam guiar o trabalho de todas as áreas do currículo para cada uma das cinco unidades existentes na época de elaboração desta, março de 1967. Em se tratando somente da unidade da capital, tem-se:

1ª série

I- Por que existe o Ginásio Vocacional?

II- Como vivem as famílias da comunidade onde se localiza o Ginásio Vocacional?
III- O metrô responde a todas as necessidades da cidade de S. Paulo?
IV- Somente a industrialização explica o desenvolvimento de S. Paulo como metrópole?

2ª série

I- É São Paulo um Estado industrial?
II- O êxodo rural e a urbanização criam problemas para o homem de São Paulo?
III- Como vivem as populações marginalizadas em São Paulo?
IV- De que maneira o desenvolvimento de São Paulo propicia condições de relacionamento com outros Estados?

3ªs séries

I- Por que a média de vida da população brasileira é de apenas 55 anos?
II- Em que sentido a influência internacional afeta a realidade brasileira?
III- Como o Brasil mantém sua unidade?
IV- Os problemas brasileiros se identificam com os da América Latina?

4ªa séries

I- A explosão democrática e os problemas de sobrevivência no mundo atual.
II- O que significa a "era espacial" para a Humanidade?
III- Que ameaças representam para a Humanidade as zonas de atrito?
IV- Como o homem pode construir a Comunidade Universal? (São Paulo, 1967, p. 3-4).

À primeira vista, a divisão das UDs mediante problemas contemporâneos não se diferencia tanto das propostas de Estudos Sociais que havia na primeira metade do século XX, conforme demonstraram Oliveira, Stamatto e Freitas (2014). Contudo, há uma especificidade na proposta dos GVs: a transformação social. Não se partia da realidade mais próxima da e do aluno, na 1ª série, e seguia-se para questões de cunho estadual, nacional e mundial, nas 2ªs, 3ªs e 4ªs séries do ginasial, respectivamente, por capricho; tratava-se de um projeto de mudança da realidade.

Não por acaso, os temas sobre os quais se estudava no decorrer das UDs tinham como foco o entendimento da realidade. A ideia de círculos concêntricos se fazia presente no aumento da amplitude das problemáticas na medida em que as e os estudantes amadureciam (NEVES, 2010). O objetivo, ao fim do 4° ano ginasial,

era transformar os conhecimentos adquiridos em algum tipo de proposta de intervenção na comunidade (MASCELLANI, 2010). Aos poucos, os GVs se tornaram escolas comunitárias coordenadas pela área de Estudos Sociais.

Portanto, em concordância com a provocação de Oliveira, Stamatto e Freitas (2014), avaliar propostas de Estudos Sociais como a que fora aplicada nos GVs deve servir não apenas para reorientar a narrativa histórica acerca da história do ensino de história no Brasil, mas também para se identificar que havia futuros outros para o passado das décadas de 1960 e 1970, futuros esses impedidos de se concretizar devido à interrupção violenta perpetrada pelos militares. O trauma histórico como chave conceitual de análise da experiência do ensino de história no Brasil, assim, oferece meios para se ressignificar os sentidos constituídos para a história dessa prática e, com isso, para se reatualizar aquilo que não teve a chance de ser.

Conclusões

A história do ensino de história no Brasil é marcada pelo trauma. O fato de, ainda hoje, narrativas que se tornaram hegemônicas nos anos de 1980 continuarem reverberando na maneira com que historiadoras e historiadores contam a história do ensino de histórica é significativo para se entender que o não enfrentamento do passado ditatorial permanece impedindo que se olhe para os futuros interrompidos. O caso dos GVs é, nesse sentido, exemplar.

Se, por um lado, as lutas contra os desmandos dos militares na educação e, mais especificamente, no ensino de história foram fundamentais para impedir a extinção da História (e da Geografia) como disciplina autônoma na Educação Básica, por outro, é igualmente essencial que se olhe para o passado do ensino de nossa disciplina com o intuito de se enxergar, não o que se quer defender no presente, mas a diversidade de caminhos que se podia seguir no passado. Do

contrário, corre-se o risco de desconhecer e continuar ignorando experiências extremamente ricas como a dos GVs.

Por fim, a própria RBH, conforme demonstraram Freitas e Dias (2021, p. 252), ao continuar sendo vitrine para debates nesse sentido, mais de quarenta anos depois de sua fundação, em 1981, ainda reforça "[...] a interdição de debates sobre áreas de conhecimento, interdisciplinaridade e temas similares". Chama-se atenção para a ANPUH, pois, como Associação, foi ela a responsável por dar voz aos debates contrários aos Estudos Sociais na década de 1980 e, além disso, por compor o próprio campo do ensino de história. No entanto, "[...] não foi propositiva em relação às políticas públicas, não se tornou espaço de diálogo entre as várias concepções que orientam os pesquisadores que ali estão abrigados" (FREITAS; DIAS, 2021, p. 256).

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.

CHIOZZINI, Daniel Ferraz. **Os ginásios vocacionais**: a (des)construção de uma experiência educacional transformadora (1961-1969). Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

CHIOZZINI, Daniel Ferraz. **História e memória da inovação educacional no Brasil**: o caso dos Ginásios Vocacionais (1961-1969). Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História & ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FREITAS, Itamar; DIAS, Margarida. Ensino de História na Revista Brasileira de História. *In*: OHARA, João Rodolfo Munhoz; SANTOS, Wagner Geminiano dos (Orgs.). **40 Anos da Revista Brasileira de História**: a historiografia em revista. Vitória, ES: Editora Milfontes, 2021, p. 223-256.

FREITAS, Itamar; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. História do ensino de história: memória e possibilidades de construção de um domínio. *In:* FREITAS, Itamar; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Orgs.). **PROFHISTÓRIA:** o dito e o feito. Ananindeua: Cabana, 2022, p. 8-21.

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

GLEZER, Raquel. Estudos Sociais: um problema contínuo. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 117-149, mar. 1982.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LIMA, Caio Rodrigo Carvalho. **Além dos muros da academia**: sentido da história e trauma histórico na obra de Jörn Rüsen (1983 - 2013). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

MASCELLANI, Maria Nilde. O Sistema Público de Ensino no Ensino Vocacional de São Paulo. **Revista Idéias**, São Paulo, n. 1, p. 84-95, 1988.

MASCELLANI, Maria Nilde. **Uma pedagogia para o trabalhador**: o ensino vocacional como base para uma proposta pedagógica de capacitação profissional de trabalhadores desempregados. São Paulo: IIEP, 2010.

NEVES, Joana. **O Ensino Público Vocacional em São Paulo**: renovação educacional como desafio político (1961-1970). 2010. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

NUNES, Z. Clarice R. M. **A modernização do ginásio e a manutenção da ordem**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Departamento de Filosofia e Educação, Fundação Getúlio Vargas, 1979.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; STAMATTO, Maria Inês Sucupira; FREITAS, Itamar. Políticas e práticas da história escolar no ensino médio do Brasil: a interdisciplinaridade em debate. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 32, n. 2, p. 429-451, maio/ago. 2014.

RÜSEN, Jörn. Holocaust Experience and Historical Sense Generation from a German Perspective. *In*: DIAWARA, Mamadou; LATEGAN, Bernard; RÜSEN,

Jörn (Orgs.). **Historical memory in Africa**: dealing with the Past, Reaching for the Future in an Intercultural Context. New York: Berghahn Books, 2010, p. 165-184. (Making Sense of History, v. 12).

RÜSEN, Jörn. **Teoria da história**: uma teoria da história como ciência. Curitiba: Editora da UFPR, 2015.

RÜSEN, Jörn. **Zerbrechende Zeit**: über den Sinn der Geschichte. Köln: Böhlau, 2001.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado dos Negócios da Educação. **Lei nº 6.052 de 3/2/1961**. São Paulo, SP: SENE, 1961.

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA EDUCAÇÃO (São Paulo). Serviço de Ensino Vocacional. **Estudos Sociais – Supervisão**. São Paulo, SP: Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, 1967.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 16, n. 37, p. 73-91, mai./ago. 2012.

TAMBERLINI, Angela Rabello Maciel de Barros. **Os Ginásios Vocacionais**: a dimensão política de um projeto pedagógico transformador. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38431

A LITERATURA COMO FERRAMENTA NO ENSINO DE HISTÓRIA:

O Conto "Pai Contra Mãe" De Machado De Assis

Verônica Andrade Braga Sousa[1]

RESUMO:
Obras literárias podem ser de grande auxilio nas aulas de História: ler, interpretar o texto, conhecer a realidade do autor da época podem evidenciar melhor aos alunos o período histórico estudado. A partir de então, essa pesquisa tem o objetivo de evidenciar como conto machadiano "Pai contra Mãe" pode ser usado como ferramenta no ensino de História. Sendo assim, com o auxílio de autores como Cândido (2004), Gaddis (2003), Reis (1986), entre outros, é possível compreender como a literatura e a História podem ser relacionadas e contribuírem para uma melhor compreensão do aluno acerca de um determinado período históricos e seus conflitos sociais. Dessa forma, pode-se incentivar novos leitores e possíveis historiadores.
PALAVRAS-CHAVE: Literatura; História, Machado de Assis.

LITERATURE AS A TOOL IN HISTORY TEACHING: The Short Story "Father Against Mother" by Machado de Assis

ABSTRACT:
Literary works can be of great help in History classes: reading, interpreting the text, getting to know the reality of the author at the time can make the historical period studied more evident to students. The aim of this research is to show how Machado's short story "Father against Mother" can be used as a tool for teaching history. Thus, with the help of authors such as Cândido (2004), Gaddis (2003), Reis (1986), among others, it is possible to understand how literature and history can be related and contribute to a better understanding by students of a certain historical period and its social conflicts. In this way, new readers and potential historians can be encouraged.
KEYWORDS: Literature; History, Machado de Assis.

[1] Graduada em Letras – Língua Portuguesa (UVA)/ Discente no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em História e Letras (UECE) na linha de pesquisa Memória e Historicidades. Lattes: https://lattes.cnpq.br/5189916700876634. Email: veronik.andrade.b@gmail.com

Introdução

A História e a Literatura são campos complementares do conhecimento humano. É impossível ensinar Literatura sem um embasamento histórico, contudo, é possível ensinar História com o apoio literário? Como afirmou Furet: "a história é filha da narrativa. Não se define por um objeto de estudo, mas por um tipo de discurso. Dizer que estuda o tempo não tem de fato outro sentido que dizer que dispõe todos os objetos que estuda no tempo: fazer história é contar uma história" (1986, p. 81). Por isso, é possível acreditar na exímia funcionalidade da literatura como uma fonte especial nas aulas de História a fim de criar uma consciência histórica nos estudantes.

Com isso, a partir de teóricos como Antônio Cândido (2002), Gaddis (2003), Reis (1986), entre outros, consegue-se compreender como a literatura pode servir de fonte para os historiadores. Além disso, compreende-se também sua relevância no apoio pedagógicas nas aulas de história. Assim, pode-se trazer para os estudos de História, principalmente no Ensino Médio, período em que os alunos constroem mais criticidade e maturidade literária, narrativas que possam nutrir a imaginação do aluno para o contexto histórico estudado. O conto "Pai contra Mãe", de Machado de Assis, traz uma perspectiva relevante da sociedade brasileira escravocrata, por ser possível analisar as mazelas sociais presentes no já referido período no país.

Ademais, como o conto é um gênero textual curto, torna-se uma ótima opção de texto literário para utilizar em sala como apoio, sendo viável levantar as questões históricas, analisar o texto e discutir as opiniões em sala, sendo possível aprofundar uma análise crítica do aluno a partir do texto literário utilizado como embasamento histórico. Por isso, esse estudo se mostra pertinente e justificável por abordar um método de ensino interdisciplinar história-literatura como forma representar a história por meio da arte.

A literatura como uma ferramenta no ensino de história

Segundo Gaddis (2003), embora a história seja o melhor método de expansão da experiência, o historiador não deve pensar que são os únicos detentores das ideias a serem transmitidas de uma geração para outra, ainda se deve considerar a contribuição da cultura, tecnologia, religião e etc. Assim, acredita-se que a arte, por meio da literatura, também pode carregar essas fontes de experiências perpassadas por gerações, pois "a literatura pode ser uma fortunada preservação de fontes que abrem portas para outra época" (Gaddis, 2003, p. 20).

Ademais, ainda segundo Gaddis (2003), o historiador não tem obrigações com a representação literal da realidade, todavia, deve-se aproximar dos padrões de comprovações das ciências sociais, física e biológica. Assim, compreende-se que o historiador pode sair do campo tradicional de ensino e ser livre para percorrer acima das restrições do tempo e espaço, abrindo espaço para imaginação, pois "uma simples crônica de detalhes, embora gráfica, nos encerra em uma local ou tempo especifico" (Gaddis, 2003, p. 27).

Ao falar sobre o ensino de História, percebe-se que a literatura também pode ser compreendida como fonte pelo historiador, com o objetivo de esclarecer e interpretar melhor o passado: a função histórica. Compreende-se essa possibilidade ao considerar Ginzburg (1986), quando tal autor propôs a literatura como uma fonte especial para a compreensão da História, pois, a partir dos elementos narrativos, é possível identificar os aspectos sociais de uma época, seus pensamentos e suas práticas, ou seja, analisa-se a cultura de um determinado momento histórico e, consequentemente, como tal momento influenciou a sociedade. Portanto, percebe-se que a literatura está diretamente ligada a sociedade e suas práticas, por isso, desempenha um papel importante.

> A literatura apresenta-se, desde o início, como uma prática na sociedade. De fato, até que ela e todas outras práticas estejam presentes, a sociedade não pode ser vista como completamente formada. A sociedade não está totalmente disponível para análise até que cada uma das suas práticas esteja incluída. Mas ao adotarmos essa ênfase, devemos adotar uma outra correspondente: que não podemos separar a literatura e a arte de outros tipos de prática social de modo a torná-las sujeitas a leis muito especiais e distintas (Williams, 1979, p.61)

No que diz respeito a literatura brasileira, percebe-se que a sua construção representou um marco identitário no país. Precisava-se criar uma literatura própria do Brasil para reforçar o orgulho da terra, em busca de uma tradição respeitável para os herdeiros da nação. Com isso, os românticos se apropriaram dessa ideia e criaram, em suas obras, um Brasil-herói. Assim, contando a história do povo brasileiro a partir da visão dos colonizadores (Cândido, 2000)

Contudo, o movimento realista contrapôs todos os ideais românticos e trouxe uma visão crítica para a sociedade brasileira. Machado Assim foi o nome mais exaltado no realismo brasileiro, suas obras foram marcadas pelas críticas as instituições sociais da época, contudo, de forma indireta, tendo como principal característica a ironia.

> A literatura é essencialmente uma reorganização do mundo em termos de arte; a tarefa do escritor de ficção é construir um sistema arbitrário de objetos, atos, ocorrências, sentimentos, representados ficcionalmente conforme um princípio de organização adequado à situação literária dada, que mantém a estrutura da obra (Cândido, 2004)

Dessa forma, a partir da interpretação do trecho acima de Antônio Cândido, a literatura representa uma sociedade com todas suas particularidades, pode-se interpretar o "princípio de organização adequada à situação literária dada" como as condições literárias dadas em um determinado momento histórico. Com isso, Machado de Assis, conhecido historiador da escravatura e da vida operária entre 1850 e 1910, segundo Chalhoub (2003), rompeu barreiras em uma sociedade profundamente marcada pelo racismo e pela exclusão social.

Embora raramente tenha abordado explicitamente sua identidade racial em sua obra, ele era um homem negro e sua trajetória é de imenso valor para a literatura afro-brasileira. Seus mais conhecidos romances, como *Dom Casmurro* e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, criticam a hipocrisia e as desigualdades de sua época, revelando aspectos da elite brasileira com um olhar sagaz e questionador. Ao desconstruir personagens e situações de forma sutil e irônica, Machado abriu caminho para novas perspectivas na literatura brasileira.

Muitos escritores negros tiveram suas obras subestimadas ou ignoradas, tanto pela crítica literária quanto pelo mercado editorial, principalmente aqueles que tratavam abertamente sobre o racismo, o que impediu uma ampla divulgação e valorização de suas contribuições. Esse apagamento reflete e perpetua desigualdades raciais profundas, limitando o acesso da população a narrativas que poderiam enriquecer a compreensão das diversidades culturais e históricas do país. Por isso, ao tratar sobre escravidão utilizando uma obra de Machado de Assis, é importante também deixar claro a realidade na qual o autor se encontrava. Assim como Gaddis (2003) afirma que as condições socioculturais do autor devem ser levadas em consideração quando se faz uma análise da obra.

Com isso, é necessário frisar que as obras de vozes negras são fundamentais para a formação e enriquecimento da identidade nacional, pois são uma parte indissociável do tecido social e cultural do Brasil. Contudo, essa temática nunca foi bem vista na sociedade brasileira, principalmente na literatura. Isso fez com que Machado de Assis usasse estratégias sutis para abordar essa questão importante, algo necessário na época.

Por isso, busca-se analisar o conto machadiano "Pai contra Mãe", a partir da concepção de capoeira linguística de Duarte (2020), além de evidenciar como esse conto pode ser utilizado nas aulas de História para representar as mazelas da escravidão a partir do discurso do autor. Assim, percebe-se como Machado de Assis

soube usar as palavras em uma época de repressão ao abordar os processos históricos atrelados a escravidão e fazer críticas também.

Percebe-se que, no Brasil, é difícil falar sobre racismo. Por isso, segundo Duarte (2020), Machado de Assis era um autor que descartava polêmicas, preferia utilizar de uma capoeira literária para abordar, sutilmente, os processos históricos da sua época, mesmo quando parecia tratar de assuntos banais, nas entrelinhas, poderia trazer algum aspecto crítico pertinente. Isso caracteriza, ainda segundo Duarte (2020), em uma *ginga* verbal.

O termo *ginga* é termo utilizado na capoeira, uma mistura de dança e jogo desenvolvida no Brasil a partir da contribuição africana. A *ginga* é um movimento corporal feito com o objetivo de enganar o oponente, a fim de dissimular algum golpe, para confundir o adversário, escapar de seus golpes e atacar no momento e ângulo certo (Duarte, 2020). Dessa forma, acredita-se que Machado de Assis utilizava de uma *ginga literária* para driblar a opressão.

Dessa forma, o texto literário, comumente sabido, possui como uma das marcas principais o seu contexto histórico, o qual representa a sociedade e seus principais aspectos. Assim, é inviável analisar um texto literário sem levar em consideração as características socioculturais, fruto do tempo histórico, na qual a narrativa se encontra. Com isso, é comum, no processo pedagógico das aulas de literatura, iniciar os estudos das obras a partir do seu contexto histórico.

Por isso, é possível acreditar também que, com o auxílio da elucidação do texto literário, o historiador-educador, a partir de uma proposta interdisciplinar, pode trazer para aulas uma metodologia de ensino mais dinâmica para o aluno, a fim incentivar o interesse do aluno no conteúdo estudado, além de incentivar a leitura literária.

"Pai contra mãe": a representação das mazelas da escravidão por Machado de Assis

O conto *Pai contra mãe*, de Machado de Assis, foi publicado em 1905, em uma época de grandes transformações sociais no Brasil, já que a abolição da escravidão havia ocorrido apenas dezessete anos antes, em 1888. O país ainda vivia os reflexos do sistema escravagista, e a desigualdade social e o racismo estrutural permaneciam enraizados. No conto, Machado explora as contradições morais e sociais de uma sociedade que, mesmo após o fim da escravidão, continuava a marginalizar os mais vulneráveis, expondo as brutalidades e injustiças que persistem mesmo em tempos de "liberdade".

Machado de Assis inicia o conto já mencionando o fim da escravidão, afirmando que esse acontecimento levou o fim de alguns ofícios, como de funileiros de máscaras usadas para torturar escravos que desobedecia às regras.

> A Escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais. Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; havia também a máscara de folha-deflandres. A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dous para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. Com o vício de beber. perdiam a tentação de furtar, porque geralmente era dos vinténs do senhor que eles tiravam com que matar a sede, e aí ficavam dous pecados extintos, e a sobriedade e a honestidade certas (Assis, 1997, p. 31).

Após, o autor descreve como essas torturas eram realizadas e suas respectivas justificativas, o que já causa um impacto no leitor. Contudo, percebe-se, nesse ponto, que Machado não quer passar a impressão que a história se trata sobre isso, então afirma: "Era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel. Os funileiros as tinham penduradas, à venda, na porta das lojas. Mas não cuidemos de máscaras" (Assis, 1997, p. 31).

Tais instrumentos usados para punir os escravizados, principalmente os "fujões. A fuga de escravizados foi uma forma de resistência fundamental durante o período escravagista no Brasil. Segundo Reis (1986), um dos principais especialistas em história da escravidão no Brasil, a fuga era uma forma de "negação prática do cativeiro", um ato que subvertia a ordem escravocrata e reforçava a busca por um espaço de autonomia e identidade. Esse fenômeno não apenas desafia o sistema escravista como também evidencia a agência dos escravizados na luta por sua própria liberdade.

> Escravo que fugia assim, onde quer que andasse, mostrava um reincidente, e com pouco era pegado. Há meio século, os escravos fugiam com freqüência. Eram muitos, e nem todos gostavam da escravidão. Sucedia ocasionalmente apanharem pancada, e nem todos gostavam de apanhar pancada. Grande parte era apenas repreendida; havia alguém de casa que servia de padrinho, e o mesmo dono não era mau; além disso, o sentimento da propriedade moderava a ação, porque dinheiro também dói (Assis, 1997, pg.33)

Ademais, ao relatar essas características da escravidão, o autor passa a impressão de estar apenas contextualizando os fatos históricos da época para agregar a história que ele realmente irá contar: a história de Cândido Neves, um *caçador de escravos fujões*. Sobre isso, o autor diz:

> Ninguém se metia em tal ofício por desfastio ou estudo; a pobreza, a necessidade de uma achega, a inaptidão para outros trabalhos, o acaso, e alguma vez o gosto de servir também, ainda que por outra via, davam o impulso ao homem que se sentia bastante rijo para pôr ordem à desordem (Assis, 1997, p. 33).

Com isso, afirma que Cândido Neves se liga em uma história de fuga por ceder a pobreza e adquirir tal oficio. Porém, o narrador também afirma que Neves tomou o oficio por não se enquadra em nenhum oficio, não aguentar nenhum emprego, apesar de ter tido diversas oportunidades de profissão. Por isso, infere-se que Cândido não gostava de um trabalho estável ou maçante.

Assim, Machado levanta outra contrariedade, pois antes afirma o trabalho de caçados de escravos dava impulso ao homem rijo, a fim de colocar ordem na

desordem, porém, Cândido Neves não aparenta ter esse perfil. Além disso, o autor citou que Cândido tomou o oficio por se render a pobreza, mas não seria uma pobreza de oportunidades, visto que ele estudou várias profissões que não assumiu. Então, seria outro tipo de pobreza, talvez humana ou moral (Assis, 1997).

Os caçadores de escravos fugidos, também conhecidos como capitães do mato, desempenhavam um papel brutal na manutenção do sistema escravocrata no Brasil. Eram indivíduos contratados para capturar escravos que tentavam fugir, utilizando métodos violentos e cruéis para coagir e devolver os fugitivos aos seus proprietários. De acordo com o historiador Manolo Florentino (1997), o trabalho dos capitães do mato era um mecanismo de controle social que ajudava a sustentar a economia escravista, o autor destaca que essa figura foi essencial na repressão às tentativas de resistência e na perpetuação da violência que caracterizava o sistema escravocrata.

> Quem perdia um escravo por fuga dava algum dinheiro a quem lho levasse. Punha anúncios nas folhas públicas, com os sinais do fugido, o nome, a roupa, o defeito físico, se o tinha, o bairro por onde andava e a quantia de gratificação. Quando não vinha a quantia, vinha promessa: "gratificar-se-á generosamente", -- ou "receberá uma boa gratificação". Muita vez o anúncio trazia em cima ou ao lado uma vinheta, figura de preto, descalço, correndo, vara ao ombro, e na ponta uma trouxa. Protestava-se com todo o rigor da lei contra quem o acoutasse (Assis, 1997, pg.35)

Os anúncios de escravos fugitivos, comumente publicados em jornais da época, eram uma das principais ferramentas utilizadas pelos senhores de escravos para tentar recuperar os fugitivos. Nesses anúncios, as descrições detalhadas das características físicas dos escravizados, muitas vezes com recompensa pela captura, expunham a desumanização e a brutalidade do sistema escravista. Segundo Chalhoub (1990), esses anúncios eram não apenas uma estratégia de controle social, mas também uma forma de legitimação da violência contra os negros, reforçando a ideia de que eles eram propriedades a serem rastreadas e punidas.

Imagem 1 - Anúncio do escravo Fortunato



CRIOULO FUGIDO.

RS. 50U000

DE ALVIÇARAS

Anda fugido, desde o dia 18 de Outubro de 1854, o escravo crioulo de nome

FORTUNATO,

de 20 e tantos annos de idade, com falta de dentes na frente, com pouca ou nenhuma barba, baixo, refurçado, e picado de bexigas que teve ha poucos annos, é muito pachola, mal encarado, falla apressado e com a bocca cheia olhando para o chão; costuma ás vezes andar calçado intitulando-se forro, e dizendo chamar-se Fortunato Lopes da Silva. Sabe cozinhar, trabalhar de encadernador, e entende de plantações da roça, donde é natural. Quem o prender, entregar á prisão, e avisar na côrte ao seu senhor Eduardo Laemmert, rua da Quitanda n.º 77, receberá 50U000 de gratificação.

Fonte: HDBN – Diario do Rio de Janeiro (1854)

Dessa forma, Cândido Neves após tentar diversas profissões, tornou-se um caçador de escravos: "Pegar escravos fugidos trouxe-lhe um encanto novo. Não obrigava a estar longas horas sentado. Só exigia força, olho vivo, paciência, coragem e um pedaço de corda" (Assis, 1997, p.37). Além disso, estava com pressa para se estabilizar, pois havia se apaixonado por Clara e pretendia se casar. Casou-se com a moça e já pensavam em ter filhos. Contudo, eles não tinham boas condições financeiras devido à instabilidade da profissão. No entanto, o casal sonhava com a chegada de uma criança, um filho para alegrar o matrimônio. Mônica, tia de Clara, alertava-a que um filho deles, naquele momento, poderia pior a situação econômica deles, a criança podia até não ter o que comer (Assis, 1997, p. 38)

Nesse ponto, o narrador descreve a vida a dois do casal, como um ambiente de alegria, o casal ria de tudo, até do trocadilho dos nomes: Clara, Neves, Cândido, substantivos que remetem a cor branca. A escolha dos nomes também pode ser uma

estratégia linguística do autor para deixar evidente os personagens como brancos, pertencentes da classe social dominante: "Os mesmos nomes eram objeto de trocados, Clara, Neves, Cândido; não davam que comer, mas davam que rir, e o riso digeria-se sem esforço" (Assis, 1997, p. 38).

Apesar da falta de emprego, o casal não desistiu do filho: "Ela cosia agora mais, ele saía a empreitadas de uma cousa e outra; não tinha emprego certo. Nem por isso abriam mão do filho. O filho é que, não sabendo daquele desejo específico, deixava-se estar escondido na eternidade" (Assis, 1997, p. 39). E, um dia, anunciaram a gravidez, o que deixou tia Mônica desesperada, mas o casal acreditava que haveria uma providência divina. Outra possível critica de Machado seria ao cristianismo, religião imposta pelos escravocratas, ou fé de Cândido Neves, pois, embora tudo desse errado, acreditava que Deus o ajudariam mandando um escravo fugido para sustentar sua mesa.

Clara também apelava suas dores para Nossa Senhora, acreditava que nada de mal poderia acontecer com eles, pois o divino estava com eles. O narrador cita: "Deus não me abandona, e preto fugido sabe que comigo não brinca; quase nenhum resiste, muitos entregam-se logo" (Assis, 1997, p. 35). Assim, uma das características do Realismo, segundo Cândido (2000), é oposição às instituições sociais, como a Igreja. Por isso, é possível que a questão da religiosidade no conto seja outra crítica do autor, trazendo o lado maquiavélico das pessoas ditas cristãs, religião imposta pelos colonizadores.

Com a popularização do oficio pelos desempregados, Cândido Neves começou a acumular dividas por não conseguir mais capturar tantos escravos. Por isso, até considerou em pegar um escravo qualquer para vendê-lo, chegou até capturar um preto livre por engano e acabou apanhando dos parentes do homem: "Já lhe sucedia, ainda que raro, enganar-se de pessoa, e pegar em escravo fiel que ia a serviço de seu senhor; tal era a cegueira da necessidade. Certa vez capturou um

preto livre; desfez-se em desculpas, mas recebeu grande soma de murros que lhe deram os parentes do homem" (Assis, 1997, p.40)

Cogitou até mudar de profissão, mas não queria passar tempos aprendendo um oficio, queria algo de aprendesse depressa. As dificuldades com o passar dos meses deixou-os amargos: "Cândido quisera efetivamente fazer outra cousa, não pela razão do conselho, mas por simples gosto de trocar de ofício; seria um modo de mudar de pele ou de pessoa. O pior é que não achava à mão negócio que aprendesse depressa" (Assis, 1997, p.43)

Com as dificuldades financeiras aumentando, Tia Mônica os aconselhou a deixar criança na Roda dos enjeitados. O casal estava desesperado, já havia perdido a casa de aluguel, não tinha o que comer.

> Vocês devem tudo; a carne e o feijão vão faltando. Se não aparecer algum dinheiro, como é que a família há de aumentar? E depois, há tempo; mais tarde, quando o senhor tiver a vida mais segura, os filhos que vierem serão recebidos com o mesmo cuidado que este ou maior. Este será bem criado, sem lhe faltar nada. Pois então a Roda é alguma praia ou monturo? Lá não se mata ninguém, ninguém morre à toa, enquanto que aqui é certo morrer, se viver à míngua (Assis, 1997, p.45).

Com a necessidade, Neves decidiu acatar o conselho depois de muita reinvindicação. Porém, antes foi ver se não haveria nos classificados algum escravo fugido, viu uma mulata, procurou-a, mas sem sucesso: "Já tinha visto o anuncio, mas so se dedicou na procura quando ficou diante do desespero" (Assis, 1997, p.46).

Quando foi deixar a criança no beco, avistou a mulata, entrou em uma farmácia e pediu que cuidassem de seu filho um instante. Cândido foi em busca da mulata, amarrou-a enquanto a mulata suplicava que a soltasse, pois estava grávida e que o poderia perder o bebê se recebesse os castigos do seu senhor por conta da fuga: "Estou grávida, meu senhor! exclamou. Se Vossa Senhoria tem algum filho, peço-lhe por amor dele que me solte; eu serei tua escrava, vou servi-lo pelo tempo que quiser. Me solte, meu senhor moço!" (Assis, 1997, p.48).

Porém, Neves debochou dela e a entregou para o senhor: "Você é que tem culpa. Quem lhe manda fazer filhos e fugir depois? perguntou Cândido Neves" (Assis, 1997, p.49). Após alguns minutos de medo e dor, a escrava abortou na frente deles:

> O fruto de algum tempo entrou sem vida neste mundo, entre os gemidos da mãe e os gestos de desespero do dono. Cândido Neves viu todo esse espetáculo. Não sabia que horas eram. Quaisquer que fossem, urgia correr à Rua da Ajuda, e foi o que ele fez sem querer conhecer as conseqüências do desastre (Assis, 1997, p.50).

Sem nenhum remorso, Neves voltou a farmácia, buscou seu filho e voltou para casa abençoando a fuga e ignorando o aborto da escrava: "Cândido Neves, beijando o filho, entre lágrimas, verdadeiras, abençoava a fuga e não se lhe dava do aborto. - Nem todas as crianças vingam, bateu-lhe o coração" (Assis, 1997, p.50). Assim, Neves conseguiu garantir a vida de sua criança, mas não demonstrou nenhum apreço a vida negra ceifada por suas escolhas.

Com isso, pode-se concluir que as mulheres escravizadas no Brasil viviam uma dura realidade de violência e perda, especialmente em relação aos seus filhos, que muitas vezes eram separados delas ou morriam devido aos maus-tratos impostos pelos senhores de escravos. Essas mães não tinham o direito de proteger seus filhos da exploração e do sofrimento, que incluíam trabalho excessivo, alimentação inadequada e, em alguns casos, a morte precoce, como representado no conto analisado. Segundo Reis (1986), a violência contra as mulheres e a separação das famílias eram formas de controle social e dominação dentro do sistema escravista. Essa realidade cruel refletia não apenas a opressão direta, mas também a tentativa de apagar as memórias e laços familiares das populações escravizadas, enfraquecendo ainda mais sua resistência.

Considerações finais

Machado de Assis, no conto Pai contra Mãe, traz uma reflexão sobre a importância dada a vida de pessoas brancas e a vida das pessoas negras, pois, através do personagem principal, ele faz uma alusão de quem merecia viver mais na época. Apesar de tudo, a vida de uma criança negra foi sacrificada para uma criança branca pudesse sobreviver com os pais. Essa última frase dita por Cândido Neves pode ser considerada um reflexo de como os brancos viam a vida negra. Portanto, com a discussão sobre o conto, percebe-se como Machado de Assis soube usar as palavras em uma época de repressão, mesmo não sendo explicito, soube abordar os processos históricos atrelados à escravidão e fazer críticas também. Por fim, conclui-se que Machado de Assis era de fato um capoeirista literário deveras habilidoso.

Portanto, apresentar obras como essas, no ensino de história, a fim de analisar a obra e refletir com os alunos podem ser uma eximia fonte histórica, pois oferece uma compreensão mais profunda e emocional dos eventos históricos, permitindo que os alunos se conectem com as experiências humanas de épocas passadas. Além disso, a literatura também contribui para o desenvolvimento do pensamento crítico, ao apresentar visões diversas sobre um mesmo fato histórico, o que permite aos alunos refletir sobre os processos sociais, políticos e culturais de diferentes períodos. Assim, ao integrar a literatura ao ensino da História, é possível enriquecer o aprendizado.

Muito se fala sobre a importância da interdisciplinaridade na sala de aula, um encontro de saberes, logo, percebe-se também que há a necessidade de integrar os conhecimentos literários no ensino de História, a fim de tornar mais dinâmico e elucidativo os conteúdos curriculares. Com isso, pode-se esperar que essa prática acarrete bons retornos pedagógicos, como: expansão do imaginário dos alunos, melhor compreensão dos períodos históricos, além de incentivar novos leitores, possíveis novos historiadores.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Machado de. "Pai contra Mãe". In: **Obra completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, v. 2.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos.** 9. ed. Belo Horizonte, Editora Itatiaia ltda, 2000.

CANDIDO, Antonio. **Sociedade e literatura**. São Paulo: Duas Cidades, 2004.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história do movimento abolicionista no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. **Anúncio do escravo Fortunato**. 18 out. 1854. HDBN – História Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: https://teoriadahistoriaetsusp.wordpress.com/wp-content/uploads/2020/10/gaddis-john-lewis.-paisagens-na-histocc81ria.pdf. Acesso em: 6 nov. 2024.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Machado de Assis afrodescendente**: antologia e crítica. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Malê, 2020.

FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FURET, Françõis. **A oficina da história**. Trad. Adrino Duart Rodrigues. Lisboa: Gradiva, 1986.

GADDIS, John Lewis. **Paisagens na história**: Como o historiador mapeia a história. Tradução de Marisa Rocha Mota. Rio de Janeiro. Editora Campus Ltda. 2003.

GINZBURG, Carlos. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. 1989. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5493296/mod_resource/content/1/ginzburgo-mitos-emblemas-sinais1.pdf. Acesso em: 6 nov. 2024.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil***:* a história do levante dos malês em 1835. São Paulo: Brasiliense, 1986.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

NOS TRILHOS DE BAIXA VERDE:

uma proposta de letramento histórico-digital para o ensino de História local

Adriana Cassimiro da Silva[1]

RESUMO:
O objetivo geral desta pesquisa é promover a compreensão do aluno como sujeito histórico a partir da construção de narrativas históricas, considerando sua realidade local e o uso das tecnologias digitais da informação e comunicação. Esta investigação busca contribuir para a aprendizagem histórica escolar por meio de uma produção didática referenciada, a partir dos conceitos de letramento histórico digital, História Local e memória. As reflexões tecidas terão o intuito de dotar os(as) estudantes de habilidades críticas no uso das ferramentas digitais. Os estudantes serão instigados a desenvolverem e se apropriarem de conhecimentos sobre letramento histórico digital por meio de narrativas que mobilizem a memória e os conhecimentos sobre a História Local, com a finalidade de construir uma conexão entre os acontecimentos passados e a sociedade contemporânea.
PALAVRAS-CHAVE: letramento histórico digital; ensino de História; História Local; memória.

ON THE RAILS OF BAIXA VERDE: a historical-digital literacy proposal for local history teaching

ABSTRACT:
The general objective of this research is to promote the student's understanding as a historical subject through the construction of historical narratives, considering their local reality and the use of digital information and communication technologies. This investigation seeks to contribute to school historical learning through referenced didactic production, based on the concepts of digital historical literacy, Local History and memory. The reflections made will aim to provide students with critical skills in the use of digital tools. Students will be encouraged to develop and acquire knowledge about digital historical literacy through narratives that mobilize memory and knowledge about Local History, with the aim of building a connection between past events and contemporary society.
KEYWORDS: digital historical literacy; teaching History; Local History; memory.

[1] Mestranda do Profhistória da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) mestrado profissional. Professora efetiva das redes Estadual do Rio Grande do Norte e do município de João Câmara -RN

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38373

As tecnologias digitais têm transformado significativamente a vida social dos indivíduos. As redes sociais, aplicativos de mensagens, plataformas de vídeos conferências, entre outros permitem que as pessoas se mantenham conectadas, facilitam a formação de novas amizades e a realização de tarefas cotidianas, como estudar e trabalhar com maior rapidez, encurtando distâncias geográficas e otimizando tempo. Contudo, ao mesmo tempo em que as tecnologias digitais oferecem possibilidades de conexão social, também oferecem alguns desafios para a vida dos indivíduos, seja pelo uso excessivo que pode gerar isolamento, seja pela exposição diária e uso indevido de informações falsas, pela distração e falta de foco na aprendizagem e relações pessoais, entre outros.

Neste cenário das tecnologias digitais e da vida conectada, o ensino de História desempenha um papel crucial em ajudar os estudantes a refletir, questionar e compreender como o conhecimento é produzido e difundido, principalmente nas mídias digitais, permitindo uma reflexão crítica sobre como a tecnologia molda a sociedade, influencia a cultura e impacta as relações humanas ao longo do tempo. Além disso, o ensino de História pode fornecer perspectivas sobre as continuidades e rupturas causadas pelas inovações tecnológicas, ajudando os alunos a compreenderem melhor o presente e a prepararem-se para o futuro. O conhecimento histórico também promove a habilidade de pensar criticamente e avaliar informações, habilidades essenciais em um mundo saturado de dados e desinformação.

Desse modo, apresentamos as nossas reflexões, que têm como temática geral o Ensino de História, História local e memória, por meio de uma proposta de letramento digital para a construção de uma identidade histórica. Trabalho desenvolvido com alunos da segunda série do ensino médio, na Escola Estadual Antônio Gomes, que se localiza na rua Eliza Bittencourt

Como professora de História da educação básica, na rede pública, acredito que a escola pode ser um espaço vivo e dinâmico, onde o aprendizado transcende os muros e se conecta diretamente com o mundo real, e defendemos um ensino de História que vá além da simples transmissão de conhecimentos e memorização de conteúdos. Defendemos um ensino problematizado e emancipatório, que busca capacitar os estudantes para serem agentes ativos de suas próprias aprendizagens, críticos das narrativas dominantes e conscientes do papel transformador que o conhecimento histórico pode desempenhar na sociedade.

Todavia, adotar uma abordagem emancipatória no ensino de História traz vários desafios, como engajamento dos alunos, formação profissional, apoio institucional, recursos adequados, mudanças curriculares, avaliações padronizadas e tempo de aula limitado. Apesar desses obstáculos, a adoção de uma abordagem mais crítica e reflexiva pode enriquecer significativamente o processo educativo, pois está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento da consciência histórica dos estudantes. De acordo com Jorn. Rüsen (2007), a consciência histórica é a capacidade de entender e interpretar o passado, reconhecendo sua influência no presente e suas implicações para o futuro. Isso capacita os alunos a serem pensadores críticos e cidadãos ativos, capazes de entender o passado de maneira profunda e usar esse entendimento para moldar um futuro mais justo e inclusivo (Rüsen, 2007).

Portanto, os desafios enfrentados na docência, motivações e experiências pessoais são aspectos cruciais na trajetória de um docente. Neste lugar de fala de uma professora pesquisadora (Barca, 2012), esses aspectos ganham contornos específicos e relevantes no nosso itinerário de pesquisa, e como discente do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História-ProfHistória, uma vez que este caminho é repleto de obstáculos, mas também de muitas recompensas e motivações que alimentam a paixão pelo ensinar e aprender.

Com o intuito de refletir e buscar soluções para os desafios impostos à docência, buscamos subsídios que nos ajudem a construir uma prática docente que tenha como ponto de partida a realidade dos educandos, para que eles possam refletir a respeito deste tempo presente e, a partir dessas reflexões, compreender as relações com outros seres humanos em outros tempos. O aporte teórico para esta pesquisa será constituído inicialmente por diálogos com autorias que analisam e/ou discutem o papel do ensino de História na construção de conhecimentos históricos que venham contribuir com a formação cidadã dos estudantes, para que estes atuem de forma crítica e consciente no mundo atual.

Nesta perspectiva, consideramos as contribuições de Jorn Rüsen (2001), ao ponderar que pensar historicamente implica em lapidar a capacidade de trilhar, entre um argumento e outro, por interpretações das experiências do passado. Marlene Cainelli (2004) observa que o ensino de História requer um relacionamento com os sujeitos que aprendem, começando pela tarefa de ensinar aos alunos a sua história e o seu papel, enquanto sujeitos históricos, sendo, portanto, um dos objetivos fundamentais do ensino de História desenvolver a compreensão histórica da realidade social (Cainelli).

Bittencourt (2008) ressalta que "um dos objetivos centrais do ensino de história, na atualidade, relaciona-se à sua contribuição na construção de identidades" (Bittencourt, 2008, p.21). Para a autora, a identidade está relacionada à formação do cidadão crítico, que, embora seja ainda um termo vago, é um indício da importância política da disciplina, que deve estar articulada com a formação cognitiva que se constitui na habilidade de concatenar passado e presente.

Para dialogar a respeito dos caminhos e descaminhos do ensino de História no Brasil, buscamos luz nos estudos de Circe Bittencourt (2008), Maria Auxiliadora Schmidt (2009) e Thaís Nivea Fonseca (2004), que nos trouxeram contribuições valiosas para entender as evoluções, desafios e potencialidades da História como

disciplina no cenário educacional brasileiro, buscando formas de promover uma aprendizagem histórica que seja realmente significativa e transformadora para os estudantes. Além disso, cabe ressaltar que esses percursos moldaram nossa atuação e influenciaram na forma como a História é ensinada e aprendida. Essas mudanças se refletem muitas vezes em novas metodologias e projetos desenvolvidos em sala de aula.

O ensino de História, objeto desta reflexão, experimentou várias mudanças para adequar-se às necessidades do contexto e das políticas educacionais que atendessem aos interesses do projeto de governo vigente em cada momento histórico. Sua importância sofreu variações do século XIX até os dias de hoje, tendo em vista que a História foi uma das ferramentas para servir às ideologias das elites no seu decurso.

A trajetória da disciplina de História no Brasil tem suas raízes no século XIX, quando as primeiras instituições de ensino surgiram como parte da missão de formar uma elite política e intelectual. Nesse período, a História era ensinada com forte viés eurocêntrico, com o objetivo de criar uma identidade nacional em torno dos feitos de grandes figuras e eventos heroicos. O foco era o enaltecimento do Império, da monarquia e da formação territorial do Brasil, minimizando ou ignorando questões relacionadas às populações indígenas, africanas e pobres.

Com o advento da República e ao longo do século XX, a disciplina passou por algumas transformações, mas a ideia de uma história oficial, linear e de celebração dos feitos de grandes heróis ainda prevaleceu até meados do século. Foi somente a partir das décadas de 1960 e 1970 que, influenciados por correntes historiográficas como a Escola dos Annales e o marxismo, os historiadores brasileiros começaram a questionar essa narrativa. A partir desse momento, a História começou a ser vista de forma mais crítica, valorizando temas como a

história social, cultural, econômica e o papel das classes subalternas e dos movimentos populares.

Durante o regime militar (1964-1985), a História foi instrumentalizada como ferramenta de controle ideológico. Os manuais escolares reforçavam a ideia de ordem e progresso, omitindo as questões de luta de classes e de resistência. Porém, com a redemocratização, houve um movimento de renovação curricular que buscava romper com essa visão autoritária, promovendo uma História mais plural e crítica.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), implementada em 2017, representa um marco recente e importante nesse processo de evolução curricular. Ela propõe uma formação histórica voltada para a construção da cidadania e a valorização da diversidade cultural e social do Brasil. A BNCC valoriza o protagonismo dos sujeitos históricos e busca desenvolver nos alunos a capacidade de análise crítica, incentivando o uso de diferentes fontes e abordagens para a compreensão do passado.

Entretanto, a BNCC também trouxe desafios. Para os professores de História, um dos maiores é a adaptação a essas novas diretrizes, que demandam uma formação contínua e aprofundada. A necessidade de revisar métodos e conteúdos para atender às exigências da base, associada à precariedade das condições de trabalho em muitas escolas, especialmente públicas, torna essa transição ainda mais difícil.

Além disso, a disciplina continua enfrentando a pressão de movimentos que tentam desvalorizar o ensino crítico da História, como o "Escola sem Partido", que visa censurar discussões sobre temas sensíveis como ditadura, racismo e gênero. Os profissionais da área também lidam com o desafio de incorporar tecnologias digitais e novas metodologias de ensino, para tornar o aprendizado mais atraente e significativo para as gerações que cresceram imersas no ambiente virtual, além da drástica redução na carga horária.

Por fim, a disciplina de História no Brasil tem uma trajetória marcada pela constante disputa entre diferentes projetos de sociedade e educação. A BNCC, embora seja um avanço no reconhecimento da diversidade e no estímulo ao pensamento crítico, exige que os profissionais da área se adaptem às novas exigências, ao mesmo tempo em que enfrentam um cenário de dificuldades estruturais e disputas ideológicas.

O historiador José Mattoso enfatiza a importância do estudo da História para compreender o mundo em que vivemos e como o passado molda os sujeitos no presente. Para o autor, mais do que um campo de estudo, é uma lente essencial para entender o mundo atual e gostar de História é uma opção pessoal, mas reconhecer sua importância é fundamental, uma vez que ela fornece o contexto necessário para interpretar as dinâmicas contemporâneas, permitindo uma compreensão mais acentuada da realidade (Mattoso, 1999).

Assim, o ensino de História deve estimular o aluno a problematizar sua realidade, indo buscar no passado as respostas para suas inquietações do presente. E assim, por meio dessa atitude investigativa ou historiadora, é possível construir explicações para a sociedade ou local em que vive, percebendo-se como parte dela e compreendendo que orientação temporal é imprescindível para uma aprendizagem significativa.

A adaptação curricular trazida com a BNCC representou impactos significativos na nossa prática docente, exigindo esforço considerável em termos de formação, planejamento de aulas e desenvolvimento de novas metodologias de avaliação. Esse cenário nos impulsionou a buscar ampliar nossa formação, cursando o Mestrado Profissional em Ensino de História - ProfHistória para aprofundar nossos conhecimentos e desenvolver novas estratégias para lidar com os desafios educacionais.

Diante do exposto até aqui, percebemos que o ensino de História percorreu diversos caminhos permeados por objetivos e métodos distintos e esse caminhar muitas vezes não desaguou em uma aprendizagem histórica. Aqui chamamos de aprendizagem histórica aquela que desafia o pensamento crítico do aluno e defende que o objetivo da História é construir diálogos entre o que se ensina na sala de aula e o que se vive no cotidiano. E esses diálogos nos ajudam a pensar historicamente, suprindo nossas carências sobre o passado (Rüsen, 2001).

Nesse contexto, esta pesquisa objetiva desenvolver com os alunos das turmas da segunda série A e segunda série B da Escola Estadual Antônio Gomes, no município de João Câmara-RN, uma proposta de letramento digital, que terá como produto final a construção de um memorial digital, dando a oportunidade de construção de conhecimentos históricos articulados com o contexto local, nacional e global, bem como ajudando a formar estudantes protagonistas, agentes transformadores de sua vida e da sociedade em que vivem.

Os escritos de Bittencourt (2008), defendem a escola como um lugar de produção de conhecimentos históricos. Esses conhecimentos, construídos por professores e alunos, fazem parte da cultura escolar desenvolvida para atender um papel fundamental na formação da sociedade. A escola é também o espaço onde se constrói ou se moldam as identidades e valores dos indivíduos, através da forma como seleciona ou legitima os saberes a serem ensinados. A escola, por sua função socializadora, em conjunto com seus professores, deve buscar romper com os padrões excludentes e reprodutores das desigualdades. A instituição escolar deve ser lugar propício para desenvolver habilidades e competências que possam mobilizar conhecimentos e capacidades cognitivas e afetivas. É primordial que a escola ofereça práticas pedagógicas, tomando por base a realidade sociocultural dos seus discentes.

A adaptação curricular trazida com a BNCC representou impactos significativos na nossa prática docente, exigindo esforço considerável em termos de

formação, planejamento de aulas e desenvolvimento de novas metodologias de avaliação.

Esse cenário nos impulsionou a buscar ampliar nossa formação, cursando o Mestrado Profissional em Ensino de História - ProfHistória para aprofundar nossos conhecimentos e desenvolver novas estratégias para lidar com os desafios educacionais.

Diante do exposto até aqui, percebemos que o ensino de História percorreu diversos caminhos permeados por objetivos e métodos distintos e esse caminhar muitas vezes não desaguou em uma aprendizagem histórica. Aqui chamamos de aprendizagem histórica aquela que desafia o pensamento crítico do aluno e defende que o objetivo da História é construir diálogos entre o que se ensina na sala de aula e o que se vive no cotidiano. E esses diálogos nos ajudam a pensar historicamente, suprindo nossas carências sobre o passado (Rüsen, 2001).

Nesse contexto, esta pesquisa objetiva desenvolver com os alunos das turmas da segunda série A e segunda série B da Escola Estadual Antônio Gomes, no município de João Câmara-RN, uma proposta de letramento digital, que terá como produto final a construção de um memorial digital, dando a oportunidade de construção de conhecimentos históricos articulados com o contexto local, nacional e global, bem como ajudando a formar estudantes protagonistas, agentes transformadores de sua vida e da sociedade em que vivem.

Os escritos de Bittencourt (2008), defendem a escola como um lugar de produção de conhecimentos históricos. Esses conhecimentos, construídos por professores e alunos, fazem parte da cultura escolar desenvolvida para atender um papel fundamental na formação da sociedade. A escola é também o espaço onde se constrói ou se moldam as identidades e valores dos indivíduos, através da forma como seleciona ou legitima os saberes a serem ensinados. A escola, por sua função socializadora, em conjunto com seus professores, deve buscar romper com os

padrões excludentes e reprodutores das desigualdades. A instituição escolar deve ser lugar propício para desenvolver habilidades e competências que possam mobilizar conhecimentos e capacidades cognitivas e afetivas. É primordial que a escola ofereça práticas pedagógicas, tomando por base a realidade sociocultural dos seus discentes. Para Rusën (2007), o trabalho com o conhecimento histórico na escola é fundamental no processo de interiorização das experiências individuais e coletivas dos alunos, ou seja, na formação da consciência histórica, fator muito importante na inserção dos sujeitos no seu lugar social.

Um dos principais desafios postos aos professores de História tem sido oportunizar aos educandos, por meio de sua prática docente, a construção de uma identidade histórica conectada com a reflexão sobre si, seu grupo de convívio e suas relações interpessoais, permitindo-lhes uma leitura da sociedade atual para encadear conexões cognitivas que os lhes possibilitem intervir na sociedade.

O diálogo entre o ensino de História e a realidade social dos discentes redimensiona a importância da disciplina e fundamenta atividades que valorizam a reflexão da relação construída pelo indivíduo e seu mundo social. Nesse sentido, o professor deverá, em suas escolhas pedagógicas, problematizar os elementos constituintes da sociedade, visando conectar sua localidade e sua região numa escala nacional e mundial.

A leitura dos escritos de Freire (1996) nos faz compreender que um professor deve se tornar aluno, renovando seu conhecimento e suas práticas. Concordo com o autor, quando ele declara: "Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro."(Freire, 1996, p.13).Portanto, o ensino aprendizagem deve ser um caminho de mão dupla em que ambos os sujeitos se beneficiam mutuamente. Em vista disso, o aprendizado histórico acontece quando

há o encontro entre os sujeitos envolvidos no processo, valorizando a troca de experiências, saberes e reflexões.

Refletir sobre a prática docente é um exercício de duplo efeito. Se por um lado fomenta a responsabilidade de aproximar a disciplina escolar das experiências vividas pelos estudantes, por outro lado, também nos oferece a oportunidade de problematizar e mobilizar novos aspectos da História e do seu ensino que nos permite pensar epistemologicamente a História e sua relação com a sala de aula no tempo presente. Dialogando com os escritos de Schmidt e Cainelli (2004), é possível perceber que nosso pensamento se aproxima da ideia defendida pelas autoras, quando afirmam que que cada aula é única, sendo marcada por diferentes interações e dinâmicas que tornam o ato de ensinar uma experiência plural e, ao mesmo tempo, desafiante.

Seguindo esses pressupostos, entendemos que a aula de História vai além de uma sequência de memorização. A aula de História deve incentivar os estudantes a pensar historicamente e, por meio da análise das diferentes fontes e contextos, se reconhecerem como sujeitos históricos. O professor deve estimular a reflexão sobre as mudanças e permanências, as causas e consequências das ações humanas nas sociedades. E ao se reconhecerem como parte integrante da história, os alunos terão uma estrutura para compreender a dinâmica social na qual estão inseridos, o que lhes permitirá questionar, apontar soluções, reformular ideias e comportamentos, construindo assim o conhecimento histórico.

Pensar historicamente significa ponderar sobre o que aprenderam e qual o sentido disso para a vida. A pesquisadora Isabel Barca (2012) defende, em suas pesquisas, a educação histórica como o conhecimento do presente através das respostas do passado, para que este presente faça sentido. Para a autora, a educação histórica desafia o pensamento crítico do aluno e instiga o professor a ser um pesquisador. Ela defende ainda que o objetivo do ensino de História é construir

pontes entre como os alunos pensam e produzem e o que os historiadores produzem, evitando a "decoreba" na disciplina. Essa ponte, segundo a autora, deve estar alicerçada numa atitude investigativa e uma reflexão epistemológica sobre o conhecimento histórico e social para não comprometer os resultados. A educação histórica vai além da transmissão dos conteúdos, leva em consideração as ideias prévias para investigar as carências temporárias para o desenvolvimento da aprendizagem histórica. (Barca, 2012).

São vários os desafios enfrentados diariamente pelos professores nas escolas brasileiras: desvalorização profissional, falta de condições de trabalho, desestrutura familiar, alunos desmotivados, mudanças na legislação, manipulação de políticas públicas, entre outros. Porém, aqui quero destacar o não interesse dos alunos do ensino médio para as aulas de História, cuja preocupação maior tem sido na maioria das vezes escapar da reprovação.

Diante dessa trilha percorrida, temos ciência do desafio de mediar a construção do conhecimento histórico, de pensar atividades que despertam nos estudantes o sentimento de pertencimento ao mundo em que vivem e a importância de fazer e compreender a história. Entendo que a sala de aula é um espaço favorável para a construção do pensamento histórico, através da interação e reflexão sobre as fontes e os fatos, sobre ser sujeito e fazer história.

Os caminhos até aqui apresentados apontam a necessidade de aplicação de metodologias que superem a transmissão mecânica de conteúdos, com vistas à formação de sujeitos reflexivos que lidem com o conhecimento de maneira contextualizada e protagonista. Para atingir esses objetivos, o professor tenta significar o que ensina, valorizando principalmente os processos que fazem parte do cotidiano dos alunos.

Frente a esse cenário, o trabalho com letramento histórico digital e história local no ensino de História é um campo que vem ganhando relevância nas últimas

décadas, alinhado às demandas contemporâneas da sociedade digital e à valorização das histórias plurais e locais. Para embasar teoricamente essa abordagem, é necessário dialogar com conceitos da educação histórica, letramento digital e historiografia local.

O conceito de letramento histórico pode ser fundamentado a partir da obra de Jörn Rüsen, que defende a ideia de que a educação histórica deve ir além da simples memorização de fatos e datas. Para Rüsen, o letramento histórico envolve a capacidade dos alunos de interpretar e compreender criticamente os processos históricos, desenvolver narrativas e fazer uso do pensamento histórico em situações concretas. A construção de sentidos a partir do passado permite aos alunos conectar o presente e o futuro de forma crítica, e o estudo da história local é uma via significativa para essa conexão, pois aproxima o conteúdo do cotidiano e das experiências diretas dos alunos.

O letramento digital, por sua vez, refere-se à capacidade de acessar, interpretar, criar e compartilhar conteúdos digitais, e tem ganhado destaque com a massificação das tecnologias de informação e comunicação. Portanto, é imprescindível preparar os alunos para serem críticos e criativos no uso das tecnologias digitais. No contexto do ensino de História, isso implica não apenas o uso de dispositivos tecnológicos, mas a compreensão das especificidades da produção e circulação de informações no meio digital.

Nesse sentido, o uso de ferramentas digitais nas aulas de História permite que os alunos tenham contato com diferentes tipos de fontes históricas e que desenvolvam habilidades de pesquisa e análise crítica em ambientes digitais. A criação de blogs, documentários digitais, podcasts, mapas interativos e outros produtos mediados por ferramentas tecnológicas permite que os alunos experimentem o processo de investigação e construção de narrativas históricas.

O contato frequente dos jovens estudantes com o mundo digital e o acesso a uma avalanche de informações, obtidas pela presença constante da internet na vida cotidiana, modifica a maneira de obter conhecimento e apresenta desafios em termos de qualidade e veracidade das fontes, que podem sobrecarregar os estudantes ou deixá-los dispersos. Por outro lado, esse volume de informações e materiais, se bem utilizados, podem enriquecer o aprendizado.

Nesse contexto, o letramento histórico digital torna-se essencial, capacitando os estudantes para analisar criticamente as informações, identificar discursos e construir uma compreensão mais contextualizada da História. Assim, o desafio é preparar os estudantes para surfar nesse oceano de informações com discernimento, desenvolvendo habilidades que lhes permitam transformar dados em conhecimento histórico crítico e emancipatório que os prepara os para participarem ativamente na sociedade, com uma compreensão sólida do mundo ao seu redor, tendo em vista que, numa sociedade inundada por um grande volume de informações advindas de variadas fontes e vieses, onde a habilidade de filtrar e interpretar essas informações é cada vez mais essencial.

Nosso trabalho se propõe a refletir sobre o uso das tecnologias da comunicação e informação no ensino de História e como essas ferramentas possibilitam um acesso mais amplo e diversificado a fontes, fomentando uma aprendizagem mais dinâmica e significativa. Para esta reflexão sobre o desenvolvimento das competências digitais buscamos respaldo teórico em pesquisas e estudos já desenvolvidos sobre o letramento histórico digital para possibilitar entender como esses recursos se constituem um caminho para valorizar as características sociais e culturais que fazem parte do mundo dos jovens estudantes que vivem conectados de modo intenso.

Ao dialogar, por exemplo, com Castells (2002) e Silva (2018), objetivamos compreender como as tecnologias podem enriquecer nossa prática docente e

transformar a aprendizagem histórica mais inclusiva e conectada com as demandas do século XXI. Essas reflexões são cruciais para a aplicação de uma sequência didática que objetiva a construção de narrativas históricas em um formato digital, no qual os alunos não só preservam importantes histórias e memórias, mas também aprendem a utilizar a tecnologia para uma experiência de aprendizagem mais dinâmica e envolvente, contribuindo para a consolidação de suas identidades históricas.

Caime (2014), aponta que a intensa utilização das tecnologias digitais têm influenciado o comportamento, a forma de pensar e a relação dos jovens com a escola. Segundo a autora a geração *homo sapiens* considera a escola desconectada de seu mundo, embora seja um dos seus pontos de interesse. Os jovens têm sua percepção da realidade fortemente influenciada pelo excesso de informações e a constante exposição ás mídias, o que pode gerar uma compreensão fragmentada do mundo ao seu redor.

O letramento histórico digital aponta caminhos e levanta reflexões a respeito de uma interseção entre tecnologia, ensino e sociedade. Se por um lado apontamos a facilidade com que os estudantes acessam informações históricas, demonstrando a necessidade de desenvolvimento da habilidade de análise para compreender as múltiplas narrativas consumidas nos ambientes digitais, por outro lado, explicitamos a desigualdade de acesso às ferramentas digitais, que acentuam as disparidades existentes, excluindo grupos ou narrativas em um mundo onde as informações históricas estão frequentemente diluídas em meio ao entretenimento e às fake News.

O papel do professor nesse contexto é multifacetado, exigindo uma combinação de habilidades técnicas, sensibilidade social e compromisso com a educação crítica. Sua atuação é crucial para mitigar essas desigualdades na sala de aula atuando como mediador, buscando maneiras criativas de integrar a tecnologia de forma inclusiva. Isso pode envolver o uso de recursos

A importância do ensino de História na formação de qualquer cidadão é indiscutível, embora muitas vezes essa disciplina seja apresentada como um segmento linear de datas e fatos, contribuindo para uma visão da disciplina como maçante e cansativa, com conteúdo tedioso e sem sentido, resultando na apatia dos alunos nas aulas. Uma pergunta recorrente entre os docentes da área é como tornar a aula de História mais dinâmica e atrativa aos alunos para que eles se transformem de indivíduos passivos a agentes questionadores e reflexivos, conectando os acontecimentos do presente e os acontecimentos do passado e dando sentido ao acontecimento histórico em prol da perspectiva de resolver conflitos futuros.

Refletindo a esse respeito, esta pesquisa propõe a aplicação de uma sequência didática que será desenvolvida com estudantes da segunda série do ensino médio visando oportunizar a construção do pensamento histórico, movendo saberes que despertem neles o sentimento de sujeitos partícipes da história e agentes de atuação no seu lugar, culminando com a criação de um espaço/acervo digital que, a princípio, estamos chamando de memorial virtual.

Nosso objetivo é construir uma narrativa histórica, conectando acontecimentos globais como o processo da revolução industrial com os acontecimentos de ordem local observando como a expansão das ferrovias facilitaram a exportação de produtos e o crescimento de núcleos urbanos ao longo das linhas férreas. Esse processo gerou um fenômeno de urbanização acelerada. As cidades cresceram em torno das fábricas e das estações de trem, alterando drasticamente a organização social e espacial. A migração de trabalhadores do campo para os centros urbanos aumentou, resultando em novas configurações sociais, mas também em problemas urbanos, como a precarização das condições de trabalho e de vida.

Nesse processo, é possível identificar diferentes temporalidades que coexistem. A temporalidade agrícola, marcada pelos ciclos da natureza, coexistia com a temporalidade industrial, que se pautava pela aceleração e mecanização do tempo de trabalho. Essa convivência entre tempos distintos gerava tensões: enquanto no campo o ritmo do trabalho seguia o ciclo das estações, nas fábricas, o relógio e a produção ininterrupta tornaram-se dominantes.

Conectando esses elementos históricos, percebemos que o avanço das tecnologias e da industrialização transformou a produção, o espaço urbano e as relações de trabalho. No entanto, essas mudanças também geraram novas formas de alienação. A produção algodoeira, por exemplo, inicialmente estava integrada às dinâmicas locais e aos saberes tradicionais, mas foi progressivamente capturada pelo ritmo industrial e pelas exigências do mercado global.

A produção algodoeira, é um exemplo dentro dessa lógica, foi incorporada ao sistema capitalista global, enquanto as novas tecnologias aprofundaram a alienação dos trabalhadores. As diferentes temporalidades — agrária e industrial — coexistem e se chocam, revelando tensões entre tradição e modernidade. Esses elementos, vistos de forma articulada, permitem uma compreensão mais ampla e crítica dos processos históricos que moldaram a sociedade moderna.

Hoje, com a digitalização e a quarta Revolução Industrial, novas formas de alienação surgem, agora mediadas por tecnologias digitais e a aceleração do tempo. O ciclo iniciado na Revolução Industrial persiste, mas com novas configurações, onde o tempo e o espaço se diluem ainda mais na lógica do capital.

Ao refletir sobre a Revolução Industrial, destacando suas inovações tecnológicas e seus efeitos globais na produção têxtil e no desenvolvimentos das cidades pelo mundo a fora é possivel contextualizar a história do cultivo do algodão no Brasil, com ênfase em João Câmara, mostrando como as tecnologias

industriais foram implementadas na região e quais seus desdobramentos na vida da sociedade local.

Ao desenvolver atividades investigativas, como pesquisa de fontes primárias e secundárias, entrevistas com historiadores locais e visita às ruínas das instalações da antiga usina de beneficiamento do algodão, os alunos,poderão sintetizar suas descobertas e criar uma narrativa digital que conecta esses elementos históricos, utilizando ferramentas multimídia para ilustrar e documentar essa transformações que irão culminar na construção de um memorial digital coo produto desta imersão histórica. Espera-se que tal estratégia permita aos alunos compreenderem a interconexão entre os avanços industriais globais e suas repercussões locais, promovendo uma visão integrada da história.

Ao refletir sobre a Revolução Industrial – conteúdo da grade curricular de história- e contextualizar com as suas próprias vidas, os estudantes podem se sentir mais empoderados para questionar e entender as dinâmicas sociais e econômicas que os afetam diretamente. Isso pode incentivá-los a se envolver mais ativamente em debates e ações

sobre justiça social e fazer comparações entre a Revolução Industrial e outras revoluções tecnológicas e econômicas que vivenciam hoje, como a revolução digital. Isso pode ajudá-los em uma compreensão mais ampla dos processos históricos. Essas implicações tornam a abordagem do tema em sala de aula uma oportunidade valiosa para fomentar um conhecimento que vai além da mera transmissão de fatos históricos, promovendo um aprendizado que seja transformador e engajador

REFERÊNCIAS

BARCA, I. Ideias chave para a educação histórica: uma busca de (inter)identidades. **História Revista,** Goiânia, v. 17, n. 1, 2012. DOI 10.5216/hr.v17i1.21683. Disponível em: https://revistas.ufg.br/historia/article/view/21683. Acesso em: 30 maio. 2024.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **O saber histórico na sala de aula.** 9. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História:** fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular:** educação é a base. Brasília, DF, 2017.

CAIMI, Flávia Eloisa. A aprendizagem profissional do professor de história: desafios da formação inicial. **Fronteiras:** Revista de História, v. 11, n. 20, p. 27-42, jul./dic. 2009.

CAIMI, Flávia Eloisa. Geração Homo Zappiens na Escola: Os Novos Suportes na Informação e a Aprendizagem Histórica. In: MAGALHÃES, Marcelo et al. **Ensino de História**: Usos do Passado, Memória e Mídia: Rio de Janeiro: FGV, 2014.

CAINELLI, Marlene. O que se ensina e o que se aprende em História. *In*: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (coord.). **História:** ensino fundamental. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. (Coleção Explorando o Ensino, v. 21). p. 17-58.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. Trad. Roneide Venâncio e Jussara Simões. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.
FONSECA, Thaís Nívea de Lima e. **História & Ensino de História**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1996.
MATTOSO, José. **A Função Social da História no Mundo de Hoje.** Lisboa: Associação dos Professores de História, 1999 .

RÜSEN, Jorn. **Razão Histórica:** teoria da história; os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

RÜSEN, Jorn. **História Viva:** teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora UnB, 2007.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo:

Scipione, 2004.

SILVA, Danilo Alves da. **Letramento Histórico-Digital**: ensino de História e tecnologias digitais. 2018. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

UMA VISÃO DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL (1964-1985) ATRAVÉS DO JOGO FOTOGRAFIA VERSUS DESCRIÇÃO:

um material didático para o ensino de história

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38350

Andréa Maria da Silva[1]

RESUMO:
O principal objetivo de uma educação que explora o conhecimento e a verbalização dos(as) educandos(as) inicia-se com uma situação problema. Durante as aulas de História, os(as) alunos(as) são apresentados a situações que geram pensamento e reflexão. Para tanto, a proposta deste trabalho é apresentar uma nova possibilidade de se aprender História, e contribuir para o ensino-aprendizagem dos(as) alunos(as), tendo como proposta a inserção de uma prática lúdica, onde o principal articulador será a utilização de um jogo. Portanto, propomos a apresentação do jogo Fotografia versus Descrição, um material didático e pedagógico em formato de cartas, de autoria própria, criado para gerar uma reflexão e um diálogo acerca do período da Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985).
PALAVRAS-CHAVE: Ditadura Civil-Militar; Jogos pedagógicos; Ensino de história.

A VISION OF THE CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP IN BRASIL (1964-1985) THROUGH THE GAME PHOTOGRAPHY VERSUS DESCRIPTION: a teaching material for teaching history

ABSTRACT:
The main objective of an education that explores the knowledge and verbalization of students begins with a problem situation. During History classes, students are presented with situations that generate thought and reflection. To this end, the purpose of this work is to present a new possibility of learning History, and contribute to the teaching-learning of students, having as its proposal the insertion of a playful practice, where the main articulator will be the use of a game. Therefore, we propose the presentation of the game Photography versus Description, a didactic and pedagogical material in card format, created to generate reflection and dialogue about the period of the Civil-Military Dictatorship in Brazil (1964-1985).

[1] Mestranda em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Integrante do Grupo de Pesquisa "Jogos e Educação" vinculado ao Programa de Pós-graduação em História da UFCG. Endereço eletrônico do Currículo Lattes http://lattes.cnpq.br/5716312554503791 Bolsista de Mestrado do CNPq. andreahistoria2@gmail.com

KEYWORDS: Civil-Military Dictatorship; Pedagogical games; Teaching history.

Introdução

Produzida historicamente, a educação é entendida como prática da cultura humana. Na escola formal, essa educação é concebida como forma de conhecimento através do currículo escolar das disciplinas. Neste ambiente o pensar historicamente, que está vinculado a estudar história. Na escola, o projeto curricular deverá atender as necessidades, os objetivos, recursos empregados e formas de avaliação a fim de que os conteúdos que envolvam saberes, competências, representações, valores e outros sejam transmitidos.

Sabe-se que a sala de aula não é a única para se aprender história. Questões socioambientais, políticas, culturais e a vida cotidiana são competências de interpretação de cada ser humano, expressos a partir de suas vivências. A disciplina História entra no currículo dos estudantes como força motriz para o entendimento da natureza dos acontecimentos mediante eventos, personagens, rupturas e conhecimentos do homem no tempo. É pela educação e por estudar história que o ser humano se conecta com o seu ser histórico.

Nesse sentido, o(a) aluno(a) em seus primeiros anos na escola é apresentado a pensar historicamente e dar sentido ao passado quando o conhece e o entende, conduzindo-o assim a um conhecimento baseado em reflexões e inquietações que são articuladas, inicialmente nos anos finais do ensino fundamental II e no ensino médio pelos(as) professores(as), em sua maioria das ciências humanas.

Estamos acostumados a vivenciar nas aulas de história, debates que são resultado de questionamentos acerca do quão o homem interferiu em seu meio seja cultural ou cientificamente, e ainda tecnologicamente. Todo esse processo acarretou nas mudanças de contexto social e político que desagua na busca de justiça social e

no embate das desigualdades históricas que cotidianamente se notícia nos meios de comunicação. As ideias expressas em cada livro de história, são o somatório de conteúdos que cada série precisa estudar/aprender para entender os acontecimentos do homem no tempo, ou seja, estudar história. Estes conteúdos por sua vez, são apresentadas aos(as) alunos(as) em forma de conteúdo didático-pedagógico, que estão diretamente ligados a um saber especifico de cada disciplina. A articulação de se ensinar história a partir dos diferentes usos de recursos, a exemplo da utilização de fontes históricas como a análise de documentos, como os jornais e outros materiais, costumam ser bem aceitos pelos(as) alunos(as) para poder assim gerar um entendimento da história por trás de cada passagem histórica, ao qual se destina os fins pedagógicos da conscientização da história.

O trabalho pedagógico que o(a) docente se propõe a fazer para que alunos e alunas entendam de forma única cada assunto, pode ser melhorada com a participação de toda a turma, pois ao identificar as falhas com a ajuda dos(as) alunos(as), o(a) professor(a) consegue melhorar sua didática e assim proporcionar uma aula onde cada aluno(a) entenda o assunto de forma prática, possibilitando assim uma compreensão do conteúdo de forma universal. O envolvimento da turma, proporciona melhorias nas aulas.

> O papel do professor na constituição das disciplinas merece destaque. Sua ação nessa direção tem sido muito analisada, sendo ele o sujeito principal dos estudos sobre o *currículo real*, ou seja o que efetivamente acontece nas escolas e se pratica nas salas de aula. O professor é quem transforma *o saber a ser ensinado* em *saber apreendido*, ação fundamental no processo de produção do conhecimento. Conteúdos, métodos e avaliação constroem-se nesse cotidiano e nas relações entre professores e alunos. "Dar aula" é uma ação complexa que exige o domínio de vários saberes característicos e heterogêneos [2](Bittencourt, p. 50-51, 2012).

Uma aula democrática é o começo para as mudanças de pensamento de que o(a) professor(a) é o centro do saber, o(a) único(a) detentor(a) do conhecimento. Segundo Bittencourt (2012) Fazer com que os alunos exponham suas

[2] Todos os grifos desta citação estão na obra da autora.

representações sociais sobre o tema proposto para o estudo pode favorecer igualmente uma reflexão por parte deles próprios (p. 240). Obviamente que o(a) docente, estar na sala de aula por ter o conhecimento sobre aquela disciplina, no entanto, os(as) alunos(as) podem e devem contribuir para as melhorias e sugestões que possam dinamizar as aulas.

> Um professor competente, portanto, é aquele que desenvolve capacidade de mobilizar recursos cognitivos (conhecimentos aprofundados, operações mentais, capacidades relacionais, procedimentos, técnicas, atitudes) para enfrentar situações problemáticas e dilemas. Esta noção vale tanto para caracterizar o trabalho do professor quanto para explicar objetivos de aprendizagem para os alunos. Um professor será mais competente quanto mais souber imaginar, refletir, articular as condições que possibilitem aos alunos aprender melhor e de forma mais duradoura – a desenvolver suas estruturas cognitivas e seus recursos de pensar e agir – de modo a se constituírem como sujeitos pensantes e críticos, ou seja, competentes (Libâneo, p. 77, 2015).

Assim, o presente artigo pretende apresentar uma proposta lúdica, que mediada pelo(a) professor(a) numa articulação que envolve os conhecimentos prévios dos(as) alunos(as), caracteriza-se por envolver ludicidade nas aulas. Para tanto, a proposta deste artigo é apresentar uma nova possibilidade de se aprender História, e contribuir para o ensino-aprendizagem dos(as) alunos(as), tendo como proposta a inserção de uma prática lúdica, onde o principal articulador será a utilização de um jogo. Para esta proposta pedagógica que envolve uma didática participativa, propomos a apresentação do jogo Fotografia versus Descrição, um material didático e pedagógico em formato de cartas, de [3]autoria própria, criado para gerar uma reflexão e um diálogo acerca do período da Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985). Cabe aqui ressaltar que além da história ser uma disciplina escolar, ela também é uma condutora para problematizar, explicar e questionar por meio dos assuntos e das experiências vividas do homem no tempo a relação com o nosso meio.

[3] Jogo criado em 2018 pela autora deste artigo.

Neste sentido, o objetivo do jogo é que os(as) alunos(as), mediados pelo conhecimento que fora aprendido em sala de aula, entendam as agendas políticas e o que aconteceu em cada mandato dos 8(oito) [4]Presidentes que estiveram no poder durante o regime ditatorial no Brasil (1964-1985). Estas agendas estarão nas cartas intituladas Descrição e as cartas Fotografia contarão com cada [5]foto de cada presidente. O jogo também é composto por cartas que fazem referência a personagens dos setores da cultura musical e do cinema, do jornalismo e das diversas manifestações que ocorreram durante o período citado. Sabemos que o período ditatorial no Brasil envolve sentimentos diversos, e é um conteúdo muito sensível de se trabalhar em sala de aula, mas também sabemos que para entender a história é necessário conhecê-la. Procurar explicar a importância deste momento da nossa história é também fazer história. Dialogar sobre o porquê aconteceu, de que forma aconteceu, em qual momento aconteceu, é de suma importância para que os(as) estudantes tirem suas próprias conclusões sobre este passado obscuro da nossa história. Eles(as) tem a oportunidade de entender como se deu este período sombrio no Brasil através das pessoas que participaram efetivamente deste processo.

> O golpe civil e militar de 1964 é um bom exemplo de um acontecimento que demarca um [6]"passado sensível"; um passado que ainda não passou. Por isso, exige que Estado e sociedade o enfrentem corajosamente, em nome de um futuro que não tema o conhecimento desse passado, e que, em seu nome, abra arquivos e permita o acesso a informações existentes, mas não disponibilizadas ao público de pesquisadores e cidadãos do país. Um acontecimento e um período, que durante um bom tempo, quis ser chamado e considerado como revolucionário (Ferreira; Gomes, p. 19, 2023).

[4] Este trabalho segue os parâmetros de presidência segundo o site da Biblioteca dos ex-presidentes. No site, após o regime militar depor João Goulart em março de 1964, o Brasil contabilizou 8 presidentes. São eles: Paschoal Ranieri Mazzilli, Humberto de Alencar Castello Branco, Pedro Aleixo, Arthur da Costa e Silva, a junta militar composta por: Aurélio Lyra Tavares, Augusto Rademaker e Márcio de Souza Mello. Logo após a junta militar encerrar seu mandato, o Brasil ainda teve como presidente: Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e por fim João Baptista Figueiredo. http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentesacesso em 10/09/2024

[5] As fotografias foram retiradas do site da Biblioteca dos ex-presidentes.

[6] Grifos dos autores do livro.

Portanto, a utilização de um jogo sobre este assunto, se insere nas diversas maneiras de apresentar o conteúdo de uma forma didática e prática. Conhecer o passado é criar um envolvimento com a história. A história do nosso país. O período ditatorial no Brasil foi de extrema violência e em sua face mais tenebrosa promoveu a tortura como política de Estado. Diante disso, todo recurso metodológico que estiver ao alcance do(a) docente é de extrema importância e faz-se necessário sua utilização. O livro, o filme, as imagens, as músicas, as artes, o patrimônio, toda esta gama de metodologias conseguem fornecer momentos interativos e de ensino para os(as) estudantes. Todavia, conhecer e criar outros recursos pedagógicos que possam auxiliar nas aulas, torna-se importante para o processo de ensino-aprendizagem e possibilita que as aulas sejam ainda mais dinâmicas e interativas. Para os(as) estudantes, este momento se torna um processo de exercitação do pensamento, capaz de gerar ações a fim de favorecer diálogos e debates que favoreçam o exercício do pensar, numa troca entre alunos(as) e professor(a). A partir desta consideração, é importante afirmar que nenhum formato de aprendizagem anula o outro e vice e versa, os recursos usuais continuam sendo extremamente valiosos, a proposta de utilizar um jogo de cartas com relação ao assunto exerce um papel importante no processo de conhecimento e de ensino-aprendizagem, pois além do recurso da leitura, Fotografia versus Descrição tem a inserção das imagens, das músicas, dos filmes e da história de cada personagem narrados no jogo.

Para compreender o sentido de inserir o jogo em sala de aula, faz-se necessário entender como acontece este processo na vida cotidiana, pois o sentido de jogar permeia várias outras esferas da vida humana, e temos como exemplo os jogos de competição, de esportes, e das diversas manifestações de imagens e de representações que estão interligados entre si. É importante ressaltar que o jogo, visando o conhecimento e o saber historicamente não é uma atividade superficial,

inconsistente ou de pouca importância. O jogo tendo como finalidade o ensino, gera aprendizagem, e é perceptível que dentro dele há aspectos de competição, destreza, emoção, e outras sentimentos que só são realmente gerados quando se estar jogando.

A maioria dos(as) pesquisadores(as) que tem o jogo como elemento central de seus trabalhos recorre a Johan Huizinga (1872-1945) que escreveu o livro Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura (2019 - 9ª edição), para entender o conceito de jogo da idade antiga à idade contemporânea. Nas suas primeiras páginas, o autor nos apresenta que o jogo possui diversas características, uma delas é a de que o jogo é uma atividade voluntária. O fato de ser livre, de ser ele próprio a liberdade (p. 10). Outra característica é que o jogo é uma evasão da vida [7]"real" um [8]"faz de conta", sendo assim:

> [9]Todavia, conforme já salientamos, esta consciência do fato de "só fazer de conta" no jogo não impede de modo algum que ele se processe com a maior seriedade, com um enlevo e um entusiasmo que chegam ao arrebatamento e, pelo menos temporariamente, tiram todo o significado da palavra "só" da frase acima (Huizinga, p. 10, 2019).

Ainda há uma característica muito importante que é a de que o jogo distingue-se da vida "comum", pois possui isolamento e limitação (p.11). Segundo Huizinga, o jogo começa e termina em um determinado momento, há uma limitação do tempo.

> E há, diretamente ligada à sua limitação no tempo, uma outra característica interessante do jogo, a de se fixar imediatamente como fenômeno cultural. Mesmo após ter chegado ao fim, ele permanece como uma criação nova do espírito, um tesouro a ser conservado pela memória. É transmitido, torna-se tradição. Pode ser repetido a qualquer momento, quer seja "jogo infantil" ou jogo de xadrez, ou em períodos determinados como um mistério. Uma de suas qualidades fundamentais reside nesta capacidade de repetição, que não se aplica apenas ao jogo em geral, mas também à sua estrutura interna (Huizinga, p. 12, 2019).

[7] Grifos do autor do livro
[8] Grifos do autor do livro
[9] Todos os grifos contidos nesta citação e nesta página estão na obra do autor.

Uma outra característica que está de forma muito clara na obra de Huizinga é a de que o jogo cria ordem e é ordem (p.12), a partir desta característica podemos entender bastante sobre o jogo, pois nele há uma certa obediência, intrinsecamente ligada ao elemento tensão, contido dentro do ato de jogar.

. Expressa de uma forma direta, *Homo Ludens* tem sua primeira edição lançada em 1938. Ainda há no seio do povo europeu as enormes cicatrizes da primeira guerra mundial (1914-1918) e logo volta a ser sentida a inflamação de uma nova guerra vindo à tona, seria a segunda guerra mundial. Neste processo, os sentimentos caracterizam-se pela liberdade inflamada, devido aos anos intensos e sombrios promovidos guerra. Ter um momento para jogar, torna-se descanso. Jogar proporcionará satisfação.

Huizinga considera o jogo como um fenômeno cultural, o livro se estrutura sob uma ampla perspectiva histórica, recorrendo inclusive a estudos da origem histórica do fenômeno jogo e sua amplitude nas sociedades distantes ao nosso tempo, a exemplo das sociedades gregas e os jogos de luta. Há também o estudo relacionada a linguagem do jogo para gregos, chineses, japoneses, indígenas e outros povos distantes para nós no tempo histórico. Homo Ludens é uma obra que compõe o estudo dos jogos no seu meio cultural, o que se torna de extrema relevância para a época. Inserir os termos que o autor utiliza na área da educação, faz com que a utilidade de produção e execução do jogo, se tornem mais fáceis conhecendo cada característica citada acima.

Brincar, pensar, refletir, seguir regras, observar a tensão nos olhos do adversário, sorrir e criar uma expectativa estar intrínseca no ato de jogar. O jogo Fotografia versus Descrição, propõe, além do entendimento do conteúdo, uma visão de uma consciência histórica que observa as experiências, coletivas e individuais. É importante frisar que a Base Nacional Comum Curricular propõe que a educação básica trabalhe conhecimentos diversos que façam articulação com a realidade.

Segundo a BNCC,

> Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (BNCC, p. 9, 2017).

Tal assunto compõe as diretrizes de aprendizagem do 9º ano do ensino fundamental II e 3º série do ensino médio.

> (EF09HI19) Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos. (EF09HI20) Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar (BNCC, p. 430, 2017).

Fotografia versus Descrição é um jogo criado para que alunos e alunas conheçam a história política do Brasil, especificamente da Ditadura Civil-Militar no Brasil que durou tenebrosos 21 anos.

> Os estudiosos do golpe de 1964 e do período histórico que se seguiu têm insistido em um ponto: não deveríamos usar as expressões "golpe militar" e "ditadura militar", pois seriam mais corretas as designações golpe e ditadura "civil-militar". A preocupação é louvável porque tem em vista justamente o farto de que houve apoio civil ao golpe e ao regime. Eu sustentaria, no entanto, um ponto de vista um pouco diferente: não é o apoio político que determina a natureza dos eventos da história, mas a efetiva participação dos agentes históricos em sua configuração. Nesse sentido, é correto designarmos o golpe de Estado de 1964 como civil-militar: além do apoio de boa parte da sociedade, ele foi efetivamente dado também por civis (Fico, p. 9, 2014).

Desenvolvimento

No ensino de história, os(as) professor(as) se deparam com a necessidade de apresentar e explicar conceitos relacionados aos fatos e eventos históricos, existe a preocupação de introduzir noções a estes conceitos a partir de cada fase escolar, aos quais são progressivamente trabalhados ao longo dos anos do ensino.

Estas noções costumam ser apresentadas mediante os conteúdos e assim torna-se o momento em que os alunos tem mais dúvidas e inquietações sobre o

percurso de eventos históricos pelo mundo, ou o porquê de ter acontecido aquela guerra, ou pra que serve estudar "coisas do passado", como se o que aconteceu não pudesse voltar. E é justamente por isso que se procura aprender a História e entender seus conceitos. Para que aprendamos com os erros do passado, ou pelo menos entendamos porque aquilo aconteceu, e ainda mais, sabermos como mudar caso isso volte a acontecer.

Conhecendo o jogo

A possibilidade de concretizar o assunto por intermédio de um jogo, fornece a alunos e alunas a capacidade de estabelecer conexões com cada período que cada presidente governou. Conhecer os processos de cada passagem destes presidente e além disso, conhecer alguns personagens importante desse período, é rememorar e dar sentido as representações históricas que por vezes não as conhecemos. Aspectos políticos e ideológicos também são levados em consideração na apresentação do jogo.

Fotografia versus Descrição possui três tipos de cartas: As cartas presidente – com as Fotografias na cor vermelha e suas Descrições na cor preta. As cartas extras com as Fotografias na cor azul e suas Descrições na cor cinza e as cartas coringa que estão com as Fotografia na cor rosa e suas Descrições na cor laranja. As cores servem para auxiliar no entendimento de cada tipo de carta. O jogo ainda possui as cartas auxiliares, que estão na cor verde. As cartas presidentes, conforme dito anteriormente, são cartas compostas por Fotografia dos presidentes da época e uma breve agenda de cada momento ao qual cada um governou, estas agendas estão nas cartas Descrição. As cartas extras, são cartas de personagens homens, de instituições e de acontecimentos vinculados ao processo da ditadura civil-militar. Os personagens homens, se configuram como pessoas que foram figuras emblemáticas no processo de luta por liberdade neste período. Alguns destes homens eram chamados de inimigos da ditadura, por simplesmente não concordarem com aquele

tipo de política. Todos os personagens homens que compõem este tipo de carta foram escolhidos através de pesquisas sobre seu papel e sua contribuição na história política do Brasil que marcaram os anos de chumbo. Os acontecimentos e instituições somam-se ao reconhecimento das diversas manifestações ocorridas no decorrer da ditadura no Brasil. Fazem parte destas cartas os seguintes personagens: Wladimir Herzog, Taiguara, Chico Buarque, Carlos Marighella, Carlos Lamarca, [10]Charles Elbrick, Wilson Simoninha, a passeata dos Cem Mil, o Dops, a Guerrilha do Araguaia e Henfil.

As cartas intituladas Coringa, são compostas por mulheres, que assim como os homens citados acima, também foram importantes e marcaram a história do nosso país, seja culturalmente, politicamente ou individualmente em suas dores infladas pela injustiça social que demandaria muita luta por parte destas mulheres. São elas: Elis Regina, Lélia Gonzalez, Zuzu Angel, Dilma Rousseff, Miriam Leitão e Gal Costa.

As cartas auxiliares, são cartas de suporte e indicação de recursos metodológicos para o(a) professor(a). Há nestas cartas a indicação de filmes, músicas, documentários, textos e propostas pedagógicas para se trabalhar o conteúdo.

Hora de jogar

Com o conhecimento sobre o assunto já adquirido é hora de jogar! Divide-se as equipes, cada um escolhe de qual lado quer ficar. É hora de rolar o dado pra ver quem começa primeiro. Quem tirar o número maior no dado, começa a jogar primeiro. É importante prestar atenção, pois a equipe adversária pode ter vantagem na próxima rodada. Olhos atentos e conhecimento na cabeça.

[10] Optamos por inserir o embaixador dos Estados Unidos Charles Elbrick neste contexto, porque entendemos que seu sequestro, que fora planejado pela ANL (Ação Nacional Libertadora) em 1969, foi de suma importância para ocasionar um processo de luta pela volta de 15 presos políticos que haviam sido encaminhados para o México. Alguns dias após o sequestro, os 15 presos políticos que foram trazidos de volta ao Brasil. O embaixador Elbrick foi solto em 07 de setembro de 1969.

Cartas Fotografia ficam viradas para cima, cartas Descrição para baixo. Numeradas, as cartas Descrição deve ser escolhida primeiro. Ex: número 5 cor laranja. O(a) aluno(a) deve ler juntamente com sua equipe.

A leitura silenciosa faz parte do processo de jogar, o adversário não pode saber qual carta eles(as) escolheram, se errar, fica mais fácil para a equipe adversária acertar.

Huizinga tinha razão quando falava que o jogo teria tensão. Feita a leitura da descrição que a carta relata, deve-se associar a qual personagem ela pertence.

Caso a equipe acerte o nome do personagem que faz referência aquela descrição escolhida, a equipe ganha os pontos equivalentes aquele tipo de carta.

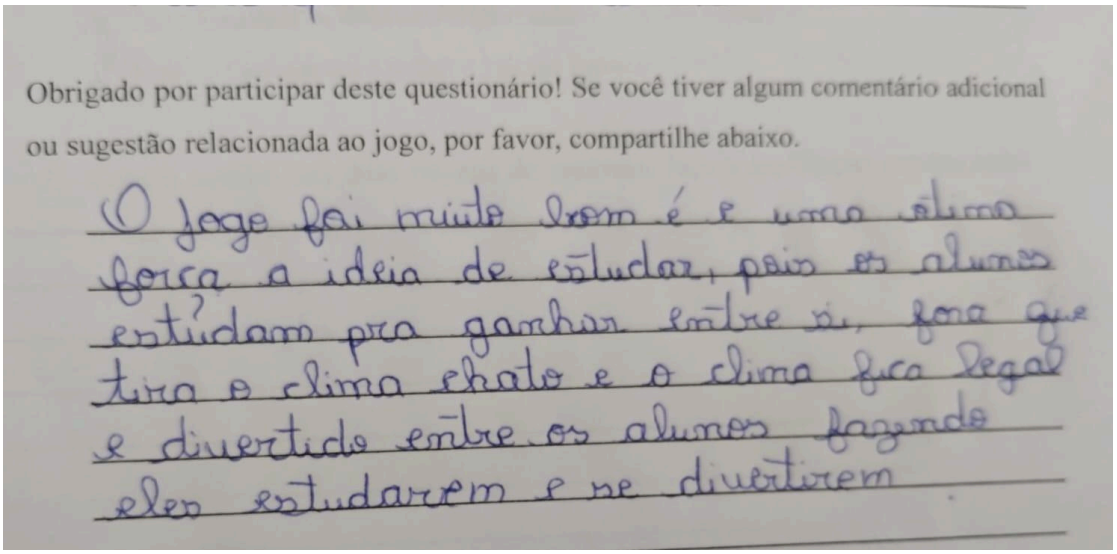
Cartas presidente valem 3 estrelas, cartas extras valem 2 estrelas e cartas coringa valem 1 estrela. A soma das estrelas equivale a uma premiação ao final do momento de jogar. O incentivo para aprender, e ainda mais quando se tem uma premiação, costuma gerar nos(as) alunos(as) uma atmosfera de engajamento maior para poder ganhar a partida. Mas o que mais importa no jogo Fotografia versus Descrição é que o conhecimento seja adquirido.

Figura 1- Estudantes jogando o jogo Fotografia versus Descrição



Fonte: Imagem da autora do trabalho, 2023.

Figura 2 - Comentário de uma aluna sobre o jogo e o momento de jogar


Obrigado por participar deste questionário! Se você tiver algum comentário adicional ou sugestão relacionada ao jogo, por favor, compartilhe abaixo.

O jogo foi muito bom é é uma ótima força a ideia de estudar, pois os alunos estudam pra ganhar entre si, fora que tira o clima chato e o clima fica legal e divertido entre os alunos fazendo eles estudarem e se divertirem

Fonte: Imagem da autora do trabalho, 2023.

Figura 3 - As estrelas para gerar a pontuação e ao final do jogo contabilizar para a premiação



Fonte: Imagem da autora do trabalho, 2023.

Considerações Finais

Fotografia versus Descrição traz em seu conteúdo o simbolismo do que foi a ditadura civil-militar (1964-1985) no Brasil. É importante frisar, mais uma vez, que o conteúdo é de extrema sensibilidade, carregado de tristeza e raiva por termos tido em nossa nação políticos que eram os responsáveis em nos acolher e nos proteger, no entanto, fizeram justamente o contrário. A nossa memória que coletivamente e individualmente nos fazem refletir que a nossa identidade nacional pode ser legitimada quando a conhecemos e sabemos o quanto o instrumento de reconhecer nossas falhas e nossas vitórias são importantes.

O povo tendo a consciência histórica e a consciência política como ponto de partida para o reconhecimento de sua história, se beneficia e consegue promover uma articulação de todas as propostas que estão envoltas no que o que é ser sociedade. Todas as problemáticas que corroboram com a ação de um povo em seu Estado ocasiona debates e discussões, conhecer a história do nosso país é conhecer a nós mesmos.

A ditadura civil-militar que ocorreu no início dos anos 1960 e foi encerrada no início dos anos 1980 marca o encorajamento de tantas pessoas que deram a vida para que mudanças acontecessem. Entender o que cada presidente fez com o nosso país por meio de um jogo não é não se importar com os seus agentes, é justamente o contrário, é fazer com que futuras gerações acostumadas com inovações, consigam associar o [11]opressor do oprimido, e mais uma vez entender o processo da ditadura, criando um diálogo de uma aproximação imagética com o objeto de estudo.

E aqui neste trabalho, procuramos apresentar o quão se torna importante que os(as) alunos(as) entendam o que foi a ditadura civil-militar no Brasil, quem foram seus agentes, quem deu, literalmente, o sangue em troca de um Brasil mais justo e igualitário, onde todos e todas tivessem a oportunidade de serem livres. Lutar em prol da Conquista e da liberdade para que futuras gerações pudessem usufruir do sentido de ser pertencente a um país livre, foram os principais pontos que os personagens das cartas extras e cartas coringa fizeram. A luta destas pessoas foi a de nunca mais serem amordaçados pela política carregada de nós – amarrados-, que em torno das maldades, sejamos laço - que podemos soltar -.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018, p. 396-433.

[11] Em Pedagogia do oprimido – Paulo Freire.

BRASIL. **Portal do Governo Brasileiro**, 2023. Biblioteca Presidência da República(Galeria dos Ex-presidentes). Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes. Acesso em: 31mar. 2023.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história**: fundamentos e métodos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964:** o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964:** momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 85. ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens**: O jogo como elemento da cultura. 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Perspectiva, 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 6. ed. rev. e ampl, - São Paulo: Heccus Editora.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38461

A PRODUÇÃO AUDIOVISUAL SOBRE ANTIGO EGITO NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA[1]

Wanderson Alberto da Silva[2]

RESUMO:
Este trabalho apresenta algumas análises fílmicas e metodológicas no ensino de História do Antigo Egito, observadas em sala de aula e na utilização dos livros didáticos de História de maior tiragem nos últimos anos. As análises são oriundas de pesquisas historiográficas, da história do cinema e da experiência docente de mais de 30 anos de magistério na educação básica. Destaco a importância da produção audiovisual como fonte histórica para o ensino de História do Antigo Egito, seu uso (adequado ou não) e seu não uso, presente ou ausente nos materiais didáticos mais utilizados pelos professores na nossa contemporaneidade tecnológica. Em linhas gerais, apresento algumas análises de títulos de considerável relevância para o professor de História que utiliza ou pretende utilizar esse recurso tão rico que é a produção audiovisual do objeto de conhecimento Antigo Egito.
PALAVRAS-CHAVE: Antigo Egito; Cinema; Livro Didático; Ensino de História.

AUDIOVISUAL PRODUCTION ABOUT ANCIENT EGYPT IN HISTORY TEXTBOOKS

ABSTRACT:
This work presents some filmic and methodological analyzes in the teaching of History of Ancient Egypt, observed in the classroom and in the use of History textbooks with the largest circulation in recent years. The analyzes come from historiographical research, the history of cinema and the teaching experience of more than 30 years of teaching in basic education. I highlight the importance of audiovisual production as a historical source for teaching the History of Ancient Egypt, its use (appropriate or not) and its non-use, present or absent in the teaching

[1] Artigo construído a partir das discussões realizadas na minha dissertação, intitulada *História, a gente aprende vivendo:* o ensino da história egípcia entre a prática em sala de aula e a Proposta Curricular do Novo Ensino Médio da Paraíba (2016-2021), defendida em 2023. Além disso, os debates sobre a prática de ensino de História e a utilização de produções audiovisuais foram aprofundadas na disciplina optativa *Tópicos Especiais em História e Historiografia I*, do PPGH-UFPB, ministrada pelo professor Dr. Rafael Morato Zanatto.

[2] Doutorando e Mestre em História pelo PPGH/UFPB; pesquisador do grupo Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista - GPSCNO (UFPB) e coordenador do ANKH – Grupo de Estudo e Ensino do Antigo Egito (DH/UFPB); pesquisador do Grupo de estudos "História, memória e educação na Paraíba"- RASTROS - PB (UEPB); e professor da rede pública estadual da Paraíba. wanderson.silva@academico.ufpb.br http://lattes.cnpq.br/4462829770094323

materials most used by teachers in our technological contemporary times. In general terms, I present some analyzes of titles of considerable relevance for the History teacher who uses or intends to use this rich resource that is the audiovisual production of the object of knowledge Ancient Egypt.
KEYWORDS: Ancient Egypt; Cinema; Textbook; Teaching History.

Introdução: A importância do audiovisual no ensino de História

A utilização de produtos audiovisuais como instrumento pedagógico na educação básica é pauta de inúmeros trabalhos acadêmicos, mas como a problemática em questão trata, especialmente, da temática do Antigo Egito no Livro Didático de História – LDH, escolhi iniciar este ensaio trazendo à tona a importância dos recursos audiovisuais como fonte histórica. Dessa forma, podendo analisá-los como "recurso didático no ensino de História [...], pois não podemos entender a história da sociedade humana a partir do século XX sem conhecer o cinema por ela produzido" (MEIRELLES, 2004, p. 79).

De fato, a revolução tecnológica do início do século XX, com o cinema e a variedade seguinte de recursos audiovisuais, promoveu transformações consideráveis no mundo da produção e do registro de sons e imagens em movimento, no espaço e no tempo, que possibilitaram novos alcances no processo de ensino e aprendizagem. Pois as Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs e os Recursos Educacionais Digitais – REDs, são considerados atualmente como componentes consolidados no ensino de História, assim como dos outros saberes. Para exemplificar, é importante destacar que na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, encontra-se a Habilidade de História, para o 4º ano (EF04HI08)[3]:

> Identificar as transformações ocorridas nos meios de comunicação (cultura oral, imprensa, rádio, televisão, cinema, internet e demais tecnologias digitais de informação e comunicação) e discutir seus significados para os diferentes grupos ou estratos sociais (MEC, 2018).

[3] Código alfanumérico que estabelece as competências e habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

Por conseguinte, considero que "a aceitação do cinema como fonte histórica indica uma mudança de estatuto do historiador na sociedade" (MORETTIN, 2003, p. 21), podendo ir muito além das perspectivas geralmente pensadas inicialmente, e pelo recém egresso da graduação de um curso de bacharelado ou licenciatura. Tanto o historiador como o professor de história podem recorrer às produções audiovisuais como fontes de estudos históricos de um grupo social e de uma época específica. Pois, corroborando com Meirelles, "o filme é, também, um campo de estudo para o historiador analisar o passado no que diz respeito ao aparecimento de uma visão da história tal como a imaginação do futuro esboça-a" (2004, p. 82), além disso, segundo Edlene Oliveira Silva, "todo filme é uma fonte histórica, é sempre uma narrativa que nos informa sobre certa sociedade e sua visão de mundo" (2012, p.215).

Muito embora, é preciso atentar, como assevera Flávia Eloísa Caimi (2011), que é na utilização da produção audiovisual como documento histórico, que podemos

> [...] entendê-los como marcas do passado, portadores de indícios sobre situações vividas, que contêm saberes e significados que não estão dados, mas que precisam ser construídos com base em olhares, indagações e problemáticas colocadas pelo trabalho ativo e construtivo dos alunos, mediados pelo trabalho do professor (CAIMI, 2011, p. 147).

Nessas discussões, introduzidas e mediadas pelo professor de História, as abordagens antes, durante e posterior à exibição fílmica, necessitam de preparação adequada a cada situação, temática e, principalmente, particularidades intrínsecas a cada turma de alunos. Lembrando sempre que a cada grupo de estudantes uma mesma exposição audiovisual pode gerar diferentes consequências, e o professor precisa estar atento a esses pormenores. Ou seja, "nessa perspectiva, a leitura de um filme em sala de aula deverá estar condicionada a um conhecimento prévio e sujeita à orientação bastante detalhada pelo professor." (MEIRELLES, 2004, p.79).

Em vista disso, analisando o trabalho de Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues, autores do livro *Historiar, 6º ano: ensino fundamental, anos finais* (2018), foi possível perceber a preocupação com a condução do trabalho do professor, quando dispor dos recursos audiovisuais. Encontra-se no Manual do Professor, dessa mesma coleção – que somente os docentes têm acesso – o cuidado de incluir nas indicações de estudo do material didático, orientações para a análise fílmica:

> Ao analisar um filme, em primeiro lugar, convém considerar que o autor (diretor) fez um recorte da realidade, observando-a de determinado ângulo e fazendo seleções. Para trabalhar esse tipo de fonte com os estudantes, apresentamos as seguintes orientações: observar os detalhes do filme [...], identificar o tipo do filme, [...]; elaborar uma ficha técnica com os dados básicos do filme [...]; pesquisar informações sobre o diretor [...]; analisar os elementos mais significativos em relação a aspectos como cenário [...], personagens [...], e temporalidade [...] (COTRIM; FERNANDES, 2018, p. 42).

Esse mesmo manual, no tópico 4 *Uso do livro e possibilidades de trabalho*, em 4.6 *Filmes*, é incluído o texto de José Manuel Morán, *O vídeo na sala de aula* (1995), apontando as possibilidades do que é, e não, adequado no uso audiovisual em sala de aula. Como inadequado, Morán, indica os *vídeos tapa-buracos*, como maneira de substituir a ausência de um professor; *videoenrolação*, que age como enganação de aula; *videodeslumbramento*, que por ter impressionado o professor, este quer usá-lo a todo momento*; videoperfeição*, é importante lembrar que até as 'falhas' são passíveis de estudo*; só vídeo*, sem construir relações com a temática da aula (COTRIM; FERNANDES, 2018, p. 43).

Em contrapartida, o Manual do Professor orienta algumas propostas de utilização, como:

> começar por vídeos mais simples, para depois ir aos mais complexos; [...] vídeos como sensibilização; [...] vídeos como ilustração; como simulação, com experiências químicas perigosas ou o crescimento de uma planta; [...] como conteúdo direto de ensino, quando informa sobre um determinado tema específico, orientando a sua interpretação; [...] vídeos como produção de uma documentação, de uma intervenção ou como expressão [...] (MORÁN apud COTRIM; FERNANDES, p. 43-44).

A partir da minha experiência, de longos anos de análise do livro didático de história, percebo que esse manual tem se destacado na cautela com a formação do professor, na sua preparação para o planejamento das aulas utilizando a produção audiovisual. No entanto, no material dedicado ao estudante, essa mesma coleção não apresenta nenhuma indicação de filmes para os estudantes no capítulo 6: *Egito antigo e reino de Cuxe*, o que considero um certo lapso dos autores, uma vez que as produções cinematográficas sobre o Antigo Egito são várias, como veremos a seguir.

Produções audiovisuais sobre o Antigo Egito

José Maria de Souza Neto (2019), em *Deuses do Egito (2016): uma narrativa fílmica da civilização branca*, e *Ensinando história antiga e medieval no Brasil: da inércia à poética* (2021), destaca a relação da utilização fílmica como recurso audiovisual em sala de aula e engendra uma importante reflexão sobre o currículo de História. Estes trabalhos discorrem sobre como o conhecimento acerca do Antigo Egito chega na sociedade contemporânea por meio de fontes históricas como o cinema e outras mídias.

Haja vista que o ensino de História e dos demais saberes não se concretiza apenas em sala de aula e no interior dos muros da escola, mas em uma relação de ensino e aprendizagem entre professor e aluno, ao historiador é essencial tratar as fontes audiovisuais como um documento histórico, pois "como todo produto cultural, toda ação política, toda indústria, todo filme tem uma história que é História, com sua rede de relações pessoais, seu estatuto dos objetos e dos homens" (FERRO, 1992, p. 17).

Nas últimas décadas, a influência do cinema, por exemplo, tem contribuído muito para a disseminação da história do Egito faraônico. Essa situação pode ser percebida desde o sucesso de *Cleópatra*, interpretada por Elizabeth Taylor, em 1963,

uma mulher branca com traços fisionômicos, nitidamente de ascendência europeia, fortalecendo o eurocentrismo, imposto e impregnado no mundo ocidental, pelo menos, desde o imperialismo do século XIX[4].

Já os dois longas metragens, *A Múmia* (1999) e *Retorno da Múmia* (2001), do diretor Stephen Sommers, traz o sumo sacerdote Imhotep[5] como um médico que é ressuscitado e procura desfazer uma maldição jurando o mal a toda a humanidade. Esses, são alguns dos filmes que replicam uma apropriação de fatos e personagens do Antigo Egito, distorcendo suas histórias reais para reforçar visões do imaginário, caracterizado pelo exotismo/mistério em torno daquela civilização.

Raquel Funari, no capítulo *O Egito em Sala de Aula*, da obra *Egiptomania: o Egito no Brasil*[6] (2004), expõe a disseminação do Antigo Egito pelo cinema e outras mídias. Funari demonstra a importância do filme *O Príncipe do Egito*, um drama musical animado de 1998, produzido pela *DreamWorks Animation*, apontando as preocupações inovadoras no estudo da história da Antiguidade como "parte da construção de identidades e sensibilidades no ensino fundamental e médio" (2020, p. 3).

Concordo que esses filmes causam reações das mais diversas no púbico, desde a empolgação com as cenas de ação, até a melancolia nas cenas mais dramáticas. Há também reações sinestésicas como arrepios, sustos, risos e choros. Mas, o mais emocionante mesmo, é compartilhar com os olhos dos estudantes brilhando ao assistirem uma produção audiovisual de uma cultura milenar, que para

[4] Essa abordagem foi apresentada como argumento de tese no projeto de doutorado do PPGH/UFPB, aprovado em 2024, intitulado *A Desafricanização e a Reafricanização do Antigo Egito: um olhar sobre os livros didáticos após a Lei 10.639/03*.
[5] O filme *A Múmia*, uma das maiores bilheterias do final da década de 1990, fascinou uma legião de pré-adolescentes em todo o mundo ao exibir uma profusão de efeitos especiais, em que múmias, escaravelhos, sarcófagos e pinturas egípcias ganhavam vida na tela do cinema. Nas bancas de jornais, faraós e esfinges também ajudam a vender dezenas de publicações. (Funari, 2004, p. 147).
[6] Raquel dos Santos Funari apresenta considerável discussão em seu trabalho ***História Antiga e Ensino de História:*** *História e Educação das sensibilidades, o caso do Príncipe do Egito* (2020).

muitos, o simples fato de verem uma exibição no contexto histórico de uma aula, tem despertado o prazer pelo estudo.

Em igual medida, a autora afirma que as discussões em sala de aula sobre o Egito podem ser estimuladas, despertando o interesse dos pré-adolescentes, "com filmes, desenhos animados, revistas em quadrinhos, programas de televisão a cabo e canais comerciais" (FUNARI, 2004, p. 3-4). Prefiro acrescentar que, atualmente, dispomos de um incontável número de materiais audiovisuais pelo fácil e rápido acesso à internet, com uso de inúmeros aplicativos e canais, como o YouTube ou demais *streams* disponíveis no mercado.

Assim como o cinema, outros meios de comunicação de grande disseminação pública contribuíram para o contato contemporâneo com a arte, a história e a cultura da sociedade nilota[7]. Como exemplo dessa disseminação, cito as telenovelas da TV Record: *José do Egito* (2013), *Os Dez Mandamentos* (2015-2016), *A Terra Prometida* (2016-2017) e *Gênesis* (2021). Vale ressaltar que essas novelas têm um cunho mais religioso, tendo como inspiração as histórias escritas na Bíblia, que acabam por levar o público a acreditar que a história se passou "exatamente" daquela maneira que é narrada em tela.

Nessas minisséries e telenovelas, não é o caso apenas de inverdades estéticas como as pinturas de hieróglifos aleatórios dos cenários, como as vestimentas femininas decotadas e suas cores exuberantes, mas até "infidelidades" aos relatos bíblicos. E, quando questionados sobre a veracidade das fontes históricas que se pautaram para tais construções, procuram justificar com a tão famosa e escorregadia saída da "liberdade poética". A exibição em TV aberta, em horário nobre, de uma emissora "pertencente ao bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, Edir Macedo, a Rede Record", tem certamente, algumas intenções, como "vender ideias e evangelizar, sem compromissos éticos," portanto, "(...) temos aqui um problema

[7] Termo utilizado para se referir ao povo que habita às margens do rio Nilo.

além da representação, e sim um problema que abrange o campo da mnemohistória que se quer legitimar, e que possui implicações políticas e sociais seríssimas." (SAGREDO, 2015, p. 4-9).

Também é possível estimular o interesse do público da educação básica sobre a temática em questão com a exibição de animações em sala de aula, como por exemplo: *Os Jovens Titãs em Ação*, da Cartoon Network (Ep.25, Temp. 3, 2016); *Scooby-Doo, Entrando na Tumba da Múmia* (2003); *Scooby-Doo, Cadê minha Múmia?* (2005); *Scooby-Doo da Playmobil, As Aventuras no Egito* (2020). No entanto, essas produções costumam reforçar o exotismo que perdura desde o século XIX, como maldições e mistérios envolvendo múmias, esfinges e pirâmides.

Muitos jogos populares contribuem para a disseminação de elementos do Antigo Egito, como *Minecraft: Scooby-Doo*, *A Múmia do Egito*, da série Minecraft Machinima (Episódio 7). E não posso deixar de mencionar a *Egyptian Melodies*, que é um curta- metragem animado da *Silly Simphonies*, de 1931, produzido por Walt Disney e dirigido por Wilfred Jackson, que inspirou futuras gerações.

Especificamente sobre o filme *Deuses do Egito* (2016), do diretor Alex Proyas, o historiador Souza Neto (2019, p. 20), aponta que "o cinema tem sido, desde as primeiras décadas do séc. XX, um poderoso construtor de consciência histórica" e, mesmo que as produções sejam claramente obras de ficção, enunciadas pelos seus respectivos autores, essa mesma inveracidade pode, para muitos, significar "verdade" histórica antepassada.

Nesse caso, existe o perigo de fazer mal uso do cinema como instrumento de formação imagética no âmbito educativo, já que neste longa-metragem, há claramente o reforço do discurso eurocêntrico, com personagens principais (humanos e deuses), em sua maioria, brancos dominadores, detentores do saber, do poder sobre toda a sociedade. Ou seja, "exibe uma imagem do Egito repleta de elementos imperialistas e racistas, que precisam ser debatidos pelos profissionais de

história" (SOUZA NETO, 2019, p. 20). Além disso, "[...] dos mais comerciais e descomprometidos, aos mais sofisticados e 'difíceis', os filmes têm sempre alguma possibilidade para o trabalho escolar" (NAPOLITANO, 2003, p. 12). E porque não, desenvolver uma consciência crítica nos estudantes sobre a formação cultural imperialista pós-napoleônica do Egito?

Desta feita, o professor Marcos Napolitano, em *Como usar o cinema na sala de aula* (2003), orienta que

> (...) tendo o professor como mediador, deve propor leituras mais ambiciosas além do puro lazer, fazendo a ponte entre emoção e razão de forma mais direcionada, incentivando o aluno a se tornar um espectador mais exigente e crítico, propondo relações de conteúdo/linguagem do filme com o conteúdo escolar. Este é o desafio (2003, p. 15).

Diante dessa colonialidade construída historicamente, que precisa ser transgredida, volto o olhar, especificamente, para o ensino de história do Antigo Egito, que nos primórdios da Egiptologia, foi arbitrariamente extraído de seu contexto africano: antropologicamente, culturalmente e geograficamente (SAGREDO, 2023, p. 261). E, sendo metodologicamente problematizado em um aporte decolonial, o desafio perene recai nos docentes e estudantes para que consigam reconhecer nas representações midiáticas, como no cinema, nos livros didáticos e no próprio imaginário, a "relação direta com conjunturas históricas específicas que geraram conhecimento e conceberam a Antiguidade egípcia" (SAGREDO, 2023, p. 254).

Para o desenvolvimento dessas e de outras leituras e audiências críticas, cabe aos professores, ao utilizarem os LDH, orientarem também os estudantes quanto ao uso de materiais audiovisuais referentes às temáticas trabalhadas, mesmo que estes não venham sugeridos naqueles. Ainda assim, muitos materiais didáticos que sugerem ao leitor a apreciação de filmes, documentários, séries e outros meios, indicam-nos como possibilidade de aprofundamento de estudos, ou uma maneira de

ilustrar os conteúdos contidos no corpo textual do LDH. É preciso ressaltar que mesmo que o LDH faça a indicação de uma produção audiovisual no *Box* de término do capítulo, ou em abas de orientação, como a título de curiosidade para o estudante, esse material pode contribuir positivamente para a busca de saberes diversos em cada espectador.

Indicações audiovisuais sobre Antigo Egito nos LDH

Em virtude da brevidade deste trabalho, parto da observância apenas de alguns livros do 6º ano do Ensino Fundamental, por se tratar da série em que os estudantes têm como objeto de conhecimento, o Antigo Egito. Além disso, escolhi os LDH entre as coleções aprovados no PNLD 2022 e as mais vendidas em todo o território nacional[8], como pode ser observado no gráfico mais adiante.

Ao analisar o livro da Editora Moderna, de maior tiragem em 2022, como pode ser visto na figura abaixo, nota-se que na coleção *Superação! História*, do 6º Ano do Ensino Fundamental, não há nenhuma indicação de filmes ou documentários ou séries sobre o Antigo Egito, contendo somente em uma aba lateral ao texto principal, chamada de *Algo a mais*, uma indicação de visitação virtual aos museus Egípcio e Rosacruz e Tutankhamon:

> **Algo a mais**
> Caso considere relevante, organize um momento para fazer um *tour* virtual com os alunos no *link* a seguir. > *Museus Egípcio e Rosacruz e Tutankhamon*. Disponível em: https://tourvirtual360.com.br/rosacruz/. Acesso em: 17 maio 2022 (MINORELLI; CHIBA, p. 91, 2022. Grifos do autor).

[8] Tabela analisada em detalhes na argumentação de tese de doutorado. Dados extraídos do site oficial do Fundo Nacional do Desenvolvimento Educação. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos. Acesso em jul. 2024.

Da mesma editora, no livro, *Araribá Conecta História, 6º ano*, encontra-se no fim da página 107, a aba *Sugestão para o estudante*, a indicação de um *podcast*, *HISTÓRIA em meia hora: Egito Antigo*. O episódio relata "aspectos importantes na história do Egito Antigo, como a construção das pirâmides e o reinado de diversos líderes. Desenvolvido pelo professor de História, Vítor Soares[9]" (ANTONELLI, 2022, p. 107). Já na página 110, desse mesmo material, em *Sugestão para o estudante*, há uma reportagem em vídeo, "sobre a pesquisa desenvolvida para obter o som da voz da múmia do sacerdote egípcio Nesyamun. Na matéria, é possível ouvir a reprodução do som"[10] (ANTONELLI, 2022, p. 110).

É importante ressaltar que o livro de maior tiragem em 2022, em todo o território nacional, no capítulo que trata do objeto de conhecimento Antigo Egito, não apresenta sugestões de filmes, séries, animações e outras produções audiovisuais, exceto o documentário e o *tour* virtual a um museu, citados acima. E, como já foi apresentado alguns exemplos de produções que podem servir de aparato de cunho pedagógico, que auxiliam o professor na contextualização de conteúdos e interdisciplinaridades, considero que esse vácuo precisa ser preenchido nos materiais didáticos a serem produzidos posteriormente.

[9] Disponível em: https://open.spotify.com/episode/4J4abbHQeE4dmZ9LpUDWeT?si=142f2ff51a3f48e8. Acesso em: 15 abr. 2022. (Moderna, 2022, p. 107).

[10] *BBC News Brasil*, São Paulo, 24 jan. 2020. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/geral-51233905. Acesso em: 18 abr. 2022.

Figura 1 - Valores adquiridos pelas editoras na venda dos livros didáticos

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
Programa Nacional do Livro e do Material Didático

PNLD 2020 - Reposição Ensino Fundamental - Anos Finais para 2022
Valores Negociados por editora (livros impressos)

Editora	Páginas	Tiragem Total	Valor Total
RICHMOND EDUCACAO LTDA.	2.264	1.003.653	R$ 12.436.801,58
EDITORA MODERNA LTDA	16.056	7.480.806	R$ 86.664.928,51
SARAIVA EDUCACAO S.A.	9.600	2.092.774	R$ 33.229.087,90
QUINTETO EDITORIAL LTDA	2.096	525.715	R$ 7.680.999,47
IBEP - INSTITUTO BRASILEIRO DE EDICOES PEDAGOGICAS LTDA	1.872	1.218.402	R$ 15.403.805,09
EDITORA SCIPIONE S.A.	2.952	648.898	R$ 10.409.294,84
EDITORA FTD S A	9.664	6.038.539	R$ 63.815.284,84
EDITORA DO BRASIL SA	7.184	1.415.744	R$ 18.672.157,51
EDITORA ATICA S.A.	6.176	3.596.758	R$ 39.501.098,97
EDICOES SM LTDA.	11.584	1.873.332	R$ 27.150.959,34
TOTAL-GERAL		**25.894.621**	**R$ 314.964.418,05**

Fonte: dados do PNLD/FNDE 2022.

Um dos livros de maior aceitação nas escolas é do autor Alfredo Boulos Júnior, intitulado *História, Sociedade & Cidadania*, da Editora FTD SA, que apresenta a temática em questão, no *Capítulo 4 Egito e Kush*. Mais precisamente no tópico *A religiosidade*, é destacada a aba *DICA!*, que sugere aos estudantes a apreciação do "documentário sobre as mulheres faraós no Egito. *MULHERES faraós. Parte 1*. 2015. Vídeo (5min54s). Publicado pelo canal Antigo Egito"[11] (BOULOS JÚNIOR, 2022, p.81).

Nesse mesmo livro, no final do capítulo, no tópico *III. Leitura e escrita em História*, na página 98, apresenta a imagem de Cleópatra, interpretada pela atriz Elizabeth Taylor, em 1963, comparando-a com o busto esculpido por um artista da época da Roma Antiga e uma imagem em 3D, produzida por computação gráfica, com feições nitidamente negroides, de autoria da egiptóloga Sally Ann Ashton, em 2008. No entanto, nada é comentado sobre produções cinematográficas a respeito desta, que foi a última rainha do Antigo Egito.

[11] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=CZyrxtURjGg. Acesso em: 19 jul. 2022.

Análise fílmica de algumas produções

> um filme pode abrigar leituras opostas acerca de um determinado fato, fazendo desta tensão um dado intrínseco à sua própria estrutura interna" (MORETTIN, 2003, p. 15)

Nesse sentido, podemos ser mais exigentes e levantar críticas pela escolha da atriz branca, nascida em Israel, Gal Gadot, (*Mulher Maravilha*, 2017 e 2020), para protagonizar o novo filme sobre Cleópatra[12] que será lançado em 2024/2025. Assim que exibido e alcançar o grande público, a temática *Whitewashing*[13] precisa ser levada ao debate em sala de aula pelo professor de história, que pode levantar questões como: Cleópatra não era egípcia? Então não deveria se interpretada por uma atriz afrodescendente? Ou Cleópatra era de ascendência macedônica? E, mesmo o sendo, não deveria ter traços fisionômicos proximais dessa etnia?

Figura 2 - Imagens de interpretações de Cleópatra



[12] Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/10/entenda-por-que-gal-gadot-ser-a-cleopatra-nao-ofende-os-arabes.shtml>. Acesso em: 29 out. 2022.

[13] A tradução imediata seria "branqueamento", uma vez que *washing* é o ato de lavar algo. Como se as produções audiovisuais estivessem sendo lavadas, com pessoas brancas, como uma forma de violência simbólica, excluindo a possibilidade de etnias não caucasianas de atuarem nessa indústria. Extraído de https://canaltech.com.br/entretenimento/o-que-e-whitewashing-185696/

Fonte: Detalhe do Busto de Cleópatra, 40-30 a.C, no Museu Antigo (Altes Museum), Museus Estatais de Berlim (Staatliche Museen zu Berlin), via Google Art and Culture (esquerda); Elizabeth Taylor como Cleópatra, 1963, via Times of Israel (centro); e Retrato de Gal Gadot, via Glamour Magazine (à direita).

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38461

Para a cultura predominantemente árabe no atual Egito, talvez não seja um problema a escolha da atriz Gal Gadot, uma vez que também existe a possibilidade de seu parentesco com Seleuco I, romano "que manteve sob seu mando a Síria e a Mesopotâmia, o atual Iraque[14]." Mas, sabemos que para o cinema ocidental, a atriz de Hollywood atrai muito mais os holofotes e arrecadação de bilheteria do que qualquer outra de evidência árabe que pudesse ser escolhida para o papel. Há décadas, principalmente nas produções hollywoodianas, tem-se o costume de selecionar atores e atrizes brancos para atuarem em papéis que deveriam ser interpretados por outras etnias. A veracidade étnica não é respeitada, contribuindo para uma permanência do personagem branco como *o herói, o superior*, *o provido de mais talento e habilidades*, justificando assim, intencionalmente ou não, sua suposta superioridade. "Reflexo desse processo pode ser percebido no tipo de discurso que é reproduzido, ainda hoje, nos livros didáticos e nas salas de aulas" (SILVA, 2024, p. 370).

Outra produção que pode ser bem aproveitada pelo professor de História é o filme *10.000 Antes de Cristo*, de 2008, dirigido por Roland Emmerich, principalmente pelas suas incongruências históricas. A narrativa acompanha um personagem, que é um jovem de uma tribo caçadora de mamutes, que ao perceber que sua amada foi raptada, decide encontra-la, percorrendo muitos lugares desconhecidos e chegando até o Egito, no tempo da construção das grandes pirâmides, o que contou com a força motriz de mamutes e de muitos povos escravizados.

Há pelo menos duas décadas os livros didáticos procuraram atualizar as informações acerca daqueles trabalhadores que construíram as pirâmides,

[14] Para maiores esclarecimentos, ver o artigo: ***Des-orientar Cleópatra:*** *um tropo moderno da identidade*, de Ella Shohat (2004).

procurando erradicar a antiga teoria de que foram os escravizados os responsáveis pela força de trabalho braçal na edificação dos monumentos faraônicos[15].

Tyldesley (2005), quanto à construção da pirâmide escalonada de Sakara, explica que o faraó

> Djoser não enfrentava escassez de mão-de-obra – durante a estação das cheias, poderia convocar todo camponês sadio no Egito, se assim o desejasse – e era apenas o ritmo de fornecimento dos blocos que limitaria suas ambições de construção (TYLDESLEY, 2005, p. 122).

Nesse mesmo livro, intitulado *Pirâmides: a verdadeira história por trás dos antigos monumentos do Egito*, no capítulo 10 *Os Construtores de Pirâmides*, a autora contesta a imagem, que atravessou toda a Idade Moderna e foi reforçada pelo cinema da Contemporaneidade, de que a pirâmide de Quéops (Khufu) foi um trabalho de milhares de escravos.

> [...] isso é errado por dois motivos. Khufu não tinha um vasto conjunto de escravos à sua disposição e, ainda que o tivesse, não haveria como 100 mil pessoas pudessem trabalhar, simultaneamente, no sítio da construção e na respectiva pedreira. [...] Os muitos milhares de trabalhadores manuais temporários, aqueles que visitavam Giza para trabalhar um turno de três ou quatro meses antes de voltar para casa, eram alojados em ambientes menos confortáveis, em um acampamento temporário ao lado da cidade das pirâmides (TYLDESLEY, 2005, p. 194).

O professor de História deve levar em consideração tanto os filmes aclamados pela crítica como apoiadores das comprovações científicas, quanto aqueles que apresentam distorções simples ou gritantes, como *10.000 Antes de Cristo.* O importante é deixar registrado que qualquer que seja a produção audiovisual

[15] No livro ***História:*** *escola e democracia*, da Editora Moderna, encontramos que os camponeses eram "obrigados a trabalhar, sem nenhuma remuneração, nas obras públicas do Estado" (CAMPOS; CLARA; DOLHNIKOFF, 2019, p. 97). No material do SAS, o ***Pré-Universitário:*** *História, Livros 1 e 2*, explica que "A arquitetura, com a sua grandiosidade e monumentalidade, demonstra a força do Estado egípcio em obrigar milhares de camponeses a trabalhar em construções funerárias ou templos" (PINHATA, 2022, p. 42).

sugerida no LDH, precisa ser estudada previamente e, não apenas assistida. Haja vista que alguns fatores devem ser levados em consideração na escolha dessas produções para fins pedagógicos, como: a relação direta com os conteúdos a serem trabalhados; a consonância entre nível etário da produção e do estudante, a complexidade cognitiva e a estrutura física e operacional para a exibição em turma ou na própria casa do estudante.

Considerações Finais

O artigo teve como ponto de partida o estudo sobre a história do cinema e das produções audiovisuais acerca do objeto de conhecimento Antigo Egito, e como este é trabalhado em sala de aula a partir do LDH. Constatou-se que há uma enorme carência de indicações de títulos fílmicos e das mais variadas mídias existentes, no grande número de coleções no mercado do livro didático.

Essa carência de sugestões de produtos audiovisuais evidencia-se como uma necessidade nos materiais didáticos que contemplem os conteúdos abordados nos LDH. A partir do que foi analisado, penso que se a cada unidade ou capítulo de livro, trouxer pelo menos um *link* de acesso direto (em caso de livro digital) ou sugestões de filmes, documentários, séries, e outros meios, será dado um passo largo na aprendizagem da infância e da juventude que vive "de olho na tela". Se essa carência for suplantada, pode atrair, ainda mais, o interesse dos estudantes e ajudá-los a consolidar certos objetos de conhecimento. Afinal, "o livro didático é ainda o principal instrumento dos professores" (SILVA, 2024, p. 6) e, em muitos casos, pode ser o único livro na casa de um aluno, em gerações.

Se, no material escolar que o estudante manuseia diariamente, encontrar as fontes históricas que o conduzam a *ver* e a *ouvir* sobre cada época e espaço da história da humanidade, orientados criticamente pelo seu professor de História, inclusive despertando ou aumentando o interesse pela produção audiovisual. Poderão, ainda, descobrir as várias profissões e possibilidades de trabalhos paralelos

que compõem o mundo da *película*. Os estudantes adentrando no processo cinematográfico podem desenvolver técnicas e estudos específicos utilizando-se inicialmente dos seus próprios *smartphones*, tão comuns hoje em dia, e para muitos, quase como um componente "celular" do próprio corpo.

Dessa maneira, é possível alargar um pouco sobre a complexidade do processo de produção, como chama a atenção Rafael Morato Zanatto (2013):

> Considerando o processo de produção cinematográfica centralizado nos produtores, diretores e roteiristas, sem se esquecer de compreender o complexo técnico como um todo, produzido coletivamente, Kracauer entende que o filme em seu processo de **produção depende do esforço comum**, de adaptações, improvisos ou mesmo palpites, o que consiste em demonstrar que a evolução das técnicas de produção depende das **possibilidades materiais** (ZANATTO, p. 102, 2013. Grifos meus).

Sendo assim, é preciso incluir nesse "esforço comum" o papel do professor de História e, nas "possibilidades materiais", mesmo com distorções cinematográficas ou nas demais mídias de exibição pública, o Egito. Trazido à tona para um número imensurável de espectadores, com indicações em materiais didáticos que chega, direta ou indiretamente ao estudante, através do livro, instrumento que ele leva da escola para casa e vice-versa.

REFERÊNCIAS

ANTONELLI, Maria Clara. **Araribá conecta história:** 6º ano: manual do professor. 1. ed. Editora Moderna, São Paulo: 2022.

BAKOS, Margaret (Org.). **Egiptomania:** o Egito no Brasil. São Paulo: Paris Editorial, 2004.

BRASIL, Ministério da Educação (MEC). **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em jul. 2024.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História sociedade & cidadania:** 6º ano: ensino fundamental: anos finais. 1ª ed. Editora FTD SA. São Paulo: FTD, 2022.

CAIMI, Flávia Eloísa; LAMBERTI, Mayara Hemann; FERREIRA, Mariluci Melo. **O cinema como fonte histórica na sala de aula.** Anais Eletrônicos do IX Encontro Nacional dos Pesquisadores do Ensino de História - Florianópolis/SC: 2011.

CAIMI, Flávia Eloísa. Fontes históricas na sala de aula: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar? **Anos 90**, v. 15, n. 28, p.129-150, Porto Alegre: dez. 2008.

CAMPOS, Flávio de; CLARO, Regina; DOLHNIKOFF, Miriam. **História**: escola e democracia. São Paulo: Editra Moderna, 2019.

COTRIM, Gilberto. RODRIGUES, Jaime. **Historiar, 6º ano:** ensino fundamental, anos finais. 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FERRO, Marc. **História:** novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

FUNARI, Raquel dos Santos. **Imagens do Egito Antigo**: Um estudo de representações históricas. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

MEIRELLES, William Reis. O cinema na história. O uso do filme como recurso didático no ensino de história. **História & Ensino**, v. 10, p. 77-88, Londrina: out. 2004.

MENDES, Sandra Regina. FERNANDES, Fabiana de Marinho. **Livros didáticos e o uso de filmes no ensino de História:** Analises das propostas metodológicas sugeridas aos professores. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH – São Paulo: 2011

MINORELLI, Caroline; CHIBA, Charles. **Superação! História 6º ano:** manual do professor. 1. ed., São Paulo: Editora Moderna, 2022.

MORETTIN, Eduardo Victorio**.** O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro. **História: Questões e Debates**, n. 38, p. 11-42. Editora UFPR, Curitiba: 2003.

NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2003.

PINHATA, João Eduardo Watambe. **Livro Integrado:** Pré-Universitário: 3ª Série. Fortaleza: Sistema Ari de Sá de Ensino, 2022.

SHOHAT, Ella. Des-orientar Cleópatra: um tropo moderno da identidade**. Cadernos Pagu** (23), julho-dezembro de 2004, pp. 11-54
SILVA, Edlene Oliveira. **O cinema na sala de aula:** imagens da Idade Mediano filme. História: Questões e Debates. Nº 57 – Curitiba: Editora UFPR, 2012.

SILVA, Wanderson Alberto da. As contribuições oitocentistas na egiptomania e no ensino de História na Paraíba. In MENEZES DE SÁ, Ariane Norma de; BURITY, Luiz Mário; MARIANO, Nayana R. C. (Orgs.) **Sociedade e cultura no Nordeste Oitocentista:** trajetórias de pesquisa III. João Pessoa: Editora CCTA/UFPB, 2024, p. 370-388.

SILVA, Wanderson Alberto da. O ensino do Antigo Egito na Paraíba**:** uma perspectiva do professor de História sob as lentes da Proposta Curricular. **II Encontro Ensinar História.** UFPE, Recife: 2023.

SILVA, Wanderson Alberto da. **História, a gente aprende vivendo:** o ensino da história egípcia entre a prática em sala de aula e a proposta curricular do novo ensino médio da Paraíba (9016-1021). Dissertação, PPGH/UFPB. João Pessoa, 2023.

SOUZA NETO, José Maria Gomes de. Deuses do Egito (2016): uma narrativa fílmica da civilização branca. **Transversos:** Revista de História. Rio de Janeiro, n. 16, Agosto, 2019.

SOUZA NETO, José Maria Gomes de. Ensinando História Antiga e Medieval no Brasil: da inércia à potência. **Brathair** Grupo de Estudos Celtas e Germânicos, 21 (1), 2021.

TYLDESLEY, Joyce. **Pirâmides:** a verdadeira história por trás dos antigos monumentos do Egito. Trad. Cid Knipel. São Paulo: Globo, 2005.

ZANATTO, Rafael Morato. **Luzes e sombras:** Paulo Emilio Salles Gomes e a Cultura Cinematográfica (1954-9). Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História – Faculdade de Ciências e Letras/Unesp. – Assis, 2013.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38455

AO SOM DOS CLIQUES DAS CÂMERAS:
Fotografias das "Mulheres dos escombros" no ensino de História

Aline Vieira Fernandes[1]

RESUMO:
O presente trabalho trata sobre a importância da inserção das mulheres no ensino de história. Busca evidenciar o papel das "mulheres dos escombros" depois da Segunda Guerra Mundial, tendo a fotografia como fonte e a análise imagética enquanto proposta de linguagem historiográfica para a construção do conhecimento através das imagens, dentro dos conteúdos comumente mais trabalhados na conjuntura escolar. Alguns dos aportes teóricos são: Jörn Rüsen (2007), com os conceitos de consciência histórica e cultura histórica em relação ao ensino de História; François Hartog (2013), a respeito da relação entre passado, presente e futuro para a construção do conhecimento histórico; e Ana Maria Mauad (2008) e Johanna Smit (1996), com suas contribuições teóricas e metodológicas acerca das imagens enquanto documentos históricos.
PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História; Segunda Guerra Mundial; Fotografias.

TO THE SOUND OF CAMERA CLICKS: The "Women From The Rubble" In History Teaching

ABSTRACT:
This work deals with the importance of including women in history teaching. It seeks to highlight the role of the "women of the rubble" after the Second World War, using photography as a source and image analysis as a proposal for a historiographical language for the construction of knowledge through images, within the contents most commonly worked on in school settings. Some of the theoretical contributions are: Jörn Rüsen (2007), with the concepts of historical consciousness and historical culture in relation to the teaching of History; François Hartog (2013), regarding the relationship between past, present and future for the construction of historical knowledge; and Ana Maria Mauad (2008) and Johanna Smit (1996), with their theoretical and methodological contributions to images as historical documents.
KEYWORDS: Teaching History; Second World War; Photographs.

[1] Licenciada em História pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG; Mestranda em História, na linha de pesquisa Ensino de História e saberes históricos na Universidade Federal da Paraíba, PPGH – UFPB; Bolsista FapesQ – PB; Currículo Lattes: https://lattes.cnpq.br/3771852667400806

Ensino de História e a abordagem sobre as mulheres

Diferentes paradigmas permeiam a nossa existência, alguns deles podem ser alterados com o passar do tempo, a exemplo dos que se relacionam ao ensino de história e à produção historiográfica, tendo em vista que o tempo é mutável. De acordo com Maria Auxiliadora Schmidt (2014), desde o século XIX, o Brasil já acompanhava a necessidade de uma reforma educacional. Em complemento a isso, para Murilo Mendes, o processo de ensino passou a:

> Estar em função dos complexos problemas sociais que somos chamados a resolver e que exigem das novas gerações a apreciação de um mundo mais inteligível, em que possam mais eficazmente cooperar para a melhoria da vida coletiva, na tendência universal e irreprimível da nova educação, a que o Brasil não poderá se esquivar. (Mendes, 1935, p. 15)

Esse mundo mais inteligível se refere ao novo olhar que pode ser construído no aluno através da aplicação de metodologias que contribuem para a ampliação do conhecimento histórico e envolve fatores sociais, econômicos, políticos e culturais. De acordo com Elza Nadai (1992), o ensino de História passou a se preocupar menos com as grandes narrativas históricas, ocorrendo assim uma maior visibilidade para a realidade social dos alunos e professores e a compreensão destes enquanto sujeitos históricos e o uso de diversos documentos em sala de aula. Essas discussões, segundo Schmidt (2014), começaram a se estabelecer de maneira mais formal com a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), considerando o contexto em que essas ideias foram postuladas, ou seja, no período pós-ditatura militar brasileira, para entendermos a relevância desses debates para a educação escolar e:

> [...] tomar como perspectiva a ideia da construção social da aprendizagem e, portanto, do ensino de História, a partir das experiências dos sujeitos, no próprio movimento histórico de amplo alcance, mas com suas peculiaridades e particularidades locais. Cada uma das experiências pode ser demonstrativa das diferentes lutas sociais. Estas constituem a trama real em que se realiza a educação e, portanto, a educação histórica. (Schmidt, 2014, p. 31)

Desse modo, considerando as influências sociais que propiciaram novas possibilidades e perspectivas para a educação ao longo do tempo, o presente trabalho irá tratar sobre o ensino de História e como atribuir mais espaço ao público feminino nele, mais precisamente dentro do assunto da Segunda Guerra Mundial. A princípio, a abordagem será voltada para uma contextualização acerca do ensino de História e o seu funcionamento na conjuntura escolar, considerando o papel docente e discente na construção do conhecimento histórico, tendo em vista que ambos se complementam e contribuem para esta ação. Nesse âmbito, será importante também discutir sobre o livro didático e como as mulheres aparecem ou não nele.

Se deixarmos as pesquisas sobre o papel das mulheres apenas no meio acadêmico, ainda estamos restringindo o espaço feminino. Por isso, é importante proporcionar a inserção dessa parte da história também no âmbito educacional. Em setembro de 2024, para reforçar essa necessidade de maneira legal e mais bem fundamentada, foi publicado no Diário Oficial da União a Lei nº 14.986, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB):

> Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio; e institui a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História no âmbito das escolas de educação básica do País. (Brasil, 2024, p. 3)

Conhecer a história a partir das ações femininas, por exemplo, contribui para a construção de novos aprendizados no âmbito educacional, isso porque, a construção da consciência histórica no ensino de História exige conteúdos que permitam o desenvolvimento de uma argumentação histórica crítica, na medida em que se busca a mobilização, não de todo o passado, mas de experiências específicas dele (Schmidt, 2014, p. 37). Para Hartog (2013), os conceitos de passado, presente e futuro expressam a relação que se estabelece entre mudanças e a experiência vivida por indivíduos ou grupos. Portanto, é preciso fazer o discente perceber que o que é

considerado "presente", ou seja, seu atual contexto, é apenas uma parte de um fluxo contínuo de experiências ao longo do tempo e que os dois períodos estão conectados.

O ensino de História deve ter como objetivo ensejar a sensação de que aquele determinado tema da historiografia mais geral e mais distante da nossa realidade, apesar disso, diz respeito a nós, mesmo inseridos em situações mais restritas e específicas, ou seja, mostrar que não é fora da realidade do aluno e nem tão distante dela, enfatizando que os elementos do passado ajudaram e ainda ajudam a moldar o presente. Esses aspectos se relacionam ao que Hartog chama de regime de historicidade, o qual, segundo ele, explora como diferentes sociedades percebem e organizam o tempo histórico, e como essas percepções influenciam a narrativa histórica. Além disso, deve "permitir o desdobramento de um questionamento sobre nossas relações com o tempo" (Hartog, 2013, p. 37). É com essas atitudes que o educando conseguirá encontrar sentido e importância em adquirir conhecimento histórico.

Desse modo, podemos enriquecer o aprendizado e desenvolver cada vez mais o senso crítico do aluno(a) de maneira positiva e útil, que possa estimulá-lo a construir suas próprias opiniões, a buscar novos conhecimentos sempre que se deparar com algo que o inquiete, em prol de contribuir para o seu desenvolvimento pessoal enquanto um indivíduo que vive em uma sociedade diversificada, isso porque, como menciona Ana Maria Monteiro (2007), o ensino de história pode ser considerado um "lugar de fronteira", ou seja, lugar de marcação de diferenças, mas que também permite o encontro, as trocas e os diálogos. Nesse sentido, de acordo com Rüsen (2001, p. 65), a preocupação é perceber "como dos feitos se faz a história". Portanto, como ir além do que está fixado enquanto conhecimento e criar ramificações através dessa situação.

Tudo isso contribui, atualmente, para a construção da consciência histórica, a qual, segundo Rüsen (1994), pode ser considerada uma área que proporciona uma análise mais profunda acerca de diversos assuntos, que visa compreender a produção

e os usos da história no âmbito público da sociedade atual, ou seja, que se transforma em conhecimento histórico por meio de elementos como cinema, literatura, fotografias, os documentos históricos (como os jornais), etc, que compõem um prisma cultural. Nesse sentido, para compreendermos o que o autor denomina como cultura histórica, é necessário entender a "constituição do pensamento histórico na vida prática" (Rüsen, 2001, p. 53).

Desse modo, no momento em que os aprendizes reconhecem em si mesmos a sensibilidade em torno da sua própria história, também se tornam capazes de adquirir um olhar sensível para os fatos históricos e para os elementos sociais que os rodeiam, o qual vai sendo cultivado ao longo do processo de ensino e aprendizagem. Isso porque, de acordo com Nicole Lautier, "quando os alunos encontram o texto da história, eles o interpretam com a ajuda do seu mundo, de teorias disponíveis, verdadeiras sociologias e psicologias espontâneas" (Lautier, 2011, p. 46).

Diante do que foi exposto até aqui, vemos que um ensino de história crítico, que valoriza os sujeitos menos conhecidos, a exemplo das mulheres que participaram da Segunda Guerra Mundial, com base em elementos que instigam o conhecimento, é fundamental para promover uma visão mais abrangente e inclusiva do passado, isso porque, segundo Hartog (2013), existe uma relação entre passado e presente que é complexa e interconectada, refletindo uma dinâmica que vai além de uma simples sucessão temporal, ou seja, não são apenas momentos distintos, mas estão interligados pelas diversas experiências humanas, seja de indivíduos isolados, que se transformam em coletivo, ou ainda de grupos já estabelecidos.

As "mulheres dos escombros": fotografias para a sala de aula

A BNCC (2018) menciona a escolha dos documentos e das fontes para as aulas de história como um dos procedimentos essenciais, ou seja, evidencia uma das possibilidades metodológicas para o trabalho com a história e que depende do

professor no momento de planejar o roteiro que pretende ser seguido em sala. Destarte, é pertinente mencionar o uso de fotografias.

Com o uso de fotografias nas aulas, torna-se possível que os alunos construam análises das imagens que forem escolhidas, de acordo com as possibilidades que serão apresentadas, com base nos pressupostos dos autores da área. Desde a versão da BNCC de 2017, já podemos perceber apontamentos nesse sentido, quando nos apresentou, a respeito da proposição estabelecida para o componente de História, que é possível o aluno(a) assumir uma "atitude historiadora, combater a história única" (Ralejo *et. al*, 2021, p. 15). Esse conceito estrutura o papel docente e discente, em torno do processo de ensino e aprendizagem por meio da utilização de diferentes fontes, de modo que mesmo sem a formação em História, o educando possa agir como um pesquisador, questionando-as e construindo opiniões com base na criticidade.

Para Mauad (2008), o primeiro passo é desnaturalizar as imagens e os elementos que elas nos mostram em relação ao que representa, isto é, o objeto concreto, pois ela é bidimensional, plana, ou seja, contém formas que não fazem parte da realidade, além de cores que às vezes não correspondem com o mundo fotografado, a exemplo das capturas em preto e branco. Devemos, então, compreender os elementos que compõem a técnica do ato fotográfico, os quais transformam o registro em algo que confirma a existência de uma determinada realidade. Ademais, um outro caminho, segundo Bittencourt (2004), é entender que o fotógrafo pode manipular os registros através da escolha dos espaços, das pessoas e dos ângulos a serem capturados, para que as imagens atendam a determinados requisitos e demandas do contexto em que foram produzidas.

A proposta para este tópico, é analisar fotografias das chamadas, "mulheres dos escombros", um grupo feminino que entrou em ação depois da Segunda Guerra Mundial, mas que se ligam diretamente ao conflito, pois arcaram com as consequências dele. De acordo com Leonie Treber (2005), elas acabaram se tornando símbolos na memória coletiva dos alemães, a ponto de existirem estátuas

em sua homenagem em algumas partes do país, por terem desempenhado um papel crucial na reconstrução das cidades alemãs e outras regiões devastadas pela guerra, mesmo que de maneira forçada.

Além disso, muitas delas já haviam perdido maridos ou filhos na guerra e por isso ajudavam a limpar os destroços, remover ruínas e reconstruir infraestruturas básicas após os bombardeios aliados, tendo em vista que a população masculina diminuiu consideravelmente. Segundo Treber (2005), em Berlim, elas foram atraídas para o trabalho de remoção de entulhos com a oferta de receber vale-refeição, e para recrutar cada vez mais voluntárias para a tarefa, a imagem feminina que recolhe alegremente os escombros foi espalhada insistentemente para a população através dos meios de comunicação da época.

Figura 1 - Civis em ação no pós-guerra, trabalhando para reerguer a Alemanha destruída.



Fonte: Getty Images. Disponível em: https://www.gettyimages.com.br/editorial-images.

A figura 1 apresenta a dimensão expressiva da captura instantânea, como aponta Smit (1996), ou seja, que não foi planejada, daí seu estilo direto e natural típico da fotografia jornalística da época, cuja intenção era informar e documentar os acontecimentos. Ela tem a marcação da ***Getty Images,*** um banco de imagens fundado em Londres, Inglaterra, mas com base em Seattle, Estados Unidos. O

registro mostra uma cena de devastação urbana em território alemão, capturando o esforço coletivo de reconstrução, onde civis, inclusive mulheres, desempenham um papel crucial na limpeza e na restauração das áreas urbanas.

Existe uma grande quantidade de pessoas na figura 1 e vemos que boa parte dos sujeitos presentes nela pode não ser do gênero feminino, mas que por algumas mulheres estarem mais visíveis e com maior destaque do que outras pessoas, é comum sermos induzidos a criar uma ilusão de ótica construída pelo rápido olhar que não busca nos detalhes determinadas informações e se atém somente ao conteúdo mais geral, ou seja, as mulheres dos escombros.

Seguindo esse raciocínio, é válido considerarmos o que a historiadora Leonie Treber aponta sobre a participação feminina nas ações em prol da reconstrução do território alemão após a guerra. Ela afirma que não houve um grande número de mulheres que ajudaram a reconstruir as cidades: "claro que havia mulheres fortes que ajudaram a remover os escombros depois da guerra, mas elas claramente foram uma minoria" (Treber, 2005, p. 54). Além disso, as tarefas também não foram feitas voluntariamente, mas por necessidades pessoais de sobrevivência, mesmo sendo mal remuneradas.

Segundo Kossoy (2001), toda fotografia contém um caráter estético que pode ser percebida por meio de elementos como as cores, qualidade da imagem, elementos do cenário, características das pessoas que estão na imagem, entre outros. Nesse sentido, em relação à figura 1, conseguimos perceber a devastação dos edifícios ao fundo e as pilhas de entulho no centro do registro, que ilustram o cenário de destruição generalizada causado pelos bombardeios durante a guerra, e as pessoas que parecem estar ocupadas, em ação e movimento, algumas removendo tijolos e destroços, o que simboliza o esforço físico necessário para a recuperação. Além disso, a fotografia utiliza bem a profundidade de campo, com diferentes planos de indivíduos e escombros, o que cria uma sensação de vastidão e aumenta a percepção da destruição ao fundo, que coloca em evidência a gravidade dos danos causados pelos bombardeios e a enormidade da tarefa de reconstrução.

Figura 2 - Civis em ação no pós-guerra, trabalhando para reerguer a Alemanha destruída.



Fonte: Getty Imagens. Disponível em: https://www.gettyimages.com.br/editorial-images.

A figura 2 se encontra no acervo digital da *Deutsche Fotothek*, uma biblioteca de imagens em Dresden, Alemanha, localizada na Biblioteca Estadual da Saxônia. Ela retrata um cenário de ruínas, com edifícios danificados ou parcialmente destruídos ao fundo e o foco da imagem nas pessoas. O diferencial desse registro, é que vemos nitidamente indivíduos de faixas-etárias e sexos distintos, ou seja, um homem idoso e as outras pessoas são do sexo feminino, sendo duas delas mais velhas e as outras mais novas, aparentemente no início da fase adulta ou ainda na juventude. Todos estão ajudando na tarefa de remover escombros, o que destaca a participação de pessoas de várias idades na reconstrução pós-guerra.

As mulheres presentes na imagem estavam em meio a um trabalho árduo, mas ainda assim pararam por um momento para a captura da fotografia. As posturas foram previamente pensadas para o momento, que pode ser considerado um diferencial em relação à figura 1, que foi registrada de maneira instantânea e espontânea. Nesse sentido, com base em Smit (1996), a dimensão expressiva da imagem é a pose, com fisionomia corporal intencional e instintiva, já que o ato de

pousar é natural do ser humano, quando este se depara com a oportunidade de aparecer em uma foto.

Figura 3 - Mulheres dos escombros em ação no período pós-guerra.



Fonte: Arquivos Federais Alemães.

A figura 3 mostra duas mulheres, em um estilo espontâneo, ou seja, não apresenta a técnica da dimensão expressiva ou tempo de exposição da pose, mas sim do instantâneo, quando o registro é feito sem uma preparação dos sujeitos que nele aparecem (Smit, 1996), trabalhando próximas a um carrinho de mina ou vagão de transporte, usado para remover escombros e entulhos de áreas destruídas após os bombardeios da Segunda Guerra Mundial, na Alemanha. O fundo da imagem está cheio de pilhas de tijolos e escombros, reforçando a devastação das áreas urbanas e o cenário caótico pós-bombardeios. Ao fundo, outras pessoas também parecem envolvidas na mesma tarefa de limpeza e reconstrução.

Pelo tamanho da pedra, podemos imaginar que era um material pesado, o que demonstra mais um fator de dificuldade do trabalho braçal exigido. As mulheres aparecem em destaque na figura 3, estão carregando o tijolo e se preparando para colocar o material no vagão de trilho, que era um equipamento típico, bastante usado para carregar e transportar detritos em locais de destruição. Além disso, o

meio de transporte possui inscrições que precisam ser consideradas, como a frase em alemão "*Was man aus Liebe tut*" (o que se faz por amor), que pode ser uma inscrição humorística ou motivacional gravada para refletir o espírito de resiliência ou resistência durante o trabalho, bem como para reforçar e sustentar o mito de que o trabalho feminino era executado somente por amor à nação.

Considerando que o vagão de trilho presente na imagem era um meio de transporte bastante utilizado naquele contexto, podemos refletir sobre como o uso dessa ferramenta dificultava ainda mais o trabalho feminino, mas além disso, serviu como motivo para Treber (2005) afirmar que as mulheres dos escombros não representaram uma grande parte do serviço coletivo em prol da reconstrução do território alemão. A autora destaca que os destroços foram removidos principalmente por empresas especializadas, com equipamento específico e diz que se o toda a mão-de-obra tivesse sido realizada por mulheres com pás, baldes e os vagões, elas estariam recolhendo os escombros até hoje. Contudo, as empresas não dispensaram o apoio da população, que foi, sim, muito necessário, pois cerca de 400 milhões de metros cúbicos de escombros tinham de ser removidos no país, de acordo com Treber (2005).

Considerações finais

Ao longo deste trabalho, foi possível evidenciar a relevância do uso de fotografias de mulheres da Segunda Guerra Mundial como recurso para o ensino de História. A análise e a interpretação dessas imagens oferecem uma oportunidade única de abordar o papel das mulheres de forma mais ampla, contribuindo para uma compreensão mais inclusiva e diversificada da narrativa histórica, isso porque as imagens não são apenas representações visuais, mas também fontes históricas que carregam significados implícitos sobre essas personagens, quase sempre invisibilizadas nos relatos tradicionais da guerra. Ademais, revelam as intenções dos

fotógrafos, de representar o esforço coletivo, a força de vontade e a colaboração das pessoas em prol da nação alemã.

Também foi possível traçar paralelos e diálogos entre ensino de História e o uso das imagens, evidenciando as interpretações históricas que podem ser construídas por elas, levantando as possibilidades e desafios do trabalho com as fotografias em sala de aula o com suas respectivas metodologias de análises que são exigidas ao pesquisador e posteriormente ao aluno, tendo em vista que para cada fonte o olhar necessita ser diferente, para problematizar os elementos característicos de cada uma, principalmente porque puderam ser percebidas as diferentes situações que elas representam.

Todos os materiais funcionaram como ferramentas para mediar a compreensão do momento histórico estudado e para conhecer determinados aspectos antes desconhecidos, tendo em vista que o conhecimento acerca do cotidiano feminino na segunda guerra mundial, ainda pode ser considerado vago, pois pouco se fala sobre o assunto de maneira aprofundada no meio historiográfico e sobretudo educacional. Porventura, é válido pontuar que as fotografias podem se mostrar atraentes para a construção do aprendizado, por serem possibilitadores de inúmeras informações e por dialogarem de maneira direta com o cotidiano dos alunos, que se veem frequentemente em contato com imagens.

REFERÊNCIAS

Fontes

DEUTSCHE FOTOTHEK. **Archive of photograhers**. Disponível em https://www.deutschefotothek.de/. Acesso em 05 de agosto de 2024.

GETTYIMAGENS. **Pesquise fotos editoriais**. Disponível em https://www.gettyimages.com.br/editorial-images. Acesso em 05 de agosto de 2024.

Bibliografia

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 2024.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LAUTIER, Nicole. **Os Saberes Históricos em Situação Escolar: circulação, transformação e adaptação**. Porto Alegre, v. 36, n.1, p. 39-58, jan./abr., 2011.

MAUAD, Ana Maria. **Poses e flagrantes: ensaios sobre história e fotografias**. EdUFF, 2008.

MENDES, Murillo. **A história no curso secundário**. São Paulo: Graphica Paulista, 1935.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. **Ensino de História: lugar de fronteira**. In: ARIAS NETO, José Miguel (org.). **História: guerra e paz**. XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina: ANPUH: Finep, 2007.

NADAI, Elza. **O ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva**. In: Revista Brasileira de História. v. 13, n° 25/26, p-. São Paulo, set-92/ago-93.

RALEJO, Adriana Soares; *et.al.* **BNCC e Ensino de História: horizontes possíveis**. Educar em Revista, Curitiba, v. 37, e77056, 2021.

RÜSEN, Jörn. **Qué es la cultura histórica?: Reflexiones sobre uma nueva manera de abordar la historia**. Tradução: F. Sánchez Costa e Ib Schumacher, 1994.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: UnB, 2001.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. **Cultura histórica e aprendizagem histórica**. Revista NUPEM, Campo Mourão, v. 6, n. 10, jan./jun. 2014.

SMIT, Johanna W. **A representação da imagem**. Informare, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 176 p. 28-36, jul./dez. 1996.

TREBER, Leonie. **O mito das mulheres dos escombros**. 1ª ed. Berlim: Klartext, 2005.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

NARRATIVAS HISTÓRICAS E MATEMÁTICAS:
construção de contos didáticos baseados em fontes para o ensino e aprendizagem em Matemática

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38417

Graciana Ferreira Dias[1]

RESUMO:
O presente trabalho faz parte do estágio pós-doutoral da autora que tem como objetivo construir sequências didáticas para o ensino e aprendizagem em Matemática, utilizando o método histórico. As sequências didáticas partem de uma narrativa, escrita em forma de conto. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é descrever as histórias dos contos e como as fontes foram mobilizadas para a construção destes. Identificamos as fontes e o caminho percorrido para conseguir cada uma delas. Os contos produzidos contemplam conhecimentos matemáticos e recortes das histórias locais de municípios do estado da Paraíba.
PALAVRAS-CHAVE: Construção de contos. Fontes. Histórias de municípios paraibanos. Ensino aprendizagem em Matemática.

HISTORICAL AND MATHEMATICAL NARRATIVES: construction of didactic stories based on sources for teaching and learning in mathematics

ABSTRACT:
This text is an excerpt from the post-doctoral work plan, carried out by the author, which aims to build didactic sequences for teaching and learning in Mathematics, using the historical method. The didactic sequences produced are based on a narrative, written in the form of a short story. In this sense, the objective of this work is to describe the short stories and how the sources were mobilized to construct them. We identified each of the sources and the path taken to obtain each of them. The stories produced include mathematical knowledge and excerpts from local stories from the municipalities of the State of Paraíba.
KEYWORDS: Construction of short stories. Sources. Stories from municipalities in Paraíba. Teaching and learning in Mathematics.

[1] Doutora em Educação pela UFRN; Professora do curso de Licenciatura em Matemática da UFPB; Membro da linha de pesquisa História e Espaços do Ensino, do Grupo de Pesquisa Espaços, Poder e Práticas Sociais – UFRN; Líder do POTIS – Grupo de pesquisas interculturais em Educação Matemática – UFPB; http://lattes.cnpq.br/1038047809537238; graciana@dcx.ufpb.br. ORCID https://orcid.org/0000-0002-3790-5415.

Introdução

O presente trabalho é um recorte do plano de trabalho de pós-doutorado, realizado pela autora, professora do curso de Licenciatura em Matemática do Campus IV da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no Programa de Pós-graduação em ensino de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), sob supervisão da professora Margarida Maria Dias de Oliveira, do curso de História da UFRN.

O referido plano tem como objetivo construir sequências didáticas para o ensino e aprendizagem em Matemática, utilizando o método histórico. As sequências didáticas produzidas, além de possuírem objetivo, questão norteadora, orientações ao(a) professor(a), partem de uma narrativa, escrita em forma de conto.

Neste sentido, o objetivo deste trabalho é descrever como as histórias dos contos foram construídas e como as fontes foram mobilizadas para este fim. Em cada um dos contos, partiu-se de uma fonte, que foram jornais impressos e *online*, fotos e mapas. Neste trabalho, traremos um recorte do refencial teórico, especificamente sobre o método histórico e a utilização de fontes. Em seguida, identificaremos cada uma das fontes, o caminho percorrido para conseguir cada uma delas, explicitando como as fontes deram origem aos contos e os conhecimentos matemáticos que emergiram delas.

Referencial Teórico

Para elaboração das sequências didáticas para o ensino e aprendizagem em Matemática, a partir do método histórico, nos baseamos nos estudos de Gaddis (2012) e Prost (2008). Nesse sentido, a partir das leituras desses autores, compreendo o método histórico como um procedimento que envolve a análise de fontes, sobre a qual se formulam questões e se constroem representações de fatos.

Para análise dessas fontes destaca-se a importância da crítica, do tempo e dos conceitos envolvidos. Por fim, o método histórico culmina com uma narrativa.

Neste trabalho, o foco está na análise das fontes e na construção dessa narrativa. De acordo com Alberti (2019, p. 107), o uso de fontes no ensino é essencial pois "permite ampliar o conhecimento sobre o passado" e possibilita que os alunos entendam, na prática, como o conhecimento histórico é constituído. Embora o contexto desse processo seja o ensino de História, essa perspectiva é adotada aqui para o ensino de Matemática, em que as fontes históricas ajudam a tornar o aprendizado matemático mais contextual e significativo.

A autora observa que, muitas vezes, há uma percepção simplista sobre o que é História: como se estudar o passado significasse apenas revisar acontecimentos e produzir um relato sobre eles. No entanto, Alberti (2019) nos lembra que a compreensão do passado é condicionada pelas perguntas que fazemos às fontes. Assim como um cientista no laboratório, o historiador formula questões que orientam sua análise das evidências. Muitas vezes, os documentos disponíveis exigem que essas perguntas sejam reformuladas, o que impacta diretamente as descobertas que surgem desse processo (Alberti, 2019).

Além disso, Alberti (2019) enfatiza o papel central das fontes no aprendizado histórico, uma vez que elas permitem a ampliação do conhecimento dos alunos: “Fontes estimulantes que possam engajar nossos estudantes na direção do tema estudado e permitam explorar a complexidade do passado abrem espaço para o aprendizado efetivo. Elas são indícios de situações vividas e da diversidade de formas de ser e de agir” (Alberti, 2019, p. 107).

Nesse sentido, o foco deste trabalho não está centrado nos professores de História e em suas aulas, mas auxiliar os professores de Matemática em realizar um trabalho significativo com as fontes, de forma que os alunos ampliem sua compreensão tanto histórica quanto matemática. A mobilização de fontes – jornais, fotos, mapas – visa a criar um vínculo com as práticas culturais e históricas das

comunidades locais, enriquecendo o conteúdo matemático e promovendo um aprendizado interdisciplinar que dialoga com a experiência concreta dos alunos.

As narrativas e as fontes

Até o presente momento elaboramos cinco sequências didáticas, cada uma sobre um aspecto da história local dos municípios de Baía da Traição, Rio Tinto, Itapororoca, Mamamaguape e João Pessoa, todos do Estado da Paraíba.

Escolhemos a escrita de um conto como a forma de desenvolver uma narrativa, servindo de base para as atividades propostas em cada sequência didática. Em cada sequência, o conto foi elaborado a partir das fontes, buscando ser fiel ao tempo e ao espaço que elas representam. Dessa forma, o conto não apenas contextualiza as atividades, mas também atende ao conceito de narrativa histórica que orienta nossa abordagem, que parte do método histórico.

A Sequência didática 1 tem como título *Coretos que guardam Histórias: relações entre Matemática e História local* e traz a temática dos coretos que existem nas praças de muitas cidades do Brasil, e foca inicialmente no coreto da Praça da São João, que fica no município de Mamanguape-PB.

As fontes utilizadas foram cinco fotos do coreto. A primeira que tive acesso, e de onde surgiu a ideia do conto, é do ano de 2012 (Figura 1), e foi cedida pelo Prof. Amir Félix Batista de Oliveira, do seu acervo, em uma de suas visitas à cidade de Mamanguape-PB. Quando tive acesso à foto, percebi que o formato do coreto guarda uma relação direta com um sólido geométrico, chamado de prisma hexagonal, sendo propícia a relação entre a área total e volume do sólido. O que para mim, foi muito importante sendo essa a primeira conexão que encontrei entre a história de um patrimônio e a matemática que emerge dele.

Figura 1: Coreto da Praça São João – Mamanguape-PB



Fonte: Arquivo do Prof. Almir Félix Batista de Oliveira (2012)

Após a escolha do coreto, fui em busca da história da cidade e de indícios da história da construção do coreto. Conversei com algumas pessoas da cidade e tive acesso ao Trabalho de Conclusão de curso, de Ana Lucia Bezerra da Silva Quintão (2024) do curso de Antropologia, que fala da praça São João, conhecida como praça da matriz, onde está o coreto. Assim consegui diversos contatos na cidade, dentre elas Walfrêdo David, conhecido em Mamanguape por Júnior da Locadora. Ele criou uma página no *Facebook* intitulada *Mamanguape consta suas histórias*[2], em que relembra acontecimentos antigos da cidade e traz fotos de monumentos. Assim, chegamos à segunda foto do coreto, da década de 1960 (Figura 2). Júnior da Locadora conseguiu em suas pesquisas, a referida foto, no arquivo da Família Freire de Lima.

Figura 2: Coreto da Praça São João na década de 1960



Fonte: Facebook Mamanguape conta suas histórias (2024)

[2] https://www.facebook.com/mamanguapecontasuashistorias/?locale=pt_BR

A terceira foto foi lançamento do Projeto Coreto Cultural, e consta em uma reportagem do portal Brejo.com, no dia 13/02/2017, sob o título *Prefeita Eunice Pessoa lança projeto 'Coreto Cultural' com sucesso de público na praça de Mamanguape.* O projeto "tem objetivo de fomentar a cultura e incentivar os artistas da terra" (Portal Brejo.com, 2017). Escolhemos esta imagem porque mostra um momento de utilização do espaço do coreto, para apresentações culturais (Figura 3).

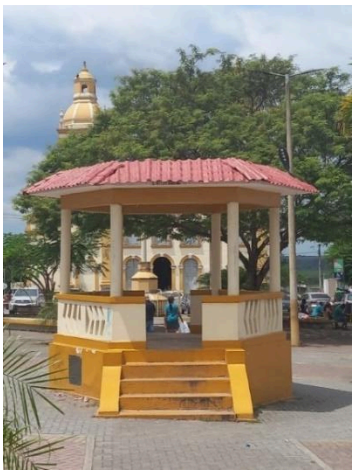
Figura 3: Coreto da Praça São João à noite, no Projeto Coreto Cultural



Fonte: Portal Brejo.com (2017)

Além dessas, foram utilizadas mais duas fotos, uma do coreto e outra da placa de reconstrução da praça. Estas fotos foram tiradas por mim, em agosto de 2024, em uma de minhas visitas à cidade (Figuras 4 e 5). A Figura 4 é uma foto do coreto de modo centralizado, ao fundo é possível ver uma parte da Igreja matriz de São Pedro e São Paulo, do município de Mamanguape-PB. A foto foi feita com o coreto ao centro, para propiciar a visualização do seu formato.

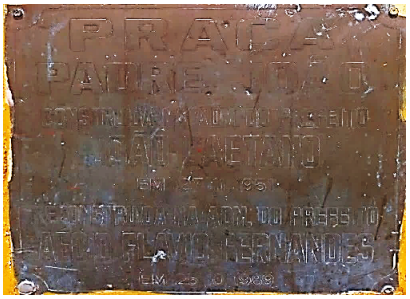
Figura 4: Foto centralizada do coreto com a Igreja Matriz ao fundo



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2024)

A Figura 5 é uma foto da placa da reconstrução da praça da Matriz e está instalada no coreto. Segundo a autora Quintão (2024, p.13), a praça foi "reconstruída na administração do prefeito Aécio Flávio Fernandes, e inaugurada em meio a comemoração da emancipação política da cidade, no dia vinte e cinco de outubro".

Figura 5 – Placa da reconstrução da praça[3]



Fonte: Arquivo da autora (2024)

[3] Texto que consta na placa: Praça Padre João/ Construída Na Adm. Do Prefeito João Caetano/ Em 27.11.1951. Reconstruída Na Adm. Do Prefeito Aécio Flávio Fernandes/ Em 25.10.1989

A ideia do conto surgiu a partir das fontes, relacionando as retretas que aconteciam no coreto e a inauguração da praça, datada na placa da Figura 5. O conto traz a história da inauguração do coreto e das retretas que aconteciam nesse espaço. A personagem central é um menino, chamado José, e se inicia no dia da inauguração do coreto, em 27 de novembro de 1951. José mostra sua curiosidade e encantamento querendo contar aos amigos e à professora, o que tinha visto na noite de inauguração, já que um de seus irmãos era músico e participou da apresentação da retreta. Este encantamento inicial, de José, perdura durante diversos anos da sua vida. Assim, o tempo passa e José conta essa história para seus filhos e netos. Até que chega ao ano de 2024 em que seus netos fazem uma homenagem a ele, fazendo uma galeria, com fotos de diferentes épocas do mesmo coreto. O intuito era perpetuar a memória do avô e uma forma de contar um pouco da história da cidade.

A sequência didática 2 tem como título *As casas de Rio Tinto e a passagem do tempo,* e traz a temática das modificações na planta de uma casa no decorrer do tempo, diante das necessidades dos moradores. Uma das casas de Rio Tinto foi escolhida, por ainda guardar uma arquitetura muito próxima da construção original, feita pela Companhia de Tecidos Rio Tinto (CTRT), do Grupo Lundgren, entre os anos 1923 e 1940.

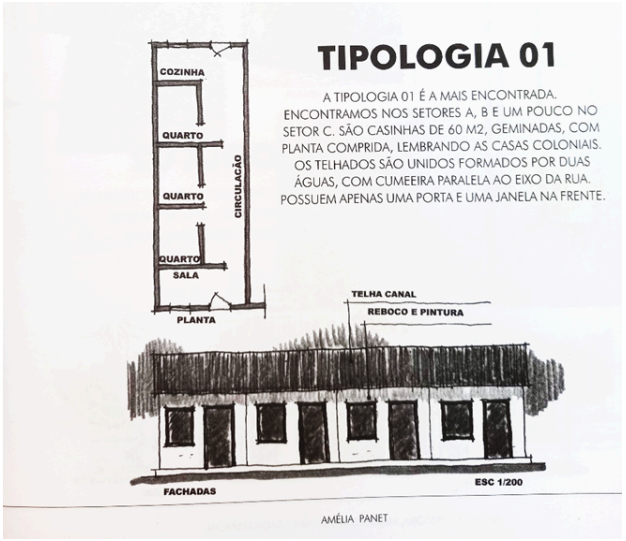
A fonte utilizada para a construção do conto foi uma imagem retirada do livro *Rio Tinto: estrutura urbana, trabalho e cotidiano*, organizado por Amélia Panet (2002), em um capítulo escrito pela mesma autora; fruto dos trabalhos desenvolvidos no Curso de Mestrado em Arquitetura, na USP, em meados da década de 1990.

A autora apresenta oito tipologias de edificações destinadas às moradias dos trabalhadores da fábrica. Para isto a autora destaca que contou com o apoio de dois alunos de arquitetura Adriano Serpa e Miriam Panet.

Dentre as tipologias apresentadas, optamos pela tipologia 1 (Figura 6), pois se trata do mesmo modelo da casa de Luana Cardoso, egressa do curso de Licenciatura em Matemática e professora de Matemática do município de Rio Tinto, que nos

auxiliou na compreensão das modificações ocorridas em sua casa desde que sua avó recebeu o imóvel, como forma de pagamentos dos direitos trabalhistas, após demissão da CTRT. O relato da professora Luana, converge com o texto trazido por Panet (2002), e a partir dele surgiu a ideia do conto, em que mostramos a modificação feita por sua família, para acrescentar um novo cômodo à estrutura original.

Figura 6 - Fachada e planta de uma casa de Rio tinto - PB



Fonte: Panet (2002)

O conto traz inicialmente uma espécie de classificados, em um jornal *online*, em Junho de 2023. Os classificados trazem o anúncio de venda de uma casa da cidade de Rio Tinto- PB, contendo informações sobre os cômodos, localização e valores. O conto tem duas personagens principais, Lívia que está vendendo a casa e Ana que está interessada na compra, pois está em processo de mudança para a cidade de Rio Tinto, devido a sua passagem em um concurso público. A história gira em torno da planta da casa, já que Ana tem uma espécie de planta da casa da construção original, que encontrou em um livro sobre a arquitetura da cidade. Sua preocupação reside no fato da construção original não possuir banheiros.

O conto situa o leitor que a construção original da casa se deu pela Companhia de Tecidos Rio Tinto, do Grupo Lundgren, entre os anos 1923 e 1940, sendo uma espécie de "benesse" oferecida pela companhia, aos trabalhadores, já que a maior parte vinha de outras cidades, com a esperança de trabalho e condições de vida mais favoráveis. A avó de Lívia era uma dessas trabalhadoras e quando foi demitida pela companhia recebeu a casa em que morava, como forma de indenização pelos anos trabalhados. Lívia explica no conto que a construção era semelhante à original, mas que foi construído um banheiro dentro da casa, adaptando a moradia à necessidade dos moradores. O conto finaliza com o interesse de Ana pela casa, e com uma visita para conhecê-la.

A proposta de atividade, trata do cálculo da área construída e o quanto seria gasto para colocar cerâmicas em toda a casa. Além disso, exploro a importância da escala para uma planta, solicitando que os estudantes também apresentem um desenho representando as plantas das suas casas.

A sequência didática 3 tem como título *O abastecimento de água de Itapororoca-PB a partir da nascente: fatores históricos, geográficos e matemáticos que o envolvem* e tem como foco a situação hídrica do município de Itapororoca, que é conhecido por ser um local onde os moradores não pagam conta de água.

O conto parte de uma notícia publicada em 17/06/2022, com o título *Conheça a cidade da Paraíba onde os moradores não pagam conta de água há 60 anos, abordando a situação do abastecimento de água no município de Itapororoca-PB* (Figura 7). A reportagem, que é do Portal G1 Paraíba, revela que, embora essa peculiaridade seja motivo de orgulho local, o sistema de abastecimento, que depende de uma nascente, enfrenta uma crise e não consegue mais suprir a demanda hídrica de todos os moradores.

Figura 7 – Reportagem sobre Itapororoca



Fonte: Lacerda (2022)

Dentro do conto são citadas outras fontes: uma reportagem do dia 31/12/2022, também do portal G1 Paraíba, com o título *Itapororoca, na PB, inaugura roteiro de turismo ecológico com sete pontos de visitação*; o TCC de Jéssica de Lima Silva (2017), intitulada *Caracterização do sistema de abastecimento d'água na área urbana do município de Itapororoca/PB* e uma revista da Câmara Municipal de Itapororoca, com artigos sobre a história, geografia e cultura do município (Itapororoca, 2014).

O conto se passa em dezembro de 2023, durante as comemorações dos 62 anos de emancipação política de Itapororoca. Marta, uma professora de Matemática, decide explorar o tema em sala de aula, buscando conectar a realidade dos alunos com o conteúdo acadêmico. Ela apresenta a reportagem e propõe aos estudantes a tarefa de analisar os dados e propor soluções para o problema. Para isso, eles precisam investigar mais a fundo a história da cidade, a geografia local, e o contexto cultural, compreendendo a relação entre o crescimento populacional, a estrutura original do abastecimento e os desafios atuais.

No conto, os estudantes se organizam em grupos de pesquisa e estudam uma série de fontes, já detalhadas nesse texto. Com base nessas fontes, criam painéis

temáticos que abordam desde a fundação da cidade e o papel histórico da água até o impacto do desenvolvimento urbano sobre a crise hídrica. Nas atividades da sequência são exploradas a vazão de água da nascente em relação ao tempo, e os dados de quantidade de litros utilizados por uma pessoa, em um dia. Os dados oportunizam a reflexão sobre a preservação dos recursos naturais de Itapororoca.

A sequência didática 4 tem como título *População Indígena da Baía da Traição e da Paraíba: crescimento e seu significado histórico e sociocultural* e explora a temática do aumento da população indígena no município da Baía da Traição entre os anos de 2010 e 2022.

A fonte utilizada para produção do conto foi uma reportagem de um jornal *online* que traz os dados do censo de 2022 do IBGE sobre o aumento da população indígena no estado da Paraíba. O início da reportagem, pode ser visto na Figura 8.

A reportagem foi encontrada em site de busca *online*, no momento da pesquisa de materiais sobre a história do município de Baía da Traição-PB. O interesse da reportagem se deu, pelo fato de trazer indícios do crescimento da população de municípios que estão no entorno do Campus IV da UFPB, dentre eles Marcação e Baía da Traição.

Figura 8 – Reportagem sobre o crescimento da população indígena



Fonte: Meireles (2023)

Essa matéria, que é do portal do Jornal A União, é explorada no conto, por um professor de matemática do município da Baía da Traição-PB, que tinha a intenção inicial de realizar uma atividade em grupo. Na atividade os estudantes deveriam discutir os dados da reportagem, e construir o gráfico que mostra o aumento da população do município no censo de 2010 para 2022. Porém, duas estudantes não compreendem o porquê do aumento da população indígena, assim inicia-se a discussão sobre o significado desse aumento, como um processo de autoafirmação da população indígena. Além disso, as estudantes percebem que necessitam de mais dados para realizar a atividade solicitada pelo professor, assim a turma realiza uma pesquisa no site do IBGE sobre o censo de outros anos, encontrando os dados do ano de 2010 que não estavam na reportagem. Com esses dados os estudantes puderam realizar a atividade proposta pelo professor e finaliza-se o conto.

A atividade que se segue ao conto apresenta outros dados divulgados pelo IBGE e explora conteúdos de Estatística, tais como gráficos e tabelas; além do cálculo de probabilidades.

A sequência didática 5 tem como título *Combinatória e Cinemas de rua: explorando a exibição de filmes no bairro de Jaguaribe*, traz uma atividade com os conteúdos de análise combinatória, por meio de arranjos, permutações combinações a partir da exibição de filmes em diferentes cinemas de João Pessoa, nas décadas de 1950 e 1970, especificamente do bairro de Jaguaribe.

O conto se passa inicialmente em 19/02/1976, no bairro de Jaguaribe, em João Pessoa-PB, e narra a história de Gilson e seus amigos e a busca para assistir ao filme *Tarzan*, no Cine Santo Antônio, que ficava praticamente vizinho à casa de Gilson. Ele, que era apaixonado por Matemática, começou a perceber que existia uma espécie de rodízio entre os filmes e os diferentes cinemas da capital, e assim se passa a história, em que eles querem descobrir quais filmes irão passar na data de 28/02/1976, a partir das descobertas que fizeram.

O tempo passa, os cinemas de ruas se fecham e em 2024 a filha de Gilson retoma essa história do pai e os cálculos realizados por ele. Ela decide fazer mais pesquisas em jornais antigos e descobre também colunas de divulgação de filmes, do Cine Teatro São José e do Cine Jaguaribe, outros dois cinemas do bairro, agora em jornais da década de 1952. Ela percebe também outros cálculos que podem ser realizados com os filmes encontrados.

As fontes utilizadas para elaboração do conto foram três. A primeira delas diz respeito à coluna Cinema do Jornal a União do dia 19/02/1976, encontrado no Acervo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP, que fica em João Pessoa – PB (Figura 9). Esta coluna foi escolhida pelo fato de conter o filme *Tarzan*, que foi assistido por Gilson Santos Dias, um morador do bairro de Jaguaribe, que nos relatou que no ano de 1976 já morava próximo ao Cinema Santo Antônio.

Figura 9 – Coluna Cinema Jornal A União



OS VIOLINOS DO BAILE

Filme francês sobre a problemática do judeu durante a guerra, na Europa agredida pelo nazifacismo. Direção de Michel Drach. Com o excelente Jean-Louis Trintignant, Marie-José Nat e Mireille Doulcet. Em cores e censura 16 anos. No MUNICIPAL, em apresentação do CINEMA DE ARTE (14h30m, 16h30m, 18h30m e 20h30m).

A FANTÁSTICA VIAGEM DE ALBATROZ

Baseado numa obra de Júlio Verne, o filme tem roteiro do competente Richard Matheson, autor de Encurralado. No elenco, Charles Bronson e Vincenti Price. Sem maiores referências. Em cores e censura livre. No PLAZA (14h30m, 16h30m, 18h30m e 20h30m).

BIG GUNS — OLHOS AZUIS, SENTENÇA DE MORTE

Violento policial italiano, com direção de Duccio Tessari, especialista em westerns "made in Europe". Com Alain Delon e Carla Gravina. Em cores e censura 18 anos. No BRASIL (14h30m, 16h30m, 18h30m e 20h30m).

PUNHOS MORTAIS DE KUNG-FU

Sem referências. Em cores e censura 18 anos. No REX (14h30m, 16h30m, 18h30m e 20h30m).

TARZAN NA SELVA MISTERIOSA

Aventuras com o popular personagem criado por Edgar Rice Bourroghes, interpretado, desta feita, por Gordon Scott. Censura 10 anos. No SANTO ANTONIO (20h).

O BOXEADOR DE CANTON

Sem referências. Em cores e censura 18 anos. No BELA VISTA (20h).

Fonte: Jornal A União (1976)

As demais fontes consistem em um recorte do Jornal O Norte, da data de 04/04/1952, encontrado na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional (Figuras 10 e 11).

Figura 10 – Programação do Cine Teatro São José de 04/04/1952


CINE TEATRO SÃO JOSÉ
(Av. Senador João Lira, 697)

HOJE — ás 19,30 horas — HOJE

"ELE E A SEREIA"
Com William Powell e Ann Elyth da UNIVERSAL
Direção correta e excelente "cast"
Comédia graciosa com cenário original

ATENÇÃO — Desde o dia 1.º deste — Sessões ás 19,30 horas

6.ª feira — Show com os maiores cartazes paraibanos

Sábado — ESCRAVA SEDUTORA — com Ivone De Carlo e George Brent

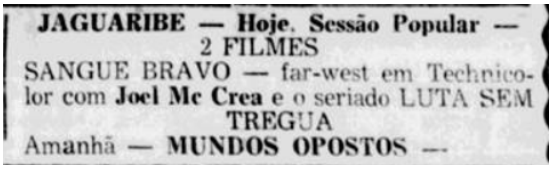
Dia 10 — A BELA E A FERA

Brevemente — VALENTE TREME TERRA

Fonte: Jornal O Norte (1952)

Para realizar a pesquisa no site da Biblioteca Nacional[4], utilizei a aba 'Hemeroteca Digital', em seguida a aba 'Local' e escolhemos o estado da Paraíba. Apareceram 12 opções de faixa de anos, escolhemos a última opção que vai de 1950 a 1959. Essa faixa foi escolhida por causa da inauguração do Cine Teatro São José que ocorreu em 1952.

Figura 11 – Programação do Cine Jaguaribe de 04/04/1952


JAGUARIBE — Hoje. Sessão Popular — 2 FILMES
SANGUE BRAVO — far-west em Technicolor com Joel Mc Crea e o seriado LUTA SEM TREGUA
Amanhã — MUNDOS OPOSTOS —

Fonte: Jornal O Norte (1952)

Considerações Finais

Concluída a primeira versão dos contos, é possível destacar dois aspectos principais. O primeiro é a relevância das fontes para a construção das narrativas. A ideia central para iniciar cada conto foi inspirada diretamente pela fonte disponível

[4] https://bndigital.bn.gov.br/

sobre cada município, seguindo o percurso: Fonte – Conhecimentos Matemáticos – Escrita do Conto.

O segundo aspecto observado, na escrita desse texto, é a variação no modo como as narrativas integram os conhecimentos históricos e matemáticos. Atualmente, as narrativas podem ser classificadas em dois tipos: exclusivamente histórica, como no conto de Mamanguape, onde não há ainda uma conexão explícita com os conhecimentos matemáticos presentes na sequência; e histórico-matemática, como nos contos de Rio Tinto, Itapororoca, Baía da Traição e João Pessoa, onde os conhecimentos matemáticos começam a se integrar ao enredo dos próprios contos. Nesse sentido, observei que se faz necessário retomar a narrativa do município de Mamanguape, incorporando elementos matemáticos para que ela também reflita essa abordagem integrada entre história e matemática.

Nesse sentido, finalizo ressaltando a importância da realização da pesquisa histórica, a partir da qual tive acesso às fontes citadas no decorrer desse trabalho. As fontes me mostraram diferentes representações históricas dos municípios que fazem parte do entorno do campus ao qual trabalho. A partir desse mergulho nas fontes pude perceber os conhecimentos matemáticos que emergem das histórias dos municípios e assim criar os contos e posteriormente as sequências didáticas.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Fontes. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Dicionário de Ensino de História**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2019.

GADDIS, John Lewis. **Paisagens da História**: como os historiadores mapeiam o passado. Trad. Marisa Rocha Motta. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

JORNAL A União. **Coluna Cinemas**. João Pessoa, 1976. Disponível em: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Acesso em: 01 ago. 2024.

JORNAL O Norte. **Programação cinemas**. Ano XLII. n. 637. João Pessoa, 1952. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Acesso em: 30 jul. 2024.

LACERDA, Lua. **Conheça cidade da Paraíba onde os moradores não pagam conta de água há 60 anos.** Portal G1 Paraíba. João Pessoa, 2022. Disponível em: https://auniao.pb.gov.br/noticias/caderno_paraiba/populacao-indigena-cresce-20-35. Acesso em: 25 jul. 2024.

MEIRELES, Luciene. **População indígena cresce 20,35%.** Jornal A União. **João** Pessoa, 2023. Disponível em: https://auniao.pb.gov.br/noticias/caderno_paraiba/populacao-indigena-cresce-20-35. Acesso em: 02 ago. 2024.

PANET, Amélia [et al]. **Rio Tinto**: estrutura urbana, trabalho e cotidiano. João Pessoa: UNIPÊ, 2002.

PORTAL brejo.com. **Prefeita Eunice Pessoa lança projeto "Coreto Cultural" com sucesso de público na praça de Mamanguape.** Mamanguape, 2017. Disponível em: https://brejo.com/2017/02/13/prefeita-eunice-pessoa-lanca-projeto-coreto-cultural-com-sucesso-de-publico-na-praca-de-mamanguape/. Acesso em 09 set. 2024.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

QUINTÃO, Ana Lucia Bezerra da Silva. **A praça da matriz**: sociabilidade e lazer antes, durante e depois da pandemia. Trabalho de conclusão de Curso. Graduação em Antropologia. Universidade Federal da Paraíba. UFPB: Rio Tinto, 2024.

SILVA, Jéssica de Lima. **Caracterização do sistema de abastecimento d'água na área urbana do município de Itapororoca/PB**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia). Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2017. Disponível em: https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/13261/1/PDF%20-%20Jessica%20de%20Lima%20Silva.pdf. Acesso em 20 jun. 2024

ITAPORÓROCA. **Itapororoca**: ontem e hoje. Revista da Câmara Municipal de Itapororoca. Editora Alfa Multimídia, 2014.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

HISTÓRIAS ANTIGAS E PRODUÇÃO DE LIVRO DIDÁTICO:

um relato de experiência sobre o protagonismo discente na UFRN (Natal, 2023)

Manuela Aguiar Damião de Araújo

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38457

RESUMO:
O presente artigo faz parte de uma experiência realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, campus I, Natal, com estudantes da licenciatura em história no ano de 2023 em *Prática como componente curricular II*. De acordo com os objetivos gerais e específicos deste componente, analiso como o protagonismo discente foi uma metodologia de estudo sobre o oriente antigo levando em consideração a confecção de livros didáticos a partir de leituras realizadas com Foucault (2009), Said (1996), Moralis & Silva (2020) Hecko (2021), Pereira & Seffner (2018), Pozzer (2020;2018); Fattori (2020) entre outros para que pudéssemos dialogar com uma historiografia oriental revisitada em diálogo com a raça, a representação feminina, história cultural e tempo presente.
PALAVRAS-CHAVE: História Antiga Oriental; Formação Docente; Livro Didático; Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ANCIENT STORIES AND TEXTBOOK PRODUCTION: an experience report on student's protagonist at UFRN (Natal, 2023)

ABSTRACT:
This article is part of an experiment carried out at the Federal University of Rio Grande do Norte, campus I, Natal, with undergraduate students in history in 2023 in *Practice as a curricular component II*. According to the general and specific objectives of this component, I analyze how student protagonism was a methodology for studying the ancient East, taking into account the creation of textbooks based on readings carried out with Foucault (2009), Hecko (2021); Pereira & Seffner (2018), Pozzer (2020; 2018); Fattori (2020) among others so that we could dialogue with an eastern historiography revisited in dialogue with race, female representation, cultural history and the present time.
KEYWORDS: Ancient Eastern History; Teacher Training; Textbook; Federal University of Rio Grande do Norte

O ensino da História Antiga Oriental: primeiros caminhos metodológicos para a formação docente

A história antiga e a produção do livro didático pelos estudantes de história da UFRN, Campus Natal, fizeram parte da proposta do componente curricular intitulado *Prática como componente curricular II* que foi ofertado no ano de 2023. Como docente deste componente, este artigo se apresenta como um relato de experiência no semestre 2023.2 com turmas no turno da manhã e da noite[1] ao colocarmos em questão o estudo do oriente antigo, a seleção de conteúdos, suas fontes e desafios para o ensino básico. O *PCCII* tem como ementa o estudo dos conceitos, conteúdos e releituras da antiguidade em suas múltiplas facetas na contemporaneidade levando em consideração como essas releituras podem ser realizadas de forma prática em sala de aula enquanto etapa da formação docente.

Por isso, ao longo da ementa são apresentadas algumas atividades que podem ser realizadas enquanto um produto final a fim de que seja apresentado, no final do semestre, peças teatrais, jogos de tabuleiros e digitais, sítios, *blogs,* livros didáticos de história, entre outros. Para o semestre de 2023.2 foi escolhido o livro didático de história para que pudéssemos fazer uma ponte tanto com o objetivo geral[2] como os específicos[3] elaborados para problematizarmos as releituras da antiguidade, dando destaque ao oriente. Um dos desafios como docente deste componente foi elaborar um plano de curso voltado para o debate sobre fontes para o estudo da antiguidade do oriental assim como o acesso dos discentes às fontes que dialogassem com suas propostas de estudo.

[1] O turno da noite era composto por 62 discentes e o turno da manhã por 36 discentes.
[2] O objetivo geral elaborado para o componente foi: Analisar as releituras da Antiguidade na contemporaneidade destacando as diretrizes, parâmetros e instruções do MEC para o ensino de História Antigo Oriental e suas fontes
[3] Um dos objetivos específicos diante da escolha do livro didático de história a ser confeccionado foi: Problematizar a história antiga oriental no livro didático levando em consideração os desafios da contemporaneidade quanto à pesquisa de fontes, seleção de conteúdos e historiografia contemporânea

Nessa trajetória, o plano de curso teve uma abordagem vinculada à releitura dos livros didáticos no que se refere à temática oriental com autores/autoras que trouxeram contribuições para repensarmos a construção e seleção de conteúdos nesses livros. Diante dessa premissa, autores como Michel Foucault (2009) e Edward Said (1996), incialmente, foram fundamentais para os planejamentos teóricos e metodológicos ao longo das três unidades do semestre.

Com os dois autores em questão comecei os primeiros caminhos do planejamento para os questionamentos necessários à elaboração de um conteúdo além do que tinham estudado no ensino básico. A proposta inicial foi levar para a sala de aula algumas dúvidas assim como observações em como o oriente era representado levando em consideração o que Said destacou: "mesmo que não sobreviva como antigamente, o orientalismo continua a viver academicamente através de suas doutrinas e teses sobre o Oriente e o oriental" (SAID, 1990, p. 14). Doutrinas e teses que precisaram ser levadas para a formação docente com o propósito de começarmos a estudar de que forma esta prática orientalista poderia ser um ponto de partida para as análises dos livros didáticos no ensino básico.

Assim, a sala de aula passou a ser um dos meus caminhos para essa ressalva sobre o Oriente e o oriental. Uma ressalva que sempre esteve presente na minha trajetória como historiadora que percebia as estratégias discursivas na seleção de conteúdos para o oriente antigo com suas repercussões na historiografia. No primeiro momento do meu planejamento, para analisar a produção da história antiga oriental, foi com Edward Said. Com ele, percorri o seu estudo sobre o orientalismo enquanto uma "instituição organizada para negociar com o Oriente" (Id. Ibid., p. 15) que coloniza suas imagens, seus conteúdos, suas fontes. Uma prática institucional que, segundo ele, autoriza opiniões e constrói uma autoridade de fala e de escrita que precisam ser denunciadas.

Nos caminhos e descaminhos dessa denúncia, o que estava em questão era que os discentes percebessem como a seleção de conteúdos para história antiga oriental, no livro didático, é um desdobramento dessa autoridade que a instituição dissemina. Por consequência, analisar os "aparatos de ideias 'orientais' (despotismo oriental, esplendor oriental, crueldade, sensualidade orientais)" (Id. Ibid., p. 16) presentes e ratificadas tanto no conteúdo como nas escolhas imagéticas que acompanhavam a produção textual.

Foi neste momento que a presença da professora Margarida Dias, nos dois turnos do componente curricular, foi importante a fim de que a história do livro didático fosse partilhada com os discentes assim como a apresentação do Memorial do PNLD[4]. O memorial foi fundamental já que o acesso digital das obras inscritas em todas as edições do PNLD poderia ser estudado, problematizado e pesquisado de acordo com a proposta do componente curricular: uma revisão da história antiga oriental. Foi a partir do memorial que os discentes puderam ter acesso a livros didáticos, caso não tivessem algum em mãos, para os primeiros passos necessários para denunciarmos os aparatos dessas ideias 'orientais'.

Essas denúncias aconteceram ao longo das primeira e segunda unidades do componente ao observarmos de que forma os livros didáticos legitimavam o despotismo oriental, o esplendor oriental e assim por diante. Nesse momento de visualização e análise, Michel Foucault foi um dos caminhos importantes para os encaminhamentos importantes da formação docente em *PCCII* em razão da centralidade da análise de discurso. Uma análise fundamental para os futuros docentes estudarem o orientalismo e seus desdobramentos enquanto uma prática discursiva que envolve poderes e desejos visto que a "o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar". (FOUCAULT, 1996, p. 10)

[4] Para conhecer o memorial, acessar o site: www.cchla.ufrn.br/pnld

O desejo, o poder e as interdições que marcam a citação acima me trouxeram elaborações acerca de cada aula de orientações para reavaliar o livro didático e o discurso orientalista. Ou seja, a partir do momento que outros temas surgiam com questionamentos dos discentes perante o Oriente, mais o livro didático entrava em cena como objeto de pesquisa principal em sala de aula. A partir do momento que outros conteúdos eram solicitados pelos discentes, mais o livro didático se tornava uma ponte para outras pesquisas e busca de outras fontes.

Diante destas e de outras perguntas, a análise do discurso começava a dar os primeiros passos para uma investigação sobre o que foi interditado a respeito do Oriente. Nesse caminho, a seleção dos conteúdos sobre a história antiga do oriente não foi algo ingênuo. Pelo contrário. O que Michel Foucault trouxe, juntamente com Said, foi um estudo importante para a formação docente: apontar o livro didático como uma política dos desejos e que "caracteriza-se, nessa dimensão material, por ser uma mercadoria ligada ao mundo editorial e à lógica da indústria cultural do sistema capitalista" (BITTENCOURT, 2009, p. 301).

A partir do momento que essa trajetória foi construída, passei para o segundo momento do planejamento com o intuito de buscar, juntamente com os discentes, outros caminhos possíveis para o ensino da história antiga oriental. Como ponto de partida para o segundo momento, tive como apoio o debate da cultura política de Rüsen (2011, p. 109) quando destacou: "Todos os especialistas estão de acordo que o livro didático é a ferramenta mais importante no ensino de história"

Sendo assim, os encaminhamentos construídos, diante dessa ferramenta para o ensino de história, foi a propositura de pesquisa realizada pelos discentes sobre fontes que dialogassem com os livros didáticos que tinham escolhido analisar. Ou seja, a partir da leitura, análise e estudo sobre a história do oriente antigo nos seus livros, os discentes planejaram planos de ação para pesquisar fontes a partir de

temáticas que consideraram fundamentais a serem abordadas no ensino básico além daqueles presentes nos seus estudos.

Levando em consideração a passagem de Rüsen, e trazendo para a formação docente, esse segundo momento foi fundamental para que houvesse provocações sobre as preocupações e interesses pelo ensino de história. Segundo o autor, a partir do momento que a atenção é voltada para o livro didático, mais a licenciatura e os licenciandos podem debater sobre o significado de cultura política. Seguindo essa premissa, as escolhas dos discentes, enquanto uma ação política, colocou o Oriente e o oriental lado a lado com suas angústias, dúvidas e desafios que Said (1996) já havia mostrado sobre os resultados da colonização do saber.

Dessa forma, Leandro Hecko (2021, p. 46) foi fundamental para essa proposta de pesquisa de fontes históricas já que aborda os desafios do professor "diante de possibilidades reflexivas acerca do tempo passado (antigo) e presente (contemporâneo aos alunos), criando possibilidades didáticas que dialoguem com temas de interesse dos estudantes".

Foi a partir daí que comecei as orientações para a busca de fontes históricas assim como a construção narrativa dos temas de interesse sobre a história antiga do Oriente. Mesmo com algumas dificuldades em relação às pesquisas nessa área, já destacado por Hecko (2021) sobre a falta de tradução para a nossa língua de algumas obras importantes, os discentes planejaram acesso tanto a dissertações como teses na área de história antiga oriental.

Neste momento, começaram a se preocupar com fontes históricas que poderiam usar em sala de aula no ensino básico de acordo com o que Maria Schmidt (2014, p. 45) afirmou: "preocupação com uma aprendizagem histórica a partir dos interesses dos alunos como um dos pré-requisitos para o desenvolvimento da consciência histórica". Foi essa consciência histórica que levaram os estudantes a problematizarem e selecionarem conteúdos a partir de deus interesses para o ensino

de história antiga oriental e elenco os principais temas escolhidos para o estudo do Oriente na tabela abaixo:

Tabela 01: Temas escolhidos para estudo da História Antiga Oriental

O tempo babilônico na História Antiga	O Egito Negro
Os deuses da Mesopotâmia e a História Antiga	A deusa Ishtar e o ensino de História Antiga
As mulheres na Mesopotâmia	As mulheres dos palácios neo-assírio
Sexualidade no Egito Antigo	Medicina no Egito Antigo
Cinema e Egito Antigo	A filosofia, o Egito Antigo e o Reino Médio
O Reino de Kush	A mulher persa e a História Antiga
Musicalidade Assíria	Sexualidade na Antiga Mesopotâmia
Música na Mesopotâmia	As cartas assírias e o feminino
A sacerdotisa Enheduanna	Marcas na pele e ensino de História Antiga do Oriente
Crianças no Egito Antigo	O Egito Antigo e as rotas de comércio na Idade do Bronze
A cultura escrita dos babilônicos	Acessórios e adornos no Egito Antigo
O Rei Hamurabi e a História Antiga do Oriente	Hatshepsut: Uma mulher apagada da história do Egito Antigo
A Suméria e o Hino para Inana	O Livro dos mortos e mumificação no Egito Antigo

Fonte: elaborado pela autora.

Foi diante dessa primeira seleção de temas que a pesquisa de fontes históricas ocorreu. Considerando que o fazer historiográfico está intimamente ligado a essa procura do historiador, os discentes formaram duplas no intuito de analisarem tanto a fonte como as etapas para a confecção do livro didático. Nos lugares de produção, os discentes realizaram o segundo momento da prática historiográfica: a pesquisa das fontes históricas com o propósito de elaborarem a narrativa para a confecção do livro didático.

Na trajetória de reflexão e análise, os grupos apresentaram na sala de aula quais fontes foram selecionadas para que pudessem realizar a seleção de conteúdos para seu livro didático. Com a socialização da fonte histórica, cada discente problematizou o ensino de história antiga oriental e começaram a perceber como é

fundamental averiguar o porquê de certas fontes fazerem parte da história do oriente e outras, não.

Quando os discentes compartilharam suas pesquisas e apresentaram suas respectivas hipóteses de trabalho, a sala de aula para a formação docente se apresentou como um campo de leitura de um relato histórico e, consequentemente, repleto de outros conhecimentos sobre o passado que não tinham estudado no seu livro didático. Por conseguinte, todas as fontes históricas apresentadas não tinham o caráter de prova, mas de apresentar como a construção do conhecimento histórico é um produto elaborado pelo historiador, como mencionou Assunção de Barros (2012).

Foi a partir dessa interação teórica e metodológica em sala de aula que todos os grupos passaram a ler as fontes históricas como uma construção que precisamos fazer perguntas assim como percebê-las "como um engenho que uma determinada civilização criou para mostrar às gerações seguintes uma imagem de si mesma" (PEREIRA; SEFFNER, 2008, p.127). Dito isto, a culminância desses debates em sala de aula foi a confecção de um capítulo de livro didático enquanto uma proposta teórica pedagógica para a intervenção no ensino básico sobre a história antiga oriental.

O livro didático entre o Ensino Básico e Superior

O caminho para a culminância da *Prática como componente curricular II* foi percorrido diante da ressalva de que "o livro didático tem que levar em conta as condições de aprendizagem dos alunos e alunas (...) acima de tudo, ao nível de linguagem utilizado" (RÜSEN, 2011, p.116) Partindo desse pressuposto, elaborei o planejamento sobre como debater em sala de aula a produção de um capítulo de livro didático de acordo com as perguntas, hipóteses e fontes históricas escolhidas pelos discentes.

Nessa trajetória do debate proposto por Rüsen, as orientações e produções dos discentes caminharam em torno do que é esse formato claro e didática clara em relação não apenas à produção narrativa do tema escolhido, mas, também, à montagem estética do conteúdo. Ou seja, cada grupo elaborou sua narrativa diante do tema e fontes levando em consideração o público que leria seu capítulo. Desta forma, saber o público alvo foi uma das premissas importantes na primeira etapa para a produção do saber histórico na materialidade do livro.

Por isso, quando Rüsen destacou o *nível de linguagem utilizado*, os discentes do componente começaram a estudar qual a linguagem para o público tanto do ensino fundamental como para o médio. Também partiram da premissa de que a construção da narrativa histórica no livro didático toma forma juntamente com imagens, análise de fontes, atividades e propostas de pesquisa. Assim, ao levarem em conta *as condições de aprendizagem*, os discentes colocaram em questão o estudo dessas fontes numa *relação com a prática da aula* para que, finalmente conseguissem atrelar a teoria no ensino de história antiga oriental diante de perguntas e propostas do presente. Enfim, percebemos como os temas da tabela 01 estavam relacionados com a curiosidade assim como com as demandas que tanto os estudantes do ensino fundamental como do médio têm perguntado, analisado e, principalmente, pesquisado.

Por isso, foi importante os discentes perceberem como a história ensinada em sala de aula é fundamental para a construção de uma consciência histórica e que "o livro didático de história é um objeto de pesquisa histórica a ser tratado por historiadores" (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2021, p. 238) e, também, escrito por eles. Como a maioria dos temas e fontes históricas selecionadas eram temas novos, a narrativa foi um processo importante de finalização dessa etapa do livro. As orientações e atendimentos giraram em torno das dúvidas, encaminhamentos e finalizações da seleção de conteúdos que viriam a ser diagramável.

Atentando para o que Helenice Rocha destacou no seu estudo sobre livro didático com temas nunca antes trabalhado: "elaborar um texto didático sobre um tema novo, ou acerca de um processo que ainda está em curso, os autores possivelmente não encontrarão ainda referências historiográficas em quantidade" (ROCHA, 2018, p. 95-96). E isso foi um dos desafios na produção do capítulo do livro. Sendo assim, em muitos momentos as referências em torno dos temas elencados estavam em outros idiomas assim como a impossibilidade de acesso aos artigos, livros, fontes, etc.

Como consequência disso, os discentes, enquanto futuros docentes, mostraram e analisaram os silêncios que Leandro Hecko já havia mencionado quanto às traduções. Além disso, começaram a realizar uma tarefa de prática vocabular da narrativa didática para "dar conta não apenas das exigências históricas e historiográficas, mas, também das condições cognitivas do público para o qual a narrativa é construída" (CAVALCANTI, 2018, p. 524). Nos caminhos e alguns descaminhos da confecção do capítulo do livro didático, a produção visual acompanhou a produção da narrativa. O aplicativo Canva foi útil para montar a diagramação a partir do que Erinaldo Cavalcanti chamou de "percurso de metamorfose" (Id. Ibid., p. 523), ou seja, transformar a narrativa em livro digital.

No caso do componente em questão, deixamos em forma digital a fim de que fosse inserido no fórum que foi aberto para toda a turma interagir com os livros didáticos produzidos. O resultado da confecção desses livros com duas turmas em turnos diferenciados, apresento no próximo tópico dando destaque à diagramação em torno das fontes históricas. Ao longo dessa apresentação, convido o leitor a interagir com a proposta dos discentes levando em consideração a formação docente e a importância de disciplinas como *Prática como componente curricular* para falarmos sobre os desafios da licenciatura com o ensino básico ao longo do curso de história da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Os discentes na História Antiga do Oriente: resultados e considerações finais

Neste último tópico deste relato de experiência, apresento a culminância do caminho teórico metodológico percorrido no semestre de 2023.2 em *Prática como componente curricular II*. Demarco, aqui, como foi importante cada escolha temática e a relação destas escolhas com a experiência de cada discente, isto é, suas experiências de vida, suas leituras, suas conexões com o livro didático no ensino básico, suas angústias e proposituras para o estudo do Oriente. O que será apresentado aqui tem uma relação intrínseca com o que pensam sobre ser docente assim como sobre a história do Oriente poder fazer parte da vida de crianças e adolescentes.

As produções dos capítulos dos livros didáticos fizeram parte de um diálogo constante com o cotidiano de cada um. Um cotidiano no qual muitos discentes tiveram acesso a essa ferramenta pedagógica como, também, aqueles que não tiveram acesso e passaram a manuseá-la na Universidade. Levando isso em consideração, foi importante a interação de cada um com o livro didático assim como as ações da pesquisa histórica para repensarem suas experiências de aprendizagem. Dessa forma, cada grupo percebeu como foi importante planejar ações para além da centralidade do livro didático no ensino básico. Como assim? Primeiramente, perceberam que para produzir um livro didático é preciso estudar as relações de poderes que ali estão publicadas e, por isso, devem compreender que

> nas páginas do livro didático se apresentam explícita e implicitamente representações simbólicas do mundo a que os jovens têm acesso; aquelas revestidas com uma aparente neutralidade correspondem a relações de poder que, em geral, reproduzem situação de dominação social e cultural. (DIÁZ, 2011, p.620)

Por isso, foi um passo importante fazer questionamentos aos conteúdos sobre o oriente antigo no livro didático a fim de delimitarem o que iriam pesquisar e divulgar no seu capítulo. Omar Díaz é abordado aqui no sentido de trazer tanto o

debate de Said (1996) como de Foucault (2009) para a educação já que é preciso estabelecer um diálogo constante com propostas editoriais, construção de sentidos assim como os tipos de imagens que são reproduzidas sobre o Oriente.

Em um segundo momento de produção, os grupos demonstraram que o livro didático podia ser um aliado importante para um diálogo com os conteúdos já produzidos sobre o Oriente Antigo. E, por consequência, levaram para suas produções um resultado bem particular do conhecimento histórico: selecionaram fontes e conteúdos que dialogaram com o que já tinha sido produzido.

Dessa forma, nos dois primeiros exemplos que apresento, aqui, Anderson Dias e Julia Bruna se preocuparam em abordar a representação feminina com a Rainha Puabi. Elayne e Letícia deram destaque à Nisaba. Diante dessas escolhas, ambos iniciaram suas pesquisas a partir do que não observaram e não estudaram no ensino básico quando o tema foi a Mesopotâmia.

Figura 1 - A Rainha Puabi



Fonte: Livro Didático por Anderson Dias e Julia Bruna Almeida

Figura 02 - Nisaba, a deusa dos grãos



NISABA, A DEUSA DOS GRÃOS

Nisaba é uma das deusas mais antigas relacionada à proteção da matemática, aos ensinamentos e suas práticas. É possível que sua origem tenha sido no início da agricultura, no período neolítico, porém, é provável que a deusa fosse cultuada por outros nomes. Para os sumérios, Nisaba foi uma importante deusa responsável pelo cuidado dos grãos e posteriormente da matemática e escrita.

Registros da deusa Nisaba esculpida em fragmento de vaso.

Nisaba estava relacionada à proteção dos grãos, era responsável pelo regimento da produção de grãos, a medição das colheitas, controle de estoque de grãos, a distribuição, e por isso está relacionada também à matemática.

Com o avanço da agricultura e o início do comércio, os sumérios precisavam de uma maneira de contabilizar os grãos e vendê-los. A partir daí surge a contabilidade arcaica, ao qual Nisaba era intrinsecamente ligada.

Registros de impostos e receitas escritos em tábuas e fichas de barro

15

Fonte: Livro didático por Elayne Gomes e Letícia Aguiar.

Nas duas figuras acima, que fazem parte do livro didático elaborado pelos discentes, a pesquisa de fontes históricas para o respectivo tema esteve atrelada à arqueologia que é uma grande parceira para os nossos estudos da história antiga do Oriente. Foi fundamental este diálogo já que para a produção do debate historiográfico, as evidências arqueológicas se tornaram bastante propícias para reconhecimento do Oriente pelos discentes. E foi o que vimos tanto sobre a Rainha Puabi como Nisaba.

Em ambas propostas, destaca-se o que foi apresentado no início do artigo quanto à análise de discurso com Michel Foucault, pois ao avaliarem a seleção de conteúdos que o livro didático divulga, perceberam como essa materialidade é um espaço de poder. Nesse sentido, a pesquisa histórica elaborada pelas duplas expôs,

na prática, como dialogar com outro livro didático que não dão destaque ao papel feminino na historiografia antiga oriental.

Por isso, Katia Pozzer (2016) e Anita Fattori (2020) foram fundamentais para as pesquisas sobre o feminino porque levantaram questionamentos sobre a representação europeia diante do Oriente não apenas no imaginário, mas, também, na produção acadêmica. Segundo Anita, com suas pesquisas e divulgações de fontes antigas, os discentes tiveram acesso ao que ela justifica como "um exercício epistemológico direcionado ao estabelecimento de novos olhares sobre essas sociedades" (FATTORI, 2020, p. 107). Isto é, quando se propôs estudar as organizações familiares a partir do cotidiano das mulheres, ela estabeleceu um diálogo com documentos que mostraram o que seriam os afazeres de mãe, de esposas, de filhas dos mercadores que estavam distantes de suas casas.

Apesar de não ter sido o tema que instigou a produção de Anderson, Julia, Elayne e Letícia, foi com a autora que perceberam como os regimes de gênero poderiam ser pertinentes para o oriente antigo. Katia Pozzer (2016, p. 19) também foi fundamental por apresentar "o uso, pelos pesquisadores brasileiros, de ampla variedade de documentos, sejam eles fontes escritas, imagéticas ou arqueológicas, e as respectivas metodologias utilizadas em suas análises". Com ela, conheceram de que forma essas metodologias consolidaram os estudos da antiguidade no Brasil para que se sentissem participantes dessa construção historiográfica.

A presença da história cultural na historiografia antiga oriental foi uma marca nesse debate já que "diversos autores fortemente influenciados pelos estudos culturais procuraram renovar a História Antiga (...) justamente, da desconstrução de seus pressupostos e objetos tradicionais" (MORALES & SILVA, 2020, p. 129). Seguindo este caminho, apresento as figuras 05 e 06, abaixo:

Figura 5 - As Candaces



Autoridade das soberanas

O poder político, militar e religioso das Candaces pode ser evidenciado a partir da análise de registros, inscrições reais e iconografias, que comprovam sua atuação como autoridade. Alguns historiadores confirmam o elevado status conferido das rainhas-mães e atestam que possivelmente a mãe do rei era uma das principais chefes do partido. Segundo o historiador africano M´Bokolo, as rainhas e princesas ocupavam um lugar central no sistema monárquico do reino onde, inicialmente, tinham uma participação indireta: na educação dos príncipes, na adoção da primeira esposa de seu filho (o rei em exercício) e na participação na cerimônia de coroamento. Posteriormente atuariam de forma direta, quando assumiram efetivamente o poder político.

Diferente de muitas outras sociedades do mundo antigo, o reino de Kush não apresentava uma sobreposição de gênero. Mulheres não seriam mais importantes que os homens, assim como os homens não estariam em uma posição mais elevada que as mulheres. Na verdade, existia uma complementação entre o feminino e o masculino, onde a autoridade, quando analisada, pode-se dizer igual para ambos.

As soberanas de Kush eram o verdadeiro sinônimo, força e imponência. É isso que Amanirenas, Amanishakheto e Amanitore irão nos demonstrar. As fontes históricas nos mostram que essas governantes detinham e exerciam um poder político e religioso ao lado do rei. É possível evidenciar a autoridade destas soberanas em desenhos e esculturas produzidas no período Kushita. Por meio das estelas de Amanirenas e Amanishaketo, além do grande desenho da Candace Amanitore no templo de Apedemak em Naga, podemos analisar iconograficamente o exercício de poder das rainhas, e compreender o que a figura da soberana significava para a população local.

EVIDÊNCIAS ICONOGRÁFICAS

As iconografias são fontes imagéticas, ou seja, pinturas, gravuras, desenhos, esculturas. A análise desse material pode nos auxiliar a entender as dinâmicas políticas e sociais de determinada sociedade. Por isso, iremos analisar três iconografias encontradas no Antigo Reino de Kush: **a Estela de Hamadab, a Estela de Amanishakheto, os anéis de Amanishakheto e os desenhos do Templo de Apedemak, em Naga.**

Estela de Hamadab (Figura 1): Nesta estela, estão representados a rainha Amanirenas (séc. I AEC) e o príncipe Akinidad, onde a soberana é apresentada com os títulos de chefe (qore) e candace (kdwe). O que chama a atenção, é o fato de que a soberana (qore) é retratada como uma governante principal, enquanto Akinidad aparece como co-regente. Isso deixa evidente o fato de que o feminino e o masculino eram figuras complementares, ou seja, não havia sobreposição de gênero tal qual observamos atualmente, inferindo a existência de um princípio de igualdade na soberania cuxita.

Estela de Amanishakheto (Figura 2): Esta fonte nos permite observar a Candace sendo tocada no colo/elo por uma divindade também feminina, o que significaria a legitimação do seu poder como soberana, demonstrando, mais uma vez, a relevância política da mulher nessa sociedade. Um importante aspecto também presente, é a presença de uma divindade feminina na estela. As divindades femininas eram comuns em Kush e também no antigo Egito e demonstravam um papel fundamental do feminino no âmbito religioso.

Jóias de Amanishakheto (Figura 3): Na coleção de jóias de Amanishakheto, encontradas em seu túmulo, reparamos em um dos seus anéis não só a presença de divindades, mas também a representação de sua mãe. Amanishakheto aparece entre sua mãe e o deus Amon, ambos desenhados do mesmo tamanho. Vale apontar para a figura materna que aparece junto à divindade, validando a posição da Candace como governante autônoma.

Fonte: livro didático por Alison Lopes e Mayara da Silva.

Figura 6 - O Egito Negro



Entretanto, essa diversidade étnica e as inter-relações dos egípcios com outros povos que também habitavam o Egito antigo não representavam uma ruptura significativa na autopercepção desse povo enquanto um povo africano negro, como é possível observar na representação do afresco do Livro das Portas da tumba de Seti I, mostrando (da esquerda para a direita) quatro etnias:

SE LIGA NA FONTE

Quatro líbios ("Themehu"), um núbio ("Nehesu"), um asiático ("Aamu"), e um egípcio ("Reth").

Essa autopercepção se torna evidente em sua arte, língua e registros históricos, como por exemplo, nas imagens que são encontradas na tumba do Faraó Seti I da décima nona dinastia, localizada no Vale dos Reis, uma das mais bem decoradas tumbas do Vale, contendo diversos vestígios arqueológicos e sendo também a mais comprida, com 136 metros.

Tumba do Faraó Seti I da décima nona dinastia, localizada no Vale dos Reis

5

Fonte: Livro Didático por Ezequias Rosendo e Acaz Dias

Nessas duas produções, os discentes abordaram o olhar para o oriente antigo diante das candaces e o Egito com representações negras ao longo da sua história. A escolha dos temas foi realizada de acordo com as pesquisas de cada dupla com perguntas e hipóteses produzidas a partir de: "onde estão as mulheres que se destacaram em reinos no continente africano e fizeram contatos com o oriente próximo?" ou "por que só estudo sobre Egito representações de pessoas brancas?" Com esses questionamentos, as duplas organizaram os seus capítulos de livro baseados em leituras que desafiaram a historiografia ocidental branca visando fontes que foram planejadas para cada momento de sua narrativa.

Por isso, as evidências iconográficas e a estela são o destaque nesta produção do livro didático a fim de que compreendamos como a busca dessas fontes estão ligadas a uma mudança que se consolida em meados do século XX com o movimento Pan-Africano e coloca Cheikh Anta Diop como "um dos responsáveis por uma revolução na historiografia africana, tendo na reivindicação de uma negritude egípcia sua defesa de pesquisa por toda a sua vida intelectual" (SAGREDO, 2017, p. 08). Por causa desse debate e de perguntas realizadas pelas duplas, a confecção do capítulo, para um livro didático, esteve atrelada ao que não estudaram e não se viram representados na historiografia ao longo da sua educação histórica no ensino básico. Uma representação que foi discutida na sala de aula do curso de licenciatura em história da UFRN a partir do momento que os discentes colocaram em questão como poderiam trabalhar em sala de aula o quem são os negros além do tema da escravidão.

Ao colocarem em questão suas histórias como fundamentais para a formação docente, me remeti ao texto de Silvana Fernandes Mariz (2021) sobre a geopolítica dos saberes assim como o debate que José Rivair Macedo (2004, p. 116) diante da descolonização: "Descolonizar o ensino de história significa, portanto, reconhecer identidades em geral deixadas por nós em segundo plano". Ao ressaltarem a importância Por isso, quando as duplas colocaram em prática a seleção de conteúdo

a partir da descolonização levando em conta a geopolítica dos sabres, colocaram como central a formação docente diante um currículo afrorreferenciado de história antiga. Um caminho que foi iniciado em *Prática como componente curricular II* no campus de Natal da UFRN com o protagonismo discente.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe. Materiais didáticos: concepções e usos. In: ___. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2009.

CAVALCANTI, Erinaldo. História, livro didático e formação docente: produção, limites e possibilidades. **Antíteses**, v. 11, n. 22, p.520-537, jul./dez. 2018.

DÍAZ, Omar Rolando Turra. A atualidade do livro didático. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 17, n. 34, p. 609-624, set./dez. 2011.

FATTORI, Anita. Atuação de mulheres assírias nas redes de comércio inter-regional do II milênio AEC: possibilidades de abordagens de gênero nos estudos da antiga mesopotâmia. In: **Mare Nostrum: Ensaios sobre o Mediterrâneo Antigo**. São Paulo, v. 11, nº 1, 2020.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

HECKO, Leandro. O que ensinar em história antiga? In: ASSUMPÇÃO, Luis Filipe Bantim; CAMPOS, Carlos Eduardo Costa (org.) **Caminhos da Aprendizagem Histórica: Ensino de Pré-História e Antiguidade**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Sobre Ontens/UFMS, 2021.

MACEDO, José Rivair. Repensando a Idade Média no Ensino de História. In: KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2004, p. 109 –125.

MARIZ, Silvana Fernandes. Por um currículo afrorreferenciado de história antiga e medieval. **Brathair** 21 (1), 2021.

MORALES, Fábio Augusto & SILVA, Uiran Gebara. História Antiga e História Global: afluentes e confluências. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 40, nº 83, 2020

OLIVEIRA, Itamar Freitas de; OLIVEIRA, Margarida Dias de. Livros didáticos de História: consolidação e renovação de um objeto de pesquisa. In: ANDRADE, Juliana Alves; PEREIRA, Nilton Mullet (orgs). **Ensino de História e suas práticas de pesquisa**. 2. ed. [e-book]. São Leopoldo: Oikos, 2021.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p.113-128, dez. 2008.

POZZER, Katia. Do prazer e da dor em estudar a Antiguidade Oriental: uma reflexão sobre o uso de fontes. **Romanitas – Revista de Estudos Grecolatinos**, n. 8, p. 18-34, 2016.

___ Arte, sexo e religião: a deusa Istar na Mesopotâmia. **Das questões**, n 5, jan/jul 2018

ROCHA, Helenice. Desafios presentes nos livros didáticos de história: narrar o que ainda está acontecendo. **Revista História Hoje**, v. 7, nº 14, p. 86-106- 2018

RÜSEN, Jörn. O livro didático ideal. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (Org.) **Jörn Rüsen e o ensino de história.** Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

SAGREDO, Raisa. Miradas afrocêntricas em torno da africanização do Egito Antigo: entre racialização e identidades. **Faces da História**, Assis-SP, v.4, n º 2, p. 06-27, Jun.-Dez., 2017.

SAID, Edward. Orientalismo: **O Oriente como invenção do Ocidente**. Tradução: Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SOUZA, Juliana Teixeira. Educar para as relações étnico-raciais na escola e na universidade. In: PEREIRA, Nilton Mullet; ANDRADE, Juliana Alves de (orgs). **Ensino de História e suas práticas de pesquisa**. 2. ed. [e-book]. São Leopoldo: Oikos, 2021.

ST-03: NARRAR, ESPACIALIZAR E TECER O ESPAÇO:

COMPLEXIDADE E DIVERSIDADE DOS SUJEITOS HISTÓRICOS E SUAS TRANSFORMAÇÕES NA PRIMEIRA REPÚBLICA

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38619

"CHEGOU O CHEFE!":
Análise de uma peça teatral da Escola de Aprendizes de Marinheiros da Paraíba como prática educativa disciplinadora

Li Neves da Silva[1]
Azemar dos Santos Soares Júnior[2]

RESUMO:
Este trabalho visa como objetivo analisar a peça teatral "Chegou o chefe!", escrita pelo sr. Francisco Barroso, para ser lida e encenada na Escola de Aprendizes de Marinheiro da Paraíba, enquanto uma prática educativa disciplinar aos petizes. As Escolas de Aprendizes de Marinheiro foram instituições de ensino criadas pela Marinha do Brasil em meados do século XIX com o interesse de arregimentar crianças e jovens e incutir práticas de adestramento, aproveitando-os em todas as suas capacidades. Os materiais didáticos utilizados no processo de ensino e de aprendizagem dos recrutas eram confeccionados por docentes e/ou pessoas vinculadas à Marinha, portanto, sendo objetivo deste material orientar o corpo e a mente para a obediência e para a ordem. Além dos livros didáticos, outros materiais foram confeccionados, a exemplo da peça teatral, objeto de interesse de análise deste trabalho. Para tanto, dialogamos com as categorias de "práticas educativas", sob a perspectiva de Franco (2012) e de Silva (2017), além do entendimento da "disciplina" a partir de Foucault (1987), no intuito de entender as formas de poder e controle exercidas sobre os aprendizes marinheiros. Metodologicamente, utilizamos a "análise documental" na perspectiva de entender como a peça teatral, funcionou como parte de uma prática educativa de controle, que desde seu primeiro enunciado, o título, afirmou "Chegou o chefe!", portanto, um dispositivo capaz de chamar a atenção e fazer os alunos a conter os seus gestos. Concluímos que a peça teatral em tela, funcionou como parte integrante de uma forma de ensino responsável por adestrar os corpos e as mentes dos jovens que ingressaram na escola de formação naval, e, que mesmo sendo parte de uma atividade cultural, possuía interesses endereçados aos petizes.
PALAVRAS-CHAVE: Escola de Aprendizes de Marinheiro da Paraíba, prática educativa, peça teatral, disciplina.

---

[1] Graduanda em História Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Vinculada ao grupo de pesquisa Observatório das Heterotopias, coordenado pelo professor Dr. Azemar Soares dos Santos Júnior. Endereço para Currículo Lattes: https://lattes.cnpq.br/9137512221099009. Pesquisa subsidiada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do CNPq. E-mail para contato: li.neves.068@ufrn.edu.br.
[2] Pós doutor pela Universidade Federal de Campina Grande, professor vinculado ao Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Líder do grupo de pesquisa Observatório das Heterotopias. Endereço para Currículo Latter: http://lattes.cnpq.br/5548182860228173. E-mail para contato: azemar.soares@ufrn.br.

Introdução

Em meados do século XIX, anos após a conquista da independência e separação do território português, diversas revoltas contra o império foram iniciadas e finalizadas em solo brasileiro, muitas delas agitadas pelas massas mais pobres da população. A Coroa Portuguesa, pensando em conter os levantes que estavam acontecendo e, também, orquestrar uma limpeza social nas ruas, lotadas de jovens desvalidos e abandonados, fez-se criar a primeira Companhia de Aprendizes Marinheiros do Brasil na cidade do Rio de Janeiro, pelo Decreto nº 148 de 27 de agosto de 1840[3].

Pensando sob o prisma da supressão de revoltas populares, quinze anos após o decreto da Companhia do Rio de Janeiro, foram instauradas unidades na Bahia e no Pará, ambas no ano de 1855[4]. Estas províncias eram consideradas propícias às revoltas visto a quantidade de indígenas na região Norte e escravizados na região Nordeste, a exemplo da Revolta dos Malês em 1835 e a Revolta da Cabanagem no mesmo ano, dando assim, sentido em abrir estas duas dependências. A instituição que problematizamos nesta pesquisa, nasceu como Companhia de Aprendizes Marinheiros da Paraíba por meio do Decreto n. 4.680, publicado no mês de janeiro de 1871. Vejamos o documento:

> [...] hei por bem, Usando da autorização dada pelo art. 3º da Lei nº 1805 de 12 de Agosto do anno proximo findo, Crear uma Companhia de Aprendizes Marinheiros na Província da Parahyba , conforme o Regulamento, que baixou com o Decreto nº 1517 de 4 de Janeiro de 1855, para outra igual Companhia na Província do Pará[5].

[3] SANTOS, Wagner Luiz Bueno dos. O corpo de imperiais marinheiros e a Companhia de Aprendizes Marinheiros: caminhos para consolidação e formação administrativa do Império na construção do Estado Nacional, uma proposta analítica.
[4] SILVA, Rozenilda Maria de Castro. A Prática Educativa na Companhia de Aprendizes Marinheiros no Piauí (1874 a 1915).
[5] BRASIL. Collecção de Leis do Império do Brasil de 1871.

Mas foi por outro, o Decreto n. 9.371 de 14 de fevereiro de 1885[6], que sua razão mudou, passando a chamar-se Escola de Aprendizes Marinheiros, forma como será nominada daqui em diante. Neste mesmo documento, encontram-se informações que considero importantes para com o ensino e a admissão dos jovens aprendizes. Neles está, por exemplo, a mudança da faixa etária que os petizes deveriam estar para ingressar na escola, antes dos dez (10) aos dezessete (17) anos e passando para entre treze (13) e dezesseis (16) anos de idade. Também mencionado no artigo 12: "[...] as Escolas admittirão aprendizes das seguintes procedências: 1.º Contratados a prêmio, nas condições do §5º do artigo antecedente; 2.º Orphãos desvalidos ou ingênuos remetidos pelas autoridades competentes"[7].

Ponderando por Stamatto[8], a categoria de "desvalido" era caracterizada pela criança que possuía família, porém a mesma não tinha recursos suficientes para prover sustento ao menor. Os órfãos já possuíam a definição atual: não haviam pais ou parentes que pudessem lhe amparar, com a condição de que eram guardados pelo Juiz de Órfãos. Estes eram os jovens recrutados voluntária ou compulsivamente, os esquecidos pela sociedade cujos corpos e mentes eram vulneráveis à moldagem serviçal do Império, onde após o ingresso ficavam impedidos de sair até que terminassem o curso de três (3) anos ou prejudicados por "[...] incapacidade physica ou mental" como previsto no art. 14 do já citado decreto[9].

Para com o ensino, o regulamento de 1885 designa os petizes ao dever de aprender a ler, escrever, fazer contas, obter noções marítimas e geográficas brasileiras e o ensino militar básico, como manuseio de armas. Estas eram as competências atribuídas a um bom marinheiro que eram ensinadas pelo corpo docente, formados pelo comandante, capelão, professor, mestre e oficial. Para atender a demanda por estes atributos, foi criado o Livro do Aprendiz Marinheiro,

[6] BRASIL. Colleção de Leis do Império do Brazil de 1885.
[7] BRASIL. op. cit..
[8] FERREIRA, Chrislaine Thuany Vieira. A educação sanitária na Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba (1906-1912).
[9] BRASIL. op. cit.

material didático produzido com o intuito de englobar os ensinos ditos "elementares" e "profissionais"[10]. Composto por dois volumes, cada um tratando respectivamente dos ensinos supracitados, o livro foi parte importante das práticas educativas da instituição, e, assim como ele, outros livros se fizeram presentes nestas, tal qual o *Livro de Ordem do Dia*, o *Livro de Castigo para Aprendizes*, o *Livro de Exame de Marinheiros*, dentre outros[11].

Metodologia

Sendo a Escola um espaço de educação militar-naval formal para jovens rapazes, nos propomos a analisar a peça teatral "Chegou o chefe!", escrita por Francisco Barroso para a Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba. A análise partirá da ideia de tratá-la enquanto uma prática educativa do corpo formador da instituição. A peça teatral foi encontrada dentro das pastas de documentação avulsa do Instituto Histórico Geográfico da Paraíba. O manuscrito não possui maiores informações acerca de quando foi escrito, quais foram os atores que a representaram ou sequer se foi representada. Há, contudo, um indicativo presente na capa do Caderno n. 2, local onde foi inscrita a peça. Diz-se, no alto esquerdo, "República dos Estados Unidos do Brasil", nome dado ao país após o golpe republicano de 1889, que foi utilizado até 1969.

Utilizaremos os conceitos de prática educativa, sustentado por Maria Amélia Franco, e visando pensá-lo sob o recorte desta instituição, dialogamos com Rozenilda Silva. Adiantamos o pensamento de Silva, que trabalha a prática educativa como "toda a ação do corpo formador de marinheiro para a regulação do autocontrole dos menores pela modelação da cultura escolar institucional". Partindo dessa perspectiva, tomaremos, também, as ações coercitivas e punitivas como

[10] SILVA, Rozenilda Maria de Castro. op. cit.
[11] FRANCISCO, Laelson Vicente. "Um viveiro de competências e abnegações": a formação do marinheiro na escola de aprendizes norte-rio-grandense (1933-1941).

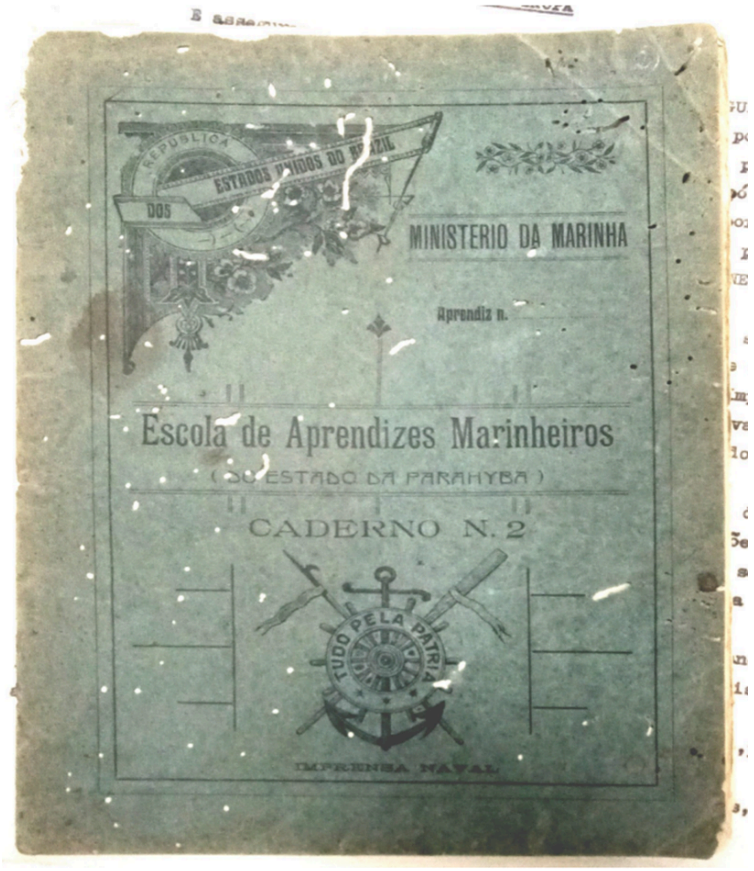
fazendo parte das práticas educativas do corpo formador. Ao pensar na formação dos petizes, dialogamos com o conceito de disciplina de Michel Foucault[12].

Resultados e discussões

Nosso objeto de análise, o Caderno n. 2 da Escola de Aprendizes Marinheiros do Estado da Paraíba como já dito anteriormente, fora encontrado numa caixa de documentos avulsos do IHGP. Por conta disso, nossas informações acerca do mesmo são muito limitadas, logo, trabalharemos com hipóteses a serem levantadas. Tais hipóteses serão pensadas a partir da narrativa da peça, que se passa em meados da primeira república, informação obtida a partir da capa do Caderno, onde se diz "República dos Estados Unidos do Brazil". Dos acontecimentos da peça, analisaremos, em especial, os momentos em que Severino, um menino "desvalido", entra em cena.

[12] FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir.

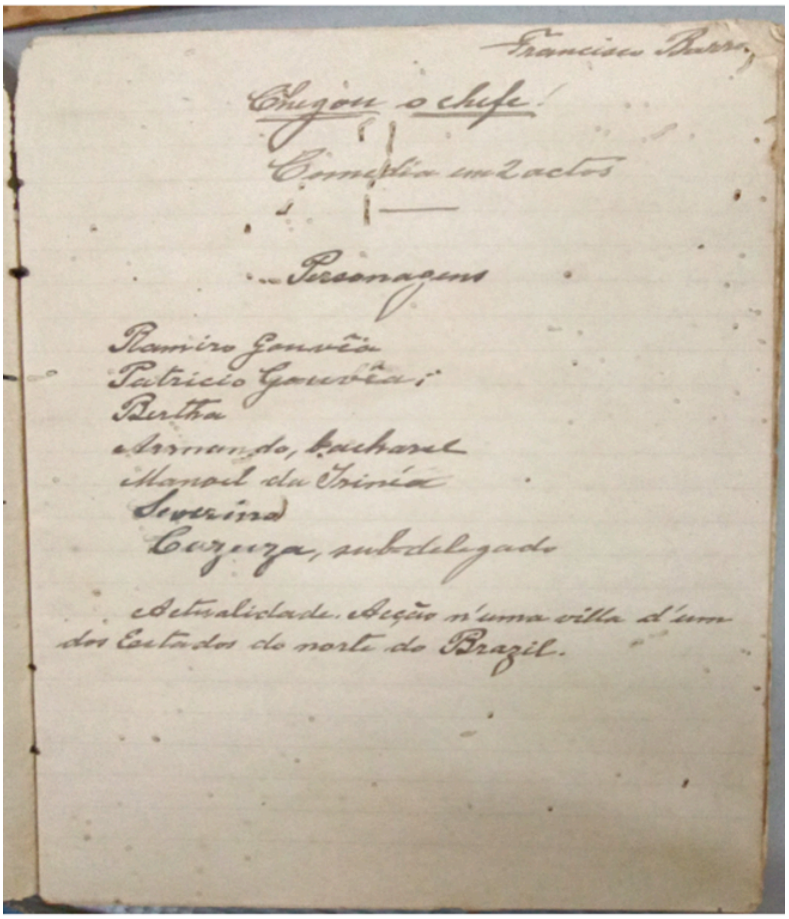
Figura 1 - Capa do Caderno N.2 da Escola de Aprendizes Marinheiros.



Fonte: caixa avulsa do Instituto Histórico Geográfico da Paraíba

A peça inicia-se com os personagens Bertha e Ramiro, irmãos, que estão se preparando para o discurso que Ramiro irá fazer na, tão aguardada, chegada do chefe-coronel Justino Gavião. Logo em seguida, entra em cena o Armando, amante de Bertha. É ele e Patrício, tio dos irmãos, quem farão a defesa de Severino, o menino que aparece de supetão enquanto é perseguido por Irinéa, o bêbado, e Cazuza, o subdelegado. Estes são os personagens da história, introduzidos na terceira página do documento.

Figura 2 - Página que informa autor, título da peça, duração, personagens, temporalidade e localidade.



Fonte: caixa avulsa do Instituto Histórico Geográfico da Paraíba

A peça teatral foi escrita por Francisco Barrôso e retrata um cenário de aparente comício eleitoral na qual todos os personagens supracitados estão aguardando o coronel Justino Gavião parar num dos "Estados do Norte do Brazil". A comédia é dividida em dois atos, o primeiro deles foca principalmente nos acontecimentos com o menino Severino. Já o segundo, trata mais de Ramiro e Patrício conversando sobre a intenção do sobrinho em ingressar no partido político e seguir a carreira. Trataremos mais do primeiro, onde está nosso interesse e levantaremos conjecturas para entender a disciplina enquanto prática educativa.

A prática educativa é descrita por Franco[13] como os atos de um agente educador para que seja efetivado um processo educacional, seja ele positivo ou negativo, como punições e castigos. Na escola, os petizes eram ensinados a não cometer faltas, seguir regras e obedecer a ordens por meios dessas punições[14]. Estes castigos eram aplicados pelo corpo formador da unidade e eram variados, poderiam ser prisões simples, que consistia num tempo de reclusão menor, ou rigorosas, que equivalia ao mesmo, porém podendo chegar a dias de prisão. Poderiam também ser aplicadas faxinas, impedimentos de sair da escola em dias de folga ou repreensão, por vezes, punições físicas também eram aplicadas.

Para Michel Foucault[15], o poder disciplinar para corpos e mentes está inserido nas forças armadas, assim como nas escolas. Para o autor, exercer o poder disciplinar é o adestramento de corpos, tornando-os dóceis para cumprir ordens baseadas em hierarquia. Ao tornar um corpo e mente dócil, conservar-se uma forma de poder, é interessante para este que tais corpos sejam eficientes, portanto, uma de suas características é, também, a moldagem desses corpos ao fim que se espera. A exemplo da Companhia de Aprendizes que nasce com o objetivo de fazer o recrutamento de jovens para defesa nacional do país, e que, para que exerçam bem suas funções, devem ter um corpo-modelo, forte, robusto e rápido[16].

Esse adestramento funcionava por meios complexos do poder em questão, e um desses meios era a punição, por esta razão, na unidade do Rio Grande do Norte o Livro de Castigos para Aprendizes, criado em 1940, que registrava todas as infrações cometidas pelos menores e suas devidas penalidades. Poderiam ser também punidas as saídas às escondidas do espaço escolar nos horários das atividades internas[17]. Dessa forma, há de se fazer um paralelo com a história de

[13] FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. Pedagogia e prática docente.
[14] FRANCISCO, Laelson Vicente. op. cit.
[15] FOUCAULT, Michel. op. cit.
[16] SONNTAG, Shairany Arias Palombo. "ser bom e disciplinado é um dever do homem de terra ou de mar": Uma análise dos livros didáticos das escolas de aprendizes marinheiros (1885-1906).
[17] FRANCISCO, Laelson Vicente. op. cit.

Severino, cuja caminhada inocente pelas ruas de sua cidade resultou num conflito que lhe custou caro.

Identificamos aqui duas possíveis mensagens para os petizes: fugas indevidas podiam resultar mal para os aprendizes, pois caso confundidos com meninos pobres de rua, como Severino, estavam passíveis de voltarem a sofrer violências, caso fossem desvalidos ou órfãos, logo, a Escola era um ambiente que assegurava-lhes a proteção. Outra é a ascensão social possibilitada pelo ingresso e finalização do curso de Aprendizes Marinheiros, que ao seu término, encaminhava seus jovens às diversas Bases Navais do país para que ocupassem os postos de marinheiros formados.

Para os rapazes e suas famílias, em sua maioria de condição social e econômica baixíssimas, a Escola representava uma mudança de vida imediata e a longo prazo, visto que ao ingressarem, os gastos com a mera sobrevivência que um filho poderia trazer -*diz-se alimentação, preocupação com moradia e roupas para vestir*- eram tirados dos ombros desses indivíduos e transferidos ao Estado. Com essa possibilidade, a dominação social desses jovens por meio do poder disciplinar era viabilizada, visto que se entregavam às forças armadas não por amor à sua pátria, mas por necessidade de sobrevivência e aí sim, o patriotismo seria imbuído nesses sujeitos ao longo de seus anos de formação.

Conclusão

Rozenilda Silva, em sua tese de doutoramento intitulada A Prática Educativa na Companhia de Aprendizes Marinheiros do Piauí[18], define e prática educativa no contexto das Escolas de Aprendizes Marinheiro como "[...] toda a ação do corpo formador de marinheiro para a regulação do autocontrole dos menos pela modelação da cultura escola institucional".

[18] SILVA, Rozenilda Maria de Castro. op. cit.

Refletindo por seu conceito, admitimos a peça teatral aqui trabalhada como prática educativa utilizada para o adestramento de corpos militares da Marinha do Brasil, sobretudo na filial paraibana. Esta afirmação baseia-se nas análises aqui apresentadas e hipóteses levantadas, pois como informado, muitas informações acerca dessa peça são nebulosas e desconhecidas. Ano de produção, ano de apresentação *-e se foi apresentada de fato-*, quem a apresentou e para quem apresentou. Sendo esta a primeira das pesquisas que envolvem e olham para este documento teatral, é necessária uma desenvoltura mais aprofundada nos registros militares para a obtenção das referidas informações, tão cruciais para uma análise mais contundente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Collecção de Leis do Império do Brasil de 1871**: parte II. 1871. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/items/04191f34-56a9-4f9d-93ba-2327a0e7df4f.

BRASIL. **Colleção de Leis do Império do Brazil de 1885**: parte I. 1885. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/items/f38a7d31-e17f-4df5-b8c9-df2230728b23.

FERREIRA, Chrislaine Thuany Vieira. **A educação sanitária na Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba (1906-1912)**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciada em Pedagogia) - UFRN, [*S. l.*], 2022.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

FRANCISCO, Laelson Vicente. **"um passo para o homem, um salto para a Marinha": a companhia de Aprendizes Marinheiros do Rio Grande do Norte (1872-1890)**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - UFRN, [*S. l.*], 2018.

FRANCISCO, Laelson Vicente. **"Um viveiro de competências e abnegações": a formação do marinheiro na escola de aprendizes norte-rio-grandense (1933-1941)**. 2022. Dissertação (Mestrado em História) - UFRN, [*S. l.*], 2022.

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. **Pedagogia e prática docente**. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Rozenilda Maria de Castro. **A Prática Educativa na Companhia de Aprendizes Marinheiros no Piauí (1874 a 1915)**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) - UFPI.

SANTOS, Wagner Luiz Bueno dos. **O corpo de imperiais marinheiros e a Companhia de Aprendizes Marinheiros: caminhos para consolidação e formação administrativa do Império na construção do Estado Nacional, uma proposta analítica.** 2013. p. 10-12.

SONNTAG, Shairany Arias Palombo. **"ser bom e disciplinado é um dever do homem de terra ou de mar": Uma análise dos livros didáticos das escolas de aprendizes marinheiros (1885-1906)**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação). UFRN.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38418

"UM GRÃO DE AREIA PARA O EDIFÍCIO DE NOSSA LITERATURA":
Isabel Gondim e "O Resumo de Traços Históricos do Paiz" (1900-1913)

Magno Francisco de Jesus Santos

RESUMO:
Este trabalho tem como escopo a escrita de livros escolares de História pela professora primária Isabel Urbana Carneiro de Albuquerque Gondim (1839-1933). Trata-se de uma intelectual que se notabilizou pelo exercício do magistério e pela produção bibliográfica, notadamente, peças de teatro, livros de poesias e textos de história. Desse modo, objetiva-se problematizar a construção da concepção de história gestada pela pensadora da história, bem como a sua mobilização da narrativa para a produção de leituras atinentes ao passado da nação de forma que se tornasse inteligível e sensível para os alunos. Foram elencados como fontes centrais para a análise um dos seus principais livros escolares: "Resumo de traços históricos do paiz", publicado em 1913.
PALAVRAS-CHAVE: Isabel Gondim; historiografia escolar; historiografia norte-rio-grandense.

"A GRAIN OF SAND FOR THE BUILDING OF OUR LITERATURE": Isabel Gondim And "The Summary of Historical Traces Of The Country" (1900-1913)

ABSTRACT:
The scope of this work is the writing of school History books by primary teacher Isabel Urbana Carneiro de Albuquerque Gondim (1839-1933). She is an intellectual who became famous for her teaching and bibliographical production, notably theatrical plays, poetry books and history texts. In this way, the objective is to problematize the construction of the conception of history created by the thinker of history, as well as her mobilization of the narrative to produce readings relating to the nation's past in a way that would become intelligible and sensitive to students. One of his main schoolbooks was listed as central sources for the analysis: "Resume of historical traits of the country", published in 1913.
KEYWORDS: Isabel Gondim; school historiography; historiography of "Rio Grande do Norte".

Introdução

O emergir da Primeira República no Brasil foi marcado pela confluência de novas demandas historiográficas, tanto no âmbito da investigação histórica, quanto do ensino. A ebulição dessas novas ideias atinentes aos fazeres historiográficos também repercutiu no emergir de novos sujeitos, que oriundos de diferentes espaços institucionais do país, pensavam a escrita da história para públicos totalmente diversos.

Neste sentido, a produção de narrativas históricas ao longo dos primeiros decênios republicanos foi marcada por uma dimensão polimórfica e polissêmica, na qual foram atribuídas diferentes funções para o conhecimento histórico, como a legitimação do novo regime político a partir da elaboração de biografias de heróis republicanos, a invenção de um passado perpassado por experiências republicanas, a proliferação de narrativas históricas com perspectivas federalistas e uma acentuada preocupação com a questão do ensino de história. Como código disciplinar na cultura escolar, a História foi pensada por um vasto grupo de intelectuais, que construíram propostas sobre o papel da disciplina no processo de formação do cidadão republicano e sobre as estratégias de produção de narrativas escolares que tornassem o passado da nação inteligível para crianças e jovens.

Nesse contexto marcado por questionamentos e renovação das práticas de ensino da História, uma professora primária do Rio Grande do Norte, notabilizou-se como uma das mais profícuas escritoras de livros escolares nos últimos decênios do Império e da Primeira República. Isabel Urbana Carneiro de Albuquerque Gondim, nascida na vila de Papari, nos idos de 1833, atuou na docência nas escolas primárias de Natal, ao longo de grande parte da segunda metade do oitocentos, levando-se em consideração que ela foi concursada para a cadeira de ensino primário em 1866 e aposentou-se apenas em 1891 (MORAIS, 2003). Além disso, a partir do último quartel do oitocentos, passou a elaborar uma

significativa produção de livros escolares, destinados à formação de suas alunas e ao ensino de história pátria.

Isabel Gondim foi uma das professoras primárias de maior visibilidade na província do Rio Grande do Norte e contribuiu para a construção de um espaço de sociabilidades no qual as mulheres letradas atuavam no cenário cultural. Um cenário que contou com mulheres como Nísia Floresta, no primeiro momento e Auta de Souza no segundo. Isabel Gondim era a mulher que emergia no ensino. Observe a Figura 1.

Figura 1 - Professora Isabel Gondim no final do século XIX.



Fonte: Acervo particular de Jacira Gondim.

Ainda como docente de primeiras letras na provinciana cidade do Natal, no Império do Brasil, Isabel Gondim publicou o seu primeiro livro, "Reflexões às

minhas alunas", nos idos de 1873. Trata-se de uma obra que pensava a educação feminina em diálogo com importantes pensadores da educação do último quartel do oitocentos. Posteriormente, em 1885, ela publicou "Elementos da educação escolar para uso nas escolas primárias de um e outro sexo".

Percebe-se, que na primeira fase de escrita, Isabel Gondim tinha como eixo central de sua reflexão à prática de ensino e o papel do ensino primário na sociedade brasileira. Essa dimensão de escrita mudou consideravelmente, no período posterior a sua aposentadoria, constituindo a sua fase de maior produção de textos e de uma maior inserção na escrita de textos de teor histórico. Em tempos republicanos, a professora aposentada transmutaria em uma importante pensadora da História, por meio da produção de livros voltados para públicos mais amplos, utilizando-se linguagens pouco usuais na escrita na história. Com isso, ela escreveu livros como "Sedição de 1817 na capitania ora estado do Rio Grande do Norte", escrito em 1892 e publicado em 1908. Em 1900 ela publicou a primeira edição de "Brasil, um poema histórico do país". Em 1909 publicou "O sacrifício do amor: drama em cinco atos". Além disso, deixou o manuscrito "Rio Grande do Norte: noções históricas" e "Resumo da História do Brasil".

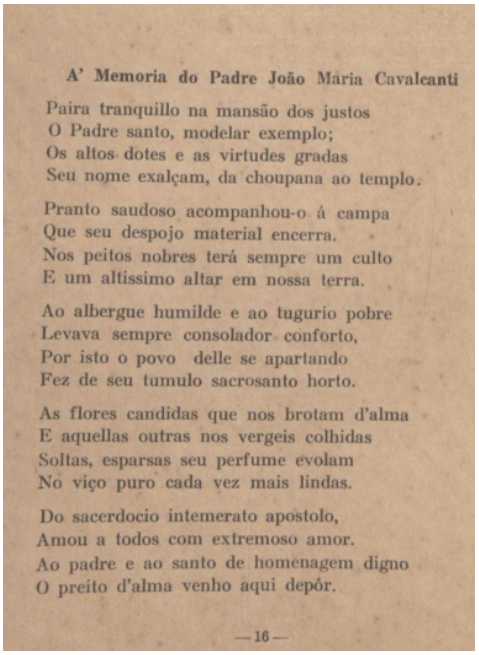
Diante dessa produção historiográfica, esse texto tem como escopo a escrita de livros escolares de História pela professora primária Isabel Urbana Carneiro de Albuquerque Gondim (1839-1933). Trata-se de uma intelectual que se notabilizou pelo exercício do magistério e produção bibliográfica, notadamente, peças de teatro, livros de poesias e textos de história. Desse modo, objetiva-se problematizar a construção da concepção de história gestada pela pensadora da história, bem como a sua mobilização da narrativa para a produção de leituras atinentes ao passado da nação de forma que se tornasse inteligível e sensível para os alunos.

Foram elencados como fontes centrais para a análise a produção historiográfica de Isabel Gondim, notadamente os livros "Sedição de 1817" e "O

sacrifício do amor". São dois livros que mobilizam uma reconfiguração da metodologia da história, na qual as memórias familiares são elencadas como recurso para a construção da "verdade histórica". De igual modo, são dois textos que se utilizam de novas linguagens para a construção da trama histórica, transitando entre uma história pública tingida pela esfera privada e a história em uma trama teatral.

Além disso, a história também emergia como poesia. A poética narrava a história e criava os mitos acerca dos heróis da pátria. Um exemplo disso foi a poesia em homenagem ao padre João Maria Cavalcante, publicada no livro A Lyra Singela.

Figura 2 - Poesia em homenagem ao padre João Maria.



A' Memoria do Padre João Maria Cavalcanti

Paira tranquillo na mansão dos justos
O Padre santo, modelar exemplo;
Os altos dotes e as virtudes gradas
Seu nome exalçam, da choupana ao templo.

Pranto saudoso acompanhou-o á campa
Que seu despojo material encerra.
Nos peitos nobres terá sempre um culto
E um altissimo altar em nossa terra.

Ao albergue humilde e ao tugurio pobre
Levava sempre consolador conforto,
Por isto o povo delle se apartando
Fez de seu tumulo sacrosanto horto.

As flores candidas que nos brotam d'alma
E aquellas outras nos vergeis colhidas
Soltas, esparsas seu perfume evolam
No viço puro cada vez mais lindas.

Do sacerdocio intemerato apostolo,
Amou a todos com extremoso amor.
Ao padre e ao santo de homenagem digno
O preito d'alma venho aqui depôr.

—16—

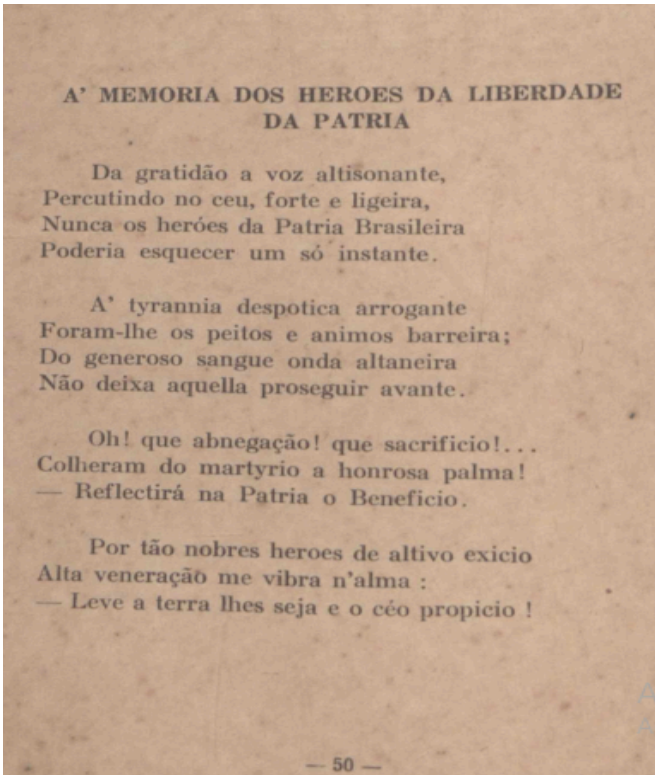
Fonte: A Lyra singela, 1930.

Os escritos da professora Isabel Gondim ao longo dos primeiros decênios republicanos denotam para uma atuação da docente como uma pensadora da História, ou seja, ela integrou um grupo de intelectuais que repensou a escrita da história pátria em seu processo de escrita e de ensino. Neste sentido, vasculhar a produção historiográfica da referida professora é um passo relevante no processo de

compreensão da historiografia brasileira e dos fazeres historiográficos no contexto da virada republicana, pois elucida como uma mulher, atuante no magistério primária de uma província do antigo norte do país pensava a história na questão da escrita e da difusão das narrativas históricas para públicos mais amplos.

Na poesia, Isabel Gondim também pensou a história da pátria, com a construção de narrativas que expressavam a dor da perda de familiares para os campos de batalhas das guerras, notadamente, a Guerra do Paraguai. Isso está presente no poema "À memória dos heróis da liberdade da pátria", como pode ser observado na Figura 3:

Figura 3 - Poesia em homenagem aos heróis da Guerra do Paraguai.



A' MEMORIA DOS HEROES DA LIBERDADE DA PATRIA

Da gratidão a voz altisonante,
Percutindo no ceu, forte e ligeira,
Nunca os heróes da Patria Brasileira
Poderia esquecer um só instante.

A' tyrannia despotica arrogante
Foram-lhe os peitos e animos barreira;
Do generoso sangue onda altaneira
Não deixa aquella proseguir avante.

Oh! que abnegação! que sacrificio!...
Colheram do martyrio a honrosa palma!
— Reflectirá na Patria o Beneficio.

Por tão nobres heroes de altivo exicio
Alta veneração me vibra n'alma :
— Leve a terra lhes seja e o céo propicio !

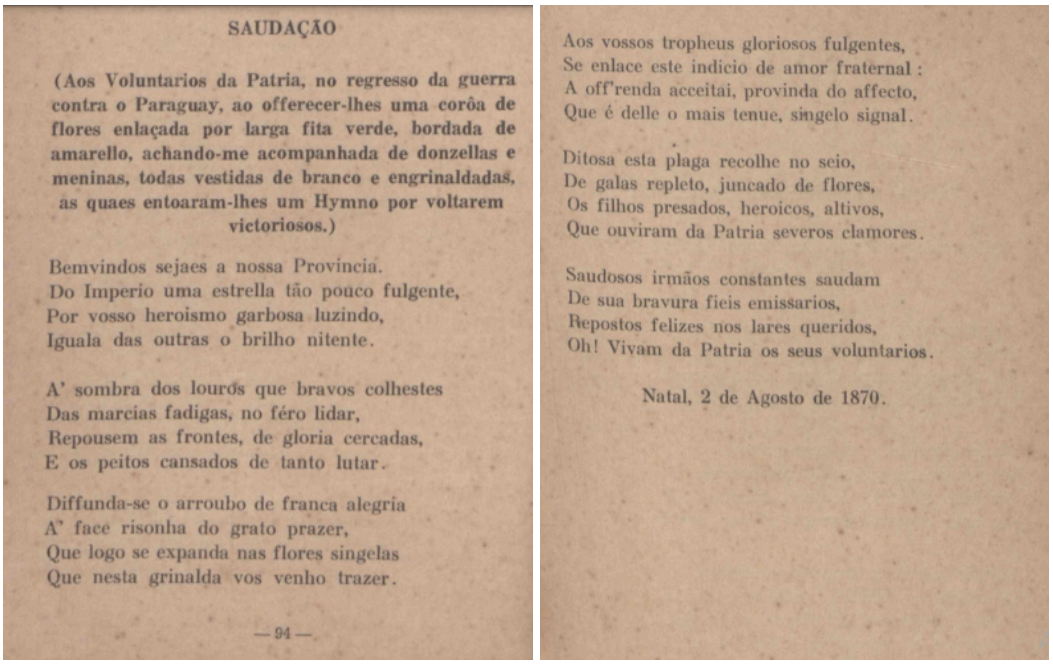
— 50 —

Fonte: A lyra singela, 1930.

A mulher letrada acionava a memória por meio da escrita literária. Uma literatura atravessada pela histórica, com forte teor cívico-patriótico, como uma lição

de sacrifício em prol do bem comum. Uma mulher que lamentou o sacrifício dos homens em defesa da liberdade e que cantou o retorno dos soldados como heróis de um momento de alegria, de reencontro de familiares. A história da pátria ocorria no espaço da casa, entre familiares. Uma história escrita na poética e no calor dos acontecimentos. Na poesia, Isabel Gondim enfrentava a temida história do tempo presente. Observe a Figura 4.

Figura 4 - Saudação aos voluntários da pátria.



SAUDAÇÃO

(Aos Voluntarios da Patria, no regresso da guerra contra o Paraguay, ao offerecer-lhes uma corôa de flores enlaçada por larga fita verde, bordada de amarello, achando-me acompanhada de donzellas e meninas, todas vestidas de branco e engrinaldadas, as quaes entoaram-lhes um Hymno por voltarem victoriosos.)

Bemvindos sejaes a nossa Provincia.
Do Imperio uma estrella tão pouco fulgente,
Por vosso heroismo garbosa luzindo,
Iguala das outras o brilho nitente.

A' sombra dos louros que bravos colhestes
Das marcias fadigas, no féro lidar,
Repousem as frontes, de gloria cercadas,
E os peitos cansados de tanto lutar.

Diffunda-se o arroubo de franca alegria
A' face risonha do grato prazer,
Que logo se expanda nas flores singelas
Que nesta grinalda vos venho trazer.

— 94 —

Aos vossos tropheus gloriosos fulgentes,
Se enlace este indicio de amor fraternal:
A off'renda acceitai, provinda do affecto,
Que é delle o mais tenue, singelo signal.

Ditosa esta plaga recolhe no seio,
De galas repleto, juncado de flores,
Os filhos presados, heroicos, altivos,
Que ouviram da Patria severos clamores.

Saudosos irmãos constantes saudam
De sua bravura fieis emissarios,
Repostos felizes nos lares queridos,
Oh! Vivam da Patria os seus voluntarios.

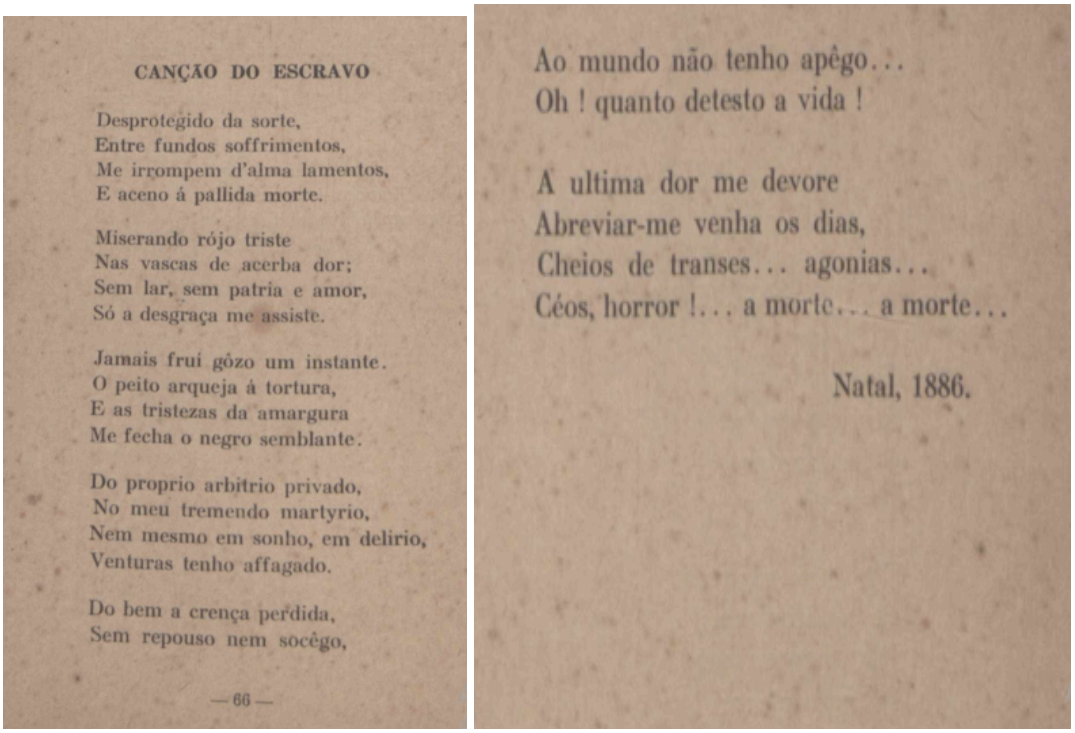
Natal, 2 de Agosto de 1870.

Fonte: A Lyra Singela. 1930.

Isabel Gondim emergia como uma mulher que pensava a história pátria com a mobilização de diferentes linguagens, como o teatro e a poesia. Além disso, cantava a liberdade. A liberdade da pátria, no contexto da Guerra do Paraguai, a liberdade de seu chão, no âmbito da sedição de 1817, ou, a liberdade da população negra escravizada, nos últimos suspiros do cativeiro, em sua canção ao escravo. É o cato que registrava as desventuras de uma gente que vivia neste solo como o outro,

tida como sem lar, sem pátria, nem amor. Um povo que vivia a plena desgraça. Um canto no qual a morte eclodia como um sonho de liberdade. Observe a figura 5.

Figura 5 - Canto do Escravo.



CANÇÃO DO ESCRAVO

Desprotegido da sorte,
Entre fundos soffrimentos,
Me irrompem d'alma lamentos,
E aceno á pallida morte.

Miserando rójo triste
Nas vascas de acerba dor;
Sem lar, sem patria e amor,
Só a desgraça me assiste.

Jamais fruí gôzo um instante.
O peito arqueja á tortura,
E as tristezas da amargura
Me fecha o negro semblante.

Do proprio arbitrio privado,
No meu tremendo martyrio,
Nem mesmo em sonho, em delirio,
Venturas tenho affagado.

Do bem a crença perdida,
Sem repouso nem socêgo,

— 66 —

Ao mundo não tenho apêgo...
Oh ! quanto detesto a vida !

A ultima dor me devore
Abreviar-me venha os dias,
Cheios de transes... agonias...
Céos, horror !... a morte... a morte...

Natal, 1886.

Fonte: A lyra singela. 1930.

Certamente, não se trata de uma mulher silenciada, sucumbida pela névoa do tempo. Em diferentes temporalidades, Isabel Gondim foi lembrada. Em seu tempo, dialogou com importantes nomes da intelligentzia nacional, participou de algumas agremiações culturais e intelectuais, publicou livros e artigos em jornais. No momento do falecimento, a sua memória foi fomentada pelos governos estaduais, por meio de homenagens na nomeação de logradouros públicos e de instituições de ensino. Nos fazeres historiográficos do tempo presente, Isabel Gondim também continua como um nome consideravelmente estudado, principalmente, no âmbito

da História da Educação, com ênfase para o seu pensamento educacional e da prática de ensino voltada para as meninas (MORAIS, 2003). Além disso, Isabel Gondim tem sido consideravelmente evocada como a voz de mulher do final do século XIX que expressa de forma significativa a visibilidade de mulheres intelectuais no Brasil do final do Império, em pesquisas que vislumbram os diálogos com outras mulheres de seu tempo, como Francisca Izidora (REVORÊDO, 2002) e Anna Ribeiro (MORAIS, 2008).

Desta forma, mesmo não estando no grupo de pesquisadores que vasculhavam os acervos documentais oficiais do país e de sua não participação efetiva nos círculos historiográficos, Isabel Gondim pode ser vista como uma pensadora da história que propôs alguns caminhos para a amplificação do processo de difusão do conhecimento histórico, como a exposição das narrativas do passado em dramas a serem encenados. Os seus escritos denotam uma preocupação em ver a história da esfera pública a partir da proximidade e intimidade das memórias privadas, do seio familiar. O seu enredo é enfeixado a partir dos bastidores familiares que testemunharam as angustias dos protagonistas da história. Uma história pensada a partir da intimidade, de porta adentro.

Por essa perspectiva intima e voraz, a narrativa histórica pensada por Isabel Gondim era um caminho para evocar o sentimento patriótico e coadunava com as prerrogativas cívico-patrióticas pensadas para o ensino de História nas escolas primárias. A complexidade de um passado temporalmente distante partira de uma realidade próxima, no espaço e no sujeito, respectivamente com o cenário do Rio Grande do Norte e das memórias familiares da própria autora. Se no âmbito da pedagogia moderna o ensino deveria partir do simples para o complexo, do próximo para o distante e do concreto para o abstrato, Isabel Gondim passava uma dimensão complementar desta prerrogativa, partindo do emotivo para o racional.

Além disso, os escritos de Isabel Gondim também possibilitam a compreensão de seu esforço de mobilização de diferentes estruturas narrativas para

a configuração de sua trama histórica. O passado evocado pela emoção e confirmado pelas memórias de entes familiares insuspeitos ou até mesmo pela autora transmutada em testemunha ocular, revela uma perspectiva de escrita da história muito destoante da premissa na qual o historiador deveria afastar-se do seu objeto, temporal e emocionalmente. Isabel Gondim trilhou um caminho oposto, ao apinhar-se nas veredas familiares para entender a história de sua pátria, enveredando de seus próprios testemunhos. Apesar de seguir caminho oposto da neutralidade, a pensadora da História galgava o mesmo fim de outros profissionais da história de seu tempo: chegar à verdade.

O ato historiográfico de chegar à verdade dos fatos por meio de uma escrita que expressava sensibilidade, poesia e intimidade, expressa um recurso operacional pouco operacionalizado por pensadores da história do período entre o final do século XIX e o emergir do XX. Neste sentido, também é relevante pensar como as obras da professora foram recebidas no meio intelectual. "O sacrifício do amor", que tem como escopo a história da Guerra do Paraguai, foi prefaciado pelo prestigiado intelectual Afonso Celso, integrante da diretoria do IHGB e autor de um dos maiores sucessos editoriais entre os livros escolares brasileiros: "Por que me ufano de meu país". O prestigiado autor do livro cívico ressalta as virtudes patrióticas na escrita de Isabel Gondim, capazes de contribuir para a formação de um nobre sentimento de amor à pátria. A autora também foi consideravelmente elogiada por intelectuais pernambucanos e norte-riograndenses, na ocasião de seu falecimento, nos idos de 1933.

Contudo, existem importante ressalvas à recepção de seus livros. A principal crítica ocorreu também em relação ao livro "O sacrifício do amor", com uma áspera resenha publicada pelo também renomado intelectual, Osório Duque Estrada, autor da letra do Hino Nacional Brasileiro. Em um texto mal-humorado, o intelectual fluminense elenca os erros de concordância do livro e o descreve como

inútil. Contudo, o fato do livro ter sido alvo de uma resenha já expressa a inserção da autora no círculo intelectual de seu tempo.

Outra questão que reverbera essa inserção é a participação de Isabel Gondim como sócia correspondente do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, desde o final do século XIX. Além disso, em várias ocasiões ela viajou para Recife, onde chegou a realizar conferências no Instituto Arqueológico sobre a Sedição de 1817, sendo bem recebida. É um forte indício de seu diálogo no campo intelectual. Contudo, em terras potiguares, a sua inserção foi muito mais lenta. Câmara Cascudo, proeminente historiador do estado, afirmava que ela não dialogava. Já o IHGRN, fundado em 1902, no mesmo contexto das publicações de Isabel Gondim, não a incluiu no seleto grupo de seus sócios. Ela iria se tornar sócia da principal instituição intelectual do Rio Grande do Norte somente nos idos de 1928, poucos anos antes do falecimento. São indícios de uma intelectual ambivalente na escrita e no fazer a história.

REFERÊNCIAS

GONDIM, Isabel. **O sacrifício do amor:** drama em cinco atos. Rio de Janeiro: Typographia Commercial, 1909.

GONDIM, Isabel. **Sedição de 1817 na província ora estado do Rio Grande do Norte.** Natal: Imprensa, 1908.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. Escritoras oitocentistas: Isabel Gondim e Anna Ribeiro. **Educação e Linguagens.** Ano 11, nº 18, 2008, p. 84-106.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. **Isabel Gondim**: uma nobre figura de mulher. Natal: Terceirize, 2003.

REVORÊDO, Jacqueline da Silva. **Isabel Gondim x Francisca Izidora:** duas visões do amor no teatro no limiar no século XX. 2002, 193 f. Dissertação (Mestrado em Letras) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002 [Orientadora: Profª Drª Luzilá Gonçalves Ferreira].

SANTOS, Magno Francisco de Jesus; SANTOS, Ane Luíse Silva Mecenas. "Nos plácidos campos do papel, aos golpes da pena": Isabel Gondim e a recepção dos livros escolares de História do Brasil (1873-1913). **Escritas:** Revista do Curso de História de Araguaína. V. 15, n. 1, Araguaína, 2023, p. 148-168. Disponível em: < https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/15971/21538 >. Acesso em: 16/01/2024.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. "Scenas da História do Brazil": Esmeralda Masson de Azevedo e a escrita de livros escolares de História para crianças. **Revista História Hoje.** V. 6, n. 12, Rio de Janeiro, 2017, p. 204-230.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Ecos da Modernidade:** a arquitetura dos grupos escolares sergipanos (1911-1926). São Cristóvão-SE: EDUFS, 2013.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. "Um conto moral que sirva de espelho da vida": Bathazar Goes, um intelectual pensando o ensino de História. **Interfaces Científica:** Educação. Vol. 7, nº 2, 2019, p. 23-34.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Aos pés da águia alada: os grupos escolares e a infância sergipana nos tempos de Graccho Cardoso (1922-1926). **Interfaces Científicas:** Educação. Vol. 2, nº 3, 2014, p. 59-70.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Ensino de História, espaços e cultura política bandeirante: José Scarameli e a escrita de livros escolares para crianças. **Revista História, Histórias**, v. 5, n. 9, p. 104-126, 2017.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. "Simples, atrahente e comovente": o ensino de História nos programas dos grupos escolares sergipanos (1912-1924). **História & Ensino,** v. 24, n. 1, 2018, p. 165-197.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. "Um operoso e erudito estudioso da história de nossa pátria": Raphael Galanti e o ensino de História do Brasil (1896-1917). **IHS, antigos jesuítas en iberoamérica.** Vol. 7, nº 10, 2019, p. 42-62.

SANTOS, Magno Francisco de. "Para felicidade dos povos que habitam este clima": Manoel Antônio Coriolano e a escrita da Notícia Histórica da Província do Rio Grande do Norte (1875-1881). **Muitas Vozes**. V. 11, Ponta Grossa, 2022, p. 1-13.

SANTOS, Magno Francisco de. "Um lugar proeminete entre os mais conscienciosos cultores da História Pátria": Miguel Archanjo Galvão e os fazeres historiográficos no oitocentos (1858-1898). **Temporalidades**. Vol. 16, n. 1, Belo Horizonte, 2024, p. 63-84.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. "Um operoso e erudito estudioso da história de nossa pátria": Raphael Galanti e o ensino de História do Brasil (1896-1917). **IHS,** antigos jesuítas en iberoamérica. Vol. 7, nº 10, 2019, p. 42-62.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. "Maior somma de factos históricos, elucidados com mais methodo": Américo Braziliense e a invenção do espaço paulista na escrita da história escolar (1873-1879). **Almanack**. N. 29, 2021, p. 1-51.

SOARES, Lênin Campos. Isabel Gondim, a historiadora. **Natal das antigas.** Natal, 2019. Disponível em: https://www.nataldasantigas.com.br/blog/isabel-gondim-historiadora . Consultado em: 02/05/2020.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38347

UM PASSADO A SER CELEBRADO:
comemorações e efemérides na Casa da Memória Potiguar (1917-1922)

Alícia de Brito Meneghetti Cunha[1]

RESUMO:
O século XX foi fortemente marcado por celebrações que se direcionaram para rememorar o passado do povo potiguar. Essa afirmativa se traduz com as celebrações do centenário da independência em 1922. Tais festividades eram promovidas especialmente pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) na tentativa de conduzir a população a direcionar seus olhares e seus corações para essas memórias. Neste artigo, analiso as comemorações referentes ao dia 12 de julho, que remetem ao 89° aniversário da morte de Frei Miguelinho. Esse evento se mostrou importante devido a representação que o Padre Miguel Joaquim de Almeida Castro possui na memória republicana devido seu martírio na Revolução Pernambucana. A pesquisa pautou-se nos textos publicados na revista do IHGRN, por meio de um número dedicado à questão.
PALAVRAS-CHAVE: IHGRN; Centenário; Frei Miguelinho; Memória Republicana.

A PAST TO BE CELEBRATED: commemorations and events at House of Memory Potiguar (1917-1922)

Abstract: The 20th century was strongly marked by celebrations that were aimed at remembering the past of the people of Rio Grande do Norte. This statement is reflected in the celebrations of the centenary of independence in 1922, for example. Such festivities were promoted especially by the Historical and Geographic Institute of Rio Grande do Norte (IHGRN) in an attempt to lead the population to direct their eyes and hearts towards these memories. In this article, I analyze the celebrations for July 12th, which refer to the 89th anniversary of Frei Miguelinho's death. This event proved to be important due to the representation that Father Miguel Joaquim de Almeida Castro represents in republican memory due to his martyrdom in the Pernambuco Revolution. The research was based on texts published in the IHGRN magazine, through an issue dedicated to the issue.
KEYWORDS: IHGRN; Centenary. Friar Miguelinho. Republican Memory.

[1] Graduanda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, bolsista do projeto: Um passado a ser celebrado: comemorações e efemérides no IHGRN (1917-1922).
Lattes:**https://lattes.cnpq.br/3036159312199493**. E-mail: aliciabmeneghetti@gmail.com

Introdução

Nos últimos anos, a historiografia brasileira tem revisitado a política cultural dos primeiros quatro decênios do século XX, ao destacar uma nova perspectiva sobre o período. Este estudo inclui a historicização do termo "República Velha", criado pelos ideólogos do Estado Novo (GOMES; ABREU, 2009, p. 1). Para esses intelectuais, os primeiros anos da República foram caracterizados por desorganização administrativa, descentralização política, violência e corrupção eleitoral, além de uma gestão cultural caótica e europeizante. Segundo Ângela de Castro Gomes e Martha Abreu, a Primeira República foi criticada por não valorizar os gêneros culturais nacionais e populares, preferindo imitar nações tidas como mais civilizadas. Seus críticos argumentavam que a República não conseguiu romper com os cânones elitistas e eurocentristas das artes e literatura, e não associou as manifestações populares à identidade nacional (GOMES; ABREU, 2009, p. 10).

Por outro lado, Gomes e Abreu propõem uma visão alternativa da Primeira República (1889-1930), argumentando que este período não foi de caos, mas de mudanças significativas. Políticos e intelectuais da época trabalharam para valorizar os costumes populares, e diversos agentes sociais. Músicos populares e grupos carnavalescos, por exemplo, associavam suas obras às glórias nacionais, e líderes negros usavam símbolos republicanos para valorizar suas identidades culturais (GOMES; ABREU, 2009, p. 13).

Neste contexto de renovação histórica, foi criado o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) em 1903, que se tornou um centro crucial para a pesquisa e divulgação da história norte-rio-grandense. A centralidade do IHGRN na historiografia estadual perdurou até o final do século XX. Para entender a historiografia do Rio Grande do Norte, é essencial analisar o papel dos

intelectuais em temas como o ensino de história e o patrimônio cultural, que eram centrais para a modernização do Brasil.

Este projeto levou a uma revisão do papel do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) na elaboração da história nacional Assim, surgiram estudos regionais e locais que estabeleceram novos parâmetros para a interpretação da história e geografia brasileiras, considerando as demandas do presente republicano. No Rio Grande do Norte, a fundação do IHGRN evidenciou uma proposta similar às de outras instituições regionais, buscando reafirmar a identidade dos pequenos estados dentro da federação (FREITAS, 2002, p. 22).

Portanto, é necessário compreender as ações dos intelectuais do IHGRN nas celebrações dos grandes episódios históricos estaduais, que refletem a proposta de escrita de uma história regional para diferentes públicos e culturas políticas republicanas. O processo de preservar e construir essa memória se estende para criação de heróis nacionais ou mártires, que é o caso de Frei Miguelinho devido seu martírio na Revolução Pernambucana, sendo apresentado como um exemplo a ser seguido. O esforço de esculpir essa ideia é feito através de festejos, pois como afirma Mona Ozouf [...] a festa é uma dócil maquinaria, pronta para ser montada e desmontada num abrir e fechar de olhos, tendo em vista as necessidades da causa." (OZOUF, 1976, p. 224). Sendo assim, as celebrações estão intrinsecamente ligadas ao poder de construir, remodelar e reafirmar o que quer ser lembrado, e consequentemente, esquecido.

As celebrações eram muito importantes para imprimir nesses cidadãos a efervescência do período, assim como a preservação do patrimônio, pois a criação dessa memória se baseava na democracia e nos direitos cidadãos, que são valores republicanos. Assim, quem exercia todo o aparato para que isso ocorresse era o IHGRN, responsável por articular festividades e mobilizar a população nesse

espaço. A historiografia oficial do Estado, produzida no sodalício potiguar, portanto, foi utilizada para fortalecer o sentimento de pertencimento à nação.

As festas, revelam-se como um mecanismo de "pedagogia temporal" Ozouf (1976, p. 217), pois são direcionadas a imprimir valores e aflorar memórias e sentimentos numa tentativa de construir o presente de acordo com os interesses de quem as realiza. As efemérides são posicionadas nas mãos de quem possui o poder sobre a memória e sobre a história, nesse caso, os intelectuais do IHGRN, portanto, não são ações inocentes, celebrar é é político e cultural. A festa desempenha um papel fundamental na construção de valores e na construção identitária de uma nação em transformação. A par disso, é importante entender o manuseio da memória e dos símbolos nesse recorte republicano. Para isso, esse artigo está organizado em três partes.

Metodologia e desdobramentos

Este plano de trabalho de iniciação científica foi desenvolvido através da metodologia da pesquisa histórica, abrangendo várias etapas de leitura, análise e produção de conhecimento, para que isso ocorresse, foi necessária a divisão em algumas etapas. Na primeira fase, foram realizadas leituras aprofundadas sobre temas voltados para a metodologia da pesquisa histórica, teoria da história, historiografia, ensino de história, patrimônio cultural e história do Rio Grande do Norte. Ao longo das leituras foram feitos fichamentos detalhados que apresentassem as ideias principais dos textos lidos durante reuniões quinzenais. Este processo colaborativo permitiu uma compreensão mais sólida e compartilhada para os orientandos, com o auxílio do orientador.

Simultaneamente ao primeiro momento, foi realizado um levantamento bibliográfico abrangente dos intelectuais vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN). O objetivo foi mapear a produção histórica durante a primeira metade do século XX, (1917-1922), com foco específico

na heurística dessa produção, ou seja, na análise das fontes e metodologias utilizadas pelos historiadores da época. A Revista do IHGRN foi uma fonte crucial nesta etapa, permitindo a examinação das características específicas da escrita historiográfica, os temas abordados e o público-alvo da publicação.

Ao mapear as produções históricas, os pensadores que atuaram ao longo da primeira metade do século XX no Rio Grande do Norte e os eventos realizados, foi possível identificar as principais temáticas abordadas, os modelos de escrita adotados e os espaços nos quais esses historiadores publicaram seus trabalhos, além do reforço de um padrão republicano de nacionalidade e identidade brasileira. Esta análise foi fundamental para um entendimento mais profundo da evolução da historiografia regional e das influências culturais e intelectuais que moldaram sua trajetória.

No segundo momento da pesquisa, foi feita a seleção e análise da produção historiográfica voltada para as questões do ensino de história e do patrimônio cultural, além de estender a pesquisa para os festejos, celebrações, homenagens e práticas cívicas. Os textos foram analisados como fontes históricas para compreender o modelo predominante de escrita da história e as diferentes concepções sobre o ensino que eram disseminadas até meados do século XX, e como essas ferramentas de ensino e as práticas governamentais eram enviesadas pelos intelectuais e pela força política da época. Esta etapa permitiu uma reflexão crítica sobre como a história era ensinada e valorizada em diferentes contextos educacionais e culturais.

Por fim, houve um forte estímulo para a condução da pesquisa de forma mais autônoma, reunindo as bibliografias trabalhadas, fontes e produções textuais em artigos, capítulos e resumos, com o intuito de publicação em revistas. Tendo como objetivo a disseminação do tema, dos resultados e o enriquecimento de currículo. Essa etapa é de fundamental importância, tanto para o público interno

quanto externo dos muros da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Como já mencionado, essa pesquisa englobou o recorte temporal da Primeira República, mais especificamente de 1917 a 1922, englobando os festejos do Centenário da Independência, informações ricamente contidas nos jornais e revistas do IHGRN. O intuito desse projeto foi entender como o ímpeto republicano, de construção de identidade e nação se desdobra por meio da educação, dos festejos, dos discursos, dos processos de construção dos heróis do estado e sua monumentalização e da prática política.

Esses registros se encontram nas páginas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. A historiografia potiguar se materializou dentro desse espaço por meio da presença de expoentes intelectuais, importantes para o corpo administrativo do estado, e da reunião de documentos acerca de algumas temáticas centrais da escrita da história regional, como o ensino de história e o patrimônio cultural. O periódico do IHGRN se dedicou a escrever e documentalizar os festejos, as homenagens e fomentar a formação de heróis nacionais a relatar os desdobramentos do Centenário da Independência no Rio Grande do Norte, por isso foi uma das principais fontes mobilizadas

De uma perspectiva quantitativa, foram trabalhados três volumes da revista, que são divididos por datas, o de 1917, o de 1920-1921 e o de 1922. Durante o desenvolvimento desse projeto ao mobilizar essas fontes, fica nítida a preocupação em construir uma identidade de Brasil aos moldes do republicanismo, É uma ampla quantidade de textos, que contêm desde de textos jornalísticos a discursos políticos e até mesmo a programação dos festejos, essa variedade de linguagens no qual a história se expressa foi fundamental no entendimento dos mecanismos que foram utilizados para moldar esse lugar e cultura republicanos. isso foi comprovado, dado

que, dentre produções analisadas, grande parte se encaixa nas características de necrológio ou homenagem póstuma.

Os sócios do IHGRN eram a elite letrada, que foi incumbida justamente de conduzir a população nessa missão de admiração e respeito por sua pátria republicana. Essas publicações atuavam como mecanismo de registro póstumo da remissão do Império, chegando ao período de brio e glória da República. Os heróis nacionais eram representados nessas produções como homens que possuíam certa relevância política, intelectual e militar, responsáveis por contribuir para o progresso do estado ou do país, pois lutaram ou participaram de movimentações que caminhavam rumo ao progresso, para longe dos erros do passado, buscando constituir essa nova forma de governo, que para escapar da instabilidade que se encontrava, buscava firmar suas bases e ser validada e reconhecida por um povo que se reconhecia como responsável e devedor por defender e apoiar sua pátria.

Outra fonte mobilizada foi o livro de Pe. José Freitas de Campos "*Miguelinho: Padre, herói revolucionário. Quem o conhece?* A obra aborda a participação de Frei Miguelinho ativa nas revoluções pernambucanas do início do século XIX, particularmente na Revolução Pernambucana de 1817 momento muito importante, pois os festejos dos 100 anos de sua morte em 1917 mobilizam muito a ideia de uma vida engajada pela pátria, apresentando o padre como um exemplo de herói a ser seguido, de sua bravura, coragem e honra. Para entender acerca do Obelisco do Pe. Frei Miguelinho na Praça Albuquerque Maranhão a dissertação *Por) entre pedra e tela: a construção de uma memória republicana (Natal - 1906-1919)* do autor Diego Souza de Paiva foi agigantada de informações sobre os significados subjetivos, sobre os escritos e possui uma interpretação muito rica acerca do impacto dos monumentos na vida cotidiana, além de discorrer acerca da construção física e como a criação dos espaços de memória foi fundamental para educar o povo republicano.

A partir da análise das fontes referentes aos últimos anos da Primeira República, foi possível traçar um perfil de como a cultura, política, e sociedade foram conduzidas para partilhar esses repertórios intelectuais e morais. Fazendo parte de um quadro social que se pretendia construir para aquela nação.

As páginas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte colaboraram, assomado de outras fontes corroboram para entender que caminho se trilhava. O recorte de 1922 revela um tempo de empenho republicano para que se construísse uma identidade, além do cenário nacionalista de 1910-1920. Por causa disso houve o florescimento de ordem intelectual, artística e cultural, com a intenção de construir esse espaço de estruturação do passado. Os festejos do centenário e os símbolos arquitetônicos aqui expostos visavam por meio desses elementos culturais e materiais atribuir significados e valores para a vida comum dessa gente potiguar. Elementos da história material, e da história das tradições são evocados para juntos, construírem a manutenção das continuidades do passado que desejavam ser retomadas.

Considerações Finais

Em síntese, o uso de efemérides é estratégico, pois para acessá-las não é preciso saber ler, nem escrever, atingindo a população de forma bem mais alargada. Ao mobilizar esse tipo de ferramenta, o IHGRN se torna participante ativo da construção do sentimento de pertencimento à República, amalgamando o movimento revolucionário ao ideário republicano posterior. A instituição forja, pouco a pouco, a identidade potiguar, por meio da conexão que se faz entre o passado heróico e o presente cívico.

Através da sacralização e da valorização do passado, a instituição mobilizou a população a aderir ao patriotismo e nativismo, reforçando a identidade coletiva e incentivando o engajamento. A memória coletiva foi potencializada pelas festas e cerimônias, que deixaram marcas profundas na pele e no coração e no calendário do

povo potiguar. O patriotismo avassalador despertado nesses eventos reforça o compromisso com o progresso e a renovação da pátria, buscando um Brasil republicano mais unido e progressista.

Através da pesquisa acerca desse festejo popular e do papel do IHGRN em realizá-lo e registrá-lo, foi possível compreender como as produções institucionais moldam a identidade coletiva, influenciando discursos, subjetividades e ações da sociedade. Em última análise, a pesquisa reforçou a potencialidade presente nas efemérides, nesse caso, atrelada a um herói nacional. Além do compromisso das instituições para construção da memória e da identidade. Por meio do aprofundamento nesse campo, podemos ampliar nossa compreensão das dinâmicas sociais e políticas que moldam as narrativas históricas e patrióticas.

Ao reconhecer o papel das festas populares e das instituições na criação e transmissão de memórias coletivas, podemos contribuir para uma reflexão mais profunda sobre a construção da história e da cultura em nossas sociedades. Comemorar é educar memórias.

REFERÊNCIAS

ALVES, Fabíola Cristina. *Monumento à Independência: uma obra de Bibiano Silva em Natal (RN).* 1920, Rio de Janeiro, v. XVI, n. 2, jul.-dez. 2021. https://doi.org/10.52913/19e20.xvi2.05

BONALDO, Rodrigo Bragio. *Comemorações e efemérides*: ensaio episódico sobre a história de dois paralelos. 2014. 314 p. Tese de doutorado (Pós-graduação em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

BUENO, Almir de Carvalho. Visões de República [recurso eletrônico] : ideias e práticas no Rio Grande do Norte (1880-1895) / Almir de Carvalho Bueno. – Natal, RN: EDUFRN, 2016. p. 314.

CAMPOS, José Freitas. Miguelinho: padre herói revolucionário : quem o conhece? / Pe. José Freitas Campos. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, [2020], p. 123.

COSTA, Bruno. Porque tem solennizado as famosas datas da nossa historia". In: Costa, Bruno. *A CASA DA MEMÓRIA NORTE-RIO-GRANDENSE*: O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e a construção do lugar do Rio Grande do Norte na memória nacional (1902-1927). Porto Alegre: UFRGS, 2017

COSTA, B. B. A. da. *A emergência do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: como, para que e por quem foi criado*. Revista de História, n. 179, p. 1-27, 2020. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2020.160169.Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/160169. Acesso em: 7 abr. 2022.

CERTEAU, Michel de. A Escrita da história/Michel de Certeau; tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica [de] Arno Vogel. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DURKHEIM, Émile. As Formas Elementares da Vida Religiosa. Ed. Martins Fontes, São Paulo, 1996.

GOMES, Ângela de Castro; ABREU, Martha. A nova "Velha" República: um pouco de história e historiografia. *Revista Tempo.* Vol. 13, nº 26. Rio de Janeiro, 2009.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva.* São Paulo: Centauro, 2003. p.30.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: História e Memória. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1994, p. 462.

MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos: o centenário da independência no Rio de Janeiro*: CPDOC, 1992. 18f.

OZOUF, Mona. A festa: sob a Revolução Francesa. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. História: novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

PAIVA, Diego Souza de. (Por) entre pedra e tela: a construção de uma memória republicana (Natal - 1906-1919). 2016. 214 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. p. 146-147.

PEIXOTO, Renato Amado. Espacialidades e estratégias de produção identitária no Rio Grande do Norte no início do século XX. 2010

PROST, Antoine. A História se Escreve *In: Doze lições sobre a história*. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2008, cap 7, p 235-252.

REVISTA DO IHGRN. Natal, RN: Typographia M. Victorino A. Câmara & C., volume XIX, ns. 1 e 2, 1922. 394p.

SILVEIRA, L. B.; BUENDIA, M. P. *Da invenção da tradição* (ou de como os patrimônios nos inventam): notas sobre a patrimonialização do pastoreio na Espanha.

VIANA, H. do N. *A construção do espaço cívico: monumentos e rituais de memória na Natal republicana (1902-1922)*. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, v. 27, p. 1-44,2019, p. 22. DOI: 10.1590/1982-02672019v27e07. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/138800 Acesso em: 14 abril. 2022.

ZAMBONI, Ernesta. Panorama das pesquisas no ensino de História. *Saeculum*. Nº 6/7. João Pessoa, 2001, p. 105-117. Disponível em: http://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/11268/6383.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38483

PALCO IMPRESSO:
A "Questão de Grossos" e o conflito narrativo entre os personagens locais (1901-1905)

Mateus Sávio Rodrigues de Oliveira[1]

RESUMO:
Este artigo tem como objetivo analisar a "Questão de Grossos", uma disputa territorial entre o Rio Grande do Norte e o Ceará ocorrida entre 1894 e 1920, com foco no período de 1901 a 1905. A pesquisa investiga como as elites locais de Grossos utilizaram esse conflito na imprensa, explorando publicações em Jornal do Brasil, O Paiz, Correio da Manhã, A Notícia e Gazeta de Notícias. Considerando a imprensa como um espaço estratégico para os debates das elites, o estudo examina como esses grupos buscavam influenciar a opinião pública, promover a visibilidade territorial de Grossos e fortalecer suas próprias posições. Assim, Grossos é interpretado não apenas como um território em disputa, mas também como um espaço de disputas.
PALAVRAS-CHAVE: Questão de Grossos, conflito interestadual, imprensa, elites locais.

PRINTED STAGE: the "questão de grossos" and the narrative conflict among local actors (1901–1905)

ABSTRACT:
This article aims to analyze the "Questão de Grossos" a territorial dispute between Rio Grande do Norte and Ceará that occurred between 1894 and 1920, focusing on the period from 1901 to 1905. The research investigates how the local elites of Grossos leveraged this conflict in the press, exploring publications such as Jornal do Brasil, O Paiz, Correio da Manhã, A Notícia, and Gazeta de Notícias. Considering the press as a strategic space for elite debates, the study examines how these groups sought to influence public opinion, enhance the territorial visibility of "Grossos," and strengthen their own positions. Thus, Grossos is interpreted not only as a territory in dispute but also as a space of disputes.
KEYWORDS: Questão de Grossos, interstate conflict, press, local elites.

[1] Graduado em História pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e mestrando do Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ensino Superior do Seridó (PPGHC) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3371651921535957>. mtssavio@gmail.com.

Introdução

"[...] ainda que os mapas estejam há muito tempo no centro dos discursos sobre a geografia, raramente eles são lidos como textos "profundos" ou como formas de saber socialmente construídas" (HARLEY, p. 02). Bryan Harley (2016), em seu texto *Mapas, saber e poder*, argumenta que os mapas não são representações neutras, mas sim construções sociais que refletem os interesses de quem o constrói ou financia. Portanto, os mapas, para além de uma representação objetiva sobre determinado lugar, ele é uma forma de linguagem e/ou discurso, e deve ser lido e analisado como tal.

A partir dessa perspectiva, ao olharmos, hoje, despretensiosamente o mapa do Brasil, vemos um traçado de linhas[2] que representam as fronteiras externas – com outros países – e as fronteiras internas – entre os Estados. Ora, podemos dizer que isso é normal, afinal, elas servem para tecer as divisões administrativas. No entanto, esses traçados, que nos acostumamos a ponto de normalizá-los, possuem longas histórias, marcadas por conflitos cartográficos, argumentativos, políticos e econômicos.

A relativa paz[3] das disputas territoriais entre os Estados hoje é filha de resoluções do passado. Então, nesse momento é quase automático nos perguntarmos "onde", "como" e "por que" surgiram alguns conflitos territoriais no Brasil. E a síntese passa pela noção de que a terra, por ser valiosa, é objeto de disputa.

O desejo de se buscar a origem dos problemas está atrelado à característica curiosa e ao fascínio de se conhecer os eventos em sua completude, mas na ciência histórica isso é impossível, o que faz com que o fascínio pela origem logo se torne

[2] Que quase sempre são traçados simbólicos, que não possuem necessariamente barreiras físicas, mas que partiram, quase sempre, de um referencial geográfico como rios, morros e montanhas.
[3] Essa paz também é questionável, pois não raro ressurgem hoje conflitos entendidos como mal resolvidos, como o que existe entre o Ceará e o Piauí.

um desejo efêmero, ocupado pelo desejo de se conhecer as conjunturas dos acontecimentos dentro de um determinado contexto histórico.

Assim, ainda que cheguemos a pontuar e relatar os antecedentes das questões de limites entre os Estados do Brasil em fins do século XIX e início do XX, argumentando que uma parte significativa tem origem na época colonial, e que se originam a partir de interesses em expansão de terra pelas Capitanias, é importante ressaltar aqui que o nosso foco é trabalhar com a "Questão de Grossos", no contexto da Primeira República.

De acordo com Saul Fernandes (2016), em *O (In)imaginável elefante mal-ajambrado: A retomada da questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte e a formação espacial e identitária norte-rio-grandense (1894-1920)*, esse conflito existe desde o período colonial, mais especificamente em fins do século XVIII. Nesse período, em meio aos estancos de sal[4] e a proibição da produção de carne seca[5], que afetou a Capitania do Rio Grande, a Capitania do Ceará viu a necessidade e a possibilidade de pedir extensão territorial para aumentar suas posses para criação de gado e exploração do sal às margens do Rio Apodi (Mossoró).

A partir daí, ao longo do século XIX, houve inúmeros editais cearenses que eram confeccionados para estabelecer as linhas entre as Províncias. No entanto, eram sempre contestados pelo Rio Grande. Dessa forma, o problema dos limites entre as províncias eram sempre revividos de tempos em tempo, sem qualquer acordo.

Nesse sentido, podemos dizer que na Colônia e Império a disputa girava em torno do gado e do sal; e, na República, ela ganhou novos elementos: impostos e importação.

[4] O sal, em meados do século XVIII, foi alvo de "estancos", pela Coroa Portuguesa, que buscava a monopolização do produto, deixando o acesso licenciado a alguns poucos lugares, entre eles a Capitania do Rio Grande.
[5] Em fins do século XVIII, mais precisamente em 1787, a Capitania de Pernambuco proibiu as oficinas de carne seca no Rio Grande e permitiu a continuidade no Ceará.

Após alguns acontecimentos – instalação de escola e naufrágio de navio, cujo imposto foi cobrado pelo Rio Grande do Norte –, o Ceará reviveu o desejo de definir os limites, pois entendia que seu território estava sendo invadido. Começando assim, em 1894, a batalha jurídica e política, com consensos e desentendimentos, que resultou na vitória do Rio Grande do Norte, em 1920[6], após os Acórdãos de 1908, 1915 e 1920.

A partir dessa breve contextualização, vemos que a proclamação da República, ainda que estabelecesse um novo regime, trouxe consigo muitas marcas e permanências do período colonial e imperial, entre eles os conflitos territoriais internos, que, afinal, eram resultados de fronteiras mal delimitadas – que está intrinsecamente relacionado ao processo, do ponto de vista colonizador/litorâneo, de desconhecimento ao "conhecimento" dos sertões. O desconhecimento preciso do lugar fazia com que a fronteira fosse maleável, mas à medida que se conhecia e necessitava de expansão territorial – desejo mediado pela cobiça política e econômica – se aumentava o acirramento e as batalhas de palavras a respeito do lugar disputado.

Esse acirramento, que desemboca na batalha de palavras, fazia com que cada Estado produzisse sua própria representação[7] sobre o lugar disputado, na tentativa de forjar uma identidade e atrelar a história do lugar à história do Estado – fato que ocasionava a formulação de representações antagônicas, e desconsiderava a própria identidade local em detrimento de uma oficial.

---

[6] Que pôde inserir, de forma legal, a região contestada em seu mapa – como uma peça de quebra-cabeça que faltava para formar o elefante. Essa analogia se trata de uma técnica mnemônica, que auxilia o processo de memorização. Diz-se que "[...] o Rio Grande do Norte é o que se assemelha a um elefante mal feito" (FERNANDES, 2016, p. 18).

[7] Para Chartier (2002), a realidade é mediada pelas representações. Portanto, elas não significam a realidade em si, mas são lentes que mediam a nossa interpretação sobre o mundo. Assim, nesse caso específico da "Questão de Grossos", cada Estado, interessado na argumentação histórica de que o lugar disputado pertencia a ele, criava representações sobre o lugar, na tentativa de criar uma identidade e produzir símbolos. Ou seja, era uma tentativa de construir sentidos e significados – o que faz com que a disputa territorial também ganhe episódios de disputas simbólicas.

Apesar de todo enfoque na "Questão de Grossos", é válido ressaltar que ela é apenas uma entre uma série de conflitos dessa espécie que existiam no período da Primeira República. Vejamos:

Tabela 1: Andamento das questões de limites após a Proclamação da República (adaptada)

	Estado	Divergente
01	Mato Grosso	Pará
02	Paraná	Santa Catarina
03	Minas Gerais	Espírito Santo
04	Mato Grosso	Amazonas
05	Rio Grande do Norte	Ceará
06	Amazonas	Pará
07	Amazonas	União
08	Bahia	Goiás
09	Bahia	Piauí
10	Rio de Janeiro	Espírito Santo
11	Minas Gerais	Goiás
12	Paraná	São Paulo

13	Paraíba	Ceará
14	Pernambuco	Paraíba
15	Pernambuco	Ceará
16	Paraíba	Rio Grande do Norte
17	Minas Gerais	Bahia
18	Minas Gerais	São Paulo
19	Goiás	Pará
20	Goiás	Mato Grosso
21	Piauí	Maranhão
22	Minas Gerais	Rio de Janeiro
23	Piauí	Ceará
24	São Paulo	Rio de Janeiro
25	Distrito Federal	Rio de Janeiro
26	Pernambuco	Alagoas
27	Santa Catarina	Rio Grande do Sul
28	Bahia	Pernambuco
29	Bahia	Sergipe
30	Bahia	Espírito Santo

Fonte: FERNANDES, Saul. Brasil em Pedaços: a história das questões de limites interestaduais (1889-1930). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2022, p.114-115.

Vemos na tabela 1 que a "Questão de Grossos" era uma disputa normal para a época. Ela não estava isolada e nem era anormal. Era filha de seu tempo. A Primeira República, do ponto de vista territorial, funcionou como a era das definições – não à toa, após a primeira década do século XX, existiam pressões do poder Federal para que as pendências fossem resolvidas; e no caso específico de Grossos, que foi uma das últimas a se resolver, ao se aproximar da década de 1920, a indicação era que a solução fosse resolvida antes de 1922, ano do centenário da independência. Essas pendências eram um grande problema para a imagem de um Brasil uno que a República desejava transmitir.

Críticas historiográficas e a novidade deste trabalho

O assunto dos limites interestadual entre o Ceará e o Rio Grande do Norte, por mais comentado que seja ao longo dos anos, não está esgotado. Muito pelo contrário, fazendo uma consulta na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no Scientific Electronic Library Online (Scielo), podemos argumentar que por mais que tenhamos a impressão de que a "Questão de Grossos" passou e perpassou incontáveis vezes pelo crivo da historiografia, essa é uma impressão errônea em nível de pós-graduação. Afirmação que abre espaço para outra afirmação: ela foi, sim, bem documentada, bem relatada, mas por sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHG-RN) e do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará (IHGA-CE), memorialistas, relatos orais ou até mesmo peças teatrais; mas poucas vezes na academia. Segundo Saul Fernandes (2016) e a pesquisa demonstrada acima, os únicos trabalhos localizados e a terem a "Questão de Grossos" como objetivo principal são: 1) Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado *A questão de Grossos: a formação do território do Rio Grande do Norte e a Historiografia local*, de Rosa Costa (2004); 2) a dissertação intitulada *O (In)imaginável*

elefante mal-ajambrado: A retomada da questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte e a formação espacial e identitária norte-rio-grandense (1894-1920), de Saul Fernandes (2016); e eu acrescento mais uma monografia intitulada 3) *Batalha de palavras: a 'Questão de Grossos' na imprensa cearense durante o governo Nogueira Accioly (1896-1912)*, de Mateus Oliveira (2023).

Falando respectivamente sobre cada trabalho citado, podemos dizer que o TCC de Rosa Costa (2004) tem como objetivo analisar como a "Questão de Grossos" foi importante para contribuir para a formação dos limites do Estado do Rio Grande do Norte e a sua relação com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHG-RN) – produtor de identidade local –, Instituto fundado em 1902, motivado pelo litígio.

Saul Fernandes (2016), seguindo uma linha aproximada com Costa (2004), na perspectiva de identidades, tem como objetivo entender a formação do território do Rio Grande do Norte a partir da questão de limites com o Ceará. Esse trabalho deve ser considerado essencial para quem deseja pesquisar o tema, uma vez que se torna importante, além de outras questões, por: 1) rejeitar o tratamento da Questão de Limites com simplicidade e abreviada, como, por exemplo, trabalhá-la como uma simples questão do sal (que pode e deve ser vista com uma das causas); 2) reforçar que o espaço não é dado ou natural, ele é construído, ou seja, é fruto de uma formação histórica; 3) interessante para pensarmos o que o autor chama de geografia afetiva, como uma forma de falar que os espaços buscam estabelecer, durante o processo de construção de identidade, uma relação de sentimentos com os indivíduos, que se sentem pertencentes daquele lugar e se veem diferente do outro que está do outro lado da fronteira.

Mateus Oliveira (2023), que a partir das leituras dos dois acima, abriu margem para que a história dos limites interestaduais entre o Ceará e o Rio Grande do Norte pudesse ser analisada para além de uma batalha interestadual – que, de fato, não pode ser deixada de lado –, mas também intraestadual, no sentido que o

autor aponta que a "Questão de Grossos", no Estado do Ceará, durante o governo e oligarquia de Nogueira Accioly, foi usada como artefato argumentativo de combate mútuo entre os opositores políticos.

Todos esses trabalhos relatam muito bem o litígio, mas como todas as historiografias, não conseguem abarcar todos os pontos – e nem tem obrigação, já que possuem determinadas propostas. No entanto, em uma primeira leitura ou em uma leitura superficial podem nos deixar com a sensação de que não há espaço para futuras escritas, o que é um grande engano.

Retomando aos trabalhos citados, podemos dizer que todas essas discussões abriram margem para que este trabalho partisse da premissa de que a "Questão de Grossos" possui vários níveis, a partir do momento em que podemos dizer que ela foi 1) um conflito interestadual, ou seja, um embate entre os dois Estados; 2) um conflito intraestadual, no sentido que, para além da batalha entre os Estados, haviam conflitos internos e usos da Questão, à exemplo do Ceará, no trabalho de Mateus Oliveira (2023); 3) um conflito de interesse nacional, a partir do ponto de vista que o conflito interestadual não interessava e se chocava com o discurso do Brasil unificado; 4) um conflito a nível local, no sentido que não podemos acreditar em uma passividade ou silenciamento local, afinal, uma discussão sobre o território envolve diretamente os moradores locais, que nunca são mencionados pelas historiografias.

A partir da compreensão e esquematização dos níveis da "Questão de Grossos", partimos da premissa de que todos eles possuem ramificações e lacunas carentes de escritas, e em especial a história a nível local – cujos nomes dos personagens nunca foram mencionados nos trabalhos. O que desemboca na impressão de que se trata de um conflito sem rostos e interesses locais, ou seja, colocando Grossos apenas um lugar disputado, e não, também, um espaço de disputas.

Desconsiderar a perspectiva local é, de certa forma, desconsiderar a microanálise. E aqui, a premissa é de que, seguindo a lógica de Jacques Revel (1998), os atores sociais atribuem significado aos acontecimentos, é preciso também que olhemos para essas pequenas conjunturas, pois elas vão nos apresentar a complexidade e a singularidade dos fenômenos históricos. Desse modo, na "Questão de Grossos", precisamos do macro para conseguir observar a disputa a partir de um mirante, mas vejo o micro como essencial para que possamos ouvir as vozes locais e seus jogos de interesses.

Os usos da imprensa pelas elites locais

O caminhar da pesquisa nos revela muitas surpresas e caminhos que nem sempre imaginamos percorrer. Toda pesquisa, por mais planejada que seja, tem sempre toques de improvisos – e me arrisco em dizer que eles são a cereja do bolo, afinal, por mais que desejemos uma caminhada calma, são as surpresas que, por mais que nos deem um baque, dão emoção ao trajeto.

O início da trajetória desta pesquisa desejava ver como a "Questão de Grossos" era retratada na imprensa do Rio de Janeiro, capital do Brasil na época do conflito. No entanto, as fontes foram apresentando novas possibilidades, que foram levando a pesquisa a tomar novos rumos. Grupos de homens da região de Grossos enviavam telegramas para a imprensa a respeito do conflito, demonstrando antagonismos argumentativos. E isso nos levou a perceber que os rostos locais eram desconhecidos pelas historiografias.

A imprensa na Primeira República era financiada, de modo geral, por grupos políticos, os quais ela buscava formular representações e exportar suas ideias para fora do círculo, a fim de conquistar novos adeptos e/ou apoiadores. Não à toa, entre os impressos há, geralmente, intrigas e batalhas de palavras, pois há o entendimento de que a palavra tem poder e "uma notícia abala mais o governo do

que 30 artigos e 30 artigos não dão ao jornal a tiragem que uma notícia proporciona" (JORNAL DO BRASIL, 1901, p.1 Apud BARBOSA, 2007, p.23).

Estar dentro desses grupos e fazer as ideias circularem é uma forma de poder. Afinal, é através das palavras e do processo de formulação das representações que podemos buscar, segundo Chartier (2002), a institucionalização – no sentido de normalização – das práticas, ideias e ações. Nesse contexto, a imprensa é aparece como um instrumento fundamental para essa prática.

Os impressos, apesar de compartilharem características semelhantes, advindas de suas épocas, são ímpares e, portanto, necessitam de análises particulares. Assim, a partir daqui, destinarei espaço para tecer comentários sobre a escolha dos seguintes jornais: *Jornal do Brasil*, *O Paiz*, *Correio da Manhã*, *A Notícia* e *Gazeta de Notícias*.

A escolha por esses jornais se deu mediante ao afunilamento e proposta da pesquisa. Inicialmente, a opção pelos impressos do Rio de Janeiro se deve ao fato de que, por ser a capital do Brasil na época, era esperado que tivesse havido o debate nessas folhas, e de fato houve; essa primeira hipótese casa também com a preservação e digitalização das fontes, tornando-as mais acessíveis.

Em primeiro momento, busquei na Hemeroteca Digital por ocorrências sobre a "Questão de Grossos" entre 1894-1920, que fora citado em dezessete jornais diferentes, no entanto, parte das fontes foi sugerindo outros caminhos, com recortes menos explorados: os nomes de alguns personagens locais. A partir daí, a pesquisa foi afunilando no sentido a explorar apenas as ocorrências que tivessem os nomes dos personagens locais da região de Grossos. Fato que recortou os jornais e deixou apenas os cinco citados anteriormente.

Mais um fato foi crucial: o recorte temporal. As ocorrências agora se concentravam entre 1901-1905. Ora, é instigante, como pode um evento ocorrido entre 1894 a 1920, só ter a participação ativa desses personagens entre 1901 a 1905?

E o consenso que essa pesquisa busca estabelecer é: esse período é de efervescência. Não é que haja período tranquilo ou pacífico, mas há, sem dúvidas, momentos mais acirrados do que os padrões. E esse recorte se dá pelos seguintes motivos: 1) a aprovação do projeto de lei cearense de 1901, que elevava Grossos a vila do Ceará, que traz o Rio Grande do Norte a ser mais ativo no debate; com o acirramento e insatisfação cearense com os acordos não cumpridos, o evento 2) toma como ápice a ocupação de Grossos por praças do Ceará; e, ao longo dos anos, acaba havendo um esfriamento por volta de meados de 1905, onde este trabalho levanta a hipótese de que os ânimos das elites locais encontravam-se menos acirrados, e o litígio já se encaminhava para algumas resoluções que vieram a se confirmar a partir dos acórdãos de 1908, 1915 e 1920.

Cabe nos questionarmos agora sobre quem eram essas pessoas. Escrever na imprensa no início do século XX, período marcado pelo analfabetismo e exclusão social, não nos parece um feito banal, portanto, eram pessoas com considerável capital econômico e social.

Não obstante, destaco o nome de Francisco Solon e Manoel Liberalino, que este trabalho considera peças-chave. Ainda que as ocorrências apareçam sempre portando nomes, geralmente, de mais de um indivíduo, esses dois sempre estão sendo citados e em oposição um ao outro. Liberalino era, ao que apontam as fontes, intendente de Areia Branca, bem como líder do Partido Republicano da mesma vila; e Solon era, ao que apontam as fontes, dono de salinas na região.

Todas essas informações, desde a condição em publicar em jornais a suas posições sociais, permitem compreender esses personagens como elites locais. A respeito das argumentações, de um lado, Liberalino defensor da causa do Rio Grande do Norte, e, de outro, Solon defensor da causa do Ceará, eles quase sempre entravam em choque narrativo – e, ocasionalmente, quase físico. Solon e seu grupo eram quase sempre acusados de serem os "instigadores do caos", enquanto

Liberalino e seus aliados, por sua vez, eram acusados de perseguir Solon em suas visitas a Areia Branca.

Portanto, as fontes sugerem que há uma luta de representações entre as elites locais, cujas posições ainda estão em analise, mas já indicam um jogo de interesses e benefícios próprios. O ato de escrever para o jornal, acusando-se mutuamente e defendendo a causa de um determinado Estado, revela a conquista de opiniões do público político e jurídico – responsáveis por tomar decisões futuras –, a projeção territorial de Grossos e a projeção política de si mesmos. Nesse sentido, a imprensa se configura como um tribunal e/ou como um palco, onde não só se buscava conquistar, mas também encenar e formular representações – antagônicas. Assim, Grossos, a partir dessa perspectiva, deixa de ser somente o lugar disputado para ser também o espaço de disputas.

Considerações finais

Toda pesquisa em história, principalmente as que estão em desenvolvimento, devem carregam consigo a capacidade de adaptação, flexibilidade e sensibilidade para captar as lacunas e possibilidades disponibilizadas a partir das leituras sobre as referências teóricas e fontes.

O passado, tal qual aconteceu, nos chega através de fragmentos, que nem sempre podem ser totalmente compreensíveis, mas que nos ajudam a compreender o que aconteceu. E isso faz com que a historiografia sobre determinados acontecimentos sejam feitas a partir de junções e combinações – ou antagonismos –, que ou afunilam ou seguem outras propostas ou que problematizam, mas estão sempre agregando para a compreensão do passado.

Sob a orientação da professora Dra. Paula Rejane Fernandes[8] e a partir das leituras da historiografia sobre a "Questão de Grossos", a presente pesquisa visou trazer os vários níveis do conflito, mas também mudar o foco: olhar para o litígio a partir de dentro da zona litigiosa. Ainda que tenha sido um problema entre Estados e debatido juridicamente no Supremo Tribunal Federal (STF) e politicamente nas bancadas do Congresso, esse trabalho busca visualizar Grossos como um espaço ocupado e não apenas a ser ocupado. Por mais pacato que fosse o lugar disputado, existiam grupos sociais que promoviam sociabilidades, portanto, existiam interesses e divergências no local, o que o tornava um espaço de disputas.

Desse modo, o caminhar da pesquisa fez com que o pensar como Grossos foi abordado na imprensa fosse afunilado para pensar como as elites da região de Grossos se mobilizavam e usavam a Questão de Limites, através da imprensa, usando-a como palco para promover a luta de representações, para buscar influenciar a opinião pública, para promover a visibilidade territorial de Grossos e fortalecer suas próprias posições.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa**: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CHARTIER, Roger. **História cultural**: entre práticas e representações. Portugal, DIFEL, 2002.

COSTA, Rosa. **A questão de Grossos**: a formação do território do Rio Grande do Norte e a Historiografia local. Natal: UFRN, 2004.

[8] Possui graduação em História pela Universidade Federal de Campina Grande (2005) e mestrado em História pela Universidade Federal de Campina Grande (2009). Doutora em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (2014). É docente do Programa de Pós-Graduação em História do CERES - Mestrado em História dos Sertões (MHIST-CERES-UFRN). É integrante do grupo de pesquisa História dos Sertões (UFRN/CNPq). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6472282774896644>. paulafdes@ufrn.edu.br.

FERNANDES, Saul. **Brasil em pedaços**: a história das questões de limites interestaduais (1889-1930). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2022.

_____. **O (In)imaginável elefante mal-ajambrado**: A retomada da questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte e a formação espacial e identitária norte-rio-grandense (1894-1920). Natal: IFRN, 2016.

HARLEY, Brian. **Mapas, saber e poder**. Confins, n.5, p.1-24, 24 abr. 2009. Disponível em: <http://confins.revues.org/5724>. Acesso em: 05 abr. 2024.

OLIVEIRA, Mateus. **Batalha de palavras**: a 'Questão de Grossos' na imprensa cearense durante o governo Nogueira Accioly (1896-1912). Mossoró: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, 2023.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38339

NARRATIVA SANITÁRIA E CONTROLE SOCIAL:
A tuberculose e a configuração dos espaços de sociabilidade nas décadas de (1920-1930) no Brasil

Ávila Monteiro Silva[1]

RESUMO:
Este estudo analisa as práticas de vigilância sanitária em bares, restaurantes e cafés no Brasil durante o combate à tuberculose entre as décadas de 1920-1930. O objetivo é compreender como esses espaços foram tratados como focos de contaminação e como os trabalhadores da alimentação, especialmente garçons e cozinheiros, foram alvo de estigmatização e controle social. A pesquisa utiliza relatos de periódicos da época, que destacam os discursos sustentados por médicos e leis sanitárias, reforçando desigualdades e legitimando práticas de exclusão marcadas pela ideia de Michel Foucault de sociedade da normalização. As análises mostram que a vigilância nesses locais não apenas disciplinava esses corpos, mas também revelava a interação entre saúde pública, poder e estigmatização social do doente tuberculoso no período.
PALAVRAS-CHAVE: Tuberculose; Vigilância Sanitária; Espaços de Sociabilidade

SANITARY NARRATIVE AND SOCIAL CONTROL: tuberculosis and the configuration of spaces of sociability in brazil during the 1920s 1930s

ABSTRACT:
This study examines health surveillance practices in bars, restaurants, and cafés in Brazil during efforts to combat tuberculosis in the 1920s and 1930s. The aim is to understand how these spaces were treated as contamination hotspots and how food service workers, especially waiters and cooks, became targets of stigmatization and social control. The research draws on reports from periodicals of the time, highlighting discourses promoted by physicians and sanitary laws that reinforced inequalities and legitimized exclusionary practices, in line with Michel Foucault's concept of a normalization society. The analyses reveal that surveillance in these spaces not only disciplined these bodies but also exposed the interplay between public health, power, and the social stigmatization of tuberculosis patients during the period.

[1] Mestranda em História e Espaços pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGH/UFRN) e participa do Grupo de Pesquisa Corpus: Grupo de Estudos e Pesquisas em História dos Corpos e das Sensibilidades. Link do Lattes: https://lattes.cnpq.br/0598419670825453 E-mail: avila.monteiro.071@ufrn.edu.br

KEYWORDS: Tuberculosis; Health Surveillance; Spaces of Sociability

Introdução

As décadas de 1920- 1930 no Brasil foram marcadas por intensos esforços para combater a tuberculose, conhecida também, como doença do peito, tísica, peste branca, mal de Koch, dama branca, mal do século. Muitas foram as designações utilizadas para se referir a essa doença ao longo do tempo, seja na linguagem popular, literária, científica ou jornalística. Como destaca Bertolli, "nenhuma outra patologia incitou tanto os estudiosos – médicos, juristas, administradores públicos, religiosos, escritores e pesquisadores em geral – quanto a tuberculose" (Bertolli, 2001, P.28).

Associada à pobreza e à vulnerabilidade social, a tuberculose tornou-se foco de intervenções que extrapolavam os limites médicos e adentravam os espaços de convívio social, como bares, restaurantes e cafés. Este artigo analisa as práticas de vigilância e disciplinarização nesses locais, destacando como os trabalhadores da alimentação foram estigmatizados e controlados, sob a justificativa de preservar a saúde pública. A pesquisa também explora como essas práticas refletiam e reforçavam desigualdades sociais e econômicas do país nas referidas décadas, investigando como diferentes sujeitos e classes sociais configuraram e narraram esses espaços públicos através das práticas discursivas e da imprensa. A pesquisa considera ainda, como essas narrativas influenciaram a percepção e a gestão de determinados espaços urbanos.

Corpos tuberculosos e os discursos de controle nos espaços de trabalho

Entre as décadas de 1920-1930, a profilaxia contra o mal de Koch, como a tuberculose também era conhecida, adotou diversas formas que refletiam as tensões sociais e os preconceitos da época. O controle da reprodução dos indivíduos

acometidos pela doença, orientado pela eugenia, o estigma que comprometia sua integridade moral e física e o isolamento social imposto a esses doentes em sanatórios destacam práticas de prevenção que, longe de se limitarem ao âmbito médico, também revelavam estratégias de exclusão. Essas medidas não apenas visavam conter a disseminação da tuberculose, mas também a presença dos doentes tuberculosos em determinados espaços.

Todavia, o controle, a vigilância e a disciplinarização dos corpos acometidos pela tuberculose ocorreram de maneira ampla. Esses elementos integravam um sistema maior, projetado para identificar, excluir e julgar determinados indivíduos como ameaças à ordem social. Com o objetivo de proteger aqueles que, movidos pelo pânico, reagiam à presença do doente mais do que à própria doença, surgiram inúmeros discursos voltados para ambientes de grande circulação de pessoas. Bares, restaurantes, cafés e pensões passaram a ser alvos de atenção e controle, sendo frequentemente classificados como focos potenciais da disseminação da tuberculose. Essa percepção levou à intensificação da vigilância nesses espaços, que não eram apenas lugares de interação social, mas também considerados perigosos sob o ponto de vista sanitário.

Todavia, a lógica de controle não se restringia somente ao poder médico ou às instituições de saúde. Pelo contrário, ela foi redistribuída e internalizada por diversos setores da sociedade, amplificada por informações que circulavam amplamente por meio de jornais, revistas e campanhas públicas. Dessa forma, a população foi mobilizada para participar ativamente de um sistema de vigilância contínua, transformando o corpo doente em um alvo constante de observação e julgamento como destaca Michel Foucault:

> A disciplina é uma técnica de poder que implica uma vigilância perpétua e constante dos indivíduos. Não basta olhá-los às vezes ou ver se o que fizeram é conforme à regra. É preciso vigiá-los durante todo o tempo da atividade e submetê-los a uma perpétua pirâmide de olhares (Foucault, 1979, p. 106).

Nesse sentido, o poder disciplinar transcende o campo institucional para se infiltrar no tecido social, regulando corpos e comportamentos de maneira totalizante. A disciplina, como uma técnica de poder que regula os corpos e comportamentos por meio de uma vigilância constante, sugere que o poder disciplinar não se contenta em intervir pontualmente ou verificar o cumprimento das normas de forma esporádica. Em vez disso, ele opera de forma ininterrupta, sustentado por uma estrutura que assegura que os indivíduos estejam sempre sendo observados, direta ou indiretamente, por meio de uma pirâmide de olhares.

No contexto da profilaxia contra a tuberculose, essa ideia se manifesta de forma concreta. A vigilância sobre os doentes e sobre os ambientes considerados perigos de contágio reflete uma aplicação prática dessa disciplina proposta por Foucault. O controle não se limita às instituições de saúde, mas se espalha por toda a sociedade, transformando cada cidadão em um possível vigilante. Assim, a tuberculose deixa de ser apenas uma questão médica para se tornar um instrumento de controle social, estigmatizando e marginalizando grupos inteiros com base em características associadas à doença.

O perigo de contaminação pela tuberculose, circulava nesses espaços de grande fluxo de pessoas, como bares, restaurantes e pensões, conforme as narrativas da época. No entanto, o risco de contaminação não estava relacionado apenas à alta concentração de pessoas ou à circulação limitada de ar. O comprometimento das condições sanitárias e de saúde desses ambientes decorriam de uma série de fatores complexos, que iam além das condições físicas desses espaços.

Quando uma doença se espalha por uma sociedade, não se trata apenas de um problema biológico a ser erradicado, frequentemente se torna um veículo para a construção de culpabilidade, afinal, a forma como uma sociedade em um dado período lida com uma doença, reflete mais sobre as perspectivas e valores dos indivíduos que as interpretam do que sobre a própria condição em si (Sontag, 1984).

Historicamente, essa culpabilidade tende a recair sobre os grupos menos favorecidos socialmente, que acabam sendo responsabilizados pela propagação da doença. Esses grupos, na verdade, são as verdadeiras vítimas de um sistema social e econômico que não oferece as condições necessárias para evitar a exposição à doença. A negligência com as condições de vida e de trabalho são elementos que justificavam os altos índices de contaminação e mortalidade pela tuberculose no período.

O risco de contaminação pela tuberculose era considerado ainda maior segundo os discursos nos espaços que ofereciam serviços de alimentação. Embora as regulamentações sanitárias fossem rigorosas, elas não se aplicavam aos frequentadores desses locais, mas sim aos profissionais responsáveis pela preparação e pelo serviço de alimentos e bebidas. Isso se deve ao fato de que esses trabalhadores estavam em constante contato com o público, o que potencializava o risco de disseminação da doença. As profissões consideradas mais suscetíveis à tuberculose eram frequentemente destacadas nos jornais e revistas da época, entre essas, destacavam-se o padeiro, o garçom, o cozinheiro, a ama de leite e o jardineiro, profissões que envolviam grande exposição ao público, o que aumentava a probabilidade de contágio. A estigmatização desses trabalhadores refletia não apenas o medo da doença, mas também uma visão moralizante que associava determinadas funções sociais ao risco de transmissão da tuberculose:

> Dentre outros mecanismos de controle sobre as pessoas, mais do que sobre as doenças – sempre com ênfase para a tuberculose –destaca-se o controle nos espaços de trabalho e escolares. A criação da carteira de saúde (Art. 217), para muitas profissões a primeira condição para conseguir o emprego, seria importante mecanismo de controle, não sendo concedida a quem tivesse sido acometido pela tuberculose (Melo et al., 2021, p. 322).

A condição para se empregar era estar sadio, no entanto, aqueles que já estavam no ramo eram constantemente observados em seus ambientes de trabalho. Podiam até ser denunciados e forçados a realizar exames de sanidade. A exigência da carteira de saúde revela um processo de disciplina e exclusão, em que o poder não se

limitava ao diagnóstico da doença, mas também regulava o acesso ao mercado de trabalho. Assim, a saúde pública não apenas funcionava como critério de inclusão, mas também como um instrumento de marginalização. Ao excluir do mercado de trabalho aqueles que haviam sido acometidos pela doença, o sistema não visava apenas proteger a sociedade de um possível risco de contágio, mas também estabelecia uma hierarquia social, reforçando a estigmatização daqueles considerados doentes ou improdutivos, se apoiando no argumento da dimensão humanizante e regeneradora do trabalho (Lenharo, 1986, p. 87).

Esse tipo de controle demonstra como a tuberculose, era associada a questões de moralidade, produtividade e segurança social. O medo da contaminação servia como justificativa para práticas de exclusão e discriminação. A criação de barreiras para o acesso ao emprego, como a exigência de uma carteira de saúde limpa, denota como a tuberculose não era apenas vista como uma doença, mas também como um marcador social, colocando os afetados em uma posição de vulnerabilidade.

A atuação médica nos espaços de sociabilidade e o enfrentamento da tuberculose

O exercício de poder pela comunidade médica ia além das páginas dos meios de comunicação e do espaço clínico. Eles aplicavam seus saberes também em ambientes cotidianos, utilizando as leis sanitárias como pressuposto para controlar a saúde pública. Essas leis exigiam que os funcionários passassem por exames periódicos para detectar a presença do bacilo de Koch. Quando o bacilo era identificado, o profissional era afastado de suas funções, como medida para evitar a propagação da doença.

> Um dos medicos incumbidos daquele mister entrando casualmente num dos nossos restaurantes observando que o dono do mesmo, o cozinheiro e um dos "garçons" tossiam a cada instante e apresentavam o ´´facies`` dos tuberculosos, resolveu aplicar a lei, convidando-os ao exame de sanidade que redundou na verificação de que os pacientes eram portadores da "peste branca" (Jornal do Brasil, 1936, p.5).

O médico, incumbido da aplicação das leis sanitárias, observa de maneira casual o comportamento de trabalhadores em um restaurante. O dono, o cozinheiro e um dos garçons e, ao perceber sintomas como tosse frequente e características físicas associadas à tuberculose, decide aplicar a lei, convidando-os para um exame de sanidade, ou seja, a presença de sintomas visíveis da doença não apenas apontava um risco de contágio, mas também se tornava um meio de identificar e isolar os suspeitos.

Ter o peito encolhido era um dos sinais, pois remetia à uma respiração imperfeita. Quanto a outros indicadores mais comuns que deixavam as pessoas em alerta era o ato de tossir constantemente e de escarrar[2], "a tosse de forma insistente era motivo para discriminação, os olhares próximos atravessavam os ambientes com desconfianças de contaminação da moléstia estigmatizada" (Melo et al., 2021, P.326). O médico, portanto, passava a ter outra função, envolvendo também uma ação de fiscalização social. Nas revistas e jornais que circulavam nas décadas de 1920-1930 no Brasil, era comum encontrar nas denúncias feitas dos tuberculosos em seus ambientes de trabalho a palavra "facies", para designar o conjunto de características físicas comuns aos tísicos. Ou seja, a expressão facial do indivíduo denunciava a sua condição.

No entanto, a notoriedade do tuberculoso no ambiente de trabalho também se dava por estar ocupando uma função geralmente de preparar e servir alimentos para aqueles que possuíam uma posição diferenciada na sociedade. Os bares, restaurantes e cafés tidos como espaços de lazer e pontos de encontro tinham como clientela pessoas consideradas da alta sociedade. Aqueles que nas páginas dos jornais e revistas consumiam informações poderosas sobre a doença colocando-as em prática ao frequentarem os locais.

[2] Para o médico Ubiratan Pamplona, na Revista Educação Physica, o escarro era a pegada da passagem do tuberculoso mal-educado, desse modo, a escarradeira tornou-se um objeto símbolo de higiene ao mesmo tempo que disciplinava e controlava nos espaços segundo (Melo et al., 2021).

> Tal caracterização dos públicos nos cafés, referidas aos anos 20 e 30, sofre significativas alterações nos anos 40, conforme o depoimento do informante Antônio (66 anos): "Quem frequentava os cafés eram os funcionários públicos, os comerciantes, profissionais liberais, advogados, médicos, etc." (Lewgoy, 1988, p. 6).

Nos espaços considerados como "o lugar do discurso", frequentados pela elite, é possível observar um contraste social entre quem serve e quem é servido. Partindo do estigma de que a tuberculose era associada aos mais pobres, surgia a preocupação entre os membros da elite, que frequentavam esses locais, sabendo que os serviços oferecidos eram realizados principalmente por trabalhadores das camadas mais baixas da sociedade. Para que a profilaxia contra o mal que assolava o país nas décadas de 1920-1930 fosse eficaz, era necessária uma vigilância exacerbada, porém normalizada pela sociedade. Essa vigilância refletia não apenas o temor da elite pela doença, mas também o desejo de se afastar dos grupos estigmatizados como responsáveis pela sua propagação, reafirmando as desigualdades sociais presentes na época.

Para além do poder médico, estava o poder judiciário, que através da legislação aplicava a penalidade para aqueles que descumpriam as normas. Uma lei sanitária estabelecida no ano de 1935 obrigava os proprietários de locais públicos como bares, restaurantes, hotéis e entre outros estabelecimentos a prestarem exame de sanidade de todos os funcionários. No entanto, a união da medicina com o poder judiciário remetia mais a uma "caça aos tuberculosos", do que propriamente uma prevenção ao efetuar esses exames:

> Os controles de normalidade eram, por sua vez, fortemente enquadrados por uma medicina ou uma psiquiatria que lhes garantiam uma forma de "cientificidade"; estavam apoiados num aparelho judiciário que, de maneira direta ou indireta, lhes trazia sua canção legal (Foucault, 2020, p. 323).

A sociedade da normalização, proposta por Michel Foucault, se aplica diretamente ao contexto da tuberculose no Brasil nas décadas de 1920-1930. As normas eram claras e objetivas, delineando um padrão para os corpos que se

consideravam "normais" e excluindo aqueles que não se encaixavam nesse modelo. Um corpo saudável era valorizado, enquanto um corpo considerado degenerado, afetado pela tuberculose, não tinha lugar na sociedade e não deveria compartilhar espaços com os normais.

Para os médicos e sanitaristas encarregados de combater a doença, o enfrentamento da tuberculose ia além de uma questão social e de heroísmo, havia também uma dimensão econômica. O aumento expressivo dos casos gerou a criação de novos cargos e especializações, estimulando uma verdadeira "caça aos tísicos" e beneficiando profissionais da saúde que se viam no centro de uma mobilização sanitária que também gerava lucro e prestígio.

> Fontenelle, neste momento, encarna a garantia da saude da população carioca, combatendo em prol da prophylaxia plena da Cidade Maravilhosa. Iniciando a sua palestra comnosco, disse-nos o dr. Fontenelle: -"Para bem evidenciar o que tem sido os nossos serviços, basta dizer que, durante o anno de 1937, que está findando, a Saude Publica retirou, das mais importantes cafés e restaurantes do centro do Rio de Janeiro, 50 tuberculosos e 51 leprosos. (O Imparcial, 1938, p.1).

Além de reforçar a ideia de uma sociedade que se via como moderna e civilizadora, o discurso em torno da cidade maravilhosa prometia a saúde da população através da remoção daqueles considerados "moribundos"[3], conceito que Norbert Elias utiliza para descrever os marginalizados pela sociedade. Nas palavras do médico Fontenele, reforçadas pela credibilidade do jornal, ele apresenta ao público o resultado de seu trabalho: a expulsão dos tuberculosos de seus locais de trabalho. Como já mencionado, para ser contratado, era necessário provar a sanidade, mas, nesse mesmo período, discutia-se a regulamentação de algumas profissões, como a de garçom, para garantir que os trabalhadores fossem amparados pela lei. Enquanto a legislação não fosse oficialmente implementada, esses profissionais eram contratados informalmente, dificultando o acesso a qualquer tipo

[3] Norbert Elias, em sua obra *A solidão dos moribundos* (2001) faz referência aos doentes terminais que são entregues aos médicos e as estruturas hospitalares no geral, isolado dos amigos e dos familiares no fim da vida são denominados de moribundos.

de suporte caso fossem despedidos, especialmente por questões de saúde. Para os proprietários de estabelecimentos comerciais, a ameaça de contaminação levava ao fechamento de seus negócios, o que se tornava um desafio, pois a tuberculose, era a companhia fiel daqueles que a contraíam.

Conclusão

A análise das práticas de controle e vigilância sanitária em espaços de sociabilidade nas décadas de 1920 e 1930 no Brasil revela como a tuberculose foi instrumentalizada para além de uma questão de saúde pública, sendo transformada em ferramenta de exclusão social. Bares, restaurantes e cafés emergiram como cenários onde as tensões entre saúde, poder e desigualdade se materializaram, refletindo a aplicação prática do conceito foucaultiano de sociedade da normalização.

Os trabalhadores desses espaços, especialmente aqueles das camadas sociais menos favorecidas, foram alvos preferenciais de estigmatização, controle disciplinar e exclusão, ilustrando como a vigilância se estendeu do domínio médico para um regime de controle social mais amplo. As narrativas da época, amplificadas pelos meios de comunicação, reforçaram desigualdades estruturais ao retratar os corpos tuberculosos como ameaças à ordem social e à moralidade pública.

Por fim, este estudo evidencia que o combate à tuberculose, enquanto um marco de modernização sanitária, carregava também os estigmas e preconceitos de sua época. Ao destacar como essas práticas moldaram a percepção dos espaços urbanos e a vida de trabalhadores, a pesquisa contribui para uma compreensão mais ampla das interseções entre saúde pública, poder e desigualdade social no Brasil, oferecendo reflexões relevantes para o debate contemporâneo sobre a relação entre vigilância, controle e saúde.

REFERÊNCIAS

BERTOLLI FILHO, Cláudio. **História Social da Tuberculose e do Tuberculoso: 1900-1950**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos, seguido de envelhecer e morrer**. 10. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade 1: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 10. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da medicina social. In: Microfísica do poder**. 5. ed. São Paulo: Edições Graal, 1979. p. 79-100.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas: Papirus, 1986.

LEPROSOS E TUBERCULOSOS. O Imparcial, 01 jan. 1938. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/107670_03/10992. Acesso em: 02 nov. 2024.

LEWGOY, Bernardo. **Os cafés na vida urbana de Porto Alegre (1920-1940): As transformações em um espaço de sociabilidade masculino**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MELO, F. E. de; GONÇALVES DE SOUZA, R. A.; ANJOS, D. S. O. dos. **Biopoder e saber médico.** *Revista Espacialidades*, v. 17, n. 1, p. 317-344, 29 mar. 2021.

SONTAG, Susan. **A doença como metáfora**. Tradução de Márcio Ramalho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984. (Coleção Tendências; v. 6).

ÚLTIMA PROVIDÊNCIA. Jornal do Brasil, 17 jan. 1936. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_05/60991. Acesso em: 02 nov. 2024.

ST-04: PODER, SOCIEDADE E ADMINISTRAÇÃO NO RIO GRANDE DO NORTE DO OITOCENTOS

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38617

AS JUNTAS GOVERNATIVAS DO RIO GRANDE DO NORTE:
eleições e conflitos (1821-1822)

Adriel Pacheco Loiola Gomes[1]

RESUMO:
O início do século XIX na capitania/ província do Rio Grande do Norte, foi marcado por profundas agitações políticas. Dois eventos com grau de proximidade muito curto marcaram a história política do Rio Grande do Norte. Em 1817, a até então capitania, vivenciou uma experiência com um governo republicano instalado a partir da Insurreição de 1817. Ainda em 1821 foi implementado o sistema de Juntas de Governo Provisório. Com o perdão concedido a todos os envolvidos com a Insurreição de 1817, os presos na Bahia retornaram a suas províncias e puderam participar das eleições para Juntas de Governo Provisório e, com isso, houve novas disputas entre as elites locais vieram à tona. Este trabalho busca analisar os conflitos entre as elites locais nas Juntas de Governo Provisório entre 1821 e 1822.
PALAVRAS-CHAVE: Juntas de Governo Provisório; Rio Grande do Norte; Elites locais; Século XIX.

THE GOVERNING BOARDS OF RIO GRANDE DO NORTE: elections and conflicts (1821-1822)

ABSTRACT:
The beginning of the 19th century in the captaincy/province of Rio Grande do Norte was marked by profound political unrest. Two events with a very short degree of proximity marked the political history of Rio Grande do Norte. In 1817, the captaincy, until then, experienced an experience with a republican government installed after the Insurrection of 1817. Still in 1821, the system of Provisional Government Boards was implemented. With the pardon granted to all those involved with the 1817 Insurrection, those arrested in Bahia returned to their provinces and were able to participate in the elections for Provisional Government Boards and, with this, new disputes between local elites came to the surface. This work seeks to analyze the conflicts between local elites in the Provisional Government Boards between 1821 and 1822.

[1] Graduado em História Licenciatura pela UFRN, mestrando em História pelo PPGH-UFRN; Membro colaborador do Laboratório de Experimentação em História Social (LEHS/UFRN); Lattes: http://lattes.cnpq.br/6495176576823797 ; E-mail: oficialadrielpacheco@gmail.com.

KEYWORDS: Provisional Government Boards; Rio Grande do Norte; Local elites; 19th century.

Introdução

O inicio do século XIX na capitania/ província do Rio Grande do Norte, foi marcado por profundas agitações políticas. Dois eventos com grau de proximidade muito curto marcaram a história política do Rio Grande do Norte. Em 1817, a até então capitania, vivenciou uma experiência com um governo republicano instalado a partir da Insurreição de 1817.

O movimento iniciado no Recife, contou com a liderança do proprietário de terras André de Albuquerque Maranhão, morto na restauração da monarquia. Os envolvidos nesse movimento foram presos e levados para os cárceres da Bahia. Com a coroação de D. João VI, aqueles que não foram considerados "cabeças do movimento" receberam o perdão real e, em 1820, a Assembleia Constituinte das Cortes Extraordinárias, em Lisboa, concedeu perdão aos demais envolvidos.

A reunião das Cortes Extraordinária foi resultado direto dos acontecimentos do Porto, em agosto de 1820, liderado por um grupo burguês. Este grupo foi formado, em sua maioria, por uma elite composta por juristas, comerciantes e militares. Entre os objetivos com a "Revolução" do Porto se destaca a regeneração do reino e o retorno da Corte para Portugal, bem como a implementação de uma monarquia constitucional.

Com estabelecimento da Assembleia das Cortes Gerais e Extraordinárias, em Lisboa, as capitanias passaram para categoria de províncias e foi implementado o sistema de Juntas de Governo Provisório para aquelas que aderissem ao movimento constitucional. Com o perdão concedido a todos os envolvidos com a Insurreição de 1817, os presos na Bahia puderam retornar a tempo de participarem das eleições para Juntas de Governo Provisório na província do Rio Grande do Norte. Com o

retorno dos insurgentes, novas disputas por protagonismo e privilégios das elites locais vieram à tona. Assim, este trabalho buscou analisar o espaço político da província do Rio Grande do Norte pelas elites locais nas Juntas de Governo Provisório, tomando como objeto os membros eleitos para o governo da província entre 1821 e 1822.

As Juntas de Governo Provisório

O início do século XVIII, em Portugal, pode ser compreendido como o período da constituição de uma esfera pública. Ainda na segunda metade desse século, foram formados novos espaços para divulgação do e discussão do pensamento político que permaneceu latente até 1820, quando estourou o movimento constitucional, no Porto (Neves, 2003, p. 32). O ano de 1821 foi apontado como tempo do constitucionalismo a partir da difusão da concepção da política liberal (Neves, 219, p. 56-58). De acordo com a historiadora, o liberalismo constituiu um elemento central para oposição ao Antigo Regime.

Antônio Manuel Hespanha (2019, p. 73), apontou para a revolução iniciada no Porto, em 24 de agosto de 1820, como um golpe burguês. Compunham essa burguesia, em sua maioria, juristas, comerciantes e militares da elite social do Porto. Esse grupo buscou não uma revolução, mais sim uma restauração, ou seja, o retorno de um estado anterior de assuntos políticos. Estes assuntos iam desde o retorno da Corte para Portugal até a recuperação da autonomia militar em relação às autoridades britânicas. Contudo, para Hespanha o centro do movimento estava pautado no estabelecimento de uma monarquia constitucional e, isso seria tudo menos uma "regeneração".

Foi a partir dos desdobramentos dos acontecimentos do Porto, em 1820, que no ano seguinte ocorreram As Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes de Lisboa de 1821. Márcia Regina Berbel (1999, p. 17) apontou para as Cortes como o lugar onde parlamentares se reuniram para "construir a nação portuguesa"

reorganizando o Estado português, tendo – as Cortes – transferido o poder político do rei para a nação. Neste momento foi determinada uma organização do espaço político que substituiu os governadores das províncias por Juntas de Governo Provisório. Alguns decretos recebidos por províncias do Brasil, como por exemplo, o de 1º de setembro de 1822, enviado a Pernambuco e o de 29 de setembro do mesmo ano que regulamentou as Juntas de Governo Provisório.

As Juntas de Governo Provisório, no Brasil, durante a primeira metade do século XIX, consistiam em modelo provisório de governo provincial, condicionado a adesão ao movimento constitucionalista em Lisboa. Maria do Socorro F. Barbosa (2008, p. 102) realçou que a implementação das Juntas, a partir da adesão às bases da constituinte, como uma estratégia das Cortes em tentar esvaziar o poder e a influência do Rio de Janeiro sobre as demais províncias do Brasil. Essa estratégia consistiu em retornar para Lisboa o *status* de centro político do império português.

O aspecto provisório empregado nas Juntas deu-se justamente pelo momento em que foi instituída. Seria a partir do estabelecimento de uma constituição portuguesa que se regulamentaria um modelo definitivo de governo provincial. Outro aspecto importante das Juntas foi o seu caráter de legitimidade dentro dos preceitos liberais pretendidos pelas Cortes (Chaves, 2017, p. 9), uma vez que eram compostas por membros da própria província eleitos em paróquia.

No Brasil, muito embora algumas províncias tenham recebido decretos específicos para regulamentação de suas Juntas, o decreto de 29 de setembro de 1821, regulamentou as Juntas de maneira geral a toda extensão desse reino. Entre estes outros decretos, destaca-se o de 1º de setembro de 1821 enviado para a província de Pernambuco. É imprescindível destacar que, a adesão às bases da constituição das Cortes em Lisboa foi aspecto fundamental para que se procedesse à instalação das Juntas. No Rio Grande do Norte, as bases da constituição foram

juradas pelo então governador da província José Inácio Borges, em 24 de maio de 1821.

De acordo com o decreto de 29 de setembro de 1821, as eleições para membros das Juntas de Governo Provisório deveriam ocorrer na paróquia da capital da província. Os eleitores paroquiais eram enviados pelas vilas da província e, por sua vez, também eram eleitos. Estavam aptos a concorrer à eleição aqueles considerados mais notáveis por seus conhecimentos, probidade e adesão ao constitucionalismo. Também era necessário ser maior de idade, estar no exercício pleno de seus direitos e possuir bastantes meios de subsistência provenientes de bens de raiz, comércio, indústria ou emprego. Estas exigências evidenciam o caráter restritivo da parcela social que podia compor o espectro político local.

O decreto estabeleceu o número de membros que irão compor o governo, sendo eleitos sete membros para as províncias da Bahia, Pará, Maranhão, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás. Para as demais províncias, seriam eleitos cinco membros. Critério estava baseado de maneira que, nas províncias que, até então, fossem governadas por capitães-generais, teriam sua junta composta por sete membros e, as demais, que fossem governadas por governadores, teriam cinco membros eleitos para o governo.

Considerando o texto do artigo 6º, ficaram competentes as Juntas toda a autoridade e jurisdição civil, econômica, administrativa e de polícia, na conformidade das leis já existentes. Assim, as Juntas podiam poder revogar, alterar ou suspender leis anteriores já existentes.

O decreto também estabeleceu que províncias onde, até à data do decreto, houvesse governadores e capitães-generais, estes estariam extintos passando a ter generais encarregados do Governo das Armas, à semelhança dos Governadores de Armas, em Portugal. O cargo de Governador de Armas seria ocupado pelo oficial de maior patente militar, qual a gratificação a ser recebida, sobre o regulamento que

regia o (de 1 de junho de 1678). Em caso de vacância, o cargo seria ocupado pelo oficial de maior patente, estando sujeito ao governo do Reino. A escolha do Governador de Armas era responsabilidade das Cortes de maneira independente das Juntas de Governo Provisório.

As Juntas de Governo Provisório na província do Rio Grande do Norte

O primeiro Governo provisório foi eleito em 3 de dezembro de 1821 e vigorou até 7 de fevereiro de 1822. A eleição ocorreu após o juramento das bases da constituição de Lisboa pelo governador José Inácio Borges.

Em carta remetida ao rei D. João VI e, temendo ser repreendido, justificava os motivos da demora na escolha dos deputados para representar a província nas Cortes de Lisboa[2]. O governador alegava um desabono provocado pelo ouvidor e corregedor Mariano José de Brito Lima ou pela própria negligência dos párocos e, por isso, estaria demorando a recepção das participações das vilas a respeito desse assunto. O governador enviou um ofício às vilas para que os eleitores paroquiais comparecessem na cidade do Natal no dia 3 de dezembro de 1821, a fim de se proceder às eleições.

Em outra correspondência entre José Inácio Borges e os membros da Junta de Governo Provisório de Pernambuco, o governador da província do Rio Grande do Norte comunicou que ainda não se havia procedido com o estabelecimento de uma junta. A justificativa seria a ausências de um direcionamento encaminhado pelas Cortes Gerais Extraordinárias sobre a extensão dos governos provinciais do Brasil[3]. A decisão de José Inácio Borges de passar o poder para um governo na conformidade da lei e, portanto, legítimo e, supostamente inquestionável.

[2] AHU_ACL_CU_018, Cx. 10, D. 656.
[3] SECRETARIA do interior e justiça. Documentos do arquivo: presidentes de províncias 1820-1821. Vol. III. Recife: Arquivo Público Estadual, 1950, p. 291.

Para solucionar a questão legal, o governador da província do Rio Grande do Norte usou como artifício jurídico o decreto basilar da eleição da junta da província de Pernambuco. A eleição ocorreu no dia 3 de dezembro baseada no decreto[4] enviado para a província de Pernambuco e, portanto, a junta não ficou na conformidade do decreto de 29 de setembro de 1821.

Por se basear nas condições de eleição da província vizinha, foram eleitos sete membros para compor o primeiro governo provisório. A eleição dos sete membros implicou na impugnação da junta eleita e, como solução, foram excluídos os dois membros menos votados. A primeira Junta de Governo Provisório ficou organizada conforme a tabela 1.

Tabela 1 - Membros da Primeira Junta de Governo Provisório

Nome	Cargo
Coronel Joaquim José do Rego Barros	Presidente
Padre Manoel de Melo Montenegro Pessoa	Secretário
Coronel Luiz de Albuquerque Maranhão	Membro
Padre Francisco Lumachi Melo	Membro
Sargento-mor Antônio da Rocha Bezerra	Membro
Sargento-mor Manoel Medeiros da Rocha	Membro excluído
Coronel Manoel Antônio Moreira	Membro excluído

Fonte: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA DO ARQUIVO NACIONAL. As juntas governativas e a Independência. Rio de Janeiro. V2, 1973. Documento 136.

Entre os membros eleitos, três deles puderam ser identificados como pessoas envolvidas na Insurreição de 1817. Foram estes o coronel Luiz de

[4] Decreto de 1º de setembro de 1821, enviado pelas Cortes de Lisboa para regulamentar a eleição da Junta de Governo Provisório da província de Pernambuco.

Albuquerque Maranhão, o Coronel Joaquim José do Rego Barros e o sargento-mor Antônio da Rocha Bezerra.

Conforme Iara Lis Carvalho Souza (1999, p. 115) muitos dos envolvidos na Insurreição de 1817 foram libertos porque o movimento vintista, que culminou na reunião das Cortes, declarou que aqueles presos por despotismo ou censura política. Por isso, muitos dos envolvidos na Insurreição de 1817 puderam retornar a tempo para concorrer às eleições.

Pouco tempo após a eleição da primeira Junta de Governo Provisório, se tomou conhecimento do decreto de 29 de setembro de 1821. A partir disso, se tomou conhecimento da incompatibilidade do número de membros eleitos para o governo. Como solução para que a Junta não fosse impugnada, os dois membros menos votados foram excluídos do governo.

Mesmo após adequar o número de membros, o primeiro Governo Provisório, enfrentou uma forte oposição, tendo o envolvimento de três dos cinco membros, inclusive do próprio presidente, com a Insurreição de 1817 pode ter corroborado para isso, sobretudo pela oposição enfrentada pela facção liderada pelo ouvidor Mariano José de Brito Lima e do, até então sargento-mor, Antônio Germano Cavalcante, recém-liberto dos cárceres da Bahia.

João Fragoso em A nobreza vive em bandos (2003) ao abordar os aspectos da sociedade colonial, do Rio de Janeiro, aponta para as alianças entre as elites regionais. O termo "facção", designando a aliança entre os membros de uma elite regional baseada na conquista e na interferência na política e na economia. Fragoso (2003, p. 12-14) também aponta que essas elites estavam continuamente em busca de novas conquistas para alojar as novas gerações de suas famílias e que contavam com mercês e títulos, concedidos pela Coroa, possibilitando o acúmulo de riquezas à margem da produção e do comércio, na medida em que uma elite se apropria do bem comum e dos recursos públicos, para fomentar suas fortunas.

Os cargos empregados por essas elites ofertavam ao seu titular a possibilidade de interferência nos mais importantes setores da sociedade, entre eles a economia e a justiça. Além disso, somavam-se os salários pagos pela Fazenda Real, as Cartas patentes dos oficiais, assim como, dos ministros do rei, que previam gratificações.

O período das Juntas de Governo Provisório foi um momento de muita agitação e manifestação política. Iara Lis Carvalho Souza (1999, p. 180) aponta que, nas províncias, sempre existiram muitos conflitos e rivalidades internas entre os grupos que disputavam o poder e na defesa de seus interesses.

O primeiro Governo provisório foi deposto pela tropa de primeira linha comandada pelo então sargento-mor Antônio Germano Cavalcante, uma das lideranças da facção que fez oposição ao governo. Os membros dessa facção constam na tabela 2.

Tabela 2 - Facção de oposição ao Primeiro Governo Provisório

Nome	Ocupação	Cargo
Antônio Germano Cavalcante	Sargento-mor	Comandante de 1º Linha
Mariano José de Brito Lima	Juiz	Ouvidor
Manoel Antônio Siqueira	Não identificado	-
Manoel Antonio Moreira	Sargento-mor	Secretário do 2º Governo Provisório
Manoel Joaquim Correio	Não identificado	-
Joaquim Raposo Torquato Câmara	Capitão de milícias	Escrivão da Vila de São José
Antônio José Leite Pinho	Não identificado	-

Manoel de Pinto Castro	Padre	Presidente do 2º Governo Provisório
Pedro Paulo Vieira	-	-
Inácio Nunes Correia Thomaz	-	-

Fonte: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA DO ARQUIVO NACIONAL. As juntas governativas e a Independência. Rio de Janeiro. V2, 1973. Documento 136.

Com a deposição da primeira Junta de Governo Provisório, foi organizada uma eleição extraordinária para um Governo Temporário. Esta eleição não contou com todos os eleitores das vilas da província e, por isso, não foi reconhecida por todas as vilas da província, como no caso de Portalegre, Príncipe e Princesa.

A eleição do Governo Temporário teria sido a maneira que os facciosos teriam encontrado para depor o Primeiro Governo Provisório e alcançar o poder na administração da província. O processo de destituição do Primeiro Governo Provisório e a instalação de um Temporário demonstrou o poder de ao menos uma parcela dessa elite local. O Governo Temporário, eleito em 7 de fevereiro de 1822. Os membros eleitos para o Governo Temporário encontram-se na tabela 3.

Tabela 3 - Membros do Governo Temporário.

Nome	**Cargo**
Francisco Xavier Garcia	Presidente
Matias Barbosa de Sá	Secretário
Francisco Xavier de Souza Júnior	Membro
Pedro Paulo Vieira	Membro
Inácio Nunes Correia Thomaz	Membro

Correspondência dos eleitores da paróquia da cidade do Natal, Extremoz, São José, Arez, Goianinha e Vila-Flor ao Imperador denunciando o presidente do governo provisório, seu secretário e o comandante do batalhão da primeira linha, pelo emprego de parentes e amigos.

Código do Fundo: AA. Fundo/coleção: Série Interior. Not : IJJ 9-195. Seção de guarda: CODES/DEL. cx. 5887, p. 141-?. Acervo: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Após a eleição o Governo Temporário foi instituído que, no dia 18 de março seguinte, seria realizada uma nova eleição para um novo governo provisório, na conformidade do decreto de 29 de setembro de 1821. A facção liderada pelo sargento-mor Antonio Germano Cavalcante, o coronel Manoel Antonio Moreira e o padre Manoel de Castro Pinto, se mostrou forte e influente no cotidiano político da província.

Com a deposição da primeira Junta de Governo provisório e a eleição do governo temporário, a facção consolidou seu poder com a eleição da segunda Junta de Governo Provisório, eleita como previsto no dia 18 de março de 1822. Os membros eleitos para a segunda Junta de Governo Provisório encontram-se na tabela 4.

Tabela 4 - Membros da segunda Junta de Governo Provisório.

Nome	Cargo
Manoel Pinto de Castro	Presidente
Manoel Antônio Moreira	Secretário
João Marques de Carvalho	Membro
Agostinho Leitão de Almeida	Membro
Tomás Araújo Pereira	Membro

Correspondência dos eleitores da paróquia da cidade do Natal, Extremoz, São José, Arez, Goianinha e Vila-Flor ao Imperador denunciando o presidente do governo provisório, seu secretário e o comandante do batalhão da primeira linha, pelo emprego de parentes e amigos. Código do Fundo: AA. Fundo/coleção: Série Interior. Not : IJJ 9-195. Seção de guarda: CODES/DEL. cx. 5887, p. 141-?. Acervo: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Dos cinco membros eleitos para a segunda Junta de Governo Provisório, dois eram cabeças das facções que lideraram a deposição da primeira Junta e

organizaram a eleição do Governo Temporário, sendo eles o presidente Manoel de Pinto Castro e o secretário Manoel Antônio Moreira. Este foi o mais longevo governo do período que corresponde aos anos de 1821 a 1824.

Conclusão

O estabelecimento das Juntas de Governo Provisório representou para as elites locais o poder de gozar de privilégios e autonomia inéditos (DOMINGOS, 2023, p. 223-224), entre eles, como aponta Marcelo Cheche Galves (2010, p. 64), o de escolha dos agentes políticos que compunham esses governos provisórios.

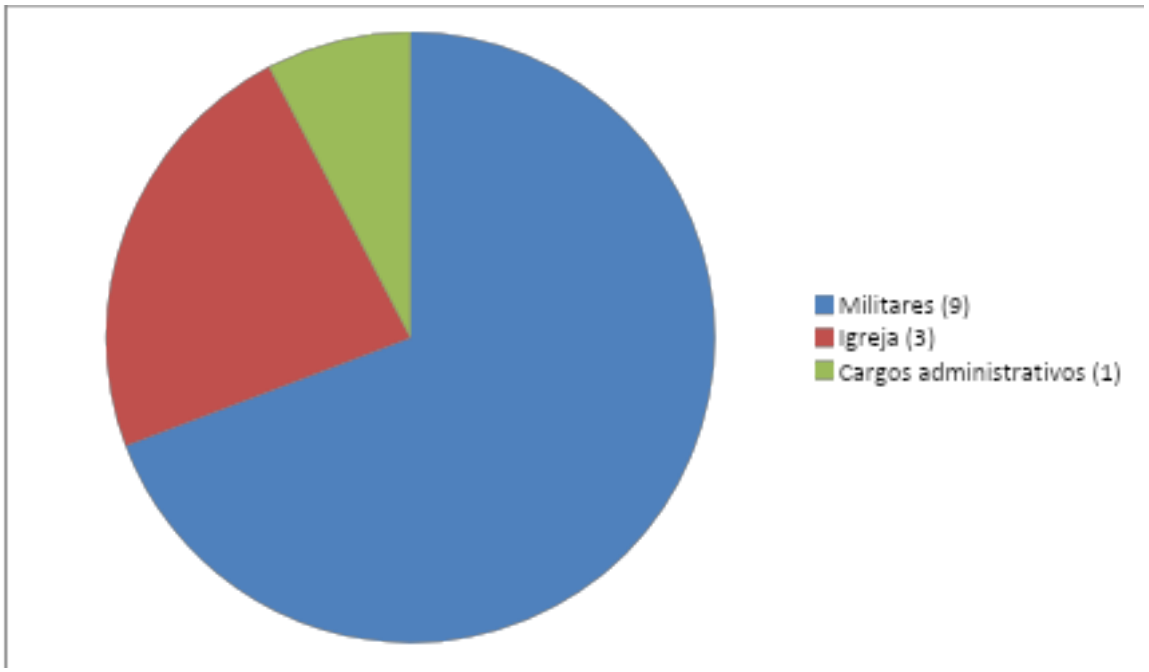
As disputas em torno das Juntas de Governo Provisório estão, em boa parte, associadas ao poder que compreendem a administração provincial. Hespanha (2019, p. 70) apontou para as províncias como unidades infranacionais com entidade política própria e, por isso, na escolha dos eleitores se mantinha um sistema eleitoral em que as elites exerciam sua predominância. Em se tratando da atuação das elites no sistema eleitoral e, considerando a ausência de uma homogeneidade, percebe-se uma forte disputa pelo poder administrativo da província por essas elites, certamente para assegurar seus interesses, indicar as pessoas que ocupariam cargos importantes na administração econômica e jurídica da província e estar a frente do poder executivo provincial.

Pierre Bourdieu define que um campo é microcosmo do Espaço social, que é a sociedade. O campo político é compreendido como o lugar das forças e das lutas que buscam transformar as relações das forças que conferem a este campo sua estrutura, sendo o campo que protagoniza o poder simbólico (Bourdieu, 1989, p. 163-164). O campo político corresponde ao espaço em que se geram, a partir da concorrência, os agentes que neles estão envolvidos. Deste modo, o campo do poder, as disputas pelo capital simbólico, e o desenvolvimento de habitus,

possibilitam a esses agentes serem mais competentes nessas disputas pelo domínio dos Campos.

Entre os indivíduos que ocuparam cargos dentro das Juntas de Governo Provisório e do Governo Temporário, incluindo os dois membros excluídos da primeira Junta, somam 17 indivíduos. As ocupações dos indivíduos que ocuparam cargos no governo entre dezembro de 1821 e janeiro de 1824 se encontram no gráfico 1.

Gráfico 1 - Membros dos três governos, entre dezembro de 1821 e janeiro de 1824.



Correspondência dos eleitores da paróquia da cidade do Natal, Extremoz, São José, Arez, Goianinha e Vila-Flor ao Imperador denunciando o presidente do governo provisório, seu secretário e o comandante do batalhão da primeira linha, pelo emprego de parentes e amigos. Código do Fundo: AA. Fundo/coleção: Série Interior. Not : IJJ 9-195. Seção de guarda: CODES/DEL. cx. 5887, p. 141-?. Acervo: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

As primeiras décadas do século XIX, na província do Rio Grande do Norte, foram permeadas por conflitos. Percebe-se que, desde a Insurreição de 1817 até o processo até o processo de instalação das Juntas de Governo Provisório, se

assiste a uma constante disputa pela hegemonia das elites locais nas diversas esferas do poder público da província.

Com uma menor interferência de um poder centralizador, fosse do Rio de Janeiro ou de Lisboa, os membros dessa elite política local puderam pleitear cargos nos governos através de eleições, bem como disputas, e defender seus interesses. Isso, por sua vez, catapultou diversos conflitos na disputa por poder e defesa dos interesses dos membros dessa elite local.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. Liberais constitucionalistas entre dois centros de poder: Rio de Janeiro e Lisboa. **Tempo** [em linha]. V. 12, n. 24, p. 98-125, 2008.

BERBEL, Márcia Regina. **A nação como artefato**: deputados do Brasil nas cortes portuguesas (1821-1822). São Paulo: Hicitec/ FAPESP, 1999.

CHAVES, Cláudia. As juntas da fazenda durante o processo de provincialização no Brasil. **Anais XII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E 13º CONFERÊNCIAS INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS**. Niterói: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, p. 1-14, 2017.

DOMINGOS, Marcus Caetano. **Já raiou a liberdade?** Constitucionalismo e governo provisório em Minas Gerais: entre projetos e práticas – (1821-1822). Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós Graduação em História. Franca, 427 f. 2023.

FRAGOSO, João. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. **Tempo**. Rio de Janeiro, nº 15, p. 11-35, jan., 2003.

GALVES, Marcelo Cheche. **Ao público sincero e imparcial:** imprensa e independência do Maranhão (1821-1826). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Rio de Janeiro. 356 f. 2010.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. O teatro: as origens da cultura política luso-brasileira e seus veículos de divulgação. In _____. **Corcundas e Constitucionais:** a cultura política da Independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2003 p. 27-53.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Nas margens do liberalismo: voto, cidadania e constituição no Brasil (1821-1824). **Revista de História das Ideias**. Coimbra v. 37, 2019.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. O imperador-contrato. In _____. **Pátria Coroada:** o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831). São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1999, p.107-205.

HESPANHA, Antônio Manuel; SILVA, Ana Cristina Nogueira. O quadro espacial. In. MATTOSO, José (coord.). **História de Portugal**. v. 4. Lisboa: Ed. Estampa, 1998, p. 35-41.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38567

A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA NORTE-RIO-GRANDENSE FRENTE AO FLAGELO DAS SECAS (1830-1880)

Yasmim Azevedo da Silva[1]

RESUMO:
Durante todo o século XIX, a receita da província do Rio Grande do Norte apoiava-se sobremaneira na arrecadação dos dízimos do gado *vacum* e *cavalar*. Localizando-se, contudo, este espaço administrativo em uma área castigada frequentemente pelas secas e suas consequências nefastas, a realidade norte-rio-grandense era marcada pela instabilidade administrativa na medida em que não era possível calcular um orçamento financeiro tão preciso frente à imprevisibilidade desta intempérie. Levando em consideração esta conjuntura, o presente trabalho pretende analisar, durante o período compreendido entre as décadas de 1830 e 1880, a relação entre o processo de institucionalização da justiça norte-rio-grandense e o fenômeno climático das secas. Atentando para as discussões presentes nos relatórios presidenciais acerca não somente da administração da justiça e das finanças, mas também das dinâmicas mais amplas ligadas à infraestrutura provincial, a exemplo do aparelhamento do corpo policial e a construção e o asseio das cadeias, objetivamos investigar como e até que ponto os efeitos da seca estiveram relacionados ao processo de consolidação do aparato judiciário nesta província.
PALAVRAS-CHAVE: administração da justiça; Rio Grande do Norte; finanças; gado; seca.

THE ADMINISTRATION OF JUSTICE IN RIO GRANDE DO NORTE IN THE FACE OF THE SCOURGE OF DROUGHTS (1830-1880)

ABSTRACT:
Throughout the nineteenth century, the revenue of the province of Rio Grande do Norte was heavily supported by the collection of tithes of cattle *vacuum* and *cavalar*. Located, however, this administrative space in an area frequently punished by droughts and their disastrous consequences, the reality of Rio Grande do Norte was marked by administrative instability to the extent that it was not possible to calculate such an accurate financial budget in the face of the unpredictability of this inclement weather. Taking into account this conjuncture, the present work intends to analyze,

[1] Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio Grande Norte. Mestranda em História pelo Programa de Pós-graduação em História, campus Central, da mesma universidade de formação. Bolsista CAPES. Integrante do Laboratório de Experimentação em História Social (LEHS/UFRN). Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/4730405468305308. Endereço de e-mail: yasmim.silva.700@ufrn.edu.br/ yasmimazevedods@gmail.com.

during the period between the 1830s and 1880s, the relationship between the process of institutionalization of justice in Rio Grande do Norte and the climatic phenomenon of droughts. Paying attention to the discussions present in the presidential reports about not only the administration of justice and finances, but also the broader dynamics linked to the provincial infrastructure, such as the equipping of the police corps and the construction and cleanliness of prisons, we aim to investigate how and to what extent the effects of the drought were related to the process of consolidation of the judicial apparatus in this province.
KEYWORDS: administration of justice; Rio Grande do Norte; finance; cattle; drought.

Introdução

O presente trabalho consiste em um desdobramento da pesquisa de mestrado que vem sendo desenvolvida, e que tem como objetivo central a análise do processo de institucionalização do aparato judiciário norte-rio-grandense no período compreendido entre as décadas de 1830 e 1880. A investigação das questões e das problemáticas inerentes à conformação assumida pela estrutura espacial da justiça no Rio Grande do Norte tem sido empreendida com base nas falas e nos relatórios dos presidentes desta província. A leitura atenta e pormenorizada destes documentos tem-nos levado à hipótese de que a realidade financeira da província consistiu em um fator significativo para a determinação do ritmo de construção e de consolidação da rede de comarcas neste território, embora essa explicação, enveredada pelo viés econômico, não ignora que fatores de outras ordens possam também ter assumido papel preponderante neste processo.

O estado das finanças provinciais

Um dos pontos em comum identificados em meio às palavras e às considerações registradas pelos diversos homens que assumiram o cargo da presidência da província do Rio Grande do Norte em seus relatórios é o estado de penúria e a instabilidade das rendas provinciais. Nos documentos deste tipo e relativos sobretudo à primeira metade do século XIX, uma das causas apontadas de

modo muito frequente para o péssimo estado dos cofres era a precariedade dos valores obtidos por meio da coleta dos dízimos do gado, especialmente o *vacum*, dado que, desde o período colonial, a atividade pastoril consistiu em um dos eixos econômicos de maior expressão no que dizia respeito à receita ordinária do Rio Grande do Norte (CASCUDO, 1987, 2011). Com relação especificamente ao século XIX, os valores especulados para o período de 1837-1838 com base nos rendimentos provenientes deste dízimo em anos anteriores são capazes de demonstrar a parcela significativa que esse assumia na receita norte-rio-grandense.

Quadro 1: Valores orçados para a arrecadação dos dízimos no ano financeiro de 1837-1838

Gênero dos dízimos	Orçamento para a arrecadação dos dízimos
Do gado	30:000$000
Do pescado	3:000$000
De miunças e lavouras	2:500$000
Do sal	300$000
Das rapaduras	600$000

Fonte: RIO GRANDE DO NORTE. Lei n° 28 - de 5 de novembro de 1836. Fixando a Despesa, e orçando a Receita Provincial para o anno financeiro de 1837 a 1838; e approvando a Despesa dos annos financeiros de 1834 a 1836. In: COLLECÇÃO das Leis provinciaes do Rio Grande do Norte. Tomo I. Pernambuco: Typographia de Santos e Companhia, 1840. p. 56-60. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=245291x&pesq=divida%20activa&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=1474>. Acesso em: 15 out. 2024.

De acordo com o que podemos depreender da tabela acima, os dízimos do gado despontavam como sendo exponencialmente a renda de maior importância, correspondendo, neste período, por exemplo, a cerca de 82% do total arrecadado.

Embora devamos nos atentar para o fato de que esses números apresentaram certa flutuação ao longo do nosso período de análise, muito em consequência das dinâmicas socioeconômicas e das particularidades administrativas sob as quais esteve a província condicionada ao longo do tempo, é inegável o papel central que este tributo ocupava na sustentação do aparelho administrativo provincial.

Neste ínterim, e no que concerne ao tributo sobre o gado, algumas problemáticas apresentavam-se como constantes. Os obstáculos mais comuns enumerados pelos dirigentes provinciais eram os problemas na arrecadação, as doenças e pragas que afetavam o gado, e as secas. Estes dois últimos fatores eram responsáveis pela alta mortandade dos animais bovinos e, consequentemente, pela diminuição dos lucros obtidos com a criação e a comercialização dos produtos derivados, o que influía diretamente no valor equivalente à porcentagem de 10% que deveria ser pago aos cofres públicos sobre o total arrecadado com esta atividade.

Especificamente com relação ao fenômeno das secas, a sua frequente menção como um dos fatores que mais impactava na economia, para além da própria questão em torno da constituição do montante financeiro provincial, justificava-se por um aspecto referente à geografia e ao clima. O hoje estado do norte-rio-grandense, à época província, está localizado em uma região historicamente castigada pelo regime irregular das chuvas. A escassez de água ceifa a vida dos homens, tirando-lhes o gado e as plantações, os meios de vida e de subsistência. E quando não, coloca-os na condição de flagelados, de retirantes. No ideário vigente no século XIX, colocava-os ainda como transgressores da Ordem (MACIEL, 2013). Assim, uma questão primordialmente climática convertia-se, no período aqui analisado, em um problema social, político e econômico.

Na abertura da primeira sessão da quinta legislatura da Assembleia Legislativa Provincial, em 1845, o presidente em exercício[2], brigadeiro Venceslau de Oliveira Belo, afirmava em seu discurso proferido aos deputados do Rio Grande do Norte que

> **Deve-se esperar uma receita inferior** [no ano financeiro de 1845-1846], atento o incalculável prejuízo que se antolha aos criadores **pela escassez do inverno, pelo prolongamento da seca**, e por muitas outras causas **que tornam inteiramente precário o dízimo do gado** vacum e cavalar que, entre outros ramos, constitui a principal renda da província [...]" (RELATÓRIO... 1844, p. 8, grifos nossos).

Os prolongados períodos de estiagem, que já no ano de 1842 interferiram no pagamento das letras dos arrematantes dos impostos provinciais (RELATORIO… 1842, 1843, p. 9), mais uma vez figuravam como um problema de ordem econômica em meios às pautas propostas para discussão aos legisladores do Rio Grande do Norte. A previsão de Oliveira Belo de uma baixa receita para o ano financeiro de 1845-1846 permite-nos perceber a relação direta que era estabelecida entre a ausência regular dos recursos hídricos pluviais e a prosperidade ou o enfraquecimento dos rendimentos do governo provincial, à medida que o capital necessário para a manutenção e o desenvolvimento material e burocrático do Rio Grande do Norte, como já demonstrado anteriormente, provinha em grande parte da criação do gado.

[2] Não foi possível identificar com exatidão o período de governo do brigadeiro Venceslau de Oliveira Belo. Contudo, podemos inferir que a sua nomeação para o cargo de presidente da província norte-rio-grandense ocorreu após o dia 07 de setembro de 1843, uma vez que nesta data André de Albuquerque Maranhão, como vice-presidente em exercício após a exoneração de seu antecessor, abria os trabalhos da Assembleia Legislativa Provincial. O sucessor de Belo foi nomeado por Carta Imperial de 04 de abril de 1845, já estando de posse do cargo em setembro do mesmo ano. Logo, a sua nomeação, assunção e saída do cargo ocorreu entre meados de setembro de 1843 e o fim do primeiro semestre de 1845.

Esta observação torna-se ainda mais forte pela consideração de que a data em que esta reunião aconteceu coincidia com um período de inverno fraco, constatação essa que não se reduzia aos documentos oficiais.

Phelippe Guerra, bacharel, político e intelectual norte-rio-grandense, teve sua atuação no cenário político ligada sobremaneira à "invenção", no começo do século XX, do fenômeno das secas como um "problema" político-econômico regional (MATOS, 2018). Atentando, pois, para a intencionalidade por trás do discurso deste indivíduo com relação a esta intempérie, a sua obra permite-nos acessar uma perspectiva sobre a seca de 1845 advinda de registros pessoais e informais sobre este fato. Em determinada parte de sua *Seccas contra secca,* Guerra apresentou um compilado de anotações sobre os períodos de estiagem desde a década de 1840 até o ano de 1906, feitas por diferentes pessoas e incluído as observações do Barão do Assú, seu pai. De acordo com relatos destes contemporâneos da calamidade de 1845, em algumas partes a seca já dava seus sinais, como na ribeira do Seridó, situação esta que nem os apelos a São José e as romarias carregando a imagem do santo foram capazes de dar jeito (GUERRA, 2018). 1844 foi o prenúncio do ano que "[...] ficou na recordação de todos pela desoladora sêcca nos sertões mais afastados do littoral" (GUERRA, 2018, p. 26).

A terceira seca do século XIX, ocorrida entre 1844 e 1845, foi responsável por grande desolação e carestia de alimentos, de acordo com os relatos de homens que a experienciaram de perto (GUERRA, 2018), bem como por *déficits* econômicos que talvez nem Oliveira Belo nem os deputados provinciais pudessem prever no momento em que a estiagem dava os seus primeiros indícios. O sucessor de Belo, Casimiro José de Moraes Sarmento[3], na sessão da Assembleia de 1845, descrevia aos seus participantes o tamanho do impacto que esse período de quase dois anos de seca teve sobre os cofres provinciais:

[3] Nomeado para o cargo por Carta Imperial de 4 de abril de 1845.

> [...] **a horrorosa seca** que há tanto tempo nos persegue **não só nos privará da Receita para as restritas necessidades do serviço público, durante o referido ano financeiro de 1846 a 1847, mas até inspira as mais sérias apreensões de que tão aflitivo estado de penúria permanecerá por alguns dos anos subsequentes** [...]" (RELATORIO… 1845, 1845, p. 16, grifo nosso).

O intervalo de tempo em que a escassez severa instaurara-se, e que ainda perdurava no momento em que os políticos desta respectiva legislatura reuniam-se, foi longo o bastante para acometer a maior parte das cabeças de gado e despovoar os currais e pastos das fazendas de criação (GUERRA, 2018; RELATORIO… 1845, 1845). E, consistindo ainda "a maior fonte da renda provincial, [n]o dízimo do gado vaccum e cavallar" (RELATORIO… 1845, 1845, p. 16), não é de se causar grande espanto que os rendimentos provinciais fossem praticamente inexpressivos em momentos como esse, e que se avultassem as dívidas e os problemas que dependiam diretamente da verba do cofre público para ter pronta resolução.

Passada a fase rigorosa de seca enfrentada em meados da década de 1840, o governo da província conseguiu elevar um pouco o nível de seus rendimentos. As estiagens, entretanto, não deixaram de ser uma questão que merecesse atenção dos grupos dirigentes mesmo nos 32 anos que separaram a seca de 1845 do que se denominou como a "grande seca" do século XIX, ocorrida entre os anos de 1877 e 1879 (GUERRA, 2018). Ao se afirmar que "a província atreita a esta calamidade em períodos mais ou menos longos; segundo uns o intervalo é dez anos, segundo outros apenas é quatro" (RELATORIO… 1847, 1847, p. 16), o governo provincial parecia estar sempre à mercê desta intempérie. Prova disso é que, no começo da década de 1850, quando os cofres públicos gozavam de boas condições, havendo até a previsão de que para o ano 1854 não se amontoassem os débitos, mas, antes, o crédito de 5:175$838 réis, o então presidente Antonio Francisco Pereira de Carvalho[4] alertava

[4] Nomeado por Carta Imperial de 7 de junho de 1852. Tomou posse do cargo em 10 de julho do mesmo ano.

> [...] que, **embora seja possível a realização da receita orçada**, e mesmo que esta se eleve a uma cifra maior, contudo **muito cuidado deveis ter na decretação da despesa,** tanto porque essa diferença é pouco considerável, como **porque se por infelicidade passar a Província pela calamidade de uma seca, a receita será muito insignificante, pois que a verba, que mais avulta é incontestavelmente a do dízimo do gado vaccum**" (RELATÓRIO... 1853, 1853, p. 14, grifos nossos).

Observamos, pois, que, frente aos regimes das secas, gerir a província do Rio Grande do Norte era enfrentar a instabilidade das suas finanças. Ao estar a prosperidade, ou ao menos a estabilidade, da província sempre refém da volubilidade dos dízimos do gado, que, por sua vez, era diretamente condicionado à presença ou à escassez dos recursos hídricos, possibilidades para a atenuação de parte desse problema ou mesmo para a sua resolução começaram a despontar de maneira vigorosa nos horizontes delineados por alguns dos homens à frente da administração do Rio Grande do Norte.

Assim, para além do incentivo a obras de açudagem e de canalização das águas de volumosos cursos fluviais, como era o caso do rio Ceará-mirim, o estímulo à diversificação dos gêneros comercializados também fazia parte dos planos para a melhoria permanente das finanças. E um dos ramos em que mais se investiu posteriormente a 1845 foi o da agricultura (RELATORIO... 1860, 1860). As constantes secas demonstravam não ser "[...] prudente confiar o bem estar dos povos, principalmente nesta zona, a esta indústria [do gado], que uma calamidade, por demais frequente, pode fazer inteiramente perecer" (RELATORIO... 1860, 1860, p. 11). O incentivo a um outro tipo de cultura que também necessitava da presença constante de água para se desenvolver justificava-se pela sua fácil manutenção, em comparação à criação de cabeças de gado, e pelo rápido retorno econômico que poderia proporcionar.

Apesar dos esforços empreendidos em prol destas questões, na década de 1870, o tributo cobrado sobre os bovinos ainda representava boa parte da receita norte-rio-grandense (FALLA… 1877, 1877). Logo, como previsto (e realizado) na

década de 1840, mais uma vez o quadro financeiro da província era agravado pela ocorrência de mais um longo período de estiagem, o da "grande seca". Esta conjuntura, aliada a outros problemas financeiros que se acumulavam ao longo do tempo, como a contratação de empréstimos junto ao Governo Central, contribuiu ferrenhamente para que nos últimos anos de vigência do regime imperial o estado das finanças norte-rio-grandenses ainda fosse débil e passível de grande preocupação (FALLA… 1887).

A administração da justiça e as secas

Afinal, qual seria, então, a relação que poderíamos estabelecer entre os regimes das secas, os seus impactos na economia da província e o processo de institucionalização da justiça norte-rio-grandense no decorrer do século XIX?

A construção e a consolidação do aparato judiciário demandavam questões muito mais abrangentes e complexas do que a simples instituição dos espaços de justiça (notadamente, a criação de comarcas e o estabelecimento das divisões e hierarquias de espaços e de cargos que lhes eram inerentes) e o investimento direto nesta repartição da administração provincial. O funcionamento pleno da justiça dependia também de outros elementos que, em um primeiro momento, podem parecer não estar relacionados a esta esfera administrativa.

De acordo com o que nos tem sido possível depreender das fontes utilizadas na pesquisa, para que a justiça funcionasse em sua plenitude, era necessário o mínimo de condições ligadas aos recursos humanos e materiais da província.

Para a boa administração do campo judiciário, eram necessários juízes, delegados, chefes de polícia e promotores públicos, por exemplo, dotados do mínimo de instrução e de capacidade de ação frente às contendas e litígios que ocorressem em seus espaços de jurisdição, isso é certo. Mas era igualmente necessário que também houvesse um corpo policial preparado e contando com um

número suficiente de guardas para atender às necessidades de execução da justiça. Aos policiais cabiam atribuições que iam além da prisão daqueles considerados como delinquentes e transgressores da lei. Era também de responsabilidade destes empregados a vigilância das cadeias e a escolta de presos, por exemplo.

Além disso, os melhoramentos materiais da província também consistiam em elementos fundamentais para a sustentação do aparelho judiciário. Eram essenciais cadeias em número e com condições mínimas para guardar os réus e os condenados pela força da lei; caminhos e estradas que possibilitassem uma locomoção ágil dos juízes de direito pelos diferentes termos da respectiva comarca sob sua jurisdição, dos membros do júri para os locais de reunião, bem como dos corpos policiais em diligência quer para realizar apreensões, quer para fazer o transporte e a escolta para julgamento daqueles que se encontravam recolhidos nas prisões; meios de comunicação, em especial os Correios, para promoverem uma comunicação mais rápida entre as autoridades ligadas à justiça que estavam espalhadas por todo o território da província.

Todos estes itens, por sua vez, dependiam quase que em sua totalidade das rendas provinciais. E para o caso da espacialidade de análise, assim como eram frequentes as constatações do péssimo estado das finanças, também eram corriqueiras as queixas sobre o mau estado de todos esses recursos, quase sempre seguida da lamentação por não haver como as melhorar de imediato.

Tomemos como um exemplo para a verificação desta realidade o caso das cadeias. O já aqui referido presidente Sarmento, que ocupava este cargo quando da sessão da Assembleia do ano de 1845, lamentava que não havia na província um só lugar que tivesse "uma cadeia segura, limpa, arejada e com as necessárias acomodações" (RELATORIO… 1845, 1845, p. 14). Páginas antes, porém, ao tratar das obras públicas, apontava que muitas eram as que precisavam ser realizadas, o que, contudo, não era "possível a vista da deficiência dos cofres [...]"

(RELATORIO… 1845, 1845, p. 14). Em 1847, ainda na presidência, Sarmento chegou a sugerir aos deputados provinciais que pedissem auxílio à Assembleia Geral para que se pudesse melhorar o estado das prisões (RELATORIO… 1847). Ao longo das décadas do Império, sobre este tópico, não raro eram os comentários de que não existia "[...] em toda a província uma cadeia digna deste nome" (RELATORIO… 1863; RELATORIO… 1872; RELATORIO… 1878), e mesmo sendo pauta de discussão e alvo de alguns esforços para o seu melhoramento, o estado da rede de cadeias, na década de 1880, ainda figurava como angustiante e entristecedor (FALLA… 1883), o que se justificava pelo estado precário das finanças da província (RELATORIO… 1886).

Assim como para a realidade das prisões, as previsões para todos os outros tópicos supracitados eram igualmente desanimadoras. Faltava verba para o aumento efetivo e permanente dos corpos de guarda, que mal davam conta dos espaços que estivessem além do abrangido pela comarca da Capital (DISCURSO… 1844; DISCURSO… 1846). Havia poucas estradas e em péssimo estado (FALLA… 1851; RELATORIO… 1863). Quanto aos Correios, responsável pelo transporte das correspondências na província, o que incluía as das próprias autoridades, era baixíssimo o seu quadro de funcionários frente às demandas existentes (RELATORIOS… 1873).

Considerações finais

Dado o exposto, um dos pontos que temos procurado demonstrar na pesquisa que vem sendo desenvolvida é a estreita relação da administração da justiça na província norte-rio-grandense com os aspectos e as particularidades econômicas desta espacialidade. É importante salientar que este caminho interpretativo não limita os problemas do campo judiciário às questões financeiras, tampouco exclui a parcela de importância que questões de outras naturezas possam ter assumido nesse processo.

O que buscamos aqui argumentar é que, frente à realidade particular do século XIX, em que eram débeis as condições de estruturas necessárias para a construção e a consolidação do aparato judiciário em decorrência da fragilidade das rendas provinciais, o aspecto econômico teve peso significativo no ritmo assumido no processo de institucionalização da malha de justiça. E, neste ínterim, as secas e a sua influência direta e ferrenha sobre as condições do que à época representava a maior porção da renda provincial, a arrecadação dos dízimos do gado, teve, dentre outros fatores, interferência considerável em todo este arranjo complexo que era a administração provincial e da qual a gerência da justiça era parte.

REFERÊNCIAS

CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: Fundação José Augusto; Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

DISCURSO pronunciado pelo excellentissimo presidente da provincia do Rio Grande do Norte, o brigadeiro Vencesláo de Oliveira Bello, na abertura da primeira sessão ordinaria da Assembléa Legislativa Provincial, na quinta legislatura, no dia 7 de setembro de 1844. Pernambuco: Typographia de Santos & Companhia, 1845.

DISCURSO pronunciado pelo excellentissimo presidente da provincia do Rio Grande do Norte na abertura da segunda sessão ordinaria da quinta legislatura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 7 de setembro de 1845. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1845.

DISCURSO apresentado pelo illustrissimo e excellentissimo senhor doutor Cazimiro José de Moraes Sarmento, presidente da provincia do Rio Grande do Norte, na abertura da segunda sessão da sexta legislatura da Assemblea Legislativa Provincial, no dia 7 de setembro de 1847. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1847.

DISCURSO com que o illustrissimo e excellentissimo senhor dr. Casimiro José de Moraes Sarmento, presidente desta provincia do Rio Grande do Norte, abriu a 1.a sessão da 6.a legislatura da Assembléa Legislativa Provincial, anno de 1846. Pernambuco: Typographia de m. F. de Faria, 1846.

DISCURSO pronunciado pelo excellentissimo presidente da provincia do Rio Grande do Norte, o brigadeiro Vencesláo de Oliveira Bello, na abertura da primeira sessão ordinaria da Assembléa Legislativa Provincial, na quinta legislatura, no dia 7 de setembro de 1844. Pernambuco: Typographia de Santos & Companhia, 1845.

FALLA com que o exm. sr. doutor José Nicolao Colentino de Carvalho abrio a 2ª sessão da 21ª legislatura da Assembleia Provincial do Rio Grande do Norte em 18 de outubro de 1877. Pernambuco: Typographia de M. Figueroa de Faria & Filhos, 1877.

FALLA com que o excellentissimo senhor dr. Francisco de Gouveia Cunha Barreto, presidente da provincia, abrio em 9 de fevereiro de 1883 a segunda sessão ordinaria da Assembléa Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte.Pernambuco: Typographia de Manoel Figueiroa de Faria & Filhos, 1883.

FALLA dirigida á Assembléa Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte na sessão ordinaria do anno de 1851, pelo ill.mo e ex.mo sr. presidente da provincia, o doutor José Joaquim da Cunha.

FALLA dirigida á Assembléa Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte na sessão ordinaria que teve lugar no dia 17 de fevereiro do anno de 1853, pelo illm. e exm. sr. presidente da provincia, o dr. Antonio Francisco Pereira de Carvalho. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1853.

FALLA lida a Assembléa Legislativa do Rio Grande do Norte pelo exm. sr. presidente da provincia, dr. Antonio Francisco Pereira de Carvalho, no dia 15 de janeiro de 1887 ao installar-se ella ordinariamente. Natal: Typ. do Correio do Natal, 1888.

GUERRA, Phelipe. *Seccas contra a secca.* Edição fac-símile. Natal: EDUFRN, 2018.

MACIEL, Francisco Ramon de Matos. *"A produção do Flagelo"*: a re-produção do espaço social da seca na cidade de Mossoró (1877-1903-1915). Dissertação (Mestrado em História e Espaços) - Programa de Pós-graduação em História, Departamento de História, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

MACIEL, Francisco Ramon de Matos. "Felipe Guerra contra a seca": cultura política, intelectuais mediadores e semiárido no Rio Grande do Norte (1900-1930). *Temporalidades – Revista de História*, v. 11, n. 1, set./dez., 2018.

RELATORIO apresentado a Assemblea Legislativa do Rio Grande do Norte na sessão ordinaria de 1863 pelo presidente da provincia o exm. snr. dr. Olinto José Meira. Rio Grande do Norte: Typographia do Rio Grandense, 1867.

RELATORIO com que o exm. sr. dr. [João] José de Oliveira Junqueira abrio a sessão da Assembléa Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte em 1860. Pernambuco: Typographia de Santos & Companhia, 1860. [s.l.]: [s.n], [s.d.].

RELATORIO com que o exm. sr. dr. José Moreira Alves da Silva presidente da província do Rio Grande do Norte passou a administração ao 2º vice presidente, o exm. sr. dr. Luis Carlos Lins Wanderley em 30 de outubro de 1886.

RELATORIO com que abrio a 1a sessão ordinaria da Assembléa Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte, o exm. sr. commendador dr. Henrique Pereira de Lucena, no dia 5 de outubro de 1872. Rio Janeiro: Typographia Americana, 1873.

RELATORIO com que installou a Assemblea Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte no dia 4 de dezembro de 1878 o 1º vice-presidente Manoel Januário Bezerra Montenegro. Pernambuco: Typ. do Jornal do Recife, 1879.

RELATORIOS com que installou a Assemblea Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte no dia 11 de junho de 1873 o 2º vice-presidente exm. sr. coronel Bonifácio Francisco Pinheiro da Câmara e passou a administração da mesma província ao exm. sr. dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho no dia 17 do mesmo mês. Rio Janeiro: Typographia Americana, 1873.

RELATORIO que á Assembléa Legislativa da provincia do Rio Grande do Norte apresentou o ex.mo presidente da mesma provincia, d. Manoel de Assis Mascarenhas, em 7 de setembro de 1842. Pernambuco: Typographia de Santos & Companhia, 1843.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei n° 28 - de 5 de novembro de 1836. Fixando a Despesa, e orçando a Receita Provincial para o anno financeiro de 1837 a 1838; e approvando a Despesa dos annos financeiros de 1834 a 1836. In: COLLECÇÃO das Leis provinciaes do Rio Grande do Norte. Tomo I. Pernambuco: Typographia de Santos e Companhia, 1840. p. 56-60. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=245291x&pesq=divida%20activa&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=1474>. Acesso em: 15 out. 2024.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38465

"FIZ ABRIR O LAZARETO PARA TRATAR UM VARIOLOSO":

Os enunciados de combate à varíola no Rio Grande do Norte no fim do século XIX

Bruno Barreto Lopes[1]

RESUMO:
Este trabalho tem por objetivo analisar os enunciados discursivos de combate à varíola na segunda metade do século XIX publicados nos Relatórios de Presidente de Província/Estado do Rio Grande do Norte e nos escritos de Câmara Cascudo. A capital potiguar era lugar onde os corpos adoecidos de varíola eram tratados por meio do isolamento dos doentes em espaços de clausura, a exemplo do Lazareto da Piedade. Para melhor entender esse modelo de isolamento, dialogo com o debate empreendido por Michel Foucault (1979) de medicina urbana. Utilizando como metodologia a análise do discurso de ordem foucaultiana, concluo que a varíola, tornando-se objeto de atenção do governo, fez impor a noção de salubridade a uma sociedade desigual carente de higiene pública, além de vacinofóbica.
PALAVRAS-CHAVE: Varíola. Isolamento. Rio Grande do Norte.

"I HAD A LAZARETTO OPENED TO TREAT A SMALLPOX PATIENT":
The Statements On Combating Smallpox In Rio Grande Do Norte At The End Of The 19th Century

ABSTRACT:
This work aims to analyze the discursive statements of the fight against smallpox in the second half of the nineteenth century, published in the Reports of the President of the Province/State of Rio Grande do Norte and in the writings of Câmara Cascudo. The capital of the state was a place where sick bodies with smallpox were treated by isolating them in cloistered spaces, such as the Lazareto da Piedade. To better understand this model of isolation, I dialogue with the debate undertaken by Michel Foucault (1979) on urban medicine. Using Foucaultian discourse analysis as a methodology, I conclude that smallpox, becoming an object of government attention, imposed the notion of healthiness on an unequal society lacking public hygiene notion, which was also taken over by a vaccinephobia.
KEYWORDS: smallpox, isolation, Rio Grande do Norte.

[1] Graduando em História licenciatura na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), bolsista de Iniciação Científica do professor Azemar dos Santos Soares Júnior, faz parte do grupo de pesquisa Observatório das Heterotopias, lattes: http://lattes.cnpq.br/2818359268017691 Bolsista CNPq, email: brunobrt02@gmail.com

Introdução

O Rio Grande do Norte oitocentista foi permeado por diversas epidemias, endemias e surtos de diversas doenças como o cólera, febre amarela e varíola. É sobre o tratamento com a varíola, também comumente chamada de bexigas, que nos debruçamos nestes escritos, fruto da iniciação científica. Trata-se de uma enfermidade que adotou como medida de contenção o isolamento, os recolhimentos e o controle de corpos doentes, conforme aqueles descritos por Michel Foucault (1979) acerca da medicina urbana. A varíola[2] foi uma doença causada pelo vírus *poxvirus variolae*, que vivia em estado endêmico, ou seja, com recorrentes casos em todo o mundo entre os séculos XIX e XX, até ser a primeira doença completamente erradicada no final do vigésimo século (Toledo Jr., 2005). Essa doença foi responsável por várias epidemias e milhares de mortes em quase todo o planeta. Ela era altamente mortal e causava pústulas no corpo, transmitindo de pessoa-a-pessoa.

Para realizar a escrita desta história, problematizo os Relatórios de Presidente de Província/Estado[3], enquanto fonte histórica, registros que reportavam para a Câmara Legislativa todo ano prestando conta acerca do estado geral da Província/Estado, incluindo o relato do Inspetor de Saúde que expunha o estado sanitário da capital. Por este motivo, cravo meu recorte espacial na cidade do Natal, devido à falta de informações acessíveis sobre o interior da geografia norte-rio-grandense. Dialogo com a obra de Dilene do Nascimento e Anny Jackeline da Silveira intitulada "A doença revelando a história" (2004) para entender a doença e as epidemias como formas de interpretar uma sociedade, obtendo a imagem dela e de suas imposições aos indivíduos, isso analisando as transformações ocorridas no estado do Rio Grande do Norte no contexto político e social, e, com

[2] Do latim *varius* = mancha ou *varus* = pústula.
[3] A partir da mudança de Império para República, em 1889, os Presidentes de Província passaram a ser chamados de Presidente de Estado, hoje Governadores de Estado.

os escritos de Michel Foucault (1979) com as definições da medicina urbana com suas formas de isolar, de colocar em quarentena.

Metodologia

No que diz respeito aos investimentos metodológicos, diálogo com a proposta da análise do discurso aos moldes de Michel Foucault (2012), responsável por entender o discurso como a "[...] reverberação de uma verdade nascendo diante dos próprios olhos". Esse imperativo diz respeito a existência de um texto escrito que deve ser lido e compreendido. A subjetivação desse saber torna-se um outro discurso distinto daquele que fora posto no texto lido, promovendo a produção de uma outra escrita, que chamamos de história. Esse jogo que é composto por acontecimentos e pela compreensão de sua utilização, Foucault (2010, p. 146) chama de arquivo. Ou seja, aquilo "[...] que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares", uma produção constante de saberes e discursos com uma dada vontade de verdade.

Concordo com Arlette Farge (2015, p. 72) que o fato e a fala sobre o fato são dois materiais diferentes que exigem uma reflexão sobre sua inclusão no relato. A autora, de forma abreviada, concorda com a proposta foucaultiana de pensar formas de examinar o enunciado: distingue o acontecimento (fato) do discurso produzido sobre o acontecimento (fala) e afirma que a reflexão sobre ambos faz nascer um novo discurso (seja na ordem do pensamento ou da escrita), a ser incluído do relatório (conjuntos de saberes produzidos a partir da tarefa de localizar o escrito, fazer leituras e entender). Nesse sentido, a proposta da análise do discurso me ajuda a realizar a tarefa de historiador autorizado a refletir sobre os enunciados contidos na documentação sobre o tema da educação sanitária e sobre eles fazer inferências, esmiuçá-los, espremê-los, virá-los ao avesso... e, por fim, produzir uma dita história, também com vontade de verdade.

O método da análise do discurso opera sobre a produção de enunciados produzidos sobre um determinado acontecimento. Michel Foucault (2010) entende por acontecimento uma espécie de começo, um fato capaz de desprender a atenção de alguém capaz de registrar ao seu modo a forma como subjetivou o ocorrido, portanto, um outro acontecimento. O começo para Foucault (2010) funciona como eventos históricos que promovem "[...] solavancos, surpresas, vitórias instáveis e suas intragáveis derrotas – a base de todos os começos, atavismos e hereditariedades" (Obrien, 2001, p. 50) e assim identificar e justapor diferenças em busca das manifestações de poder que permeiam as relações sociais. O método proposto pelo filósofo foge das origens e privilegia os começos: os fatos inusitados, o inesperado, aquilo que destoa. Assim, as epidemias de varíola que adoeciam e por vezes matavam corpos podem ser pensadas como começos, ações inesperadas capazes de alterar os roteiros das vidas de mulheres e homens e produtoras de discursos em camadas, em espaços cheios de espasmos, vazios, uma arqueologia do discurso sobre corpos adoecidos.

Nesse sentido, compreendo que o método da análise do discurso de ordem foucaultiana opera a partir de um começo (um acontecimento inusitado, inesperado), que sobre ele se produz enunciados discursivos (outros acontecimentos que não correspondem ao real ocorrido). Esse material é o que chega às mãos do pesquisador/historiador que coleciona em forma de arquivo para realizar a problematização, as análises, fazer as inferências, levantar questionamentos e a partir deles, produzir a tecitura de outro discurso: um terceiro acontecimento diferente e distinto dos dois primeiros, embora estejam conectados pelo tema e pela vontade de verdade.

A principal fonte histórica analisada neste texto/pesquisa foram os Relatórios de Presidentes de Província/Estado.

Resultados e discussões

Câmara Cascudo (2010) afirmou em sua "História da Cidade do Natal" que "[...] a varíola vivia em estado endêmico com surtos maiores ou menores que alarmavam os presidentes e punham em roda viva os raros médicos" (Cascudo, 2010, p. 249). Nos primeiros anos do século XIX a capital do Rio Grande do Norte ainda não possuía nenhum hospital, sendo o primeiro construído no ano de 1855, no governo de Bernardo de Passos, então presidente da Província, o chamado Hospital de Caridade, localizado na rua da Misericórdia. Essa edificação foi alicerçada alguns meses após declarar que:

> [...] não há em toda a Província, à exceção da Enfermaria Militar, um hospital: o doente pobre está sujeito a morrer ao desamparo e em grande número de casos pouco lhe aproveitam o receituário e medicamentos, faltando-lhe enfermeiro e os meios de sustentar a necessária dieta: ou não há de alimentar-se, ou a fazê-lo, há de ser com o sustento que puder obter, por mais danoso que seja, e pode até dar-se o triste caso - se não toma o alimento, morre; e morre igualmente, se o toma (Cascudo, 2010, p. 328).

O hospital em questão viria a sofrer por todo o período de seu funcionamento (1855-1905) a falta de verba para sua manutenção, e "[...] atravessando tempo e maré, com miséria e luta." (Cascudo, 2010, p. 330). Segundo o Inspetor Dr. Manoel Segundo Wanderley, no Relatório de Presidente de Estado do ano de 1896, a Inspetoria de Hygiene[4] conseguiu melhorias na situação do hospital, que cumprindo o Decreto n. 43 de 4 de abril de 1895, o reformou e criou novos cargos para auxiliar a manutenção da saúde pública.

Quando o assunto era a varíola, no mesmo livro, Câmara Cascudo reproduz o relato de 4 de dezembro de 1878, ouvido pelo vice-presidente em exercício Manuel Januário Bezerra do Inspetor da Saúde Pública Dr. Luis Carlos Wanderley. Vejamos:

[4] A Inspetoria de Hygiene era um braço da Inspetoria de Saúde Pública que era montada em momentos de calamidade pública, para resolver problemas de salubridade, como em uma epidemia. (Soares Jr., 2019).

> [...] ouvido esse médico sobre o estado sanitário desta capital, declarou-me, que alguns casos de bexigas se tem manifestado entre os habitantes, mas que as providências do isolamento são tomadas a tempo de modo que o mal não tem desenvolvido o seu funesto contágio, e, sem constituir uma epidemia, tem-se reduzido a casos esporádicos, de que uma ou outra vítima se conta (Cascudo, 2010, p. 252).

No relato, é possível de imediato identificar as "providências de isolamento" tomadas pelo inspetor, mas primeiro é preciso esclarecer que não foi possível, através da documentação que tive acesso, mapear todas as vezes que a varíola atacou a população potiguar, pois a doença era recorrente, causando surtos epidêmicos que o referido autor abordou em seus escritos.

Na obra "História do Rio Grande do Norte" (1980) a varíola é descrita por suas diversas ocorrências, como a que ocorreu em "[...] 1872, no Relatório do Dr. Henrique Câmara, Inspetor da Saúde, dizia-se que a Varíola assaltara novamente a Província. Em Natal adoeceram mais de quinhentas pessoas" (Cascudo, 1980, p. 279). E logo após a varíola ir "[...] se arrastando, mata aqui, mata acolá, mais de dez anos, passeando pelos municípios" (Cascudo, 1980, p. 279), no parágrafo seguinte Cascudo aborda as providências de isolamento:

> [...] em 1882 as Bexigas apavoraram. Foi uma época de construção de Isolamentos, Lazaretos, Recolhimentos. Eram barracões de palha, erguidos às pressas nos lugares onde a varíola se instalara. Os variolosos ficavam nas esteiras de palha de piripiri. Para acolhe-los convenientemente o presidente Francisco de Gouveia Cunha Barreto começou o "Lazareto da Piedade" na estrada velha de Guarapes. Em Natal fizeram três barracões. Um dêsses foi financiado pelo inglês Francis Artur Bowen, em dezembro de 1882. O Lazareto da Piedade, de remodelação em remodelação, chegou aos nossos dias. É o Hospital de Alienados, no Alecrim (Cascudo, 1980, p. 279).

Aqui é apresentado o objeto fundamental desta pesquisa, o estabelecimento de acolhimento e tratamento de pacientes com doenças infectocontagiosas no chamado Lazareto da Piedade. Segundo Cascudo nesse último trecho, ele foi criado em 1882 para recolher pacientes de varíola, e não se tem informações até a sua

primeira menção nos relatórios, que refere-se a 16 de abril de 1893, no qual foi utilizado para tratar um único varioloso que "[...] em poucos dias se restabeleceu-se" (RPE, 1893, p. 97). Ou seja, o estabelecimento era pouco usado, e abria suas portas para dar tratamento a casos esporádicos em que era preciso isolar doentes.

Ao chegar ao ano de 1895 "[...] ora crescia ora decrescia o número de doentes" (RPE, 1895, p. 110-111), e por isso é possível observar o Lazareto da Piedade sendo indicado para isolar "loucos", pois esses indivíduos eram recolhidos até então no Hospital de Caridade que "[...] já não satisfazem os aposentos para elles" (RPE, 1895, p. 110-111), por isso o Lazareto "[...] nas melhores condições hygienicas, visto como ali é livre a ventilação, alem da belleza de sua architectura, muito bom se prestara ao azylo dos loucos" (RPE, 1895, p. 110-111). No entanto, foi no ano seguinte, de 1896, que irradiou na capital uma epidemia de varíola, a qual é possível observar seus efeitos através dos registros feitos na documentação oficial do governo da época:

> [...] pesa-me confessar que tem sido pouco satisfatório o estado sanitário da nossa capital, na luctuosa quadra que atualmente atravessamos. Além das entidades mórbidas peculiares à transição das estações, [...] tem-se desenvolvido com certa intensidade a epidemia da Varíola e alguns casos de Sarampo, constituindo assim um terrível flagelo, desimando a população e produsindo em toda cidade em verdadeiro pânico (RPE, 1896, p. 97).

Assim foi relatado pelo Inspector de Hygiene, o Dr. Manoel Segundo Wanderley, que também apresentou um quadro do movimento de doentes do Hospital de Caridade e do Lazareto da Piedade entre 15 de junho de 1895 a 14 de junho de 1896. Dos noventa e cinco (95) falecimentos, cerca de 32% foram provocados por varíola:

Quadro 1 - Movimento de doentes do Hospital de Caridade e Lazareto da Piedade.

1895	ENTRADAS	ALTAS	FALECIMENTOS
Existiam 15/06	84	—	—
De 15/06 a 30/06	18	48	4
Julho	55	52	8
Agosto	38	40	3
Setembro	39	31	7
Outubro	47	40	5
Novembro	36	34	7
Dezembro	36	34	5
Janeiro (1896)	48	34	8
Fevereiro	43	39	8
Março	67	53	6
Abril	68	39	9
Maio	91	67	14
1-14 de Junho	55	42	11
TOTAL	725	555	95

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir dos dados contidos no *Relatório de Presidente de Estado* de 1896.

É possível perceber uma certa incoerência nos números: durante o período descrito no quadro, os hospitais atenderam 725 corpos adoecidos, sendo que 555 receberam alta e 95 padeceram. Os outros 75 corpos não constam informação alguma sobre o destino, mesmo que quantitativo, que tiveram.

Consideramos esse dado elevado visto que são apresentadas dezesseis (16) causas de morte neste período de tempo, e não há dados quantitativos de enfermos curados acometidos de varíola. De acordo com os dados do censo da época e disponíveis para consulta no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos deparamos com a informação de que a população da cidade do Natal, na década de 1890, era de 13.725 pessoas, fazendo com que possamos afirmar que o episódio ocorrido no ano de 1896 grassando pústulas nos corpos de mulheres e

homens não pode ser caracterizado apenas como um surto, mas como uma epidemia.

Além disso, o secretário do hospital, o Sr. José Marques Ávila apresentou no relatório da Inspetoria as "classes" que pertenciam aos indivíduos que deram entrada no hospital entre 1 de janeiro a 15 de julho de 1896. Vejamos o quadro abaixo:

Quadro 2 - Mapa demonstrativo das classes dos doentes no Hospital de Caridade e Lazareto da Piedade.

CLASSES	EXISTIAM	ENTRARAM	SOMA	CURADOS	FALECERAM	SOMA	EXISTEM	TOTAL
HOMENS	1	44	45	23	7	30	12	42
MULHERES	1	68	69	47	8	55	17	72
PRESOS DE JUSTIÇA		5	5	4	1	5		5
BATALHÃO DE SEGURANÇA		6	6	3		3	3	6
34 BATALHÃO		12	12	5	2	7	5	12
APRENDIZ MARINHEIRO		1	1	1		1		1
SOMA	2	136	138	83	18	101	37	138

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir dos dados contidos no *Relatório de Presidente de Estado* de 1896.

A primeira descrição foi feita pela condição de gênero, ou seja, se homens ou mulheres adoeceram, sendo as mulheres as que mais adoeceram em quantitativo aos homens. É possível inferir que os presos de justiça, presentes nos dados, por estarem reclusos, podem ter se contaminado através do contato com os seguranças do Batalhão que eram responsáveis pelo cárcere. Embora não seja descrita a origem social desses homens e mulheres, é possível inferir que vinham das classes sociais mais baixas, que não podiam recorrer a um médico particular e portanto viam nos hospitais "públicos" o caminho para curar suas enfermidades.

O Dr. Pedro Velho, presidente do estado entre os anos de 1889 e 1890 e 1892 e 1895, era um defensor da vacina antivariólica (da qual tratarei mais adiante), entretanto reproduzia um discurso higienista de que a população era responsável

pelas moléstias que os acometiam, pela sujeira e falta de asseio com o ambiente, como analisou o pesquisador Almir Bueno (2016):

> [...] Pedro Velho parece imbuído da nova postura "científica" que estava sendo aplicada em relação à saúde pública nos países mais "adiantados" em geral, como a adoção de medidas humanitárias aos presos, a fim de "ocupá-los em serviços públicos" e a intenção de melhorar as condições higiênicas lamentáveis das cadeias (Bueno, 2016, p. 54).

Michel Foucault em sua obra "Microfísica do poder" (1979) aborda a medicalização da cidade no século XVIII. Ele argumentou que a prática médica se insere no saber científico "[...] através da socialização da medicina, devido ao estabelecimento de uma medicina coletiva, social, urbana" (Foucault, 1979, p. 54). Junto a isso a noção de salubridade, desenvolvida na França pré-revolução, como o "[...] estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos [...] enquanto afetam a saúde" (Foucault, 1979, p. 55). É a partir dessa medicina cientificista, junto com a medicina de Estado na Alemanha, que se desenvolve na Europa um "[...] controle da saúde e do corpo das classes mais pobres para torna-las mais aptas ao trabalho e menos perigosas às classes mais ricas." (Foucault, 1979, p. 57).

É essa a postura "científica" que o historiador se refere, e que também está presente no Relatório de 1896, em que o inspetor tenta ilustrar o estado calamitoso que a cidade era encontrada, utilizando de um discurso higienista, alegando que é difícil trabalhar no saneamento pela sujeira e imundice que encontrava-se nas ruas, praças e habitações, com "[...] falta de de um calçamento regular, sem systema de esgoto apropriado" (RPE, 1896, p. 220), e, por isso, contribuindo para os focos de disseminação infecciosa. Além disso, o referido chefe de governo ainda condenou a "[...] incorrigível indolência [adicionados a uma certa dose de ignorância] de grande parte da população" (RPE, 1896, p. 220).

Com isso, como intervenção, as medidas eram de "[...] desinfecções rigorosas, remoção para o Lazareto da Piedade" (RPE, 1896, p. 220) e para os que

não quiserem, "[...] por natural repugnancia" (RPE, 1896, p. 220), se submeter o tratamento naquele estabelecimento, isolamento completo no próprio domicílio (RPE, 1896, p. 220). Adicionalmente e mais importante era a recomendação de vacinação e reforço da vacina, recomendação feita pelas autoridades governamentais em meados do fim da década de 1880 especialmente no jornal A República, que era vinculado ao Partido Republicano, que tomava a cadeira do governo na época, principalmente na figura de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão.

Finalmente, no Relatório de 1897 o presidente já iniciou seus escritos lembrando dos "[...] desastrosos effeitos do terrivel morbus" no ano anterior, e afirmando que não poupou esforços para "minorar os soffrimentos das victimas [...] de modo a merecer applausos, pelo humanitario zelo com que ministraram o indispensavel soccorro aos variolosos" (RPE, 1897, p. 1). Seguidamente, no Relatório de 1899 foi apresentado que já não havia mais enfermidades de carácter epidémico no estado, apenas alguns casos esporádicos de varíola que eram enviados ao Lazareto, e é finalizado reforçando a conveniência da obrigatoriedade da vacina.

A vacina da varíola chegou primeiro no estado da Bahia, em 1804, através do futuro Marquês de Barbacena. No Rio Grande do Norte é incerto o período de chegada da vacina jenneriana, pois Cascudo (1980) em sua obra "História da República do Rio Grande do Norte", apresenta uma citação do Presidente Basílio Quaresma Torreão, de 1 de dezembro de 1833, na qual ele ressalta que:

> [...] a vacina, esta descoberta tão salutar, e tão útil à Humanidade, êsse antemural do flagelo da peste, não tem tido aqui aquela propagação proporcionada aos esforços do Govêrno. Não sei ainda a que deva atribuir o mau resultado desta operação; se por não ser o verdadeiro pus; se à falta de Professôres que o apliquem; ou se ao mau sistema guardado no transporte, já da Capital do Império para as das Províncias; já destas para as Câmaras do Interior, e daqui em fim para os lugares parciais." (Cascudo, 1980, p. 277).

Entretanto, o mesmo autor logo a seguir escreve que "[...] visivelmente enganado quanto a parte cronológica" o presidente José Joaquim da Cunha na data

de 3 de dezembro de 1852 escreveu que "[...] a vacina, que só teve princípio nesta Província em setembro de 1847, quase nunca se praticou fora da Capital por deficiência de pessoas, que a isto se quisessem prestar" (Cascudo, 1980, p. 277). Essas eram as críticas que quase todos os Presidentes de Província do Rio Grande do Norte faziam referentes à vacinação, segundo Cascudo.

A história da imunização e combate da varíola no Brasil começa com a prática de variolização, método que consiste na inoculação do pus variólico. Essa prática é conhecida no mundo desde a Antiguidade, e veio para a América com os portugueses, mas as datas se confundem com a chegada da vacina jenneriana, que não se sabe ao certo (Chalhoub, 1996, p. 105). A vacina foi criada em 1796 pelo médico inglês Edward Jenner decorrente do cowpox, doença semelhante à varíola humana (smallpox, do inglês), que acometia vacas e que em humanos causava imunidade temporária à varíola. A comunidade médica europeia por vezes divergia sobre recomendar a vacinação, visto que o método era novo e criou-se diversos estigmas em torno da prática, como, por exemplo, o de "bestializar" os inoculados (Cf.: Chalhoub, 1996; Ujvari, 2018).

No Nordeste não era diferente, Cascudo (1980) descreveu que "[...] os agentes vacinadores realizavam milagres de persuasão para riscar o braço dum sertanejo, horrorizado com aquela manobra de tratá-lo com pus. Vá botar sua porcaria no inferno!" (Cascudo, 1980, p. 279). Chalhoub (1996) aprofundou as questões em torno da vacinophobia (termo utilizado pelo autor) no Brasil, que prejudicou o avanço da prática na segunda metade do século XIX. O problema se deu por controvérsias médicas e barreiras culturais e ideológicas entre os higienistas e a população. O povo foi tomando repúdio à vacina, pois ela era temporária e muitos vacinados ainda eram acometidos do flagelo, sendo necessário a prática da revacinação.

Logo, muitos passaram a crer que a vacina era o próprio vírus, optando pelo método antigo da variolização, e confundindo os efeitos colaterais dos dois métodos, gerando um caos informacional (Chalhoub, 1996, p. 114-134). Com isso, para combater a varíola não só era necessário lidar com o fato ser uma doença mortal e contagiosa, mas também combater as desinformações e os discursos mentirosos sobre o efeito da vacina, que tomava a cabeça de um povo pouco letrado e muito agarrado a práticas mais tradicionais, como a da variolização.

Conclusões

Por fim concluo que foram analisados os discursos por parte dos governantes de se isentar da culpa da falta de saneamento público, tomando a noção de salubridade e higiene pública para justificar sua negligência governamental. Então, para conter um morbus epidêmico que vivia sempre a rondar os potiguares, e que agora assolava a população especialmente de classes sociais mais baixas, foi utilizado uma medicina de isolamento e reclusão, em que corpos eram enclausurados em um lazareto para livrar as ruas do "mal das bexigas".

Adicionalmente recomendo um outro trabalho no tema como por exemplo a vacinophobia de Chalhoub (1996) em como a resistência às medidas profiláticas geraram a revolta da vacina em 1904 e especialmente a preferência da população em recorrer ao método tradicional da variolização, dialogando com "A Invenção das Tradições" de Eric Hobsbawm.

REFERÊNCIAS

BUENO, Almir de Carvalho. **Visões de República**: idéias e práticas no Rio Grande do Norte (1880-1895). Natal, RN: EDUFRN, 2016.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Cidade do Natal**. Natal: EDUFRN, 2010.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da República do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril:** cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Organização e tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

LOPES, Gabriel. **Práticas de saúde pública e epidemias no Rio Grande do Norte:** 1850-1892. Natal, RN, 2005.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres da; NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. **A doença revelando a história:** uma historiografia das doenças. Uma história brasileira das doenças. Brasília: Paralelo, 2004.

SOARES JUNIOR, Azemar dos Santos. **Corpos hígidos:** o limpo e o sujo na Paraíba (1912-1924). 3a. ed., João Pessoa: Ideia, 2019.

TOLEDO JUNIOR, Antonio Carlos de Castro. **História da varíola.** Rev Med Minas Gerais, v. 15, n. 1, p. 58-65, 2005.

UJVARI, Stefan Cunha. **A História da humanidade contada pelo vírus.** Editora Contexto, 2015.

ST-05: HISTÓRIA DAS MULHERES E AS MULHERES NA HISTÓRIA:

NOVOS DEBATES, NOVOS DESAFIOS

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38561

COTIDIANO DE MULHERES POBRES:
Pobreza e violência nos Sertões do Cariri cearense na segunda metade do século XIX

Ravenna Rodrigues Cardoso[1]

RESUMO:
O trabalho em tela é fruto de uma pesquisa mais ampla, e busca investigar as mulheres pobres livres e a pobreza no Sertão do Cariri Cearense, tendo como recorte temporal a segunda metade do século XIX, nosso intento foi interligar os aspectos da violência sofrida ou praticadas contra e pelas mulheres as questões da propriedade privada, além de nos ocuparmos em analisar o discurso sobre os pobres e a pobreza. Utilizaremos como fonte os processos-judiciais disponibilizado para pesquisa no Centro de Documentação do Cariri-CEDOCC. Também se constituirá como fonte os periódicos da época No periódico O Araripe procuraremos evidenciar como foram construídos os discursos e as representações sobre os pobres e a pobreza na região dos Sertões do o Cariri cearense.
PALAVRAS-CHAVE: Mulheres, Cotidiano, Pobreza, Violências, Sertões.

THE DAILY LIFE OF POOR WOMEN: poverty and violence in the hinterlands of Cariri, Ceará, in the second half of the 19th century

ABSTRACT:
This work is the result of a broader research project, which seeks to investigate poor free women and poverty in the Cariri Sertão region of Ceará, focusing on the second half of the 19th century. Our intention was to link the aspects of violence suffered or practiced against and by women to issues of private property, as well as analyzing the discourse on the poor and poverty. We will use as a source the court cases made available for research at the Cariri Documentation Center (CEDOCC). The periodicals of the time will also be used as sources. In the periodical O Araripe, we will try to show how discourses and representations about the poor and poverty were constructed in the Sertões region of Cariri, Ceará.
KEYWORDS: Women, Everyday life, Poverty, Violence, Sertões.

---

[1] Graduada em História pela Universidade Regional do Cariri-URCA. Mestra em História pela Universidade Federal do Maranhão-UFMA. Doutoranda em História pela Universidade Federal do Ceará-UFC. E-mail: ravennacardoso@alu.ufc.br. Lattes: http://lattes.cnpq.br/0897487604302309.
Pesquisa Financiada pela CAPES.

Introdução

O sertão do Cariri é uma região que é situada no extremo sul do Estado do Ceará. Atualmente é denominada de região metropolitana do Cariri, contanto com mais de vinte municípios, sendo que destes os principais são os do CRAJUBAR, a saber; Crato, Juazeiro e Barbalha. É importante elucidar sobre o conceito de Sertão, que não deve ser visto como um todo homogêneo e que é, antes de tudo, uma construção. Neves e Cândido explicam que a palavra sertão possuem inúmeros significados, porém cabe nos atentarmos para sua colocação no sentido que "o sertão é o outro, a sua negação, o seu reverso, assim, o sertão era o espaço do cangaço, tanto quanto, em sua perspectiva idealizada, o espaço da defesa da honra e da formação de homens fortes e íntegros..." (2017.p.5). Não podemos deixar de atribuir um certo ideal de masculinidade que permeia as relações de gênero nos sertões a esse ideal de homem que habita esse espaço, como posto por Neves e Cândido "fortes", sendo que essa força e consequentemente virilidade deixam marcar de violências tanto para o homem sertanejo, cuja idealização requer virilidade, como para as relações cotidianas no geral, onde por vezes é necessário mostrar essa masculinidade. A região é conhecida como o "oásis do sertão" devido a produção discursiva de intelectuais, políticos e tantos outros sujeitos que narraram e narram este espaço como sendo dotada de "diferenças" se comparadas aos outros sertões do Estado.

É neste recorte espacial que se encontra o nosso objeto de estudo, que são as mulheres pobres livres dessa região e, de forma secundaria, mas não menos importante os discursos sobre o pobre e a pobreza. A pobreza é, em primeiro lugar reconhecida pela destituição material, embora não seja sua única expressão, porém se apresenta em sua universalidade no mundo capitalista, ela pode ser lida na relação que se estabelece entre o mundo do trabalho e o capitalismo. A pobreza é permeada por noções que se compõe de realidades sociais intricadas e dinâmicas que segundo

Mollat, (1989) torna difícil a apreensão das relações entre conceito e as situações vividas, porém as mesmas são relativizadas, através de suas ambiguidades, pois não devemos falar em "uma pobreza" em dado período, mas sim em "pobrezas".

O trabalho em tela está elaborado em dois momentos, sendo que no primeiro apresentamos discursos sobre o pobre e a pobreza tendo como fonte o periódico O Araripe. Tentamos mostrar como o jornal difundia tal questão, bem como por vezes apresentava opiniões sobre a conduta feminina. No segundo momento utilizamos um processo crime de lesão corporal, que foi motivado por danos em uma propriedade, envolvendo inclusive propriedades distintas, a terra do roçado e a plantação do mesmo e os animais de criação. Ainda nesse tópico também apontamos questões de violências envolvendo escravizados- que como é sabido, fora considerado legalmente propriedade por longos anos no Brasil-. Reforçamos novamente que a pesquisa se encontra em fase embrionária, tendo muito caminho a ser trilhado, e a pesquisa em tela é uma parcial do que pretendemos ver, com outras questões.

"Attesto-lhe, que em todo o Brasil não há um torraö de gente mais pobre do que este do municipio": o discurso sobre o pobre e a pobreza no jornal do Araripe.

A região dos sertões do Cariri Cearense fica situada no extremo sul do Estado, distante da capital Fortaleza mais de 500 km. A região supracitada foi se constituindo ao longo do tempo com contornos específicos no âmbito discursivo por diferentes sujeitos sociais. Um dos que mais se sobressaem é o da região como um "oásis do sertão", que foi sendo construída ao longo do tempo na citada região por sujeitos específicos que estavam ligados ou eram da classe senhorial da localidade, além disso, nos relatos de viajantes, escritores, periódicos locais o município estava posicionado em uma região considerada privilegiada naturalmente por encontrar-se em um solo considerado fértil, devido aos recursos hídricos que nele estavam presentes (Reis Junior, p.32, 2014).

Essa especificidade é usada como um marco espacial que a torna "especial". Apesar de estar situada no sertão, ela possui características menos comuns a um espaço sertanejo, devido a suas fontes e vegetação. O historiador Darlan de Oliveira Reis Júnior explica que:

> A busca pela identidade da região como diferenciada e beneficiada pela generosidade da natureza cumpriu um importante papel no desenvolvimento das relações sociais, no decorrer da segunda metade do século XIX. Fez parte de uma representação que tentou ser divulgada como característica do conjunto da população, como se nela houvesse um sentimento caririense inato, que precisava ser rememorado e comemorado. Além do orgulho em ser caririense, a reverência a um suposto passado glorioso contribuiria, segundo determinada concepção, para o desenvolvimento regional (2014, p. 31).

Isto posto, refletiremos como os usos desses discursos foram utilizados para forjar uma identidade para o Cariri Cearense. Por outro lado, isso acabou se refletindo nas relações sociais, bem como nos estigmas que foram construídos para designar aqueles que não detinham a posse da terra e nem dos recursos da desta, bem como os sujeitos que não tinham trabalho nos sertões do Cariri. Sobre o conceito de sertão faz-se necessário que o expliquemos minimamente.

Para Antônio Carlos Robert Moraes os sertões são mais que vastos espaços recém conquistados e sobre os quais pouco se sabiam à época desta conquista, com isso se caracterizariam por muito tempo discursivamente. No âmbito da historiografia estava posto como extensões territoriais de "domínio incompleto", que se distanciavam do espaço litorâneo. Definir esses sertões representava um processo cujo ponto referencial era o homem do litoral, o conquistador. Essa definição foi corriqueira para os homens oitocentistas e perpetuada *a posteriori*, porém é importante lembrar que essa pouco se fundamenta como características a todos sertanejos, pois são os sertões um todo contínuo e heterogêneo (Moraes, 2003). Portanto, os espaços e territórios que se compreende como Sertões seria esse

"outro geográfico", o lugar distante, o lugar vazio que no olhar do conquistador estava ali para ser desbravado.

No que se refere a pobreza as questões acerca dessa noção assumem contornos e representações distintas no percurso do tempo, oscilando no âmbito social e acompanhando as ideias das épocas e os diferentes níveis culturais e desenvolvimento econômico para Michel Mollat (1989), em sua obra "os pobres na idade média", ele aponta que na esfera individual existem diferenças relacionadas a posição e ao meio em que está inserida.

Seguindo essa mesma perspectiva as descrições sobre o pobre e sua condição devem ser amplas, pois de acordo com Mollat (1989) o pobre é aquele que, de modo permanente ou temporário, encontra-se em situação de debilidade, dependência e humilhação. Para ele "a pobreza designa inicialmente a qualidade, depois a condição de uma pessoa de qualquer estado social atingida por uma carência". (1989, p. 2)

Ao nos debruçarmos sobre a temática e o problema da pobreza é importante o indicativo de a qual pobreza nos referimos, destaca-se dessa forma a relatividade da pobreza. Mollat (1989) distingue pelo menos três limites, sendo estes: o biológico, quando não se possui condições mínimas de saúde e de sobrevivência. O econômico, assentado nas possibilidades de abastecimento, relacionado com a troca, com a compra e com o valor real da moeda e o sociológico, que cria a desclassificação digna de ser humano, que tende neste caso a marginalização. Portanto, é importante refletir sobre a pobreza em um determinado recorte espacial, bem como em uma temporalidade historicamente localizada, incluindo vários aspectos da localidade e do próprio tipo de pobreza.

Um dos tipos de fontes que nos forneceram dados sobre como a pobreza foi retratada são os periódicos, e nesse trabalho em especifico nos limitamos a passagens do Jornal O Araripe, que circulou a partir de 1855, mais precisamente

sendo sua primeira edição em sete de julho de 1855. O referido jornal retratava ideias liberais- e era dominada por membros do partido liberal-, além de retratar as ideias liberais ele trazia também assuntos como os costumes e dados estatísticos da região do Cariri Cearense. Suas edições eram lançadas aos sábados. Em seu primeiro número de circulação na região O Araripe se apresenta tendo como missão ser "destinado a sustentar as ideias livres, proteger a causa da justiça, e propugnar pela fiel observância da Lei, e interesses locais. A redação é responsável pelos seus artigos, todos os mais, para serem publicados deverão vir legalizado" (1855, edição 1, p.1).

No que tange a um aspecto de nossa proposta, que é analisar o discurso acerca do pobre e da pobreza no referido periódico- enquadrando as mulheres pobres- trataremos da seguinte matéria que foi veiculada no jornal, nos idos de 22 de julho de 1856 e atestava que:

> **attesto-lhe, que em todo o Brasil não há um torraö de gente mais pobre do que este do municipio desta cidade**: atesto-lhe também, que todos sabem, **o quanto é elle fertil; e o quanto ajuda ao homem laborioso, que se aplica com deligencia ao trabalho. E qual será a causa principal de tanta pobresa?** quanto a mim é **unicamente a viciosa preguiça;** e nisto V.m ha de concordar comigo em genero, numero e caso.(...)a **muito poderosa Senhora D Preguiça, - que semelhante ao cancro monstro, que nascendo na cabeça, tem comido todo o corpo até os peis**. E qual o medico que será capas de curar tamanha doença, e com que remedio?Eu respondo já; este medico, he hum governo forte no Cariry; e **o remedio he huma policia activa**, que fasendo destruir o mal, apparecerá o bem: **o mal he a suma pobreza, em que está afogado o Cariry, gerada da preguiça; e o bem he a riquesa, que proverá com a destruiçö d'aquele** (O Araripe,1856, p.3) (grifos meus)

O articulista do referido periódico alegava que seria a cidade "a mais pobre" de todo o Brasil, essa declaração certamente estava baseada em boa medida na sua "exaltação" ao falar sobre a questão da pobreza, preguiça e do trabalho na região do Cariri frente às potencialidades que a região apresenta. Ao ressaltar, como tantos outros de sua época- e não apenas dela- a riqueza natural da região o problema da pobreza recai na preguiça, dado que a terra é atestada como fértil, podendo ser

entendido como uma dádiva e, mesmo com isso não estaria sendo trabalhada para a prosperidade, o que não é levado em conta nesse, assim como em outros discursos é que a maioria da população não tinha posse da terra-nem propriedades grandes-, e sim que poucas pessoas da classe senhorial que a detinham e estavam mais interessados na subordinação via trabalho para essas pessoas que estão sendo postos nos discursos do periódico como preguiçosos e, consequentemente culpados pela pobreza de uma terra com "potencial de prosperidade".

É notório na matéria que a culpa de tal miséria é do pobre que foge da labuta acometido pela "viciosa preguiça". Mas é preciso que entendamos que esse discurso não está isolado no tempo e no espaço, tampouco foi inventado pelo articulista.

Esse tipo de discurso era feito de parte da sociedade que tinha interesse na força de trabalho dos homens e mulheres pobres livres, mais especificamente da classe senhorial, como aponta Darlan de Oliveira Reis Junior (Reis Junior, p. 354, 2016) a percepção sobre a fuga ou do "pouco" trabalho estava presente nas observações do início do século XIX. E se manteriam por todo aquele século e o seguinte. Portanto essa não era uma exclusividade da segunda metade do século XIX, tampouco apenas destes periódicos. O autor segue questionando a respeito disto é que "O que a classe senhorial não queria explicar era o fato de que, se a população era "vadia", como explicar que conseguia sobreviver? (Reis Junior, p. 354, 2016)

Como posto acima, as preocupações com a ociosidade e com o pouco trabalho remontam a antes da segunda metade do século XIX, recorte que estamos tratando, pois como apontado pelo historiador esse discurso se prolonga até a segunda metade e até além dela. Como bem colocado pelo autor apesar de ser considerada "vadia" por membros da classe senhorial esta mesma classe não conseguia justificar como essas pessoas sobreviviam, e isso provavelmente os

incomodava. Em outra matéria do periódico, intitulada "O bom homem Ricardo" encontramos o seguinte;

> **Envergonhai-vos de vos achardes na ociosidade quando tendes tanto a faser** abem de vos mesmo, de vossa família e de vossa patria. **Levantai-vos pois, de madrugada para que o sol olhando para a terra nao possa dizer: eis ahi um covarde que dorme** (...)Porque, como diz o bom homem Ricardo; **a preguiça gera cuidados e o descanso sem necessidade produz desgosto.** Muita gente quisera viver sem trabalhar, mas não o consegue por falta de fundos. Pelo contrário **o trabalho tras consigo contentamento, abundancia e consideração. O praser corre atrás daquele que fogem dele, nunca falta camisa a fiadeira cuidadosa**. Depois que tenho vacas e ovelhas todos me fasem cumprimentos, diz muito bem e o bom homem Ricardo. Mas, alem do amor ao trabalho é mister resolução e cuidado constante. Cumpre ver com os proprios olhos as cousas que interessao e não confiar demasiado nos outros, porque como diz o bom homem Ricardo, nunca vi que as famílias e as arvores que se mutao e transplantao muitas veses, prosperem tanto como as que são estaveis. (...)**se quereis que vosso negocio tenha bom êxito, tractai-o vòs mesmo. Se quereis que nao se faça, encomendai-o a outro. Para que a lavoura prospere é preciso que o mesmo lavrador dirija a sua charrua**. Os olhos do amo fasem mais do que ambas
>
> as suas mãos. Nao vigiar os operarios, é por a bolça a sua disposição (O Araripe,1857, p.4) (grifos meus).

Nessa matéria o foco difere um pouco da primeira que tratamos, visto que a primeira além de outros elementos ressalta as qualidades da região. Nesta a preocupação também está na ociosidade, mas com requintes de "conselhos".

A vergonha é posta como um sentimento para que se tenha sobre a preguiça, ao mesmo tempo em que mostra como o labor proverá respeito e admiração. Em todos os casos o que podemos notar é a constante tentativa dos articulistas em condenar a ociosidade, a preguiça e a mendicância. Vale ressaltar que sobre esses aspectos o autor Michel Mollat, em sua obra cita que existem uma certa ambivalência entre a caridade e a condenação da mendicância, pois a Igreja Católica encarava a caridade como virtude, sendo uma obrigação moral ajudar os

necessitados. Essa caridade era valorizada e até incentivada em comunidades religiosas.

Porém, vale lembrar que estamos nos referindo ao contexto do Brasil e, mais especificamente dos sertões do Cariri em um período que ainda vigorava a escravidão e, além disto, o contexto da localidade passava por estiagens periódicas. O que queremos apontar com isto é que esse discurso partia daqueles que tinham interesse na mão de obra livre e escravizada, esta última tem suas especificidades quanto às práticas de trabalho forçado uma vez que eram propriedade senhorial assim como as terras, mas os pobres livres não necessariamente eram obrigados a servir, e isso incomodava, pois muitos preferiam viver de suas pequenas plantações e não ser subordinado a um senhor. Dentro dessa dinâmica surge um outro ponto que quero abordar, que são os conflitos envolvendo roçados e animais de criação entre a população local e, como isso resultava em querelas na justiça. Uma fonte crucial para a analisar e refletir acerca das existências de mulheres pobres livres no século XIX são os processos criminais, segundo Allyson Luís Freitas de Jesus (2011) a procura pela justiça findava por vezes sendo um instrumento de sujeitos pobres livres contra seus iguais, enquanto os senhores com maior influência muitas vezes acabavam resolvendo suas questões no âmbito privativo.

Tensões e conflitos cotidianos em pequenas propriedades envolvendo mulheres pobres no crato

Os processos judiciais enquanto fonte para a pesquisa histórica tem se mostrado importantíssimas, pois nelas podemos ter acesso a detalhes que outras fontes não nos permitem com tantas nuances. Mesmo tendo em vista que o processo em si não é uma realidade, ali não encontraremos o evento tal qual aconteceu, mas resquícios das relações sociais que em muito nos auxiliam a entender a aspectos da pesquisa. Para Arlette Farge

> O arquivo nasce da desordem, por menor que seja; arranca da obscuridade longas listas de seres ofegantes, desarticulados, intimados a

> se explicarem perante a justiça. Mendigos, desocupados, dolentes, ladras ou sedutores agressivos emergem um dia da multidão compacta, fisgados pelo poder que os perseguiu em meio à sua agitação habitual, ou porque estavam onde não deviam, ou porque eles próprios decidiram transgredir e chamar atenção, ou talvez ser nomeados enfim diante do poder. Os fragmentos de vida que jazem ali são breves, mas mesmo assim impressionam: espremidos em poucas palavras que os definem e a violência que, de uma hora para outra os fizeram existir para nós, eles preenchem registros e documentos com a sua presença. (2017, p.31)

Portanto, cabe elucidar que as fontes que vamos utilizar na sequência se tratam desses conflitos, do choque com o poder que "de uma hora para outra fizeram existir para nós". Entendemos que poderíamos sim ter acesso a esse tipo de acontecimento em um jornal etc, mas o processos-crime para tratar dos sujeitos comuns nos apresenta uma maior riqueza de detalhes e informações, mas de forma alguma estamos aqui querendo pregar uma 'superioridade' deste tipo de fonte, apenas consideramos mais apropriada e rica em detalhes para analisarmos os pequenos desvios da ordem, os minúsculos conflitos do cotidiano como o caso que passaremos a analisar.

De acordo com o historiador Hugo Eduardo Cavalcante a região do cariri no século XIX teve sua natureza foi apropriada de diferentes maneiras, seja pelos intelectuais que publicavam nos jornais, pelo discurso político ou pelos viajantes" (Cavalcante, p.20. 2022).

Apropriada que fora no nível do discurso por diferentes sujeitos e com interesses múltiplos, a região se tornou campo de disputa além do simbólico imaginário desses que a descreviam, havia também as pequenas disputas, mais conflitosas e no nível material; eram as que envolviam as pequenas propriedades, como no caso do roçado de Luzia Maria da Conceição, que teve sua roça destruída por porcos pertencentes à Viancia de Mello. Um tio de Viancia, chamado Joaquim acabou produzindo lesões em Luzia Maria em decorrência da querela envolvendo a sua roça. No auto de inquirição Luzia Maria disse;

> **Que desconfiava ter-se dado isto porque este tinha destruído sua roça por uns porcos de Viancia De Mello, sobrinha do offensor Joaquim, e ela por muitas vezes se queixava e não era atendida**, e que já vinha sido se queixar, digo, vindo pedir ao tenente Jesuino para resolver e ele prometeu-lhe que faria, porem viancia de tal não queria conversa alguma.(...) **Disse mais que no dia do facto, estando trabalhando em sua caza, quando viu Joaquim de Tal passando com facão em punho** a caza de Viancia de Mello e ela respondente desconfiando de alguma cousa **fechou sua porta e marcha para uma janela para ver se o via, quando recebeu uma cutilada nos dêdos abriu-se mais ferimentos constam do corpo de declito.** (FHP, BR, CEDOCC, LC, p.4. Caixa 3, pasta 33, 1895) (grifos meus)

A lesão corporal de que Luzia Maria fora vítima estava diretamente ligada a uma pequena propriedade semoventes (porcos) de Viancia de Mello, que eram porcos. A partir disso é interessante pensar em como as propriedades poderia gerar situações conflituosas no cotidiano, que acabava envolvendo outras pessoas, como no caso supra, onde um tio de uma das partes se envolveu e virou réu no processo. A ameaça fora feita com antecedência e uma autoridade policial já estava a par do conflito prévio em decorrência da destruição da roça. Viancia, que tinha animais de criação, já tinha certa relação de inimizade com a Luzia. Da forma que a vítima expos em seu depoimento teria sido proposital que Joaquim botou os porcos para comer sua plantação. Dito isso, podemos pensar na forma de "ataque" a pequena propriedade de Luzia como forma de afetá-la antes mesmo da violência que fora vítima após ter sua roça destruída.

Para além disto temos também que dar uma certa atenção as pessoas que entram como testemunhas e que, no decorrer do caso vão dando suas versões e nos apresentado espaços e pessoas em seus depoimentos. O que era cultivado por Luzia não ficou explicitado ao longo do processo, porém como se trata de um pequeno roçado podemos intuir que possa ser para agricultura de subsistência, dado que esse tipo de agricultura era comum na região, embora em determinado período a pratica não fosse bem quista, como aponta Darlan Reis de Oliveira Júnior

> A verdade é que tentavam desqualificar os hábitos de trabalho da população rural no Cariri, que eram baseados na agricultura de

> subsistência, em pequenas posses quando possível, pois o fato concreto é que os homens livres pobres preferiam essa condição a ter que trabalhar como alugados, por jornada, ou como agregados, vivendo de "favor" nas terras dos senhores (REIS, JR, 2016, p. 354)

O autor aponta como a classe senhorial do cariri desqualificava a prática da agricultura de subsistência por ser um ato que iria prejudicar diretamente a classe senhorial uma vez que essa queria subordinar a força de trabalhos desses sujeitos nas suas grandes propriedades, os explorando e etc., Para Reis (2016, 114), com relação a classe senhorial (...)ter o controle efetivo sobre a terra era um dos aspectos que poderia garantir a subordinação das pessoas que vivenciavam a condição de pobreza e que não tinham acesso àquele tipo de bem". Portanto, a cultura de pequenos roçados de subsistência apesar de nem sempre vistos positivamente existiam e geravam conflitos diversos, desde o "prejuízo" que a classe senhorial alegava sofrer como os conflitos do cotidiano como no caso de Luzia. Unido ao fato de Joaquim de tal ter sido pago para agredir Luzia provavelmente este o fizera por já não gostar da mulher e também por ter dividas com ela, como apontado por ela;

> **Que há muito tempo o offensor não gosta dela respondente por cauza de uma dívida que lhe devia**, disse mais que em uma ocasião, encontrando ele na feira desta cidade, ela respondente, cobrara, e ele respondeu que naquela ocasião não tinha, porem no seguinte ele ofensor viera na casa d'ela perguntar quanto lhe devia, ela respondente disse que ele sabia quanto era, e, ele lhe respondeu com desdém. (FHP, BR, CEDOCC, LC, p.4. Caixa 3, pasta 33, 1895) (grifos meus)

Luzia deixa explicito em seu depoimento inicial que o seu agressor já rondava sua presença nos espaços públicos a insultando, tanto a ela como a um rapaz que trabalhava com ela, chegando inclusive a agredir verbalmente o rapaz – o processo não foi encontrado- possivelmente o dessa agressão verbal não chegou a justiça como o caso de Luzia, mas é mencionado em todos os seus depoimentos, pois ele acusava-o de estar se aproveitando de uma "mulher viúva" como forma de desdém tanto para ela com para "implicar" e procurar confusão junto a eles. É importante observar como o estado civil dela é colocado como forma de desdém

em mais de uma ocasião antes do crime de lesão corporal, pois ele se dirigiu a ela com desdém com relação a isso e ao rapaz que trabalhava com ela. Podemos perceber que se trata de uma mulher pobre por diversos elementos que o processo nos apresenta. O primeiro deles é que ela plantava para seu próprio consumo em quintal aberto em sua residência- que não ficou claro se era alugado ou não-, mas o fato é que era um roçado onde ela usava para se alimentar. Em segundo lugar porque ela não trabalhava da venda do que era plantado e sim em outro local e com outro oficio. Caso ela fosse uma mulher que tivesse posses e grandes extensões de terras não precisaria de um outro emprego, certamente. As mulheres pobres segundo Miridan Falci eram facilmente encontradas na cidade;

> As pobres livres, lavandeiras, as doceiras, as costureiras e rendeiras - tão conhecidas nas cantigas do Nordeste -, as apanhadeiras de água nos riachos, as quebradeiras de coco e parteiras, todas essas temos mais dificuldade em conhecer: nenhum bem deixaram após a morte e seus filhos não abriram inventário, nada escreveram ou falaram de seus anseios, medos, angústias, pois eram analfabetas e tiveram, no seu dia-a-dia de trabalho, de lutar pela sobrevivência. Se sonharam, para poder sobreviver, não podemos saber (FALCI, 1997, p.241-242).

Luiza maria trabalhava na feira, assim como as citadas por Falci e, fazia parte, portanto, de uma das inúmeras atividades desemprenhadas por mulheres pobres no cotidiano das cidades, fossem elas grandes centros urbanos ou não o labor dessas mulheres estiveram ali, quase que de forma invisível, pois o papel da mulher segundo os idealistas que se referiam as mulheres abastadas era o âmbito privado, ignorando as mulheres pobres que sempre estiveram inseridas no mundo do trabalho.

Ademais podemos pensar também na questão da violência sofrida por ela, Luzia era viúva e morava sozinha, fato esse que também foi tratado com desdém por parte de Joaquim ao procurar o rapaz que trabalhava com ela, percebe-se, portanto, como a vida das mulheres sempre estiveram em situação vulnerável, seja pela presença de um marido que possa ser violento- como em alguns casos- ou até

na ausência deste a violência ocorre por outros. Ser mulher pobre sozinha no cariri cearense da segunda metade do século XIX apresenta um certo perigo, pois ser mulher em uma sociedade machista por si só já é perigoso. No tocante aos ideais de feminilidade para as mulheres o periódico também apresentava suas recomendações, fosse para solteira, casada e etc, há sempre algo que oriente a conduta feminina, como deve se portar, o que deve vestir, com quem andar, o que fazer e o que não fazer. Em uma matéria do jornal O Araripe, ao falar sobre papel das mulheres temos que:

> Coração de mulher deve ser como a andorinha, **que é boa e que se aninha sob o tecto domestico**- Mas ao mesmo tempo não deve ser como a andorinha que foge ao primeiro sopro do inverno. Coração de mulher deve ser como uma folhinha: **deve ter em si todos os dignos celestes** – Mas ao mesmo tempo não deve ser como uma folhinha, que tem dia por dia um nome a festejar (O Araripe 1855, p. 4). (Grifos meus)

Diante do trecho percebe-se o quanto poderia ser regulado-pelo menos na tentativa- o comportamento e a vida das mulheres de uma forma geral. Deve ser como a andorinha que aninha o teto doméstico, mas apenas na parte que convém que fosse como tal, pois como colocado na matéria não deve sair no inverno para alçar voo para longe, mantendo-se, portanto, no ambiente doméstico a que lhe é "adequado". Porém sabemos que em muito isso se aplica apenas uma parte das mulheres, a ficar em casa e seguir essas recomendações porque, seja como for, as mulheres pobres livres precisavam ir para às ruas, feiras e etc. para trabalhar para sobreviver. Com isso, o que apontamos a respeito desse tipo de discurso é que ele pode até ter tido pretensão de atingir as mulheres da classe trabalhadora, mas em linhas gerais esses conselhos não são condizentes com a sua realidade, embora se esperassem que elas também o seguissem e escutassem. No mesmo periódico ainda podemos destacar uma outra matéria que trata sobre mulheres assassinas, mesmo que não tenha se dado o fato na região do Cariri, ocorrera no Estado com o qual faz a região faz divisa, Pernambuco;

> **Já naõ se contentaõ as nossas mulheres seguindo o exemplo das antepassadas, em surrarem, arranharem com o ferro de enogmar ás escravas; ellas vão hoje mais longe- convertem-se em assassinas!** Durante o mez passado, vejamos o que de algumas temos a registrar: Em um dos lugares de Pernambuco, uma môça donzela- assassina com **CIUMES, á sua escrava, e arranca-lhe do ventre duas creancinhas!!**! Em outro lugar da capitania, duas irmaas casadas, uma Conceição; e outra, Sacramento, ambas com filhos, - amarraõ a um póste uma escrava da mãe, surraõ n'a e a assassinaõ queimando a!!! (O Araripe, 1857, p.4) (grifos meus)

Muitas são as questões que devem ser levantadas a partir do trecho da matéria, mas vamos dar destaque apenas a algumas. Em primeiro lugar nota-se que a preocupação não parece ser com a questão da existência da violência, que ocorreu de mulheres livres e possuidoras de escravizadas contra essas últimas. E isso fica evidente quando é posto que não se "contentam como suas antepassadas" em ferir sem assassinar, naturalizando a violência – como de fato o era em relação aos escravizados à época- a preocupação no crime de assassinato, mais parece, podemos supor, com a preocupação da perda da propriedade que certamente causaria prejuízo, pois se o articulista apresentasse repúdio a violência o teria feito desde o início da matéria não tentando vangloriar um passado onde as mulheres possuidoras de escravas se contentavam em apenas violentá-las, isso porque as surras citadas poderiam dar a chance de sobreviver e se permanecer com o escravizado. Outro aspecto é o da motivação, que em letras maiúsculas denota, ao nosso ver, a questão do descontrole em razão de ciúmes, embora não fique claro sobre o que ou quem ocorrera esse ciúme. Poderia ser por diversos motivos, o qual não podemos afirmar, pois não fica claro na matéria. Poderia ter sido ciúme amoroso, ciúme pelo fato da gravidez e do controle sobre a própria escravizada, enfim o ciúme teria sido a causa, mas não podemos saber de que ou quem.

E por último podemos refletir acerca da própria condição das mulheres envolvidas nesses casos, não são violências e querelas envolvendo mulheres em uma mesma condição, pois a primeira era "dona" da escravizada que matou, então tem-se

nessa situação uma mulher livre que tira a vida de outra mulher que era sua propriedade pela condição da escravização.

Da mesma forma o caso das duas irmãs que incendiaram a escravizada, eram duas mulheres livres – embora não possamos afirmar que sejam de muitas posses- contra uma escravizada de sua mãe. Nisso podemos pensar em como a situação das mulheres pode variar de acordo com fatores envoltos a sua condição.

Considerações finais

A essa altura deste trabalho que está em sua fase inicial enfatizamos que muito há ainda a se investigar a respeito das mulheres pobres livres no sertão do cariri na segunda metade do século XIX. Assim como sobre os discursos no que tange aos pobres e da pobreza na imprensa deste mesmo período. Como dito inicialmente essa é uma pesquisa que se encontra em andamento, portanto o resultado aqui apresentado é parcial, mas algumas questões já nos saltam aos olhos e inquietam nossas reflexões. O que podemos atestar até o presente momento é que as mulheres pobres do Cariri viveram em condições que as expuseram a violência, como a sofrida por Luzia, mas que também existiam mulheres que não eram vítimas, como a Viancia, proprietária dos porcos de criação que deu origem a mutilação dos dedos de Luzia ao incentivar seu tio a cometer a agressão, pois essa fora encomendada por Viancia, assim como no caso das mulheres que mataram as escravizadas. Em resumo, atestamos de certo que muito há ainda a ser investigado sobre esses cotidianos que envolviam propriedades e violências.

FONTES

Cento de Documentação do Cariri- CEDOCC

FHP, BR, CEDOCC, Lesão Corporal, Caixa 3, pasta 33, 1895

Disponíveis na Hemeroteca Digital em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=213306&pesq=ricardo&pagfis=374.

- O Araripe 1855.

-O Araripe,1857.

- O Araripe, 1857, edição 96.

-O Araripe,1856.

REFERÊNCIAS

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes; NEVES, Frederico de Castro. Capítulos de **História Social dos Sertões**. Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura Editorial, 2017.

CAVALCANTE, Hugo Eduardo. **ENTRE CERCAS, ROÇAS E ANIMAIS**: NATUREZA EM DISPUTA (CARIRI/CE, 1850-1880). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará- UFC. 2022.

REIS JR. Darlan de O. **Senhores e trabalhadores no Cariri cearense**: terra, trabalho e conflitos na segunda metade do século XIX. Tese de doutorado em História Social, UFC, 2014.

FALCI, Miridan Knox. **Mulheres do Sertão Nordestino**. In: PRIORE, Mary del (Org.). História dasMulheres no Brasil. 8. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006. p. 1-683.

JESUS, Allyson Luiz Freitas de. **Cotidiano e poder nas relações sociais escravistas e pós escravidão**: O sertão das Minas entre 1850 e 1915. Tese (Doutorado) - Curso deHistória, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MORAES, Antônio Carlos Robert**. O Sertão**: Um "outro" geográfico. Terra Brasilis, v., n. 4- 5, p.1-8, 1 jan. 2003. Disponível em http://dx.doi.org/10.4000/terrabrasilis.341. Acesso em: 22 de setembro de 2024

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1998

PERROT, M. **Os Excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiras. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

SOIHET, R. **Mulheres Pobres e Violência no Brasil Urbano**. In: PRIORE, M. D. (org.). História das Mulheres no Brasil. 2 ed. São Paulo, 1997.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38571

"AS OBREIRAS DO PORVIR":
a Sociedade Ave Libertas e o repertório de mulheres abolicionistas na cidade do Recife (1884-1888)

Tássia Fernandes Carvalho Paris de Lima[1]

RESUMO:
O artigo aqui apresentado discorre sobre o repertório político de mulheres dentro do movimento abolicionista da cidade do Recife, entre 1884 a 1888, com a análise da Sociedade Abolicionista Ave Libertas. Esta associação foi a única de caráter abolicionista a ser exclusivamente fundada e composta por mulheres no Recife. Como fontes, em decorrência do contexto de pandemia da COVID-19 em que o trabalho foi desenvolvido, utilizei principalmente periódicos, referenciados no corpo do texto e disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Neste artigo, me concentro na análise da formação do repertório específico da Ave Libertas, com o objetivo de evidenciar o papel de destaque desta sociedade e de suas sócias na rede abolicionista recifense.
PALAVRAS-CHAVE: Abolicionismo; Ave Libertas; História das Mulheres; Recife; Mulheres na Política.

"AS OBREIRA DO PORVIR": the ave libertas society and the repertoire of abolicionist women in Recife (1884-1888)

ABSTRACT:
This paper discusses the political repertoire of women within the abolitionist movement in Recife, between 1884 and 1888, with the analysis of the Ave Libertas Abolitionist Society. This association was the only abolitionist society to be exclusively founded and composed of women in the city of Recife. This research was developed during the COVID-19 pandemic. For this reason, as sources, I mainly used periodicals, referenced throughout this analysis and available in Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. The article focuses on the analysis of the formation of the specific repertoire of Ave Libertas, with the aim of highlighting the prominent role of this society and its partners in the Recife abolitionist network.
KEYWORDS: Abolitionism; Ave Libertas; Women's History; Recife; Women in Politics.

[1] Mestra em História pela Universidade Federal de Campina Grande, http://lattes.cnpq.br/2348073332529151, tassiafernandesparis@gmail.com

O artigo aqui apresentado é fruto da minha dissertação de mestrado, intitulada "Almas Grandes, Corações Generosos: A Sociedade Abolicionista Ave Libertas - Recife, 1884-1888", defendida em setembro de 2022 no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Campina Grande. Essa pesquisa se iniciou ainda na graduação, com a análise de ações de liberdade impetradas por escravizados e escravizadas na cidade do Recife, baseados nas brechas abertas pela Lei do Ventre Livre na escravização no Brasil. Ao analisar esses processos, me deparei com uma verdadeira rede de liberdade, como denomina em sua obra "Visões da Liberdade" o historiador Sidney Chalhoub. E essa rede me incentivou a pesquisar quem eram aquelas pessoas: advogados, juízes, associações abolicionistas, testemunhas, estas últimas, na maioria das vezes, libertos ou africanos livres. Na pesquisa de especialização em História da África, me ative aos africanos livres do Arsenal da Marinha de Pernambuco. Na pesquisa realizada durante o mestrado em História, me concentrei nas associações abolicionistas, em especial na análise da única instituição exclusivamente feminina do abolicionismo recifense: a Sociedade Abolicionista Ave Libertas.

A reunião de fundação da sociedade em questão ocorreu no dia 20 de abril de 1884, na sede da Sociedade Nova Emancipadora, uma das maiores associações abolicionistas do Recife (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 91, 1884, p. 3). Na sessão de fundação da Ave Libertas, as sócias presentes elegeram uma mesa diretora interina: Odila Pompílio como presidente, Maria Albertina Pereira do Rego como 1ª secretária, Isabel Mendes Peres, como 2ª secretária, e Leonor Porto como tesoureira. Além da mesa diretora, foi eleita a comissão que seria responsável pela elaboração do estatuto da sociedade, sendo essa comissão composta pelas seguintes sócias: Urcicisa Alcoforado, Maria de Carvalho Moura, Lucinda de Vasconcellos, Ernestina Palmyra Lopes de Barros e como relatora Rita Uchoa Gomes de Mattos. Além destas senhoras, também estavam presentes na primeira reunião da associação Flora

Guedes Alcoforado, Elvira Ramos, Julitta Mello e Corbiniana Guedes Alcoforado (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 91, 1884, p. 3).

Com relação às componentes da primeira mesa diretora da Sociedade Ave Libertas, a primeira presidente, Odila Pompílio, já se destacava na luta abolicionista, não só como líder de uma associação, mas também como benemérita de outras sociedades, como por exemplo o Club Libertador Ferreira França (JORNAL DO RECIFE, ed 216, 1884, p.1). Odila fez parte da Sociedade Nova Emancipadora e era casada com outro sócio desta associação, o cirurgião-dentista Numa Pompílio.

Maria Albertina Pereira do Rego, uma das principais oradoras da Sociedade Ave Libertas, era filha de Jacintho Pereira do Rego, político brasileiro, presidente da província do Amazonas entre 1867 e 1868[2], e de Maria dos Prazeres Jorge Barros Rego. Maria Albertina era, pelo que consta, filha única do casal[3]. A outra publicação pessoal de Albertina a que tive acesso foi a notícia dos proclamas de seu casamento com Francisco Phaelante da Camara Lima, Bacharel em Direito e sócio do Club Ceará Livre (JORNAL DO RECIFE, ed 19, 1888, p. 2).

Isabel Mendes Peres, 2ª secretária da Ave Libertas, era filha do Sr. Manoel Carpinteiro Peres, grande comerciante e um dos sócios beneméritos presente na sessão de fundação desta sociedade. O Sr. Carpinteiro Peres alforriou, nesta primeira sessão da Ave Libertas, um de seus escravizados, Martiniano, cearense (JORNAL DO RECIFE, ed 92, 1884, p. 2).

Como podemos compreender pela pequena apresentação destas três sócias que compuseram a primeira mesa diretora da Ave Libertas, e de acordo com o afirmado por Angela Alonso (2011, p. 186), havia uma preponderância da presença

[2] Galvão, Miguel Archanjo (1894). *Relação dos cidadãos que tomaram parte no governo do Brazil no periodo de março de 1808 a 15 de novembro de 1889*. Rio de Janeiro: Imprensa nacional. p. 48.

[3] Disponível em: https://gw.geneanet.org/cfmeira?lang=en&pz=fernando+gallotta+de+meira&nz=lins&p=maria+albertina+pereira+do&n=rego

de mulheres abastadas no movimento abolicionista no Brasil. Até mesmo nas notícias da época, a fundação da Ave Libertas foi descrita como uma reunião de "algumas senhoras da elite" da sociedade recifense (JORNAL DO RECIFE, ed 96, 1884, p.2). No entanto, Wladimir Silva e Maria Renilda Barreto (2014, p. 51) defendem que havia também a presença de mulheres das classes média e das mais desfavorecidas no abolicionismo brasileiro. Um exemplo citado pelos autores é Leonor Porto, a tesoureira da primeira mesa diretora da Sociedade Ave Libertas.

Nascida como Leonor Jorge Bastos[4], no dia 17 de dezembro de 1840, na cidade do Recife, Leonor era filha de Fortunato Pereira da Fonseca Bastos, recifense, e Carolina Leopoldina Jorge Bastos, lisboeta. Leonor passa a ter o sobrenome "Bastos dos Santos Porto" após o casamento com o português portuense António Augusto dos Santos Porto. A primeira referência em periódicos recifenses a D. Leonor Porto data de 1873 (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed. 8, 1873, p. 3). Faz referência à sua participação em uma festividade da Igreja Católica, juntamente com algumas mulheres pertencentes à elite local, como por exemplo Adelaide Pinto de Lemos, filha do Comendador João Pinto de Lemos[5]. O casal Leonor e António teve nove filhos, sendo três filhas também pertencentes à Sociedade Ave Libertas: Adelaide Porto da Silveira, Leonor Porto de Castro e Albertina Porto de Oliveira.

À parte a referência de 1873, D. Leonor Porto aparece, a partir do ano de 1879, como modista e costureira, em diversos periódicos do Recife. Seu esposo figura, a partir de 1880, em diversos anúncios em periódicos da mesma cidade como administrador de uma casa de bilhetes de loteria, a Casa Feliz, situada na Praça da Independência, atualmente conhecida como Praça do Diário, no bairro de Santo Antônio.

---

[4] Consulta em site genealógico. Acesso em 26 maio 2020. Disponível em: https://www.geni.com/people/Leonor-dos-Santos-Porto/6000000001977544268 .

[5] Consulta à página genealógica "Famílias Sertanejas". Acesso em 29 março 2022. Disponível em: https://www.araujo.eti.br/familia.asp?numPessoa=36490 .

De acordo com Alcileide Cabral do Nascimento e Noemia da Luz (2012, pp. 130-131), Leonor Porto não era proveniente de nenhuma família de posses ou de renome de Pernambuco, o que parece se confirmar, pelas ocupações dela e de seu marido. Além disso, o pai de Leonor, Fortunato Bastos, foi citado em diversos anúncios do Diário de Pernambuco, nos anos de 1852 e 1853, como dono de uma loja de miudezas e vendedor de bilhetes de loterias. Portanto, a família de Leonor Porto não vinha de uma linhagem abastada, mas sim de uma família de comerciantes de pequeno ou médio porte.

As primeiras referências a Leonor Porto ligadas ao movimento abolicionista datam de 1884 e surgem no contexto da divulgação das reuniões da Sociedade Ave Libertas. Durante o primeiro semestre de 1884, Leonor Porto exerceu a função de tesoureira da Sociedade Ave Libertas, como vimos. Após esse período, a partir de agosto de 1884, Leonor Porto passou a exercer a função de presidente da associação abolicionista feminina, sendo eleita e reeleita até a sua dissolução, em 1888.

À despeito desse passado como ativista, após a abolição, Leonor Porto passou a se dedicar novamente às suas atividades mais corriqueiras, como o ofício de modista e costureira e a devoção à Igreja Católica, não se envolvendo diretamente em ações políticas. Após a morte de seu marido, em 1891, vítima de "sofrimentos cardíacos" (JORNAL DO RECIFE, ed 102, 1891, p. 2), Leonor se divide entre o seu ofício e as viagens ao Rio de Janeiro, onde residiam alguns de seus filhos e netos. Leonor decidiu se mudar de forma definitiva para a capital da República em 1897, constituindo leiloeiro para os seus objetos e mobília (JORNAL DO RECIFE, ed 43, 1897, p. 1). A modista embarcou para o Rio de Janeiro, via Bahia, em 15 de abril de 1897 (JORNAL DO RECIFE, ed 86, 1897, p. 3).

Na edição 32 do Jornal do Recife de 8 de fevereiro de 1901, noticiou-se a morte de D. Leonor Porto, ocorrida no dia 6 de fevereiro deste ano, aos 60 anos de idade. Não é noticiada a causa da sua morte. Para homenagear Leonor, logo após o

seu falecimento, no âmbito das comemorações pela Abolição, em maio de 1902, renomeia-se uma rua: a Rua da Conquista, no bairro da Soledade, passa a ser denominada rua D. Leonor Porto (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 107, 1902, p. 1). Da mesma forma, uma escola também foi renomeada com seu nome, datando a primeira referência a ela de 1919 (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 118, 1919, p. 3). A escola se situava no Recife, na rua Padre Floriano, nº80, e era mantida pela Liga Pernambucana contra o Analphabetismo (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 17, 1922, p. 4).

Retornando à análise da Sociedade Abolicionista Ave Libertas, para compreendê-la melhor, se faz necessário o estudo de alguns pontos de seu estatuto. O estatuto da Sociedade Ave Libertas está dividido em dez sucintos títulos e tinha, logo no artigo 1º, parágrafo 1º

> Art 1º - Fica criada no Recife uma associação abolicionista com a denominação de Sociedade Ave Libertas, cujos fins são:
>
> §1º - Promover a libertação de todos os escravos do município do Recife por todos os meios *lícitos e legais* ao seu alcance. [grifo meu] (FERREIRA, 1999, p. 205).

Portanto, em sua maior diretriz, as sócias do Ave Libertas, no primeiro artigo, quiseram enfatizar que não utilizariam meios ilegais em prol da abolição. No parágrafo 2º deste mesmo artigo, as associadas estabeleceram como finalidade proteger os escravizados contra maus tratos, castigos e torturas por meios "brandos e suasórios" (FERREIRA, *ibidem*), isto é, persuasivos.

No título IX, as abolicionistas expuseram o meio pelo qual pretendiam alcançar o seu principal objetivo, qual fosse libertar cativos: a compra de suas alforrias. As sócias estabeleceram a quantia máxima a pagar por cada escravizado – 100$000 - e a preferência a ser dada àqueles já inscritos em outras sociedades para serem libertados.

No segundo título, no qual as senhoras da Ave Libertas determinam quem fará parte da sociedade. As sócias foram divididas em três categorias distintas: efetivas, honorárias e benfeitoras. Vejamos quem seriam as sócias efetivas: "Art 2º - São sócias *as senhoras de família* da cidade do Recife e subúrbios que se inscreverem em um livro adaptado da Sociedade ou que foram propostas pelas sócias efetivas [grifo meu]".

Ao lermos o artigo, fica claro que a associação era realmente exclusivamente feminina. Chama a atenção a expressão "de família". De acordo com Luzilá Ferreira (199, p. 85), o objetivo dessa expressão seria "instalar nos espíritos o respeito e a dignidade com que agiriam aquelas mulheres". Não podemos esquecer que estas senhoras estavam saindo do lugar de ação que a sociedade tinha estabelecido para elas: a esfera do privado. Portanto, era importante deixar claro que eram mulheres "dignas, respeitáveis" devido aos ataques públicos que poderiam sofrer. E, no fim do século XIX, a dignidade das mulheres estava ligada à sua vida em família, ao cumprimento de sua função social primordial: o de ser uma "mulher de família", esposa, mãe, filha, servindo assim aos homens de sua convivência.

No parágrafo 2º do artigo 3º, fica estabelecido que as sócias honorárias seriam aquelas que a sociedade quisesse homenagear pelos seus serviços. Já as sócias benfeitoras seriam aquelas que libertassem gratuitamente um ou mais escravizados que estivessem sob o seu jugo. Também seria considerada sócia benfeitora aquela que doasse para a sociedade um valor igual ou maior a 100 mil réis. O parágrafo 4º estabelece que tanto o título de sócio honorário quanto o de benfeitor poderia ser concedido a homens.

Após a consolidação de seu estatuto, a Sociedade Abolicionista Ave Libertas pôde se dedicar às ações que a fariam ser considerada uma das mais importantes e destacadas associações abolicionistas da cidade do Recife. Durante os anos de seu funcionamento, são relatados diversos eventos e espetáculos em que a sociedade

participou, seja como organizadora principal, seja apadrinhada por outras sociedades, que reservaram uma parte do benefício (assim denominava-se o lucro desses eventos, devido a sua finalidade filantrópica) para a Ave Libertas. Nos ateremos a três eventos da trajetória da Ave Libertas, eventos estes em que a associação configura como a principal organizadora, realizados nos anos de 1884 e 1885.

O primeiro grande evento em benefício da Ave Libertas e em que suas sócias constam como organizadoras foi a soirée[6] dramática que ocorreu no Teatro Santo Antônio. A abertura estava a cargo novamente da orquestra do Club Thomaz Cantuaria, seguida da montagem de "A Honra na Miséria ou O Crime da Opulência". A peça, de autoria de Tito Cardoso de Oliveira, seria encenada por amadores. A soirée prosseguia com a recitação de um poema de autoria de Affonso Olindense, intitulado "Ave Libertas" e recitado por João C. Ribeiro. Para fechar, haveria a apresentação de uma cena cômica pelo ator denominado Lyra. Os intervalos seriam de responsabilidade da "banda do corpo de polícia", os bilhetes não teriam preço estipulado e uma comissão de sócias da Ave Libertas iria cumprimentar os convidados dos camarotes durante o evento (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed. 137, 1884, p. 5).

A primeira sessão do evento ocorreu em 20 de junho de 1884. Na edição 147 do Diário de Pernambuco, publicada no dia 28 de junho, publicou-se uma nota assinada por "muitos abolicionistas" pedindo que a sessão fosse repetida. Apesar desse pedido, os números deixam claro o prejuízo da Ave Libertas, ou seja, ao invés de arrecadar, a sociedade teria que pagar pelo espetáculo a quantia de 87$680 réis. O prejuízo só não foi total devido à entrega de duas cartas de alforria durante o intervalo da primeira sessão (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed. 151, 1884, p.3):

[6] Serão; espetáculo que acontece à noite, por oposição à matiné. Disponível em: https://dicionario.priberam.org/soir%C3%A9e

foram libertas Epiphania e Joaquina, escravizadas respectivamente por D. Maria Brigida Guimarães e pelo Sr Manoel do Nascimento Burlamaqui.

A segunda sessão da soirée foi realizada em 13 de julho de 1884 (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed. 158, 1884, p. 5). De acordo com nota publicada no Jornal do Recife no dia 15 de julho, o evento foi um sucesso de público: o teatro encontrava-se lotado. Todo o programa foi executado sem imprevistos e com muita receptividade dos espectadores. Com o montante das "esmolas recolhidas", a Ave Libertas concedeu três cartas de alforria a três mulheres escravizadas, das quais a notícia não traz os nomes.

A seguir, o evento de maior destaque foi o que as sócias da Ave Libertas intitularam de "festival abolicionista". O evento foi organizado em comemoração à conquista da sede própria da Sociedade Ave Libertas (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed. 206, 1884, p. 4), instalada, em setembro de 1884, na Rua Larga do Rosário, nº22, 2º andar, bairro de Santo Antônio. O programa do evento era dividido em duas partes: uma sessão literária, no qual discursariam alguns abolicionistas convidados, seguida de um concerto musical. A "festa abolicionista" (JORNAL DO RECIFE, ed. 207, 1884, p. 1) seria encerrada com a entrega de 20 cartas de alforria. A diretoria emitiu nota, convidando o público em geral, "em especial as famílias" da cidade para comparecer ao festival, que ocorreria no dia 8 de setembro, às 10h da manhã, no Teatro Santa Isabel (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed. 202, 1884, p. 4).

O evento foi realizado, como previsto, no dia 8 de setembro de 1884 (JORNAL DO RECIFE, ed. 208, 1884, p. 1). A solenidade começou pela posse da nova diretoria, eleita em agosto, seguida de um discurso da nova presidente, Leonor Porto, e da entrega por ela das 20 cartas de alforria, mudando aqui a ordem comum desses eventos, que costumavam guardar a entrega das cartas para o final. A posse da mesa diretora foi seguida pela nomeação de Antônio Faria e Elias Pompílio como

sócios beneméritos da sociedade. Seguiu-se o concerto musical, concatenado com discursos e sessão literária. Diversos oradores de várias associações se fizeram presentes, com destaque para Phaelante da Câmara, membro do Club Ceará Livre.

A festa teve fim às 15h30, tendo arrecadado o valor de 263 mil e 500 réis para a causa, soma bastante significativa. A notícia afirma que o teatro estava lotado, contando com a participação de muitas mulheres na plateia. Somando essa informação ao valor arrecadado, podemos afirmar que o evento foi um sucesso, já que as organizadoras atingiram dois de seus objetivos, firmados no seu estatuto: o financiamento do maior número de alforrias possível e a disseminação da causa abolicionista, especialmente entre as mulheres recifenses.

Em 1885, os eventos se iniciaram com a comemoração do primeiro aniversário da abolição da escravização no Ceará. A "grande festa" ou "o grande festival", como foi noticiado, foi organizado pelas sócias da Ave Libertas para acontecer no dia 25 de março. O evento começou já na alvorada, com uma salva de vinte e um tiros que anunciou o passeio cívico realizado ao som da banda musical da Sociedade 28 de Setembro. O passeio seguiu até a Matriz de Santo Antônio, para o segundo ato desta grande celebração: a benção do estandarte da Ave Libertas, realizada às 10h da manhã pelo Bispo Diocesano D. José. Tratava-se do 21º bispo do Recife, D. José Pereira da Silva Barros[7].

Após a solenidade católica, a procissão prosseguiu até o Teatro Santa Isabel. A solenidade foi aberta ao público, sem venda de bilhetes, e contou com a presença de diversas sociedades abolicionistas, dentre as quais a já mencionada Sociedade 28 de Setembro, além do Club Libertador Ferreira França, o Club Carlos Gomes, assim como integrantes da Sociedade Nova Emancipadora e do Club do Cupim. O evento em questão também contou com a presença da imprensa e, dentre os espectadores, de muitas mulheres que não eram sócias da Ave Libertas e do público em geral. A

[7] https://www.arquidioceseolindarecife.org/historia/

notícia que descreveu o evento cita que "ao meio dia se iniciou a sessão magna no theatro, em presença de um crescidíssimo número de circumstantes que excedia visivelmente o da lotação do edifício" (JORNAL DO RECIFE, ed 70, 1885, p.1). Durante a festa, foram entregues 59 cartas adquiridas pela Comissão Redemptora, seguidos pelos 8 títulos conseguidos pela Sociedade 28 de Setembro e, por último, entregaram-se as 11 alforrias obtidas pela Sociedade Ave Libertas.

Ao analisar o estatuto e a trajetória da Sociedade Abolicionista Ave Libertas, podemos concluir que a atuação da referida sociedade remete a um conjunto de ações específicas cujo principais objetivos eram difundir a causa abolicionista, justificar a presença feminina neste movimento social e angariar recursos para obter o pecúlio do máximo de escravizados que pudessem ajudar.

No que diz respeito ao abolicionismo no Império do Brasil, a organização de eventos beneficentes e propagandísticos, de acordo com Celso Castilho (2012, p. 325-343), foi uma prática de propaganda comum. Quanto a estes eventos, Angela Alonso (2012a, p. 105) os refere como conferências-concerto. Segundo a autora, havia uma ordem mais ou menos pré-determinada de práticas a serem cumpridas pelos organizadores, uma "cartilha" a ser seguida. Estas práticas ritualizadas teriam sido instituídas por José do Patrocínio, líder da Confederação Abolicionista[8] no Rio de Janeiro. Segundo Alonso,

> Cristalizava-se a fórmula mater da propaganda na primeira metade dos anos de 1880: misto de espetáculo e comício, estratégia de persuasão e de financiamento, as conferências-concerto. A sede dos eventos impactou o *estilo* da propaganda. O teatro deu a linguagem para exprimir e ritualizar o proselitismo abolicionista. A preparação das conferências-concerto tomava a semana. A *Gazeta da Tarde* anunciava programa, decoração e artistas do próximo domingo. Em vez de misturar abolicionismo e religião, à moda ianque, a ACE os distinguiu, com horário pós-missa e

[8] A Confederação Abolicionista foi um grupo criado por José do Patrocínio em 11 de agosto de 1883 e tinha como principal objetivo estabelecer uma rede entre as associações abolicionistas, dispersas por todo o Império do Brasil. A ideia era articularem ações conjuntas e utilizarem as mesmas formas de propaganda para o movimento abolicionista (LIMA, 2022, p. 50).

> almoço, o meio-dia. Assim podiam ir as senhoras, sem prejuízo das obrigações tradicionais (ALONSO, 2012a, p. 107).

Ao analisarmos as conferências-concerto supracitadas, vemos que a cartilha de José do Patrocínio foi seguida por esta associação. Havia, portanto, uma forma, práticas específicas a serem adotadas pelos organizadores de eventos de cunho abolicionista, formando, assim, um repertório.

O conceito de repertório foi elaborado pelo historiador, sociólogo e cientista político estadunidense Charles Tilly. Sobre o conceito de repertório, Tilly afirma que

> A palavra repertório identifica um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha. Repertórios são criações culturais aprendidas, mas eles não descendem de filosofia abstrata [...]; eles emergem da luta. [...]. Em qualquer ponto particular da história, contudo, elas [as pessoas] aprendem apenas um pequeno número de maneiras alternativas de agir coletivamente (TILLY, 1995 *apud* ALONSO, 2012b, p.26).

Portanto, para este historiador estadunidense, repertório seria um conjunto de rotinas ou ações especificamente escolhidas de acordo com os hábitos, costumes, tradições, memórias, convenções, em suma, de acordo com a cultura de cada grupo que compõe um movimento social. As manifestações seriam postas em prática e aquelas eficazes "sobreviveriam" e formariam o repertório de confronto de um dado movimento. Isto é, as manifestações populares e de associações e sociedades abolicionistas foram baseadas em um conjunto limitado e específico de rotinas.

Ao analisar a atuação destas mulheres, vimos que as sócias da Ave Libertas se preocuparam, desde o início, em se dissociarem da atuação clandestina de alguns membros do abolicionismo recifense, atuação esta impulsionada pela radicalização do movimento a partir de 1884. Essa radicalização ocorreu após a abolição da escravização na província do Ceará, em 25 de março de 1884. Foi este fato que incorreu na divisão dos membros e membras da Sociedade Nova Emancipadora, divisão esta que proporcionou a criação de duas novas sociedades, sem, no entanto,

haver a dissolução da primeira: A Sociedade Ave Libertas e o Club do Cupim. A primeira concentrou mulheres abolicionistas que, já no seu estatuto, deixam nítido que a atuação da associação respeitaria a legalidade. Já o Club do Cupim, atuante a partir de outubro de 1884, era uma associação secreta e que atuava, preferivelmente, para não dizer exclusivamente, nas ações ilegais do movimento abolicionista, especialmente na intermediação de fugas dos escravizados para a província livre do Ceará.

O Club do Cupim era uma associação mista, ou seja, formada por homens e mulheres. E, apesar de as sócias da Ave Libertas anunciarem em seu estatuto que não desrespeitariam a legalidade, algumas delas também eram atuantes da associação clandestina Club do Cupim:

> Como verdadeira traça foi carcomendo, estragando as traves do edifício negro o célebre 'Club do Cupim', que foi um grande exército de abnegados. Dele faziam parte milhares de combatentes: José Marianno, (...), Phaelante da Camara, (...). Nem as senhoras ficaram inativas: *para melhor meio de ação fundaram a Sociedade Ave Libertas*, que teve em seu seio, entre outras senhoras notáveis, Albertina Pereira do Rego (...); Leonor Porto, [que] sacrifica os seus interesses, põe o seu atelier de costuras e a sua competência profissional ao serviço desta causa; e contam que muitas vezes a sua habilidade disfarçava alentado molecote em veneranda matrona que conduzida pelo braço de algum membro do citado Club chegava ao cais e (...) embarcava, fugindo (...) para a terra da Luz, em busca da liberdade" (JORNAL DO RECIFE, ed 136, 1917, p. 1) [grifo meu].

Portanto, apesar do repertório da Sociedade Ave Libertas não coadunar com as ações ilegais contra a escravização, nomeadamente a fuga de escravizados, algumas de suas sócias, nomeadamente Albertina do Rego e Leonor Porto, conciliavam as ações "brandas e suasórias" com a radicalidade que desrespeitava o direito à propriedade privada, já tão caro à sociedade brasileira. Além de usar seus dotes de costura e modista para disfarçar adolescentes escravizados jovens como moças, outra contribuição de Leonor Porto ao Club do Cupim era esconder escravizados fugidos em sua casa, até que a rede clandestina pudesse estabelecer um

plano de fuga seguro para o escravizado (JORNAL DO RECIFE, ed 128, 1914, p. 3) e (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 109, 1938, p. 6).

No entanto, sob a capa da legalidade, as sócias da Ave Libertas concentravam seu repertório na angariação de pecúlio para a compra das alforrias do maior número de escravizados possível. Se dedicavam também à negociação direta com os senhores de escravizados, para estabelecer um preço factível, acessível aos fundos da sociedade. Negociavam, ainda, a libertação sem pecúlio, apelando para os argumentos da caridade cristã e da inexorabilidade da extinção da escravização. Apelavam, ainda, para a mudança de paradigma social, em que os escravocratas passaram a ser vistos como retrógrados, atrasando o avanço do país para um patamar civilizatório e de progresso. E, a despeito do caráter laico do abolicionismo brasileiro, vimos que as sócias da Ave Libertas ainda incluíram a participação católica na comemoração de um ano da libertação do Ceará. Visto que algumas de suas sócias eram membras ativas de eventos da Igreja Católica e de suas irmandades, esta aproximação pode ter se dado por ser uma associação composta por mulheres.

Neste artigo, procuramos trazer essas mulheres à baila, tirá-las do obscurantismo da historiografia. Como vimos, de todas as mulheres que participaram da Sociedade Ave Libertas, apenas Leonor Porto teve algum reconhecimento, por ser a líder da associação. Pretendemos, portanto, diversificar e ampliar a análise dos atores sociais do abolicionismo recifense, demonstrando a importância e a liderança feminina na vida política do Recife, dentro do primeiro movimento social da nossa história. Embora tenhamos conseguido avançar alguns passos, ainda há muito a percorrer. Ainda falta. Ainda há muitas mulheres a descortinar, a retirar do ostracismo historiográfico.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. Associativismo avant la lettre – as sociedades pela abolição da escravidão no Brasil oitocentista. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, set/dez 2011, pp. 166-199.

_____. A teatralização da política: a propaganda abolicionista. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 24, n. 2, nov 2012a, pp. 101 – 122.

_____. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Revista Sociologia & Antropologia** [online], v. 2, n. 3, jun 2012b, pp. 21-41.

CASTILHO, Celso. "Ao teatro, pelos cativos!": uma história política da abolição no Recife. In: CABRAL, Flávio José Gomes; COSTA, Robson (Org.). **História da escravidão em Pernambuco**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. p. 325-343.

_____. O '25 de março' e a radicalização dos embates abolicionistas no Recife. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVI**, 2011. São Paulo. *Anais*...São Paulo: ANPUH, 2011.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 287 p.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 8, 11 de janeiro de 1873, p. 3.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 91, 20 de abril de 1884, p. 3.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 119, 24 de maio de 1884, p. 3.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed. 137, 15 de junho de 1884, p. 5.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed. 147, 28 de junho de 1884, p. 3.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed. 151, 3 de julho de 1884, p.3.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed. 158, 11 de julho de 1884, p. 5.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed. 202, 2 de setembro de 1884, p. 4.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed. 206, 6 de setembro de 1884, p. 4.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 107, 13 de maio de 1902, p. 1.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 118, 5 de maio de 1919, p. 3.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 17, 20 de janeiro de 1922, p. 4.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 109, 11 de maio de 1938, p. 6.

FERREIRA, Luzilá Gonçalves et al. **Suaves Amazonas: mulheres e abolição da escravatura no Nordeste**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1999.

JORNAL DO RECIFE, ed 92, 22 de abril de 1884, p. 2.

JORNAL DO RECIFE, ed 96, 26 de abril de 1884, p.2.

JORNAL DO RECIFE, ed. 126, 1º de junho de 1884, p. 1.

JORNAL DO RECIFE, ed. 207, 7 de setembro de 1884, p. 1.

JORNAL DO RECIFE, ed. 208, 8 de setembro de 1884, p. 1.

JORNAL DO RECIFE, ed 216, 19 de setembro de 1884, p.1.

JORNAL DO RECIFE, ed 70, 25 de março de 1885, p.1.

JORNAL DO RECIFE, ed 19, 24 de janeiro de 1888, p. 2.

JORNAL DO RECIFE, ed 102, 7 de maio de 1891, p. 2.

JORNAL DO RECIFE, ed 43, 23 de fevereiro de 1897, p. 1.

JORNAL DO RECIFE, ed 86, 18 de abril de 1897, p. 3.

JORNAL DO RECIFE, ed 128, 13 de maio de 1914, p.3.

JORNAL DO RECIFE, ed 136, 20 de maio de 1917, p. 1.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral do; LUZ, Noemia Maria Queiroz Pereira da. Liberdade, transgressão e trabalho: cotidiano das mulheres na cidade do Recife (1870-1914). **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 5, n. 1, jan-jul., 2012, pp. 126-149.

SILVA, Wladimir Barbosa; BARRETO, Maria Renilda N. Mulheres e abolição: protagonismo e ação. **Revista da ABPN**, vol. 6, n. 14, jul-out 2014, pp. 50-62.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38562

PELAS TEIAS DA MILITÂNCIA:
Um olhar global acerca das questões de gênero por meio da vida de Eneida de Moraes

Amanda Batista da Silva[1]
Gabriel Luar Calado Bandeira[2]

RESUMO:
O objetivo deste trabalho é explorar, por meio da experiência de globalidade da jornalista paraense Eneida de Moraes (1904 - 1971), aspectos relacionados às questões de gênero em seu tempo (1930 - 1960), correlacionando também seu apagamento na história. Para essa análise, direcionamos o olhar à trajetória política de Eneida, cuja militância construiu uma rede de relações que ultrapassou fronteiras regionais, impactando diretamente a imprensa e a literatura brasileira do período. Utilizamos da transnacionalidade de Eneida para conectar, comparar e contextualizar as mulheres e as questões de gênero da época, por meio do jornalismo e da literatura, ampliando o debate sobre a participação intelectual feminina e seus espaços na historiografia nacional.
PALAVRAS-CHAVE: Eneida de Moraes; Gênero; Feminismo; História Global;

Through the webs of militance: A global look at gender issues through the life of Eneida de Moraes

ABSTRACT:
The objective of this work is to explore, through the global experience of the Pará journalist Eneida de Moraes (1904 - 1971), aspects related to gender issues in her time (1930 - 1960), also correlating her erasure in history. For this analysis, we direct our attention to Eneida's political trajectory, whose activism built a network of relationships that went beyond regional borders, directly impacting the Brazilian press and literature of the period. We use Eneida's transnationality to connect, compare and contextualize women and gender issues of the time, through journalism and literature, expanding the debate on female intellectual participation and their spaces in national historiography.

[1]Graduada em História pela Universidade Federal da Paraíba. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH- UFPB). Currículo Lattes: https://lattes.cnpq.br/6814057273624980. E-mail: amanda_batistaa1@outlook.com
[2]Graduado em História pela Universidade Federal da Paraíba. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH- UFPB). Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/1341876571230136. E-mail: gluarcalado@gmail.com

KEYWORDS: Eneida de Moraes; Gender; Feminism; Global History;

História Global: um novo caminho teórico - metodológico

Com o aumento das guerras, processos intensos de industrialização, globalização e ampliação do capitalismo, a historiografia tradicional já não conseguia mais suprir as necessidades de seu tempo. Entre as décadas de 1930 e 1960, o Brasil e o mundo foram palco de diversas mudanças nos campos político, econômico e social, que impactaram diretamente - neste diálogo - a imprensa e a literatura. Sabe-se que nem todas as nações acompanharam a ideia de modernidade e desenvolvimento impulsionada pelas grandes potências capitalistas do primeiro mundo. Países do Sul Global, presos há séculos pelos tentáculos da colonialidade, não ocuparam o protagonismo nas narrativas da história, que foram impedidas de ser contadas, dominadas pelas raízes do eurocentrismo.

Nesse caminho iniciado pela *Escola dos Annales*, a fim de repensar a historiografia tradicional, o campo da História Global torna-se um meio promissor para tratar histórias outrora excluídas e marginalizadas. Com força desde a década de 1990, a História Global permite pensar para além das fronteiras nacionais, analisando transformações em escala global por meio de estruturas menores vinculadas por (des) conexões, padrões e escala. Nesse jogo de escalas e de relações, se possibilita salientar novas dimensões, alargando o ângulo de visão e observando processos que, durante muito tempo, foram considerados irrelevantes ou indetectáveis (Conrad, 2019). Nesse novo campo teórico-metodológico, a história das mulheres se encontra juntamente a outras análises como pós-colonial e decolonial, a fim ampliar e contribuir para outras narrativas deslocadas do tradicionalismo historiográfico.

Nesse ínterim, o presente trabalho busca por meio de Eneida de Moraes e sua jornada política, encontrar e compreender quais espaços foram circulados e permitidos às mulheres da época. Utilizando-se de sua obra literária e jornalística entre os anos 1930 e 1960, centraliza-se a reflexão pelo viés da militância, compreendendo que esse foi o espaço de longa duração que ofereceu mobilidade, integração e conexão para a escritora, invadindo as questões culturais, sociais e políticas que não puderam ser limitadas ou impedidas pelas fronteiras nacionais para Eneida.

Eneida de Moraes: vivências e conexões políticas

"É esse o meu roteiro de águas: Amazonas, o lendário; Capibaribe, o digníssimo; Sena, o romântico; Atlântico, o paisagista. Outras águas não fazem parte de minha vida[...]" (Moraes, 1955, p.27). Eneida nasceu em 1904 em Belém, durante o período mais "rico" do estado e da capital, fruto do ciclo da borracha, conhecido como *Belle Époque* paraense. Eneida veio de uma família enriquecida pelo comércio entre a capital e os seringais, sendo fruto da relação de um comandante de navio e uma professora de português. Graças a essa realidade, cresceu dentro de sua posição de privilégio, já inserida em uma grande rede de mobilidade - sendo essa a primeira dentro de sua história - com seu pai pelo estado e com idas e vindas ao Rio de Janeiro, onde estudou durante alguns anos, até a morte de sua mãe, em 1919.

Desde os sete anos, já escrevia para o meio literário, mas foi no seu retorno a Belém, com apenas quinze anos de idade, que Eneida estreou no jornalismo paraense, publicando na revista *A Semana* com o pseudônimo de Miss Fidelidade.

> A reconhecida performance de sua prosa facultaram [sic] à escritora o ingresso no jornal O Estado do Pará, onde vivenciou as oposições ao governo local e reivindicações populares. Nessa fase, estréia na função de repórter de eventos culturais e passa também a publicar crônicas do tipo militante - a exemplo, Conversando (1928), na qual contesta o discurso liberal burguês e femininsta das sufragistas, achando que apenas o instituto do voto era insuficiente para atingir igualdade entre gêneros [...] (Santos, 2007 ,p. 31-32).

Transgressora em sua escrita, publicou em Belém até meados de 1930, quando se separou do marido e desvinculou-se do pai para morar no Rio de Janeiro, e ingressou na militância na capital do país. No final dos anos 20 e início dos 30, continuou a publicar por meio de correspondências para a capital paraense, para o jornal *O Estado do Pará* e outros periódicos do período, mantendo o tom crítico e ácido por meio de um pensamento transnacionalizado voltado para realidades outras de mulheres, trabalhadores e da população da época

Perseguida, vivendo de forma clandestina, e tendo sua vida exposta em uma rede de mentiras, Eneida foi presa em 1935 e enviada para a Casa de Detenção, Pavilhão dos Primários, onde apenas entre 1937-1938 foi absolvida pela justiça. Viveu juntamente a outras vinte e cinco mulheres presas políticas, entre essas têm-se os nomes de Eugênia Álvaro Moreyra, Beatriz Bandeira, Olga Prestes, Maria Werneck, Elisa Soborovisky, Nise da Silveira e Carmén Ghioldi, além de Graciliano Ramos[3], Rodolfo Ghioldi, Manuel Bandeira e Valdemar Birinyi.

> Três meses depois ela voltou.[...] Essa mulher se chamava Elisa Soborovsk [...] o govêrno Getúlio Vargas entregou-a mais tarde à Gestapo. Hitler matou-a [...] jamais conheci mulher tão culta, tão humana, tão valente [...] Na noite em que ela partiu com Olga Benário para o navio que as levaria a Hitler era inverno e tiritávamos de frio. Sofríamos ainda mais, porque tínhamos aprendido a amá-la.(Moraes, *Aruanda*, 1997, p. 138)

O impacto da vivência com outras mulheres anti fascistas, comunistas e presas políticas, consolidou a escrita crítica e extremamente politizada de Eneida. Durante a prisão, ela já fortalecia seu trabalho jornalístico, enxergando para além das fronteiras do cárcere, utilizando-se do radiojornalismo para informar os demais sobre assuntos políticos, culturais e sociais, com informações trazidas de fora ou

[3] Eneida é apresentada na obra *Memórias do Cárcere* (1953) de Graciliano Ramos, sendo o livro uma das principais fontes de investigação acerca das vivências de Eneida na prisão para além dos seus próprios escritos memorialísticos.

observadas por ela. Além disso continuou a estudar, ajudou a alfabetizar presos, tornou-se intérprete de Olga Benário, que só falava francês (Lopes, 2019), adoeceu e ficou à beira da morte diversas vezes, além de fazer parte de levantes e revoltas até finalmente ser inocentada.

Nos anos seguintes, Eneida continuou ligada ao PCB, passando a escrever entre 1947 e 1952 para a revista feminina *Momento Feminino*, vinculada e formada majoritariamente por mulheres comunistas. Ainda durante o mesmo período, fez da Associação Brasileira de Escritores, da qual ocupou os cargos de segunda secretária e secretária interina, sendo a única mulher, até então, a ingressar na A.B.D.E. Nesse espaço, debateu e homenageou grandes amigos, escritores e companheiros de luta partidária, como Carlos Drummond de Andrade, Manuel Batista, Jorge Amado e Graciliano Ramos, além de frequentemente relembrar a luta das mulheres contra o fascismo, tanto no mundo quanto no Brasil.

No início dos anos 1950, graças à sua amizade com o casal de militantes Eugênia e Álvaro Moreira, contribuiu dominicalmente, de seu exílio na França, para o jornal *Diário Carioca*, a fim de se sustentar por meio do jornalismo na capital francesa. Escreveu, por meio de correspondências, sobre acontecimentos literários, culturais e poéticos, deixando de lado, durante esse período, os aspectos mais críticos de sua escrita. Ao retornar ao Brasil, continuou a contribuir e ingressou também no jornal *Diário de Notícias*, onde colaborou até o ano de sua morte, por meio da coluna *Encontro Matinal*, duas vezes por semana, dividida com os jornalistas Odilo Filho e Heráclito Sales. Contribuiu também, no mesmo jornal, com outras reportagens, como *Mulheres contam sua vida* e *Mulheres de Ontem e de Hoje*.

Em 1954, publicou seu primeiro livro sob formato de crônicas de caráter memorialístico e autobiográfico, *Cão da Madrugada*, seguido posteriormente pela publicação de *Aruanda* (1957) e *Banho de Cheiro* (1962). "A conquista da autocrítica, a vida cada vez mais vivida através dos livros e do contato direto, honesto, sincero

com o povo, com os trabalhadores, com suas reivindicações, com a sua luta. Por onde eu andar - aqui, ali, acolá - hoje, sempre encontro um companheiro. A minha grande família [...]" (Moraes, 1997, p. 276-277). Em suas crônicas, relembra as prisões, refaz os caminhos do exílio e de suas companheiras de época, utilizando-se de conexões entre objetos, pessoas e momentos para relembrar a história. Em suma, Eneida faz um exercício - talvez o mais claro - de interligar suas vivências a de outros, apresentando, compreendendo e transgredindo-as.

Espaços femininos permitidos: debates e (des)conexões

No Brasil, Duarte (2017) observa que a literatura, a imprensa e a consciência feminista surgiram de forma praticamente simultânea. Com o avanço do letramento, as mulheres se apossaram da leitura, da escrita e da análise crítica, passando a produzir textos em variados formatos, como crônicas, poesias e narrativas ficcionais. Esse movimento resultou na criação de dois tipos de imprensa: uma voltada ao público feminino e outra concebida por mulheres e direcionada a elas mesmas, consolidando-se como imprensa feminina e feminista, respectivamente.

Ademais, a imprensa, enquanto fonte histórica, permite uma compreensão abrangente do papel desempenhado pelas mulheres em diversas perspectivas e contextos políticos e sociais ao longo do tempo. Nesse sentido, diante da importância de ampliar e diversificar a história das mulheres, torna-se fundamental resgatar e reconhecer os espaços ocupados por personagens frequentemente relegadas ou apagadas da literatura e da historiografia nacional. Sendo assim, buscamos nas fronteiras culturais e sociais permitidas pelo uso de ambas as fontes, compreender aqui a integração de estruturas e suas relações entre diferentes causalidades que podem operar em largas escalas (Conrad, 2019).

Nessa intersecção entre literatura e jornalismo, encontra-se a escrita de Eneida de Moraes, produzida majoritariamente em formato de crônicas, sendo uma

escrita híbrida considerada de cânone menor. As crônicas passaram a ser um dos poucos espaços de expressão feminina e feminista, tratando-se tanto da busca por direitos à educação, profissão e voto, quanto abrindo o diálogo com questões sociais, culturais e literárias da época.

Já no início do século XX, com o forte processo de "modernização", observa-se o fortalecimento das questões de gênero e o início da primeira onda feminista brasileira, que esteve majoritariamente centralizada na luta pela cidadania, especialmente pela conquista do voto feminino, tendo como grandes líderes Bertha Lutz e Nísia Floresta. Esse feminismo possuía duas faces: a primeira, "bem comportada", caracterizada como conservadora, reforçando papeis sexuais de gênero e suas representações (Caetano, 2017), e a segunda, considerada "mal comportada", vinculada a grupos mais diversos de mulheres que já tratavam de sexualidade, divórcio e outros direitos básicos. Conectada pelos três graus de escrita - literatura, jornalismo e crônicas - e em meio à primeira onda feminista - e ao início da segunda -, Eneida foi um espelho direto das questões políticas, sociais e culturais de sua época.

> Paralelamente ao sufragismo, movimento de tendência liberal burguesa, desenvolvem-se no Brasil outros movimentos de mulheres operárias, um sob orientação anarquista e outro com predomínio das teses do Partido Comunista Brasileiro (PCB). As mulheres libertárias lutaram contra a exploração da força de trabalho, baixos salários e a opressão sexista. Tinham idéias próprias em torno do processo de emancipação da mulher que contrastava com o moralismo conservador de seus companheiros e como o discurso do movimento sufragista.(Álvares, 2011, p.10)

Eneida, declaradamente, não se considerava feminista; seu debate sobre as questões de gênero era outro. Consciente de seu espaço de privilégio por ter nascido em uma família rica, a escritora paraense escreveu e viveu boa parte de sua vida afastando-se de seus ideais burgueses e aproximando-se da militância comunista. No campo jornalístico, Eneida, assumidamente anti-sufragista, enxergava a luta das mulheres de forma distinta. Sua primeira publicação polêmica a respeito foi para o jornal paraense *O Estado do Pará*, em 1928, intitulada "Conversando".

> Vamos igualar os direitos. Muito bem. Todos os direitos? Então as mulheres acabarão loucas. Por que? O homem casado tem direito e acha-se quase na obrigação de ser infiel. A mulher que é desleal, a sociedade - outro castigo mundial - aponta com o dedo e despreza. Direitos iguais? Pois sim. Eu que não acredito neles. (...) Vamos continuar mulheres, vamos deixando o homem com a presunção de que governa. Vamos continuando frágeis, sutis, bonecas de porcelana... A nossa vitória é da inteligência. (Moraes, *O Estado do Pará*, 1928, ed. 5737, p.1)

Como já apontado, Eneida era cética quanto ao movimento, que, para ela, não se tratava apenas da esfera pública, mas também da esfera privada. Aproximava-se também da ideia da anarquista Maria Lacerda de Moura, professora e escritora mineira, que considerava o voto um processo inadequado de luta pelo poder, beneficiando não a maioria, mas uma minoria de mulheres.

Além de Eneida e Maria Lacerda de Moura, a amazonense e jornalista Orminda Bastos também contribuiu para (des)conexões entre os debates feminino e feministas da época. Sufragista, acreditava que a emancipação da mulher estava ligada ao afastamento do homem por meio do trabalho, sem que ela perdesse a docilidade. Além disso, considerava o voto algo que deveria ser exercido apenas por quem tivesse capacidade e instrução, sendo, portanto, restrito (Álvares, 2011). Distanciando-se ou aproximando-se, tanto Eneida quanto Orminda se conectam por meio das questões de gênero no início do afloramento do feminismo paraense na década de 1920, construindo e ampliando uma rede de debates que, posteriormente, seria aprofundada por outras intelectuais e estudiosas nortistas.

No meio literário assim como no jornalismo da década de 1930, Eneida nunca declarou-se feminista. Da mesma forma que Raquel de Queiroz (1910-2003) escritora cearense e colega que "Deu voz às mulheres de sua geração, mas não abraçou a causa feminista" (Câmara, Câmara, Soutullo, 2015, p.128) Em contrapartida, presa junto a Eneida e admirada por ela, Patrícia Rehder Galvão (1910-1962), ou Pagu, vinculava-se diretamente ao feminismo, mais precisamente ao feminismo socialista, tratando da luta da mulher operária e pela liberdade sexual

feminina. Em níveis diferentes e com suas desconexões, ambas escritoras brasileiras aproximam-se das questões de gênero dentro da primeira onda feminista brasileira, influenciadas por mulheres e realidades diversas no Brasil e no mundo, ao mesmo tempo em que ampliavam o debate para as que se encontravam à margem da sociedade na época.

A escrita transnacional de Eneida

Eneida contribuiu desde os quinze anos de idade até o ano de sua morte, produzindo para diversos jornais e revistas brasileiros. Na década de 1940, tornou-se parte da redação da revista feminina *Momento Feminino*, vinculada ao PCB, contribuindo por meio da coluna Mundo de Hoje, escrevendo com fugacidade e precisão acerca da luta política feminina de diversos continentes. Dentre suas reflexões, Eneida descreve o processo de organização de movimentos femininos no Brasil e na América Latina como débil, assim como as conquistas lentas e prejudicadas no território nacional pelo governo Dutra, que "não respeita a constituição" (Moraes, 1947, ed. 01, p. 8). Menciona a descredibilização e o esquecimento da mulher latina, exemplificados pelo eurocentrismo de um jornal britânico ao tratar Eva Perón como a primeira mulher dedicada à política na Argentina. Chama a atenção para sua crítica no campo educacional, especialmente pela falta de acesso à educação e ao letramento das mulheres latinas.

> Em Cuba, por exemplo só 33% das meninas em idade escolar frequentam as aulas e na Venezuela só 163 mulheres tiveram até agora educação universitária. E no Brasil? Isso é uma coisa que não se dizem as nossas estatísticas. No Brasil qual a porcentagem de analfabetos do sexo feminino? (Moraes, 1948, *Momento Feminino,* ed. 29, p. 2).

Para além, debateu sobre a luta contra o fascismo em defesa dos princípios democráticos, a luta pelas mulheres negras nos Estados Unidos e pelo enfrentamento de seu governo imperialista. Buscou falar sobre os movimentos e vitórias das mulheres que viviam em guerra, como as espanholas sob o regime

franquista. Em suma, diversos assuntos são reiterados pela jornalista em sua coluna, com o objetivo de educar e conscientizar as mulheres brasileiras.

Até a década de 1960, Eneida continuou a circular pelos meios jornalísticos brasileiros e internacionais, mantendo sua posição como mulher intelectual comunista. Em 1945, fez parte da Comissão Pró-Anistia do Diretório Democrático da Tijuca e protestou, por meio da Assembleia Brasileira de Escritores, ao lado de Sérgio Buarque de Holanda, Peregrino Júnior e Osório Borba, contra a sobrevivência do DIP. No mesmo ano, participou do 1º Congresso Brasileiro de Escritores, sendo uma das poucas mulheres a integrar o evento e a se posicionar sobre a importância da participação feminina na luta contra a ditadura.

Em 1947, continuou a debater contra o fascismo e a censura, além de se opor à cassação de Arcelina Mochel, vereadora do Rio de Janeiro, quando o Partido foi colocado na ilegalidade. Em 1953, participou da Conferência Latino-Americana de Mulheres, realizada em Copenhague, que reuniu Brasil, Argentina, Chile, Equador, Paraguai, Bolívia e outros países. Ainda pelos caminhos do PCB, em 1959 participa do Congresso Internacional de Jornalismo em Praga representando o Brasil que fez parte de uma longa viagem pelo mundo comunista e alguns países da Europa.

Sendo sua outra face a literária, Eneida também construiu diálogos entre política e cultura por meio de seus livros e de sua participação no meio literário da época. Eneida tinha como melhores amigos Carlos Drummond de Andrade e Jorge Amado, colegas que contribuíram diretamente para suas reflexões literárias. Em 1959, durante sua viagem pelo mundo soviético, Eneida marcou presença no Congresso de Escritores de Moscou, além de ter sido convidada pela União Chinesa de Escritores, ampliando seu debate para além do meio literário nacional, o que foi apresentado em sua obra *Caminhos da Terra: URSS, Tchecoslováquia, China* (1959).

Fez parte, junto a muitos outros, da Associação Brasileira de Escritores, além de se inserir na União de Trabalhadores Intelectuais. Ocupou o cargo de diretora da Escola Siqueira Campos e, ao mesmo tempo, se apaixonou pelo carnaval carioca, unindo anualmente a elite intelectual brasileira em sua festa *Baile do Pierrot*. Eneida foi matéria de diversas páginas de jornais e revistas escritas por nomes como Haroldo Bruno, Carlos Drummond de Andrade e Renard Perez, graças aos seus livros, sendo considerada uma das melhores cronistas de seu tempo (DIÁRIO CARIOCA[4], 1954), além de ser considerada a melhor escritora do Pará. A própria paraense declarava:

> A literatura brasileira me enche de orgulho. [...] Reafirmo: a literatura brasileira é rica - riquíssima - não apenas em obras, mas também no comportamento humano dos escritores. São homens e mulheres lúcidos, sabendo que é impossível separar cultura de democracia (*Manchete,* 1967, ed. 795, p.69)

Transgressora em seu espaço como várias outras mulheres intelectuais de sua época, Eneida conectou lugares e pessoas por meio da sua vertente política, construindo em sua literatura e jornalismo reflexões para além das fronteiras de suas prisões ou das paredes de suas casas. Viajante, leitora assídua, amante da cultura paraense e de sua cidade natal, transpôs limites e espaços poucas vezes permitidos às mulheres, compreendendo também a importância da sua própria de integração em suas vivências e escrita.

Conclusão

´´E o que quero fazer com êste meu livro: abrir a minha Aruanda, meu passado e meu presente, para que ela deixe de ser apenas minha e se torne de todos, pois que para mim nada existe de meu: a própria vida é um grande bem coletivo" (Moraes, 1997, p.27). Eneida de Moraes viveu, escreveu e compartilhou os mesmos círculos literários de grandes nomes de sua época, como Jorge Amado, Carlos

[4] Não foi possível localizar o autor(a) da resenha acerca da obra de Eneida, *Cão da Madrugada. Diário de Notícias (RJ),* 1954, ed. 8111, p.2)

Drummond e Graciliano Ramos. Contudo, apesar de sua relevância, permaneceu apagada da historiografia e literatura em contrapartida a seus colegas homens.

Assim, frente às múltiplas questões levantadas pela historiografia feminina, a História Global surge como uma oportunidade de repensar, por meio das redes que conectam, desconectam e atravessam fronteiras, a complexidade das relações sociais, culturais de mulheres consideradas marginalizadas ou "isoladas". Mulher e nortista, Eneida possibilita retomar espaços não somente para a história das mulheres no campo mais amplo, mas das mulheres paraenses, comunistas e intelectuais. Por meio de Eneida, torna-se possível enxergar uma escrita globalizada vinda de uma personagem cuja vivência violou fronteiras outrora negadas ou limitadas, refletindo sobre quais espaços e lutas as mulheres debatiam e buscavam em seu tempo.

REFERÊNCIAS

Fontes

Moraes, Eneida de. **Aruanda/Banho de Cheiro,** ed. especial, Belém, Editora Cejup/Secult, 1997.

Moraes, Eneida de. **Cão da Madrugada**, 2 ed., Belém, Editora José Olympio, 1955.

Moraes, Eneida de. **Diário de Notícias**, 1954, ed. 06861

Moraes, Eneida de**. Manchete,** 1967, ed. 795, p.69 - entrevista

Moraes, Eneida de. **Momento Feminino (RJ): Um jornal para o seu lar** , ed. 01, Mundo de Hoje, 1947, p.2.

Moraes, Eneida de. **Momento Feminino (RJ): Um jornal para o seu lar** , ed. 02, Mundo de Hoje, 1947, p.2.

Moraes, Eneida de. **Momento Feminino (RJ): Um jornal para o seu lar** , ed. 27, Mundo de Hoje, 1948, p. 2.

Moraes, Eneida de. **Momento Feminino (RJ): Um jornal para o seu lar** , ed. 29, Mundo de Hoje, 1948, p.2.

Moraes, Eneida de. **Momento Feminino (RJ): Um jornal para o seu lar** , ed. 30, Sofrem as Mulheres Paraguaias, 1948, p.4.

Moraes, Eneida de. **O Estado do Pará.** 1928, ed. 5737, p.1

Pólvora, Hélio. **Diário Carioca,** 1959, ed. 9649, p.6

Bibliografia

Álvares, Maria Luzia Miranda. **Versões do Feminismo na Amazônia brasileira: Orminda e Eneida nos contextos nacional e internacional. Os feminismos latino-americanos e suas múltiplas temporalidades no século XX** ST, v. 40, 2011.
https://especializacaoemgenero.com.br/textos/Luzia%20aula%201/feminismo-na-amazonia.pdf

Borges, P. D. V. R. **História e Literatura: Algumas Considerações.** Revista de Teoria da História, Goiânia, v. 3, n. 1, p. 94–109, 2014. Disponível em: https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/28658. Acesso em: 7 jul. 2024.

Câmara, Yls Rabelo; Câmara, Yzy Maria Rabelo; Soutullo, Melina Raja. **O Quinze: revisitando a importância de Rachel de Queiroz para a cultura cearense, a literatura brasileira e o feminismo no Brasil do século XX.** 2015. https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/23399/1/2015_art_yrcamaraymrcamara.pdf

Caetano, Ivone Ferreira. **O feminismo brasileiro: uma análise a partir das três ondas do movimento feminista e a perspectiva da interseccionalidade.** Revista do Curso de Especialização em Gênero e Direito, v. 1, p. 1-24, 2017.

Conrad, Sebastian. **O que é a História Global**?. Leya, 2019

Da Costa, Gabriela Caroline Raudenkolb; Belo, Geovane Silva; De Amorim, Thaís Fernandes. **SILENCIAMENTO E TRAÇOS DE ESCRITA FEMININA EM DULCINÉA PARAENSE.** Revista Alere, v. 23, n. 1, p. 221-241, 2021. https://periodicos.unemat.br/index.php/alere/article/view/6269

Da Silva Bandeira, Ana Paula Bornhausen. **Jornalismo feminino e jornalismo feminista: aproximações e distanciamentos.** Vozes e Diálogo, v. 14, n. 02, 2015.

De Moraes, Letícia Nunes. **HISTÓRIAS DE PAGU: MEMÓRIA, FEMINISMO E CULTURA POLÍTICA.**

Dos Santos, Eunice Ferreira. E**neida de Moraes: militância e memória.** Em Tese, v. 9, p. 99-106, 2005.http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/emtese/article/view/3539

Dos Santos, Eunice Ferreira. E**NEIDA DE MORAES: RITOS DE ENTRADA E DE PERMANÊNCIA NO CENÁRIO POLÍTICO E JORNALÍSTICO LITERÁRIO BRASILEIRO (1929-1970).** MOARA–Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras ISSN: 0104-0944, n. 27, p. 26-38, 2007. http://novoperiodicos.ufpa.br/periodicos/index.php/moara/article/view/3332

Duarte, Constância Lima. **Feminismo e literatura no Brasil.** Estudos avançados, v. 17, p. 151-172, 2003. https://www.scielo.br/j/ea/a/6fB3CFy89Kx6wLpwCwKnqfS/?format=html

Duarte, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil: nos primórdios da emancipação.** Revista XIX, v. 1, n. 4, p. 95-105, 2017. https://periodicos.unb.br/index.php/revistaXIX/article/view/21741

Lopes, Samara da Silva Fernandes. R**esistência, memória e luta feminina na crônica "o capítulo dos relógios" de Eneida de Moraes e em poemas dedicados a Helenira Resende.** 2019.

Palacios, Marcos. **Convergência e memória: jornalismo, contexto e história.** MATRIZes, v. 4, n. 1, p. 37-50, 2010.https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38274

Pereira, Maria do Rosário Alves. **Primórdios da crônica de autoria feminina no Brasil e a luta pela igualdade de gênero.** Jangada: crítica| literatura| artes, v. 8, n. 1, p. 106-118, 2020.

Ramos, Graciliano. **Memórias do cárcere.** Editora Record, 2020.

Santos, João Júlio Gomes dos; Sochaczewski, Monique. H**istória global: um empreendimento intelectual em curso.** Tempo, v. 23, n. 3, p. 483-502, 2017.https://www.scielo.br/j/tem/a/5Qh7XtLX9H9Q4hxrVWMPmhG/

Tuzino, Yolanda Maria Muniz. **Crônica: uma Intersecção entre o Jornalismo e Literatura.** v. 24, p. 08-09, 2009.

Vianna, Lúcia Helena. **Mulheres revolucionárias de 30.** Niterói: Gênero, p. 28-34, 2002

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38578

MARIA YVONE:
Resistência à Ditadura Civil-Militar e a busca por justiça e verdade

Drª. Tatianne Ellen Cavalcante Silva[1]

RESUMO:
O presente artigo busca elaborar sobre a trajetória de militância política de Maria Yvone Loureiro, nascida em Viçosa – AL, em novembro de 1947, que ao migrar para Recife-PE na década de 1960 passou a integrar o movimento estudantil e posteriormente o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), atuando no enfrentamento à ditadura civil-militar. Presa em fevereiro de 1971 ela passou a denunciar o assassinato sob tortura de Odijas Carvalho, seu companheiro de militância e esposo. Neste sentido, objetivamos analisar como essa militante política se utilizou do lugar tradicionalmente designado às mulheres, especificamente o de esposa, para denunciar as torturas praticadas pelos órgãos de repressão. Para tanto, a noção de jogos de gênero, conceito elaborado pelo historiador Luc Capdevila, e discutido no Brasil por Cristina Scheibe Wolff (2015), entre outras, auxilia-nos nesta análise. Metodologicamente operacionalizamos nossa análise a partir do discurso produzido pelos órgãos de repressão e inteligência sobre a militante, este contido no prontuário individual da mesma, bem como os testemunhos e manifestos produzidos pela resistência, tendo Yvone como figura central nas denúncias.
PALAVRAS-CHAVE: Maria Yvone Loureiro, História das mulheres, Militância política, Jogos de gênero, Ditadura civil-militar.

MARIA YVONE: Resistence To Civil-Military Dictatorship And The Search For Justice And Truth

ABSTRACT:
This article aims to analyze the trajectory of political ativism of Maria Yvone Loureiro, born in Viçosa-AL, in November 1947 who, after moving to Recife-PE in the 1960s, became part of the student moviment and later joined the Brazilian Revolutionary Comunist Party (PCBR), acting in the resistance against to the civil-military dictatorship. Arrested in February 197,1 she began denoucing the murder under torture of Odijas Carvalho, her fellow activist and husband. In this way, we aim to analyze how how this political activist used the role traditionally assigned to women, specifically that of wife, to denounce the torture carried out by

[1] Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco-UFPE. Docente Temporária do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte –UERN/ Mossoró. E-mail: tatianneecs@gmail.com . Lattes: http://lattes.cnpq.br/4671008722416222.

the repressive agencies. To this end, the notion of gender games, a concept developed by the historian Luc Capedevilla and discussed in Brazil by Ana Rita Fonteles (2009), Cristina Scheibe Wolff (2015), among others, help us in this analysis. Methodologically we operationalize our analysis starting by the discourse produced by the repression angencies and its intelligence about the militant, in her individual file, as well as the testemonies and manifestos produced by the resistence, having Yvone as central figure in the denunciations.
KEYWORDS: Maria Yvone Loureiro, Women's History, Political Activism, Gender games, Civil-Military Dictatorship.

Maria Yvone Loureiro: uma breve cartografia militante.

Figura 8:Figura 8: Fotografia de Maria Yvone Loureiro para identificação no inquérito policial em 1971.	**Figura 9: Fotografia de Maria Yvone Loureiro em 2011.**
	
Fonte: Imagem prontuário individual de Maria Yvone Loureiro.	Fonte: Documentário VCPMF.

Natural de Viçosa, em Alagoas, nasceu em 3 de novembro de 1947, filha de Iracy de Souza Loureiro e José Loureiro de Albuquerque. Migrou para Recife para estudar e trabalhar, ainda enquanto era estudante secundarista. Ao trabalhar no INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), em 1966, entrou em contato com os debates políticos, trazendo-lhe o interesse por leituras sobre os modelos sócio-político-econômicos.

Sua militância começou em meados de 1968, quando ingressou na universidade, onde conheceu Odijas Carvalho, que veio a se tornar seu companheiro de militância e vida. Nesse período, a militância de Ivone sofreu grandes modificações, em decorrência de seu relacionamento com Odijas, militante conhecido pelos órgãos de repressão, por militar no movimento estudantil e ser dirigente do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), vivendo, por este motivo, na clandestinidade.

Maria Ivone, já integrada ao PCBR, entra para a clandestinidade e passa a traçar diversos caminhos de fuga, saindo de Recife para Fortaleza e de lá para Natal, onde foi presa em 7 de fevereiro de 1971, no ônibus saindo da Praia de Pirangí- RN, levada para o Quartel do Exército de Natal. Três dias depois, encaminhada para o DOPS-PE, onde foi torturada e sofreu com a morte de seu companheiro, assassinado sob tortura pela ditadura no DOPS-PE, em 1971. Não esmoreceu. Fez greve de fome pela morte de Odijas e para sair do DOPS-PE, até que foi transferida para a Colônia Penal do Bom Pastor – PE. Em seu período de luto, contou com a solidariedade e a afetividade das outras presas políticas.

Após 1973, quando saiu da prisão, voltou para seu Estado natal, inserindo-se nas lutas democráticas. Ajudou a formar em 1978 a Sociedade Alagoana de Direitos Humanos. Participou da União de Mulheres de Maceió, e por sua militância denunciando as violações dos Direitos Humanos cometidos contra as/aos presas/os políticas/os, recebeu, entre outros prêmios, o Prêmio Bertha Lutz e Comanda Nise da Silveira[2], ambos dedicados a reconhecer a participação das mulheres nas

[2] Prêmio Bertha Lutz, também chamado de Diploma Bertha Lutz, é concedido pelo Senado Federal do Brasil e contempla mulheres que tenham contribuído para a defesa dos direitos da mulher e questões de gênero no Brasil, tendo recebido este nome em homenagem a Bertha Lutz, bióloga e importante personalidade dentro do movimento feminista.
Comanda Nise da Silveira é um prêmio concedido a mulheres que lutaram em defesa da construção da cidadania em Alagoas e no Brasil. O prêmio leva o nome de Nise da Silveira, alagoana conhecida em todo o Brasil por suas profundas contribuições e luta pela cidadania no âmbito da psiquiatria.

conquistas sociais[3]. Marivone, como é reconhecida publicamente, tornou-se figura conhecida na política alagoana, por esta trajetória de ativismo no âmbito dos Direitos Humanos e pela participação em associações/organizações de mulheres.

Diante de uma longa e potente trajetória de ativismo político, os recortes se fazem necessários, para tanto neste artigo objetivamos analisar como essa militante política se utilizou do lugar tradicionalmente designado às mulheres, especificamente o de esposa, para denunciar as torturas praticadas pelos órgãos de repressão. De modo, a mobilizar os jogos de gênero na prática da resistência à ditadura civil-militar.

Prisão e busca por justiça e verdade

Parafraseando o poeta Carlos Drummond de Andrade, no meio de caminho tinha o exército, tinha o exército no meio do caminho, e Maria Yvone não se esqueceu desse acontecimento[4]. Após a prisão de diversas/os companheiras/os de partido no Recife – PE, o grupo de militantes, predominantemente do PCBR, que estava em Pirangi (RN), precisou sair do aparelho e estabelecer algumas rotas de fuga. Dividiram-se em dois grupos, um grupo composto por militantes procurados pela repressão e dirigentes evadiu-se primeiro, o segundo grupo ficou para limpar a casa e desfazer-se de qualquer vestígio que pudesse ser utilizado pelos órgãos de repressão como prova de subversão.

Maria Yvone, Rosa Maria Soares, Cláudio Gurgel e Carlos Alberto Soares compunham o segundo grupo, ao finalizarem a limpeza da casa, pela iminência de o aparelho ser encontrado não poderiam pernoitar no local. Como tática, esconderam-se durante a noite em meio à vegetação, nas mediações da praia próxima ao aparelho buscando transporte pela manhã. No ônibus, em direção à

[3]Informações extraídas do depoimento de Maria Ivone Loureiro. In: **Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos.** Direção: Tuca Siqueira. 2011. Duração: 30 min. 5 seg.; PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. **Prontuário individual de Maria Yvone Ribeira.** Nº 19.214. 1973.
[4] Paráfrase do poema "No meio do Caminho", do poeta Carlos Drummond de Andrade, publicado em 1928 na Revista de Antropofagia.

Natal – RN, Maria Yvone, Rosa, Cláudio e Carlos viram o poema concretizar-se, o exército no meio do caminho, entre Pirangi e Natal, cercou o ônibus e realizou revista nas/nos passageiras/os. Maria Yvone narra que Carlos e Cláudio foram rapidamente reconhecidos pelos soldados, e as duas militantes foram presas por tabela, ao estarem sentadas junto a eles. O momento da prisão tornou-se uma espetacularização da violência, Carlos com a cabeça sangrando após uma coronhada, amarado pelos pés e mãos junto ao Cláudio, na lama que se formava em decorrência da chuva que caía, "parecia uma corda de caranguejo" [5], diz Maria Yvone.

A espetacularização continuou com um discurso feito pelo comandante da operação, o Capitão do Exército Cleantho Homem de Siqueira, conta Maria Yvone:

> Dizendo que nós éramos terroristas, que aquilo ali tava acontecendo porque nós éramos terroristas, bandidos, que nós assaltávamos, nós matávamos e que por isso nós estávamos sendo presos. Ai Rosa, ela foi de uma coragem fantástica, Rosa Maria, ela rebateu na hora o coronel, gritou assim... fez um discurso dizendo que 'somos revolucionárias, defendemos o povo, não somos terroristas' então assim foi uma atitude muito corajosa dela, porque na hora todo mundo tava com medo, eu tava morta de medo. (YVONE LOUREIRO, 2011)[6]

A violência empregada no ato da prisão, a produção da propaganda anticomunista e a performance dos militares investidos da missão de manter a Segurança Nacional, buscava justificar a violência e conquistar o apoio da população. Segundo Rosa[7], as/os passageiras/os, em sua maioria trabalhadoras/es rurais, não entenderam o que estava acontecendo e questionaram a violência perpetrada sobre os dois jovens rapazes. Rosa Maria, em um ato de coragem ou desespero, estabeleceu uma disputa de narrativa, negou-se à identidade de "terrorista" e apresentou-se como "revolucionária", demarcou seu lugar ao lado do povo, oferecendo à população outra perspectiva sobre a ação da repressão.

[5] Entrevista de Maria Yvone de Souza Loureiro. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011.
[6] Entrevista de Maria Yvone de Souza Loureiro. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011.
[7] Entrevista de Rosa Maria Soares. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011.

Após serem revistadas, foram encaminhadas para o Quartel do Exército em Natal, logo em seguida, levadas/os para o DOPS-PE, aonde os interrogatórios vieram acompanhados pela tortura. Maria Yvone narra que, estando poucos dias nessas instalações, foi retirada da cela pelo Investigador Luiz Miranda, levada a uma sala onde foi interrogada e torturada por um major vindo do Ceará, conta: "[...] eu tremia nas bases porque as fotos eram de pessoas conhecidas e eu a cada negativa, a cada negação era uma pancada no rosto, nos seios, na coxa, pegavam pelo cabelo, nos ouvidos, davam aqueles telefones nos ouvidos [...]".[8] Ao produzir a narrativa enquanto *superstes* - aquela/e que sobreviveu ao infortúnio, à adversidade, à morte- a memória do corpo se expressa nos gestos das mãos que tentam descrever a tortura, e o semblante entristecido do trauma que ainda se faz presente.

Na sala em que ficou presa, nos primeiros dias no DOPS-PE, era testemunha do horror produzido naquele espaço, as paredes com marcas de mãos e sangue que, segundo Maria Yvone, havia sido uma das salas onde Odijas, havia sido torturado. Após um curto período nessa sala, ela e Rosa Maria foram transferidas para o "buque"[9], uma cela na ala das/os presas/os comuns. Sem cama, com sanitário turco de onde minavam baratas. Essa arquitetura hostil marcou a memória de Yvone e Rosa Maria, que narra.

> Quando ia dando o entardecer essas paredes, o chão, tudo ficava completamente coberta de barata, então foi uma coisa assim... uma cena que a gente não consegue esquecer, eu e a Yvone é uma coisa... foi uma das coisas que me marcou muito. No começo, nós começamos a chinelar e a matar as baratas, mas não adiantava, que elas morriam e tinha mais uma centena de barata, completamente coberta de barata. E nós não tínhamos onde dormir, né, nos deixaram lá três dias... nós tínhamos que deitar no chão e nos acostumamos as baratas passando pelo rosto, pela cabeça, por onde fosse, porque era barata, era barata, era barata... (ROSA Mª SOARES, 2011)[10]

[8] Entrevista de Maria Yvone de Souza Loureiro. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011.
[9] Esse termo é comumente empregado para designar celas utilizadas para isolamento e/ou castigo de presas/os.
[10] Entrevista de Rosa Maria Soares. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011.

Na estrutura precária do DOPS-PE, com reduzido número de celas e salas, o remanejamento era constante. De modo que uma sala improvisada fez às vezes de cela para elas, afastada do corredor de celas e sob a vigilância constante de um carcereiro. A sala sem banheiro possibilitava que Maria Yvone circulasse pela delegacia para acessá-lo, são esses momentos, entre corredores de cela, que as burlas, a resistência acontecia, pois, como diz Foucault (2014, p.360), "Para resistir, é preciso que a resistência seja como o poder. Tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele. Que, como ele, venha de 'baixo' e se distribua estrategicamente." Isolada de informações externas, o pouco do que se sabia eram das informações entrecortadas das conversas ouvidas entre os guardas, ou dos pequenos diálogos que mantinha com alguns deles. Numa dessas conversas, o carcereiro deixou escapar a notícia da morte de Odijas, ao perceber o "erro" tentou dissimular, atribuindo a morte a outra pessoa.

Na angustiante incerteza sobre o paradeiro e o estado de saúde de Odijas, Maria Yvone narra:

> [...] então a gente tinha um esquema... que nessa cela não tinha banheiro, a gente ia pra o banheiro lá no meio do DOPS, no primeiro andar, com o carcereiro, e de lá desse esquema do banheiro a gente avistava as celas, a grade das celas dos meninos, os outros presos, os companheiros, e avistávamos também embaixo a Secretaria de Segurança Pública o lugar onde povo tirava documento, folha corrida da polícia, carteira de identidade... onde os transeuntes passavam lá... então era um lugar em que lá de cima a gente avistava o povo, porque era uma improvisação de DOI-CODI, não era um DOI-CODI ainda estruturado, né, então é... a gente tinha um esquema de se comunicar por assobio, ligava pra...a gente... as músicas falavam por nós, então o que a gente queria saber a gente assobiava e o pessoal respondia também da mesma forma, então o Odijas gostava muito de uma música, a última coisa que ele gostou, música de Paulinho da Viola: Foi um rio que passou em minha vida, era coisa que ele adorava, tocava, dedilhava na caixa de fósforo, era uma coisa que ficou a cara dele, era a marca dele, as pessoas sabiam, identificavam ele com essa música, então eu assobiei essa música: Foi um rio que passou em minha vida[11] e Nicanor[12], onde andará Nicanor, fiquei

[11] FOI UM RIO QUE PASSOU EM MINHA VIDA. Paulinho da Viola. In: FOI UM RIO QUE PASSOU EM MINHA VIDA. Paulinho Viola. Gravadora: Odeon. 1970. Disco. Lado A, faixa 6.
[12] NICANOR. Chico Buarque. In: PER UN PUGNO DI SAMBA. Chico Buarque. Gravadora: RCA. 1970. Disco. Faixa 10.

> fazendo assim uma e outra, uma e outra, e eles entenderam, eles entenderam e assobiaram de lá uma música que falava de morte, um sambinha que falava de morte, então ai eu confirmei, ai voltei pra cela, disse a Rosa 'Rosa, Odijas tá morto mesmo, tá confirmado'. Então eu discuti com ela, apesar da minha fragilidade que eu era muito frágil, eu era muito frágil, era medrosa também, mas eu discuti com ela, eu disse 'vou denunciar, aqui mesmo, dentro mesmo do DOPS' e ela me encorajou muito assim... 'você vai ter coragem mesmo de fazer isso?', eu disse 'tenho que fazer, sou eu que tenho que fazer' eu disse 'eu vou fazer... vou aproveitar programar uma ida ao banheiro e de lá eu vou denunciar pro público ali da Secretária de Segurança né, ai eu fiz isso, no dia seguinte, uma coisa planejada, fui, pedi pra ir no banheiro, o carcereiro me levou, ai de lá tinha uma murada, uma balastrada, uma coisa... é uma murada, então eu segurei no muro, em lugar de entrar no banheiro, eu segurei no muro e comecei a gritar 'que Odijas tinha sido assassinado, meu marido foi torturado até a morte e que nós estávamos também sendo torturados, eu grite isso umas três vezes, né, ai nisso fiquei... eu fiquei desesperada, eles tentando me segurar, tentando fechar a minha boca e eu comecei a gritar também, eles me arrastaram de lá [...] (YVONE LOUREIRO, 2011)[13]

A inventividade operou em rede, as memórias produzidas pela convivência na coletividade, os laços afetivos estabelecidos foram mobilizados para compor o diálogo sem palavras. Foi entre sambas assobiados que a morte de Odijas Carvalho foi anunciada. Mesmo em choque, sentiu-se impelida a denunciar "tenho que fazer, sou eu que tenho que fazer" esta frase anuncia que não é apenas o lugar de militante que a impele a denúncia, mas sobretudo, o lugar de esposa. No texto "Pedaços de alma: emoções e gênero nos discursos da resistência", a historiadora Cristina Scheibe Wolff analisa "os usos políticos das emoções, aliado ao gênero" (WOLFF, 2015, p. 975), na construção da retórica elaborada pela resistência às ditaduras no Cone Sul. O uso político do lugar de mãe, esposa, avó, irmã, que agenciavam o gênero em prol de sensibilizar, gerar empatia na população e organizações nacionais e internacionais, para com as/os militantes vítimas de tortura, sequestro, assassinato e desaparecimento (WOLFF, 2015).

Diferente dos casos estudados por Wolff (2015), nos quais as mulheres que realizavam as denúncias estavam em liberdade e reivindicavam as performatividades

[13] Entrevista de Maria Yvone de Souza Loureiro. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011.

que as ditaduras, a cultura e a religião esperavam delas. Maria Yvone era uma presa política, portanto, desviante dessa performatividade, mas que no momento das denúncias acionava o lugar de esposa. Ver-se no documento em anexo: "CAMPANHA NACIONAL CONTRA TORTURAS"[14], datado de março de 1971, cujo prólogo anuncia:

> CARTA DENUNCIA ENVIADA AO POVO BRASILEIRO PELOS REVOLUCIONÁRIOS PRESOS NO DOPS DE RECIFE, RESPONSABILIZANDO AS AUTORIDADES MILITARES PERNAMBUCANAS PELO ASSASSINATO POR MEIO DE TORTURAS DO ESTUDANTE ODIJAS DE CARVALHO EM 10.2.71. ACUSAM AINDA ESSES MILITARES DE INFRINGIR A ELES PRÓPRIOS TORTURAS E SEVÍCIAS DE TODA ESPÉCIE.[15]

Na Carta Denuncia endereçada ao "povo brasileiro", lê-se, ao final, "assinam: Lilia Guedes, Maria Ivone Loureiro (Esposa do Odijas), Alberto Vinicius Melo do Nascimento, Mário Miranda de Albuquerque, Cláudio Roberto Marques Gurgel, Rosa Maria Soares. Leia e divulgue"[16]. O parêntese após o nome de Maria Yvone demarca este lugar de esposa, objetivando agenciar legitimidade para sua busca, pois que a relação de parentesco mobiliza, sensibiliza a produção da comoção social. Esse parêntese desloca Maria Yvone de militante para esposa, em um claro agenciamento do gênero ou na leitura indicada por Wolff (2015) da noção de jogos de gênero[17], "no qual as peças do gênero são jogadas de acordo com as relações de poder" (WOLFF, 2015, p.985).

---

[14] CAMPANHA NACIONAL CONTRA TORTURAS. In: PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. **Prontuário individual de Mª Ivone Ribeira.** Nº 19.214. 1973. Fundo SSP nº 25213.

[15] Campanha nacional contra a tortura. Prontuário individual de Maria Yvone de Souza Loureiro, nº 19.214. Fundo SSP nº 25213.

[16] Idem

[17] A autora discute a noção de jogos de gênero a partir dos escritos do historiador francês Luc Capdevila. Wolff (2015) traduz do francês para o português o conceito discutido por Capdevila: "a noção de jogo pode assumir quatro formas: a de uma máscara que se usa na "brincadeira"(e aí podemos pensar nessas performatividades de gênero); a de um jogo de estratégia como o xadrez, no qual as peças do gênero são jogadas de acordo com as relações de poder; o jogo de gênero também como uma decalagem entre aquilo que é posto em cena e aquilo que é percebido pelo adversário; e, ainda, os jogos de gênero no sentido das dinâmicas impulsionadas pelas crises que induzem a redefinições das relações entre homens e mulheres. In: WOLFF, Cristina Scheibe. Pedaços de alma: emoções e gênero nos discursos da resistência. Estudos Feministas, Florianópolis, Vol. 23, n° 3, 2015. p. 975-989. Para ler no original em francês: CAPDEVILA, Luc. Résistance civile et jeux de genre. BRETAGNE ET DES PAYS DE L'OUEST, 108-2, 2001. Disponível em: http://abpo.revues.org/1737. Acesso em: 10 de novembro de 2023. p. 103-128.

Nessa Carta Denúncia, outros deslocamentos foram elaborados, Odijas foi apresentado, não como o militante, nem o revolucionário, mas como o estudante, possibilitando uma maior conexão entre as/os leitoras/es, tendo em vista que a missiva foi divulgada principalmente nas universidades. Ainda que, nos jogos de gênero, as performances acessadas pelas mulheres produzam maior comoção, outras estratégias para atingir o público, causando-lhes empatia foram exercidas. Ao associar Odijas ao lugar de estudante, mobiliza-se a memória de uma experiência, à época recente, da morte de Edson Luiz, que ao ser divulgado nos meios de comunicação, não era sobre o assassinato de um homem, um militante, ou um revolucionário, lia-se sobre o assassinato de um estudante. A inventividade da carta engendra-se na linguagem, nos elementos trazidos para sensibilizar a população, para deslocar os militantes do imaginário construído pela propaganda anticomunista.

As denúncias das torturas sofridas por elas/eles próprias/os são inseridas no entrelaçamento de outras denúncias que, possivelmente, produziriam maior poder de comoção, portanto, maior efetividade política. Assim, denunciaram as torturas sofridas pelo "jovem Alberto Vinicius Melo do Nascimento"[18]. E, ao nomearem os torturadores e assassinos de Odijas, informaram ao público que o Padre Henrique e o estudante alagoano tiveram o mesmo algoz, o investigador Luiz Miranda. O uso dos termos jovem, estudante e esposa e a conexão estabelecida entre a morte do Padre Henrique, amplamente divulgada, causando comoção social e tensionando a relação entre a igreja e o Estado; desestabilizava a imagem da/o militante perigosa/o, ao passo que construía uma imagem de proximidade com as/os leitoras/es.

[18] Campanha nacional contra a tortura. Prontuário individual de Maria Yvone de Souza Loureiro, nº 19.214. Fundo SSP nº 25213.

Dias após a publicação da Carta foi deflagrada, pelas/os presas/os políticas/os do DOPS-PE, mais uma greve de fome. Os "Termos de recusa"[19], datados dos dias oito, nove e dez de março de 1971, dão testemunho da ação. A partir do oficio nº 74/71-SI-GS[20], datado de oito de março de 1971 e classificado como confidencial, ficamos sabemos um pouco mais sobre a greve e os ânimos nas instalações da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco. Neste, o Secretário de Segurança Pública Armando Samico informou ao Auditor da 7ª Circunscrição Judiciária Militar Ângelo Rattacaso Junior, que Alberto Vinícius de Melo Nascimento, Carlos Alberto Soares, Mário Miranda de Albuquerque, Rosa Maria Barros dos Santos, Maria Yvone de Souza Loureiro, Lylian Silva Guedes "estão constantemente, criando dificuldades nesta Secretaria, onde se encontram recolhidos"[21].

O objetivo das/os grevistas era conseguir a transferência para a Casa de Detenção, no caso dos homens, e para a Colônia Penal do Bom Pastor, no caso das mulheres. O Secretário Armando Samico argumenta que a ordem de transferência não foi atendida de imediato por julgar, momentaneamente, imprudente a transferência devido à proximidade da sucessão governamental e a chegada do aniversário do que chamou de "Revolução de 31 de março". Sugere mantê-las/os por mais tempo na Secretaria de Segurança Pública, sob vigilância e sem contatos externos. A manutenção da incomunicabilidade de Carlos Alberto, Rosa Maria e Maria Yvone motivou o advogado Boris Trindade a encaminhar, no dia nove de março de 1971, um requerimento endereçado à Auditoria da 7ª Região Militar – PE, argumentando pela quebra da incomunicabilidade na qual se encontravam suas/eus

[19] Termo de recusa, documento que registrava institucionalmente a recusa de recebimento de alimento por parte das/dos presas/os políticos/as. No documento consta o horário em que a refeição foi ofertada e dá ciência da recusa. In: Prontuário individual de Maria Yvone de Souza Loureiro, nº 19.214. Fundo SSP nº 25213.
[20] Oficio nº 74/71-SI-GS. In: Secretária da Justiça – Estado de Pernambuco. Anistia: Requerimento de Indenização de Carlos Alberto Soares. Acervo CEPE – Arquivos da Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Helder Câmara. Arquivo: Processo de Indenização de ex-presos políticos pelo governo de Pernambuco.
[21] Idem.

clientes. O requerimento, ao argumentar pela ilegalidade da incomunicabilidade mantida sob suas/eus clientes, afirma que:

> [...] determinando aquelas autoridades que não podem, sob pena de praticar crime de responsabilidade, previsto na Lei 4898, obstruir a comunicabilidade entre o patrono e o constituinte, sendo que a incomunicabilidade para com familiares e terceiros, somente poderá se estender por dez dias, e assim mesmo quando justificada formalmente por oficio, a autoridade judiciária, sua necessidade.[22]

No requerimento de três páginas, além da quebra da incomunicabilidade, mais duas solicitações foram feitas: a transferência para instalações penais e a realização de declaração "ad-cautelam" e do exame traumatológico em Maria Yvone. A despeito da necessidade imediata da transferência de Rosa Maria e Maria Yvone para a Colônia Penal Bom Pastor e de Carlos A. Soares para a Casa de Detenção, Boris Trindade caracterizou como violência:

> [...] a manutenção das suplicantes, mulheres casadas – sendo que uma delas, d. Ivone de Souza Loureiro, teve seu marido morto em dia e hora, e local, que ela ignora – num compartimento precário, sem qualquer tipo de higiene, dormindo em cadeiras, diante de investigadores da polícia que as vigia 24 horas. [...] Depois, só se explica o interesse da autoridade policial em mantê-las no mencionado local, a troca de tortura psicológica, pavor, etc., na utilização de métodos que vem sendo negados pelo próprio Governo Federal, em defesa do nome nacional, atingido diariamente pela imprensa estrangeira, até a mais idônea.[23]

Quanto à declaração e ao exame traumatológico a ser realizado em Maria Yvone é motivado pelas denúncias da mesma, que alegou ter sido espancada, por um major vindo de Fortaleza, nas dependências do DOPS-PE, na presença de policiais da Secretaria de Segurança Pública. Boris Trindade arguiu que:

> Tais medidas, douto Auditor, devem ser requeridas em nome da Justiça e da dignidade. Numa hora em que o Governo brasileiro se lança numa campanha oficial visando desmentir as denúncias feitas no exterior, de tortura e espancamento de presos políticos, negando, como já fizera o apressado Ministro da Justiça, a existência de tais torturas, causa espécie

[22] Requerimento do advogado Boris trindade. In: Prontuário individual de Maria Yvone de Souza Loureiro, nº 19.214. Fundo SSP nº 25213.
[23] Idem.

> que fanáticos se utilizem da violência, espancando um preso político, ainda mais mulher.[24]

Os argumentos utilizados pelo advogado Boris Trindade estão inseridos em uma rede de denúncias que se ampliavam e produzindo ruídos desde 1970. A intensidade dos ruídos lançou o governo brasileiro em campanhas para desmentir as denúncias, tomando parte, nesta campanha, uma significativa parcela da imprensa brasileira passou a realizar publicações, recriminando a imprensa estrangeira.[25] No jornal Diário de Pernambuco, multiplicaram-se as matérias em que refutavam as denúncias de torturas a presas/os políticos e que condenavam a postura de figuras públicas, a exemplo de Dom Helder Câmara[26], argumentando que tais falas construíam no exterior uma imagem negativa sobre o Brasil.

O requerimento impeliu a Secretaria de Segurança Pública a dar explicações sobre as denuncias realizadas por Maria Yvone, de modo que, no dia onze de março do mesmo ano, ela foi chamada a depor, ocasião na qual reafirmou as denúncias de espancamento pelo major João Alfredo na presença de um policial de nome Miranda e o escrivão. Um segundo "Termo de declaração", datando do mesmo dia e contendo uma página, tem como foco as alegações de dormir em cadeiras e estar presa em ambiente anti-higiênico, em suma afirma-se que dispõe – ela e Rosa Maria – de uma cama de campanha e um colchão, que por ser uma "sala de investigadores" e não uma cela divide o ambiente com diversos policiais/investigadores, ainda sobre as instalações, reafirmou que o buque em que

[24] Ibdem.
[25] Matérias com críticas à imprensa estrangeira por publicizarem as denúncias de tortura no Brasil: Uma resposta a estrangeiro. Diário de Pernambuco, Recife. 22 de março de 1970. Primeiro caderno, p. 4. ANDRADE, Theophilo. A utopia da violência. Diário de Pernambuco, Recife. 1º Caderno, 16 de julho de 1970, p.4. MORAIS, Orlando. Insidiosa propaganda contra o Brasil. Jornal Diário de Pernambuco. Primeiro Caderno, 06 de maio de 1970. p. 4.
[26] Matérias com crítica a Dom Helder Câmara: ALCÂNTARA, Marco Aurélio de. Espantalhos. Jornal Diário de Pernambuco. Primeiro caderno. Sábado, 30 de maio de 1970. p. 7. ANDRADE, Theophilo. A utopia da violência. Diário de Pernambuco, Recife. 1º Caderno, 16 de julho de 1970, p.4. PONTES, Barroso. Destruidores antipatrióticos. Diário de Pernambuco, Recife. 1º Caderno, 13 de outubro de 1970, p. 11.

ficaram presas alguns dias era "muito imundo, cheio de baratas com um sanitário nas piores condições"[27].

Ao nomear o espancador e o policial que havia presenciado a violência, Maria Yvone retira esses agentes da abstração - um militar ou um policial - era o major João Alfredo e o policial Luiz Martins de Miranda Filho, este último chamado a prestar declaração sobre as acusações. O termo de declaração prestado por Luiz Miranda, dia doze de março de 1971, tem uma página, e foi concedida ao delegado José Oliveira Silvestre, então titular da Delegacia de Segurança Social, afirma tê-la conduzido para o interrogatório e ter permanecido todo o tempo presente na sala, que durante este tempo não presenciou nenhum ato físico ou moral contra a denunciante, que a mesma havia sido "[...] muito bem tratada física e moralmente pelos militares, os quais tratavam MARIA IVONE de MENINA, chegou inclusive a dar conselhos para que abandonasse a linha política que havia abraçado, pois nenhum futuro ela MARIA IVONE tinha com isto"[28].

A linguagem exercida por Luiz Miranda em seu depoimento constrói de forma maniqueísta uma oposição entre Maria Yvone, adjetivada de "terrorista" e/ou "subversiva" e o major João Alfredo e o escrivão de nome "Edelésio ou Edeclécio"[29], cujos quais têm seus nomes escamoteados pelo depoente sendo nomeados como "dois cidadãos", "duas pessoas", "senhores" e "oficiais"[30]. Tal estratégia linguística objetiva desqualificar as denúncias de Maria Yvone, pois que, se a confiabilidade do testemunho perpassa pela confiabilidade da pessoa que o

[27] Termo de declaração que presta Maria Ivone de Souza Loureiro. In: Prontuário individual de Maria Yvone de Souza Loureiro, nº 19.214. Fundo SSP nº 25213.
[28] Termo de declaração que presta Luiz Martins de Miranda Filho. In: Prontuário individual de Maria Yvone de Souza Loureiro, nº 19.214. Fundo SSP nº 25213.
[29] Em seu depoimento do dia 11 de março de 1971, Maria Yvone não sabia precisar se o nome do escrivão que acompanhava o major João Alfredo, ambos de Fortaleza, era Edelésio ou Edeclécio. Termo de declaração que presta Maria Ivone de Souza Loureiro. In: Prontuário individual de Maria Yvone de Souza Loureiro, nº 19.214. Fundo SSP nº 25213.
[30] Termo de declaração que presta Luiz Martins de Miranda Filho. In: Prontuário individual de Maria Yvone de Souza Loureiro, nº 19.214. Fundo SSP nº 25213.

produz, mais do que negar as acusações Luiz Miranda tenta desqualificar a denunciante e assim minar sua denúncia.

Os adjetivos escolhidos estabelecem um lugar social de respeito e confiança ao major João Alfredo – cidadão e senhor – enquanto que os adjetivos que antecedem ou substituem o nome de Maria Yvone produzem um lugar de periculosidade, ardil, principalmente diante das propagandas anticomunistas propaladas pelo governo e que construiu/construía a imagem de terrorista e subversiva/o como a/o inimiga/o da pátria, o anticristo, ou seja, aquelas/es em quem não se podia confiar.

Em decorrência dessas denúncias, o Ministro da Justiça Alfredo Buzaid envia Leonardo Greco, na qualidade de Secretário do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, a Recife, para investigar as circunstâncias da morte de Odijas. O parecer, assinado em sete de junho de 1971, produz em suas argumentações para invalidar as denúncias, um discurso que objetiva descredibilizar as duas principais autoras – Maria Yvone e Lylia Guedes – da carta denúncia intitulada "Em termos do assassinato de Odijas Carvalho de Sousa"[31], elaborada em 2 de março de 1971:

> Tem-se notado, outrossim, nas desarticulações de 'aparelhos' terroristas, que moças residentes nos mesmos servem como 'mulheres do partido', atendendo aos reclamos sexuais dos rapazes. Não raras vezes surgem doenças venéreas. E por estranho que pareça, esposas de uns às vezes deixam os maridos e logo se unem a outros, como amantes, no mesmo 'aparelho'. [...] Quanto ao fato de que sua mulher teria sido acometida de 'forte crise nervosa' ao saber de seu falecimento, os documentos ns. 7 e 8, em anexo, poderão ilustrar as afeições que Maria Ivone de Sousa Loureiro 'devotava' a Odijas.[32] (Grifos nossos).

Operando com as performatividades de gênero socialmente produzidas, Leonardo Greco desloca Maria Yvone do lugar de esposa e viúva enlutada, lugar social que mobilizava empatia. Nesse ínterim, apaga o ativismo político exercido por

[31] SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO. Assunto: Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Nº 39600/71.
[32] SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO. Assunto: Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Nº 39600/71.

ela, Lylia e as demais militantes mulheres, construindo sobre elas uma representação misógina, objetificando-as sexualmente – "servem como 'mulheres do partido', atendendo aos reclamos sexuais dos rapazes." Nesse sentido, Ana Maria Colling (1997) afirma que:

> Ao construir o sujeito político feminino, a repressão, as organizações de esquerda e a sociedade em geral tentam desconstruí-lo como sujeito, apresentando a mulher militante como um sujeito desviante e não-político" (COLLING, 1997, p.95).

Margareth Rago em diálogo com Criméia Schmidt, complementa esse pensamento, afirmando que:

> Eles entendiam que as militantes pudessem ser companheiras, amantes ou filhas, girando sempre em torno do eixo masculino, obedecendo incondicionalmente às ordens dos companheiros e líderes. Sempre as olhavam com menosprezo, pois reconhecer qualquer capacidade de iniciativa feminina seria destruir seu próprio sentido de masculinidade (RAGO, 2010, p. 171).

O partido visto por Greco como um espaço masculino, onde o sujeito político é generificado. Em contrapartida, imputava às mulheres militantes às vezes de "mulher do partido" em uma contraposição ao lugar, afirmado por Maria Yvone, no ato de suas denúncias, "esposa". O discurso patriarcal e sexista produzido por Greco buscava confrontar os jogos de gênero exercidos por Maria Yvone e Boris Trindade que, ao agenciarem o gênero para angariar empatia e produzir comoção social, mobilizaram deputados[33] que institucionalmente requereram investigação do caso Odijas.

A luta de Maria Yvone por Verdade e Justiça para o caso de Odijas Carvalho de Souza perdurou até dezembro de 2013, quando a Certidão de Óbito do mesmo foi retificado, constando como causa morte "Homicídio por lesões corporais

[33] Documento da Câmara dos Deputados, elaborada pelo deputado Pedroso Horta, denunciando e pedindo investigação sobre o caso de Odijas. In: SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO. Assunto: Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Nº 39600/71.

múltiplas decorrentes de atos de tortura"[34]. O documento retificado lhe foi entregue pela Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Helder Câmara, dia 10 de dezembro de 2013[35].

REFERÊNCIAS

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à Ditadura Militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão. Rio de Janeiro, 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

RAGO, Margareth. Memórias da clandestinidade: Criméia Alice de Almeida Schmidt e a guerrilha do Araguaia. **Ditaduras no Cone sul**, p. 156, 2010.

WOLFF, Cristina Scheibe. Pedaços de alma: emoções e gênero nos discursos da resistência. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, n. 3, p. 975-989, 2015.

[34] Certidão de Óbito. Acervo CEPE – Arquivos da Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Helder Câmara. Arquivo: Retificação de Assentamento do Registro Civil de óbito de Odijas Carvalho de Souza.

[35] Oficio 477/2013 – CEMVDHC. Acervo CEPE – Arquivos da Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Helder Câmara. Arquivo: Retificação de Assentamento do Registro Civil de óbito de Odijas Carvalho de Souza.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38538

MORRER EM DEFESA DA FÉ:
a representação da mulher santificada na biografia de Benigna Cardoso

Tatiana Olegário da Silva[1]

RESUMO:
Este trabalho tem como objetivo discutir a representação do feminino santificado presente na biografia oficial de Benigna Cardoso da silva, jovem que foi estuprada e assassinada no dia 24 de outubro de 1941 por um colega de classe. O fato ocorreu na cidade de Santana do Cariri-CE e a partir de então iniciou-se a devoção à Benigna, ocorrendo desde 2004 romarias no local de seu martírio. Considerando a biografia "Benigna: um lírio no sertão cearense" o primeiro escrito oficial a respeito da história de vida da mártir, o eixo de problematização deste trabalho consiste em questionar como os elementos presente nessa fonte reforçam um modelo ideal de jovem/mulher, enfatizando sobretudo os valores, formas de agir e se comportar perante a sociedade partindo sobretudo de um modelo cristão.
PALAVRAS-CHAVE: Benigna; devoção; Santidade; Biografia.

DYING IN DEFENSE OF THE FAITH: The Representation Of The Sanctified Woman In The Biography Of Benigna Cardoso

ABSTRACT:
This work aims to discuss the representation of the sanctified feminine present in the official biography of Benigna Cardoso da Silva, a young woman who was raped and murdered on October 24, 1941 by a classmate. The incident occurred in the city of Santana do Cariri-CE and, from then on, devotion to Benigna began, with pilgrimages taking place since 2004 at the site of her martyrdom. Considering the biography "Benigna: um lirio no sertão cearense" the first official writing about the martyr's life story, the problematization axis of this work consists of questioning how the elements present in this source reinforce an ideal model of young woman/woman, emphasizing above all values, ways of acting and behaving towards society, based above all on a Christian model.
KEYWORDS: Benign; devotion; Holiness; Biography.

[1] Graduada em História pela Universidade Regional do Cariri (URCA), Especialista em História do Brasil pela Universidade Regional do Cariri (URCA), Mestra em História pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Está vinculada ao Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI-AFRIKAS/UFJF). Lattes http://lattes.cnpq.br/5519518132328483. Orcid: https://orcid.org/0009-0008-8500-7012. E-mail: tatianaolegario12@gmail.com

Introdução

A santidade é um tema recorrente nos trabalhos acadêmicos, sejam estes voltados para a geografia, ciências sociais, história ou demais cursos que possibilitam um olhar crítico e problematizador para os aspectos que perpassam essa temática. Contudo, na região do Cariri cearense a santidade não é apenas estudada, ela é vivenciada, sentida e compartilhada com leigos, fiéis e outros setores da população.

Parte dessa vivência se dá, além da devoção ao Padre Cícero em Juazeiro do Norte, também pelo fato dessa região ser marcada por várias devoções às figuras femininas que foram assassinadas e que são atualmente cultuadas no âmbito do catolicismo. Suas histórias se encontram em cidades diferentes e temporalidades que remetem entre fins do século XIX e primeira metade do século XX, contudo, situadas em um espaço geográfico de proximidade.

Maria de Bil (Várzea Alegre), Maria Caboré (Crato), Cova da Nega (Crato), Luiza coelho (Barbalha), Francisca Augusta da Silva (Aurora), Francisca Maria do Socorro (Milagres), Filomena (Mauriti), Rufina (Porteiras) e Benigna (Santana do Cariri). Todas têm em comum o fato de terem sido assassinadas por serem mulheres e que em sua maioria, perderam suas vidas sub a justificativa de paixões não correspondidas. Assim, o feminino submisso e dilacerado, por outro lado, abre espaço ao feminino sagrado, mártir, que transcendeu e tornou-se vitorioso perante o mundo cruel, se destacando em suas localidades com devotos que cultuam.

Partindo disso, o objeto desse estudo consiste em analisar um caso específico, o de Benigna Cardoso da Silva, esta aos seus recém completados 13 anos de idade, ao realizar uma atividade corriqueira, ir pegar água de um poço para os afazeres domésticos, depara-se com Raul Alves, seu colega de classe de 17 anos. Ele insistindo em ter relações sexuais com a jovem e tendo a recusa como resposta,

abusa sexualmente da mesma e em seguida assassina com vários golpes de facão. O crime ocorreu no dia 24 de outubro de 1941 na cidade de Santana do Cariri, região sul do Ceará.

Esse fato despertou a sensibilidade na população local e Benigna a partir de então ganhou o título de santinha e heroína da castidade, pois de acordo com devotos e membros eclesiásticos, ela "preferiu morrer para não pecar[2]". Após o assassinato o padre à época registrou ao lado dos dados de nascimento de Benigna, no livro dos batizados da paróquia: "morreu martirizada às 4 horas da tarde, do dia 24 de outubro de 1941, no sítio Oiti. Heroína da Castidade. Que sua alma converta a freguesia e sirva de proteção às crianças e às famílias da paróquia. São os votos que faço na nossa santinha" (LIVRO DE BATIZADOS, 1928, p. 36) ao longo do tempo essa narrativa se intensificou ainda mais, ganhando o apoio popular.

A popularidade da história de vida e morte de Benigna foi alcançando maior notoriedade a cada ano, contudo a Igreja local não intervia na devoção. Em 2004, apenas com apoio popular teve início a primeira romaria em homenagem à jovem. Após sete anos, com uma devoção estabelecida e sólida a Igreja de fato começou incentivar essa manifestação religiosa, iniciando em 2011 o processo de beatificação. Desde então a cidade de Santana do Cariri recebe romeiros de diversas partes do país para agradecer, pedir e visitar. Após anos de processo, no dia 24 de outubro de 2022 Benigna recebeu o título de primeira beata cearense.

Todavia, o processo de construção de santidade tanto popular quanto eclesiástica de Benigna foi pautada em discurso e normas voltadas sobretudo para as jovens e mulheres que se identificam com sua história. Essas narrativas se acentuaram ainda mais após o início do processo de beatificação, uma vez que foi necessário a elaboração de uma biografia que destacasse a vida e morte da jovem.

[2] Entrevista concedida pelo padre Paulo Lemos a Tatiana Olegário da Silva, em 30 de setembro de 2018.

Intitulada "Benigna: um lírio no sertão cearense" (2014), esse foi o primeiro escrito considerado oficial e amplamente difundido.

Desta maneira, partindo da analise dessa biografia, este trabalho tem como objetivo discutir a representação do feminino santificado presente nesse documento, questionando como os elementos presente nessa fonte reforçam um modelo ideal de jovem/mulher, enfatizando sobretudo os valores, formas de agir e se comportar perante a sociedade, partindo sobretudo de um modelo cristão.

Assim, para melhor compreendermos esse processo de produção e representação do feminino santificado no caso de Benigna a partir da fonte biográfica/hagiográfica, utilizaremos para esta pesquisa alguns autores que dão especial contribuição à medida que oferecem conceitos chave para pensarmos o objeto proposto. São eles: Michel de Foucault (2012) para tratar sobre a importância do discurso, Roger Chartier(1990) que aborda as representações e Michel de Certeau(1982) enfatizando a importância das hagiografias para a construção de santidade.

Santidade feminina: olhares e perspectivas a partir da hagiografia

Estudos a respeito do feminino santificado no Cariri cearense tem sido importante para que possamos entender a realidade e o contexto histórico e social em que estamos inseridos, além disso contribuem para pensarmos as questões de gênero a partir do fenômeno religioso.

Sobre isso fizemos um breve levantamento bibliográfico e podemos citar os trabalhos de alguns pesquisadores, dentre eles; o historiador Cícero Joaquim dos Santos (2009), em seu estudo o mesmo estabeleceu uma reflexão sobre a tradição oral a partir da morte da Rufina em Porteiras-CE. Este trabalho também aborda a importância dessa mulher como uma alma intercessora que perpassa o mundo terreno e sagrado. Álvaro Dellano Rios Morais (2008) enveredou no campo da

sociologia procurando compreender como se dá o processo de "canonização espontânea", no contexto do campo religioso brasileiro a partir da história de vida da Mártir Francisca, em Aurora-CE. A historiadora Tatiana Olegário da Silva (2023) trata a respeito da construção da santidade feminina a partir da história de vida e morte de Benigna Cardoso em Santana do Cariri, e, podemos citar ainda a pesquisadora Edianne dos Santos Nobre (2014) que estuda a experiência religiosa e o sagrado feminino a partir da história da Beata Maria de Araújo, em Juazeiro do Norte. Além desses trabalhos enfatizamos as contribuições de Generoso (2023), Alves (2014), Silva (2024) dentre outros que contribuíram de forma significativa para os estudos de gênero e santidade no Cariri cearense.

Essas pesquisas nos possibilitam observar para além das tessituras que perpassam a santidade feminina nesta localidade, os papéis de gênero que são estabelecidos em nossa sociedade. Assim, no caso de nosso objeto de estudo entendemos que a análise da biografia de Benigna Cardoso também nos permitirá identificar as condutas sociais e morais tidas como ideais, especialmente para as mulheres, tendo em vista que esse documento parte de discursos religiosos onde a virtude e a moral são tidos como elementos básicos na vida cristã.

Adentrando a um dos conceitos básicos dessa pesquisa faremos um adendo no que se refere as definições de hagiografia e biografia e como elas estão articuladas nesse trabalho. Segundo Dosse (2009, p. 137-138), a hagiografia é um tipo de biografia que "privilegia as encarnações humanas do sagrado e ambiciona torná-las exemplares para o resto da humanidade" e que "enfatiza as descrições espaciais de lugares sagrados para enraizar a figura santa que é seu espírito protetor".

Assim, mesmo que por muitas vezes estejamos nos referindo ao escrito sobre a vida e morte de Benigna como biografia, esta vem com uma capacidade de constituir um modelo de santidade apresentando alguns elementos hagiográficos,

pois as hagiografias não se referem "essencialmente 'àquilo que se passou', como faz a história, mas àquilo que é exemplar" (CERTEAU, 1982, p. 267), e em determinado período em que foram redigidas.

Desta forma, existe uma linha tênue entre o que podemos considerar, nesse caso, aspectos de uma biografia ou hagiografia, haja vista que a biografia de Benigna manifesta-se como um escrito cujo principal aspecto é evidenciar esse alguém exemplar, digno de referência e modelo para os demais. Sendo assim:

> De modo equivalente a qualquer biografia, a temática hagiográfica versa sobre a história de determinada vida. Entretanto, ficam ressaltadas as coerções éticas exercidas pela esfera de atividades religiosas, na qual circula a biografia dos santos. Também a composição, como modo de organização do texto, apresenta equivalências lá e cá. (DISCINI, 2012, p. 76).

Neste intento, o documento que estamos analisando sofre esse tipo de coerção sobretudo por parte da Igreja, uma vez que esse escrito constitui "espelho de perfeição que pode guiar a conduta de mulheres" (MARTINS, 2013, p. 17). A hagiografia tem esse papel de divulgar a história e o exemplo de vida dos santos, enfatizando sobretudo seus atos heroicos, suas subserviências a Deus e os mandamentos da Igreja Católica. Por isso, segundo esse documento os santos tiveram suas almas salvas por terem guardado sua fé e assim conquistaram após a morte a libertação dos sofrimentos que tiveram em vida terrena.

Com o movimento contrarreformista da Igreja, os santos que doaram suas vidas em nome de uma causa Cristã, sobretudo os mártires, tiveram maior visibilidade, assim o papel da literatura hagiográfica foi extremante importante para visibilizar a vida desses santos, trazendo também uma lição moralizante. De acordo com Barreto(2009) "as mulheres santificavam-se por excelência na esfera privada enquanto aos homens a santidade se eleva por seus feitos na esfera pública, uma relação clara das funções definidas socialmente para os gêneros" (BARRETO, 2019, p. 42).

Desse modo, nos primeiros séculos da cristandade, o estado de virgindade era o caminho mais certeiro para a construção da santidade feminina. Mulheres martirizadas em defesa da castidade tinham maior possibilidade de santificar-se por conta de sua adesão a uma causa maior, que seria a guarda de sua honra. Concordamos com Martins (2013) quando o mesmo destaca que

> o martírio feminino dizia respeito, antes de tudo, ao corpo, à guarda da castidade, que constituía a principal condição para a honra feminina[...]O homem se fazia mártir pela palavra, pelo gesto heroico de enfrentamento em uma ação pública, que estava ligado ao ideal de honra masculina. (MARTINS, 2013, p. 17).

Podemos notar que existe um nível de perfeição feminina em que a coloca como digna ou não de santidade de acordo com os modelos católicos. Portanto, é partindo desses aspectos que analisamos a biografia de Benigna, tendo em vista que essas características fundamentais que são utilizadas em torno da imagem da mulher santificada estão presente de forma contundente na biografia "Benigna: um lírio no sertão cearense", enfatizando a figura dessa jovem como esse modelo a ser seguido, caso as mulheres queiram a dignidade do reino dos céus.

Mártir da pureza e heroína da castidade: aspectos da história de vida e morte na biografia de Benigna.

Uma das características relevantes dessa biografia é o fato de a mesma possuir cinco autores, onde estes dividiram o escrito em partes para se debruçarem melhor a respeito de cada aspecto da vida de Benigna. Primeiramente, enfatizamos o fato de todas as vozes serem masculinas, assim, mesmo que este seja um documento oficial, com discurso institucional, não podemos desconsiderar o fato de existir subjetividades na forma como esses homens pensam e escrevem a respeito de determinados temas presente na vida da mártir. Existe uma relação entre o discurso dessas pessoas e o código moral cristão propagado pela Igreja onde destaca funções de um modelo de santidade feminina.

Após 73 anos do assassinato, em 2014, por ocasião da abertura do processo de beatificação Benigna teve sua trajetória contada por Raimundo Sandro Cidrão, João Paulo Cabral Alves, Plácido Cidade Nuvens, Armando Lopes Rafael e Ypsilon Rodrigues Félix. Estes delinearam aspectos desde sua infância até a morte.

Essa biografia está dividida em cinco capítulos, o primeiro aborda o contexto histórico, geográfico, social, econômico e religioso de Santana do Cariri, enfatizando sobretudo que "no tempo de Benigna, a vida não era fácil" (CIDRÃO, 2014, p.19), estabelecendo inicialmente a ideia de que a jovem já era uma pessoa sofredora desde o início de seus dias.

No capítulo dois os autores chamam atenção para as duas famílias de Benigna, a biológica e a família de adoção. Há um visível destaque no fato dela ter sido órfã de pai e mãe muito cedo e ter sido adotada pelas herdeiras do sítio onde os pais de sangue trabalhavam, "durante a sua existência, Benigna Cardoso da Silva conviveu com duas famílias: a de sangue e a adotiva. Esta última acolheu a órfã após a morte de seus pais, fato ocorrido logo nos primeiros anos da existência da menina" (CIDRÃO,2014, p.31). Além de citar os nomes dos irmãos e alguns parentes da mártir, notamos nesta parte do texto uma certa romantização da pobreza, a obediência aos pais, a educação religiosa recebida pela família, os bons comportamentos e sua disponibilidade para a vida doméstica.

> Outro aspecto muito importante que ajudou Benigna a amadurecer na sensibilidade religiosa e moral foi aquele de morar na zona rural, afastada, de certa forma, do barulho e dos maus comportamentos tão comum para boa parte dos cidadãos e para muitos cristãos da cidade[...]embora distante apenas dois quilômetros de Santana do Cariri, Benigna ia ao povoado apenas para participar da missa, para o catecismo e para realizar uma ou outra incumbência, ligada à sua vida doméstica (CIDRÃO, 2014, p.39).

Diante desses aspectos chamamos atenção para o fato de que tradicionalmente as mulheres foram designadas aos cuidados domésticos e da família. Esse aspecto diz muito sobre as estruturas de gênero criadas ao longo do

tempo em que "presume uma oposição fixa entre os homens e as mulheres, e identidades (ou papéis) separadas para os sexos, que operam consistentemente em todas as esferas da vida social." (SCOTT, 1992, p.88) na construção dos aspectos destacados na biografia de Benigna não foi diferente, essas relações de gênero perpassam por sua história desde seu nascimento até a morte. Benigna não é vista como uma jovem que gostava de sair, se divertir, ou ter algum tipo de vaidade, a ênfase maior está no fato dela ir à missa, participar de eventos religiosos, e ajudar nos afazeres do lar, assim:

> A jovem é geralmente associada a um ideal de mulher em que era boa dona de casa, boa filha, temente a Deus, que gostava de brincar de bonecas, usar vestidos. Características essas que foram construídas ao longo do tempo para estabelecer os papeis sociais de homens e mulheres socialmente aceitos (DA SILVA, 2024, p.12).

No capítulo três, esses aspectos são ainda mais evidenciados, os autores destacam a vida, infância, adolescência e martírio. Qualidades como bondade, amor a Deus, caridade e obediência, fazem parte de um enredo que culmina em uma imagem santificada que coloca Benigna como diferente das demais jovens de sua idade. Por fim, a morte violenta consagra seu ato de heroísmo, demonstrando que a mesma já estava predestinada aquele destino uma vez que já apresentava aspectos de santidade em vida:

> analisando sua espiritualidade se pode dizer que ela, como outros santos, via a vida ordinária como algo extraordinário. No seu martírio, ela atingiu o ápice dessa maturidade não normal, extraordinária para uma jovem de apenas 13 anos (CIDRÃO, 2014, p. 48).

No capítulo quatro é destacado o assassino, Raul é tido como rapaz provocador que já tinha um histórico de assediar outras garotas e cuja índole era questionável. O que nos chama atenção para essa parte da biografia é o fato dos autores apontarem o crime cometido e posteriormente enfatizarem que após pagar a pena, o assassino voltou para pedir perdão a Benigna. É colocado em destaque o fato da mártir ter perdoado seu algoz, uma vez que o arrependimento do assassino

fez parte de uma graça concedida por Benigna, "a primeira graça alcança foi para seu assassino, isto é, para a pessoa que, tirando-lhe a vida física, permitiu-lhe ganhar a glória eterna no céu" (CIDRÃO, 2014, p.80).

Esta ênfase tem o intuito de mostrar o quão grandioso era o coração de Benigna, que realizou graças na vida de quem a feriu, e, percebemos também que esse é um dos mandamentos que a Igreja pede para que os fiéis sigam, perdoar quem faz algum mal.

No último capítulo, os autores abordam a fama e santidade da jovem, alguns relatos de graças alcançadas, a fama fora do Brasil e alguns fragmentos de fontes que embasaram a escrita da biografia, como o processo crime, cartas de devotos, e relatos.

Notamos que para além de um texto informativo a respeito da vida e morte da jovem mártir, essa obra possui um caráter evangelizador. Voltando-se sobretudo para questões religiosas. Constatamos também, por diversas vezes, certa "romantização" dando destaque a uma vida sofrida, na qual segundo os autores, Benigna vivenciou, mas nunca reclamou, pois "depois de atender nas tarefas de casa ela ia brincar com as coleguinhas" (CIDRÃO, 2014, p. 51). Independe das adversidades a santidade de Benigna presente nesse escrito manifestava-se de forma que ela tratava com leveza os infortúnios da sua vida. Em vista disso, "as narrativas biográficas santoriais são marcadas pelo extraordinário e pelo maravilhoso, não obstante a intenção institucional da sua racionalização" (GUARIZA, 2015, p. 1260).

Nesta obra, são destacadas a vida, os hábitos e sobretudo, as virtudes da jovem, seguindo uma linha cronológica. A vida como um todo é construída em "um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma 'intenção' subjetiva e objetiva" (BOURDIEU, 1996, p. 184). Neste sentido, a construção da trajetória da mártir Benigna segue uma linha onde sua santidade é pautada não apenas a partir do dia do seu assassinato, mas em uma

adesão as normas cristãs presentes na estrutura familiar e na maneira que esta foi educada. "O segredo da espiritualidade de Benigna está na educação religiosa recebida na família" (CIDRÃO, 2014, p. 38). Assim, a família ganha destaque nesse processo de formação de sua identidade religiosa.

Como consequência disso, nota-se claramente que os autores e membros da Igreja constantemente enfatizam o ato heroico de Benigna por "preferir morrer" para não pecar contra os mandamentos de Cristo, prezando por sua virgindade e sendo uma fiel seguidora dos ensinamentos da Igreja, legitimando deste modo, o título de heroína da castidade no imaginário popular.

Encontramos nessas narrativas semelhanças dos atos heroicos de Benigna com exemplos de vida de outras santas já canonizadas. Nesses documentos, "as histórias retratam uma infância normal, até tranquila, quando um evento externo interrompe a vida da criança e a coloca numa situação de perigo e consequente morte, sem ter quem a defenda do agressor" (ANDRADE, 2008, p.251). Histórias como a de Santa Maria Goretti, Albertina de Berkenbrock, e outras mártires, seguem um enredo bastante semelhante, alterando-se apenas alguns detalhes particulares da vida de cada uma.

Na biografia, as características pessoais de Benigna são destacadas como modelos e as narrativas a respeito de sua morte enfatizam que ela foi uma vítima que lutou por seus ideais cristãos de não desrespeitar a Deus. Desta maneira, constrói-se a história de Benigna dentro de um padrão que sirva de inspiração para todas as mulheres, independente de classe, idade, localidade ou condição social, desde que siga os mandamentos cristãos.

Portanto, identificamos nesses registros ditos "oficiais" e em discursos proferidos por padres e membros do Poder Público a construção de uma imagem santa com a preocupação em exaltar os seus pontos positivos como uma forma de legitimação de sua santidade e servir de exemplo para os fiéis, sobretudo, as

mulheres. Assim, esse documento torna-se um meio de propagação de condutas, valores e normas institucionalmente aceitas. Percebemos que os discursos então elaborados são claros e tem um intuito de convidar o leitor e os devotos a viverem essa vida de santidade semelhante ao que ela viveu:

> Uma santidade proposta enquanto expressão de perfeição da caridade. Uma santidade que é apresentada como o cumprimento pleno da fé na vida ordinária de cada um e, por conseguinte, como um modelo de vida acessível a todos, com a ajuda de Deus. (ANDRADE, 2008, p. 244).

Partindo da análise desse documento observamos a produção do discurso católico em torno de vários aspectos da vida da mártir, onde, a jovem ganha qualidades singulares e louváveis desde o nascimento até seu assassinato.

Assim, tendo em vista a vasta quantidade de fontes que foram utilizadas para elaboração desse documento, acreditamos que esse é um dos materiais mais completos organizado por membros da Igreja. Entretanto, este escrito tem um cunho moralizador cujo intuito principal é de fato construir um enredo que legitime a santidade de Benigna, a partir da sua trajetória de vida.

Seu exemplo vale mais que sua vida: o modelo ideal cristão.

Mesmo que Benigna tenha sofrido o estupro e assassinato, como consta no inquérito policial: "por volta das quatro horas da tarde mais ou menos foi barbaramente estuprada e assassinada a menor impúbere Benigna Cardoso da Silva, no Sítio Oiti" (processo crime, 1941, p.02). Essa parte da violência sexual permanece oculta e pouco conhecida. Diante disso, podemos notar uma discrepância nas narrativas do inquérito policial e da biografia, observamos essa diferença no trecho a seguir

> O mesmo Raul teve a impressão que Benigna não aceitou os seus pedidos por um sentimento de respeito a si mesma ou de pudor natural. O motivo foi sobrenatural: para não pecar. Neste comportamento Raul viu a virtude dela: 'ela se mostrou virtuosa'. [...]Benigna morrendo não somente conservou a virgindade moral, mas também a física. Ela assim

> pode oferecer a Jesus, o amigo do seu coração, não somente uma alma limpa, mas também um corpo ilibado (CIDRÃO, 20214, p.80)

A sua castidade, o corpo intocável e o amor incondicional a Deus, são características que sustentam a narrativa eclesiástica de que ela morreu defendendo a virgindade, assim, "o martírio feminino diz respeito, antes de tudo, ao corpo, à guarda da castidade, que constituí a principal condição para a honra da mulher" (MARTINS, 2013, p.21). Uma jovem de resistência ou afronta, mesmo em casos urgentes como a defesa da vida, não parece ser uma opção a ser considerada à estratégia da manutenção dos ideais católicos. Essa ideia de que ela morreu em defesa da fé, constitui um discurso que reverbera não apenas na biografia, como em homilias, falas de membros eclesiásticos e fiéis, ocultando aspectos que possivelmente poderia macular essa imagem ilibada, que seria o estupro que ela sofreu.

Assim, levando em conta o poder dos discursos e desses silenciamentos no processo de construção da santidade de Benigna, concorda-se com Michel Foucault, quando este destaca que, o discurso exerce uma posição de controle, estruturando imaginários sociais, de forma que este "longe de ser [...] [um] elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica [...] [é, antes,] um dos lugares, nos quais elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes" (FOUCAULT, 2012, p. 9). Desta forma, percebe-se que os relatos referentes a reprodução da história de Benigna, tornam-se de certo modo influenciador, uma vez que membros eclesiásticos induzem os devotos a seguirem os mesmos passos que a jovem seguiu, enfatizando apenas o que é conivente com a narrativa "oficial".

O fato da ênfase na pureza, de não "permitir ser estuprada", do uso de roupas longas, são formas de manter um discurso de controle dos corpos femininos. Foucault (1985, p. 138) sustenta que "estamos em uma sociedade do 'sexo', ou melhor, 'de sexualidade': os mecanismos do poder se dirigem ao corpo, à vida, ao

que a faz proliferar, ao que reforça a espécie, seu vigor, sua capacidade de dominar, ou sua aptidão para ser utilizada." Desse modo, a sexualidade está relacionada aos dispositivos que determinam valores sobre os corpos a partir das relações de poder que são impostas.

A instituição que detém o poder, nesse caso, a Igreja, usa a santidade de Benigna como um dispositivo para legitimar determinados valores para as gerações, os discursos que perpassam as vidas memoráveis dos santos, "oferecem modelos passíveis de serem imitados pelos indivíduos de uma determinada sociedade" (SILVA, 2021, p. 10).

Desta forma, para o discurso católico Benigna é vista como uma criança pura e santa, em contrapartida, apesar da pouca idade, sua maturidade cristã a torna uma jovem capaz de discernir o certo do errado a ponto de "doar sua vida" por amor a uma causa. Portanto, percebemos que a narrativa contida nessa biografia corrobora na manutenção dos papéis sociais a partir do gênero principalmente no que diz respeito a capacidade da mulher de ter a maturidade de discernir o que é certo ou errado e fazer escolhas que não desagradem a Deus, independentemente da idade e das circunstancias.

Assim, essas representações da vida da mártir estão "sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação" (CHARTIER, 1990, p. 17). Constata-se então que a representação em torno da imagem de Benigna tem como finalidade moldar o comportamento dos jovens e devotos afim de que estes consigam agir o mais parecido possível com sua santa. Há, assim, mesmo que indiretamente uma dominação por parte de quem mantém e elabora esses discursos.

Considerações finais

A partir do que foi exposto notamos que esses discursos católicos presente na biografia de Benigna Cardoso foram produzidos com o intuito de validar sua santidade e o amadurecimento da fé através de suas ações no que se refere aos valores cristãos. Ressaltando-se que, desde os primeiros anos, esses princípios fizeram parte da sua educação. Assim, a infância, a simplicidade, a família humilde, o trabalho doméstico que ela exercia e o zelo da mãe adotiva com a manutenção das tradições católicas, são constantemente evocados em vários discursos. Além de legitimar a santidade essas qualidades influenciariam o modo de agir e pensar dos devotos.

Portanto, não devemos desconsiderar o fato de que as características de Benigna constantemente enfatizadas, são concepções de práticas que por muito tempo e até hoje são aceitas como um ideal de mulher estabelecido por uma sociedade patriarcal. Ademais, o documento analisado exerce uma posição de controle social, uma vez que nenhuma ênfase presente na biografia ocorre por acaso, tudo é construído em torno de uma imagem santificada exemplar. Dessa maneira, as narrativas possuem uma intencionalidade específica: a de convencimento e estabelecimento de um padrão de mulher.

Observa-se ainda que partindo desse enredo onde a história de Benigna ganha características especiais e digna da beatificação, à medida que ela é tida como diferente das demais, o discurso deixa em aberto o fato de que para ser igual a mártir, basta seguir seus passos e viver uma vida de santidade e submissão a Cristo. Percebemos o poder desse discurso no imaginário popular quando nos deparamos todos os anos com centenas de devotos que se deslocam de suas localidades para a romaria usando o vestido semelhante ao que Benigna usava no dia do assassinato.

Assim, de forma direta e indireta esses discursos ganham apoio popular e moldam o feminino, estabelecendo os papéis sociais e ditando regras de como as mulheres devem ser e agir perante a sociedade a partir de uma visão da Igreja

Católica e de uma construção de santidade feminina em que coloca a história de vida e morte de Benigna no centro dessa visibilidade.

REFERÊNCIAS

Fontes

CIDRÃO, Raimundo Sandro. et al. Benigna: um lírio no sertão cearense. Boreau de serviços gráficos: Santana do Cariri, 2014.

Entrevista realizada com Padre Paulo Lemos Pereira, concedida a Tatiana Olegário da Silva, em 30 de setembro de 2018.

Inquérito policial, 1941.

Livro de batizados, 1928.

Bibliografia

ALVES, Daniele Ribeiro. **Decifrando o sagrado feminino: assassinato e devoção a Maria de bil em Várzea Alegre-Ce.** 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza,2014.

ANDRADE, Solange Ramos de. A religiosidade católica e a santidade do mártir. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 37, 2008.

BARRETO, Polliana de Luna Nunes; HOLANDA, Patrícia Helena Carvalho. Gênero e Educação: o feminino santificado no Cariri cearense. **INTERthesis: Revista Internacional Interdisciplinar**, v. 16, n. 2, p. 37-56, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica. Usos e abusos da história oral**, v. 8, p. 183-191, 1996.

CERTEAU, Michel de**. A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Revisão técnica de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

DA SILVA, Tatiana Olegário. **"Mártir da pureza, heroína da castidade": a construção da santidade de Benigna Cardoso em Santana do Cariri/CE**-(1941-2022). Dissertação de mestrado, São Luís-MA. 2023.

DA SILVA, Tatiana Olegário. "Virgem, pura e casta": a sacralização feminina na construção da imagem física de Benigna. **Revista Cadernos de Clio**, *[S. l.]*, v. 14, n. 1, 2024.

DISCINI, Norma. Para o estilo de um gênero / For the style of a gender. **Revista Bakhtiniana,** São Paulo, 7 (2): 75-94, Jul./Dez. 2012.

DOSSE, François. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. São Paulo: Editora EDUSP, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GENEROSO, Welinaidia de Sousa. **Tramas da morte, caminhos da salvação: a construção da santidade de Filomena Lacerda**. 2023. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2023.

GUARIZA, Nádia Maria. História de religiosas brasileiras: entre biografias e hagiografias. **Diálogos** (Maringá. Online), v. 19, n.3, p. 1253-1281, set.-dez./2015.

MARTINS, William de Souza. Mártires, freiras, beatas penitentes e matronas caridosas: modelos de santidade feminina na América Portuguesa (século XVIII). **Caderno Socioambiental**, p. 13-28, 2013.

MORAIS, Álvaro Dellano Rios. **O povo fez sua santa: Canonização espontânea nas narrativas dos devotos de Mártir Francisca de Aurora.** 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

NOBRE, Edianne dos Santos. **O teatro de Deus: a construção do espaço sagrado de Juazeiro a partir de narrativas femininas (Ceará, 1889-1898).** 2010. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SANTOS, Cícero Joaquim dos. **No entremeio dos mundos: tessituras da morte da Rufina na tradição oral**. Fortaleza: UECE, 2009.

SCOTT, Joan W. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: Unesp. 1992.

SILVA, Maria Aurislane carneiro. **Paisagens devocionais do sagrado feminino: estratégias político-simbólicas na devoção à menina benigna, em Santana do cariri (CE).** Dissertação de mestrado, Fortaleza. 2023

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN

ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38564

HISTÓRIA DAS MULHERES: BELEZA FEMININA ATRAVÉS DA REVISTA A CENA MUDA - 1940:

De onde vem essa beleza?

Natália Correia de Melo[1]

RESUMO:
Esse artigo tem como intuito analisar como os padrões de beleza feminina foram disseminados no Brasil na década de 1940, a partir da revista *A Cena Muda*. Assim, observar como as práticas discursivas criaram uma estética comportamental para os corpos femininos segundo o que era entendido como uma realidade norte-americana. Com isso, entender como os padrões de beleza eram postos e de onde eles partiam, uma vez que as edições da revista estavam estampadas por mulheres brancas, magras e "felizes", o que não condizia/condiz com a nação brasileira, marcada pelo processo de escravização e com base nisso, compreender as razões pelas quais os corpos negros não apareciam com frequência na revista e quando apareciam ocupavam papéis historicamente marginalizados.
PALAVRAS-CHAVE: A Cena Muda; Mulher; Beleza; Corpo.

WOMEN'S HISTORY: FEMALE BEAUTY THROUGH THE MAGAZINE A CENA MUDA -1940: Where does this beauty come from?

ABSTRACT:
This article aims to analyze how female beauty standards were disseminated in Brazil in the 1940s, based on the magazine A Cena Muda. Thus, observe how discursive practices carried out a behavioral aesthetic for female bodies, which was understood as a North American reality. With this, understand how beauty standards were set and where they came from, since the editions of the magazine were printed by white, thin and "happy" women, which did not match/conform with the Brazilian nation, marked by the process of slavery and based on this, understand the reasons why black bodies did not appear frequently in the magazine and when they did, they occupied historically marginalized roles.
KEYWORDS: A Cena Muda; Woman; Beauty; Body.

[1] Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba (2019) e em Letras Português/Inglês pelo Centro Universitário Venda Nova do Imigrante (2023), especialista em Metodologia do Ensino de História pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (2024), mestra em História pela Universidade Federal de Campina Grande (2023) e doutoranda em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); https://lattes.cnpq.br/4266086604765806; CNPq; nataliacorreia06@hotmail.com

Introdução

Segundo o acervo digital da Biblioteca Nacional Digital Brasil, a Cena Muda foi a primeira revista de cinema realmente popular editada que circulou no Brasil. Os principais temas da revista eram em torno do cinema de Hollywood, iam desde os filmes que estavam sendo lançados até a vida pessoal dos artistas. O periódico circulou de 1921 a 1955 através da Companhia Editora Americana S.A., à princípio era publicado semanalmente, quinzenalmente até março de 1955 e mensalmente até sua última edição.

De acordo com Goellner (2003), o corpo existe para além do conjunto de tecidos, órgãos, músculos e ossos. Para compreendê-lo, tem que se pensar para além disso, o corpo é conjunto que envolve as roupas, acessórios, a forma de se comportar, os gestos. Ele é o todo que forma a imagem e a partir disso teremos a formação dos padrões de beleza.

Louro (2003) concorda com essa noção de que o conceito do corpo envolve muitos aspectos para além dos físicos e biológicos. Para ela, ao longo tempo ele ganha representações temporárias e significados dados mediante à linguagem, ou seja, é basicamente aquilo que é classificado como feio ou belo pela sociedade. Louro (2003) afirma que assim como a mente o corpo também aprende, nesse sentido, é preciso observar como os discursos operam e organizam as práticas educativas e culturais em torno do conceito de beleza.

Esses discursos que circulam através da mídia exercem um tipo de dominação discreta e silenciosa que entram numa maquinaria do poder, segundo Foucault (2013), mas que possui grande força no interior daquele que é dominado e que se vê refém das cobranças que o sistema o faz a todo tempo para ser de um jeito ou de outro. Vale ressaltar que as revistas chegam ao seu público com uma

certa constância aumentando ainda mais a sua capacidade de normatização de práticas.

> O corpo humano entra numa maquinaria do poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma "anatomia política", que é também igualmente uma "mecânica do poder", está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina (FOUCAULT, 2013. p. 133).

Beleza nas páginas da revista A Cena Muda

Na revista, as fotografias das mulheres atrizes apareciam constantemente, corpos magros e brancos, dentro dos padrões de magreza da época que são distintos dos que temos atualmente, não é um corpo malhado ou "sarado" excessivamente, mas com curvas evidentes como o da atriz Jean Wallace (1923-1990) da figura 1, referente à edição de 20 de maio de 1947.

Além disso, percebemos na vestimenta da atriz um traje bastante ousado que deixa à mostra as pernas, o que não era tão comum para época tendo em vista que esse tipo de roupa estava ainda começando a se popularizar. É possível ainda observar os babados que também eram bastante utilizados na década de 1940.

Figura 1: O corpo ideal.



Fonte: A CENA MUDA. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana S.A. 20 de maio de 1947. p. 15.

O padrão de beleza que constantemente esteve nas páginas da revista foi o da mulher branca, magra, feliz, dócil e norte-americana. Embora vez por outra artistas brasileiros fossem abordados nos artigos das revistas, a referência era sempre a cultura estadunidense, consequentemente, os padrões a serem tomados também seriam os de lá. Na edição de 19 de agosto de 1947 podemos ver a importância que

a cultura dos Estados Unidos significava com a seguinte reportagem de Armando Migueis: *"Léa Silva voltou dos Estados Unidos."* (p. 8).

Figura 2: Léa Silva.



Léa Silva de tailleur.

Após os primeiros cumprimentos, a responsável pelo programa feminino da PRE-8 esclareceu-nos os motivos de sua viagem aos Estados Unidos:

— Alí fui, com o desejo de ampliar os meus conhecimentos e ao mesmo tempo ver de perto a beleza da mulher americana, que tanto encanto nos revela através de revistas e filmes. Quis ainda conhecer a pátria de Roosevelt e admirar o progresso dessa grande nação amiga.

— Foi bem sucedida na viagem?

— Consegui realizar todos os meus objetivos com a maior facilidade. As primeiras duas semanas em Nova York, fiquei confusa e decepcionada comigo mesma, porque não conseguia entender bem o inglês falado na América, apesar de o ter estudado muito. No fim da terceira semana, o meu ouvido se foi acostumando. Depois, tudo foi muito fácil. Algumas vezes, quando pedia desculpas de minha má pronúncia, os americanos, bastante gentis e amaveis, diziam que, apesar de tudo, o meu inglês era melhor que o português dêles e que, assim, estava tudo muito bem.

— Que nos diz dos programas femininos do rádio americano?

— Como sabe, não fui para os Estados Unidos com o propósito de estudar rádio. Mas, como diretora e locutora do mais antigo programa feminino do "broadcasting" brasileiro, não contive o desejo de conhecer as mais possantes emissoras de Nova York. Fui primeiro à Columbia Broadcasting System, alí procurando Miss Kennedy para quem levei uma carta de recomendação. Foi gentilissima comigo, a ponto de me proporcionar o prazer de conhecer, pessoalmente, a formosa locutora Margaret Arlen, a qual me entrevistou ao microfone.

Os programas femininos do rádio ianque — prossegue a nossa entrevistada — diferem muito dos nossos. Neles, são abordados assuntos diversos, inclusive politica. Visitei tintas estúdios da poderosa N.B.C., no Rockefeller Center. Os rapazes que compõem a secção brasileira me receberam de braços abertos. Tito Leite, um dos locutores da hora de irradiação dedicada ao Bra-

A diretora e locutora do programa "A Voz da Beleza" em sua biblioteca.

LÉA SILVA VOLTOU DOS ESTADOS UNIDOS

Impressões da exclusiva da Rádio Nacional — Visitando centros de beleza e observando novos métodos — Primeiras atrapalhações por causa da pronúncia — Concedendo entrevistas e elogiando a mulher americana — Música popular e Carmen Miranda.

Reportagem de ARMANDO MIGUEIS Fotos de NEWTON VIANA

Treze anos são decorridos da estréia de Léa Silva no "broadcasting" brasileiro. Começando ao microfone da Rádio Clube do Brasil, com o mesmo programa de beleza que hoje mantem na PRE-8, ela resistiu a todas as avalanches, lutou contra todas as indiferenças e, nos dias que correm, é um nome conhecido em todos os meandros radiofonicos. Isto porque, embora errando algumas vezes, sempre foi sincera nos seus propósitos, procurando ser util a quantos lhe dedicam um pouquinho de atenção.

Agora, coroando seus esforços, Léa Silva acaba de realizar uma longa viagem de estudos aos Estados Unidos, a fim de entrar em contacto com os mais adiantados centros de beleza e observar as novas perspectivas do rádio americano, colhendo observações que serão uteis ao seu programa.

Sabedores de seu regresso, fomos procurá-la no elegante apartamento da rua General Glicério, onde reside em companhia de seu esposo, o acordeonista Antenógenes Silva.

A CENA MUDA — 19-8-47 — Pág. 8

Fonte: A CENA MUDA. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana S.A. 19 de agosto de 1947. p. 8.

De acordo com Sant'Anna (2018), o cinema conseguiu em seu universo tratar bem dos atributos que constituíam o charme. Léa Silva foi diretora e locutora do

programa de rádio *A Voz da Beleza* e através dele tinha o papel de combater a feiura, principalmente, os traços dela e tinha vários truques para isso.

> Densidade de um passado vislumbrada no modo de olhar, no gesto de levar o cigarro à boca, no ligeiro toque dado ao chapéu e na elegância impecável da vestimenta. Os atributos do charme são difíceis de detectar com precisão, mas o cinema soube explorá-los com maestria. Léa da Silva em "A voz da Belleza", da *Revista da Semana*, aconselhava muitos truques para combater o aspecto feio, especialmente no rosto feminino. (SANT'ANNA, 2018. p. 74)

Na descrição da sua reportagem, Armando Migueis afirma: *"Impressões da exclusiva da Rádio Nacional – visitando centros de beleza e observando novos métodos – Primeiras atrapalhações por causa da pronúncia – Concedendo entrevistas e elogiando a mulher americana – Música popular e Carmen Miranda."* (p. 8)

Nos centros de beleza, espaços para as pessoas influentes da sociedade estadunidense, conheceu alguns dos novos métodos de cuidado da pele e como funcionavam.

> Visitei os mais famosos institutos de beleza de Nova York. Num deles, o "Face Contour", encontrei uma das últimas invenções para corrigir rugas da pele sem operação plástica. O tratamento é feito por meio de massagem cientificamente estudada, a fim de fazer trabalhar todos os músculos da face e colo. Um método original mas eficiente que evita as feias cicatrizes que muitas vezes ficam marcando a pele após uma operação plástica. Outro, o "Skin Culture", é também um grande instituto de beleza, em pleno coração da Quinta Avenida, sob a direção de um famoso médico russo. Ali, a cultura da pele merece toda a atenção de médicos, enfermeiros, massagistas e etc. A instalação é luxuosa e impressiona bem. Esse instituto possui centenas de atestados de senhoras influentes da sociedade norte-americana. (SILVA, 1947. p. 8)

Léa Silva deixa claro que foi aos Estados Unidos para poder estudar e se aperfeiçoar no que consistia a beleza, quais aspectos poderiam ser considerados belos e quais não. Além disso, quais procedimentos estavam em alta para serem realizados para se alcançar esse padrão.

> Ali fui, com o desejo de ampliar os meus conhecimentos e ao mesmo tempo ver de perto a beleza da mulher americana, que tanto encanto nos revela através de revistas e filmes. Quis ainda conhecer a pátria de

> Roosevelt e admirar o progresso dessa grande nação amiga. (SILVA, Léa. 1947. p. 8)

Fica evidente em seu discurso as intenções que tinha, sobretudo, entender a dita mulher americana e como a política norte-americana chegava até o Brasil e conseguia passar a ideia de nação próspera, que está rumo ao progresso sempre, e que é amiga da nação brasileira, não por acaso aparece mais uma vez Carmen Miranda, um dos principais símbolos dessa "amizade".

> A música popular nos Estados Unidos é queridíssima. Está fazendo um grande sucesso, atualmente, o samba cantado por Patrício Teixeira, intitulado "Quero chorar, não tenho lágrimas". As casas que vendem músicas e discos, na Broadway, começam a tocar o samba desde às nove horas da manhã estendendo-o até altas horas da madrugada. O sucesso é tão grande que o mesmo foi traduzido para o inglês e castelhano, sendo gravado nos dois idiomas. Além dessa melodia, "Tico tico no fubá" e "Aquarela do Brasil", ainda são as preferidas. Quanto a Carmen Miranda, é de fato a pequena querida do país amigo. Foi classificada como uma das mulheres que mais dinheiro ganharam em 1946. Divulgou o nome do Brasil e tornou a nossa terra bem conhecida dos americanos. Ela ainda continua com sua graça infinita e os gestos que faz com as mãos encantam os assistentes. A propósito, vou contar-lhe um fato curioso: um dia, descendo o elevador do edifício Power School, e como estivesse trajada elegantemente, um americano confundiu-me com uma de suas patrícias, dirigindo-me a palavra para fazer perguntas. Expliquei-lhe, então, ser brasileira. Ele todo sorridente disse: "Oh!... Carmen Miranda'... Como vê, o prestígio da nossa estrela não pode ser contestado. (SILVA, p. 9)

Uma necessidade também de ver que não somente a cultura norte-americana nos influenciava, mas que também a cultura brasileira tinha um espaço dentro daquela sociedade, que um tipo de troca recíproca. Interessante notar que ao final do seu relato, Léa Silva afirma que foi confundida com uma "patrícia" pelo fato de estar bem vestida, ou seja, caso não estivesse tão elegante como diz, não seria confundida com tal. Tais palavras remetem ao ideal de que havia uma forma de se vestir específica daquelas mulheres e que compunha a estética comportamental daquele grupo.

Outros aspectos que faziam parte da criação dessa estética também estão presentes nas imagens da revista, que são os penteados, comuns da década de 1940,

as bocas chamativas devido aos batons utilizados e apetrechos, como brincos e colares compostos por bastante brilho. Na imagem a seguir, feita para a edição de 2 de setembro de 1947, podemos identificar as joias utilizadas, os penteados muito bem elaborados e os lábios preenchidos com batom.

Figura 3: Beleza nos penteados, batons e apetrechos.



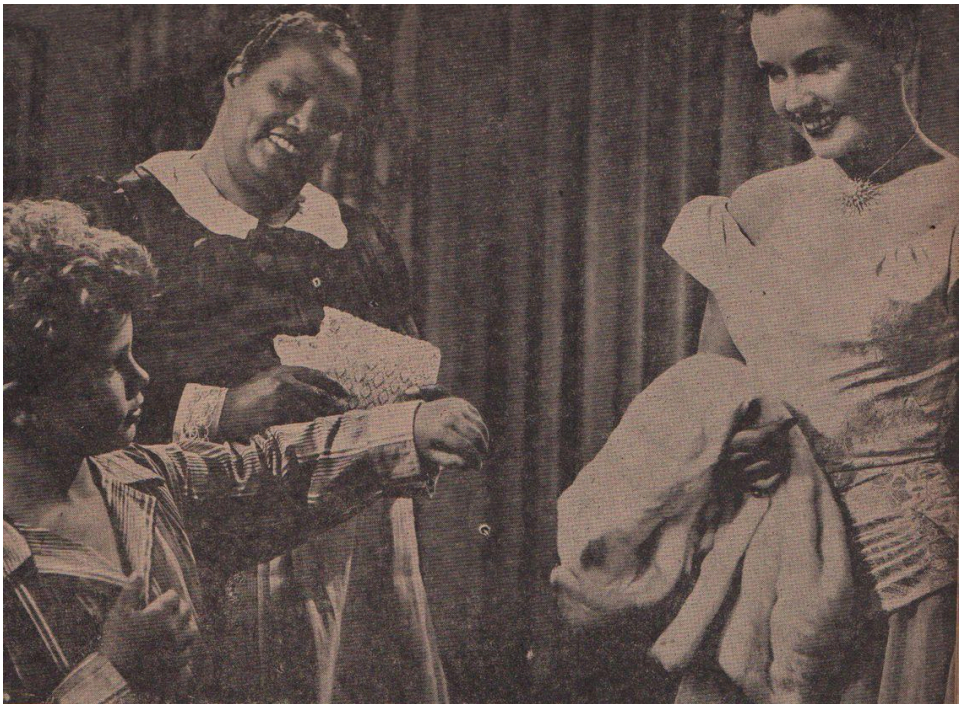
Fonte: A CENA MUDA. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana S.A. 2 de setembro de 1947. p. 15.

Esses elementos fazem parte da construção da imagem, do corpo, dos símbolos que regem o conceito de beleza e de corpo ideal, pois como mencionado anteriormente, o conceito de corpo também engloba esses aspectos que vão além dos tecidos e órgãos, e que nesse contexto são influenciados pelo padrão de beleza americano, as mulheres aqui retratadas são as norte-americanas brancas. Portanto, muitas vezes os traços físicos não eram compatíveis com as mulheres brasileiras e nem mesmo com as norte-americanas negras, apesar de ser um país marcado pela

diversidade racial devido ao processo de colonização, as mulheres brasileiras não possuem somente traços finos ou até mesmo peles tão claras, apesar de suas exceções, mas esses padrões acabavam sendo alvo de desejo por boa parte delas.

Quando aparece na revista, a mulher negra ocupa o lugar de empregada ou babá, o que reforça a rede instaurada no período da colonização e sua continuidade no colonialismo e na colonialidade. Na legenda da fotografia temos a seguinte descrição: *"... a linda Frances Giffard, a volumosa Ruty Dandridce e o pequeno Dean Stockwell como aparecem em "O Caso Arnelo".* (p. 15) A mulher branca, magra e mãe da criança recebe o adjetivo *linda*, enquanto a outra atriz recebe o termo *volumosa* para descrevê-la, o que remete mais uma vez o conceito de beleza para aqueles que possuem a pele branca e corpo magro.

Figura 4: Ruty Dandridce.



Fonte: A CENA MUDA. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana S.A. 26 de agosto de 1947. p.15.

Não é raro encontrar produtos com o intuito e a promessa de garantir os padrões de cor da pele desse contexto, de embranquecimento e "limpeza". A própria revista *A Cena Muda* trazia em suas edições anúncios deles.

Na edição de 24 de setembro de 1948, podemos ver a propaganda de um produto chamado Rugo'l com a seguinte afirmação:

> As mulheres lindas afirmam: Rugol é formidável porque com 1 só creme limpa, clareia e embeleza a pele! O Creme Rugol aplicado à noite, clareia a pele, deixando-a limpa, fresca e transparente. Usado como creme embelezador, suaviza a cútis e lhe dá um encanto irresistível. Serve também como excelente base para maquilagem. Rugol é muito indicado para os casos de pele imperfeita, porque elimina os cravos, rugas, espinhas e manchas. Comece a usar hoje o Creme Rugol, que dá à cútis maravilhosa brancura...diáfano esplendor de primavera. (A CENA MUDA, 1948. p. 33)

Figura 5: Rugo'l.



— Bruce Bennett estava a 3.000 milhas de Hollywood, em plenas montanhas mexicanas, filmando "The Treasure of Sierra Madre", com Humphrey Bogart, Tim Holt e Walter Huston. Em Hollywood, sua espôsa esperava uma criança a qualquer momento. Para tranquilizar um pouco o ator, Warner instalou em sua cabana na estação de ondas curtas, pela qual êle recebia a marcha dos acontecimentos. Andando de um pra outro em frente ao retor, Bruce acabou resolvendo ver qualquer coisa aos colegas, e o olhavam solidàriamente. se isso: — Não é que eu esteja nervoso, não. Mas é que é a primeira vez que minha mulher tem uma criança pelo rádio... Ora, bolas! Vocês sabem o que quero dizer!

— Os assistentes de "The Voice of the Turtle", comédia romântica da Warner Bros, com Ronald Reagan e Eleanor Parker, verão uma garota inesquecível, de acôrdo com a opinião unânime dos homens que tomaram parte na filmagem. O nome da pequena é Joan Lawrence. Tem olhos e cabelos castanhos, vinte anos e muita coragem, pois saiu do colégio e enfrentou Hollywood e suas tristezas desassombradamente... E o papel de Joan em "The Voice of the Turtle" é inesquecível".

— Para os interessados, uma boa e triste notícia ao mesmo tempo. Trata-se da volta de George O'Brien, o antigo astro de tantos bons filmes de "far-west", que reaparece agora em "My Wild Irish Rose", musical tecnicolorido da Warner Bros. George faz neste filme o papel de um palhaço e posa com Atlas e alguns outros deuses gregos. — Coitado do George!

— Negociações entre Louis B. Mayer e Al Jolson resultaram numa continuação do filme sôbre a vida do grande astro há pouco produzido com Larry Parks no papel central. A produção ficará a cargo de Edwin Knopf, que terá a assistência de Al Jolson em todos os detalhes do trabalho. Na nova história, Al Jolson cantará tôdas as grandes canções que o celebrizaram.

— S. Sylvan Simon foi indicado para a direção da nova comédia de Red Skelton, "A Southern Yankee", quinta película em que os dois colaboram. O filme se desenrola sôbre a guerra civil americana, fazendo Red o papel de um espião que trabalha para ambos os lados.

— Reaparecendo no estudio da Metro, após o término de "If Winter Comes", Walter Pidgeon entrou diretamente na alfaiataria da Metro para se preparar para "Julia Misbehaves", seu próximo trabalho com Greer Garson. A direção da película está confiada a Jack Conway. — Como vemos, aí vem a popularíssima dupla.

Publicidade para a
REVISTA DA SEMANA
em São Paulo:
Tratar com
JARBAS DE FREITAS GALVÃO
RUA BRIGADEIRO TOBIAS, 613
2.º AND. SALA 217
FONE — 6-6718

BRUTALIDADE
(Cont. da pág.23)

— Não posso fazer grande coisa, posso? replicou Joe, careteando. E foi então que a obsessão que há tanto o atormentava tomou conta e se tornou uma necessidade. Sua noiva estava doente. Morreria se êle não fosse para junto dela. De qualquer maneira, por qualquer buraco, precisava escapar...

★

Na manhã seguinte, exatamente às dez e meia, Joe Collins entrou no gabinete do dr. Walters.

— Estou esperando ser reclassificado, — disse ao médico, que o olhava surpreso. — Munsey achará outro serviço para mim. Êle sempre acha...

— Bem, sente-se aqui, — convidou Walters. — Ia mesmo procurá-lo. E' bom que tenha aparecido. Um doente meu, o velho Pat Regan, quer falar com você. Há um passe para a enfermaria em cima daquela mesa.

— Obrigado. — Então Joe pediu ao médico que lhe explicasse tudo sôbre câncer. E ficou sabendo que era uma doença que de modo algum significava morte, mas que, naturalmente, cada caso tinha os seus particulares. — E o mais importante, — concluiu o doutor, — é o fator tempo. — Olhou pesaroso para Joe. — Alguém chegado?

— É, — respondeu Joe. — Mas, doutor, que horas são?

— Umas dez e meia...

— Tem certeza?

Walter encarou-o intrigado e olhou para o relógio.

— Para ser exato, são dez e vinte e sete. Por que?

Joe não respondeu, mas em poucos minutos a resposta veio por telefone. Um chamado urgente da oficina da prisão. Wilson, o traidor, sofrera um acidente. Caíra numa enorme prensa e fôra esmagado. O que o doutor não sabia, mas suspeitava, era que Wilson fôra empurrado para dentro da prensa. Todos os presentes estavam no plano... todos ajudaram a distrair os guardas enquanto a turma de Joe, munida de macaricos, empurrava Wilson para os impiedosos maxilares da máquina. Os gritos de Wilson não foram ouvidos no meio da barulhada que o pessoal fazia na ocasião. O "acidente" ocorrera exatamente às dez e meia; estava feita a justiça, segundo a lei dos presidiários.

O dr. Walters largou o telefone com uma expressão peculiar nos olhos. — Bem, aqui

SOFRE DO FÍGADO? TOME BIO-HEPAX produto do laboratório da GUARAMIDINA

AS MULHERES LINDAS AFIRMAM:

RUGOL é formidável porque com 1 só creme LIMPA, CLAREIA E EMBELEZA A PELE!

O Creme Rúgol aplicado à noite, clareia a pele, deixando-a limpa, fresca e transparente. Usado como creme embelezador, suaviza a cútis e lhe dá um encanto irresistível. Serve também como excelente base para a maquilagem. Rugol é muito indicado para os casos de pele imperfeita, porque elimina cravos, rugas, espinhas e manchas. Comece a usar hoje o Creme Rugol, que dá à cútis maravilhosa brancura... diáfano esplendor de primavera.

Quase tôdas as imperfeições da cútis nascem nas chamadas camadas subcutâneas, onde é necessário estimular e nutrir a pele.

Aplique Rugol tôdas as noites, com massagens de 3 a 5 minutos

CREME Rugol

Mantém em segredo sua idade, porque LIMPA, CLAREIA E EMBELEZA A PELE

A CENA MUDA — 24-2-48 — Pág. 33

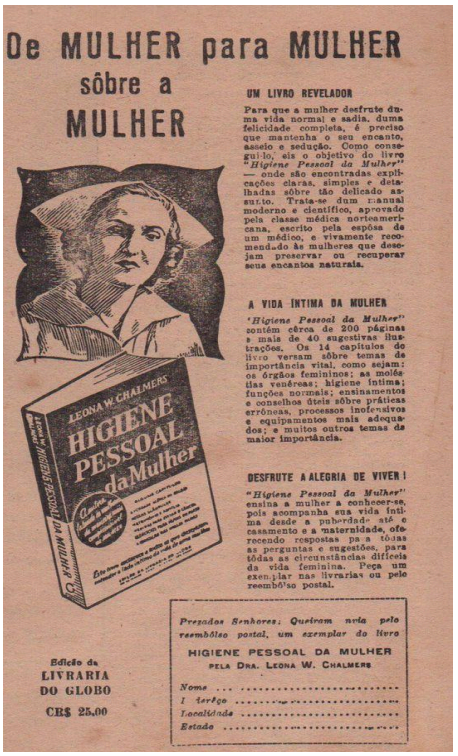
Fonte: A CENA MUDA. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana S.A. 24 de fevereiro de 1948. p. 33.

De fato, algumas manchas na pele são comuns, principalmente, devido à ação do sol e do tempo nos tecidos humanos. No entanto, aqui se fala de "brancura", de um produto que tem como objetivos não somente reduzir "problemas" na pele, mas também deixá-la branca. A palavra que mais causa inquietude no anúncio é esta – brancura – pois é ela que revela o ideal de beleza para essa sociedade, era necessário, então, possuir a pele branca para que ela fosse considerada perfeita.

O universo exposto nas edições das revistas era de muita vaidade, glamour e de um tipo de beleza específico tradicional, não somente do cinema norte-americano, mas de sua sociedade como um todo, o que não condiz com a realidade do seu processo histórico-social de uma país, assim como o Brasil, colonizado, é claro que em contextos distintos, mas que é marcado também pela escravização e, consequentemente, possui outros tipos e padrões raciais. Na edição de 7 de julho 1947, vemos uma propaganda acerca de um livro intitulado *Higiene Pessoal da Mulher* que tinha como objetivo falar desde a higiene íntima até conselhos da vida como esposa e mãe.

> Para que a mulher desfrute duma vida normal e sadia, duma felicidade completa, é preciso que mantenha seu encanto, asseio e sedução. Como consegui-lo, eis o objetivo desse livro. "Higiene Pessoal da Mulher" – onde são encontradas explicações claras, simples e detalhadas sobre tão delicado assunto. Trata-se de um manual moderno e científico, aprovado pela classe médica norteamericana, escrito pela esposa de um médico, vivamente recomendado às mulheres que desejam preservar ou recuperar seus encantos naturais. (A CENA MUDA, 8 Jul 1947. p. 33)

Figura 6: De mulher para mulher.



Fonte: A CENA MUDA. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana S.A. p. 23 de setembro de 1947.

Portanto, um manual que foi feito por quem tinha um lugar de reconhecimento naquela sociedade, ainda que fosse mulher, mas de uma classe privilegiada e que tinha, sobretudo, propriedade de fala do assunto. Além disso, foi aceito e legitimado pela classe médica norte-americana. É importante destacar também que o nome da autora não é mencionado, apenas o fato dela ser esposa de um médico, algo bastante comum na revista e naquela sociedade, a mulher ser retratada a partir de seu marido/casamento.

De acordo com o livro, é preciso ter além de um corpo limpo dentro dos padrões de higiene da época, um corpo feminino que é feliz, sadio, encantador e sedutor.

> *"Higiene Pessoal da Mulher"* contém cerca de 200 páginas a mais de 40 sugestivas ilustrações. Os 14 capítulos do livro versam sobre temas de

> importância vital, como sejam: os órgãos femininos; as moléstias venéreas; higiene íntima; funções normais; ensinamentos e conselhos úteis sobre práticas errôneas, processos inofensivos e equipamentos mais adequados; e muitos outros temas de maior importância. (A CENA MUDA, 8 Jul 1947. p. 33)

São quatorze capítulos, que como a revista diz, de grande importância, pois falam de como manter um corpo "limpo", mas também sobre as práticas equivocadas realizadas pelas mulheres com o intuito de ensiná-las a cuidar de si e comportar-se de maneira adequada.

> *"Higiene Pessoal da Mulher"* ensina a mulher a conhecer-se, pois acompanha sua vida íntima desde a puberdade até o casamento e a maternidade, oferecendo respostas para todas as perguntas e sugestões, para todas as circunstâncias difíceis da vida feminina. Peça um exemplar nas livrarias ou pelo reembolso postal. (A CENA MUDA, 8 jul. 1947. p. 33)

Um livro para todas as mulheres, adolescentes ou adultas, a suposta solução para todos os seus problemas, respostas para as perguntas que elas não poderiam fazer aos seus parceiros ou até mesmo a uma outra mulher. O livro era um provedor de um autoconhecimento e de solucionar questões na vida das mulheres.

Nesse contexto, vemos também propagandas de produtos com objetivos similares aos do livro. A seguir na edição de 2 de dezembro de 1947, a propaganda do produto *Metrolina*, um antisséptico, adstringente e bactericida íntimo para mulheres. Na mesma página, ainda vemos o *Juventude Alexandre*, um produto para cabelos brancos e que em outras edições aparece também com as funções de combate a caspa e queda de cabelo.

Figura 7: Metrolina.



Fonte: A CENA MUDA. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana S.A. 2 de dezembro de 1947. p. 32.

Figura 8: Juventude Alexandre.



Fonte: A CENA MUDA. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana S.A. 28 de outubro de 1947. P. 34

Portanto, não é somente ter um corpo saudável, ser uma atriz ou ator que atua no cinema, na rádio e no teatro, é também ter uma rotina, seja de exercícios ou

de autocuidado e higiene, até porque nesse contexto a beleza e a saúde estão estreitamente ligados como diz Sant'Anna (2018, p. 63) "*Ao lado dos conselhos sobre maternidade e o casamento, os cuidados com os exercícios, a respiração e a alimentação ganharam um peso significativo, contribuindo para que se percebesse o quanto a saúde dependia da beleza e vice-versa.*"

Foram práticas constantes que colaboraram para a criação de uma estética comportamental comum da década de 1940 e que a revista tinha como função transmitir a sociedade.

Conclusão

Essas imagens produziram práticas educativas e culturais voltadas para transpor o universo cinematográfico de Hoollywood para o cotidiano da vida dos leitores da revista. Como exposto ao longo do artigo, percebemos o quanto um determinado padrão de beleza branco foi colocado pelos discursos imagéticos disciplinando os corpos no contexto histórico da década de 1940, período marcado pelas consequências da Segunda Guerra Mundial, pelo *American Way of Life* e pela Política da Boa Vizinhança.

Como diz Michel de Certeau (1982), a colonização não se dá apenas nas conquistas territoriais, mas também na disseminação e implantação de uma cultura sob outra, que é justamente o que tentou e conseguiu fazer os Estados Unidos. Uma colonização é eficaz quando alcança a mentalidade, a cultura e os costumes de um povo e aí estão as causas de muitos dos problemas que enfrentamos até hoje. Através do cinema e de outros mecanismos midiáticos, como a revista A Cena Muda, foi possível trazer e disseminar esses padrões de corpo e beleza dos Estados Unidos ao Brasil.

REFERÊNCIAS

BONE, Emily. **A História da Moda.** 1ª Edição. São Paulo. Usborne. 2018.

CERTEAU, Michel. **A Escrita da história**; tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

FERREIRA, Letícia Schneider. **O cinema como fonte da história:** elementos para discussão.2010.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, -7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão; 1 ed. Petrópolis, Vozes, 2013.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História.** 5. Ed. São Paulo: Ateliê Editora. 2014.

LEITE, Miriam Moreira. **Retratos de família:** leitura da fotografia histórica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

LOURO, Guacira Lopes. **Corpo, gênero e sexualidade.** 2003. 5ª Edição. Editora Vozes.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade.** Guacira Lopes Louro. 2018. 4ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica.

MAUAD, Ana Maria. **Através da imagem:** fotografia e história interfaces. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, n °. 2, 1996, p. 73-98.

PINNA, Márcia Raspanti. Vestindo o corpo: breve história da indumentária e da moda no Brasil, desde os primórdios da colonização ao final do Império. IN: **História do Corpo no Brasil**. Org. DEL PRIORE, Mary. AMANTINO, Marcia. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. **História da Beleza no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2014.

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38581

ENTRE O SOBRENATURAL E O REAL:
mulheres em Lovecraft Country

Débora Ariane Siqueira Nunes[1]

RESUMO:
Esta pesquisa pretende fazer uma leitura da série televisiva Lovecraft Country (2020), com autoria de Misha Green, mulher, negra e estadunidense, que aborda personagens negras nos EUA dos anos 1950, dialogando com o conceito de interseccionalidade na perspectiva de Akotirene (2019) e com a proposta de um feminismo nas veias da amefricanidade proposto por Lélia Gonzalez (2020), assim por objetivos específicos analisar a interseccionalidade presente nessas personagens afrodescendente confrontadas com o racismo estrutural, pensar como é o discurso produzido pela série acerca dessas mulheres; bem como refletir acerca de personagens negras, pensando em como a resistência cultural foi central para a formação da identidade feminina e negra estadunidense. Sendo esta pesquisa de natureza qualitativa, descritiva e transversal, é uma análise documental baseada em pesquisas bibliográficas, literárias e fílmicas. A partir de tais leituras em diálogos transdisciplinares com estudiosos, observou-se que Lovecraft Country (2020) subverte uma lógica racista e supremacistas, presente no autor que lhe inspirou e na época que retrata, oferecendo uma narrativa multifacetada, onde observamos a resiliência das culturas afro-estadunidense através do discurso de personagens femininas para analisar seus sujeitos históricos.
PALAVRAS-CHAVE: Interseccionalidade; Lovecraft Country; História Afroamericana; Resistência negra; Narrativas das Mulheres.

BETWEEN THE SUPERNATURAL AND THE REAL: women in Lovecraft Country

ABSTRACT:
This research aims to read the television series Lovecraft Country (2020), written by Misha Green, a black American woman, which addresses black characters in the United States in the 1950s, dialoguing with the concept of intersectionality from the perspective of Akotirene (2019) and with the proposal of a feminism in the veins of Amefricanity proposed by Lélia Gonzalez (2020). Thus, with specific objectives, it analyzes the intersectionality present in these Afro-descendant characters confronted with structural racism, thinks about the discourse produced by the series about these women; as well as reflects on black characters, thinking about how

[1] Graduada em Psicologia pela Uni Católica do RN; Esp. Arteterapia pela FAMEESP; discente do curso de História da UERN e membro do Grupo de Pesquisa do Pensamento Complexo (GECOM/UERN). E-mail: debyariane310@gmail.com; Lattes: http://lattes.cnpq.br/4191680000479946;

cultural resistance was central to the formation of the American female and black identity. Since this research is of a qualitative, descriptive and cross-sectional nature, it is a documentary analysis based on bibliographic, literary and film research. From such readings in transdisciplinary dialogues with scholars, it was observed that Lovecraft Country (2020) subverts a racist and supremacist logic, present in the author who inspired it and in the time it portrays, offering a multifaceted narrative, where we observe the resilience of African-American cultures through the discourse of female characters to analyze their historical subjects.
KEYWORDS: Intersectionality; Lovecraft Country; African-American History; Black Resistance; Women's Narratives.

Introdução

É possível separar o autor da obra? Uma obra não é alheia ao seu tempo, de acordo com o proposto por Chartier (1981). H.P Lovecraft, como é conhecido Howard Phillips Lovecraft (1890-1937), foi um influente autor estadunidense da primeira metade do século XX, até hoje referenciado por autores como Neil Gaiman, Stephen King e outros. H. P. Lovecraft é conhecido, dentre outras coisas, como pai do gênero do "terror cósmico" (DECAMP, 2011), autor de figuras como Cthulhu[2], e segundo Freitas (2020), um viral racismo que muito representa o cenário cultural da sua época.

Uma escrita extenuante de rigor coercitivo, direciona o leitor numa narrativa que elucida a incapacidade humana de compreender o desconhecido. Não sem frequência com seus personagens sucumbindo a insanidade. Lovecraft hoje influencia a cultura pop, seja em filmes, livros ou jogos, construindo uma atmosfera de medo ainda que com pouca frequência precise materializar seus monstros. Com uma vasta literatura pessimista tocada em notas graves de tensão psicológica que são transpostos na adaptação de um cenário em que os personagens parecem estar sob

[2] LOVECRAFT, H. P. O Chamado de Cthulhu e outros contos. São Paulo: Pandorga, 2018. — uma entidade antiga, com monstruosos tentáculos que podia influenciar a mente das pessoas. Hoje, bastante referenciado na cultura pop.

constante vigilância e perigo. Sem, contudo, ignorar a outra alcunha pela qual o autor ficou conhecido na contemporaneidade: seu racismo (GARCIA, 2023).

É embebendo desses elementos lovecraftianos que a diretora Misha Green se a Jordan Peele e brinda o telespectador com a série Lovecraft Country (2020), para nos apresentar que terror cósmico algum pode ser mais perigoso que a realidade de um afrodescente nos EUA do século XX; e nesse recorte, a lente de como é ser uma mulher negra é colidir com o sistema de opressão.

A série de televisão — assim como seu livro base, escrito por Matt Ruff e publicado pela primeira vez em 2016 —, se inspira nas produções literárias do afamado escritor estadunidense H.P. Lovecraft se apropriando dos elementos criados por Lovecraft para subverter a lógica do autor, apresentando a narrativa pelo ponto de vista desses grupos "estrangeiros", não deixando o contexto de segregação e preconceito em que as obras originais estavam inseridas, mas desafiando e subvertendo os temas lovecraftianos. Discutindo a partir disto, com profundidade e destemor, as questões raciais e misóginas nos Estados Unidos da década de 1950.

Protagonizada por personagens afro-estadunidenses, colididas nas ruas da interseccionalidade proposta por Akotirene (2019) e Crenshaw (2004), enfrentando, tanto monstros lovecraftianos, quanto o terror do racismo cotidiano. A série apresenta uma rica tapeçaria de temas que dialogam com a proposta de amefricanidade desenvolvida por Lélia Gonzalez (2020).

A amefricanidade, conforme definida por González, enquanto uma categoria político-cultural que permite a fusão das culturas africanas e americanas na formação das identidades afrodescendentes na América, destacando a resistência cultural como um elemento central. Fernando Ortiz (1940), antropólogo cubano, aponta as relações de cultura como algo passível de mudança e adaptação, seu conceito de "transculturação" — fenômeno de transmissão, união, assimilação e fusão entre culturas distintas — expressa um processo frequência na história da

humanidade, quando a cultura, enquanto fator mutável, adapta ao contexto histórico físico-temporal.

Neste trabalho, exploraremos como *Lovecraft Country* (2020) sob a ótica de Misha Green, retrata a resistência, a hibridização cultural e a complexidade das identidades negras, dialogando com o conceito de interseccionalidade na perspectiva de Akotirene (2019) e com a proposta de um feminismo nas veias da amefricanidade proposto por Lélia Gonzalez (2020) utilizando a interseccionalidade para pensar essas mulheres e a amefricanidade como uma lente analítica. Tendo assim por objetivos específicos analisar a interseccionalidade presente nessas personagens afrodescendentes. Através de uma análise de natureza qualitativa, descritiva e transversal, é uma análise documental baseada em pesquisas bibliográficas, literárias e fílmicas. Na contramão de movimentos contemporâneos que revisitam narrativas de época, ignorando os temas de opressão ou dando protagonismo a personagens brancos — Exemplo, respectivamente, *Perdida* (2021) e *Histórias Cruzadas* (2011), a série de Misha Green, e como ela aborda personagens negras nos EUA dos anos 1950, não apenas reflete, mas também enriquece a compreensão contemporânea das experiências afrodescendentes e resistência histórica, ao mesmo tempo em que desafia e reconfigura as narrativas tradicionais sobre raça e poder.

Colisão de corpos com racismo

As obras de H.P. Lovecraft tem uma notória escassez de personagens femininas, mas vastas passagens sobre os perigos "de um outro", ao que Freitas (2020) aponta como um viés escancarado de xenofobia, em espcial contra negros e asiaticos. Traço que parece ser também a reverberação de um binarismo tipicamente ocidental, que inevitavelmente cria um outro abstrato em oposição que constroi identidades (BUTLER, 2019). Vastas também são as passagens na escrita de

Lovecraft que trazem de maneira escancarada, com um requinte senso de superioridade, seu racismo.

A exemplo o trecho do poema a seguir: "Uma besta que eles criaram, em figura semi-humana, / Preencheu-a com vício, e chamou a coisa de Negro" (LOVECRAFT, 1912, n.p.). Ainda que, em vida, não tenha ganhado grande notoriedade, as produções do autor repercutiram, esse trecho não apenas radical, como denota uma concepção hierárquica que são a base da sua literatura (GARCIA, 2023). Mas também eco da história dos EUA (PRUDY, 2013).

A década de 1950 nos EUA foi marcada por movimentações políticas contra as leis segregacionistas. No episódio intitulado Sundown (LOVECRAFT Country, 2020, episódio 1), somos apresentados às personagens de Atticus Freeman, seu tio George Freeman, e Leti Lewis, uma jovem mulher que não parece conformada com o papel social imposto a ela pela sociedade estadunidense. Os três seguem a estrada para a cidade de Tulpa em busca do pai do protagonista — Atticus . Porém, sua estrada está cheia de perigos sobrenaturais e cordames de um racismo sistêmico que ameaça enforcá-los em cada parada errada. E como se mantém consistente em toda a série, as personagens femininas assumem o volante para sobreviver aos perigos da sua sociedade.

Numa sacada astuta de situar a série nos anos 50, temos cenas gráficas, contornadas pela tensão psicológica e constante sensação de vulnerabilidade que compartilhamos com o grupo. Em especial quando estes se encontravam com personagens brancos e nos perguntamos, juntos com as personagens, se havia algo que pudesse ser explorado pelas leis Jim Crow (OLIVEIRA, 2023), para puní-las, senão matá-las pelo simples fato de existirem naquele espaço de opressão e segregação.

Apesar atacados por monstros lovecraftianos, a maior tensão do episódio 1 é, como sugere seu título, o pôr-do-sol numa cidade sundown, onde, segundo Butler

(2021), a segregação racial era tão estrutural ao ponto de, ao anoitecer, a lei local não se responsabilizava pelo que aconteceria aos negros. E assim como na vida real, estar num território hostil era um risco de vida. O primeiro episódio exemplifica o racismo estrutural, destilado de violência e terror, onde vemos uma representação gráfica das dinâmicas de poder e opressão racial. Onde as personagens só sobrevivem pela coragem e sagacidade de Leti.

"A população é um emaranhado e um enigma sem esperança; elementos sírios, espanhóis, italianos e negros se sobrepondo uns aos outros, com uma base eslava corpulenta e frouxamente unida" (LOVECRAFT, 2013, n. p.). Apesar do favorecimento expresso pela imagem caucasiana dos estadunidense (PRUDY, 2013), como um país, sua história foi construída por muitos povos e etnias; uma nação com mais cores que o azul, vermelho e branco. Muito embora o carmesim seja coerente, num país mobilizado pela guerra, a propaganda estadunidense prega esta como sendo terra onde "qualquer um pode realizar seus sonhos". Mas a que preço? Como pode um país construído por imigrantes, se negar a ser o lar desses mesmos? "Entrei em palácios de reis e rainhas e nas casas de presidentes. E muito mais. Mas eu não poderia entrar em um hotel na América e tomar uma xícara de café" (BAKER, *apud*, PAPISH, 1976, p. 213). Só mais uma das muitas contradições estadunidenses explicadas historicamente.

A imigração desempenhou um papel fundamental na construção da sociedade estadunidense. Seja impulsionando o crescimento econômico, ao fazer desses imigrantes mão de obra barata e fonte de exploração; ou promovendo diversidade cultural em meio a tensões sociais num dos países com maior extensão territorial do mundo. Aliás, foram essas ondas de imigração e imigrantes que permitiram a expansão territorial e política na corrida pelo "sonho americano" (PRUDY, 2013).

Estimasse que entre o final do século XIX e início do século XX, os EUA receberam em torno de 20 milhões de imigrantes (JONES; MIELANTS, 2015). Embora, encontros culturais pacíficos estejam longe de ser a regra em solo estadunidense, de acordo com Gomes (2013); como os povos nativos podem atestar. Depois de massacrar os povos nativos, se o país foi conquistado ou perdido, deixo para que decidam. É fato que todo sangue que corre é vermelho. Mas nos EUA quem "sangra" tem cor, recorte étnico e socioeconômico. E não é a elite branca.

"Pois o salário do pecado era visível em todos os lugares, [...] em cada sino de ambulância tocando, em cada cicatriz no rosto [...], em cada bebê recém-nascido indefeso sendo levado a esse perigo" (BALDWIN, 1963). Você pensaria, se distante da realidade de um negro afro-estadunidense, que uma criança estaria, ao menos na ternura da infância, a salvo da leitura racista. A série mostra uma referência discreta a um garoto de 14 anos, Emmett Louis Till, acusado injustamente de ofender a honra de uma *mulher branca*. E por isso foi sequestrado, torturado e linchado, no estado do Mississipi, em 1955 (TYSON, 2017). Porém, o assassinato de Emmett Till mostra que, ainda que *Lovecraft Country* (2020) utilize do horror sobrenatural como metáfora para o racismo, esse último é mais brutal, implacável e real que qualquer outro monstro lovecraftiano.

"Quando, há muito tempo, os deuses criaram a Terra / À bela imagem de Júpiter, o homem foi moldado ao nascer. Para preencher a lacuna e unir o resto ao homem, / [...] / Eles criaram uma fera [...]" (LOVECRAFT, 1912). Ainda o poema seja em sua inteireza um flagrante da visão do autor sobre os negros, sua escolha de palavras nos dá margem para interpretação. Beauvoir (1980) vem dizer que a mulher também é interpretada como esse "outro" e esse se torna um dispositivo fundamental para opressão. Porém, como ressalta a personagem Christine na série, ela era mulher, o que portanto a deixaria num espaço vulnerável. Mas ainda era

branca. E não, Hooks (2020) vem dizer que não é a mesma leitura. Ser "mulher" e ser "mulher negra" era um recorte bem distinto para uma sociedade pautada na hierarquia racial (AKOTIRENE, 2019). Enquanto o feminismo descrito por Beauvoir (1980) defendia o direito das mulheres de classe média trabalharem, as mulheres negras sempre trabalharam nos EUA, portanto, esses grupos não reivindicavam as mesmas coisas. É tentando dar conta dessas questões que Crenshaw (2004) cunha o termo de interseccionalidade, se referindo a quando diferentes esferas de opressão encontram seu eixo num grupo. Colidindo com os sujeitos. É através da lente desses sujeitos que a série *Lovecraft Country* (2020) nos apresenta uma narrativa tão brutal e ao mesmo tempo intimista.

Invocando a pseudociência do darwinismo social, logo, alguns eram mais "aptos" para ter sucesso nos EUA. Essa ideologia fornecia uma justificativa pseudo-científica para a concentração de poder e riqueza nas mãos de uma minoria racialmente determinada, enquanto marginalizava e discriminava grupos considerados menos "aptos". Ignorando, convenientemente, as estruturas sociais excludentes que eram o esqueleto da sociedade estadunidense.

Pacto de sangue e ossos da branquitude e resiliência nas raízes da amefricanidade

O conceito de amefricanidade vem para designar a todos afrodescendentes do continente a combinar as palavras "América" e "África", com o intuito de representar a fusão cultural e a identidade dessa fusão (GONZALES, 2020). Tal categoria político-cultural da ênfase a herança africana e indigena, presentes, principalmente nas culturas latino-americanas; com um certo desafio de narrativas dominantes que constantemente marginaliza tais aportes:

> As implicações políticas e culturais da categoria de Amefricanidade ("amefricanity") são, de fato, democráticas exatamente porque o próprio termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: A América e como um todo (Sul, Central, Norte e Insular). (GONZALEZ, 2020, p.76)

Gonzales (2020) traz pontos importantes a serem debatidos e consultados, como a Cultura e a Identidade. A autora discorre sobre como a amefricanidade representa o apanhado cultural das atuações africanas e indígenas na formação das identidades da américa latina. Outro ponto de suma importância que a autora traz, é a Resistência. Ela destaca a amefricanidade como uma forma de resistência contra a "hegemonia eurocêntrica"; onde havia a necessidade de reconhecimento, respeito e valorização das raízes africanas e indígenas também na cultura latino-americana.

No episódio *Holy Ghost* (LOVECRAFT Country, 2020, episódio 3), o título, em tradução livre "Fantasma Sagrado", que também pode se referir ao "Espírito Santo", não apenas brinca com essa expectativa do telespectador, ao começar numa igreja e depois seguir para uma casa mal-assombrada, como, exemplifica um dos temas centrais do conceito de amefricanidade, a resistência cultural.

Durante esse período, os EUA enfrentaram uma intensa segregação racial. As leis de Jim Crow estabeleceram uma estrutura legalizada que obrigava a segregação racial em escolas, transporte e outros espaços públicos, perpetuando assim a discriminação sistemática contra afro-estadunidenses e pessoas não brancas (FREITAS, 2020). Mesmo a Suprema Corte tendo desafiado essa segregação, ocorreram muitos confrontos e protestos como o boicote aos ônibus de Montgomery, liderado por Rosa Parks (1913-2005) em 1955-1956 (FREEDMAN, 2023). E vozes como as de Dorothy Height (1912-2010) e Claudette Colvin (1939-) e Rosa Parks emergindo como vozes proeminentes na luta pela igualdade racial.

Mesmo a segregação continuando predominante, os anos 1950 deu início às mudanças significativas nas décadas seguintes (ÁVILA, 2022).

Porém, assim como na série, não há de se esperar uma comunidade negra passiva, mas com proeminentes figuras intelectuais e políticas, denunciando os abusos e buscando os direitos civis, na sua faceta mais militante, como é o caso de Leti e Ruby, na série. A História contou com nomes como Josephine Baker (1906-1975), Zora Neale Hurston (1891-1960) e Anna Julia Cooper (1858-1964), fontes de inspiração e reconhecimento identitário. Gonzales (2020) dá uma precisa ênfase na importância do reconhecimento das contribuições e dos papeis dos afrodescendentes na construção e formação de quase toda sociedade da américa latina. A cultura afrodescendente foi um recurso "vital" — se assim podemos chamar —, na construção da identidade americana, onde refletia também em diversas formas de expressões culturais, como as músicas, danças, e até nas religiões. Que todavia, foram colocadas por anos nas lentes da desconfiança e marginalização (NASCIMENTO, 2021).

No Julgamento das Bruxas de Salem (1692-1693) uma das primeiras mulheres acusadas foi Tituba, escrava de etnia debatida, mas certamente não branca (ROSA, 2020), isso só reforma como representações e estereótipos — e claro, o racismo — influenciam ativamente nossas vidas. E não apenas isso, como a vivência e prática religiosa não eurocêntrica — cristã — recebe uma conotação negativa diante dos privilégios brancos, inclusive religiosos. Em *Holy Ghost* (LOVECRAFT COUNTRY, 2020, episódio 3), quando adentramos com as personagens principais na nova residência, um casarão em um bairro de pessoas brancas na grande Chicago, vendido barato pela fama de mal-assombrado, salve eventuais sustos — de fazer o coração tropeçar no peito e o estômago se revirar — causados pelos espíritos na casa, a noção de horror sobrenatural vem figuras bastante vivas. E mal intencionadas. Revoltados por terem pessoas negras no bairro, a vizinhança racista os atormenta a todo custo. Ao que Leti responde, após um longo exercício de

paciência, com um taco de beisebol. Apesar de ter sua casa depredada, invadida e ameaçada, é a resposta de Leti, uma personagem negra, que é lida pela polícia como "crime". E quando isso não funciona para expulsar Leti e o pequeno grupo que ela hospedou no casarão — dialogando com a ideia de comunidade na qual a população afrodescente precisou se amparar para resistir a anos de opressão e violência —, alguns vizinhos supremacistas brancos decidem invadir a casa armados de bastões e outras armas brancas.

Mas acontece que o casarão era mesmo assombrado. O espírito de um homem branco, de meia idade, vinha causando acontecimentos estranhos e potencialmente letais no casarão. Bem como diversos espíritos de pessoas negras, mutiladas das mais brutais e aterradoras formas, fazendo aparições na residência. Como se não fosse o bastante, esse que foi o episódio mais angustiante da produção — em minha opinião —, as aparições mostradas ao longo desse episódio, faziam referência a pessoas reais.

Enquanto que o espírito do proprietário original da casa, além de membro de uma seita supremacista de ocultismo recorrente na trama, era também quem tentava matar os atuais moradores. Os demais espíritos ali, eram vítimas do médico dessa ordem supremacista, que realizou em pessoas negras, por anos, experimentos pseudocientíficos — em verdade, torturas crueis e absurdas — contra suas vontades, sádicos em último grau ao ponto de até suas almas serem mutiladas. Mostrando o quanto os avanços dessa sociedade foram pavimentados pelo sangue, ossos e almas, que sofrem tentativa de apagamento para não desvelar a verdade que o sonho estadunidense guarda em seu porão. O crescimento estadunidense, se deu em cima de corpos negros.

Há muito simbolismo quando a série, ao final do episódio, humaniza esses fantasmas, inspirados em pessoas reais, negros como os homens vitimas do experimento de Tuskegee, expostos por decadas a uma doença que já tinha cura a

epoca, sem seu conhecimento ou tratamento para que os medicos compreendessem como a sifilis se desenvolvia no corpo (WASHINTON, 2006). Além das inúmeras mulheres expostas a cirurgias sem anestesia, não consensuais e esterilização forçada, foram violentados em experimentos sem que base científica e violando a liberdade autonomia dos corpos, segundo Roberts (2014), esses fatos exploram como está presente nos Estados Unidos, o controle de corpos de mulheres negras. Contudo, a série de Misha Green é sensível ao abordar como essas pessoas precisam ser lembradas, mas também receberem justiça, ainda que póstuma. Ainda nesse episódio, Leti consegue sobreviver falando seus nomes e lembrando a eles de suas identidades, onde juntos, recuperam sua força e conexão espiritual para banir o fantasma do médico racista e supremacista branco. Percebo agora, de maneira simbólica e muito poderosa na narrativa.

E essa solidariedade, esse senso de comunidade, se dá não apenas de Leti para como esses fantasmas, mas é revelado que esses espíritos, mesmo machucados, vinham protegendo os moradores da casa dos ataques dos criminosos racistas — vulgo os vizinhos "de bem" do bairro —, mais uma vez reforçando a ideia de comunidade e resistência cultural pelo próprio direito de existência.

Narrativas de poder e libertação

A série deu dicas sutis que o dono original da mansão não apenas era um supremacista, como membro do grupo de ocultismo do condado de Lovecraft, responsáveis pelos eventos sobrenaturais dos episódios anteriores. E como mencionado com indignação: "a magia também está do lado dos brancos?!" (LOVECRAFT Country, 2020, episódio 2). O que em si, era neutro, e traço cultural, vinha sendo usado pela elite branca como meio de opressão.

Contudo, se o episódio 3 começa com Leti e Atticus numa igreja, lamentando a perda, isso de nenhum modo é excludente para que os personagens

recorram ao vodu como forma de proteção contra o sobrenatural e mais tarde, para o exorcismo. Ainda que a resistência seja um traço importante para formação da identidade afrodescendente, não se deve ignorar outro elemento da amefricanidade como proposto por Gonzalez (2022), que *Lovecraft Country* (2020) aborda com sensibilidade e propriedade: o hibridismo cultural.

Seja na trilha sonora da série, bordada por blues e jazz, a cultura afroamericana é retratada de maneira viva. Mais do que uma música de improviso, o jazz tem a cadência de "uma viagem pelo rio Mississippi", com meandros e mergulhos alternando na placidez, mas sempre desconhecendo o que guardava em suas profundezas. "Esse gênero musical expressou brilhantemente a condição contraditória de ser 'livre e cativo ao mesmo tempo" (PRUDY, 2013, p.184). Contraditório, porém dialógico, ao soar a liberdade das águas constantemente cerceada em suas margens com cada vez mais ferros, sufocada pelos transeuntes indiferentes. Para a população negra americana, a liberdade constitucional só dava outro nome à exploração, e certamente não era sinônimo de integração. Os negros estadunidenses eram prisioneiros da própria nação que ajudaram a construir, tendo calada suas vozes. Como o autor aponta, Jazz e blues foram por muito tempo, tão marginalizados quanto seu povo.

Expressando as contradições presentes nesse encontro assimétrico, os personagens lutam com suas identidades, frente a um mundo que tenta defini-los pela cor da pele. Ao explorar como as personagens negras navegam em um mundo de opressão e supremacia branca, *Lovecraft Country* (2020) aborda diretamente as dinâmicas de poder, e como novas identidades existem nesse choque, os quais Gonzalez discute em sua proposta de amefricanidade.

Diante da complexidade das identidades das mulheres afrodescendentes, a resistência vem como componente central e, ao dar agência as suas personagens negras, no enfrentamento de adversários sobrenaturais e humanos, a série "*banca seu*

protagonismo". E, se a magia era usada, como tantas outras coisas, como meio de opressão, silenciamento e manutenção de um *status quo* assimétrico pelos brancos, a decisão criativa nos oferece todo o impacto das personagens se apropriando da própria narrativa. Unindo elementos da magia branca com os conhecimentos e magia da sua própria ancestralidade, afrodescendente, as personagens viram o jogo, mesmo que através do sacrifício de um deles. A magia tirada da mão dos brancos. Essa conquista permite um futuro para os seus, sua família, sua comunidade, com novos paradigmas.

"Eu sei que, assim como sua mãe, você acha que pode esquecer do passado. Não tem como. O passado é uma coisa viva" (LOVECRAFT Country, 2020, episódio 1). Vivo, e de algum modo, interagindo ativamente conosco. Como narramos o passado é como explicamos o presente também. A memória é um elemento modular da identidade, de um sujeito e de um povo. Não se enganem, o passado vive em nós. Nenhuma árvore cresce sem raízes. Conforme aponta Machado (2013, p.08): "Embora escritores como Conceição Evaristo não tenham pretensão de renovar a historiografia, eles tem peso na disputa política da memória, fazendo emergir vozes marginalizadas de atores históricos fundamentais". Com isso, falamos de mulheres, negras, periféricas; não minorias pobres, mas empobrecidas por séculos de desigualdade, negligência e barbárie. Vozes que ecoam, que resistiram.

Considerações finais

É possível separar o autor da obra? É possível ignorar o tempo em que foi produzida?

> A resposta dessa pergunta, a reação à pergunta, vai depender efetivamente de onde você se encontra no mundo, de qual é a sua noção de realidade, de qual é seu sistema de realidade. Ou seja, depende de suposições às quais nos apegamos tão profundamente a ponto de mal termos consciência delas (LOVECRAFT Country, 2020, episódio 1).

Talvez por isso, seja tão importante ouvir as histórias narradas por mulheres negras. Produtoras de narrativas nesse entre-lugar no qual foram colocadas. A década de 1950 nos Estados Unidos foi marcada por uma segregação racial institucionalizada, onde as comunidades afro-americanas eram sistematicamente marginalizadas. Onde a mulher negra e empobrecida — porque não vamos ignorar que isso é ação do sistema de controle no qual opera o mundo sob o recorte: sexo-raça-capital; e não uma condição inerente a sujeita. — era colidida com diversos eixos de opressão. *Lovecraft Country* (2020) coloca seus personagens em meio a este cenário, utilizando o gênero do terror para expor e criticar as realidades brutais do racismo. A série, no entanto, vai além de uma simples representação das dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras; ela celebra a resiliência, a agência e a riqueza cultural dessas comunidades. Ao reimaginar os horrores de H.P. Lovecraft, conhecido por suas visões racistas, a série transforma o medo em uma ferramenta de resistência e empoderamento. E como disse Cooper (1892, p. 120): "A causa da liberdade não é a causa de uma raça ou seita, partido ou classe — é a causa da humanidade, o próprio direito de nascença da humanidade". A voz dos sujeitos tem muitos outros falando.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Daiara Suellen Gabriel de. **Direitos civis e ativismo negro feminino nas escritas de si de Rosa Parks e Nina Simone (1950s-1960s).** 2022. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

BALDWIN, James. **Carta de uma região em minha mente**. In: BALDWIN, James. The fire next time. Tradução por Sandro Marques dos Santos. The New Yorker, 1963. Disponível em: https://traduagindo.com/2023/09/09/james-baldwin-carta-de-uma-regiao-em-minha-mente/. Acesso em: 06 de junho de 2024.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo sexo - fatos e mitos**; tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

BUTLER, Kim D. Releituras críticas para a história do pós-abolição. **Afro-Ásia**, n. 64, p. 740-759, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. **A intersecionalidade na discriminação de raça e gênero.** VV. AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, v. 1, n. 1, p. 7-16, 2004.

COOPER, Anna Julia. **Uma Voz do Sul** . Xenia: Aldine Printing House, 1892.

DECAMP, L. Sprague. **Lovecraft: Uma biografia** . Hachette Reino Unido, 2011.

FARGE, Arlete. Famílias. **A honra e o sigilo**. In: CHARTIER, Roger. História da vida privada, 3: da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 (p. 559-594).

FREEDMAN, Russell. **Caminhando pela liberdade: A história do boicote aos ônibus em Montgomery**, Alabama, em 1956. Leya, 2023.

FREITAS, Luis Otávio Canevazzi. Miscigenação, racismo e fim do mundo na literatura fantástica de H.P. Lovecraft. 2019. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

GARCIA, Yuri. A Monstruosidade Xenófoba de Lovecraft: racismo e radicalismo nas criações literárias de um conservador. **Novos Olhares**, v. 12, n. 1, p. 91-103, 2023.

GOMES, Maria José de Souza. O Genocídio dos Índios Nativos Norte Americanos. **E-Revista de Estudos Interculturais,** n. 1, 2013.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções, diálogos.** Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HISTÓRIAS CRUZADAS. Direção: Tate Taylor. Produção: DreamWorks Pictures. Touchstone Pictures, 2011.

HOOKS, Bell. **Teoria feminista**. Editora Perspectiva SA, 2020.

LOVECRAFT, H. P. **O Chamado de Cthulhu e outros contos**. São Paulo: Pandorga, 2018

LOVECRAFT Country. Criado por Misha Green. Estados Unidos: HBO, 2020. 1 temporada.

LOVECRAFT Country. Episódio 1, **Sundown**. Dirigido por Yann Demange. Estados Unidos: HBO, 2020. 1 episódio, 59 min. Exibido em 16 ago. 2020.

LOVECRAFT Country. Episódio 3, **Holy Ghost.** Dirigido por Daniel Sackheim. Estados Unidos: HBO, 2020. 1 episódio, 59 min. Exibido em 30 ago. 2020.

MACHADO, Bárbara Araújo. Memória, história e literatura na obra da escritora negra Conceição Evaristo. **X Seminário Internacional Fazendo Gênero, X**, p. 1-10, 2013.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.

JONES, Terry-Ann; MIELANTS, Eric. **Migração em massa no sistema mundial: passado, presente e futuro**. Routledge, 2015.

RUFF, Matt; PHILIBERT-CAILLAT, Laurent. **Lovecraft Country.** Presses de la Cité, 2019.

ORTIZ, Fernando. **Transculturação**. 1940.

OLIVEIRA, Victoria Cunha da Rosa. **Infiltrados na Klan: história, memória e segregação racial nos Estados Unidos**. 2023.

ROBERTS, Dorothy. **Matando o corpo negro: Raça, reprodução e o significado da liberdade**. Vintage, 2014.

ROSA, Leonardo Júnio Sobrinho; DA SILVA OLIVEIRA, Luiz Manoel. NARRANDO A DIÁSPORA: OS ENTRELUGARES CULTURAIS E IDENTITÁRIOS EM I, TITUBA, BLACK WITCH OF SALEM, DE MARYSE CONDÉ. **Revista e-scrita**: Revista do Curso de Letras da UNIABEU, v. 11, n. 2, p. 84-101, 2020.

PAPICH, Stephen, **Lembrando Josephine** (Nova York: The Bobbs-Mererill Company, Inc.: 1976), 210-213.

PERDIDA. Direção: Katherine Chediak Putnam e Dean Law. Produção: Filmland Internacional. São Paulo: Amazon Studios, 2023.

PRUDY, Sean. A ERA PROGRESSISTA: 1900-1920 .In: KARNAL, Leandro et. al. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. 3ª ed. Contexto: São Paulo, 2013.

PORTELA, Eunice Nóbrega et al. O PRECONCEITO E A INTOLERÂNCIA ENFRENTADOS PELA UMBANDA E CANDOMBLÉ RELIGIOSOS AFRO-BRASILEIROS: UMA ABORDAGEM TRANSVERSAL E MULTIDISCIPLINAR. **Processus Journal of Management, Legal and Financial Studies** , v. 12, n. 43, p. 15-30, 2021.

TYSON, Timothy B. **O Sangue de Emmett Till** . Simon e Schuster, 2017.

WASHINGTON, Harriet A. **Apartheid médico: a história obscura da experimentação médica em negros americanos desde os tempos coloniais até o presente**. 2006.

ST-06: PESQUISA EM HISTÓRIA – MEMÓRIAS, TRABALHADORES E MODOS DE VIDA

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38537

HISTÓRIAS NARRADAS POR POTIGUARES:
as missivas do RN endereçadas a Lula em Curitiba – PR

Daniel Francisco da Silva[1]

RESUMO:
Este trabalho tem como objetivo discutir as cartas que os norte-rio-grandenses escreveram para Luiz Inácio Lula da Silva durante o período em que ele esteve preso em Curitiba – PR. Nesse sentido, este estudo teceu reflexões acerca do posicionamento dos missivistas potiguares ao estabelecerem uma relação com o destinatário. Estes missivistas apresentaram em seus escritos os meandros percorridos ao longo da trajetória de suas vidas, bem como, os escritos de apoio e de solidariedade ao então ex-presidente Lula. É possível averiguar que a escrita dos norte-rio-grandenses, assim como os demais, é carregada de sentimentos. Assim, as missivas revelaram outras particularidades da política brasileira, em que a política e o afeto se entrelaçaram em uma conjuntura política marcada por diversas formas de violência do ano de 2018.
PALAVRAS-CHAVE: Cartas, Lula, Rio Grande do Norte.

STORIES TOLD BY POTIGUARES: Letters From Rn Addressed To Lula In Curitiba – Pr

ABSTRACT:
This paper aims to discuss the letters written by the people from Rio Grande do Norte to Luiz Inácio Lula da Silva during the period he was imprisoned in Curitiba, Paraná. In this sense, this study reflected on the positioning of the letter writers from Rio Grande do Norte when establishing a relationship with the recipient. These letter writers presented in their writings the meanders they had traveled throughout their lives, as well as the writings of support and solidarity to the former president Lula. It is possible to verify that the writing of the people from Rio Grande do Norte, as well as the other letters writers, is full of feelings. Thus, the letters revealed other particularities of Brazilian politics, in which politics and affection were intertwined in a political situation marked by various forms of violence in 2018.
KEYWORDS: Letters, Lula, Rio Grande do Norte.

[1]Graduado em História pela UFRN, Mestre em História Social pela PUC-SP e Doutorando em História pelo PPGH-UFRGS. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7286348945689988>. Bolsista CAPES. E-mail: daniel-silva-07@live.com

Introdução

Este trabalho é fruto da pesquisa que se encontra em desenvolvimento no doutoramento em História. Aqui, analisamos algumas das cartas que os potiguares escreveram para o então ex-presidente Lula à época em que ele se encontrava preso em Curitiba – PR. Nesse sentido, o trabalho analisou como os meandros da política nacional refletiram no estado do Rio Grande do Norte por meio das missivas escritas pelos potiguares a Luiz Inácio Lula da Silva, trazendo, para o cerne do debate, as experiências de vidas narradas por eles, e a adesão à campanha que o Partido dos Trabalhadores – PT desenvolveu quando Lula se encontrava cerceado de sua liberdade em Curitiba, em que as pessoas que acreditavam em sua inocência se fizeram presente na trincheira da campanha Lula Livre.

Assim, os missivistas aqui analisados também aderiram em seus escritos esta campanha e se posicionaram na luta pela liberdade de Luiz Inácio Lula da Silva, bem como, na luta pelas garantias e permanências de seus direitos sociais adquiridos que se encontravam sob ameaça. Assim, as missivas aqui analisadas externaram momentos do que foi aquele abril de 2018, bem como a prisão de Lula mobilizou os norte-rio-grandenses de uma pequena cidade a escreverem seus "bilhetes", entre cartas mais alongadas ou, simplesmente, uma palavra de carinho e conforto para aquele que se encontrava preso em Curitiba-PR. Nessa seara, os missivistas, ao se posicionarem em seus escritos, trouxeram uma vasta gama de conhecimentos de vida e relatos de suas experiências, as quais foram externadas nas cartas. A historiadora Maria do Rosário da Cunha Peixoto nos chama atenção para que possamos refletir acerca das experiências dos homens, em que,

> Os homens vivem sua experiência integralmente como ideias, necessidades, aspirações, emoções, sentimentos, razão, desejos, como sujeitos sociais que improvisam, forjam, saídas, resistindo, se submetendo, vivendo enfim, numa relação contraditória, o que nos faz considerar essa experiência de luta e de luta política (PEIXOTO et al, 2003, p.7).

Dessa forma, foram externados pelos missivistas as suas experiências de vida, os seus sentimentos acerca do momento em que eles estavam escrevendo para Lula, bem como as suas variadas formas de luta do seu cotidiano. Por conseguinte, no campo metodológico, o historiador, em seu trabalho, precisa analisar suas fontes históricas, problematizando como elas se constituíram enquanto documento histórico. Sem essa análise, não é possível tecer os fios que levam ao desenvolvimento da problemática central do seu objeto de estudo. Daí, a necessidade de questioná-las no interior de sua historicidade, ou seja, do processo histórico em que foram criadas. Nesse sentido, as cartas escritas para o ex-presidente Lula trazem consigo intenções e subjetividades, sendo imprescindível indagar: *Quem escreveu? Quando escreveu? Onde e como escreveu? Para quem e com que propósito?*

As cartas são carregadas de subjetividades, como apresentam as autoras Teresa Malatian e Ângela de Castro Gomes. Assim, ao se trabalhar com cartas, é necessário atentar para as entrelinhas das missivas e problematizar o que foi escrito pelos missivistas, como também, os silêncios deixados por eles em suas escritas. Nessa seara, as autoras supracitadas ajudam a refletir sobre as missivas escritas ao ex-presidente Lula.

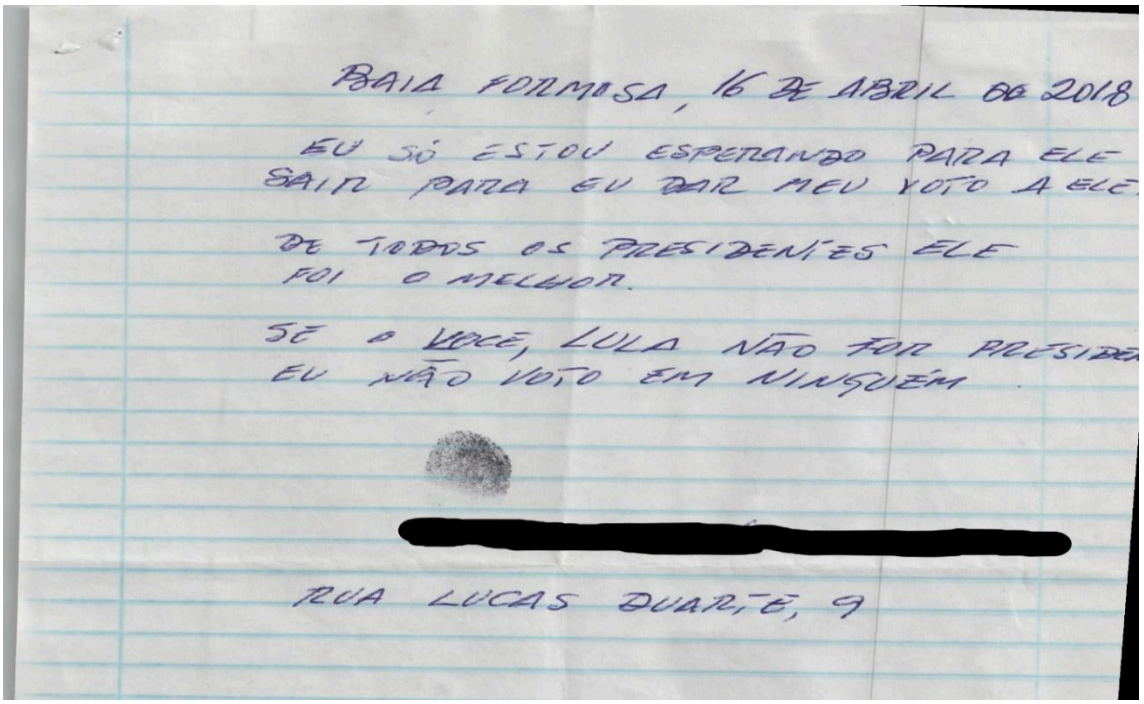
A historiadora Ângela de Castro Gomes chama atenção para problematizar as cartas como documentos históricos, "trabalhar com cartas [...] implica procurar atentar para uma série de questões e respondê-las. Em que condições e locais foram escritas? Onde foram encontradas, e como estão guardadas? [...] Que assuntos/temas envolvem?" (GOMES, 2004, p.21). Nesse sentido, as cartas enviadas ao ex-presidente Lula têm uma série de subjetividades que precisam ser indagadas para que se possam compreender as histórias narradas.

As cartas de Baía Formosa – RN: Relatos de vidas a Lula

As cartas de Baía de Formosa trouxeram uma contribuição ímpar para este estudo, uma vez que são de suma importância para se refletir acerca das questões colocadas pelos missivistas nordestinos, em que narram suas histórias que perpassam pelas temáticas das mais variadas possíveis – desde o sentimento de carinho e gratidão ao ex-presidente, a críticas de não formação da base do Partido dos Trabalhadores –, as missivas são ricas em detalhes para se pensar o Brasil contemporâneo e suas demandas. Nessa seara, as cartas são documentos que levam a percorrer os caminhos das mudanças que esses missivistas passaram ao longo dos governos do PT, como também, o que eles depositaram em suas cartas após a prisão do ex-presidente Lula.

O autor Alain Pagès contribuiu para avançar na discussão acerca do quão cada detalhe nas missivas são importantes para se problematizar. O autor esmiuçou desde o envelope aos espaços subalternos nas cartas, como, por exemplo, as margens. Dessa forma, Pagès chama atenção para que, "uma carta comunica sua mensagem não somente pelo texto que propõe, mas também pela multiplicidade dos signos que acompanham o texto: a forma da escrita, a ocupação do espaço da página, o número de folhas, os acréscimos colocados nas margens, a assinatura etc" (PAGÈS, 2017, p.107). Dessa forma, ao analisar as cartas escritas pelos nordestinos ao ex-presidente Lula, é de suma importância problematizar a forma da escrita, bem como os espaços deixados pelos missivistas. Outrossim, a própria escrita do texto, uma vez que, há remetentes que não têm domínio da escrita e pediram para que colegas escrevessem para eles, e assinam com a sua digital. Contudo, o missivista não deixou de se posicionar e mandar suas palavras ao ex-presidente Lula. Por isso, a importância de atentar para cada detalhe da missiva. Observa-se a carta da remetente da cidade de Baía Formosa, no Rio Grande do Norte.

Figura 1 - Carta enviada ao Ex-Presidente Lula de Baía Formosa – RN.



Carta 63 da pasta Baía Formosa [18 de Abril de 2018]. **Fonte:** Acervo do Arquivo privado do Instituto Lula.

Baía Formosa, 16 de Abril de 2018
Eu só estou esperando para ele
Sair para eu dar meu voto a ele
De todas os presidentes ele foi o melhor.
Se o você, Lula não for o presidente
Eu não voto em ninguém.
[Assinatura com a digital]
Rua Lucas Duarte.

Ao se trabalhar com cartas, como com outros documentos históricos, é necessário realizar escolhas metodológicas. Nesta pesquisa, optou-se em não divulgar os nomes dos missivistas, uma vez que não há autorização deles para que se possa tornar público as suas identidades. Assim, as cartas analisadas nesta pesquisa terão as assinaturas mantidas resguardadas.

Dessa forma, a carta é um documento em que os signos se encontram presentes e, por isso, a importância de se problematizar. Nessa missiva específica, de

início, o que chama atenção é a assinatura da missivista, com a digital, que revela uma questão cara ao Brasil: o analfabetismo. Por muitas décadas, a educação básica foi negada aos brasileiros, reflexo de um país em que as elites que sempre estiveram no poder não colocaram a Educação pública como política de Estado, e muitos brasileiros tiveram seus direitos cerceados, como, por exemplo, a missivista supracitada. Todavia, é de suma importância trazer para o cerne do debate o posicionamento dela ao escrever ao ex-presidente Lula, uma vez que ela encontra caminhos para externar o seu apoio a ele, tendo a oralidade como sua aliada, bem como o escrivão ou escrivã que a auxiliaram nesse processo de externar sua posição política ao apoiá-lo.

Assim, a missivista deixou claro o seu apoio a uma possível candidatura do ex-presidente. Esse apoio externado é refletido nas pesquisas de intenção de votos que foram publicadas em 2018 por institutos de pesquisas[2] que traziam o ex-presidente Lula como favorito a ganhar o pleito daquele ano. Nessa seara, a carta analisada teceu discussões de apoio a Lula, na qual, a missivista cita que: "De todas os presidentes ele foi o melhor"; avaliando-o de forma positiva, bem como deixando um recado: "Se o você, Lula não for o presidente, eu não voto em ninguém". O posicionamento firme dela em relação ao seu voto é uma das formas de se posicionar contra as decisões tomadas pelos agentes da força tarefa da Lava Jato. Como também, a carta apresenta tensões existentes entre a escolha do voto a não ser no ex-presidente Lula. Vejamos a carta a seguir,

> Baía Formosa – 16 – 04 -2018
>
> Meu querido Presidente Lula!
>
> Lula, minha vida melhorou muito na época que você foi presidente. Você fez muita coisa boa!
> Vc deu casa para o povo
> Melhorou o salário
> A gente não tinha condições de comprar nem uma geladeira!

[2] Como por exemplo, Ibope, Datafolha, DataPoder360, Paraná Pesquisas e Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (Ipespe).

Lula meu Presidente!

Peço Muito a Deus para você sair desses erros que estão lhe jugando

Um abraço da sua eleitora, que nunca va deixar de estar ao seu lado.

A missivista, ao narrar que a sua vida melhorou muito no aspecto financeiro e, consequentemente, no bem-estar da sua família, rememorou as condições precárias que as pessoas passaram ao longo de suas vidas e o quão as políticas públicas foram de suma importância para que pudesse mudar a realidade das pessoas que mais precisavam da ajuda do Estado brasileiro. A filósofa Marilena Chauí, em seu texto *Uma nova classe trabalhadora*, pontuou algumas das políticas públicas fundamentais para o povo brasileiro instituídas nos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), uma vez que, teve "mudanças profundas na composição da sociedade brasileira graças aos programas governamentais de transferência da renda, inclusão social e erradicação da pobreza, à política econômica de garantia do emprego [...]." (CHAUÍ, 2013, p.128). Chauí ajuda a problematizar como a transferência de renda e a inclusão social resultaram em mudanças da qualidade de vida de parcela expressiva da população brasileira. Nessa seara, o relato de vida da missivista apresentou o quão significativo foram essas políticas de inclusão social para a sua vida, assim como é narrado pelo próximo missivista que escreveu para Lula,

Baía Formosa, 16 de abril de 2018

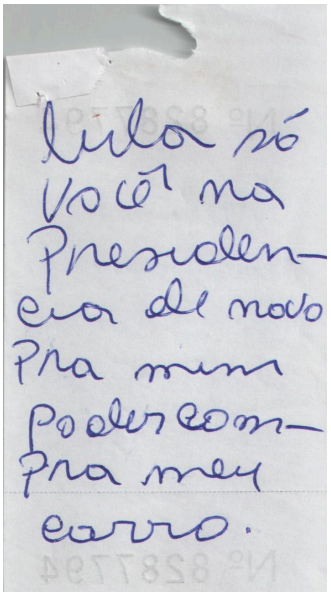
Presidente Lula,

O senhor foi um ótimo presidente para os pobres. Talvez seja por isso, por ter ajudado os pobres que está passando por essa situação
No seu lugar quem deveria estar preso era o Michel Temer.
O Brasil foi o melhor tempo quando o senhor foi presidente.
Foi quando o pobre pode comprar um carro.

Um grande abraço

As lembranças das mudanças na vida concreta dos missivistas são rememoradas por eles e narradas ao então ex-presidente Lula, tecendo uma relação do passado com aquele presente que eles se encontravam, externando suas conquistas. Nessa carta, o remetente estabeleceu uma hipótese, na qual Lula estaria preso "por ter ajudado os pobres", bem como apontou para uma possível prisão do então presidente Michel Temer, tendo em vista a conjuntura política de 2018. Dessa forma, o missivista se apresentou na discussão política do momento, trazendo pontos importantes para se pensar as mudanças na vida da população que foram beneficiadas diretamente com as políticas públicas, cujas mudanças foram sentidas em seu cotidiano; como, por exemplo, comprar um automóvel, como as duas missivas citaram em seus escritos. Sendo assim, a próxima missiva foi enviada, em formato de bilhete, tendo em vista que é um recado que a missivista escreveu em um pequeno papel. Vejamos.

Figura 2 - Carta enviada ao Ex-Presidente Lula de Baía Formosa – RN.



Carta da pasta Baía Formosa [18 de Abril de 2018]. **Fonte:** Acervo do Arquivo privado do Instituto Lula.

> Lula só
> Você na
> presidência de novo
> pra mim
> poder com-
> pra meu carro.

A missivista enviou um recado direto para o ex-presidente Lula, cujo cerne do recado é o tom de esperança, uma vez que a esperança em conseguir a aquisição de seu automóvel perpassa pela volta dele à Presidência. Para além da compra do carro, o recado dado trouxe um tom de esperança para que Luiz Inácio Lula da Silva voltasse à presidência da República, cujos feitos nos governos Lula I e Lula II se repetisse em um terceiro governo. Passados uns anos da escrita desta missiva, Lula voltou a governar o Brasil em janeiro de 2023. Daí a importância de compreendermos a história como processo (PEIXOTO, 2003).

A carta a seguir externou sua posição na campanha #LulaLivre, promovida pelo Partido dos Trabalhadores, tecendo uma discussão acerca da liberdade de Lula. Vejamos,

> 16/04/18
> Primeira mente eu quero que Lula fosse livre de sua prisão para poder se candidatar e ajudar todas as pessoas, que se não fosse ele o brasil tinha passado fome, e ele ajudou todos os Brasileiros.
> Porque para os pobres Lula não roubou e sim ajudou os pobres. E o povo pede que ele seja liberto em uma só voz.
>
> #LulaLivre

Dessa forma, a missivista se posicionou em seus escritos acerca da liberdade de Lula, tecendo discussões acerca das políticas públicas voltadas para a distribuição de renda. A carta discutiu a inocência de Lula, apontando que, para "os pobres Lula não roubou e sim ajudou os pobres". Dessa forma, a missivista defendeu o ex-presidente Lula das acusações em que ele estava respondendo. Outrossim, a missivista teceu uma relação da inocência de Lula com o grito do povo em uma só

voz #LulaLivre. Assim sendo, a carta trouxe elementos para que possamos problematizar a conjuntura política brasileira de 2018 e a construção de memórias desse período da política brasileira.

Considerações finais

O presente trabalho teve como objetivo refletir acerca das cartas, bilhetes enviados por homens e mulheres da cidade de Baía Formosa – RN para Luiz Inácio Lula da Silva enquanto ele se encontrava preso em Curitiba – PR. Assim, esses escritos teceram discussões voltadas para o cotidiano dos remetentes. Outrossim, apresentaram em seus escritos mudanças durante o período em que o ex-presidente Lula esteve no poder, bem como, as missivas se inseriram dentro da campanha #LulaLivre que aconteceu no Brasil após a prisão de Lula em 7 de abril de 2018. Dessa forma, os escritos de Baía Formosa se posicionaram em defesa da liberdade de Lula e trouxeram relatos das suas experiências de vida.

REFERÊNCIAS

CHIRIO, Maud. (Org). **Querido Lula**: cartas a um presidente na prisão. São Paulo: Boitempo, 2022.

EVARISTO, Conceição. Contracapa. In: CHIRIO, Maud. (Org). **Querido Lula:** cartas a um presidente na prisão. São Paulo: Boitempo, 2022.

FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de (Org). **Muitas Memórias:** Outras Histórias. São Paulo: Olho d'água, 2000.

GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Escrita de Si.** Escrita da História. Rio de Janeiro: FGV, 2004. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/issue/view/363. Acesso em: 23 out. 2019.

MALATIAN, Teresa. Cartas Narrador, registro e arquivo. In: LUCA, Tânia Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **O Historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2009, p.195-221.

PAGÈS, Alain. "A materialidade epistolar. O que nos dizem os manuscritos autógrafos". **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 67, ago. 2017. p.107.

PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; TOMELIN JÚNIOR, Nelson. Trabalho e Natureza: reclamatórias judiciais em Itacoatiara – AM (1973/1980). In: PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; TOMELIN JÚNIOR, (Org). **Mundos do Trabalho:** séculos XX e XXI. São Paulo: Annablume, 2020, pp. 99-133.

RIBEIRO FENELON, D. (2012). Cultura e História Social: Historiografia e Pesquisa. In: **Projeto História, Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História**, 10. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12105>. Acesso em 24 nov. 2024.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena:** Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SLAVIERO, Cleusa. **As Cartas que Lula não recebeu.** Curitiba: ComPactos, 2019.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN

ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38476

ESTRATÉGIAS DE ORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DOS TRABALHADORES AGRO-INDUSTRIAIS ASSOCIADOS À LIGA CAMPONESA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE: 1960-1964[1]

Eduarda Silva de Castro[2]

RESUMO:
O movimento das Ligas Camponesas foi um marco na História da classe trabalhadora do Brasil durante 10 anos. Em seu auge, 1960-1964, observa-se que o movimento, nascido no estado de Pernambuco com o protagonismo político e midiático do deputado Francisco Julião, cresceu para os demais estados brasileiros. Espelhado na luta dos camponeses pernambucanos, Floriano Bezerra de Araújo, deputado estadual no município de Macau/RN, organizou o movimento das Ligas Camponesas no estado do Rio Grande do Norte. Visto a presença da Igreja Católica de Eugênio Sales, e os sindicatos rurais por ele organizados, as Ligas Camponesas do Rio Grande do Norte adotaram a estratégia de luta e atuação com a Liga Urbana de Natal, capital do estado. Este trabalho é fruto da análise do cruzamento de documentos encontrados no acervo da DHnet e do Relatório Veras.
PALAVRAS -CHAVES: Ligas Camponesas; Floriano Bezerra de Araújo; Francisco Julião; Camponeses; Reforma Agrária.

STRATEGIES FOR ORGANIZATION AND MOBILIZATION OF AGRO-INDUSTRIAL WORKERS ASSOCIATED WITH THE PEASANT LEAGUE OF THE STATE OF RIO GRANDE DO NORTE: 1960-1964

ABSTRACT:
The movement of the Ligas Camponesas was a landmark in the history of the working class in Brazil for 10 years. At its peak, from 1960 to 1964, it is observed that the movement, which originated in the state of Pernambuco, with the political and media prominence of Deputy Francisco Julião, would spread to other Brazilian states. Inspired by the peasants' struggle in Pernambuco, Floriano Bezerra de Araújo, a state deputy in the municipality of Macau/RN, organized the Ligas Camponesas movement in Rio Grande do Norte. Given the presence of the Catholic Church under Eugênio Sales, and the rural unions organized by him, the

[1] Trabalho apresentado na ANPUH-RN, durante o Simpósio Temático 06 - Pesquisa em História: Memórias, trabalhadores e modos de vida - Coordenação: Me. Daniel Francisco da Silva (UFRGS).
[2] Graduanda em História-Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), sob orientação da Dra. Carmen Margarida Oliveira Alveal. Bolsista do INCT-Proprietas. Membro do Laboratório de Experimentação em História Social (LEHS).

Ligas Camponesas of Rio Grande do Norte adopted the strategy of struggle and action in conjunction with the Liga Urbana of Natal, the state capital. This work results from the analysis of documents found in the DHnet archive and the Relatório Veras.
KEYWORDS: Peasant Leagues; Floriano Bezerra de Araújo; Francisco Julião; Peasants; Land Reform.

Introdução

Em 1903, o Decreto n° 979, de 06/01/1903, sancionado pelo presidente Rodrigues Alves, facultou "*aos profissionais da agricultura e indústrias rurais, a organização de sindicatos para a defesa de seus interesses*". Porém, a autorização da sindicalização rural, por sua vez, veio somente em 1944, por meio do decreto 7.038. Contudo,

> *Essa lei deu origem à organização de dois sindicatos fundados respectivamente em 1946 e 1952. De resto, as leis que tratavam das questões dos trabalhadores rurais permaneceram até os anos 50 sem efeito, visto que, toda e qualquer tentativa de aplicá-las, esbarrava na oposição dos grandes proprietários de terra* (FÜCHTNER, 1980, *apud* FILHO, 2005).

Somente a partir do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) de 1963, o sindicalismo chegaria de forma oficial ao campo, por meio do reconhecimento legal perante o Ministério do Trabalho (ANDRADE, 1986; COLETTI, 1998, *apud* SILVA, 2007).

Dado o caráter reformista da organização dos trabalhadores rurais por meio de sindicatos, apresentado no parágrafo supracitado, o movimento das Ligas Camponesas surgiu para suprir esse ensejo desta classe. Em seus anos iniciais, as Ligas dependiam bastante do apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB), tendo como o seu líder José Aires Prazeres, que se empenhou em organizar os trabalhadores agrícolas nos arredores de Recife. Em detrimento dessa relação, quando o PCB fora posto na ilegalidade em 1947, as Ligas Camponesas foram perdendo força. Somente no ano de 1955, com a luta pela desapropriação do Engenho de Galileia, localizado em Vitória do Santo Antão, em Pernambuco, e com a entrada do deputado Francisco Julião (1962-1964), advogado dos camponeses que exigiram a desapropriação de Galileia, o movimento ganhou forças. Foi denominada

de "*Liga-Mãe*", ou também conhecida como "*Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco*" (SAPP). O simbolismo de Julião pode ser tema de outras pesquisas, uma vez que se trata de um intelectual e filho de proprietário de terras, porém, não me propus a discutir esse tema no presente trabalho.

O então governador de Pernambuco, Cid Sampaio, com o intuito de atenuar a tensão social, sancionou o projeto de lei proposto por Carlos Luís de Andrade, determinando, assim, a desapropriação do Engenho de Galileia. No entanto, a terra desapropriada não fora para domínios dos camponeses, mas, sim, a Companhia de Revenda e Colonização (CRC) que ficara responsável para fazer a redistribuição das terras . Ocorreu então, na prática, a realocação de terras bastantes afastadas, tendo como consequência a dificuldade do contato dos camponeses que faziam parte da SAPP, e que haviam lutado juntos para a desapropriação do engenho. Assim, o ato da desapropriação fora "*realizado dentro dos parâmetros constitucionais e sob estreito controle do governo, que tencionava intervir no campo, exatamente, para tentar diluir os conflitos mais agudos nas regiões de tensão social entre camponeses e proprietários rurais*" (AZEVEDO, 1982). A partir dessa realidade, e com o apoio de Julião que, obtendo o cargo de deputado no estado de Pernambuco, além de advogado, criou-se oficialmente as Ligas Camponesas.

As Ligas também tiveram, naquela época, um apoio partidário à sua luta. Apoiadas pelo PCB, que, pela tese defendida por Bernardete Aued, na sua dissertação de mestrado em sociologia rural na UFPE, em 1981, que, por sua vez, virou um livro 5 anos depois, intitulado "*A Vitória dos Vencidos: Partido Comunista e Ligas Camponesas 1955-1964*", era interessante o campesinato entrelaçado na luta operária em prol da reforma agrária radical e da revolução brasileira, que seria, portanto, uma

> *revolução democrático-burguesa como medida para eliminar a sobrevivência dos restos feudais no campo e, por consequência, o latifúndio improdutivo; a reforma agrária seria então a viabilização tática para o desenvolvimentos das forças produtivas no*

> *campo. A revolução democrática-burguesa estava, portanto, colocada como etapa necessária, como possibilidade de resolução da questão fundiária* (AUED, 1986).

Ou seja, a emancipação do camponês por meio do título de posse legítimo da terra, era fundamental no processo de revolução brasileira, e, dentro dos padrões da democracia burguesa na qual o PCB defendia na sua fase etapista. Sendo a libertação das contradições e formas de exploração do trabalho do campo.

Ligas Camponesas no Estado do Rio Grande do Norte

Utilizando-se do jornal "*A Liga*", as Ligas Camponesas conseguiram usar esse meio de comunicação como forma de divulgação do movimento das Ligas Camponesas, e, também, serviu como canal de denúncia dos trabalhadores rurais. Protagonizando o cenário nacional em defesa dos direitos dos trabalhadores rurais, e em defesa da reforma agrária, Floriano Bezerra de Araújo, deputado estadual do Rio Grande do Norte e líder sindical do Sindicato da Extração de Sal do município de Macau-RN, contactou Francisco Julião, e, por meio desse contato, Floriano viajou para Recife, passando pela Cidade do Cabo, Engenho Galileia, Sirinhaém e Zona da Mata.

Inspirado pelo o que observou no estado de Pernambuco, aos 26 dias do mês de setembro de 1963, fundou-se, na sede da Federação dos Trabalhadores da Indústria, hoje sendo o Sindicato dos Trabalhadores e Transportadores Rodoviários do Rio Grande do Norte, no bairro do Alecrim, a Liga Camponesa do estado.

No contexto potiguar, a questão majoritária que levou Floriano a organizar os camponeses na Liga fora a hegemonia da Igreja no processo de criação de sindicatos rurais. Em sua entrevista feita por Luiz Gonzaga Cortez e Roberto Monte, para o DHnet, Floriano relatou a ação da igreja de Dom Eugênio Sales, administrador apostólico da Arquidiocese de Natal (1962-1965). Em seu relato

> *eu* (Floriano)*, na qualidade de presidente do STI, Sindicato da Extração do Sal, em Macau, resolvi fundar em 1960 os dois primeiros sindicatos dos trabalhadores rurais do Estado, um no município de Assú, que recebeu o nome de Sindicato dos*

> *Trabalhadores na Indústria da Extração da Cera de Carnaúba do Vale do Assú, e outro em Afonso Bezerra com o nome de Sindicato dos Trabalhadores Rurais no Município de Afonso Bezerra, então, em seguida, a Arquidiocese aqui do Estado tomou conhecimento do fato e foi para o Rio de Janeiro, governo Jânio Quadros, e trouxe uma carta sindical, que chamo de sui generis, porque a lei não permitia tal acontecimento, abrangendo 15 municípios de uma só vez, e encampou os dois sindicatos que havia fundado.*[3]

Percebendo que a sindicalização não seria eficiente na organização dos trabalhadores, dada a influência da Igreja no campo potiguar, Floriano optou por aderir o movimento das Ligas Camponesas que surgira. A Igreja, por sua vez, temia a penetração do comunismo no meio rural, e a perda da sua influência no campo (AUXILIADORA, 2007).

No caso do Rio Grande do Norte, a Igreja possuía um trabalho de massas de destaque no cenário nacional. O SAR (Serviço de Assistência Rural), juntamente com suas juventudes a Juventude Feminina Católica (JFC), a Juventude Masculina Católica (JMC), a Juventude Agrária Católica (JAC), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Movimento de Educação de Base (MEB) e a Rádio Rural, evidenciam a pluralidade da atuação da Igreja junto aos grupos sociais do campo, exercendo, também, a agência da educação no âmbito rural.

O trabalho do SAR era tão eficiente no estado que servia de modelo para os demais estados, em especial aqueles em que as Ligas Camponesas estavam mais fortes e organizadas. A matéria "*Trabalho do SAR no RN é modelo para outros Estados*" publicado no periódico Diário de Natal em 01/05/1962, destaca os trabalhos realizados em Pernambuco de cursos de sindicalização rural sob a orientação do Monsenhor Expedito Medeiros, vigário em São Paulo do Potengi-RN; também em Fortaleza, com a assistente social Julieta Calazans, responsável pelo setor de

[3] Entrevista concedida por Floriano Bezerra no programa "Conversa no Memorial" , transmitido pela TV Assembleia-RN em 28 de agosto de 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Bzv5NJ47XY4, Acesso em: 31/09/2024.

sindicalização do Serviço de Assistência Rural e a intenção da realização do mesmo curso no estado do Piauí.

Posto isso, a presença da Igreja e os conflitos antagônicos dos interesses entre trabalhadores do campo, sejam eles na condição de arrendatário; parceiro; posseiro; minifundista ou assalariado, com os proprietários rurais, as Ligas Camponesas organizaram-se por meio da instalação de delegacias no interior do Estado. Com sua sede na capital, como consta no regimento da ata da fundação da Liga, essa que possuía sedes no interior do estado, sob divisão e distribuição organizativa, funcionando como uma espécie de comitês de bairro. Seguindo a mesma linha da Liga Camponesa do estado da Paraíba, como consta no seu Estatuto: "*As delegacias serão dirigidas por uma diretoria e pela assembleia geral, na forma dos presentes estatuto, podendo a diretoria em casos especiais, compor-se apenas de um Presidente, um Secretário e um Tesoureiro*" (LIGA CAMPONESA DO ESTADO DA PARAÍBA ESTATUTOS, art. 20, parágrafo único. *In:* Jornal A LIGA, *apud* AUED, 1986). Portanto, as delegacias instaladas no interior do estado do Rio Grande do Norte tinham um aparelho, um corpo de tomada de decisões independentes, em que atuavam por autonomia daquela diretoria eleita nos limites em que estava instaurada.

Organização da Liga Camponesa no Rio Grande do Norte

Analisando a ata de fundação das Ligas Camponesas do Rio Grande do Norte, a diretoria era composta pelo Presidente, *Floriano Bezerra de Araújo*, homem, brasileiro, casado, industriário, deputado estadual (1958-1964), líder no Sindicato de Extração do Sal em Macau; Vice-presidente *Aprígio José de Lima*, homem, brasileiro, casado, agricultor, residente no município de Mossoró; 2° Vice-presidente, *Francisco Vital da Silva*, homem, brasileiro, casado, residente no município de Canguaretama; 1° Secretário, *Alfredo Beato de Lima*, homem, brasileiro, casado, agricultor, residente no município de Canguaretama; 2° Secretária, *Maria José de Araújo*, mulher, brasileira, solteira, trabalhadora agrícola, residente no município de Mossoró; 1° Tesoureiro,

João Virgínio de Oliveira, homem, brasileiro, casado, pedreiro, residente em Natal e o 2° Tesoureiro, *Francisco das Chagas da Silva*, homem, brasileiro, casado, trabalhador agrícola, residente no município de Afonso Bezerra. Podemos perceber, portanto, as múltiplas qualidades dos agentes que compunham a diretoria, abrangendo principalmente trabalhadores do campo, mas também, trabalhadores urbanos, a exemplo do 1° Tesoureiro, *João Virgínio de Oliveira*.

A delegacia das Ligas Camponesas no município de Canguaretama merece uma atenção especial. Por meio dela, conseguimos extrair os princípios organizativos da instalação de delegacias no interior do Estado, para a possibilidade de atuação e divulgação da Liga Camponesa no Rio Grande do Norte, na tentativa de fortalecer o movimento e buscando mais associados no recorte potiguar. O famoso Relatório Veras, redigido por Carlos Moura de Morais Veras e José Domingos da Silva, indicados pelo então governador do estado do Rio Grande do Norte, Aluízio Alves (19661-1966), usado como documento do Inquérito Policial que continha os indivíduos considerados "subversivos" à atuação gestão militar, nos permite extrair nomes dos militantes camponeses que atuavam sob determinada região.

No entanto, primeiro vale salientar o contexto da produção do relatório. De acordo com Antoine Prost (1996), o documento histórico não existe antes que intervenha a curiosidade do historiador, ou seja, ele é dotado de interesses, desde sua qualificação como documento histórico, intenção da confecção e os usos e leituras que fazem a partir do documento. O Relatório Veras, por sua vez, sendo produzido após a deflagração do Golpe Empresarial-militar de 1964, e da cassação e prisão dos "subversivos", é construído por um linguajar intencional. Seu caráter, portanto, era de transformar e julgar os militantes em agentes golpistas, e os golpistas em herois nacionais. Afirmo isso pois, o Relatório Veras foi produzido por agentes repressores da Ditadura, no entanto, a leitura feita do documento, e a escolha de sua utilização como fonte do presente trabalho, consta como uma análise de "defesa" do acusado,

como fontes de dados que nos permitem reescrever a história das lutas populares do Estado do Rio Grande do Norte.

Apresentada a justificativa e a abordagem tomada na leitura e utilização do Relatório Veras, foi possível extrair do documento as seguintes ligações. *Francisco Vital da Silva*, conhecido também pelo apelido "*Chico Porém*", vereador da Câmara Municipal de Canguaretama[4] e ex-presidente da delegacia da Liga Camponesa no município de Canguaretama (RELATÓRIO VERAS, p. 7), que também atuava como 2° Vice-presidente da Liga Camponesa fundada na capital; *Alfredo Ferreira Beato de Lima*, organizava a delegacia de Canguaretama (Ibid, p. 6), ele também atuava como 1° Secretário da Liga em Natal; *Pedro Simão Pereira*, conhecido como "*Pedro Cheque*", elemento de ligação entre Floriano Bezerra de Araújo e Francisco Julião, instalava as delegacias no interior do Rio Grande do Norte, homem de confiança de Floriano Bezerra, era o elemento encarregado da compra de armas para as delegacias das Ligas Camponesas (Ibid, p. 13); *João Batista*, organizador das delegacias das Ligas Camponesas no interior do Estado, no município de Canguaretama, elemento de ligação entre Floriano Bezerra e agitadores do município (Ibid, p. 13).

Em suma, visualizamos que, a partir do estudo de caso do município de Canguaretama, pode-se extrair informações perante a organização da Liga no Rio Grande do Norte. Durante a pesquisa, e dado o tempo que obtive em realizá-la, infelizmente não consegui identificar evidência de instalações de delegacias da Liga em nenhum outro município do estado. Com a perseguição aos movimentos sociais durante a ditadura militar, acredito que muita informação e documentação sobre organização de trabalhadores associados à Liga Camponesa deva ter sido perdida,

[4] Informação retirada pela reportagem intitulada "Desvendada no inquérito a ação comunista, em Penha" publicada no jornal Diário de Natal, publicado em 02/05/1964. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_01&Pesq=%22Ligas%20Camponesas%22&pagfis=15344, Acesso em: 13/09/024.

ou até mesmo destruída pelos próprios associados, na esperança de não haver provas de "subversão" que poderiam ser usadas contra eles.

Todavia, o caráter independente das delegacias, com um corpo diretor próprio, e a área reduzida de atuação dos camponeses, nesse caso em nível municipal e não estadual, permite-lhes uma melhor compreensão das necessidades únicas de cada camponês e casos pessoais, conferindo-lhes uma força de resistência maior e mais eficiente, dado a proximidade do conflito direto entre o trabalhador rural, o proprietário de terras e o movimento das Ligas. Nesse sentido, adotar a estratégia de várias áreas administrativas de pequenos territórios garantiria um maior poder de barganha.

A Liga Urbana de Natal

Outrossim, é curioso a escolha de Natal como sede da Liga, dado que, o movimento das Ligas Camponesas tinha o enfoque nos trabalhadores da zona rural do país. A Reforma Agrária Radical, com o *slogan* "*Reforma Agrária Radical na Lei ou na Marra*", e, fomentado pelos instrumentos de divulgação como o periódico "*A Liga*", proposta por Francisco Julião justificava tal tomada de decisão.

> *Os estudantes querem a Reforma Agrária, pois só assim o ensino será gratuito para todos. E a dona de casa que não sabe o que fazer para alimentar, vestir e botar o filho na escola. E os professores, porque são explorados como os camponeses. E os médicos e enfermeiros porque estão com os hospitais entupidos de camponeses com a pele pegada no osso por causa da fome que é a mãe de quase todas as doenças. (...) A grande maioria da nação quer a Reforma Agrária. Porque a Reforma Agrária é a salvação do Brasil. É a libertação do camponês. E o sertanejo sem deixar nunca mais a sua terra. É a morte do latifúndio. É o fim do coronelismo. Do eleitor de cabresto. Do pau-de-arara. Do atraso. Da fome. E da miséria.* (ABC DO CAMPONÊS, *apud* AUED, 1986).

Nesse sentido, as Ligas Camponesas do Brasil, já presumiam que a Reforma Agrária Radical, movimento liderado por Julião, não era delimitado apenas para a população rural. A Reforma Agrária Radical era a aliança da Reforma Agrária Rural com a Reforma Urbana. Uma pluralidade de atuação e unidade de ação dos

trabalhadores associados à Liga, ou seja, um interesse comum no seio da classe trabalhadora brasileira[5].

A sede da Liga Camponesa na cidade de Natal, no que lhe concerne, servia de uma sede estratégica. Não somente por estar localizada próxima aos trabalhadores urbanos, mas também, por encontrar-se na dinâmica da capital do estado, o qual funcionaria como uma rede de apoio frente ao campo dominado pela Igreja e pelos proprietários rurais.

A ata da fundação da Liga Camponesa finaliza com a assinatura do seu redator, Mery Medeiros, estudante, residente em Natal. Ativo na instalação de delegacias das Ligas Camponesas no estado, agente de propaganda do jornal "A Liga", orador oficial das ligas, que inclusive, dado esse cargo, representava e discursava em sindicatos e em outras entidades classistas (RELATÓRIO VERAS, p. 13). Seu nome também consta como relator na ata de fundação da Liga Urbana do estado do Rio Grande do Norte, e, também, como membro da Liga Urbana de Natal.

A figura de Mery Medeiros é única na análise documental. Se, A Liga Camponesa abrangia trabalhadores rurais, a Liga Urbana de Natal contemplava trabalhadores que estão inseridos no núcleo urbano. No entanto, Mery Medeiros era um estudante secundarista da juventude do PCB que compunha o movimento das Ligas Camponesas. A presença de Mery Medeiros nos permite afirmar sobre a atuação em conjunto, tanto da Liga Urbana de Natal, quanto da Liga Camponesa, uma vez que, como 2° secretário[6] da Liga Urbana de Natal, também trabalhava e ajudava a fundar os sindicatos rurais e todo o movimento de organização social. E

[5] JULIÃO, Francisco. **ABC do Camponês**: A Questão Agrária no Brasil: História e natureza das ligas camponesas, 1954-1964.
[6] FUNDAÇÃO DA LIGA URBANA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Centro de Direitos Humanos e Memória Popular, **DHnet**, Natal - RN, Disponível em:https://www.dhnet.org.br/mery/documentos/liga_urbana_ata.htm, Acesso em: 23 de Julho de 2024.

terminou em setembro de 1963 ajudando na criação das Ligas Camponesas no Rio Grande do Norte[7].

Em uma entrevista concedida a Roberto Monte para o pós TV DHnet, contida na pasta "Acervo Militantes", Mery Medeiros relata que "*as Ligas Urbanas eram a organização dos desempregados, dos trabalhadores urbanos dentro dos centros das capitais, e as Ligas Camponesas vinham do interior, encontrando com os mesmos, digamos, com os mesmos interesses da organização social*" [8]. Nessa mesma entrevista Mery comenta que a fundação, tanto da Liga Camponesa, quanto da Liga Urbana, foram realizadas no mesmo dia, em setembro de 1963, apesar da ata de fundação da Liga Urbana constar a fundação em 18 de janeiro de 1964.

As Ligas Urbanas atuavam como o movimento de defesa de interesses voltados às demandas da classe trabalhadora no meio urbano. O documento da fundação da Liga Urbana traz outra informação curiosa, a atuação conjunta dos camponeses na proposta da ementa da Liga,

> *Os camponeses presentes receberam em plenário duas emendas ao projeto em causa, a primeira do camponês Antônio Félix, que pedia a extensão de criação de hospitais e* [página cortada] *médicos, às populações pobres dos subúrbios, e do interior do Estado. A segunda de Doutor Geraldo Pereira de Paula, que acrescentasse no art. 11* [página cortada]*, primeiro dando aos alfabetos direito de voto com impressão digital e testemunhas visuais, depois de discutidas as duas emendas, foram aprovadas unanimemente o presente dos trabalhos* (ATA DE FUNDAÇÃO DA LIGA URBANA DE NATAL, 1964).

O corpo dirigente da Liga Urbana de Natal foi composto pelo seu presidente *Antônio Paulino*, homem, brasileiro, casado, funcionário público, residente em Natal

[7] PRANTO, Aliny Dayany Pereira de Medeiros. **Sonhos interrompidos, perseguição política e uma vida reinventada**: o golpe de 1964 e seus desdobramentos na vida do militante político Mery Medeiros da Silva. História Oral, [S. l.], v. 27, n. 01, p. 10–27, 2024. DOI: 10.51880/ho.v27i01.1434. Disponível em: https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/1434. Acesso em: 4 set. 2024.

[8] PÓS TV DHNET. **Mery Medeiros 02**: Memórias das Lutas Populares, Acervos Militantes. YouTube, 15 de fev. de 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=x4Ud77UYJiE&t=1s. Acesso em: 29/09/2024.

(Ibid, 1964); o vice-presidente *Egídio Melo*, homem, brasileiro, casado, trabalhador industrial, residente em Natal (Ibid, 1964); Secretário Geral *Salomão Santos de Morais*, homem, brasileiro, casado, industriário, residente em Natal (Ibid, 1964); 2° secretário *Mery Medeiros*, homem, brasileiro, solteiro, estudante, residente em Natal (Ibid, 1964) e o tesoureiro *João Soares*, homem, brasileiro, viúvo, metalúrgico, residente em Natal (Ibid, 1964). Percebe-se que, a Liga de Natal abrangia uma diversidade de trabalhadores urbanos, desde funcionários públicos, trabalhadores da indústria, metalúrgico e até mesmo membros do movimento estudantil, a exemplo do Mery Medeiros.

No Relatório Veras, três nomes destacam-se na análise da atuação em conjunto da Liga Urbana de Natal, com a Liga Camponesa do Rio Grande do Norte. *Pedro Simão* ("*Pedro Cheque*"), apresenta-se como elemento de ligação entre Floriano Bezerra de Araújo e Francisco Julião. Instalava delegacias das Ligas Camponesas no interior do RN. Homem de confiança de Floriano. Era encarregado da compra de armas para as delegacias das Ligas Camponesa (RELATÓRIO VERAS, p.13, 1964). *Antônio Paulino da Costa*, viajava com Floriano para o interior, dentre eles Canguaretama, Baía Formosa e Vila de Santo Antônio (Ibid, 1964). *João Soares Filho,*

> *encarregado do serviço de propaganda do candidato Luiz Maranhão Filho. Contribuía em dinheiro para as finanças do PC. Reunia-se com Floriano no apartamento do mesmo. Possuía um grande arsenal de armas em sua residência, bem como materiais subversivos como Estatutos do PCB, Estatuto da Liga Urbana, cursos básicos do PCB, etc.* (Ibid, 1964).

Diante do exposto, observa-se que, os trabalhadores associados as Ligas, camponesas e urbanas, formavam uma união de forças em prol da mobilização de trabalhadores para a reivindicações de direito, a exemplo do fim do cambão[9]; direito à sindicalização; fim da violência do campo por parte do proprietário de terra; combate à fome; redução da jornada de trabalho; melhorias na qualidade de vida

[9] Dia de trabalho não remunerado.

como a criação de hospitais e escolas, como consta na ata da fundação das Ligas Camponesas do Rio Grande do Norte e Liga Urbana de Natal, respectivamente.

Conclusão

Por fim, notamos que a perspectiva organizativa e a propaganda dos associados às Ligas Camponesas ocorreram por meio da instalação de delegacias no interior do Estado, que possuíam forte agência no limite municipal, permitindo, assim, uma atuação de defesa mais eficiente e rápida à comunidade camponesa residente no município contemplado pela delegacia. Além disso, a fundação da Liga Urbana com membros da classe operária-urbana, atrelada ao movimento das Ligas Camponesas, formou uma frente única trabalhista e um somatório de forças atuantes, tanto na divulgação do movimento no cotidiano dos trabalhadores urbanos e rurais, quanto também na luta da defesa desses trabalhadores frente à opressão dos proprietários de terra/empresários. Ademais, servia como uma força de movimento popular que buscava reivindicação de direitos e de melhorias na qualidade de vida, a exemplo da criação de hospitais e direito ao voto para analfabetos, vista na ata de fundação da Liga Urbana, e a sua principal luta, o direito à sindicalização rural e a implementação da Reforma Agrária no Brasil.

REFERÊNCIAS

Fontes

ATA DA ASSEMBLEIA DE FUNDAÇÃO DA LIGA CAMPONESA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Centro de Direitos Humanos e Memória Popular, **DHnet**, Natal - RN, Disponível em: Mery Medeiros da Silva ABC dos Repressores Ditadura Militar de 1964 no Rio Grande do Norte DHnet - Direitos Humanos na Internet, Acesso em: 6 de Julho de 2024.

CARVALHO, Rafael de; JULIÃO, Francisco. **Carta de alforria do camponês**. 1962.

FLORIANO BEZERRA. **TVU-RN**: Memória Viva com Floriano Bezerra de Araújo. YouTube, 28 de jan. de 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Bzv5NJ47XY4, Acesso em: 31/09/2024.

FLORIANO BEZERRA. **Floriano Bezerra de Araújo e as Ligas Camponesas do RN**. YouTube, 22 de jan. de 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6nYVSJ-Y3g8&t=4s. Acesso em: 30/09/2024.

FUNDAÇÃO DA LIGA URBANA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Centro de Direitos Humanos e Memória Popular, **DHnet**, Natal - RN, Disponível em:https://www.dhnet.org.br/mery/documentos/liga_urbana_ata.htm, Acesso em: 23 de Julho de 2024.

JULIÃO, Francisco. **QUE SÃO AS LIGAS CAMPONESAS?**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

JULIÃO, Francisco. **Cartilha do Camponês**: Ligas Camponesas do Brasil, Recife, set. 1960.

JULIÃO, Francisco. **ABC do Camponês**: A Questão Agrária no Brasil: História e natureza das ligas camponesas, 1954-1964.

JULIÃO, Francisco. **Cambão**: a face oculta do Brasil. Bagaço, 2009.

MORAIS, Carlos Moura de Moraes; SILVA, José Domingos da. **Subversão no RN**: Relatório Veras, Natal, 2 de set.de 1964.

PÓS TV DHNET. **Floriano Bezerra de Araújo 03**: Memórias das Lutas Populares, Séries Acervos Militantes. YouTube, 26 de mar. de 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=CRZ1xsthzeU. Acesso em: 24/09/2024.

PÓS TV DHNET. **Mery Medeiros 02**: Memórias das Lutas Populares, Acervos Militantes. YouTube, 15 de fev. de 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=x4Ud77UYJiE&t=1s. Acesso em: 29/09/2024.

TRABALHO DO SAR NO RN É MODELO PARA OUTROS ESTADOS. **Diário de Natal**, Rio Grande do Norte, 01/05/1962, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_01&Pesq=%22Ligas%20Camponesas%22&pagfis=11449, Acesso em: 7/08/2024.

VERAS, Carlos Moura de Morais; SILVA, Domingos de. **Relatório Veras**. Inquérito Policial. Natal, 1964.

Bibliografia

ALVES, Janicleide Martins de Morais. **Memorial das Ligas Camponesas**: preservação de memória e promoção dos direitos humanos. Orientadora: Lúcia de Fátimas Guerra Ferreira. 2014. 189 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

AUED, Bernardete Wrublevski. **A Vitória dos Vencidos**: Partido Comunista do Brasil e Ligas Camponesas 1955-1964. Florianópolis : Ed. da UFSC, 1986.

AZEVEDO, Fernando. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BASTOS. Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.

CAVALCANTE, Maurina Holanda. **Disputa de poder Ligas camponesas x Igreja Católica**. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

FILHO, Ruy Alkimim Rocha. **O parto dos caminhos**: Formação dos Sindicatos Rurais no Rio Grande do Norte (1960-1964). Orientador: José Antônio Spinelli Lindoso. 2005. 162 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

MINEIRO, Fernando; CAVALCANTI, Mário Ivo; ACIPRESTE, Djamiro; PINTO, José; França, Erivan; REVOREDO, Francisco. **50 anos da cassação dos mandatos de Floriano Bezerra, Luiz Maranhão e Cesário Clementino:** Agora que é abril, e o mar se ausenta, 50 anos do Golpe Militar de 1964. PT Mineiro, Natal, 2014.

OLIVEIRA, Nathália Rebouças de. **Educação Radiofônica**: a experiência do MEB em Mossoró. Orientador: Francisco Giovanni Fernandes Rodrigues. 2009; Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em comunicação social) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, 2009.

PRANTO, Aliny Dayany Pereira de Medeiros. **Sonhos interrompidos, perseguição política e uma vida reinventada**: o golpe de 1964 e seus desdobramentos na vida do militante político Mery Medeiros da Silva. História Oral, [S. l.], v. 27, n. 01, p. 10–27, 2024. DOI: 10.51880/ho.v27i01.1434. Disponível em:

https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/1434. Acesso em: 4 set. 2024.

SILVA, Maria Auxiliadora Oliveira da. **Evangelizar e politizar**: o sentido da atuação da Igreja Católica com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais no Seridó potiguar (1964-1979). Orientador: José Antonio Spinelli Lindoso. 2007. 136 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

SOUSA. Ramsés Eduardo Pinheiro de Morais. **"De pé no chão também se aprende a ler"**: O jornal A Liga e a construção da reforma agrária radical no Brasil (1962-1964). Recife: ANPUH, 2019.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN

ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

CARACTERÍSTICAS DE UM NOVO TEMPO:
o jornal como estratégia de articulação estudantil

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38548

Lucas Felipe Carlos do Nascimento[1]

RESUMO:
O presente trabalho busca analisar o jornal estudantil secundarista *Novo Tempo,* produzido entre 1981 e 1984 por estudantes da Escola Estadual Professor Abel Freire Coelho na cidade de Mossoró/RN. A presente pesquisa, ainda em andamento, objetiva analisar o jornal *Novo Tempo* como um espaço de resistência e denúncia. Em específico, como os jornais são um dos principais meios de comunicação e circulação de informações, objetiva-se entender quais os principais assuntos abordados e como se constituía em um meio de comunicação estudantil inserido na cidade de Mossoró. Para tanto, utilizaremos das reflexões de Luca (2006) para problematizar a fonte, entendendo-a como um periódico com um lugar social específico e com uma função social bastante característica.
PALAVRAS-CHAVE: Periódicos; Movimentos Secundaristas; Transição democrática.

CHARACTERISTICS OF A NEW TIME: the newspaper as a strategy for student articulation

ABSTRACT:
The present work seeks to analyze the high school student newspaper Novo Tempo, produced between 1981 and 1984 by students at Escola Estadual Professor Abel Freire Coelho in the city of Mossoró/RN. This research, still in progress, aims to analyze the newspaper Novo Tempo as a space for resistance and denunciation. Specifically, since newspapers are one of the main means of communication and circulation of information, the aim is to understand the main subjects covered and how it constituted a means of student communication inserted in the city of Mossoró. To this end, we will use Luca's reflections (2006) to problematize the source, understanding it as a periodical with a specific social place and with a very characteristic social function
KEYWORDS: Periodicals; Secondary School Movements; Democratic Transition.

[1]Estudante do curso de graduação em Licenciatura em História na Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: felipenascimento@alu.uern.br.

Introdução

O movimento estudantil (ME) foi uma importante frente de resistência à ditadura civil-militar instaurada pelo golpe de 1964. Mesmo duramente reprimido, o ME conseguiu denunciar as atrocidades cometidas pela ditadura. Longe de ser homogêneo, contudo, o movimento estudantil era extremamente diverso e dividia-se, como até hoje, em dois grandes grupos: os estudantes do ensino superior, a que chamaremos de universitários, ainda que essa parcela do movimento estudantil não se resuma às universidades; e os estudantes secundaristas, que são os matriculados nos cursos de 1º e 2º graus.

O ensino secundário em si, segundo Gonçalves, Guilherme e Henriques (2020), é

> um termo consagrado na legislação educacional brasileira que, historicamente, compreendeu os níveis ginasial e colegial, abrangendo jovens de idade entre 11 e 17 anos. Com a outorga da Lei Federal n. 5692/1971, o governo civil-militar, alterou tal nomenclatura, impondo uma organização que passou a contemplar o primeiro e o segundo graus. Atualmente, e a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), tais segmentos de ensino passaram a ser denominados Fundamental II e Médio.

Em termos bibliográficos, a atuação do movimento estudantil foi estudado contemplando em maior grau a geração de 1968 do movimento estudantil universitário em detrimento da que viveu a transição democrática na década de 1980, como nos mostra Lacerda (2013, p. 27):

> Mesmo as pesquisas produzidas como sínteses da atuação estudantil durante a Ditadura não são capazes de romper com essa memória que se forma também influenciada pela produção bibliográfica, pois o foco de análise, mesmo na reconstrução narrativa, recai sobre o 1968 em detrimento dos anos 1970 e 1980, estes que passam a segundo plano e na sequência se tornam subestimados pelas produções que classificam este tempo como uma desmobilização estudantil e analisam negativamente a influência dos partidos políticos que surgem pós 1979 no interior do movimento.

Tendo isso em vista, esta pesquisa trata do movimento estudantil secundarista no início da década de 1980, durante a transição democrática, utilizando como fonte o jornal estudantil *Novo Tempo*.

O recorte estudado abrange o processo de transição democrática, que não foi nem de longe simples de se realizar. Longe de ser uma mera concessão do regime, o projeto da tão sonhada "transição lenta e gradual" foi conturbado pela ação da oposição.

Conforme Schwarcz e Starling (2015), Ernesto Geisel e o general Golbery do Couto e Silva, com seu projeto de abertura controlada, pretendiam "manter a oposição longe do Executivo, de modo a garantir que a alternância de poder se realizasse de maneira tutelada, restrita aos círculos civis aliados e sem riscos institucionais." (p. 468).

Há que se dizer, como coloca Lacerda (2019), que a transição democrática foi pactuada, permitindo menor margem de ação em razão das forças ditatoriais ainda se encontrarem em vigor. Contudo, trata-se de uma relação entre projeto e processo em que o projeto dos militares para a transição sofreu ação da oposição, alargando os limites definidos por eles (p. 95).

Na verdade, a década de 1980 foi bastante conturbada, chegando ao ponto de ser chamada por alguns de "década perdida". De fato, segundo Rostoldo (2003), economicamente, essa década se caracterizou pelo aumento da dívida externa, da inflação e ainda por crises financeiras. Já em 1979, com o segundo choque do petróleo, a crise financeira começou a aparecer, atingindo seu ápice em 1982 com a moratória mexicana.

Esse choque mostrou a vulnerabilidade econômica do país a oscilações externas. A partir daí, os países com processos de endividamento externo foram fortemente atingidos, o que gerou desemprego e quedas reais do salário. Mais do que isso, provocou nos países ditos "emergentes" uma enorme frustração:

acreditavam que estavam próximos do patamar de "desenvolvimento", mas voltaram ao "subdesenvolvimento".

Contudo, a primeira metade dos anos 1980 não foi somente de perdição. Nessa década também houve, segundo Rostoldo, grande efervescência cultural e política. A produção cultural, por exemplo, passou à cultura de massas, modificando o mercado da cultura sensivelmente, sem assumir um estilo único, impondo outra fisionomia à cultura brasileira.

Mais do que apenas pelo aspecto econômico, a década de 1980 teve outras facetas de grande importância. No início da década, os movimentos sociais ganharam nova roupagem e se expandiram. Além disso, tinham *status* de sujeito capaz de provocar a ruptura da estrutura capitalista em prol de autonomia e direitos. Os movimentos sociais ainda abriram novos canais de diálogo entre o Estado e a Sociedade, conferindo mais legitimidade e eficácia às suas demandas (Rostoldo, 2003).

O *Novo Tempo*

Quando se trata de trabalhar com periódicos como jornais, é preciso atentar-se para alguns fatores. Utilizar a imprensa como fonte histórica passa por compreendê-la como parte da realidade em que se insere, não apenas um artefato cujas afirmações se supõem como a verdade e o fato, mas antes a visão do grupo ou da pessoa que comanda o jornal, quando não também do próprio jornalista.

Nesse sentido, trabalhar com imprensa é isso, é entender o jornal no seu lugar social, marcado por características sociais e políticas conforme nos ensina Luca (2006), que também atenta para a importância da materialidade dos periódicos como elemento constitutivo de si e, portanto, de enorme importância para o entendimento do periódico enquanto fonte. Assim, informações como o número de tiragem dos exemplares, o tamanho da página e o tipo do papel não só fazem parte

do jornal enquanto artefato como também podem esclarecer alguns de seus aspectos.

Mais do que isso, trabalhar com o jornal, neste caso, o *Novo Tempo*, também implica analisar a diagramação do jornal, a forma como o conteúdo dos artigos e as matérias são distribuídas na página, bem como a ordem em que são apresentados –se são em seções, cadernos extras etc.

Cruz e Peixoto (2007) nos oferecem mais aspectos que podem ser utilizados para entender o jornal, como as capas e as primeiras páginas, as partes e cadernos, a iconografia – charges, ilustrações, gráficos, desenhos, anúncios e publicidade, dentre outros (p. 266). A análise desses elementos ajuda a perceber o movimento ativo do jornal.

O *Novo Tempo* foi um jornal produzido por estudantes secundaristas entre 1981 e 1984 na Escola Estadual Professor Abel Freire Coelho (EEPAFC), situada na cidade de Mossoró/RN. Datilografado em folha A4 nas oficinas gráficas do colégio, esse periódico contou com dezessete edições, que foram digitalizadas e cedidas por um de seus editories, Francisco Bento das Chagas Guerra.

Com exemplares variando de 200 a 500 tiragens, o *Novo Tempo* era lido por estudantes de outras escolas, além de ter relação com a Casa do Estudante de Mossoró. Na tabela abaixo segue a distribuição das dezessete edições:

Tabela 1 - Tabela de distribuição das edições do Novo Tempo

Edição	Mês/Ano de referência	Ano do jornal
1ª	Maio/1981	Ano I
2ª	Junho/1981	
3ª	Impreciso/1981	
4ª	Novembro/1981	
5ª	Novembro/Dezembro/1981	
6ª	Março/1982	
7ª	Maio/1982	Ano II

8ª	Agosto/Setembro/1982	
9ª	Agosto/Setembro/1982	
10ª	Outubro/1982	
11ª	Fevereiro/Março/1983	
12ª	Abril/Maio/1983	Ano III
13ª	Edição de Aniversário	
14ª	Julho/Agosto/1983	
15ª	Setembro/1983	
16ª	Novembro/Dezembro/1983	
17ª	Março/abril/1983	

Segundo o primeiro editorial, a equipe gostaria de marcar, com o jornal, um início de uma série de coisas boas:

> Bom amigos, este é o nosso primeiro jornal. Devemos salientar também, que é o primeiro do nosso colégio.
>
> Este pequeno informativo, que será mensalmente circulado com a ajuda do todos, é composto de alunos do Abel Coelho, que voluntariamente o faz. Esta equipe espera que este chegue a todos com bom grado e boa aceitação.
>
> NOVO TEMPO, quer levar até vocês coisas atuais, que interessa a todos. Desde um assunto da nossa própria escola, até outros de maior repercussão.
>
> Este exemplar quer marcar um início, sendo por tanto, apenas o começo de uma série de acontecimentos bons que esperamos que aconteça no nosso colégio, principalmente coisas que partam de nós estudantes. Daí a grande importância de sua colaboração. E para que este não fracasse, é preciso de sua ajuda; da ajuda de todos os estudantes que se interessam pela boa instrução de seu colégio, e sua também! S. F. (NOVO TEMPO, 1981, ano 1, nº 1, p. 2).

Esse jornal era um espaço que os estudantes utilizavam para tecer críticas e reivindicações acerca da sua realidade. Vários assuntos eram abordados, desde a questão estrutural da escola à abolição da escravatura em Mossoró em 1883.

Mais à frente, numa matéria intitulada "Ao jornal Novo Tempo", na edição de aniversário lançada em 1983, a ideia para a criação do jornal partiu da 2ª ano de Construção Civil. Formariam a primeira equipe de redação do 1º número os estudantes Sílvio Filgueira, Wilkie Marcos, José Wandilson, Martinho Lúcio, Franci, Elza Brito, prof. Lacerda. As gráficas utilizadas foram as cedidas pela diretoria da

escola. As professoras Maria José Falcão e Maria Luíza Pinheiro Néo e o professor Antonio Capistrano colaboraram bastante. (NOVO TEMPO, 1983, ano 3, nº 13, p. 6).

No ano seguinte, a responsabilidade passou para o grupo Pró-aluno através dos estudantes Giuzélio Lobato, Edilberto Rêgo, Leodécio Araújo, João José Lopes Carvalho e Mendes, Chico Chagas com as artes e Francisco Bento Guerra, editor do jornal entre 1982 e 1984, até sua última edição

Uma queixa constante era quanto às condições físicas e materiais das escolas. Da falta de refrigeração dos bebedouros (NOVO TEMPO, 1981, ano 1, nº 4, p. 11), cuja água era demasiada quente, à ausência de estacionamento para bicicletas (NOVO TEMPO, 1982, ano 2, nº 8, p. 7), os problemas estruturais eram gritantes, ainda que a escola fosse recém-fundada.

Alguns dos maiores desafios enfrentados pelo movimento estudantil secundarista foram os de natureza estrutural. De falta de refrigeração dos bebedouros (NOVO TEMPO, 1981, ano 1, nº 4, p. 11), cuja água era demasiada quente, à ausência de estacionamento para bicicletas (NOVO TEMPO, 1982, ano 2, nº 8, p. 7), muitos eram os problemas estruturais que assolavam os estudantes da EEPAFC, mas, das escolas estaduais, tais problemas não eram exclusividade desta escola.

Estudantes do Centro de Educação Integrada Professor Eliseu Viana (CEIPEV), escola também da rede estadual, apresentou uma reportagem (NOVO TEMPO, 1981, ano 1, nº 2, p. 6) em que são descritos diversos problemas são descritos, como os banheiros, portas e carteiras quebradas por estudantes que não viam o colégio como deles. O laboratório da escola, ainda que existente, quase não funcionava propriamente devido à ausência de material. Ainda havia a falta de água para beber, que era disponibilizada em seis filtros em péssimas condições. Em algumas salas de aula faltavam as madeiras circundantes dos quadros, além de que na

maioria das salas não contava com ventiladores, tornando-as quentes. As charges a seguir representa também o estilo gráfico do jornal.

Para contornar os problemas orçamentários, além de parte do dinheiro advindo das matrículas, as escolas promoviam festas para arrecadar fundos para sustentação. Isso a reportagem critica duramente, preocupada com a transformação das escolas em boates de tanta festa que fazem, ainda que para o fim de arrecadar dinheiro para seu funcionamento.

Além de problemas estruturais, no CEIPEV também ocorreu a expulsão de um professor por parte da diretora. Os estudantes protestaram escrevendo nas paredes "Fora Diretora. Queremos Eudes de volta".

Na EEPAFC a situação era semelhante em termos estruturais. Em 1981, em sua quarta edição, com 500 exemplares de tiragem, uma matéria denominada "Água", criticou em tom ácido e irônico a temperatura dos bebedouros:

> "Ter ou não ter? Essa é a grande confusão. Todos sabem que temos vários bebedouros a nossa desposição. Mas para que serve os mesmos? Para acumular água quente? Se quisermos cozer ovos e peixe não teremos nem uma dificuldade. Se você nunca teve dor de garganta eu lhe digo como fazer para ter, basta beber água em nossos bebedouros, água natural como Deus criou?
>
> Fica aqui a pergunta: E a refrigaração de nossos bevedouros senhor governador? Quando é que teremos? Será que só em 82? É, pois, nesse ano o senhor irá precisar de nós para fazer governador do seu canidato. Pessoal, vamos esperar, certo? Sentados, pois em pé poderemos cansar." (NOVO TEMPO, nov. 1981, ano 1, nº 4, p. 9)

Já a dezembro, na quinta edição, que também contou com 500 exemplares de tiragem, o governador parece ter atendido a essa reivindicação:

> "Abrimos os braços para o governador que por bênção de Deus, nos enviou o sistema de refrigeração para os nossos bebedouros.
>
> Os alunos do Abel Coelho também já não suportavam mais essa água escaldada que tínhamos. Por isso, todos nós agradecemos ao governador e rogamos a Deus para que do mesmo modo como o governador nos atendeu com a refrigeração dos nossos bobodouros, ele também nos

> mande os ventiladore. Pelo menos um para cada sala do aula. Não esquecendo também da nossa quadra que tanto esperamos um dia termos. Seria um benefício na área esportiva, para que não aconteça como por exemplo, o fracasso que foi o nosso campeonato de futebol interclasse que não conseguiu seus objetivos. Única o exclusivamente por falta da nossa quadra de futebol. Pois jogam numa área sem condições, como a nossa. Não é nada gratificante.
>
> Olha pessoal, não vamos nos deixar se enganar com um simples grão. Pois a galinha só enche o papo com diversos grãos de milho. Isso, mesmo.
>
> Giuzelio Lobato". (NOVO TEMPO, dez. 1981, ano 1, nº 5, p. 11)

Podemos notar nessa matéria que, além de as reclamações terem surtido efeito, havia a consciência de que não se tratava de um favor nem era o suficiente. Em outro momento, a demanda pelos ventiladores, já na edição de número 12, em 1983, Giuzélio Lobato relata em sua seção "Informando" que, por meio do Premem (Programa de Expansão e Melhoramento do Ensino), 39 ventiladores de pé foram entregues à escola. Contudo, o ideal seriam ventiladores de teto.

O ensino profissionalizante

Outro desafio pelo qual passaram foi a qualidade do ensino profissionalizante universal, uma proposta da Lei de Diretrizes e Bases para o ensino em primeiro e segundo graus, a lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971. Segundo esse dispositivo legal, o ensino básico seria reorganizado e o segundo grau passaria a ser universalmente profissionalizante (Cunha, 2014, p. 914).

O autor explica mais detalhadamente o acontecimento: houve a fusão dos ramos do 2º ciclo do ensino médio, fundindo os ensinos secundário, normal, técnico industrial, técnico comercial e agrotécnico. Segundo o autor, o ensino profissionalizante universal foi um dos grandes fracassos – se não o maior – educacionais da ditadura. A partir de então, passaram a ofertar somente cursos denominados "profissionalizantes". Tais cursos tinham como objetivo formar

técnicos e auxiliares técnicos ao passo que cursos exclusivamente propedêuticos deixariam de existir (p. 914-915).

É importante ressaltar que, ainda segundo o autor, a profissionalização universal e compulsória não era defendida nem dentro nem fora do MEC, como também nenhum país do mundo a pôs em prática e os organismos internacionais sequer propunham algo parecido. Nem a própria *United States Agency for International Development* (USAID), preconizadora dos modelos estadunidenses de educação, recomendava tal alteração no ensino, visto que nos EUA não havia nada parecido.

Essa concepção de profissionalização só prevaleceu porque o Ministério da Educação (MEC) utilizou-se de meios autoritários para impor tal alteração, como a supressão de uma conferência de educação. Segundo Cunha (2014, p. 918),

> Tanto o Documento inicial desse seminário quanto as recomendações da IV Conferência convergiam na condenação à especialização precoce na formação profissional (por razões econômicas e sociais), no reconhecimento positivo da função propedêutica do ensino médio, na necessidade de se atualizar o conceito de educação geral centrada na ciência e na tecnologia, assim como na proclamação da desejabilidade da formação profissional mediante associação de escola e trabalho.

Os estudantes, por sua vez, não ficaram satisfeitos com essa realidade e muitas foram as reclamações da falta de estrutura e materiais. Mais que isso, os estudantes secundaristas tinham a noção de que a aplicação da lei 5692/71 também teve impactos sociais.

O estudante Gonzaga, do 1º ano A noturno em 1981, em matéria no *Novo Tempo*, que o "ensino atual não está alcançando coisa alguma e nenhum objetivo legal". Queixa-se ainda de que chegar "[…] ao vestibular sem a tranquilidade de antigamente" (NOVO TEMPO, 1981, ano 1, nº 3, p. 5). Na edição seguinte, a de nº 4 de novembro de 1981, o jornal reclama da falta de materiais para a realização de aulas práticas e critica a atitude do governador do estado, à época Lavoisier Maia do PDS, em relação à educação.

Durante uma parte da existência do jornal, o grupo responsável pelo *Novo Tempo* também fez parte do Centro Cívico José de Arimateia Leite, vinculado à E. E. Prof. Abel Freire Coelho. Centros cívicos escolares (CCE's) eram, segundo Guilherme (2011), uma tentativa de deter o MES como também de desenvolver nos jovens "um novo modo de pensar e agir" (p. 86). Dessa forma, pretendiam formar gerações alinhadas com os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional e com os princípios morais segundo os ditados pelo regime.

Assim, por meio do Decreto nº 68.065 de 14 de janeiro de 1971, o governo instituiu os CCE e as diretrizes da Educação Moral e Cívica, sendo o CCE "responsável por influenciar a formação e o aperfeiçoamento do caráter dos alunos e prepará-los para vivenciar a Democracia em um futuro próximo." (p. 87).

Contudo, ainda que as normas oficiais fossem categóricas e que o objetivo dos CCEs fossem os supracitados, conforme Gonçalves, Guilherme e Henriques (2020, p. 180), "a organização e a participação nos CCE foram marcantes para os sujeitos envolvidos no processo e que, de formas variadas, apropriaram-se das normas, ora assimilando-as, ora transgredindo-as.".

Considerações finais

Assim, podemos ver que o movimento estudantil secundarista de fato empreendeu resistência à sua conjuntura e se mostrou ativo e crítico em sua realidade, promovendo mudanças estruturais por meio das críticas e da organização. Nesse aspecto, o jornal *Novo Tempo* se mostrou indispensável para a coesão estudantil naquele momento.

Mais do que isso, é indispensável o estudo acerca da geração que vivenciou a transição democrática uma vez que o período da ditadura é alvo de uma importante disputa de memória.

REFERÊNCIAS

Fontes

NOVO TEMPO. Mossoró/RN, 1981-1984.

Bibliografia

CUNHA, L. A. Ensino profissional: o grande fracasso da ditadura. **Cadernos de Pesquisa**, v. 44, p. 912–933, dez. 2014.

CRUZ, H. de F.; PEIXOTO, M. DO R. DA C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 35, 2007.

GONÇALVES, M. C.; KARINA CLÉCIA DA SILVA GUILHERME; HELDER HENRIQUES. Entre o indivíduo e o coletivo: análise dos Centros Cívicos Escolares durante a ditadura civil-militar brasileira (1971-1985). **Educació i Història: Revista d'Història de l'Educació**, jan-jun. 2020.

LACERDA, G. E. DE. A transição democrática e a memória da ditadura militar. **Ars Historica**, v. 8, 2013.

LACERDA, G. E. DE. **A História em disputa: movimento estudantil e a transição democrática brasileira**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019.

LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2006, pg. 111-153.

ROSTOLDO, J. P. Brasil, 1979-1989 : uma década perdida? 11 jul. 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 709 p.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN

ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38500

A CONSTRUÇÃO DO SINDICALISMO RURAL NO RIO GRANDE DO NORTE:

agentes políticos e transformações sociais nos anos 1960

Silas Emanuel Domingos de Queiroz[1]

RESUMO:
O presente trabalho investiga a construção do sindicalismo rural no Rio Grande do Norte na década 1960, destacando os determinantes sociais e políticos que impulsionaram esse movimento. Utilizando a Teoria Marxista da Dependência, a pesquisa analisa a ascensão dos sindicatos de trabalhadores rurais (STRs), a incidência e as divergências entre os diferentes agentes políticos — como a Igreja Católica, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e as Ligas Camponesas — na luta pela reforma agrária no estado. Para isto, foram utilizadas fontes como o "Relatório Veras", o "Livro de Registros de Sindicatos Filiados à FETARN", e jornais como O Poti, Tribuna do Norte e A Ordem.
PALAVRAS-CHAVE: História Agrária; Partido Comunista Brasileiro; Ligas Camponesas; Sindicalismo Rural; FETARN.

THE CONSTRUCTION OF RURAL TRADE UNIONISM IN RIO GRANDE DO NORTE: political agents and social transformations in the 1960s

ABSTRACT:
This paper investigates the development of rural unionism in Rio Grande do Norte in the 1960s, highlighting the social and political factors that drove this movement. Using the Marxist Theory of Dependency, the research analyzes the rise of rural workers' unions (STRs), as well as the influence and differences among various political agents — such as the Catholic Church, the Brazilian Communist Party [1](PCB), and the Peasant Leagues — in the struggle for agrarian reform in the state. Primary sources such as the "Relatório Veras," the "Registry Book of Unions Affiliated with FETARN," and newspapers like O Poti, Tribuna do Norte, and A Ordem were used for this analysis.
KEYWORDS: Agrarian History; Brazilian Communist Party; Peasant Leagues; Rural Unionism; FETARN.

Introdução

[1] Graduanda em História pela UFRN. Membro do Laboratório de Experimentação em História Social (LEHS). Lattes: https://lattes.cnpq.br/1178513433177326. Email para contato: silasemanuel953@gmail.com

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa iniciada recentemente que busca investigar as principais particularidades locais da ascensão do sindicalismo rural no Rio Grande do Norte nos anos 1960, as transformações sociais que determinaram essa ascensão, assim como a incidência e divergências políticas entre os agentes que organizaram os trabalhadores rurais no estado. Para isto, foi usado como arcabouço teórico a Teoria Marxista da Dependência, assim como a historiografia sobre o tema no contexto brasileiro e local. Foram usadas fontes como o livro de registro de sindicatos da FETARN para investigar o crescimento quantitativo de sindicatos de trabalhadores rurais (STR) no decorrer do tempo, o inquérito policial da ditadura militar "Relatório Veras" para investigar a incidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e das Ligas Camponesas no campo potiguar, e matérias dos jornais Tribuna do Norte, A Ordem e O Poti que demonstram os principais acontecimentos políticos que foram desencadeados por esse processo.

Entre as décadas de 1930 a 1960, aconteceram importantes transformações sociais no Brasil, decorrentes da transição de um padrão de reprodução do capitalismo agromineiro exportador para industrial (Raposo, 2018). Esse processo teve seu início principalmente a partir da crise de 1929, em que a queda da demanda de exportação de produtos primários, sobretudo agrícolas, para a Europa gerou a tendência de industrialização como novo dinamizador da economia. Posteriormente, esta industrialização ganhou um novo caráter, sendo potencializada principalmente pelo investimento e hegemonia do capital estrangeiro.

Segundo o economista Ruy Mauro Marini, estas transformações desencadearam uma ruptura vertical entre a fração industrial da burguesia brasileira e a fração agroexportadora, antes hegemônica, associada ao capital estrangeiro. Estas frações entram em contradição em seus interesses políticos e econômicos imediatos. Marini apoiava-se na tese marxiana de que a burguesia é dividida em frações de classe com interesses contraditórios que lutam pela hegemonia dentro do mesmo bloco no poder, mesmo que unidas na manutenção da ordem capitalista.

> [...]A burguesia vive em luta permanente: primeiro, contra a aristocracia: depois, contra as frações da própria burguesia cujos interesses se encontram em conflito com os progressos da indústria; e sempre contra a burguesia dos países estrangeiros. Em todas estas lutas, vê-se forçada a apelar para o proletariado, a recorrer a sua ajuda e desta forma arrastá-lo para o movimento político.(Marx; Engels, 2010, p. 48)

No caso brasileiro, os interesses contraditórios das classes dominantes podem ser vistos nos governos desenvolvimentistas, que expressaram os interesses da burguesia interna que defendia de forma conciliatória reformas nacionalistas expressas no binômio política externa independente e reforma agrária, em resposta respectivamente à crise da balança de pagamentos no mercado internacional, e ao esgotamento do mercado interno. Enquanto a fração exportadora e a burguesia internacional estavam comprometidos com a manutenção do latifúndio (Marini, 2012). Embora houvesse contradições em torno da defesa da burguesia interna de um desenvolvimento capitalista autônomo, havia limitações decorrentes da própria formação social capitalista dependente brasileira, onde as classes dominantes agem de forma subordinada às burguesias dos países no topo da pirâmide imperialista, tendendo a ser cúmplices na reprodução da dependência (Luce, 2018).

Ao lado da ruptura vertical, acontecia uma ruptura horizontal entre a classe trabalhadora e as classes dominantes.[2] A estrutura agrária brasileira era marcada pela superexploração da força de trabalho e concentração de terras. Segundo Marini, com base no Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social elaborado pelo governo João Goulart, 51% das terras estavam concentradas em 26% dos proprietários. O aumento da produtividade no campo nos marcos desta estrutura agrária engendrou a expulsão dos trabalhadores rurais para as cidades, favorecendo a favelização e a diminuição dos salários pelo aumento da oferta de força de trabalho (Marini, 2012). A luta dos trabalhadores rurais pela reforma agrária unia-se ao apoio dos operários e da pequena-burguesia urbana, mobilizados contra o aumento do

[2] Marini define a ruptura vertical como um conflito entre as frações da classe dominante, e a ruptura horizontal como o conflito entre a classe trabalhadora e as classes dominantes.

custo de vida.

Estas transformações determinaram mudanças na percepção dos brasileiros sobre os camponeses, antes vistos de forma pejorativa e associados a um atraso político e econômico. Cada vez mais intelectuais, artistas, trabalhadores e partidos políticos viam determinantes sociais para a desigualdade no campo (Grynszpan; Dezemone, 2007). A reforma agrária tornou-se tema de interesse nacional, mesmo com divergências programáticas entre uma reforma agrária moderada feita na legalidade defendida pela burguesia e a reforma agrária radical defendida pelos trabalhadores, sintetizada na palavra de ordem das Ligas Camponesas "Reforma agrária na lei ou na marra!".

Figura 1 -Trabalhadores agrícolas pedem reforma agrária durante sessão do 1º Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas



Fonte: Trabalhadores agrícolas pedem reforma agrária durante sessão do 1º Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, 1961. Disponível em: https://memorialdademocracia.com.br/card/jango-tenta-reforma-agraria-negociada. Acesso em 18/11/2024.

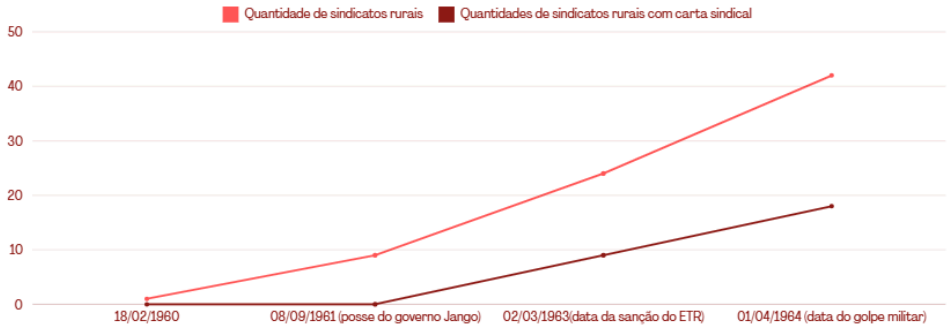
Sindicatos rurais no Rio Grande do Norte

No contexto de acirramento da luta de classes no pré-golpe, o governo João Goulart buscava atender as demandas da burguesia e das camadas populares para se manter no poder contra as ameaças golpistas, mas se via cada vez mais isolado (Marini, 2012). O acirramento da luta de classes, com a pressão do movimento sindical pela elevação dos salários, afastou as frações burguesas do governo, que abandonaram seu interesse imediato por uma reforma agrária pela garantia de seu lucro. Por essa razão, Jango passou a se apoiar cada vez mais nas mobilizações populares. No campo tomou medidas para desobstruir e incentivar a fundação e reconhecimento legal dos STRs, como o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) e a Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA). As mobilizações no campo, que estavam em ascensão, expressaram-se na fundação em massa de STRs e federações sindicais. Neste período, a quantidade de STRs no país passou de 5 sindicatos para 475 sindicatos e 29 federações (Dezemone, 2016).

Com a ascensão das lutas camponesas na década de 1960 foi impulsionada a fundação da Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte (FETARN). Segundo o documento "Livro de Registro dos Sindicatos Filiados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Norte" presente atualmente na sede da FETARN, o primeiro STR no estado foi fundado em Caiçara do Rio do Vento em 1960. Podemos ver o crescimento quantitativo de STRs no estado a partir de acontecimentos políticos importantes.Antes da posse do governo João Goulart, a quantidade era de 9 STRs no estado; até a sanção do Estatuto do Trabalhador Rural essa quantidade aumentou para 24 STRs; já nas vésperas do golpe militar eram 42 STRs (LIVRO, 1974). Segundo o historiador Macaíba de Souza, considerando também os sindicatos não filiados à FETARN, em 1964 haviam 67 STRs, com cerca de 60 mil associados no estado, demonstrando um crescimento impressionante em um período de somente 4 anos (De Sousa, 2021). O crescimento do sindicalismo expressou-se no crescimento das mobilizações, como na realização

de manifestações de trabalhadores rurais em 26 cidades no primeiro de maio de 1963 (O 1. [...], 1963).

Figura 2 - Crescimento na quantidade de sindicatos rurais no Rio Grande do Norte segundo o livro de registro dos sindicatos filiados a FETARN



Fonte: Do autor, 2024

A conjuntura política no Rio Grande do Norte e a proposta de reforma agrária do governo Aluízio Alves

As transformações sociais no Brasil determinaram também mudanças na correlação de forças políticas no Rio Grande do Norte. O estado, governado por décadas pelas oligarquias agrárias, teve uma ruptura em 1960 com a eleição do governador Aluízio Alves, que, apesar da origem oligárquica, era visto como "modernizador" e "desenvolvimentista". Seu governo aderiu à Aliança pelo Progresso, iniciativa do governo estadunidense que amparou financeiramente governos conservadores para realizar reformas sociais no sentido de amenizar as desigualdades e evitar revoluções sociais, como a cubana (Rocha Filho, 2005).

No campo, esta ruptura expressou-se com o anúncio de uma reforma agrária estadual pelo governo Aluízio Alves. Em outubro de 1961, o jornal Tribuna do Norte noticiou um discurso de Aluízio na inauguração da exposição agropecuária que anunciava a reforma agrária estadual, de caráter moderado, legalista e

amplamente debatida pelas classes interessadas, ou seja, camponeses e senhores de terras. Afirmava que sua posição ideológica era nem luta de classes, nem a falsa paz das classes, visto que a primeira armava os ressentimentos e combatia as injustiças criando novos privilégios, e a segunda preservava a desigualdade. Ao invés disso, defendia a "reforma social" (BASES [...], 1961). A Tribuna do Norte celebrava o projeto como contraponto-a aos defensores da reforma agrária radical. Nos dias seguintes, o mesmo jornal realizou uma série de entrevistas sobre o projeto com representantes de diferentes segmentos da sociedade, como o deputado estadual do PCB Luiz Maranhão Filho, o padre Dom Nivaldo Monte, entre outros, que demonstra as divergências programáticas entre estes diferentes setores. Esta documentação, que aparenta demonstrar a identificação de Aluizio com o programa da fração industrial da burguesia para o campo, pode ser utilizada para entender a posição dos diferentes agentes políticos locais em torno da reforma agrária, mas até o momento não foi possível se aprofundar nessa questão.

Agentes políticos no campo no Rio Grande do Norte

No Rio Grande do Norte, o sindicalismo rural era hegemonizado pela Igreja Católica, mas contou em menor medida com a participação do PCB e das Ligas Camponesas. Os religiosos, com receio de perder sua influência no campo para os comunistas, defendiam reforma agrária para evitar que a estrutura agrária desigual gestasse uma revolução social, sintetizada no título da carta pastoral de dom Inocêncio Engelke, "Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural" (Grynszpan; Dezemone, 2007, p. 217). O sindicalismo católico era moderado, legalista e organizado de cima para baixo. O protagonismo da Igreja Católica no Rio Grande do Norte foi possibilitado pelo seu pioneirismo e forte estrutura investida nesta tarefa. Contava com o Serviço de Assistência Rural (SAR), que realizava trabalho de assistência social no campo e convênio com a SUPRA para fundação de sindicatos, com centros de treinamento de lideranças rurais. Além do engajamento de outras organizações e iniciativas da sociedade civil vinculadas à Igreja, como o

Movimento de Educação de Base, a Juventude Agrária Católica e as Escolas Radiofônicas. Os padres ativamente organizavam cursos, reuniões e eventos, assim como festas e missas eram usadas para incentivar a sindicalização (De Sousa, 2021. Rocha Filho, 2005) . Podemos visualizar a incidência da Igreja no sindicalismo rural do estado em algumas notícias dos jornais do período. Em novembro de 1961, a Tribuna do Norte noticiou que em Santa Cruz um padre chegou a sindicalizar cerca de 1000 trabalhadores em sua paróquia, que recebiam a carteira de trabalho como garantia que não poderiam ser expulsos de suas terras sem indenização (O caso [...], 1963). De todos STRs fundados no pré-golpe, 48 teriam sido fundados pelos SAR da Igreja. (De Sousa, 2021, p. 21)

O PCB, partido hegemônico na esquerda brasileira naquele período, entendia que o desenvolvimento capitalista da formação social brasileira ainda estava incompleto. Dessa forma, o caráter da revolução ainda não era socialista, mas sim nacional e democrático. As principais lutas imediatas eram a ampliação das liberdades democráticas e reformas de desenvolvimento nacional, entre elas a reforma agrária ocuparia um papel central. A chamada estratégia democrática e nacional seria realizada em aliança com as frações nacionais da burguesia.Esta estratégia era criticada por outros setores da esquerda, vista como reformista (Prestes, 2015). O partido, desde seu primórdio, organizou os trabalhadores rurais por diferentes táticas, desde as Ligas Comunistas, que se assemelhava na forma organizativa com as posteriormente fundadas Ligas Camponesas, e até a luta armada como nas revoltas de Porecatu, Trombas e Formoso. Ao final dos anos 1950, por conta da série de transformações sociais citadas anteriormente, o partido colocou nova ênfase à organização de trabalhadores rurais e voltou a sua tática no campo para a fundação de STRs (Gryzpan; Dezemone, 2007). Apesar da menor presença no campo em relação à Igreja no estado, há notícias nos jornais locais que demonstram uma presença relevante, como em edição da Tribuna do Norte de novembro de 1961, que noticia a iniciativa do deputado estadual comunista Luiz

Maranhão Filho, que teria organizado assembleias com camponeses em vários municípios, como Mossoró, Ceará-Mirim e Canguaretama, em uma campanha de esclarecimento e propaganda acerca da reforma agrária (O LATIFUNDIO [...], 1963). Além disso, segundo o historiador Macaíba de Souza, o PCB dirigia a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Rio Grande do Norte (ULTAR), ligada à União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), que teria fundado STRs em Ceará-Mirim, São Gonçalo, Várzea, Passagem, Currais Novos e Umarizal,sendo uma predecessora da FETARN. (De Sousa, 2020, p. 20).

Já as Ligas Camponesas distinguiam-se do PCB por ser uma das organizações que se aproximavam de uma estratégia socialista e estavam construindo uma alternativa à esquerda ao PCB (Marini, 2012). Nas vésperas do golpe militar, buscavam fundar um partido próprio, o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT). Surgiram como Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPP), que, liderada pelo deputado estadual de Pernambuco Francisco Julião, espalharam-se principalmente pelos estados do Nordeste. Atuavam principalmente em associações civis, por considerarem os STRs atrelados ao Estado, e tinham ação mais radicalizada (Gryzpan; Dezemone, 2007). Pela forma organizativa que se assemelhava às Ligas Comunistas construídas pelo PCB nos anos de 1940, por vezes eram confundidas com o partido, mas eram organizações organicamente e politicamente distintas. As Ligas tiveram participação diminuta no Rio Grande do Norte, visto que chegaram de forma tardia e pouco antes do golpe militar, em 1963, mas há registros de visitas de Francisco Julião para a fundação das Ligas no estado e outras atividades no estado. No Rio Grande do Norte as Ligas eram presididas pelo então deputado estadual Floriano Bezerra, recém falecido, e chegaram a publicar o jornal local "A Liga".

Relatório Veras

Enquanto a presença da Igreja no sindicalismo rural potiguar é amplamente documentada e pesquisada na historiografia, a presença dos comunistas, por sua atuação semi-legal, é mais difícil de ser identificada nas fontes e são pouco pesquisados. Uma das fontes que podemos utilizar para investigar essa incidência é o Relatório Veras.

O Relatório Veras foi um inquérito policial instalado pelo governo Aluízio Alves em 1964, durante a ditadura militar. Ficou conhecido por ter como principal autor o policial Carlos Moura Morais Veras. Veras investigou estudantes, intelectuais, sindicalistas e políticos considerados pelo regime militar como subversivos. Entre estes havia membros de uma seção sobre a área rural, que investigava as lideranças camponesas. O relatório foi divulgado na imprensa local pelo jornal O Poti. O documento relata informações sobre a atuação política e profissional dos indiciados (INQUÉRITO [...], 1964,).

O documento deve ser analisado de forma crítica, visto que foi escrito por autores parciais, motivados por desmontar uma suposta conspiração comunista, o que pode gerar imprecisões e acusações falsas. Uma delas é a relação direta vista entre PCB e as Ligas, como na afirmação de que o PC caracterizava-se "abertamente em quase todo o território nordestino pela formação e instalação de LIGAS CAMPONESAS" (INQUÉRITO [...], 1964, p. 7). Essa afirmação é desmentida por historiadores como Marcus Dezemone e Mário Grynszpan. Segundo estes pesquisadores, as Ligas e o PCB, neste momento, eram organizações sem relação orgânica, com linha política e práticas distintas, principalmente em torno da participação nos sindicatos rurais. Esta confusão dificulta diferenciar na documentação quais dos indiciados eram ligados ao PCB e quais eram ligados às Ligas, visto que no documento foram tratados como se fossem o mesmo grupo.

Sobre os sindicatos rurais, o relatório afirmava seu "valor sócio econômico cultural para atendimento das necessidades mais prementes do homem do campo",

mas subvertidos pelos comunistas que se aproveitavam dos dirigentes sindicais, descaracterizando a "magnífica e monumental obra" realizada pela Igreja nos sindicatos (INQUÉRITO [...], 1964, p. 7). Dessa forma, os sindicalistas rurais vinculados à Igreja são pouco investigados no relatório, relativamente mais tolerados se comparados aos comunistas, considerados subversivos. Há exceções como o padre Alípio de Freitas e José Rodrigues Sobrinho, este indicado pela Igreja para a presidência da FETARN, e investigado por ter "ligação íntima" com os "agitadores") (INQUÉRITO [...], 1964, p. 10). O caso de José Rodrigues é como o de muitos trabalhadores que entraram no sindicalismo por meio da Igreja, mas se radicalizaram no decorrer das lutas, compondo um segmento mais à esquerda da Igreja Católica, como analisa a dissertação do cientista social Ruy Alkmim (Rocha Filho, 2005).

Sobre a presença dos comunistas no campo, o documento relata a realização de conferências, comícios, venda e distribuição de jornais vinculados ao PC e às Ligas como "Semanário", "Novos Rumos", "A Liga" e "Panfleto" no interior do estado. As Ligas Camponesas, relata, eram organizadas no Rio Grande do Norte por meio de "Delegacias no Interior" e da "Liga Urbana", que realizava trabalho político na capital. O inquérito acusava as Ligas de estarem organizando um sistema armado para implantação de uma "República Socialista no País", com base na apreensão de armamento na casa de um dos indiciados (INQUÉRITO [...], 1964, p. 8).

Dos 28 indiciados citados na seção, sobre a "área rural", no Relatório Veras, 26 são acusados de terem relações orgânicas com o PCB ou as Ligas. Analisando o inquérito, estes indiciados realizavam trabalho político nas cidades de Canguaretama, Pedro Velho, Baía Formosa, Natal, Ceará-Mirim, Nova Cruz, Cruzeta, Vila de Santo Antônio, Macau. Somados aos municípios que a ULTAR teria fundado STRs (Ceará-Mirim, São Gonçalo, Várzea, Passagem, Currais Novos e Umarizal), os comunistas estavam inseridos nas lutas camponesas em ao menos 14 municípios. Entre os indiciados, ao menos 3 (Floriano Bezerra, José Holanda e Geraldo Pereira

de Paula) fizeram parte da comissão executiva do "I Encontro dos lavradores e trabalhadores agrícolas do RN" segundo notícias da Tribuna do Norte de novembro de 1961(I ENCONTRO [...], 1961). Este periódico noticiou que estes militantes, acusados de serem comunistas e subversivos, foram dirigentes e organizadores importantes das lutas dos trabalhadores rurais, e estavam presentes em uma série de municípios.

Os anos que precederam o golpe militar foram riquíssimos para as lutas da classe trabalhadora rural brasileira, que pressionaram pelo conquista de direitos e desenvolvimento nacional.Infelizmente, estas conquistas foram interrompidas pela repressão dos militares, como pode ser visto no fechamento da maioria dos STRs por meio da repressão estado, passando de 60 mil associados para somente mil após o golpe militar e pela ocupação da sede da FETARN pelos militares (De Sousa, 2021. Rocha Filho, 2005).

Conclusões

Podemos concluir que a ascensão do sindicalismo rural no Brasil, assim como no Rio Grande do Norte, foi determinada por uma série de transformações sociais, causadas pela transição do padrão de reprodução do capitalismo brasileiro, que cindiram as frações da burguesia e acirraram a luta de classes. A luta pela reforma agrária tomou destaque na política potiguar, e isso pode ser visto pelo crescimento exponencial da fundação de sindicatos rurais e mobilizações de trabalhadores rurais no estado. Diferente da incidência da Igreja Católica na organização dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Norte, a presença dos comunistas ainda não foi suficientemente estudada e é subestimada. O estudo de fontes como as apresentadas, assim como outras, podem ajudar a aprofundar e dar continuidade a esta investigação.

REFERÊNCIAS

BASES da Reforma Agrária Estadual: Discurso de Aluizio. **Tribuna do Norte**, 31 out. 1961.

DE SOUSA, Baltazar Macaíba. **Sindicalismo rural no rio grande do norte**: da igreja ao novo sindicalismo–cultura e prática. Editora CRV, 2021.

DEPUTADO Luiz Maranhão Filho: O latifúndio está com os seus dias contados. **Tribuna do Norte**, 9 nov. 1961.

DEZEMONE, Marcus. **A questão agrária, o governo Goulart e o golpe de 1964 meio século depois.** Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 36, n. 71, p. 131-154, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882016000100131&lng=en&nrm=iso> Acesso em 20 jul. 2019.

GRYNSZPAN, Mario; DEZEMONE, Marcus. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950-1964). In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel. (Org.) A**s Esquerdas no Brasil (1945-1964)**. v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.209-236.

I ENCONTRO dos lavradores e trabalhadores agrícolas do RN. **Tribuna do Norte**, 1 nov. 1963).

LIVRO de Registro dos Sindicatos Filiados à Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte. Natal: FETARN, 1974.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria Marxista da Dependência**: problemas e categorias - uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2012.

MARX, Karl e ENGELS, Friederich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

PRESTES, Anita Leocadia. Luís Carlos Prestes - **Um Comunista Brasileiro**. Capítulo XI - Prestes e o PCB na clandestinidade: os primeiros anos (14948-1954) - O manifesto de agosto de 1950. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

ROCHA FILHO, Ruy Alkmim. **O parto dos caminhos**: Formação dos Sindicatos Rurais no Rio Grande do Norte (1960 - 1964). 2005. 162 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

RAPOSO, Bruna Ferraz. **Padrão de reprodução do capital no capitalismo dependente e financeirizado**. 2018. 100 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Economia e Relações Internacionais, Uberlândia, 2018.

O CASO de Santa Cruz. **Tribuna do Norte**, 4 nov. 1963.

O LATIFÚNDIO está com os seus dias contados. **Tribuna do Norte**, 8 nov. 1963.

O 1. de Maio em todo o Estado. **A Ordem**, 11 mai. 1963.

INQUÉRITO da subversão comprovou, no Rio Grande do Norte: Sublevação das massas para implantação de uma República Socialista, no país. **O Poti**, 20 set. 1964.

SILVA, Maria Auxiliadora Oliveira da. **Evangelizar e politizar**: O sentido da atuação da Igreja Católica com os sindicatos dos trabalhadores rurais no Seridó potiguar (1964-1979). 2007. 136 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento

Regional; Cultura e Representações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN

ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38552

AS DITADURAS DO CONE SUL EM UMA PERSPECTIVA COMPARADA:

a instrumentalização do futebol como meio de propaganda durante o período Condor

Gabriel Luar Calado Bandeira [1]

Amanda Batista da Silva[2]

RESUMO:
Este artigo busca analisar como o futebol foi utilizado como objeto de propaganda e instrumentalização das ditaduras sul-americanas no século XX, mais especificamente as do Brasil, Argentina, Uruguai e Chile. A pesquisa, fundamentada em ampla análise documental e bibliográfica, integra perspectivas interdisciplinares, envolvendo História, Sociologia, Geografia, Jornalismo e outras áreas, evidenciando o papel do futebol no entrelaçamento entre política, cultura, economia e ideologia durante regimes ditatoriais.
PALAVRAS-CHAVE: História Comparada. Futebol. Ditadura Militar.

THE SOUTHERN CONE DICTATORSHIPS IN A COMPARATIVE PERSPECTIVE: the instrumentalization of football as a means of propaganda during the Condor era

ABSTRACT:
This article aims to analyze how football was used as an object of propaganda and instrumentalization by South American dictatorships in the 20th century, more specifically those in Brazil, Argentina, Uruguay and Chile. The research, based on extensive documentary and bibliographical analysis, integrates interdisciplinary perspectives, involving History, Sociology, Geography, Journalism and other areas, highlighting the role of football in the intertwining between politics, culture, economy and ideology during dictatorial regimes.
KEYWORDS: Comparative History. Football. Military dictatorship.

[1] Graduado em História pela Universidade Federal da Paraíba. Mestrando pelo Programa de PósGraduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH- UFPB). Membro do grupo de pesquisa GEPEHTO - Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Trabalho. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/1341876571230136. E-mail:gluarcalado@gmail.com.
[2] Graduada em História pela Universidade Federal da Paraíba. Mestranda pelo Programa de PósGraduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH- UFPB). Membro do grupo de pesquisa ProjetAH - História das Mulheres, Gênero, Imagens, Sertões. Currículo Lattes: https://lattes.cnpq.br/6814057273624980. E-mail:amanda_batistaa1@outlook.com.

Introdução

No século XX, as relações de dominação na América do Sul, continuam, mesmo que com as nações já independentes, marcadas pela forte herança da colonização, escravidão e genocídio no continente, ainda que com diferentes proporções. O mundo inteiro está agora diretamente ligado pela disputa política, ideológica e econômica presente na Guerra Fria, até mesmo quando se pretende se desvincular dos dois grandes blocos. O período republicano das democracias do sul nunca foi sinônimo de tranquilidade, principalmente estando sob olhares dos interesses europeus e estadunidense. Não foram poucas os golpes seguidos de ditaduras militares na América Latina como um todo, sob a argumentação de estarem salvando a população da "ameaça comunista".

Na segunda metade da década, os conflitos e golpes se intensificaram. Iniciase então um efeito dominó: Paraguai em 1954, Brasil em 1964, Bolívia em 1964 e 1971, Argentina em 1966 e 1976 e Chile e Uruguai em 1973. Em todos estes exemplos, houve a dissolução do congresso nacional por meio das forças armadas. A ameaça de uma "ditadura comunista" estava longe de acontecer, e isto inclui até mesmo o exemplo do Chile, que democraticamente elegeu o candidato da Unidad Popular, Salvador Allende. Entre as semelhanças, a participação direta dos Estados Unidos no financiamento e apoio político aos golpistas de cada país talvez seja a mais cristalina, assim como o caráter conservador, religioso, censurador e militar. A forma, porém, em que cada regime era gerido possuía suas particularidades: havia diferenças sociais, econômicas, acadêmicas, militares, geográficas, futebolísticas, assim como a forma como lidaram com as mesmas posteriormente, seja por via de uma Transição por Consenso ou Transição por Colapso (FRIDERICHS, 2017). Mesmo depois de décadas, o "fantasma" destas ditaduras ainda assombra o continente, e se faz visível em vários momentos de nosso cotidiano, ou como diz o livro de Emiliano López: "as veias do sul continuam abertas".

O futebol, maior símbolo nacional naquele momento, não sai ileso desse processo. Foi – e ainda é – terreno fértil de disputa político-ideológica, e, apesar de futebol e ditadura militar se tratar de dois assuntos já muito pesquisados, tanto no Brasil quanto nos demais países, há sempre pontos a serem explorados, principalmente aqueles utilizando-se de uma metodologia de História Comparada, em uma perspectiva global. Como diria o historiador e economista polonês Witold Kula, em uma citação encontrada por Carlos Eduardo da Costa Campos:

> [...] nos mostra que todos os trabalhos científicos necessitam da aplicação do método comparativo, para ampliação do conhecimento. Segundo o autor, tal comparação poderia ocorrer de forma direta ou indireta, nas pesquisas, por exemplo, o ato de nomear um novo fenômeno descoberto precisaria da comparação para se verificar se se trata de uma inovação ou se é um fato já conhecido pela comunidade científica (KULA, 1973: 571, apud CAMPOS, 2011).

O exemplo clássico que está mais presente no imaginário popular é o do Brasil que viu o tricampeonato em 1970 ser usado como propaganda ufanista pelos militares. O país de Didi, Garrincha e Pelé, que conquistou o mundo duas vezes antes do golpe, agora tinha nesta taça a principal prova de que o país estava nos trilhos corretos. Em pleno AI-5, o lema era "Pra frente Brasil, salve a seleção!". Quando se tem a maior seleção e o maior jogador da história no seu time, a propaganda consegue, claro, um alcance maior, mas, nada disto é exclusividade do Brasil: o mesmo ocorreu na Argentina de Videla durante a Copa do Mundo de 1978, no Uruguai de Méndez durante o mundialito de 1980, assim como nos demais países da América do Sul, à exemplo do Chile de Pinochet. A Europa também não sai ilesa desse processo, pois foi quem deu o pontapé inicial: a Itália de Mussolini campeã mundial em 1934, as olimpíadas da Alemanha de Hitler em 1936, as polêmicas Ligas dos Campeões dos times da Espanha de Franco, a forte presença do colonialismo na seleção de Portugal de Salazar, e entre outros exemplos. Claro, não é algo exclusivo do século passado, nem mesmo das ditaduras, mas o recorte ajuda a compreender melhor as nuances de como o esporte e política sempre caminharam juntos.

Operação Condor

Em meio a tantas ditaduras na América do Sul, não haveria contexto mais favorável para acordos de cooperação entre elas do que o que se vivia. A pedido de Pinochet, Juan Manuel Guillermo Contreras Sepúlveda organiza um encontro secretos entre forças militares destes países para formar uma campanha de repressão, censura e de terror de Estado, chamada Operação Condor. Ela foi implementada – ao menos oficialmente - pouco mais de 2 anos após o golpe no Chile. O apoio e financiamento dos Estados Unidos era mais do que certo e previsível. Os serviços de inteligência e de repressão caminhavam juntos, o DOPS, CCD, DINA etc.

Como já citada, a Revolução Cubana foi decisiva para a idealização dos golpes, mas a contextualização daquela década ultrapassa o continente. A globalização e as disputas políticas, militares e ideológicas durante a Guerra Fria estava presente nos 4 cantos do mundo. O bloco socialista crescia, e em 1975, com exceção da Oceania, já contava com países em todos os continentes. A revolução dos Cravos em Portugal e a independência dos países da África lusófona lideradas Exércitos de Libertação Nacionais mostram como redes de solidariedade internacionalista existiram em enorme proporção, e analisar tais medidas em perspectiva global amplia o leque de possibilidade de análises (PAREDES, 2022, p.18). Mas, mais do que qualquer outro continente, a Ásia assumia o posto do continente com mais experiências socialistas. Contava com China, Mongólia, Coreia do Norte, e ainda com a região asiática da União Soviética. E é neste continente, mais precisamente durante os conflitos na região da Indochina, que os Estados Unidos toma a decisão de estar ainda mais presente na política latino-americana, e com isso ajudar na criação da Operação Condor. Neste trecho de Leonardo Marmontel Braga, ele apresente um relato importantíssimo:

> O fracasso norte-americano na Guerra do Vietnã foi decisivo para a decisão de criar a Operação Condor. Em abril de 1975, as informações sobre a derrota do Vietnã do Sul (aliado ianque) foram levadas ao encontro em Santiago no segundo semestre daquele ano, inquietando os militares que consideravam que inimigo semelhante existia na região. Os militares, considerando que o mesmo fracasso poderia ocorrer no Cone Sul, decidiram imprescindível e urgente o desenvolvimento de uma organização contrarrevolucionária regional. (BRAGA, 2014. p. 119).

Com o auxílio da CIA e FBI, os Estados Unidos seguiam com o enorme poder de decisão em boa parte da política latino-americana, a fim de garantir que nada saísse muito além do que planejava seus interesses. O auxílio era tanto que até escolas de métodos e técnicas de torturas foram ensinados – e aumentando ainda a perspectiva global, a França que utilizava de cruéis torturas na Guerra da Argélia repassou seus ensinamentos aos militares brasileiros -:

> O governo norte-americano durante a Guerra Fria recomendava a unificação das agências de informações sul-americanas, sob a supervisão da Central Intelligence Agency (CIA). A CIA intermediava os contatos, interconectando as iniciativas de diferentes exércitos e fornecendo a capacitação técnica, militar e ideológica aos parceiros sul-americanos. Além dela, o Federal Bureau of Investigation (FBI), outro serviço de informações americano, participou veladamente da Condor. (DINGES, 2005, apud BRAGA, 2014. p. 121)

Durante estas ditaduras, a Doutrina de Segurança Nacional elevou o "combate ao inimigo" a tal ponto que se implementou por meio de golpes um Terrorismo de Estado. O uso da violência sistemática, tática de intimidação, controle direto e indireto das liberdades e direitos públicos e individuais e violação dos direitos humanos entre setores de uma população. É a partir do terro e do medo que tais regimes conseguem manter uma longevidade. Caroline Silveira Bauer comenta como prática da censura é essencial para tais ditaduras: "controle e manipulação dos meios de comunicação escritos, orais e visuais, tiveram como consequência deliberada a geração do terror ou, como alguns autores preconizam, de uma 'cultura do medo', fruto da 'trivialização do horror'." (BAUER, 2005).

O futebol nas ditaduras do Cone Sul

Estádios servindo de campo de tortura clandestino, ex-jogadores como agentes do DOPS, Copa do Mundo servindo como maquiagem de repressão. Não havia possibilidade de o esporte mais globalizado do mundo passar batido neste processo de cooperação e integração das ditaduras sul-americanas. Os clubes estavam integrados, e as seleções mais ainda. Para além do clássico exemplo da Copa do Mundo, havia as competições internacionais de clubes como a "recém" criada Copa Libertadores, e ainda os próprios campeonatos nacionais, que buscavam esta integração entre suas próprias regiões, como foi o caso do Brasil.

Os estádios como ambiente de tortura e mortes

Talvez o exemplo de maior expressão não só na América do Sul como no mundo seja o do Chile. Os primeiros dias após o golpe militar foram extremamente violentos, com encarceramento em massa, tortura e fuzilamentos de maneira que as prisões comuns e os quartéis se encontravam sem espaço para tanta gente. A solução então, se encontrava em deslocar estes presos para o principal estádio do país, o Estádio Nacional do Chile, palco de final de Copa do Mundo e de final de Libertadores.

Segundo a apuração do jornalista Maurício Brum, estima-se que cerca de 40 mil pessoas estiveram presas no estádio e cerca de 400 foram assassinadas, entre estas pessoas, estavam figuras famosas como o cantor e militante Victor Jara. Havia também uma ala especial para os estrangeiros presentes, que compunha pelo menos mais de 600 pessoas de diversas nacionalidades, sendo em sua maioria, argentinos, brasileiros, uruguaios e bolivianos. Até o presente momento, estima-se que 89 brasileiros foram presos no estádio, incluindo 3 paraibanos. Com a desculpa de

contenção de guerrilhas comunistas – mesmo mais da metade não tendo sequer filiação partidária -, o estádio virava a maior prisão a céu aberto do país.

Foi justamente por meio de uma partida de futebol que a iniciou-se uma evacuação no estádio. O Chile disputaria uma partida contra a União Soviética, pela repescagem da Copa do Mundo de 1974. Os soviéticos, porém, se recusaram a disputar uma partida em um estádio manchado de sangue, fato que acabou protagonizando uma das partidas mais vergonhosas do esporte: a seleção chilena entrava sozinho em campo, e tabelava até o gol vazio, sem goleiro nem qualquer adversário. Para amenizar o ocorrido, um dia antes, a federação chilena de futebol havia ligado para o Santos propondo um amistoso, rapidamente aceito – e ao qual o clube brasileiro golearia por 5x0-, mostrando em mais uma oportunidade, a integração entre os militares dos dois países.

No Brasil, o estádio Caio Martins, localizado em Niterói - Rio de Janeiro e pertencente ao governo do Estado, também funcionou como campo de prisão e tortura. O estádio foi, inclusive o primeiro a ser utilizado para tal finalidade no continente, antes mesmo que o Estádio Nacional do Chile, que importou da mesma prática em maior escala. Lá, 339 prisões oficiais foram relatadas, mas a projeção é bem maior, ultrapassando os mil presos, segundo vários depoimentos, sendo um deles o advogado o Manoel Martins, que foi um dos presos no local.

Na Argentina, apesar de não haver relatos oficiais de prisões e campos de torturas nos estádios, era possível observar a proximidade entre os mesmos e os centros de detenções a poucos quilômetros dali. Ailín Bullentini, do projeto "Papelitos", mostra como os 6 estádios, de 4 províncias diferentes do país, estavam cercados de centros de detenção e tortura. Estadio "José María Minella" estava rodeado de pelo menos quatros centros de detenção de Mar da Plata; "Malvinas Argentinas", perto do principal centro de extermínio de Mendonza, e assim por diante com os demais (estádios Mario Kempes, Monumental de Nuñes, José Amalfitani, "El 'Gigante' de Arroyito"). Por mais que Videla buscasse maquear toda

a situação do país, surgiram ao longo da Copa do Mundo denúncias realizadas pela imprensa internacional.

No Uruguai, havia o Cilindro Municipal, que diferentemente dos demais, não se tratava de um estádio de futebol, mas sim do maior estádio fechado de basquete da cidade de Montevideu, que tinha como característica seu tamanho e capacidade. Nele, foram presos e torturados 4 militantes comunistas, que conseguiram de forma bem-sucedida fugir daquele ambiente. Tal história virou livro por parte de um dos fugitivos, o Miguel Millán, em "¡Faltan 4!: la fuga del Cilindro Municipal de cuatro comunistas en 1976".

Para estas ditaduras, todos os espaços precisavam cumprir com seu utilitarismo militar. Os estádios não eram mais vistos como espaço público de lazer, entretenimento e trabalho, mas sim como mais um espaço de possibilidade de terror e poder. Parafraseando Ryszard Kapuscinski, em seu livro "A Guerra do Futebol": "Na América Latina, os estádios de futebol exercem duas funções: nos tempos de paz são palcos de partidas; em tempos de crise, transformam-se em campos de concentração" (pg.203).

As Copas como propaganda:

Esta é talvez, a forma mais conhecida da instrumentalização do futebol como uso político propagandístico de ditaduras. Ganhar uma Copa é um prato cheio e um sonho para qualquer ditadura. E para aqueles que além de ganhar vão sediar, ter essa conquista no seu próprio país torna tudo ainda mais favorável. A ideia de expor grandeza para o público, nestes casos, ultrapassa a necessidade de aprovação interna; exibir eficiência, organização, ordem e bem-estar do povo era uma forma de mostrar à população e ao resto do mundo de que tudo está ocorrendo bem no país. Neste item, serão analisadas e comparadas as conquistas do Brasil, Argentina e Uruguai.

O tricampeonato de 1970:

O Brasil em 1970 participaria no México de sua 9ª Copa do Mundo. Era já naquela altura, o "bicho papão" do futebol. Havia ganho 2 das últimas 3 Copas, e apesar da eliminação na última edição e da desconfiança por conta das polêmicas que a acompanhavam nos meses anteriores ao evento, era vista como favorita, pois além do melhor jogador da história, possuía um elenco recheado de craques e camisas 10 dos principais times da época. A ditadura militar não só sabia da qualidade que aquela seleção tinha, como sabia do poder de influência que o futebol possuía na opinião popular. Se os militares interviam em tudo, por que não em um assunto que afetava tanto o país então? As intervenções foram diretas, antes da Copa, houve a demissão do técnico da seleção, Saldanha, jornalista e membro do PCB. Um dos pedidos feitos por Médici era a convocação do Dadá Maravilha, centroavante do Atlético Mineiro à época, e que não foi atendido por Saldanha; "Ele escala o ministério, eu convoco a seleção", disse o "João Sem Medo" à imprensa, que mesmo deixando o cargo com 6 vitórias em 6 jogos nas eliminatórias, logo foi trocado por Zagallo.

Durante a Copa do Mundo de 1970, o Brasil chegou ao tricampeonato goleando a Itália por 4x1. O país e o mundo inteiro se encantavam por Pelé, Jairzinho, Tostão, Rivellino, Gerson, Clodoaldo, Carlos Alberto etc. A música "com brasileiro não há quem possa" parecia cada vez mais certa. E era o que mais queria Médici e companhia. No ápice do Ato Institucional 5 (AI-5), os militares utilizavam do "Milagre Econômico" e da vitória na Copa do Mundo como exemplo de que o país estava nos trilhos certos. O lema era "Brasil, ame ou deixe-o". A censura imposta como política de Terror de Estado, ajudava a não levar uma contraposição do que acontecia à população e ao resto do mundo, que agora tinha no futebol sua principal atenção no momento. O não pronunciamento de nenhum dos jogadores

convocados, que parecia desconhecer tudo o que se passava no período, ajudou a preservar a imagem dos militares. Era o combo completo para uma ótima propaganda.

A Copa do Mundo de 1978 na Argentina

A ditadura militar na Argentina, assim como foi no Brasil, presenciava o ápice da repressão, censura e do terror. O número de desaparecidos aumentava cada vez mais, assim como a quantidade de lugares destinados à tortura e execução. A esperança estava na seleção nacional, que contava com Kempes, Passarela e Fillol e estavam em busca do título inédito para o país. A diferença, porém, estava em um detalhe: esta Copa do Mundo seria realizada na Argentina. A escolha do país sede desta edição foi realizado 12 anos antes, ainda em 1966, durante a Copa que foi realizada na Inglaterra. Curiosamente, em 1966 o país vivia também em uma ditadura, porém, com características diferentes da vigente durante o "Processo" de Videla.

Além da famosa ação das Mães de Maio, crescia meses antes, um movimento de boicote a realização do evento em meio à um país que tanto violava os direitos humanos: o Comitê de Boicote à Copa da Argentina (COBA):

> Fundado no final de 1977, o COBA era resultado da associação entre dois distintos grupos políticos de esquerda francesa. Por um lado, estavam militares mobilizados pela questão dos exilados argentinos e da crise política que vivia o país, que participavam do Comité de Soutien du Peuple Argentin (CSPLA), desde 1975. (…) Por outro lado, grupos formados principalmente por indivíduos focados na crítica histórica do uso do esporte, baseados principalmente nos casos da Copa do Mundo da Itália em 1934. E dos Jogos Olímpicos de Berlim em 1936 (MAGALHÃES, 2014, p. 128-129 apud FERNANDES, 2023)

Em meio a todas as acusações de violação de direitos humanos pela mídia internacional, maquiar o que acontecia no país era o melhor método de responder. E ganhar a Copa no seu próprio país então, significava mais do que provar a sua

eficácia no âmbito futebolístico, mas provar a eficácia do regime, que buscava a todo momento se associar de forma intrínseca a seleção, no desejo de serem um só.

Liderado por Kempes, a Argentina ganhava a sua primeira Copa do Mundo em cima dos Países Baixos. A edição foi marcada por algumas polêmicas, dentre a principal: o jogo entre Argentina e Peru. Assim como no Brasil, os jogadores, alheios à tudo que acontecia, não confrontavam o que acontecia ao seu redor. Talvez o técnico Menotti, abertamente à esquerda o pudesse fazer. Mas, mesmo sem prestar apoio e ainda ser crítico ao regime, evitava confrontos com os militares. A imagem da Argentina conseguiu uma sobrevida de sua imagem, mas aos olhos internacionais já não apresentava o mesmo prestígio que conseguiu internamente.

O "Mundialito" de 1980/1981 no Uruguai

A Copa de Ouro dos Campeões Mundiais, mais conhecida como "Mundialito", foi a competição idealizada para comemorar os 50 anos de história da Copa do Mundo, que teve sua primeira edição em 1930 no Uruguai3. O país escolhido para sediar o evento não poderia ser outro além do Uruguai: além de primeiro país sede, foi também o primeiro campeão. A competição foi planejada para receber todos os campeões mundiais até então: Brasil, Argentina, Alemanha, Inglaterra e Uruguai. A Inglaterra se recusou a jogar por reclamar do calendário. Com isso, os Países Baixos, mesmo sem ter ganho uma Copa do Mundo, assumiu este posto.

O principal objetivo da ditadura uruguaia era a de realizar um evento aos moldes da Argentina em 1978, que ajudasse a melhorar a popularidade de seu regime e tornar aquela competição uma forte propaganda política. A popularidade do governo, porém, mantinha-se cada vez mais baixa. Com a pretensão de legitimar o regime, acontece no dia 30 de novembro de 1980, um plebiscito que pretendia modificar a constituição para favorecer ainda mais os moldes estabelecidos pela

ditadura. O resultado, porém, foi uma recusa de 56% da população nos votos. O declínio não era algo exclusivo do país, visto que os movimentos de Anistia política ganhavam força no Brasil, e na Argentina, devido à crise, Videla viria a renunciar meses depois da competição.

Para os militares, o clima para o Mundialito já não era o mesmo, mas ainda existia uma forma de reverter aquilo: ganhando a competição. De fato, foram campeões. A Celeste possuía grandes jogadores dos dois principais times do país, o Nacional e Peñarol, que iriam tempos depois também ser campeões mundiais pelos clubes. A seleção que iniciou desacreditada, finalizou levantando a taça em cima do Brasil, que mesmo sem seu principal jogador, Zico que estava machucado, ainda contava com Sócrates, Júnior, Tita, Paulo Isidoro e outros craques.

A redução de danos da ditadura parecia estar prestes a se concretizar. Porém, como relata Danilo Rodrigues Paiva, era possível ouvir no estádio o público eufórico gritando: "vai acabar, vai acabar a ditadura militar" (CASTRO, 2012). Era o início do fim, que gradativamente se concretizou anos depois.

João Havelange: ponto de encontro

Analisando os três exemplos, é possível observar que o contexto apresentado de cada um ocorreu em fases diferentes destas ditaduras: popularidade, evento, propaganda, crítica internacional e contextos futebolísticos diferentes. No entanto, características em comum são bastante perceptíveis: em todos as federações de futebol destes países, havia militares ocupando os principais cargos. Não é que havia interferência militar nas seleções, mas sim que os mesmos agora eram parte dela. A forma utilitarista de se ver observar competições como objeto de possível propaganda não é necessariamente algo exclusivo de ditaduras, mas indiscutivelmente fez parte do planejamento das mesmas. E não há forma melhor que exemplificar esta cooperação entre países presentes na Operação Condor, do

que compreender quem era o presidente da CBD em 1970 e quem era presidente da FIFA em 1978 e 1980/1981: o brasileiro João Havelange, amigo próximo dos militares brasileiros e demais ditadores sul-americanos. Tanto na Argentina, como no Uruguai, houve contestação da realização do evento em um país sob Terrorismo de Estado, mas em todas estas, João Havelange preferiu acobertar os regimes vizinhos, como é possível observar neste trecho sobre a Copa de 1978:

> "O recém-eleito presidente da FIFA, o brasileiro João Havelange, negociou a manutenção da organização da Copa na Argentina em troca da libertação de Paulo Antonio Paranaguá, filho de um diplomata brasileiro que havia sido preso juntamente com sua namorada em 1977, ignorando as pressões externas (GÓMEZ, 2021; LLONTO, 2005, apud FERNANDES, 2023, pg. 12).

E também sobre o Mundialito de 1980:

> "A mim não teve nenhum problema porque não faço política, eu faço esporte, tem que respeitar quem está no governo. se é bom, ou se é ruim não é minha decisão." (BEDNARIK, 2009 apud PAIVA, 2021)

Como bem apresenta Aníbal Chaim: Havelange conseguiu se promover a tal ponto pela CBD, que, conseguiu em 1974 a sua eleição à presidente da FIFA. Isto ajudou e muito para que se tornasse o ponto de encontro e de ligação entre os agentes militares e representantes oficiais dos esportes sul-americanos, afinal, ocupava o cargo mais alto da federação esportiva mais importante do mundo.

Resistências e o debate da memória: considerações finais

Com a ascensão da extrema-direita pelo continente, o fantasma da ditadura inevitavelmente se faz ainda mais presente no cotidiano político da população. A forma como cada país administrou o fim destas ditaduras carregam as consequências de seus erros e acertos políticos, que muitas vezes só se fazem visíveis anos depois. Utilizando-se de elementos trabalhados por March Bloch

(2001) e Sebastian Conrad (2019), como o modelo de comparação, e compreendo a história destes países por meio de uma visão global e integrada, que conseguimos proveitosamente, acompanhar e analisar novas possibilidades para os desafios dos quais trabalhar com memória histórica carrega. O feito e o não-feito viram inevitáveis fontes de debate para passos futuros.

Hoje, são inúmeras as ruas, bairros e espaços públicos no Brasil que ainda possuem nome de governantes que assumiram tal poder por meio de posse antidemocrática e ditatorial. Os estádios de futebol construídos durante a ditadura militar seguem em sua maioria com o nome dos antigos governadores. A ideia de que fomos uma "ditabranda" sem tanta repressão é erroneamente propagada, a ponto de que influenciar diretamente no pouco que se fez em relação ao seu extenso e terrível legado deixado. Há, claro, principalmente após a realização das Comissões da Verdade, um movimento importantíssimo de luta pela mudança de tais nomes nos espaços públicos, mas proporcionalmente, ainda há um longínquo trabalho pela frente.

Utilizando-se de alguns exemplos: no Estádio Nacional do Chile, existe hoje uma faixa escrita "um povo sem memória é um povo sem história" no setor que foi mantido intacto à modernização do estádio, a fim de preservar a memória daqueles que ali sofreram. O espaço segue funcionando e sediando jogos importantes de clubes e da seleção, mas mantém, uma parte do mesmo dedicada à memória das vítimas de Pinochet. Esta é apresenta uma pequena amostra de possibilidades para conseguir estabelecer uma comunicação entre o povo com a sua história.

Em todos estes países citados houve resistência em todas as áreas, incluindo no futebol. No Chile, Carlos Caszely, um dos principais nomes do futebol chileno, teve sua mãe torturada após o jogador se negar a apertar a mão de Pinochet. Os seus relatos junto a sua mãe em rede nacional foram fundamentais para o plebiscito que deu fim à ditadura. No Brasil, preservar a história de figuras como Sócrates e

Reinaldo, que conhecidamente lutaram contra a ditadura militar no país, assim como a história da Democracia corintiana, são ações que mantem viva a memória histórica daqueles que ousaram lutar. A insistência para que estes clubes, que possuem um enorme alcance popular, caminhem juntos com o que faz parte também da história deles, é algo essencial.

Com este artigo espera-se que tais resultados possam, de alguma forma, contribuir para futuras pesquisas sobre o tema. A preservação da história e a memóriadaqueles que foram atingidos direta ou indiretamente pela ditadura militar, assim como os que seguiram resistindo apesar de toda truculência, repressão, censura e demais adversidades impostas, devem estar sempre presentes nos objetivos de um pesquisador.

REFERÊNCIAS

BAUER, Caroline Silveira. **Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países.** Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/Deparament d'Història Contemporània da Universitat de Barcelona, Barcelona. 2001.

BEDNARIK, Sebastian. **Mundialito**. Uruguai, Brasil: Coral Cine. 2009.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRUM, Mauricio. **La cancha infame:** a história da prisão política no Estádio Nacional do Chile. Editora Zouk, 2017.

CAETANO, G. & RILLA. J. **Breve historia de la dictadura (1973-1985).** Montevideo: Ediciones Banda Oriental, 1998.

CONRAD, Sebastian. **O que é História Global?** Crítica, 2019.

FERNANDES, Alessandro. Sportwashing e a copa de 1978: como Argentina usou a copa do mundo para esconder os crimes de sua ditadura militar. **Recorde: Revista de História do Esporte**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 1-21, 2023.

FRIDERICHS, Lidiane Elizabete. Transição democrática na Argentina e no Brasil: continuidades e rupturas. **Revista Aedos**, v.9, n.20, p.439-455, 2017.

GÓMEZ, Clara Maduell. Campeonato Mundial de 1978: O futebol usado a favor do governo de facto. Rio de Janeiro: **Recorde**, v. 14, n. 1, pp. 1- 19, jan./jun. 2021.

HOROWICZ, Alejandro. **Las dictaduras argentinas.** Historia de una frustración nacional. Buenos Aires: Edhasa, 2012.

LLONTO, Pablo. **La verguenza de todos.** Ediciones Madres de la Plaza de Mayo, 2005.

MAGALHÃES, Lívia Gonçalves. **Com a taça nas mãos:** Sociedade, copa do mundo e ditadura no Brasil e na Argentina. Lamparina, 2014.

MARMONTEL, Leonardo. **Operação Condor:** A internacionalização do Terror. Estudios Avanzados, 2014.

MONTEALEGRE, Natalia; PEIRANO, Alondra. El dispositivo de la prisión política: Resonancias y reproducción del terrorismo de Estado en Uruguay. **Revista Contemporanea, Historia y problemas del siglo XX**. Año 4, Volumen 4, 2013.

PADRÓS, Enrique Serra. **As Ditaduras de Segurança Nacional:** Brasil e Cone Sul. Porto Alegre: CORAG, 2006.

PADRÓS, Enrique Serra. **Terrorismo de Estado e luta de classes:** repressão e poder na América Latina sob a doutrina de segurança nacional. História e Luta de Classes, nº 4, julho, 2007.

PAIVA, Danilo Rodrigues. **As múltiplas facetas do futebol:** a construção propagandística do mundialito pela ditadura uruguaia. Ludopédio, São Paulo, v. 143, n. 49, 2021.

PAREDES, Marçal de Menezes. Para Além da Lusofonia: o Toronto Committee for the Liberation of Portugal's African Colonies (TCLPAC) do Canadá e a Luta

Anticolonial em Angola e Moçambique (1972-1975). **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 14, n. 35, e0108, jan./abr. 2022.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

A PERSEVERANÇA DE BRASÍLIA TEIMOSA:
direito à cidade e uma análise crítica da exclusão urbana em Natal na década de 1960

Daniel Veras de Araujo[1] (PPGH-UFRN)

Orientadora: Dra. Fabíula Sevilha (UFRN)

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38460

RESUMO:
O artigo analisa a formação da comunidade de Brasília Teimosa em Natal, no contexto das transformações urbanas da década de 1960. A partir dos conceitos de "direito à cidade", de Lefebvre, e da "produção capitalista do espaço", de Harvey, discute-se a exclusão territorial e a luta por moradia das populações marginalizadas. Brasília Teimosa emerge como um exemplo emblemático da resistência popular em meio às dinâmicas de especulação imobiliária e segregação espacial. Para isso, utilizam-se fontes históricas e a metodologia da análise do discurso de Norman Fairclough, evidenciando as relações entre práticas discursivas e estruturas sociais excludentes.
PALAVRAS-CHAVE: Brasília Teimosa; direito à cidade; exclusão urbana; produção do espaço capitalista; Espaços informais.

THE PERSEVERANCE OF BRASÍLIA TEIMOSA: The Right to the City and a Critical Analysis of Urban Exclusion in Natal in the 1960s

ABSTRACT:
This article analyzes the formation of the Brasília Teimosa community in Natal within the context of urban transformations during the 1960s. Using Lefebvre's concept of the "right to the city" and Harvey's "capitalist production of space," the study discusses territorial exclusion and the housing struggles of marginalized populations. Brasília Teimosa emerges as an emblematic example of popular resistance amidst real estate speculation and spatial segregation dynamics. The analysis employs historical sources and Norman Fairclough's discourse analysis methodology to highlight the relationships between discursive practices and exclusionary social structures.

[1] Graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Mestrando pelo Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; link: http://lattes.cnpq.br/9001449189797998; E-mail: professorveras99@gmail.com

Introdução

O espaço urbano, em sua complexidade e dinamicidade, constitui um dos principais focos de análise para compreender as transformações sociais e econômicas que moldam a organização das cidades contemporâneas. Neste trabalho reconheço o espaço como um conjunto dinâmico e complexo de relações de fixos e fluxos, abrangendo dimensões físicas e sociais. Aqui o espaço deve ser entendido como uma dimensão dialética da sociedade, formada por uma configuração sistêmica que funde objetos e ações em um todo coeso (SANTOS, 2008).

No contexto deste artigo, a abordagem sobre o espaço é intrinsecamente conectada ao conceito de "direito à cidade", proposto por Henri Lefebvre. Para Lefebvre, o direito à cidade não se limita ao simples acesso ao espaço urbano, mas implica a possibilidade de transformação, apropriação e recriação do espaço pelas populações que nele vivem (LEFEBVRE, 2001). Esse direito, muitas vezes negado às populações marginalizadas, é um tema central para a compreensão das ocupações informais, como Brasília Teimosa, onde a luta pela permanência e pela dignidade no espaço urbano se torna um marco da resistência social frente às dinâmicas de exclusão.

Outro conceito essencial para a discussão é o da produção capitalista do espaço, amplamente analisado por David Harvey. A partir dessa perspectiva, compreende-se que a soberania do capitalismo alcançou tal amplitude que passou a influenciar diretamente a produção dos espaços urbanos. Sob a lógica do capital, a cidade e suas habitações tornam-se mercadorias, conduzidas por uma unidimensionalidade do acúmulo de riqueza (HARVEY, 2006). Esse processo subordina o direito à moradia à capacidade de compra e empurra as populações mais vulneráveis para as margens das cidades ou para ocupações informais, criando dinâmicas de exclusão territorial e segregação espacial.

É nesse panorama que a ocupação de Brasília Teimosa em Natal, Rio Grande do Norte, surge como um caso emblemático para refletir sobre as interações entre a

produção do espaço, a luta pelo direito à cidade e a resistência das populações marginalizadas frente à hegemonia capitalista. A comunidade, formada a partir de ocupações informais na década de 1960 – recorte temporal deste objeto – apresenta-se como um exemplo claro das consequências da lógica capitalista sobre a produção dos espaços urbanos. A ausência de políticas públicas eficazes para habitação, combinada com o crescimento populacional acelerado e a especulação imobiliária, resultou na formação de territórios informais como alternativa de moradia para as classes populares.

Este artigo busca, portanto, analisar a formação de Brasília Teimosa sob essas perspectivas, destacando as tensões entre as dinâmicas capitalistas e as estratégias de resistência dos moradores. Para tanto, a pesquisa está ancorada em fontes históricas, como jornais da época, que registram os conflitos e as negociações envolvendo a comunidade, analisados a partir da metodologia desenvolvida por Norman Fairclough.

Desenvolvimento Urbano: o contexto que precede Brasília Teimosa

De acordo com o estudo *Tendências Demográficas: uma análise da população com base nos resultados dos Censos Demográficos de 1940 e 2000* (IBGE, 2007), a segunda metade do século XX foi um período de intensas transformações sociais no Brasil, marcadas por um acentuado crescimento da população urbana em relação à rural. Em 1940, o Brasil ainda era predominantemente rural, com cerca de 2/3 da sua população vivendo no campo. Contudo, ao final do século, essa situação se reverte: em 2000, a população urbana passou a representar aproximadamente 81% da população total, enquanto a rural havia diminuído drasticamente para aproximadamente 19%. Esse fenômeno de urbanização acelerada pode ser atribuído a uma série de fatores, como a industrialização, o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a modernização das cidades e o movimento migratório de

trabalhadores rurais em direção aos centros urbanos, em busca de melhores oportunidades econômicas e de vida (IBGE, 2007).

No contexto do Rio Grande do Norte, essas mudanças refletem-se de maneira particular, especialmente na cidade de Natal, que experimentou um crescimento populacional expressivo no período entre as décadas de 1940 e 1960 (IBGE, 2007).

Com a chegada dos norte-americanos a Natal na década de 1940, durante a Segunda Guerra Mundial, a cidade vivenciou uma nova experiência de espaço e tempo que marcou profundamente suas relações sociais. Esse contexto não apenas moldou as conjunturas econômicas e sociais do período, mas também exerceu uma influência que impulsionou o desenvolvimento futuro da cidade. Esse cenário de interação cultural e a consequente modernização das infraestruturas urbanas contribuíram para uma crescente atratividade de Natal, intensificando o fluxo populacional ao longo das décadas seguintes (LOPES, 1997).

De acordo com os dados divulgados pelo IBGE, a população de Natal aumentou significativamente, passando de 35.242 habitantes em 1940 para 201.000 habitantes em 1967, o que representa um crescimento expressivo em pouco mais de trinta anos, assim como podemos observar no seguinte gráfico (IBGE, 2008):

Figura 1 - Evolução da População de Natal

Século	Ano	População	Fonte
XVII	1630	Aproximad. 120 - 130 hab.	Frei Vicente do Salvador, História do Brasil [1627], 1982.
XVIII	-	Aproximad. 900 hab.	Adriano Verdonck Brabant [1630], apud Cascudo [1946] 1999.
XIX	1805	6.393 hab.	Domingos Monteiro da Rocha, 1759, apud Cascudo, [1945] 1999.
	1810	5.977 hab.	Mappa dos habitantes existentes nesta freguesia de Nossa Senhora da Apresentação capital do Rio Grande do Norte neste ano de 1810. Acervo do IHG/RN
	1873	8.909 hab.	Recenseamento do ano de 1873. Acervo do IHG/RN
XX	1900	16.056 hab.	Recenseamento oficial do ano de 1900. Apud Cascudo, [1946] 1999.
	1940	35.242 hab.	Cascudo, [1946] 1999.
	1967	201.000 hab.	Dantas et ali, 2006.
	1980	416.898 hab.	Censos demográficos do IBGE
	1991	606.887 hab.	
	2000	712.317 hab.	

Fonte: MELO, Carina Mendes dos Santos Melo; SILVA FILHO, Romero de Oliveira e. (Org.). **Centro Histórico de Natal**. Natal: IPHAN/RN, 2007.

Esse aumento populacional entre as décadas de 1940 e 1960 foi fortemente impulsionado pelo processo de migração no Rio Grande do Norte, influenciados por um conjunto de fatores como episódios de seca no sertão potiguar e suas altas expectativas nas transformações econômicas, urbanas e sociais, na capital do Estado. Especialmente devido ao processo de industrialização nas cidades e à modernização agrícola no campo. Essas mudanças resultaram na diminuição de empregos rurais e, ao mesmo tempo, ampliaram as oportunidades nos centros urbanos, levando a uma significativa migração para Natal. Políticas de desenvolvimento regional, como as da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), também desempenharam um papel crucial, estimulando investimentos urbanos e a criação de infraestrutura que atraíam trabalhadores do interior do estado em busca de melhores condições de vida (CLEMENTINO, 1990).

Essa expansão urbana não se restringe a um crescimento demográfico, mas envolve também transformações socioeconômicas profundas. A industrialização e o incentivo à urbanização, promovidos pela SUDENE, introduziram novos processos

produtivos e exigiram adaptações na infraestrutura e nos serviços urbanos (CLEMENTINO, 1990). Ao final da década de 1960, período que constitui o recorte temporal do objeto desta tese, o Rio Grande do Norte já apresentava níveis elevados de urbanização, os dados do censo demográfico de 1960 apontam para uma taxa de urbanização de quase 50% nesta década (PRANTO, 2017).

O rápido crescimento populacional intensifica de forma contínua a demanda por habitação, uma necessidade que a cidade, com suas condições estruturais limitadas, não consegue suprir adequadamente, refletindo na formação de espaços informais[2]. Em meio a essa efervescência urbana e ao agravamento da crise habitacional, surge a comunidade de Brasília Teimosa, formada por moradores que, diante da falta de alternativas e descaso governamental com a questão da moradia, passaram a ocupar terrenos disponíveis de maneira informal. Esse movimento de ocupação não apenas evidencia as carências do planejamento urbano, mas também simboliza a luta das classes populares por um espaço na cidade.

Brasília Teimosa e sua gênese

A comunidade de Brasília Teimosa, localizada na Zona Leste de Natal, começou a se consolidar entre o final da década de 1950 e o início dos anos 1960, em um cenário marcado pela ocupação de terrenos sem uso prático pelo poder público e particulares (LIRA, 2011), em meio a um contexto de crescimento constante pela demanda à habitação, observado anteriormente. Os primeiros vestígios sobre as primeiras ocupações, são possíveis de serem observadas no jornal A Ordem publicada em 7 de abril de 1962:

> ***O povo construiu o bairro durante a noite***
>
> *São estes os principais problemas de Brasilia Teimosa. O leitor talvez esteja desejoso de saber como surgiu esta favela na nossa cidade. É simples. O próprio nome indica: "pela teimosia de seus primeiros moradores". Em 1958 foram construídas no local, atualmente*

[2] Neste texto, os espaços informais são entendidos como áreas urbanas desenvolvidas sem o planejamento ou a regulamentação das instituições legais do Estado brasileiro, formadas em territórios não contemplados pelas políticas de urbanização oficial.

> *ocupado pela comunidade, 4 casas de propriedade dos senhores Mariano Francisco de Lima, Antonio Torquato, Inacio Silva e Cícero Peba.*
>
> ***INVESTIDA***
>
> *Quando do término da gestão do Sr. José Pinto Freire (fins de 60 para início de 1961), apareceu nos limites da praia do meio um monte de material de construção, tal material tinha sido ali colocado para ser revendido. tomava conta um guarda da inspetoria de trânsito. Do dia para a noite surgiram 80 casas no local. Por ordem do prefeito Djalma Maranhão, o Sr. João Santana, então chefe da secção de cadastro, foi proibir a continuação das construções, de vez que aquele terreno estava sendo loteado pela prefeitura (loteamento da avenida circular). todas estas casas foram derrubadas por ordem do prefeito.*
>
> ***PERSISTÊNCIA***
>
> *O povo não desistiu. grande número de flagelados vindos do interior, juntamente com pessoas residentes no canto do mangue, formou o chamado "Clube da Lamparina" e de noite, cada qual com uma lanterna começou a construção de novas casas. Novamente, sem que as autoridades municipais previssem surgiram 130 residências. Nesta altura, o Dr. Ernani Silveira mandou fiscais para vigiar o local durante o dia e também a noite. Com essa medida cessaram as construções clandestinas.*
>
> ***EVOLUÇÃO***
>
> *É esta a síntese do histórico de "Brasília Teimosa". Foi um bairro que surgiu, como pode notar os leitores, por teimosia, por isto que o nome atual é justificado.*
>
> *Os compradores dos lotes estão recebendo dinheiro pago pela prefeitura, de vez que não puderam construir no local, em consequência da invasão do povo.*

A reportagem revela que as primeiras ocupações de Brasília Teimosa datam de 1958, quando foram erguidas quatro casas pelos senhores Mariano Francisco de Lima, Antônio Torquato, Inácio Silva e Cícero Peba, estabelecendo o marco inicial da comunidade. O nome "Brasília Teimosa" é, por si só, carregado de simbolismo, refletindo o espírito de resistência dos moradores que, ao longo dos anos, enfrentaram a constante repressão policial e a demolição de suas moradias, já que a ocupação não possuía respaldo legal.

Essa persistência dos moradores parece ter sido motivada pela necessidade urgente de habitação em uma cidade onde o acesso a moradias formais era escasso e determinado pelo poder de compra do cidadão. Em resposta às tentativas de remoção, a comunidade organizou o "Clube da Lamparina", uma estratégia que lhes permitia construir casas à noite, iluminados apenas por lanternas, num ato de

resistência que desafiava a vigilância das autoridades. Essa tática não só garantia a continuidade das construções como também unia os moradores em torno de alguns objetivos comuns: consolidar seu espaço na cidade e suprir sua necessidade por uma habitação.

Assim, o nome "Brasília Teimosa" não apenas indica o local, mas reveste a história de luta e teimosia dos habitantes, que, diante de tantas adversidades, reivindicaram o direito à cidade e ao lar. Cada construção erguida, cada lanternada noite adentro era uma afirmação desse direito, demonstrando que, apesar das tentativas de remoção e da falta de amparo legal, a comunidade seguiu firme em sua determinação de se estabelecer e prosperar.

De fato, a denominação "Teimosa" não apenas refletia a persistência dos moradores, mas também simbolizava o contraste marcante entre os luxos da recém-construída capital federal, Brasília, e as condições precárias dessa comunidade costeira. Enquanto Brasília (capital do Brasil) se erguia como um símbolo de modernidade e planejamento urbano, Brasília Teimosa desenvolvia-se de forma improvisada e sem amparo estatal, evidenciando uma ironia que, aos poucos, consolidava a identidade local.

Ainda, diante da observação de algumas fontes históricas, pode-se observar que a ocupação de Brasília Teimosa tornou-se palco de conflitos frequentes entre os moradores e agentes da Guarda Municipal e da Polícia. Essa luta por uma habitação minimamente digna, manifesta-se em múltiplas dimensões, inclusive no embate físico, como podemos perceber no episódio relatado pelo jornal *Diário de Natal em agosto de 1962*, quando moradores armados ameaçaram os guardas que tentavam impedir a construção de casebres na área.

> ***"GUARDA MUNICIPAL IMPOTENTE PARA IMPEDIR CONSTRUÇÃO DE CASEBRES: BRASÍLIA TEIMOSA***
>
> ***Moradores ameaçaram 'cortar os policiais de facão' - Por pouco não houve um choque***

> *Foi necessária a intervenção da polícia, ontem à tarde, cerca das 17,30 horas, a fim de que não se registrasse um choque, entre moradores de casebres em Brasília Teimosa e elementos da Guarda Municipal do Natal.*
>
> *A fato originou-se quando dois Guardas Municipais, que ali dão serviço, procuraram evitar que se construísse no local casebres.*
> *A interferência dos funcionários da Prefeitura, ocasionou um ajuntamento de pessoas residentes em Brasilia Teimosa, que, (alguns armados), procuravam evitar que os Guardas Municipais impedissem a construção dos mocambos.*
>
> ***AMEAÇARAM***
>
> *Alguns dos mais exaltados ameaçaram "cortar de facão" os dois Guardas Municipais e, certamente o teriam feito, se outras pessoas não tivessem intervido, impedindo um choque.*
> *Posteriormente, compareceu no local, um destacamento da Rádio Patrulha que restaurou a ordem." (jornal Diário de Natal, 22 de agosto de 1962, Edição 6698)*

Esse incidente exemplifica a dimensão física do embate entre os ocupantes e as autoridades, que viam a comunidade como uma ocupação ilegal, passível de repressão. Tal resistência, no entanto, parece ser uma resposta desesperada da população local, que reivindicava o direito de habitar a cidade, mesmo que à margem das regulamentações formais.

Tecendo brevemente uma análise textual com base na metodologia apresentada no livro "Discurso e Mudança Social" do Norman Fairclough, ao iniciar pelo título "GUARDA MUNICIPAL IMPOTENTE PARA IMPEDIR CONSTRUÇÃO DE CASEBRES: BRASILIA TEIMOSA" é possível notar na organização dessas palavras um tom de conflito ao enfatizar a "impotência" das forças policiais diante da determinação dos moradores em construir suas habitações. Este termo sugere uma oposição de forças entre a população e as autoridades, destacando a incapacidade do poder estatal em exercer controle sobre aquela área. Além disso, o uso de termos como "choque" e "ameaçaram cortar os policiais de facção" intensifica a ideia de tensão e perigo, descrevendo os moradores como indivíduos exaltados e armados, enquanto a intervenção da Rádio Patrulha é apresentada como necessidade para "restaurar uma ordem".

A linguagem utilizada no texto também recorre a expressões repletas de subjetividade, como "exaltados" e "certamente o teriam feito", construindo uma

imagem negativa dos moradores. Essas escolhas lexicais reforçam a visão dos ocupantes como uma ameaça e posicionam a Guarda Municipal quase como uma vítima, indicando que a violência teria ocorrido se não fosse a intervenção de "outras pessoas". Essa construção linguística, portanto, tende a moldar a narrativa em favor da autoridade pública, enquanto sugere um comportamento desordeiro dos moradores.

Além disso, é importante observar o lugar de produção dessa fonte histórica, tendo em vista que, o jornal, ao reportar esse embate, é participante não apenas como uma fonte de informação, mas também como um possível mediador ideológico que reforça a autoridade estatal e questiona a legitimidade das ocupações informais.

Ao narrar o evento com foco nas ameaças feitas pelos moradores, o *Diário de Natal* pode estar respondendo a uma expectativa social de criminalização das ocupações irregulares e de apoio ao poder público. Essa prática discursiva contribui para construir uma representação dos moradores como uma ameaça à ordem urbana e legitimar a intervenção policial como uma medida necessária para conter o "caos". Dessa forma, o jornal articula uma narrativa que reforça a hegemonia do discurso estatal de controle sobre áreas de ocupação, minimizando as demandas sociais dos ocupantes por moradia e por inclusão na cidade formal.

Na dimensão da prática social do discurso, é possível notar que o artigo reflete as tensões socioeconômicas e políticas da época, nas quais o direito à cidade — enquanto a possibilidade de ocupação e participação no espaço urbano — era limitada a determinados grupos sociais. Ao descrever a resistência dos moradores de Brasília Teimosa, o texto expõe a dinâmica de exclusão social e espacial enfrentada pela população mais pobre de Natal.

A resistência dos moradores ao tentarem construir suas casas em uma área de ocupação informal pode ser interpretada como uma luta pelo direito à cidade,

conforme teorizado por Henri Lefebvre. Eles buscavam, por meio dessa ocupação, a possibilidade de existir e perpetuar suas vidas no meio urbano. No entanto, a narrativa jornalística, ao enfatizar o caráter violento e caótico da ocupação, ajuda a naturalizar e legitimar a exclusão desses moradores do espaço urbano planejado, justificando, assim, as ações repressivas como medidas legítimas.

Ao apresentar a presença da Polícia e da Guarda Municipal como uma resposta necessária, o jornal acaba reafirmando uma estrutura social que privilegia a ordem exigida sobre as demandas sociais por habitação, reforçando a hegemonia das elites e do poder público. Em um contexto de expansão urbana e valorização imobiliária, a narrativa jornalística contribui para a construção de uma percepção negativa da ocupação, alinhando-se com os interesses que visavam à exclusão de população informais das áreas centrais e valorizadas da cidade.

A produção capitalista do espaço e a formação dos espaços informais.

Outra discussão que merece atenção, para uma compreensão mais aprofundada do objeto de estudo, refere-se à formulação de uma hipótese baseada na construção de uma narrativa que estabelece uma relação direta entre a produção capitalista do espaço, conforme descrita por David Harvey em *A Produção Capitalista do Espaço*[3], e a formação de espaços informais nas cidades capitalistas. De acordo com Harvey, a lógica capitalista tende a influenciar fortemente o desenvolvimento urbano e a oferta de habitação, no sentido em que transforma a moradia em uma mercadoria, desvinculando-a de seu valor social e atrelando-a ao acúmulo de capital. Sob essa ótica, o direito à moradia fica submetido pela capacidade de compra, o que gera processos de exclusão para as parcelas da população que não conseguem atender às exigências do mercado imobiliário. Para esses indivíduos, sem condições financeiras de adquirir um imóvel, restam poucas alternativas de habitação, o que impulsiona a criação de ocupações informais.

[3] HARVEY. A Produção Capitalista do Espaço. – 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2006

A concepção de espaço como mercadoria responde a uma lógica que alinha a necessidade humana de abrigo a um dos principais pilares do capitalismo: o acúmulo de riqueza. O problema é que essa perspectiva ignora o caráter essencial da moradia para o bem-estar e para a dignidade humana, desconsiderando, assim, os que não têm acesso ao mercado formal. Consequentemente, a função social do espaço urbano é suprimida pela dinâmica especulativa, na qual o valor do solo e dos imóveis se afasta das reais condições de acesso de boa parte da população.

Essa lógica excludente resulta em um cenário em que o direito à cidade – compreendido aqui como o acesso aos serviços urbanos, infraestrutura e oportunidades (LEFEBVRE, 2001) – é reservado apenas a quem pode pagar. A hegemonia da propriedade individual formalizada e registrada em cartório, acessível sobretudo aos de capital financeiro, acabou constituindo um dos mecanismos mais eficazes da máquina de exclusão territorial. O vínculo com o território é limitado a uma unidimensionalidade financeira, onde seu valor se resume à expectativa de rendimentos futuros (ROLNIK, 2015).

A cidade se apresenta como centro das ambições humanas em constante disputa, em que a produção do espaço obedece aos imperativos de acumulação capitalista e às demandas do mercado, onde o Estado aparece atuando no serviço da agenda capitalista, priorizando a construção de novas moradias para dinamizar a economia, em vez de atender às necessidades habitacionais de forma equitativa (MEDEIROS, 2013). Nesse contexto, quem não possui o capital para adquirir sua própria casa é empurrado para áreas periféricas, menos valorizadas ou mesmo não regulamentadas, onde o acesso à moradia se dá por meio de ocupações irregulares e informais.

A exclusão das classes vulneráveis do mercado formal de moradia leva à produção de espaços informais como uma consequência direta da lógica capitalista. A ausência de políticas públicas efetivas que integrem essas populações ao tecido

urbano formal tende a reforçar a tendência de ocupação de terrenos vazios, muitas vezes sem infraestrutura ou serviços básicos, como saneamento, iluminação e transporte. A informalidade emerge, então, como uma resposta às falhas do sistema, que prioriza o lucro e a especulação imobiliária em detrimento das necessidades sociais. Para muitos, ocupar um terreno torna-se a única alternativa possível para suprir a necessidade de abrigo, um direito essencial, mas inacessível para alguns no sistema capitalista de produção do espaço.

Esse processo de exclusão que impulsiona a criação de espaços informais dialoga diretamente com a forma de conceber o espaço urbano como mercadoria. O ciclo de acumulação e a busca incessante por lucro levam ao abandono das questões sociais, relegando as populações vulneráveis à informalidade e favorecendo a segregação espacial. Aqueles que não conseguem participar do mercado formal acabam criando dinâmicas urbanas, ocupando áreas sem planejamento ou regulamentação, o que acentua o caráter dual das cidades, divididas entre áreas formais, bem atendidas e integradas, e áreas informais, marginalizadas e com pouco ou nenhum investimento público.

Seguindo essa linha de raciocínio, é pertinente observar como a estrutura de exclusão territorial produz experiências semelhantes em diferentes contextos geográficos. No caso da comunidade de Brasília Teimosa, essa dinâmica de produção dos espaços marginais materializa-se na luta coletiva pelo direito à moradia, uma reivindicação amplamente documentada em fontes históricas diversas. Documentos, registros de jornais e depoimentos de moradores evidenciam, além do processo de ocupação, a constante tensão sobre o destino dessa população, em meio às intenções governamentais de remover a comunidade. Um exemplo claro é encontrado na seguinte publicação de 1963, onde o jornal *A Ordem* destaca a visão dos governantes sobre Brasília Teimosa:

"Brasília Teimosa será transferida

> *No banquete oferecido ao Sr. Governador do Estado… perguntamos-lhe o que pretendia fazer com Brasília Teimosa, apêndice enfeiando um dos mais belos trechos da cidade… Realmente faz parte do planejamento a sua retirada para local apropriado, e já estão sendo construídas casas populares para essa transferência. O aumento dos veranistas na faixa de Brasília Teimosa, é que tem dificultado as providências já elaboradas." (Jornal A Ordem, 17 de agosto de 1963)*

Esse fragmento evidencia a pressão exercida pelo poder público sobre a comunidade de Brasília Teimosa, tratada como um "apêndice" indesejável que comprometia a imagem dos setores mais valorizados da cidade. A fala do governador, ao afirmar que "faz parte do planejamento a sua retirada", revela uma intenção clara de deslocar a comunidade para uma área periférica e longe dos 'belos trechos da cidade', evidenciando o desprezo pelas necessidades e desejos dos moradores. Embora não inclua diretamente a voz desses habitantes, a passagem sugere o impacto dessa política em suas vidas diárias, deixando transparecer o temor constante de despejo, imposto pela força governamental. O plano de remoção anunciado e as construções planejadas em outras áreas podem ter aumentado a sensação de insegurança e desamparo, reforçando o conflito entre a pressão pela valorização imobiliária e o direito de permanência dos moradores. Fenômenos similares, de remoções forçadas e pressões sobre comunidades marginalizadas, também eram observados em outros estados do Brasil, revelando uma dinâmica comum na produção capitalista do espaço urbano.

Nesse sentido, em outro contexto geográfico, especificamente na favela Vila Operária, no município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense (RJ), Mauro Amoroso[4] desenvolve um artigo[5] que, por meio da metodologia da História Oral, traça a trajetória de construção e consolidação das moradias dessa comunidade. Ao longo desse processo, Amoroso identifica a reprodução de uma estrutura de exclusão, semelhante à observada na comunidade de Brasília Teimosa, onde os

[4] Professor associado da FEBF/UERJ, do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTORIA/UERJ) e do Programa de Pós-Graduação em História Social (FFP/UERJ).
[5] AMOROSO, Mauro. Memória, propriedade e resistência: a trajetória da moradia como acesso ao direito à cidade. O Social em Questão, Rio de Janeiro, ano XXI, n. 42, p. 169-188, set./dez. 2018.

moradores enfrentaram pressões para abandonar o local. As entrevistas coletadas revelam sentimentos de insegurança e resistência, que refletem tensões e intenções governamentais semelhantes às documentadas sobre a tentativa de remoção de Brasília Teimosa. Uma das principais entrevistadas, Djanira dos Santos, ao ser questionada sobre a mobilização comunitária para resistir às tentativas de remoção, relata:

> *E pra querer invadir pra atrapalhar a reunião que ele ia falar ao povo, né? Que já era sobre a Vila Operária. Porque teve BNH querendo invadir aqui, querendo construir prédios dizendo que ia dar um apartamento pra cada um e a gente não deixava ir. E a gente falava, botava o povo consciente do que tava acontecendo. [...] Vinham dando propostas que iam invadir aqui pra fazer com escavadeira, com tudo, pra derrubar tudo e fazer prédios pra cada um dos moradores dava um apartamento a cada um dos moradores. (depoimento de Djanira dos Santos, 16/09/2017).*

Esses depoimentos revelam o medo recorrente de despejo que permeava a vida dos moradores, e a clara intenção das autoridades de remodelar o território sem considerar o vínculo estabelecido pela comunidade com o local. A resistência dos habitantes da Vila Operária, assim como em Brasília Teimosa, ilustra a luta pela permanência e pelo direito de decidir sobre o próprio espaço.

As situações descritas em distintos contextos geográficos, mas com notáveis semelhanças em seus processos de formação, evidenciam pontos de encontro e conflito entre o avanço da produção capitalista do espaço e a resistência dos territórios populares. No caso de Brasília Teimosa e da Vila Operária, observa-se uma dinâmica comum em que comunidades marginalizadas lutam para permanecer em áreas almejadas pelo mercado imobiliário e por interesses governamentais, os quais buscam transformar esses espaços para atender a objetivos econômicos e de "modernização" urbana. É evidente que, embora separados por contextos locais específicos, ambos os territórios revelam uma estrutura semelhante de disputa e negociação entre os moradores e as forças externas que tentam desarticular suas vidas e laços comunitários.

Essa conexão entre diferentes espacialidades reforça a ideia de que a exclusão territorial e a luta pelo direito à cidade são fenômenos globais, manifestando-se em múltiplas escalas e temporalidades. Assim, Brasília Teimosa, em sua resistência e na construção de um espaço próprio, integra uma dialética com outros espaços geográficos que considerados periféricos ao redor do mundo, compartilhando experiências semelhantes de exclusão e resiliência.

Considerações Finais

A análise da formação de Brasília Teimosa evidencia como a dinâmica capitalista de produção do espaço urbano gera processos de exclusão territorial que afetam diretamente populações marginalizadas. A lógica de mercantilização da moradia e a negação do direito à cidade, conforme Lefebvre, tornam-se elementos centrais para compreender os conflitos vividos por comunidades como Brasília Teimosa. A resistência dos moradores, manifestada pela persistência na ocupação e pela organização coletiva, revela a luta pela permanência e apropriação do espaço urbano, contrapondo-se às pressões do mercado imobiliário e às políticas públicas excludentes.

Ao adotar a metodologia da análise do discurso de Fairclough, foi possível desvendar como práticas discursivas contribuíram para a construção de narrativas que legitimaram ações de remoção e marginalização dessas comunidades. Contudo, ao mesmo tempo, essas fontes também permitem identificar as estratégias de resistência popular, que não apenas questionaram a hegemonia do capital sobre o espaço urbano, mas também criaram dinâmicas de solidariedade e reivindicação por direitos fundamentais.

Esse estudo reafirma que fenômenos como os observados em Brasília Teimosa são parte de uma dinâmica mais ampla e global, onde a exclusão territorial e a luta pelo direito à cidade são desafios recorrentes. Assim, compreender a história dessa comunidade não apenas lança luz sobre os processos de urbanização em

Natal, mas também contribui para o debate sobre a necessidade de políticas urbanas que priorizem o bem-estar social e a inclusão, em detrimento de interesses especulativos. Brasília Teimosa emerge, portanto, como um símbolo de resistência e resiliência, representando as vozes que insistem em permanecer e transformar os espaços urbanos de acordo com suas necessidades e aspirações.

REFERÊNCIAS

AMOROSO, Mauro. Memória, propriedade e resistência: a trajetória da moradia como acesso ao direito à cidade. O Social em Questão, Rio de Janeiro, ano XXI, n. 42, p. 169-188, set./dez. 2018;

BOUCHERON, Patrick; DELALANDE, Nicolas (org.). Por uma História-Mundo. São Paulo: Autêntica, 2015;

CLEMENTINO, Maria do L. Miranda (1990). Complexidade de uma Urbanização Periférica. Campinas (SP): IE/UNICAMP;

FAIRCLOUGH, N. Discurso e mudança social Discurso e mudança social. Coord. trad. . Coord. trad. rev. técnica e pref. técnica e pref. I. Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, 316 págs. Universidade de Brasília, 2001;

HARVEY. A Produção Capitalista do Espaço. – 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2006;

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Tendências demográficas: uma análise da população com base nos resultados dos censos demográficos de 1940 e 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007;

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; SEMURB, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo; DIPE, Departamento de Informação, Pesquisa e Estatística; SPE, Setor de Pesquisa e Estatística (ORG.) *Natal em dados e evolução da cidade*. Natal: IPHAN/RN, 2008.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001;

LIRA, Isaac. A Resistência da Brasília Litorânea. Tribuna do Norte, Natal, 01 maio de 2011;

PRANTO, Aliny Dayany Pereira de Medeiros. *O desenvolvimento urbano da cidade do Natal na década de 1960 e a campanha "De pé no chão também se aprende a ler"*. XXIX Simpósio Nacional de História, 2017;

SANTOS, Milton. A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 8. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. - (Coleção Milton Santos; 1);

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38460

A RECONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA NO BRASIL REPUBLICANO:

lutas e disputas políticas a partir das contribuições de Domenico Losurdo

Rubens de Andrade Quirino

RESUMO:
A democracia é um conceito que foi e continua sendo utilizado pelos diversos espectros políticos a fim de justificar as suas pautas. Porém, é notório na história do Brasil republicano a utilização de processos autoritários para se conquistar o poder, em sua maioria calcado em justificativas imaginárias, como o anticomunismo, construindo uma narrativa fantasiosa a fim de legitimar-se. O objetivo é refletir acerca do que seria essa democracia do século XXI formulada ainda durante o século XX, em sua essência burguesa e desumana. Segue uma abordagem qualitativa através dos principais autores: Losurdo (2020) e Motta (2020). Como resultados iniciais, é possível observar duas orientações: a primeira é a política da caracterização do outro, a segunda é o entendimento da democracia enquanto instrumento do sistema socio metabólico do capital.
PALAVRAS-CHAVE: Democracia, Brasil Republicano, Autoritarismo, Capitalismo.

RECONSTRUCTION OF DEMOCRACY IN REPUBLICAN BRAZIL: struggles and political disputes based on the contributions of Domenico Losurdo

ABSTRACT:
Democracy is a concept that has been and continues to be utilized by various political spectrums to justify their agendas. However, throughout the history of republican Brazil, it is evident that authoritarian processes have been employed to seize power, often based on imaginary justifications, such as anti-communism, constructing a fictional narrative to legitimize themselves. The aim is to reflect on what this 21st-century democracy, shaped during the 20th century, represents in its bourgeois and dehumanizing essence. A qualitative approach is adopted through the works of key authors: Losurdo (2020) and Motta (2020). As initial findings, two orientations can be observed: the first is the politics of characterizing the "other," and the second is the understanding of democracy as an instrument of the socio-metabolic system of capital.
KEYWORDS: Democracy, Republican Brazil, Authoritarianism, Capitalism.

Introdução

O século XX foi o período em que movimentos autoritários e ideologias extremistas conquistaram espaço na escala mundial. O mundo experenciou a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a ascensão do Nazifascismo nas décadas de 1920-1930, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e categorias como o Neocolonialismo e o Imperialismo, este último atuando de forma mais incisiva na manutenção da hegemonia do capital internacional.

O termo imperialismo deve ser trabalhado de forma um pouco mais elaborada, tendo em vista que é um conceito chave para a compreensão dos embates globais em torno das disputas pela hegemonia capitalista, e assim a construção da narrativa de uma exportação de democracia. O presente trabalho assume a perspectiva do intelectual e líder da Revolução Russa (1917) Lênin (1975, p. 129-130) ao entender o imperialismo como um regime superior do capitalismo, "Numa frase, "o imperialismo é o estágio monopolista do capitalismo."

Dessa forma, pode-se compreender que o Imperialismo é uma categoria que se alimenta das contradições dos próprios estágios do desenvolvimento do capital, tendo em vista que sai de um estágio concorrencial para o monopolista. A atuação se fez, historicamente, através da exportação de capital, através do domínio de um país sob outros.

Nesse contexto, com processos autoritários e movimentos de ordem colonial e expansionista, a democracia foi um instrumento pelo qual, de forma fabulada, o capitalismo conseguiu legitimar esses períodos e principalmente normalizar a escalada da barbárie humana.

Assim sendo, a perspectiva que a obra "*Colonialismo e luta anticolonial*" do filósofo italiano Domênico Losurdo (2020) traz, contribui grandiosamente para se pensar não só as categorias colonialismo, neocolonialismo e Imperialismo, mas também para a compreensão da conjuntura em que a democracia esteve disputada no cenário pós "queda" do campo socialista a partir da década de 1990.

A ideia de uma "revolução" democrática pós-comunismo se mostrou equivocada, tendo em vista as investidas da hegemonia capitalista nos países de Terceiro Mundo e conflitos ideopolíticos entre potências. Esse fato se dá pela configuração de uma democracia burguesa, ou como Losurdo (2020) conceitua, fabulada. Ainda sobre a perspectiva da superação dessa realidade material, o filósofo aponta o encaminhamento de três discriminações que precisam ser superadas para de fato se desenhar uma democracia real: a de gênero e sexo, censitária e de raça.

Este trabalho busca relacionar, também a partir das contribuições do italiano Domenico Losurdo (2020), os processos autoritários durante o Brasil republicano (pós-revolução de outubro de 1917) e a fragilidade da democracia burguesa no meio social, pelo qual se legitimou tais movimentos autoritários utilizando categorias como o "anticomunismo". Para tal análise, utiliza-se as contribuições do historiador brasileiro Rodrigo Patto Sá Motta (2020), no qual realiza um estudo aprofundado sobre as ondas anticomunistas no Brasil, evidenciando "a importância do fenômeno anticomunista para a compreensão da história do século XX" (p.16) e os movimentos autoritários entre (1917-1964), em sua obra "*Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*".

A democracia burguesa em flagelos: lógica do capital na análise da obra "colonialismo e luta anticolonial" de Domenico Losurdo

A história da democracia Ocidental é repleta de narrativas e ações contraditórias em sua essência. Recorrendo ao filósofo italiano Domênico Losurdo (2020), a quem se faz referência central nesse momento, as mutações do quadro

histórico e geopolítico que se tem no século XXI no Ocidente se deu, em grande medida, pela configuração dos acontecidos entre 1989-1991: a "queda" do campo socialista. Losurdo (p. 27) aponta esse período marcando a entrada "ao século XXI", justamente pela ideia de que a partir da queda do inimigo comum de todos – o malvado comunismo – o mundo agora estaria sob uma Democracia aos moldes da "revolução democrática pós-comunismo".

Esse ideário se deu de forma redondamente equivocada, tendo em vista o cenário catastrófico, ou melhor, terrorista, com que as categorias do neocolonialismo e imperialismo passaram a agir sob os países do globo. Como aponta Losurdo (2020):

> [no mundo, continuou] a recolonização do Terceiro Mundo e dos Bálcãs. Duas das guerras coloniais das quais falamos ainda estão em pleno desenrolar. O Iraque continua sendo martirizado sem piedade. [...] Depois da queda do "socialismo real" em um mundo unificado sob a hegemonia dos Estados Unidos, o embargo constitui, precisamente, a arma de destruição em massa por excelência. Os Estados Unidos estão decididos a usar essa arma também contra o povo sérvio. (Losurdo, 2020, p. 27)

Após a queda do "mundo socialista", pelo contrário do que se imaginava, as investidas e a essência desumana do mundo burguês imperialista se fizeram de forma continuada. Losurdo (2020) aponta alguns casos que evidenciam essa tese, tais como a Guerra do Iraque, os conflitos e a agressão militar sob a Iugoslávia – apesar da instituição da Organização das Nações Unidas (ONU) – com milhares de baixas, e o caso da invasão no Panamá em fins da década de 1980 e início da 1990. Todos esses casos citados têm uma característica em comum: o colonialismo e a manutenção da hegemonia estadunidense, agindo como instrumento do capital na lógica imperialista.

O estudo que o professor especialista em estudos Latino-Americanos Rampinelli (2001) fez, sobre a obra *"Hegemonia dos Estados Unidos no Novo Milênio"* do sociólogo americano J. Petras, aponta a força política, econômica e militar que os

Estados Unidos conseguiram através da expansão do seu Império. Primeiramente foquemos na questão militar, no qual:

> O bombardeio da Iugoslávia pela OTAN/EUA, os ataques aéreos ao Iraque, o lançamento de mísseis contra a Somália e o Afeganistão, a ampliação do grupo de membros da OTAN para incluir países que limitam com a Rússia, a incorporação na OTAN de 23 novos integrantes como associados na paz, a incontestada hegemonia dos EUA sobre a Europa Ocidental, exercida mediante a OTAN, são sinais de crescente militarização e exercício unilateral do poder de polícia mundial pelos EUA. Este poder imperial ressurgente está intimamente relacionado com o formidável crescimento do domínio econômico norte-americano nos anos 90. (Petras, p. 15)

A unilateralidade político/militar estadunidense é um fato incontestável, pelo menos a partir da década de 1990. As ações terroristas continuam durante todo o século XXI, seja com embargos sob países de ordem alternativa ao campo da soberania do império capitalista ocidental, como Cuba e Venezuela, até a ação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), no qual representa, em certa medida, uma organização de repressão violenta contra a soberania popular de países historicamente marcados pela luta anticolonial, anticapitalista e anti-imperialista. O caso do conflito Rússia-Ucrânia, que presenciou uma intervenção recente a partir de 2022, é um exemplo que evidencia a força dos aliados da OTAN e da possibilidade desta aliança formar países que tenham forças materiais e lutem sob a perspectiva da extrema violência contra os oprimidos.

Essa violência já é comum, como aponta Losurdo (2020), pois o sionismo é um movimento que é marcado em sua essência pelo colonialismo: "uma terra sem povo para um povo sem terra". Essa ideia é clássica na usurpação do território de um povo que é entendido enquanto inferior e sub-humano. Além disso, "o sionismo toma de empréstimo da tradição colonial as práticas de discriminação e opressão" (p. 33).

Nesse sentido, podemos concluir que, além de uma influência militar, a hegemonia estadunidense se faz também através da economia. É possível recorrer

ao período posterior à Primeira grande guerra (1914-1918), em que houve uma expansão de linhas de créditos com o objetivo de financiar a reconstrução de países da Europa. O programa oficialmente intitulado como *"European Recovery Program"* (Programa de Recuperação Europeia), em 1947, instituiu subsídios e linhas de créditos. Foram bilhões investidos, obviamente que não pela bondade, mas sim pela manutenção da influência hegemônica dos Estados Unidos enquanto "paladinos" da boa ordem e da reconstrução econômica da Europa. Portanto, as instituições econômico-financeiras do capital estadunidense tiveram uma alta durante o período de conflitos, característica elementar de uma potência fascista e sobretudo colonial.

A partir desse levantamento histórico do século XX e XXI, pode-se perceber como o conceito de Democracia foi sendo ressignificado e reconstruído pelo Ocidente, não com o intuito de demonstrar valor nas participações populares e valorização da soberania Nacional dos países – incluindo o Terceiro Mundo -, mas sim de legitimar uma série de intervenções terroristas e neocoloniais, que incidem não só em uma expansão territorial, mas também na expropriação de corpos, línguas, culturas e humanidades, à exemplo do sionismo, da instituição OTAN e de práticas neocoloniais, como aponta Losurdo (2020).

Prosseguindo, é possível pensar que, ao final do século XX e início do XXI, ao contrário do que se imaginava, a democracia não estava se reconfigurando de forma positiva, mas estava em um campo de disputa política entre partidos, personalidades e nações. No Ocidente, logo se construiu a narrativa sobre a democracia frente ao combate do inimigo número "um" da civilidade: o comunismo.

> "no início do século XX, uma moça fascinante e virtuosa (a senhorita Democracia) é agredida, primeiro por um bruto (o senhor Comunismo) e depois por outro (o senhor Nazifascismo). Aproveitando também os contrastes entre os dois e por meio de complexos eventos, a moça consegue enfim libertar-se da terrível ameaça. A senhorita Democracia pode agora coroar o seu sonho de amor mediante o casamento com o senhor Capitalismo;" (Losurdo, p.143)

A lógica por detrás desta ideia é demonstrar que existe uma nação firme e eficiente no combate destes movimentos que desestabilizam a democracia burguesa, que ganham terreno pelo menos desde a Revolução de Outubro. De forma evidente, a Nação que mantinha a tutela da democracia seriam os Estados Unidos. Foi em nome dessa democracia que se deu a série de invasões já citadas no início desde trabalho, entre as mais conhecidas, estão a invasão ao Afeganistão em 2001, apoio militar e estratégico no golpe Empresarial-Militar do Brasil em 1964, invasão pela "libertação" do Iraque em 2003, entre 2014/2016 no golpe[1] da presidenta Dilma Rousseff no Brasil, intervenção no Irã em 2020, entre tantas outras invasões e intervenções em nome da exportação da democracia liberal aos moldes estadunidenses.

Assim sendo, o leitor pode se questionar, como fazer para superar essa democracia liberal/burguesa? É possível dentro do sistema capitalista? Esses são questionamentos complexos e de respostas pouco objetivas. Nesse sentido, um dos encaminhamentos possíveis é a perspectiva que o próprio Losurdo (2020) elabora para a superação dessa frágil democracia, que seria a superação de três discriminações.

De acordo com Losurdo (2020, p. 144) "a democracia, até em seu significado mais elementar e imediato, implica a superação de três grandes discriminações (sexual ou de gênero, censitária e racial)". É possível perceber que, em uma democracia, mesmo que aos moldes liberal, não é possível que se considere a exclusão de parte da sociedade das decisões e participações políticas, como foi o

[1] É possível compreender como golpe o processo de 2016, que destituiu a presidenta democraticamente eleita Dilma V. Rousseff para o seu segundo mandato, pois ficou evidente as articulações do Congresso Nacional, com as chamadas "pautas bombas", o apoio da classe média e Empresarial, tendo em vista a baixa nas taxas de lucro e aumento de indicadores sociais, tais como a menor taxa de desemprego formal até 2014, estando abaixo de 5% e também pelo interesse estadunidense em corroer a defesa da Soberania Nacional e dos recursos naturais que se tinha durante os governos Dilma 1 e 2. De forma complementar, é indicado que o leitor conheça as obras do sociólogo Jessé Souza e a obra "O golpe de 2016: breve ensaio de história imediata sobre democracia e autoritarismo" de Tiago Bernardon.

caso das "senhoras Pankhurst" na Inglaterra, sufragistas que tinham suas liberdades ceifadas pelo Estado periodicamente, e os casos da Itália e França, no qual as mulheres só conseguiram conquistar os direitos políticos após a Segunda Guerra Mundial.

Além desta primeira discriminação, Losurdo (2020) também explora as demais discriminações. A exclusão censitária, por meio do qual a população de estrato inferior (proletários em geral) tinham seus direitos políticos exclusos, como no caso da Grã-Bretanha, em que se configurava um tipo de Aristocracia de classes. Um ponto importante é pensar essa Aristocracia europeia enquanto uma "permanência", ressalvando as suas rupturas com o Antigo Regime europeu, em que esse grupo também é entendido enquanto uma aristocracia de raça, de ex-proprietários de escravizados. Dessa forma, as relações sociais estão submetidas a um meio material que é em sua essência desigual.

Por fim, o autor se debruça sobre a discriminação racial, que não deve ser entendida enquanto menos importante, pelo contrário. Losurdo (2020, p. 147)) chama a atenção para a situação específica dos Estados Unidos, no qual "os povos de origem colonial eram ferozmente oprimidos: não gozavam nem de direitos políticos nem de direitos civis". Os casos mais emblemáticos são os linchamentos em que os povos negros eram submetidos durante os séculos XIX e XX, corroborando com a ideia e a legitimação da ideologia de movimentos como os da supremacia branca, no qual realizavam o que Losurdo (2020) denomina enquanto um "regime de terror" (p.148). Para o filósofo, pode-se perceber que a Revolução de Outubro de 1917 se mostra enquanto um marco para os avanços reais da civilização, como as discussões sobre as explorações raciais, de gênero e de classe, compreendendo essa revolução enquanto um marco histórico e social.

Nesse sentido, podemos concluir que não é possível compreender e empreender o conceito de democracia real para uma sociedade que é regida e

estruturada sob essas lógicas de exclusão racial, censitária e sexual, pois esses elementos básicos de exploração perduram até o século XXI, só sendo possível a sua superação em uma outra ordem de sociabilidade, que não a ordem do capital, pois esse se alimenta destas explorações para o seu enriquecimento financeiro e político.

O inferno é o outro – processos autoritários no Brasil republicano

Pensando na lógica das discriminações apresentadas anteriormente, elaboradas pelo filósofo Losurdo (2020), pode-se refletir sobre os processos de disputas pelo poder e a utilização da categoria "democracia" por projetos distintos no Brasil republicano.

Motta (2020) aponta[2] a existência de projetos diversos em sua essência, como o liberalismo e o conservadorismo, direita e esquerda liberal, que apesar das divergências, estiveram em conformidade com uma categoria importante para a história política do Brasil no século XX e XXI: o anticomunismo. Tal categoria estabeleceu o seu inimigo comum, que seria o comunismo contra a democracia, contra a civilidade e o desenvolvimento socioeconômico e da ordem.

No Brasil, a partir da década de 1920/30, com o contexto da fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), da Aliança Nacional Libertadora (ANL), do Levante comunista de 1935, e das tendências socialistas após a Revolução Russa de 1917, forças conservadoras se articularam para utilizar essa organização alternativa e consequentemente construir o "ar" de legalidade justificando golpes e movimentos fascistas.

[2] Todas as reflexões a respeito de Motta (2020) se referem a obra "Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964).

A escalada de um projeto autoritário[3] no Brasil começou, de fato, a partir da década de 1930. De acordo com Melo (2020, p. 13) "O próprio Brasil assistiu o surgimento de um autêntico movimento fascista com o Integralismo em 1932, fundado por iniciativa do escritor modernista Plínio Salgado." O integralismo representou no Brasil a ascensão do primeiro movimento fascista: mobilizou massas, de ordem nacionalista e de integração da sociedade, tinha aversão às políticas da esquerda assim como ao liberalismo econômico e corroboravam com os ideais de repressão aos movimentos sociais e dos trabalhadores.

Pode-se considerar o integralismo enquanto o fascismo brasileiro, porém, como aponta Gonçalves e Neto (2020, p. 13)[4], o movimento surge com o grupo Sociedade de Estudos Políticos (SEP) enquanto um projeto intelectual, que visava sobretudo a questão da integração e principalmente a valorização dos elementos nacionais e conservadores. A partir da década de 1930, com o integralismo e com o levante comunista de 1935, foram utilizados como "uma arma importante da propaganda anticomunista, [fato que ficou cunhado naquele período] a expressão "lembrai-vos de 35"" (Motta, 2020, p. 110).

Lembrar de 1935 é um pedido para que se memorize quem seria o inimigo do Brasil. A política da caracterização do outro, nesse momento, se faz valiosa, em que o outro seria o autoritário, incivilizado, bárbaro. Quando se caracteriza o outro enquanto o diferente e inferior, facilita no processo de justificativa e legitimidade da barbárie, foi o que aconteceu no Brasil em 1937 com a implantação de uma ditadura e foi o que aconteceu ente 1961-1964, utilizando da mesma justificativa.

No período de 1935-1937, a partir do que se chamou pejorativamente de "intentona" comunista de 1935, criou-se a narrativa, através do Plano Cohen, para

[3] É possível pensar no projeto dos partidos republicanos ainda no contexto da Primeira República (1889-1930), porém, falo a respeito de um projeto mais articulado, com grupos de formação e pesquisa, entre outros pontos que fazem com que a década de 1930 seja o início real dessa escalada, o que não impede de reconhecer que os primórdios se encontram nas décadas anteriores.
[4] A obra utilizada é intitulada "O Fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo".

mostrar a necessidade de se instaurar um Estado de Guerra no Brasil contra os comunistas. "Em 27 de setembro de 37, num encontro da cúpula militar, foi introduzido na pauta de discussão o [Plano] Cohen que, de acordo com GOES MONTEIRO, seria um Plano de ação judáico-comunista" (Mezzaroba. 1992, p. 4). O plano foi forjado pelos militares e pelo Governo com passagens delirantes, fantasiosas, sobre a ação de comunistas. Dessa forma, com a categoria do "anticomunismo", iniciou a ditadura do Estado Novo no Brasil (1937-1945).

O anticomunismo não se restringe, no Brasil, ao caso citado. Motta (2020) elabora o que seria a ideia de "ondas anticomunistas", que são momentos em que a ação comunista representou um período de tensão material entre os movimentos anticomunistas, tais como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Movimento por um mundo cristão (MMC), Liga da Defesa Nacional (LDN), a cruzada brasileira anticomunista, entre outras.

> Os dois grandes surtos anticomunistas foram durante a Era Vargas e no governo do presidente João Goulart, na primeira metade da década de 1960. Não que no espaço de tempo entre esses dois períodos o comunismo não fosse uma ameaça, mas esses recortes temporais em especial se configuram momentos de extremo perigo para a "segurança nacional". (Sobreira, 2013, p. 14-15)

Assim sendo, esses dois momentos (1937 e 1964) podem ser entendidos como justificados pela "ameaça comunista" a fim de legitimar a barbárie. Um elemento que sustenta o projeto de todas as ondas anticomunistas no Brasil republicano, como aponta Motta (2020), é a matriz do nacionalismo. Não aquele nacionalismo que compreendia o Estado Nacional "como agente político e econômico e fiador da soberania brasileira diante do imperialismo das potências capitalistas." (Motta, 2020, p.54), mas sim o nacionalismo de origem alemã, de "viés conservador [que] enfatizava a defesa da ordem, da tradição, da integração e da centralização contra as forças centrífugas da desordem." (2020, p.55).

A conjuntura que se tem, até então, é de que há uma defesa, partindo de diversos grupos políticos "todos unidos pelo anticomunismo, a doença infantil do antirreformismo dos conservadores" (NAPOLITANO, 2014, p. 43-44), com o objetivo de defender as nações das garras do comunismo que estava tomando materialidade desde a revolução Russa (1917). Esse ideário se dá fortemente enquanto principal argumento para o golpe Empresarial-Militar de 1964.

O argumento anticomunista "ressurge" no Brasil de 1961-1964 tendo em vista também o contexto global, momento em que o contexto da Guerra Fria (1947-1989) expunha a força das alianças pelas lutas anticoloniais alternativas ao campo capitalista que a União Soviética estava empenhada. Um agente que corrobora com a ideia é a participação estadunidense no controle ideopolítico do Brasil.

De acordo com José Paulo Netto (2014), a política externa estadunidense da década de 1960 foi feita a partir do que chamou de *contrarrevolução preventiva,* agindo pela manutenção da sua hegemonia no globo, "E o fez combinando ações diplomáticas (chantagem e pressão econômicas), desestabilização de governos e patrocínio a golpes de Estados (tal como no Brasil em 1964)" (Netto, 2014, p.31).

A participação estadunidense no Brasil se deu, sobretudo, pela escalada da alternativa socialista durante os anos 1960. Toda a movimentação, desde a renúncia de Jânio Quadros em 1961, até a posse de Jango, a narrativa que se construía era sobre o perigo do avanço do comunismo no Brasil, tendo em vista os projetos sociais reformistas de Jango. Dentre as intervenções dos EUA no Brasil, "criou-se a Escola Superior de Guerra/ESG, em 1949 — instituição que teria papel importante no golpe de 1964 e seus desdobramentos." (Netto, 2014, p. 32). Faz-se importante perceber que durante toda a articulação, a legitimidade do golpe se dava pela "luta democrática do Brasil sem comunismo".

Dessa forma, pode-se perceber as duas "ondas anticomunistas" de Motta (2020) no Brasil republicano e a justificativa da utilização de tal termo: a presença do anticomunismo enquanto elemento comum em ambos os processos. Ainda sobre tais "ondas", é possível pensar o Brasil no século XXI, o processo de "*golpeachment*"[5] entre 2013-2016 como uma nova onda anticomunista, tendo em vista que esses mesmos grupos que pediam pela intervenção no governo da Presidenta Dilma Vana Rousseff faziam:

> A defesa desavergonhada da ditadura e da tortura [...] acompanhada da recusa do reconhecimento de que o golpe de 1964 foi, de fato, um golpe. No entender desses grupos extremistas, em 1964 houve uma "revolução" que livrou o país do comunismo; agora, caberia uma "intervenção constitucional" das Forças Armadas, baseada em uma interpretação bastante criativa do artigo 142 da Constituição Federal (De Oliveira, 2016 p. 5 do arquivo)

A defesa do caráter nacional, da família e principalmente do anticomunismo se apresentou de forma escancarada durante o processo de *impeachment*: "Perderam em 64, perderam agora em 2016. [...] contra o comunismo, pela nossa liberdade [...]. Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim" – Bolsonaro em 2016 durante o discurso pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

Dessa forma, a democracia se mostra mais uma vez fabulada, é utilizada para que se justifique e legitime movimentos ou regimes fascistas (como bem diferenciou e pontuou Boito Jr, 2019)[6], autoritários, de torturas e contra os direitos sociais e políticos da classe proletária. Por fim, é importante que se pontue com firmeza que:

> A defesa da democracia deve ser feita às claras, isto é, deixando claro que ela é o melhor campo no interior do qual os trabalhadores podem levar a sua luta até o fim. Mas, também deve ser deixado bem claro que esse fim

[5] Termo elaborado pelo sociólogo brasileiro Jessé Souza 2019.
[6] O cientista político Amando Boito Jr. Realiza a reflexão a respeito da possibilidade de existir um movimento autoritário e fascista/neofascista, mesmo não estando institucionalizado (como no caso do governo Bolsonaro 2018-2022).

> significa a superação da própria democracia e a construção da forma mais elevada da convivência e da liberdade humanas, a sociabilidade comunista. (Tonet. 2017, p. 4)

A democracia liberal se mostra enquanto um campo de disputas por toda a diversidade de interesses, entre eles pela manutenção da hegemonia burguesa, mas também pelas conquistas com um denso limite material pela classe proletária. É por meio dessas disputas no seio do sistema que se pode corroer a estrutura de contradições que determinam as relações de desigualdades socioeconômicas, construindo assim uma nova sociabilidade alternativa à ordem do capital.

Considerações finais

Dessa forma, entende-se que a ideia de "revolução democrática" pós mundo socialista, na verdade, é a instituição de uma democracia fabulada que é formulada já desde o século XX. Experiências autoritárias, por meio do Imperialismo, Neocolonialismo e movimentos racistas utilizam da política de caracterização do outro como quesito principal para a legitimação das ações terroristas e pela ordem hegemônica do capital.

Além disso, voltando a análise para o Brasil, é possível observar essa caracterização de forma explícita, desde o levante comunista de 1935, passando pelo golpe Empresarial-Militar de 1964 e pelo *golpeachment* da presidenta Dilma Vana Rousseff, caracterizando o que o historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2020) entende enquanto "ondas anticomunistas".

Por fim, compreendemos que a Democracia real só é possível de ser alcançada com um processo de superação das três discriminações que o filósofo italiano Domenico Losurdo aponta: de sexo ou gênero, censitária e racial. Tais discriminações só podem ser superadas a partir de uma nova sociabilidade, tendo em vista que a estrutura é determinada pelo capital, estando essas discriminações intrínsecas ao desenvolvimento do sistema. Porém, é importante pontuar que é no

meio da democracia liberal que conquistas básicas da classe trabalhadora são alcançadas. Faz-se necessário pensar que a democracia liberal é o meio, não o fim.

REFERÊNCIAS

BOITO JR, Armando. O neofascismo no Brasil. **Boletim lieri**, v. 1, p. 1-11. 2019.

_____, Armando. O caminho brasileiro para o fascismo. **Caderno CRH**, v. 34, 2021.

DE OLIVEIRA, Tiago Bernardon. O golpe de 2016: breve ensaio de história imediata sobre democracia e autoritarismo. **Historiæ**, v. 7, n. 2, p. 191-232, 2016.

GONÇALVES, Leandro Pereira. O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo / Leandro Pereira Gonçalves e Odilon Caldeira Neto. – Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

LOSURDO, Domenico. Colonialismo e luta anticolonial: desafios da revolução no século XXI. Boitempo Editorial, 2020.

MELO, Demian. O bolsonarismo como fascismo do século XXI. **Neo) fascismos e educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil. Rio de Janeiro: Mórula Editorial**, p. 12-46, 2020.

MEZZAROBA, Orides. Produção Discente: Plano COHEN: a consolidação do anticomunismo no Brasil. **Seqüência Estudos Jurídicos e Políticos**, p. 92-101, 1992.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964) / Rodrigo Patto Sá Motta. - 2. ed. **- Niterói:** Eduff, 2020. - 334p. : il; 23cm.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro / Marcos Napolitano. - 1. ed., 7° reimpressão. - **São Paulo:** Contexto, 2019.

NETTO, José Paulo. Pequena história da ditadura brasileira [livro eletrônico]: (1964 1985). São Paulo: Cortez, 2014.

RAMPINELLI, Waldir. Hegemonia dos Estados Unidos no novo milênio-Globalização: o novo nome do imperialismo. **Lutas Sociais**, n. 7, p. 149-150, 2001.

SOBREIRA, Dmitri da Silva Bichara. O Anticomunismo no *A IMPRENSA*: Igreja Católica e golpe Civil-Militar na Paraíba (1962-1964). João Pessoa, 2013.

TONET, Ivo. O fim da democracia burguesa. Revista Novos Rumos, v. 55, n. 2, 2017.

ST-07: AGÊNCIAS, TRAJETÓRIAS E PROTAGONISMOS INDÍGENAS NAS CAPITANIAS DO NORTE (SÉCULO XVII AO XIX)

e

ST-13: SERTÕES: IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38446

ENTRE AS CAPITULAÇÕES DE PAZ E A "CRUEL GUERRA":

Resistência indígena e estratégias de sobrevivência nos sertões das Capitanias do Norte (1654-1664)[1]

Tyego Franklim da Silva[2]

RESUMO:
Este trabalho explora as estratégias de sobrevivência dos Janduís após a expulsão dos holandeses, entre 1654 e 1664, ressaltando a sua capacidade de adaptação, negociação e resistência frente à colonização luso-brasileira por meio de acordos de paz. A pesquisa foca em eventos ocorridos imediatamente após a expulsão dos holandeses das Capitanias do Norte, demonstrando que a capacidade de negociação e a busca pela sobrevivência dos Janduís é bem mais recuada do que as análises historiográficas demonstraram anteriormente. O estudo baseia-se em documentação colonial, sobretudo nos documentos salvaguardados no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), nos Documentos Históricos da Biblioteca Nacional (DHBN) e na Coleção Conde dos Arcos (CCA).
PALAVRAS-CHAVE: Resistência indígena; Janduís; Capitanias do Norte.

BETWEEN PEACE CAPITULATIONS AND THE "CRUEL WAR":
Indigenous resistance and survival strategies in the backlands of the Northern Captaincies (1654-1664)

ABSTRACT:
This study explores the political and military strategies of the Janduís indigenous, highlighting their ability to adapt, negotiate, and resist in the face of Luso-Brazilian colonization through peace agreements. The research focuses on events that took place immediately after the expulsion of the Dutch from the Northern Captaincies, demonstrating that the Janduís' capacity for negotiation and pursuit of survival dates

[1] O texto aqui apresentado reflete um recorte da pesquisa de doutoramento do autor, defendida em 2023 e intitulada "Entrada dos Palmares e sossego dos Tapuias do Rio Grande": as guerras de conquista dos sertões das Capitanias do Norte do Estado do Brasil (1654-1716)", aqui publicado para fins de divulgação do conhecimento histórico produzido. Ao logo da pesquisa da tese foram desenvolvidas análises mais aprofundadas sobre a *Iuri Belli*, as guerras de conquista dos sertões das Capitanias do Norte e a resistência indígena.

[2] Doutor em História e Espaços pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGH-UFRN); Professor da Educação Básica da rede estadual do Rio Grande do Norte (SEEC-RN); Pesquisador do Grupo de Pesquisa Formação dos Espaços Coloniais; Currículo Lattes: lattes.cnpq.br/2997280658761701; Email: tyegofranklim@gmail.com.

back further than previously indicated by historiographical analyses. The study is based on colonial documentation, particularly materials preserved in the Overseas Historical Archive (AHU), the Historical Documents of the National Library (DHBN), and the Conde dos Arcos Collection (CCA).
KEYWORDS: Indigenous resistance; Janduís; Northern Captaincies.

Introdução

Em 1654, logo após a expulsão dos agentes da W.I.C. das Capitanias do Norte ainda ardia na memória dos restauradores a insolência e a injúria de terem os Tapuia lutado ao lado dos holandeses contra os colonos luso-brasileiros. Entre os diversos grupos que formavam os Tapuia Tarairiú que viviam entre o que seriam as capitanias do Rio Grande e da Paraíba, aqueles sob o comando do principal Jandui – recebendo a denominação étnica de sua liderança – se destacaram no contexto da segunda metade do século XVII como aqueles que, além de atuarem ativamente nos embates entre os luso-brasileiros e holandeses, ainda souberam usar a legislação e as vias institucionais para garantir sua sobrevivência étnica[3].

Naquele momento, temendo represálias, os Janduí (assim como outros grupos indígenas das capitanias do Rio Grande, Paraíba e Itamaracá) buscaram junto ao governador de Pernambuco, Franscisco Barreto de Meneses (1654-1657), acordos de paz para garantir sua sobrevivência. Ao justificar a inclusão dos Janduís nos termos do "acordo de paz" de setembro de 1654, Barreto de Meneses dissera que "por que confio no dito regedor João Doim, e da gente de sua nação que procederá muito como deve a obrigação de leal vassalo de Sua Magestade"[4], dando a entender que havia uma confiança de que os termos do acordo seriam acatados e

[3] SANTOS JÚNIOR, Valdeci dos. **Os índios Tapuia do Rio Grande do Norte**: antepassados esquecidos. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2008. p. 22-23.
[4] DEU perdão em nome de El-Rei aos tapuias de que era regedor João Duim [Jandui]. Recife, 9 de setembro de 1654. Disposições dos Governadores de Pernambuco, AUC, CA, Cód. 31, fls. 17, doc. 36.

cumpridos pelos indígenas. Porém, dois meses depois, sob a pretensa acusação de que os indígenas tinham quebrado tal acordo, o mesmo governador deu ordem para que se movesse uma "cruel guerra" nos sertões, com a finalidade de desbaratar por completo a ameaça que os Janduís representavam, ativando a *Iure Belli* contra os indígenas.

Nesse sentido, o trabalho aqui apresentado tem por objetivo analisar os acordos de paz passados pelo governador de Pernambuco Francisco Barreto de Meneses aos indígenas das Capitanias do Norte logo após a expulsão dos holandeses, entendendo esses documentos como capitulações de supostas pazes que, não tardiamente, se converteram em uma "cruel guerra" contra os indígenas. O foco da análise está no protagonismo desses indígenas ainda nas décadas de 1650 e 1660, demonstrando que seu interesse em buscar as pazes como forma de sobrevivência antecede aos acordos de paz da década de 1690[5].

Entre regimentos e capitulações

Passado o período de domínio holandês sobre as Capitanias do Norte, após as guerras de expulsão dos agentes da W.I.C. das possessões portuguesas na América, as guerras contra os mocambos dos Palmares e dos sertões habitados pelos indígenas tapuias passaram a constar com maior frequência nas correspondências e documentos de cunho administrativo. Desde sua chegada para atuar na guerra contra os holandeses, em 1648, Francisco Barreto de Meneses – mestre-de-campo general da "Guerra da Liberdade Divina" – exercia o posto de governador de Pernambuco (MELLO, 2007). Sua posição à frente do governo foi mantida pelo Governo Geral, em 1654, após a expulsão dos agentes da W.I.C. das Capitanias do Norte. Desde então, as preocupações de Barreto de Meneses foram

[5] Diversos pesquisadores trataram anteriormente dos acordos de paz entre as autoridades da capitania do Rio Grande e os indígenas Tapuia na década de 1690, destaca-se: ALMEIDA, 2010; PUNTONI, 2002; POMPA, 2003; ALENCA, 2017.

no sentido de promover entradas contra os mocambos e contra os indígenas nas capitanias da Paraíba e do Rio Grande.

Ainda em 1653, o governador investiu na realização de entradas contra os mocambos da região dos Palmares. Em 9 de janeiro, Barreto de Meneses deu ordem para que o capitão de campo (equivalente ao "capitão do mato") Domingos Fernandes fizesse uma entrada contra os palmaristas, contando com a força de tropas de indígenas e mestiços (DAMASCENO, 2018, p. 41-42). A ordem do governador foi para que o capitão do campo matasse todos os negros salteadores que prendesse, além de "mandará por os quartos pelas estradas e caminhos em que assim fizeram os malefícios", ou seja: esquartejar os corpos e expor as partes nos caminhos que levavam às vilas e povoados, para servir de exemplo aos demais negros que cometessem qualquer delito contra os colonos[6].

Em outros dois momentos Francisco Barreto de Meneses proveu regimento à sujeitos responsáveis por realizar expedições para desbaratar os mocambos (DAMASCENO, 2018, p. 42-44): o primeiro a André Gomes (capitão-mor da vila das Alagoas do Sul) e ao capitão Brás da Rocha Cardozo, instruindo que combatessem os negros das "capitanias do sul"[7], datado de 5 de abril de 1654, com ordens para que "aprisionem todos os que acharem, assim homens como mulheres e meninos, e chegados aos ditos Palmares", além de percorrerem os sertões dos Palmares em busca das trilhas que pudessem levar "outros mucambos em que também darão assaltos e os destruirão aprisionando os negros que neles acharem"[8]; o segundo, de 5 de dezembro de 1654, para o sargento-mor Antônio Jácome

[6] ORDENOU ao Capitão de campo Domingos [Fernandez] tivesse mão aos assaltos que faziam os negros dos Palmares. Olinda, 9 de janeiro de 1653. Disposições dos Governadores de Pernambuco, AUC, CA, Cód. 31 - Doc. 21, Fls. 10.
[7] Referindo-se às localidades da porção de Pernambuco onde havia a presença de capitães-mores das Ordenanças. REGIMENTO que deu ao capitão-mor André Gomes, e ao capitão Brás da Rocha sobre a invasão dos Palmares. Recife, 5 de abril de 1654. Disposições dos Governadores de Pernambuco, AUC, CA, Cód. 31, fls. 16, doc. 33.
[8] REGIMENTO que deu ao capitão-mor André Gomes, e ao capitão Brás da Rocha sobre a invasão dos Palmares. Recife, 5 de abril de 1654. Disposições dos Governadores de Pernambuco, AUC, CA, Cód. 31, fls. 16, doc. 33.

Bezerra, líder de uma tropa enviada para fazer guerra contra os negros levantados, com instruções para que os palmaristas mortos nos confrontos fossem esquartejados e expostos em árvores nos caminhos para as vilas[9].

Um mês antes, em 10 de novembro de 1654, Barreto de Meneses emitiu, também, um regimento ao sargento-mor Antônio Dias Cardoso, com instruções para a realização da campanha do Rio Grande, contra os indígenas tapuias que promoviam ataques contra as forças luso-brasileiras. No entendimento do governador, os indígenas teriam quebrado um suposto acordo de paz que o próprio governador deu em 9 de maio de 1654[10]. Nesse "acordo de paz e perdão geral em nome do rei", Barreto de Meneses declarou que

> E no qual acordo entrarão todas as nações de qualquer qualidade ou religião que faça posto que tiverem sido rebeldes a Coroa de Portugal e por que sem embargo do dito acordo que consta que os índios que estavam nas Capitanias do Norte particularmente nas de Itamaracá, Paraiba e Rio Grande, se ausentaram obstinadamente sem se lembrarem da obediência que devem a El Rey de Portugal nosso Senhor como seus vassalos que são, visto serem irmãos e parentes dos portugueses, desejando eu admiti-los a graça do dito Senhor, e a amizade portuguesa que antigamente professavam. Hey por bem conceder, como pela presente concedo em nome de Sua Majestade que Deus guarde, **perdão geral a todos os índios de qualquer nação que seja de todos os erros e rebeldias passadas, as quais dou por esquecidas como se nunca fossem cometidas** [grifos nossos][11].

Os termos do "acordo de paz", estendidos a todos os tapuias de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, definia ainda que os indígenas deviam obediência total aos capitães e governadores, com o objetivo de se evitar o "derramamento de sangue que há de resultar da cruel guerra que se lhe há de fazer a todos os índios que não

[9] REGIMENTO que deu ao sargento-mor Antonio [Jacome] mandando-o a campanha do Palmares. Recife, 5 de dezembro de 1654. Disposições dos Governadores de Pernambuco, AUC, CA, Cód. 31, fls. 20, doc. 39.
[10] DEU perdão em nome de El-Rei a todos os índios que se rebelaram na guerra dos Olandezes. Recife, 9 de maio de 1654. Disposições dos Governadores de Pernambuco, AUC, CA, Cód. 31, fls. 14, doc. 29.
[11] *Ibidem*, AUC, CA, Cód. 31, fls. 14, doc. 29.

aceitarem a paz e a amizade que lhes ofereço debaixo da Fé e palavra real"[12]. Meses depois, em 9 de setembro, Francisco Barreto de Meneses emitiu um novo "acordo de paz", destinado exclusivamente aos indígenas sob a liderança do principal Janduí. Tal grupo manteve relações estreitas de alianças com os holandeses, participando, inclusive, dos massacres promovidos na capitania do Rio Grande contra luso-brasileiros.

Porém, os Janduí não se mantiveram como aliados dos holandeses durante todo o tempo em que a W.I.C. esteve sobre o controle das Capitanias do Norte, tendo rompido a aliança por volta 1646, quando dissidentes dos Janduís atuaram ao lado dos portugueses contra os holandeses no Rio Grande. O novo acordo ratificou os termos do anterior, mas voltou-se diretamente para os Janduís, que estariam "receosos de serem castigados" por terem se aliados dos holandeses[13]. O "acordo de paz" aos Janduís teve por diferencial a expressa garantia de que os indígenas poderiam "tratar, comerciar com os portugueses, livremente e aposentar-se em suas aldeias, fazendo suas roças e lavouras pacificamente"[14].

Entende-se que os "acordos de paz" ou "tratados de paz" com os indígenas tapuias eram formulados, na verdade, como termos de acordos de capitulação de obediência ou de sujeição ao agente da conquista. Partindo das premissas levantadas por Pedro Puntoni, essas "capitulações de obediência" eram formuladas em momentos de desvantagem bélica dos sujeitos a serem conquistados (no caso analisado pelo pesquisador, os "acordos de paz" passados aos indígenas tapuias Janduís no início da década de 1690), pautando termos de condutas e obediência

[12] *Ibidem*, AUC, CA, Cód. 31, fls. 14, doc. 29.
[13] Um dos relatos da aproximação entre os holandeses e os Janduí nas crônicas e diários elaborados pelos agentes da W.I.C. mais significativos foi o do cronista Joan Nieuhof, que, em sua obra *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*, de 1682, destacou a forma que as "diversas nações tapuias, principalmente as que estavam sob a autoridade de Janduí, mantinham boas relações com os holandeses com os quais prestaram bom auxílio em várias ocasiões, enquanto se não submetessem a estes...". (NIEUHOF, 1981, p. 321; SILVA, 2022, p. 32-43).
[14] DEU perdão em nome de El-Rei aos tapuias de que era regedor João Duim [Janduí]. Recife, 9 de setembro de 1654. Disposições dos Governadores de Pernambuco, AUC, CA, Cód. 31, fls. 17, doc. 36.

que seriam exigidos pelos conquistadores. Para Puntoni, aos indígenas não restariam alternativas além de se submeter aos termos, estando em jogo a sobrevivência e a liberdade dos grupos confrontados. Em caso de quebra de tais termos, os sujeitos confrontados pela ação de conquista do território receberiam a punição prevista na *iure belli* para a "guerra justa" (PUNTONI, 2002, p. 157-161).

Nesse sentido, os "acordos de paz" entre indígenas e as autoridades luso-brasileiras naquele momento imediato à Restauração das Capitanias do Norte foram, de acordo com Fátima Martins Lopes, a forma pelo qual os diversos grupos indígenas envolvidos na guerra de expulsão da W.I.C. buscaram garantir sua sobrevivência. Não apenas grupos Tapuia, mas também diversos Tupi que temiam alguma represália por suas ações durante o conflito, como os Potiguara da capitania da Paraíba (LOPES, 2003, p. 161-162). Esses acordos – salienta Maria Regina Celestino de Almeida – "se faziam em contexto de extrema violência e desigualdade", quase sempre o resultado dos acordos era a redução dos indígenas em aldeamentos, onde "a aldeia era mal menor e nela os índios se submeteriam a uma nova situação que lhe trazia imensos prejuízos" (ALMEIDA, 2010, p. 78-81).

No caso dos "acordos de paz" concedidos por Francisco Barreto de Meneses aos Tapuia do Rio Grande, Paraíba e Itamaracá, os termos levariam à concretização da redução dos grupos em aldeamentos nas proximidades dos povoados e vilas[15]. Porém, mesmo com o perdão e a capitulação dos termos para a manutenção da paz, os indígenas temiam represálias, por terem se aliado aos holandeses. Uma situação relatada, inclusive, pelo Padre Antônio Vieira, segundo o qual "entraram os índios rebeldes nas capitulações da entrega do perdão de todas as culpas passadas", ainda que temessem "que os portugueses, como tão escandalizados, aplicariam as armas vitoriosas à vingança", mesmo que perdoados pelos governadores em nome do rei de Portugal (VIEIRA, 1992, p. 130-131).

[15] DEU perdão em nome de El-Rei aos tapuias de que era regedor João Duim [Jandui]. Recife, 9 de setembro de 1654. Disposições dos Governadores de Pernambuco, AUC, CA, Cód. 31, fls. 17, doc. 36.

Sobre a "Cruel Guerra"

Nessa conjuntura, os acordos de paz não perduraram muito tempo, pois, em 10 de novembro de 1654, o governador de Pernambuco emitiu um regimento com instruções para prender e matar grupos Tapuia no Rio Grande por terem rompido as pazes. No regimento passado ao sargento-mor Antônio Dias, Francisco Barreto de Meneses considerou "desigual o procedimento que os Tapuias hão tido com o capitão de infantaria de Sua majestade", referindo-se ao capitão Gonçalo Gil, comandante da Fortaleza dos Reis Magos. De acordo com o governador, os indígenas romperam a paz que lhes tinha oferecido repetidas vezes ao destruírem as roças dos colonos. A reação foi no sentido de castigar os Tapuia, com ordens para enviar uma infantaria para atuar contra os indígenas, "ordenando a pessoa que for por cabo lhes faça **cruel guerra, degolando todos que forem de oito anos para cima**, e aprisionando as mulheres e crias" [grifos nossos][16].

O regimento de 10 de novembro de 1654 contradiz a versão do Padre Antônio Vieira sobre trato das autoridades coloniais com relação aos indígenas das Capitanias do Norte após a expulsão dos holandeses. De acordo com o missionário jesuíta, os indígenas das capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande – que haviam fugido e encontrado refúgio na Serra da Ibiapaba, na capitania do Ceará – tinham se orientado por um "rumor falso de que os brancos iam levando tudo à espada", lançando-se "cega e arrebatadamente aos bosques, com suas mulheres e filhos, onde muitos pereceram à mão dos tapuias, e os demais se encaminharam às serras de Ibiapaba, como refúgio conhecido" (VIEIRA, 1992, p. 131-132; MAIA, 2017, p. 139-174).

Em outras palavras, a versão de Vieira é no sentido de creditar certa inocência por parte dos indígenas em acreditarem na informação (falsa, segundo o

[16] REGIMENTO que deu ao sargento-mor Antonio Dias mandando-o a campanha do Rio Grande. Recife, 10 de novembro de 1654. Disposições dos Governadores de Pernambuco, AUC, CA, Cód. 31, fls. 18, doc. 38.

padre) de que os portugueses estavam promovendo retaliações violentas contra aqueles agiram ao lado dos holandeses e que romperam os acordos de paz concedidos após a Restauração. Por meio das instruções passadas ao sargento-mor Antônio Dias – apesar de não ser possível concluir em que intensidade elas foram colocadas em prática – percebe-se que realmente houve uma investida bélica (uma "cruel guerra") a mando do governador de Pernambuco contra os indígenas que teriam rompido os acordos de paz e se desfeito do perdão de régio.

O fato é que a represália violenta por parte do governador de Pernambuco provocou a migração de diversos grupos para a Serra da Ibiapaba, nos limites entre as capitanias do Ceará e do Piauí, já na divisa do Estado do Brasil com o Estado do Maranhão e Grão-Pará (LOPES, 2003, p. 161; MAIA, 2017). Antônio Vieira preocupou-se com o novo contingente indígena que chegava das capitanias vizinhas e se somava aos indígenas aldeados na Ibiapaba, onde se formou "uma composição infernal, ou mistura abominável de todas as seitas e de todos os vícios". De acordo com o padre, o contingente indígena que chegara na missão fugia dos ideais missionários e cristãos, caracterizando-os como "rebeldes, traidores, ladrões, homicidas, adúlteros, judeus, hereges gentios, ateus, e tudo debaixo de nome de cristãos e das obrigações católicas" (VIEIRA, 1992, p. 132). Havia no missionário o receio de não poder distinguir os indígenas a serem convertidos daqueles já convertidos, além temer que aqueles vindos das demais Capitanias do Norte – os quais ele classificou como "índios de Pernambuco" – trouxessem consigo costumes e vícios adquiridos dos holandeses, sobretudo as heresias (MAIA, 2017, p. 156-157).

Enquanto isso, na capitania da Paraíba, o mestre-de-campo João Fernandes Vieira, empreendia uma campanha particular com objetivo de obter terras em sesmarias nas Capitanias do Norte, assegurado pelo Alvará régio de 29 de abril de 1654, o qual garantia o acesso às terras aos soldados e oficiais que lutaram na expulsão dos holandeses (ALVEAL; FONSECA, 2018. p. 70-72). Em 1655, João Fernandes Vieira foi investido do posto de capitão-mor da capitania da Paraíba. Seu

governo foi caracterizado por forte opressão do capitão-mor contra os indígenas, sobretudo os Janduís (TAUNAY, 1995, p. 20-21). Segundo Maria Idalina da Cruz Pires, sob a justificativa de terem os Janduís se aliado aos holandeses, Fernandes Vieira "remeteu a ferros dois filhos dos principais e prendendo outros quatro que lhe remeteu à Lisboa, como presente ao Rei de Portugal". Tal fato seria o estopim de investidas com caráter de represálias por parte dos Janduís contra fazendas e povoações luso-brasileiras nos anos seguintes, resultando no acirramento das ações de combate contra os Janduís entre 1661 e 1662 (PIRES, 1990, p. 56-57).

No conjunto, os regimentos passados por Barreto de Meneses exprimem o uso de princípios da "guerra justa" contra os indígenas do Rio Grande, ao justificar as ações ordenadas por regimento ao sargento-mor Antônio Dias com a suposta quebra do "acordo de paz" acertado com a liderança Janduís e outros grupos "tapuias" do Rio Grande. A injúria dos indígenas – ao romperem as pazes, destruindo as roças dos colonos – depois de receberem um "perdão geral" por parte do governador de Pernambuco, em nome do rei de Portugal, funcionou como estopim para a realização de uma guerra com nítido caráter defensivo (BENTON, 2018, p. 425-448)[17]. Afinal, havia na memória dos luso-brasileiros o passado recente em que esses mesmos Tapuia tinham pegado em armas contra as forças da Coroa portuguesa (MACEDO, 2012, p. 14-16).

Assim, ainda no calor da Restauração, com os principais nomes da expulsão dos holandeses atuando em postos da governança do Estado do Brasil e em Angola, a conjuntura das Capitanias do Norte seguia os preceitos bélicos fundamentados na doutrina de guerra ibérica – não apenas nos conflitos contra os indígenas. Aos negros amocambados, a opção de conseguir o fim dos levantes e fugas para

[17] Lauren Benton analisa de que forma as quebras de acordos de paz foram usadas por agentes da conquista e colonização na América espanhola como argumento para declarar guerras defensivas com caráter de "guerra justa". Inclusive, relata situações em que sujeitos envolvidos na conquista articulavam situações em que fosse possível mover combates bélicos contra os indígenas de forma deliberada, com a finalidade de caracterizar uma injúria por parte dos indígenas. BENTON, Lauren. The legal Logic of Wars of Conquest: truces and betrayal in the Early Modern World. **Duke Journal of Comparative & International Law**. Vol. 28, 2018, p. 425-448.

mocambos por meio de acordos chegou a ser posta em pauta. Ainda em 1640, o vice-rei e governador-geral do Estado do Brasil, Jorge de Mascarenhas (1640-1642), 1º marquês de Montalvão, debateu com os camarários da cidade de Salvador e moradores da Bahia sobre como lidar com os mocambos que se formavam na região próxima do Rio São Francisco, na margem Sul (GOMES, 1995, p. 25-54; LARA, 2021, p. 71-77)[18]. O posicionamento do governador-geral era o de buscar um acordo com as lideranças dos mocambos, enviando o Terço dos Henriques e um padre jesuíta para que juntos trabalhassem pela redução dos "negros levantados" em um único mocambo e suas lideranças fossem inseridas nas tropas dos Henriques.

Considerações finais

As ações empreendidas por Francisco Barreto de Meneses, como governador de Pernambuco, revelam uma complexidade das relações de poder e dominação no contexto imediato à Restauração das Capitanias do Norte. Os regimentos emitidos contra mocambos e indígenas ilustram a violência extrema utilizada como instrumento de controle social e territorial, enquanto os "acordos de paz" oferecem uma alternativa ambígua para os grupos indígenas, na medida em que estabelecem uma capitulação suportada em meio a contextos de desigualdade e brutalidade. Tal dinâmica evidencia como as estratégias coloniais de pacificação e guerra se entrelaçavam em processos de sujeição e aniquilação cultural, sustentados por discursos de legalidade e legitimidade régia.

Nesse cenário, é fundamental reconhecer o papel da resistência indígena e negra, que, apesar das acusações adversárias, desafiaram as tentativas de submissão e controle por parte das autoridades coloniais. Os mocambos e os grupos indígenas tapuias, buscavam formas de garantir a sobrevivência física e cultural. Essas

[18] GOMES, Flávio. Um Recôncavo, dois sertões e vários mocambos: quilombos na capitania da Bahia. **História Social**, vol. 2. Campinas-SP, 1995, p. 25-54. LARA, Sílvia H. **Palmares & Cucaú**: o aprendizado da dominação. São Paulo: EdUSP, 2021, p. 71-77.

resistências foram enfrentadas com táticas de guerra que não visavam apenas a eliminação física dos "inimigos", mas também operaram como práticas de terror psicológico para estimular novas insurgências. O contexto histórico ressalta o caráter sistêmico da violência colonial, que utilizou tanto a guerra declarada quanto as estratégias políticas para consolidar o domínio.

Por fim, as contradições entre as narrativas dos regimentos de Barreto de Meneses e as interpretações de Antônio Vieira revelam os diferentes interesses e perspectivas dentro do sistema colonial. Enquanto Vieira buscava explicar as ações missionárias em termos religiosos e culturais, as práticas coloniais demonstravam que os "acordos de paz" eram, na verdade, instrumentos de controle político e econômico. A análise dessas ações, portanto, permite compreender como a expansão territorial no período colonial brasileiro foi marcada pela exploração da terra e pela violência estrutural contra populações indígenas e negras, resultando em legados históricos que ecoam nas desigualdades e disputas de poder contemporâneas.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Júlio César Vieira de. **Para que enfim se colonizem estes sertões**: a Câmara de Natal e a Guerra dos Bárbaros (1681-1722). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN, 2017.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino**. Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

ALVEAL, Carmen; FONSECA, Marcos. **Cartas patentes e regimentos**: jurisdições e poderes dos capitães-mores e governadores da capitania-mor do Rio Grande (1654-1817). Natal: Flor do Sal, 2018.

BENTON, Lauren. The legal Logic of Wars of Conquest: truces and betrayal in the Early Modern World. **Duke Journal of Comparative & International Law**. Vol. 28, 2018, p. 425-448.

DAMASCENO, Felipe Aguiar. **A ocupação das terras dos Palmares de Pernambuco (séculos XVII e XVIII)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2018.

LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte**. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado; Coleção Mossoroense. Edição Espacial para o Acervo Virtual Oswaldo Lamartine de Faria, 2003.

MACEDO, Paulo Emílio V. Borges de. O Direito da Guerra em Francisco Suárez: o projeto civilizador da escolástica espanhola. **Revista da Faculdade de Direito da UERJ**, vol. 2, nº 22. Rio de Janeiro, 2012, p. 14-16.

MAIA, Lígio de Oliveira. **Cultores da Vinha Sagrada**: índios e jesuítas na Missão da Serra da Ibiapaba (Século XVII). Natal-RN: EDUFRN, 2017.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda restaurada**: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2007.

NIEUHOF, Joan. **Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil**. Traduzido do inglês Moacir N. Vasconcelos. Confronto com a edição holandesa de 1682, introdução, notas, crítica biográfica e bibliografia José Honório Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.

PIRES, Maria Idalina da Cruz. **Guerra dos Bárbaros**: resistência indígena e conflito no Nordeste Colonial. Recife: Fundap/CEP, 1990.

POMPA, Cristina. **Religião como tradução**: missionários, tupi e tapuia no Brasil colonial. Bauru-SP: EDUSC, 2003.

PUNTONI, Pedro. **A guerra dos Bárbaros**: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2002.

SANTOS JÚNIOR, Valdeci dos. **Os índios Tapuia do Rio Grande do Norte**: antepassados esquecidos. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2008.

SILVA, Tyego Franklim da. **A Ribeira da Discórdia**: terras, homens e relações de poder no sertão do Assu colonial (1680-1720). Curitiba: Editora CRV, 2022.

TAUNAY, Affonso de Escragnole. **A Guerra dos Bárbaros**. Mossoró: FVR: Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Norte, 1995.

VIEIRA, Antônio. **Escritos Instrumentais sobre os Índios**. São Paulo: EDUC/Loyola/Giordano, 1992.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38267

"ESTARMOS LIVRES DO PESADO JUGO DA TIRANIA COM QUE ÉRAMOS ATÉ AGORA GOVERNADOS":
protagonismo indígena no Rio Grande do Norte na Revolução de 1817

Pedro Pinheiro de Araújo Júnior[1]

RESUMO:
Analisa, no contexto da Revolução de 1817, a atuação política e militar dos oficiais das ordenanças dos índios das vilas do Rio Grande do Norte criadas a partir do estabelecimento do Diretório dos Índios (1757). A transformação das pessoas indígenas em vassalos da monarquia portuguesa originou mecanismos que permitiu sua participação na vida pública em suas vilas, seja ocupando cargos nas câmaras, recebimento de patentes militares, ou pela utilização da sua mão de obra precarizada. Entre os expoentes dessa atuação, destacou-se Hipólito da Cunha da Assunção, o qual, devido a sua diligência nas várias esferas do poder temporal, como escrivão vitalício, juiz ordinário e capitão-mor dos índios, foi uma importante liderança política junto da população indígena da capitania.
PALAVRAS-CHAVE: Protagonismo Indígena; Diretório dos Índios; Revolução de 1817.

Introdução

No decorrer da vigência do Diretório dos Índios (1757), a atuação de soldados das ordenanças dos índios ocorria em certa constância e de acordo com as necessidades militares da governança da Capitania do Rio Grande do Norte. Destacava-se nesse processo a figura do capitão-mor dos índios como principal líder desse povo e articulador destes com a política colonial. Na Vila de Índios de Extremoz, o personagem de maior destaque nesse processo foi o capitão-mor dos

[1] Doutorando do Programa em Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGH-UFRN); Membro do grupo de pesquisa Sociedade e cultura em sertões coloniais: história e historiografia (SERCOL – UFRN); Currículo Lattes: https://lattes.cnpq.br/134256268191522 ; e-mail: pedjunior@gmail.com .

índios, Hipólito da Cunha da Assunção, que atuou nos espaços militares, sociais e políticos da dita vila nas três primeiras décadas do século XIX.

O referido indígena recebeu sua patente militar, possivelmente após a vacância do posto de capitão-mor dos índios, em fins do ano de 1800 e seu nome ser apresentado como um dos três principais indígenas selecionados pelo Senado da Câmara e pelos oficiais desse distrito para o Governo de Pernambuco[2]. Por ocupar esse posto de oficial militar daquela vila de índios, recebia o emolumento intitulado de "putaba", cujo valor era semelhante ao recebido pelos oficiais índios do Ceará, fixado em 2$400 réis[3] (MAIA, 2010, p. 278). Em 1806, com a sua nomeação consolidada, tornou-se responsável pelas seis companhias das ordenanças dos índios do território da Vila de Extremoz e galgou por vários anos as funções políticas nesse espaço, por exemplo, nos anos de 1809, 1816, 1817 e 1822 assumiu o cargo juiz ordinário na referida vila, sendo indicado também para assumir o cargo de escrivão vitalício da Vila de Extremoz em 1811[4].

Com a eclosão da Revolução Pernambucana de 1817, Hipólito da Cunha experienciou o movimento de insurreição contra a Coroa portuguesa estando nos cargos de autoridade militar e de justiça na maior vila de índios no Rio Grande do Norte, sendo convocado pelo governador da capitania para unir as ordenanças dos índios da vila para auxiliar na defesa da sede do poder de um possível ataque dos revoltosos[5].

---

[2] Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE-PE) – Coleção Ofícios do Governo (OG). Códice OG 08 (1800-1802), fl.185/185vs.
[3] Arquivo Nacional (AN). OFÍCIOS do Rio Grande do Norte para a Corte (1808-1822). Fundo: Série Interior - Negócios de Províncias e Estado. Código: IJJ9195, fl.13.
[4] Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Carta do [capitão-mor do Rio Grande do Norte], José Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque ao príncipe regente [...]. 31 de dezembro de 1806. AHU- Rio Grande do Norte, Cx.9, D.623, fl. 8; AN. OFÍCIOS do Rio Grande do Norte para a Corte (1808-1822). Fundo: Série Interior – Negócios de Províncias e Estado. Código: IJJ9195, fls.13-14.
[5] Biblioteca Nacional (BN). AUTOS do processo para julgamento dos rebeldes de Pernambuco, participantes da rebelião de 1817, Pernambuco; Rio Grande do Norte, 1818. 302 doc (918 p.). Manuscritos I-31,02,001, doc.307.

A Revolução de 1817

A Revolução Pernambucana de 1817 foi fortemente influenciada pelas experiências dos processos revolucionários que ocorreram na França e nos Estados Unidos da América no final do século XVIII e estava atrelada a um caráter liberal. Tendo como seu ideal a elaboração de uma constituição, previa a separação dos três poderes e concedia a liberdade religiosa e de imprensa (DANTAS, 2015, p. 93).

Apesar da efemeridade do movimento rebelde, durando pouco mais de dois meses, foi a primeira experiência efetiva da separação da Coroa portuguesa da administração de suas Capitanias do Norte no período colonial. Os cabeças dessa inconfidência eram indivíduos das classes militares, comerciantes, proprietários rurais e membros do clero do Bispado de Pernambuco que almejaram constituir uma república que se pretendia estabelecer entre Alagoas e o Ceará Grande e que estavam revoltosos pelo excesso de tributos cobrados nas capitanias para a manutenção da Corte no Rio de Janeiro (COSTA, 2017, p. 40).

Com o rompimento com governo do rei D. João VI, os revolucionários estabeleceram um governo provisório que conseguiu a adesão de outras vilas e Capitanias do Norte. Segundo o novo governo, se convocaria uma Assembleia Constituinte após a adesão de todas as comarcas de Pernambuco ao movimento, e, além disso, os poderes executivo e legislativo continuariam reunidos na figura do governo provisório[6].

Ademais aos fatos, três dias depois da eclosão da rebelião, chegavam à Cidade do Natal as primeiras notícias da sedição em Recife, e em 13 de março, o governador da capitania do Rio Grande do Norte, José Ignácio Borges, ao ser notificado do evento, preparou-se para um possível confronto na Cidade do Natal e

[6] Anos após o estabelecimento da Corte portuguesa no Brasil e o falecimento da Rainha D. Maria I em 20 de março de 1816, o seu filho, que já era Príncipe Regente desde o final do século XVIII, ascendeu ao título de rei D. João VI do Reino Unido de Portugal, Brasil e dos Algarves, d'Aquém e d'Além-Mar em África, Senhor da Guiné e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia (HERMANN, 2007, p. 124).

tomou algumas medidas, dentre as quais, encaminhou cópias de dois editais para todos os chefes dos diferentes corpos militares, comandantes de distritos e dos oficiais camarários das vilas da capitania alertando sobre os fatos[7].

Dentre os oficiais avisados pelo governador, estava Antônio Germano Cavalcanti de Albuquerque, comandante da Companhia de Linha da Cidade do Natal, que descreveu em ofício após receber as ordens do governador que havia apreendido "todas as armas brancas, e de fogo, que ache a venda, e o resultado desta diligência produziu cinco espingardas, e trinta espadas; mandei também ocupar os ferreiros que achei, em fazer seixos de ferro". Nesse primeiro momento de tensão sobre os fatos, Germano Cavalcanti determinou ainda ao capitão-mor dos índios, Hipólito da Cunha da Assunção, "que reparasse, e fizesse de novo, a maior porção possível de arcos, e flechas" e estivesse de prontidão com os seus comandados das ordenanças dos índios da Vila de Extremoz para unirem-se aos esforços na defesa da Coroa na capitania[8].

Além do aviso do comandante, dias depois, Hipólito da Cunha foi acionado pelo próprio governador, que reforçou sua responsabilidade em guarnecer com as suas seis companhias dos índios a Cidade do Natal contra os insurgentes. Além disso, foi incumbido de fazer um esforço de guerra para confecção de artefatos bélicos indígenas e da Coroa que estavam no depósito da vila, principalmente a confecção de "embira para murrão" – cordas de estopa que, após serem colocadas nos mosquetes e arcabuzes, eram acendidas com fogo para acionar os disparos dessas armas[9]. Segue a transcrição do documento:

Ao capitão-mor das ordenanças de índios da Vila de Extremoz

[7] José Ignácio Borges foi um administrador colonial e tomou posse da governança da Capitania do Rio Grande do Norte em 16 de novembro de 1816 por meio de uma patente real concedida pelo rei D. João VI (LEMOS; MEDEIROS, 1980, p. 170); BN. AUTOS do processo para julgamento dos rebeldes de Pernambuco, participantes da rebelião de 1817, Pernambuco; Rio Grande do Norte, 1818. 302 doc (918 p.). Manuscritos I-31,02,001, docs.7-8.
[8] AN. Ofícios do Rio Grande do Norte para a Corte (1808-1822). Fundo: Série Interior – Negócios de Províncias e Estado. Código: IJJ9195, fl.54.
[9] A embira era o nome comum de arbustos que eram utilizados pelos indígenas para fabricação de cordas (NAVARRO, 2013, p. 98; BLUTEAU, 1789, p. 643.

> O senhor capitão-mor de ordenanças de índios da Vila de Extremoz, em concorrência com o aprontamento da embira para murrão, que já lhe determinei, faça também reparar todos os arcos, e flechas, e chuços de pau, que se acham no depósito dessa vila, continuando em mandar fazer de novo armas desta espécie, e recolher ao armazém, e pondo de acordo a todos os índios dessa vila que acudiram com elas debaixo do seu comando, e mais oficiais à minha primeira ordem.
>
> Cidade do Natal, 18 de março de 1817.
> José Ignácio Borges
> (LEMOS, 1913, p. 41).

Em contrapartida a essa movimentação das forças militares, estava o líder do movimento rebelde na capitania, o coronel de cavalaria André de Albuquerque Maranhão, que já estava em confabulação com os grupos inconfidentes e seus parentes de Pernambuco e da Paraíba. André de Albuquerque foi um militar e um abastado proprietário de terras, tendo o histórico Engenho Cunhaú como um das suas principais herdades. A família Albuquerque Maranhão assentou-se na Capitania do Rio Grande do Norte no início do século XVII, onde atuou ativamente na pecuária e na produção açucareira (MORAIS, 2022, p. 81). Tido por alguns cronistas como mártir da Revolução de 1817 no Rio Grande do Norte, em sua trajetória, recebeu duas patentes do Príncipe Regente, D. João. A primeira foi de capitão-mor das ordenanças das Vilas de Arez e Vila Flor, confirmada em 29 de outubro de 1799, após o posto ficar vago pelo falecimento de Luís de Albuquerque Maranhão[10].

Em 16 de fevereiro de 1808, semanas depois da chegada da Corte portuguesa ao Brasil, o governador José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque encaminhou o capitão-mor André de Albuquerque para se dirigir ao Príncipe Regente para o representar na nova sede do poder no Rio de Janeiro. Segundo o ofício de apresentação à D. João, foi descrito que André de Albuquerque era "fidalgo cavaleiro da Casa de Vossa Alteza Real, o mais benemérito oficial, pelos seus pessoais serviços, e pelos antigos, e relevantes dos seus antepassados" da família Albuquerque Maranhão[11]. Um pouco tempo depois da visita ao Regente

[10] APEJE. Coleção Patentes Reais (Pr). Códices Pr1 – Pr8 (1788-1821), fls.65-66.
[11] AN. OFÍCIOS do Rio Grande do Norte para a Corte (1808-1822). Fundo: Série Interior – Negócios de Províncias e Estado. Código: IJJ9195, fl.5.

português, em 13 de julho de 1808, André de Albuquerque Maranhão ascendeu na hierarquia militar da capitania ao receber a patente real de "Coronel do Regimento de Cavalaria e Milícia na Divisão do Sul da Capitania do Rio Grande do Norte" [12].

Quase dez anos após esse encontro, André de Albuquerque rompeu com a monarquia portuguesa e se aliou aos republicanos de Pernambuco. Segundo os autos do processo contra os partícipes do movimento antimonarquista, a insurreição foi engendrada no Rio Grande do Norte pelos membros da família Albuquerque Maranhão, pelo padre João Damasceno Xavier Carneiro Gondim e pelo vigário de Goianinha, Antônio de Albuquerque Montenegro, porém, nos primeiros momentos da rebelião no Recife, esses indivíduos aguardavam a oportunidade para tomar o poder em Natal[13].

Uma semana depois, em 20 de março, o governador Ignácio Borges, ciente do suposto apoio monárquico de André de Albuquerque, despachou um segundo ofício prometendo munições para fortalecer os cinco portos do seu distrito sul e mandaria mais artefatos bélicos no decorrer dos dias subsequentes. Ademais, informou que tinham o conhecimento que o coronel possuía dois mil combatentes sob seu comandando que fariam "terror aos rebeldes".

Além disso, impeliu o coronel a reforçar a região de fronteira, principalmente as Vilas de Arez e Flor, mais as estradas que ligam a "Vila do Seridó", por ter ciência que os "rebeldes" estavam "marchando do sul" vindos da Paraíba e poderiam invadir a capitania. No final do ofício, o governador Ignácio Borges informou que já tinha encaminhado ordens para os diretores e os "índios" de Vila Flor e da Vila de Arez para prestarem os socorros necessários as suas determinações[14].

---

[12] APEJE. Coleção Patentes Reais (Pr). Códices Pr1 – Pr8 (1788-1821), fls.172-172v.
[13] BN. DOCUMENTOS relativos à revolução de Pernambuco, Alagoas, Ceará, Paraíba, e Rio Grande do Norte, de 1817. [s.n.], 1817. Manuscritos - I-30,33,001 nº 001 - 003. Tombo: 153815, fl.235.
[14] BN. AUTOS do processo para julgamento dos rebeldes de Pernambuco, participantes da rebelião de 1817, Pernambuco; Rio Grande do Norte, 1818. 302 doc (918 p.). Manuscritos I-31,02,001, docs.13-14; 46.

No intuito de se encontrar com o coronel André de Albuquerque Maranhão para acompanhar os esforços militares na região de fronteira com a Paraíba, Ignácio Borges marchou da capital para Goianinha sob companhia de seu secretariado e de seis oficiais de miliciais, se encontrando com o dito coronel na manhã de 24 de março (LEMOS, 1913, p. 11). Após duas horas de conferência entre os dois, ambos jantaram com seus oficiais e retornaram para seus postos. O governador foi acompanhado pelo cabo Luís Manoel de Albuquerque Maranhão, primo do coronel inconfidente, e mais membros da comitiva para o Engenho Belém, termo da Vila de São José, para pernoitar e depois seguir para Natal, enquanto o coronel André de Albuquerque retornou para o seu Engenho Cunhaú, que estava a quatro léguas ao sul de Goianinha[15].

O processo revolucionário no Rio Grande do Norte foi iniciado na madrugada de 25 de março de 1817, durante o pernoite do governador no dito engenho. O coronel André de Albuquerque conseguiu arregimentar centenas de soldados "com o grande número de índios" das ordenanças de Vila Flor e Arez que já estavam no Cunhaú. Convencidos por ele para a causa republicana, os soldados o seguiram e cercaram o dito engenho, onde o coronel "então proclama altamente a insurreição"[16]. Dentre os rebeldes que acompanhavam o coronel, estava José Ignácio Marinho, que marchou com mais seis ordenanças e mais dezessete "índios" para reforço das tropas insurgentes[17].

Com a prisão do governador deposto e de seus oficiais no Engenho Belém, André de Albuquerque, seus aliados e as tropas do seu distrito das ordenanças das vilas de índios de Flor e Arez marcharam em direção à Vila de Índios de São José, onde também fizeram a proclamação de independência tendo sido acompanhados

[15] Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP). Defesa à Luís Manoel de Albuquerque Maranhão, revolucionário republicano do Rio Grande do Norte (1817). Cx.06. Doc 0261, fl.2.
[16] *Ibidem*, fl.3; BN. DEFESA de André de Albuquerque Maranhão, Capitão-mor do Rio Grande do Norte, indiciado na devassa da rebelião de Pernambuco, 1817, Manuscritos – I-30,35,4, fl.6.418.
[17] José Ignácio Marinho conseguiu fugir dos monarquistas na contra-revolução, mas ainda foi sentenciado há 10 anos de degredo para Moçambique (LEMOS, 1913, p. 95).

de uma "escolta de índios" e "com muita gente armada" que apoiaram o movimento político[18].

Em Natal, na manhã de 28 de março, a marcha dos inconfidentes não encontrou resistência na sede do poder da capitania. Unindo-se com o povo da cidade, deram gritos de "Viva a Liberdade" e aboliram o "governo Real, e alevantou o rebelde"[19]. Com a instalação de um governo provisório, foi empossado André de Albuquerque Maranhão como presidente do Rio Grande do Norte e dos demais membros do seu conselho, dentre os quais estavam o vigário Feliciano José Dornellas, Antônio da Rocha Bezerra e Joaquim José do Rego Barros[20].

Com o governo instalado, o presidente se preocupou em enviar emissários e editais para todos os Senados da Câmara das vilas para dar ciência aos oficiais camarários sobre a nova governança instituída na capital e para ter a garantia de adesão das outras regiões da capitania à causa "republicana". Dentre os principais documentos em circulação no território, intitulado a partir daquele momento de "Província do Rio Grande do Norte", era a "Proclamação" redigida pelos revolucionários em 29 de março de 1817, apresentando as causas do movimento e orientando os escrivães e demais autoridades das vilas de como deveriam proceder na escrita dos documentos oficiais dali em diante.

O apoio dos oficiais indígenas do Senado da Câmara da Vila de Extremoz

Com o estabelecimento da proclamação de independência contra a Coroa e a garantia da manutenção dos cargos de autoridade em todo o espaço do Rio Grande do Norte, Hipólito da Cunha da Assunção se viu numa situação de tensão política, pois em uma semana estava servindo à Coroa, garantindo seus soldados das

[18] BN. DEFESA de Joaquim José do Rego Barros, indiciado na devassa da rebelião de Pernambuco, 1817. Manuscritos – I-30,35,15, fl.6.678.
[19] BN. Documentos relativos à revolução de Pernambuco, Alagoas, Ceará, Paraíba, e Rio Grande do Norte, de 1817. [s.n.], 1817. Manuscritos - I-30,33,001 nº 001 - 003. Tombo: 153815, fl.30.
[20] BN. AUTOS do processo para julgamento dos rebeldes de Pernambuco, participantes da rebelião de 1817, Pernambuco; Rio Grande do Norte, 1818. 302 doc (918 p.). Manuscritos I-31,02,001, doc.85.

seis companhias das ordenanças dos índios em prontidão para proteger a capitania, e na semana seguinte estava jurando com os seus colegas militares das ordenanças, do quartel de linha e das forças milicianas o apoio ao governo republicano[21].

Ademais, essa estratégia adotada por Hipólito da Cunha de não se opor ao movimento rebelde contra a Coroa, mesmo recebendo avisos de seus superiores coloniais semanas antes da capitulação de Natal, pode ser compreendida como uma sobrevivência política diante da mudança abrupta de regime político que estava se configurando. Possivelmente, alguns questionamentos foram estabelecidos entre os principais indígenas e demais moradores das vilas de índios, principalmente no tocante à manutenção da legislação sobre os povos vilados, às suas terras que já estavam em processo litigioso desde o início do século e à precarização de sua mão de obra. Com a nova realidade política, o povo indígena seria escravizado? Era um questionamento plausível à época.

E esses questionamentos podem ter levado a um direcionamento comum entre os principais indígenas da capitania e demais comandados em dar total apoio à causa liderada pelo coronel André de Albuquerque Maranhão. Em vista de ser uma oportunidade de sugerir mudanças no Diretório dos Índios em favor dos povos vilados e nas relações políticas entre as autoridades e as lideranças indígenas nas vilas.

Ademais aos fatos, o agora "patriota juiz ordinário" Hipólito da Cunha, nessa conjuntura colaborativa com as novas autoridades do Rio Grande do Norte, encaminhou os primeiros ofícios ao presidente da província sobre questões administrativas e de segurança pública na Vila de Extremoz. Dentre os seus primeiros atos, solicitou um novo escrivão para assumir a vacância deixada por

[21] Um dos apoiadores da Revolução de 1817 foi Francisco Xavier de Paiva, que trouxe as primeiras informações da insurreição para André de Albuquerque Maranhão. Após a conquista da Cidade do Natal, Xavier de Paiva rumou para a Vila de Extremoz e ribeira do Ceará-Mirim proclamar a revolução "seduzindo, e agregando ao partido os povos, e estabelecendo entre eles a causa revolucionária". BN. DEFESA apresentada por Luís Manoel de Albuquerque Maranhão, indiciado na devassa da rebelião de Pernambuco, 1817. Manuscritos – I-30,35,12, fls.6.880-6.881.

Guilherme dos Santos Lages[22] no Senado da Câmara e despachou o preso "Joaquim da Silva índio nacional" para a prisão da Cidade do Natal. Joaquim se encontrava preso na cadeia da vila havia quase dois anos pelo crime de morte.

No mesmo dia, após despachar os ofícios e demais documentos da administração da vila, o capitão-mor dos índios iniciou suas atividades políticas ao convocar os seus pares para a vereação de 5 de abril de 1817 do Senado da Câmara da Vila de Extremoz. Após os edis receberem a proclamação do governo provisório e darem a devolutiva do apoio ou não ao processo sedicioso, segue a transcrição:

> Viva [à] Pátria
>
> Respeitável Governo Provisório
>
> Recebemos o vosso ofício datado de 31 do mês passado, em que nos participais estarmos livres do pesado jugo da tirania com que eramos até agora governados, pois, que havia muito tempo, que se espoliados os nossos direitos, aterrados os nossos ânimos, vivíamos nas duras cadeias do despotismo. Teríamos certos de quais sejam os honrados patriotas de que se compõe o governo provisório desta Província do Rio Grande do Norte , ao qual já de agora reconhecemos por legítimo, e único que nos deve governar, e vos certificamos que empenhamos todas as nossas forças para infundir nos povos deste nosso termo amor à Pátria, à Liberdade, e Religião. Nós, vos representamos que por falta de pelouros neste senado que se devia proceder para novos oficiais de que ele se compõem, estamos servindo desde o ano passado, ao que não temos podido providenciar igualmente vos representaremos que este senado não tem patrimônio algum, para de seus editos se suprirem as despesas necessárias, para cuja falta se acha a Casa da Residência bastantemente arruinada, e o Pelourinho no chão até o alicerce, que tudo pede a mais pronta providência. Deus vos Guarde, Vila de Extremoz, 5 de abril de 1817. Ano 1º da nossa independência.
>
> De Vossos Patriotas
>
> Hipólito da Cunha da Assunção [índio juiz ordinário]
> José Mendes de Miranda [índio vereador terceiro]
> Alexandre Ferreira de Miranda [procurador do conselho]
> Francisco Lopes de Vasconcelos [vereador segundo]

[22] Quando estourou a Revolução de 1817, Guilherme dos Santos Lages era escrivão na Vila de Extremoz e foi convocado por André de Albuquerque para assumir o cargo de secretário do governo provisório, principalmente pela sua "qualidade de boa letra e [por possuir] alguma inteligência". LEMOS, Vicente. Memória sobre a revolução de 1817 pelo governador José Ignácio Borges, seguida de alguns documentos que se referem a mesma revolução. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**. Natal: Typographia do Instituto, 1910-1913, p. 5-136. v. VIII, n. 1 e 2, p. 60.

Essa vereação assinada pelos edis de maioria indígena da Vila de Extremoz foi o primeiro registro de apoio a André de Albuquerque Maranhão e a sua governança rebelde aquartelada na Cidade do Natal. O documento também demonstra que o povo desse termo o reconhecia como legítimo e único governante do Rio Grande do Norte e que se empenharia em apoiar o movimento. O documento apresenta a bancarrota econômica que estava a sede da vila de índios, que após 57 anos de fundação, a Casa da Câmara e Cadeia e o pelourinho achavam-se decrépitos.

Ainda assim, um dos trechos mais importantes do documento, que relata a expropriação "dos nossos direitos", dá indícios do apoio dos principais indígenas de Extremoz à causa republicana. Esse discurso seria uma provável relação com a questão do território social dos indígenas no vale do rio Ceará-Mirim, perdido para o sesmeiro José Teixeira da Silva por meio de uma decisão judicial proferida em 31 de maio de 1813 pelo Tribunal do Desembargo do Paço. Além desse caso, as duas sesmarias dos índios do vale do dito rio e a sesmaria do patrimônio da Vila de Extremoz estavam em processo de esbulho pelos potentados locais em desfavor do povo vilado, que tinha nesses locais seus únicos roçados nas áreas de várzea. Portanto, o novo movimento político poderia, sob essa ótica, mudar a realidade de desapropriação das terras dos povos daquela vila[24].

[23] BN. AUTOS do processo para julgamento dos rebeldes de Pernambuco, participantes da rebelião de 1817, Pernambuco; Rio Grande do Norte, 1818. 302 doc (918 p.). Manuscritos I-31,02,001, doc.204.

[24] AN. Dossiê Sesmarias do Rio Grande do Norte. Requerentes: Assunção, Hipólito da Cunha da e mais oficiais e soldados índios da Vila de Estremoz; Litigantes: Cortez, Manuel Pegado de Siqueira [...]. Localização: Cidade dos Veados – Extremoz–RN (1811-1812). Código de Referência: BR RJANRIO BI.0.R13.4, fls.62v-63v.

Considerações finais

Apesar de a historiografia do Rio Grande do Norte do início do século XX eclipsar a participação indígena[25] no movimento rebelde, se percebe nas análises documentais um contexto completamente diferente, pois os soldados e oficiais das ordenanças dos índios estavam partícipes do movimento militar de rebelião contra a Coroa em muitos dos momentos de tensão no processo sedicioso. Desse modo, reforçarmos a ideia de que os militares indígenas tinham um papel preponderante nas atividades bélicas nas Capitanias do Norte, principalmente nesse contexto revolucionário, seja no chamamento para a causa da "Pátria", no envio de "índios correios" com papéis sigilosos dos líderes do movimento para outras capitanias[26], na segurança das povoações da província contra assaltantes que incomodavam os moradores locais[27] ou quando os soldados índios mudaram de lado político e retomaram o apoio às forças monarquistas na Paraíba e no Ceará, por exemplo. Por fim, e presumivelmente, sem o apoio inicial dessas forças indígenas das Vilas de Índios de São José, Arez e Flor à Revolução de 1817[28], o coronel André de Albuquerque Maranhão e seus aliados não teriam êxito em prender o governador no Engenho Belém, tomar a capital do Rio Grande do Norte e implementar o efêmero governo republicano naquele momento histórico.

---

[25] A escritora e educadora norte-rio-grandense Isabel Gondim, sobrinha-bisneta de um dos envolvidos no movimento de 1817, o padre João Damasceno Carneiro Gondim, e que entrevistou algumas testemunhas da insurreição na sua juventude no século XIX, descreveu em seu livro que as tropas que acompanhavam o coronel André de Albuquerque Maranhão eram compostas por milicianos, amigos e familiares do personagem, não mencionando no decorrer do seu texto a participação das ordenanças dos índios nesse processo histórico (GONDIM, 1908, p. 22-24).

[26] BN. AUTOS do processo para julgamento dos rebeldes de Pernambuco, participantes da rebelião de 1817, Pernambuco; Rio Grande do Norte, 1818. 302 doc (918 p.). Manuscritos I-31,02,001, doc.12.

[27] O soldado "índio" Antônio Desidério e o seu colega de farda Antônio Francisco foram encaminhados para a localidade de Guanduba, termo da Cidade do Natal, para protegê-la de um homem escravizado de alcunha "Luís" que cometeu alguns crimes de morte na região. BN. AUTOS do processo para julgamento dos rebeldes de Pernambuco, participantes da rebelião de 1817, Pernambuco; Rio Grande do Norte, 1818. 302 doc (918 p.). Manuscritos I-31,02,001, doc.261.

[28] BN. DEFESA apresentada por Luís Manoel de Albuquerque Maranhão, indiciado na devassa da rebelião de Pernambuco, 1817. Manuscritos – I-30,35,12, fl.6.896; APEJE. Coleção Câmaras Municipais. Códice CM01, Natal, 1817, p. 149-156.

Aliás, os primeiros sinais da invisibilização da participação indígena no processo revolucionário pode ser analisado também nos relatos testemunhais da época, como os que foram apresentados por dois oficiais da Câmara de Natal, o juiz ordinário José do Rego Bezerra e o vereador Antônio José Leite, que informaram em carta para as autoridades monarquistas no Recife que viram o coronel André de Albuquerque adentrar na Cidade do Natal com a sua tropa rebelde e "sua corporação, e acompanhado também dos humildes, pobríssimos e ignorantes homens índios das Vilas de São José, Arez e Flor"[29].

A desqualificação do movimento proferida pelos oficiais de Natal estava carregada de preconceitos e visões pejorativas da época sobre os soldados indígenas, como fosse indigno para os militares rebeldes de 1817 utilizarem essas forças auxiliares nas suas incursões bélicas. Mas nesse tocante, eram essas mesmas autoridades coloniais que sempre se valeram da força indígena nas suas pretensões territoriais. Vide, por exemplo, a utilização das ordenanças dos índios na guerra contra a dominação neerlandesa no século XVII, na Guerra dos Bárbaros e nas atividades militares. Portanto, deslegitimar a participação desse grupo militar no processo revolucionário foi uma maneira de inferiorizá-los diante de sua importância e poder bélico que realmente eles possuíam.

Essa participação das forças militares indígenas no decorrer do movimento rebelde foi também experienciada em outros espaços coloniais, como na Capitania da Paraíba do Norte, onde algumas das ordenanças dos índios marcharam em favor da Coroa para debelar os rebeldes de 1817. Com a derrocada dos rebeldes e a mudança de apoio dos principais indígenas aos contrarrevolucionários, a Cidade da Paraíba foi retomada pelos monarquistas e uma grande tropa de três mil homens, com muitos soldados das ordenanças dos índios das Vilas de Alhandra, Conde e Pilar, armados com arcos e flechas, marcharam pelas ruas carregando a bandeira com as insígnias reais (MARIANO, 2012, p. 7).

[29] APEJE. Coleção Câmaras Municipais. Códice CM01, Natal, 1817, p. 149-156.

Na Capitania da Paraíba, grupos de homens brancos, mulatos, negros e índios engrossaram as fileiras republicanas, e cada grupo social buscava seus próprios interesses. Dessa maneira, para a perspectiva dos indígenas, escolher um lado do conflito poderia garantir também a posse de suas terras. Esse era o caso dos soldados índios da Vila de Alhandra, que nos primeiros movimentos revolucionários lutaram em favor dos "patriotas" da Paraíba com a garantia de receberem mais léguas de terras para o seu patrimônio para construir suas moradias e expandir as suas lavouras. No entanto, como apresentado anteriormente, esses soldados acabaram por apoiar as forças fiéis à Coroa (MARIANO, 2012, p. 5).

Para Mariana de Albuquerque, a participação indígena na Insurreição de 1817 em Pernambuco foi significativa e complexa. Nesse contexto, os indígenas foram recrutados forçadamente e, em muitos casos, sua participação ocorreu sob cooperação. Eles se envolveram nos conflitos armados tanto por interesses próprios quanto de maneira subordinada, formando redes de apoio e rivalidades. A participação indígena foi motivada por um recebimento real de ameaças, como o alistamento provocado e a perda de terras, o que levou muitos a se aliarem a grupos que prometiam não os prejudicar. Além disso, embora muitos indígenas não tenham atuado entre os líderes do movimento, sua presença nas tropas e sua contribuição para os combates foram importantes (DANTAS, 2015, p. 91; p. 102; p. 117-118).

Numa perspectiva aproximada da supracitada autora, João Paulo Peixoto Costa, ao investigar a participação dos indígenas no Ceará Grande, esclareceu que esses soldados foram recrutados para ação militar realista e se posicionaram politicamente como fiéis defensores do rei. Segundo o pesquisador, com o estouro da revolução, o governador da Capitania do Ceará convocou os militares indígenas para defenderem a capital, expedindo ordens também para os diretores dos índios das Vilas de Soure, Arronches e Mecejana para estarem de prontidão como seus dirigidos em caso de uma deflagração de guerra. Ainda acrescentou que o recrutamento militar desses indivíduos não foi forçado, longe disso, pois havia entre o rei e seus súditos indígenas uma fidelidade e uma relação mútua, que angariavam

para os povos vilados mercês a garantia de "poder lutar contra os abusos de proprietários e autoridades locais sobre as suas terras e mão-de-obra" (COSTA, 2017, p. 48-50).

Desse modo, a partir da apresentação dos fatos desses autores, pode-se refletir que o vínculo institucional estabelecido entre o Diretório dos Índios (1757) pela Coroa com os povos vilados da América portuguesa garantiu o fortalecimento do apoio majoritário dos principais indígenas e suas ordenanças à defesa da monarquia naquele momento histórico de intensa convulsão social no final do Período Joanino.

Outrossim, o que também se revela é a proeminência política do capitão-mor Hipólito da Cunha da Assunção da Vila de Extremoz, podendo-se afirmar que ele foi o protagonista indígena dentre as vilas regidas sob o Diretório no decorrer do processo revolucionário no Rio Grande do Norte. Enquanto os oficiais das ordenanças dos índios das vilas de índios da região ao sul de Natal, sob influência política dos Albuquerque Maranhão – Arez, Vila Flor e São José –, não são apresentados os seus nomes e nem os seus posicionamentos políticos diante da rebelião contra a Coroa – onde em muitos momentos são os diretores e militares não índios que falam pelos povos dessas vilas –, Hipólito da Cunha se posiciona e se articula com o novo governo. Utilizando-se de sua experiência como juiz ordinário, garante o apoio militar das suas seis companhias das ordenanças e analisa sob sua ótica que aquele momento histórico seria a melhor posição política a se tomar em defesa da reconquista de seu território social, esbulhado por potentados locais poucos anos antes de estourada a rebelião no Recife.

Referências

BLUTEAU, Rafael. **Diccionario da Lingua Portugueza**. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

COSTA, João Paulo Peixoto. Os índios do Ceará na Revolução Pernambucana de 1817. **Revista Diálogos**, v. 21, n. 3, 2017.

DANTAS, Mariana Albuquerque. **Dimensões da participação política indígena na formação do Estado nacional brasileiro**: revoltas em Pernambuco e Alagoas (1817-1848). 2015. 321 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

GONDIM, Isabel. **Sedição de 1817 na Capitania ora Estado do Rio Grande do Norte**. Natal: Tipografia da Gazeta do Commércio, 1908.

HERMANN, Jacqueline. O rei da América: notas sobre a aclamação tardia de d. João VI no Brasil. Rio de Janeiro: **Revista Topoi**, v. 8, n. 15, jul.-dez. 2007.

LEMOS, Vicente de; MEDEIROS, Tarcísio. **Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte.** v.2. Natal: CERN, 1980.

LEMOS, Vicente. Memória sobre a revolução de 1817 pelo governador José Ignácio Borges, seguida de alguns documentos que se referem a mesma revolução. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**. Natal: Typographia do Instituto, 1910-1913. p. 5-136. v. VIII, N. 1 e 2.

MAIA, Lígio de O. **Serra de Ibiapaba. De aldeia à vila de Índios**: Vassalagem e Identidade no Ceará colonial – Século XVIII. 2010. 409 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

MARIANO, Serioja. Memórias da Insurreição de 1817 na Paraíba: o diário do sargento Francisco Inácio do Valle. *In*: VI Simpósio Nacional de História Cultural, 8., Teresina-PI, 2012. **Anais** [...]. Teresina: Universidade Federal do Piauí (UFPI), 2012.

MARTINS, Padre Joaquim Dias. **Os Mártires Pernambucanos**: Victimas da Liberadade nas duas Revoluções Ensaiadas em 1710 e 1817. 1. ed. Pernambuco: Typ. De F. G. de Lemos e Silva, 1853.

MORAIS, Ana Lunara da Silva. Acumulação e manutenção patrimonial da família Albuquerque Maranhão na Capitania do Rio Grande: engenhos de cana-de-Açúcar e sesmarias (do século XVII ao XIX). **Fronteiras: Revista de História**, Dourados, v.24, n.44, jul./dez.2022.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. **Dicionário de Tupi Antigo**: a indígena clássica do Brasil. São Paulo: Global, 2013.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN

ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

UMA ANÁLISE NAS ENTRELINHAS:
Estudo do Catecismo Indico de Bernardo de Nantes

Tatiane Medeiros Alves

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38458

RESUMO:
O presente trabalho busca analisar o katecismo indico da língua Kariri, do frade Capuchinho Bernardo de Nantes. No qual foi escrito a partir de suas relações com duas aldeias da etnia Kariri, Aracapá e Cavalo, às margens do São Francisco, na segunda metade do século XVII. Analisando qual a narrativa acerca do "Sertão" que o Frade constitui e os métodos de catequização utilizados, enfatizando a importância da fonte para a compreensão da cultura Kariri. A pesquisa tem como fonte a tradução de sua obra: "Catecismo da Lingua Kariris". A concepção teórica toma como base a história social em diálogo com os pressupostos da "Nova História Indígena", fazendo uso da abordagem da Micro-história.
PALAVRAS-CHAVE: Catequese; Indígenas; Capuchinhos.

AN BETWEEN THE LINES ANALYSIS: Study of the Indico Catechism of Bernardo de Nantes

ABSTRACT:
The present work seeks to analyze the Indico Katechism of the Kariri language, of the Capuchin friar Bernardo de Nantes. In which it was written from his relations with two villages of the Kariri ethnic group, Aracapá and Cavalo, on the banks of the São Francisco, in the second half of the seventeenth century. The research is based on the translation of his work: "Catechism of the Kariris Language". The theoretical conception is based on social history in dialogue with the assumptions of the "New Indigenous History", making use of the Microhistory approach.
KEYWORDS: Catechesis; Indians; Capuchins.

Introdução

A documentação produzida por missionários e cronistas constitui-se como fontes cruciais para uma compreensão da história do Brasil a partir de uma perspectiva de análise da História Indígena, sendo suas reminiscências fundamentais no desenvolvimento social do país. A discussão dessa história indígena em consonância com a discussão da categoria "sertão", são pontos basilares de estudo do contexto colonial tendo como base as relações entre os seus agentes (missionários, colonos, indígenas) e as dinâmicas produzidas.

Posto isso, ambas as perspectivas serão analisadas a partir da obra do Capuchinho Francês Bernardo de Nantes: "Katecismo Indico da Lingua Kariris, acrescentado de varias praticas doutrinaes, e moraes, adaptadas ao genio, e capacidade dos Índios do Brasil (1709', tendo sido escrita em duas línguas, Portugues e Kariri Dzubukuá, pode ser utilizada para uma compreensão dessa cultura Kariri, percebendo as informações descritas por Bernardo de Nantes; realizar uma análise acerca das influências linguísticas presentes no desenvolvimento da língua portuguesa, como também compreender os métodos de catequização do capuchinho Bernardo de Nantes, mensurando em quais perspectivas esses métodos podem ser aplicados para os demais capuchinhos que se fizeram presente nas regiões do São Francisco.

Além do mais, a fonte possibilita uma discussão acerca da construção do imaginário do sertão, sendo esta categoria associada às regiões de localização de populações indígenas, além de compreender reminiscências da cultura da etnia Kariri, as resistências dessas populações e as adaptações na qual os missionários tiveram que realizar para dar seguimento ao processo colonial.

Em relação às populações indígenas discutidas nessas relações, trata-se de duas aldeias da etnia Kariri, Aracapá e Cavalo, ambas apresentavam

aproximadamente um contingente populacional de 200 pessoas, localizadas na região do Médio São Francisco. Essas populações tiveram como administradores dos aldeamentos os Capuchinhos Franceses, ordem Franciscana. A documentação referente a essa ordem é de mais difícil acesso em relação a da presença jesuítica, sendo suas administrações ligadas a sagrada congregação da propagação da fé e não ao do padroado régio, o que levava a disputas de interesses devido a presença estrangeira de autoridades que não as da Espanha ou de Portugal. O processo de missão dessas duas aldeias esteve de início associada ao capuchinho Martinho de Nantes, sendo um dos mais importantes frades que passaram pelo projeto colonial, levou sua relação de catequese até meados de 1683, tendo que passar suas missões para Bernardo de Nantes em detrimento de solicitações para a construção do convento da piedade na Bahia (1687).

A obra aqui discutida foi editada em Lisboa em 1709, sendo um livro bilingue, consta apropriações para o estudo da língua Dzubukuá, pertencente à família linguística Kariri. Os objetivos propostos nesta análise se voltam para uma compreensão do método empregado por Nantes como ferramenta de aprendizado e ensino da língua Dzubukuá; análise dos métodos de catequização empreendidos pelos Capuchinhos Bernardo de Nantes e Martinho de Nantes, uma vez que, além de ambos estarem associados a ordem Capuchinha, Bernardo utilizou de escritos de Nantes para a produção de sua obra; verificar nas entrelinhas escritas pelo missionário aspectos da cultura indígena Kariri e verificar menções as nuances da categoria de sertão em um contexto colonial.

Metodologicamente, esta pesquisa toma como aportes teóricos a História Social, a Nova História Indígena e a Micro-história. A última, compreendida como uma abordagem e/ou metodologia de análise de fontes, inicialmente, constitui-se como um contraponto à macro história, na qual privilegiava os acontecimentos dos "grandes homens". O modelo tradicional historiográfico começou a ser questionado de maneira enfática em fins dos anos 70 e início do 80. Sendo insuficiente para a

contemplação da diversidade histórica, este modelo entrou em crise, assim como o campo da História Social, tendo em conta que as escalas de observação estavam construindo narrativas incompletas, unilaterais.

De acordo com Michel de Foucault (1987), essas problemáticas proporcionaram novas epistemologias que não estivessem centradas nos grandespersonagens e narrativas, como o Estado, a religião e a política, além de não consideraram mais que os documentos ditavam as "verdades absolutas", logo inquestionáveis. Essa abordagem permite a existência de vários contextos e perspectivas de análise, assumindo que diversos personagens podem desenvolver suas histórias e protagonizarem. Tem como pontapé a discussão de um grupo de intelectuais italianos, os Quaderni storici. De acordo com José D'Assunção Barros (2007) se difere de outras abordagens por permitir a redução da escala de observação das escalas de análise, modificando a visão de análise das tramas e narrativas para um ângulo reduzido, não podendo ser confundida com um estudo de uma história regional, tendo em conta que não necessariamente é o intuito de estudar determinada região, por vezes pode ser apenas elementos /ou relações que ocorreram naquela determinada espacialidade.

A partir disso, a escala de observação foi reduzida para a realidade das duas aldeias (Aracapá e Cavalo), administradas pelo Capuchinho Bernardo de Nantes, intentando compreender um contexto maior de colonização e a protagonização da história indígena nesse âmbito. É certo que a análise micro-histórica não permite a compreensão completa da sociedade colonial a partir das fontes discutidas, mas permite, em outra medida, uma análise mais especificamente voltada para os agentes que não seriam discutidos com mais afinco com abordagens generalizantes da história tradicional, como os povos originários, as resistências empreendidas por estes e seus elementos culturais, que foram assimilados pelos agentes coloniais para o curso do projeto colonial.

A dimensão da Nova História Indígena possibilitará uma compreensão do projeto colonial que não se fundamenta em uma perspectiva dos agentes de poder. Sendo os escritos dos missionários fundamentais para essa análise, a mudança de perspectiva de análise se fundamentará em como que Bernardo deixou transparecer o registro dos hábitos e costumes, além de retratar a dinâmica da troca cultural que se sucedeu, na tentativa de buscar elementos da cultura indígena que se assemelhassem a simbologia católica, como forma de auxiliar na catequização. Colocando essas populações originárias como protagonistas de suas histórias.

Utilizo do campo da História Social, uma vez que este discute sobre as estruturas da sociedade, das classes sociais e dos conflitos envolventes nela, analisando as suas práticas sociais, trajetórias individuais e/ou familiares, identidades e valores Logo, as relações que envolvem o processo de catequização das aldeias Kariri, dos confrontos empreendidos nela perante a ação do Capuchinho, reverberam sobre valores e identidades que estão passando por um processo de troca cultural.

Como aporte teórico, faço menção ao conceito de experiência religiosa a partir de Edward Thompson, o não-dito e economia escriturística a partir de Michel de Certeau. O conceito de experiência religiosa irá contribuir para a compreensão sobre como as dinâmicas culturais produzirão novas experiências, que não estão isentas das nuances de ambas as culturas.

O conceito de não-dito irá ser fundamental na compreensão das resistências cotidianas, que não são descritas com tais denominações a partir do olhar estrangeiro/missionário, mas que são perceptíveis a partir de uma mudança de percepção das narrativas, possibilitadas pela compreensão das "entrelinhas", bem como a intencionalidade e permissões de produção e publicação das fontes discutidas.

O conceito de economia escriturística diz respeito à perspectiva de mudança de uma determinada realidade, que é descrita a partir da escrita. O projeto colonial e a descrição do processo de catequização de Bernardo de Nantes em sua obra dividida em duas línguas, que objetiva ensinar a história da religião católica para as populações trabalhadas.

A definição de "sertão" , utilizada na pesquisa, haja a necessidade de sua especificação devido sua pluralidade, se alicerça na perspectiva de Robert Moraes (2003), compreendendo que a constituição de valores relativos a um imaginário do sertão não são elementos categóricos formados por materialidade humana ou natural, mas sim a partir de constituições de valores simbólicos específicos que podem ser moldados e aplicados a depender do ponto de vista. Em outras palavras, Moraes (2003) situa que o sertão se constitui a partir de uma intencionalidade de dominação de uma determinada região, a exemplo do projeto colonial na região do médio São Francisco, a partir de uma proposição entre culturas "superiores e "inferiores", europeus e população indígena. Também se intenciona com a dicotomia entre "litoral" e "sertão", sendo tais espacialidades, a cidade da Bahia e as aldeias, Aracapá e Cavalo, respectivamente.

A construção da ideia de "sertão", sendo desde o século XVI em relatos de cronistas e viajantes, tem como fundamento também a dicotomia entre "civilização e barbárie", em que nas relações missionárias, os indígenas que não estavam aliados aos agentes colonizadores eram considerados como "bárbaros". Esses valores são presentes nas descrições de Bernardo de Nantes, ao repreender as práticas culturais da população indígena.

Posto os aportes teórico-metodológicos, os resultados iniciais se reverberam em algumas análises dos métodos de catequização, da associação das populações indígenas como pertencentes a locais sertanejos e a aparição do cotidiano e cultura indígena, posto por Bernardo como atitudes "incivilizadas".

Os valores que corroboram para uma descrição do imaginário que constitui as narrativas de "sertão", são compreendidos na obra de Bernardo de Nantes a partir de suas associações a cultura indígena e seu cotidiano como aspectos de uma cultura incivilizada e que logo necessita de salvação, de forma especial de suas almas. Fato que justifica, na perspectiva missionária, a necessidade de criação de um Catecismo que possibilite o ensinamento de uma cultura "correta", logo civilizada, branca e europeia.

Sobre os métodos de catequização, é possível avaliar que Bernardo de Nantes utilizou de variados métodos, desde a assimilação da cultura indígena para a criação do Catecismo, a sua necessidade de se adaptar as suas nuances culturais para a aplicação dos métodos, como também a própria produção da obra em formato bilingue.

Ao desenvolver a sua obra,o capuchinho se preocupou em demonstrar a diversidade dos métodos utilizados, seja a criação de músicas que narram aspectos da cultura católica, fato que delega uma atenção dos envolvidos, uma vez que a música é utilizada como um dado atrativo, seja a dinamização de escrita do catecismo que é escrito a partir de "perguntas e respostas", ponto facilitador na assimilação dos seus conhecimentos.

Para exemplificar, Bernardo de Nantes pontua: **"P.** He peccado mortal tal vez de mandar vir os feiticeiros, para curar os doentes com assopros. **R.** Sim he." (NANTES, p. (?), 1709). Essa passagem demonstra que além de utilizar de uma didaticidade em sua obra, ele deixa transparecer alguns elementos da cultura indígena, nas quais ele presenciou e que considerava como "pecados", uma vez não inseridos na compreensão católica.

No desenvolvimento do catecismo, descreve algumas atitudes que para a compreensão católica, são consideradas como pecados, divididos em pecados "leves" e pecados "mortais", sendo o ritual da antropofagia enquadrado em pecados

mortais. Essas menções revelam aspectos da cultura indígena que Bernardo de Nantes considerava, com seu olhar de estrangeiro e missionário, mais afastadas das dinâmicas de sua própria religião e compreensão.

Outras dinâmicas de catequização perceptíveis são as mudanças de cotidiano das populações indígenas, a exemplo da influencia de mudanças de horários para acordar e dormir, devido a realização das orações católicas, assim como a necessidade de sua realização antes do trabalho e do consumo dos alimentos. Para mais, atenuando as descrições do cotidiano indígena, Bernardo descreve:

> não vos lembraries mais por ventura das abusoes de vossos antepassados? não terieis cantado o waiwca (que he cãto superticioso), ou outras cantigas pagãos? Pintaste-vos por ventura de Junipapo, ou de Urucu? (NANTES, 1709, p. 129).

É perceptível nessa passagem as descrições de aspectos das religiosidades dos indígenas, assim como o teor de repreensão que Bernardo denotava em seu catecismo, dando ênfase à descrição de que as práticas que desvirtuar se da compreensão do universo católico eram pecados e deveriam ser repreendidas. A influencia de Martinho de Nantes é percebida no início do catecismo, na descrição dos cânticos.

Considerações Finais

A necessidade de novos olhares epistemólogos para análise de fontes missionárias se faz presente, sendo necessário esses novos aportes para construção de histórias que não estejam enraizadas em perspectivas únicas, que reproduzem estereótipos e que relegam um papel de apagamento ou estagnação das culturas das populações indígenas. Ao se relacionarem com uma notória diversidade étnica e cultural, que se distanciaram de suas referências estrangeiras e cristãs, Bernardo de Nantes e Martinho de Nantes construíram obras que estabelecessem uma impressão dessas trocas culturais, sendo realizadas de formas unilaterais e com nuances de

preconceitos e estranhamento. Porém, a compreensão da história do projeto colonial e as necessidades de adaptação cultural experienciada por todas as culturas envolvidas nas dinâmicas sociais são possíveis de serem acessadas a partir de novos questionamentos direcionados às fontes, sejam os escritos de missionários, ou a legislação da época.

No processo de catequização e dos sertões como alvo de um projeto colonial, se pode compreender a necessidade de atribuição de uma religião ao "outro", neste caso, a atribuição de religiões às populações indígenas a partir dos capuchinhos. Essa afirmativa se faz valer na produção do catecismo de Bernardo de Nantes, ao passo que é notório os apontamentos acerca das práticas culturais das populações Kariri e a necessidade de afirmação de que suas práticas são erradas e a demonstração das práticas "verdadeiras", em detrimento das "falsas.

Assim, Nantes realizou uma assimilação das práticas endógenas, para a compreensão de quais se assemelhavam a cultura cristã europeia ou não, nessa apropriação e tradução de novas experiências, ele deixa transparecer nas entrelinhas de seus escritos os costumes, valores, resistências e cotidiano da população indígena. Fatos que demonstram a necessidade de análise dos escritos missionários capuchinhos, que além de serem as poucas documentações de fácil acesso a esses universos, possibilitam compreensão das nuances de como que a sociedade brasileira foi sendo desenvolvida e os processos identitários presentes nessas relações.

REFERÊNCIAS

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. **Ponto de Vista**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 8, p. 145-151, 1995. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1990/1129. Acesso em: 13 abr. 2023.

BARROS, José D'Assunção. História, espaço e tempo: interações necessárias. **Varia história**, v. 22, p. 460-475, 2006. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=384434818012. Acesso em: 8 abr. 2023.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história** – especialidades e abordagens. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BEZERRA, Sandra Nancy Ramos Freire. Matizes culturais do universo" KARIRI": nas tecituras da oralidade do olhar. **Anais do VI Simpósio Nacional de História cultural** – Escritas da história: Ver-Sentir-Narrar. Teresina, 2012. Disponível em: http://gthistoriacultural.com.br/VIsimposio/anais/Sandra%20Nancy%20Ramos%20Freire%20Bezerra.pdf. Acesso em: 3 ago. 2023.

CASTRO, Hebe. História Social. *In:* CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *(Org.).* **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997. p. 45-56.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense
Universitária, 1982.

CORRÊA, Luís Rafael Araújo. **Nova História Indígena**: o protagonismo dos índios. 2017. Disponível em: https://www.cafehistoria.com.br/nova-historia-indigena-recuperando-o-protagonismo-dos-indios/. Acesso em: 10 jul. 2023.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução. *In:* CUNHA, Manuela Carneiro da. *(Org.)* **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/SMC/FAPESP, 1992. p. 09-24.

GABRIELLI, Cássia Maria Mingotti. **Capuchinhos bretões no Estado do Brasil**: estratégias políticas e missionárias (1642-1702). 2009. 119f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MORAES, Antonio Carlos Robert. O sertão: um "outro" geográfico. **Terra Brasilis**, *[s. l]*, v. 5, n. 4, p. 1-9, 2003. Disponível em: https://journals.openedition.org/terrabrasilis/341. Acesso em: 20 ago. 2023.

NANTES, Bernardo de. **Catecismo da Lingua Kariris**. Leipzig, 1896.

NANTES, Pe. Martinho de. **Relação de uma missão no Rio São Francisco**: Relação sucinta e sincera da missão do padre Martinho de Nantes, pregador

capuchinho, missionário apostólico no Brasil entre os índios chamados cariri. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Mec, 1979.

POMPA, Cristina. **Religião como Tradução**: missionários, tupi e "tapuia" no Brasil
Colonial. Bauru: EDUSC, 2003.

SANTOS, Evandro; MACEDO, Helder; ANDRADE, Joel. A história dos sertões em novas perspectivas: contribuições para construção de um campo de pesquisa. *In:* MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de *(Org.)*. **Fazendo ciência nos sertões**: experiências e idealizações no Seridó. Sobral: Sertão Cult, 2023. p. 137-162.

THOMPSON, Edward Palmer. Folclores, antropologia e história social. *In:* THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Organizadores Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 227-267.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

A MISSÃO DO APODI E SEUS MÚLTIPLOS AGENTES:
presença missionária e contatos na trajetória do Paiaku (século XVIII)

Ristephany Kelly da Silva Leite[1]

RESUMO:
Durante a primeira metade do XVII, as missões começam a ser fundados no sertão, acompanhando a interiorização. Estes locais contavam com circulação de pessoas e estabelecimento de diversos tipos de contato entre os missionários, indígenas, sesmeiros da região, vaqueiros que trabalhavam para os proprietários de terra e oficiais da Coroa que, inclusive, recorriam às aldeias para suprir às demandas contingenciais de suas tropas. Neste trabalho, vamos abordar a Missão do Apodi, na qual parte dos indígenas Paiaku que travaram diversos conflitos durante a chamada Guerra dos Bárbaros foram aldeados. Pretende-se investigar as interações que os diversos agentes que viviam e circulavam pela missão estabeleciam uns com os outros, enfatizando a multiplicidade de contatos e experiências proporcionadas pelos diferentes momentos da Missão e grupos que chegaram a administrá-la.
PALAVRAS-CHAVE: Missão do Apodi; Missionários; territórios sociais.

THE APODI MISSION AND ITS MULTIPLE AGENTES:
Missionary Presence And Contacts In The Paiaku Trajectory (18th Century)

ABSTRACT:
During the first half of the 17th century, missions began to be founded in the sertões, following the movement inland. These places had a circulation of people and the establishment of different types of contact between the missionaries, indigenous people, local landowners, cowboys who worked for the landowners and officials of the Portuguese Crown who even resorted to the villages to meet the contingent demands of their troops. In this paper, we will address the Apodi Mission, where some of the Paiaku indigenous people who fought in various conflicts during the so-called Barbarian War were settled. We intend to investigate the interactions that the various agents who lived and circulated around the mission established with each other, emphasizing the multiplicity of contacts and

[1] Professora da Educação Básica nas Secretarias Municipais de Educação de Monte Alegre/RN e São Gonçalo do Amarante/RN. Graduada e Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Este artigo é parte da dissertação de mestrado defendida junto ao PPGH-UFRN, sob orientação do professor Dr. Lígio José de Oliveira Maia. Currículo Lattes: https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do;jsessionid=D198F4A13AD6DF22ADE9B50662526A2D.buscatextual_0

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38583

experiences provided by the different moments of the Mission and groups that came to administer it.
KEYWORDS: Apodi Mission; Missionaries; social territories.

Junta das missões

Dentro do sistema polissinodal de política adotado por Portugal na época moderna (FRAGOSO *et al.*, 2013), as *Juntas* eram "organismos constituídos a partir da necessidade de fazer frente às demandas da governança" (SOUZA E MELLO, 2007, p. 64), como ocorreu com a administração das missões ultramarinas, sobretudo no que concerne à questão da análise da legalidade das guerras justas declaradas pelas autoridades.

Em 1655, foi criada a "Junta privativa para as missões, mais conhecida por *Junta Geral das Missões*, e também denominada de *Junta dos Missionários* ou *Junta da Propagação da Fé*, em virtude de sua natureza" (SOUZA E MELLO, 2007, p. 64). A Junta das Missões, quando criada, tinha por objetivo tratar do envio dos missionários para as conquistas, sendo estabelecidas posteriormente novas juntas para atuar nas possessões coloniais. Foram fundadas juntas das missões no Estado da Índia, no Reino de Angola, no Estado do Maranhão e Grão-Pará e, por fim, no Estado do Brasil.

Nesse contexto, a Junta das Missões de Pernambuco foi criada em caráter definitivo, subordinada à de Lisboa, em 7 de março de 1681 (LOPES, 2003). Essa instituição foi responsável por "julgar a legitimidade dos índios cativos através do voto de seus ministros e deputados, sendo também uma espécie de 'supervisora administrativa' dos aldeamentos podendo avaliar, inclusive, a conduta dos missionários responsáveis por cada um deles" (GATTI, 2010, p. 08). Assim, era a instância reguladora das missões realizadas pela Coroa portuguesa. Como informou Lígio Maia (2010), as resoluções da Junta das Missões de Pernambuco deveriam ser tomadas pelo governador, pelo bispo, pelo ouvidor-geral e pelo procurador da

fazenda, englobando assim as instâncias civis, religiosas e fazendárias. A função primordial das juntas ultramarinas era a propagação da fé e a salvação das almas, portanto, deveria escolher religiosos aptos para administrar as missões.

> Competia também às Juntas ultramarinas: cuidar para que os missionários concorressem para o aumento da cristandade nos seus distritos, trabalhando com zelo e cuidado nas missões a eles encarregadas; observar a dedicação dos Superiores das religiões e se entre eles havia quem descuidasse das suas funções; arbitrar na divisão dos distritos das missões entre as religiões; zelar para que, se houvesse necessidade de algum apoio material para o progresso da cristandade, este fosse solicitado ao reino e a junta ficaria encarregada de repartir entre as missões; arbitrar sobre as côngruas dos missionários (SOUZA E MELLO, 2007, p. 167).

Mas a principal preocupação relativa às decisões da Junta que nos interessam aqui foram os descimentos, cativeiros e mão de obra dos índios, pois sendo reguladora destas operações, era solicitada a dar parecer sobre questões específicas relativas aos indígenas (SOUZA E MELLO, 2007). Desta forma, a Junta das Missões produziu documentos que nos permitem compreender parte do complexo processo de junção das diferentes etnias que habitavam os sertões das Capitanias do Norte e do contexto de instalação das missões.

Como era a entidade diretamente ligada às questões da legitimidade da guerra contra os nativos, a Junta deliberava inclusive sobre como proceder com estes indígenas aldeados, levando em consideração os apontamentos de seus componentes e deliberando sobre a matéria, como ocorreu com os índios Caboré, Janduí e Capela que estavam na Aldeia do Guajirú e presos em Itamaracá, com os quais a Junta decidiu por fazer pazes e libertá-los da prisão para que retornassem à Missão[2]. O que se depreende dos documentos é que as decisões para o retorno destes indígenas às missões também estão imbuídas de interesses particulares do Capitão-mor, autoridade consultada sobre o caso, que os nativos retornassem à

[2] AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 78. ASSENTO (cópia) da Junta das Missões sobre o extermínio e pazes feitas com os índios tapuias Caboré e Capela que estavam reunidos na aldeia de Guajiru. 25/08/1714.

missão e servissem de mão de obra aos moradores e aos serviços da Coroa. Mas temos que considerar que a Junta, por ter esse caráter consultivo e deliberativo, acabou apresentando diversas questões importantes sobre as missões na documentação que legou aos pesquisadores.

A Missão do Apodi

As primeiras missões da Capitania do Rio Grande foram implantadas no último quartel do século XVII, sendo elas as Missões de Guajirú e Guaraíras, apontadas por Fátima Lopes (2003) como missões originadas de aldeias indígenas, junto com Mipibu e Igramació que, no entanto, somente foram fundadas no século XVIII. Já a Missão do Apodi teria sido formada pela redução de indígenas *tapuias* em decorrência da chamada Guerra dos Bárbaros.

Devido aos conflitos da Guerra do Açu, Dom João de Lencastre relata ao Governador de Pernambuco a importância de se criar novas povoações de Aldeias nas ribeiras do Açu, Jaguaribe e Piranhas, para que a segurança da população que habitava aqueles sertões fosse garantida[3]. As preocupações quanto a possíveis contendas eram latentes, haja vista os confrontos com e entre os grupos indígenas que transitavam naquelas partes ainda serem intensos (PUNTONI, 2002).

No entanto, há de se considerar sempre os interesses coloniais de agrupar os indígenas para que eles, através dos missionários responsáveis por sua administração naquele momento, pudessem ser convertidos à fé católica e introduzidos nos modos de vida ocidentais, para que eles não oferecessem resistência ao domínio colonial. Outro elemento importante a ser considerado neste momento é a abertura de caminhos para o Estado do Maranhão. Fátima Lopes (2003, p. 257) aponta que "em 1695, o Governador Geral também justificou a instalação destes aldeamentos não só pela segurança dos moradores, mas também por abrir caminhos para o Estado do

[3] CARTA para o Governador de Pernambuco, 08/06/1691. In: Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, v. 38, p. 314, 1937.

Maranhão". Uma vez abertos, estes caminhos facilitariam o comércio entre os Estados do Brasil e do Maranhão.

Ainda devemos apontar que quanto mais indígenas estivessem aldeados, em locais fixos determinados pela Coroa portuguesa, menos seriam aqueles que transitariam por estes sertões, e mais seriam as terras que poderiam ser doadas através de sesmarias para particulares, das quais estes tirariam seus proventos, através da utilização delas para produção de gêneros agrícolas ou para a pecuária, atividade que se desenvolveu fortemente no final do século XVII no interior das Capitanias do Norte do Estado do Brasil. Uma vez que estes particulares produzissem e lucrassem nestas terras, a Coroa também recebia um percentual dos lucros através dos impostos cobrados.

Desta forma, muitos eram os motivos que a Coroa portuguesa tinha para instalar as Missões no interior das Capitanias do Norte, no entanto, esbarrava em uma dificuldade: a falta de recurso. Quando foi sugerido a instalação das Missões nas ribeiras do Açu, Jaguaribe e Piranhas, a sugestão era que fossem instaladas duas missões em cada uma das ribeiras, cada uma com cem casais, no entanto,

> Por causa das diversas advertências quanto às dificuldades de se formar as seis aldeias (grande distância dos núcleos coloniais, dificuldade de se obter sustento para os primeiros tempos, inexperiência dos soldados e dos moradores no trato com os tapuias, dificuldade de se obter os trezentos índios domésticos), foram fixados permanentemente em apenas três postos avançados: os Presídios das ribeiras do Açu, Jaguaribe e Piranhas. Contudo, manteve-se o intento de se situarem os tapuias nas proximidades destes Presídios, como foi feito com os Janduí no Açu, em 1696, e os Paiacu no Jaguaribe e na Lagoa do Apodi em 1699 (LOPES, 2003, p. 376).

Assim, os Paiaku, principal grupo abordado nesse artigo, passaram pelo primeiro processo de territorialização quando, em consequência da chamada Guerra dos Bárbaros, foram aldeados na Missão do Apodi.

João Pacheco de Oliveira (1998, p. 54) apontou que a presença colonial instaurou "uma nova relação da sociedade com o território, deflagrando transformações em múltiplos níveis de sua existência", como ocorreu com os grupos indígenas que foram aldeados em decorrência da Guerra do Açu. Estes, além de terem limites territoriais fixos demarcados pela Coroa (o território das missões), ainda tiveram que se adaptar a um novo modo de vida que, de acordo com as determinações régias, não contava com as migrações sazonais que eram realizadas em decorrência das secas ou dos períodos de coleta, com os locais próprios adotados para realização dos seus ritos sagrados ou com sua liberdade habitual de ir e vir por estes sertões.

Para Pacheco de Oliveira,

> a noção de territorialização é definida como um processo de reorganização social que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado (OLIVEIRA, 1998, p. 55).

Os índios que foram aldeados nas missões religiosas tiveram que se reorganizar socialmente, foram apresentados a outras formas de viver, além daquela tradicional com a qual já estavam habituados e foram inseridos em uma outra cultura, que possuía valores e costumes bem distintos daqueles adotados por eles.

Há de se considerar que estes grupos indígenas já possuíam certo contato com colonos, pois já conviviam com os sesmeiros que solicitavam terras no sertão, por vezes até os ajudando a escolher as terras mais apropriadas para a produção agrícola ou para a pecuária, porém, nas missões religiosas, o contato com a cultura ocidental tornou-se sistemático e incisivo.

Dessa forma, através da acomodação de diferentes grupos de nativos, com a finalidade de sua catequização e sedentarização, nas missões religiosas

> que são unidades básicas de ocupação territorial e de produção econômica, há uma intenção inicial explícita de promover uma acomodação entre diferentes culturas, homogeneizadas pelo processo de catequese e pelo disciplinamento do trabalho (OLIVEIRA, 1998, p. 57).

Então, os indígenas que fossem aldeados teriam que falar a língua portuguesa, participar de toda ritualística católica cotidiana[4] e fixar moradia, se acostumando a outras formas de vida e trabalho, consolidando a intensão da Coroa de homogeneização daquelas populações tão diversas entre si. Contudo, apesar dos esforços da Coroa para aldear os indígenas, intencionando o fim dos conflitos naquela região, estes continuavam a ocorrer.

A Missão do Apodi foi fundada em 10 de janeiro de 1700, pelo padre jesuíta alemão[5] Filipe Bourel, e pouco tempo depois, em 16 de março do mesmo ano, um grupo de indígenas Janduí atacaram os Paiaku ali aldeados. Os Janduí teriam sido armados pelo Capitão-mor Bernardo Vieira de Melo, que teria fornecido munição e incitado o confronto para poder cativar os Paiaku (LOPES, 2003). Como estes indígenas haviam estabelecido um acordo de paz em 1695[6], caso entrassem em confronto poderiam ser acusados de estar em guerra justa. Fátima Lopes (2003, p.

[4] Apesar de ser uma publicação feita posteriormente baseada em um relato, é interessante observar a matéria publicada no periódico Excelsior, de 1940, que descreve o cotidiano de uma missão de índios do Rio Grande do Norte, feita pelo Frei Aníbal de Gênova. Cf. TAUNAY. Affonso de E. Uma Missão no Nordeste (1762). **Excelsior**, Edição 145, ANO XI, 15 de janeiro de 1940, p. 69 e 78. Frei Aníbal de Gênova esteve entre abril de 1761 e setembro de 1762 cuidando da Missão de Mipibu, no litoral da Capitania do Rio Grande do Norte. REGNI, Pietro Vittorino OFM Cap. **Os Capuchinhos na Bahia**: uma contribuição para a História da Igreja no Brasil. Vol. 2 – Os Capuchinhos Italianos (1705-1892). Tradução do italiano por Fr. Agatângelo de Crato OFM Cap. 1ª Edição. Caxias do Sul -RS: Imp. Grafica Editora Pallotti; Comp. Arte-final Artexto, 1988.

[5] A informação da nacionalidade deste jesuíta é apontada em BARRETO, M. R. N.; ARAS, L. M. B. de. Salvador, cidade do mundo: da Alemanha para a Bahia. **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos, vol. 10(1): 151-72, jan.-abr. 2003.

[6] AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 42. CARTA do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Bernardo Vieira de Melo, ao rei [D. Pedro II] sobre decisão dos oficias da Câmara e moradores de Natal de se fazer um presídio no sertão do Açu, que seria sustentado por seis meses pelas farinhas dadas pelos moradores. Anexo: termo de obrigação entre os oficiais da Câmara de Natal e os moradores (cópia); tratado de paz com os tapuias Ariu Pequeno (cópia); tratado de ratificação da paz feita com os tapuias Jandui, da Ribeira do Açu (cópia); certidão do rendimento dos contratos do Rio Grande do Norte, de 1695 a 1697. 25/04/1697.

377) narrou que "de mais de seiscentos Paiaku aldeados, neste ataque morreram setenta e três, e oitenta ficaram cativos".

Este não foi o único relato de envolvimento dos Paiaku em conflitos que foram incitados pelas autoridades coloniais a fim de cativar os indígenas. O Sargento mor José de Morais Navarro narrou que, em 1710, três capitães do Terço dos Paulistas, juntamente com os moradores da Ribeira do Açu, teriam provocado contendas entre os índios Paiaku aldeados no Apodi e os índios Panucuguassu (Panicuaçu), aldeados por Manuel Álvares de Morais Navarro, para que após guerrearem, fossem feitos cativos suas mulheres e filhos[7]. Os conflitos entre os nativos de diferentes etnias serviam, nesse contexto, para utilizar as rivalidades existentes entre os próprios grupos a favor do objetivo de enfraquecer estes povos, legitimando inclusive o cativeiro, fruto da guerra justa.

Para a Coroa portuguesa, os indígenas e a legislação que era aplicada a eles pela Coroa portuguesa, dividiam-se entre aliados e inimigos (PERRONE-MOISÉS, 1992), por isso, as ordens e determinações régias seguiam dois sentidos: para os nativos inimigos, o cativeiro; para os aliados, as pazes, o aldeamento e a vassalagem. Este foi o caso dos Paiaku da Ribeira do Apodi que, em 1701, após comprovada sua inocência, tiveram seu perdão concedido através de um Bando, emitido pelo Governador de Pernambuco, juntamente com os Icó (LOPES, 2003).

Além dos conflitos, outro assunto constantemente discutido pelas autoridades coloniais eram as condições de instalações das missões. Em 1699, o Padre Filipe Bourel relatou sua penosa ida do Açu para o Apodi. Tendo partido da ribeira do Açu, o jesuíta relata um ambiente precário e faz descrições pessimistas (PORTO, 2000).

[7] AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 65. CARTA do [sargento-mor do Terço dos Paulistas] José de Morais Navarro ao rei [D. João V] sobre uma trama entre os capitães do Terço dos Paulistas e moradores da Ribeira do Açu para incitar os índios Paiacu contra os "Panucuguassu", aldeados pelo mestre-de-campo Manuel Álvares de Novais Navarro, a fim de conseguirem aprisionar as suas mulheres e filhos. 27/05/1710.

A partir do jesuíta Filipe Bourel, que esteve na fundação da Missão do Apodi e permanecer no local até sua morte, cuja causa não conseguimos determinar, tendo deixado cartas sobre o ambiente e sobre sua estadia, bem como inspirado um quadro representativo de seu falecimento, podemos analisar elementos do cotidiano e dos fluxos nesta ribeira. Este jesuíta, já em 1699 encontrava-se na Ribeira do Açu, para acompanhar as reduções. Esteve à frente da fundação da Aldeia de S. João Batista do Apodi (Missão do Apodi), juntamente com o padre João Guinzl (João Guedes), ficando o último mais envolvido com a missionação na Capitania do Ceará, aparecendo no Rio Grande como visitador (PORTO, 2000).

Maria Emília Monteiro Porto (2000, p. 217) escreveu que, em 1702, os padres Manuel Dinis e Vicente Vieira também foram para a Missão do Apodi, relatando "uma imagem melancólica do espaço", no entanto, não encontramos maiores informações sobre a atuação destes jesuítas na missão. Elemento que também aparece nas descrições do padre Bourel, são os relatos do espaço da missão como um exílio, com almas do Purgatório a quem ele deveria dedicar sua missão. Logicamente, as descrições do ambiente feitas pelos missionários sofreram influência do estilo de escrita que este empregou nas cartas, sempre utilizando imagens bíblicas em suas descrições, como o êxodo, o exílio, entre outros. Uma imagem frequentemente suscitada pelo padre Bourel é a imagem da missão como um purgatório, como uma dimensão nociva da missão aos padres jesuítas, no tocante à integridade espiritual. Como aponta Gil Macedo (2014, p. 214), "o ato de se purgar é manifesto na relação entre o jesuíta e a salvação do ameríndio", no qual o missionário assumia uma posição degradada ao ir para estes purgatórios (missões).

O noviço Alexandre Nunes também acompanhou o padre Filipe Bourel na Missão do Apodi, "enquanto convalescia de melancolia", o que faz Maria Emília Porto caracterizar a região como um "espaço de fuga para espíritos melancólicos", posto também como espaço de isolamento, devido à grande distância até o litoral. Essa tônica de isolamento acompanhou o discurso do missionário até seu

falecimento e foi transposta na pintura que representa este momento. Não conseguimos localizar, na documentação, maiores informações sobre a ação do noviço na missão e quando este deixou de atuar junto a ela.

Os testemunhos do Padre trazem como elemento os trabalhos e perigos na Missão, porque existia uma constante ameaça de novos ataques dos indígenas de corso, o que ocasionava dificuldades na instalação de novos aldeamentos. Também destacava a "falta de sustento, que fazia os Paiacu atacarem o gado dos moradores, o que fazia com que os padres quisessem aldeá-los em novas localidades" (LOPES, 2003, p. 378).

No entanto, contrastando com estas dificuldades, na escrita dos missionários também aparecem elementos de valorização das missões por permitir um maior controle dos missionários sob a população indígena e sobre as atividades que estes exerciam (PORTO, 2000). Os missionários precisavam empregar este tom propagandista para que a Coroa tivesse motivos para deixar o comando das missões permanecer em suas mãos, e para que a atividade missionária continuasse se propagando e atingindo o maior número de indígenas possível, como já vimos ser seu objetivo. Mas, além disso, não podemos ignorar o aumento da fazenda desses missionários que estavam envolvidos com a administração das missões indígenas.

Mesmo estando os indígenas aldeados em missões, os conflitos com os demais moradores da ribeira não cessavam. Em decorrência destes, em 1704 ocorreu a transferência de parte dos índios Paiaku da Missão do Apodi para a Missão de Igramació. Após contendas com os curraleiros da Ribeira, os Paiaku foram deslocados do sertão para o litoral (LOPES, 2003).

Nas descrições que podemos utilizar para entender o cotidiano da missão, também se destaca as reclamações do Padre Bourel a respeito do uso de armas pelos indígenas. Sendo um assunto de extrema importância para as autoridades coloniais,

pois influenciava diretamente na capacidade de controle que a Coroa exercia sobre a população que este tópico também fosse preocupação das autoridades coloniais:

> Durante a 'Guerra dos Bárbaros', o uso contínuo das armas de fogo pelos tapuias fez com que o Governador Geral mandasse investigar de onde eles poderiam estar recebendo armas, pólvora e munições, com que se supriam há mais de cinco anos (LOPES, 2003, p. 358).

As armas vinham pelo rio Açu, mas também por colonos que trocavam *tapuias* por espingarda, fazendo resgate[8] . Outro elemento interessante de ser observado é a descrição do padre João Antônio Andreoni sobre a presença dos soldados na missão, que "é um elemento determinante para o controle da cultura indígena transtornada pela guerra" (PORTO, 2000, p. 220).

Percebe-se que nas missões, ao menos durante este período de intenso conflito da Guerra do Açu, eram empregados dois controles: o dos missionários quanto ao convívio entre os indígenas e um primeiro momento de inserção dos mesmos aos costumes cristãos ocidentais; e o controle da Coroa por meio dos soldados, impedindo avanços bélicos e tentando evitar que os indígenas adquirissem armamentos.

Mesmo com esse controle, os índios ainda saiam alguns meses durante o ano, para recolher frutos da época e, alguns deles fugiam para os sertões (LEITE, 1945). Desta forma, trazemos à discussão a consecutiva tentativa de controle da Coroa portuguesa sobre a população indígena e sua aceitação em determinados momentos e recusa em outros, evidenciando suas agências.

Outras formas de agência evidenciam-se no relato do padre visitador João Pereira que, em 1706, escreveu "que os índios do Apodi continuavam com alguns de seus costumes, andavam nus e pintados, com as bochechas, lábios e orelhas furadas,

[8] CARTA para o Governador de Pernambuco, 09/09/1706. AHU_CU, Cód. 257, fl. 189v. Registo de cartas régias e cartas dirigidas a várias entidades das diferentes capitanias do Brasil. 1698-1713.

porém já haviam adquiridos alguns novos" (LOPES, 2003, p. 379), alguns deles frequentando a Igreja e os que estavam casados dormindo em barracas separadas.

Ainda se destaca que, segundo carta destinada à Junta das Missões, "era inconstante a fé dos Paiakus, crendo que estando a viver em Aldeias, seriam enganados pelos Missionários, que os entregariam ao Mestre de Campo dos portugueses, e seriam levados a duríssimo cativeiro" (PORTO, 2000, p. 237). Logo, mesmo os indígenas frequentando a igreja e realizando os rituais católicos, como apontado acima, o medo do cativeiro poderia ser um dos fatores que os fazia fugir das missões e retornar aos sertões, abandonando os hábitos adquiridas nos aldeamentos.

Em 1709, Filipe Bourel faleceu na Missão do Apodi, permanecendo nela apenas o Padre Bonifácio Teixeira. Antes de vir a falecer, o jesuíta relatou que, na visão dele, os indígenas haviam recuado a suas antigas superstições, "mostrando-se versáteis e inconstantes". Relatou também que só permaneciam na missão por medo de serem escravizados (LEITE, 1945). Podemos perceber que o depoimento do padre contradiz o apresentado à Junta das Missões. Em um, os indígenas estariam fugindo das missões por ter medo de que os missionários os entregassem e os tornassem cativos, já no depoimento de Bourel, os nativos que permaneciam na missão, somente o faziam por medo de serem escravizados pelos moradores ao redor.

Cada discurso demonstra seus interesses. As autoridades coloniais, a fim de obter um maior controle da mão de obra indígena, fazendo com que esta não fosse intermediada pelos missionários, apontavam a falta de controle sobre os índios destes religiosos, uma vez que estes últimos eram os responsáveis por regular o trabalho prestado à Coroa e aos moradores. Já o discurso do padre, apesar de enfatizar a saída destes índios e sua "inconstância", indica que a proteção que as missões lhes forneciam para que não fossem escravizados os fazia permanecer

nestes locais. No entanto, o que ficou evidente foi o poder de escolha que recaia sobre os indígenas. Estes poderiam permanecer nas missões, voltar para os sertões ou ainda transitar entre um espaço e outro, apontando que as possibilidades de agência destes não se limitavam ao conflito, à fuga ou à redução.

A morte do padre Phillipe Bourel foi transformada em quadro por um artista desconhecido de uma escola portuguesa de pintura do século XVIII. Sendo referenciado como o primeiro quadro representativo da ribeira do Apodi, oferece diversos elementos de análise da leitura que era feita sobre como eram as missões religiosas do sertão e de como elas eram representadas.

Figura 1 – Morte do Padre Filipe Bourel



Pintor desconhecido. Século XVIII. Óleo em tela; 110,5 X 133,5 cm. Coleção do Museu Nacional de Belas Artes – RJ. Catálogo MNBA, Safra, 1985.

Apesar de não ter a experiência em análise de obras de artes que os historiadores das artes dominam, cabe observar alguns pontos sobre esta pintura. O primeiro são os elementos do cotidiano nas missões que, por mais que equivocados, trazem elementos sobre o convívio entre os indígenas e os missionários (os nativos chorando a morte de Bourel), trabalho desenvolvido nesses locais (representado pela pesca) e as moradias. Apesar de ser uma representação provavelmente imaginária do cotidiano das missões, traz elementos relatados pelos missionários que ali estavam.

Outro aspecto que nos chamou a atenção foi a presença de dois personagens com roupas europeias em meio aos indígenas. Por se tratarem de dois homens, pode-se cogitar que sejam os missionários Manuel Dinis e Vicente Vieira, que também fizeram passagem pela Missão do Apodi, no entanto, nenhum dos dois homens traja túnica semelhante à do padre Bourel. Não acreditamos que uma imagem produzida para informar à posteridade os trabalhos catequéticos não utilize os elementos característicos de identificação dos missionários, como suas vestes. Poderia também ser o missionário Bonifácio Teixeira, que ficou a cargo da Missão após a morte de Filipe Bourel, mas pelo mesmo motivo apontado anteriormente, essa hipótese é posta em questão. Além disso, Serafim Leite (1945) escreveu que na ocasião de seu falecimento, o padre estava só, já que Bonifácio Teixeira estaria fora da missão. Desta forma, podemos cogitar que os personagens europeus são figuras representativas da presença de outros agentes da Coroa portuguesa naqueles sertões e naquela pintura.

Como apontou Antônio Andreoni, a presença de soldados nas missões não era incomum, tanto pelo controle dos espaços pelos oficiais da Coroa, como para arregimentar indígenas para servir nas tropas d'El Rei. Assim, poderia os dois personagens estarem representando soldados a serviço da Coroa, justamente pela morte do padre ter ocorrido em período de grande conflito na ribeira do Apodi. Poderia também, os dois homens com vestes europeias representados na pintura serem sesmeiros, pois, como apontado em trabalhos anteriores (LEITE, 2020), estes

já frequentavam os sertões e já tinham contato frequente com os índios, inclusive os utilizando como guia para encontrar terras férteis para seus cultivos. Fato é que a presença colonial, fosse através dos missionários responsáveis pela catequese e "civilização" dos índios ou dos sesmeiros ocupados em explorar as terras férteis da capitania, já se fazia bastante presente nos sertões, bem como as trocas culturais entre soldados, moradores, missionários e nativos.

Assim, procuramos apontar acima relatos que demonstram que mesmo com o estabelecimento de uma delimitação territorial fixa realizado pela Coroa portuguesa (a Missão do Apodi), os grupos indígenas continuavam a transitar pelos sertões das Capitanias do Norte. Fosse durante os períodos de colheita de determinados gêneros alimentícios retornando para as missões, fosse se reestabelecendo em espaços que não aqueles determinados pela Coroa. Eles também continuavam com práticas próprias de sua cultura, mesmo tendo que conviver com os costumes ocidentais dentro das missões. Desta forma, os indígenas continuavam transitando em seus territórios sociais, mesmo tendo passado pelo processo de territorialização implementado pela Coroa portuguesa.

REFERÊNCIAS

BARRETO, M. R. N.; ARAS, L. M. B. de. Salvador, cidade do mundo: da Alemanha para a Bahia. **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos, vol. 10(1): 151-72, jan.-abr. 2003.

FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; KRAUSE, Thiago. **A América portuguesa e os sistemas atlânticos na Época Moderna**: Monarquia pluricontinental e Antigo Regime. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013 (Coleção FGV de bolso. Série História).

GATTI, Ágatha Francesconi. **Os trâmites da fé**: As Juntas das Missões em Pernambuco, 1681-1759. Dissertação (mestrado em História Social), Universidade de São Paulo, 2010.

LEITE, Ristephany Kelly da Silva. **O regresso dos Paiaku**: deslocamentos e agências indígenas entre as Capitanias do Rio Grande do Norte e Ceará (1700-1768).

2020. 152f. Dissertação (Mestrado em História) -Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil.** Lisboa: INL, Liv. Portugália, 1945 – Tomo III.

LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do rio Grande do Norte**. Edição especial para o Projeto Acervo Digital Oswaldo Lamartine de Faria. Natal: Coleção Mossoroense, 2003.

MACEDO, Gil Eduardo de Albuquerque. As fronteiras do purgatório na Capitania do Rio Grande: um estudo das representações espaciais jesuíticas (1599-1725). **Revista História e Cultura,** Franca-SP, v. 3, n. 2, 2014.

MAIA, Lígio José de Oliveira. **Serras de Ibiapaba**. De aldeia a vila de índios: vassalagem e identidade no Ceará colonial – século XVIII. Tese (doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, 2010.

OLIVEIRA. João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais**. Mana – Estudos de Antropologia Social**, v. 4, n. 1, Rio de Janeiro, 1998.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/FAPESP, 1992, pp. 115-131.

PORTO, Maria Emília Monteiro. **Jesuítas na Capitania do Rio Grande, séculos XVI e XVIII**: arcaicos e modernos. 2000. Tese (Doutorado em História) - Facultad de Geografia e Historia, Universidad de Salamanca, Salamanca, 2000.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**: povos indígenas e a colonização do Nordeste do Brasil, 1650 – 1720. São Paulo: Hucitec; Editora da USP – Fapesp, 2002.

REGNI, Pietro Vittorino OFM Cap. **Os Capuchinhos na Bahia**: uma contribuição para a História da Igreja no Brasil. Vol. 2 – Os Capuchinhos Italianos (1705-1892). Tradução do italiano por Fr. Agatângelo de Crato OFM Cap. 1ª Edição. Caxias do Sul -RS: Imp. Grafica Editora Pallotti; Comp. Arte-final Artexto, 1988.

SOUZA E MELLO, Marcia Eliane Alves de. **Fé e Império**: as Juntas das Missões nas conquistas portuguesas. Manaus: EDUA, 2007.

TAUNAY. Affonso de E. Uma Missão no Nordeste (1762). **Excelsior**, Edição 145, ANO XI, 15 de janeiro de 1940, p. 69 e 78.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38420

"REDUZEM-SE OS GENTIOS, E CRESCE O NÚMERO DE VASSALOS":

as alianças militares e as tropas indígenas nos sertões do Piauí e Maranhão na segunda metade do século XVIII

Esmeralda Lima da Silva[1]

RESUMO:
Durante o processo de ocupação da capitania do Piauí e do Maranhão, as alianças estabelecidas com os indígenas foram fundamentais para a manutenção dos territórios coloniais. Para os indígenas, se aproximar dos portugueses, além de ser uma questão de sobrevivência, era também estratégica, na medida em que esses souberam tirar proveito dessas alianças para favorecer seus próprios interesses. Assim, por meio da análise de diversos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, busca-se discutir o protagonismo indígena na formação dessas alianças e compreender quais foram as estratégias usadas para angariar seus interesses e quais sujeitos estiveram envolvidos nessas relações. Nosso intuito é demostrar como os indígenas estiveram envolvidos no jogo político, recriando conscientemente possibilidades de autonomia
PALAVRAS-CHAVE: Capitania do Piauí, Capitania do Maranhão, Tropas indígenas, Alianças militares, Interesses.

"ARE REDUCE, AND THE NUMBER OF VASSALS GROWS": Military Alliances And Indigenous Troops In The Hills Of Piauí And Maranhão In The Second Half Of The 18th Century

ABSTRACT:
During the occupation of the captaincies of Piauí and Maranhão, the alliances established with the indigenous peoples were fundamental in maintaining the colonial territories. For the indigenous peoples, getting closer to the Portuguese, besides being a matter of survival, was also a strategy, as the latter knew how to take advantage of these alliances to favor their own interests. Thus, through the analysis of several documents from the Overseas Historical Archive, we seek to discuss the indigenous protagonism in the formation of these alliances and to understand what

[1] Mestre em História pela UFMA; doutoranda em História pela UFRN http://lattes.cnpq.br/8462579404563982, https://orcid.org/0000-0003-2216-2353, esmeralda.lima.066@ufrn.edu.br. Membro do Grupo de Pesquisa Formação dos Espaços Coloniais (CNPq/UFRN).

strategies were used to garner their interests and which subjects were involved in these relationships. Our aim is to demonstrate how the indigenous peoples were involved in the political game, consciously recreating possibilities of autonomy.
KEYWORDS: Captaincy of Piauí, Captaincy of Maranhão, Indigenous troops, Military alliances, Interests.

Introdução

Durante o processo de conquista e ocupação das capitanias do Piauí e do Maranhão, podemos perceber a importância crucial dos povos indígenas na conquista, ocupação e manutenção dos territórios coloniais. As alianças estabelecidas com os povos indígenas foram construídas ao longo da conquista e foram fundamentais, não somente para a dimensão política da manutenção do controle das áreas coloniais, como também para garantir a governança portuguesa. Era imprescindível para os portugueses manterem as alianças com os povos indígenas, especialmente para fins militares. Sem a força dos indígenas aliados, era impossível controlar e manter os territórios ocupados, sobretudo pelo fato de que "os índios representavam o grosso das tropas portuguesas" (ROCHA, 2013, p. 53). Apesar de haver um certo contingente de soldados oficiais, as tropas portuguesas eram majoritariamente formadas por indígenas.

Para as comunidades indígenas, se aproximar dos portugueses, além de ser uma questão de sobrevivência, era também estratégica, na medida em que os indígenas souberam tirar proveito dessas alianças para favorecer seus interesses. Ao se tornarem vassalos da Coroa, esses sujeitos se apropriavam dos instrumentos de negociação e usavam a condição de índios aliados para solicitarem diversos benefícios, que poderiam ser desde ferramentas, como também privilégios, mercês, concessões de terras ou simplesmente usarem os portugueses para combater a um inimigo em comum.

Nesse cenário, o que nos interessa é perceber o modo como os próprios indígenas tiveram reações diversas às dinâmicas da colonização portuguesa, ora se aliando, ora se impondo à presença estrangeira em seus territórios. Ao discutirmos os recrutamentos militares dos índios aldeados, não devemos compreender esses processos apenas como uma imposição da colonialidade, mas também como fruto de uma negociação com as populações indígenas. Assim, por meio da análise de diversas fontes documentais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, a presente pesquisa se propõe a discutir o protagonismo indígena na formação dessas alianças, buscando compreender quais as estratégias usadas pelos indígenas para angariar seus interesses e quais grupos e sujeitos estiveram diretamente envolvidos nessas relações. Nosso intuito é demostrar como, ao longo do período colonial, os indígenas estiveram envolvidos no jogo político, recriando conscientemente possibilidades de autonomia.

Guerras, conflitos e resistência indígena nos sertões do Piauí e Maranhão

A conquista e a ocupação dos sertões foram caracterizadas pela instabilidade dos povoamentos coloniais marcados por avanços e retrocessos durante todo o período colonial. Na segunda metade do século XVIII, com a interiorização e a penetração dos sertões por meio da expansão da pecuária, a colonização portuguesa não conseguia exercer uniformemente o controle sobre esses territórios, mesmo os já ocupados eram constantemente atacados. Essas tensões, do ponto de vista territorial, provocariam uma situação de vulnerabilidade do domínio luso, frente às constantes ameaças indígenas de retomada do território ou de despovoamento da ocupação. Essas investidas rompiam com os ritmos da ocupação lusa nos sertões e constituiu, seguramente, uma dura ameaça à precária territorialização desses espaços, como também à economia local.

Ao longo do século XVIII, foram organizadas várias jornadas ao sertão do Piauí e ao sul da capitania do Maranhão, para combater grupos indígenas que

estavam atacando às povoações, vilas e fazendas da região. Muitos dos conflitos armados e das expedições militares contra os índios eram financiadas pelos próprios senhores de terra, mas, a partir do momento em que conflitos se intensificaram, as tropas de guerra formadas pelos sesmeiros e seus agregados, os chamados "bandos", não tinham força o suficiente para fazerem frente à resistência indígena, sendo preciso apoio da Coroa, que, nesse cenário, tinha a função de mobilizar as tropas. Devido ao precário sistema de defesa das capitanias, os poucos soldados que formavam as tropas regulares de ordenanças e auxiliares não possuíam contingente suficiente para defesa e ordenamento dos sertões. Em decorrência disso, a participação indígena nas atividades militares foi fundamental.

A dificuldade em formar corpo suficiente para a defesa desses espaços sempre foi um problema retratado em inúmeras correspondências trocadas entre governadores e a Coroa principalmente porque a parcela da estrutura militar formada pelas companhias militares oficiais era normalmente pequena. É recorrente, na documentação colonial, a descrição sobre o precário estado militar e a falta de soldados para formar as tropas, como em 1727, quando o governador do Maranhão, João da Maia da Gama, escreveu para o Conselho Ultramarino, informando sobre a constante falta de soldados no território e das dificuldades em resolver essa questão[2]. Entre 1623 e 1747, as cinco companhias pagas das capitanias do Pará e do Maranhão não atingiram o número de 340 soldados pagos (VIANA, 2019, p 257). No Piauí, a situação de defesa era ainda mais problemática. Segundo Nunes (1975), a capitania não dispunha de recursos militares. Somente no governo de João Pereira Caldas, em 1760, que começa a formação de uma força de defesa. Antes disso, a defesa era feita basicamente pelos moradores locais e seus agregados, em sua maioria negros escravizados, que trabalhavam nessas fazendas.

[2] Carta do governador do Maranhão, João da Maia da Gama, para o secretário André Lopes de Lavre. Belém do Pará, 27 de setembro de 1727. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 15, D.1610.

Nesse contexto, o governador era a figura central responsável pelo recrutamento e levantamento dos contingentes de pessoas para atuarem como soldados nas guerras. Assim, as companhias de índios, recrutados nos aldeamentos, atuavam como tropas auxiliares, fundamentais na defesa dos territórios coloniais. Conforme Viana (2019), a presença indígena nas tropas militares ocorria em três modalidades: os aldeamentos, a negociação direta com as lideranças e a cooperação entre as capitanias. Os missionários gestores dos aldeamentos eram os responsáveis por intermediar e deveriam ceder os índios para as tropas. Segundo a autora, os religiosos tinham um papel fundamental na mobilização indígena, pois cediam e organizavam os índios capazes para as diligências. As tropas eram formadas por índios livre, recrutados nos aldeamentos, e somadas aos contingentes das tropas oficiais.

Desde o início do processo de conquista dos chamados sertões coloniais, na segunda metade do século XVIII, os sertanistas invadiram e desapropriaram os povos indígenas, para o estabelecimento de suas fazendas de gado. Esta expansão provocou uma série de conflitos travados entre os povos indígenas e os sertanistas, para manter os seus territórios tradicionais que agora eram constantemente invadidos pelos currais. Desde então, os povos indígenas enfrentaram esse processo violento de desapropriação de suas terras. Como resposta, em 1728, os índios Timbira chegaram a invadir a vila da Moucha, provocando uma das maiores ruínas de toda a capitania[3]. Conforme a carta do governador Alexandre de Sousa Freire, datada de quando os índios invadiram o arraial, o chefe do executivo estadual estava completamente sem defesa, pois os poucos soldados existentes haviam sido retirados pelo governador da Bahia, o que facilitou os ataques dos índios. Os Timbira queimaram as rancharias e fizeram cerco em uma fazenda chamada Alagoa, que ficava distante cerca de 12 léguas do arraial, onde mataram uma pessoa.

[3] Carta do governador do Maranhão, Alexandre de Sousa Freire, ao rei D. João V sobre a invasão dos índios Timbira. 25 de setembro de 1728. AHU, Avulsos do Piauí, Cx, 1. Doc. 40.

Na carta, o governador enfatizava o "poder de gente", referindo-se ao número expressivo de índios, e manifestava o temor de um ataque que poderia atingir toda a "capitania desarmada". Ele solicitava auxílio à Coroa, argumentando que o remédio para evitar os ataques indígenas seria se "valer dos índios da Serra de Ibiapaba". Além disso, requeria autorização para que os moradores formassem uma tropa capaz de combater os ataques. Diante do cenário de um iminente ataque indígena e da escassez de soldados na capitania, em 1729, o governador Alexandre de Sousa Freire concedeu aos moradores de Parnaguá a licença necessária para constituírem uma tropa de combate a esses ataques[4].

Desde que os conflitos começaram a se tornar uma constante nos sertões do Piauí, especialmente na região de Parnaguá e Gilbués, às margens do Gurgueia, percebemos que o número de indígenas nas tropas era muito superior ao de soldados oficiais. Em 1739, o governador João de Abreu Castelo Branco escreveu informando sobre os ataques que os índios Acoroá-Assú, Acoroá-Mirim, Gueguê e Timbira vinham realizando contra as fazendas de diferentes distritos da capitania do Piauí[5]. Entre as primeiras medidas tomadas para combater os ataques indígenas, foi emitida uma ordem ao capitão-mor Antônio Gomes Leite para que "puxasse" todos os índios da nação Jaicó, que, à época, estavam situados no rio Itaim, próximo à capitania do Ceará. Esses indígenas deveriam formar uma espécie de arraial entre o Gurgueia e Parnaguá, na região que parecia mais vulnerável às investidas dos índios.

Somente em 16 de julho daquele mesmo ano foi elaborada uma lista de recrutamento, que solicitava a formação de um corpo de 60 soldados de infantaria paga e seus oficiais. A principal preocupação era transmitir a ordem para que as aldeias mobilizassem os índios, pois estes representavam a principal força militar disponível. Nesse período, muitos grupos indígenas estavam aldeados. Por esse

[4] Carta do governador do Maranhão, Alexandre de Sousa Freire ao rei D. João V. 16 de julho de 1729. AHU, Avulsos do Piauí, Cx, 16. Doc. 48.
[5] Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre a carta do governador do Maranhão, João de Abreu Castelo Branco. 15 de março de 1740. AHU, Avulsos do Piauí, Cx, 3. D. 157.

motivo, os auxílios vinham de diferentes aldeias, entre elas as dos Barbados, dos Guanaré, dos Arayô e dos Anapuru, totalizando cerca de 200 indígenas, todos aldeados no Maranhão. Na carta, o governador ainda reforçava o pedido de 250 índios da Serra da Ibiapaba, que havia sido feito anteriormente. Essas tropas indígenas seriam comandadas pelo capitão-mor do Mearim, Francisco de Almeida, com auxílio de cabos para sustentar o seu arraial no rio das Balsas, de onde, com o parecer dos cabos maiores, poderia "despedir" as bandeiras e realizar as demais operações necessárias. Conforme uma carta de 9 de setembro de 1739, escrita pelo governador da capitania de Pernambuco, Henrique Luís Pereira Freire de Andrade, ao rei D. João V, a solicitação do governo do Maranhão foi atendida, e foram enviados de 250 a 300 indígenas da Serra da Ibiapaba para a capitania maranhense[6].

Como mencionado, os missionários eram os responsáveis por intermediar e organizar os índios capazes para as diligências. Em 1750, diante das investidas que naquele momento já não ocupavam apenas o Piauí, mas também as terras de Pastos Bons, na capitania do Maranhão, o governador maranhense, Pedro Mendonça Gorjão, solicitava auxílio bélico. Entre os pedidos estavam os índios das nações Arayô e Anapurú, e ainda alguns que pudessem vir das aldeias do Itapecuru. O pedido ainda fazia novamente menção aos indígenas de Pernambuco, solicitando reforço para o socorro da Serra da Ibiapaba[7]. No ano seguinte, foram enviadas algumas recomendações do Conselho Ultramarino ao governador do Maranhão. A principal delas era solicitar aos missionários para persuadirem "alguns índios de suas missões a descerem voluntariamente, assegurando suas casas e ainda algum pequeno prêmio", almejando uma maior adesão dos indígenas e como garantia de sua

[6] Carta do governador da capitania de Pernambuco, Henrique Luís Pereira Freire de Andrada, ao rei D. João V. Recife, 9 de setembro de 1739. AHU, Avulsos do Pernambuco, Cx, 54. D. 4701.
[7] Carta do governador do Maranhão, Luís Vasconcelos Lobo, para o rei D. José. São Luís do Maranhão, 17 de novembro de 1751. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 32, D. 3287.

participação ao longo dos conflitos, evitando assim as deserções, que eram constantes, não somente de indígenas como também de soldados[8].

Com as solicitações por índios aldeados, podemos perceber que algumas nações eram mais requisitadas para os recrutamentos que outras, devido às suas habilidades para a guerra, esse foi o caso principalmente dos Arayô e Anapurú. Nesse contexto, em 1761, quando os conflitos com os Gueguê, Timbira e Acoroá estavam intensos, o governador do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, escreveu para o secretário de estado Francisco Xavier Furtado sobre o socorro a ser prestado aos moradores locais. Na carta, o governador solicitava mais 200 indígenas, segundo ele, "os melhores para a guerra", que seriam os Arayô, Trememê e Anapurú, e deveriam ser enviados ao arraial de S. Felix, na capitania do Maranhão.

A estratégia seria transferir esses grupos para aldeamentos próximos aos conflitos, como uma espécie de barreira, não apenas para impedir os ataques aos núcleos de povoações, mas também para evitar fugas dos indígenas após os ataques. Durante os períodos de guerra, aldeias inteiras poderiam ser deslocadas para os locais de conflito[9]. Essa estratégia havia sido sugerida pelo padre João Pereira, que afirmava que "nas principais fronteiras deste gentio se estabeleciam outros domésticos e guerreiros", pois uma das grandes dificuldades das tropas em guerrear contra esses indígenas era o ambiente de mata fechada. Os índios, como estratégia de fuga, se escondiam nos "matos impenetráveis". Essas zonas de refúgio, proporcionadas pela vegetação, permitiam ainda os ataques-surpresa, as chamadas emboscadas, feitas pelos indígenas.

[8] Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. José, sobre a continuação da guerra ofensiva contra o gentio Gueguê e outras nações suas confederadas. Lisboa, 17 de abril de 1751. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 32, D. 3258.
[9] Carta do reitor do colégio da Companhia de Jesus no Maranhão, João Ferreira, para a secretária de Estado da Marinha e Ultramar. São Luís do Maranhão, 18 de dezembro de 1748. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 31, D. 3143.

Contudo, nesse período, as nações Arayô e Anapurú, escolhidas pelas juntas, estavam sob a administração do Bispo do Maranhão e eram tão pequenas numericamente que, juntas, não somavam 30 índios. Dessa forma, ordenou-se ao capitão-mor que se retirasse da aldeia do Itapecuru e enviasse um comunicado ao sargento-mor João do Rego Castelo Branco. Sem o apoio das aldeias, foi solicitado novamente o auxílio da Serra de Ibiapaba para ajudar a compor as tropas de guerra nesses conflitos. Nota-se que havia uma dependência do Piauí e do Maranhão em relação ao contingente indígena da Serra de Ibiapaba. Essa sequência de solicitações começou a gerar preocupações entre as autoridades coloniais, que temiam fragilizar a defesa de outra fronteira.

Há casos também em que os próprios moradores solicitavam a arregimentação de índios aldeados. Esse foi o caso de uma solicitação feita em 1760, quando os moradores de Parnaguá informaram ao rei sobre as hostilidades praticadas pelos índios contra os moradores das freguesias de Parnaguá e Gurgueia, no Piauí, e da freguesia de Pastos Bons, no Maranhão. No documento, os moradores descrevem a situação precária em que se encontravam as fazendas de gado. Para conter os ataques, os moradores pediam que o rei ordenasse ao governador de Pernambuco que enviasse, da Serra de Ibiapaba, um contingente de 500 a 600 índios. Solicitação semelhante deveria ser feita ao governador do Maranhão, para prover os índios necessários. Essa situação ocorria porque, já nesse período, as aldeias se encontravam muito reduzidas, além de, em alguns casos, haver conflitos entre missionários e autoridades coloniais pela posse dos indígenas aldeados.

Devido a essas dificuldades, muitos moradores que possuíam cabedal mobilizavam seus escravos e buscavam formar um corpo para defender suas fazendas. Um exemplo ocorreu quando o ouvidor-geral do Piauí, Mathias Pinheiro da Silveira Botelho, buscando conter os danos, convocou os moradores de sua jurisdição para irem armados defender suas propriedades. Um deles foi José de

Abreu Bacelar, que, com seus escravos armados e familiares, formou uma pequena tropa para atacar os índios[10]. Outro exemplo aconteceu em 1771, quando os moradores do Alto Piauí enfrentavam as investidas dos índios Pimenteira[11]. Nesse contexto, mesmo com poucos recursos, os moradores formaram uma tropa composta por 30 homens para se defender.

Diante da falta de solução para esse problema, muitos donos de terras e fazendas no Piauí uniram-se para solicitar uma ação do governo contra as invasões, ameaçando abandonar suas propriedades como forma de pressionar as autoridades por medidas mais enérgicas. Assim, por meio de um requerimento datado de 31 de outubro de 1778, os moradores José Certão, José Pais Landim, José Dias, José Gonçalo Dias da Costa, entre outros da freguesia de Nossa Senhora da Vitória, solicitaram à rainha D. Maria I que ordenasse aos governadores e ouvidores a realização de expedições ao sertão para a destruição, redução e civilização dos "índios bárbaros", visando evitar os ataques e roubos às fazendas de gado[12]. Essas ameaças eram constantes e serviam como uma tentativa de obter medidas mais incisivas contra os ataques, o que gerava grande preocupação no governo, que temia os prejuízos decorrentes do abandono das propriedades.

Segundo Santos (2010), à medida que o movimento sertanista ganhava ritmo, as tropas formadas para combater as hostilidades dos índios e promover uma efetiva ocupação territorial tornavam-se mais organizadas e melhor equipadas do que as bandeiras. Essas expedições de conquista territorial exigiam planejamento prévio, devido às dificuldades dos caminhos e às grandes distâncias a serem percorridas. Era necessário organizar as expedições, especialmente quando se tratava de vastos

[10] Ofício do ouvidor geral do Piauí, Matias Pinheiro da Silva, ao governador do Maranhão, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão. 6 de novembro de 1747. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 4. D. 285.

[11] Ofício do governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, ao secretário Martinho de Melo de Castro. Oeiras do Piauí, 16 de maio de 1771. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 11, D. 659.

[12] Requerimento de José Certão, e mais moradores da freguesia de Nossa Senhora da Vitória, à rainha D. Maria I. 31 de outubro de 1778. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 31, D. 767.

espaços ocupados por muitos povos indígenas. Além da capacidade bélica, eram indispensáveis armamentos, munições e mantimentos. Embora, na maioria das vezes, esses recursos fossem precários, havia todo um aparato material e logístico para preparar as tropas. Essa mudança tornou-se mais evidente nas últimas décadas do século XVIII, quando os conflitos passaram a se concentrar no sudeste do Piauí.

Em 1771, o governador Gonçalo Lourenço Botelho de Castro informou ao secretário Martinho de Melo e Castro sobre um planejamento prévio da tropa de guerra para evitar os ataques dos Acoroá aos moradores de Parnaguá e Jurumenha[13]. Na carta, o governador explicou que, para declarar guerra aos indígenas, seria necessário enviar da vila de Jurumenha uma tropa de 150 homens para patrulhar as fronteiras e prevenir a repetição dos assaltos dos Acoroá às fazendas dos moradores.

O alistamento das tropas deveria seguir os números estipulados para cada lugarejo do Piauí, incluindo as vilas de Parnaguá, Valença, Jurumenha e a cidade de Oeiras. Contudo, mesmo com essa divisão, o número de soldados chegou a apenas 100 homens. Para completar o efetivo, foi necessário recorrer à aldeia de São João de Sende, de onde foram recrutados 50 índios Gueguê recentemente aldeados.

O alistamento foi realizado nas vilas de Parnaguá, Valença, Jurumenha e na cidade de Oeiras. Os números correspondentes de cada localidade estão indicados no quadro abaixo.

Tabela 1- Divisão e organização do alistamento das tropas

Local	Comandante	Nº S. de Auxiliares	Nº S. de Ordenanças	Total
Vila de Parnaguá	Sebastião Tavares de Lira	10	20	30

[13] Ofício do governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, ao secretário Martinho de Melo e Castro. Oeiras do Piauí, 20 de maio de 1771, AHU, Avulsos do Piauí, Cx, 11, D. 660.

Vila de Valença	Cabos de esquadra	10	10	20
Vila de Jurumenha	João Caldeira da Silva e tenente João Rodrigues Bezerra	10	20	30
Oeiras	Cabos de esquadra	**10**	10	**20**

Fonte - AHU, Avulsos do Piauí, Cx, 11, D. 660.

Por volta de 1772, os principais grupos rebeldes estavam reduzidos a aldeias na capitania do Piauí: os Gueguê, em São João de Sende, e os Acoroá, em São Gonçalo do Amarante. Apesar disso, os sertões do Piauí ainda sofriam com as investidas dos índios, que disputavam com os moradores o controle do território e de seus recursos. Esse momento é interessante, pois vemos esses grupos, antes considerados inimigos, compondo as tropas de guerra para combater os Pimenteira. Em 1779, as tropas comandadas por João do Rego Castelo Branco contra os Pimenteira contavam fortemente com os antigos "inimigos" Gueguê e Acoroá, que agora ocupavam a categoria de "aliados". Além desses, os índios Jaicó também foram requisitados.

Os interesses indígenas na formação de alianças

As estratégias que os índios aliados utilizavam para fazer valer seus interesses demonstram como, ao longo do período colonial, esses sujeitos compreendiam o jogo político e conseguiram criar possibilidades de autonomia. Logo, ao estabelecerem alianças com os portugueses, também buscavam negociar interesses específicos junto às autoridades. Durante as guerras, o estabelecimento de acordos e alianças entre indígenas e colonos nem sempre era promovido pelos portugueses. Em muitos casos, fica claro que os próprios indígenas buscavam estabelecer essas alianças com o intuito de angariar algum benefício. Nessa discussão, a figura das lideranças indígenas, os chamados "índios principais", é fundamental para compreender como esses indígenas, valendo-se do lugar de vassalos da Coroa, se

inseriam nas dinâmicas do jogo político e se aproveitaram desse status para angariar privilégios a seu favor.

No Maranhão, uma dessas lideranças foi João Magu de Deus, índio principal da nação Arayô[14]. Ele intermediou o estabelecimento de um acordo de paz com os índios Aranhi, que estavam em conflito com moradores de alguns distritos da ribeira da Parnaíba. Por esse motivo, o governador João de Abreu Castelo Branco solicitou ao índio principal que procurasse reduzir à paz os ditos gentios. Acatando a solicitação do governador, João Magu de Deus "entrou ao mato e depois da diligência em que gastou sete ou oitos meses, trouxe consigo duzentas pessoas da dita nação", que foram levadas para a aldeia dos Arayô, na ribeira da Parnaíba.

Diante dos serviços prestados, o governador mandou inicialmente fornecer algumas roupas e ferramentas. Contudo, devido ao imenso sucesso e aos anos de fidelidade prestados à Coroa, acreditava ser mais justo e conveniente solicitar ao rei uma mercê para o índio. Assim, em 8 de maio de 1741, por meio de uma consulta do Conselho Ultramarino, o rei D. João V decretou que, visto que João Magu de Deus já possuía a patente de mestre de campo, fosse-lhe concedido "a trazer no peito a cruz de alguma das ordens militares" e mandou-lhe dar um vestido[15]. É importante enfatizar que havia um significado simbólico nesses "vestidos". Segundo Ale Rocha (2009), as roupas serviam como um reforço das hierarquias e distinções. Havia um esforço das autoridades portuguesas em vestir os índios de acordo com os cargos que ocupavam, sendo também uma forma de selar alianças, comumente utilizada.

No período Pombalino, o cargo de índio principal era um posto legalmente formalizado pela Coroa portuguesa. A lei de 4 de abril de 1755 buscava consolidar a transformação dos índios em súditos do rei. Como vassalos do rei, esses indígenas

[14] Carta do governador do Maranhão, João de Abreu Castelo Branco, ao rei D. João V. Belém do Pará, 14 de outubro de 1739. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 25, D. 2604.
[15] Idem.

puderam requerer concessões de terras, o que aconteceu no caso de Estevão, o principal da Aldeia Grande dos Barbados, que, em 1757, solicitou, por meio de um requerimento ao rei, a confirmação de uma carta de sesmaria datada na zona da referida aldeia. Essas terras ficavam entre o rio Mearim e as terras que pertenciam à Aldeia Pequena dos Barbados. Segundo suas alegações, Estevão afirmava que tinha meios para povoar os ditos campos com gado vacum e cavalar. Assim, solicitava três léguas de comprimento e uma de largura na referida paragem[16].

Seguindo os mesmos passos, no mesmo ano, o índio principal da Aldeia Pequena dos Barbados, de nome Pedro, escreveu ao rei pedindo a confirmação de uma carta de sesmaria na referida aldeia[17]. Solicitava terras na cabeceira do rio Peritoró, terras essas pertencentes à aldeia onde anteriormente estivera situada e que, com seus missionários, haviam sido transferidas para a beira do rio Itapecuru. O indígena, assim, solicitava três léguas de comprimento e uma de largura nesses ditos campos.

Diante desses casos, podemos compreender que os índios estavam cientes e reconheciam a formalidade dos procedimentos de petição de terras. Logo, os indígenas se apropriaram da ordem jurídica régia para obter benefícios. Nos dois casos apresentados, os requerentes, Estevão e Pedro, buscavam garantir o domínio sobre as terras que ocupavam, utilizando o posto de principal e justificando seus serviços prestados à Coroa, bem como a relação amistosa com os portugueses, para angariar benesses.

Havia ainda outros interesses: alguns desses grupos buscavam utilizar o auxílio dos portugueses para combater inimigos antigos, como foi o caso dos índios Amanajó. Em 1764, eles se ofereceram para lutar contra os índios Timbira na guerra

[16] Requerimento do principal da aldeia pequena dos Barbados, o índio Pedro, ao rei D. José. 16 de fevereiro de 1757. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 37, D. 3696.
[17] Requerimento do principal da aldeia grande dos Barbados, o índio Estevão, ao rei D. José. 16 de fevereiro de 1757. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 37, D. 3695.

que estava ocorrendo[18]. Nesse período, os Amanajó estavam aldeados nas proximidades da freguesia de São Teles da Boa Vista, sob o comando de um missionário mercenário. Segundo relatos, os Amanajó nutriam contra os Timbira "uma rivalidade de longa data". Assim, ao tomarem conhecimento da presença dos rivais próximos aos seus territórios, buscaram recorrer aos portugueses para combater, impedir e conter os avanços dos inimigos. Dessa forma, "voluntariamente se oferecerão vinte e tantos para irem a guerra contra os Timbiras, por serem estes os seus maiores inimigos".

Porém, esse auxílio não conseguiu se concretizar, pois, como mencionado, muitos missionários buscavam criar impedimentos para a saída de indígenas dos seus aldeamentos. Assim, devido aos problemas gerados pelo capitão-mor José de Meireles e pelo religioso mercenário, que se mostravam empenhados em manter os indígenas na freguesia de São Teles da Boa Vista, o acordo não foi efetivado[19]. Ainda assim, os indígenas pareciam agir conscientemente ao entrar em contato com os portugueses. Mesmo diante desse obstáculo, eles propuseram um novo acordo. Para isso, o índio principal dos Amanajó enviou aos portugueses um "índio de presente" acompanhado de outros dois, com o objetivo de persuadi-los a fornecer algumas ferramentas em troca de seus auxílios em futuros conflitos. O governador se mostrava favorável em atender às solicitações do grupo "para, desta sorte, os contentar e ter seguros na amizade que procurarão ter conosco". Diante disso, podemos compreender como os Amanajó sabiam tirar proveito dessas alianças: de um lado, usando os portugueses como aliados contra seus rivais, e, de outro, conseguindo angariar ferramentas.

Os interesses dos índios em estabelecer alianças ocasionais visando obter ferramentas eram amplamente explorados por ambos os lados. Esses instrumentos

[18] Ofício do governador do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 3 de agosto de 1764. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 41, D. 4063.
[19] Ofício do governador do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 28 de julho de 1765. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 42, D. 4109.

eram muito estimados e cobiçados pelos indígenas. Utensílios como machados, foices, facas e outros instrumentos de trabalho eram frequentemente utilizados nas negociações para estabelecer alianças com os povos indígenas. Um exemplo disso foi o acordo feito com os Acoroá-Assú, que, na época, hostilizavam as fazendas de gado na freguesia de Parnaguá, na capitania do Piauí. Na tentativa de obter um acordo de paz com os índios, os portugueses negociaram com um dos índios principais, que foi persuadido a convencer os demais indígenas a se aldearem. Em troca de seu apoio, "lhe gratificou com um bastão, alguns machados e uma faca de mato, joias das mais estimáveis para aquele gentio"[20]. É importante perceber e compreender a relevância de tais itens, pois conforme Garcia (2008), embora esses ganhos possam parecer modestos sob a perspectiva ocidental, certamente não o eram para muitos povos indígenas, que empreendiam negociações e acordos para obtê-los.

Os portugueses tinham ciência da importância desses utensílios para os indígenas. Durante o estabelecimento de paz com os índios Pimenteira, após muitos incômodos causados aos moradores, quando as tropas portuguesas demonstraram disposição para construir um acordo com o grupo, uma das formas de sinalizar essa intenção foi pela oferta de ferramentas durante as negociações. Esses grupos indígenas possuíam tais instrumentos, conforme relatado frequentemente na documentação da época. Durante o primeiro contato da tropa de guerra com a aldeia dos Pimenteira, em 1769, os soldados não encontraram indígenas no local, apenas a aldeia onde viviam. No entanto, de acordo com as descrições feitas pelo tenente do Regimento de Cavalaria Auxiliar, Francisco Carvalho, foram encontradas ferramentas e muitas roças, evidenciando que os indígenas buscavam, de diversas formas, adquirir esses utensílios. Esses instrumentos poderiam ser obtidos tanto por

[20] Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V. 24 de julho de 1745. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 4, D. 235.

meio de relações de troca com os portugueses quanto por meio de assaltos, que incluíam ataques às fazendas de gado[21].

Sabemos que esses itens eram tão importantes que, durante os ataques às fazendas, os indígenas levavam consigo as ferramentas encontradas, assim como durante as fugas dos aldeamentos. Um exemplo disso foi o caso dos Gueguê, que, em 1749, ao fugirem do arraial onde estavam aldeados, invadiram um armazém, de onde levaram ferramentas, além de todas as armas, pólvora e chumbo que lá estavam. Os indígenas também saqueavam esses utensílios em seus assaltos. Relata-se que, "depois de lhes tirarem as vidas aproveitando-se das armas, pólvoras e chumbos que levavam e achavam pelas casas que assolavam, para fazerem mais eficaz o seu poder, por cuja causa têm despovoado a maior parte das fazendas daquela freguesia"[22]. Não seria difícil acreditar que, em muitos desses ataques, os indígenas estavam mais interessados em adquirir esses instrumentos, constantemente saqueados, do que propriamente em despovoar as fazendas de gado.

Considerações finais

Ao longo do que foi apresentado, podemos compreender como os diferentes povos indígenas que ocupavam essa região possuíam demandas e agendas distintas, muitas vezes discordantes, e como, ao longo do período colonial, essa situação foi ganhando contornos ainda mais complexos e dinâmicos. Esses diferentes sujeitos, durante a colonização, incorporaram-se e ocuparam posições diversas nas redes de relações construídas na sociedade colonial, motivados e atuando por interesses próprios.

Dessa forma, foi possível perceber que alianças, acordos e negociações, em muitas situações, predominavam sobre o confronto, embora este também tenha sido

[21] Carta do governador Gonçalo Lourenco Botelho de Castro ao rei D. José. 20 de julho de 1770. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 11, D. 643.
[22] Ofício do ouvidor geral do Piauí, Matias Pinheiro da Silva, ao governador do Maranhão, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão. 6 de novembro de 1747. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 4, D. 285.

inevitável em alguns momentos. Assim, nossa intenção, desde o início, foi demonstrar os povos indígenas enquanto sujeitos históricos atuantes de sua própria história nos espaços coloniais e, como tais, souberam se apropriar do jogo político para fazer valer seus interesses nesses contextos.

REFERÊNCIAS

GARCIA, E. F. Quando os índios escolhem os seus aliados: as relações de "amizade" entre os minuanos e os lusitanos no sul da América portuguesa (c.1750-1800). **Varia História**, v. 24, n. 40, p. 613–632, jul. 2008.

NUNES, Odilon. **Pesquisa para a história do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975**.**

ROCHA, Rafael Ale. A Elite militar no Estado do Maranhão: poder, hierarquia e comunidades indígenas (século XVII). 2013. 330 f. Tese (Doutorado em História) - PPGH, UFF, Niterói, RJ, 2013.

SANTOS, M. R. A. Fronteira do sertão baiano: 1640-1750. 2010. 433 f. Tese (Doutorado em História), USP, São Paulo, 2010.

VIANA, W. A. Gente de guerra, fronteira e sertão: índios e soldados na capitania do Pará (primeira metade do século XVIII). 2019. 362 f. Tese (Doutorado em História) - PPHIST, UFPA, Belém, PA, 2019.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38448

OLHARES SOBRE O "SERTÃO BRAVO, BRUTO E DISTANTE": As experiências de Henry Koster nas veredas das capitanias do Rio Grande do Norte e Pernambuco (1809v -1818)

André Ipoema da Silva Domingos

RESUMO:
O trabalho "Olhares sobre o 'Sertão bravo, bruto e distante': as experiências de Henry Koster nas veredas das capitanias do Rio Grande do Norte e de Pernambuco (1809-1818)" investiga as experiências deste cronista a partir de suas viagens pelos sertões do antigo norte no recorte histórico citado. Ao considerar o gênero "Literaturas de viagens" como importantes meios de estudos sobre a América portuguesa dessa temporalidade, a obra "Viagens ao nordeste do Brasil" (Koster, 1942), é examinada enquanto fonte histórica a contribuir para o desenvolvimento desta pesquisa. Assim, busca-se trabalhar as experiências de Koster no antigo norte e problematizar as noções de deslocamento e exercício da alteridade considerando as suas concepções sobre o multifacetado conceito de sertão a partir da abordagem da Micro-História.
PALAVRAS-CHAVE: Alteridade. Literatura de viagem. Olhares. Sertão.

VIEWS ON THE "WILD AND DISTANT SERTÃO": Henry Koster's experiences in the trails of the captaincies of Rio Grande do Norte and Pernambuco (1809-1818)

ABSTRACT:
The work "Views on the 'Sertão, rough and distant hinterland': Henry Koster's experiences on the trails of the captaincies of Rio Grande do Norte and Pernambuco (1809-1818)" investigates the experiences of this chronicler based on his travels through the hinterlands of the former north in the aforementioned historical context. Considering the genre "Travel literature" as an important means of studying Portuguese America in this period, the work "Viagens ao nordeste do Brasil" (Koster, 1942) is examined as a historical source to contribute to the development of this research. Thus, the aim is to work on Koster's experiences in the former north and to problematize the notions of displacement and the exercise of otherness, considering his conceptions on the multifaceted concept of Sertão from the Micro-History approach.

KEYWORDS: Otherness. Travel literature. Views. Sertão.

Introdução

Os olhares sobre os sertões do antigo norte eram carregados de concepções a partir de um imaginário social. Um novo mundo, uma terra seca que mal chovia, uma cultura diferente enquanto enigma a ser desvendado pela Europa ocidental. Se pensarmos o sertão enquanto um alvo de projetos, passaremos a problematizar as tantas e tantas andanças feitas pelas terras em busca de riquezas naturais e conhecimento sobre as populações presentes e aquelas terras distantes. É justamente nessas primeiras décadas do século XIX que, sem a possibilidade de ir a outros lugares escolhidos da Europa[1], e aproveitando para curar-se de problemas respiratórios, que o comerciante inglês Henry Koster desembarca na capitania de Pernambuco por volta de 1809.

É lícito dizer que Henry Koster, mesmo nascido em Portugal (o que facilitou sua comunicação nos sertões) era, culturalmente falando um "produto inglês", ou seja, suas formas de se expressar, costumes, e o fato de ser anglicano, foi tudo moldado na Inglaterra. Começando a viajar pelos interiores das capitanias do antigo norte, Koster começava a relatar em seus diários aspectos interessantes sobre as relações sociais e as terras visitadas, assim, através dessas anotações, ele construiu um material riquíssimo a respeito dos seus deslocamentos, das populações sertanejas, e do exercício da alteridade, material este, que em 1816, seria publicado em forma de livro sendo chamado "Travels in Brazil", uma escrita do gênero "Literatura de viagem"[2], moldado junto as experiências de Koster, forjado no calor, nas viagens e nas relações com os povos sertanejos.

[1] Devido ao embargo imposto por Napoleão, no contexto das guerras napoleônicas, muitos países europeus não tinham como fazer comércio com a Inglaterra, assim como os ingleses não conseguiam chegar a determinados países europeus. Daí a dificuldade de Koster em se locomover.
[2]

Contextualização literária feita, a versão da obra que será analisada através desta pesquisa será "Viagens ao nordeste do Brasil" (Koster, 1942). Escolhi especificamente essa versão por já ter uma tradução do século XX, mais próxima da nossa forma de se escrever, pensar e falar a língua portuguesa, cabível de problematizações em relação à termos utilizados e determinismos construídos em sua tradução, além do fato de ter sido a primeira versão desta obra que tive contato em meus processos de heurística. Partindo dessas questões, torna-se fundamental a adoção de uma abordagem metodológica que me forneça um arcabouço teórico na tentativa de esmiuçar perspectivas e escolher as lentes adequadas em relação ao olhar, assim como o gato que observa atentamente cada movimento de um novelo de lã, assim como alguém que sobe um serrote para ver o sol nascer, digo, se faz necessário partir de uma vivência humana específica para pensar nas concepções experienciadas nesses sertões.

Ao encarar "Viagens ao nordeste do Brasil" enquanto uma fonte histórica, oriunda de uma travessia de um ator social específico e suas nuances e sensações sobre o que experienciava nessas relações intersociais, tomo uma decisão: opto pela Micro-história como abordagem metodológica. Reduzir a escala do meu olhar ao olhar do cronista, ao olhar do sertanejo que observa o viajante com estranheza (o que é uma ação recíproca), permite o exercício da alteridade a partir do momento que considero que Henry Koster é um europeu ocidental atravessando sertões, sensações e construções sociais por ele nunca vivenciadas antes. E nessa troca de energias entre cronista, sertanejos e sertanejas, literaturas e experiências, entendo que esse micro-organismo literário, que são os relatos de Koster através de suas andanças, e ele próprio, sejam importantes para problematizarmos algo muito maior do que Koster, do que eu que escrevo, e do que você, que agora ler este trabalho, já deve estar imaginando: um sertão "arrudiádo"[3] de experiências ímpares.

[3] Expressão linguística muito utilizada em alguns estados brasileiros para se referir a algo que está cercado, recheado ou cheio.

O Sertão e o olhar

> "(...) o micro-historiador examina "uma gota d'água para enxergar algo do oceano inteiro." (Barros, 2007, p. 170).

O pequeno, o grande, os vermes, as variadas maneiras de se construir as formas do queijo a partir da ideia de que tudo provém do caos, de uma existência em ciclos que parte de algo já existente[4]. Escolher olhar para, e como olhar para, se torna imprescindível nos processos de heurística de qualquer historiador disposto a mergulhar nas linhas emaranhadas de uma literatura de viagem construída em plena travessia errante. Henry Koster, ora discursando sobre seu estado de saúde, ora argumentando a partir do que ouvia da América portuguesa nos interiores e metrópoles inglesas, demonstra um interesse pela estranheza, uma intenção de se jogar em lugares nunca antes adentrados por ingleses ocidentais anglicanos.

É a partir de um dos primeiros trechos de "Viagens ao nordeste do Brasil" que passamos a considerar a trajetória de Koster além do atlântico na intenção de mudar os rumos da sua própria vida. Sendo considerando um senhor de idade no auge dos seus vinte e cinco anos, o ar, a terra e o calor tropical salvariam este inglês da morte antes mesmo de embrenhar-se sertões adentro, em uma travessia também pessoal: sobreviver aos balanços traiçoeiros dos mares raivosos, curar-se dos pulmões e se adaptar ao sertão. Era Koster um micro-organismo a vagar pelas vastas entranhas multifacetadas do organismo pluricelular sertanejo.

> Se minha saúde não tivesse exigido uma mudança de clima, não teria talvez cedido tão depressa ao desejo, frequentemente confessado, de deixar por algum tempo a Inglaterra. Julgou-se de conveniencia que partisse imediatamente, e como os portos d'Espanha e Portugal estivessem fechados aos suditos britanicos, por efeito das circunstancias sobrevindas na situação política desses dois países, minha escolha recaiu no Brasil e os meus amigos concordaram. (Koster, 1942, p. 29).

[4] Uma referência ao livro "O queijo e os vermes" (Ginzburg, 2006).

Não foi a América portuguesa a primeira opção do errante em questão, porém nenhum verso histórico produzido pela poética da alteridade é por acaso. Em pleno século XIX, as duas primeiras décadas do século, marcada por revoluções, dissidências e ideias de um império, as relações econômicas e socias estavam a mudar. Iria Koster tentar fazer a vida em novas terras? Essa é uma questão interessante a ser problematizada, já que, ainda em seus momentos de recuperação da saúde, já em solo sertanejo, Henry Koster já demonstrava interesse em saber mais sobre as rotas comerciais existentes naquele novo mundo. É em 1810, em meio a um severo período de estiagens, que Henry Koster a pé, de barco e a cavalo começa suas travessias geográficas e sociais. Havia coragem e interesses econômicos, além de uma grande vontade de conhecer os seres vivos daqueles sertões mais de perto.

A partir dessas experiências sociais, um pilar da nossa problemática será discutido nesta pesquisa: qual a concepção de sertão para Koster? Leva tempo. Em quase dez anos de travessias, entre idas e vindas, Koster viveu o sertão das secas, dos rios encantadores, das festas religiosas, das estranhezas religiosas, em contato com uma população majoritariamente de influência apostólica católica romana. Enveredando pela abordagem da Micro-História, podemos inferir, por meio da fonte, que muitas dúvidas cercavam o imaginário deste inglês, desde as articulações comerciais, desde as formas de socializações, como as festas religiosas por exemplo.

> Na Quinta-Feira Santa, acompanhado por dois patricios, saí pelas tres horas para ver as igrejas que, são nessa época, bem iluminadas e perfeitamente ornamentadas. Toda a cidade estava em movimento. As mulheres todas, da alta e baixa sociedade, enchiam as ruas pelas tardes, a pé. contrariamente ao uso local. Muitas estavam vestidas de sêdas de varias côres e cobertas de correntes de ouro e outras bugigangas, e em geral expunham tudo que de mais fino tinham podido reunir. (Koster, 1942, p. 47-48).

O interesse de Koster em conhecer as igrejas demonstra uma curiosidade em saber como eram os rituais católicos naquelas regiões distantes do litoral. Faz-se uma descrição das mobilidades sociais executadas pelos sertanejos, e podemos ver a partir desses relatos, um sertão colorido de pessoas, ornamentos e sedas. É

interessante a presença da frase "contrariamente ao uso local" no relato acima, já que no antigo norte a presença do couro era muito gritante gerando uma certa dúvida ao olhar estrangeiro. Porém, levando em consideração que o trecho literário trata de uma quinta-feira santa, podemos apontar para um sertão que estava em festa, daí, tanto brilho e cores por todas as partes. Koster estava a experienciar a semana santa de uma forma diferente. Levando essas questões em consideração, a abordagem da Micro-História nos permite examinar essas pequenas sutilezas, pessoas em meio a uma gama variedade de diversidades. As travessias de Koster começavam a transcender as geografias físicas, era preciso falar, relatar, narrar, e se tornava cada vez mais presente aquelas cores e tecidos variados a enfeitar os sertões em festa.

As narrativas do Koster ao serem transformadas em escrita durante seu estado de errância, vão além da descrição da terra, flertam diretamente com a experiência que se faz necessária através do seu deslocamento e olhar. Buscar entender o outro, o ambiente social e as formas que o moldaram fazem parte dos alicerces subjetivos da alteridade. Seja vendo semelhanças ou estranhezas, pontes ou obstáculos, o errante e o sertanejo estavam imersos nas engrenagens sociais daquele organismo chamado sertão. As rotas comerciais, os atalhos da terra e das linguagens exercitadas por estrangeiro e sertanejo, os cheiros, as texturas, além é claro, de viver aquilo que, no ano de 1810 varria a longa existência dos sertões do antigo norte: as severas estiagens.

As secas nos sertões são relatadas por Koster de forma contundente, sem nada lembrar o sertão colorido da semana santa por ele vivida. A aridez, a esterilidade da terra, a falta de água se torna quase dominantes na escrita do inglês. Aqui há dois pontos interessantes, em primeiro lugar: o comércio, o acesso aos engenhos e o próprio descolamento eram comprometidos, e movendo-se de água em água, tornava-se um desafio adentrar os sertões. Em segundo lugar, Henry Koster enquanto um sopro de existência a anotar o que via, enriquecia a sua

experiência nos sertões de uma forma trágica. Ao ver o gado morrer de sede, famílias sofrerem por falta de recursos e ele próprio sentir na pele a desproporcional força daquela natureza, percebia que estar e ser sertão era muito mais do que cavalgar atrás do gado ou apenas ter nascido por lá. Estar, ser e pertencer ao sertão era adaptar-se ao inconstante, era aprender a andar pisando na poça da água quando chovia, era saber para onde ir quando aquela mesma poça de água chegava ao seu fim.

Olhando de forma micro para "Viagens ao Nordeste do Brasil" notaremos imprecisões interessantes. Ora o sertão é colorido, é lugar de beleza, em outros momentos, é um lugar de sofrimento, com alarmantes faltas de recursos básicos para sobreviver. Quanto mais consideramos os deslocamentos e o ator social em questão, veremos que a constância da alteridade se fez fundamental no desenvolvimento desta literatura de viagem. Foram cerca dez anos de travessias, então, nos períodos chuvosos, Koster simplesmente poderia mudar a sua opinião sobre as mesmas terras visitadas de acordo com as questões climáticas, por exemplo. É lícito pensarmos também que esse tipo de "imprecisão" é uma concepção do leitor ou leitora, pois estamos a ler, a buscar representar, interpretar sentimentos e vivências a partir de um livro de duzentos anos de idade, assim, podemos cair na armadilha de exigir uma narrativa macro, sequenciada, linear e lógica de um sertão do antigo norte que chovia depois não chovia e depois era tudo festa. Se faz necessário olhar de forma mais apurada, buscar entender que a experiência varia, cresce ou encolhe, se reinventa dentro dela própria a depender do ator social que se arrisca ou regride dentro da inconstância, da imprecisão que é lançar-se ao desconhecido que pode ser dúbio.

> Uma vez que a Micro-História trabalha muito com as contradições dos atores sociais a serem investigados, com os discursos subjetivos, falseados e dialógicos, trazer estas subjetividades, estes falseamentos, este dialogismo para a superfície do texto final do historiador é uma possibilidade muito rica. (Barros, 2007, p. 177).

É preciso ressaltar que, aqui não pretendo apontar de forma alguma, Henry Koster enquanto uma falsa escrita ou retórica, pelo contrário! Acredito que, assim como aponta José d'Assunção Barros[5], cabe ao ofício do historiador problematizar as particularidades em busca de se montar um quebra-cabeça narrativo para se analisar o objeto, a problemática e as considerações dentro de uma pesquisa. Aqui, os relatos e experiências de Koster são as peças que juntas ajudam a reconstituir um quebra-cabeça maior (que são as concepções de sertões criadas) que nos proporciona uma leitura específica a respeito daquelas travessias.

Ao considerarmos as subjetividades presentes em cada peça desse quebra-cabeça, poderemos analisar o porquê de cada peça ter o seu formato específico, aquela cor específica e o que aquela peça em si representa para aquela trajetória tocada pelas relações, estranhezas e construções de vínculos. É preciso entendermos que Koster era uma dessas peças, que sendo encaixada dentro dessa feitura, cumpre o seu papel, escreve em seu papel linhas tênues e entrelaçadas a partir do olhar de dentro do longo horizonte sertanejo a atravessar as experiências de vida quem ousava respirar o sertão.

Problematizando então esse longo horizonte chamado de sertão, uma perspectiva atenta irá além das securas da terra e do olhar. Descrever, viver e se sentir tocado pelas consequências arrasadoras das longas estiagens era um ponto em comum entre um homem europeu ocidental branco e de pouca idade, e crianças, idosos (as), mulheres e homens sertanejos que colocavam à prova a sua própria existência no antigo norte. Vereda por vereda, as situações eram ímpares, porém, semelhantes dentro de uma ótica mais pessimista. O que para Henry Koster era um mundo caótico a parte, que em nada lembrava a sua pátria cultural, para os próprios habitantes dos interiores daquelas capitanias era uma "travessia", ou seja, havia

[5] Historiador e musicólogo que atua como professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). A obra "Sobre a Feitura da Micro-História" (2007) é uma importante leitura a respeito da dinâmica da micro-história.

ciclos de estiagens e ciclos de chuvas, não havendo como saber quanto tempo duraria cada um. Mas uma coisa era certa: a extensão, ou seja, a experiência de viver um ciclo desses, seja ele qual fosse, era algo esperado por cada par de pulmões que inspiravam, além do ar quente sertanejo, uma brisa de esperança.

Analisando a escrita de "Viagens ao nordeste do Brasil" a partir de um olhar direcionado às subjetividades alicerçadas nas vivências e alteridade, podemos construir uma linha de raciocínio baseada nas pausas. Assim como nas dinâmicas musicais, onde o instrumentista, além de respeitar na teoria e prática cada pausa, e precisar respirar para executá-las, é preciso considerar uma parte fundamental: a contagem do tempo. As vezes uma pausa de quatro tempos é mais viável do que uma de dois tempos, e quem decide isso? O compositor, o construtor da partitura, e a própria música em si.

Sendo a narrativa histórica comparada a uma música, com causas, inícios e desenvolvimentos , assim como um processo de escrita de uma literatura de viagem, o sertão era o maestro, os sertanejos e sertanejas os músicos/instrumentistas e Koster, além de demonstrar interesse em viver e entrar para essa orquestra, queria ser compositor e conseguiu a sua maneira, com interpretações, partituras e linguagens suas, solfejando notas, anotando arranjos, assim como um músico a contribuir para uma partitura musical. Ao entrar e sair dos bravos sertões que também o observavam, gerava frutos, em uma espécie de ovulação literária.

> Deixara o Sertão e, embora tivesse sofrido, sempre desejei regressar. Tenho um certo prazer em descrever e viajar em novas regiões e esta parte do território que atravessara era desconhecida para qualquer inglês. Pelas sensações pessoalmente sentidas, imagino quanto agradará ao viajante nessas zonas inexploradas o encontro de novidades ao primeiro olhar. (Koster, 1942, p. 202-203).

A frase "Ao primeiro olhar" no fragmento acima pode ser contextualizada dentro da ideia da Micro-História enquanto uma abordagem de estudos sobre a literatura de viagem. Olhar o que está dentro, o que vem de fora, as influências e

vínculos sociais desenvolvidos dentro dessa dança que é a redução de escalas de pesquisa, pode nos proporcionar trilhas investigativas muito pertinentes. Ao decorrer deste trabalho, abordei travessias, contatos, relatos, e de certa forma, imprecisões a respeito das vivências de Henry Koster nos sertões. Viajante este que cruzou cada gota de água do atlântico para relatar a quase inexistência de gostas de água no sertão, mesmo este sendo "arrudiádo" por rios lindos e imensos, longo a ponto de quase não se ver o horizonte, sabendo que em algum lugar havia uma tíra[6] de litoral, uma pequena linha a separar a vastidão do mar e a imensidão do desconhecido que era o sertão.

Não havia como este inglês sair ou entrar nesses sertões sem ser tocado pelo que viveu, viu e ouviu. Assim, passamos a nos perguntar: e o sertão saiu dele? A prova cabal para esta resposta é confirmada através da publicação de "Viagens ao nordeste do Brasil" em quanto livro, no fato de Koster assumir o comando de um engenho e passar a residir por um tempo neste local, e pelo fato de (esse para mim é um das mais interessantes), o nome "Henry Koster" ter sido reformulado a partir das convivências sociais enquanto "Henrique da Costa", o que foi bem aceito pelo viajante que, nascido em Portugal, criado culturalmente na Inglaterra anglicana, e convivido grande parte da sua vida na América Portuguesa (uma terra majoritariamente apostólica católica romana), agora possuía em seu próprio conceito, em sua pequena existência diante desses mundos tão diferentes, um pedaço do longo sertão dentro do seu universo particular.

Considerações finais

Analisando a trajetória de Koster sertões adentro através do exercício da alteridade, seus processos de deslocamento e construção de vínculos, podemos inferir, por meio de suas concepções presentes em seus relatos escritos, várias nuances para o conceito de sertão. A semana santa deixava o sertão colorido, com as

[6] Expressão linguística bastante utilizada em vários estados brasileiros para se referir a algo fino, estreito, que é uma fatia ou que mesmo sendo pequeno, divide coisas grandes.

pessoas em movimento contínuo pela sociedade, com roupas de sedas coloridas. Textura por textura, de cor em cor era tingido o sertão. Já as secas tornavam-no um lugar de sofrimento, cinza, de fazer água escorrer e cair dos olhos e não das nuvens, fazendo a vida quase impossível, adoecia as defesas do organismo do sertão.

Já os rios que cruzavam a corrente sanguínea das veias sertanejas eram magníficos, azuis, velejáveis, quase uma miragem aos olhos de quem os alcançava. As pessoas eram cristãs, mas um cristão diferente, que se batizava de forma diferente, que em quase nada lembravam os cristãos ocidentais europeus parecidos com Koster. Havia rotas comerciais, dificuldades de deslocamento, animais selvagens, mas também bravura nas mulheres e homens que ali viviam. Havia essência humana nos sertões, havia colheita, grãos, cheiros, texturas e calor o suficiente para as plantas sobreviverem. Era Koster um micro-organismo literário atuante na escrita das correntes sanguíneas do antigo norte nas primeiras décadas do século XIX, tornando-se um graveto no bico do anum[7] a vagar em busca das experiências de se estar vivo naquele tempo multifacetado, naquela imensidão de possibilidades.

Assim, observando "Viagens ao nordeste do Brasil" e analisando-a a partir de um olhar da Micro-História, podemos dizer que é uma rica escrita a reunir em sua conjuntura, uma trajetória de um viajante disposto a criar para si o desafio de existir, tocar e ser tocado socialmente e narrar, a partir da alteridade, concepções sobre aquilo que descia os vales, cobria os rios, banhava as retóricas mais diversas e se alongava perante a existência humana, de forma macro, mas também de forma micro, assim como uma célula humana, estava o sertão por todas a veredas orgânicas e literárias das histórias ali construídas.

[7] Referência à música "Jardim das acácias" do artista Zé Ramalho. (1976).

REFERÊNCIAS

AMADO, Janaína Passos. Região, Sertão e Nação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15. 1995.

BARROS, José D.'Assunção. Sobre a feitura da micro-história. **Opsis**, v. 7, n. 9, p. 167-186, 2007.

BONATO, Tiago. **O olhar, a descrição: a construção do sertão do nordeste brasileiro nos relatos de viagem do final do período colonial (**1783-1822). 2010. 190 f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.

COSTA, Raíssa Barbosa da. Henry Koster, um anglicano no sertão do norte oitocentista. **Mnmosine Revista**, Campina Grande, v. 2, n. 2. p. 92-103, 2011. Disponível em < https://mnemosinerevista.com/index.php/revista >. Acesso em 04 out. 2023.

CUNHA, Paula Cristina Ribeiro da Rocha. Apontamentos teóricos sobre Literatura de Viagens. **Caracol**, São Paulo, n. 3, p. 152-173, 2012. Disponível em < https://www.revistas.usp.br/caracol/article/view/57686 >. Acesso em 13 set 2023.

ESPADA, Henrique Lima; LIMA FILHO, R.; LIMA, Espada. **A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades**. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2006.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes.** Editora Companhia de Bolso. 2006.

GONÇALVES, Lucas Cairê. Micro-História e seus usos: relatos de viagens como fontes historiográficas. **História: relações de poder, cultura e representações.** Maringá, 2023.

KOSTER, Henry**. Viagens ao Nordeste do Brasil**. 12 ed. Vol 1. Trad. de Câmara Cascudo. Rio, São Paulo, Fortaleza: ABC Editora, 1942.

LAHUERTA, F. Medeiros. Viajantes e a construção de uma ideia de Brasil no ocaso da colonização (1808-1822). Scripta Nova**. Revista eletrônica de geografia y ciencias sociales**. Barcelona: universidad de Barcelona, 2006.

LEVI, Giovanni. **O pequeno, o grande e o pequeno**: Entrevista com Giovanni Levi. Revista Brasileira de História, v. 37, n. 74, p. 157-182, 2017.

NICOLAZZI, Fernando. François Hartog e o espelho da história: o outro e o tempo. **O futuro da história: da crise à reconstrução de teorias e abordagens.** Vitória: Editora Milfontes, 2019.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Autêntica Editora, Belo Horizonte, 2008.

SANTOS, Evandro; MACEDO, Helder; ANDRADE, Joel. A história dos sertões em novas perspectivas: contribuições para construção de um campo de pesquisa. In: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de (Org.). **Fazendo ciência nos sertões: experiências e idealizações no Seridó**. Sobral, CE: Sertão Cult, 2023.

THOMPSON, Eduard Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Organizadores Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Editora da Unicamp. Campinas, 2001.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38462

EM TODAS AS RUAS VEEM-SE CADÁVERES AMBULANTES E NUS SEM FORÇAS PARA IMPLORAREM UMA ESMOLA (...). A MORTE TEM ARREBATADO MUITAS VIDAS: Doenças na Parahyba no Contexto da Seca de 1877-1879

Rayane de Lima Brasil[1]
Serioja R.C. Mariano[2]

RESUMO:
Este artigo tem por objetivo analisar as doenças da população, na Província da Parahyba, especialmente no Sertão, durante a Seca de 1877-1879. O período ficou marcado pelo aumento da mortalidade, desnutrição e inúmeras doenças, fenômenos intensificados pelo deslocamento de famílias provenientes de diferentes regiões em direção ao Brejo e à Capital da Província. A pesquisa está baseada no conceito de representações sociais, proposto pela História Cultural e na História da Saúde e das Doenças. Para subsidiar a nossa pesquisa utilizamos como fontes as matérias de jornais, relatórios presidenciais e médicos, além das Relações/Lista das Comissões de Socorros Públicos.
PALAVRAS-CHAVE: Doenças; Parahyba; Saúde; Seca; Sertão.

ON EVERY STREET, ONE CAN SEE WALKING, NAKED CORPSES WITHOUT THE STRENGHT TO BAG FOR ALMS (...). DEATH HAS CLAIMED MANY LIVES: Diseases In Parahyba During The 1877-1879

ABSTRACT:
This article aims to analyze the diseases of the population in the Province of Parahyba, especially in the Sertão, during the Drought of 1877-1879. The period was marked by an increase in mortality, malnutrition and numerous diseases, phenomena intensified by the displacement of families from different regions towards Brejo and the Capital of the Province. The research is based on the concept of social

[1] Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFPB (PPGH/UFPB); e integrante do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista (CNPq/UFPB). ORCID: https://orcid.org/0009-0009-3125-2685. Lattes: http://lattes.cnpq.br/9455552614430906. Contato: rayane.brasil@academico.ufpb.br.
[2] Professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da UFPB: e líder do grupo de pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista (CNPq/UFPB). ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6010-0001. Lattes: http://lattes.cnpq.br/1684275258516891. Contato: serioja.mariano@academico.ufpb.br.

representations, proposed by Cultural History; and in the History of Health and Diseases. To support our research, we used newspaper articles, presidential and medical reports, as well as the List of Public Relief Commissions as sources.
KEYWORDS: Diseases; Parahyba; Health; Dry; Sertão.

Introdução

A Província da Parahyba enfrentou diversos episódios epidêmicos ao longo do século XIX, como a febre amarela (1850) a cólera *morbus* (1856 e 1862) e a varíola, com sucessivos surtos. Essas doenças impactaram significativamente a população, mas a situação se agravou, ainda mais, com a chegada da Seca em 1877, especialmente no Sertão. Apesar da relevância dessa temática, são poucos os estudos historiográficos que dedicaram atenção às doenças e as condições de saúde no Sertão Parahybano. A região, frequentemente tratada como um espaço distante e "interiorizado", possui uma historicidade própria que merece ser explorada para uma compreensão mais ampla, seja em diferentes períodos e abordagens de pesquisa. Portanto, este artigo pretende analisar como as doenças, no contexto da Seca de 1877, foram representadas nessa a região.

Uma das grandes contribuições propostas pela terceira geração dos *Annales*, com a Nova História Cultural, foi a pluralização de novos temas, os significados e representações atribuídos aos fenômenos históricos, com destaque para as práticas culturais, os símbolos, as mentalidades e as formas de expressão dos indivíduos e grupos ao longo do tempo. Como chama a atenção Le Goff (1997) "as doenças que têm história" e podem ser compreendidas como elemento de desorganização e reorganização social conforme as transformações de cada sociedade (REVEL; PETER, 1995). Além dos aspectos biológicos, as doenças também podem ser pensadas enquanto representações socioculturais, observando aspectos como "[...] as mudanças sociais, dinâmica demográfica e deslocamento populacional [...]

processos de construção de identidades individuais, constituição de campos de saber e disciplinas" (NASCIMENTO, 2005, p.29-30).

Quando pensamos nas abordagens acerca das doenças no sertão é necessário discutir as múltiplas interpretações sobre essa região na historiografia. Na literatura dos séculos XIX – a exemplo dos livros *Os Retirantes* (1879), de José do Patrocínio; e no início do XX, *O Quinze* (1930), de Rachel de Queiroz, observamos como o sertão é retratado, a partir de uma abordagem em que o espaço é um palco de longos períodos de seca, de sofrimento e miséria, aonde a população é relacionada a fome, as doenças e os deslocamentos para outras localidades, ou seja, "o espaço da saudade e da tradição (ALBUQUERQUE JR., 2006, p.78).

Mas, percebemos que essa visão vem mudando desde a década de 1980, nos proporciona novos olhares: como recorte espacial geográfico, representados tanto como uma região semiárida e distante, quanto por sua produção econômica, até chegar no imaginário cultural, com os cordéis, as músicas entre outras produções que exprimem lugares poucos conhecidos e povoados. Erivaldo Fagundes Neves assevera que alguns temas trazem os "fenômenos meteorológicos ou flagelos sociais, materializados na seca ou na emigração" (NEVES, 2003, p.159). Nas palavras de Albuquerque Jr. (2006), "uma palavra que designa sempre o outro", também é caracterizada pelo olhar e interpretação do outro para ser um "lugar ainda a ser explorado, conhecido, cartografado, conquistado" (MELO; ROCHA, 2021, p. 309).

As Doenças no Sertão da Parahyba em meio a Seca de 1877-1879

A Seca de 1877-79 é marcada pelo conjunto de acontecimentos ligados não só as condições climáticas, mas também à saúde e a economia de todas as regiões afetadas, exigindo os esforços das autoridades públicas e soluções que garantissem a melhoria eficaz dos estragos causados. Na Parahyba, as primeiras notícias sobre a

chegada da seca e suas consequências são apresentadas em jornais e nos Relatório do Presidente de Província. Em agosto de 1877, o presidente Dr. Esmerino Gomes Parente informava que a "seca flagelava esta Província, e os seus terríveis efeitos faziam-se sentir em quase todas as Comarcas do alto sertão" (Relatório, 12/08/1877, p.23). A partir desse relato percebemos que a situação era preocupante por vários motivos, seja pelo número de mortos vitimados pela fome e as doenças, como veremos mais a frente, ou pelo descontrole dos fluxos migratórios para outras regiões, o que resultou na superlotação e demandou maior atenção pública para combater o problema das secas.

Entre as primeiras ações feitas pelo presidente, segundo consta do relatório, foi a abertura de um crédito, no valor de 5:000$000 réis, para compras de gêneros alimentícios, sob a responsabilidade de uma comissão formada para as Comarcas de Pombal, Souza, Piancó, Patos e Cajazeiras, todas no sertão (Relatório, 09/06/1877, p.10). O envio de alimentos para as áreas mencionadas, que já sofria com a escassez de água e os surtos de varíola, eram realizadas via porto de Mossoró (RN), o que prolongava o tempo de chegada dos alimentos - feijão, milho, carne verde e farinha - às áreas afetadas, devido à distância e as dificuldades de transportes. O jornal *A Opinião*[3] já noticiava as consequências da má administração pública: "Patos, Santa Luzia, o Cariri **todo o sertão** estão reduzidos à miséria, estão se despovoando: e os socorros são insuficientes para as mais vitais necessidades, principalmente pelo modo por que são distribuídos" (*A Opinião*, 27/05/1877, p.2. Grifos nossos).

Segundo a documentação consultada, esses e outros fatores como a falta de pastos adequados para a sobrevivência do gado, contribuíram para a migração em massa, primeiramente, para o Brejo por possuir "terrenos agrícolas e férteis" (Relatório, 12/08/1877, p.35). Movimentação que resultou em uma sobrecarga na região, evidenciada nos relatos da época:

[3] Fundado em 1877, o periódico estava ligado ao Partido Liberal. A publicação ocorria duas vezes por semana, circulou até 1878 (ARAÚJO, 1986, p.38).

> Os sertões estão ficando desertos pela emigração para os brejos, impelida pela seca, à procura de recursos para manter a própria vida; e nos brejos surge a miséria pela superabundância de emigrantes que de tudo precisam e nada conduzem. E a safra dos gêneros alimentícios é diminuta para o grande e inesperado aumento de população. A caridade particular esgota-se e a segurança individual e de propriedade desaparece.
>
> Bem escuro é o quadro da província, cujo negro futuro muito deve merecer do governo imperial e da administração da província *(A Opinião*, 11/12/1877 *apud* ALMEIDA, 2012 [1923], p.157).

Entre as cidades do Brejo que mais receberam migrantes[4], Areia destacou-se, acolhendo, aproximadamente, o dobro de sua população, com cerca de 25 mil migrantes (ALMEIDA, 1980, p.102), para uma população de 25.549 habitantes, conforme o Censo de 1872. Para abrigar toda essa população, inicialmente foi criado um hospital emergencial para o tratamento dos enfermos e de crianças órfãs. Os que possuíam boas condições de saúde eram designados para os mais diversos trabalhos, como a construção de açudes e estradas, estas deveriam ligar as localidades de Areia a Alagoa Grande, para maior locomoção e envio de mantimentos (ALMEIDA, 1980, p.102).

Ao investigarmos os Registros Paroquiais de Óbitos, da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, em Areia, no período de 1877-79, constatamos aproximadamente 2.037 mortos sendo 1.145 apenas do sexo masculino, as principais causas de mortes: febres diversas (522), espasmos (281), fome (226), inchação (178), hidropesia/anasarca (130), disenteria/câmaras de sangue/diarreia (203) (BRASIL, 2023, p. 31-32). Em relação ao lugar de procedência destacavam-se as regiões do Seridó, Mossoró e Fortaleza, na Província do Ceará; além das freguesias do sertão da Parahyba, como, Catolé do Rocha, Souza, Pombal (BRASIL, 2023).[5]

---

[4] O termo "migrantes" foi empregado no plural para denominar, tanto as saídas e entradas intrarregionais e inter-regionais de famílias com base nos percursos migratórios observados nas documentações. A dinâmica do fluxo migratório ocorria, em muitas vezes, de acordo com as condições climáticas e obtenção de auxílios de uma região para outra.

[5] Para mais informações sobre a Saúde e as Doenças no período da seca de 1877-1879 em Areia, ver: BRASIL, Rayane de Lima. **Tudo é Consternação, Miséria e Desespero:** Seca e Doenças na Província da Parahyba na Década de 1870. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa, 2023.

Em outras áreas do interior, também localizadas no sertão, como São João do Rio do Peixe, entre os nãos de 1877-1879, houve 427 mortes. Das doenças que mais acometiam a população estão a: fome (94), febres (46), diarreia/câmaras de sangue/disenteria (35), seguidas de outros casos menos expressivos de varíola, lepra, constipações e dentição (SILVA, 2012, p.41-42).

Em Teixeira, o jornal *A Opinião,* em 27 de maio de 1877, já exclamava: "ainda teremos muitos meses de fome até que venha a estação invernosa do ano vindouro" (*A Opinião*, 27/05/1877, p.4). Em dezembro de 1878, em Cajazeiras, os migrantes chegavam às ruas em condições precárias, com fisionomias equivalentes a "cadáveres ambulantes e nus sem força para implorarem uma esmola [...] só tem a pele e os ossos" (*A Opinião*, 23/12/1878, p.2). Notícias como essas, tornaram-se frequentes entre os relatórios, cartas e jornais da época, os quais descreviam o drama e os horrores da seca, de um sertão "flagelado pela fome".

Além do cenário crítico dentro nas regiões do Sertão da Parahyba, outra preocupação, relatada pelo Juiz de Direito da Comarca de Sousa, era com os migrantes oriundos de Mossoró (RN), em razão da epidemia de varíola que assolava o Rio Grande do Norte. Temendo que a bexiga se alastrasse para outras localidades, as autoridades enviaram cargas de vacina antivariólica "para vacinar e revacinar a população ameaçada" (Comarca de Souza, AHWBD, 13/04/1878). Já na Capital, local em que mais recebeu os migrantes do Sertão, foram criados hospitais públicos emergências, como o de Nossa Senhora das Neves, o de Santo Antônio, além do hospital e enfermaria da Cruz do Peixe ou dos Variolosos. Além disso, os Núcleos Coloniais também seguiram a função de abrigar as cerca de 35 mil pessoas que chegavam na cidade da Parahyba (ROCHA, 2007).

As 31 colônias formadas, entre 1877 a 1880, desempenhavam inúmeras funções como: construções de estradas e açudes, limpezas de ruas e praças públicas, assim como as de arborização dos centros urbanos. Essas, entre outras informações, constam na Relação dos Trabalhadores de 1879, a qual foi possível coletar

informações sobre o perfil de 60 trabalhadores distribuídos no processo de arborização da praça, que se localizava, em frente ao prédio da Repartição Pública e Estrada de Sanhauá. Podemos constatar que, dos 60 homens, 36 eram chefes de família, 14 solteiros e 10 viúvos.

Em relação ao local em que residiam antes da seca, aparece a Província do Rio Grande do Norte (12); a distribuição na Parahyba ficou da seguinte maneira: Independência (10), Sobrado (5), Areia: (5), Alagoa Nova (3), Sítio Pau-a-pique - São José dos Ramos (3), Curimataú (2), Campina Grande (2), Seridó (2), Jacaraú (2), Bananeiras (2); já os outros 12 trabalhadores residiam em Santo Antônio, Timbaúba, Villa-Flor, Cariri, Mulungu, Alagoa Grande, Serra Redonda, Rio Seco, Araruna, Borborema, Pilar e Água Doce (Relação dos Retirantes, AHWBD, 23/06/1879).

Durante o período da seca o Hospital da Santa Casa da Misericórdia, principal instituição de atendimento à população pobre da Capital e dos municípios vizinhos, passou a receber um grande número de migrantes. Essa ocupação foi alvo de críticas por parte dos médicos higienistas que atuavam na instituição, os quais, influenciados pelas teorias miasmática e contagionista, viam os migrantes como propagadores de doenças. Nesse contexto, os médicos acreditavam que a presença desses indivíduos, associados a condições de insalubridade e aglomeração, poderia agravar a saúde pública da Capital, colocando em risco toda a população urbana. Vejamos a seguir como o discurso médico-higienista retratavam os migrantes como "inferiores", "pobres" e "desvalidas" que carregavam algumas doenças:

> Como sucede em quase todos os hospitais de caridade que recebem pobres e desvalidos, as moléstias que mais predominam ali são as físicas e afecções pulmonares, moléstia que tanto tem de vulgar, como de perigosa pelos seus efeitos.
>
> As moléstias sifilíticas, que se manifestam nos doentes ali recolhidos são ordinariamente hemorragias, gonorreias, …., úlceras, cancros, bubões, phymoses, reumatismos, dores osteocopos, estreitamento de uretra, sugestações e tumores fistulares (Ofício da Santa Casa da Misericórdia, AHWBD, CX. 061(B), 1877).

As descrições feitas, pelos médicos da Santa Casa da Misericórdia, revelam uma visão marcada pelo preconceito social e pela preocupação com as condições de higiene e saúde pública. A caracterização dos pacientes como "estragados por uma vida irregular" reflete, não apenas o julgamento moral atribuído à precariedade das condições de vida, mas também uma tentativa de culpar os próprios indivíduos pela disseminação de doenças. Essa percepção, embasada nas teorias miasmática e contagionista que circulavam à época, reforçava a ideia de que a saúde pública urbana estava ameaçada por corpos vistos como fontes de infecção e degradação. Segundo Nayana Mariano (2015), para os médicos, as doenças não eram apenas problemas de saúde, mas também ameaças à ordem urbana que refletia até mesmo no campo pedagógico, por isso era importante "a construção de escolas, a inspeção médico-escolar, a importância dos exercícios físicos, a prevenção de doenças, a preocupação com a alimentação, água, circulação de ar, iluminação, banhos, vestuário" (MARIANO, 2015, p. 252).

As doenças sifilíticas, também revelam o impacto da falta de acesso a tratamentos precoces e eficazes, de acordo com as discussões médicas da época era necessário "inspecionar lugares que acreditava serem espaços de proliferação da doença, a exemplo dos prostíbulos" (MARIANO S., 2020, p.266-267). A alta prevalência dos casos descritos, que incluíam, desde úlceras e cancros, até estreitamentos da uretra e tumores fistulares, denota não apenas a dimensão epidêmica da sífilis no período, mas também a ausência de uma política de saúde pública voltada para a prevenção e melhores condições de saneamento, habitação e acesso regular a cuidados médicos que pudessem atender às reais necessidades da população, indo além do mero interesse civilizatório e de alinhamento ao projeto de modernização da Parahyba.

Observa-se, no discurso, que a descrição desses males como "rebeldes ao tratamento médico-cirúrgico" demonstra tanto a gravidade do estágio em que os

pacientes chegavam ao hospital, quanto a limitada eficácia dos recursos terapêuticos disponíveis. Além da ausência de iniciativas efetivas - que ultrapassassem o mero registro nos relatórios oficiais sobre o envio de cargas de suplementos, frequentemente atrasadas e insuficientes para atender às áreas do sertão —, perpetuou-se um ciclo de doenças que não apenas debilitava os indivíduos, mas também reforçava os estigmas e preconceitos sociais contra as populações mais pobres e vulneráveis.

Apesar do papel desempenhado pela Santa Casa, como espaço de acolhimento, também percebemos que servia como espaço de poder evidenciado nos discursos das autoridades administrativas e nas práticas disciplinares, voltadas para o controle do corpo. Essa articulação reflete a lógica da *biopolítica*, como discutida por Foucault (2008), na qual o poder se volta para a administração da vida coletiva, integrando estratégias de interesses que vão além dos problemas de saúde dos enfermos.

Como já mencionamos, a dinâmica migratória também era vista como um problema para o governo. O percurso ocorria em três processos: a escolha do local, o deslocamento e, por fim, a chegada. Muitos migrantes eram forçados a viver aglomerados em núcleos coloniais improvisados ou em prédios públicos, "[...] no saguão do convento de São Bento, na casa do mercado, no edifício da escola pública e em palhoças improvisadas no terreno que ficava ao fundo do palácio presidencial. E um avultado número perambulava ao desabrigo e dormia ao relento" (ALMEIDA, 2012 [1923], p. 159), locais que, devido à negligência do governo, contribuíam para o enfraquecimento do sistema imunológico e favoreciam a transmissão de doenças infectocontagiosas, como febre tifoide, tuberculose, sarampo, cólera e disenterias.

Embora, frequentemente, atribuíssem essas condições à "desorganização" e "maus hábitos", as autoridades ignoravam as raízes estruturais dessas precariedades,

como a falta de investimento em saneamento básico, políticas de saúde e condições dignas de acolhimento para os deslocados. Essas doenças não apenas refletiam as dificuldades dos migrantes, mas também expunham a insuficiência das ações governamentais para proteger as populações mais vulneráveis. Desse modo, a imagem negativa atribuída à população migrante passava a ser representada nas documentações oficiais de forma discriminatória, como exemplificado na correspondência enviada, pela Comissão de Socorros Públicos da Cidade de Campina. Grande, no dia 22 de abril de 1879, para o vice-presidente da província, o Pe. Felipe Galvão. A documentação detalha sobre os aspectos físicos dos migrantes e propõe a criação de mais um hospital emergencial para solucionar o elevado número de enfermos, além da solicitação de enfermeiros para realizar o acompanhamento dos tratamentos junto com a contratação de um boticário.

> [...] **grassa entre os emigrantes diversas moléstias, com infeccionalidade feridas que acham-se muitas com os dedos dos pés, e mãos caindo, e com feridas** tais que os impossibilita de virem procurar o socorro público; pelo que não pode a Comissão socorrê las de modo prompto, a somar essas dificuldades, salvar esses miseráveis desse estado desolador, a Comissão propõe a V.Ex.ª a criação de um Hospital, **e nomeação de uma pessoa que encarregue-se do curativo, e enfermeiros,** designando a vcia a pago que julgue razoável.
>
> A comissão tem a liberdade de lembrar a vcia o boticário Tenente Antônio I. Rodrigues Lima, que já foi diversas vezes tem-se encarregado igual Comissão e cumprindo-as (Diretoria Geral de Socorros Públicos - vários municípios (1878-1879), AHWBD, 22/04/1879. Grifos nossos).

Em relação ao fornecimento de medicamentos para as vilas e freguesias da Província, percebemos que não há uma frequência exata dos locais de recebimento sendo mais comum encontrarmos nas documentações envios de cargas de alimentos. Em três edições do jornal *A União Liberal* (1879)[6] foram solicitados remédios homeopáticos e vacinas para o tratamento dos acometidos pela varíola e

[6] Funcionou de 1878 a 1879, era publicado três vezes por semana na Typographia Liberal Parahybana e "tinha feição política, literária e noticiosa. Seu principal redator era Benedito Casado da Silva (ARAÚJO, 1986, p.38).

outras doenças de caráter epidêmico. No entanto, não foi possível obtermos informações mais detalhadas sobre a quantidade de enfermos ou acerca dos resultados no combate das enfermidades. No Quadro I, logo abaixo, podemos verificar algumas cargas de remédios:

Quadro I – Relação dos envios de medicamentos para o tratamento dos enfermos em 1878 nas seções oficiais do jornal *A União Liberal* (1879)

EXPEDIENTE	ASSUNTO	FINALIDADE
Boletim (22/03/1878)	Avaliação da qualidade de medicamentos homeopáticos apresentados à Junta da Tesouraria da Fazenda	Fornecer ambulâncias homeopáticas para o tratamento de indigentes com moléstias epidêmicas no interior da Província
Expediente (29/08/1878)	Recebimento de involucro com 25 tubos capilares com lympha vacina e de 40 frascos de sulfato de quinino	Aplicação da vacina contra a varíola na Província da Parahyba e remédio para conter os casos de febre intermitente e anasarca
Expediente (01/10/1878)	Compra de 3 ambulâncias na Farmácia de Pernambuco no valor de 149$000	Envio de 3 ambulâncias de medicamentos homeopáticos para o tratamento dos indigentes afetados de varíola e outras doenças nas comarcas de Ingá, Bananeiras e na Villa de Cabaceiras

Fonte: quadro elaborado e adaptado por nós com base em três edições do jornal (29/01/1879, 28/02/1879 e 26/04/1879).

O quadro I traz informações importantes sobre o tratamento dos migrantes a partir da homeopatia. Vale lembrar que "as discussões acerca das práticas homeopáticas e se elas eram ou não consideradas um tratamento adequado para determinadas doenças começaram a aparecer nos jornais da Parahyba do Norte nos anos de 1850", como chama a atenção Nayana Mariano e Serioja Mariano (2022, p.237). Já na década de 1870 as propagandas acerca do tratamento homeopático são mais recorrentes nos anúncios de jornais, bem como no discurso médico.

Sobre os gêneros enviados pela Comissão de Socorro Público, para ajudar aos acometidos pela seca, podemos perceber na documentação que a cidade de Pombal foi a principal comarca responsável pelo depósito de gêneros alimentícios. Na Ata da Câmara Municipal de Pombal, em março de 1877, o fluxo de migrantes na região já chamava a atenção dos deputados: "falta meios ou recursos de ganhar o

pão, [...], no leito da fome, esperando a cada momento sucumbir!" (Câmara Municipal da Cidade de Pombal, AHWBD, 03/1877). De acordo com o Relatório de Província de 1878, Pombal distribuía os gêneros alimentícios para todos os municípios do Alto Sertão (Relatório, 1878, p.9). Em um mapeamento sobre as causas de mortes ocorridas nesta cidade, entre finais de 1878 e início de 1879, realizado com base no Livro de óbitos da Paróquia de Nossa Senhora do Bom Sucesso, encontramos os seguintes dados:

Quadro II – Principais causa mortis em Pombal (1878 a 1879)

CAUSA MORTIS	SEXO			TOTAL
	MASC.	FEM.	N/i	
Fome	9	18	4	**31**
Tisica	22	6	-	**28**
Febres	11	9	2	**22**
Beribéri	16	2	-	**18**
Câmaras de sangue	4	3	1	**8**
Estupor	2	4	-	**6**
Inchação	4	2	-	**6**
Diarreia/Disenteria	-	5	-	**5**
N/i	2	2	1	**5**
Sarampo	3	1	-	**4**
Repentina	2	1	-	**3**
Hidropesia	1	2	-	**3**
Reumatismo	-	2	-	**2**
Debilidade	-	1	1	**2**
Pleuris	1	1	-	**2**
Outras	5	5	1	**11**
SOMA TOTAL	**82**	**64**	**10**	**156**

Fonte: quadro elaborado por nós com base nos dados obtidos no Livro de óbitos da Paróquia de Nossa Senhora do Bom Sucesso, em Pombal (1879).

Ao longo do século XIX algumas doenças aparecem com uma maior recorrência e, no contexto da seca, além dos surtos de varíola, como já apontamos, outras enfermidades tem uma grande incidência, os casos de tísica, seguida das febres e o beribéri[7], como pode ser observado no quadro acima. Encontramos, ainda, outras causas de mortes como: espasmos, moléstias, apaziguada, asma, indigestão, mal crônico, bexiga (varíola), enfermidade, inflamação, tiro e icterícia. Em determinados casos, havia ainda um desconhecimento da etiologia das doenças, de compreender como determinadas patologias se desenvolviam.

As regiões do antigo Norte são conhecidas pelo clima tropical, quente e úmido, e com períodos de longa estiagem. Nessas localidades são comuns a incidência de doenças respiratórias como a pneumonia, bronquite, asma, pleuris[8] e a tísica[9], a segunda maior causa mortis registrada em nossa análise com 28 casos (homens: 22; mulheres: 6). Além da teoria da fisiologia patológica, decorrente da manifestação secundária de um desequilíbrio inflamatório generalizado no corpo, pela ingestão de certos alimentos, como carnes de origem duvidosa e substâncias ácidas, poderia comprometer ainda mais a saúde, tornando os indivíduos mais suscetíveis a essas doenças (BEZERRA, 2019, p.302-303).

Essas concepções evidenciam os limites do conhecimento médico da época, e como as condições ambientais, higiênicas e alimentares eram interpretadas como fatores determinantes para a alta incidência de doenças respiratórias, especialmente

[7] Segundo Barbosa & Mariano (2021, p.307), o beribéri é uma "doença decorrente da deficiência de tiamina (vitamina B1). Quando a vitamina B1 não é consumida regularmente na alimentação, podem ocorrer sintomas mais simples como: insônia, diarreia, nervosismo, irritação, fadiga, perda do apetite". Nos casos mais graves, podem ocorrer "dormência, formigamento e inchaço nas pernas e braços, dificuldade respiratória, problemas do coração, insuficiência cardíaca e até a morte". Para maiores informações ver o sitio: http://www.blog.saude.gov.br/. Acesso em: 15 nov. 2024.

[8] Inflamação da pleura, membrana que reveste os pulmões e a cavidade torácica, podendo causar dor ao respirar.

[9] Terminologia antiga associada à tuberculose pulmonar, uma doença respiratória crônica.

em períodos de crise climática e sanitária. No Brasil oitocentista os estudos dos médicos relacionavam as dietas alimentares como sendo causadoras do beribéri, ou seja, o consumo do arroz polido. Havia, ainda, muitas dificuldades "[...] de se explicar o mecanismo de sua origem a partir desse cereal". Como nos explica Sônia Maria de Magalhães, "assim os paradigmas do contágio e da infecção se combinavam amiúde, quando os médicos discutiam a etiologia e a forma de transmissão desse mal" (MAGALHÃES, 2014, p.161). 2014, p. 161). Interessante observar a relação das doenças com a dietas alimentares cotidianas, o que fica mais evidente em um contexto de seca, fome e miséria.

Considerações finais

Em suma, as análises realizadas ao longo deste artigo permitem compreender como as doenças, no contexto da seca de 1877, foram representadas no Sertão Parahybano, evidenciando o seu papel na construção de narrativas históricas e culturais sobre a região. As enfermidades não foram apenas manifestações biológicas, mas também fenômenos sociais que interagiram com outros elementos — como o banditismo, os saques, as secas e a fome — para reforçar a ideia de um Sertão marginalizado e marcado por episódios de calamidades.

Essas condições, somadas à percepção de distância física e simbólica do Sertão em relação aos centros administrativos, consolidaram sua imagem como uma região periférica, distante e desvinculada de processos históricos mais amplos. Tal representação, porém, desconsidera a historicidade própria da região, assim como suas relações sociais, políticas e culturais vivenciadas, que vão além da imagem de um espaço estigmatizado, palco de tragédias, seja na literatura, nas produções cinematográficas e musicais, ou nas documentações oficiais da época.

REFERÊNCIAS

Fontes

A OPINIÃO, (PB). 1877.

A UNIÃO LIBERAL, (PB). 1879.

CÂMARA MUNICIPAL DA CIDADE DE POMBAL, 03/1877.

COMISSÃO COMARCA DE SOUZA (1875-1878).

DIOCESE DE CAJAZEIRAS - 1879-1889.

DIRETORIA GERAL DE SOCORROS PÚBLICOS. 22/04/1879.

IBGE. Recenseamento do Brazil em 1872. Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger, s.d. [prov. 1875].

PARAÍBA DO NORTE. Província da. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte pelo presidente Esmerino Gomes Parente, em 12 de agosto de 1877. Paraíba: Tipografia Liberal Parahybana, 1877.

PARAÍBA DO NORTE. Província da. Relatório do Dr. Esmerino Gomes Parente ao 1º Vice-presidente, Dr. José Paulino de Figueiredo, 1 mar. 1878. Paraíba: Tip. Liberal Parahybana, 1878.

PARAÍBA DO NORTE. Província da. Offício com que o Exm. Sr. Vice-presidente Dr. José Paulino de Figueiredo passou a administração da província ao Exm. Sr. Dr. Ulysses Machado Pereira Vianna no dia 11 de março de 1878. Paraíba: Tipografia Liberal Parahybana, 1878.

PARAÍBA DO NORTE. Província da. Relatório do presidente Dr. Ulysses Machado Pereira Vianna à Assembleia Legislativa Provincial, 1 jan. 1879. Paraíba: Tip. Liberal Parahybana, 1879.

PARAÍBA DO NORTE. Província da. Relatório do 2º Vice-presidente Padre Felippe Benicio da Fonseca Galvão ao Dr. José Rodrigues Pereira Junior, 12 jun. 1879. Paraíba: Tip. Liberal Paraibana, 1879.

PARAÍBA DO NORTE. Província da. Exposição do Dr. José Rodrigues Ferreira Junior ao 2º Vice-presidente Padre Felippe Benicio da Fonseca Galvão, 30 abr. 1880. Paraíba: Tip. Liberal Paraibana, 1880.

OFFÍCIO N°674, enviado ao presidente da província Dr. Esmerino Gomes Parente, 10/07/1877.

Livro de Registros de Óbitos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição em Areia (PB), entre os anos de 1877-1879.

Bibliografia

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes.** 3. ed. Recife: Massangana; São Paulo: Cortez, 2006.

ALMEIDA, Horácio de. **Brejo de Areia:** memórias de um município. 2. ed. João Pessoa: Ed. Universitária – UFPB, 1980.

ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas.** Brasília: Senado Federal, 2012 [1923].

ARAÚJO, Fátima. **Paraíba.** Imprensa e Vida. João Pessoa: Imprensa e Vida, 1986.

BEZERRA, Rozélia. Algumas notas históricas e literárias sobre tísica e os tísicos no Recife do tempo dos sobrados. In: FRANCO, Sebastião Pimentel; PIMENTA, Tânia Salgado; MOTA, André (org.). **No Rastro das Províncias:** as epidemias no Brasil oitocentista. Vitória: EDUFES, 2019. p. 297-320.

BRASIL, Rayane de Lima. **Tudo é Consternação, Miséria e Desespero:** Seca e Doenças na Província da Parahyba na Década de 1870. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa, 2023.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural:** entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Dicionário de medicina popular**. 6. ed. Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

LE GOFF, Jacques. **As doenças têm história**. Lisboa: Terramar, 1997.

MAGALHÃES, Sônia Maria de. Beribéri: doença misteriosa no Brasil oitocentista. ***História Unisinos***, 18 (1). Janeiro-Abril, 2014, p.158-169.

MARIANO, Nayana R. C. **Educação pela higiene:** a invenção de um modelo hígido de educação escolar primária na Parahyba do Norte (1849-1886). João Pessoa: Ideia, 2015.

MARIANO, Serioja R. C. Não há mais grave, mais perigosa, e mais temível: a sífilis na Província da Parahyba (1860-1880). ***Sæculum* - Revista de História**, v. 25, n. 43, p. 263–279, jul./dez. 2020.

MARIANO, Serioja R. C; BARBOSA, Janyne Paula Pereira Leite. Exposição ou Controvérsia Médica? Nas Tramas das relações de Poder e Saber Entre os Médicos na Cidade da Parahyba em 1877. ***Fênix* – Revista de História e Estudos Culturais.** Vol. 18, n. 2, junho-dezembro, 2021, p. 1-19.

MARIANO, Nayana R. C. & MARIANO, Serioja. "Oh! Da Polícia, e da Câmara Municipal, Alerta!" A homeopatia na Província da Parahyba em Tempos de Epidemias (1850-1860). In: MIRANDA, Carlos; MARIANO, Serioja (orgs.). **Saúde e Sociedade no Brasil**. Recife: Ed. UFPE, 2022, p.236-266.

MELO, F. D.; ROCHA, T. B. T. da. "O sertão é uma palavra que designa sempre o outro": entrevista com Durval Muniz de Albuquerque Júnior. **Revista Historiar**, v. 13, n. 24, p. 308–327, 2021.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sertão como Recorte Espacial e como Imaginário Cultural. **Politeia - História e Sociedade**, v. 3, n. 1, 2010.

REVEL, Jacques, PETER, Jean-P. O corpo: o homem doente e sua história. In: LE GOFF, J., NORA, P. **História**: novos objetos.Rio de Janeiro: Francisco Alves,1995.

ROCHA, Solange. **Gente negra na Paraíba oitocentista:** população, família e parentesco espiritual. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

SILVA, Rosimeire Pereira da. **Morte e Seca**: a cidade de São João do Rio do Peixe (PB) durante a estiagem de 1877/79. Monografia (Graduação em História) - Universidade Federal de Campina Grande, 2012.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38404

UM ECLIPSE DE MAL-ENTENDIDOS:
Entre expedições científicas e o medo do fim do mundo, no sertão da Paraíba (1940)

Ivanildo Dos Santos Xavier Júnior[1]

RESUMO:
Este trabalho faz parte da minha pesquisa de mestrado junto ao PPGH/UFPB. Nela analiso as distintas interpretações populares sobre um eclipse solar ocorrido em 1940, no sertão paraibano. O eclipse foi observado por duas expedições astronômicas norte-americanas nas cidades de Patos e Piancó. O fenômeno possibilita analisar as ideias de modernidade que circulavam na região, e seus confrontos com as tradições locais. Minhas fontes são as matérias da cobertura jornalística do Diário de Pernambuco, feita em Patos, por Octacílio Nóbrega de Queiroz. O jornal torna-se um espaço de confronto entre o saber científico e as crenças populares sobre o eclipse. Meu objetivo é relacionar as diferentes maneiras de interpretar o eclipse e as ideias de modernização do sertão que circulavam na época.
PALAVRAS-CHAVE: Eclipse; Sertão; Modernidade; Expedições Científicas.

AN ECLIPSE OF MISUNDERSTANDINGS: between scientific expeditions and the fear of the end of the world in the hinterlands of Paraíba (1940)

ABSTRACT:
This work is part of my master's research at PPGH/UFPB. In it, I analyze the distinct popular interpretations of a solar eclipse that occurred in 1940 in the hinterlands of Paraíba. The eclipse was observed by two American astronomical expeditions in the cities of Patos and Piancó. The phenomenon becomes an opportunity to analyze the ideas of modernity circulating in the region and their clashes with local traditions. My sources are the articles from the journalistic coverage of the Diário de Pernambuco, made in Patos by Octacílio Nóbrega de Queiroz. The newspaper becomes a space for the confrontation between scientific knowledge and popular beliefs about the eclipse. My objective is to connect these different ways of interpreting the eclipse with the ideas of modernization of the hinterlands circulating at the time.
KEYWORDS: Eclipse; Hinterlands; Modernity; Scientific Expeditions.

[1] Mestrando em História do PPGH da Universidade Federal da Paraíba. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/5742391546756440. Endereço de e-mail: junior.cm2010@gmail.com.

Introdução

Em 1940, duas expedições científicas norte-americanas estiveram nas cidades de Patos e Piancó, no interior da Paraíba, para observar um eclipse total do sol. Uma delas foi organizada pela National Geographic Society e era liderada pelo renomado físico Ivirne Gardner[2] e composta por mais cinco cientistas. A segunda foi organizada pela Brown University, era composta por três pessoas e tinha como chefe o astrônomo Charles Smilley[3].

Além das expedições, muitos jornalistas e curiosos estiveram na região em virtude do fenômeno, que aconteceu no primeiro dia de outubro daquele ano. Os cientistas norte-americanos desembarcaram no porto de Recife, no início do mês de setembro. Alguns dias depois seguiram para o sertão da Paraíba, onde realizariam as atividades de observação.

Neste artigo pretendo analisar como o mesmo fenômeno – o eclipse de 1940 – foi interpretado de maneira distinta por diferentes grupos no sertão da Paraíba. Além disso, busco estabelecer relações entre interpretações os projetos de modernização que eram implantados na região naquele período.

Acredito que observar o período de cerca de um mês que cientistas norte-americanos permaneceram no sertão da Paraíba me permitirá perceber diferentes discussões sobre esta região. Discursos dos cientistas estrangeiros, da elite local e da população patoense. Pretendo verificar como estes discursos interagem para a construção de um discurso regional nas páginas do Diário de Pernambuco.

---

[2] O físico norte-americano Irvine Gardner nasceu em 1889 e faleceu em 1972. Contribuiu significativamente para o campo da óptica aérea. Dedicou sua carreira a construção de instrumentos ópticos. Foi membro e presidente do National Bureau of Standards (NBS) e venceu o Prêmio Jarus W. Quinn.

[3] O doutor Charles Hughs Smiley formou-se em matemática, fez seus mestrado e doutorado na UC Berkeley. Em 1930 tornou-se professor da Brown University. Nesta universidade foi diretor do Observatório Ladd e do Departamento de Astronomia de 1938 até sua aposentadoria.

Utilizei a cobertura jornalística do Diário de Pernambuco[4] sobre o eclipse como principal fonte de análise. Essa cobertura teve como base a cidade de Patos. Para a cidade o jornal enviou o seu jovem redator do, Octacílio Nóbrega de Queiroz, que era um filho daquela cidade. Procurei contar a história de como a cidade de Patos viveu o eclipse por meio das páginas do periódico (LUCA, 2008).

Usei, também, dados do Recenseamento Demográfico de 1940, para montar um quadro mais geral a respeito da urbe de Patos em um primeiro momento deste tópico. Depois, através da cobertura jornalística, analisei como a população local interpretava o eclipse e o papel das expedições na tentativa de "desencantar" essas interpretações populares. Sabendo que os censos são documentos históricos involuntários, analisei criticamente os dados, selecionando e problematizando aqueles que me ajudassem a perceber como era o espaço físico e a sociedade da urbe patoense (BARROS, 2019).

Sobre o conceito de sertão, acredito que uma região não se configura como um espaço natural, estático e atemporal. Compreendo, então, o sertão como uma construção, tecida e (re)tecida a partir de uma série de discursos, imagens e experiências em diferentes épocas (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 35). Essa perspectiva me permite alcançar a dimensão histórica do que era o sertão de que estou tratando no artigo.

Já modernização deve ser compreendida aqui como o diálogo – ou de maneira mais justa, uma polêmica – entre duas perspectivas distintas sobre a modernidade: a de Marshall Berman e a de Nestor Canclini.

A modernização pode ser compreendida como uma tentativa de implantação de um modelo fáustico de desenvolvimento, a partir da concepção

[4] O jornal Diário de Pernambuco na década de 1940 tinha uma ampla circulação e contava com vários colaboradores no Brasil e no exterior. Desde a década anterior pertencia aos Diários Associados, de Assis Chateaubriand. (LEÃO, 2008; LEITE, 2017).

Bermaniana de modernidade. Este modelo foi marcado pelo surgimento de diversas autarquias públicas e superagências em países pobres durante o século XX (Berman, 1986, p. 73), como a Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca, criada no ano de 1909, no Brasil.

Enquanto isso, Néstor García Canclini aponta que cada região, ou mesmo cada comunidade, experimenta as ondas de modernização à sua maneira. Muitas vezes, estas comunidades entram na modernidade através de elementos de suas tradições (2019, p. 235).

Assim a modernização do sertão é compreendida aqui como um movimento duplo. O primeiro é a promoção de obras estatais contra a seca e a chegada de diversos signos da modernidade durante as primeiras décadas do século XX – um projeto fáustico de modernização típico, como explica Berman. O segundo é a manutenção de parte das tradições locais como chave para que as comunidades sertanejas entrassem, como diria Canclini, na modernidade – o cristianismo popular pode ser uma destas chaves.

Por fim, dialogando com François Hartog (2013, p.56), parto da ideia de que as diferentes maneiras de vivenciar e compreender o eclipse circulassem graças a existência de regimes de historicidades distintos entre os sujeitos que estavam em Patos e Piancó. Defendo que estas interpretações dialogavam, mesmo que de maneiras distintas, com o processo de modernização que a região experimentava.

Expedições norte-americanas no sertão paraibano para observar o eclipse

O envio de expedições para observação de eclipses ao redor do mundo e no Brasil é uma prática que remete ao século XIX[5]. Ao analisar a biografia dos dois

[5] Um exemplo disso: em 16 de abril de 1893, uma expedição científica do Observatório Nacional do Rio de Janeiro, e outra expedição britânica, observaram um eclipse total do sol em Paracaru, no litoral do Ceará (BARBOZA, 2019, p. 142). A segunda expedição foi enviada pela Comissão Conjunta Permanente para Eclipses (JPEC). Este mesmo eclipse foi observado por expedições

líderes dos grupos de cientistas norte-americanos que vieram a Paraíba em 1940, é possível perceber que a comunidade astronômica gozava de uma preciosa liberdade de movimentação pelo mundo, em detrimento das rivalidades internacionais que existiam.

O doutor Irvine Gardner, líder da expedição da N.G.S. participou de, pelo menos, outras duas expedições para observação de eclipse antes de vir ao interior da Paraíba. Em 1936, chefiou uma expedição ao território da antiga União Soviética. Neste eclipse foram tiradas as primeiras fotografias coloridas de um eclipse solar, utilizando-se uma lente projetada por ele especialmente para a ocasião. No ano seguinte ele esteve nas Ilhas de Cantão, compondo uma expedição da Marinha Americana como um dos representantes da National Geographic Society. Esta última expedição resultou em um artigo publicado na revista da NGS, na edição de junho de 1938.

Já o doutor Charles Hugh Smiley participou, ao longo de toda sua carreira, de dezesseis expedições para observações de eclipses. Pelo menos uma destas aconteceu antes de 1940, no Peru, em 1937. Em várias destas viagens o dr. Smiley utilizou em suas observações câmeras projetadas por ele mesmo.

Com relação ao eclipse daquele ano, até o mês de agosto parecia existir uma crença de que os cientistas observariam o fenômeno em Olinda (Pernambuco). Mas, com os comunicados enviados pelo Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Scientíficas do Brasil e publicados pelo Diário de Pernambuco em edições como a do dia 30 daquele mês[6], tomou-se conhecimento que, na verdade, os cientistas "yankees" se estabeleceriam no sertão da Paaíba.

O motivo para esta mudança foi revelado pelo doutor Irvine Gardner em entrevista ao Diário de Pernambuco: "Em Patos, ao que sabemos, as possibilidades

científicas norte-americanas e inglesas nas regiões do Atacama, no Chile e do atual Senegal, respectivamente (BARBOZA, 2019, p. 145).
[6] VEM OBSERVAR o eclipse total do sol. Diário de Pernambuco. Recife, 30 ago. 1940, p.3.

de nuvens são mínimas, pois trata-se de uma região alta e secca [...] D'ahi, portanto, a razão de havermos escolhido esse ponto para centro de nossos estudos e observações"[7] . Ou seja, é a imagem da seca, muito presente no imaginário a respeito do sertão, que leva os cientistas a escolherem as cidades de Patos e Piancó como postos de observação do eclipse.

As expedições chegaram ao Recife a bordo do navio Mor Macgull, no dia 03 de setembro de 1940, por tanto quase um mês antes do eclipse. Ao todo vieram ao Brasil nove cientistas, dentre eles uma mulher, a doutora Alice Farnsworth, e um padre jesuíta, Paul MacNally.

A primeira fazia parte da expedição da Brown University, liderada pelo doutor Charles Smiley. Essa expedição tinha apenas mais um membro, Arthur Hoog. Já a expedição da National Geographic Society contava, além de seu chefe e do reverendo MacNally, com mais quatro membros: Richard Stewart, Karl Kjeis, Theodore Gilliland e Hulbert.

Através das matérias do Diário de Pernambuco, conhecemos a quantidade de equipamentos trazidos pelas expedições ao Brasil. São gigantes telescópios, com lentes potentes para a época. Além disso, a expedição da National Geographic Society trouxe um laboratório móvel para análise dos dados obtidos durante a observação do eclipse. Assim, desde a chegada em Patos, que aconteceu no dia 07 de setembro, os dias que os separavam do fenômeno foram utilizados para montar todos os instrumentos astronômicos no pátio da usina de algodão Anderson Clayton[8].

[7] QUE HÁ DE NOVO NO SOL que os astrônomos viajam 9 mil milhas para observa-lo durante 5 minutos. Diário de Pernambuco. Recife, 05 set. 1940, p.3.
[8] O PRÓXIMO ECLIPSE do sol de primeiro de outubro. Diário de Pernambuco. Recife, 07 set. 1940, p.5.
AMEAÇADO de perder 19 mil dollars. Diário de Pernambuco. Recife, 15 set. 1940, p.5.

Um aparato científico robusto, como a maior parte dos moradores de Patos nunca tinha visto, foi armado para os trabalhos do dia primeiro de outubro. Uma urbe que se pretendia moderna diante de um clássico símbolo da modernidade: a ciência e seus instrumentos. Os yankees vieram estudar um eclipse, mas tornaram-se fiadores dos discursos e projetos de modernização do sertão paraibano.

Os membros da expedição ficam surpresos com o núcleo urbano de Patos. Eles, que esperavam encontrar um lugar quase que inabitado, dão de cara com uma urbe de tamanho considerável e com uma infraestrutura que não esperavam encontrar em lugar tão remoto. A cidade contava com energia elétrica, cinema, estação ferroviária, grandes fábricas de algodão, entre outros sinais de "progresso" na visão daqueles homens das ciências[9].

Já a expedição chefiada pelo doutor Charles Smiley acomodou-se na povoação de Coremas, distrito da cidade de Piancó. Naquela região estava sendo construído o sistema hídrico Coremas-Mãe d'Água. Esta era a maior obra de engenharia do período e fazia parte das ações da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) para dar um fim a este flagelo que afligia os sertões desde muito tempo. O sistema foi inaugurado parcialmente em meados da década de 1940, e durante muito tempo foi o maior reservatório de águas do país (LUCCHESI, 2017, p.1).

O engenheiro potiguar Estevam Marinho, chefe da obra faraônica do IFOCS em Coremas, foi o responsável por receber e alojar os cientistas "yankees" em instalações da Inspetoria localizadas próximo ao açude. Charles Smiley ficou positivamente impressionado com a infraestrutura disponível, sobretudo com o fato de ter a sua disposição energia elétrica durante o dia e a noite[10].

---

[9] QUEIROZ, Octacílio Nóbrega. **Os estudos da corôa e protuberâncias solares a effectuarem-se em Patos.** Diário de Pernambuco. Recife, 22 set. 1940, p.3.
[10] PARTIU para o interior da Parahyba a 2ª expedição de astronomos norte-americanos. Diário de Pernambuco. Recife, 12 set. 1940, p.3.

É inegável que estes primeiros dias de contato dos cientistas norte-americanos com as cidades do sertão da Paraíba serviram para desconstruir algumas imagens pré-concebidas que eles tinham desta região. Mas, quais eram as dimensões da urbe patoense? Como viviam os patoenses? Que cidade, entre o que esperavam encontrar e o impacto da surpresa, estes cientistas encontraram em setembro de 1940?

O Sertão, os sertanejos e o eclípse

A partir deste momento do texto, me deterei espacialmente à cidade de Patos. As justificativas para esta escolha têm relações com minhas fontes. Como a cobertura do Diário de Pernambuco fixasse nesta cidade, a maior parte das notícias tratam da expedição da National Geographic Society. Some-se a isso o fato de o enviado especial do jornal ser um cidadão patoense. Essas diferenças em relação à cobertura sobre a expedição que se alojou na povoação de Coremas, permitem lançar um olhar mais ampliado entre as relações entre estrangeiros e moradores da cidade.

Segundo o censo demográfico de 1940, a zona urbana de Patos era constituída por cerca de duas mil quatrocentos e cinquenta casas. A maior parte delas era de alvenaria. Na edição do Diário de Pernambuco de 22 de setembro, o doutor Irvine Gardner faz referência às moradias da cidade: "Tivemos uma boa impressão das casas bem caiadas de Patos, o que indica que esta cidade gosá (sic) de um período de prosperidade"[11].

Estas casas abrigavam uma população de cerca de sete mil e oitocentas pessoas. A população total do município era de quarenta e uma mil e oitocentos e cinquenta moradores, que viviam em sua maioria na zona rural. A principal atividade econômica era a agricultura. Na mesma entrevista do dia 22 de setembro, Gardner

[11] QUEIROZ, Octacílio Nóbrega. **Os estudos da corôa e protuberâncias solares a effectuarem-se em Patos.** Diário de Pernambuco. Recife, 22 set. 1940, p.3.

enfatiza a força da produção de algodão da cidade: "Em Patos vemos grandes quantidades de algodão todas as horas do dia e da noite"[12].

A instrução da população era baixa. Cerca de oito mil e trezentas pessoas sabiam ler e escrever, e entre as pessoas com idade entre sete e quatorze anos, mil estavam recebendo instrução. Os dados do censo não são claros com relação a porcentagem da população total com essa faixa etária a que esses mil alunos correspondiam. É seguro afirmar, a partir da análise que realizei das relações entre faixa etária/instrução disponíveis no censo, que esse número não ultrapassava 35% da população total entre os sete e quatorze anos.

Por fim, nesse quadro mais geral, mais de quarenta e uma mil e quinhentas pessoas eram católicas na cidade de Patos. A religiosidade era um fator importante para a vida da população daquela urbe, como se pode perceber pela importância da festa da padroeira de Patos[13].

Tabela 01 - Patos no Recenseamento de 1940

Aspecto	Dados
Casas na zona urbana	Cerca de 2.450 casas, predominantemente de alvenaria.
População urbana	Cerca de 7.800 pessoas.
População total do município	41.850 moradores, majoritariamente na zona rural.
Atividade econômica principal	Agricultura, com destaque para a produção de algodão.

[12] QUEIROZ, Octacílio Nóbrega. **Os estudos da corôa e protuberâncias solares a effectuarem-se em Patos.** Diário de Pernambuco. Recife, 22 set. 1940, p.3.
[13] Referenciar o censo

Taxa de alfabetização	Aproximadamente 8.300 pessoas sabiam ler e escrever.
Instrução de crianças (7-14 anos)	Cerca de 1.000 alunos estavam matriculados, representando até 35% dessa faixa etária.
População católica	Mais de 41.500 pessoas, destacando a importância da religiosidade na vida local.

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Recenseamento Geral do Brasil (1940).** Rio de Janeiro, 1952.

Todas estas informações constroem uma imagem de uma cidade parecida com tantas outras da região, com a população morando em sua maior parte no campo, empregada na agricultura, católica e com pouca instrução. Apesar disso, a imagem que a elite política tentava construir naquele momento em que os olhos do mundo científico estavam voltados para o sertão, era a de uma região em processo de modernização.

Na edição de 29 de setembro, o Diário de Pernambuco trazia em sua terceira página um gráfico que descreve as fases do eclipse solar. O gráfico é acompanhado por um texto que explica minunciosamente todos os aspectos científicos de um eclipse total do sol e do trabalho dos cientistas estrangeiros. Ao final do texto, uma tabela continha informações sobre o horário em que o eclipse seria observado em várias capitais de Estado brasileiras, com destaque e detalhamento maior para as cidades de Teresina, João Pessoa e Recife – locais de circulação do periódico.

A primeira matéria desta edição, intitulada *O sol desaparecerá completamente durante cinco minutos*, é seguida por outra, escrita por Octacílio, com o título, *A expedição da "National Geographic Society" últimos preparativos para as suas observações.* Esta última traz uma série de informações interessantes do dia anterior – 28 de setembro –, que permite entrever um modo diferente de vivenciar o eclipse daquele que

costumava circular nas páginas jornal e nas falas dos cientistas e membros da elite local[14].

Octacílio Nóbrega de Queiroz afirma que leu em um autofalante uma nota explicando o fenômeno para as pessoas que observavam o trabalho de montagem dos equipamentos científicos da expedição da National Geographic Society. Mas, por qual motivo essa leitura foi realizada? A sequência do texto nos aponta uma possível resposta.

O jornalista afirma nos parágrafos seguintes que pessoas da zona rural de Patos (de povoações como São José, Cacimba de Areia e Girimum) estavam procurando a igreja por medo do fim do mundo. Em uma tentativa de demover da mente destas pessoas o medo, três padres e o pastor protestante Paul Davidson tentavam explicar o trabalho dos astrônomos a estas pessoas, e que não existia perigo nenhum no fenômeno. Encerrando este texto, Octacílio afirma que as escolas da cidade visitaram o local das observações.

Acredito que tanto a leitura pública da nota explicando o eclipse, realizada por Octacílio Nóbrega de Queiroz, o esforço das autoridades religiosas e a visita dos alunos das escolas da cidade ao observatório montado no pátio daquela usina de algodão, constituíram uma série de ações adotadas para "desencantar" o eclipse e transformá-lo em um fenômeno explicável, racional. Uma tentativa de silenciar identidades culturais que contrastassem com a imagem de modernidade que as elites locais tentavam dar àquela urbe do sertão paraibano.

Já na edição que circulou no dia do eclipse, a principal matéria tem por título: *Hoje, em pleno dia, tudo ficará ás escuras, durante 5 minutos*. A página três – página de destaque do periódico, só menos importante do que a capa – traz uma série de fotografias dos membros da expedição da N.G.S. e dos instrumentos que foram

[14] QUEIROZ, Octacílio Nóbrega de. **A expedição da "National Geographic Society" últimos preparativos para as suas observações**. Diário de Pernambuco. Recife, 29 set. 1940, p.3.

utilizados na observação do eclipse do sol, além de um gráfico que representa o encobrimento do sol pela lua durante cada fase do fenômeno.

Os textos desta primeira matéria tratam de horários, da expectativa dos cientistas e de outros observadores a respeito do eclipse, sua repercussão na mídia nacional e, principalmente, sobre as questões que envolviam o clima e o medo do mal tempo atrapalharem todo o planejamento realizado pela expedição em Patos.

A página três é composta ainda por mais duas matérias. Uma intitulada: *Concluindo os trabalhos de montagem e graduação dos seus aparelhos a expedição da N. G. S. aguarda o eclipse*, onde Octacílio afirmava que aquela expedição era a maior do mundo para este eclipse. Ele comentava o fato destes cientistas terem realizado um trabalho de um ano, para cinco minutos de observação. A segunda tinha por título, *"Vamos ter tempestade, escuridão e 'queda do planeta'"*. Nesta chamada, Octacílio afirmava que era entre os sertanejos mais "atrasados" que o medo do eclipse circulava. Ele transcrevia o que dizia ser algumas falas que circulavam entre a população: "briga entre o sol e a lua", segundo uma "velha" que viu o eclipse de 1919. "As engrenagens dos yankees" segurariam o planeta, dizia um motorista, na feira da cidade[15].

Novamente, o padre da cidade, Fernando Gomes, aparece no texto de Octacílio, explicando o fenômeno para a população local, desta vez na missa de domingo. Octacílio relata ainda que o pe. Fernando Gomes foi procurado por pessoas para benzer velas e fósforos, pois segundo estas pessoas, "o fim do mundo vem ahi", em clara referência ao eclipse.

A posição do padre e do pastor protestante de Patos chama atenção. Ambos participam do esforço de desmistificação do fenômeno natural que iria ser

[15] QUEIROZ, Octacílio Nóbrega de. **Concluindo os trabalhos de montagem e graduação dos seus aparelhos a expedição da N. G. S. aguarda o eclipse**. Diário de Pernambuco. Recife, 01 out. 1940, p.3.
QUEIROZ, Octacílio Nóbrega de. **Vamos ter tempestade, escuridão e 'queda do planeta'**. Diário de Pernambuco. Recife, 01 out. 1940, p.7.

observado na cidade. Ambos parecem ter estabelecido relações próximas com os cientistas yankees e frequentavam o observatório temporário montado por eles.

Assim, a religiosidade pode ser interpretada de duas maneiras: enquanto a religiosidade popular alimentava as interpretações apocalípticas do eclipse, a oficialidade do cristianismo era uma aliada dos projetos de modernização defendidos pelas elites locais.

Algumas notas sobre a modernização no Sertão e o eclipse de 1940

Diante da análise da documentação, me parece que convencer a população local de que o eclipse total do sol não era sinal do fim do mundo foi uma missão compartilhada por uma rede de personagens das elites patoense e das expedições científicas. Além de mostrar para os visitantes que a urbe patoense era moderna, parecia surgir, também, o desejo das elites de impor um novo modo de compreender o mundo, baseada numa visão mais racional e científica, ou letrada.

Essa busca pela desmistificação do fenômeno não parece ter alcançado sucesso total. As idas de pessoas à Igreja Católica, a atuação dos padres e do pastor protestante visando aplacar o medo da população, a leitura em alto-falante de uma nota explicativa do trabalho da expedição, feita pelo jornalista do Diário de Pernambuco, são sinais de que esse medo enraizado do fim do mundo relacionado ao eclipse era real nas mentes de boa parte da população patoense.

Esse medo apocalíptico nos indica uma compreensão do evento por parte destas pessoas. Esta compreensão estava direcionada para o futuro, mas não a partir da ideia de progresso, cara aos modelos de modernização, mas sim de um medo escatológico.

O temor do fim do mundo estava referenciado em crenças religiosas, buscando em narrativas míticas a explicação para o presente. O modo destas

pessoas interpretarem o eclipse parece fazer parte de um imaginário que teima em sobreviver em um sertão que passava por um processo fáustico de modernização tocado pelo poder público e pelas elites locais.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A Invenção do Nordeste e outras artes. São Paulo: Cortez, 2011.

BARBOZA, Christina Helena. O observatório Nacional e a observação de eclipses solares: ciência e cooperação internacional. In: BOZI, Alba Lívia Tallon; PESSOA, Marília [Org.]. **O eclipse de 1919: a comprovação da Teoria da Relatividade Geral, a física moderna e o Observatório Nacional**. Rio de Janeiro: Observatório Nacional, 2019.

BARROS, José D'Assunção. **Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é solido desmancha no ar: a aventura da modernidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.

HARTOG, François**. Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. pp. 111-152.

LUCCHESI, Fernanda. O feijão de Zé Américo: Terra, trabalho e deslocamentos nas políticas contra as secas, o caso de Coremas. São Paulo: Tese (Doutorado), USP/FFLCH, 2017.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. Signos em confronto? O arcaico e o moderno na cidade de Princesa (PB) na década de 1920. João Pessoa: Ideia, 2018.

QUEIROZ, Bertino Nóbrega de. **Tempos de Octacílio Queiroz: perfil de uma vida.** João Pessoa: Editora Universitária, 2000.

RODRIGUES, Joyce Mota. **Entre telescópios e potes de barro: o eclipse solar e as expedições científicas em 1919.** Sobral – CE: Dissertação de Mestrado apresentada ao PGHS/UFCE, 2013. 131 f.

SILVA, Josinaldo Gomes da. **Imagens do moderno em Patos - PB: (1934 - 1958).** Campina Grande: Dissertação de Mestrado PPGH/UFCG, 2011. 162 fl.

SOUZA, Jocilene da Silva. **Coremas de vila à cidade: açude Estevam Marinho como impulsionador da vida urbana nas décadas de 1930-1940.** Cajazeiras: UFCG, Trabalho de Conclusão de Curso, 2016.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

"BANDITISMO POR PURA MALDADE, BANDITISMO POR NECESSIDADE": uma análise da representação midiática do banditismo cangaceiro

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38416

Li Neves da Silva[1]
Débora Caren Bandeira dos Santos[2]

RESUMO:
Este artigo tem como objetivo analisar a representação midiática do banditismo cangaceiro a partir dos longa-metragens "Deus e o Diabo na Terra do Sol" (1964) de Glauber Rocha e "Reza a Lenda" (2016) de Homero Olivetto. O banditismo é um fenômeno social onde indivíduos com um objetivo em comum juntam-se para praticar crimes, geralmente envolvendo roubos, assassinatos e extorsões. Na mídia, por vezes são apresentados ao público como sujeitos corajosos, leais e heróicos. Como aporte teórico, utilizaremos a teoria de banditismo social de Eric Hobsbawm em Bandidos (1969), que afirma ter em seu cerne o estopim social, ligado à vulnerabilidade econômica. Leremos o cangaço para os sujeitos inseridos em seu contexto como forma de escape, ascensão ou revolta ao sistema político e econômico vigente. Como metodologia, analisaremos as produções audiovisuais acima citadas em duas épocas distintas, respectivamente: a Primeira República a partir de 1889, representada na década de 1960, e o cangaço novo, na década de 2010. Ao fim, buscamos com este trabalho analisar os estereótipos de valentia, rebeldia e heroísmo que rodeiam a imagem do cangaceiro e se as motivações dos sujeitos sertanejos ao ingressarem nos bandos são, de fato, econômicas, tal qual os produtos fílmicos propõem.
PALAVRAS-CHAVE: Cangaço, Deus e o Diabo na Terra do Sol, Reza a Lenda, Banditismo Social.

[1] Graduanda em História Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Endereço para Currículo Lattes: https://lattes.cnpq.br/9137512221099009. E-mail para contato: li.neves.068@ufrn.edu.br.
[2] Graduanda em História Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Endereço para currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/8047006900062114. E-mail para contato: caremdeborra@gmail.com

Introdução

Com a superação do modelo positivista de produção historiográfica dando abertura para novas fontes e objetos de estudo, o cinema passa a ser considerado fonte historiográfica, com a disseminação das ideias da escola dos *annales*, no início do século XX. O trabalho com essa fonte demanda análise não apenas da obra, mas também do seu contexto de produção e em meio ao número de produções audiovisuais com ambientação no "Nordeste", fenômeno crescente na última década, surge o questionamento acerca da apropriação da imagem de Nordeste e de Nordestino, que é estereotipada, generalizada ao ponto de se afastar da imagem nordestina presente em quem vive no Nordeste, e chegando a modificar inclusive a percepção de quem nele vive. Essa distribuição em massa, de produções que descredibilizam os nordestinos em aspectos diversos, apresentando-os como pobres miseráveis, com baixo intelecto, manipuláveis, violentos e fanáticos religiosos, ultrapassa o alcance de produções que apresentam outra perspectiva de nordeste, por serem produções com linguagem e exibição mais distante das massas.

Partindo disso, o problema é direcionado ao estereótipo de bandido cangaceiro, que assume por vezes a posição de herói, bem como de vilão, e como isso surgem algumas questões: Há de fato uma estereotipação da imagem do cangaceiro? Quais discursos estão atrelados a essa generalização, uniformização, do cangaço? A quem serve essa visão do cangaceiro como herói ou bandido? Portanto, é objetivado analisar os filmes Deus e o Diabo na Terra do Sol (1964) de Glauber Rocha e Reza à Lenda (2016) de Homero Olivetto, produções com representações fortes de personagens nordestinos e ligados ao banditismo, que aqui associarmos ao banditismo social de Hobsbawm (1969), para expor desde elementos identificados como estereótipo, bem como as apropriações políticas identificadas e relacionadas a esses elementos.

Com atual crescimento de produções voltadas para o nordeste, bem como presentes debates sobre o banditismo cangaceiro, estereótipos sertanejos, santificação ou demonização do cangaço, o presente trabalho expõe uma análise sobre duas produções, de períodos distantes mas com uma coisa em comum, a forte dicotomia entre ideologias, a fim de abordar a representação midiática do banditismo cangaceiro nessas obras, assumindo o cinema como fonte histórica que molda a mentalidade coletiva.

Há imposição de interesse em toda produção audiovisual, mesmo produções que visam atingir o público popular e sem proposições de grandes críticas sociais, se alinham a alguma ideologia, a hipótese proposta aqui é além de analisar estereótipos, entender a ligação dessas obras e a ideologia de seus produtores com a imagética criada, que atingiram e modificaram - *seja mudando ou reforçando ideias pré estabelecida*s - o imaginário popular sobre o cangaço.

Bandidos, de E. J. Hobsbawm (2010), abordará o conceito de Banditismo Social, e a forma com que os protagonistas se conectam ao conceito. Nas análises dos filmes foram acompanhados os dois protagonistas, membros de grupos que praticam o que Hobsbawm caracteriza como banditismo social, e são acrescidos por elementos como coragem, força e esperteza para enfrentar as adversidades no sertão. A Invenção do Nordeste e Outras Artes (2011) e Nordestino: A invenção do "falo" (2013), de Durval Muniz Albuquerque Jr. , que trará a ideia de construção de "Nordeste" para além do território geográfico, assim como a criação de "Nordestino", e as implicações políticas por trás dessa criação, ideias que serão associadas ao banditismo presente nos filmes analisados, que será explorado como elemento também inventado e vinculado à discursos políticos. Guerreiros do Sol: Violência e Banditismo no Nordeste do Brasil (2013) , de Frederico Pernambucano de Mello apresenta uma rica exposição do que foi o banditismo em aspectos pouco conhecidos, que se chocam contra os estereótipos presentes no imaginário coletivo e também nas obras fílmicas analisadas neste trabalho.

A análise que resulta neste trabalho foi feita cruzando informações nas fontes bibliográficas sobre banditismo social, imagem do nordeste e cangaço, com elementos dos filmes "Deus e o Diabo na Terra do Sol" de Glauber Rocha, e "Reza à Lenda" de Homero Olivetto, para identificar traços da estereotipação e romantização dos elementos presentes nas narrativas, bem como seus detalhes de produção através de pesquisa explicativa, onde foram usadas também como fonte os livros "Bandidos" de Eric J. Hobsbawm, "A Invenção do Nordeste e outras Artes" e "Nordestino: A Invenção do "falo" de Durval Muniz, e "Guerreiros do sol: Violência e banditismo no Nordeste do Brasil" de Frederico Pernambucano de Mello.

Deus e o Diabo na Terra do Sol

Deus e o Diabo na Terra do Sol é um filme *western* brasileiro, dirigido pelo diretor novista Glauber Rocha e lançado em 1964. Fora produzido num momento de renovação do audiovisual brasileiro, que passava por mudanças no mundo da música, teatro e cinema, este último no cenário do Cinema Novo, movimento que ia em contrapartida ao cinema tradicional, repleto de comédias e musicais românticos, e objetivava a denúncia da miséria e violência das massas populares por meio da "estética da fome". O jovem diretor, que tinha apenas 23 anos quando dirigiu o filme, trás uma película ambientada no nordeste do país, principalmente no estado da Bahia, onde em seu interior moram Manoel e Rosa, dois fazendeiros pobres, explorados e com pouca perspectiva de mudança em sua situação. Ao ir à cidade acertar contas com o Coronel Moraes sobre a sua lida com o gado, é vítima de uma injustiça ao ter seu dinheiro negado. Graciliano Ramos (2007) comenta que para o sertanejo "o maior crime que lá se conhece é o furto de gado", portanto, ao ser roubado, a revolta de se perceber subserviente à uma figura de poder que o rouba sem pudor lhe sobe a cabeça e o protagonista assassina o coronel, sendo perseguido logo em seguida.

Após conseguir escapar se seus capazes e se porem a cair no mundo e vagar em busca de um futuro, acabam encontrando o beato Sebastião, figura semiótica de Antônio Conselheiro, a quem o homem já possuía admiração. O beato era uma figura mal vista pelos coronéis e padres da região, pois movimentava massas de miseráveis assolados pela seca, e sendo assim, fora encomendada sua morte à Antônio das Mortes, jagunço e arauto do Estado e seus interesses dentro do filme. Tendo Sebastião sido morto, o casal protagonista põe-se a vagar novamente pelo sertão, trombando dessa vez com o bando do cangaceiro Corisco - *uma figura tão complexa quanto os próprios cangaceiros da vida real* -, errantes à procura de Antônio, que matou Lampião - *por isso, leva-se a crer que os acontecimentos do filme se passam no ano de 1938* -, ao qual Manoel se une para vingar o beato. Após praticar diversos crimes, Corisco também acaba morto em conflito com o representante do Estado.

O filme trabalha com as mais diversas questões sociais dos anos iniciais da República: a revolta popular pelo sistema vigente, o messianismo, o cangaço, o coronelismo e o tratamento do governo para com o nordeste e o produto de todos os supracitados, personagens complexos que refletem as consequências de seus atos. Manoel, a imagem de um cidadão comum em busca de salvação e posteriormente revolto; Rosa e o silenciamento das mulheres nas decisões de seu próprio futuro; Sebastião, um fanático religioso que se enxerga como o próprio Jesus; Antônio das Mortes e a representação da força do Estado sobre o povo; e, por fim, Corisco, a mais complexa e reflexiva das personalidades.

Corisco é a própria imagética do banditismo cangaceiro. Homem do povo e contra o povo, "cangaceiro de duas cabeça. (...) Uma matando e a outra pensando" (Rocha, 1964), traz frases potentes em seus diversos monólogos, que fazem o público refletir sobre o que acontece na trama. Se vê como representante do santo São Jorge, que com sua faca - *a lança que o próprio santo o emprestou* - proclama que irá matar o "gigante da maldade", alegoria esta a Antônio das Mortes criada por ele mesmo quando anuncia o "gigante da maldade comendo o povo para engordar o

governo da República" (Rocha, 1964). No mesmo monólogo, pouco depois, o personagem toma o fuzil das mãos de sua esposa, Dadá, e diz que o usa para não deixar pobre morrer de fome. Essas cenas acontecem na introdução do personagem, que, momentos antes do monólogo, estava executando pessoas, aparentemente civis. Falaremos mais sobre Corisco e o cangaço na sessão "O Cangaço de Corisco e de Ara".

Manoel Baptista de Moraes, natural de Pernambuco, nasceu em 1875. Aos 21 anos, vivenciou a morte do pai, Batistão de Pajeú, numa disputa por terras. Revoltado, saiu das terras de sua família, juntamente com seu irmão Zeferino, e em busca de vingança, juntou-se ao bando de Luiz Mansidão. Nascia ali Antônio Silvino, um dos mais famosos cangaceiros da história (Queiroz, 1997). Sua história traça um paralelo de várias coincidências com seu xará e já mencionado, Manoel, que após ingressar no cangaço, fora rebatizado por seu líder como Satanás. Ambas as histórias trazem à tona o motivo mais comum para civis serem introduzidos ao banditismo: a vingança. Para Gustavo Barroso (1931) "no sertão, quem não se vinga está moralmente morto", podemos observar essa afirmação vingar tanto em Silvino contra os assassinos de seu pai, quanto em Manoel para com o Estado.

Reza a Lenda

Reza a Lenda, filme lançado em 2016, dirigido por Homero Olivetto e contando com nomes famosos em seu elenco, propõe um *road movie* e visa um público popular - *alcançado com sucesso, dito pela bilheteria* -, com linguagem simples e roteiro previsível, o que o torna de fácil assimilação. O filme acompanha a trajetória de Ara, que é aliciado para um grupo organizado pelo padre Pai Nosso, que junto da beata Deinha, onde crianças em situação de vulnerabilidade social passam a ser criadas como guerrilheiros para que, quando adultos, cumpram a missão de recuperar a imagem de uma santa mítica que, se posta em seu local "certo" traria de volta a chuva para a terra castigada divinamente pela seca infindável. O enredo conta

ainda com o antagonista Coronel Tenório, que comanda a terra que julga sua, bem como a santa mítica que se encontra sob sua posse. O conflito do enredo se dá pela disputa entre protagonista e antagonista pela posse do artefato que trará a chuva de volta, Ara fazendo uso de estratégias ilegais porém nobres, enquanto Tenório usa do seu poder sobre a terra e os homens locais. Após um momento repleto de misticismo com o bruxo Galego Lorde, se dá o clímax, onde o protagonista percebe que o artefato trata-se apenas de gesso, e tendo como desfecho a destruição do mesmo.

O filme é repleto de cenas de ação onde Ara pratica inúmeros atos ilegais, assim como Coronel Tenório, e o que difere os atos de ambos de "justiça pelas próprias mãos" e "completa brutalidade" é a posição de poder que ocupam naquele espaço, o personagem de Ara representa o mais belo lado do bandido nobre, lutando pelos injustiçados, oferecendo ajuda aos mais necessitados e lutando pelo "bem maior", mas o que mais chama atenção é sua postura sertaneja embasada nos estereótipos construídos por anos, embora possua nobreza que moralmente o redima de seus atos, possui postura violenta, brutalizada pelo ambiente semiárido. Ara é também um órfão que perdeu os pais ainda criança e sua vida está ligada à sobrevivência, como a imagem do sertanejo retratada na segunda década da primeira metade do século XX, quando é criada a imagem do homem nordestino sertanejo pela elite intelectual regionalista do recém criado Nordeste. Coronel Tenório é a imagem do poder local presente na imaginação popular, com todos os trejeitos atribuídos ao sertanejo, mas com autoridade sobre a terra e as pessoas.

Ao longo do filme se percebe a legitimação da violência praticada por ambos, devido a construção da imagem do nordestino que, segundo , em seu processo de criação imagética, "...seria macho pela própria história da região, que teria exigido a sobrevivência dos mais fortes, dos mais valentes e corajosos." (2023, p. 185). Outra personagem emblemática é Severina, ou mesmo Cira, que não recebe

tanto destaque, que leva a imagem de mulher-macho, a "Maria Bonita" do Ara, que reforça a ideia apresentada por Albuquerque Jr., que diz:

> No Nordeste, até as mulheres seriam masculinas, como pareciam queixar-se cada vez mais os próprios discursos masculinos na região. Seja por motivos eugênicos, telúricos ou histórico- culturais, o nordestino é definido como cabra macho, é um cabra da peste, homem de fibra, uma reserva de virilidade nacional… (2013, p. 153)

Uma importante marca que liga Ara ao cenário do banditismo social é a ausência de responsabilização do Estado quanto às misérias apresentadas no filme, a fome e mortes por inanição são relacionadas apenas à seca, sem haver críticas à negligência do Estado frente ao pauperismo. Bem como se percebe a busca por reformismo por parte dos personagens, sendo a fé o que move luta e mantém a fé, o autor aponta que

> …há momentos em que o apocalipse parece iminente; em que toda a estrutura da sociedade existente, cujo fim total o apocalipse simboliza e prevê, parece realmente prestes a desmoronar e em que a minúscula luz da esperança se torna a luz de uma possível alvorada. (HOBSBAWM. 1969, p. 21)

Desse modo, a entrada de Ara e seu bando no processo de luta se dá pela crença mítica de dias melhores que se manifesta no cenário desolador da seca, e o ato de destruição do artefato mítico demonstra a luta reformista, onde o protagonista demonstra a sua fé no deus que transcende o físico, destruindo junto da santa o seu imaginário frente ao sistema anterior, mudando-o.

Bandidos Sociais, para Hobsbawm, são proscritos rurais que são encarados como criminosos por detentores do poder local, senhores de terras ou o próprio Estado, mas ainda assim são integrantes da sociedade camponesa, espaço delimitado por Hobsbawm para a localização do fenômeno do banditismo social, os bandidos sociais são vistos como herois, protegidos por vezes pelos agentes locais, que os veem como símbolo de justiça e resistência. Bandidos sociais estão, hierarquicamente horizontalizados com os pobres nos quais ajudam, embora confraternizem e articulem-se com senhores, lhes prestem serviços e por vezes lhes

retornem prestígio, são igualmente indesejáveis e subalternos quando reivindicam respeito e justiça, nesses casos Hobsbawm diz que "O ladrão passa agora a pertencer apenas a uma parte da sociedade, a dos pobres e oprimidos."(1969, p. 94). Além de que são reformadores e não revolucionários, de modo que seu modo de vida não dispensa a existência de senhores, apenas reivindica um melhor tratamento para os "inferiores", não cabe aos bandidos sociais destituir locais de poder ou governos.

Em Reza a Lenda, os cenários expõem um sertão ressequido que se alinha ao enredo sobre seca, que torna pontual destacar que o Nordeste criado a partir da exploração da imagem da seca, segue sendo retratado como "apenas" vítima dela, mesmo um século após a consolidação do espaço geográfico Nordeste. O Nordeste seco, sem que se possa tratar de outras questões referentes ao espaço Nordeste. E esse Nordeste que dispõe de uma imagem a ser apropriada e vinculada a discursos de interesse, retorna com manipulação da imagem não sobre o território, mas também sobre o Nordestino, Albuquerque Jr. aponta que:

> O banditismo ou o cangaço é também outro tema que, eleito pelo "discurso do Norte" para atestar as consequências perigosas das secas e da falta de investimentos do Estado na região, de sua não modernização, adquire uma conotação pejorativa que vai marcar o nortista ou o nordestino com o estigma da violência, da selvageria…(2011, p. 74)

Embora o discurso apontado por Albuquerque Jr. esteja deslocado temporariamente, se aplica ainda aos dias de hoje no contexto da análise de produções audiovisuais como em Reza a Lenda, onde a criação de personagens tão violentos, anárquicos, e estereotipados sirvam como reforço a ideia da estabelecida na memória coletiva acerca do Nordeste e seus habitantes.

A quem serve o cangaço inventado?

A generalização vinculada aos discursos e imagens, não só do cangaço, mas do Nordeste Inventado é inegável nas obras analisadas, e a crescente onda de

representações do sertão nordestino com personagens de sotaque forçado, ou sotaque "nordestino" generalizador, que não se parece com os reais sotaques de nenhum dos 9 estados do nordeste, bem como todo movimento de descaracterização da cultura do Nordeste ao limitar elas ao mesmo personagem caricato, são elementos perceptíveis, mas com que finalidade? O cinema, enquanto linguagem acessível e de fácil assimilação, é um forte objeto de manipulação da memória coletiva, estando sempre vinculado ao interesse de quem o produz, de modo que o que se transmite assume lugar de verdade na memória coletiva. Mesmo as generalizações presentes nas obras, seguiram a ordem dos produtos ideológicos que visavam ser disseminados pelos produtores, em Deus e o Diabo na terra do sol com linguagem mais alegórica e semiótica, enquanto Reza a Lenda apresenta elementos de fácil apreensão e sem necessidade de grande carga de conhecimento externo à obra para absorção da trama e de suas mensagens.

O filme Reza a Lenda, produzido num período de ascensão do conservadorismo e fortificação de ideologias alinhadas à direita política, embora aborde o nordeste e seus problemas sociais, é esvaziado de críticas, tornando-as genéricas e estereotipadas. Não propõe grandes reflexões sociais, embora recorra aos signos populares do banditismo cangaceiro, mesmo o imaginativo, como altruísmo e compaixão para com os pobres[3]. O filme isenta totalmente o Estado das responsabilidades com o povo, Ara apresenta a fala resoluta "As coisas tem que mudar!" (46:25m), no entanto as falas seguintes em seu diálogo com Laura apontam para a intervenção divina, ao invés de soluções terrenas.

> Laura: Se Deus existe, ele não "tá" olhando "pra" "cá"!
>
> Ara: A gente sofre por alguma razão. Deus não castiga sem motivo. (46: 36m)

[3] Hobsbawm apresenta um aspecto interessante acerca dessas boas ações para com os pobres, não há como tirar algo de quem não possui nada a ser retirado.

O Nordestino, e o Cangaceiro, desde o Cinema Novo, é visto através dos olhos dos diretores, bruto e corajoso, violentos, ingênuos, insensível externamente e cheio de sentimentos que o sufocam, guiado pela fé e sem perspectiva de futuro, vitimado pela violência e pelo clima hostil, como aponta Souza ao abordar a representação do nordeste construída a partir de tal movimento cinematográfico, "Filmes que reproduzem uma imagem sertaneja permeada pela violência, pela natureza que maltrata e não concebe condições dignas de sobrevivência na região. Um povo sem perspectivas futurísticas, mantendo suas esperanças numa religiosidade fanática" (2016), através da popularização desse discurso acerca do nordestino e do cangaceiro, se permeia uma ideia que menosprezo e inferiorização por "um povo" violento e ingênuo, manipulável.

Por meio da generalização, cria-se a imagem única de Sertão, de Nordeste e de Nordestino, bem como de Cangaceiro, descaracteriza-se, fragmenta-se tais entidades, a medida que se dissemina essa ideia única sobre tais, torna-os verdade para quem não vive o Nordeste de fato.

> O Nordeste é uma produção imagético-discursiva formada a partir de uma sensibilidade cada vez mais específica, gestada historicamente, em relação a uma dada área do país. E é tal a consistência desta formulação discursiva e imagética que dificulta, até hoje, a produção de uma nova configuração de "verdades" sobre este espaço."(ALBUQUERQUE JR.. 2011, p. 62)

O que antes fora usado como fomento para a criação de uma identidade regional, torna-se então a maneira de suscitar discursos políticos e ideológicos, anti-Estado e protagonizando a população, como é o caso de Deus e o Diabo na Terra do Sol, ou como forma de reforçar imagens pejorativa e conservadora sobre uma região, como é o caso de Reza a Lenda.

> Este dispositivo faz vir à tona a procura de signos, de símbolos, que preencham esta ideia de nação, que a tornem visível, que a traduzam para todo o povo. Diante da crescente pressão para se conhecer a nação, formá-la, integrá-la, os diversos discursos regionais chocam-se, na tentativa de fazer com que os costumes, as crenças, as relações sociais, as práticas sociais de cada região que se institui neste momento, pudessem

> representar o modelo a ser generalizado para o restante do país, o que significava a generalização de sua hegemonia." (ALBUQUERQUE JR.. 2011, p. 61)

O distanciamento entre intenções na produção dos filmes é ainda mais perceptível quando se analisa o elenco. O Cinema Novo, com princípio de usar a população local para a atuação dos filmes que aborda questões locais reais, torna Deus e o Diabo na Terra do Sol um veículo de discurso social sobre o Nordeste de Glauber Rocha, contemplando uma maior diversidade em cena, e contando ainda com elenco principal composto por maioria nordestina. Já Reza a Lenda segue o padrão de filme produzido para massas, com hegemonia branca e sudestina no elenco, destacando atores famosos, e com participação de nordestinos apenas em posições subalternizadas ou de pouco destaque, cria-se assim, não só um Nordeste violento, como um nordeste branco.

Conclusão

O cinema é compreendido como uma poderosa ferramenta de produção e reprodução de discursos históricos e ideológicos. Ele molda a mentalidade coletiva ao mesmo tempo que reforça ou desconstrói estereótipos. Nesse caminho, as representações do Nordeste, do cangaço e do cangaceiro nesses filmes desempenham papel importante na maneira como a cultura popular brasileira percebe essa região e seus habitantes, levando em conta a ideologia do Cinema Novo. Glauber Rocha, em Deus e o Diabo na Terra do Sol , emprega a estética da fome para criar uma narrativa alegórica que transcende o realismo geográfico. Seu filme denuncia a miséria e a violência do sertão, articulando o messianismo e o cangaço como símbolos de resistência e, ao mesmo tempo, de opressão. Essa abordagem subverte estereótipos e questiona estruturas de poder ao apresentar personagens complexos e uma crítica profunda ao papel do Estado e das elites na perpetuação da exploração social.

Por outro lado, Homero Olivetto, em Reza a Lenda , adota uma linguagem mais acessível e com menos semiologia, ao passo que põe o cangaceiro novo, de fato, como herói e salvador e uma população, ao apresentar o coronelismo como principal vilão do filme. Apesar do enredo apontado como genérico pelas críticas, traz a lembrança de uma perspectiva mais popular em meio à ascensão da ideologia da extrema direita. Nesse contexto, a figura do cangaceiro, ora vista como herói altruísta, ora como vilão brutal, é uma perpetuação do estereótipo começado nos anos 60 por Deus e o Diabo na Terra do Sol.

Ambos os filmes trabalham com a imagem de um Nordeste marcada pela miséria, violência e religiosidade fanática, mas também promovendo sua diversidade cultural e social. Em Deus e o Diabo na Terra do Sol , esse imaginário é desconstruído por meio de uma narrativa simbólica que critica estruturas de poder e questiona a naturalização da desigualdade. Em contrapartida, Reza a Lenda , A busca por um amuleto sagrado, capaz de trazer chuva e sofrimento ao povo, reforça a conexão com o misticismo e a religiosidade popular, elementos centrais no imaginário do cangaço, gerando identificação do público religioso, para ao final, desconstruir a ideia de uma salvação divina.

REFERÊNCIA

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. 374 p.

_____. **Nordestino: uma invenção do falo** — uma história do gênero masculino (Nordeste — 1920/1940). São Paulo, Intermeios, 2013. 254 p.

BARROSO, Gustavo. **Heróis e bandidos**: os cangaceiros do Nordeste. Rio de janeiro: Francisco Alves, 1931.

DE SOUZA, N. S.; DA SILVA PAIVA, C. C. **ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DO SEMIÁRIDO ATRAVÉS DOS SIGNOS DE NORDESTINIDADE PRESENTES NO FILME REZA A LENDA**. I CONIDES, 2016.

HOBSBAWM, E. J. **Bandidos**. São Paulo, Paz e Terra, 2010.

MELLO, Frederico Pernambuco de. **Guerreiros do Sol**: violência e banditismo no nordeste do Brasil. 5ª ed. São Paulo: A Girafa, 2011.

OLIVETTO, H. **Reza a Lenda**. Brasil. Imagem Filmes, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TjtzFJDEYPQ>

RAMOS, Graciliano. Viventes das Alagoas. 19ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

ROCHA, G. **Deus e o Diabo na Terra do Sol**. Brasil. Criterion Collection, , 1964. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8OaRzccPIOU>

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

VIRGULINO, VITALINO E GONZAGÃO:
um estudo sobre as representações do sertão nordestino

José Cunha Lima[1]

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38532

RESUMO:
Quando uma representação se liga a um circuito de significados fora de si e já determinado em um certo local do discurso, esta representação começa a aproximar-se de outra categoria importante para a História Cultural, que é o símbolo e sua relevância para as ciências humanas. Essas formas ou campos de relações de poder estão inseridos de modo simbólico na forma como no conceito de região, ou seja, como local de reprodução, estes conceitos são objeto de representações sociais, por exemplo: percepção, apreciação, pertencimento e produção cultural. Levando para o objeto da presente pesquisa, que é compreender as formas de representação do sertão nordestino a partir de três ícones nordestinos, o cangaceiro Virgulino Ferreira (o Lampião), o ceramista Mestre Vitalino, e o 'Rei do Baião' Luiz Gonzaga, considero que as canções, as indumentárias, as esculturas de barro e as bibliografias produzidas.
PALAVRAS-CHAVE: Luiz Gonzaga. Lampião. Vitalino. Nordeste. Gibão.

VIRGULINO, VITALINO AND GONZAGÃO:
a study on representations of the northeastern hinterland

ABSTRACT:
When a representation connects to a circuit of meanings outside itself and already determined in a certain place of discourse, this representation begins to approach another important category for Cultural History, which is the symbol and its relevance to the human sciences.These forms or fields of power relations are inserted in a symbolic way in the concept of region, that is, as a place of reproduction, these concepts are subject to social representations, for example: perception, appreciation, belonging and cultural production.Taking the object of this research, which is to understand the forms of representation of the northeastern hinterland based on three northeastern icons, the cangaceiro Virgulino Ferreira (Lampião), the ceramist Mestre Vitalino, and the 'King of Baião' Luiz Gonzaga, consider that the songs, The clothing, clay sculptures and bibliographies produced.
KEYWORDS: Luiz Gonzaga. Lampião. Vitalino. Northeast. Gibbon.

[1] Graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Especialista em História Cultural pela mesma instituição. Bacharel em Administração Pública pelo IFPB e Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/4311875433375299, E-mail: jscunhalima@hotmail.com.

Introdução

Cabe iniciar esta pesquisa tecendo uma breve biografia dos três personagens a serem estudados. O primeiro deles, seu nome era Virgulino Ferreira da Silva (1898 - 1938), vulgo Lampião, que nasceu em Serra Talhada/PE, no final do século XIX. No início da década de 1920, ocorreu o assassinato do seu pai, que era agricultor, motivado por questões ligadas a divisas de terras. Segundo as versões mais difundidas, isso fez os filhos de José Ferreira da Silva, entrarem para o cangaço. Assim, a vingança foi o motivo para os irmãos Ferreira fazerem parte da vida de violência. O chamado banditismo social, contara com figuras celebrizadas pela memória local, ganhou o seu 'Rei' e uma estética própria desenvolvida por ele a partir do couro e das vestimentas usadas pelos vaqueiros do sertão.

Essa estética presente no vaqueiro, e aprofundada pelos cangaceiros influenciou a carreira artística e pessoal do segundo 'Rei' dessa história. Seu nome era Luiz Gonzaga do Nascimento (1912 - 1989), mais conhecido como o 'Rei do Baião'. Esse monarca também nasceu em Pernambuco, na cidade de Exu, alto sertão, no começo da segunda década do século XX. O jovem Luiz Gonzaga conhecia essa geografia de perto. Primeiro porque seus pais Januário José dos Santos e Ana Batista de Jesus eram moradores nas terras do clã Alencar. O primeiro contato que Gonzaga teve com a cultura nordestina e sua representação foi na feira da localidade. Isso aconteceu porque sua mãe dona Santana, era feirante, trabalhava produzindo e vendendo cordas. Assim, ele teve contato com os mais variados produtos de couro, esse elemento regional que veio a fazer parte de sua indumentária durante sua carreira artística. Outro influenciador na composição estética e cultural da vestimenta do 'Rei do Baião' foi Lampião e o seu chapéu de couro.

O terceiro monarca dessa história era admirador do 'Rei do Cangaço' e do 'Rei do Baião', tanto que eles foram homenageados em suas esculturas de barro. Seu

nome era Vitalino Pereira dos Santos (1909 - 1963), mais conhecido como Mestre Vitalino, o 'Rei dos Ceramistas'. Esse pernambucano nasceu em Caruaru, Mesorregião do Agreste, no final da primeira década do XX. Com isso, entendo que a produção do ceramista popular era voltada a esculpir os elementos humanos (o cangaceiros, o violeiro, o cantador de forró, o agricultor, o vaqueiro, entre outros), mas também representava os animais, esses seres são fundamentais na construção da imagem do interior do nordeste. Sendo, portanto, o escultor da cultura do couro, um dos responsáveis pela representação da cultura nordestina.

Os Três Reis do Nordeste

Um dos locais que encontramos, ainda, os resquícios da chamada representação do nordeste são às feiras ou salões de artesanato do nordeste. Além dos utensílios produzidos e vendidos para os turistas e todos que querem levar um *souvenir* como recordação de uma viagem. É nestes espaços que nos deparamos com artefatos que tendo como representante símbolo de uma região, o cangaceiro, mais precisamente a imagem de Lampião, como peça decorativa, nesse espaço também podemos ver objetos de barro ou cerâmica à moda de Metre Vitalino, e ainda a presente iconografia do 'Rei do Baião', em qualquer lojinha nesses espaços que chamam a atenção do público pela beleza do trabalho artesanal.

Esses três personagens são lembrados e declamados, também por ícones simbólicos, os cantadores de viola e/ou nos folhetos (cordéis) expostos para a venda nestes comércios turísticos, se constituíram, assim, numa das expressivas atrações nordestinas. "Estas, como se sabe, juntamente com suas funções econômicas, revestem-se de grande significado social para as populações sertanejas, em termos de comunicação, socialização, enfim, ações interativas as mais diversas" (VIEIRA, 2000, p. 41).

Sendo assim, no tempo dos três reis em destaque, no sertão do início e ao longo de boa parte do século XX, os espaços das feiras eram sinônimos de uma festa, cheia de influências culturais. E foram esses cantadores e/ou cordelistas os responsáveis por glosar a vida e a valentia de Lampião, os sucessos do "Rei do Baião" e as obras de cerâmica do Mestre Vitalino. Em torno desses cantadores, ou arautos nordestinos; os feirantes e consumidores se reuniam para ouvir os versos das cantorias, seus repentes, pelejas e improvisos, e a partir daí, desse espaço de comunicação e divulgação cultural circulam as histórias de bravuras, valentias, crimes e castigos do cangaço.

As imagens dos cangaceiros, principalmente de Lampião, começaram a circular no interior do nordeste brasileiro por intermédio dos jornais e revistas, sendo utilizadas de variados modos, como meio de divulgar as atrocidades provocadas, de divulgar a perseguição aos bandos ou até para ser usadas como propaganda de determinados produtos. A admiração de parte dos sertanejos vinha também da vida aventureira e da luta imaginada, em busca de justiça social que era negada pelos meios legais, eclodindo esses símbolos de valentia (masculinidade e honra) tão valorizados por uns e discriminados por outros.

Lampião, segundo seus admiradores, era um dos únicos personagens que se impunha ao sistema oligárquico, mesmo que de modo parcial, pois se o coronel fosse seu aliado não sofria nenhuma importunação dos cangaceiros. Partindo desta premissa, o 'Rei do Cangaço' e seu bando eram os únicos desobedientes ao sistema vigente da época.

Assim, podemos observar que Virgulino Lampião era um desobediente social, bandoleiro vingativo. Não sabemos quantas batalhas, tiroteios, armadilhas e emboscadas o 'Rei do Cangaço' enfrentou. E essas histórias verídicas ou não ganharam múltiplas dimensões de bravura, valentia e resistência contadas em prosa e versos nos cordéis, nas vozes dos repentistas e nas películas nos cinemas. Mas

também, Lampião foi um produto da representação cultural regional. A bravura dos cangaceiros não estava somente em combater à força policial, conhecida como volante. Mas também em viver e conviver no ermo sertão. E como enfrentar às agruras da vegetação cheia de espinhos? Utilizando e adaptando, para isso, a armadura do vaqueiro ou boiadeiro que se embrenhava pelo sertão na busca pelas reses que se desgarravam do rebanho.

O escritor Frederico Pernambucano de Mello (2012) coloca que a tradição de violência do cangaceiro, boa parte foi herdada do vaqueiro, de um cenário de aventura, de um meio físico e geográfico de relevos aquedados à ocultação dos animais e do ser humano, de uma vegetação impenetrável, onde só os fortes sobrevivem. Sendo assim, podemos dizer que não foi só a bravura que os cangaceiros herdaram dos vaqueiros, mas sim seus ornamentos de couro, como o chapéu e seus adereços, as alpercatas, perneiras, cintos, guaiacas, cartucheiras, borracha d'água (um protótipo parecido com o saco de couro costurado e impermeável), a bainha da faca e do revólver, a carteira para carregar o dinheiro adquirido na vida bandoleira. De couro, também, eras as luvas que protegiam as mãos quando estavam atirando, além do guarda-pulso, que era usado pelos boiadeiros nas marchas com os cavalos.

Criando assim, uma representação simbólica regional a partir da manufatura do couro. Pelos vaqueiros era utilizado, preferencialmente, o couro do gado *vacum*, com o qual trabalhavam diariamente e tinham que desenvolver sua criatividade no trato com o produto (um verdadeiro ciclo, a partir da retirada, secagem e beneficiamento).

Entre os cangaceiros os utensílios eram "feitos de couro de cabra, carneiro ou veado; os últimos são os melhores, mas qualquer um serve" (MELLO, 2012, p. 68). Por isso, eram usadas peças de couro de animais domésticos e silvestres de médio porte. Os primeiros, as miunças, eram adquiridas nas propriedades invadidas

ou adquiridas nas feiras das cidades "visitadas" pelos bandoleiros. As demais peças de couro eram caçadas na vegetação, carneados e beneficiados pelos próprios cangaceiros. Deixando claro que os discípulos de Lampião não precisavam de grandes pedaços de couro (de uma res, por exemplo), seu trabalho não era voltado para a economia do couro, e sim para a produção de pequenas peças. A partir daí, a armadura do vaqueiro passou a fazer parte da indumentária do cangaceiro.

O cangaço influenciou na vida, obra musical e na estética do cantor e compositor Luiz Gonzaga, a admiração pelo 'Rei do Cangaço', a adoção da vestimenta de cangaceiro na carreira artística, e também o lançamento do 'Xaxado', como ritmo desenvolvido pelos bandoleiros, em nível nacional. Desde menino, Luiz Gonzaga, ajudava o pai na oficina de sanfonas, em contrapartida Januário, ia ensinando o ofício de sanfoneiro, que era prestigiado no local onde moravam. O pequeno Luiz, também trabalhava na agricultura e ajudava a mãe a vender os utensílios (cordas) produzidos por Dona Santana na feira da cidade. E foi neste espaço da cidade que o jovem Gonzaga, teve contato com as primeiras representações do 'Rei do Cangaço' a partir dos impressos, quais sejam: jornais, revistas e cordéis.

E foi na feira que Luiz Gonzaga teve acesso a outros ritmos e acordes diferentes dos que eram ensinados pelo pai. Neste espaço viu e ouviu bandas de pife (pífanos) – muito semelhante à banda de Vitalino -, os cegos cantores, e os "repentistas improvisando seus desafios e dedilhando na viola, entre duas estrofes, os rojões que influenciariam mais tarde o ritmo do baião" (DREYFUS, 2012, p. 38).

Posso dizer que Gonzaga era uma criança de vida pacífica, – diferente do 'Rei do Cangaço' –, mas admirava os cangaceiros e suas histórias de valentia, como era comum entre crianças sertanejas de sua geração. Para corroborar com essa assertiva ora formulada, certa feita, ele teceu as seguintes considerações a respeito da figura do lendário cangaceiro: "Lampião era meu ídolo. Quando pegava um pedaço

de jornal ou revista com a cara de Lampião, eu ficava abestado e pensava: 'vejam que homem bonito'. Pensava em mais coisas. Pensava um dia criar coragem, ganhar o mato com meu fole, incorporar-me ao bando" (SÁ, 1999, p. 25-26).

Assim, o jovem Luiz Gonzaga, não cansava de ouvir as histórias fantásticas que contavam sobre o 'Rei do Cangaço' e suas façanhas. O tempo passou e a chance de conhecer Lampião então chegou, pois o bando de cangaceiros tinha que cruzar por Exu em direção a Juazeiro do Norte - CE, a chamado do Padre Cícero e do Deputado Floro Bartolomeu. O que estava acontecendo? A Coluna Prestes estava próxima da cidade de Juazeiro, reduto do 'poderoso' Padre Cícero, e supostamente para fazer combate à coluna, o Deputado Federal Floro Bartolomeu, aliado do líder religioso, havia sugerido convidar o bando de Lampião para ajudar na resistência à Coluna Prestes. O deputado sabia da admiração do cangaceiro pelo padre Cícero. Sendo assim, Lampião recebeu a convocação no sertão da Bahia, e trajeto até Juazeiro incluía passar pela terra natal de Luiz Gonzaga.

Esse acontecimento ocorreu em 1926, e o pequeno Gonzaga, acabou não conhecendo Lampião, mas conseguiu levar uns cascudos por causa do cangaceiro. Frustração à parte, mesmo assim, o 'Rei do Cangaço' vai influenciar muito o futuro 'Rei do Baião', havendo uma apropriação simbólica tendo por plano de fundo, o chapéu de couro, ou seja, a coroa de rei. Lampião mata, Luiz canta, Vitalino esculpe os dois, ou melhor, os três.

Os três são produtos dessa terra. O monopólio da propriedade privada são raízes do universo do trio. Lampião foi expulso das terras da família, ou seja, o latifúndio atirou-o para a vida bandoleira; Gonzaga, como um trabalhador rural, canta que a terra é boa. Enquanto Mestre Vitalino utilizava o barro dessa terra para representar os personagens famosos e anônimos dessa cultura. Muito semelhante aos nativos que viviam nessa terra, pois os indígenas foram expulsos de suas terras,

trabalhavam e louvavam a terra e esculpiam seus utensílios com o barro dos rios. As diferenças e semelhanças entre si são marcantes.

Analisando parte da produção historiográfica de alguns estudiosos da cultura do Nordeste, vejo uma ligação entre os três personagens, Virgulino Ferreira, o Lampião; Luiz Gonzaga e Mestre Vitalino compondo uma trilogia simbólica dos ídolos regionais. São atores do mesmo palco, no mesmo chão, mas intrinsecamente desiguais. O cangaceiro é a imagem do ser humano revoltado, testemunha ocular do sofrimento dos injustiçados do sertão. Luiz Gonzaga era um produtor cultural para as massas nordestinas, era o incentivador dos músicos. E Mestre Vitalino era o representante inicial das artes a partir de suas esculturas, criando um novo nicho cultural para os artesões nordestinos.

Sendo assim, Lampião, Luiz Gonzaga e, posteriormente, Mestre Vitalino, são como espécies de arquétipos de natureza daqueles que não se rendem fácil, se adaptam às necessidades, como símbolos de resistência regional cada um a sua forma, resultado intrínseco do solo nordestino, cultuados até hoje no sertão.

Em relação ao Mestre Vitalino, que é menos conhecido que os outros símbolos regionais, e comumente apontado em sua condição de ceramista, ou seja, escultor de pequenas peças de barro, representando com isso, as situações pelas quais os sertanejos vivenciavam no cotidiano o casamento, a caçada, o funeral e outras esculturas ligadas ao mundo do trabalho como: a casa de farinha, a lavra dos agricultores, os vaqueiros, os instrumentistas entre outras. E também peças individuais com as que homenageiam o boi (um dos elementos principais de sua obra), Luiz Gonzaga e seu grupo musical e Maria Bonita e Lampião, fazendo uma remissão da imagem negativa dos famosos cangaceiros. Eclodindo, para isso, o escultor dos representantes regionais.

Mestre Vitalino também usava o chapéu de couro, não no modelo dos cangaceiros, mas sim o chapéu com a aba maior, que Mello (2012) chamava de

modelo dos vaqueiros encontrados nos boiadeiros do interior da Paraíba. Temos que observar que as peças de argila produzidas pelo Mestre de Caruaru, na grande maioria, tinham a cor natural do barro, muito semelhante à cor do couro curtido.

Os dois reis posteriores ao do cangaço, Gonzaga na música e Vitalino na cerâmica, vão redimir em certa medida a imagem dos cangaceiros, mas não foi fácil. A representação dos cangaceiros era uma constante nas peças de cerâmicas do mestre de Caruaru desde os seus primeiros trabalhos e as músicas e vestimentas dos cangaceiros fizeram parte de toda a carreira do sanfoneiro de Exu. Por exemplo, na década de 1950, na chamada era de 'Ouro do Rádio', período onde só se podia apresentar nas casas de shows e estúdios de rádios se usasse terno, gravata e chapéu modelo Panamá, conhecido como estilo '*summer*' (verão). Entretanto tudo mudou quando Gonzaga conheceu um acordeonista que se vestia à moda dos pampas.

Cabe salientar que nesse período havia um investimento na criação da cultura nacional e regional do país. Assim, o cantor dos pampas foi uma espécie de modelo estético para Gonzaga, "eu achei que Pedro Raimundo era minha base, comecei a pensar que tipo eu podia fazer, porque o carioca tinha sua camisa listada, o baiano tinha o chapéu de palha, o sulista era aquela roupa do Pedro (DREYFUS, 2012, p. 134)".

A partir daí ele tinha que se colocar o desafio de criar uma estética nordestina e o que vinha a cabeça de início era a figura lendária de Lampião. Com isso, ele telegrafou para sua mãe, Dona Santana, pedindo que enviasse um chapéu de couro semelhante ao do 'Rei do Cangaço'. De início dona Santana de Luiz Gonzaga relutou em enviar o adereço, pois ela não gostava de cangaceiro. Mas a admiração por Lampião, o 'Rei do Cangaço' e 'herói' do sertão, fazia parte da memória de Luiz Gonzaga de longa data. Essa iconografia representativa muda no decorrer do tempo, pois em algumas oportunidades seu Luiz declarou que gostava mesmo era do cangaceiro Antônio Silvino, que não tinha, junto com seu bando, uma história

tão violenta, e que também não davam o mesmo cuidado de Lampião e seu grupo na questão estética e ornamental.

As representações dos cangaceiros que variavam entre Lampião e Antônio Silvino – e as eventuais conveniências políticas de lidar com essas imagens controversas – e isso influenciou sua estética, que variava um pouco no decorrer do tempo e/ou espaço em que Gonzaga estava. Por exemplo, se estivesse na 'Missa do Vaqueiro', seu Luiz elogiava Silvino e se estivesse dando entrevista na região sudeste fazia referência ao 'Rei do Cangaço'.

Já Mestre Vitalino deixava claro que a representação principal de cangaceiro que fazia era a homenagem a Lampião e Maria Bonita. Que é inclusive a imagem de entrada do Museu do Barro, vizinho ao Pátio do Forró em Caruaru, onde foi construída na década de 1980, uma estátua de Luiz Gonzaga. Após ter a ideia de se caracterizar de cangaceiro, o dilema era onde e quando lançar essa estética. Luiz Gonzaga usou o chapéu de cangaceiro a primeira vez no ano de 1947, em plena Rádio Nacional do Rio de Janeiro.

Luiz Gonzaga se vestiu de cangaceiro numa rádio que pertencia ao governo federal que foi o perseguidor dos cangaceiros durante décadas, e as ondas curtas PRE 8 (prefixo da Nacional), eram usadas para propagar as atrocidades dos bandoleiros no sertão nordestino. Certamente não era um desafio de pouca monta. Entretanto, Gonzaga persistiu até que os diretores permitissem a utilização da indumentária. Assim, quando Luiz Gonzaga identificou esses aspectos simbólicos imaginados da cultura nordestina, a partir de uma ótica vinda da estética popular, o compositor percebeu a força comunicativa desses elementos no sentido de levar a sua mensagem regional de resistência, com eficácia, ao público que consumia sua produção musical.

A aceitação definitiva da estética de cangaceiro só ocorreu em 1949, onze anos depois da morte do 'Rei do Cangaço'. Quando o chapéu chegou às mãos de

Luiz Gonzaga, ele foi logo colando uma coroa no lugar das insígnias místicas utilizadas pelos cangaceiros. Após a utilização da indumentária dos bandoleiros de modo oficial, Gonzaga, começou a pensar em lançar o ritmo dançado pelos cangaceiros como ritmo regional, daí eclode o Xaxado.

Segundo Câmara Cascudo (1974), o xaxado é uma dança exclusivamente masculina, originária do alto sertão de Pernambuco, divulgada até o interior da Bahia pelo cangaceiro Lampião e os cabras do seu grupo. Dançam-na em círculo, fila indiana, um atrás do outro, sem volteio, avançando o pé direito em três e quatro movimentos laterais e puxando o esquerdo, num rápido e deslizado sapateado. Os cangaceiros executavam o xaxado marcando a queda da dominante com uma pancada no coice do fuzil.

Gonzaga tinha a percepção que sua música deveria ser vestida com um discurso imagético capaz de servir de suporte ao seu enunciado, complementando a sua oralidade. Tratava-se, portanto, de uma música para se ver e ouvir, vendo a imagem do som, reforçado, isto é, suportado pelos elementos simbólicos que caracterizavam as temáticas das canções voltadas para os valores, usos e costumes representativos da região nordestina.

Além de ouvir os aboios dos vaqueiros que tanto lhe inspiraram desde vestimenta até o jeito de cantar. A influência foi tamanha que o segundo disco em formato de *Long Play* lançado em 1956 os aboios e vaquejadas ganharam destaque. Nesse entremeio, em 1955, Gonzaga conhece Marinês (1935 - 2007) e a transforma em 'Rainha do Xaxado'. Sobre o tema a cantora Marinês em depoimento a Dominique Dreyfus disse: "Não havia nenhuma tradição de mulher cantando xaxado, baião, xote. Também não era coisa de mulher essa roupa de couro que eu usava. Às cangaceiras não botavam roupa e chapéu de couro" (DREYFUS, 2012, p. 198-199). Marinês se apropriou da imagem de cangaceira e começou a lançar músicas com o ritmo dos cangaceiros.

O xaxado pode não ter sido o ritmo de maior sucesso de Luiz Gonzaga, entretanto foi o que mais influenciou o cantor na formulação de sua indumentária e da criação da representação iconográfica da região nordeste. Em partes redimindo a imagem do cangaceiro somente como um bandoleiro sanguinário, e o transformando num elemento produtor de cultural estética e musical.

O encontro entre o 'Rei do Cangaço' e o do 'Rei do Baião' não foi possível, mas o encontro entre o 'Rei do Baião' e o 'Rei da Cerâmica' aconteceu em um conjunto de apresentações no ano de 1961, em Brasília, nova capital federal, nos chamados núcleos satélites. A festa era em homenagem ao primeiro de maio, "Dia do Trabalho". A apresentação principal ocorreu na segunda-feira, dia do feriado, e a organização foi feita pela Secretaria de Segurança e Interior, na gestão do então Prefeito nomeado Paulo de Tarso Santos (1926 - 2019).

Na segunda comemoração oficial do primeiro de maio em Brasília, foi pautada por quatros dias consecutivos de apresentações de grupos nordestinos tendo como plano de fundo a representação dos cangaceiros. Lembrando que isso não foi à toa, pois a maioria dos trabalhadores que ajudaram a erguer a nova capital era composta por nordestinos, conhecidos como candangos, que eram da região dos três reis da civilização do couro, que estavam simbolicamente presente nas indumentárias dos artistas. E fica esteticamente sintetizado no grupo os "Nordestinos", todos vestidos à moda dos cangaceiros.

Fora da agenda de shows, e aproveitando a presença do Mestre de Caruaru, foi organizada uma aula do 'Rei da Cerâmica' na Escola Parque, para os alunos do ensino fundamental, aprender como criar as representações do cotidiano a partir do barro, da escultura. Segundo o jornal da capital do dia 09 de maio de 1961, a parceria dos grupos musicais de Gonzaga e Vitalino ainda abrilhantou uma recepção festiva do '*high society*' candango a autoridades locais, e em especial ao Chefe de Obras do Governo da Nigéria, homenageado da noite.

Lembrando que Vitalino e sua obra já tinham sido cantadas pelo 'Rei do Baião', isso ocorreu na composição, do também Caruaruense Onildo Almeida, na sua canção: A Feira de Caruaru, lançada em 1957, em que dizia que "Os bonecos de Vitalino que são conhecidos inté no sul". Fazendo referência a exposição que aconteceu no ano de 1947, na Biblioteca Castro Alves, localizada no Instituto Nacional do Livro, com apoio do Departamento de Documentação, no Rio de Janeiro. A segunda exposição se realizou em São Paulo no ano de 1949, o evento foi organizado no interior do recém-criado Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP).

Com isso, observa-se, que a estética do cangaço, como representação regional, está ligada ao sentimento de honradez pessoal e valentia. Símbolo de resistência do sertão, com características predominantemente agropastoris, e fomentava em sua composição um componente identitário, tendo como elemento formador, o vaqueiro e o cangaceiro, mas também, uma amálgama de atores sociais presentes no processo de produção cultural da região tendo por base a força de trabalho.

Gonzaga e Vitalino em seus trabalhos conseguiram adaptar essas figuras típicas, e reapropria-las como símbolo fundamental de uma região, e de passagem aprofundaram a representação da civilização do couro na cultura. A partir de sua sanfona o instrumentista criou o 'Trio de Forrozeiro' ou 'trio pé-de-serra'. E sua estética aglutinou além da sonoridade elementos como chapéu de couro e gibão, ressaltando as estrelas, – e no caso de Gonzaga uma coroa no alto do chapéu –, e outros adereços que simbolizavam o misticismo e o imaginário popular do nordestino. E Mestre Vitalino reproduzia com perfeição, tudo isso, além de diversas outras representações, em suas esculturas.

Sobre a estética do cangaço que tanto influenciou a vestimenta do 'Rei do Baião', o escritor Federico Pernambucano de Mello (2012), nos alerta que, mesmo

os cangaceiros habitando num meio natural cinzento e pobre, os bandoleiros vestiam-se de cor e muita riqueza. Satisfazendo seu anseio de arte voltado para o místico e de estilo baseado no arcaico brasileiro.

Finalmente, vou narrar para os leitores que me acompanharam até aqui, onde ocorreu o encontro dos três reis do nordeste. Nessa junção monárquica veio à baila a mescla representativa entre dos trajes dos cangaceiros e dos vaqueiros. E paulatinamente, por coincidência ou não boa parte dos representados na imagem fazia parte da sociedade do couro.

Isso aconteceu na capa do disco 'Eu e Meu Pai' de 1979 de Luiz Gonzaga, que demonstrava uma determinada representação iconográfica do nordeste pretensamente construída e debatida ao longo do século XX, por vários teóricos, literatos e pesquisadores. O destaque ao centro era o sanfoneiro de Exu, com vestimenta de cangaceiro. No seu lado direito a religiosidade representada por Padre Cícero, igrejas e romeiros. Na margem direita inferior um bando de cangaceiros. Acima os vaqueiros na pega de boi ou na vaquejada.

Na margem esquerda as festas sintetizadas pelo sanfoneiro e o casal dançando. Mais abaixo o tocador de pífano com a estética de mestre Vitalino, que ficou famoso como ceramista, mas também, foi um exímio tocador do instrumento de Caruaru. Seu Januário, pai, mestre e incentivador de Gonzaga, estava no canto inferior esquerdo, portando sua sanfona de oito baixos.

Analisando a imagem do LP que era dedicado a seu Januário, pai de Gonzaga, as representações mais fortes eram a dos cangaceiros e boiadeiros. Assim, disso, que o chamado Banditismo Social, sintetizado em Lampião, o regionalismo representado por Gonzaga e as iconografias criadas por Mestre Vitalino, continuarão sendo um assunto frequente de debates, aulas e produções acadêmicas em locais que foram atingidas por esse fenômeno pela 'civilização do couro', no caso em especial no Nordeste do Brasil, em que se destacam o cangaço, a

musicalidade e as sua representações estéticas e culturais, mas também econômicas, ligadas ao mundo do trabalho agropastoril.

Considerações Finais

Foram esses personagens, o vaqueiro e o cangaceiro, frutos da 'civilização do couro' e da revolta social que Luiz Gonzaga lembrou-se como representante cultural quando estava compondo sua imagem artística. Ao se vestir ao padrão estético de Lampião, seu 'herói' de infância em seu chapéu e cartucheira, e homenageando os vaqueiros em seu gibão e nas sandálias de couro. Adquirindo, assim, os arquétipos que acompanham a iconografia do artista pela vida toda, como foi o caso de Luiz Gonzaga. O mesmo Vitalino fez em sua obra.

Se o xaxado foi o ritmo que redimiu a imagem dos cangaceiros em nível nacional, pois, com isso, começou-se a se discutir se os bandoleiros eram mesmo 'bandidos nobres' ou somente 'vingadores'. E Luiz Gonzaga e Mestre Vitalino aproveitaram essa iconografia e construíram um estereótipo cultural de nordeste, a partir de uma vestimenta, o que passou a ser um padrão estético e cultural. Essas representações acompanharam por toda a carreira do 'Rei do Baião' e esteve presente nas obras do 'Rei dos Ceramistas'. Portanto, concluo dizendo que a coroa que une os três reis é o chapéu de couro que cada um usava em sua cabeça e que tornou-se símbolo de uma região brasileira.

REFERÊNCIAS

AUSTREGÉSILO. José Mário. **Luiz Gonzaga:** o homem, sua terra e sua luta. Recife: Fase Faculdade, 2012.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1974.

DREYFUS, Dominique. **Vida do Viajante a Saga de Luiz Gonzaga**. São Paulo: Editora 34, 2012.

MELLO, Frederico Pernambucano de. **Estrelas de Couro**: A Estética do Cangaço. 2ª Ed. São Paulo: Escrituras, 2012.

OLIVEIRA, Gildson. **Luiz Gonzaga o Matuto que Conquistou o Mundo**. 3ª ed. Recife: Editora Comunicarte, 1991.

SÁ, Sinval. **Luiz Gonzaga o sanfoneiro do Riacho da Brígida**: Vida e andanças do Rei do Baião. 7ª edição, Brasília: Thesaurus, 1999.

VIEIRA, Sulamita. **O Sertão em Movimento:** a dinâmica da produção cultural. São Paulo: ANABLUME, 2000.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38464

O TEMA DA SECA DE 1877 NAS PÁGINAS DO JORNAL BRADO CONSERVADOR DA CIDADE DE AÇU (1877-1878)

Nadson Jefferson Ferreira Pereira[1]

RESUMO:
Este artigo tem por objetivo principal analisar a forma que seca de 1877 foi representada no jornal Brado Conservador. No decorrer desse texto emprego uma análise das secas no Brado Conservador destacando as matérias que focam pelo menos em três aspectos, são eles: econômico, político e dimensão técnica. Selecionei três trechos diferentes do jornal onde remete a cada um desses aspectos; essa seleção foi possível pois o periódico se encontra digitalizado na Hemeroteca Digital Brasileira. A metodologia para encontrar e selecionar esses trechos consistiu no método indiciário. Através dele pude avaliar indícios nas matérias dentro das páginas do periódico que me mostravam como o tema das secas pode revelar questões econômicas e políticas da época, tal como a questão técnica e intervencionista em volta desse tema na segunda metade do século XIX em Açu.
PALAVRAS-CHAVE: Secas, jornais, Açu, elites.

THE THEME OF THE 1877 DROUGHT IN THE PAGES OF THE NEWSPAPER BRADO CONSERVADOR FROM THE CITY OF AÇU (1877-1878)

ABSTRACT:
This paper aims to analyze how the 1877 drought was represented in the newspaper *Brado Conservador*. The analysis focuses on articles that highlight at least three key aspects: economic, political, and technical dimensions. Three excerpts from the newspaper are selected to represent each of these aspects, based on the newspaper's digital archive available in the Brazilian Digital Hemeroteca. The methodology for selecting these excerpts is based on the *method of signs*, which allowed for the identification of clues in the articles that reveal how the topic of drought reflects the economic and political issues of the time, as well as the technical and interventionist approaches surrounding the issue in Açu during the second half of the 19th century.
KEYWORDS: Droughts, newspapers, Açu, elites.

[1] Mestrando no Programa de Pós-graduação em História, CERES (PPGHC) Email: nad2017@hotmail.com. Lattes: http://lattes.cnpq.br/2536432461004800

Introdução

Durante a segunda metade do século XIX o recurso da imprensa se potencializa e se torna um dos principais meios (se não o principal) que, além de ideias, são os porta- vozes oficiais dos dois grupos com maior força política de Açu: o Partido Conservador e o Partido Liberal. O Partido Liberal tinha como periódico oficial o jornal *O Açuense*, seu redator principal era João Carlos Wanderley, líder da ala do Partido Liberal. Já o Partido Conservador tinha o *Brado Conservador* como seu principal veículo de propagação, o líder desse grupo político e o principal fomentador desse jornal era Antônio Soares de Macêdo.

Segundo Guerra (2018) entre 1876 e 1884 o Partido Conservador[2] se fragmenta em dois grupos. Isso por conta de uma personagem chamado Elias Souto, professor e jornalista, que voltando para cidade de Açu após residir na chamada Vila do Príncipe, hoje, Caicó, se separa do grupo liderado por Antônio Soares de Macêdo e cria seu próprio periódico por nome de *Jornal do Açu;* assim formando outra ala que fragmentava o lado conservador aquecendo ainda mais as disputas políticas nessa região e por consequência aumentando a vida intelectual açuense e a propagação de periódicos nessa região. Não é de interesse desse trabalho se debruçar sobre a biografia e trajetórias específicas desses homens, nem de identificar as estratégicas políticas que seus grupos assumiam e nem de traçar os caminhos dessas disputas.

Elias Souto, João Carlos Wanderley e Antônio Soares de Macedo (e alguns presidentes de província que vão ser citados) são nomes que aparecem nesse trabalho como respectivos líderes e principais fomentadores desses jornais e grupos políticos apenas para demonstrar um contexto em que os periódicos começam a ser parte fundamental na vida política e social da cidade do Açu. Sendo assim, além de temas políticos, esses jornais continham em suas páginas diversos assuntos que correspondiam ao seu contexto histórico e espacial. Dentre eles está o

[2] Termos como "liberal" e "conservador" precisam ser contextualizados. Pois seus sentidos mudam temporalmente e também espacialmente, para melhor entendê-los leia-se: Dicionário Político de Noberto Bobbio.

tema da seca, principalmente a seca de 1877.

Segundo Bezerra (2021) dentre os principais temas tratados no jornal está a seca e escravidão. Em um contexto de crescimento de movimentos abolicionistas, após a Lei do Ventre Livre (1871) e crescimento de alforriados e livres, é natural que o tema dos escravizados e a modernização apareça nas páginas dos jornais. A seca de 1877, porém, introduz um outro tema: as questões econômicas e políticas em torno da seca e as estratégias para "lidar" com ela.

As intempéries que a seca de 1877 provocava, segundo os jornais, como também a visão dos que escreviam, aparecem nesses três aspectos: econômico, político e técnico. E são trechos que aludem a esses pontos que selecionei para compreender minimamente a visão da classe política que falava nesse jornal. Para tanto, usei o método indiciário. Esse método não se baseia nas formas características mais ostensivas de um documento, mas se atenta em pormenores e detalhes que vão formar a narrativa proposta (Ginzburg, 1989).

No que se refere ao referencial teórico a seca é entendida nesse trabalho a partir da colaboração da disciplina Tópicos Especiais em História dos Sertões I. Segundo Dantas, Ferreira e Farias (2018) essa perspectiva vai além do mapeamento, questões socioeconômicas e usos políticos da seca e se debruça também sobre a dimensão técnica. Ou seja: de que maneira a seca vai ser tratada por engenheiros, escolas politécnicas e pelo saber das ciências numa visão de mudança, modernização, e adequação à própria construção do Estado-nação que produz dialeticamente a própria ideia de "secas".

Logo, entende-se que a ideia que se produziu sobre secas não corresponde só à literatura folclórica, a relatos de viagens ou a questões puramente políticas, mas a instituições de pesquisas e técnicas. Algumas delas que se formam justamente como consequência do entendimento que se tinha das secas no final do século XIX e início do século XX e que segundo Dantas, Ferreira e Farias (2018) era, na visão dos engenheiros da época: um "problema nacional".

Observaremos então de que forma o Brado Conservador e as falas da classe política que lá estavam se inserem nesse "problema das secas" e da construção de um "Estado-nação" em uma esfera micro e local, através dos três trechos

selecionados.

A visão econômica e política sobre as secas no Brado Conservador, e a economia potiguar na segunda metade do século XIX

Falarei neste capítulo sobre os problemas econômicos que atingiram a província potiguar na segunda metade do século XIX e que foram agravados com a seca de 1877 e como essa repercutiu no Açu segundo o jornal Brado Conservador.

Segundo Burgardt (2014) em meados do fim do século XIX o centro econômico para onde se exportavam as mercadorias era ainda a província de Pernambuco. Dentre os produtos exportados nesse período estão o açúcar e o algodão. Contudo, a crise agravada na região até aquele momento denominada "Norte" se dava também pela razão de que esses produtos estavam com preços baixos no mercado internacional. (Burgardt, 2014).

Esses fatores se juntam ao fato que paralelamente a isso a região Sul crescia economicamente. O que faz com que houvesse migração de mão-de-obra que salientava as diferenças de desempenho econômico entre a região chamada de "Norte" e o Sul. (Burgardt, 2014). Tudo isso seria drasticamente potencializado pela seca de 1877. Vejamos um trecho do Brado Conservador:

> "(..) A industria pastoril, sujeita as eventualidades e ás inconstancias das estações, não caminha, estaciona. A agricultura, tangida por processos impiricos, está em germen, não passando de tentativas ou ensaios sem resultados praticos. (..) o homem do sertão está sempre em presença de dous terriveis inimigos—a sêcca, e a falta de estradas regulares, alom do mais! " (Clamor do centro. Brado Conservador. Assú, 16 mar. 1877. Editorial, p.1)

Essa posição que correspondia a um certo "pessimismo" em relação à economia da província do Rio Grande do Norte aparece também como busca de soluções por parte dos grupos políticos ligados aos jornais para o chamado "atraso" da indústria potiguar. A exemplo do que observamos nessa passagem que

há a tentativa de, além de demonstrar os efeitos da seca de 1877 e falar de seus problemas, também, apresentar as soluções para lidar com esses efeitos sobre a economia através das denúncias, e uma dessas seria: "a falta de estrada regulares. "

Essa tentativa de identificar os problemas e soluções para lidar com as dificuldades também perpassaram personagens como os presidentes de província, a exemplo do Silvino Elvídio Carneiro da Cunha presidente da província potiguar em 1870 que colocou a "culpa" do "atraso da civilização" norte-rio-grandense na falta de educação do povo, educação essa que seria moral e religiosa. (Brito, 2016).

Dois anos à frente dessa afirmação outro presidente de província chamado, Henrique Pereira de Lucena, continuou reproduzindo a ótica da "individualização" do problema colocando-o sobre a ociosidade. (Brito, 2016). Todavia, essa viria com o incremento da violência e da chamada "vadiagem" que geraria "atraso" econômico nessa província.

Quando à crise chega aos seus momentos drásticos por conta da seca já no ano de 1877, então parece haver uma mudança na perspectiva das causas e soluções que influenciam como a classe política vai lidar e falar diretamente sobre temas relacionados a essa seca nos periódicos locais. A exemplo do Brado Conservador.

As soluções e análises parecem se transferir de uma esfera individual para uma visão minimamente sistêmica, isso ligadas ao que fazer com os pobres, retirados, livres e as mãos- de-obra dentro das lavouras locais. A persistência da seca causava grande pobreza aos que já eram pobres fazendo com que várias pessoas se retirassem de suas terras em busca de melhores condições abrindo mão de sua mínima autonomia de trabalho e financeira.

Esses viajantes de mão de obra livre ocuparam-se de diferentes tipos de funções sendo a principal, o trabalho na terra. Ao observar isso a elite agrária, também composta de integrantes da classe política, se interessavam por inseri- los nessas atividades agrícolas, visto o contexto que a mão-de-obra escravizada se tornara muito cara (Brito, 2016).

Essas mobilizações de retirados pautavam a promoção de intervenções para construção de uma infraestrutura que correspondesse a esse contexto, tal como as

estradas. Por isso, dentro do Brado Conservador podemos observar clamores ao residente de província e ao Governo Imperial para que se mandassem recursos e investimentos. No ano de 1878 o Brado Conservador faz uma retrospectiva sobre 1877 e afirma:

> "Se tivessemos estradas e outros elementos de transporte, não se teriam visto, a despeito da secca, tantos infelizes obrigados a abandonar seu torrão natal para se remontarem a paizes estranhos, tendo de fazer falta á lavoura que, entregue a homens livres, como hoje quase se vê, vae necessariamente a definhar a mingua de braços, que desapparecem de um modo espantoso; sendo que além disto muito fazendeiros se tem visto na dura emergencia de vender o restante de seus escravos, como meio de escaparem à fome." (Um olhar retrospectivo. Brado Conservador. Assú, 4 jan. 1878, Editorial, p. 1)

Observamos, portanto, que a seca atinge a elite agrária a tal ponto de isso estar presente nas páginas de periódicos, majoritariamente compostos pelas vozes de uma determinada elite agrária. A visão econômica no Brado Conservador sobre a seca de 1877 corrobora com propostas baseadas no pessimismo, intervenção, arrecadação e estratégias que fizeram parte de toda província em uma esfera geral e denota a forma que essas elites presentes no jornal foram atingidas, e se expressaram para proporem e atuaram medidas contra esse momento revelando sua visão econômica e política sobre a seca na província potiguar.

Essa elite, apesar de suas divergências, é entendida aqui como a "classe dominante" dessa região, para isso utilizamos do conceito de classe de E.P Thompsom que entende a classe se forma pelas experiências compartilhadas entre as pessoas em se contrapondo a outras cujo interesses são diferentes, e essas experiências são determinadas em grande medida pelas relações de produções. (Thompson, 1987).

A "economia moral" e a questão técnica em destaque: além da política e da economia tradicional

Já observamos que a situação das secas trouxe à tona discursos que permeavam o mundo político e econômico dentro do jornal. Estratégias foram

formadas, estradas, uso efetivo de mão-de-obra, etc., contudo, por trás de tais demandas e posturas está a dimensão técnica sem a qual a produção de estradas, mudanças na infraestrutura e soluções objetivas não poderiam existir.

Essa, por sua vez, tem sua própria autonomia como afirmam Dantas, Ferreira e Farias (2018): "(..) Os discursos técnicos constituem novas e/ou outras representações da realidade, que dialogam, influenciam e são influenciadas em meio às mais diversas discussões (..)". Esses discursos, portanto, tem uma natureza própria e tanto modificam o território onde estão inseridos quanto também se moldam em um processo dialético ao fazer isso.

Dentro dessa perspectiva, a visão técnica seria mais que apenas um auxílio a resolver-se o problema das secas, mas também modificaria o território e com isso a visão representativa que se faria desse. Dentre as primeiras ações de cunho técnico a lidar com as secas no "Norte" está a "Comissão Científica enviada ao Ceará pelo IHGB entre 1859 e 1861". Que tinha como proposição a construção de poços, aproveitamento do leito natural de rios e mesmo sendo caros, a construção de açudes. (Dantas, Ferreira, Farias. 2018).

Mesmo essa Comissão tendo sido chamada de volta para a capital Rio de Janeiro pelo Governo Imperial antes do prazo proposto, e tendo tido dificuldades, ela conseguiu contribuir para instaurar impressões primárias sob o território e as estratégias técnicas para a seca. É dito:

> "As anotações sobre a pecuária, os dados hidrogeográficos, o regime dos rios, o litoral piscoso, assim como as dificuldades de transporte, pela precariedade das estradas e inexistência de caminhos de ferro, começaria a compor um quadro de compreensão dos problemas das secas como questão socioeconômica que dizia respeito também à estrutura fundiária e ao sistema jurídico-administrativo das províncias do Império. " (Dantas, Ferreira, Farias, 2018, p.95)

Esses primeiros olhares técnicos para a região até ali denominada " Norte " e o planejamento de estratégias em relação às secas destacam, acima de outros fatores, o problema das secas em sua dimensão técnica. Essa dimensão que estava inserida dentro da anexação do território ao Estado-nação, e aos fatores socioeconômicos

e políticos vai se fortificando e tomando fôlego no final do século XX. Talvez sua maior expressão nesse período esteja presente no grande projeto e tentativa de criação de estradas de ferros (ferrovias) dentro do território do Norte. Dentro desse contexto a seca de 1877 demonstrou às elites políticas e agrárias a necessidade de vias de ligação com as capitais litorâneas. Esse assunto não deixou de nenhuma maneira de chegar ás imprensas políticas, como é o caso do Brado Conservador, que já em 1877 afirmava:

> "A prolongada falta de chuvas em alguns provincias do norte e na de S.Pedro do Rio Grande do Sul acarretou sobre ellas as provações inherentes a semelhante flagello. (..) A lei n. 2450 de 24 de setembro de 1873, que autorisou a garantia de juros ás estradas de ferro provinciaes, não produziu o resultado que se espe-rava, a despeito da boa vontado com que o governo procurou executal-a."(No dia 1º. de Junho de 1877. Brado Conservador. Assú, 29 jun. 1877. Editorial, p.1)

Esse discurso que atrelava o projeto de "modernização" e superação de problemas como a seca também era feito em outras localidades como Mossoró e se fortificou sobremaneira no início do século XX, sobretudo com a fundação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) em 1909. (Medeiros, 2018). Tal era a importância, que era defendido uma construção de linha de ferro que passasse de Mossoró a Souza. As elites mossoroenses também desejavam que essa linha ligasse Mossoró a região litorânea de Areia Branca devido Mossoró ser estrategicamente a principal praça comercial da região sertaneja. (Medeiros, 2018).

Contudo, como podemos observar na passagem do Brado Conservador, as elites políticas açuenses através dos jornais também já estavam atentas e preocupadas com a criação de linhas de comercio e especificamente ferrovias, ainda durante a crise da seca de 1877.

A dimensão técnica, portanto, foi mais que um "braço de auxílio" dentro de questões econômicas e políticas, mas ela própria uma solução que era requerida pelas elites agrárias, e que em sua dinâmica modificou e criou "novas paisagens" e representações que formaram a concepção e criação da região "Norte", que

posteriormente seria chamada de Nordeste. Se apresentando dentro do contexto como a seca, primeiro para "enfrentá-la", e em um segundo momento para conviver com ela enquanto exercia papel fundamental na configuração e imagem sobre o tema das secas, sertão e, posteriormente, a região denominada Nordeste.

EP Thompson (2002) e seu conceito de "economia moral" pode, ainda, nos ajudar que, além da percepção técnica das elites para resolução do problema, o povo mais fragilizado respondia à seca a partir de ações mais violentas diante de uma situação calamitosa. Ao falar de motins por parte dos trabalhadores no século XVIII na Inglaterra o autor declara "É certamente verdade que os motins eram provocados pelos aumentos dos preços (..) Mas essas queixas operavam dentro de um consenso popular do que eram práticas legítimas e ilegítimas (THOMPSON,2002).

Em Açu o Brado denunciava logo em suas primeiras páginas a ineficiência administrativa na pessoa de Manoel Lins Caldas a respeito da comissão de primeiros socorros daquela frequegesia que, pelo o que denuncia o periódico: "proteção escandalosa aos compadres e a falta de distribuição pelos verdadeiros necessitados são, segundo nos consta, praticas alli em grande escala" (BRADO CONSERVADOR, 1877).

O jornal assinalava e denunciava, preste-se atenção que a um personagem que fazia parte de um partido opositor, que esse recolhia para si e seus companheiros os recursos destinados a ajudar as pessoas, enquanto elas pereciam. Essa situação acarretou, segundo esse mesmo jornal, em que "um pequeno grupo de mulheres famintas tentou violentar a porta da casa que serve de armazém, dirigindo "nessa occasião ao Sr. Manoel Caldas diversas argüições sobre os negócios de farinha" (BRADO CONSERVADOR, 1877). A despeito do que possamos imaginar à primeira vista essas mulheres não eram compostas de pessoas apenas famintas, ignorantes, agindo por um instinto de fome animalesco predominante. Muito menos motivadas por uma racionalidade exclusivamente economica.

Ao contrário, vemos aqui uma ação que carrega consigo um valor que a legitima. Era justificável no seio da classe que sofria essas mazelas ir até o armazém a pontapés, e destilar sua revolta sobre Manoel Caldas, na concepção dessas pessoas: responsável pela falta de distribuição dessa ajuda necessária em meio à seca. Observamos, portanto, em Thompson (2002) que longe do que possamos pensar, no meio da situação difícil da seca, calamidade etc... os mais afetados, as classes mais baixas, não abandonam um sentimento de moralidade mesmo em ações consideradas violentas.

Elas mesmas são feitas a partir de um código moral que se reformula, se adequa, ou se ressignifica dentro desses grupos em tempos de crise. Isso serve para legitimar ou não os "motins" que populações em períodos escassos têm. Portanto, essas ações não são realizadas sem um conteúdo moralizador por trás, e jamais sem alguma noção de justiça (economica ou social) como motivação.

Considerações finais

Ao final desse trabalho chego à conclusão de que a seca de 1877 foi um fator determinante para o aquecimento da vida literária açuense nos jornais, pautada na mobilização política em torno dela. O Açu se insere localmente então, em propostas e conflitos e resoluções que eram de um aspecto macro e nacional ligados à anexação do território por meio de estradas e estratégias e a própria construção do Estado-nação brasileiro. Para esse objetivo foi usado do poder político e econômico dessa classe que reivindicavam de presidentes de província e do Governo Imperial ações de suporte para lidar com a crise instaurada por conta da seca, usando a imprensa. A dimensão técnica se insere então como indispensável para realização dessas ações, e enquanto se insere nesse contexto ela mesma se fortifica e se torna uma área de concentração autônoma seja em saber e em criação de grupos ou de instituições. A população mais pobre e afetada responde a esse momento com suas próprias formas de planejar, legitimar e agir. A elite política-agrária, por sua vez, se demonstrava preocupada nas páginas do Brado Conservador com esse cenário. E por mais que deixem em sua linguagem e

discurso exalar um teor paternalista e humanístico, a dimensão econômica ante a uma estrutura escravocrara em transformação e a perca de posses, lucros e mercadorias revelam suas preocupações majoritariamente econômicas.

REFERÊNCIAS

Fontes

Brado Conservador: Folha Política, Moral e Noticiosa. Rio Grande do Norte, Assú. N° 1. 1876 - 1882. Acesso em: 1 de setembro de 2024.

Bibliografia

BEZERRA, H. S. N.; MELO FILHO, H. T. de; PEREIRA, I. F. O estado do conhecimento sobre o jornal potiguar Brado Conservador. Cenas Educacionais, [S. l.], v. 4, p. e9207, 2021. Disponível em: https://www.revistas.uneb.br/index.php/cenaseducacionais/article/view/9207. Acesso em: 4 set. 2024.

.BRITO, João Fernando Barreto de. Braços Embaraçados: as relações de trabalho no Rio Grande do Norte (1850-1877). Unioeste: Espaço Plural, Curitiba, n. 34, p. 403-436, 2016.

BURGARDT, Camila Machado. A invenção da seca no século XIX: A imprensa do norte e o romance os retirantes. 2014. 168 f. Dissertação (Mestrado) -Curso de Letras, Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/6270/1/arquivototal.pdf. Acesso em: 4 set. 2024.

DANTAS, George A. F.; FERREIRA, Angela Lúcia; FARIAS, Hélio T. M. A delimitação das secas como problema técnico. In: FERREIRA, Angela Lúcia; DANTAS, George Alexandre Ferreira; SIMONINI, Yuri. (Org.). Contra as Secas: Técnica, Natureza e Território. Rio de Janeiro: Letra Capital: INCT/Observatório das Metrópoles, 2018, p. 90-110.

GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. Editora Companhia das Letras, 1990.

GUERRA, C. V. O. O. Conservadores partidos: as composições políticas do Partido Conservador em Açu, no Rio Grande do Norte (1876-1884). Revista de História Bilros:

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Traduzido por Gilda de M.M. Araújo. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*: estudos sobre a cultura popular tradicional. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

História(s), Sociedade(s) e Cultura(s), [S. l.], v. 6, n. 12, 2022. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/bilros/article/view/7857. Acesso em: 2 set. 2024.

MEDEIROS, Gabriel Leopoldino P. A construção do território das secas: as vias férreas de comunicação no Rio Grande do Norte (1880-1950). In: FERREIRA, Angela Lúcia; DANTAS, George Alexandre Ferreira; SIMONINI, Yuri. (Org.). Contra as Secas: técnica, natureza e território. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018, p. 142-188.

.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

NA FRONTEIRA DA CIVILIZAÇÃO:
uma leitura dos relatos de viagem de Henry Koster

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38306

Jovelina Silva Santos[1]
Rosenilson da Silva Santos[2]

RESUMO:
O presente artigo investiga os olhares do anglo-português Henry Koster sobre escravizados, indígenas, bem como sobre a expansão dos negócios ingleses em territórios do que hoje se conforma como nordeste do Brasil, num momento histórico de crise do Antigo Regime e de transformações políticas e econômicas na colônia portuguesa na América. A instalação da Corte e a Abertura dos Portos em 1808 garantiu e demandou maior conhecimento sobre o território: natureza, sociedade, atividades econômicas e expansão comercial inglesa. Nessa perspectiva, analisamos que os sertões do norte foram descritos por Koster como fronteira da civilização e, aos olhos do viajante, a ampliação dessa fronteira estava estritamente vinculada à expansão do capital sob os auspícios do liberalismo econômico inglês.
PALAVRAS-CHAVE: Fronteira; Civilização; Relatos de Viagem.

ON THE FRONTIER OF CIVILIZATION:
A Reading Of Henry Koster's Travel Reports

ABSTRACT:
This article investigates the perspectives of Anglo-Portuguese Henry Koster on escravizados, indigenous people, as well as on the expansion of two English businesses in territories that now form the northeast of Brazil, a historical moment of the crisis of the Antigo Regime and of political and e-transformations. economic developments in the Portuguese colony in America. The installation of the Court

[1] Pós-doutoranda em História no Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ensino Superior do Seridó – PPGHC/CERES/UFRN. Bolsista Capes. Doutora em História pela UFPE, Mestre em História Social pela UFC. Docente do Departamento de História – Campus Avançado de Assu/UERN. Membro de Grupo de Pesquisa - Grupo de Estudos em Poder, Estado e Sociedade – GEPES/UERN. Lattes: http://lattes.cnpq.br/4415617492707018 - E-mail: jovelinasantos@uern.br
[2] Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ensino Superior do Seridó – PPGHC/CERES/UFRN. Doutor em História pela UnB, Mestre em História pela UFRN. Docente do Departamento de História – Campus Avançado de Assu/UERN. Membro de Grupo de Pesquisa - Grupo de Estudos em Poder, Estado e Sociedade – GEPES/UERN. Lattes: http://lattes.cnpq.br/2180186294707456 E-mail: rosenilsonsilva@uern.br

and the opening of the doors in 1808 guarantee and demand greater knowledge about the territory: nature, society, economic activities and English commercial expansion. From this perspective, we analyze that the sertões do norte foram described by Koster as fronteira da civilização and, in the eyes of the traveler, the expansion of this frontier was strictly linked to the expansion of capital under the auspices of English economic liberalism.
KEYWORDS: Frontier; Civilization; Travel Writing.

Introdução

Em sua larga maioria, os relatos de viagem sobre os espaços colonizados, emolduravam os projetos de dominação europeia durante a expansão do capitalismo através da colonização do Novo Mundo, bem como em sua fase de dominação imperialista no continente africano. No decurso desses processos, foram expropriados os territórios e exploradas as riquezas que interessavam aos impérios, o que se fez por meio de pesados custos sociais às populações nativas que, sob múltiplas formas de violência, foram subjugadas aos domínios do euroimperialismo.

Esses relatos, a partir das lentes eurocentristas, elaboraram representações sobre a natureza, os homens e mulheres que viviam nos territórios invadidos. Em termos mais amplos, os relatos de Henry Koster, datados do final da primeira e início da segunda década do século XIX, foram produzidos em um contexto de exaltação à supremacia branca europeia e seu projeto de civilização, articulado pelas burguesias da metrópoles do Velho Mundo. Podemos acrescentar ainda que a chegada de Koster ao Brasil e suas viagens aos sertões do norte, ocorreram numa quadra histórica específica: a do confronto aberto e belicoso entre as burguesias francesa e inglesa, tendo como palco principal o continente europeu, com fortes reverberações nas américas, como é de conhecimento geral.

A trajetória de vida de Henry Koster já foi apresentada por muitos pesquisadores[3], contudo, algumas informações produziram dissensos e há constantes referências às lacunas que sombreiam dados de sua biografia (Carvalho, 1913; Taunay, 1932; Cascudo, 1942;). Os escritos desse viajante foram originalmente publicados com o título *Travels in Brazil* (Viagens ao Brasil), porém, em nota, o autor adverte que utiliza o termo Brasil com referência aos espaços por ele percorridos[4].

Filho de comerciante inglês, mas nascido em Portugal, Henry Koster, pelo que com recorrência é afirmado, procurou o clima tropical do Brasil para curar-se de uma tuberculose, tendo chegado ao Recife em dezembro de 1809 e, entre idas e vindas atlânticas, realizou viagens pelo que hoje se conforma como a região Nordeste do Brasil, registrando sobre suas experiências em cadernos de viagem. O viajante-autor afirma que não cultivava a intenção de publicar os relatos e acrescentou, ainda - porém sem apresentar explicações -, que a ideia de publicá-los surgiu após o segundo retorno para a Europa em 1815[5]. O livro "começou a ser escrito no segundo semestre de 1815 na Inglaterra, onde Koster pode fazer uso da extensa biblioteca de Robert Southey, em Keswich" (Anjos, 1994, p. 100). Além de suas anotações de viagem, o que faz de sua narrativa um texto herdeiro de rica

[3] Para Alfredo de Carvalho (1913), a biografia de Koster traz poucas informações e há controvérsia acerca do ano de seu nascimento em Portugal e falecimento no Brasil. Na relação dos estrangeiros ilustres apresentada pelo Visconde de Taunay, encontramos "Henrique Koster, viajante, nascido no anno de 1793 em Portugal, e não em Liverpool, corno por vezes tem sido affirmado, autor do interessante livro Travels in Brasil, em que trata particularmente das províncias do Norte, falleceu em Pernambuco no anno de 1827, tendo apenas a idade de 34 annos" (Taunay, 1932, p. 21). O registro da data de nascimento e morte apresentada por Taunay é questionada por Alfredo de Carvalho (1913, p.321-322), considerando-as "inadimissíves", pois, "Koster teria chegado a Pernambuco aos 16 anos e publicado a sua substanciosa relação de viagens aos 23, tendo neste intervalo se dedicado com proveito a importantes empreendimentos comerciais e agrícolas [...]. Sobre a data de sua morte, Carvalho toma como referência outros registros. Câmara Cascudo (1942, p.16) referenda a análise de Carvalho e enfatiza que "A data de 1820 e o Recife são ano e lugar mais logicos para o falecimento de Henry Koster. Vivia este em Dezembro de 1819, muito alquebrado e doente, e pouco depois faleceu".

[4] Ver Koster (1942), notas ao capítulo XVI, pág. 444.

[5] Logo no capítulo inicial, Henry Koster afirma ter vindo ao Brasil para tratar da saúde, complementando ainda que não poderia optar por Portugal ou Espanha devido às instabilidades e problemas políticos impostos pela França napoleônica.

experiência empírica e, também, de uma farta pesquisa documental. Henry Koster apresentou a obra aos ingleses em publicação lançada em Londres em 1816[6].

O livro agradou aos britânicos em particular, e aos europeus no geral, logo atravessando o Canal da Mancha e sendo rapidamente publicado em diversas edições e línguas diferentes no Velho Continente, dentre elas o francês, o espanhol e o alemão. Cruzando também o Atlântico, ganhou uma edição na Filadélfia, Estados Unidos, já no ano de 1817.

Apesar de sobre a vida no e do Brasil, a primeira edição *brasileira* do livro em questão foi publicada relativamente tarde, o que ocorreu através da *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano*, desde o número 51, de 1898, até o 150º, relativo a 1931. Essa primeira vez que Koster pôde ser contemplado em Português se deu através da tradução realizada por Antônio C. de A. Pimentel, que tomou por base a edição francesa de 1846. Dessa maneira, fragmentada e paulatinamente, o livro foi prestigiado no Brasil no idioma lusitano.

Para ir da forma estilhaçada em que foi publicada *pelo Instituto Arqueológico Pernambucano* para a de um livro com um corpo único, a obra de Koster também esperou bastante, ou seja, essa publicação só tardiamente pôde ser apreciada no Brasil em um único volume. Somente em 1942 o autor norte-rio-grandense Luís da Câmara Cascudo[7] realizou a primeira tradução a ser publicada à maneira de um livro em Português. Na tradução cascudiana o título original, "Travels in Brazil", foi alterado para "Viagens ao Nordeste do Brasil". Talvez essa adequação do título original possa ser explicada, tanto pelo fato do Brasil de Koster ser demasiadamente

[6] KOSTER Henry. **Travels in Brazil.** London: Printed for Longman, Hurst, Rees, and Brow, Paternoster-Row, 1816.
[7] KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil.** Tradução Luiz da Câmara Cascudo. 2 ed. São Paulo, SP: Ed. Nacional, 1942. Essa versão traduzida por Câmara Cascudo ainda teve uma outra edição, publicada em 1978, na cidade de Recife, pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco.

pernambucano e muito *setentrional*, mas também pelos projetos regionalistas de que fazia parte tal tradutor.

O livro de Koster é ilustrado com oito cromolitografias que representam temas como jangadas, a travessia dos rios, canoas de pescadores, o transporte das senhoras, carregadores de algodão, engenhos açucareiros, a viagem de um fazendeiro e de sua esposa. Como um homem que precisou atravessar um oceano, o tema da travessia e dos transportes pareceu-lhe interessante. No prefácio à edição de 1942, Câmara Cascudo traz considerações sobre a obra e o escritor ressaltando o caráter diferenciado de Koster em comparação às análises de outros viajantes estrangeiros, concluindo que o anglo-lusitano:

> Segue, pela vida e pelo livro, simples e natural, conversando, informando, pondo uma pedrinha na bôca para não ter sêde, aplaudindo o "Fandangos", molhando-se no Entrudo, assistindo Semana Santa em Olinda, tomada-de hábito em Igarassú, comendo doces na sacristia de S. Pedro dos Oerigos, bebendo remedios da terra, compreendendo tudo e tudo defendendo ou criticando com a autoridade da tolerancia (Koster, 1942, p. 27).

Encontramos relatos que traduzem os dissensos da dupla nacionalidade advogada por Koster[8] e indagamos sobre a inclusão desse viajante na categoria dos "homens brancos hifenizados" de que trata Mary Pratt (1999). Essa pesquisadora, ao abordar os relatos de viajantes que realizaram uma "crítica interna" ao projeto expansionista europeu elucida que:

> Cada um destes foi um homem branco cujas identificações nacionais e cívicas eram múltiplas e frequentemente conflitantes; cada um deles havia vivenciado em profundas histórias pessoais e sociais as duras realidades do euroexpansionismo, da supremacia branca, do domínio de classe e da heterossexualidade (Pratt, 1999, p. 353).

[8] No final do capítulo XV, Koster (1942, p. 418) afirma que "A Inglaterra é a minha patria mas o meu país natal é Portugal. Pertenço aos dois, e na companhia de inglêses, portuguêses ou brasileiros, sinto me igualmente entre patrícios".

Embora o viajante anglo-português Henry Koster ou Henrique Costa[9] não tenha denunciado o colonialismo, suas experiências pessoais e, possivelmente os interesses da burguesia liberal inglesa, o fizeram denunciar as vergastalhas da escravidão requerendo à Inglaterra que assumisse a vanguarda no processo de abolição do sistema escravista em qualquer parte do mundo. Tratava-se de um combate entre a barbárie e as virtudes da civilização. A produção dessa crítica ao escravismo foi apresentada à sociedade londrina especialmente no artigo *Como Melhorar a Escravidão,* questão que abordaremos adiante.

Suas lentes eurocêntricas, também ficaram embaçadas diante da dramática condição dos nativos, sendo possível identificar considerações conflitantes nos poucos registros sobre esses sujeitos ao longo da narrativa. Em regra, os indígenas são representados com profundo desprezo, como criaturas quase inumanas, portadoras de características e costumes animalescos. Em outros momentos, o autor reflete sobre a condição dos indígenas e esboça um sentimento de compaixão - sem que signifique repulsa ou crítica a ação dos colonizadores - e o reconhecimento de que este fora "esmagado" e tratado de forma "justíssima". Quanto aos negros escravizados e os mestiços, o viajante tem uma descrição diversa, sustentada nos propósitos da expansão da civilização.

Acrescente-se ainda que a ilustração e o liberalismo foram importantes referenciais para Koster no processo de análise e interpretação dos sujeitos e dos sertões do Norte. É com os olhos direcionados ao futuro que Koster observa os sertões como espaços da barbárie, cuja superação só seria viabilizada por meio do avanço civilizacional. Consideramos que o autor-viajante se encontra a serviço do imperialismo britânico, notadamente em temas relacionados a escravidão e a

[9] Koster registra com orgulho uma insigne ocasião em que ouvira seu nome "metamorfoseado" e Alfredo de Carvalho (1913, p.321), ratificando a fidelidade da narrativa apresenta que o viajante era "Muito estimado e considerado, geralmente conhecido pelo nome aportuguêzado de Henrique da Costa". Câmara Cascudo retoma os elogios de Alfredo de Carvalho à Koster para ratificar quão valiosa havia sido a estadia do viajante no Brasil, notadamente no que diz respeito à contribuição de seus relatos para o conhecimento sobre os sertões do norte.

expansão dos negócios ingleses na colônia portuguesa. Na tessitura de seus relatos, o pressuposto básico para o progresso e a civilização do Brasil estava ancorado no liberalismo. Nesse sentido, ele retoma, várias vezes, o tema da liberdade de comércio com outras nações como a cornucópia que, naturalmente, possibilitaria uma maior inserção da civilização no Brasil, com o consequente usufruto dos seus benefícios universalizantes.

Aos olhos do viajante "A época dos melhoramentos chegara, e homens que tinham passado muitos anos sem pensar na menor transformação [...], estavam agora pintando e envidraçando as fachadas, mobiliando o interior, modernizando eles mesmos, suas famílias e suas moradas" (Koster, 1942, p. 258). Os *melhoramentos* e *embelezamentos* eram exemplos vívidos da materialização da civilização no Brasil colonial e no caso dos primeiros, se refere também - e de modo particular, ao acesso às novas ideias, aos novos modos de administrar os negócios públicos ou privados, bem como a adoção de costumes e hábitos dignos da *sociedade de corte*. Encontramos Koster que, mesmo em longínquas terras, almejava assumir com rigor os hábitos e costumes da civilização cristã ocidental, chegando a temer por seu próprio retrocesso e desregramento moral, caso continuasse a viver no Brasil:

> [...]Possivelmente eu, em breve tempo, não podia ser membro de outra sociedade. Sentia-me inclinado para a vida que levava. Eu era jovem, era livre e tinha poder. Embora estivesse inteiramente convicto dos males que decorrem de uma sociedade ou estado feudal, amava ter escravos. Poderia tornar-me tão arbitrario como apaixonado por essa existencia meio selvagem. Podia ficar sentindo tanto sabor pela ociosidade, não tendo regras, como desgostando tudo que fosse racional e logico no mundo". (Koster, 1942, p.417)

Seria esse o exemplo clássico do civilizado inglês que se encanta pelo universo bárbaro, antes veementemente repudiado, de que tratou Gilberto Freyre (2000) ao abordar os efeitos desse encontro cultural acelerado pela abertura dos portos em 1808 e a assinatura dos Tratados de 1810? No prefácio d'*O Processo Civilizador*, Norbert Elias (1994) convida o leitor a refletir historicamente sobre o

comportamento do homem ocidental civilizado, observando que, caso este fosse levado a épocas mais remotas de sua própria sociedade, iria deparar-se com o "incivilizado" e "Dependendo de sua situação e inclinações, sentir-se-ia atraído pela vida mais desregrada, mais descontraída e aventurosa das classes superiores desta sociedade ou repelido pelos costumes 'bárbaros', pela pobreza e rudeza que nele encontraria" (Elias, 1994, p.13). Henry Koster chega a fazer esse exercício de imaginação histórica ao comparar o Brasil em que ele vivenciava no início do século XIX com a Europa feudal - já ultrapassada na ótica do viajante - apresentando como elemento inconteste para tal semelhança, o poder arbitrário dos senhores nas vastas regiões, fosse no litoral ou nos sertões onde exerciam seus domínios.

Os sertões que Koster registrava correspondia geograficamente a parte do território das províncias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande, Ceará e Piauí, chegando até o Maranhão. Uma conceituação mais ampla de sertão deve considerar a multiplicidade de sentidos que a categoria assume em diferentes espacialidades e temporalidades, seja para identificar territórios em perspectivas diversas, seja como demarcador social, cultural e político do atraso, ou, seja ainda, como matriz para operacionalizar a construção da identidade nacional, unificando visões díspares historicamente construídas. Na teoria social, na literatura, bem como em outras artes, sertão, ou sertões, é um conceito móvel e sua construção se encontra umbilicalmente vinculada à visão de mundo do sujeito que fala, ao contexto histórico em que é (re)produzida e as relações de poder que permeiam sua formulação e contínua reformulação, hodiernamente repensada a partir de uma nova proposição epistemológica (Amado,1995; Lima,1999; Oliveira, 2000; Queiroz Guedes, 2019; Santos, 2019).

Vinculado a categoria fronteira, o sertão foi assinalado repetidas vezes em vários relatos de viajantes e documentos coloniais como *fronteira vazia* ou *fronteira do medo*[10] e acionado politicamente para justificar, a priori e a posteriori, a expropriação

[10] FERRAZ, Socorro; BARTIRA, Ferraz. **Sertão:** fronteira do medo. Recife: Editora UFPE, 2015.

dos territórios nativos, associando-os a animais bestializados que careciam de sujeição ou eliminação, de modo a efetivar o domínio colonial nos sertões e para a glória do projeto civilizacional europeu. Abordamos o sertão-fronteira como momento e espaço de travessias cruciais, de (des)encontros e (des)encantos, produtor de enigmas e miragens e nos referenciamos no conceito de "zona de contato", de Mary Louise Pratt (1999, p. 27), para designar "espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação [...]" e na interpretação de fronteira multidimensional apresentada por José de Souza Martins (2012, p.11), no sentido que esta assume "caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora".

Ao direcionarmos nossa atenção para como o sertão foi percebido por Koester, nosso propósito é acompanhar seu pensamento em um duplo movimento de seu olhar perscrutador: como observador do estado em que se encontravam as gentes dos sertões e o andamento dos negócios ingleses; e, na condição de arauto do progresso e da civilização, como ele elaborou uma crítica ao escravismo como sistema anticivilizacional. Para isso se faz pensá-lo como um agente viajante que incorporou o lugar de olhos e ouvidos do Rei de quem era súdito.

"Olhos e ouvidos do Rei"

Em razão das desconfianças em torno do que era real ou fantasioso, as narrativas dos viajantes careciam de receber atestados de fidedignidade produzidos pelo próprio narrador e, em melhor situação, por outros que gozassem de renomado prestígio para tal feito. Era relevante uma demonstração de que se tratava de um retrato da realidade, vivamente desenhado e requintado com pequenos detalhes para que não pairasse dúvida sobre o empenho em apresentar objetivamente tudo que a vista alcançava: os elementos da natureza, a condição dos homens (costumes,

valores, crenças, etc), as práticas agrícolas, o comércio, os negócios públicos e privados, etc.

Na seara do reconhecimento "público" pretendido pelos autores de relatos de viagem, Koster foi saudado como o viajante que mais zelou pela autenticidade, sendo a ele atribuído o título de "exato Koster". Câmara Cascudo sustenta que Koster "Nada descreve alem do que, em alta percentagem, ainda vemos, ou até pouco tempo viamos, nas regiões em que vivêra o registador. O exato Koster é digno do titulo" (1942, p. 11).

O olhar do viajante perscrutava os espaços dos sertões, tomando notas de variados aspectos da vida social e do meio ambiente, adotando de modo geral o *modus operandi* dos demais viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil no século XIX. Dentre as questões relacionadas ao "progresso e a civilização" abordadas por Koster, destacamos o avanço dos negócios ingleses em decorrência da Abertura dos Portos em 1808 e da assinatura do Tratado de Comércio e Navegação de 1810, sem secundarizar sua crítica à escravidão.

A presença das mercadorias inglesas por onde andou foram devidamente registradas por Koster e sua expansão nos anos posteriores à Abertura dos Portos recebeu destaque por parte deste viajante entusiasmado com os ventos do progresso. A visão dele acerca do progresso estava associada, dentre outras coisas, à produção industrial, ao desenvolvimento do comércio, às novas técnicas agrícolas e, apontando para o futuro, à promoção de novas relações sociais de produção. Para ele, todo esse conjunto de inovações levaria fatal e prosperamente ao avanço da civilização. Possivelmente o viajante via a si mesmo como arauto desse projeto civilizatório e, para cumprir adequadamente esse papel, haveria de fazer percursos diversos, observando atentamente os costumes e a vida material, analisando o que se encontrava em metamorfose, a velocidade dessas transformações e o que exigia mudanças.

O progresso chegava ao novo mundo nos navios ingleses, abarrotados de mercadorias, permitindo aos afortunados a adoção de novos hábitos e costumes, como o uso de talheres individuais e o vestuário à moda inglesa. Acerca da supremacia dos tecidos ingleses sobre os portugueses, Koster narra que o governador do Rio Grande havia se esforçado para que uma família realizasse a compra desses tecidos no Recife e assim,

> Uma vez introduzidas, essas mercadorias fizeram sucesso e como ninguem queria ser excedido por outro, no curso de dois anos, o uso se tornou geral. Visitamos a Igreja à tardinha. Todas as senhoras estavam elegantemente vestidas com sedas de varias cores, com veus negros cobrindo-lhes a cabeça e o rosto. Um ano antes, as mesmas pessoas teriam comparecido à Igreja, de saiotes de algodão, feitos em Lisbôa, panos de tecido grosseiro na cabeça, sem meias e com chinelos nos pés (Koster, 1942, p. 112)

Koster não deixa patente qual a razão de suas viagens rumo aos distantes sertões e Câmara Cascudo, ao prefaciar seus relatos, afirma resoluto que o anglo-português foi movido apenas pela "curiosidade", sem qualquer vínculo ou compromisso assumido com outrem. É intrigante o fato de que, embora houvesse retornado de sua longa viagem até o Ceará em meados de fevereiro de 1811, ele recebeu uma convocação para ir ao Maranhão e, atendendo ao chamado, partiu de barco em 22 deste mesmo mês, sem contudo, explicitar as razões para tal viagem. O próprio Koster afirma que sua presença no Maranhão levantava suspeições, de modo que, ao ser indagado sobre as motivações que o levaram aquele Estado, não conseguia convencer os interlocutores de que não se tratava de viagem de negócios, pois, "Não compreendiam o motivo que levava um homem a aturar tantos incomodos, para passear, e tantos inconvenientes para divertir-se" (Koster, 1942, p.246).

Sua posição liberal se manifestou enfática na descrição do caráter do governador do Maranhão, apontado por Koster como "despótico" por ser refratário à liberdade de expressão, descortesia e excessivamente orgulhoso, requerendo honrarias e venerações dignas de altas autoridades eclesiásticas. A posição ácida de

Koster em relação ao governador do Maranhão encontra explicação no fato do governante não nutrir tanta simpatia pelos ingleses, significando uma afronta ao viajante que, ao contrário do que ocorrera neste episódio, havia sido muito bem recebido pelo governador do Rio Grande, assim como "Fui recebido no Ceará - hospitaleiramente. O nome de inglês era uma recomendação" (Koster, 1942, p.178).

Na apresentação de alguns homens ricos do Estado do Maranhão e residentes em São Luiz, o viajante fez o contraponto com o governador, exaltando-os pela sua grande fortuna e pelo "espírito independente" que os diferenciava do mandatário. Koster enaltece os comerciantes no Maranhão devido às boas relações com os ingleses, notadamente em referência às exportações de algodão[11]. Prosseguindo, ele considera que os homens do comércio compunham a categoria de pessoas que reunia as melhores condições para produzir "melhoramentos" no Brasil[12], pois, valorizavam a educação e o gosto pelas artes, numa demonstração de que haviam incorporado os valores caros à civilização. É importante registrar que, apesar dos elogios aos prósperos comerciantes do Maranhão, Koster (1942, p.235) constata que há uma grande concentração de riquezas e conclui afirmando que esta produz profundas desigualdades sociais, retardando os "melhoramentos" civilizacionais que se verificava em outras áreas "onde a sociedade é mais amalgamada e a terra mais dividida".

Tendo conhecido governadores, homens de comércio e sujeitos abastados, o livro de Koster traz suas impressões sobre esses que, postos em comparação aos ingleses, eram considerados mais, ou menos, civilizados. Em muitas das vezes, o

[11] Koster apresenta os dados da exportação do algodão do Maranhão para a Inglaterra e outros países, após a abertura dos portos, no período que compreende os anos de 1809 e 1815. Os números expressam a supremacia da Inglaterra, pois a carga enviada a este país era bastante superior às demais nações.

[12] O senhor José Gonçalves da Silva era grande proprietário de terras e algo em torno de 1000 a 1500 escravos, contudo, demonstrava apreço por seus trabalhadores – embora fossem escravizados. Já o segundo, Simplício Dias da Silva, também homens de grandes posses, organizara uma banda de música com seus escravos e um alguns destes trabalhadores havia recebido educação em Lisboa e no Rio de Janeiro, fato singular para o momento e o lugar em que viviam. (KOSTER, 1942)

acesso ao território onde viviam esses sujeitos, especialmente aqueles que viviam nos sertões, só era possível pelo papel que os indígenas desempenharam para que a viagem acontecesse. Na sessão seguinte nos perguntamos que imagens Koster elaborou sobre os nativos?

Olhares sobre os indígenas

Neste início do século XIX, Koster apreendia geograficamente o sertão em perspectiva similar aos portugueses no momento inicial da conquista, isto é, para designar lugar ermo, distante dos povoamentos urbanos, quase sempre em oposição ao litoral e percebido como o espaço do incivilizado. Com essa ideia, ao adentrar nestes sertões, Koster segue precavido, levando várias *cartas de recomendação* com as quais tencionava garantir boa recepção e hospitalidade dos chefes locais. Indo ao encontro desses chefes, ele caminhou na companhia de guias indígenas, considerados os melhores para aquele tipo de empreitada, pelo seu conhecimento do espaço e pelo espantoso fato de conseguirem chegar aos destinos que almejavam, palmilhando territórios que, sequer, tinham estradas e com capacidade para enxergar "pegadas impressas nas folhas murchas, tombadas das arvores" (Koster, 1942, p.172).

Localizado na fronteira, observando os nativos do topo da civilização europeia, Koster não conseguiu compreender as técnicas e o conhecimento indígenas sobre os territórios[13]. O viajante inglês não escondeu sua admiração com o fato dos nativos – muitas vezes servindo de mensageiros, percorrerem longas distâncias e chegarem ao destino almejado sem que estradas ou caminhos visíveis fossem percebidos na paisagem. E, como se estes sujeitos subalternizados fossem invisíveis aos olhos do viajante e o mesmo não encontrasse em seu próprio universo cultural o vocábulo apropriado para descrever suas habilidades, utilizou o termo *instinto*. O fato inegável é que os nativos (e mamelucos) continuavam - senão como

[13] Ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras.** 2ª Edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1975.

"peças-chave" ou "protagonistas" no processo de interiorização da conquista, como analisou Vainfas (2019, p.239), indispensáveis aos viajantes que se aventuravam em longas jornadas pelos caminhos dos sertões.

Em variados momentos o autor-viajante aborda o caráter beligerante dos nativos e informa que em Pernambuco há a denominação caboclo para os "*indígenas domesticados*" e tapuia para os que se encontravam apartados da civilização, qual sejam, os selvagens. Observe-se aqui que os indígenas são apresentados como uma sub-raça, equiparada a outra espécie animal, diferente da humana. Neste sentido, o termo "domesticado" é utilizado para referir-se aos nativos "pacificados", é autoexplicativo.

Um rosário de adjetivos desqualificadores é apontado por Koster para informar que o indígena é "[...] comumente julgado covarde, inconstante, destituído de ternura sensível, esquecendo os favores e as injurias, obstinado em ninharias, indiferente nos assuntos de importância" (Koster, 1942, p.172). Henry Koster registra apenas o que ouviu e observou ou seus escritos são também informados pelas leituras de outros autores? Um pouco adiante Koster faz uma análise comparativa entre os indígenas e os negros escravizados, buscando realçar as competências das raças e, em certo momento, demonstra piedade em relação ao nativo ao afirmar que:

> Portaram-se de forma injustissima para com ele, inicialmente esmagado, foi depois tratado como uma creança. Está sob o jugo daqueles que se olham como entes superiores e essa ancia de governar leva-os a interferir nos proprios negocios intimos e domesticos do pobre indígena. São, entretanto, uma raça de seres sensíveis, capazes de energia, de interessar-se em todos os assuntos, podendo ter feito muito mais do que fez. A carreira eclesiastica lhe está aberta mas não obtiveram vantagem alguma. Nunca encontrei um indigena mecanico nas vilas que tenho visitado. Não há exemplo de um indígena rico (Koster, 1942, p. 173)

Esse trecho de seus relatos apresenta uma contradição com outras passagens em que concebe os indígenas com as lentes da cultura europeia, inferindo a estes ausência de racionalidade e caracterizando-os, a exemplo de outros viajantes, como bestiais e destituídos de humanidade. Acerca do uso da mão de obra indígena, Koster apresenta que aqueles eram mais afeitos a uma certa tipologia de atividades, dentre as quais se encontrava o trabalho de guias ou carregadores. Ele explica que a predisposição dos nativos para esses trabalhos é decorrente de seu próprio caráter errante. No contraponto, para outras atividades, afirma que a preferência recaía sobre mulatos e negros. Ao concluir esse relato, enfatiza a inconstância do trabalhador indígena com a frase "caboclos só para hoje", que informa ter sido enunciada por seu feitor (Koster, 1942, p.173).

Embora tenha caracterizado os indígenas a partir de tantos adjetivos, em sua estadia no Maranhão, afirmou não ter visto nenhum deles naquele Estado, apesar disso, os apresentou como criaturas assombrosas, conforme informações que teria colhido de terceiros. Ao viajar por ali, Koster tratou dos setores sociais que formavam a sociedade, identificando que a população escrava era bastante significativa, se comparada ao número de pessoas livres e aos indígenas. Nesse sentido, se faz necessário pensarmos de que maneira a escravidão foi percebida por Koster.

Olhares sobre a escravidão negra

Diferente dos outros viajantes, Koster fixou moradia no Brasil, precisamente em Pernambuco e se tornou senhor de engenho no Jaguaribe, possuindo ainda escravaria e gozando as benesses que os homens em sua posição recebiam. Para vários pesquisadores, as narrativas de Koster e de outros viajantes, acerca das relações escravistas no Brasil foram suavizadas (Marquese, 2006; Rabelo Versiani, 2012). João Alfredo dos Anjos (1994) e Flávio Rabelo Versiani (2012) ressaltam que a produção intelectual brasileira, assim como produções estrangeiras, buscaram

significativa referência nos escritos de Koster acerca da escravidão[14]. Nesse aspecto, destacamos que essa influência deste viajante sobre a teoria social no Brasil persistiu durante décadas, de Gilberto Freyre - que nos anos de 1930 considerou a literatura produzida pelos viajantes uma fonte segura aos historiadores[15] - a Jacob Gorender, no clássico estudo sobre o escravismo no período colonial, onde traz dezenas de referências a Koster. Rabelo Versiani chama a atenção para o fato de que "a fidedignidade desses testemunhos foi posta em dúvida por oponentes daquela visão, desde o século XIX" (2012, p.17). A percepção desse autor torna ainda mais intrigante que importantes nomes da intelectualidade brasileira tenham se debruçado sobre esses escritos de forma apressada, tomando-os como retratos fiéis da realidade.

É notória a contribuição dos relatos dos viajantes na edificação do caráter "benigno" da escravidão brasileira, especialmente, quando comparada às áreas coloniais açucareiras britânicas. Nos indagamos sobre o alcance desses escritos nas obras produzidas por intelectuais brasileiros no complexo processo de construção da identidade da nação, visto que estes foram visitados e revisitados como fortes referências para a interpretação da alma nacional. Há de se perguntar ainda, em que medida esses relatos de viagem e a apropriação acrítica por parte de uma parcela da intelectualidade, contribuíram sobremaneira para a construção do mito da democracia racial no Brasil.

Para Rabelo Versiani (2012), que fez uma análise específica dos relatos de Auguste de Saint-Hilaire acerca do escravismo no Brasil, a "brandura" da condição do escravizado, realçada nos relatos desse e de outros viajantes - e aqui ele inclui

[14] Anjos (1994) apresenta em suas conclusões que a professora Maria do Socorro Ferraz Barbosa da Universidade Federal de Pernambuco empreendera importante pesquisa sobre o viajante anglo-lusitano afirmando que se tratava de um "agente" da burguesia inglesa.
[15] Gilberto Freyre não apresenta confiabilidade em todos os relatos de viagens produzidos por estrangeiros. Desse modo, faz uma classificação entre os "autores superficiais ou viciados por preconceitos" e os que ele avaliava como sendo "bons e honestos" e, dentre estes últimos, se encontra Henry Koster.

Koster - foi interpretada como uma ação política de alinhamento aos interesses do governo brasileiro, bem como para justificar o escravismo no Brasil. Temos acordo que Koster, assim como outros viajantes, forneceu uma moldura humanizadora à escravidão no Brasil, contudo, ponderamos que seu olhar não era o de um apologista da escravidão, o que fazemos tomando por referência o acirrado debate de que ele participa, ativamente, alinhando-se aos abolicionistas ingleses e sobre o qual publicou o interessante artigo, *Como Melhorar a Escravidão*.

A experiência de Koster como senhor de escravos lhe pemitiu observar a questão da escravidão sob outra perspectiva, acarretando, inclusive, sentimentos díspares, visto que, por um lado, como dono de escravaria, gozava da liberdade e do conforto material que a exploração dos cativos proporcionava aos "civilizados" abastados. Por outro lado, sentiu-se desconfortável e até temeroso que pudesse abandonar os mais altos princípios, valores, normas e comportamentos da civilização, pondo em relevo que:

> Embora estivesse inteiramente convicto dos males que decorrem de uma sociedade ou estado feudal, amava ter escravos. Poderia tornar-me tão arbitrario como apaixonado por essa existencia meio selvagem. Podia ficar sentindo tanto sabor pela ociosidade, não tendo regras, como desgostando tudo que fosse racional e logico no mundo (Koster, 1942, p. 27)

Koster dedica os dois penúltimos capítulos de *Travels in Brazil* para abordar especificamente a escravidão, embora o tema seja recorrente em seus mais variados aspectos, ao longo de sua narrativa. Há uma questão importante em sua metodologia de análise da escravidão, qual seja, a comparação entre essa instituição no Brasil e nos domínios ingleses, onde o mesmo conclui que, na colônia portuguesa, ela se apresentava mais branda, com uma legislação que possibilitava ao escravizado alcançar a liberdade, desde que pudesse dispor da quantia necessária ao seu valor.

Koster traz vários exemplos de escravizados que conseguiram e outros que não obtiveram êxito na conquista da liberdade, no caso desses últimos, o motivo teria sido a não submissão dos senhores à força da lei. A pesquisa realizada por Cunha (1984) presume que essa perspectiva em torno das alforrias, possivelmente, tem origem em Koster, porém, foi largamente reiterada por outros investigadores. A pesquisadora faz cair por terra essa concepção de Koster e busca esquadrinhar o que ela considerou um grande "engano histórico", argumentando que, embora houvesse o costume de alforriar escravizados mediante o pagamento, não havia uma legislação regulamentando a manumissão até 1871 e segue apresentando problematizações instigantes acerca da ausência dessa legislação, do "silêncio da lei", uma vez que essa forma de manumissão era costumeira, mas não regulada por algum código legal.

O pensamento político de Koster sobre a escravidão veio a público em 1816 com a edição de *Travels in Brazil*, bem como com a publicação do artigo *On the Amelioration of Slavery* (Sobre a Melhoria da Escravidão), presente na revista *The Pamfleteer*[16]. De acordo com Manuela Carneiro da Cunha (2003, p. 16) "[...] Koster teve o cuidado de apresentar o *Travels* desvinculado da polêmica em que se envolvia na mesma época, possivelmente para poder usá-lo como fonte independente". Corroboramos com a interpretação da autora acerca da ordem cronológica de publicação dos trabalhos de Koster, compreendendo que foi possivelmente uma tática que objetivava afiançar autoridade ao artigo, visto que expressava o testemunho de quem havia experienciado a escravidão na posição de observador e senhor de escravos.

[16] Esse periódico reportava temas que aqueciam os debates no parlamento britânico. O artigo de Koster publicado pela Editora da UFRN , traz o título *Como melhorar a escravidão,* com a contribuição do jornalista Nelson Patriota na tradução, prefácio e notas. Nesta edição, como texto introdutório, se encontra o ensaio de Manuela Carneiro da Cunha "O escravismo comparado – um artigo esquecido de Koster", objetivando alargar o debate sobre o pensamento do anglo-português acerca do escravismo nas áreas coloniais sob o domínio do império inglês e português.

O estudo acurado dos dois trabalhos de Koster, publicados em 1816, e a observação de sua participação no debate sobre a escravidão que ocorria em Londres à época, são evidências das variadas motivações políticas do viajante anglo-lusitano. A construção da narrativa de Koster foi guarnecida pelas informações colhidas no decurso de suas viagens e durante sua experiência como rendeiro de engenho no Jaguaribe. Sua posição de senhor de engenho, comandando trabalhadores livres e pobres (indígenas e mestiços) e escravos e em "conversações" com outros proprietários, contribuiu para elaborar uma crítica à escravidão. Caracterizando o escravismo como terrível flagelo que produz a degradação humana, ele chama à reflexão para o necessário fim do tráfico de escravos quando a tragicidade desse sistema impuser "que qualquer Governo suporte alguns inconvenientes não aumentando o numero dessas creaturas que sofrem a humilhação dolorosa" (Koster, 1942, p. 494).

No debate que sustenta em *Como melhorar a escravidão*, defende o fim do tráfico e a abolição gradual da escravatura como exigência civilizacional e requisito ao progresso humano. Ao buscar convencer a opinião pública sobre os males da escravidão, ele explicita que sua posição não deve ser interpretada como uma hostilidade a todos que de alguma forma se beneficiam do trabalho escravo, mas, trata-se fundamentalmente e uma crítica ao "sistema de escravidão" enquanto modelo anticivilizacional.

Considerações finais

Alguns percursos e ações de Henry Koster continuam sombreados pelo próprio caráter enigmático de seus itinerários e posições políticas. Pesquisadores do escravismo colonial no Brasil têm confrontado sua narrativa, pondo-a face a face com diferentes tipologias de fontes e o levantamento de novos problemas. A longevidade da escravidão negra e o emaranhado de questões que a atravessam, aqui e além mar, possibilitam aos investigarores deste complexo campo temático, trazer à superfície significativas interpretações acerca da formação social brasileira.

Teria Henry Koster vindo ao Brasil como "agente" a serviço dos interesses da burguesia britânica ou essa exigência lhe foi apresentada posteriormente, quando recrudescem os debates entre escravistas e abolicionistas? Se assim ocorreu, é possível que o "exato" Koster tenha forjado informações acerca do escravismo, particularmente, na abordagem da manumissão para fornecer fundamento substancioso à crítica a escravidão praticadas nas áreas coloniais inglesas?

O último capítulo de *Travels in Brazil*, no qual o anglo-lusitano aborda os Tratados de Aliança e Amizade, Comércio e Navegação firmados entre Portugal e Grã Bretanha em fevereiro de 1810, merece uma leitura acurada, em virtude da difícil posição em que o viajante se encontrava, ao buscar responder satisfatoriamente aos ingleses e portugueses e convencê-los de que ambas as nações se beneficiaram, restando pois, persuadir os brasileiros de que não foram lesados pelas duas potências coloniais e que os tratados firmados trariam benefícios civilizacionais ao Brasil, impulsionando o progresso em múltiplas direções.

A perspectiva de assumir o pioneirismo a serviço da civilização está presente em Koster e alimenta o ímpeto do retorno à América, seja para realizar novos percursos que o possibilitem conhecer outros territórios, seja para alargar a fronteira da civilização. O olhar do império autoriza inferir, conceituar, nominar e classificar sem referências ao outro e ao seu lugar. No encontro de Koster com os nativos, o direito à fala lhes foi negado, apesar da constante companhia destes. Não os viu e não soube compreendê-los porque o olhar imperial, embora ostentasse conhecimento, não integrava em seu repertório cultural a alteridade.

REFERÊNCIAS

AMADO, Janaina. Região, Sertão e Nação. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995, p. 145 - 151.

ANJOS, João Alfredo dos. Koster e a escravidão negra na América. **Revista Clio,** n. 15, 1994, p. 99 -112. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaclio/article/view/24904/20172 . Acesso em: 23 jul. 2024

CARVALHO, Alfredo. **Biblioteca Exótico-brasileira, Biblioteca Exótico-pernambucana, Biblioteca Geográfica Pernambucana** [s.l.], 1913. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1435003/mss1435003.pdf. Acesso em 18 nov. 2023

CUNHA, Manuela Carneiro da. Sobre os silêncios da Lei: lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX. **Revista Mexicana de Sociologia.** Ano XLVI I Vol. XLVI I N. 2 Abr.-Jun. 1984, p. 45 - 59.

CUNHA, Manuela Carneiro da. O escravismo comparado: um artigo esquecido de Koster. In: **Como melhorar a escravidão**. Natal, RN: EDUFRN; 2003.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador** 2. ed. Revisão e Apresentação Renato Janine Ribeiro. Vol.1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FERRAZ, Socorro; FERRAZ, Bartira. **Sertão:** fronteira do medo. Recife: Editora UFPE, 2015.

OLIVEIRA FILHO,Sergio Willian de Castro. Um anglo-lisboense no Brasil Joanino: escravidão, religião e política sob o olhar de Henry Koster. **Temporalidades** – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 6, n. 2 (maio/ago. 2014) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2014. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5548/3478 Acesso em: 12 ago. 2022.

FREYRE, Gilberto. **Ingleses no Brasil**: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2000.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**, 50ª edição. Global Editora. 2005.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 6. ed. São Paulo,SP: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1975.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Trad. Câmara Cascudo. São Paulo: Rio de Janeiro: Recife: Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1942. Disponível em: https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/305/1/221%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED pdf Acesso em 16 mar. 2020.

KOSTER, Henry. **Como melhorar a escravidão.** Natal, RN: EDUFRN; 2003.

LIMA, Nísia Trindade. **Um Sertão chamado Brasil**: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. **Novos Estudos**, CEBRAP 74, pp. 107-123, mar. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/nec/a/xB5SjkdK7zXRvRjKRXRfKPh/?format=pdf. Acesso em: 28 jan. 2024

PRATT, Mary Louise. **Olhos do Império**: relatos de viagem e transculturação. Bauru: EDUSC, 1999.

QUEIROZ GUEDES, P. H. M. "Miragem da ausência": as representações sobre o sertão norte oriental da América portuguesa. **Mneme - Revista de Humanidades**, *[S. l.]*, v. 19, n. 42, p. 21–52, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/15861 . Acesso em: 31 out. 2022

RABELO VERSIANI, Flávio. Os escravos que Saint-Hilaire viu. **História Econômica & História de Empresas**, *[S. l.]*, v. 3, n. 1, 2012. DOI: 10.29182/hehe.v3i1.123. Disponível em: https://www.hehe.org.br/index.php/rabphe/article/view/123. Acesso em: 20 nov. 2024.

SANTOS, Evaldo dos. Ensaio sobre diversidade historiográfica: como escrever (e reconhecer) histórias dos sertões a partir de novas e "velhas" epistemologias. **SAECULUM** - Revista de História [v. 24, n. 41]. João Pessoa, p. 441-452, jul./dez. 2019. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/47700 Acesso em: 12 maio 2023.

TAUNAY, Visconde de. **Estrangeiros Ilustres e Prestimosos no Brasil 1880 -1892 e Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Editora Companhia Melhoramentos de

São Paulo, 1932. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or6852/or6852.pdf Acesso em 12 mai. 2023.

VAINFAS, Ronaldo. O sertão e os sertões na história luso-brasileira. **Revista de História, da Sociedade e da Cultura.** Vol. ano 2019, p.225-245. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/rhsc/article/view/1645-2259_19_9/5873 Acesso em: 25 maio 2022.

ST-08: FONTES PARA A HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA, INDÍGENA E INCLUSIVA

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN

ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

DO TERRITÓRIO AO FEED:
Reivindicação do ciberespaço por indigenas

Glícia Kaliane Lucas Machado de Souza

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38576

RESUMO:
Este artigo tem por objetivo questionar as fontes utilizadas nas pesquisas de História relacionadas aos povos originários. Nessa perspectiva, e considerando que esse texto faz parte de um estudo maior realizado no mestrado, apresentar-se-á as fontes e metodologias utilizadas no processo de escrita da dissertação, de modo a perceber como estereótipos sobre os povos indígenas no Brasil são desafiados e ressignificados no Ciberespaço (Levy, 2003), especialmente por influenciadoras indígenas no TikTok. As metodologias utilizadas são a Análise de Conteúdo (Bardin, 2015) e o Mapa das Mediações (Martin-Barbero, 2002). Ao priorizar a utilização de fontes dos períodos colonial e imperial, os historiadores acabam reforçando ideias estereotipadas acerca do que é ser indígena no Brasil.
PALAVRAS-CHAVE: Povos Indígenas; História Digital; História Pública; Fontes Históricas; TikTok.

FROM TERRITORY TO FEED: The Reclamation of cyberspace by Indigenous People

ABSTRACT:
This article aims to question the sources used in historical research related to indigenous people. In this context, and considering that this text is part of a larger study conducted for a master's degree, the sources and methodologies used in the process of writing the dissertation will be presented to understand how stereotypes about indigenous peoples in Brazil are challenged and re-signified in cyberspace (Lévy, 2003), especially by indigenous influencers on TikTok. The methodologies used are Content Analysis (Bardin, 2015) and the Map of Mediations (Martin-Barbero, 2002). By prioritizing sources from the colonial and imperial periods, historians end up reinforcing stereotypical ideas about what it means to be indigenous in Brazil.
KEYWORDS: Indigenous People; Digital History; Public History; Historical Sources; TikTok.

“Um dia eu quero ser índio: viver pelado, pintado de verde, num eterno domingo”

A cantora brasileira Rita Lee lançou, em 1980, a música “Baila Comigo”, cujo trecho intitula esta seção do texto. A partir da análise da canção, é possível identificar uma representação do indígena que permeia o imaginário coletivo brasileiro até os dias atuais: o indígena é frequentemente visto como um ser selvagem, preguiçoso e idílico, características que coexistem em uma narrativa estereotipada.

A imagem do indígena como selvagem deriva da percepção de que esses povos seriam beligerantes, exóticos e alheios às normas de civilidade impostas pelos colonizadores, como o uso de vestimentas ou comportamentos considerados "adequados". A ideia de preguiça, por sua vez, emerge da disparidade entre as relações de trabalho indígenas e o modelo produtivista europeu. Já a visão idílica associa os indígenas a um modo de vida despreocupado, harmônico e em comunhão com a natureza.

Essas representações, profundamente enraizadas na cultura brasileira, são estereótipos construídos e perpetuados desde o início do processo colonial, no século XVI, baseados em perspectivas eurocêntricas e tendenciosas dos colonizadores. Chimamanda Ngozi Adichie (2019) alerta para os perigos de uma "história única", que exclui a pluralidade de vozes e experiências. Embora ainda predominem narrativas eurocêntricas, movimentos decoloniais vêm ganhando força, especialmente em países da América Latina e da África, promovendo reflexões críticas sobre as representações hegemônicas.

A historiografia brasileira, como apontado por Maria Regina Celestino de Almeida (2010), desempenhou papel significativo na cristalização de imagens estereotipadas sobre os povos indígenas. Produzida majoritariamente por homens

brancos, a historiografia contribuiu para consolidar uma visão limitada e reducionista, perpetuada por gerações.

Contudo, estar à margem não implica aceitar passivamente essa condição. O protagonismo indígena em diferentes esferas da sociedade tem se intensificado. A deputada federal Célia Xakriabá enfatiza a urgência da participação indígena na política, assegurando uma maior representatividade democrática (Correa, 2018, p. 59). Sônia Guajajara, Ministra dos Povos Indígenas do Brasil, também destacou, em seu discurso de posse, a necessidade de os indígenas ocuparem espaços de poder para revisitar e fortalecer a democracia brasileira.

Além da atuação em instituições formais, os indígenas têm conquistado espaço em plataformas digitais. Influenciadoras como Alice Pataxó e Cunhaporanga utilizam o Ciberespaço, conceito explorado por Pierre Lévy (2003), para conscientizar sobre questões relevantes aos povos originários e apresentar a diversidade de seus cotidianos. A presença indígena no ciberespaço não apenas contribui para desconstruir estereótipos — visto que tecnologias e povos tradicionais são, muitas vezes, percebidos como antagônicos —, mas também amplia o alcance de suas vozes, permitindo um diálogo mais democrático e plural.

Nos últimos anos, a popularização do TikTok evidenciou o potencial das redes sociais na promoção do protagonismo indígena. Diversos criadores de conteúdo indígenas têm utilizado a plataforma para alcançar públicos amplos, obtendo expressivo engajamento. Assim, a ocupação do ciberespaço pelos indígenas suscita reflexões sobre os impactos dessa presença e a necessidade de compreender as especificidades desse ambiente.

Este texto integra os estudos que desenvolvo no mestrado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), financiados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O trabalho propõe apresentar as fontes e metodologias

empregadas na análise de vídeos produzidos por indígenas no TikTok, considerando o papel dessas produções na construção de novas narrativas e representações.

TikTok: Fonte do século XXI

Ao longo da história do Brasil, a produção historiográfica desempenhou um papel crucial no processo de marginalização e estereotipização dos povos indígenas, como aponta Maria Regina Celestino de Almeida (2010). Essa dinâmica foi especialmente marcante durante o período colonial, mas não se limitou a ele. Apesar das mudanças ocorridas, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, quando as narrativas indígenas começaram a ocupar mais espaços na academia e na sociedade, cabe questionar: essa ampliação de vozes significou uma transformação completa na abordagem historiográfica sobre os povos indígenas no Brasil?

Com esse questionamento em mente, realizou-se um mapeamento preliminar das fontes utilizadas em produções acadêmicas que têm como objeto principal de estudo os povos indígenas, em Instituições de Ensino Superior (IES). Para tanto, foram analisados dois repositórios: o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, reconhecido por sua abrangência nacional e relevância enquanto agência de fomento à pesquisa; e o Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), onde é conduzida a pesquisa de mestrado associada a este estudo.

No Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, ao aplicar o termo de busca "indígena" com o filtro para a área de conhecimento de História, identificaram-se 397 trabalhos. Destes, 65% (ou 258 textos) utilizam fontes que datam do período entre os séculos XVI e XIX. No Repositório Institucional da UFRN, aplicou-se o mesmo termo, mas restringindo-se ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, do qual o Departamento de História faz parte. A busca resultou em 46 trabalhos, sendo que 78% (ou 36 textos) basearam-se em fontes históricas dos séculos XVI a XIX.

Esse panorama revela uma preferência significativa por fontes mais antigas, o que pode contribuir para a perpetuação de ideias que congelam os povos indígenas em uma realidade do passado distante. Isso não significa que interpretações decoloniais sejam inviáveis ao se utilizar documentos históricos mais antigos. No entanto, é imprescindível problematizar o uso excessivo dessas fontes, muitas vezes produzidas por não indígenas, como se não houvesse registros contemporâneos para compreender os povos originários em sua dinamicidade atual.

Produzir ciência a partir de perspectivas não hegemônicas enfrenta desafios significativos. Existe uma desconfiança histórica, sobretudo entre historiadores conservadores, em relação a abordagens que rompem com os métodos tradicionais, como o uso de fontes digitais. Contudo, toda inovação começa de algum ponto. A História Digital, por exemplo, consolidou-se como uma área de pesquisa que reconhece a importância de narrativas que transcendem os muros da academia.

É nesse sentido que se observa a convergência entre a História Digital e a História Pública. Conteúdos divulgados no Ciberespaço têm um alcance popular muito maior do que as produções acadêmicas tradicionais, como teses, dissertações e artigos. A História é, sim, um campo que desperta interesse e curiosidade na sociedade civil, mas a comunicação com esse público demanda linguagens e formatos distintos daqueles usados entre os pares acadêmicos.

Ao incorporar conteúdos produzidos por indígenas no Ciberespaço como fontes históricas, promove-se o protagonismo dos povos originários em dois níveis cruciais: (1) desafiando e refletindo sobre a memória histórica que, desde a colonização até o período republicano, construiu representações limitadas sobre esses povos; e (2) ressignificando ou reconstruindo ideias de representação indígena, tanto em termos individuais quanto coletivos, em contextos digitais.

A ocupação do ciberespaço pelos povos indígenas é, assim, uma arena na qual ideias de representação, narrativa e memória são mobilizadas e ressignificadas.

Após séculos de marginalização na historiografia, é essencial investigar como os indígenas estão se apropriando da História e das ferramentas digitais para apresentar questões relevantes de suas perspectivas, baseadas em suas cosmovisões e epistemologias. O ciberespaço, portanto, configura-se como um espaço plural e democrático que amplia a visibilidade e o alcance das narrativas indígenas, rompendo com os moldes tradicionais e eurocêntricos da produção historiográfica.

Influenciadoras indígenas

Como previamente exposto, as produções acadêmicas na área de História com foco nos povos indígenas utilizam, majoritariamente, fontes datadas entre os séculos XVI e XIX. Essa predominância permite inferir que, de forma indireta, as pesquisas realizadas acabam por congelar os indivíduos indígenas em uma realidade temporal distante, contribuindo, assim, para a perpetuação de estereótipos relacionados aos povos originários.

Ademais, grande parte dos estudos sobre os povos indígenas baseia-se em narrativas construídas a partir da perspectiva do colonizador branco, em vez de adotar o ponto de vista dos próprios povos originários. Tal prática reflete o caráter eurocêntrico predominante na produção acadêmica brasileira e em diversos países do Sul Global.

Nesse contexto, o sociólogo Suyed Hussein Alatas (2000) cunhou o conceito de Imperialismo Intelectual, o qual descreve o impacto do processo imperialista e colonizador não apenas no campo econômico, mas também na construção epistemológica. Segundo Alatas, os países do Sul Global tendem a replicar intelectuais europeus que pouco ou nada conhecem das realidades locais.

O Imperialismo Intelectual resulta, portanto, em uma construção epistemológica no Sul Global que não compreende plenamente suas próprias especificidades, dado que reproduz modelos acadêmicos oriundos de países como

França, Alemanha, Itália, Inglaterra e Estados Unidos (Pereira, 2018). A historiadora Ana Carolina Barbosa Pereira (2018) enfatiza a necessidade de fomentar e consumir estudos que se originam fora do eixo europeu, com o objetivo de construir teorias e epistemologias que atendam às demandas locais, ao invés de meramente replicar modelos europeus.

Sob essa perspectiva, o presente estudo busca construir um conhecimento que não apenas parte da realidade específica dos povos indígenas no Brasil, mas também os posiciona como interlocutores centrais. A análise baseia-se em fontes produzidas e divulgadas pelos próprios indígenas – mais especificamente, vídeos curtos publicados na plataforma TikTok.

Em um levantamento inicial, foram identificados mais de 30 indivíduos indígenas com engajamento significativo e milhares de seguidores no aplicativo. Desses, foram selecionadas quatro[1] criadoras de conteúdo, de acordo com os seguintes critérios: maior número de seguidores na plataforma, diversidade étnica e diversidade na forma de exposição.

O número de seguidores foi considerado um critério relevante, uma vez que, quanto maior a quantidade de seguidores, maior é a interação gerada. A diversidade étnica foi priorizada para garantir a análise de uma pluralidade cultural presente no TikTok. Por fim, buscou-se incluir influenciadoras com diferentes personalidades, permitindo avaliar se essas características influenciam seus seguidores.

Os perfis selecionados foram: @cunhaporanga_oficial, @ywa_oficial, @romanawaiapi e @weenatikuna. No que diz respeito à diversidade étnica,

[1] O número de 4 mulheres foi assim definido pois, além de atenderem todos os pré-requisitos apresentados, objetivou-se analisar a maior quantidade possível de vídeos durante a escrita deste projeto, de modo a categorizá-los para um melhor funcionamento da pesquisa. Assim, as 4 primeiras mulheres com maior engajamento, de diferentes etnias e com personalidades distintas ao se apresentar no ciberespaço geraram mais de 800 vídeos a serem pré-analisados. Buscando prezar pela qualidade da pesquisa, optou-se por definir 4 como o número mais adequado de indivíduos a contribuírem na continuidade do estudo.

ressalta-se que não houve pré-definição de povos, uma vez que o objetivo era garantir uma amostra variada com base nos dados disponibilizados pelo aplicativo.

Os seguidores desses perfis variam entre 411.000 e 6.000.000, sendo este último número referente ao perfil de @cunhaporanga_oficial, pertencente à indígena Jügoa Tatuyo, que utiliza o pseudônimo "Cunhaporanga" – expressão que significa “mulher bonita” em sua língua. Cunhaporanga é popular em diversas mídias, já tendo participado de programas de televisão e produções audiovisuais. Além disso, foi escolhida pela Mattel como inspiração para a criação da primeira Barbie indígena brasileira[2].

O segundo maior perfil em número de seguidores é o de @romanawaiapi, com 1.100.000 seguidores. Romanan é estilista e artesã de biojoias, casada com um homem não indígena, com quem tem um filho, e reside em uma casa na árvore na floresta. Seu conteúdo é centrado no cotidiano como trabalhadora da moda, mãe e indígena.

Weena Tikuna, por sua vez, produz vídeos humorísticos que satirizam o cotidiano indígena, frequentemente utilizando estereótipos e mensagens racistas recebidas em seus comentários. Seus seguidores incluem tanto aqueles que compreendem sua sátira quanto outros que interpretam o humor como realidade.

Por fim, Ywa Hakti se caracteriza por uma expressão direta e incisiva. Inicialmente produtora de conteúdo evangélico, tornou-se, sem explicação declarada, ativista pela preservação da cultura e das tradições indígenas. Ywa é a influenciadora que mais recebe comentários ofensivos, provavelmente devido à sua postura firme e combativa.

Um olhar latino-americano e interdisciplinar

[2] Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-03/indigena-brasileira-vira-barbie-nos-65-anos-da-boneca>. Acesso em: 17 nov. 2024

Considerando as especificidades das fontes audiovisuais utilizadas neste estudo, torna-se necessária a adoção de duas metodologias complementares. A primeira é a Análise de Conteúdo, proposta por Laurence Bardin (2015), que permite examinar e compreender o conteúdo explícito e implícito presente nos dados. Essa abordagem metodológica requer, inicialmente, a criação de uma ferramenta analítica – no presente caso, será utilizada uma planilha em Excel –, seguida pela alimentação dessa ferramenta com os dados coletados e, por fim, pela interpretação criteriosa dos dados catalogados.

Para abordar e compreender as particularidades das fontes em formato de vídeo, será empregada a metodologia dos Mapas das Mediações, desenvolvida por Martín-Barbero (1986). A escolha dessa metodologia justifica-se por múltiplos fatores, sendo o principal a sua formulação a partir de uma perspectiva decolonial e enraizada na realidade latino-americana. Essa abordagem permite uma análise não enviesada por perspectivas eurocêntricas, como destaca Lopes (2018, p. 40).

Com base na noção de Imperialismo Intelectual (Alatas, 2000), é urgente observar a realidade indígena brasileira por meio de lentes interseccionais que contemplem as especificidades do ponto de vista latino-americano, especialmente em um contexto nacional ainda marcado pelas consequências do colonialismo. Nesse sentido, Lopes (2018, p. 45) ressalta que Martín-Barbero "evidenciará que existe uma outra epistemologia, latino-americana [...], a partir da qual é possível revisar os processos de comunicação" em articulação com os movimentos sociais.

Outro aspecto fundamental na proposta de Martín-Barbero é a valorização de ideias e visões marginalizadas, uma perspectiva que ele descreve como "calafrio epistemológico". Essa noção encontra correspondência direta com os objetivos deste estudo, que busca analisar a mobilização e reconstrução da memória e representação dos povos indígenas a partir de suas próprias perspectivas.

A metodologia de Martín-Barbero organiza-se em torno da ideia de cartografia da comunicação como ferramenta epistemológica para a análise das mediações. Essas mediações são compreendidas como dispositivos que historicizam a relação entre os sujeitos e os aspectos comunicacionais (Lopes, 2018, p. 48). Para operacionalizar essa proposta, Martín-Barbero desenvolveu mapas específicos para estruturar as análises. Este estudo utilizará a versão mais recente do Mapa das Mediações, publicada em 2017, conforme ilustrado a seguir.

Figura 1 – Mapa das Mediações – 2017



Fonte: Entrevista de Martín-Barbero a Omar Rincón, 2017

Martín-Barbero enfatiza que a aplicação de seus mapas deve ser adaptada pelos pesquisadores de acordo com o meio de comunicação social analisado. Nesse sentido, a versão de 2017 foi escolhida para este estudo por incorporar conceitos fundamentais aos estudos históricos. No centro da proposta, encontram-se os Espaços Constitutivos das Mediações – Comunicação, Cultura e Política –, que, segundo Martín-Barbero, representam os pilares nos quais as mediações se articulam[3].

[3] Martín-Barbero define Mediações como tudo aquilo que está entre a produção e a recepção de uma obra audiovisual. Valores e questões políticas, culturais e da comunicação influenciam a recepção e interpretação da obra produzida. Desse modo, em uma sociedade com valores políticos, culturais e comunicativos que marginaliza, sexualiza ou invisibiliza sujeitos indígenas, a memória tende a se cristalizar a partir dessas balizas. Agora, com a ocupação do Ciberespaço e especificamente do TikTok, os indígenas têm um meio audiovisual democrático para desconstruir a

O eixo da temporalidade permite identificar se as ideias analisadas remetem a um passado não superado – como no caso de estereótipos acerca dos povos indígenas – ou a um presente que foi e continua sendo ressignificado. Essa abordagem também possibilita compreender de que forma o contexto histórico e social de cada período influencia, possibilita e legitima certas representações e narrativas, muitas vezes contribuindo para a perpetuação de estereótipos sobre os povos originários.

A dimensão espacial, por sua vez, examina tanto a localização física das gravações – tipo de moradia, ambiente urbano ou rural, entre outros – quanto o meio audiovisual que possibilita a comunicação. Para aprofundar a análise espacial, é utilizado o conceito de Ciberespaço, conforme definido por Pierre Lévy (2003). Para o autor, o Ciberespaço é compreendido como o ambiente de interação proporcionado pela conexão de indivíduos por meio da internet. A compreensão das particularidades desse espaço comunicacional é essencial para aplicar e interpretar o Mapa das Mediações de Martín-Barbero no contexto das redes sociais digitais.

Na perspectiva barberiana, o processo comunicativo deve ser analisado a partir dos significados e representações que emergem das interações entre emissor e receptor. Fatores como variações culturais, formas de comunicação e a participação em movimentos sociais são tão relevantes para a análise quanto o próprio meio de comunicação (Martín-Barbero, 2002, p. 55). Nesse contexto, reafirma-se a importância da Análise de Conteúdo (Bardin, 2015), uma metodologia que permitirá compreender em detalhe as características e discursos das influenciadoras digitais indígenas.

Memória colonialista a respeito de indígenas, além de divulgar uma Memória e Representação dos povos originários a partir de suas próprias Mediações.

Adicionalmente, a interação entre as criadoras de conteúdo e seus seguidores será analisada com o objetivo de mapear os tópicos que geram maior engajamento – expressos por comentários, compartilhamentos e "curtidas". Essa análise incluirá também uma avaliação das opiniões predominantes na seção de comentários, observando se elas concordam ou discordam das ideias apresentadas pelas influenciadoras.

Conclusão

Este estudo reflete sobre as fontes e metodologias utilizadas em estudos com foco na questão indígena. A partir da articulação teórica fundamentada nos conceitos de Ciberespaço de Pierre Lévy (2003), nas metodologias de Mapa das Mediações de Martín-Barbero (2017) e na Análise de Conteúdo de Bardin (2015), busca-se compreender como o TikTok se apresenta promissor como espaço de ressignificação de memórias e representações historicamente cristalizadas.

A pesquisa revela que, enquanto a historiografia tradicional frequentemente perpetua estereótipos e congelamentos temporais sobre os povos indígenas, os conteúdos digitais oferecem um contraponto contemporâneo, dinâmico e plural. As influenciadoras analisadas desempenham um papel central ao desconstruir imaginários coloniais e amplificar vozes indígenas em uma arena global. Por meio do engajamento nas redes sociais, elas ressignificam as relações entre tradição e modernidade, rompendo com a visão binária que opõe tecnologia e ancestralidade.

A análise também evidencia que o protagonismo indígena no ciberespaço é uma ferramenta poderosa para democratizar narrativas e fortalecer a luta por representatividade. Ao se apropriarem de plataformas digitais, os povos indígenas não apenas ampliam sua visibilidade, mas também desafiam epistemologias hegemônicas, promovendo um diálogo crítico entre passado e presente.

Portanto, é possível reafirmar a necessidade de extrapolar valores, métodos, teorias e epistemologias eurocêntricas e voltar o olhar para a realidade local. Ademais, a integração de perspectivas decoloniais com abordagens interseccionais aponta para a necessidade de continuar explorando o Ciberespaço como um território fértil para a construção de narrativas mais inclusivas e plurais, que reflitam a riqueza e a diversidade das culturas indígenas no Brasil e no mundo.

REFERÊNCIAS

ALATAS, S. H. Intellectual imperialism: definition, traits, and problems. **Southeast Asian Journal of Social Science**, v.28, n.1, p.23 - 45, 2000.

ALMEIDA, M. R. C. **Os Índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2015.

MARTÍN-BARBERO, J. América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social. In: SOUSA, Mauro Wilton (org.). **Sujeito, o lado oculto do receptor.** São Paulo: Brasiliense, 2002.

MARTÍN-BARBERO, J. **De los medios a las mediaciones**: comunicación, cultura y hegemonía. Barcelona: Gustavo Gili, 1986.

CORREA, C. N. **O barro, o genipapo e o giz no fazer epistemológico de autoria Xakriabá**: reativação da memória por uma educação territorializada. 2018. 218 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável)—Universidade de Brasília, 2018.

LÉVY, P. **O Que é Virtual?**. Rio: Editora 34. Tradução de Paulo Neves, 2003.

LOPES, M. I. V. de. A teoria barberiana da comunicação. **Matrizes** (Online) , v. 12, p. 39-63, 2018.

PEREIRA, A. C. B. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.10, n.24, p.88 - 114, abr/jun. 2018.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38400

FONTE HISTÓRICA PARA A PESQUISA EM EDUCAÇÃO INDÍGENA: uma análise do acervo documental do Serviço de Proteção aos Índios e o processo de escolarização dos Potiguara na Paraíba

Ms. Dárcya Jeanne Silva de Araújo [1]
Dra. Cláudia Cristina do Lago Borges [2]

RESUMO: A política tutelar operada pelo Estado brasileiro entre as populações indígenas teve respaldo no discurso da educação desses povos em função da retórica de civilização e nacionalização, amplamente propagada nas primeiras décadas da República. Com a criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em 1910, a educação passou a ocupar um espaço de foco na ação protecionista estatal, com fins de assimilação do índio à identidade nacional, o que Lima (1992) denomina de "pedagogia da nacionalidade e do civismo". A presente pesquisa teve, portanto, como objetivos apresentar o acervo documental digital do SPI, arquivado no Museu do Índio, no Rio de Janeiro/RJ, e discutir seus usos para a pesquisa sobre política educacional indigenista no século XX, a partir da aplicação ao contexto da ação tutelar exercida pelo órgão federal entre os Potiguara, na Paraíba.
PALAVRAS-CHAVE: indígenas Potiguara; SPI; Museu do Índio; escolarização indígena.

HISTORICAL SOURCE FOR RESEARCH IN INDIGENOUS EDUCATION: an analysis of the documentary collection of the Indian Protection Service and the schooling process of the Potiguara in Paraíba

ABSTRACT:

The protective policy operated by the Brazilian State among indigenous populations was supported by the discourse on the education of these peoples due to the rhetoric of civilization and nationalization, widely propagated in the first decades of the Republic. With the creation of the Indian Protection Service (SPI), in 1910,

[1] Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Abaiara – Estudos Indígenas da Paraíba/UFPB. Lattes: http://lattes.cnpq.br/3335274744964032. Email: darcyajeanne@gmail.com.
[2] Doutora em História pela UNESP. Professora Associada do Dep. de História da UFPB. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Abaiara – Estudos Indígenas da Paraíba/UFPB. Lattes: https://lattes.cnpq.br/0416996435431458. Email: claudialago.rn@gmail.com.

education began to occupy a space of focus in state protectionist action, with the aim of assimilating the Indian into the national identity, what Lima (1992) calls "pedagogy of nationality and civics". The present research therefore aimed to present the SPI's digital documentary collection, archived at the Museu do Índio, in Rio de Janeiro/RJ, and discuss its uses for research on indigenous educational policy in the 20th century, based on its application to context of the guardianship action carried out by the federal body among the Potiguara, in Paraíba.
KEYWORDS: Potiguara indigenous people; SPI; Indian Museum; indigenous schooling.

Introdução

Nas últimas décadas houve uma expressiva aproximação entre as pesquisas nos campos da História e da Antropologia, reconfigurando as bases teórico-metodológicas dessas duas áreas do conhecimento. Os limites que rigorosamente demarcaram e separaram, no século XIX, as duas áreas, restringindo temas de estudos, as abordagens e interpretações, foram postos em xeque no século seguinte. Isso ocorreu entre as décadas de 1960 e 1970 com a crítica às origens colonialistas da Antropologia e o abandono da perspectiva historicizante da História, promovendo maiores diálogos com outras discussões (ALMEIDA, 2012).

O contexto de mudança conferiu aos estudos sobre os povos indígenas novas concepções, não apenas refletindo esses diálogos teóricos e empíricos, como também propondo novos olhares sobre esses sujeitos, rejeitando a ideia de indivíduos inertes e silentes diante de diferentes tentativas de assimilação. Essa reorientação buscava desvelar os protagonismos indígenas em diversas formas de atuação, tanto através de novas fontes e metodologias de pesquisa como também por meio de uma nova leitura de fontes amplamente conhecidas e exploradas.

É importante salientar que as discussões teóricas fizeram emergir novas concepções no campo dos estudos étnicos, sendo acompanhadas, no Brasil, de uma

demanda social surgida na década de 1970, o chamado Movimento Indígena. A esse respeito, para Monteiro (2001, p. 5)

> Surgiu, de fato, uma nova vertente de estudos que buscava unir as preocupações teóricas referentes à relação história/antropologia com as demandas cada vez mais militantes de um emergente movimento indígena, que encontrava apoio nos largos setores progressistas que renasciam numa frente ampla que encontrava cada vez mais espaço frente a uma ditadura que lentamente se desmaterializava.

Essas perspectivas de diálogos têm igualmente suscitado calorosos debates pautados pelas teorias pós-coloniais, resultando, também, das críticas às Ciências Sociais promovidas em meados do século XX e conquistando espaço nas discussões no Brasil especialmente a partir das contribuições teórico-epistêmicas do grupo Modernidade/Colonialidade[3] que debatem sobre as heranças coloniais na América Latina.

Nesse contexto, as origens da categoria de *colonialismo interno*, sistematizado na América Latina principalmente pelo sociólogo mexicano Pablo González Casanova (2006), assentou suas as bases na concepção de *colonialismo* enquanto fenômeno que define a relação de dominação e exploração política, econômica, social e cultural exercida por uma nação estrangeira sobre um determinado povo, sendo configurado como um movimento de fora para dentro. Por sua vez, a construção do conceito de colonialismo interno compreende a perpetuação dessas formas de poder nos Estados-nação, em que a reprodução da dominação e exploração é operada a partir das relações constituídas no interior dos territórios nacionais e entre grupos que os integram. Nesse sentido, Casanova (2006, p. 416) afirma que:

[3] O grupo foi criado a partir de encontros e diálogos promovidos entre pesquisadores(as), sobretudo latino-americanos(as), resultando na publicação de diversos livros que atualmente são referências nas discussões sobre os estudos subalternos e o pensamento decolonial. Dentre os principais nomes envolvidos, destacamos o sociólogo peruano Aníbal Quijano, a pedagoga norteamericana radicada no Equador Catherine E. Walsh, o filósofo argentino Enrique Dussel, o sociólogo venezuelano Edgardo Lander, o semiólogo argentino Walter Mignolo e o filósofo colombiano Santiago de Castro-Goméz.

> Os estados de origem colonial e imperialista e suas classes dominantes refazem e conservam as relações coloniais com as minorias e as etnias colonizadas que se encontram no interior de suas fronteiras políticas. O fenômeno se repete uma e outra vez depois da queda dos impérios e da independência política dos estados-nação, com variantes que dependem da correlação de forças dos antigos habitantes colonizados e colonizadores nos estados que alcançaram a independência. [...] As etnias ou comunidades de nativos ou "habitantes originais" resultam ser assim objetos de dominação e exploração, e também importantes sujeitos de resistência e libertação (tradução nossa)[4].

Pensar, portanto, o poder tutelar e sua ação no âmbito da escolarização dos indígenas, sobretudo no contexto da atuação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), a partir do conceito de colonialismo interno, nos possibilita refletir sobre como a ossatura estatal de tutela dos povos indígenas se configurava nos moldes de um modelo colonizador impresso tanto no aspecto político-legal quanto na ação prática do órgão nas unidades locais. O caráter protecionista atribuído ao serviço tutelar incorporava uma ideia paternalista, reproduzindo práticas colonialistas nas relações entre o Estado e as populações tuteladas.

Para tanto, partimos do escrutínio da documentação do SPI, arquivada no Museu do Índio, para debater como se deu a ação indigenista do órgão, especialmente no âmbito escolar e entre os Potiguara na Paraíba. Como apresentaremos e discutiremos a seguir, os documentos oficiais do órgão indigenista, disponível no acervo digital do Museu, se constitui uma importante fonte documental para a pesquisa, reflexão e debate sobre as relações de poder e resistência travadas entre as populações indígenas e o Estado brasileiro.

O SPI no acervo do Museu do Índio

[4] Original: "Los estados de origen colonial y imperialista y sus clases dominantes rehacen y conservan las relaciones coloniales con las minorías y las etnias colonizadas que se encuentran en el inteior de sus fronteras políticas. El fenómeno se repite una y otra vez después de la caída de los imperios y de la independencia política de los estados-nación, con variantes que dependen de la correlación de fuerzas de los antiguos habitantes colonizados y colonizadores en los estados que lograran la independencia. [...] Las etnias o comunidades de nativos o "habitantes originales" resultan ser así objetos de dominación y explotación, y también importantes sujetos de resistencia y liberación".

O Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) foi criado em 1910 sob o ideário de transformar os indígenas em cidadãos brasileiros. Herdeiro do pensamento positivista, o projeto de tutela estatal desenhado no raiar no século XX foi concebido sob a perspectiva de que cabia ao Estado a função de promover a integração dos indígenas ao idealizado *progresso* da nação.

Em 1918, o órgão perdeu a função de Localização de Trabalhadores Nacionais, com a transferência da atribuição para o Serviço de Povoamento do Ministério da Agricultura, Industria e Comércio. Todavia, permaneceu no cerne ideológico do serviço a concepção presente em sua fundação de que, por meio da ação tutelar, os indígenas seriam transformados em trabalhadores nacionais, integrantes e contribuintes do crescimento e desenvolvimento econômico do país. Essa concepção foi expressa no trecho do Memorial endereçado ao então Diretor do SPI, Cândido Rondon, pelo sub-diretor Manoel Tavares da Costa Miranda e pelo inspetor Alípio Bandeira (1947 [1911], p. 78):

> O regulamento [Decreto nº 8.072/1910] cria "Povoações Indígenas", que nada têm dos antigos aldeamentos ou colonizações e são apenas uma espécie de escolas livremente facultadas aos que as queiram. Ainda aí tem o índio inteira liberdade de ação, podendo à vontade escolher a ocupação que lhe agrade e abandoná-la quando quiser. Cria também o regulamento "Centros Agrícolas" destinados à localização de trabalhadores nacionais, onde nada impede que sejam admitidos índios quando desejem, já porque tenham adquirido hábitos de fixidez e economia ou já porque se achem confundidos na massa geral da população.
>
> De sorte que a "Povoação Indígena" torna-se assim um estágio espontâneo entre o índio nômade e o trabalhador nacional, ou seja entre o índio errante e o mesmo índio sedentário, cooperador no trabalho agrícola.

Entender o funcionamento do SPI, as dimensões da política indigenista que orientava a ação nos espaços dos postos locais, bem como as relações tecidas entre indígenas e não-indígenas nos ambientes de efetiva atuação tutelar, perpassam fundamentalmente pelo escrutínio da documentação oficial do órgão indigenista.

Sob a guarda do Museu do Índio estão milhares de documentos do SPI, cuja criação se deu, como citamos, em 1910 e a extinção, em 1967. Disponibilizada no site da instituição, o acervo digital reúne a documentação dos vários Postos Indígenas (PI) espalhados por todo o território brasileiro, assim como os documentos das Inspetorias Regionais (IR) as quais os postos estavam subordinados. No tocante à documentação alusiva ao cotidiano escolar indígena, especificamente sobre PI Nísia Brasileira, implantado entre os Potiguara, na Paraíba, ressaltamos as seguintes tipologias: frequências escolares, inventários, relatórios mensais, ofícios, telegramas, além de comprovantes de aquisição de materiais e móveis escolares.

A citada documentação relata a realização de eventos religiosos, à exemplo de missas e primeira comunhão dos alunos nas escolas do posto, e de caráter nacionalista, como comemorações de dias festivos do calendário nacional, como o Dia da Independência, além de relatar eventos por ocasião de visitas de autoridades públicas. Observamos na documentação o indicativo do material didático utilizado nas escolas, o registro da presença e ausência de móveis e outros materiais necessários ao funcionamento das atividades escolares, assim como relatos das rotinas relacionadas à administração e disposição das escolas.

Das frequências escolares, em específico, é possível encontrar informações que possibilitam discutir o cotidiano escolar do posto e a efetividade da aplicação do projeto educacional do SPI, como relação de alunos, suas idades, sexo e desempenho, além de eventos educativos e do calendário escolar, entre outros dados e informações pertinentes à pesquisa no campo de História da Educação. Entendendo serem essas apenas algumas das informações possíveis de serem extraídas dos documentos, é notório que a fonte histórica é ampla e que, somada à análise da legislação e de outros documentos produzidos pelo SPI, como os Boletins, é possível elucidar o funcionamento das escolas, bem como discutir a lógica formativa que permeava as atividades de escolarização dos indígenas.

O presente artigo não nos permite, contudo, estendermos a discussão sobre todos os aspectos da educação indigenista proposta e aplicada entre os Potiguara, haja vista que, como citamos, a documentação é farta, diversa e rica em possibilidades de investigação. No entanto, para compreendermos a efetividade da aplicação da documentação do SPI como fonte histórica, discutiremos uma partícula do cotidiano escolar do PI na Paraíba a partir dos documentos em comento.

Um retrato da escolarização dos Potiguara no século XX a partir da documentação do SPI

Nos últimos séculos, o discurso oficial sobre os povos indígenas no Nordeste foi construído para descaracterizar a afirmação étnica dessas populações, buscando conferir validade a projetos de expropriação territorial e da mão de obra indígenas. Expressões como "caboclos", "remanescentes" ou "índios misturados" (OLIVEIRA, 2004; PALITOT, 2005) foram utilizadas para referenciar os indígenas como estratégia semântica, numa concepção de que a presença indígena nessa região, partindo de uma perspectiva de *pureza cultural*, restringia-se ao passado, invisibilizando a existência e resistência dessas populações. Não raro, os próprios indígenas utilizavam-se do termo *caboclo* para se auto referirem. Contudo, como elucidou Silva (2017, p. 19):

> A atribuição da identidade de "caboclo" não pode ser lida como um "abandono da condição de indígena", mas simplesmente como produto de um regime político que não oferece espaços nem reconhece direitos aos que venham a explicitar sua condição étnica.

Sob essa categorização, os Potiguara foram, por muito tempo, desconsiderados pelas autoridades como indígenas[5], sob a alegação de estarem em processo de aculturação. Mesmo diante das argumentações de que os Potiguara estavam em vias de completa assimilação, diante de diferentes iniciativas de

[5] Em 1923 ocorreu a visita oficial de Dagoberto de Castro e Silva, emissário do SPI, para verificar a presença de indígenas na Paraíba que justificasse a implantação de um Posto do serviço federal. Na ocasião, o representante do órgão não reconheceu os Potiguara como indígenas, opinando pela não instalação do PI. Não obstante o parecer contrário, em 1932 foi implantado um PI na Baía da Traição/PB (PERES, 2004).

extermínio físico e étnico, os indígenas continuaram a empreender estratégias de resistência ante os distintos contextos de conflitos nos quais estiveram historicamente envolvidos, sendo reconhecidos na atualidade como um dos povos indígenas mais numerosos no Brasil (IBGE, 2023).

A relação entre os Potiguara e o SPI teve início logo nos primeiros anos seguintes à criação do órgão, em 1910, com a visita do inspetor Alípio Brandeira à região habitada pelos indígenas, antigos aldeamentos de Monte-Mór e Baía da Traição, demarcados na década de 1860 (VIEIRA, 2010; MOON; MAIA, 2008). Não obstante essa primeira visita do representante do órgão indigenista ter se dado em 1913, tendo, na ocasião, reconhecido a presença indígena[6], a criação de posto do SPI só foi implantada no final da década de 1920.

Inicialmente denominado de PI São Francisco, com sede na Baía da Traição, foi renomeado PI Nísia Brasileira em 1941[7], com mudança da sede para a aldeia Forte em 1942 (AMORIM, 1970; PALITOT, 2005). Instaurado como um Posto de Assistência, Nacionalização e Educação (PIN)[8], tinha dentre as suas atribuições a função de educar os indígenas, visando formar cidadãos da República e trabalhadores nacionais, conforme ideário do agência federal.

No período de ação tutelar, foi possível verificar, a partir da documentação, o funcionamento de cinco unidades escolares: as escolas Alípio Bandeira, Dr.

[6] Quatro seculos de civilização occidental passaram por esses indios. Elles são, portanto, no minimo, a decima geração de aborigenes aboletados comnosco. [...] Tudo isto fazem e, todavia, são indios puros, indios asperos, indios selvagens, com a sua sociedade á parte e tão a-lheia á nossa quanto isto lhes é possivel dentro da approximação em que se encontram. Da nossa industria aceitaram tudo quanto estava ao alcance delles; dos nossos costumes adoptaram os mais semelhantes aos seus, do nosso adeantamento intellectual e moral não fazem caso. [...] São fetichistas incrustados em nossas villas; espectadores apenas da nossa vida, eternos convivas sem logar á mesa da nossa civilização (Museu do Índio. Rio de Janeiro. **Relatório referente aos indios remanescentes da Bahia da Trahição, a nordéste do Estado da Parahyba**. 1920. BR RJMI SPI-IR4-071-017-40-f13. Caixa 170. Planilha 017).

[7] **Boletim Interno nº 1**. Rio de Janeiro. 1941. (CRV_Indigen. Filme 287. Fotograma 569-806), p. 2-3.

[8] Os PI poderiam ser classificados em diferentes categorias, de acordo com a finalidade e o estágio de assimilação dos indígenas: Posto de Assistência, Nacionalização e Educação (PIN); Posto de Fronteira e Vigilância (PIF); Posto de Atração (PIA); Posto de Alfabetização e Tratamento (PAT); e Posto de Criação (PIC).

Antônio Estigarribia, Coronel Luiz Guedes, Vicente Ferreira Viana e Marechal Rondon. A primeira escola a ser construída foi a Alípio Bandeira, que funcionava num prédio construído ao lado da sede do posto, na aldeia São Francisco. Segundo relatório de 1957[9], enviado pelo encarregado do posto à época, Tubal Fialho Vianna, o prédio escolar teria sido construído em 1930, ou seja, logo após a chegada do SPI à Paraíba.

Com a mudança da sede para a Aldeia Forte em 1942, deu-se o início da construção de outra escola, a Dr. Antônio Estigarribia, em frente à nova sede da unidade tutelar. O relatório de 1947, alusivo às atividades do posto em 1946, descreveu, em detalhes, a estrutura física de uma escola, então recém edificada:

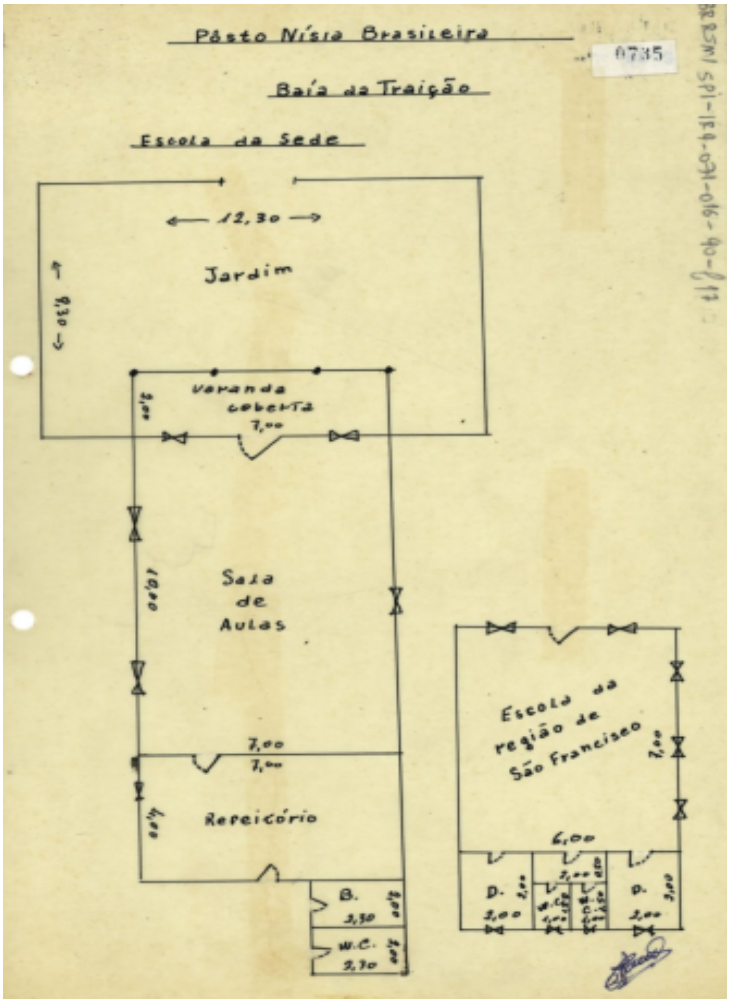
> Edificio para Escola. Iniciamos e concluimos a construção de um prédio que mede 14m70 X 7m70 X 3m50, de alvenaria e de tijolos, com piso de concreto revestido a cimento, contendo uma divisão interna de 28mts2 para funcionamento de aulas de trabalhos manuais e um salão de 72mts2 para aulas de letras, aparelhos sanitários externos, muro na parte inferior e balustrada na parte superior. A cobertura é de telhas coloniais sobre madeiramento de lei; contem 2 portas de 2m40 X 1m10 e 8 janelas de 1m40 X 1m10. Todas as janelas e portas teem venesianas com portas de segurança, são envidraçadas e foram assentadas sob ferragens de primei ordem[10].

Pelo detalhamento do edifício retratado, trata-se de um prédio segundo o modelo de escola rural, havendo apenas uma sala de aula para comportar alunos em diferentes níveis de escolarização, porém com espaços distintos para as aulas de primeiras letras e as oficinas de trabalhos manuais. Apesar de o documento não nomear a escola construída, fica evidente a referência à escola Dr. Antônio Estigarribia, haja vista a estrutura descrita do prédio escolar se aproximar da planta

[9] Museu do Índio. Rio de Janeiro. **Relatório.** 1957. BR RJMI SPI-IR4-666-048-68-f1-4. Caixa 181. Planilha 001.
[10] Museu do Índio. Rio de Janeiro. **Relatório.** 1947. BR RJMI SPI-IR4-071-001-63-f2. Caixa 167. Planilha 001.

da "Escola da sede" desenhada por Ney Land, funcionário do CNPI, na visita ao Posto em 1965[11]:

Imagem 1 - Esboço da planta das escolas Dr. Antônio Estigarribia (escola da sede) e Alípio Bandeira (escola da região da Aldeia São Francisco), 1965.



Fonte: Acervo Arquivistico do Museu do Índio. Disponível em: http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib

[11] Museu do Índio. Rio de Janeiro. **Pôsto Indígena Nísia Brasileira.** 1965. BR RJMI SPI-IR4-071-016-40-f17. Caixa 169. Planilha 016.

=MI_Arquivistico&pagfis=201421. Acesso em: 15 de abr. 2023.

As poucas diferenças entre a construção descrita e o esboço da planta podem ser atribuídas ao intervalo de 19 anos entre a elaboração dos documentos. Nesse interstício, o edifício passou por duas intervenções estruturais: 1) em 1956, o prédio desabou por ocasião "da grande invernada"[12]. Não foi possível precisar quando a reconstrução do edifício foi iniciada, contudo, em junho de 1958, foi relatada a paralisação das obras de reconstrução por falta de recursos, sendo as aulas ministradas num galpão, "não acomodando bem os alunos índios"[13]; 2) Em 1960, foi construído um alpendre na escola "para servir de área recreativa para os alunos e evitar a entrada de aguas da chuva no salão de aula"[14].

No tocante à escola Cel. Luiz Dantas, em Estiva Velha, foi inaugurada em 1958, quando da visita do chefe da IR4 à época, Raimundo Dantas Carneiro[15]. Todavia, funcionar como unidade escolar não significava a existência de um prédio exclusivo para a atividade. A construção de uma escola na aldeia Estiva Velha integrou o programa de atividades do posto para o ano de 1946[16], porém, o prédio não foi construído naquele ano. Em 1962, ou seja, após quatro anos de atividade escolar, o agente Sebastião Francisco da Silva ainda solicitava a construção de uma casa para a instituição:

> O Posto necessita da construção de um prédio, para funcionar a Escola Coronel José Luiz Guedes, que vem funcionando em uma casa velha, de taipa coberta de palha de coqueiros, pertencente ao indio Antonio Leopoldino. Espero que este ano, seja cumprido pelo Sr. Dr. Chefe da 4ª. Inspetoria o que prometeu aos indios do Estiva Velha na ocasião de sua

[12] Museu do Índio. Rio de Janeiro. **Relatório.** 1957. BR RJMI SPI-IR4-666-048-68-f1. Caixa 181. Planilha 001.
[13] Museu do Índio. Rio de Janeiro. **Aviso do Posto.** 1958. BR RJMI SPI-IR4-071-011-63-f1v. Caixa 168. Planilha 011.
[14] Museu do Índio. Rio de Janeiro. **Aviso do Posto.** 1960. BR RJMI SPI-IR4-071-012-92-f1. Caixa 168. Planilha 012.
[15] Museu do Índio. Rio de Janeiro. **Aviso do Posto.** 1958. BR RJMI SPI-IR4-071-011-60-f1v. Caixa 168. Planilha 011.
[16] Museu do Índio. Rio de Janeiro. **Programa de trabalho para o ano de 1946.** 1946. BR RJMI SPI-IR4-999-001-51-f36. Caixa 195. Planilha 001.

> visita aquele lugarejo em 1959, que instalou a referida Escola e determinou a Srt. Francisca Bernades para exercer a função de aux. Ensino, correndo as despesas por conta das rendas do Posto, até ulterior deliberação.[17]

A questão da estrutura física era apenas uma das muitas necessidades vivenciadas no cotidiano das escolas. O relatório de dezembro de 1936[18] – quatro anos após a criação do aludido posto – relata estar em atividade uma escola – pelo ano, a Alípio Bandeira – cujo responsável era o auxiliar de ensino Vital Pereira da Silva Melo, apresentando frequência média de "trinta e tantos" alunos. Na ocasião, ao citar a existência da escola e seu funcionamento, o encarregado do posto, Vicente Ferreira Vianna, apresentou à IR alguns problemas relacionados ao cotidiano escolar.

O primeiro consistia em repassar o pedido realizado pelo professor por recursos para atender a despesa com água e limpeza da escola, suprida até então "às suas expensas". Para termos ideia do que representava assumir a referida despesa, em 1940, a folha de pagamento do posto[19] expõe a *mensalidade* do auxiliar de ensino em 250$000, o equivalente aproximado ao valor de duas foices "duas caras" adquiridas naquele mesmo ano[20]. O próprio encarregado do PI reconhecia no relatório a insuficiência do ordenado pago ao professor, mesmo considerando reajuste.

Vale ressaltar que os postos não dispunham de autonomia financeira e orçamentária, dependendo das instâncias superiores, sobretudo das Inspetorias

[17]Museu do Índio. Rio de Janeiro. **Aviso do Posto.** 1962. BR RJMI SPI-IR4-071-014-17-f1. Caixa 169. Planilha 014.
[18] Museu do Índio. Rio de Janeiro. **Relatório Final.** 1936. BR RJMI SPI-IR4-381-001-01-f1-9. Caixa 181. Planilha 001.
[19]Museu do Índio. Rio de Janeiro. **Folha de pagamento do pessoal do serviço no Posto de assistencia, nacionalisação e educação "São Francisco" da Baia da Traição-Inspetoria da Parayba, Pernambuco, Baia, Espirito Santo e Minas Gerais.** 1940. BR RJMI SPI-IR4-381-001-05-f1. Caixa 181. Planilha 001.
[20]As foices custavam, segundo fatura de compra, 140$000 a unidade, somando-se 280$000, sendo superiores ao salário recebido pelo professor (Museu do Índio. Rio de Janeiro. **Fatura.** 1940. BR RJMI SPI-IR4-381-001-07-f1. Caixa 181. Planilha 001).

Regionais, determinar como deveriam ser gastas as rendas auferidas a partir das atividades econômicas desenvolvidas pelos próprios PI, bem como proceder o pagamento dos trabalhadores que compunham as folhas de numerário das unidades locais.

Esse cenário resultava na dificuldade de adequar os valores pagos aos funcionários às condições e custo de vida regionais e, principalmente, dos postos, estando diretamente relacionado ao formato de administração exercido pela direção do órgão tutelar. O problema da despesa com a limpeza foi resolvido anos mais tarde, pois o inconveniente não apenas foi excluído dos relatórios dos postos, sendo possível encontrar vários recibos de pagamento feitos pelo PI por serviços de limpeza realizados, inclusive, por indígenas, como Ana Porfiria da Conceição[21] e Naíde Cassiano[22].

A documentação do posto ainda revela que funcionava uma escola noturna estadual, criada a pedido da administração do posto. No entanto, sendo de responsabilidade do Estado, não encontramos na documentação do PI ou da IR4 informações sobre os estudantes que frequentavam as aulas, sua faixa etária, seus docentes, dentre outras informações para subsidiar a compreensão do funcionamento da unidade escolar. É certo, porém, que a escola atendia à demanda dos indígenas pelo ensino noturno, sendo considerada, em 1950, pelo então encarregado do PI, Arquimedes Souto Maior, como "funcionando com otimo resultado"[23]. Embora não tenha sido possível identificar até quando a escola estadual manteve suas atividades nas dependências escolares do posto, em 1964 foi inaugurado o curso noturno na escola Alípio Bandeira, ofertado pelo próprio PI[24].

[21] Museu do Índio. Rio de Janeiro. **Recibo.** 1953. BR RJMI SPI-IR4-071-007-33-f1. Caixa 168. Planilha 007.
[22] Museu do Índio. Rio de Janeiro. **Recibo.** 1953. BR RJMI SPI-IR4-071-008-27-f1. Caixa 168. Planilha 008.
[23] Museu do Índio. Rio de Janeiro. **Relatório.** 1950. BR RJMI SPI-IR4-666-004-47-f1. Caixa 182. Planilha 004.
[24] "Foi inaugurado neste trimestre o curso noturno da escola Alípio Bandeira, situada na Aldeia S. Francisco". (Museu do Índio. Rio de Janeiro. **Relatório relativo ao 2º semestre de 1964.** 1964. BR RJMI SPI-IR4-999-002-70-f1. Caixa 196. Planilha 002).

As aulas noturnas ocorriam das 18:30 às 21:30, compreendendo apenas indígenas do sexo masculino com intervalo etário de 15 a 35 anos[25].

Considerações finais

A documentação sobre a ação tutelar do PI Nísia Brasileira é farta em retratar o cotidiano escolar, seus sujeitos e espaços, possibilitando entender um fragmento do que foi o processo de educação dos indígenas no Nordeste e no Brasil sob a ação indigenista estatal. O diálogo com as fontes possibilitou-nos encontrar várias respostas para perguntas emergidas a partir da reflexão sobre a história indígena e os projetos de tutela do Estado.

Nesse contexto, é importante ressaltar que o uso de fontes oficiais não impossibilita a identificação e problematização das formas de resistência empreendidas pelos indígenas, pois, como afirmou Cunha (2017, p. 133), a História do Indigenismo não é dissociável da História Indígena, englobando apenas mais atores. Logo, problematizar as formas de poder exercidas pelo Estado também é pensar os protagonismos dos indígenas no contexto dos processos de tutela e de resistência.

O reconhecimento de contradições que num primeiro contato não parecem estar à vista no documento oficial é possível por meio de uma análise atenta e crítica por parte do(a) historiador(a), possibilitando a construção de outros horizontes de interpretação, o que Walter Benjamim (1987[1985]) aponta como sendo "escovar a história a contrapelo". Desse modo, o uso das fontes oficiais do SPI não limita o questionamento sobre o processo de escolarização dos indígenas e identificação dos modelos de mobilizações desses sujeitos no ambiente escolar.

Por fim, entendendo que a temática sobre o projeto de escolarização dos indígenas e ação tutelar do SPI encontra-se distante da exaustão, ante às perguntas

[25] Museu do Índio. Rio de Janeiro. **Frequencia Escolar.** 1964. BR RJMI SPI-IR4-071-015-17-f3-3v. Caixa 169. Planilha 015.

ensejadas da análise dos documentos do posto, da IR e da Diretoria da agência tutelar, esperamos que a presente discussão instigue novas e amplas pesquisas não apenas sobre a educação indigenista entre os Potiguara, quiçá entre os outros povos indígenas no Nordeste.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. História e antropologia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 151-168.

AMORIM, Paulo Marcos de. **Índios camponeses**: os Potiguara de Bahia da Traição. Rio de Janeiro, Dissertação (mestrado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1970.

BANDEIRA, Alípio. Memorial; MIRANDA, Manoel Tavares da Costa. In: OLIVEIRA, Humberto de. **Coletânea de Leis, Atos e Memoriais referentes ao indígena brasileiro compilado pelo oficial administrativo Humberto de Oliveira**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947[1911]. p. 55-86.

BENJAMIM, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987[1985].

CASANOVA, Pablo González. Colonialismo interno [una redefinicíon]. In: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina. (org.). **La teoria marxista hoy: problemas y perspectivas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias sociales - CLACSO, 2006. p. 409-434.

CUNHA, Manuela Carneiro. **Cultura com aspas**. São Paulo: UBU Editora, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**: Indígenas. Primeiros resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, Tapuias e historiadores**: estudos de história indígena e do indigenismo. 2001. Tese (Livre-docência), Universidade Estadual de Campinas, 2001.

MOONEN, Frans; MAIA, Luciano Mariz (org.). **Etnohistória dos índios Potiguara**. João Pessoa: Procuradoria da República na Paraíba/Secretaria da Educação e Cultura do Estado da Paraíba, 1992..

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). **A viagem de volta**: Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: LACED, 2004. p.13-42.

PALITOT, Estêvão Martins. **Os Potiguara da Baía da Traição e Monte-M**ór: história, etnicidade e cultura. João Pessoa, Dissertação (Mestrado), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2005.

PERES, Sidnei Clemente. Terras indígenas e ação indigenista no Nordeste (1910-67). In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). **A viagem de volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: LACED, 2004. p.43-91.

SILVA, Edson. **Xukuru:** memórias e histórias dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1959-1988. Recife: Editora UFPE, 2017.

VIEIRA, José Glebson. **Amigos e competidores**: política faccional e feitiçaria nos Potiguara da Paraíba. São Paulo, Tese (doutorado), Universidade de São Paulo, 2010.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

A POLÍTICA INDIGENISTA NO BRASIL: UM OLHAR SOBRE AS LEGISLAÇÕES, ARTIGOS E DECRETOS DO SÉCULO XX

Yris Campos Oliveira[1]
Maria Luisa Soares Marcolino[2]

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38424

RESUMO:
A política indigenista no Brasil ao longo do séc. XX reformulou práticas coloniais e imperiais, consolidando o controle estatal sobre os povos indígenas. A criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) em 1910 e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em 1967, marcaram uma gestão estatal que priorizou a assimilação cultural, frequentemente ignorando os direitos indígenas, desconsiderando suas práticas ancestrais e resultando na perda de territórios e na desintegração de modos de vida tradicionais. Diante desse contexto, a partir da análise de decretos, leis, artigos e legislações institucionais, a exemplo do Código Civil de 1916, os decretos de fundação dos órgãos indigenistas, os Art. 231 e Art. 232 da Constituição Federal de 1988, observamos como essas políticas atingiram a vida e a cultura dos indígenas no Brasil.
PALAVRAS-CHAVE: povos indígenas; políticas indigenistas; legislações institucionais.

INDIGENIST POLICY IN BRAZIL: A LOOK AT THE LEGISLATIONS, ARTICLES AND DECREES OF THE XX CENTURY

ABSTRACT:
Indigenous policy in Brazil throughout the XX century reformulated colonial and imperial practices, consolidating state control over indigenous peoples. The creation of the Indian Protection Service (SPI) in 1910 and the National Indian Foundation (FUNAI) in 1967, marked state management that prioritized cultural assimilation, often ignoring indigenous rights, disregarding their ancestral practices and resulting in the loss of territories and the disintegration of traditional ways of life. In this context, based on the analysis of decrees, laws, articles and institutional legislation - such as the Civil Code of 1916, the founding decrees of indigenous bodies, Art. 231 and Art. 232 of the Federal Constitution of 1988, we observed how these policies impacted the lives and culture of indigenous peoples in Brazil.

[1] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH/UFPB). Integrante do grupo de pesquisa Abaiara - Estudos Indígenas da Paraíba. Lattes: http://lattes.cnpq.br/6941824809734030. Contato: yrisoliveirac@gmail.com
[2] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH/UFPB). Integrante do grupo de pesquisa Abaiara - Estudos Indígenas da Paraíba. Lattes: http://lattes.cnpq.br/9845391589610314. Contato: mmallu-10@hotmail.com

KEYWORDS: indigenous peoples; indigenous policies; institutional legislation.

Introdução

Assim como em grande parte da legislação presente no Brasil desde muito tempo, tornou-se quase regra a existência de um abismo entre a lei propriamente dita e o seu cumprimento. Com os povos indígenas, marginalizados e colocados na condição de o Outro da história, não é diferente. A concepção de que os indígenas compõem um grupo de menor capacidade física e intelectual foi, por muito tempo, utilizada como justificativa para a imposição de um regime legal de tutela sobre tais povos. Para o historiador e antropólogo Antônio Carlos de Souza Lima (2014), a tutela consiste em um regime de poder surgido no Brasil com a invasão europeia às terras indígenas na América, a partir da guerra de conquista.

O período colonial, marcado pela existência de duas políticas indigenistas, uma para os aldeados-aliados e outra para o gentio bárbaro inimigo (Perrone-Moisés, 1992), teve a instauração de inúmeras leis, cartas régias, alvarás e regimentos direcionados aos povos indígenas. Esses, definiam sobre a realização de guerras, a religião e catequização, a língua, o território, o relacionamento de indígenas e brancos, o comando dentro das vilas e aldeias e, especialmente, a liberdade, o trabalho e a escravidão. Porém, embora existente, essa legislação se mostrou contraditória, oscilante e hipócrita (Perrone-Moisés, 1992). Diversas leis que preveem a liberdade dos indígenas, por exemplo, foram promulgadas e revogadas.

Na República, a questão indígena apresentou um avanço quando comparada ao Império, onde os povos originários sequer são mencionados na Constituição de 1824. Apesar disso, as conquistas ainda caminhavam a passos lentos, na qual tais povos viveram por quase todo século XX sob uma imposição de tutela que os considerava incapazes de exercerem seus direitos legais sem o auxílio de um

tutor. A transição do Império para a República tem como um dos conflitos vigentes a disputa entre Igreja e Estado pelo domínio da educação e tutela indígena. A primeira, objetivava continuar com as práticas evangelizadoras direcionadas aos nativos desde o século XVI, enquanto o Estado, apoiado nas concepções do Apostolado Positivista, apresentava uma noção tutelar mais libertária.

Com a efetiva separação de Igreja e Estado e a atribuição da questão indígena a este último, a tutela passou a acontecer por meio das práticas de atração, agremiação e concentração, que constituem estratégias para retirar os indígenas dos seus territórios para viver em proximidade aos Postos Indígenas (PI)[3], assim como induzir que eles abandonassem as práticas originárias e, aos poucos, começassem a trabalhar em prol das atividades desenvolvidas no Serviço de Proteção aos Índios (SPI) (Lima, 1995).

Na tentativa de analisar a legislação indigenista do século XX, necessitamos historicizá-la e situá-la temporalmente, considerando especialmente as diversas fases históricas vivenciadas no Brasil durante o século XX. A ação indigenista, por mais que atendendo às mesmas normas legais, passaram por consideráveis modificações práticas durante o período varguista, o Estado Novo, a Ditadura Militar e na época da redemocratização. Tratar dessas ações de maneira aprofundada em cada um desses período não consiste no objetivo deste trabalho, mas ainda assim não podemos desconsiderar a influência política dentro dos órgãos indigenistas e das delimitações legais quanto aos indígenas.

A análise apresentada neste artigo se fundamenta em uma abordagem histórica, com base em autores como Manuela Carneiro da Cunha (2018), Beatriz Perrone-Moisés (1992) e Antonio Carlos Souza Lima (1995) (2002). Além disso, utilizamos como principais fontes: decretos, leis, artigos e legislações institucionais

[3] Os Postos Indígenas foram centros de atuação existentes entre 1910 e 1967, período em que o Estado era representado nas terras indígenas por meio do Serviço de Proteção aos Índios. Tais Postos eram designados a cumprir a missão civilizadora estabelecida pelo Estado.

que marcaram a relação entre o Estado brasileiro e os povos indígenas ao longo do século XX. Entre os documentos analisados, destacamos o Código Civil de 1916, que incorporava aspectos legais limitantes para a autonomia indígena, os decretos que instituíram órgãos indigenistas, como o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), e os artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 1988, os quais representam um marco na garantia dos direitos originários às populações indígenas. Esses textos normativos foram selecionados por sua relevância em refletir as mudanças e permanências nas políticas indigenistas, bem como suas implicações culturais e cotidianas para os povos originários. A metodologia adotada combina a análise crítica das fontes oficiais supracitadas com uma perspectiva historiográfica, visando compreender as imposições do Estado brasileiro frente aos povos indígenas.

A letra da lei: análise da legislação indigenista

O primeiro órgão de atuação voltada especificamente aos indígenas foi criado em 1910, por meio do Decreto 8.072/1910, e denominado Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN). No período inicial de sua existência, o SPILTN concentrava suas ações na busca por trabalhadores nas regiões interioranas do Brasil. A proposta era fomentar o desenvolvimento nacional, percebendo os indígenas como uma possível fonte de mão de obra que poderia ser assimilada ao mercado de trabalho e contribuir para a formação de uma força laboral nacionalizada (Borges e Oliveira, 2023, p. 6).

Esta premissa pode ser observada quando verificamos que o órgão fazia parte, inicialmente e durante um bom período de sua atuação, do Ministério dos Negócios da Agricultura, Industria e Comercio, criado por meio da Lei nº 1.606, de 29 de dezembro de 1906, que era responsável, entre outras demandas, de assuntos relativos a "b) immigração e colonização, catechese e civilização dos indios."

(BRASIL, 1906, não paginado). Dessa forma, o Decreto 8.072/1910, criado durante o governo de Nilo Peçanha,

> Resolve, de accôrdo com a lei n. 1.606, de 29 de dezembro de 1906, crear o Serviço de Protecção aos Indios e Localização de Trabalhadores Nacionaes, sujeito ao regulamento, que com este baixa assignado pelo ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Industria e Commercio. [...]
>
> Art. 1º O Serviço de Protecção aos Indios e Localização dos Trabalhadores Nacionaes, creado no Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, tem por fim:
>
> a) prestar assistencia aos indios do Brazil, quer vivam aldeiados, reunidos em tribus, em estado nomade ou promiscuamente com civilizados;
>
> b) estabelecer em zonas ferteis, dotadas de condições de saiubridade, de mananciaes ou cursos de agua e meios faceis e regulares de communicação, centros agricolas, constituidos por trabalhadores nacionaes que satisfaçam as exigencias do presente regulamento. [...] (Brasil, 1910, não paginado)

A criação do órgão foi possibilitada por uma série de polêmicas internacionais que envolviam o trato das ações indigenistas brasileiras, expostas durante o XVI Congresso Internacional de Americanistas, em 1908. Nesse sentido, sua criação buscava tanto retirar a ação indigenista das mãos da Igreja quanto atenuar os ânimos das revelações feitas em 1908 (Oliveira, 2024). No seu Decreto de criação, a maior parte das deliberações foram direcionadas a Localização de Trabalhadores Nacionais, importante indicativo quanto à intenção por trás da prática do órgão. Desde o princípio era defendido que a condição do indígena era passageira, que eles evoluiriam e se tornariam trabalhadores nacionais contribuintes para o desenvolvimento brasileiro. Essa intenção era camuflada pelo viés de proteção aos povos indígenas, onde, no capítulo 1 do decreto de criação, o objetivo da assistência consistia, entre outras coisas:

> Art. 2º A assistencia de que trata o art. 1º terá por objecto: [...]
>
> 13, promover a mudança de certas tribus, quando for conveniente o de conformidade com os respectivos chefes;

> 14, fornecer aos indios instrumentos de musica que lhes sejam apropriados, ferramentas, instrumentos de lavoura, machinas para beneficiar os productos de suas culturas, os animaes domesticos que lhes forem uteis e quaesquer recursos que lhes forem necessarios; introduzir em territorios indigenas a industria pecuaria, quando as condições locaes o permittirem; [...]
>
> 16, ministrar, sem caracter obrigatorio, instrucção primaria e profissional aos filhos de indios, consultando sempre a vontade dos paes; (Brasil, 1910, não paginado, grafia da época)

Ou seja, o órgão prevê uma série de medidas que, direta ou indiretamente, implicam em um impacto nas formas de vida das populações indígenas. Ao fornecer máquinas e ferramentas de trabalho agrícola, introduzir a pecuária enquanto uma indústria, ministrar aulas profissionalizantes, realocar aldeias e demais medidas expressas no trecho do decreto, consiste em uma tentativa de modificação cultural. Ademais, ainda que a legislação oriente para a realização pacífica de tais ações e sem caráter obrigatório, isso não afasta a violência étnica vivenciada por tais comunidades. O SPILTN foi desmembrado em 1918, sendo dividido entre SPI e deixando o LTN a cargo das questões específicas dos sertanejos e trabalhadores em geral. No entanto, essa divisão não foi suficiente para afastar o Serviço da premissa de integração através do trabalho.

Por mais que em nenhum momento o SPI tenha, através dos decretos oficiais, cunhado uma definição de quem era indígena, sua criação estabeleceu na prática quem o era ou não. Isso se deu pois para a instauração de um PI em determinado território era realizado um relatório que informava se a população era ou não nativa de fato. Evidentemente, tal relatório era arbitrário e apresentava dados sem historicizá-los adequadamente.

Mesmo sem essa definição legal, o Código Civil, criado em 1 de janeiro de 1916 pela Lei nº 3.071, considerava os indígenas como relativamente incapazes, sendo sujeitos à tutela estatal até o momento em que atingissem tal capacidade. Ou seja, esta viria quando tivessem abandonado em definitivo sua condição de indígena e vivessem integrados à sociedade hegemônica.

> "Art. 6. São *incapazes, relativamente* a certos atos (art. 147, n. 1), ou à maneira de os exercer: [...]
>
> IV. Os silvícolas[4].
>
> Parágrafo único. Os silvícolas ficarão *sujeitos ao regime tutelar*, estabelecido em leis e regulamentos especiais, o qual cessará á medida que se forem adaptando á civilização do paiz." (Brasil, 1916, não paginado, grifos nossos)

A incapacidade relativa do indígena é estabelecida com base em critérios que consideram toda e qualquer cultura diferente da estabelecida pelo branco como inferior, sendo ainda um resquício das manipulações de teorias raciais. Além disso, e com um teor ainda mais problemático, força esses povos a atenderem a leis que não são comuns a eles, sendo impostas por uma lógica de sociedade que desrespeita e desconsidera sua cosmovisão. Ao necessitarem responder legalmente por meio de um tutor definido pelo Estado, as brechas para desvios de conduta e representações que não atendem os interesses nativos são fixadas e legitimadas.

Essa incapacidade explícita é prevista até a criação do Estatuto do Índio[5], criado através da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, refletindo o contexto integracionista da época, o Estatuto tinha o objetivo de assimilar os indígenas à sociedade nacional. A lei trata da definição de indígena, proteção de terras, educação, saúde e integração, revelando tanto avanços quanto retrocessos para essas populações. Entre os retrocessos, considera a possibilidade da capacidade total do índígena mediante alguns critérios:

> Art. 9º Qualquer índio poderá requerer ao Juiz competente a sua liberação do regime tutelar previsto nesta Lei, investindo-se na plenitude da capacidade civil, desde que preencha os requisitos seguintes:
>
> I - idade mínima de 21 anos;

[4] Silvícola é a denominação dada aos povos indígenas no período.
[5] Atualmente, devido aos consideráveis avanços do movimento indigenista, o Estatuto do Índio passou a ser informalmente denominado de Estatuto dos Povos Indígenas, mesmo sem que tenha ocorrido uma mudança oficial do nome. Em verdade, a necessidade de criação de um novo Estatuto precede a da mudança oficial da nomenclatura, considerando que muitas normas postuladas por esse documento já foram revogadas pela Constituição e o próprio Código Civil de 2002 solicita a criação de um código específico para tratar sobre as questões indígenas.

> II - conhecimento da língua portuguesa;
>
> III - habilitação para o exercício de atividade útil, na comunhão nacional;
>
> IV - razoável compreensão dos usos e costumes da comunhão nacional. (Brasil, 1973, não paginado)

Além disso, o estatuto em questão parte de uma visão paternalista ao definir o indígena como "integrado", "em vias de integração" ou "isolado", categorizando-os de acordo com seu grau de contato com a sociedade não indígena. Isso reflete uma política de aculturação expressa, particularmente em artigos como o 4º, que propõe a integração dos indígenas como objetivo final, e o 7º, que vincula a tutela à administração pública, sugerindo que os indígenas seriam incapazes de autogerir suas vidas e interesses.

Essa política contribuiu para a perda de identidade cultural e para a exclusão social, pois muitos indígenas foram absorvidos em condições precárias na sociedade não indígena. Por outro lado, alguns dispositivos trouxeram avanços pontuais. A proteção das terras indígenas, abordada nos artigos 19º a 25º, assegurou direitos territoriais, ainda que subordinados à homologação estatal. O estatuto ao institucionalizar políticas de aculturação, teve efeitos profundamente negativos ao enfraquecer a identidade cultural indígena e perpetuar a dependência do Estado.

Ou seja, o que se vê é uma reformulação da concepção estabelecida no Código Civil de 1916, de que a integração é uma condição para a capacidade civil. Não obstante, querer que o indígena responda civilmente pelos seus atos sem que haja a mínima compreensão das normas vigentes na sociedade é colocá-lo em um lugar de vulnerabilidade. Nesse sentido, a própria obrigatoriedade de adaptação a normas que não são próprias dos povos em questão deságua, com base na análise

do Estatuto, em um necessário conhecimento das leis e modo de vida do não-indígena para o afastamento da tutela[6].

Ainda dentro desse contexto, um pouco antes do estabelecimento do Estatuto do Índio (1973), tivemos a transição do SPI para a FUNAI. Essa mudança se deu em meio a crises econômicas e negligência no atendimento humanitário às populações indígenas por parte do SPI. De acordo com Albuquerque Lima, fatores como a reforma administrativa de 1967 e a nomeação de Afonso Augusto de Albuquerque Lima como Ministro do Interior pelo presidente-general Arthur da Costa e Silva foram determinantes para o encerramento das atividades do órgão. Além disso, o Brasil também enfrentava crescentes denúncias em fóruns internacionais sobre as violações de direitos humanos e maus-tratos praticados contra os povos indígenas, aumentando a pressão pela reformulação das políticas indigenistas do país.

Paralelamente, o projeto militar de construção de rodovias que conectariam as diversas regiões do Brasil, teve impactos devastadores sobre os povos indígenas da região amazônica. A expansão das fronteiras agrícolas e a exploração de recursos naturais resultaram no desmatamento massivo da floresta amazônica, desencadeando um deslocamento forçado e violência contra as comunidades indígenas locais. Em resposta às denúncias de violações, Albuquerque Lima instaurou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Índio, em 1967, cuja investigação culminou na elaboração do Relatório Figueiredo. Esse documento, conforme aponta Rodrigues (2017), expôs em detalhes as atrocidades cometidas contra os indígenas, incluindo massacres, exploração econômica e negligência por parte do Estado.

[6] Essa noção só deixa de existir a partir da Constituição Federal de 1988, que extingue a tutela. Por meio da teoria da recepção, o Estatuto foi parcialmente recepcionado pela Constituição brasileira atual.

A desarticulação do SPI e a transição para FUNAI, criada no mesmo ano, refletiram a tentativa de reorganizar a política indigenista brasileira em um contexto de modernização autoritária, mas sem resolver as questões estruturais que há muito afetavam a relação do Estado com os povos indígenas "[...] vários tipos de estruturas ilegais serviram para o encarceramento e a aplicação de tortura e maus-tratos aos indígenas brasileiros, com incidência tanto no período do SPI como no da FUNAI" (CNV, 2014, p. 233).

Na narrativa oficial, o encerramento do SPI foi apresentado como uma resposta à corrupção e aos diversos crimes praticados pelos civis que lideravam o órgão. De acordo com Rodrigues (2017, p 25), esses crimes incluíam desde a venda de terras indígenas, desvios de recursos e bens pertencentes às comunidades, até práticas extremamente violentas como escravização, estupros, envenenamento, contaminação proposital com doenças, torturas, assassinatos e genocídios – muitas vezes perpetrados por fazendeiros, jagunços, policiais e funcionários do SPI. No entanto, é importante destacar que, ao longo de sua história, o SPI foi majoritariamente gerido por homens brancos, incluindo militares em determinadas regiões do país, o que reflete as estruturas de poder e hierarquias coloniais que permeavam o órgão.

Nesse sentido, Lima (2002, p. 174) destaca que as reformas propostas na época visavam criar uma fundação de direito privado, dirigida por um conselho deliberativo composto por representantes de instituições científicas e governamentais. Além disso, Lima enfatiza a necessidade de uma formação especializada para profissionais na área, incluindo a criação de uma escola de indigenismo como parte da solução para a gestão inadequada das políticas voltadas aos povos indígenas.

Com base nesses "anseios", em 5 de dezembro de 1967, foi instituída a Lei nº 5.371, que autorizava, em seu Artigo 4º, a criação da Fundação Nacional do Índio

(FNI). Vinculada ao Ministério do Interior, a FNI foi concebida com o propósito central de definir diretrizes e assegurar a execução da política indigenista no Brasil. Sua criação não apenas extinguiu o SPI, mas também tornou extintos através de seu Art. 6, o Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI) e absorveu as competências do Parque Nacional do Xingu (PNX), assumindo total controle sobre as jurisdições relacionadas aos povos indígenas.

Durante a década de 1970, o órgão se consolidou sob a sigla FUNAI, mas não sem enfrentar desafios significativos, incluindo a continuidade de práticas autoritárias e o avanço de políticas de integração forçada, alinhadas aos interesses de desenvolvimento econômico e ocupação territorial promovidos pelo regime militar. A centralização do controle sobre as políticas indigenistas, embora tenha sido apresentada como uma tentativa de modernização, perpetuou muitas das desigualdades e violências estruturais que já marcavam a relação entre o Estado brasileiro e os povos indígenas. Assim, a criação da FUNAI representou tanto uma ruptura com o SPI quanto uma continuidade dos dilemas e contradições que permeavam as políticas indigenistas da época.

Diante dessa conjuntura, durante o período de redemocratização no Brasil, emergiram órgãos e movimentos voltados à defesa dos direitos indígenas, que buscaram a revogação do Estatuto do Índio de 1973 e a exclusão dos artigos 271 e 268 da Constituição de 1967. Esses dispositivos impunham a assimilação cultural dos povos indígenas e os classificavam como legalmente incapazes, perpetuando uma visão paternalista e discriminatória.

No contexto da Assembleia Nacional Constituinte (ANC), lideranças indígenas, com o apoio de instituições como a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e a Associação Brasileira de Apoio aos Povos Indígenas (ABPI), se mobilizaram em busca de direitos na nova Constituição. Nesse cenário, Ailton Krenak apresentou uma carta assinada por mais de 45 mil indígenas de

diversas etnias, reivindicando a garantia de direitos territoriais, culturais e políticos, além de medidas que assegurassem a preservação de suas tradições e o desenvolvimento sustentável de suas comunidades.

Como resultado dessas lutas, a Constituição Federal de 1988 introduziu os artigos 231 e 232. O artigo 231 reconhece os direitos originários dos povos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam, assegurando-lhes a posse permanente e o usufruto exclusivo das riquezas naturais, além de proteger sua organização social, costumes, línguas e tradições. Por outro lado, permite excepcionalmente a exploração de recursos em terras indígenas, desde que autorizada pelo Congresso Nacional e após consulta às comunidades afetadas, o que tem gerado controvérsias e ameaças aos seus direitos em regiões tomadas pelo agronegócio.

O artigo 232, por sua vez, assegura que os povos indígenas e suas organizações possam ingressar judicialmente para a defesa de seus direitos e interesses, sem a necessidade de intermediários como o Ministério Público ou órgãos tutelares, garantindo maior autonomia. Embora esses artigos representem avanços significativos, desafios persistiram na implementação prática dos direitos elencados. A exemplo da capacidade civil dos indígenas, que só foi equiparada à de outros cidadãos com o advento do Novo Código Civil de 2002, através do art. 4º, parágrafo único, que determina que a capacidade civil dos indígenas seria regulada por uma legislação específica, garantindo igualdade de direitos perante a lei. Além de assegurar que nenhuma legislação futura pode restringir ou negar os direitos que a Constituição de 1988 determinou aos povos originários.

Um ano após a Constituição atual do Brasil ser oficializada, foi realizada a Convenção n° 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, que constitui um importante marco no avanço dos direitos indígenas. Mesmo não sendo feita pelo Estado brasileiro, ela foi adotada em 2003, um ano depois da sua ratificação. A

Convenção reconhece direitos - a exemplo da autodeterminação[7] -, instituições e identidades indígenas em nível internacional, prevendo a participação dos povos nativos nas discussões. A adesão do Brasil a ela é importantíssima, pois o documento tem caráter de norma nos países que a seguem, devendo ser seguido e respeitado.

Conclusão

Buscar entender, por meio da análise da legislação, as modificações e violências direcionadas aos povos indígenas é um trabalho que requer um olhar atento e cuidadoso na leitura das entrelinhas dos documentos oficiais. Outro momento que requer cautela na análise é a compreensão de que a lei do século XX parte de uma homogeneização dos povos indígenas, não considera sua amplitude cultural e sua cosmovisão, e, especialmente, o histórico de contato de cada uma das etnias. Não podemos analisar da mesma forma os impactos, por exemplo, da tentativa de transformar os indígenas em trabalhadores nacionais imposta pelo SPI aos Potiguara, que estabeleceram contato com os não-indígenas desde o início do século XVI, com os Kaingang, que só tiveram a efetivação do contato no século XIX. Pela lei, a ação deve ser igual, mas as consequências dessa ação variam a depender da etnia. O SPI foi um órgão contraditório e que atendeu em muitos momentos mais à vontade dos chefes do Serviço do que propriamente o definido pela legislação.

Além disso, o Estado usou a lei para cumprir o projeto de apagamento dos povos nativos, fazendo com que até hoje muitos deles sejam desconhecidos para a população em geral. No âmbito interno das aldeias, essas inúmeras tentativas de afastamento cultural, direitos negados ou tutelados, também dificultam a propagação da história e tradições ancestrais.

[7] No momento em que a Convenção foi realizada o Brasil já reconhecia o direito à autodeterminação indígena. Porém, por se tratar de um documento nacional que pode atingir uma gama de países, sua importância é inegável.

REFERÊNCIAS

Fontes

BRASIL, Decreto nº 1.606, de 29 de dezembro de 1906. Cria o serviço de Estatística Commercial, anexo ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dpl/DPL1606-1906.htm. Acesso em: 21 nov. 2024.

BRASIL, Decreto n° 8.072, de 20 de junho de 1910. Cria o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais e aprova o respectivo regulamento. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1910. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d8072.htm>. Acesso em: 15 de outubro de 2024.

BRASIL, Lei nº 3.071, de 1 de janeiro de 1916. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1916. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm#:~:text=Este%20C%C3%B3digo%20regula%20os%20direitos,bens%20e%20%C3%A1s%20suas%20rela%C3%A7%C3%B5es.&text=DAS%20PESSOAS%20NATURAES-,Art.,e%20obriga%C3%A7%C3%B5es%20na%20ordem%20civil.> Acesso em: 15 de outubro de 2024.

BRASIL, Decreto-Lei nº 423, de 21 de janeiro de 1969. Altera a Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, que criou a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 jan. 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-423-21-janeiro-1969-374003-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 21 nov. 2024.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Capítulo VIII, Dos Índios, arts. 231 e 232. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 out. 24.

BRASIL, Estatuto do Índio: Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 20 dez. 1973.

BRASIL, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 11 jan. 2002. Art. 4º. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acesso em: 01 out. 24.

FUNDAÇÃO NACIONAL MUSEU DO ÍNDIO. Acervo documental. Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.gov.br/museudoindio/pt-br. Acesso em 16 out. 2024.

Bibliografia

ARAÚJO JÚNIOR, Júlio José. Direitos territoriais indígenas – uma interpretação intercultural. Rio de Janeiro: Processo, 2018. p. 151-158.

BRASIL. Relatório do Grupo de trabalho sobre: Violações de direitos humanos dos povos indígenas. In: Comissão Nacional da Verdade – Relatório. Volume 2, Textos temáticos, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 18 ago. 2024.

BORGES, C. C. do L.; OLIVEIRA, Y. C. Tutela e indigenismo na Paraíba: assistencialismo à saúde Potiguara sob a política do SPI (1941–1967): *La salud de Potiguara en la política del SPI (1941–1967)*. ***Mneme*** *- Revista de Humanidades*, [S. l.], v. 24, n. 47, 2024. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/31004. Acesso em: 21 nov. 2024.

CUNHA, Manuela Carneiro da. BARBOSA, Samuel Rodrigues (Orgs.) **Direitos dos povos indígenas em disputa**. São paulo: Editora Unesp, 2018.

GAGLIARDI, José Mauro. O Serviço de Proteção aos Índios: da fundação a extinção. In. **O indígena e a República**. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo: Secretaria de Estudos da Cultura, 1989, p. 253 - 289.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. **Um grande cerco de paz**: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.

LIMA, Antonio Carlos Souza. Gestar e gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

MELATTI, Julio Cezar. Índio e Cidadania. In __. **Índios do Brasil**. São Paulo, editora da Universidade de São Paulo, 2007, p 271 - 283.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais: Convenção nº 169. 1989. Disponível em: https://www.oas.org/dil/port/1989%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Povos%20Ind%C3%ADgenas%20e%20Tribais%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%20%C2%BA%20169.pdf. Acesso em: 21 nov. 2024.

OLIVEIRA, Yris Campos. Território indígena em disputa no século XX: poder, identidade e sobrevivência. In: **ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA AMÉRICA LATINA E BRASIL**, XXI, 2024, Campina Grande. Anais [...]. Campina Grande: UEPB, 2024. Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/xxi-encontro-estadual-de-historia-america-latina-e-brasil-entre-ondas-progressistas-e-reacoes-conservadoras-anpuh-paraiba-453769/865014-TERRITORIO-INDIGENA-EM-DISPUTA-NO-SECULO-XX--PODER-IDENTIDADE-E-SOBREVIVENCIA. Acesso em: 21 nov. 2024.

PEREIRA, Luis Fernando. **Legislação ambiental e indigenista**: uma aproximação ao direito socioambiental no Brasil. Rio de Janeiro: Museu do Índio: IEPÉ: FNMA: MMA, 2010. 1ª Reimpressão, 2014.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In. CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 115 - 132.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN

ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38484

O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS EM TERRAS POTIGUARA:

concepções territoriais na primeira década de atenção Federal

Lucas Flávio Alverga da Silva (UFPB)

RESUMO:
O presente trabalho visa analisar as dinâmicas territoriais entre o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), os agentes locais - frequentemente aliados à elite econômica cuja figura maior foi a Companhia de Tecidos Rio Tinto (CTRT) - e o povo indígena Potiguara, localizados no litoral norte da Paraíba, à época do início da atenção do órgão indigenista federal na Paraíba, na década de 1920. A compreensão das interações entre os Potiguara e os não-indígenas constituem um importante objeto de estudo para a compreensão da formação não apenas do indigenismo brasileiro, mas do próprio povo Potiguara. Para tanto, foi consultado o acervo documental do SPI. Nele, os agentes do SPI deixam transparecer suas expectativas sobre os Potiguara e as respectivas ações do Estado.
PALAVRAS-CHAVE: indígena; Potiguara; indigenismo, Serviço de Proteção aos Índios; território.

THE INDIAN PROTECTION SERVICE IN POTIGUARA LANDS: Territorial Conceptions In The First Decade Of Federal Attention

ABSTRACT:
The present work aims to analyze the territorial dynamics between the Indians Protection Service (SPI), local agents - often allied with the economic elite, whose prominent figure was the Companhia de Tecidos Rio Tinto (CTRT) - and the Potiguara Indigenous people, located on the northern coast of Paraíba, at the time the federal indigenous agency was starting to pay attention in Paraíba in the 1920s. Understanding the interactions between the Potiguara and non-Indigenous groups constitutes an important object of study for grasping the formation not only of Brazilian indigenism but also of the Potiguara people themselves. For this purpose, the SPI's documentary archive was consulted. In these documents, SPI agents reveal their expectations about the Potiguara and the corresponding actions of the State.
KEYWORDS: indigenous; Potiguara; indigenism; Indian Protection Service; territory.

Introdução

No dia 20 de junho de 1910, através do decreto 8.072, foi criado o "Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais" (SPILTN), subordinado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) com o objetivo confesso de "prestar assistência aos índios do Brasil, quer vivam aldeados, reunidos em tribos, em estado nômade ou promiscuamente com civilizados" (Decreto 8.072, 20 de junho de 1910).

O órgão, que posteriormente perde a incumbência de localização de trabalhadores nacionais em 1918, tornando-se apenas SPI, resulta de um amplo movimento da recém-proclamada república de lidar com os povos indígenas, que sofreram de um confuso e em muitas vezes arbitrário estatuto jurídico desde o fim da monarquia.

As bases ideológicas do órgão e de seus agentes estão, ao menos inicialmente, profundamente arraigados num forte e orgulhoso positivismo, este que começou a ser difundido no Brasil ainda na década de 1850, através da Escola Militar e de figuras como Benjamin Constant, em cujo quadro de alunos está o próprio Cândido Rondon e o Alípio Bandeira, que visitou os Potiguara já em 1913. Por conseguinte, da lógica do positivismo, aliado com o republicanismo em voga, advém o caráter eminentemente laico do órgão, situado num complexo jogo de poderes entre a crescente elite burguesa republicana e as antigas oligarquias monárquicas, politicamente organizadas e poderosas.

Nesse viés, o discurso do órgão, de forma geral, era de caráter assistencialista e assimilacionista, de forma a se representar materialmente em seus regulamentos e legislações, além de sua atuação nos diversos Postos Indígenas, pontos centrais onde a assistência estatal deveria ocorrer, nos quais

> A ação indigenista teria por finalidades: a) estabelecer a convivência pacífica com os índios; b) agir para garantir a sobrevivência física dos povos indígenas; c) fazer os índios adotarem gradualmente hábitos "civilizados"; d) influir de forma "amistosa" sobre a vida indígena; e) fixar o índio à terra; f) contribuir para o povoamento do interior do Brasil; g) poder acessar ou produzir bens econômicos nas terras dos índios; h) usar a força de trabalho indígena para aumentar a produtividade agrícola; i) fortalecer o sentimento indígena de pertencer a uma nação (LIMA, 1987 apud PACHECO, 2006, p. 112-113).

Ao substituir a catequese pela proteção e os aldeamentos pelos Postos Indígenas, o órgão reclamava para si a responsabilidade de tratar da política indigenista. Sua atuação para com os povos indígenas se baseou, em linhas gerais, sob a concepção da tutela, oficializada no Código Civil de 1916, onde se lê, no Art. 6º, que "Os silvícolas ficarão sujeitos ao regime tutelar, estabelecido em leis e regulamentos especiais, o qual cessará à medida em que se forem adaptando à civilização do país" (GAGLIARDI, 1989, p. 251-52). No próprio Código Civil é claro seu caráter assimilacionista, mas o caráter da tutela formar-se-á ao longo da atuação do órgão, de forma que

> As terras ocupadas por indígenas, bem como o seu próprio ritmo de vida, as formas admitidas de sociabilidade, os mecanismos de representação política e as suas relações com os não-índios passam a ser administradas por funcionários estatais; estabelece-se um regime tutelar do que resulta o reconhecimento pelos próprios sujeitos de uma 'indianidade' genérica, condição que passam a partilhar com outros índios, igualmente objeto da mesma relação tutelar (PACHECO, 2006, p. 114).

Dessa forma, o órgão atuou desde 1910 até 1967, quando foi extinto e substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Na Paraíba, o órgão começou a se interessar nos povos indígenas a partir da década de 1920, a fim de assistir ao povo Potiguara, ocupantes originários da região, instalando o Posto Indígena São Francisco em 1932, na Baía da Traição. Trata-se de um cenário crescentemente conflituoso, grande parte em razão do estabelecimento da fábrica da Companhia de Tecidos Rio Tinto (CTRT) - uma enorme fábrica têxtil - em território indígena Potiguara, cuja construção é iniciada em 1918 e começa a funcionar em 1924.

Durante a atuação do órgão, se produziu um enorme acervo documental, hoje disponibilizado digitalmente pelo Museu Nacional dos Povos Indígenas. Nesse viés, o presente artigo aborda dois documentos datados da década de 1920, ou seja, antes da atuação direta do SPI na Paraíba, portanto de outro ponto de vista e, consequentemente, passíveis de outras interpretações.

"Roubam uns aos outros o que têm nas roças, não havendo por isso desavença ou queixa."

Na pasta 071 - Nísia Brasileira, Caixa 170, planilha 017, se encontra um relatório escrito por Alípio Bandeira, agente do SPI, intitulado "Relatorio referente aos indios remanescentes da Bahia da Trahição, a Nordéste do Estado da Parahyba.", datado em 1920, que fala sobre uma visita que fizera em 1913 aos Potiguara

Não escapa ao autor do relatório, em sua primeira parte, divagações e licenças poéticas e sentimentais concernentes à sua impressão da Baía da Traição, pintando em cores com palavras e deixando explícito também o fortíssimo positivismo que carrega consigo e que é sintomático do caráter do órgão, especialmente em seus primeiros anos:

> [...] esse edificio maravilhoso da harmonia social que o genio de Augusto Conte planejou não para uma raça de escól, mas para o comum dos homens com todas as suas virtudes e todos os seus defeitos, inherentes aliás, á organisação cerebral, em nenhuma parte como neste recanto suave, tão cheio de reminiscencias dolorosas, senti refletir-se em minha alma a luta commovedora da Humanidade através de sofrimentos e de glorias para estabelecer na terra a fraternidade. (BR RJMI SPI-IR4-071-017-40-f5)

Mais à frente, quando enseja a descrição e estudo dos Potiguara, faz referência ao papel que ocupa a Igreja e a religiosidade cristã na rotina desse povo, ao dizer que

> Esse grupo (...) fazem suas festas de egreja na Preguiça - antiga villa de Monte-Mór, onde se encontram ainda alguns indios dispersos [e que outros] [...] preferem fazel-as em S. Miguel, a que chamam - a villa - dando o nome de sitio a cada um desses lugares em que residem (BR RJMI SPI-IR4-071-017-40-f9).

Percebe-se então a complexidade da relação dos regimes de memória que englobam o território e ativamente ressignificam a atuação das instituições e sua prática indigenista, nomeadamente a Igreja e o Estado - a catequese e a tutelagem. Os locais a que se refere o autor do relatório - "antiga villa de Monte-Mór" e "S.Miguel" - remetem à ação de catequese da Igreja, que ali atuou nos séculos precedentes por meio de dois aldeamentos missionários: São Miguel da Baía da Traição e Nossa Senhora dos Prazeres de Monte-Mór.

Portanto, se torna possível compreender, a partir de um documento datado de 1920, a importância desses locais religiosos como lugares de memória, como a territorialização das tradições de conhecimento dos Potiguara, que se apropriaram dos símbolos religiosos e adaptaram-nos ao seu cotidiano e ao seu campo cosmológico, uma vez que

> [...] esses símbolos atuaram na reconfiguração das relações sociais nesses espaços coloniais e foram apropriados pelos indígenas como referenciais de pertencimento social e territorial (POMPA, 2003, apud PALITOT, 2020, p. 120).

Faz-se mister compreender esse processo pois não é apenas a dimensão material e produtiva das terras que está em disputa, mas também sua dimensão simbólica (PALITOT, 2020, p. 119)

Dessa forma, a elaboração de uma memória dialógica à religião cristã católica explicita "[...] o acordo simbólico que foi construído séculos atrás e que permitiu sua [dos Potiguara] adesão ao catolicismo a partir de seus próprios códigos culturais [...]" (PALITOT, 2020, p. 121).

Assim sendo, melhor se entende a presença da Igreja na memória e no cotidiano dos Potiguara, e também se interpreta melhor a seguinte afirmação de Alípio Bandeira sobre o Regente (a liderança indígena) e o Vigário de São Miguel:

> Hoje, porém, a autoridade dessa personagem [do Regente] é muito limitada. **Sua nomeação provém do vigario de S. Miguel** e o vigario nada mais quer, de ordinario, senão que o Regente forneça dinheiro á egreja. De tal sorte que o papel deste chefe quasi que se reduz á arrecadação das esportulas com que cada um deve contribuir para as despesas discriminadas pelo padre. Além desta funcção e da prerogativa de falar primeiro, em nome de todos, quando recebem visita de ceremonia, só lhe conheci uma distincção sobre o comum dos seus subditos - **a de se entender com os estranhos que vão á aldeia contratar trabalhadores** (BR RJMI SPI-IR4-071-017-40-f10, grifos autorais).

Ou seja, se percebe o papel e a relação entre a liderança religiosa e a liderança indígena, representantes da lógica de funcionamento regional antes da tutela estatal promovida pelo SPI que efetivamente substitui a catequese pela proteção.

Nesse viés, se evidencia um dos encargos da liderança indígena, "a de se entender com os estranhos que vão á aldeia contratar trabalhadores". Os estranhos mencionados são os particulares, os não-indígenas, que travam com eles relações comerciais, e fica à cargo do Regente o negociamento do custo da mão de obra, discriminado no parágrafo seguinte:

> O preço corrente desses contratos regula 800 a 1000 réis diarios, sem comida, por individuo. Trabalham com diligencia e procuram cumprir á risca o estipulado. Não são exigentes, á mais simples advertencia, porém, que o dono do serviço faça a um delles, logo esse pede "a sua conta" e se retira. Immediatamente 2, 3, 4 o acompanham pedindo tambem sua conta e em geral no mesmo dia ou no seguinte vae-se o resto embora, ainda que sejam 16 ou 20. (BR RJMI SPI-IR4-071-017-40-f10)

Dessa forma se percebe, pelos olhos de um agente estatal cujo caráter podemos pelo menos conjecturar com mais conforto que a completa ignorância, a lógica de funcionamento da região no que concerne ao trabalho anterior à instalação da fábrica da Companhia de Tecidos Rio Tinto e à atuação direta do SPI em sua

investida de tutelagem dos Potiguara e, consequentemente, de seu território, de suas relações, de seu trabalho.

Alípio Bandeira também traz apontamentos sobre o trabalho no território, o que ele significa para os diferentes grupos e como se dão as relações:

> Vivem os actuaes Potyguaras da pequena agricultura de enxada e da pesca, no mangue, de caranguejos e mariscos. **Roubam uns aos outros o que têm nas roças, não havendo por isso desavença ou queixa.** (BR RJMI SPI-IR4-071-017-40-f11, grifos autorais)

Aqui o autor reconhece a lógica predominante de território e, consequentemente de trabalho e de poder entre os Potiguara, que em sua descrição traduz em "roubam uns aos outros o que têm nas roças, não havendo por isso desavença ou queixa" uma percepção de território compartilhado que contrasta com o estatuto jurídico de propriedade privada.

Naturalmente, diferentes concepções sobre o território, suas funções e seus significados são sintomáticos de diferenças mais basilares de visão de mundo, como a própria relação que se estabelece com a natureza pois, segundo Milton Santos, a natureza é também social:

> Para o homem, isto é, para o grupo social que a defronta, a natureza deixa de ser algo que funciona apenas segundo leis naturais, e passa a ser um grande conjunto de objetos dos quais o homem escolhe alguns que aprende a utilizar. Esses objetos são, para o grupo, a natureza útil, um subsistema do sistema natural total, o seu subsistema eficaz. **Esse subsistema é ainda a natureza, mas já é, igualmente, social, porque deliberadamente escolhido pelo homem.** (SANTOS, 1994, p. 90, grifos autorais)

Entendendo que a natureza é, uma vez vivenciada pelo ser humano, também social, entende-se que ela faz parte do espaço, por sua vez entendido como algo construído, resultado da ação dos seres humanos, intermediados pelos objetos ali presentes, sejam naturais (a natureza) ou artificiais. (Santos, 1994, p. 70)

De acordo com Raffestin,

> Evidentemente, o território se apóia do espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Dessa forma, entendemos que o território se trata de uma construção sobre algo construído, para além das relações imediatas com os objetos, mas de organizações sociais múltiplas que estão em constante disputa num campo de poder.

Essas disputas, por vezes veladas, noutras explícitas, são inerentes à existência humana organizada num espaço e não escapam ao olhar de Alípio Bandeira que traz, no próximo parágrafo, o resultado de uma dessas disputas dentro do campo de poder que caracteriza o território, neste caso bem explícito:

> Tem sucedido que algum estranho faz lavoura nas terras delle: os indios começam a furtar nessa plantação como fazem nas suas; o sujeito reclama e elles dão-lhe uma formidavel surra de páo - remedio sempre infallivel para a retirada do intruso. (BR RJMI SPI-IR4-071-017-40-f11, grifos autorais)

Nesse excerto fica bastante evidente o contraste entre o significado de território (de propriedade, de trabalho, de natureza) para os Potiguara e para os não-indígenas, contraste esse que gera desentendimentos, conflitos, pois ferem o território que é espaço de vivência e subsistência para os diferentes grupos sociais.

Entretanto, o território para os Potiguara não deve ser entendido apenas como meio de subsistência e vivência cujos objetos são meros facilitadores, mas como elemento existencial e fundamental no seu próprio conjunto de memórias e símbolos, pois

> [...] não é através de uma lista de traços ou elementos culturais, senão em práticas e sentidos continuamente produzidos e reproduzidos que os Potiguara se constituem como um grupo social singular em interação com outros grupos. **Para tanto, a terra, enquanto estrato material e cosmológico, é elemento indispensável à continuidade desses processos que engendram a existência mesma deste povo Indígena"** (PALITOT, 2020, p. 132, grifos autorais).

Alípio Bandeira, além de nos permitir bisbilhotar e melhor entender as relações territoriais em território Potiguara há mais de um século, também opina sobre o processo de "aculturação" dos Potiguara e fala sobre sua proximidade com a sociedade não indígena, ao dizer que "Frequentam as villas, conhecem as cidades e têm suas moradas, como quaesquer outros sertanejos, á beira das estradas. (...) Confundem-se nas egrejas com as populações ruraes e villôas" (RJMI SPI-IR4-071-017-40-f12).

Entretanto,

> Tudo isto fazem e, todavia, são indios puros, indios asperos, indios selvagens, com a sua sociedade á parte e tão alheia á nossa quanto isto lhes é possivel dentro da approximação em que se encontram. (RJMI SPI-IR4-071-017-40-f12).

Nesse sentido, o autor reconhece a identidade étnica dos Potiguara, apesar (e em razão de) sua proximidade à sociedade não-indígena. Não obstante, como um bom positivista, não poderia perder a oportunidade de expressar seu dissabor diante da atuação da Igreja, revelando sem querer o complexo processo de apropriação simbólica discutido anteriormente:

> A catechese religiosa não deixou nelles mais do que uma beatice extravagante e superticiosa com que misturam suas crenças fundamentaes e alguns actos cultuaes do catholicismo. (RJMI SPI-IR4-071-017-40-f13).

Assim sendo, o relatório apresentado por Alípio Bandeira, datado de 1920, traz relatos que permitem a identificação de lógicas de funcionamento e regimes de memória caros à sociedade Potiguara no início do século XX e como ela interage com os diferentes agentes presentes na região, entre particulares, a Igreja e o incipiente Estado republicano.

"[...] nenhum desses moradores, mestiços uns, pretos outros, louros e de olhos azues outros, nenhum encontrei que podesse esclarecer-me sobre as delimitações precisas e necessarias de suas terras [...]"

Entretanto, Alípio Bandeira não foi o único agente do SPI a escrever sobre os Potiguara anteriormente à implantação do Posto Indígena São Francisco em 1932, na Baía da Traição. Há também um relatório datado em 1923, de autoria de Dagoberto de Castro e Silva.

Este relatório, intitulado "Relatorio referente às terras occupadas pellos indios Potyguaras na Bahia da Trahição, municipio de Mamanguape (Parahyba) e visita aos indios Carijós, municipio de Aguas Bellas (Pernambuco)" (BR RJMI SPI-IR4-071-017-41-f2), sinaliza uma intenção do SPI em estabelecer um Posto Indígena para assistir aos Potiguara pois, na divisão dos tópicos do relatório, estabelece uma parte referente

> [...] a escôlha de um local, em um dos Estados de Parahyba ou Pernambuco, que possa servir de base á installação de um novo Posto de Proteção aos Indios localisados nos referidos Estados" (BR RJMI SPI-IR4-071-017-41-f3).

Faz-se necessário atentar ao caráter áspero e violento da descrição dos Potiguara que o autor do documento utiliza. Dagoberto de Castro e Silva faz a viagem de Recife à Paraíba "utilisando-me de um automovel gentilmente offerecido pelos irmãos Lundgren, grandes industriais e chefes de conhecidas firmas commerciaes em quasi todos os Estados do Brazil[...]" (BR RJMI SPI-IR4-071-017-41-f3). Os irmãos Lundgren eram os donos da Fábrica de Tecidos Rio Tinto, localizada em Rio Tinto, que se relacionava cotidianamente com a população indígena da região.

O relacionamento do autor com as autoridades estatais e privadas pode esclarecer a natureza do seu relato, muito mais próximo ao discurso das lideranças econômicas e políticas locais que do ideal positivista característico do relatório de 1920 por Alípio Bandeira:

> Da Capital dirigi-me com destino a Fabrica Rio Tinto, que se acha situada a tres kilometros da cidade de Mamanguape, grande propriedade dos industriaes Lundgren. Fiz o percurso em tres horas de automovel, indo hospedar-me em casa do Sr. Mario Vianna, superintendente da

> referida fabrica. Até ali me acompanhavam o advogado e o Director Presidente da Sociedade Anonyma Pernambuco Powder Factory, Dr. José Julião Netto e Major José Miranda. Desta sociedade os principais accionistas são os industriaes Lundgren. (BR RJMI SPI-IR4-071-017-41-f4)

No concernente ao território, o autor reconhece a presença permanente de particulares nas terras indígenas, caracterizando-os como possuintes de muitas benfeitorias:

> Em São Francisco encontram-se tres casas com sitios e roças pertencentes aos Srs. Antonio Bello, Antonio Alexandre e aos irmãos Dantas, que compraram aos Srs. Manoel Solon e João Baptista. Esta ultima propriedade compõe-se de uma casa de morada e uma outra com aviamentos para fabricação de farinha, ambas cobertas de telha, 200 laranjeiras, 120 coqueiros, mangueiras e bananeiras (BR RJMI SPI-IR4-071-017-41-f5).

Além disso, o autor afirma, muito duramente, que os Potiguara nada sabem de seu próprio território:

> [...] nenhum desses moradores, mestiços uns, pretos outros, louros e de olhos azues outros, nenhum encontrei que podesse esclarecer-me sobre as delimitações precisas e necessarias de suas terras, inclusive o proprio chefe Manoel Sant'Anna. Este individuo que com desembaraço canta os pretensos limites, aliás em desaccordo com a topographia do terrreno, pouco conhecimento tem do logar, atrapalhando-se até nos muitos caminhos que existem em todas as direções (BR RJMI SPI-IR4-071-017-41-f8).

A partir desse relato é possível perceber que há uma diferença fundamental entre a forma que o agente do SPI enxerga o território e como os indígenas - inclusive o próprio chefe supracitado, Manoel Sant'Anna - o enxergam. Faz-se mister entender o território em conjunto com seus significados subjacentes, pois "Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo que não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime uma relação que um grupo mantém com uma porção do espaço." (RAFFESTIN, 1993, p. 153).

Dessa maneira, o contraste entre o que significa o próprio território está explícito na discordância do agente para com os "pretensos limites" que "canta" o chefe indígena. Essa discordância advém da própria natureza das respectivas

sociedades, dado que o Estado-Nação inova historicamente ao trazer uma preocupação existencial à presença da fronteira, ao limite fronteiriço linear bem-delimitado, que praticamente inexistia anteriormente ao Estado moderno (RAFFESTIN, 1993, p. 166)

Claro que não se trata de traçar uma linha cronológica teleológica e afirmar que os Potiguara do século XX eram similarmente atrasados às sociedades medievais, mas de reconhecer as necessidades e vontades advindas de uma lógica de organização diferente que vai além de uma percepção linear e progressista do tempo.

O que existiam, de fato, eram limites zonais, que mais se identifica com a narrativa do chefe indígena e que naturalmente causa estranhamento ao agente indigenista - funcionário de um órgão federal de forte influência positivista num incipiente Estado republicano, preocupadíssimo com a soberania nacional - pois

> [...] muitos limites são zonais na medida em que a área delimitada não é, necessariamente, a sede de uma soberania fixada de forma rígida, mas a sede de uma atividade econômica ou cultural que não se esgota bruscamente no território, mas de maneira progressiva (RAFFESTIN, 1993, p. 154).

O que se observa, entretanto, é a intolerância do Estado de entender esses limites como zonais e submetê-los à rigidez linear da fronteira, explicitado neste mesmo relatório, na precoce tentativa do autor de estabelecer limites territoriais marcados por pontos fixos:

> De accordo com o reconhecimento que fiz nas terras devolutas da Bahia da Trahição, (...) consegui estabelecer estes limites: ao Norte, com os marcos Cajarana, Jardim ou Taiépe, Itauna, Encantado e Suzada até a foz do rio Camaratuba que desagua no Oceano. Nestes marcos ficam os engenhos Itaúna, Itauninha e Cumarú. Ao Sul, com o antigo aldeiamento dos indios de Monte-Môr, demarcado no anno de 1868 pelo engenheiro Antonio Gonçalves da Justa Araujo, aquem já me referi. **Todo esse grande terreno de Monte-Môr, pertence actualmente aos industriaes Lundgren e a outros que adquiriram por compras.** E' ao lado do antigo aldeiamento da Preguiça, onde ainda existem uma igreja de pedra e cal e um arruado com casas de palha habitadas por mestiços do mesmo typo dos da Bahia da Trahição, que está situada a grande fabrica Rio Tinto. A Leste limita-se com as terras do Dr. Franklin

> Dantas, até a igreja de S. Miguel e dahi com a lagoa do Sinimbú, ruinas do Forte, onde ainda se encontram velhas peças de artilharia do tempo da invasão hollandeza, até a barra do rio Camaratuba. Em toda esssa zona existem grandes coqueiraes de propriedade particular. A Oeste fica o vertice dos angulos das linhas norte e sul (BR RJMI SPI-IR4-071-017-41-f8-9, grifos autorais).

Para além do grifo, que evidencia a ocupação da terra e a forte presença dos industriais Lundgren, fator recorrente na documentação e determinante na lógica territorial, política e econômica da região, é a partir dessa tentativa de demarcação e dos pontos já discutidos que se torna possível compreender melhor aquilo que diz Pacheco de Oliveira:

> Não é da natureza das sociedades indígenas estabelecerem limites territoriais precisos para o exercício de sua sociabilidade. Tal necessidade advém exclusivamente da situação colonial a que essas sociedades são submetidas. (PACHECO, 1996, p. 9, apud LUCENA, 2017, p. 178)

Dito isso, é necessário perceber que essa necessidade do Estado de estabelecer limites territoriais precisos não é isento de significado, intenção ou consequência, uma vez que "A demarcação (...) permite o exercício das funções legal, de controle e fiscal" (RAFFESTIN, 1993, p. 167). Ou seja, a demarcação precisa do território permite ao Estado o exercício de seus mecanismos de poder.

Dessa forma, se percebe os primeiros movimentos do SPI e a expressão de sua vontade de atuar para como os Potiguara, numa lógica de tutelagem de suas vidas e, consequentemente, do mercado fundiário local, que no correr da década de 1920 já apresentava dificuldades e atritos entre a liderança econômica, a política e os Potiguara, como evidencia este relatório ao explicitar a agência e influência da CTRT:

> Em summa, os terrenos outrora demarcados e divididos em lotes, (...) distribuidos aos indios de Monte-Môr, tocando cada lote a uma familia, estão actualmente occupados pelos grandes industriaes Lundgren e os terrenos que figuram como devolutos (...) também foram pelos mesmos açambarcados, **com ou sem justos titulos de que possam oportunamente se valer.** Pelo exposto é licito concluir que os indios - pretensos Potyguaras - foram desalojados de suas terras, por sua livre

> vontade ou a contra gosto, visto como não tinham capacidade juridica para alienal-as (BR RJMI SPI-IR4-071-017-41-f10, grifos autorais).

Ou seja, o autor reconhece a ocupação do território indígena pela CTRT, cuja fábrica foi inaugurada no ano seguinte, em 1924, além de apontar o caráter dúbio de seus títulos de terra.

Além disso, se pode perceber que Dagoberto de Castro e Silva nega a identidade étnica dos potiguaras, ao dizer que

> [...] os individuos que ali vivem, dizendo-se indios Potyguaras, não apresentam nos traços phisionomicos, nem na indole, nem nos costumes, nem no uso do idioma geralmente fallado, nenhum traço de identidade com a legendaria tribu de que pretendem ser os continuadores e descendentes (BR RJMI SPI-IR4-071-017-41-f8).

Em razão dessa conclusão, o autor do relatório desaconselha a instalação de um Posto Indígena para atuar com os potiguara, pois os considera vivendo em "promiscuidade com os civilizados" e, portanto, não merecedores do amparo do Estado como indígenas, mas como trabalhadores:

> [...] esses mestiços ao meu ver, merecem a assistencia do Estado, no tocante á localisação de trabalhadores nacionais, não lhes cabendo, segundo penso, os beneficios do Serviço de Protecção aos Indios, que, me parece, devem amparar de preferencia o autochtono legitimo ou aos seus descendentes directos, espoliados de suas terras e de seus legitimos direitos, e que ainda não participam dos beneficios da civilisação (BR RJMI SPI-IR4-071-017-41-f10).

Além de considerar que não merecem o amparo por uma suposta diluição étnica e cultural, afirma que seria custoso para o SPI a instalação de um posto, pois

> [...] os civilisados disfructam naquella zona innumeras bemfeitorias de que não podem ser despojados, em virtude de actos administrativos que por certo dariam ensejo a innumeras acções por "perdas e damnos" contra o Estado (BR RJMI SPI-IR4-071-017-41-f11).

Suas conclusões seriam basilares para a construção da ação do SPI em terras Potiguara e a elite econômica local carregará por décadas o privilégio e a impunidade que tão precocemente advertia Dagoberto de Castro e Silva.

Considerações Finais

A ação da Companhia de Tecidos Rio Tinto (CTRT) e de outros particulares na Terra Indígena Potiguara gerou, durante boa parte do século XX, conflitos muitas vezes violentos e o SPI procurou, a partir de 1932, atuar na amenização desses conflitos, apesar de frequente e efetivamente agir como agravante.

Diante de uma breve análise desses dois documentos disponíveis, produzidos por agentes do SPI, anteriormente à sua atuação direta com os Potiguara que só se concretiza com a instalação do Posto Indígena em 1932, se pode perceber que eles evidenciam questões anteriores e fundamentais, que são vistas por outros olhos noutra linguagem, diferente daquela dos vários encarregados do Posto Indígena.

O relatório de Alípio Bandeira evidencia muito do funcionamento da região no início do século XX, considerando a interação entre os Potiguara, a Igreja e os não-indígenas, permitindo-nos olhar nas entrelinhas e perceber as diferenças entre diferentes grupos sociais e como eles se relacionam com a natureza, o território, o trabalho, sua história e memória, entre outros.

Já o documento de 1923, de autoria de Dagoberto de Castro e Silva, além de explicitar a ocupação da terra indígena por parte da liderança econômica e o contraste de significado do território e seus limites, traz um pretexto do que seria boa parte da atuação do SPI com os Potiguara quando da atuação do Posto Indígena: a intolerância de seus costumes e a imposição, por meio da lógica da tutelagem e dos diversos mecanismos de poder à sua disposição, dos valores do Estado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto 8.072, de 20 de junho de 1910

FUNDAÇÃO NACIONAL MUSEU DO ÍNDIO. Acervo documental. Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/docmulti.aspx?bib=museudoindio&pesq=&pesquisa=Pesquisar . Acesso em: 21 de novembro de 2024

GAGLIARDI, José Mauro. O indígena e a República. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

LUCENA, Jamerson Bezerra. O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS INTER-RELAÇÕES DOS POTIGUARA COM O SPI/FUNAI: relações de poder envolvendo organização política e conquistas dos direitos as terras Indígenas. Áltera, Revista de Antropologia, João Pessoa, v. 2, n. 5, p. 171-198, jul. / dez. 2017

OLIVEIRA, João Pacheco; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. A presença Indígena na formação do Brasil. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

PALITOT, E. M. A territorialidade dos Potiguara de Monte-mór: regimes de memória, cosmologia e tradições de conhecimento. Revista Mundaú. n.8, p. 115-138, 2020.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Editora Ática S.A., 1993.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38479

ANALISANDO A HISTÓRIA LOCAL:
a Irmandade de Negros do Rosário em Caicó/RN

Carlos Vinicius de Brito Bezerra[1]

RESUMO:
Este trabalho analisa a Irmandade dos Negros do Rosário em Caicó (RN), destacando sua importância social para a comunidade negra escravizada durante o período colonial. Fundada em 1771 e oficializada em 1775, a irmandade focava na compra de alforrias e no abrigo de escravizados fugitivos. Como fontes principais, serão analisadas cartas de alforrias e inventários, utilizando as metodologias hermenêutica e heurística para uma interpretação crítica. O conceito de "Instituição", de Justino Magalhães, será o referencial teórico para explorar o papel libertário e social da irmandade. Por fim, o estudo busca evidenciar a relevância da irmandade na luta pela liberdade e inclusão de negros livres em uma sociedade colonial que os marginalizava.
PALAVRAS-CHAVE: História, Negros, Caicó, Fontes.

ANALYZING LOCAL HISTORY:
The Brotherhood Of Our Lady Of The Rosary Of Black People In Caicó/Rn

ABSTRACT:
This study examines the Brotherhood of Our Lady of the Rosary of Black People in Caicó (RN), highlighting its social significance for the enslaved Black community during the colonial period. Founded in 1771 and officially established in 1775, the brotherhood focused on purchasing manumissions and providing shelter for enslaved individuals who escaped their masters. Primary sources, including manumission letters and inventories, will be analyzed using hermeneutic and heuristic methodologies for critical interpretation. The concept of "Institution" by Justino Magalhães will serve as the theoretical framework to explore the brotherhood's libertarian and social role. Ultimately, the study seeks to underscore the brotherhood's relevance in the struggle for freedom and inclusion of free Black people in a colonial society that marginalized them.
KEYWORDS: History, Black People, Caicó, Sources.

[1] Graduando de Licenciatura em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - CERES/UFRN.

Introdução: olhar para o passado importa

A ideia desta pesquisa surgiu durante a atuação no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), trabalhando com uma turma do 9º ano dos Anos Finais na cidade de Caicó/RN, abordando questões de cunho étnico-racial. Durante as aulas, em uma turma de alunos majoritariamente não-brancos, notou-se o fato de que eles não tinham conhecimento do passado colonial de Caicó. Além disso, desconheciam a Irmandade dos Negros do Rosário, uma sociedade do período colonial formada por escravos libertos que ajudava a libertar mais pessoas. Pensando nisso, decidimos construir este artigo com o intuito de possibilitar que futuros professores acessem uma abordagem da história local da comunidade negra, visando formar alunos conscientes de sua própria ancestralidade.

Assim, vamos inicialmente contextualizar de forma sucinta a Caicó de 1700 (Vila do Príncipe), visando construir um plano de fundo para abordarmos então a Irmandade dos Negros do Rosário e seu papel durante a sua fundação e, posteriormente, explanar como ela se encontra na atualidade. A região onde hoje está Caicó começou a ser colonizada pelos portugueses no final do século XVII. A presença dos colonizadores portugueses levou à criação de fazendas de gado e ao desenvolvimento da agricultura e da manufatura.

Durante o período colonial, Caicó fazia parte da Capitania do Rio Grande. A administração colonial portuguesa incentivava a ocupação do interior para garantir a segurança contra invasões estrangeiras e ataques indígenas. Em 1700, os missionários católicos, particularmente os jesuítas, desempenharam um papel fundamental na evangelização forçada dos povos indígenas e na estruturação das primeiras comunidades. As atividades econômicas da região eram muito enraizadas na produção agrícola, tendo em vista que estavam inicialmente divididas entre a

produção de gado e a de cana-de-açúcar. De acordo com Myurakitan Macedo em sua obra, A Penúltima Versão do Seridó, podemos entender que:

> Com a expansão do cultivo da cana, que se alastrava por todos os terrenos disponíveis e apropriados a sua lavoura, a situação da pecuária tornou-se insuportável. Afinal, crescendo a renda com a exportação do açúcar, crescia a ocupação dos solos e, destarte, a demanda pelo gado, visto que a população envolvida com a agro-manufatura açucareira - dos senhores aos escravos - compunha sua dieta à base da carne bovina, e necessitava, por outro lado; da força tradicional dos bois para o transporte e moagem da cana. (MACEDO, 2012, p. 30)

Mas esse alastramento da produção açucareira vinha com o seu preço, pois a coexistência da produção de açúcar e da pecuária tornou-se economicamente inviável, levando à preocupação expressa na Carta Régia de 1701, que proibia a criação de gado a menos de 10 léguas do litoral. Isso estabeleceu a necessidade de separar a monocultura de cana-de-açúcar da pecuária, criando nos sertões um espaço distinto da área açucareira. A viabilidade de outras regiões para a criação de gado já havia chamado a atenção dos holandeses durante sua passagem pela capitania do Rio Grande (Macedo, 2012).

A monocultura da cana-de-açúcar, predominante no litoral, exigia grandes extensões de terra fértil, enquanto a pecuária necessitava de amplos espaços para pastagem, levando ao deslocamento para os sertões. A decisão de separar a produção açucareira da pecuária não só mitigou os conflitos, mas também contribuiu para o desenvolvimento diferenciado das regiões. Nos sertões, a pecuária encontrou um ambiente propício para seu crescimento, beneficiando-se das vastas áreas disponíveis. Esse movimento foi percebido e relatado pelos holandeses durante sua ocupação no Nordeste brasileiro, conforme observado por Joan Nieuhof, que destacou a importância logística do abastecimento de gado a partir do Rio Grande.

A separação entre a monocultura da cana e a pecuária foi uma estratégia necessária para otimizar a economia colonial. Essa medida não só resolveu conflitos

imediatos, mas também impulsionou o desenvolvimento das regiões interiores, ampliando a base econômica da colônia e demonstrando a adaptabilidade e resiliência das práticas coloniais frente aos desafios territoriais e produtivos. Mas, nem tudo são avanços econômicos. Como é sabido, a dinâmica colonial também englobava o uso de mão de obra escrava e em Caicó não seria diferente, pois, tanto indígenas capturados quanto africanos trazidos pelo tráfico negreiro foram utilizados como mão de obra nas fazendas e atividades agrícolas.

Nesse contexto, a predominância de escravos nos sertões foi muito menor do que na lavoura de cana-de-açúcar por motivos claros: o alto custo dos escravos, que tornaria inviável a atividade, a dificuldade de manter um controle rigoroso sobre os cativos e a pouca necessidade de mão de obra, uma vez que um vaqueiro era suficiente para cuidar de 250 cabeças de gado. A convicção de Cascudo, que defende a ideia de uma suposta democracia racial nos sertões e nega os maus-tratos aos escravos negros nessa região, parece-nos válida (MACEDO, 2012).

Perante essa ótica, podemos entender que:

> o escravo vaqueiro não poderia ter o mesmo tratamento que aqueles do eito dos canaviais. Haveria certamente uma maior plasticidade no trato dos escravos, senão o campo aberto e pouco povoado seria por demais sedutor para lhes inspirar constantes fugas. No entanto, é preciso ter cautela, a mão de obra negra foi imprescindível no trato pastoril e não foi incompatível com a trabalho nos campos como por vezes possa parecer. Os criadores de gado faziam uso do trabalho escravo e se integravam sem nenhuma contradição na sociedade escravista da época. Sem direitos assegurados, posto que eram tidos como coisas, os negros não raro sofriam duplamente os rigores da lei, aquela representada pela vontade de seus senhores e a outra deliberada em júri. (MACEDO, 2012, p. 45-46)

Vemos aqui a complexa realidade da escravidão nos sertões em comparação com as plantações de cana-de-açúcar. Embora o uso de escravos na pecuária fosse significativamente menor devido ao alto custo e à natureza do trabalho, que exigia menos mão de obra, a brutalidade e a falta de direitos dos escravos permaneciam.

Cascudo sugere uma "democracia racial sertaneja", argumentando que os escravos vaqueiros experimentaram um tratamento mais brando, dada a dificuldade de controle em um ambiente vasto e pouco povoado. No entanto, essa visão deve ser abordada com cautela, pois, apesar das diferenças na dinâmica de trabalho, os escravizados na pecuária ainda enfrentavam duras realidades e a exploração contínua. Os criadores de gado, integrados à sociedade escravista, utilizavam mão de obra escrava sem contradição, e os negros escravizados sofriam tanto sob a autoridade de seus senhores quanto pelas leis vigentes, refletindo a rigidez e a crueldade do sistema escravocrata da época.

Metodologia: como fazer?

O processo de análise das fontes escolhidas se deu através da hermenêutica e da heurística. A hermenêutica, tradicionalmente associada à interpretação de textos, particularmente nas ciências humanas, preocupa-se em compreender o significado profundo e contextual de uma obra. Neste trabalho, o material físico a ser analisado consiste num documento de libertação de um escravo, a fim de compreender o contexto escravista de Caicó no século XVIII. A análise hermenêutica permitirá uma interpretação detalhada e contextual desses documentos, buscando desvendar as nuances e significados subjacentes ao texto. A heurística, por sua vez, é essencial para a descoberta e aprendizagem, privilegiando a experiência prática e a criatividade na resolução de problemas. Neste estudo, a heurística será aplicada para revisitar a logística de dominação colonial, buscando entendê-la pela ótica do oprimido, do negro escravizado. Essa abordagem permitirá uma visão crítica e inovadora dos processos históricos, explorando como a experiência dos escravizados pode oferecer novas perspectivas sobre o sistema escravista e suas dinâmicas.

Pensando na Irmandade dos Negros do Rósario, a compreendemos através do conceito de "Instituição" proposto por Justino Magalhães, que destaca a instituição como um fenômeno social complexo e dinâmico, que envolve estruturas,

práticas e normas estabelecidas e perpetuadas ao longo do tempo. Educação, instituição e história da educação são domínios epistêmicos, substantivos, metodológicos e de investigação-ação que, em sua representação material e simbólica, como abordagem científica, exigem uma perspectiva multidimensional e multifatorial, tanto em termos sincrônicos quanto diacrônicos. Na sua evolução, conservação e consolidação, a dinâmica institucional se manifesta como um constructo onde a educação se atualiza cientificamente, axiologicamente, tecnologicamente, em termos de cidadania, humanidade e subjetivação. A história se apresenta como um discurso pleno, integrativo e evolutivo; e a instituição atua como enquadramento, referência, meta educação, estrutura de ação e de institucionalização. Estabelecer conexões entre esses domínios é torná-los inteligíveis, racionais, significativos e projetivos (Magalhães, 1998).

Utilizamos como fonte oral uma entrevista cedida pelo atual presidente da Irmandade, Pedro Pereira Cavalcanti, também conhecido como Xambaril. De maneira solícita, relatou-nos não só a sua vivência dentro da irmandade, como também apresentou de forma sucinta as bases da irmandade e seus mais de 200 anos de história. Quando pensamos em fontes orais ou em história oral, devemos também pensar em como ela pode ser produzida. José Carlos Sebe B. Meihy e Fabíola Holanda Barbosa nos apresentam o que seria essa oralidade histórica:

> Entre muitas outras questões, os conceitos e as definições são algumas das que povoam a cabeça de quantos se preocupam em entender o papel da história oral como forma de pensar a sociedade contemporânea . Valendo-se de diálogos gravados, as percepções da vida social são registradas de maneira a se constituir em fontes ou documentos que, contudo, devem ser considerados desde sua origem. (MEIHY e BARBOSA, 2015, pg. 13)

A história oral, ao utilizar diálogos gravados, permite registrar percepções da vida social que se transformam em valiosas fontes ou documentos. No entanto, é crucial considerar esses registros desde sua origem, compreendendo o contexto em que foram produzidos, a subjetividade dos depoentes e a influência do entrevistador.

Esse cuidado garante uma interpretação mais precisa e rica das dinâmicas sociais, oferecendo uma perspectiva única e aprofundada sobre a experiência humana e sua memória coletiva. Afunilando um pouco mais, podemos considerar o método utilizado como história oral temática. Para Meihy e Barbosa:

> A história oral temática se aproxima em certa medida dos procedimentos comuns às entrevistas tradicionais. Isso, aliás, é um risco e tem sido lugar-comum a quem não entende de história oral. Porque se supõe que entrevista é meramente um diálogo investigativo, não faltam confusões. A diferença é que os procedimentos que determinam a história oral não se restringem apenas ao ato de apreensão das entrevistas. Todo o enquadramento em etapas previstas no projeto caracteriza o trabalho de história oral temática. (MEIHY e BARBOSA, 2015, pg. 35)

Assim, com a compreensão da natureza conceitual do relato e do modo como as fontes e a problemática serão abordadas, nos próximos tópicos adentraremos de forma mais específica esses aspectos. Além disso, serão apresentadas imagens da sede da irmandade e dos documentos utilizados, proporcionando uma melhor visualização dos elementos que serão discutidos.

Negros: da escravidão a "liberdade"

> *A irmandade do Rosário é uma resistência cultural e de fé. Onde vem trazendo os anseios dos ancestrais desde o tempo da escravidão, trazendo seus anseios de conquistas, de querer ser humano e de ter fé. Já há 250 anos.*
>
> *(Pedro Pereira Cavalcanti)*

Quando abordamos o presidente da irmandade sobre "o que é a irmandade?", ele quase de imediato nos trouxe a frase acima como resposta. Se analisarmos o que foi dito, podemos extrair que no fim as raízes culturais e religiosas mantêm o grupo de pé desde sua fundação até os dias atuais. Não só isso, entender que um grupo majoritariamente feito de pessoas negras, para ajudar pessoas negras

num país como o Brasil, impregnado de um racismo estrutural, por si só torna-se um ato constante de resistência. No Guia Cultural Afro do Seridó, somos apresentados à presença negra existente na região desde o período colonial, e em uma parte específica do guia somos apresentados ao surgimento das irmandades negras. Segundo Cavignac e Macedo:

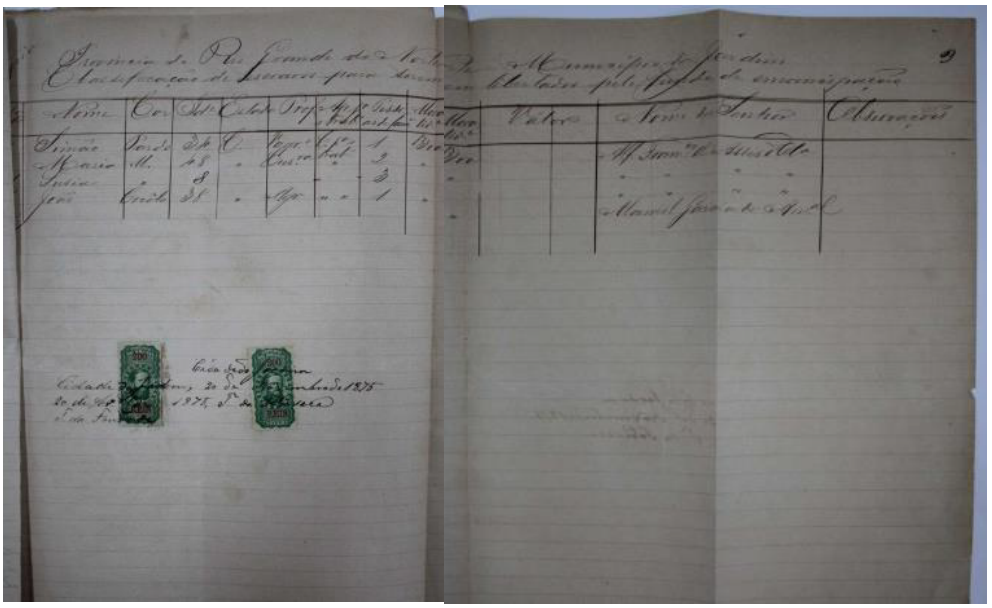
> No Brasil, as irmandades negras surgiram no século XVII, com os festejos a Nossa Senhora do Rosário, introduzidos pelos jesuítas. Contudo, no Seridó, as primeiras irmandades datam do final do século XVIII. Mesmo sob o controle das autoridades católicas, os festejos incorporaram elementos culturais diversos, como os rituais de coroação dos reis e rainhas do Congo, de inspiração africana. Em Caicó, a primeira confraria negra do Seridó foi criada em 1771. A irmandade do Rosário dos Homens Pretos era composta por negros cativos e livres. O Termo de Aceitação que Fazem os Irmãos das Constituições deste Compromisso foi assinado no dia 16 de junho de 1771. Nele constam "as constituições do compromisso da irmandade" que deviam ser seguidas e respeitadas por todos os seus membros. (CAVIGNAC e MACEDO, 2018, pg. 19)

Entendemos então que essas irmandades desempenharam um papel fundamental na preservação e promoção da cultura africana dentro do contexto católico, daí compreendemos o porquê de "ser uma resistência de fé". A igreja, neste sentido, tinha um papel na construção da dinâmica escravista na época. Mas resistir e se manter dentro de uma estrutura feita para lhe extinguir só demonstra que a atuação dos membros da irmandade se estende para muito além de serem libertários. Eles pleiteavam o direito de serem humanizados e de se integrarem a uma sociedade forjada com seu sangue e suor.

Tendo então como base tudo o que já foi apresentado sobre a cidade de Caicó (Vila do Príncipe no séc. XVII), sobre a economia da época que tinha como mão de obra o trabalho de negros escravizados e o surgimento da irmandade como um grupo de resistência da cultura negra, agora abordaremos a análise de algumas documentações adquiridas no Laboratório de Documentação Histórica (LABORDOC) para que possamos melhor entender como se dava o processo de

compra e libertação de escravos. O primeiro documento a ser analisado é a "Libertação de Escravo - Pedro Ferreira da Fonseca", que logo em suas primeira páginas possui uma tabela, como vista abaixo:

Figuras 1 e 2 - Tabela de Escravos



Fonte: Laboratório de Documentação Histórica (LABORDOC)

Como vista nas duas figuras acima, a tabela possuía um tipo de catalogação para os escravos, como uma forma de controle de mercadoria. Atribuindo a eles características relacionadas a sua cor, gênero, idade, estado, dentre outras subcategorias utilizadas para com os negros da época. Podemos com obviedade constatar a desumanização de pessoas negras, as tratando como de fato um bem de consumo.

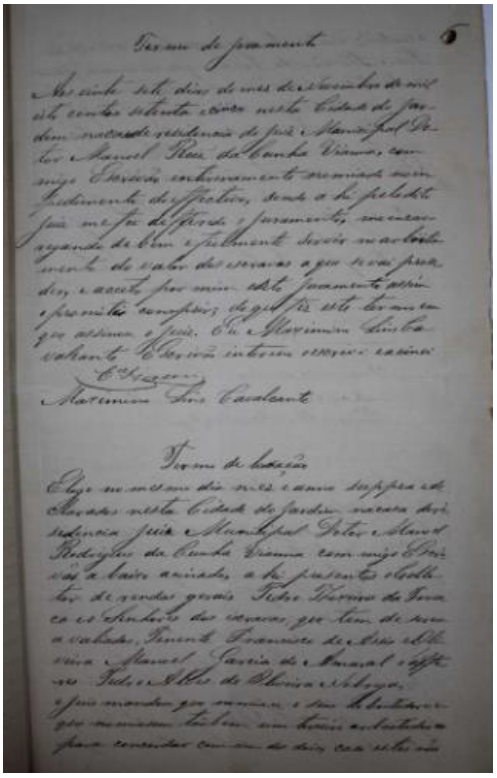
Beatriz do Nascimento em seu livro Uma história feita por mãos negras uma indagação, "quem somos nós, pretos, humanamente?", nos levando a uma reflexão profunda e multifacetada sobre a identidade negra. Essa questão é complexa e abre espaço para diversas interpretações e análises, abordando tanto a história e cultura quanto as experiências individuais e coletivas dos negros. Entretanto no contexto do

seridó, de onde vem o negro? Temos a resposta dessa pergunta de forma bem clara e sucinta na fala de seu Xambaril, que afirma: O negro do Seridó e todo vindo da angola, desembarcando em São Gonçalo e começaram a descer pro Seridó {..} Os negros que vinham pro Seridó fazia a produção de coco, gado, algodão e mandioca (Diário de Campo, 2024).

Geograficamente podemos identificar de onde vieram os negros para chegar no Seridó, mas eles não nasceram como escravos, não vieram ao mundo arrastando correntes do outro lado do atlântico para cá. Entendemos, então, o porquê de "uma resistência cultural", pois resguardar sua cultura era talvez a única forma de não se esquecer de suas raízes, pois "A verdadeira História Negra Brasileira é Oral" (Diário de Campo, 2024). Pensando na forma que Magalhães vê o conceito de instituição, não se limitando a um conjunto de regras formais, mas sim como um sistema de relações sociais que molda comportamentos e valores dentro de uma sociedade, somos capazes de fazer um paralelo direto a força de resistência que a irmandade do rosário vem fazendo, resguardando a cultura e identidade humana dos negros escravizados e indo além, os colocando como de fato cidadãos pertencentes a uma sociedade "naturalmente" oposta a essa integração.

Ainda olhando para o documento de libertação, podemos notar em suas 17 páginas uma série de termos como os vistos na figura abaixo:

Figura 3 - Termos de Forraeamento e termo de Libertação



Fonte: Laboratório de Documentação Histórica (LABORDOC)

Como podemos ver o processo de libertação não era simples, ele passava por algumas etapas, especificamente "Eram duas alforrias, a primeira de nome para se aproximar das famílias livres e depois tinha a segunda alforria para ser livre" (Diário de Campo, 2024). Entendemos que esse processo no Brasil se dava através da compra de sua própria liberdade, muitas vezes economizando dinheiro ganho em trabalhos extras; como presente ou recompensa concedida por seus senhores, seja por fidelidade ou serviços prestados; ou pela intervenção de terceiros, como parentes ou abolicionistas, que compravam a liberdade dos escravos. Alforrias também podiam ser condicionais, com cláusulas que os libertos deveriam cumprir.

Nesse contexto é que entra o papel da irmandade, nas palavras de seu Pedro: "A primeira vez que a irmandade foi registrada no dia 27 de dezembro de 1777 e daí

pra cá vínhamos lutando para que acontecesse a conquista dos nossos direitos. Para ter acesso a igreja. Foi através da irmandade que nós pudemos ter acesso a igreja" (Diário de Campo, 2024). Assim, essa organização religiosa e comunitária proporcionou um meio para a população negra afirmar sua identidade, fortalecer laços de solidariedade e reivindicar um espaço na sociedade, incluindo o acesso a instituições como a igreja.

As irmandades funcionavam não apenas como centros de devoção religiosa, mas também como redes de apoio social e político, permitindo que os negros, muitas vezes marginalizados e excluídos, encontrassem formas de organização e resistência contra a opressão e o racismo. Esse acesso à igreja simboliza uma vitória significativa, pois representava uma inserção mais ampla na vida social e cultural, marcando um passo importante na luta contínua por igualdade e justiça. Dentro do relato de seu Xambaril, ele traz um apontamento válido para que possamos acentuar ainda mais a estigmatização de pessoas negras como animais. Em determinado momento da entrevista, ele afirma que "Os fazendeiros forçavam suas mulheres a se relacionarem com os negros capitães do mato para ter mais mão de obra. E as mulheres escravizadas eram obrigadas a manterem relações com os senhores de escravos para ter mestiças para a produção" (Diário de Campo, 2024). Sabemos que durante o período escravista no Brasil, a exploração sexual das mulheres, tanto livres quanto escravizadas, era uma prática comum e cruelmente utilizada como estratégia para aumentar a força de trabalho nas fazendas.

Os senhores de escravos acreditavam que esses filhos mestiços poderiam se tornar trabalhadores valiosos, visto que seriam propriedade do senhor e, assim, aumentariam a força de trabalho disponível na fazenda sem a necessidade de adquirir mais escravos no mercado. Essa prática resultava em um ciclo contínuo de abuso e exploração, perpetuando a violência e a opressão sexual. As mulheres, tanto livres quanto escravizadas, enfrentavam uma realidade brutal onde seus corpos eram mercantilizados e utilizados como instrumentos de produção. Esse aspecto da

história da escravidão no Brasil reflete a extrema desumanização e a crueldade infligida aos indivíduos escravizados, bem como a subjugação das mulheres em um sistema profundamente patriarcal e racista.

Ao longo dos séculos a forma como a irmandade atua foi se diferenciando, ela ainda lutava pela representatividade negra em todos os espaços, incluindo o religioso, mas trazia a arte e cultura africana na forma de festividade para o seridó, como um ato de resistência, adaptabilidade e eternização das lutas. Nos meses de outubro, em Caicó, e dezembro, em outras cidades, ocorre a Festa de Nossa Senhora do Rosário, que combina tradições católicas com práticas religiosas dos escravizados. Ao longo de seus 252 anos de história oficial, a festa revela a herança da escravidão, combate o preconceito e celebra a memória. A Irmandade preserva a cultura e a religiosidade dos negros, que se tornaram parte da identidade local.

Os festejos da Irmandade do Rosário mantêm-se vivos na tradição e cultura dos Negros do Rosário de Caicó, cuja Corte é constituída por um Rei Perpétuo e uma Rainha Perpétua, e seus sucessores, o filho e a filha mais velhos. Ainda segundo a tradição e estatuto da entidade, são escolhidos, na comunidade, um rei e uma rainha, além de um juiz e uma juíza, e a escrivã, que participam dos festejos repassando seus respectivos títulos para os próximos representantes durante o ritual de coroação que acontece no encerramento da festa, em frente à igreja. E claro, mantendo como um dos principais alicerces do festejo a devoção, pois "Nossa senhora do rosário é a figura principal, sendo um alicerce de fé" (Diário de Campo, 2024).

Assim, a história da Irmandade do Rosário é um poderoso testemunho da capacidade de resiliência e adaptabilidade de sua comunidade. Em um contexto marcado pela opressão e exclusão, a irmandade transformou barreiras em conquistas, estabelecendo um legado que se estende até os dias de hoje. A Festa de Nossa Senhora do Rosário, com suas raízes profundas na cultura afro-brasileira, não

é apenas uma celebração religiosa, mas um ato de afirmação histórica e cultural que convida todos a reconhecer e valorizar a rica tapeçaria de experiências que compõem a identidade negra no Seridó. Com isso, a irmandade se posiciona como um farol de esperança e luta por justiça, igualdade e respeito às suas tradições e à sua história. Entretanto, até que ponto toda essa luta se reflete na sociedade caicoense? Ainda podemos ver uma clara segregação racial, inclusive dentro da própria igreja, pois "ainda hoje exite um preconceito com os negros que fazem parte da festa do rósario. Tentam barrar os membros da irmandade de ver a missa, dizendo que não tem mais espaço" (Diário de Campo, 2024). As lutas podem não ser as mesmas de 1700, mas infelizmente no cenário atual do Brasil, marcado pelo racismo estrutural, ainda há perseguição, marginalização e matança de jovens negros. Podemos perceber que ainda estamos longe de alcançar o fim do racismo, mas conforme afirma seu Xambaril: "Nós negros temos que ser como a água, quando pode passar por cima de tudo, quando não arruma meios de passar por baixo. Água presa não anda, ela não serve se nada" (Diário de Campo, 2024).

Mesmo com conquistas históricas, a luta contra a segregação racial persiste, refletida em práticas discriminatórias dentro da própria igreja. A jornada por igualdade, respeito e justiça continua a ser desafiada pelas estruturas de poder que ainda marginalizam a população negra. A Irmandade do Rosário permanece, portanto, como um farol de esperança, resiliência e continuidade de uma luta que, apesar das mudanças ao longo dos séculos, ainda é necessária para a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva e igualitária.

Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo trazer reflexões sobre como a Irmandade dos Negros do Rosário desempenhou um papel relevante nas lutas contra a segregação racial, que ainda persiste na sociedade caicoense. Essa segregação se manifesta de diversas formas, incluindo a exclusão dos negros em eventos religiosos

e a marginalização contínua de suas vozes e culturas. A irmandade, ao longo de sua história, se tornou um espaço vital para a afirmação da identidade negra, permitindo a seus membros reivindicar um lugar na sociedade e que lutassem contra as injustiças que enfrentavam. Mesmo tendo que adaptar a sua forma de atuação, mudando enquanto instituição para conseguir se adaptar aos moldes sociais ao longo dos séculos, mas nunca alterando o seu objetivo original de irmandade refletindo valores como fraternidade, solidariedade e apoio mútuo entre os membros, relembrando suas raízes como um símbolo mor de sua força, resistência e negritude.

A Festa de Nossa Senhora do Rosário, celebrada até os dias atuais, é um testemunho poderoso da resistência e da preservação da cultura negra na região do Seridó. Este evento não é apenas uma celebração religiosa, mas também uma manifestação cultural que reúne a comunidade, reforçando laços de solidariedade e identidade. Através dessa festa, os negros de Caicó reafirmam suas tradições, suas histórias e sua luta por reconhecimento e respeito. Integrar toda essa representatividade de força, resistência, luta e expressão de fé e cultura no contexto da sala de aula é fundamental. Ao trazer esses temas para o ambiente educacional, os professores podem oferecer aos alunos um exemplo concreto do legado da comunidade negra de Caicó. Isso não apenas proporciona aos estudantes um senso de pertencimento, mas também os ajuda a reconhecer e valorizar suas raízes enquanto negros. Essa conexão com a história e a cultura negra é essencial para a formação de uma identidade positiva e fortalecida.

Além disso, essa abordagem permite que os educadores saiam de suas zonas de conforto, incentivando-os a explorar novas metodologias de ensino que promovam a pesquisa e a aplicação do conhecimento de forma mais inclusiva. Ao fazer isso, os professores não apenas enriquecem o aprendizado dos alunos, mas também os formam como sujeitos críticos e socialmente conscientes. Essa formação é crucial em um mundo onde a diversidade e a inclusão são cada vez mais

necessárias, preparando os alunos para serem agentes de mudança em suas comunidades e na sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras.** (organização Alex Ratts). Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

Cavignac, J. A., Macêdo, M. K. de, & Nascimento, J. C. do. (Coord.). **Guia Cultural Afro do Seridó.** Natal: Editora Flor do Sal, 2018.

MEIHY, Jose Carlos Sebe Bom e BARBOSA, Fabíola Holanda. **História oral: como fazer, como pensar.** São Paulo: Contexto,2015.

MAGALHÃES, Justino (1998). **Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas.** In: SOUSA, Cynthia Pereira de e CATANI, Denice Bárbara (orgs.) **Práticas Educativas, Culturas Escolares, Profissão Docente.** São Paulo: Escrituras Editora. p. 51-68.

MACÊDO, Muirakytan K. de. **A Penúltima Versão do Seridó.** Editora da Universidade Estadual da Paraíba, 2012.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

TOMÁS SANTA ROSA E O CALEIDOSCÓPIO MODERNO E DA MODERNIZAÇÃO DA CIDADE DA PARAHYBA (1909 -1932)

Thiago Brandão da Silva[1]

RESUMO:
Trata-se de apresentar o afro-paraibano Tomás Santa Rosa em sua juventude, na Cidade de Parahyba, entre os anos de 1909 até 1932. Assim, pretende-se perceber uma singularidade biográfica afro-brasileira. Em seu espaço geracional e no seu tempo, Santa Rosa, presenciou as transformações da onda modernizadora que modificou a metamorfose urbanística da cidade e as tensões inscritas na aporia entre o antigo e o moderno. Sob a égide da História Social da Cultura e utilizando enquanto corpus documental fontes epistolares, jornais, revistas e bibliografias, buscou-se contribuir na elaboração de conhecimentos históricos e numa breve reflexão de como o Ensino de História pode ser ampliado com a inclusão da participação e do protagonismo de pessoas negras na História do Brasil.
PALAVRAS-CHAVE: Tomás Santa Rosa; Cidade da Parahyba; Modernidade; Artes Visuais; Ensino de história.

TOMÁS SANTA ROSA, EYEWITNESS TO THE MODERN AND MODERNIZATION OF THE CITY OF PARAHYBA (1909 - 1932)

ABSTRACT:
It is about presenting the Afro-Paraíba Tomás Santa Rosa in his youth, in the City of Parahyba, between the years 1909 and 1932. Thus, the aim is to perceive an Afro-Brazilian biographical singularity. In its generational space and in its time, Santa Rosa witnessed the transformations of the modernizing wave that modified the urban metamorphosis of the city and the tensions inscribed in the aporia between the ancient and the modern. Under the aegis of the Social History of Culture and using epistolary sources, newspapers, magazines and bibliographies as a documentary corpus, we sought to contribute to the development of historical knowledge and a brief reflection on how History Teaching can be expanded with the inclusion of participation and of the protagonism of black people in the History of Brazil.
KEYWORDS: Tomás Santa Rosa; City of Parahyba; Modernity; Visual Arts; History teaching.

[1] Doutorando em História (PPGH/UFPB). Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI/CCHLA). Lattes: http://lattes.cnpq.br/7872454295287314. E-mail: tbs.brandao88@gmail.com.

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38386

Introdução

O século XX é tangenciando por questões culturais ligadas ao avanço da indústria, aos embates ideológicos sobre a democracia e, especialmente, às estratégias de reintegrar os valores da vida à arte a partir dos novos meios de comunicação em massa, e tonificados pelos novos bens culturais de consumo, como livros (ilustrados), cartazes, jornais e revistas, além do rádio, cinema e televisão. A Modernidade é um marcador histórico que perpassa as esferas de elementos sociais: política, economia e cultura. O Brasil não estava excluído dessas "aventuras urbanas que influíam no traçado das cidades, nos seus hábitos de higiene, nos seus desejos de consumo" (REZENDE, 2016, p. 41).

A cada momento surge uma zona de intersecção que traz um entendimento de interação e integração entre o moderno e o tradicional (WILLAMS 2011; CANCLINI, 1998). Em síntese, como aponta o historiador Jacques Le Goff:

> Aparecem três novos polos de evolução e de conflito: na passagem do século XIX para o XX, movimentos de ordem literária, artística e religiosa outorgam-se ou são rotulados de "modernismo" [...] simultaneamente por arrastamento e reação, aparece um novo conceito, que se impõe no campo da criação estética, da mentalidade e dos costumes: a"modernidade" (LE GOFF, 2013, p. 172).

Para nós, não interessa realizar uma investigação histórica/conceitual da modernidade; não é esse o nosso objetivo. Assim, elegemos evidenciar, a partir do testemunho da experiência de vida, vivida por Santa Rosa, no caleidoscópio moderno do que/como ele viu, viveu, sentiu, nos encantos e desencantos da modernidade em seu espaço geracional. A onda modernizadora[2] foi impulsionada

[2] Leva-se em consideração a definição processual da onda modernizadora definida por Nestor Canclini, que diz: "No final do século XIX e início do XX, impulsionadas pela oligarquia progressista, pela alfabetização e pelos intelectuais europeizados; entre os anos de 20 e 30 deste século [XX], pela expansão do capitalismo e ascensão democratizadora dos setores médios e liberais, pela contribuição de migrantes e pela difusão em massa da escola, pela imprensa e pelo

pela elite das grandes cidades. Destaca-se a cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, por ser ela que repercute as primeiras transformações de modernização. Lima Barreto, escritor e redator, testemunha ocular da belle époque carioca, relata, em uma de suas passagens pelo centro da cidade, sobre as mudanças na paisagem histórica, a começar pelas "fachadas art nouveau feitas de mármore e cristal seus modernos lampiões elétricos, suas lojas de produtos importados e seus transeuntes vestidos à francesa [...]" (SCHWARCZ, 2017, p. 133). Na capital paraibana, a "cirurgia" urbanística realizada na Cidade da Parahyba teve por objetivo abrir novos espaços para convivência de sua elite. Isso não se deu sem embates em relação aos edifícios que passaram a não interessar o projeto político do urbanismo modernista.

Podemos citar como exemplo, o "caso das Mercês", em que igrejas do Rosário dos Pretos, dos Homens e das Mêrces, foram, entre as décadas de 1920 e 1920 demolidas para "literalmente" dar espaço aos novos empreendimentos do embelezamento, do lazer, e da sociabilidade da elite paraibana, que contou, inclusive, com anuência do bispado paraibano[3]. Vale salientar que as irmandades negras, a exemplo, do Rosário dos Pretos tinham por finalidade, desde período colonial, para além da sacristia cristã, amparar estrategicamente a população negra, realizando desde funerais, culminâncias festivas, e gestão de bens financeiros para compra de alforrias, além "[dos] cortejos fúnebres eram importantes para a comunidade negra porque eram momentos de se expor e, sobretudo, porque revelavam o prestígio da entidade" (LIMA, 2013, p. 91). A elite paraibana buscou acompanhar as mudanças em termo de estrutura, como no transporte, no saneamento básico, na distribuição de energia elétrica e na construção de espaços de sociabilidade (praças e coretos); a

rádio; desde os anos 40, pela industrialização, pelo crescimento urbano, pelo maior acesso à educação média e superior, pelas novas indústrias culturais" (CANCLINI, 1998, p. 65).

[3] É o que conta o pesquisador em arquitetura e urbanismo, Menezes; segundo ele: "Não somente o viés da modernização da cidade explica o desaparecimento dessas igrejas, mas também o alinhamento ao projeto romanizador da Diocese da Parahyba, executado por Dom Adauto" (MENESES, 2014, p. 92).

reforma urbanística e as mudanças de aspectos culturais se apresentaram como entroncamentos da modernidade na cidade da Cidade da Parahyba.

A modernização urbanística

Santa Rosa residiu na parte baixa da cidade — Rua da Passagem (nº 320), atual Rua da Areia, Cidade da Parahyba (atual João Pessoa), entre 1909 a 1932. A localização central de sua residência, certamente, ajudou-o a perceber e sentir as transformações da cidade. Ao subir a "ladeira da Borborema" quase diariamente e, seguir em direção à parte "alta" da cidade, quer seja para chegar à escola ou mesmo ao trabalho, ele pôde ver e viver as alterações iniciais pela nova morfologia citadina, dadas pelo processo de modernização que buscou "[...] criar imagens simbólicas de uma modernidade que não se estendia à cidade como um todo; enfim, um processo fruto das aspirações da elite local e cujos benefícios a essa se destinou". (VIDAL, 2004, p. 51). A vida no espaço da urbe paraibana era uma mistura entre um pequeno núcleo urbano com viscerais características de uma gleba bucólica.

A chegada da luz elétrica (1910) não modificou em imediato a neblina obscura da cidade. A modernização por aqui enfrentou diversas peculiaridades, e em relação à instalação da iluminação elétrica, o desafio maior foi a compra de materiais importados e a demanda para frete de entrega. A cidade, mesmo com a inauguração dos primeiros postes elétricos, permaneceu com os serviços dos acendedores por mais dois anos. Ao escrever para o seu "amigo de sempre", José Simeão Leal[4], ele, Santa Rosa, relata seu testemunho ocular da noite citadina em um momento de descanso do exaustivo trabalho de contabilidade. Da janela de sua casa, diz ele:

> As torres das igrejas varam o ar penumbroso e se recantam em silhueta... há uma grande doçura no ar macio... e uma saudade nem sei de que"...

[4] Para mais informações, veja a tese de doutoramento de Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira, intitulada "José Simeão Leal: escritos de uma trajetória". Há um capítulo em que a autora apresenta, por meio de correspondências e cartas, a amizade levada por toda uma vida até o falecimento de Santa Rosa em 1956.

> Que contraste, meu amigo entre o ambiente methodico da Repartição e esta minha sala humilde, de luz que apagada, e com a janela escancarada, por onde eu estou vendo a beleza das cousas! [...][5].

A cidade vive uma expectativa moderna em meio à vida bucólica. Os aguadeiros, com seus burros de carga, recarregam as reservas de água nas cacimbas das casas. Os responsáveis por colher água nas bicas espalhadas pela cidade continuam trabalhando, mesmo quando o serviço de saneamento básico que levou água encanada é iniciado, em 1912. Apenas alguns moradores se beneficiaram com esse empreendimento, mas só dois anos depois de sua inauguração, por conta das especulações e estudos sobre a qualidade da água e o serviço de esgotamento. Conforme as confabulações do memorialista Coriolano de Medeiros:

> [...] [Estimava-se] Tambiá o mais salubre e aprazível bairro da Paraíba e o escolhido para os passeios domingueiros, por causa de sua fonte. É verdade que as famílias nem sempre podiam visitar a bica, como a chamavam, em virtude de acumular também a função de banheiro público, mesmo depois de sua reconstrução, em 1889. Esse hábito alcançou o governo de Álvaro Machado que, remodelou a fonte, lhe deu um vigia e proibiu banhos (MEDEIROS, 1942, p. 09).

As condições de higiene e distribuição da água para população é uma pauta fulcral do projeto da modernidade. A Cidade da Parahyba buscou acompanhar as mudanças, porém, os esforços governamentais não foram o suficiente para impedir uma epidemia do vírus do cólera. Ao acompanhar os jornais do início do século XX, podemos identificar um cenário penumbroso, anunciado pelo fúnebre badalar dos sinais das igrejas, cujo objetivo era noticiar mais um falecimento; a morte rondava os moradores. Isso porque nas últimas décadas do século XIX e no início do XX, houve um surto alarmante de vírus comumente encontrado na água. A doença se alastrou, contando a seu favor com uma cidade em que a insalubridade era enorme e, portanto, de um ambiente propício para a proliferação do hospedeiro de tal enfermidade (ARAÚJO, 2001).

[5] Carta enviada ao amigo Simeão Leal em 1929.

Em 16 de outubro de 1908, o jornal O Norte publica uma nota de pesar, informando: "[...] Anjo ─ finou-se antehontem, o pequeno Moacyr Santa Rosa, filho do senhor Thomaz Mauricio Santa Rosa. Seu enterro effectuou-se hontem pelas 4 horas. Pêsames aos seus desolados genitores [...]"[6]. Um ano após o casamento dos pais de Santa Rosa, a família já havia perdido precocemente três membros: Vlademir, Pelópidas e Moacyr. Assim, o pequeno "Bosinho" (maneira carinhosa que sua mãe o chamava) tornou-se arrimo de família, uma vez que, após seu pai abandonar a família, teve o desafio junto com sua mãe, enquanto único filho homem de "manter a casa", e buscar o seu desabrochar de vida, vivida boa parte em sua cidade natal. Conforme Barsante (1982, p. 7), além de superar a morte de três filhos homens, Alexina Santa Rosa teve que prosseguir com a sua criação e de suas duas irmãs, já que seu pai "[...] abandonara a família para tentar a sorte no Amazonas e só voltou a revê-la nos últimos anos de sua vida [1953]". Sua família se reorganiza em torno de sua mãe, Alexina, e de sua rede de apadrinhamento. Passaremos a compreender, a partir de sua trajetória na Cidade da Parahyba.

Santa Rosa e o caleidoscópio do antigo moderno

A família de Santa Rosa era formada por sua mãe, Alexina Santa Rosa, que se ocupava dos trabalhos de casa; e por seu pai, Tomás Mauricio Santa Rosa, que foi alfaiate de profissão. Os pais de Santa Rosa casaram-se três anos antes de sua chegada, tendo ainda mais duas filhas, suas irmãs mais novas: Cristina e Heliomar. Com a perda de seus irmãos, Santa Rosa, passou a ser arrimo de família, se encaminhado aos estudos e trabalho. Passou a frequentar a Quinta Cadeira Mista da Paraíba e, posteriormente, buscou admissão no Grupo Escolar Tomás Mindelo e no Lyceu Paraibano, instituição essa que à época atraía jovens filhos de famílias da aristocracia. A cidade padecia de uma estruturação educacional propensa aos

[6] ANJO. O Norte, Cidade da Parahyba, 16 out. 1908. p. 02. [terceira coluna]. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=120774&pasta=ano%20190&pesq=anjo&pagfis=1064. Acesso em: 1º nov. 2020.

desígnios da indústria moderna e sua demanda por uma mão de obra cada vez mais especializada. A economia educacional da cidade era alvo de críticas. Assim questiona o Padre Pedro Anísio, em 1921:

> Afora os cursos de comércio e agromensura, que funcionam separados, no Lyceu por indicativa do ilustre Thomás Mindello, e a escola de "Aprendizes Artifices", mantidos pelo governo federal, nada mais possui a Parahyba. E' de uma pobreza de fazer dó. Nem um instituto agrícola, nem um curso de altos estudos técnicos ou comerciais, nem tão pouco escolas médias e as escolas de aperfeiçoamento econômico de tanta utilidade nos paizes cultos (ERA NOVA, 1921, p. 08).

É importante levar em consideração que na primeira metade do século XX, mais da metade da população brasileira era analfabeta[7]. Esse dado demonstra que ser letrado era ter um capital cultural e assegurar uma mobilidade social mínima. Ao observar a historiografia sobre biografias de homens e mulheres negros e negras após abolição da escravidão[8], constata-se casos em que, pontualmente, o letramento conduziu trajetórias negras a ocuparem cargos, funções e profissões de boa remuneração e alto escalão. Isso obviamente não reverte a realidade de um país analfabeto, apenas nos ajuda a pensar a complexidade de trajetórias negras no pós-abolição. Santa Rosa é um exemplo de sujeito histórico negro letrado que, com capital cultural, chegou ao serviço público, no seu caso, ao Tesouro Estadual, logo após concluir o curso de contador.

A música entrou na vida de Santa Rosa ainda em sua infância. Foi na Catedral da cidade, a Igreja de Nossa Senhora das Neves, onde fez aulas de piano e canto. Já um pouco mais jovem, acompanhava aulas de música com um dos mais notáveis educadores musicais brasileiro, o paraibano Grazzi de Sá, que foi compositor, pianista e educador musical. Conta Santa Rosa, em carta enviada a José

[7] "É fato que o censo de 1940 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística registra um total de 34.796.665 habitantes; destes, sabem ler e escrever na faixa etária de 05 a 29 anos, 13.292.605 pessoas, destas, 10.339.796 são brancas (IBGE, 1950)" (VEIGA, 2016, p. 272.).
[8]

Simeão Leal, possivelmente em 1923, sobre suas experiências nas aulas com Grazzi de Sá:

> Fui e sahi maravilhado do interesse que o Grassi emprega em ministrar sua arte, resulta o estímulo e a aplicação catentes nos apresentados. [passa a descrever a aula citando o repertório, cita vários livros] que o maestro Gazzi de Sá, deu-me há dias tem-me trazido a descoberta de certos refinamentos da grande arte da arte transcendental Von Beethoven. Livro de pesquisas, a partir do íntimo do critério formidável, se estende à biografias de autores da anti-divina [...] escrevo-te às pressas, entre dois officios, somente para fazer-te participar desse prazer magnífico que encontrarás se procurares a leitura de Mauclair [192?]

O seu testemunho apresenta um homem dividido entre o interesse pela arte, por aulas de música, pelo intercâmbio de livros e revistas e a vida do mundo dos ofícios dos "números". E foi assim, ao passo que vivia a vida que tinha, que almejava a vida que queria. Santa Rosa era inquietante na busca pelo aprendizado, ia-se abastecendo do que havia em oferta cultural de sua cidade natal, ao passo que buscava melhores posições no trabalho no serviço público.

A dinâmica de modernização do mercado cambial também tangenciou a trajetória de Santa Rosa, uma vez que ele se ocupou no funcionalismo público paraibano (a partir de 1923). Certamente Santa Rosa seguiu a "vida dos números" por influência da função do seu padrinho, o sr. Tomaz Ferreira, membro de uma tradicional família da cidade (os "Ferreira Soares") e funcionário de carreira de banco, sendo essa uma situação confortável para obtenção do emprego. É o amigo Ademar Vidal, futuro procurador da república no estado, que menciona ter ajudado diretamente

> [o] Paraibano da rua da Direita, era lá onde me habituei a vê-lo com os desenhos que me mostra, trabalhando no serviço público do Estado e, anos depois, ocasionalmente, me encontrando com o poder nas mãos, sua situação fora melhorada como funcionário de Abastecimento de Água (VIDAL, p. 02, 1956).

Ao (re)apresentar Santa Rosa, Vidal age como um testemunho comprobatório[9] de sua dualidade vivida pelo artista dos desenhos e funcionário público. Segundo documentos do Arquivo Estadual da Paraíba, o jovem Santa Rosa, naquele ano de 1928 (com apenas 19 anos de idade), ascendeu socialmente ocupando agora o cargo de Chefia Geral da Contabilidade da Repartição do Saneamento da Paraíba, ganhando o dobro do valor[10]. Santa Rosa soube se utilizar de uma rede de sociabilidade para cristalizar uma boa condição financeira em sua cidade natal.

Desde a infância Santa Rosa realizou feitos artísticos, inicialmente pintava estandartes para blocos carnavalescos locais; um pouco depois, encontrava-se como mencionou, Ademar Vidal "com seus desenhos nas mãos", numa espécie de tática de estreiteza de laços em sua rede de sociabilidade, negociava desenhos, ilustrações e quadros. Faz-se importante salientar que a Cidade da Parahyba se destacou no mundo gráfico, especialmente com a Revista Era Nova, que passou a ocupar papel catalisador do microclima da intelectualidade paraibana.

> A revista Era Nova circulou quinzenalmente, ainda que com falhas, entre 27 de março de 1921 e 24 de outubro de 1926, contabilizando 100 números regularmente publicados e uma edição especial comemorativa do Centenário da Independência do Brasil. Impressa em parte em papel couché, em parte em papel sulfite, quando as economias impeliam a isso, o periódico assumiu um projeto gráfico arrojado, tomado por tipografias e ilustrações nas bordas de inspiração art nouveau, e por muitas fotografias, retratando pessoas, prédios e paisagens (ABRANTES; BURITY, 2024, p. 123).

A trajetória de Santa Rosa na produção da indústria gráfica o coloca em meio aos expoentes do mundo gráfico. Tento atuado nas principais editoras do Rio de Janeiro. Após deixar o trabalho no banco, ele, Santa Rosa, resolve ir à capital do país,

[9] Segundo Paul Ricoeur: "O testemunho nos leva, de um salto, das condições das "coisas" do passado (praeterita), das condições de possibilidade ao processo efetivo da operação historiográfica. Com o testemunho inaugura-se um processo epistemológico que parte da memória declarada, passa pelo arquivo e pelos documentos e termina na prova documental" (RICOEUR, 2007 p. 170).
[10] Ver SILVA, 2021, p. 81.

sem emprego e com pouco recursos passa por dificuldades, dividindo hospedagem com amigos, a exemplo do escritor José Lins do Rego, pegando empréstimos com sua rede sociabilidade. Sem saber, após o momento inicial ele se consagraria, sobretudo após o boom da indústria gráfica e a expansão do mercado de livros e revistas, como "[...] o maior produtor gráfico de livros do Brasil, responsável quase que sozinho pelas transformações estéticas do livro brasileiro nos anos de 1930-1940" (HALLEWELL, 2017, p. 512). Antes de ser considerado por especialista da história das artes gráficas como o "Pai do livro moderno", Santa Rosa buscou estratégias e táticas em/com sua rede de sociabilidade para superar desafios e dificuldades, e assim, tornar possível o horizonte de seu protagonismo na "arte de vestir livros" (BUENO, 2015).

A indústria gráfica, enquanto engrenagem da comunicação em massa, ensejou o novo público consumidor ao mercado de novos bens culturais, impulsionando desejos e gostos, ajudando a legitimar as distinções sociais a partir do consumo. (BOURDIEU 2007). Por outro lado, o setor editorial de revistas e jornais "[...] estavam sempre em busca de ilustrações para suas matérias, frequentemente encomendando retratos e desenhos aos artistas mais cotados no mercado" (MICELI, 1996, p. 19).

Foi nesse ínterim que, aos dezessete anos de idade, aproveitando uma conjuntura de expansão e transformações do setor gráfico paraibano, Santa Rosa é contratado pela Revista Era Nova. O editor não poupa elogios e, com uma verve de insigne prestígio apresenta no número 93 a mais nova contratação da revista, o ilustrador Santa Rosa. O empreendimento de investimentos feitos à referida revista, assim como a peculiar atenção dada pelo poder público a ela, pode ser explicado porque boa parte dos seus integrantes também preenchiam as repartições governamentais partidárias da política local, afinal, "não se cobrava por tal o que era de costume, mas que este 'desconto' era compensado com a propaganda do Estado que o periódico fazia com frequência em suas páginas" (ABRANTES; BURITY,

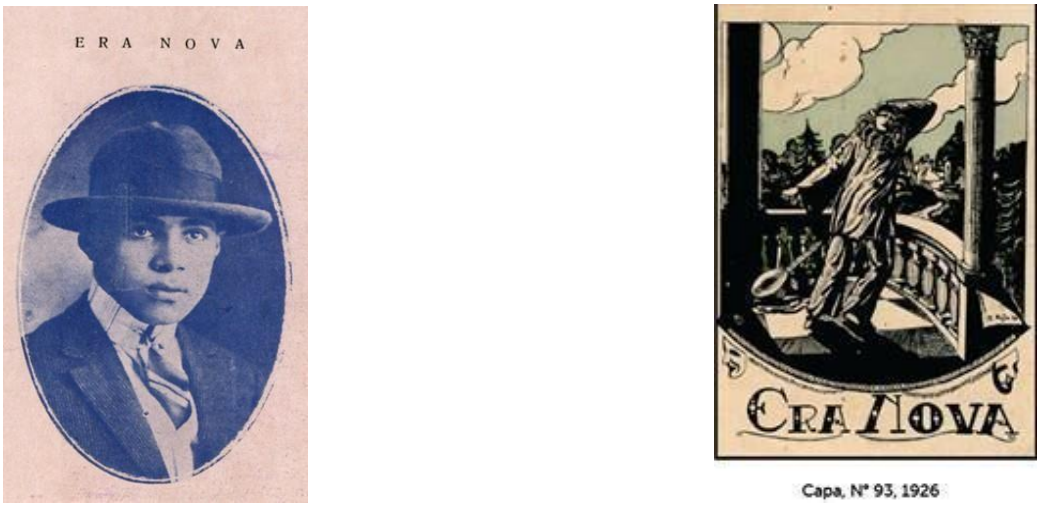
2024, p. 138). O que por um lado foi estratégia de sobrevivência e de qualidade da revista, tornou-se prática propagandista de obras públicas da reforma urbanística e promoção em homenagens ao presidente de estado e seus aliados.

Sendo assim, tornou-se ela a principal revista ilustrada da cidade. Consta em seu editorial, em 1926, um convite ao leitor para conhecer um novo membro:

> A família intelectual de Era Nova conta, de agora por diante, com mais um membro, é Santa Rosa Júnior, o jovem desenhista parahybano, cujo talento acaba de revelar-se à elite espiritual da nossa terra, estimulado por um sem número de repetidos espontâneos louvores. Elle bem os merece porque a sua vocação artística, cheia de uma claridade vitoriosa de juventude creadora, é das que se impõem e se affirmam desde o primeiro momento. Não se deixando influenciar, mesmo por talentos já consagrados do Brasil e no estrangeiro, a sua arte faz-se digna de attenção por uma nota viva de originalidade." (ERA NOVA, n. 93, 1926, p. 39).

O esplendor do anúncio do mais novo ilustrador da revista é complementado com a informação que a capa é uma realização do mais novo integrante, Santa Rosa. Sua presença na produção gráfica em sua cidade natalícia ainda precisa ser analisada com maior rigor e profundidade, haja vista que é esse um dado recente da pesquisa; o que será desenvolvido posteriormente. Por agora, leitor(a), fiquemos com a capa de sua autoria e a fotografia do jovem Santa Rosa. O conjunto da foto é o seu testemunho visual de sua aparência, haja vista que sua vestimenta, postura e o cenário de estúdio evidenciam seu posicionamento (KOSSOY, 2012).

Figura 1 - Foto e ilustrações de Tomás Santa Rosa na revista Era Nova – 1926



Fonte: Infográfico produzido a partir do acervo da Fundação Casa de José Américo (FCJA).

A Revista é também palco do debate intelectual sobre a modernização da cidade e do movimento literário e artístico modernista. Por ela, é possível observar feições discursivas sobre a onda modernizadora. O fato é que o horizonte de mudanças de comportamentos, costumes e hábitos da dinâmica social, não foram aceitas sem questionamentos, pelo contrário, boa parte da geração de jovens intelectuais, do tempo de Santa Rosa, estava decidida em, paradoxalmente, defender a modernização a partir de uma tradição cultural antimoderna.

Foi assim que, em 1921, o ainda jovem historiador Horácio de Almeida - um dos principais personagens do IHGP (Instituto Histórico Geográfico Paraibano) espaços de produção intelectual da cidade, e como menciona Dias (1996), importante na produção da paraibanidade. Em "O Poder da moda", Almeida evidencia em suas impressões, o seu posicionamento em relação ao novo mercado de bens de consumo:

> Moçoilas catilas e espevitadas desaforam-se de corpinhos e sobem vestidos e descem os decotes para os pitaratas galanteadores analysem em seus contornos a perfeirção artística de suas joias. Insatisfeitas com a

> liberdade que gozam, disputam o direito de voto e com este o direito de representação (ERA NOVA, 1921, p. 15).

Já para o escritor José Américo de Almeida, que posteriormente publica o monumental livro "A Paraíba e seus problemas", a questão era deixar "as coisas no lugar". Américo de Almeida, em seu texto "A invasão do coco", após uma longa confabulação acerca do espaço praieiro e dos benefícios do lazer veraneio, imputa ao coco de roda - dança afroindígena de forte presença nos litorais nordestinos, sobretudo nos estados de Alagoas, Paraíba e Pernambuco, - o seu lugar na pequena urbe moderna:

> E assim, cada qual sacode sobre si os cuidados da vida em expansão que iludem a morbidez da raça. Antes, reprochava-se esse passa tempo; mas, afinal de contas, o côco vem ingressando na cidade, vem indo pela avenida João Machado [boulevards da cidade] e tem ares de querer forçar o próprio clube Astréia. Não! seu rithmo, seus cantares, seu acompanhamento de bombos e caracaxás só têm graça na praia, entre a mata e o mar. Na cidade seria um desastre! (ERA NOVA, n. 25, 1922, p. 08).

Os exemplos acima evidenciam uma certa contrariedade quanto às mudanças tangenciadas pela nova tendência moderna, quer seja pelos desígnios da moda, quer seja pela busca de distinguir a cultura: de salão, da rua, da praia, do popular. À geração[11] que testemunhou ao olhar as transformações, restou se assegurar na tradição cultural pautada no apoio à modernização em detrimento às vicissitudes da modernidade. A missão intelectual vista anteriormente exemplifica posicionamento de uma geração, numa "missão paradoxal dos intelectuais e artistas [que] seria a de iluminar, com esplendor das inovações estéticas, os valores tradicionais negligenciados" (CANCLINI, 1998, p. 101). O que para nós chama atenção são as estratégias de uma plêiade de intelectuais ávidos em se legitimar socialmente.

[11] Na nova história política a qual dialogamos, o conceito de geração é entendido para além de sua faceta periódica. Conforme Sirinelli, ela é "assim como o econômico, o social, o político e o cultural não avançam no mesmo passo, e as gerações, em relação a esses diferentes registros, são de geometria variável, tal plasticidade também existe verticalmente em relação ao tempo. (SIRINELLI, 2006, p. 131).

Os anseios da plêiade de intelectuais locais busca legitimar uma distinção social, o que significa dizer que, ao compreender o desenvolvimento da estrutura e do funcionamento de sistemas de relações de produção intelectual enquanto determinante na dinâmica social, eles tentavam legislar e legitimar parâmetros e critérios dos valores culturais de uma tradição.

Como vimos, é no início do século XX, a partir da instalação dos primeiros dispositivos de infraestrutura moderna, como luz elétrica e estrutura de requisitos básicos em higiene (saneamento básico, água encanada), que foram benfeitorias restritas ao pequeno aglomerado urbano do perímetro central da cidade. Assim, o trinômio "embelezar" (por meio da construção e iluminação de praças e coretos), "sanear" (através do tratamento da água encanada e do esgotamento sanitário) e "circular" (a partir da utilização de bondes e da construção de novas ruas largas) no espaço-tempo geracional de Santa Rosa mais emblematiza do que efetiva as mudanças e projeções realizadas pela elite paraibana.

Nesse sentido, o presente texto buscou difundir o campo historiográfico do pós-abolição que, entre outras possibilidades, tem circunscrito estudos sobre biografias e trajetórias de personagens negros e negras da história do Brasil. Os estudos biográficos, a exemplo do afro-paraibano da pequena urbe paraibana Santa Rosa, é também uma maneira de ampliar e questionar as regionalidades na produção da História. Afinal, há de se pensar em Santa Rosa como um personagem local ou nacional, afro da Paraíba, ou protagonista da diáspora? O certo é, que seja ainda mais possível refletirmos sobre personagens em diásporas, temas, espaços de atuações e agências negras, indo para além da fronteira territorial/ setentrional da historiografia.

Nosso objetivo aqui foi apresentar o afro-paraibano, Tomás Santa Rosa em sua juventude na Cidade da Parahyba, entre os anos de 1909 até 1932. A apresentação de uma singularidade biográfica afro-brasileira tem por objetivo

contribuir para os estudos afro-pedagógicos e para os conhecimentos históricos e ensino de História. Pesquisas de trajetórias negras no pós-abolição têm ampliado o entendimento acerca de atuações protagonistas na História do Brasil, evidenciando atuações em diversos âmbitos desde associações, clubes sindicatos, parlamento, isso pode ser exemplificado pelo aparecimento de enciclopédias e coletâneas biográficas. Assim, se questiona o quanto que esse promissor cenário de produções repercutido em livros didáticos e paradidáticos. Também se contesta de que modo e em que medida essas representações são levadas em consideração quanto ao Ensino de História, considerando a Lei 10.639/03 que modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB/nº 9.394/1996, com a inserção dos artigos 26-A, 79-A e 79-B, que em suas Diretrizes Curriculares Nacionais, em que propõem a inserção e a "valorização da participação de africanos e de seus descendentes em episódios da história do Brasil" (2004, p. 96).

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Alômia; BURITY, Luiz Mário Dantas. A revista Era Nova na Paraíba: notas de um modernismo de Estado. **PÓS**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes da EBA/UFMG. v. 14, n. 31, maio-ago. 2024. ISSN: 2238-2046. Disponível em: https://doi.org/10.35699/2238-2046.2024.48780.

ARAUJO, Edna Maria Nobrega. **Uma cidade, muitas tramas**: a cidade da Parahyba e seus encontros com a modernidade (1880-1930). 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001. f. 162.

BARSANTE, Cássio Emanuel. **Santa Rosa em cena**. Rio de Janeiro: Inacem, 1982.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. Tradução de Daniela Kern J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp, 2007.

BUENO, Luis. **Capas de Santa Rosa**. São Paulo: Ateliê Editora, 2015.

CANCLINI, Nestor García. **Culturas hibridas**: estratégias para entrar e sair da Modernidade. Tradução de Heloisa Pezza Cinturão e Ana Regina Lessa. São Paulo: Edusp, 1998.

DIAS, Margarida Maria Santos. ***Intrepida ab origine***. O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora LTDA, 1996.

FLORES, Elio Chaves; ROCHA, Solange Pereira. Trajetórias comparadas de homens negros de letras no Brasil: ensino de História, biografias e sociabilidades. in: OLIVEIRA, Ariosvalber de Souza; SILVA, Moisés Alves da; AIRES, José Luciano de Queiroz (org). **Nas confluências do axé**: refletindo os desafios e possibilidades de uma educação para as relações étnico-raciais. João Pessoa: Editora do CCTA, 2015, p. 141-183.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: sua história. Tradução de Maria da Penha Villalobos. São Paulo: Edusp, 2017.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & história**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

LANZIERI JÚNIOR, Carlile. Sobre os ombros de gigantes: os pilares clássicos do primeiro livro do Metalogicon de João de Salisbury. **Revista Medievalis**, v. 1, n. 2, p. 28-40, 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2013.

MARTINS, Eduardo. Instituições paraibanas de cultura (1880 -1941). In: **Revista da Academia Paraibana de Letras**, n. 8, João Pessoa, Editora A União, 1978, p. 175 - 180.

MENESES, Marcondes Silva. **O processo de demolição e desmonte das irmandades religiosas na cidade da Parahyba (1923-1935)**: o caso das Mercês. 2014. (Mestrado em Arquitetura) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal da Paraíba, 2014. f. 165.

MICELI, Sergio. **Imagens negociadas**. Retratos da elite brasileira (1920-40). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alan François. Campinas: Unicamp, 2007.

SANTA ROSA, Tomás. [Correspondência]. Destinatário: José Simeão Leal. João Pessoa, [192-?]. 1 carta.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto**: triste visionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SILVA, Thiago Brandão da. **Fragmentos de uma história de vida**, o afro-paraibano Tomás Santa Rosa Jr. (1909-1956): entre vivências, intelectualidades, ditos e feitos artísticos. 2021. 202 f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas e Artes - UFPB, João Pessoa, 2021.

SIRINELLI, Jean François. Geração. In: AMADO. Janaína; FERREIRA, Marieta de Morais. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006, p. 131-139.

VIDAL, Ademar. O autodidata. **O Norte**, João Pessoa, p. 2, 13 dez. 1956.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade**. Tradução de Vera Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2011.

ST-10: MESTIÇAGENS E ESCRAVIDÃO NO CONTEXTO COLONIAL E IMPERIAL DO BRASIL

e

ST-14: HISTÓRIA, ESPAÇOS E DEMOGRAFIA HISTÓRICA:
PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO E ESTUDOS SOBRE POPULAÇÕES NO TERRITÓRIO DO BRASIL (SÉCULOS XVI-XIX)

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

NATALIDADE LIVRE E ESCRAVIZADA NOS SERTÕES DO SERIDÓ/POTIGUAR OITOCENTISTA

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38423

Gracineide Pereira dos Santos Oliveira [1]

RESUMO:
O presente artigo faz parte dos resultados da pesquisa realizada na tese de doutorado "Perfil demográfico de paroquias do Seridó/Rio Grande do Norte-Brasil (1840-1900). Assim, iremos analisar a variável demográfica, natalidade a partir da investigação dos nascimentos ocorridos na segunda metade do século XIX, da população de livres e escravizados das paróquias de Sant´Anna do Seridó e Nossa Senhora da Guia, hoje correspondentes as cidades de Caicó e Acari, respectivamente, ambas pertencentes ao Estado do Rio Grande do Norte. As fontes analisadas foram os livros de batismos. A metodologia empregada foi a proposta pelos franceses Henry e Fleury (1988), no manual de Demografia Histórica. Vamos expor os resultados encontrados para os movimentos dos nascimentos, as taxas brutas de natalidade e a sazonalidade dos livres e escravizados. Assim, sobre essas questões, apontamos algumas observações preliminares.
PALAVRAS-CHAVE: Demografia Histórica; Natalidade; Registros paroquiais; Seridó; Século XIX.

FREE AND ENSLAVED BIRTH RATES IN THE HINTERLANDS SERIDÓ/POTIGUAR IN THE 19TH CENTURY

ABSTRACT:
This article is part of the results of the research carried out for the doctoral thesis "Demographic Profile of Parishes in the Seridó/Rio Grande do Norte-Brazil (1840-1900)". Thus, we will analyze the demographic variable, birth rates from research births that took place in the second half of the 19th century, among the free and and enslaved population of the parishes of Sant'Anna do Seridó and Nossa Senhora da Guia, which today correspond to the cities of Caicó and Acari,

[1] Estagiária de Pós-Doutorado - Programa de Pós-graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN) Bolsista CNPq/Fapern. Integrante do grupo de pesquisa SERCOL - Sertões Coloniais (UFRN/CNPq), do Núcleo de Pesquisas em História Econômica e Demográfica – NPHED/UFMG e do Núcleo Interdisciplinar de Estudo, Pesquisa e Extensão em Comunicação, Gênero e Feminismos - Maria Firmina dos Reis, da UFMA, onde é pesquisadora no Projeto "DA REDE À RUA: PERCEPÇÕES SOBRE O FEMINISMO NA MÍDIA A PARTIR DO MOVIMENTO #ELENÃO". https://lattes.cnpq.br/8928232441188457 E-mail: gracineidepereira@yahoo.com.br. https://orcid.org/0000-0001-9158-7537

respectively, both belonging to the state of Rio Grande do Norte. The sources analyzed were the baptismal records. The methodology used was that proposed by the Frenchmen Henry and Fleury (1988), in their Manual of Historical Demography. We will present the results found for birth movements, gross birth rates and the seasonality of free and enslaved people. Therefore, based on these findings, we offer some preliminary observations on the subject.
KEYWORDS: Historical Demography; Birth Rates; Parish registers; Seridó; 19th century.

Introdução

O presente artigo tem por objetivo analisar a natalidade de livres e escravizados nos sertões do Seridó/ potiguar oitocentista, sendo uma parte dos resultados encontrados com novas leituras da pesquisa "Perfil Demográfico de paróquias do Seridó/Rio Grande do Norte-Brasil (1840-1900)". Estamos a analisar um espaço e um período pouco estudado no país do ponto de vista da Demografia Histórica, sendo um recorte extremamente rico de acontecimentos que se refletiram nas informações colhidas nos registros analisados, como poderemos constatar nas discussões nos próximos tópicos.

As fontes documentais desta pesquisa foram principalmente os livros de batizados das paróquias de Sant´Anna do Seridó – Caicó e Nossa Senhora da Guia – Acari. Além destes, consultamos e utilizamos as informações populacionais presentes nos recenseamentos de 1872, 1890 e no censo de 1900. Os resultados encontrados foram analisados à luz da estatística descritiva e dos métodos da Demografia Histórica propostos por Henry & Fleury (1988) para tratar dados paroquiais, nos quais não foi possível utilizar a reconstituição de famílias.

De um modo geral, procuramos responder nesse artigo, o seguinte questionamento: como se comportava a natalidade nessas paróquias? Assim, para responder este questionamento, dividimos o artigo em sessões que versarão sobre as

fontes e metodologias utilizadas, os resultados encontrados, as considerações finais e as referências.

Fontes e Metodologia

"[…] o documento manuscrito é considerado a mola-mestra da História. É indiscutível que ele proporciona recursos inestimáveis ao historiador, representando o melhor testemunho do passado, fonte direta de informação" (Acioli, 1994, p.1).

A principal fonte desta pesquisa são os livros de batismos das paróquias. No caso da paróquia de Sant´Anna do Seridó-Caicó, os livros encontram-se em formato digital, na casa paroquial São Joaquim, existindo fotografias com boa resolução. Enquanto, os livros de registros da paróquia de Nossa Senhora da Guia-Acari estão digitalizados no site *FamilySearch*, coleção de registros do Brasil, Rio Grande do Norte.

As informações constantes nos registros paroquiais foram introduzidas numa base de dados desenvolvida no *Microsoft SQL Server* 2008 *Express Edition*, permitindo a realização de estudos sobre a natalidade. Além destas fontes, compõem o acervo consultado outros documentos, como os recenseamentos populacionais de 1872, 1890 e 1900.

Para leitura dos dados optou-se por utilizar a metodologia agregativa, sendo esta utilizada para estudos longitudinais, permitindo uma análise de várias categorias e das variáveis demográficas. Esta opção metodológica foi realizada, pois, para os dados paroquiais do Seridó, assim como acontece para vários espaços brasileiros onde não é possível aplicar a metodologia de Reconstituição de Família e a de Reconstituição de Paróquias (Henry & Fleury, 1988; Amorim, 1991). A impossibilidade da utilização destas metodologias se dar, principalmente porque as

paróquias seridoenses não apresentam séries temporais completas de casamentos, batizados e óbitos.

Nos registos de batismos, insere-se na base de dados informações para a criança e os pais. Para os batizados: data de nascimentos, lugar do batismo, naturalidade, condição, filiação, sexo e raça. E para os pais: residência, raça, condição, estatuto, naturalidade e profissão.

Para estudar a distribuição do movimento sazonal das frequências dos nascimentos ao longo dos meses, foi analisada seguindo o método proposto por Louis Henry (1988), utilizando-se um índice encontrado através da fórmula:

$$Ii=NiDii=112NiDix1200$$

Onde:

Ii= Índice do mês i;

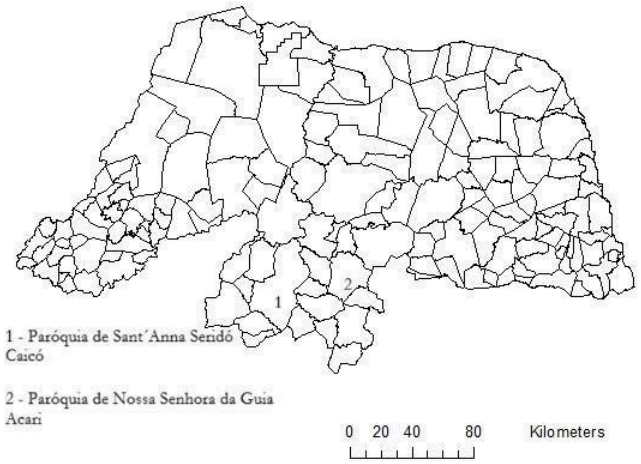
Ni= Número de nascimentos, casamentos ou óbitos ocorridos no mês i;

Di= Número de dias do mês i (com exceção do mês de fevereiro no qual é realizada uma média entre os anos comuns e bissextos, igual a 28.25 dias). Na aplicação dessa fórmula, o número 100 representa ausência de sazonalidade; um valor menor indicará que nos meses em questão a oscilação sazonal regista, respectivamente, uma diminuição ou aumento.

Resultados: Perfil da natalidade livre e escravizada nos sertões do Seridó

As duas paroquias do Seridó, investigadas neste artigo, são as de Sant´Anna e de Nossa Senhora da Guia, respectivamente, correspondente as cidades de Caicó e Acari que estão representadas no mapa da Figura 1.

Figura 1 - Mapa do Rio Grande do Norte, recortando as cidades de Caicó, Acari e Jardim do Seridó e suas respectivas paróquias



Fonte: Elaboração e edição da autora no programa ArcGis e Paint.

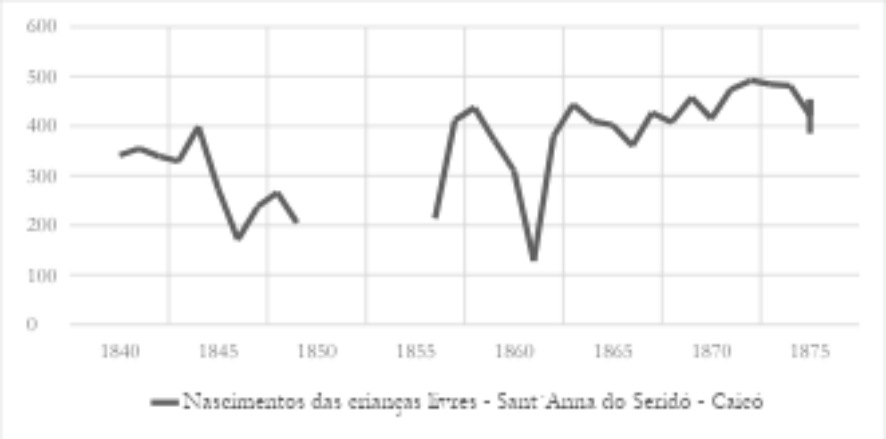
As duas freguesias têm como economia base, desde os tempos da colonização, a pecuária, complementada pelo cultivo de produtos de subsistência como milho, batata, feijão entre outros. Sendo também, o solo do "ouro branco", algodão, principalmente na segunda metade dos oitocentos (MACEDO, 2008; MACEDO, 203). São espaços geográficos atingidos por longos períodos de escassez de chuvas, sendo importante mencionar que na segunda metade dos oitocentos, associados às secas estiveram presentes "pestes" e a fome, deixando suas impressões na natalidade.

Para o estudo da variável demográfica quanto à natalidade nas paróquias de Sant´Anna do Seridó - Caicó e Nossa Senhora da Guia – Acari do Seridó, procederemos à análise do movimento dos nascimentos de crianças livres e de pais

escravizados nestas paróquias. Seguidamente, abordaremos outros indicadores como as taxas brutas de natalidade para a população geral e a sazonalidade por grupos, livres e escravizados.

Para a paróquia de Sant´Anna do Seridó-Caicó (Gráfico 1; Gráfico 2), verificamos que os nascimentos das crianças livres e de pais escravizados observados, apresentam uma lacuna entre 1850 e 1855, anos que coincidem com a chegada da cólera no país, o que pode ter contribuído para a ausência de registros nesse intervalo (David, 1996; Silva, 2003).

Gráfico 1 - Movimento dos nascimentos das crianças livres - Paróquia de Sant´Anna do Seridó -Caicó (1840-1877)



Fonte: Própria a partir das informações de (Oliveira, 2020, p.95)

Quando analisamos para a paróquia de Sant´Anna do Seridó-Caicó, o Gráfico 1, correspondente aos nascimentos de crianças livres e, dessa forma, percebemos um pico de nascimentos no ano de 1844, seguido de dois anos em decrescimento, apresentando uma pequena recuperação em 1849, para logo em seguida, apresentar um período de ausência de registros. A partir de 1856, temos uma recuperação dos nascimentos na paróquia, com um declínio no ano de 1861.

Após esta queda no quantitativo de nascimentos, verificamos uma constante recuperação até 1877, com um número de nascimentos anuais, acima dos 370.

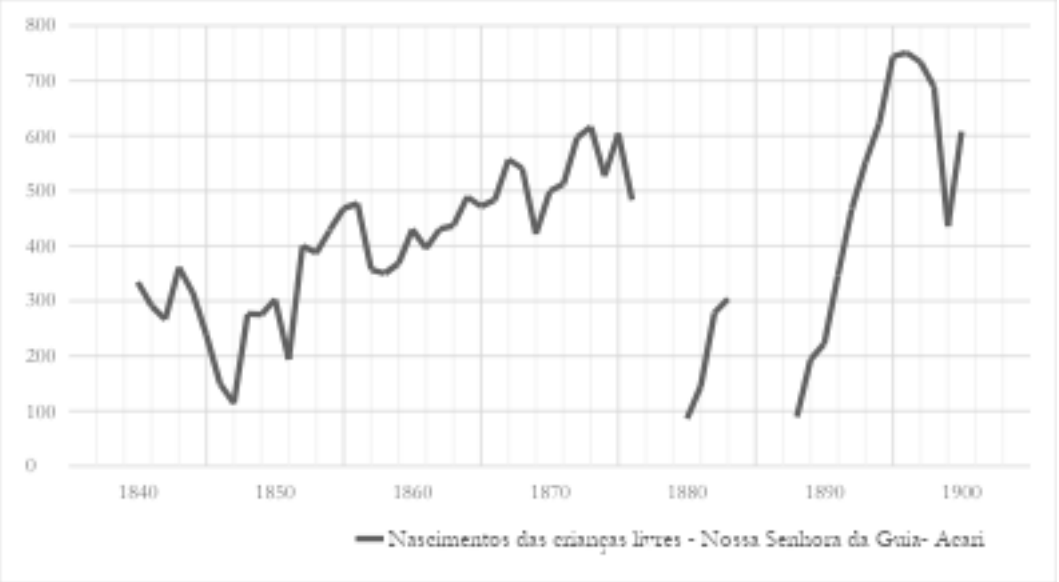
Gráfico 2 - Movimento dos nascimentos das crianças filhas de pais escravizados - Paróquia de Sant´Anna do Seridó -Caicó (1840-1877)



Fonte: Própria a partir das informações de (Oliveira, 2020)

Já quando analisamos o Gráfico 2, da mesma paróquia, agora, quanto a natalidade das crianças, filhas de pais escravizados, percebemos uma quantidade bem inferior, quando comparamos aos nascimentos de crianças livres. Entretanto, encontramos semelhanças no que diz respeito à configuração dos picos, quedas e ausências de dados.

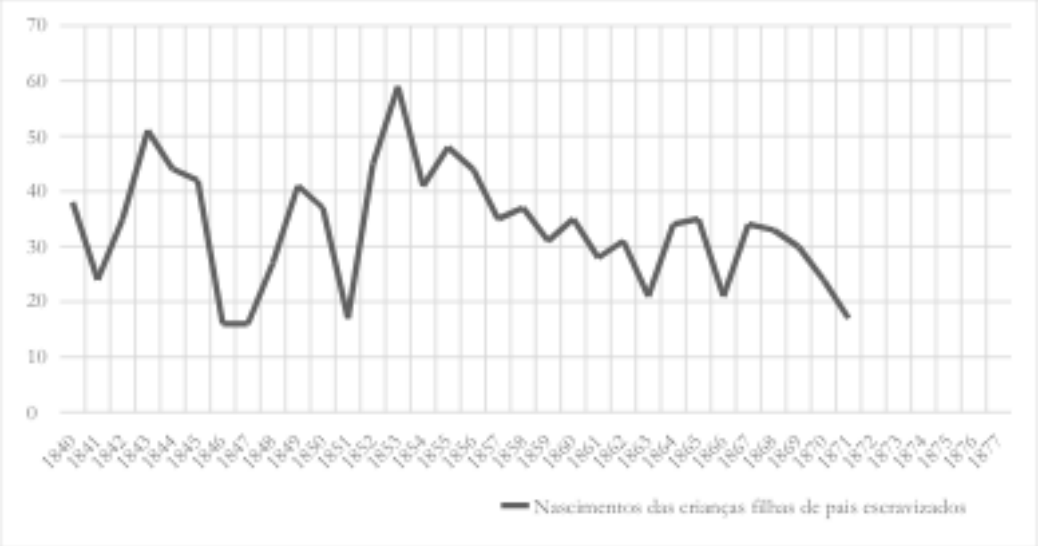
Gráfico 3 - Movimento dos nascimentos das crianças livres- Paróquia de Nossa Senhora da Guia -Acari (1840-1900)



Fonte: Própria a partir das informações de (Oliveira, 2020, p.96)

Na paróquia de Nossa Senhora da Guia-Acari (Gráfico 3), a natalidade das crianças livres apresenta uma ausência de registro entre 1877 e 1879 (anos de secas e, consequentemente, de fome) e 1884 a 1887 (Guerra & Guerra, 1904). Verificamos uma tendência de crescimento no volume de nascimentos no primeiro ano de observação até 1875, acima de 600 nascimentos ao ano, com pequenas quedas, sendo a mais significativa a do ano de 1847, uma data muito próxima do período de seca que assolou a região (Guerra & Guerra, 1904). A partir de 1888 apresenta um crescimento no número de nascimentos até o final do período, com uma queda no ano de 1899.

Gráfico 4 - Movimento dos nascimentos das crianças filhas de pais escravizados - Paróquia de Nossa Senhora da Guia -Acari (1840-1871)



Fonte: Própria a partir das informações de (Oliveira, 2020)

Ao analisarmos os nascimentos das crianças de pais escravizados da paróquia de Nossa Senhora da Guia – Acari (Gráfico 4), percebemos que, assim como na paróquia anterior, o quantitativo desse grupo é inferior ao de crianças livres. Constamos que, a partir de 1855, o gráfico apresenta uma curva em queda até o final do período de observação, com quantitativo de nascimentos inferiores a 60 para alguns anos (1870 e 1871). Percebe-se que nos anos de secas e epidemias, a natalidade era diretamente impactada com uma queda nos nascimentos, sendo particularmente mais grave para esta população, diminuindo a probabilidade de recuperação dessa população nos anos bons de inverno, por exemplo.

Após analisarmos os movimentos dos nascimentos, procederemos a análise de outro indicador bastante importante para os estudos populacionais: as taxas brutas de natalidade. Sendo sobre elas que falemos a seguir.

Tabela 1 - Taxas brutas de Natalidade, paróquias do Seridó e do Brasil

Paróquias/Regiões	Períodos	TBN
Senhora Sant´Anna do Seridó-Caicó	1846	32,2
	1869	49,6
	1872	50,7
Nossa Senhora da Guia-Acari	1846	22,6
	1869	38,4
	1872	51,9
	1890	41,0
Sé -São Paulo	1800-1849	47,8
Brasil	1840-1870	46,5

	1871-1890	46,6
	1891-1900	46,0

Fontes: (Marcílio, 2006, p.180; Merrick & Graham, 1981, p. 58; MORTARA, 1941, p. 276, 1970, p. 16; MORTARA, 1970, p.18; Oliveira, 2020, p.98).

Com base nos resultados obtidos Tabela 1, podemos perceber as taxas brutas de natalidade elevada nas paróquias do Seridó, principalmente em 1872, com valores de 50,7‰ e 51,9‰. Inclusive, sendo superiores as taxas brutas de natalidade calculadas para a Sé-São Paulo, por Marcílio (2006) e por Mortara (1941; 1970) e Merrick & Graham(1981) para o Brasil. Os resultados encontrados para as paróquias do Seridó também apontam para a qualidade dos registros, principalmente, no primeiro recenseamento.

Essas taxas brutas de natalidade elevadas são características de sociedades pré-transicionais, geralmente com uma prole numerosa, equilibrando o quadro de alta mortalidade infantil. O número de filhos varia conforme a posição geográfica e a época, este número geralmente na Europa Ocidental do Antigo Regime era superior a três e maior que seis filhos (Flinn, 1989). No Seridó estudos da historiografia clássica afirmam que nasciam em torno de 6 a 7 crianças por família, sendo comum entre os sertanejos, proles fartas (Dantas, 1980).

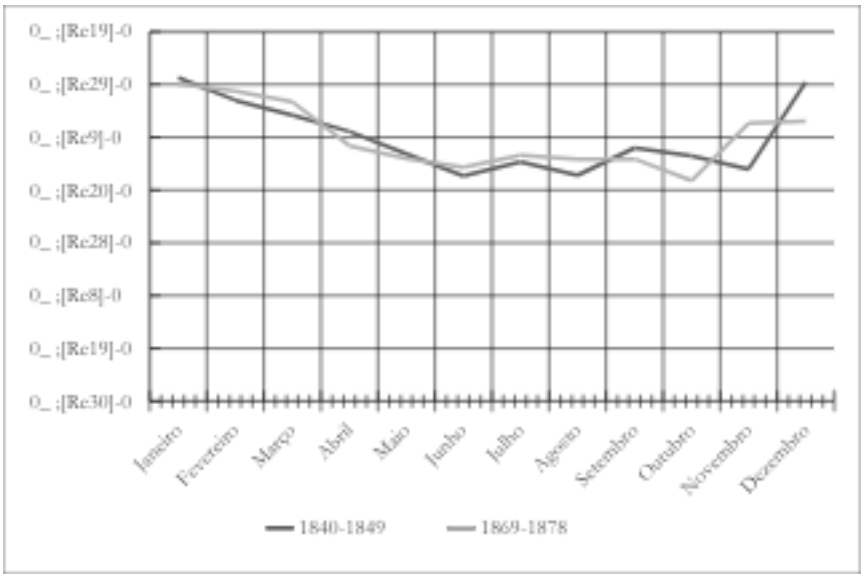
É sabido que nas sociedades pré-modernas, que não praticavam a contracepção intencional com a finalidade de controlar quer o número de nascimentos, ou ainda o momento em que deveriam ocorrer, como é o caso das paróquias estudadas, espera-se que as taxas de natalidade sejam elevadas; logo, estas taxas abaixo do esperado, ou seja, de 50‰ denunciam problemas de sub-registros

que podem ser o resultado dos nascimentos não registrados ou ainda interferências das estimativas populacionais (Livi-bacci, 2013, p. 23).

A Natalidade é um indicador que permite intuir sobre os sistemas e regimes demográficos brasileiros presentes na sociedade estudada. Nos quatros Sistemas demográficos propostos por Marcílio (1984), ao tratar das "características da natalidade no Sistema demográfico de economia de subsistência, a natalidade era elevada, com taxas superiores a 50 por mil; sendo um resultado compatível com o encontrado para as paróquias do Seridó. E, provavelmente, também uma das características do regime de Secas dos Sertões proposto por Nadalin (1994; 2004).

Depois de analisarmos as taxas brutas de natalidade e verificando que as mesmas apresentam resultados de sociedades pré-transionais, vamos analisar a sazonalidade dos nascimentos para as crianças livres e de pais escravizados para as paróquias dos sertões do Seridó, oitocentista. Para o estudo do movimento sazonal de nascimentos a distribuição dos dados foi feita por meses do ano e o cálculo do índice baseado na técnica ensinada por Henry (1988).

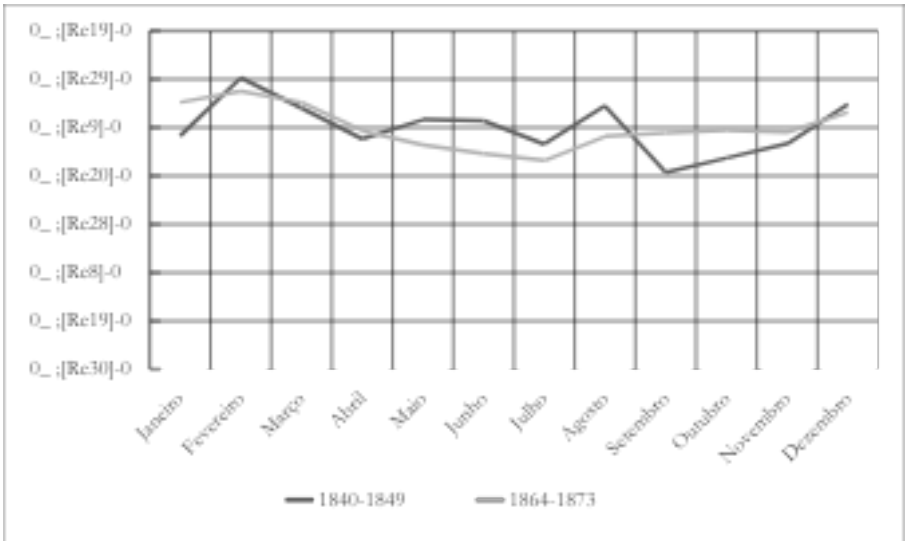
Gráfico 5 - Sazonalidade dos nascimentos de crianças livres na paróquia de Sant´Anna do Seridó -Caicó



Fonte: (Oliveira, 2020, p.104)

A partir do Gráfico 5, a sazonalidade dos nascimentos das crianças livres da paróquia de Sant´Anna do Seridó- Caicó, verificamos que, nos dois períodos, o índice de sazonalidade mais elevado foi no mês de janeiro, sendo significativo também em dezembro para o primeiro período e em fevereiro para o segundo. No que se refere à menor incidência, esta recaiu nos dois períodos sobre o mês de junho, acompanhados no primeiro (1840-1849) intervalo de agosto e, no último período (1869-1878), de outubro.

Gráfico 6 - Sazonalidade dos nascimentos de crianças livres da Paróquia de Nossa Senhora da Guia – Acari



Fonte: (Oliveira, 2020, p.105)

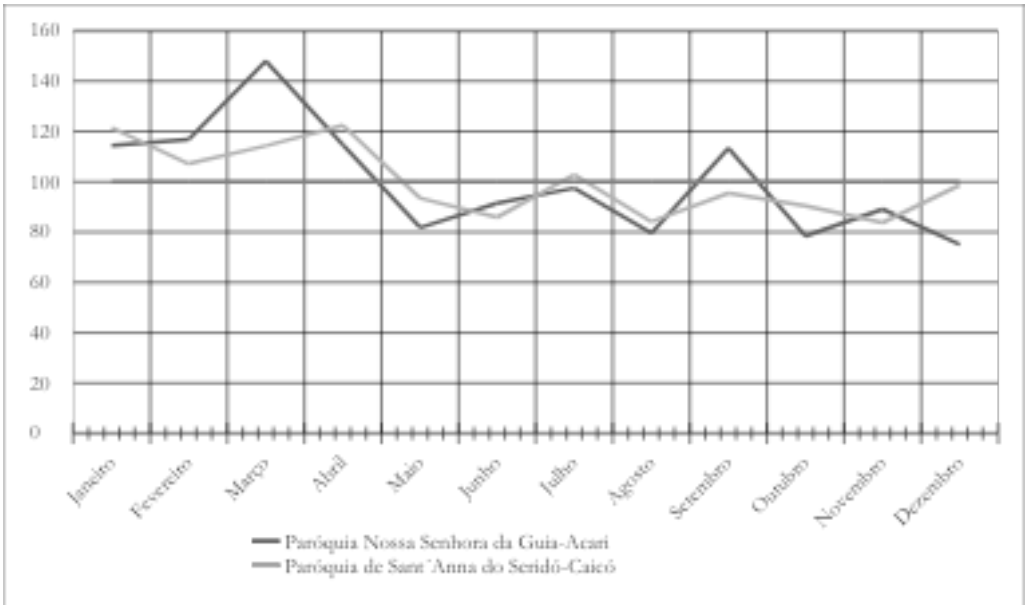
No caso da paróquia de Nossa Senhora da Guia- Acari (Gráfico 5), o maior índice de nascimentos para as crianças livres, nos dois períodos coincidiu com o mês de fevereiro. Apresentando semelhança com o segundo período da paróquia de Sant´Anna do Seridó-Caicó (1869-1878). Além deste, verificamos picos no movimento sazonal nos meses de agosto e dezembro, no primeiro intervalo (1840-1849), e janeiro e março, no segundo (1864-1873).

Enquanto os menores índices foram registados nos meses de setembro e outubro para o período de 1840-1849, convergindo este último mês com a paróquia de Sant´Anna do Seridó-Caicó. No segundo período (1864-1873), o menor índice foi observado em julho, seguido por junho, este último mês, também apareceu no movimento sazonal da paróquia de Sant´Anna do Seridó-Caicó, nos dois períodos.

Como é possível observar, a sazonalidade dos nascimentos não apresenta grandes variações, sendo registradas durante todo os meses com pequenas picos e

declínios. Ao analisarmos a sazonalidade dos nascimentos das crianças filhas de pais escravizados das paróquias do Seridó, percebemos o calendário de picos e declínios mais definido quando comparamos com as crianças de condição livre.

Gráfico 7 - Sazonalidade dos filhos de escravos -Paróquia de Sant´Anna do Seridó-Caicó e de Nossa Senhora da Guia-Acari (1840-1871)



Fonte: (Oliveira, 2020, p.109)

Ao analisarmos o Gráfico 7, correspondente aos filhos de pais escravizados das paróquias de Sant´Anna do Seridó-Caicó e Nossa Senhora da Guia-Acari, no período compreendido entre 1840 e 1871, verificamos que o maior índice registrado na paróquia de Sant´Anna do Seridó-Caicó ocorreu no mês de abril. Enquanto, o menor índice de sazonalidade decorreu no mês de novembro.

No caso da paróquia de Nossa Senhora da Guia-Acari, no mesmo período, os nascimentos de crianças de pais escravizados registraram o maior índice no mês de março, enquanto o menor, no mês de dezembro. Verificamos assim, uma pequena diferença nas duas paróquias com respeito aos meses com alto e baixo

índice de sazonalidade. Assim, para este grupo a maior incidência de nascimentos foi primeiro semestre do ano, enquanto a menor incidência se dava no segundo.

Ao compararmos com os resultados dos índices de sazonalidade calculados para a população escrava de São Paulo, tem similaridades com a freguesia de Acari havendo mesmo uma correspondência entre o índice mínimo das duas freguesias: o mês de dezembro (Marcílio, 1973a). As diferenças no que toca à sazonalidade dos nascimentos permanecem ao comparamos as paróquias do Seridó e a de Ubatuba. A população escrava de Ubatuba registrou os maiores índices nos meses de agosto e junho e os menores nos meses de abril, fevereiro e março. Verifica-se desta forma, uma espécie de inversão ficando demonstradas peculiaridades relacionadas com os diferentes calendários climáticos e laboral (Marcílio, 2006).

Considerações Finais

O artigo desenvolvido teve por objetivo apresentar o perfil da natalidade de crianças livres e de pais escravizados, nos sertões do Seridó oitocentista. Para isso, exibimos as fontes básicas dessa pesquisa, os registros de batismos e os recenseamentos de 1872, 1890 e 1900 das paróquias de Sant´Anna e Nossa Senhora da Guia.

Ao longo da pesquisa constatamos ainda, que as taxas brutas de natalidade encontradas para as paroquias eram elevadas, de 50‰, correspondendo aos resultados esperados para sociedades pré-industriais. Observamos ainda, que as secas, epidemias e a fome presentes nas paróquias no período investigado impactou na natalidade, principalmente nas crianças de pais escravizados.

Observamos a predominância de registros de crianças livres, em detrimento das escravizadas, coerente com a composição populacional dessas paróquias, que nesse período, apresentava uma predominância da população livre.

Essas características estão associadas aos Sistemas demográficos de Economias de Subsistência proposto por Marcílio (1984), sendo um provável perfil da natalidade das populações dos Regimes de Secas dos Sertões de Nadalin (1994, 2004).

Com respeito à sazonalidade dos nascimentos, verificamos que os maiores índices de crianças livres foram registrados no primeiro mês do ano (janeiro) e no último (dezembro), enquanto, para os escravizados, os índices mais elevados se deram no primeiro triênio do ano (janeiro, fevereiro e março), sofrendo assim, influência das estações (inverso e verão ou período de chuvas e estiagem) e do calendário laboral.

Portanto, ao abordar essas temáticas, esta pesquisa contribui para a historiografia sobre estudos populacionais dos sertões potiguares através da análise e discussão da variável demográfica, natalidade e seu conjunto de informações que nos permitem ter um olhar mais alargada dos processos vivenciados pela sociedade do Seridó potiguar oitocentista.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **A escrita no Brasil Colônia:** um guia para a leitura de documentos manuscritos. Recife: UFPE/Massangana, 1994.

AMORIM, Maria Norberta. **O Pico:** Tomo VII, As familias de S. Mateus nos finais do Século XIX, 1991.

DANTAS, José Augusto**. Seridó**. Brasília: Senado Federal, 1980.

DAVID, Onildo Reis. **O inimigo invisível:** epidemia na Bahia no século XIX. Bahia. EDUFBA, 1996.

FLINN, Michael W. **El Sistema Demográfico Europeo- 1500-1820**. Barcelona: Crítica, 1989.

GUERRA, Phelippe; GUERRA, Teophilo. **Seccas Contra a Seccas** – Rio Grande do Norte. Seccas e invernos, açudagem, irrigação, vida, costumes sertanejos, 1904. Obtido de www.colecaomossoroense.org.br.

HENRY, Louis. **Técnicas de Análise em Demografia Histórica**. Lisboa: Greferadativa, 1988.

LIVI-BACCI, Massimo. **Breve História da População Mundial**. Lisboa: Edições 70, 2013.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Outras Famílias do Seridó:** Genealogias Mestiças No Sertão do Rio Grande do Norte (Séculos XVIII-XIX). 2013. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

MACEDO, Muirakytan. Kennedy de. **Rústicos cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões do Seridó (XVIII)**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Caiçara:** Terra e População. Estudo de Demografia Histórica de História Social de Ubatuba. São Paulo. Edusp, 2006.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Sistema demográfico no Brasil do Século XIX. In: MARCÍLIO, Maria Luiza. **População e Sociedade** - Evolução de Sociedades Pré-Industriais. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 193–207.MERRICK, Thomas W; GRAHAM, Douglas H. **População e desenvolvimento econômico no Brasil de 1800 até a atualidade**. Zahar, 1981.

MERRICK, Thomas W; GRAHAM, Douglas H. **População e desenvolvimento econômico no Brasil de 1800 até a atualidade**. Zahar, 1981.

NADALIN, Sergio Odilon. **A demografia numa perspectiva histórica**. Belo Horizonte: ABEP, 1994.

NADALIN, Sergio Odilon. **História e demografia.** Campinas: ABEP, 2004.

OLIVEIRA, Gracineide Pereira dos Santos. **PERFIL DEMOGRÁFICO DE PARÓQUIAS DO SERIDÓ/RIO GRANDE DO NORTE-BRASIL (1840-1900).** 2020. Tese (doutorado). Universidade do Minho. Instituto de Ciências Sociais – ICS, Braga, Portugal, 2020.

SILVA, Luiz Jacintho da. O controle as endemias no Brasil e sua história. **Cienc. Cult.** [online]. 2003, vol.55, n.1, pp.44-47. ISSN 0009-6725.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

O SERTÃO DO ASSÚ: o processo de cristianização da Freguesia de São João Batista do Assú – séc. XVIII-XIX

Mario Sélio Ferreira de Brito

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38421

RESUMO: A Freguesia de São João Batista do Assú foi a primeira a ser criada no sertão da Capitania do Rio Grande (do Norte), no ano de 1725. Desde então, ficou sob seus cuidados, um imenso território cristão abrangendo as duas margens do Rio Açu. Assim, o objetivo deste trabalho é compreender o processo de cristianização desta freguesia, considerando como pontos norteadores as capelas, que foram sendo erigidas ao do século XVIII e entrando no século XIX. Como fontes, foram utilizados documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, cartas de sesmarias, relatórios de visitas dos bispos de Pernambuco, somados com a produção historiográfica sobre o sertão do Assú. Destarte, foi possível apontar algumas considerações que trilham sobre dispersão e lentidão concernentes à cristianização da freguesia em questão.
PALAVRAS-CHAVE: Sertão do Assú; Freguesia do Assú; Cristianização do Espaço; Capelas.

THE HINTERLANDS OF ASSÚ: the process of Christianization in the Parish of São João Batista do Assú – 18th-19th centuries

ABSTRACT: The first parish to be created in the backlands of the Captaincy of Rio Grande (do Norte) was the Parish of São João Batista do Assú, in 1725. Since then, this parish has been entrusted with the care of a vast Christian territory extending across both banks of the Açu River. Therefore, this study is aimed at understanding the process of Christianization of the Parish of São João Batista do Assú, using its chapels — which were erected from the 18th century into the 19th century — as focal points. The corpus of sources used in this research includes documents from the Arquivo Histórico Ultramarino, land grant letters, reports on visits conducted by the bishops of Pernambuco, along with the historiographical production on the hinterlands of Assú. As a result, it was possible to point out some considerations that trace the dispersion and slowness regarding the Christianization in the Parish of São João Batista do Assú.
KEYWORDS: Hinterlands of Assú; Parish of Assú; Christianization of the land; Chapels.

Introdução

Com a diminuição dos conflitos da "Guerra do Açu" no sertão do Rio Grande por volta do ano de 1720, intensificou-se a chegada de muitos sesmeiros e vaqueiros para ocupar essas terras. Aos poucos, os novos ocupantes, assim tratados pois não discutimos um sertão vazio, foram moldando o espaço com as concessões de sesmarias e a multiplicação do gado. Dos luso-brasílicos que estiveram nos conflitos contra os povos indígenas, os Tarairiú/Otxakawane, muitos permaneceram; outros vieram da cidade de Natal da Capitania do Rio Grande com o intuito de conseguirem vastas extensões de terras e aumentar cabedais. Com esse mesmo intuito, dezenas de outros vieram de capitanias vizinhas como as do Ceará, da Paraíba, de Pernambuco e até mesmo da Bahia.

Capistrano de Abreu (2006) escreveu em sua obra *Capítulos de História Colonial*, as dificuldades enfrentadas pelas primeiras levas de luso-brasílicos que se embrenharam pelos sertões para criar gado quanto à alimentação e à adaptação. No sertão do Assú não foi diferente. Além dessas dificuldades, não esqueçamos das espirituais para atender os cristãos católicos no cumprimento dos sacramentos e o amparo de um sacerdote diante de suas necessidades. No sertão da Capitania do Rio Grande, especificamente no que ficou conhecido como sertão do Assú, antes da construção da primeira capela, a Igreja mais próxima se encontrava na cidade do Natal, o que se tornava inviável o deslocamento com frequência para obter assistência dos preceitos religiosos.

Dessa forma, os oratórios exerciam a função de pequenas capelas no interior dos fogos – moradias - espalhados pelos sertões. Segundo Ronaldo Vainfas e Juliana Beatriz de Souza (2002), ao estudarem a religiosidade na América portuguesa no período colonial, explicam que existia uma maneira de organizar os oratórios domésticos pelas famílias. De acordo com Vainfas e Souza,

> "[...] no topo, quase sempre, a cena da crucificação, onde figuravam, ao pé da Cruz, a Virgem das Dores, São João e Maria Madalena, ao que se acrescentava o santo de que o dono do "oratoriozinho" era devoto — o qual era devidamente bento pelo missionário ou vigário do lugar" (Vainfas; Souza, 2002, p. 22).

Os santos e santas eram vistos como elementos de mediações entre os fiéis e Deus. É tanto, que Vainfas e Souza (2002) nos diz que estes estavam por toda a parte: nos oratórios, capelas, orações e promessas, além das imagens que se espalhavam pelas casas. Ou seja, os santos e santas estavam presentes, diariamente, na vida dos fiéis como garantia de proteção para si e seus familiares, como também na esperança de alcançar as graças suplicadas. Graças essas, pedidas aos santos em momentos de dificuldades relacionadas às questões naturais, principalmente as estiagens – secas – ou perigos de vida e doenças. É nesse processo de ocupação, necessidades espirituais, promessas e devoções que o sertão do Assú foi construindo as bases de um território cristão ao longo dos séculos XVIII e XIX. Contudo, é preciso compreender como se deu o processo de territorialização desse espaço nos anos em que antecederam a criação da Freguesia de São João Batista do Assú.

Assim, o objetivo deste trabalho é compreender o processo de cristianização do espaço da Freguesia de São João Batista do Assú, considerando como pontos norteadores as capelas, que foram sendo erigidas ao longo do século XVIII e XIX. Como fontes para essa empreitada, foram utilizados documentos do Arquivo Histórico Ultramarino - AHU, cartas de sesmarias, relatórios de visitas dos bispos de Pernambuco, somados com a produção historiográfico sobre o sertão do Assú.

A territorialização do sertão do Assú

Com a saída dos holandeses da Capitania do Rio Grande, em 1654, assumiu o governo desta, o Capitão-mor Antônio Vaz Gondim, em 1656 e, a partir daí,

começou a política de interiorização, pois a aglomeração populacional dos luso-brasílicos estava diretamente concentrada no litoral.

Para o sertão, especificamente o do Assú, esse processo foi adentrando quando se projetou, não mais conhecer o espaço, mas sim, apropriar-se dele para dar continuidade à política do domínio efetivo da Coroa portuguesa sobre os sertões. Nesse caso, o objetivo era a conquista e o povoamento pois, só assim, garantia o pleno domínio da autoridade real sobre as terras da Capitania do Rio Grande. Contudo, vale salientar que mesmo o gado se espalhando pelas ribeiras da capitania, a plantação não deixou de ter seu papel abrasador na economia de subsistência, algo fundamental em se tratando da fixação humana pelos espaços na constituição de novos territórios, ligando-se à criação do gado.

Nesse sentido, os currais e os sítios começaram pouco a pouco a se materializarem pelos sertões, onde habitavam os Tarairiú/Otxakawane, descritos nas documentações coloniais como "gentios bravos". Dessa maneira, não tardou para ocorrer choques de interesses entre as partes: de um lado, os povos indígenas querendo defender os seus territórios e suas identidades; do outro, os colonizadores luso-brasílicos determinados a demarcar essas terras para fazer delas, aumento de cabedais e criar seus gados, cavalos, cabras e ovelhas, transformando-os em territórios coloniais. Isto posto, não tardou para que ocorressem os conflitos que ficaram registrados na historiografia como "Guerra dos Bárbaros"[1] e, especificamente, referindo-se ao nosso recorte espacial, a "Guerra do Açu".

[1] Apesar da importância desse conflito para se discutir a ocupação do sertão do Assú, não é o nosso objetivo adentrar a fundo nessa questão. Aos que se interessam por essa discussão, indico alguns autores como: LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte**. Coleção Mossoroense, 2003; TAUNAY, Afonso. **A Guerra dos Bárbaros**. Edição Especial. Coleção Mossoroense. s/d.; PIRES, Maria Idalina Cruz. **Guerra dos Bárbaros:** resistência indígena e conflitos e conflitos no Nordeste colonial. Recife: FUNDARPE, 1990.; PUTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**: povos indígenas e a colonização do sertão do Nordeste do Brasil – 1650-1720. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.; GALINDO, Marcos. O governo das almas: a expansão colonial no país dos tapuias (1651-1798).

Sobre essa constituição de um território colonial, escreveu o historiador Helder Macedo em sua obra *Populações Indígenas no Sertão do Rio Grande do Norte*,

> [...] é o processo de apropriação dos campos e vales do sertão, com a finalidade de montar currais para o criatório e erguer casas para morada. Em outras palavras, vale dizer, a constituição gradativa de um território colonial, que pouco a pouco vai se sobrepondo aos territórios habitados pelos Tarairiu – sobreposição que, com o passar dos anos, no instante em que as diferenças entre o mundo ocidental e o nativo são avivadas, levam aos sangrentos conflitos que os textos do período chamaram de "Guerra dos Bárbaros" (Macedo, 2011, p. 109).

Como aponta Macedo (2011), para atingir o objetivo de constituir um território colonial, o sertão da Capitania do Rio Grande tornou-se um espaço cobiçado pelos criadores de gado, fazendo surgir uma intensa leva de sesmeiros, de forma individual ou em grupos, sempre com o mesmo propósito: a necessidade de terras para acomodar seus gados "*vacuns*" e "*cavalares*" (Bluteau, 1789, p. 248 e 505) acrescidos, alguns, de cultivo de roça e povoamento. Muitas das vezes eram pessoas que moravam em outras capitanias como a de Pernambuco, da Paraíba e a do Ceará, com cabedal e/ou patente militar.

Entre esses sesmeiros esteve João Fernandes Vieira. Ao iniciar o ano de 1680, no dia 4 de janeiro, o Capitão-mor Geraldo de Suni concedeu uma concessão de sesmaria a João Fernandes Vieira[2]. A primeira sesmaria de João Fernandes – concedida em 1666 – estava localizada no rio Ceará-Mirim a leste do rio Açu e se estendendo até o Porto de Touros, ao norte. Dois anos depois, em 1668, recebeu mais uma sesmaria seguindo o mesmo alinhamento e dimensão da primeira na qual se estendia do rio Ceará-Mirim até o Porto de Touros e seguindo para o oeste. Dessa forma, podemos perceber que João Fernandes Vieira não estava suplicando terras de forma aleatória, pelo contrário, ele estava tracejando uma grande extensão de terras

[2]BR SILB RN0197. Disponível em: plataformasilb.cchla.ufrn.br/sesmaria/418. Acesso em: 29-04-2024.

que vinha se expandindo para a desembocadura do rio Açu. Ou seja, cada vez mais para o oeste da capitania, o que mostra a sua estratégia, dois anos depois, quando pede a terceira sesmaria na ribeira propriamente dita do Assú no lugar chamado "Três Irmãos", que ficava na desembocadura do rio Açu.

Assim como João Fernandes Vieira, muitos outros sesmeiros requereram enormes quantidades de terras pelo vasto sertão do Assú, como foi o caso de Domingos Fernandes Araújo e Gonçalo Leitão Arnoso que somados a mais cinco requerentes, pediam 6 léguas de largura com 5 de comprimento para cada suplicante no curso do rio Açu. Ou seja, na segunda metade do século XVII para o início do século XVIII, o tamanho das sesmarias requeridas era enorme na Capitania do Rio Grande, o que atraía mais sujeitos querendo garantir para criar gados no sertão do Assú.

Destarte, à medida que as sesmarias iam sendo requeridas e doadas, aumentava também a chegada de mais gado e sujeitos que tentavam se fixarem de forma permanente pelo sertão do Assú. Porém, como dito anteriormente, os conflitos foram se intensificando contra os Otxakawane e, nesse momento que corresponde às últimas décadas do século XVII, surgiu a primeira tentativa de fundar um arraial e ela coube ao sesmeiro João Fernandes Vieira.

O arraial fundado por João Fernandes Vieira, em 1682, no sertão do Assú, não recebeu um nome específico, mas serviu de centro de operações militares. Segundo Rubenilson Teixeira, cinco anos depois, movidos pelo conflito contra os Tarairiú/Otxakawane, o Capitão Manoel Abreu Soares é enviado ao sertão do Assú para socorrer o seu substituto, o Sargento-mor Manoel da Silva Vieira, no ano de 1687. Após três meses de batalhas, ele instala, em 20 de julho de 1687, um novo arraial, o segundo que foi denominado de Santa Margarida, em homenagem à santa do dia (Teixeira, 2009). De acordo com Olavo de Medeiros Filho, o novo arraial ficava a 2 quilômetros da Casa-Forte, construído antes do arraial, pelo lado do sul.

Essa nova construção ocupacional do espaço, serviu de ponto de apoio para os oficiais e seus soldados durante os conflitos que persistiam pelo sertão da Capitania do Rio Grande.

O Arraial de Santa Margarida perdurou por quase dez anos, quando, em fevereiro de 1696, o capitão-mor do Rio Grande, Bernardo Vieira de Melo, chegando ao mesmo arraial, segundo Medeiros Filho (1984), fundou outro, nomeando-o de Nossa Senhora dos Prazeres, substituindo o nome do anterior. Dois meses depois, deu ordem de construção de um presídio que recebeu o mesmo nome de Nossa Senhora dos Prazeres, fundado na data de 24 de abril de 1696.

Depois que o Capitão-mor Bernardo Vieira de Melo criou o Arraial de Nossa Senhora dos Prazeres, este serviu como ponto de apoio para as estratégias bélicas, mas também, para a irradiação do núcleo populacional que foi embrionário para ser construída a capela de São João Batista do Assú e da futura freguesia que recebeu o nome do mesmo orago.

Freguesia de São João Batista do Assú – freguesia *mather*

De acordo com Ronaldo Vainfas, freguesia é definida como "a célula base da Igreja Católica, assentadas na atividade dos párocos em contato com suas ovelhas" (Vainfas, 2000, p. 294). Dessa forma, assumindo um território com função dupla: tanto a posse da Igreja Católica quanto da Coroa portuguesa (Macedo, 2011). A Igreja Católica ficava responsável em dar assistência religiosa aos seus fregueses, na maioria das vezes, dispersos pelos vastos sertões; como também passava a ter certo controle numérico de seus fiéis quando eram registrados nos livros de assentos das freguesias. Contudo, de forma precisa ou não, a Coroa portuguesa passava a ter noção dos espaços que foram colonizados pelos luso-brasílicos, como também da possibilidade numérica dos seus súditos.

Algumas freguesias foram criadas a partir do desmembramento de outras. Essa fragmentação do território cristão tinha como finalidade um maior controle sobre o território. Entretanto, nem todas surgiram seguindo esse processo de desmembramento. Pelo contrário, muitas delas surgiram ao longo das ribeiras dos principais rios do território ultramarino como gênese de ocupação e controle dos luso-brasílicos e as ordens reais. Um desses casos, aconteceu no sertão da Capitania do Rio Grande, especificamente, na Ribeira do Assú, no ano de 1725, quando foi criada a Freguesia de São João Batista do Assú.

Segundo Olavo de Medeiros Filho (2002), a construção da capela se deu no ano de 1712, quando o senhor Sebastião de Souza Jorge, proprietário do Sítio Icu, doou o terreno para patrimônio do orago São João Batista. Anos depois, de acordo com Nestor Lima (1929), foi criada a Freguesia de São João Batista do Assú no ano de 1725, sendo canonicamente instituída um ano depois. Coube ao seu primeiro vigário, o Padre Manoel de Mesquita e Silva, a responsabilidade de zelar e cuidar espiritualmente dos seus fregueses que tenderam a aumentar com o crescimento das concessões de sesmarias e o aumento de fazendas para criação de gado na Ribeira do Assú.

Uma vez criada e sendo a primeira freguesia no sertão da Capitania do Rio Grande no século XVIII, começou também o processo de cristianização desse espaço através das relações de poder e controle da Igreja Católica. A historiadora Cláudia Damasceno Fonseca (2011), ao estudar a realidade da Capitania das Minas Gerais, em sua obra *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas,* pontua que a edificação de capelas, igrejas e como se organizava a administração dos sacramentos, contribuem para esse processo e, impregnado de significados próprios, contribuiu para a organização de uma sociedade em torno daquilo que a Igreja Católica acreditava ser ideal junto aos preceitos do poder Real.

Com isso, esses edifícios cristãos, passavam a fazer parte do processo de territorialização que iam se constituindo nos espaços das freguesias. Para Antônio Carlos Robert de Moraes (2002), em sua obra *Território e História do no Brasil*, à medida que o processo de apropriação do espaço vai sendo efetivado, cria-se não só os mecanismos da materialidade, mas também a representação do poder e controle. Em suma, sobre a formação territorial, Moraes descreve que trata,

> [...] de uma materialidade, produzida pela apropriação material de espaços e dominação efetiva destes. Assim, a formação territorial articula uma dialética entre a construção material e a construção simbólica do espaço, que unifica num mesmo movimento processos econômicos, políticos e culturais. O território material é referência para formas de consciência e representação, cujos discursos retroagem no processo de produção material do espaço, com o imaginário territorial comandando a apropriação e exploração dos lugares. (Moraes, 2002, p. 74).

Sob essa perspectiva, uma vez edificados os templos católicos, tornavam-se a representação da fé, tomados de significâncias e, com isso, contribuindo para a organização de sociedades, que foram se formando pelos diversos espaços do território do Brasil desde o século XVI. Diante dessa perspectiva, podemos trazer ao nosso olhar de estudo, o sertão da Capitania do Rio Grande (do Norte), com a criação da Freguesia do Assú e suas capelas que foram sendo construídas desde meados do século XVIII.

A Freguesia de São João Batista do Assú compreendia uma vasta extensão territorial a partir dos limites geológicos da Serra de Santana, direcionando-se para o norte, nos lugares conhecidos atualmente como Guamaré e Macau. Como também, da Serra conhecida como João do Vale, de Martins e Portalegre e a porção do Apodi, seguindo para o norte, aos lugares conhecidos atualmente como Mossoró, Areia Branca e Ponta do Mel. Contudo, a cristianização do espaço começou com a criação da Freguesia de São João Batista do Assú no que já delimitamos sertão do Assú acima e, até o ano de 1746, não existia nenhuma capela filial.

Essa é uma informação contida no Relatório *Ad Limina*, do Frei Dom Luiz de Santa Tereza, Bispo de Pernambuco, no qual a Freguesia do Assú foi descrita da seguinte maneira:

> [...] Da cidade de Natal, ou não tal (como em vista do seu tamanho, por graça se diz) na distância de 30 léguas e a 113 da Catedral foi erigida a paróquia de São João Batista no lugar chamado Assú, cuja igreja de tamanho suficiente, construída de madeira e barro, tendo apenas um paramento encarnado e um branco, não possui objeto algum de prata; **não tem nenhum oratório filial** e carece de muitas coisas, como bem se compreende pela sua extensão, que é de 40 léguas de longitude e 20 de latitude. [...] Olinda, 08 de maio de 1746 (Marinho, 2006, p. 59) (Grifo nosso)

A partir do relatório, é possível perceber que a Freguesia do Assú apresentava uma aparência rústica nos primeiros vinte anos de sua criação, sendo relatada com alguns detalhes como a sua estrutura de madeira e barro, ou seja, foi construída com a técnica de taipa. Até aqui, o relatório nos faz inferir sobre uma matriz não tão bem assistida pela Igreja Católica. Talvez o fato de estar a 113 léguas de distância de Olinda, sede do bispado de Pernambuco, e demonstrando pouca arrecadação de dízimos, tenha persistido essa situação ao longo das décadas seguintes de sua criação.

Além disso, até o ano de 1746, o relatório informa que não existia oratório filial, tratando-se na verdade da não existência de capelas filiais até aquela data. Contudo, foi a partir do ano seguinte, de 1747, que se iniciou a construção da primeira capela filial, localizada ao oeste da sede da Freguesia do Assú, como mostra o quadro a seguir.

Quadro 1 - Relação das capelas filiais da Freguesia de São João Batista do Assú – século XVIII-XIX

Ano de criação	Nome das Capelas	Localização
1747	Capela de Nossa Senhora da Conceição (Martins-RN)	Localizada ao Sudoeste da sede da Matriz de São João Batista do Assú
1756	Capela de Santa Ana do Campo Grande (Campo Grande)	Localizada ao Sudoeste da sede da Matriz de São João Batista do Assú,

		porém, ficando mais próxima de sua matriz.
1783	Capela de Nossa Senhora da Conceição de Guamaré	Localizada ao Nordeste da sede da Matriz de São João Batista do Assú, no litoral.
17...*	Capela de Santa Ana do Matos – Santa Ana do Pé da Serra	Localizada ao Sudeste da sede da Matriz de São João Batista do Assú
1813	Capela de São José dos Angicos - Angicos	Localizada ao Leste da sede da Matriz de São João Batista do Assú

Fonte: Elaborado por Sélio Brito, baseado em LIMA, Nestor. **Municípios do Rio Grande do Norte:** Areia Branca, Arêz, Assú e Augusto Severo. Edição Fac-Similar da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Vol. 25/26, 1 ed. 1929. MARINHO, Francisco Fernandes. **O Rio Grande do Norte sob o olhar dos bispos de Olinda**: uma leitura dos relatórios das visitas *"ad limina apostolum"* existentes em arquivos secreto do Vaticano e outras informações de visitas pastorais. Natal-RN: Nordeste, 2006.

***Não existe uma data precisa sobre a criação da Capela de Santa Ana do Matos. Contudo, considerando algumas informações como um casamento, assentado no Livro de Casamento da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação no ano de 1806, inferimos que a sua criação tenha ocorrido em fins do século XVIII.

Ao analisar o quadro acima, é possível perceber que a cristianização espacial da Freguesia de São João Batista do Assú se deu em dois momentos: até a primeira metade do século XVIII, quando existia somente a sede da Matriz de São João Batista, como escrito no relatório do Frei Dom Luiz de Santa Tereza, em 1746. Nessas primeiras décadas, depois da criação da Freguesia de São João Batista do Assú, o vigário era o responsável em dar assistência religiosa a todos os seus fregueses que viviam dispersos pelo vasto território que compreendia o sertão da Capitania do Rio Grande, seguindo para o norte, até o litoral.

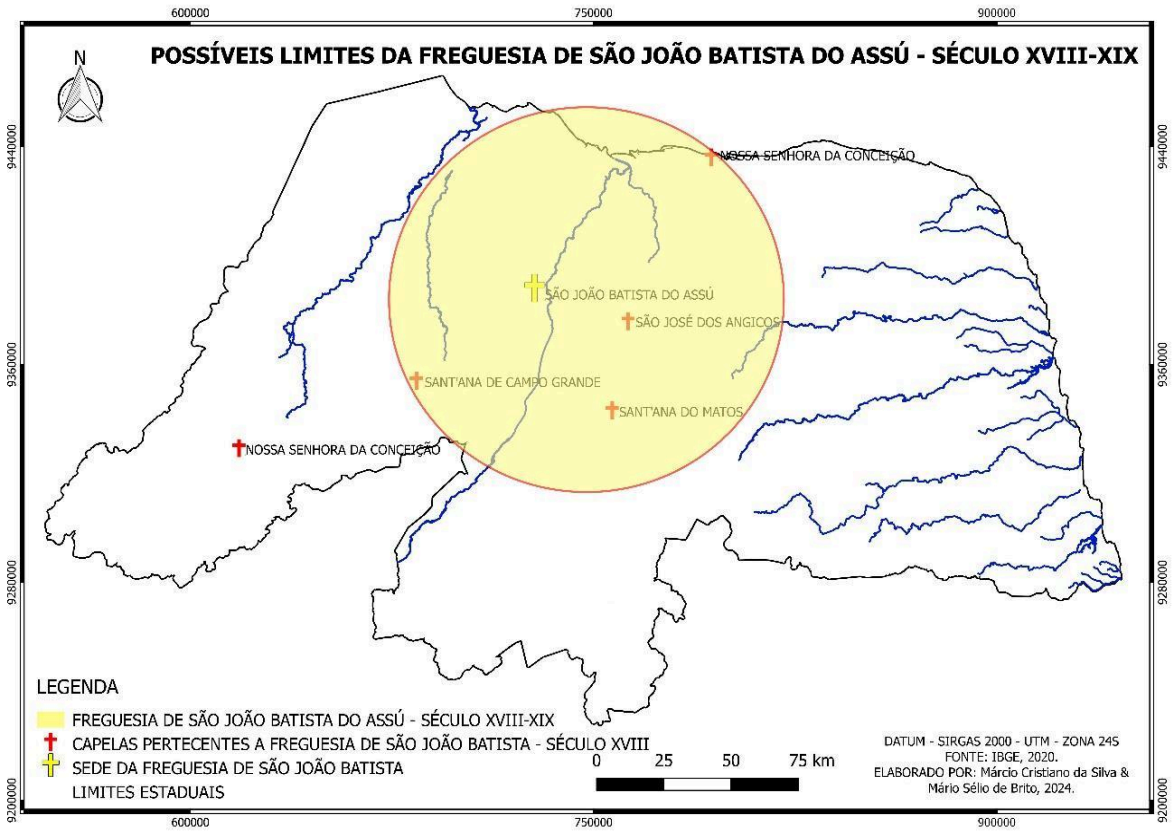
O segundo momento foi marcado pelas primeiras capelas que se tornaram filiais à Matriz de São João Batista do Assú. Esses templos foram sendo construídos, tanto na margem esquerda quanto na margem direita, porém, concentrou-se mais na margem direita do rio Açu. Sobre essa concentração, existe a possibilidade da fixação permanente dos sujeitos sob a perspectiva de famílias com bons cabedais. Nesse sentido, não devemos esquecer que as capelas só poderiam ser construídas após a autorização do bispo, além da confirmação de terras doadas para o seu patrimônio (Vide, 2011 [1707]).

Contudo, não devemos esquecer que, até o final do século XVIII, as capelas que foram construídas na Ribeira do Assú, eram muito distantes umas das outras. sem contar que, em períodos chuvosos, o deslocamento do vigário e/ou seu coadjutor, ficava impossibilitada em atender as necessidades religiosas dos cristãos católicos que moravam na margem direita do rio Açu, devido as cheias deste rio.

Dentre as capelas que estiveram sob os cuidados da jurisdição eclesiástica da Freguesia de São João Batista do Assú, a de Nossa Senhora da Conceição, localizada na Serra do Martins, antes de sua construção, recebeu 50 braças de terra, em quadra, para patrimônio no ano de 1747, do senhor Martins Roriz (Marinho, 2006). No dia 27 de abril de 1752, recebeu a Provisão e a licença para sua bênção, que foi realizada pelo Padre José de Aranda, vigário da vara do Assú (Lima, 1929; Marinho, 2011).

Uma capela que estava muito distante da Matriz de São João Batista do Assú, como também, da Ribeira do Assú, pois estava localizado muito próximo da Ribeira do Apodi. Dessa maneira, é bem provável que a assistência religiosa nos primeiros anos após sua benção, tenha sido muito reduzida pelo vigário da Matriz do Assú. Destarte, com a criação da Freguesia de Pau dos Ferros no ano de 1756, a Capela de Nossa Senhora da Conceição passou a fazer parte do território cristão desta freguesia. Assim, em termo de localização, a Capela de Santa Ana do Campo Grande, foi a única filial na margem esquerda do rio Açu e todas as demais que foram sendo construídas, na margem direita como mostra o mapa 1.

Mapa 1 - Possíveis limites da Freguesia de São João Batista do Assú – século XVIII-XIX



Fonte: Elaborado por Márcio Cristiano da Silva e Sélio Brito, 2024, baseado no IBGE, 2020.

Pelo mapa, é possível perceber a extensa área que formava o território cristão da Freguesia de São João Batista do Assú. Desse total, segundo o bispo de Pernambuco D. Tomaz da Encarnação Costa e Lima, compreendia 90 léguas[3]. Contudo, é importante frisar que o mapa traz uma projeção dos possíveis limites de sua abrangência, pois, falar de delimitações precisas de fronteiras no Período Colonial é algo arriscado. Isso porque, devido as vastas extensões e as dispersões dos fogos (moradias) pelo território, era comum ser atendidos por vigários ou coadjutores de freguesias próximas. Ou seja, eram limites porosos ou flexíveis.

[3] Esta informação está contida na CARTA do Bispo de Pernambuco, D. Tomás [da Encarnação Costa e Lima], ao rei [D. José I], remetendo uma relação de todas as freguesias, capelas, ermidas e oratórios que têm o dito Bispado, e o número de clérigos seculares que existem em cada uma das freguesias. 19 de fevereiro de 1777.

Sendo assim, foi possível perceber que a cristianização espacial da Freguesia de São João Batista do Assú foi se constituindo em fins do da primeira metade do século XVIII (1747), até a primeira década do século XIX (1813). Ficando sob sua circunscrição eclesiástica as seguintes capelas filiais: a Capela de Santa Ana de Campo Grande, localizada na margem esquerda da Ribeira do Assú e, na margem direita da mesma ribeira, as Capelas de Nossa Senhora da Conceição (Guamaré), Santa Ana do Matos (Santana do Matos) e São José dos Angicos (Angicos)

Considerações finais

Como visto, a Freguesia de São João Batista do Assú foi a primeira a ser criada no sertão da Capitania do Rio Grande, objetivando dar assistência religiosa aos sujeitos, moradores que viviam dispersos em seus sítios e fazendas de gado. Entretanto, o vasto território cristão continuou a apresentar dificuldades de assistência religiosa no cumprimento dos sacramentos aos que moravam mais distantes e sendo beneficiados os sujeitos que moravam mais próximos à matriz.

Além disso, as questões de dificuldades não estavam presentes apenas no tocante ao percurso e dimensão espacial da freguesia. Mas, também, por fatores naturais, como no período chuvoso que dificultada o acesso do vigário e/ou o coadjutor na empreitada das desobrigas nos sítios, nas fazendas, nas capelas e nos oratórios particulares, existentes na margem direita da Ribeira do Assú. Somados a isso, muitas famílias que se estabeleceram na margem direita dessa ribeira, foram aumentando seus cabedais e, conscientes de sua fé católica, podem ter visto na criação de capelas, um meio de aproximação no cumprimento dos preceitos da Igreja Católica junto aos sujeitos, com assiduidade. Porém, são apenas suposições.

Assim, o processo de cristianização da Freguesia de São João Batista do Assú, percorreu quase um século (96 anos), desde o ato de sua criação em 1725, até

o ano de 1821. Esta última data, faz referência ao desmembramento do seu território cristão, para dar origem à Freguesia de Santa Ana do Matos, localizada na Ribeira do Assú, especificamente, na margem direita.

REFERÊNCIAS

Fontes

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

Plataforma SILB – Sesmarias do Império Luso

Bibliografia

ALVES, Aluízio. **Angicos:** notas de história, aspectos geográficos, traços biográficos, economia, costumes e tradições. 1 ed. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1940.

BLUTEAU, Raphael. **Diccionario da lingua Portugueza**. Tomo 1 e 2, Lisboa: Oficina de Simão Taddeo Ferreira, 1789.

COSTA, Renata Assunção. **"Porta do Céu":** o processo da cristianização da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (1681-1714). 2015. 179 f. Dissertação (Mestrado em História e Espaços) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal, 2015.

FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arrais e vilas d'el rei**: espaço e poder nas Minas setecentistas, 2011.

MACEDO, Helder Alexandre de. **Populações indígenas no sertão do Rio Grande do Norte: história e mestiçagens**. Natal-RN: EDUFRN, 2011.

MARINHO, Francisco Fernandes. **O Rio Grande do Norte sob o olhar dos bispos de Olinda**: uma leitura dos relatórios das visitas *"ad limina apostolum"* existentes em arquivos secreto do Vaticano e outras informações de visitas pastorais. Natal-RN: Nordeste, 2006.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Índios do Açu e Seridó**. Brasília: Senado Federal, 1984.

_____. A igreja matriz do Assu, século XVIII. **Revista da Academia Norte-rio-grandense de Letras.** Vol.1, n.1 (1951), Natal: RN, 1951.

MORAES, Antônio C. R. Território e história no Brasil. São Paulo: Hucitec; Anna Blume, 2002.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. **Da cidade de Deus à cidade dos homens:** a secularização do uso, da forma e da função urbana. Natal, RN: EDUFRN – Editora da UFRN, 2009, p. 379-380.

VAINFAS, Ronaldo. SOUZA, Juliana Beatriz de. **Brasil de todos os santos**. 2. ed. São Paulo: Editora Zahar, 2002.

VIDE, Sebastião Monteiro da. **As constituições primeiras do Arcebispado da Bahia**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011 [1707].

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

AFRICANOS DE GUINÉ NA FREGUESIA DO SERIDÓ, SERTÃO DO RIO GRANDE DO NORTE (1788-1821): apontamentos preliminares

Ana Luísa Araújo Medeiros[1]

RESUMO:
Analisa os africanos e africanas classificados como Gentio de Guiné e a qualidade dos seus filhos, no Seridó, sertão da Capitania do Rio Grande do Norte, do fim do século XVIII aos primeiros anos do século XIX, através da análise dos livros de casamentos e batizados da referida freguesia. Parte de discussão historiográfica feita a partir dos estudos acadêmicos de Anicleide Sousa, Cláudia Lago, Sheila Faria e Solange Alves. Adota as premissas da História Quantitativa, conforme François Furet e José D'Assunção Barros, bem como, o Método Onomástico, como discutem Ginzburg e Poni. Considerando pelo menos um nubente com a qualidade Gentio de Guiné, constatou que, de 1.691 casamentos realizados no Seridó (1788 e 1834), cerca de menos de 1% envolviam nubentes Gentio de Guiné.
PALAVRAS-CHAVE: Gentio de Guiné; Mestiçagens; Seridó; Qualidade; Condição.

AFRICANS FROM GUINEA IN THE PARISH OF SERIDÓ, BACKLANDS OF RIO GRANDE DO NORTE (1788-1821): preliminary notes

Abstract
Analyzes the African men and women classified as Gentiles from Guinea and the quality of their children, in Seridó, sertões of the Captaincy of Rio Grande do Norte, from the end of the 18th century to the first years of the 19th century, through the analysis of marriage and baptism books of the aforementioned parish. Part of a historiographical discussion based on academic studies by Anicleide Sousa, Cláudia Lago, Sheila Faria and Solange Alves. It adopts the premises of Quantitative History, according to François Furet and José D'Assunção Barros, as well as the Onomastic Method, as discussed by Ginzburg and Poni. Considering at least one betrothed with the Gentile of Guinea status, it found that, of 1,691 marriages held in Seridó (1788 and 1834), approximately less than 1% involved Gentile betrotheds from Guinea.
KEYWORDS: Gentile from Guinea; Miscegenation; Seridó; Quality; Condition.

[1] Graduanda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/7055754208898721. Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC – CNPq), sob a orientação do Prof. Helder Alexandre Medeiros de Macedo (UFRN). E-mail: araujoanaluisa130@gmail.com.

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38557

Introdução

O presente trabalho é fruto do projeto "História das mestiçagens nos sertões do Rio Grande do Norte por meio de um léxico das 'qualidades' (séculos XVIII - XIX)" (PIBIC-UFRN) – 2ª parte, coordenado pelo professor Helder Macedo, em específico, no âmbito do Plano de Trabalho "Genealogias 'africanas' na Ribeira do Seridó (séculos XVIII-XIX) – 2ª parte".

Seu objetivo é mapear os "africanos" e "africanas" descritos como "Gentio de Guiné" e a qualidade que os seus filhos receberam, isto é, como foram denominados nos registros paroquiais da Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó (1788-1834), sertão da Capitania do Rio Grande do Norte, particularmente, tomando como ponto de partida a análise dos casamentos realizados nesse período no território em questão. É importante ressaltar sobre as aspas no termo *africano*, pois, de acordo com Sheila Faria (2004), se este for utilizado no sentido generalista, implica em uma redução da vasta composição cultural encontrada na África. Além disso, comete-se anacronismo ao utilizá-lo, no período colonial e até a metade do XIX, para designar negros oriundos do tráfico atlântico de escravos. Isto porque as atribuições dadas as pessoas vindas do continente africano, na condição de escravas, variavam mediante o porto de embarque ou da região de onde eram provenientes. Nesse contexto, embora se mantenha a problematização, a palavra *africano* será utilizada sem aspas no decorrer desta pesquisa.

Outro ponto importante diz respeito ao uso das palavras *escravo* e *escravizado*, problematizados por Djamila Ribeiro no livro *Pequeno manual antirracista.* Compreendemos que a primeira denota uma condição natural, omitindo que as pessoas submetidas à essa condição foram colocadas pela ação de outrem. Nesse sentido, a população negra não foi escrava, mas sim escravizada (Ribeiro, 2019, p. 3).

Apesar do termo escravizado ser o mais adequado, utilizaremos o conceito presente nas fontes.

A pesquisa tem como recorte espacial a Freguesia do Seridó, que abrangia, no período colonial, os sertões das Capitanias do Rio Grande do Norte e Paraíba. O recorte temporal foi definido a partir das fontes históricas utilizadas como ponto de partida, quais sejam, os três primeiros livros paroquiais de casamentos (Livro de Casamentos de 1788-1809; 1809-1821; 1821-1834) da referida freguesia.

O tema das pessoas que foram escravizadas e chamadas, no Brasil, de Guiné, perpassa os estudos da historiografia. Podemos anotar, inicialmente, a preocupação de Maria Inês Corte de Oliveira (2016[1997]) de compreender as atribuições dadas aos africanos na Bahia, até o século XVIII, através dos "nomes de nação" que estavam atrelados a rede do tráfico e a escravidão. Nesse sentido, discute os termos *negro da guiné* e *gentio da guiné*, utilizados desde o século XVI, e as mudanças de significados na medida em que o tráfico ia se expandido. Enfatiza que o termo *guiné,* do ponto de vista dos portugueses, referia-se ao litoral da Costa Ocidental africana. Contudo, o processo de expansão comercial português integrou outras porções ao termo. Sendo assim, *guiné* passou a representar toda a África Ocidental, do Rio Senegal ao Gabão.

Outra autora que se dedicou aos estudos sobre os africanos no Brasil, foi Sheila de Castro Faria, com as obras *A colônia em movimento* e *Sinhás Pretas, Damas Mercadoras*. Em *A colônia em movimento*, analisa a vida cotidiana como foco na mobilidade econômica, social e espacial dos diversos grupos que compunham a sociedade colonial - século XVIII – a partir da história da família, sobretudo, em áreas onde houveram a expansão de atividades econômicas rurais. Discute a relação do casamento e escravidão a partir dos registros paroquiais. Estes, enfatizam a ligação direta entre o cativo e o senhor, sendo o segundo a referência básica do primeiro. Nesse sentido, apresenta o registro de casamento dos nubentes Antônio

crioulo e Domingas do gentio da Guiné, escravos do Tenente João Batista Pinto (Faria, 1998).

Já em *Sinhás Pretas, Damas Mercadoras,* estuda a escravidão a partir do Rio de Janeiro e de São João Del Rei, do século XVII a primeira metade do XIX, com foco nos alforriados nascidos na África e os seus descendentes, principalmente, a partir do século XVIII, período em que o tráfico atlântico era vigente. Discute acerca do tráfico de escravos, ressaltando as relações comerciais dos portugueses com partes do continente africano. Dentre elas, a Costa da África Ocidental, conhecida como *Guiné,* principalmente, nos séculos XV e XVI. Nesse contexto, através de um documento inquisitorial da Bahia, por volta do século XVI, constatou a presença de pessoas provenientes do que se conhecia como África Ocidental, dentre elas, Bastião, negro da guiné (Faria, 2004, p. 34).

Trazendo o foco da atenção para o sertão das Capitanias do Norte, estudos como os de Solange Alves (2015) e Anicleide Sousa (2018) também trataram de questões ligadas às pessoas provenientes da África.

Solange Alves analisou a população escravizada em São João do Cariri, atual sertão paraibano, no ano de 1752-1816, evidenciando a importância da mão de obra desta para o desenvolvimento econômico da região que estava se estabelecendo administrativamente. Ademais, observou a formação das redes de sociabilidade estabelecidas a partir dos matrimônios entre os escravizados. Constatou, a partir do levantamento de registros de casamentos, a presença significativa de africanos escravizados. Dentre eles, quarenta registros correspondiam aos Gentio de Angola, seguido de vinte registros referentes aos Gentio de Guiné. Além disso, do ponto de vista das uniões endogâmicas, contabilizou vinte e dois registros de Gentio de Angola com Gentio de Angola, seguido de treze de Gentio de Guiné com Gentio de Guiné. Por outro lado, Anicleide Sousa tratou da população escravizada na Vila de Catolé do Rocha, no ano de 1836-1866, na Paraíba. Investigou as vivências de

homens, mulheres e crianças cativas a partir das relações sociais estabelecidas no âmbito familiar e religioso, levando em consideração a mesma condição jurídica (Sousa, 2018).

Nos sertões do Rio Grande do Norte, especificamente, na região do Seridó, a historiografia universitária tem trazido importantes resultados para se repensar a formação sócio-histórica desse espaço, que, na maioria das produções históricas de autoria de historiadores eruditos, valorizava, sobremaneira, a presença – tida, até então, como majoritária – de pessoas brancas e portuguesas e/ou luso-brasílicas (Macedo, 2011).

Nesse sentido, o único que focou diretamente sobre a questão da escravidão, de forma ampla, foi a dissertação de Cláudia Cristina do Lago Borges (2000), *"Cativos do sertão: um estudo da escravidão no Seridó – Rio Grande do Norte"*. A autora analisa o lugar do negro e a formação das redes de sociabilidades, bem como, a predominância de escravizados de origem africana, dentre eles, os classificados como Guiné, na atual região seridoense. Além disso, destaca importância da Irmandade do Rosário para a população negra, fosse do ponto de vista cultural, religioso, assistencialista, social e de resistência (Borges, 2000).

Com base nisso e a partir da análise das fontes paroquiais da Freguesia do Seridó, percebeu-se uma carência acerca da qualidade Gentio de Guiné impostas às pessoas provenientes de África.

Diante do que foi exposto, elaboramos o seguinte questionamento: Como as pessoas provenientes de África, nomeadas de Gentio de Guiné, foram apresentadas nos registros de casamentos no Seridó (1788-1834) e como os seus filhos foram qualificados nos registros de batismo (1814-1831)?

Questões teórico-metodológicas

Em termos do aporte teórico, as discussões sobre os conceitos de "qualidade" e "condição", utilizados nessa pesquisa, contidas no livro "Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho)" (2015), de Eduardo França Paiva, foram fundamentais.

Dessa forma, é preciso compreender que o termo qualidade, segundo Paiva (2015), possuía várias definições e era associado ao "genere clarus", enfatizando a posição do "branco, ocidental e cristão" (Paiva, 2015, p. 33) nas sociedades modernas. A sua utilização vem desde a Antiguidade, possivelmente, à época de Cícero, da Roma antiga. Nesse sentido, remete a uma posição de poder relacionada àquele que irá "qualificar" alguém, girando em torno da seguinte questão: "quem qualifica quem?", a partir da problematização feita por Paiva. Por isso, a atribuição de uma qualidade dependia de como se via o outro e para isso seria necessário levar em consideração alguns aspectos, como a ascendência familiar, a origem, a cor e/ou o fenótipo. Dessa forma, uma pessoa poderia receber mais de uma qualidade nos registros do período colonial (tomando como exemplo os assentos de batizado, casamento e óbito, da Igreja Católica), o que gera, a princípio, confusão, numa pessoa que não conheça a fundo essa discussão.

Diante disso, é possível afirmar que as qualidades eram requisitos de diferenciação e hierarquização dos indivíduos e dos grupos sociais, tomando a problematização de Paiva para o Antigo Regime nas sociedades iberoamericanas. Acerca das "condições", ainda segundo Eduardo Paiva (2015), eram importantes para compreender, em termos jurídicos, a posição do indivíduo perante a sociedade. Esse poderia ser livre, escravo ou forro (liberto).

Mediante a explanação dos dois termos, a presente pesquisa foca na qualidade de Gentio de Guiné atribuída a pessoas provenientes da África. A vinda forçada de africanos para as Américas significou um novo capítulo para a história

das dinâmicas de mestiçagens, inclusive, a inserção de novos vocábulos. Uma das expressões que remete ao século XVI é "negros de Guiné", como sinônimo de africanos escravizados. Contudo, o uso do termo "gentio", utilizado desde a Antiguidade para designar aquele que era "pagão", contrário ao "cristão", foi aplicado na América portuguesa como referência a "bárbaro", inicialmente aos indígenas e estendido para representar os africanos escravizados, como é o caso das pessoas qualificadas como Gentio de Guiné (Paiva, 2015, p. 199). Nesse sentido, das dezesseis pessoas nomeadas de Guiné, treze apresentaram a condição de escravo.

É importante destacar que a identificação dos africanos era, por vezes, relacionada à sua "nação", isto é, trazidos forçadamente para a América para serem escravizados, estava relacionado a região do porto, de origem onde dos navios negreiros, de mercados e rotas do tráfico. Ademais, mesmo alforriados na Ibero-América, recebiam esse distintivo (Paiva, 2015, p. 146). A grande complexidade que o uso do termo "guiné" carrega é o fato de referir-se a toda a Costa Ocidental da África, logo, precisar a identidade dos africanos que assim foram nomeados é uma tarefa difícil e que, talvez, não seja exitosa. Nesse sentido, já discutido na parte introdutória desta pesquisa, Oliveira (2016[1997]) destaca a entrada de africanos, no Brasil, advindos de regiões da Costa Ocidental da África – do Rio Senegal ao Gabão – e que o aumento da demanda europeia por escravos fez com que a identificação de africanos fosse reduzida a uma única categoria: negros da Guiné.

A pesquisa está inserida no campo metodológico da História Quantitativa. Conforme François Furet (1974), um ponto elementar da história quantitativa é a constituição do "fato histórico em séries temporais de unidades homogêneas e comparáveis" (Furet, 1974, p. 51). Ademais, para o historiador José D'Assunção Barros (2012), a História Quantitativa requer a problematização dos dados obtidos, para que não seja reduzida a uma mera descrição numérica. Afinal, se isso não acontecer, será apenas uma História Factual.

Além de recorrer, também, ao Método Onomástico desenvolvido pelos italianos Carlo Ginzburg e Carlo Poni (1989), considerando o nome dos sujeitos como fio condutor e campo de investigação, na tentativa de reconstituição da vida das pessoas consideradas Gentio de Guiné, visando entender o lugar social e as redes de sociabilidades construídas em meio a sociedade colonial.

Em relação às fontes históricas utilizadas na pesquisa, foram consultados e analisados os três primeiros livros de casamentos da Freguesia do Seridó (1788-1809; 1809-1821; 1821-1834). Para o rastreamento das pessoas chamadas de Gentio de Guiné, com o uso do Método Onomástico, foi usado como suporte, também, em termos do cruzamento de fontes, os livros de óbitos (1788-1811; 1812-1838; 1838-1857) e batizados (1803-1806; 1814-1818; 1818-1822; 1825-1831) da mesma freguesia. Os originais desses registros estão depositados na Casa Paroquial São Joaquim, em Caicó-RN. Na pesquisa, foram usados os dados extraídos desses livros e dispostos em bancos de dados no Microsoft Access pelas equipes de pesquisa dos professores Muirakytan Kennedy de Macêdo e Helder Macedo, do final dos anos de 1990 até os dias de hoje.

Resultados e discussões

Fazendo um mapeamento dos três livros de casamentos da Freguesia do Seridó, relativos ao período de 1788 a 1834, contabilizamos 1.691 registros de uniões matrimoniais feitas no Seridó. Levando em consideração os registros em que, pelo menos um nubente é expressamente qualificado como gentio de guiné, encontramos no Livro de casamento 1 (1788-1809) apenas 5 registros; no Livro de casamento 2 (1809-1821), 8 registros e no Livro de casamento 3 (1821-1834) não há referência a referida qualidade. Deste total, 16 pessoas têm como referência expressa a qualidade de gentio de guiné dentro do próprio assento de casamento, sendo 9 homens e 7 mulheres. Em termos percentuais, esse valor corresponde a menos de 1% do total dos casamentos da freguesia nesse período.

É importante ressaltar que a referência a qualidade expressa gentio de guiné, se apresentou da seguinte forma: gentio da guiné, Preto Fôrro do Gentio da Guiné e Preto/Preta do Gentio da Guiné. Além disso, foi possível observar os enlaces matrimoniais entre Gentio de Guiné com pessoas de outras qualidades, como: Cabra, Gentio de Angola, Mulato, Preto e Crioula. Vale ressaltar que três nubentes não tiveram a sua qualidade indicada. Nesse sentido, temos a seguinte configuração: um registro de Preto Fôrro do Gentio da Guiné com Gentio de Angola; três registros de Gentio de Guiné com Não Indicado; dois registros de Gentio de Guiné com Crioula; dois registros de Cabra com Gentio de Guiné; três registros de Preto do Gentio da Guiné com Preto do Gentio da Guiné; um registro de Preto com Preta do Gentio da Guiné; um registro de Mulato com Preta do Gentio da Guiné.

Das 13 uniões em que, ao menos um dos nubentes, foi considerado pelos sacerdotes como Guiné, não conseguimos encontrar dados acerca dos filhos dos casais em 11 situações, mas, tão somente, informações sobre a sua ligação com o mundo senhorial, conforme se vê no quadro abaixo:

Quadro 01 – Casais de pessoas africanas, sem filhos conhecidos, em que, ao menos uma, foi qualificada como Guiné (Freguesia do Seridó, 1788-1834)

Nº	Data e lugar do casamento	Noivo	Qualidade	Condição	Noiva	Qualidade	Condição
01	17/11/1789 Matriz do Seridó	Manoel Alves	-	Escravo	Lucrécia	Gentio da Guiné	Escrava
02	26/02/1805 Matriz de Santa Ana do Seridó	Luiz Ferreira da Silva	Preto Fôrro do Gentio da Guiné	Fôrro	Maria de Freitas	Gentio de Angola	Escrava
03	28/11/1789 Matriz do Seridó	Antonio Barbosa de Carvalho	Gentio de Guiné	Liberto	Teresa de Jesus	-	Liberta
04	25/01/1806	Jerônimo	Gentio de Guiné	Escravo	Inácia	Crioula	Escrava

Nº	Data e lugar do casamento	Noivo	Qualidade	Condição	Noiva	Qualidade	Condição
	Capela do Acari						
05	10/04/1809 Matriz do Seridó	Francisco	Cabra	Escravo	Maria	Gentio de Guiné	Escrava
06	27/07/1818 Matriz do Seridó	Domingos	Preto	Escravo	Francisca	Preto do Gentio de Guiné	Escrava
07	10/08/1813 Matriz do Seridó	Severino	Mulato	Escravo	Maria	Preta do Gentio de Guiné	Escrava
08	07/07/1817 Matriz do Seridó	Pedro	Gentio de Guiné	Escravo	Maria Vieira	"N" (Qualidade na averbação)	Liberta

Fonte: Freguesia do Seridó, Livros de Casamentos 1 (1788-1809) – f. 8; f. 107; f. 8-8v; f. 121; f. 142; Livro de Casamentos 2 (1809-1821) – f. 126v-127; f. 35v; f. 102v.

A partir do Quadro 1, pudemos perceber que os enlaces matrimoniais foram predominantes entre pessoas qualificadas como Gentio de Guiné com pessoas de outras qualidades (Gentio de Angola, Crioulo, Cabra, Preto, Mulato, "N"). Com exceção dos casais Manoel Alves e Lucrécia – o noivo não teve a qualidade indicada – e Antonio Barbosa de Carvalho e Teresa de Jesus – a noiva não teve a qualidade indicada. No entanto, do ponto de vista da condição e do senhorio, a grande parte dos nubentes eram escravos e pertenciam a mesma casa senhorial.

Por outro lado, em 05 das situações de matrimônio encontradas nos livros de casamento, a partir do cruzamento com os assentos de batismo – especificamente, o Livro de Batismo 2 (1814-1818), o Livro de Batismo 3 (1818-1822) e o Livro de Batismo 4 (1825-1831) –, foi possível encontrar filhos dos casais de africanos, como destacamos no quadro abaixo:

Quadro 02 – Casais de pessoas africanas, com filhos conhecidos, em que, ao menos uma, foi qualificada como Guiné (Freguesia do Seridó, 1788-1834)

Nº	Data e lugar do casamento	Noivo	Qualidade	Condição	Noiva	Qualidade	Condição
01	09/05/1813 na Matriz de Santa Ana do Seridó	João	Gentio de Guiné	Escravo	Severina	Cabra	Escrava
	Filhos: Felippa, N.C. (FGSSAS, LB 3, 1818-1822, f. 116v).						
02	02/11/1821 Matriz de Santa Ana do Seridó	Antonio	Preto do Gentio da Guiné	Escravo	Catarina	Preta do Gentio da Guiné	Escrava
	Filhos: Francisco, N.C. (FGSSAS, LB 2, 1814-1818, f. 98v); Luzia, N.C. (FGSSAS, LB 3, 1818-1822, f. 157); e um Anônimo, N.C. (FGSSAS, LE 2, 1812-1838, f. 102).						
03	24/05/1819 Matriz de Santa Ana do Seridó	Benedito	Preto do Gentio da Guiné	Escravo	Ana	Preta do Gentio da Guiné	-
	Filhos: Adrianna, N.C. (FGSSAS, LB 3, 1818-1822, f. 73v).						
04	27/07/1817 Matriz do Seridó	Francisco	Preto do Gentio da Guiné	Escravo	Rosa	Preta do Gentio da Guiné	Escrava
	Filhos: Francisca, N.C. (FGSSAS, LB 3, 1818-1822, f. 233v); Teresa, N.C. (FGSSAS, LB 3, 1818-1822, f. 52v); Luís, N.C. (FGSSAS, LB 4, 1825-1831, f. 147); e Luisa, N.C. (FGSSAS, LB 4, 1825-1831, f. 226).						
05	26/07/1815 na Matriz do Seridó	Joaquim	Gentio de Guiné	Escravo	Josefa	Crioula	Escrava
	Filhos: Leandro, N.C. (FGSSAS, LB 2, 1814-1818, f. 106); e Joaquina, N.C. (FGSSAS, LB 4, 1825-1831, f. 17v).						

Fonte: Freguesia do Seridó, Livro de Casamentos (1809-1821) – f. 30v; f. 14; f. 148-148v; f. 103; f. 68v-69.

A partir da análise dos registros de batizados dos filhos de africanos qualificados como Guiné, foi possível perceber a ausência da qualidade expressa em seus assentos e a recorrência da qualificação, no espaço da averbação, de "N.C".

Nesse sentido, os dados revelam a complexidade do uso da sigla "N.C", tendo em vista que não há como precisar o seu significado, mas sim utilizar da possibilidade em considerar o "N" como abreviatura de "negro/negra" e o "C" como sendo "cativo/cativa". Ao analisar os registros paroquiais (batizado e casamento) da Freguesia do Seridó, Helder Macedo (2023) constatou a recorrência do uso da letra "N" ao lado do registro, como também associada a outras letras ("N.C" e "N.L") ou a segunda letra escrita por extenso ("N.Cativo, N.Forra, N.Escravo). A partir dessas observações, o autor supõe que a letra "N" poderia ser o indicativo da cor da pele, principalmente, nos casos em que analisou tanto a qualidade no texto do registro (Gentio de Angola, Gentio de Guiné, Preta, crioulo/crioula) quanto ao lado dele ("N", N.C"). Dessa forma, poderia ser atribuído como sinônimo de negro/negra, mas também corresponder a preto/preta e crioulo/crioula (Macedo, 2023).

Com relação ao uso da letra "C", de acordo com Alda Medeiros, é arriscado atribuir definições de modo definitivo. Por isso, hipoteticamente, a letra "C" quando acompanhada de qualquer outra letra, pode ser uma indicação de "cativo/cativa". No entanto, é importante refletir acerca de outros significados quando utilizada de forma isolada, isto é, se além de cativo/cativa, poderia corresponder a cabra e/ou crioulo. Contudo, ficam os questionamentos acerca do sentido ambivalente, isto é, se assume tanto o sentido de condição, como de qualidade (Medeiros, 2022).

Dos onze filhos encontrados, apenas três apresentaram a condição "escravo" dentro do registro. Contudo, é importante ressaltar que o estatuto da escravidão negra no Brasil, dependente do tráfico africano, era transmitido pela mãe. Ou seja, se a mãe apresentava a condição escrava, consequentemente, o filho(a) também seria

escravo(a) (Faria, 2004). Além disso, observamos que a qualidade e a condição dos pais, nos registros de batismos, por vezes, eram modificadas. Com relação a qualidade, Antonio casado com Catarina, ambos qualificados no assento de casamento como Pretos do Gentio de Guiné e escravos, é apresentado como Preto Fôrro no registro de batismo do seu filho Anônimo. Isso aponta para a mudança da sua condição jurídica, ou seja, já estava alforriado, bem como, para a mudança do léxico que representava o africano, corroborando com o desaparecimento do uso Gentio de Guiné, na medida em que utilizavam apenas a nomenclatura "preto" para designá-lo como vindo de África.

Comparando com outros estudos realizados no âmbito do Brasil, Solange Alves (2015), ao estudar a população escravizada em São João do Cariri (1752-1816), atual sertão paraibano, constatou a presença massiva de pessoas de origem africana. Inclusive, em maior número, - se relacionado aos matrimônios de gentio de guiné com pessoas de outras qualidades - as uniões endogâmicas entre africanos com qualidade Gentio de Guiné, isto é, vindos da Costa Ocidental da África. Essa escolha estava diretamente relacionada com a condição jurídica, tendo em vista o maior percentual de nubentes provenientes da África serem escravos e pertencentes ao mesmo proprietário. Fazendo um recorte, a autora contabilizou 132 registros de casamentos, destes, 13 registros de casamento entre Gentio de Guiné e 15 entre Gentio de Guiné com pessoas de diferentes qualidades (N.C, Cabra, Crioula, Gentio da Costa e Mestiça). Para a autora, "pertencer ao mesmo grupo étnico era um pré-requisito para a formação de casais" (Alves, 2015, p. 74).

Em contraposição, Anicleide Sousa (2018), ao analisar a população escravizada na Vila de Catolé do Rocha (1836-1866), na Paraíba, constatou a presença de poucos africanos nos registros de casamento e batismo. Nos assentos de casamento, encontrou apenas uma noiva de origem africana, "Maria, Gentio de Angola, que casou com Joaquim, em 28 de outubro de 1837, na Fazenda da Caxoeira do Saraiva (Sousa, 2018, p. 105)". Além disso, apresenta uma tabela, na

qual considera como cor/origem étnico-racial dos nubentes. Os dados são surpreendentes, pois, num período de 15 anos, só haviam duas qualidades, sendo elas: preto e NC. É importante salientar o distanciamento do período que apresenta uma margem de dois anos depois do período em que estamos analisando para o Seridó, mas que permite relacionar a presença de africanos, bem como, o desaparecimento de algumas qualidades.

Retomando o cenário de nossa pesquisa, encontramos, em maioria, a presença de nubentes de condição jurídica escrava. Nesse sentido, considerando a qualidade Gentio de Guiné, treze nubentes apresentaram a condição de escravo, um nubente a condição de fôrro, um nubente a condição de liberto e um nubente a condição não foi indicada.

Os dados observados na Freguesia do Seridó se aproximam das pesquisas de Alves (2015), no que tange à temporalidade e a presença de africanos expressamente qualificados como Gentio da Guiné, bem como, os casamentos entre Gentio da Guiné e destes com pessoas de diferentes qualidades. Contudo, percebemos uma diferença mínima dos casamentos entre gentio de guiné. Embora, quantitativamente, tenhamos o predomínio da união endogâmica, é importante levar em consideração a variação de qualidades no quesito da escolha matrimonial, tendo em vista a diferença ínfima. Ademais, contribui com as reflexões acerca das uniões endogâmicas, no qual a escolha de nubentes da mesma qualidade seria um pré-requisito.

Considerações finais

A partir do levantamento das fontes eclesiásticas, em especial, os livros de casamentos da Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó, notamos que menos de 1% dos casamentos do período compreendido entre 1788-1834, foram de pessoas qualificadas expressamente como Gentio de Guiné. Estas, provenientes da Costa Ocidental da África. É importante salientar que foi levado em consideração pelo menos um nubente com essa qualidade. No âmbito da condição jurídica, das

dezesseis pessoas nomeadas de Gentio de Guiné, em que foram considerados as condições dos nubentes, treze eram escravizados.

Percebemos uma baixa incidência de pessoas qualificadas como sendo africanas do Gentio da Guiné, na Freguesia do Seridó. No que tange às uniões, não houve o predomínio dos enlaces matrimoniais entre o próprio grupo das pessoas chamadas de Guiné, mas sim com pessoas de qualidades distintas (Crioulo, Preto, Gentio de Angola, Cabra, Mulato). Vale ressaltar que, em sua maioria, os nubentes se apresentaram com condição jurídica escrava. Além disso, notamos também o declínio da qualidade Gentio de Guiné que começou a partir do século XIX, o que consideramos ser justificado pelo desuso do termo Guiné, tendo em vista as nomenclaturas que representavam as pessoas vindas de África, já apontado por Sousa (2018) para a Vila de Catolé do Rocha. Ademais, possibilitou que relacionássemos com outras regiões da América portuguesa entre os séculos XVIII e XIX, a exemplo dos estudos de Alves (2015) e, também, de Sousa (2018).

Do ponto de vista qualitativo, considerando até a primeira geração encontrada de alguns casais, as trajetórias estudadas mostram que parte dos africanos e africanas nomeadas de Gentio de Guiné constituíram família e descendência, participando do cotidiano de formação de famílias na Freguesia do Seridó no século XIX. Além disso, observa-se a recorrência do uso da qualidade N.C dos respectivos filhos na averbação dos registros, indicando-se, provavelmente, a relação dessas letras com a cor da pele (negra) e o estado de servidão (cativo).

Vale salientar que a presente pesquisa suscita outras investigações futuras, principalmente, para adensar mais a genealogia dessas famílias e a constituição das redes de sociabilidades, bem como, em relação às escolhas dos nubentes por pessoas com qualidades e, até mesmo, condições diferentes.

REFERÊNCIAS

Fontes

Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó [bancos de dados no Microsoft Access]

- Livro de Casamentos nº 01, 1788-1809
- Livro de Casamentos nº 02, 1809-1821
- Livro de Casamentos nº 03, 1821-1834
- Livro de Enterros nº 02, 1812-1838
- Livro de Batizados nº 02, 1814-1818
- Livro de Batizados nº 03, 1818-1822
- Livro de Batizados nº 04, 1825-1831

Bibliografia

ALVES, Solange Mouzinho. **Parentescos e sociabilidades:** experiências familiares dos escravizados no sertão paraibano (São João do Cariri), 1752-1816. 133f. Dissertação (Mestrado em História) – UFPB/CCHLA, João Pessoa, PB, 2015.

BARROS, José D'assunção. **A história serial e história quantitativa no movimento dos Annales**. História Revista, [S.L.], v. 17, n. 1, p. 203-222, 18 dez. 2012. Universidade Federal de Goias. http://dx.doi.org/10.5216/hr.v17i1.21693.

BORGES, Cláudia Cristina do Lago. **Cativos do Sertão**: um estudo da escravidão no Seridó, Rio Grande do Norte. 2000. 131p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista. Franca, SP.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. 432p.

FURET, François. O quantitativo em história. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: Novos Problemas.** Tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A, 1995, p. 49-63.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios.** Lisboa: Difel, 1989. p. 169-178.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Colonos portugueses e luso-brasílicos na formação de agrupamentos familiares na Freguesia do**

Seridó (1788-1811). CLIO. Série História do Nordeste (UFPE), v. 29.2, p. 1-25, 2011.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Práticas de nomeação de pessoas negras nos Sertões do Seridó: primeiras aproximações**. In: Antônio José de Oliveira. (Org.). História dos Sertões: Sociedades Coloniais. 1ed.Aracaju, SE; Caicó-RN: Criação Editora; Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN), 2023, v. 1, p. 57-71.

MEDEIROS, Maria Alda Jana Dantas de. **Vastas e ermas:** mulheres não brancas no sertão do Rio Grande (Seridó, séculos XVIII e XIX). 279f. Dissertação (Mestrado em História dos Sertões) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, RN, 2022.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SOUSA, Anicleide. **Nas Veredas Negras do Sertão:** histórias de vida familiar de escravizados no Sertão brasileiro (Vila de Catolé do Rocha/Paraíba, 1836-1866). 151p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba/CCHL, João Pessoa, PB, 2018.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

BATISMO E COMPADRIO DE ESCRAVIZADOS EM CAJAZEIRAS (1859-1870)

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38449

Everson Moura da Silva[1]

RESUMO:
Este trabalho tem por objetivo catalogar, analisar e discutir os registros de batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade (1859-1870), historicizando a relação social que o primeiro sacramento do catolicismo, o batismo, possibilitava na vida parental dos escravizados. Logrou-se como fonte de pesquisa: assentos de batismo; registros cartoriais, como os registros de compra, venda, alforrias e documentos judiciais, como os inventários *post mortem*; e o recenseamento da população brasileira de 1872. A partir de referenciais teóricos para discutir o compadrio e o apadrinhamento utilizamos e Solange Pereira Rocha (2007), Luciano Costa Gomes (2013) e Eduardo de Queiroz Cavalcante (2015). Questionou-se como e se o compadrio possibilitava vinculações entre pessoas brancas, pardas e pretas e/ou por hierarquia social de senhores e escravizados.
PALAVRAS-CHAVE: Batismo; Compadrio; Escravidão; Freguesia Nossa Senhora da Piedade; Cajazeiras.

BAPTISM AND THE CRONY ENSLAVED PEOPLE IN CAJAZEIRAS (1859–1870)

ABSTRACT:
This work aims to catalog, analyze and discuss the baptismal records of the Parish of Nossa Senhora da Piedade (1859-1870), historicizing the social relationship that the first sacrament of Catholicism made possible in the parental life of enslaved people. It was achieved as a source of research: baptismal seats; notary records, such as records of purchase, sale, manumission and court documents, such as *post mortem* inventories; and the 1872 Brazilian population census. Based on theoretical references to discuss crony and sponsorship, we used Solange Pereira Rocha (2007), Luciano Costa Gomes (2013) and Eduardo de Queiroz Cavalcante (2015). It was questioned whether and how crony enabled bonds between white, "pardos" and black people and/or the social hierarchy of masters and slaves.
KEYWORDS: Baptism; Crony; slavery; Freguesia Nossa Senhora da Piedade; Cajazeiras.

[1] Graduado pela UFCG, Mestrando em História dos Sertões – Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN). Orientando do Profª Helder Alexandre de Macedo, fazendo parte do grupo de pesquisa SERCOL - Sociedade e cultura em sertões coloniais. Lattes: http://lattes.cnpq.br/0295630141470538. Email: eversonmouraa@gmail.com.

Introdução

O presente trabalho pretende iniciar uma discussão acerca das relações de batismo e compadrio de pessoas escravizadas em Cajazeiras, Paraíba, com o recorte temporal de 1859 a 1870, Cajazeiras passou por várias transformações econômicas, sociais, incluindo as categorias de organização administrativa: distrito (1859), vila(1863), comarca/freguesia(1876). Nesse sentido, alocando os assentos de batismo como fonte principal da pesquisa. primeiro, é importante relembrar o posicionamento da região em que Cajazeiras está localizada, o alto sertão paraibano. Para Abreu (2011) o alto sertão paraibano é mais uma delimitação dada ao espaço sertão. Seria o interior do próprio sertão, ou seja, a área mais interiorana ou afastada neste espaço.

Cajazeiras, de acordo com o recenseamento de 1872, possuía toda sua população católica, tendo, teoricamente, toda a sua população batizada. Para Calvacante (2015), juntamente com a religião Católica, que se expandiu ao longo do Mundo Atlântico, alguns dos seus rituais permanecem, como no caso, das relações de compadrio entre famílias, que se iniciam com o sacramento do batismo, o qual possuía o significado de "renascimento espiritual". Para tanto, o batismo, para além de sacramento religioso, possibilitava diferentes aproximações sociais por meio dos laços que se constituíam com padrinhos e madrinhas, o chamado parentesco espiritual.

Neste artigo, inicialmente, faremos uma breve análise quantitativa e qualitativa dos registros de batismos de escravizados da Freguesia de Cajazeiras.

Possibilidades de famílias escravizadas em Cajazeiras: aspectos quantitativos e qualitativos

Dos três livros de registros de batismo da freguesia de Nossa Senhora da Piedade, Cajazeiras, verificou-se um total de 2.842 crianças batizadas no período analisado (1859-1870), sendo 96 pessoas escravizadas, correspondendo a 3,377% do total de batizados.

A tabela 01 a seguir apresenta o número de batismos de filhos de mulheres escravizadas por ano, entre 1859-1870:

Tabela 01 - Número de filhos batizados de escravizados (1859-1870)

Ano:	**Número de filhos de escravizadas batizados**
1859	4
1860	7
1861	12
1862	14
1863	9
1864	9
1865	10
1866	4
1867	10
1868	6
1869	8
1870	3
Total	**96**

Fonte: Levantamento de dados dos Livros 1, 2 e 3 de batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, Cajazeiras.

Os dados mostram que houveram um total de 96 batismos de filhos de escravizados nesse período. A quantidade de batismos variou de ano para ano, sendo o ano de 1862 o que apresentou o maior número de batismos, com um total de 14. Em contraste, o ano de 1859 e de 1866 apresentaram o menor número de batismos, cada um com apenas 4. É válido ressaltar que os anos de 1859 e de 1870, que marcam o início e término da cronologia analisada, apresentam os menores números de batismos, possivelmente pelo fato dos registros analisados não corresponderem a todos os registros desses dois anos. No ano de 1859 o primeiro registro é referente ao mês de abril, e no ano de 1870 o último mês analisado é referente ao mês de outubro.

A instituição de famílias de pessoas escravizadas eram fundamentais para a reprodução gratuita da força de trabalho para seus proprietários. Porém, em diferentes espaços do território brasileiro, vários senhores não aceitavam a possibilidade matrimonial de seus escravizados, pois acreditavam que os laços familiares prejudicam a produtividade e a rentabilidade do sistema escravista. Por isso, não rara às vezes, os senhores, para garantirem o controle sobre as pessoas, interferiam nas relações dos cativos, separando maridos e esposas, pais e filhos, através de vendas dos indivíduos para diferentes proprietários, separando famílias inteiras. Essa realidade cruel do desmembramento de famílias poderia ocorrer por punição ou ainda em caso de endividamento dos senhores. Para Peixoto (2007) a construção de uma família de pessoas escravizadas representaria uma possibilidade de aliviar as tensões que o cativeiro impunha sobre elas.

Segundo a análise da historiadora Kátia Mattoso (1979), os escravizados no Brasil não tinham uma necessidade premente de formar famílias oficiais, devido a uma série de fatores. Entre os principais motivos, podemos destacar que a rotina de

trabalho dos cativos era tão intensa que a formação de uma família pouco impactaria na sua vida cotidiana. Além disso, as imposições religiosas não eram facilmente praticadas em regiões distantes dos centros religiosos, o que também tornava menos importante a formalização conjugal. Por fim, o concubinato – união livre entre duas pessoas, sem os vínculos e formalidades do casamento legítimo da época, o religioso – era uma prática comum entre os brancos pobres, e muitas vezes era adotado pelos escravizados como forma de relacionamento.

Para Mattoso (1979), a prática de concubinato se refere a uma prática bastante comum entre brancos e escravizados no Brasil, especialmente durante o período colonial e imperial. Assim, inferimos que o concubinato entre os escravizados, muitas vezes, representava uma forma de resistência ao controle dos senhores, permitindo a preservação de laços familiares e culturais. Já entre os brancos, o concubinato era uma forma de relação conjugal utilizada especialmente pelos mais pobres, que não podiam arcar com os custos do casamento. Nesse sentido, percebe-se, que o concubinato também pode ser visto como uma prática evidente de desigualdade social. Assim, Kátia Mattoso (1979) aponta para a falta de incentivos e carência de condições materiais como os principais motivos para a pouca importância da formalização conjugal para os cativos.

Robert Slenes, em seu livro *Na Senzala, uma Flor: Esperanças e Recordações na Formação da Família Escrava - Rio de Janeiro, século XIX* (1997), aborda a questão da legitimação da família escravizada no contexto da sociedade do Rio de Janeiro no século XIX. Ele argumenta que, embora a família escravizada fosse vista como ilegítima pelas leis e pelas convenções sociais da época, os próprios escravizados e suas comunidades construíram mecanismos de legitimação a partir de suas próprias práticas e valores. Slenes (1997) destaca que para os escravizados a família não era definida apenas pelos laços biológicos, mas também pelas relações de afeto, cuidado e solidariedade. Os cativos criavam suas próprias normas e valores, que se

contrapunham à lógica da propriedade e do lucro que dominava a sociedade escravista.

Alguns historiadores abordam a prática de casamento entre escravizados em capelas não oficiais no Brasil, a exemplo do historiador João José Reis, em seu livro *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX* (1991). Reis destaca que, apesar da legislação eclesiástica da época não reconhecer, ocorriam muitas uniões entre escravizados por meio de ritos religiosos em capelas e terreiros de culto afro-brasileiro. Esses casamentos, embora não tivessem validade legal, eram considerados importantes pelos escravizados e por suas comunidades, que viam a união como uma forma de legitimar e de fortalecer seus laços familiares. Além disso, o casamento em capelas não oficiais também era uma forma de resistência à opressão e ao controle dos senhores, que muitas vezes tentavam impedir ou desfazer as uniões entre seus escravizados. A prática reforçava a identidade e a coesão das comunidades escravizadas, contribuindo para a formação de uma cultura afro-brasileira distintiva.

Porém, a legislação eclesiástica, as *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia,*[2] publicada em 1707, orientava a permissibilidade legal da cerimônia matrimonial entre cativos na igreja católica:

> Conforme o direito Divino e humano os escravos e escravas podem casar com outras pessoas cativas, ou livres, e seis [sic] senhores lhe não podem impedir o matrimônio, nem o uso dele em tempo, e lugar conveniente [...] E declaramos, que posto que casem, ficam escravos como de antes eram, e obrigados a todo o serviço de seu senhor (Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia, 1707, cânon 303, p. 124)

[2]Nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707), o Reverendo D. Sebastião Monteiro da Vide, arcebispo responsável pela coordenação dos trabalhos no Sínodo Diocesano que confeccionou a dita legislação, preocupado em disciplinar os corpos e sobrepujar os desejos dos seus fiéis, dedicou no Livro I, treze títulos que somam 65 artigos, os quais versam sobre o casamento (Silva, 2009, p. 3)

Desse modo, o matrimônio de escravizados foi regulado unicamente pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Tal Direito Canônico seguia o modelo definido pelo Concílio de Trento no que diz respeito aos sacramentos, incluindo os cativos entre os que deveriam recebê-los, desde o batismo até a catequese (Sousa, 2013, p. 113). O artigo de Sousa (2013) nos faz refletir, que a leitura dessa legislação canônica permite-nos pensar sobre a constituição da família escravizada, pois estudando os períodos históricos brasileiro (Colonial e Imperial), é nítido a pouca produção historiográfica, por parte de discutir a constituição da família escrava no Brasil.

Na documentação analisada, pouquíssimas crianças são apontadas como fruto de filiação legítima, isto é, de união matrimonial. Encontrou-se com mais frequência as filiações naturais, fruto de relações sexuais forçadas[3] ou consentidas entre mulheres escravizadas e homens igualmente escravizados, sem casamento, ou com livres/libertos, inclusive brancos[4] . Nesses últimos casos, pode-se supor que essas crianças eram frutos de uma relação de poder, em que as escravizadas não tinham o direito de escolha ou consentimento sobre a relação sexual.

A falta de reconhecimento de filiação legítima implicava em profundas consequências nas vidas das crianças escravizadas, pois eram consideradas propriedades dos seus senhores, sem direito a herdar bens ou a receber qualquer tipo de proteção legal. Além disso, a ausência de registros de nascimento dificultava a comprovação da sua idade e, consequentemente, o cálculo do valor a ser pago pela sua libertação.

[3] Segundo Marcus Vinícius de Freitas Rosa, as escravas negras eram alvos frequentes do abuso sexual senhorial, dando origem a crianças que herdavam a condição escrava materna, mesmo quando nasciam brancas, como sugerem Robert Conrad, Luis Beneduzi e Hendrik Kraay (Rosa, 2021, p. 57)

[4] Encontramos na nossa documentação um escravizado branco, catalogado em L-1_IMG-68_FL-63V

Em resumo, a ausência de filiação legítima nas documentações dos escravizados no Brasil é um reflexo das atrocidades cometidas durante o sistema escravista. É um forte indicativo da proibição do matrimônio entre os escravizados, e testemunho da violência sexual e do abuso de poder que as escravizadas sofriam nas mãos dos seus senhores. Além disso, podemos apontar algumas questões sobre a grande ausência de filiação legítima como cita Guimarães e Rocha (2010), um apontamento, que podemos destacar é a diferença na ideia de família.

> A concepção de família para os brasileiros era uma coisa, para os africanos escravizados era outra e dentro da realidade escravista do Brasil oitocentista era também distinta. O Brasil vivia sob a égide de relações patriarcais, nas quais a família era baseada na figura do pai e seus agregados, incluindo o escravizado. (Guimarães; Rocha, 2010, p. 3)

Para o caso de Cajazeiras, entre 1859 e 1870, verificou-se, das 96 crianças escravizadas batizadas, que 81 eram "naturais" e 15 eram fruto de relações legítimas. Severino e Leocadia aparecem três vezes como pais; Thome e Raimunda aparecem 3 vezes como sendo pais de 3 crianças recém-nascidas. Sobre os filhos legítimos e ilegítimos, Schwartz diz o seguinte:

> Um casal não era casado e que seus filhos eram ilegítimos não significa que eles não formavam uma unidade familiar, ainda que legalmente pudessem ser incapacitados sob certos aspectos. Podemos admitir o impacto e o significado do casamento e batismo podem ter sido consideravelmente diferentes para africanos e portugueses e seus respectivos descendentes. (Schwartz, 1988, p. 310)

A ocorrência de registros de casamentos legítimos entre os escravizados choca com os dados do recenseamento[5] de 1872, onde não consta nenhum casamento de escravizados em Cajazeiras. Assim, acredita-se que tais uniões tenham sido realizadas em alguma forma em capelas da freguesia, mas sem ser oficializada documentalmente, possivelmente pelo fato de os escravizados não terem recursos financeiros para pagar a cerimônia matrimonial da igreja, como afirma Rocha:

5

> Embora a população oitocentista expressasse sua fé cristã em espaços amplos como as igrejas paroquiais (ou matrizes), ou em menores, como as capelas e os oratórios privados, há indícios de que as pessoas residentes nas freguesias rurais tinham mais oportunidades de se dirigirem às capelas ou aos oratórios (Rocha, 2009, p. 244-245).

Dessa forma, supomos que a união legítima, poderia ou não ser fruto de um matrimônio concedido pela igreja católica, pois ambos ao chegarem na pia batismal apenas poderia afirmar a sua união perante o reverendo e assim, ser feito o assento de batismo, sem necessariamente sua comprovação.

De acordo com Slenes (1997), a questão da família escravizada não ocorre de forma homogênea por todo território nacional, mas alguns senhores preferiam a oficialização do casamento, outros a proibição dessa oficialização. Porém, na prática, poderia haver uniões informais de escravizados em todos os espaços, até mesmo na senzala poderiam ser construídos laços familiares. Dessa forma, a análise dos registros paroquiais permite perceber a complexidade das relações familiares na sociedade escravista no sertão da paraíba, evidenciando a existência de famílias formadas a partir de uniões informais e não reconhecidas pela igreja, mas que ainda assim constituíam importantes laços de parentesco e solidariedade dentro da comunidade escravizada.

Silvino e Leocadia: o compadrio dos filhos de um legítimo casal de escravizados de Luís José Limeira

Tendo em vista a diversidade de interesses e de estratégias no compadrio, chama-se atenção para as sociabilidades do casal de escravizados Silvino e Leocadia, que eram propriedade de Luís José Limeira, os quais conseguiram ampliar sua rede social através do batismo dos filhos. Embora haja poucos registros documentados de casais legítimos de escravizados, Silvino e Leocadia apadrinharam três dos seus filhos majoritariamente com pessoas livres. É interessante notar que em um caso, como foi o da madrinha Joaquina, também pertencente a Luís José Limeira,

proprietário dos pais da criança batizada, houve a busca de uma pessoa escravizada para o apadrinhamento, como mostra a tabela em sequência.

A escolha de padrinhos e madrinhas livres por parte de Silvino e Leocadia pode indicar a busca por conexões e relações sociais fora do contexto restrito da escravidão. Ao estender sua rede social para além dos limites impostos pela condição de escravizados, eles poderiam contar com apoio, proteção e possíveis benefícios provenientes dessas relações com pessoas livres.

Tabela 02- Batizados de escravizados do proprietário Luís José Limeira

Pai/Mãe	***Status* da filiação**	**Criança**	**Padrinho**	**Madrinha**	**Local (FNSP)**	**Data de batismo**
Silvino e Leocadia	Legítimo	Candida	Vicente Ferreira Ferro	Francisca Maria da Conceição	Sem especificação	1 de outubro de 1859
Silvino e Leocadia	Legítimo	Feliz	Antônio Vicente	Ana Joaquina da Conceição	Sem especificação	28 de dezembro de 1860
Silvino e Leocadia	Legítimo	José	Vicente Ferreira Lima	Joaquina (pertence a Luís José Limeira)	Sem especificação	28 de novembro de 1862

Fonte: Na sequência de cima para baixo dos registros catalográficos da tabela de catalogação de dados: L-1, IMG 10, FL 5; L-1, IMG 61, FL 56V; L-2, IMG 240, FL 34v.

Nessa busca por padrinhos e madrinhas livres ou libertos – que foram escravizados em momento anterior –, Silvino e Leocadia provavelmente visavam não apenas o aspecto cerimonial e religioso do batismo, mas também aproveitavam essa oportunidade para estabelecer e fortalecer laços sociais e possíveis alianças que poderiam trazer benefícios para eles e suas famílias, tanto no presente quanto no futuro.

Essa estratégia de expandir a rede social através do batismo, mesmo em um contexto de restrições, evidencia a capacidade dos escravizados de buscar formas de estabelecer e manter conexões sociais, mesmo que de forma limitada nessa sociedade escravista opressora. Essas relações podem ter desempenhado um papel fundamental na sobrevivência, resistência e busca por uma vida com maior autonomia dentro dos limites impostos pela escravidão.

Em sua dissertação, Silva (2022) detalha o *status* do padrinho de José, filho do casal Silvino e Leocadia, pois o Vicente Ferreira Lima fora uma das testemunhas do *morticínio eleitoral* (1872), Através de um episódio do assassinato de algumas pessoas, ocorridas em Cajazeiras dentre elas estava João do Couto Cartaxo[6]. Silva (2022) estabelece conexões da política local e os interesses provinciais, com instituições do império, analisando o "fato" confrontando as versões do Partido Liberal e do Partido Conservador. Vicente Ferreira era um dos 95 artistas[7] que vivia em Cajazeiras, embora fosse natural da Freguesia de Lavras, Província do Ceará, e possuía 37 anos em 1872. É interessante perceber que o apadrinhamento de José era feito por casal misto tendo a sua madrinha Joaquina – pertencente a Luís José Limeira –. Nota-se que o artista Vicente Ferreira era uma pessoa que não se importava de manter uma relação com outra pessoa de condição jurídica diferente da sua.

Por conseguinte, as informações tidas durante a pesquisa através dos inventários *post mortem,* bibliografias memorialistas e acadêmicas, foram necessárias

[6]"No dia 18, quando se ia dar começo aos trabalhos eleitorais naquela vila de Cajazeiras, desemboca inopinadamente pela rua paralela a um dos lados da Matriz um grupo de liberais, composto de cerca de 60 cavaleiros, todos armados e capitaneados pelo infeliz João do Couto Cartaxo, e sem a menor agressão dão uma descarga à queima roupa contra os do grupo adverso, que se achavam tranquilos em frente à Matriz; caem mortos três conservadores e muitos outros gravemente feridos, cujos nomes ainda se ignora. Em face de tão fera provocação, os agredidos na mais justa defesa a repeliram também com uma descarga, do que resultou a morte do infeliz Cartaxo, um seu escravo e um vaqueiro de nome Bernardino, além de outros ferimentos". (A Nação, sessão: editorial, N. 71, 24 SET. 1872, p. 1).

[7] População em relação às profissões, Recenseamento da Província da Paraíba do Norte de 1872.

para compreender melhor a origem dos proprietários e como os mesmos estavam posicionados socialmente, seja durante ou no fim da sua vida.

Considerações finais

Na sociedade oitocentista, a religiosidade desempenhava um papel central no cotidiano dos habitantes, abrangendo pessoas livres, libertas e escravizadas. A fé católica era amplamente praticada e assumida conscientemente pela população da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade no século XIX, desempenhando um papel fundamental como instituição religiosa e social. Ela estava presente em todos os aspectos da vida cotidiana, incluindo celebrações religiosas, rituais, sacramentos e ensinamentos morais. As igrejas e capelas eram espaços importantes de encontro e interação social, onde as comunidades se reuniam para participar das cerimônias religiosas, como missas, batismos, casamentos e funerais.

A religião exerceu influência na organização social e nas relações de poder na sociedade. A autoridade eclesiástica detinha autoridade e poder dominava, exercendo influência nas práticas religiosas e na moralidade da população. As festividades religiosas, como as procissões e os dias santos, eram ocasiões importantes de comunhão social e reforçavam a coesão da comunidade. Tanto as pessoas livres como as escravizadas, em diferentes condições, encontravam-se imersas nesse contexto religioso. A fé católica era transmitida e assumida conscientemente, moldando as crenças, os valores e as práticas religiosas.

Assentos de batismos são documentos históricos valiosos para entendermos a história e a cultura de uma sociedade por meio das relações familiares e os laços de parentesco que se estabelecem entre pais, criança, proprietários, padrinhos e madrinhas. No Brasil, a igreja católica teve um papel fundamental na criação e manutenção desses registros, que consistiam em anotações dos batismos, casamentos e óbitos realizados pela instituição. Esses registros podem

fornecer informações sobre a genealogia de uma família, além de revelar aspectos culturais e sociais de uma época.

Na Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, o batismo expandiu as redes sociais por meio desse rito religioso. As instituições imperiais, como a Igreja e as estruturas políticas locais, estavam profundamente interligadas, e o batismo, como afirma Silva 2023, funcionava como um instrumento para consolidar interesses e alianças, sejam elas políticas, econômicas ou sociais.

REFERÊNCIAS

Fontes

Manuscritas

Arquivo Eclesiástico da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade (Acervo do FamilySearch). Livros de batismos: Disponível em https://www.familysearch.org/pt/. Acessado em: 28/10/2022: Livro 1 - 1859-1862; Livro 2 - 1862-1865; Livro 3 - 1865-1870.

Publicadas

Recenseamento de 1872 da Diretoria Geral de Estatística do Império (org.). Recenseamento de 1872. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, 1874. Disponível em:<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca.ibge.gov.br/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=22 5477>. Acesso em: 21/06/2023.

Bibliografia

ABREU, Wlisses Estrela de Albuquerque. **Senhores e escravos do sertão:** espacialidades de poder, violência e resistência (1850-1888). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande 2011.

_____. **Parentescos e sociabilidades:** experiências familiares dos escravizados no sertão paraibano (São João do Cariri), 1752- 1816. Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA - João Pessoa, 2015. Disponível em

<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/8090/2/arquivo%20total.pdf>. acesso dia 10/10/2021.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

CAVALCANTE, Eduardo Queiroz. **Tecendo redes, construindo laços de solidariedade:** a formação de famílias negras, a prática do compadrio e a morte de escravizados e libertos no cariri paraibano (São João do Cariri/1850-1872). 2015. disponível em: <www.seo.org.br/images/Anais/Arthur2/Eduardo de Queiroz Cavalcante.pdf>. acesso em 11/04/2021.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade:** uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FRAGOSO, João. Apontamentos para uma metodologia em História Social a partir de assentos paroquiais (Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII). In: FRAGOSO, João; FARIA, Sheila de Castro. **A COLÔNIA EM MOVIMENTO**: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. "História da família e demografia histórica": In: CARDOSO, C. F; VAINFAS R. (org.), **Domínios da História.** Ensaios de Teoria e Metodologia, Rio de Janeiro, 1997.

_____. Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro (1600-1750). In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; FRAGOSO, João Luiz Ribeiro; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. **Conquistadores e negociantes**. Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. p. 33-120.

GUDEMAN, S; SCHWARTZ, S. B. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS**,** J. J. (org.). **Escravidão e invenção da liberdade:** estudos sobre o Negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense/CNPq, 1988. pp. 33-59.

GOMES, Luciano Costa. COMPADRIO E APADRINHAMENTO DE ESCRAVOS EM PORTO ALEGRE, 1772-1800. In: **Anais do 6° Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional,** UFSC, 2018. Disponível em: <https://labhstc.paginas.ufsc.br/files/2013/04/Luciano-Costa-Gomes-texto.pdf> Acesso: 28/03/2023.

GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (org.). **Arquivos paroquiais e história social na América Lusa, séculos XVII e XVIII:** métodos

e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

MATTOS, Hebe. História e Movimentos Sociais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Novos domínios da História.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. Pref. C. F. Cardoso. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil:** identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MONSMA, Karl. **Racialização, racismo e mudança:** um ensaio teórico com exemplos do pós-abolição paulista. XXVII simpósio nacional de história. Natal-RN. 22 a 26 de julho de 2013. Disponível em: <https://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364748564_ARQUIVO_Monsmatrabalho.pdf> Acesso:16/06/2023.

PORTELA, D. F. Registros de batismo da Paróquia Nossa Senhora Penha de França: uma fonte para o estudo do cotidiano privado das crianças negras livres na província de São Paulo. **In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**, 7., 2013, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: SBHE, 2013. v. 1.

REIS, João José. **A morte é uma festa:** ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RIOS, A. M. L. Família e transição. Famílias negras em Paraíba do Sul, 1872-1920. **Revista Brasileira De Estudos De População**, 7(2), 243–247. 1990. acesso recuperado de <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/543>.

ROCHA, Solange Pereira da. **Gente Negra na Paraíba oitocentista:** População, família e parentesco espiritual. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

ROLIM, Francisco Sales Cartaxo. **Antônio Joaquim do Couto Cartaxo e a formação de Cajazeiras**. Cajazeiras: Arribaçã, 2019.

ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. ESCRAVOS BRANCOS NO BRASIL OITOCENTISTA: TRÁFICO INTERNO, DISTINÇÕES RACIAIS E SIGNIFICADOS DE SER BRANCO DURANTE A ESCRAVIDÃO. **Revista Afro-Ásia**, n. 64 (2021), pp. 51-94 Disponível em:<C:/Users/User/Downloads/42469-Texto%20do%20artigo-185171-1-10-20211126.pdf> Acesso: 23/06/2023.

SECRETO, Maria Veronica. **Novas perspectiva na história da escravidão.** Tempo (Niterói, online). Vol. 22 n. 41. pp. 442-450, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.20509/TEM-1980-542X2016v224104>. Acesso em: 21/05/2023.

SLENES, Robert. **Na senzala uma flor:** esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____. "Senhores e Subalternos no Oeste Paulista". In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). **História da Vida Privada no Brasil.** Império: a corte e a modernidade nacional. SP, Cia. das Letras, 1997.

SOUSA, Mauricélia Francisca de. **Negociação, Resistência e Liberdade:** Relações entre Senhores e Escravos na Vila de Cajazeiras dos anos de l864-1871. Monografia. (Graduação em História). Licenciatura em História, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2014.

SILVA, Everson Moura da. **Botas fora de tua alma os teus pecados?** Batismo e compadrio de escravizados em Cajazeiras (1859-1870). 2023. 70f. Monografia (Licenciatura em História) - Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, 2023.

SILVA, Gian Carlo de Melo. Os filhos da escravidão e o primeiro sacramento: batismo, compadrio e sociedade escravista na freguesia de Santo Antônio do Recife, Capitania de Pernambuco, no fim do século XVIII. **História (São Paulo),** vol. 37, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/2210/221065094011/html/#B5> Acesso: 22/06/2023

SILVA, Maria Larisse Elias da. **Para além dos "fatos":** o morticínio eleitoral em Cajazeiras-PB (1872-1877). UFPB/CCHLA. João Pessoa, 2022.

SILVA, Sheyla Farias. Casamento na Norma: a busca por uniões sacramentadas em Sergipe Oitocentista. **ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**. Fortaleza, 2009. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772188_20d5ef38b4ab11342f992e84985da3e2.pdf>. Acesso em: 21/06/2023.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38555

BRANCO-MESTIÇO OU BRANCO-NÃO-BRANCO?: o caso de Odilon Lébarre da Cidade do Príncipe, século XIX

Maiara Silva Araújo[1]

RESUMO:
O presente estudo refere-se a um exercício micro-histórico, onde buscamos examinar a trajetória de vida de Odilon Lébarre, indivíduo definido nas fontes paroquiais como pardo e como branco, em momentos diferentes da sua vida. Odilon viveu na Cidade do Príncipe, que corresponde atualmente ao município de Caicó, onde exerceu o ofício de agricultor, tipógrafo, comerciante e livreiro. Portanto, o nosso espaço de análise, nessa pesquisa, foi o da Cidade do Príncipe na segunda metade do século XIX. Por fim, para composição dessa pesquisa, partindo de uma abordagem micro-histórica, fizemos uso, sobretudo, de fontes paroquiais e judiciais.
PALAVRAS-CHAVE: Micro-história; Cidade do Príncipe; Mobilidade de qualidade/cor.

WHITE-MESTIZO OR WHITE-NON-WHITE?: The case of Odilon Lébarre from Cidade do Príncipe, 19th century

ABSTRACT:
The presente study refers to a micro-historical exercise, where we seek to examine the life trajectory of Odilon Lébarre, an individual defined in documents as brown and white, at different moments in his life. Odilon lived in city of Principe, which currently corresponds to the municipality of Caicó, Where he worked as a farmer, typographer, merchant and bookeseller. Therefore, our space of analysis, in this research, was city of Principe in the second Half of the 19th century. Finally, to composse this research, starting from a micro-historical approach, we made use, above all, of parish and judicial documents.
KEYWORDS: Microhistory; Prince's City; Quality/color Mobility.

[1] Doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte sob a orientação do Prof. Dr. Helder Alexandre Medeiros de Macedo. Professora na Escola Municipal Professora Ascendina Lustosa e membro do grupo de pesquisa SERCOL – Sociedade e Cultura em sertões coloniais: história e historiografia. Lattes: http://lattes.cnpq.br/2264849120203768; E-mail: maiarasa@yahoo.com.br.

Breves apontamentos sobre micro-história e o estudo de genealogias não-brancas

Afinal, o que é micro-história? Giovanni Levi, em entrevista realizada em Roma, em 1990, com o título *O pequeno, o grande e o pequeno*, afirmou o seguinte:

> Em poucos dias eu tenho de entregar um artigo sobre o que é a micro-história e estou desesperado! Tento sempre ir ao cinema, não pensar no assunto, porque é realmente muito difícil. [...] Pode-se talvez dizer que para muitos a opção micro-histórica é uma espécie de declaração de desilusão, uma espécie de rebelião contra o fato de certas generalizações não responderem adequadamente aos problemas que colocávamos [...]. (Levi, [1990] 2017, p. 166)[2].

Partindo dos apontamentos apresentados por Levi na citação acima, a micro-história pode ser compreendida como um posicionamento historiográfico capaz de responder de modo mais minucioso a determinados problemas que não poderiam ser abordados a partir de certas generalizações produzidas pela história.

A micro-história, emergiu na Itália a partir de um debate intelectual entre historiadores, como, por exemplo, Giovanni Levi, Carlo Ginzburg e Giulio Einaudi, que se colocavam como contrários a certas generalizações produzidas pela história, que não respondiam aos questionamentos que eram colocados por alguns historiadores italianos do século passado ([1990] 2017, p. 176).

Nessa perspectiva, entre as décadas de 1970 e 1980, a micro-história foi engendrada como um caminho historiográfico que propunha que a história produzida na Itália pudesse se renovar, pudesse criar algo próprio, superando uma certa dependência colonial da invenção de outros, de outras formas de produzir história (Levi [1990] 2017, p. 176). O que estava em pauta nesse contexto era a

[2] Giovanni Levi foi entrevistado em Roma em 1990 e o texto originalmente foi publicado pelo número 10 da revista Meridiana. Essa entrevista pode ser acessada através do seguinte link: http://www.rivistameridiana.it/files/Intervista-a-Giovanni-Levi.pdf. A versão que tivemos acesso em português foi publicada em 2017 na Biblioteca digital SciELO.

certeza de que era preciso abrir espaço na produção historiográfica para as incertezas, as imprecisões, evitando, desse modo, a construção de análises arbitrárias, totalizantes e a micro-história era um mecanismo que poderia possibilitar isso a história.

O historiador brasileiro Ronaldo Vainfas (2002, p.51) em seu livro *Os protagonistas anônimos da História: micro-história*, construiu uma análise introdutória pertinente aos pesquisadores interessados em fazerem uso da micro-história em suas pesquisas. Vainfas, começou o seu estudo apontando o que a micro-história não é. A micro-história não se trata de uma história das mentalidades, não se trata de uma história local ou regional, não se trata de uma história menor. A micro-história é uma forma de fazer história, uma abordagem, que pressupõe a redução da escala de observação de um determinado objeto histórico. A micro-história é, sobretudo, um problema de escala.

Existem alguns livros clássicos que são essenciais na compreensão dessa redução de escala de observação, como *O Queijo e os vermes*, escrito por Carlo Ginzburg e publicado em 1976, *O retorno de Martin Guerre*, escrito por Natalie Zemon Davis, publicado em 1982 e, por fim, *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*, escrito por Giovanni Levi e publicado no ano 2000.

O livro *O Queijo e os Vermes*, tomado aqui como exemplo, narra a história de um moleiro alfabetizado, o Menocchio. A partir da trajetória de vida de Menocchio, Ginzburg, que reduziu a sua escala de análise para compreender a vida de um indivíduo específico, abordou elementos da conjuntura histórica na qual esse personagem constituiu as suas vivências. Nesse livro, é possível entender sobre os limites do cristianismo católico na Europa do século XVI. É possível refletir sobre as heresias no contexto da Contrarreforma, sobre os limites da inquisição, e,

sobretudo, sobre a circularidade cultural existente na época entre grupos sociais distintos.

Desse modo, fica evidente que a redução de escalas na micro-história significa asseverar que o historiador trabalha, como pontua o historiador francês Jacques Revel (1998), através de um jogo de escalas. O historiador parte do micro, ou seja, reduz a sua escala de observação e através dessa redução compreende questões do macro. Questões essas que em uma análise apenas quantitativa ou serial[3], por exemplo, poderiam não ser percebidas, pelas generalizações que essas abordagens pressupõem.

Ainda sobre essa questão da redução de escalas, citamos agora um estudo realizado por um historiador brasileiro, dos sertões do Seridó, especificamente, que se refere também ao nosso recorte espacial de análise nesse estudo. Estamos nos referindo aqui às pesquisas produzidas e publicadas nos últimos anos pelo historiador Helder Macedo.

No livro *Outras Famílias do Seridó: genealogias mestiças nos sertões do Rio Grande do Norte (séculos XVII-XIX)*, publicado no ano 2020, Helder Macedo, a partir da análise de trajetórias de pessoas não brancas, como o crioulo forro Nicolau Mendes da Cruz, salientou a existência de outras genealogias nos sertões do Seridó, que não eram brancas.

As pesquisas desenvolvidas por Macedo (2020) contrapõem obras da historiografia dita tradicional ou positivista, produzida no século passado sobre o Seridó, como, por exemplo, os estudos de Manoel Dantas (1941), José Augusto Bezerra de Medeiros ([1940] 2002), José Adelino Dantas (1977) e, para não nos estendermos, Olavo de Medeiros Filho (1981; 1983). Esses autores, em linhas gerais,

[3] Sobre uma abordagem quantitativa e serial, sugerimos a leitura dos textos do historiador francês François Furet, presentes no livro Teoria da História, organizado pela historiadora Maria Beatriz Nizza Silva.

se preocuparam com as ditas "grandes famílias do Seridó", pessoas de ascendência portuguesa e tidas como sendo as representantes do povo seridoense.

Helder Macedo, ao estudar através de uma abordagem micro-histórica genealogias não brancas, como as indígenas, crioulas, pretas e mestiças, como foi o caso do crioulo forro Nicolau Mendes da Cruz, problematizou elementos da conjuntura colonial dos sertões do Seridó. Macedo, em suas análises, destacou que pessoas não brancas conseguiram constituir famílias extensas, acumular bens e legar esse patrimônio aos seus descendentes.

Essa análise micro-histórica do passado dos sertões do Seridó nos possibilita perceber que mesmo em uma sociedade delineada pelo processo de colonização empreendido por Portugal, pela violência do cativeiro e pelo genocídio indígena poderiam ser construídos lugares sociais por pessoas não brancas. Famílias mestiças, crioulas, indígenas e pretas conseguiram mobilizar mecanismos de acúmulo de bens materiais ou imateriais, manifestos na posse de terras, gados, escravizados, bem como no estabelecimento de relações de parentesco consanguíneo e espiritual que possibilitavam acessos a espaços concebidos, *a priori*, para um determinado grupo social.

Apesar de rígidas, as estruturas sociais do contexto colonial dos sertões do Seridó não eram imutáveis e entre os diferentes indivíduos existia uma circularidade de vivências, de redes de solidariedades e de heranças materiais e imateriais que eram compartilhadas nos diferentes tempos e espaços nos quais estabeleciam as suas histórias de vida. Essa assertiva pode ser materializada, retornando agora à historiografia micro-histórica produzida na Itália, no caso de Giovan Battista Chiesa.

A capacidade de Giovan Battista de construir carreira como exorcista na estrutura do Antigo Regime, como demonstra o estudo de Giovanni Levi (2000), está associada a um conjunto de estratégias familiares e individuais que foram mobilizadas no passado pelo seu pai, Giulio Cesare Chiesa. Essa herança imaterial

problematizada por esse historiador italiano, demonstra como mesmo em uma conjuntura marcada por hierarquias sociais profundas algumas pessoas conseguiam construir um lugar de atuação próprio e legar isso para os seus descendentes.

As minúcias das experiências de vida de Giovan Battista, de um Menocchio, de um Martin Guerri e, porque não de um crioulo forro dos sertões do Seridó, como Nicolau Mendes da Cruz, poderiam não ser percebidas e examinadas em análises generalizantes do social. Devido aos limites de estudos totalizantes, saliento a importância de um exame qualitativo do passado, de um estudo micro-histórico, fundamentado no indivíduo, em seus registros de vida e que nos possibilita compreender de forma mais complexa problemas de conjuntura.

As vivências, sejam elas de pessoas comuns ou extraordinárias, sendo estas últimas aquelas que fogem a ordem social estabelecida, colocam em evidência a complexidade das relações estabelecidas em determinada sociedade e a capacidade de pessoas comuns de mobilizarem estratégias de inserção e ascensão social.

Para finalizar o primeiro momento desse texto, queremos destacar um caso que coloca em relevo a pertinência de uma análise micro-histórica do passado. Ano passado, enquanto catalogávamos fontes paroquiais, realizamos um exame quantitativo e serial de livros de matrimônios, acerca das qualidades dos indivíduos que casaram nos sertões do Seridó.

Os livros de casamentos examinados foram dois, o livro n° 1, concernente aos anos de 1788-1809, e o livro 2°, referente aos anos de 1809-1821. Os documentos citados correspondem a 1.166 registros de indivíduos, onde as qualidades de noivo/noiva foram declaradas pelos sacerdotes que realizaram e/ou anotaram a ocorrência dessa cerimônia.

Em nosso estudo quantitativo e serial desses registros de casamentos, em um documento em Word, listamos os nomes de cada noivo/noiva, as suas qualidades e

condições presentes nas fontes. Após esse primeiro momento, realizamos um cruzamento de fontes através do método onomástico de Carlo Ginzburg e Carlo Poni (1989). Dessa maneira, buscamos esses indivíduos que casaram nos sertões do Seridó em outros documentos, como nos livros de Batismo, referentes aos anos de 1803-1806, 1814-1818 e 1818-1822, respectivamente, e Óbito, concernentes aos anos de 1788-1811 e 1812-1838, respectivamente.

Nessa análise minuciosa de cruzamento de dados, anotamos os nomes dos descendentes desses casais que localizamos e as suas respectivas qualidades e condições no mesmo documento em Word[4] que havíamos elaborado inicialmente. Esse exame qualitativo nos possibilitou perceber, dentre outros elementos, que nem sempre as qualificações dos descendentes dos casais que constituíram famílias nos sertões do Seridó dialogavam.

Citamos aqui um exemplo, para não nos estendermos, presente no livro de Casamento nº 02 da Freguesia do Seridó. Nessa fonte, localizamos o matrimônio de Damázio Pereira e Maria da Conceição. Nessa cerimônia, realizada no dia 30 de maio de 1817, na capela de Santa'Ana, em Currais Novos, Damázio Pereira, índio, uniu a sua história de vida a de Maria da Conceição, cabra. Maria da Conceição levava consigo um passado marcado por mesclas e pela escravidão[5]. Ela deu à luz ao seu primeiro filho, Manoel, no dia 02 de novembro de 1818.

No dia seguinte ao seu nascimento, Manoel já foi levado a pia batismal pelos seus pais e deu início ao seu ingresso na dinâmica social da época, delineada pelos signos do cristianismo. Manoel foi batizado no Tororó e os seus pais não tiveram as suas qualidades e condições evidenciadas nessa ocasião. Ele, aos olhos de quem o definiu, o padre André Vieira, foi tido como branco[6] nesse rito católico.

[4] Importante salientar que elaboramos documentos separados para os livros de matrimônios 1 e 2.
[5] Livro de Matrimônio nº 2, 1809-1821, p.101-101v.
[6] Livro de Batismo nº 1, 1803-1806, s.p.

Em uma análise demográfica apenas quantitativa ou serial dos livros de Batismo da Freguesia do Seridó, Manoel, criança definida como branca, mas filha de um pai indígena e de uma mãe mestiça, seria quantificado na categoria branco. Todavia, em uma análise micro-histórica, que pressupõe um exame exaustivo de fontes diversas, é possível que perceber que Manoel tinha ascendência indígena e mestiça invisibilizada nesse rito cristão. Cabe agora ao historiador micro-histórico tentar entender o porque dessas mudanças de qualidade. O que possibilitou que Manoel fosse definido como branco? O que permitia que pessoas não-brancas mudassem de qualidades nas fontes nas quais eram qualificadas pelas autoridades da Igreja ou da Justiça?

Nesse sentido, é evidente que um estudo micro-histórico do passado, fazendo uso dos métodos onomástico (Ginzburg; Poni, 1989) e indiciário (Ginzburg, 1989), a partir da sua redução de escala de observação e de sua análise intensiva de um conjunto diverso de fontes pode oferecer complexidade para uma análise macro-histórica do passado.

Passemos agora ao segundo momento desse texto, onde, de modo sucinto, buscaremos elencar alguns elementos da história de vida Odilon Lébarre, fazendo uso de uma abordagem micro-histórica do passado.

Odilon Lébarre, um branco-não-branco dos sertões do Seridó

Sobre Odilon Lébarre, ou Odilon Acursio de Avila Oliveira, nome que recebeu ao nascer, o primeiro contato que tivemos com ele foi ano passado, através de uma fonte com a qual não estamos habituados a trabalhar: processos-crimes. Nesse documento, Odilon figurava como réu de uma tentativa de homicídio contra Lúcio, jovem liberto, que havia pertencido, enquanto fora escravizado, ao Tenente-Coronel José Bernardo de Medeiros.

A tentativa de homicídio, como foi qualificada pela promotoria na época, teria ocorrido da seguinte forma, apresentando aqui uma das versões sobre esse acontecido presente na fonte: na manhã do dia 14 de março de 1886, entre às 7 e 8h da manhã, estava sentado próximo à cacimba do Rio Seridó, em uma "ruma dAreia que se tirára da Cacimba[7]" Lúcio. Lúcio, sentado ao lado do jornaleiro João Pereira de Souza, certamente conversando sobre as atividades cotidianas, enquanto os moradores da Cidade do Príncipe retiravam água da cacimba para as atividades diárias, foi alvo de um disparo de arma de fogo.

Interrompendo a calmaria das atividades costumeiras na cacimba, chegou Odilon Acursio portando uma espingarda. Ele se dirigiu a Lúcio, ficou a uma "distancia de vinte palmos pouco mais ou menos" e disse o seguinte: "senhor ladrão preto; você [...] não debica mais de homem". Após isso, disparou um tiro que atingiu Lúcio de leve na cabeça[8].

Façamos agora um exercício de imaginação histórica. O cenário que estava posto, na manhã do dia 14 de março de 1886, era o de uma cacimba, localizada no rio Seridó, cujo curso d'água banhava as províncias do Rio Grande e da Paraíba. Essa cacimba, precisamente, estava localizada na Cidade do Príncipe, atual município de Caicó. Nesse espaço, pessoas comuns realizavam as suas atividades cotidianas. Lavadeiras enchiam vasilhas com água enquanto um liberto e um jornaleiro conversavam sentados em uma ruma de areia. Essa experiência de lugar, de trocas, de possíveis afetos e partilhas de vida foram momentaneamente silenciadas pelo disparo de uma arma de fogo.

Segundo Odilon, esse tirou foi acidental e ele havia saído de casa, portando uma espingarda, porque iria caçar. Em meio as diferentes narrativas sobre esse

[7] Rio Grande do Norte. Cidade Judiciária de Caicó (CJC). Comarca de Caicó (CC). Processo crime contra Odilon Acursio de Avila Oliveira, 1886. Projeto: crime e castigo: escravos nos processos judiciais do Seridó (século XIX), transcrição do documento realizada por Helder Alexandre Medeiros de Macedo.
[8] Idem

acontecido, que no momento não cabem nesse texto, Odilon após ficar preso por cerca de dois meses na casa de Cadeia da Cidade do Príncipe, após o julgamento e a decisão do júri foi inocentado.

Partindo dessa fonte, fazendo uso do método micro-histórico, método onomástico e indiciário, localizamos Odilon em outras fontes históricas e conseguimos unir alguns fios da sua trajetória de vida, que o associava a outra família que já havíamos estudado em 2013, os Fernandes das Neves.

Seguindo a ideia da imaginação histórica, pensemos agora sobre outro cenário, que não envolve os imbróglios de uma possível tentativa de homicídio. O evento ao qual estamos nos referindo não ocorreu na cacimba de um rio. O pano de fundo posto nesse momento é o de um templo cristão, especificamente o da Igreja Matriz do Seridó. Estamos nos referindo, particularmente, ao ano de 1869, contexto no qual veio ao mundo, na Cidade do Príncipe, Odilon. Ele, filho legítimo de Pedro Antônio de Oliveira e de Maria Manoella da Conceição, foi levado pelos seus pais à pia batismal, seguindo os ritos da vida cristã, no dia 30 de janeiro de 1869, quando tinha apenas 17 dias de vida. Nessa ocasião, foi classificado como pardo e como P, denotando a sua ascendência não europeia, e, portanto, mestiça[9].

Partindo desse registro, conseguimos conectar Odilon a genealogia Fernandes das Neves, uma parentela não branca, como já salientei, que já havia estudado anteriormente.

Odilon era trineto de Luzia Fernandes das Neves e de João Antônio Ferreira das Neves, bisneto de Maurícia Ferreira das Neves e de Manoel de Souza Franco e neto de Mariana Ferreira da Conceição e de Manoel de Souza Franco, sendo, portanto, membro da 3º geração de uma genealogia constituída por indivíduos qualificados nas fontes paroquiais e judiciais, sobretudo, como pardos.

[9] Livro de Batismo nº 4, 1866-1871, p. 103.

João Antônio Ferreira das Neves, trisavô de Odilon, foi identificado na documentação militar, quando tinha a idade de 54 anos, como pessoa branca[10]. Ele se casou com Luzia Fernandes das Neves e, com esta, deu início a uma família extensa, constituída, conforme conseguimos localizar na documentação consultada até o momento, por 8 filhos, 24 bisnetos, 9 trinetos, 10 tataranetos e uma criança que foi acolhida em sua casa após ser exposta, recebendo o nome de Lourenço.

A reconstrução da genealogia Fernandes das Neves é produto de alguns anos de pesquisas nas fontes paroquiais, judiciais e militares. Os Fernandes das Neves, até onde conseguimos precisar nas fontes, começaram a vida no sítio das Almas, Ribeira do Sabugí e viveram na passagem do século XVIII para o século XIX. Assim como outras famílias dos sertões do Seridó, de acordo com os bens presentes nos inventários de João Antônio Ferreira das Neves, essa parentela desenvolvia atividades de cuidado com a terra e a criação de animais, possuindo entre os seus bens escravizados, gados e instrumentos de trabalho utilizados na agricultura[11].

Odilon viveu em um contexto histórico diferente dos seus trisavós. Nascido em 1869, acompanhou até a sua morte, o fim da escravidão e a proclamação de uma República. Ele cresceu na Cidade do Príncipe, que no século XIX, especificamente no ano de 1872, contava com cerca de 9.847 habitantes, sendo destes, 9.105 pessoas livres e 742 pessoas na condição de escravizados[12].

Na segunda metade do século XIX, a Cidade do Príncipe ainda se destacava economicamente pela pecuária e o desenvolvimento da agricultura de subsistência. Entretanto, eventos na conjuntura internacional, como a Guerra de Secessão dos Estados Unidos (1860-1864), possibilitou que a Província do Rio Grande, que antes

[10] Assentos de praça e Baixas entre os anos de 1698 a 1820 – Arquivo Histórico do IHGRN.
[11] LABORDOC. FCC. 1ºCJ. Inventários *post-mortem*. Inventário de João Antônio Ferreira das Neves. Inventariante: Luzia Fernandes das Neves. Termo da Vila Nova do Príncipe, Comarca da Paraíba e Capitania da Paraíba do Norte, 1809. (Manuscrito).
[12] BRASIL. Recenseamento Geral do Império do Brazil em 1872. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, [1974?].

fornecia algodão para as Províncias vizinhas, como Paraíba e Pernambuco, passasse a abastecer o mercado internacional, exportando algodão para a industrial têxtil inglesa.

Apesar da importância do algodão para a economia da Província do Rio Grande e consequentemente para a Cidade do Príncipe, Odilon cresceu em uma cidade marcada pela extrema pobreza, segundo os estudos da historiadora Maria Regina Mendonça Furtado Mattos. De acordo com a autora, o final da década de 1860 e a década de 1870, por exemplo, foram delineadas pela fome, provocada pela falta absoluta de gêneros alimentícios em decorrência das estiagens. (Mattos, 1985, p.105).

Tentando avançar no tempo, aos 17 anos de idade, especificamente no ano de 1886, Odilon foi acusado de um crime, como já elucidamos. Nesse contexto, ele afirmou que sabia ler, escrever e que vivia como agricultor[13], atividade econômica que também havia sido realizada pelo seu trisavô, João Antônio Ferreira das Neves.

Partindo do micro, para o macro, de acordo com o censo de 1872, realizado 14 anos antes do fatídico evento da cacimba do Seridó, existia na Cidade do Príncipe 541 homens que desenvolviam atividades agrícolas, sendo, desses, 431 homens livres e 110 homens na condição de escravizados[14]. A atividade agrícola, desenvolvida na Cidade do Príncipe no século XIX, consorciada à pecuária, demonstra a importância dessas práticas laborais para as famílias dos sertões do Seridó, tendo em vista que desde o contexto colonial as atividades de cuidado com o gado e com a terra eram as que movimentavam a vida dos homens e mulheres desse espaço e asseguravam as suas sobrevivências (Macêdo, 2007).

[13] Rio Grande do Norte. Cidade Judiciária de Caicó (CJC). Comarca de Caicó (CC). Processo crime contra Odilon Acursio de Avila Oliveira, 1886. Projeto: crime e castigo: escravos nos processos judiciais do Seridó (século XIX), transcrição do documento realizada por Helder Alexandre Medeiros de Macedo.
[14] BRASIL. Recenseamento Geral do Império do Brazil em 1872. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, [1974?].

Seguindo a trajetória de vida de Odilon, é possível observar que em determinado momento da sua vida ele decidiu deixar a agricultura e buscar novas formas de sobrevivência. Em 1889, por exemplo, ele trabalhou como tipógrafo do jornal O Povo, que começou a circular na Cidade do Príncipe em 9 de março de 1889.

A atuação de Odilon como tipógrafo nesse jornal foi de apenas três meses, visto que em 22 de junho do mesmo ano, Odilon deixou a oficina do jornal O povo e transferiu-se para o Recife (Medeiros Filho, 1988, p.13).

Acreditamos que a breve estadia de Odilon na tipografia do jornal O Povo esteve associada ao seu desejo de ascensão financeira, visto que, aparentemente, ele foi desligado desse periódico voluntariamente. Na concepção do jovem Odilon, a praça do Recife poderia oferecer melhores recursos para sua sobrevivência. Talvez ele estivesse mesmo certo, visto que, O Povo encerrou a sua circulação no dia 19 de setembro de 1892 por falta de recursos (Medeiros Filho, 1988, p.14).

Não temos notícias sobre o desempenho de Odilon na praça do Recife a partir do ano de 1889. Contudo, temos conhecimento de que ele conseguiu se dedicar a atividade comercial na Cidade do Príncipe, como desejava, ao ponto de no seu registro de óbito, essa ter sido considerada a sua profissão.

No Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ), referente aos anos de 1891 a 1940, conseguimos também localizar nos anos de 1918 e 1919, referência à atividade comercial realizada por Odilon na cidade de Caicó. Nessa fonte, Odilon Lébarre foi identificado como sendo dono de uma fábrica de cigarros, charutos e fumos. É possível encontrar nessa fonte referência a fábrica de cigarros, charutos e fumos de Odilon até o ano de 1926, demonstrando, desse

modo, certa estabilidade dessa atividade, que, apesar de não sabermos quando teve início, era realizada pelo menos desde o ano de 1918[15].

Além da estabilidade profissional, Odilon também já havia nesse contexto se casado e constituído a sua própria família. Ele havia unido a sua história de vida a de dona Luzia Lucida Vale. No entanto, diferentemente dos outros registros de matrimônio que analisamos até o momento, o casamento de Odilon e de Luzia não ocorreu, inicialmente, na Igreja Católica. O casal citado, no dia 28 do mês de julho de 1903, compareceu na casa do vigário da cidade de Caicó, onde foi dito por Odilon que eles já haviam se casado civilmente por um emissário luterano, ou seja, Odilon e Luzia, a princípio, foram casados na fé protestante.

Segundo Odilon, um pastor luterano havia iludido "a pobre Luzia a seguir o exemplo de seu infelis pae, afastando da Religião de Jesus Christo." Devido a isso, diante dos que ali se achavam "e muitos seculares declarou ella abjurar do nefasto erro em que cahira e seguir a mesma religião em que nascera" e professava "o seu esposo". Após Luzia ter abjurado do seu pecado e o casal ter se confessado, foram casados conforme o credo da Igreja Católica[16].

Apesar de Odilon e de Luzia terem abjurado a esse credo quando casaram, em 1903 na Igreja Católica, acreditamos que é possível que Odilon tenha permanecido seguindo o protestantismo, pelo menos publicamente. Conjecturamos isso tendo como base o livro de Adauto Guerra (2018), onde Odilon foi identificado como dono de uma tipografia e como sendo protestante na cidade de Caicó, entre os anos de 1906 e 1914.

Até onde conseguimos precisar nas fontes, Odilon e Luzia não tiveram filhos. Luzia, fazia parte de uma genealogia tida como sendo importante para sociedade da

[15] Almanak Laemmert: administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro, 1891-1940, p. 3606; 3604.
[16] Livro de Casamentos, 1788-1967, p.1903.

época, por ter se originado a partir de um casal que teria vindo de Portugal: João Maria Valle e Maria Joaquina de Aguiar.

A genealogia Vale no livro *Breve genealogia da família Vale*, de autoria de José Hélio de Medeiros (2009), é analisada como sendo uma família ilustre dos sertões do Seridó, que constituiu uma família extensa a partir de dois portugueses, que se estabeleceram no Rio Grande do Norte na segunda metade do século XIX. Essa família, com ascendência lusitana, ocupou espaços institucionais na cidade de Caicó, como, por exemplo, Ignácio Gonçalves Vale, que foi escrivão do cartório de Caicó ou Olegário Gonçalves de Medeiros Vale, advogado, delegado de polícia e relator do jornal O Povo.

Essa genealogia, que é tratada no livro citado como uma das grandes famílias do Seridó, possuía entre os seus membros uma pessoa nascida nos sertões do Seridó e produto das diferentes camadas das mestiçagens: Odilon. Apesar de Odilon ter atuado na imprensa da Cidade do Príncipe, posteriormente nomeada como Seridó, e, por fim, como Caicó, em julho de 1890 (Medeiros Filho, 1988, p.6), bem como no comércio desse espaço, desconhecemos livros que abordem a sua trajetória de vida e dos seus antepassados pardos. Ele, além de ter sido agricultor, tipógrafo e comerciante, foi também o proprietário da primeira livraria da Cidade do Príncipe (Medeiros, 2000, p.34).

Por fim, Odilon teve uma vida longa, faleceu aos 100 anos de idade, no dia 02 de maio de 1969. No ano anterior, a sua esposa Luzia já havia falecido. As informações sobre o seu óbito foram fornecidas por um membro da família Vale, no caso, João Maria Vale, que era motorista na cidade de Caicó. Segundo João Maria Vale, Odilon faleceu sem assistência médica e em vida havia sido comerciante e uma pessoa de "côr branca". Odilon, que havia nascido como pardo, embranqueceu após a sua morte[17].

[17] Livro de Óbitos, 1968-1970, p.250.

Considerações não finais

Em um estudo quantitativo e serial sobre as cores dos indivíduos listadas nos livros de Batismo e Óbito da Cidade do Príncipe, nomeada posteriormente como Caicó, como já aludimos, entre os anos de 1869 e 1969, Odilon teria sido listado como indivíduo pardo nos dados referentes ao livro de Batismo e como branco nas informações constantes sobre os livros de Óbitos. Ele seria contabilizado nas duas fontes, em momentos diferentes, e, possivelmente, não seria abordado como o mesmo indivíduo. Dessa maneira, uma análise micro-histórica, quando associada a um exame quantitativo e serial, pode oferecer mais complexidade a conjuntura histórica examinada.

Sem uma análise micro-histórica da vida de Odilon é possível que ele passasse como uma "pessoa branca", pela sua atuação na Cidade do Príncipe na imprensa, no comércio, pelas relações que constituiu e por ter sido listado desse modo na ocasião de seu óbito. Entretanto, um cruzamento intensivo de fontes possibilitou que associássemos os fios da trama social de Odilon ao de sua bisavó, Maurícia Ferreira das Neves, mulher definida como parda, e a outros membros da família Fernandes das Neves, também definidos como pardos. Essa análise evidenciou que Odilon se tratava, portanto, de um branco-mestiço ou um branco-não-branco.

A trajetória de vida de Odilon demostra as suas estratégias de ascensão social, mas não apenas isso. A partir dela podemos falar sobre a mobilidade das cores/qualidades, sobre o porquê de Odilon ter embranquecido nas fontes, sobre a imprensa na cidade de Caicó, sobre o protestantismo nessa sociedade, marcada fortemente pela religião Católica e a fé em Nossa Senhora Santana e tantos outros elementos da conjuntura da Cidade do Príncipe do século XIX.

Por fim, a micro-história, nos permite reduzir a escala de análise e perceber elementos que seriam desconsiderados em estudos generalizantes. Acreditamos que

é possível que os nossos estudos micro-históricos, digo nosso, porque partilho com os historiadores Helder Macedo, Alda Medeiros, Matheus Barbosa e outros pesquisadores, evidencie que o Seridó é um espaço de ascendência mais mestiça do que imaginávamos.

REFERÊNCIAS

Fontes:

Livro de Batismos nº 1, 1803-1846; Livro de Batismos nº 2 1818-1822; Livro de Batismos nº 3 1825-1831; Livro de Casamentos nº 1, 1788-1809; Livro de Casamentos nº 2, 1809-1849; Livro de Óbitos nº 1, 1788-1811; Livro de Óbitos nº 2, 1812-1838.

LABORDOC. FCC. 1ºCJ. Inventários *post-mortem*. Inventário de João Antônio Ferreira das Neves. Inventariante: Luzia Fernandes das Neves. Termo da Vila Nova do Príncipe, Comarca da Paraíba e Capitania da Paraíba do Norte, 1809. (Manuscrito).

RIO GRANDE DO NORTE. Cidade Judiciária de Caicó (CJC). Comarca de Caicó (CC). Processo crime contra Odilon Acursio de Avila Oliveira, 1886. Projeto: crime e castigo: escravos nos processos judiciais do Seridó (século XIX), transcrição do documento realizada por Helder Alexandre Medeiros de Macedo.

BRASIL. Recenseamento Geral do Império do Brazil em 1872. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger.

ALMANAK Laemmert: administrativo, mercantil e industrial. Rio de Janeiro: 1891-1940.

Bibliografia

AUGUSTO, José. **Famílias Seridoenses**. 2 ed. Natal: Sebo Vermelho, [1940], 2002.

DANTAS, José Adelino. **O coronel de Milícias Caetano Dantas Correia**: um inventário revelando um homem. Natal: CERN, 1977.

DANTAS, Manoel. **Homens de Outr'ora**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1941.

DAVIS, Natalie Zemon. **O retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, [1976] 2006.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e sinais**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1989, p.143-275.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989. p. 169-191.

FILHO, Adauto Guerra. **Caicó e sua história no tempo**. Caicó, 2018.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. Rústicos cabedais: Patrimônio e cotidiano familiar nos sertões do Seridó. (Séc. XVIII) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal: EDUFRN, 2007.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Outras famílias do Seridó**: genealogias mestiças nos sertões do Rio Grande do Norte (séculos XVIII-XIX). Curitiba: CRV, 2020.

MATTOS, Maria Regina Mendonça Furtado. **Vila do Príncipe – 1850-1890 sertão do Seridó – um estudo de caso da pobreza**. 1985. Dissertação (Mestrado em história), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1985.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhas famílias do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981.

MEDEIROS FILHO, Olavo. **Caicó, cem anos atrás**. Brasília, 1988.

MEDEIROS, José Hélio. **Breve genealogia da família Vale**. Natal: O autor, 2009.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In.: REVEL, Jacques. (org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 15-38.

VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da História**: micro-história. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

ST-11: A CIDADE EM PERSPECTIVA: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES URBANAS NA CONTEMPORANEIDADE

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38426

A URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE NATAL E A PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL DO BAIRRO DAS ROCAS COMO ESPAÇO DA POBREZA E DO CRIME (1900-1940)

Giovanni Roberto Protásio Bentes Filho[1]

RESUMO:
Esse artigo tem por objetivo analisar o processo de produção socioespacial do bairro das Rocas, em Natal, como espaço da pobreza e do crime, ao longo das primeiras décadas do século XX. A partir da análise de fontes como jornais locais, textos memorialísticos, fotografias e outros documentos, busca-se compreender como essa forma estereotipada de representar o bairro, característica da classe dirigente, contribuiu para a perpetuação de uma dinâmica que resultou em processos de segregação socioespacial que podem ser vistos até hoje. Por meio da análise de um conjunto de imagens e discursos que moldaram essa percepção, constata-se que uma representação negativa das Rocas acabou se sobrepondo às demais, de modo que, além de estar fisicamente à margem do rio e do mar, também esteve à margem dos projetos modernizadores e, num certo sentido, à margem da história.
PALAVRAS-CHAVE: Cidade; Urbanização; Natal; bairro das Rocas.

THE URBANIZATION OF THE CITY OF NATAL AND THE SOCIO-SPATIAL PRODUCTION OF THE NEIGHBORHOOD OF ROCAS AS A SPACE OF POVERTY AND CRIME (1900-1940)

ABSTRACT:
This article aims to analyze the process of socio-spatial production of the Rocas neighborhood in Natal as a space of poverty and crime throughout the first decades of the 20th century. Based on the analysis of sources such as local newspapers, memorial texts, photographs and other documents, the article seeks to understand how this stereotypical way of representing the neighborhood, characteristic of the ruling class, contributed to the perpetuation of a dynamic that resulted in processes of socio-spatial segregation that can still be seen today. Through the analysis of a set

[1] Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGH-UFRN). Membro do grupo de pesquisa Os Espaços na Modernidade. Lattes: http://lattes.cnpq.br/7176469527868882. E-mail: giovannibentesfilho@gmail.com

of images and discourses that shaped this perception, it is clear that a negative representation of Rocas ended up overlapping the others, so that, in addition to being physically on the banks of the river and the sea, it was also on the margins of modernizing projects and, in a certain sense, on the margins of history.
KEYWORDS: City; Urbanization; Natal; Rocas neighborhood

Introdução

No período que compreende à boa parte da Primeira República (1900-1930), a cidade de Natal, capital o estado do Rio Grande do Norte, foi submetida a quatro planos urbanísticos – o plano de Cidade Nova (1901), o Plano Geral de Saneamento de Natal (1924), o Plano Geral de Sistematização (1929) e o Plano Geral de Obras (1939), cujas bases estavam assentadas nos princípios higienistas, oriundos do século XIX, bem como nos ideais de civilização, progresso e modernidade, e representavam, também, os interesses, os desejos, os sonhos e a visão de futuro das classes dirigentes locais. (ARRAIS et al., 2017).

Esses grupos buscavam garantir aquilo que chamavam de "aformoseamento" da cidade ou, mais precisamente, de partes dela, de modo que concentraram suas atenções nos locais que serviam como seus espaços de interação e de sociabilidades, onde estavam situados os cafés, os clubes, os teatros e os cinemas, localizados, geralmente, na zona central da cidade que se dividia entre os bairros da Ribeira, Cidade Alta e Cidade Nova. A ideia era transformar a capital norte-rio-grandense em um lugar no qual se pudesse visualizar as marcas e os efeitos do progresso em seu cotidiano, como acontecia – pelo menos era o que se acreditava – nos grandes centros urbanos brasileiros e do mundo ocidental.

Contudo, enquanto as áreas centrais da cidade eram favorecidas em termos de investimentos materiais, aquelas situadas na zona periférica receberam tratamento secundário quanto à distribuição desses recursos. Ou seja, os chamados plano e projetos urbanísticos não continham em si os princípios fundamentais do

urbanismo, visto que não consideravam a cidade como um todo. Nesses termos, o urbanismo brasileiro acabou se transformando em um simples instrumento de dominação social, fundamentado exclusivamente na técnica, com a finalidade de resolver os problemas decorrentes da própria disfunção urbana, sem dar ouvidos à própria cidade (PECHMAN, 2002, p. 17).

As classes dirigentes, nesse sentido, trabalharam para afastar de suas vistas os grupos populares, considerados por eles como não "civilizados", e criaram, a partir das reformas urbanas, uma cidade mercadoria, para o consumo, "para inglês ver", e não para o cidadão comum morar. Os espaços desses populares não foram considerados nos projetos de cidade das classes dirigentes, tornando-se, por muito tempo, espaços da marginalização, da pobreza, da informalidade e da não-vigência das normas (RIBEIRO, 2015, p. 58-60).

Essa forma de encarar as questões urbanas acabou legitimando ações e práticas de segregação nas cidades, tanto espacial quanto social, tornando-se uma marca do processo de urbanização brasileiro e do modelo de desenvolvimento econômico do período contemporâneo, nos quais podemos identificar duas situações bastante características: o progresso tecnológico e o bem-estar para algumas áreas e grupos sociais; e privação, pobreza e marginalização social para outros setores da população (MARTINS, 2002, p. 13). Tal modelo influenciou (e influencia), de modo bastante acentuado, o modo como as cidades, ou partes delas, foram representadas ao longo do tempo.

Dito isso, esse texto tem o objetivo de apresentar algumas análises e discussões sobre o processo de produção socioespacial de umas daquelas áreas periféricas de Natal: o bairro das Rocas. A partir desse lugar, ou melhor da forma como ele foi tratado nesse período de reformas, podemos identificar algumas fraturas e desequilíbrios presentes no processo de urbanização da capital norte-rio-grandense. Em minha tese de doutorado, intitulada *Entre o rio e o mar,*

Rocas: de bairro sinônimo de inferno a bairro da tradição e da cultura popular (1900-1950), discuto de forma mais profunda esse aspecto, principalmente no primeiro capítulo (BENTES FILHO, 2023).

Para fins desse artigo, focarei nos discursos e nas representações produzidas pelas classes dirigentes sobre as Rocas nesse período. Parto da hipótese de que uma determinada maneira de conceber esse lugar – frequentemente classificado como espaço de pobreza, miséria, doença, crime e perigo; como local de moradia da classe trabalhadora, composta, em sua grande maioria, por pescadores, operários do porto e grupos socialmente excluídos, ou, mais precisamente, dos incluídos de maneira perversa, precária e marginal na sociedade (MARTINS, 1997, p. 26) – contribuiu para a produção e reprodução de uma dinâmica que resultou em processos de segregação socioespacial, que podem ser percebidos até hoje.

A representação de uma cidade está diretamente relacionada com a maneira pela qual a sociedade experiencia o espaço urbano e como ela interpreta a realidade à sua volta (LUTEI, 1996, p. 88). Nisso está pressuposto o caráter heterogêneo dessas representações urbanas, uma vez que a cidade se configura como um centro aglutinador de grupos sociais diversos, cujas percepções "não se hierarquizam, mas que se justapõem, compõem ou se contradizem, sem, por isso, serem uns mais verdadeiros ou importantes que os outros" (PESAVENTO, 1999, p. 9).

No entanto, o que geralmente ocorre no processo de construção da imagem pública da cidade é o contrário: são as representações dos grupos dirigentes que acabam predominando. Nesse processo, outras formas de representar o espaço citadino, geralmente as que foram produzidas pelos grupos populares, de baixa renda e/ou com pouca representatividade política, tendem a ser desconsideradas, ignoradas, marginalizadas e/ou silenciadas. Essa forma de exclusão, silenciamento ou apagamento na construção da imagem e da memória sobre a cidade perpetua e

aprofunda as desigualdades, os estigmas e os estereótipos negativos a certos lugares e grupos sociais, como o bairro das Rocas e seus moradores.

Nas páginas a seguir, veremos como essa dinâmica, e a construção imagético-discursiva sobre as Rocas, frequentemente associada à pobreza ao crime, além de suscitar uma série de questões importantes a serem debatidas em torno da noção do direito à cidade, acabou fazendo com que esse lugar, localizado fisicamente à margem do rio Potengi e do Atlântico, figurasse também à margem dos projetos modernizadores e, num certo sentido, à margem da história.

Rocas, espaço da pobreza e do crime: a produção discursiva como instrumento de segregação socioespacial

O bairro das Rocas está localizado bem próximo ao porto de Natal, ao rio Potengi e faz fronteira com os bairros da Ribeira e Santos Reis. Contudo, ao contrário de outras partes da cidade, esse lugar não nasceu bairro. A mudança de *status* ocorreu somente no ano de 1947, quando Silvio Piza Pedroza, então prefeito da cidade, aprovou o projeto que tratava especificamente da divisão da cidade em área urbana e suburbana, o decreto-lei nº. 251 (NATAL, 1947). Somente aí Rocas passou a fazer parte, oficialmente, do conjunto de bairros que formavam a cidade. Com a aprovação desse decreto, o território natalense passou de quatro para onze bairros oficiais, onde nove deles foram classificados como bairros urbanos – Ribeira, Cidade Alta, Alecrim, Petrópolis, Tirol, Santos Reis, Rocas, Lagoa Seca e Lagoa Nova – e os outros dois – Carrasco e Quintas – como suburbanos.

Até a década de 1920, o lugar denominado Rocas era compreendido como uma área limite da cidade, sendo classificado "arrabalde", "subúrbio" ou como um "lugar pitoresco", conforme a classificação elaborada por Amphíloquío Câmara, em 1923. A cidade, segundo esse intelectual, se dividia em Cidade Baixa, Cidade Alta e Cidade Nova, e mais "quatro pittorescos arrabaldes", que eram "o prolongamento da área urbana". Rocas, lugar "construído sobre dunas e habitado por operários e

pescadores", nessa configuração, integrava a Cidade Baixa, que correspondia ao bairro da Ribeira, a parte mais comercial da cidade (CÂMARA, 1923, p. 33).

Não foi o caso de Amphíloquío Câmara, mas no decorrer do processo de produção socioespacial das Rocas, alguns observadores da cena urbana, jornalistas, memorialistas, intelectuais, que escreveram textos sobre Natal e falaram sobre as Rocas nesses anos, atribuíram a categoria bairro a esse lugar de forma errônea. Mesmo fazendo parte da área urbana de Natal, desde a primeira definição daquilo que era compreendido como a zona urbana da cidade – conforme a resolução n. 73, de 1903 –, Rocas foi tratada como um lugar situado fora dos limites citadinos.

Por conta disso, e por se tratar de uma área precária em termos de infraestrutura urbana e sanitária, ocupada por gente de baixa renda, como pescadores e trabalhadores do porto, esse lugar figurou nas representações de uma parcela da sociedade como espaço de pobreza e também do perigo, um reduto de criminosos e facínoras, principalmente nas primeiras décadas do século XX. Considero essas práticas discursivas como estratégias de classe – da classe dominante – voltadas para o controle do espaço urbano e da sociedade, visto que, ao enfatizar somente os aspectos negativos das Rocas, reforça-se a segregação, "processo necessário à dominação social, econômica e política por meio do espaço", conforme destacou Flávio Villaça (VILLAÇA, 2001, p. 151).

Além disso, esse tipo de construção narrativa tem o poder de influenciar as ações – ou a inércia – dos poderes públicos no que diz respeito às políticas públicas em prol do desenvolvimento urbano e social dessas áreas. Evidentemente, essa maneira estereotipada, estigmatizada e negativa de representar e caracterizar as Rocas não era, de forma alguma, homogênea, embora esse tipo de representação tenha se sobreposto às demais, como veremos a seguir.

As memórias do escritor Lauro Pinto, por exemplo, publicizadas na década de 1970, podem ser interpretadas como uma prova da força desse modo de

conceber as Rocas. Em seu livro, *Natal que eu vi*, Lauro Pinto tratou de alguns aspectos do que ele chamou de "cidade de antigamente". Sobre as Rocas, esse memorialista destacou-o como um lugar associado ao esquecimento, à marginalização, à sujeira, aos pobres da cidade, bem como ao local das práticas sociais ditas de má fama como os jogos de azar, o alcoolismo e a prostituição; um bairro "habitado quase que exclusivamente de pescadores, a gente mais pobre e abandonada de Natal", onde "tudo ali cheirava a peixe e a miséria" (PINTO, 1971, p. 24). Ele não apenas "viu" a cidade de Natal, mas também sentiu seus cheiros, de forma que suas memórias vão além daquilo que foi percebido pelo sentido da visão, são também memórias olfativas. A miséria tinha cheiro, um mau cheiro na verdade, e, ao que parece, estava impregnado nas Rocas.

A miséria e a precariedade da infraestrutura urbana das Rocas dos anos de 1920 também foram pontos ressaltados por João Fernandes Café Filho. Em sua autobiografia, Café Filho declarou que essa área era constituída por casebres, "malocas", que acomodavam várias famílias de trabalhadores do mar; era uma área próxima à zona portuária, onde a água alcançava as habitações e ensopava os terrenos, fazendo do lugar um lamaçal que fazia lembrar, sob esse aspecto, os mocambos do Recife ou as favelas do Rio de Janeiro, com seus tetos de palha e de folhas de flandres.

As pessoas foram comparadas a bichos por Café Filho, que desde a primeira infância "chafurdavam" na lama seus pequenos corpos inchados pelas verminoses; "as velhas, habituadas a espreitar o mar, tinham os cabelos rotos como os trapos que revestiam, sumariamente, os vultos encurvados – arcos da pobreza e do tempo – sob tecidos sujos, esgarçados, esfumados e insubstituídos" (Café Filho, 1966, p. 36).

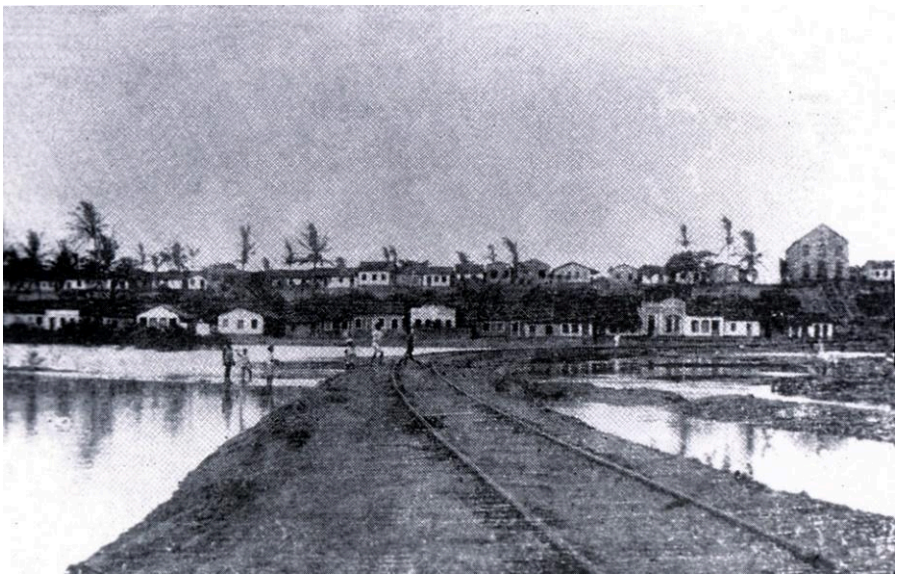
Aquele mau cheiro exalado pela miséria caracterizava o ambiente como insalubre e não civilizado e imprimia nos lugares uma imagem muito forte de desordem e de periculosidade. Além disso, o "cheiro da miséria", na expressão de

Lauro Pinto, aponta para uma certa "impotência da modernização", onde os benefícios do progresso – infraestrutura urbana e equipamentos urbanos de uso coletivo – não alcançaram todos os lugares da cidade, sobretudo os bairros situados nas regiões periféricas (ARRAIS, 2017, p. 21). Esse tipo de referência aos lugares também pode ser um indicativo da negligencia por parte dos poderes públicos com relação ao planejamento urbano da cidade, onde áreas como as Rocas, espaços empobrecidos e habitados por grupos desfavorecidos economicamente, estavam às margens desses processos.

Negligência que foi apontada pelo médico Januário Cicco, em 1920, quando ele publicou seu estudo intitulado *Como se hygienizaria Natal*, no qual afirmava que o saneamento das Rocas era uma ação que não apresentava tantas dificuldades por causa de sua topografia, onde bastava aterrar e nivelar o terreno com as próprias areias das colinas. Na verdade, o que esse médico considerava tarefa árdua era levar água tratada, em boas condições de uso para a população das Rocas. Se medidas higiênicas para o controle das doenças na cidade, sobretudo nas Rocas, fossem adotadas e implementadas de forma mais sistemática, a vida nessa parte da cidade se tornaria, conforme o médico, "menos transitória e mais compatível com os nossos créditos de gente que se diz civilizada" (CICCO, 1920, p. 22-24).

A obra de Januário Cicco também apresenta fotografias onde podemos perceber o que os seus produtores consideravam como os aspectos mais representativos das Rocas: as péssimas condições sanitárias, as áreas alagadas, as habitações rudimentares, as pessoas em contato direto com a lama. Ou seja, Rocas associada à doença e à miséria.

Figura 1 – Rocas, década de 1920.



Fonte: Acervo Jornal do Commercio.[2]

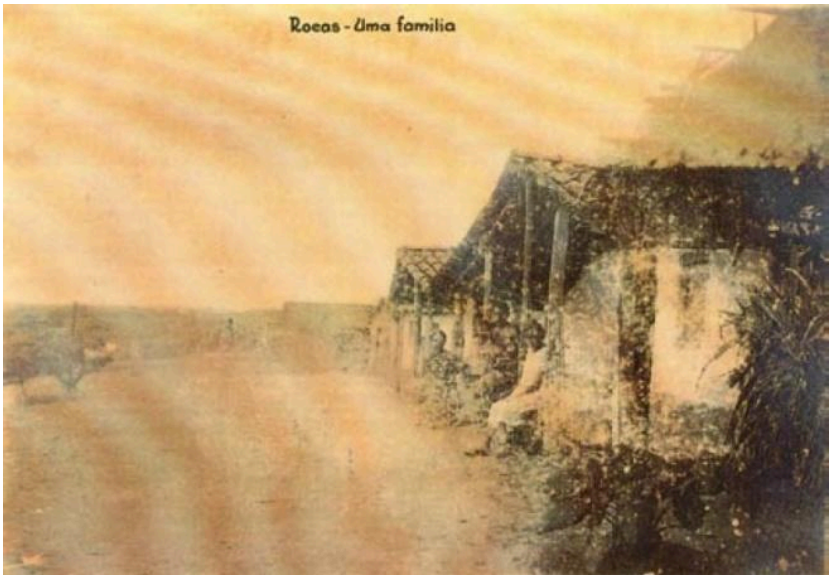
A fotografia, contudo, é o resultado de uma construção imaginária realizada pelo fotógrafo que, homem de seu tempo e inserido na sua própria sociedade, possui uma determinada forma de ver as coisas e o mundo. Ao selecionar um instante para fotografar (fragmento do real), ao mesmo tempo ele está invisibilizando outras tantas dimensões da realidade (MARTINS, 2008). Os registros fotográficos nos permitem acompanhar diferentes aspectos da realidade urbana, desde as características físicas dos bairros até elementos do cotidiano.

As imagens fotográficas, assim, nos ajudam a compreender o tipo de organização social e espacial de uma cidade ou de uma parte dela. Elas podem, inclusive, revelarem outros aspectos da cidade, da paisagem urbana, como foi constatado pelo pesquisador George Dantas, que, ao analisar o conjunto fotográfico presente no relatório da Comissão de Saneamento de Natal, de 1924, identificou uma outra cidade, diferente das representações oficiais e técnicas da época: a cidade

[2] Essa fotografia foi tratada e melhorada pelo grupo de pesquisa Os Espaços na Modernidade – UFRN.

dos operários, daqueles que viviam às margens do porto e das atividades portuárias (DANTAS, 2003, p. 112).

Figura 2 – Rocas: uma família (1924).



Fonte: Comissão de Saneamento de Natal, 1924.

A área das Rocas, além de ser representada como espaço de pobreza, também foi caracterizada como espaço do crime e do perigo, como a parte da cidade por onde ninguém queria passar por medo de sofrer algum tipo de violência. As descrições que o escritor e musicólogo Mario de Andrade fez das Rocas na sua passagem pela cidade de Natal, em 1928, bem como a de outros observadores da cidade, como o jornalista Silvino Lopes, em 1949, e o escritor Homero Homem, cujos contos tinham como pando fundo o cotidiano das Rocas, apontam para essa maneira de ver e dizer esse lugar.

Mário de Andrade, durante sua viagem etnográfica à região Nordeste, permaneceu no estado do Rio Grande do Norte do dia 14 de dezembro de 1928 a 27 de janeiro de 1929, período no qual viajou pelo interior do estado e andou bastante pela capital. Aos seus olhos, Natal era uma cidade encantadora pela sua simplicidade, por suas formas modestas e por apresentar um ar pitoresco familiar,

onde as casas tinham "aquela humanidade feliz de certos bairros burgueses de São Paulo" (ANDRADE, 1929).

Na sua passagem pelas Rocas, além dos aspectos relativos às tradições culturais, o "turista aprendiz" também observou a forma como esse lugar estava organizado socialmente, apontando questões relacionadas à sua infraestrutura urbana. Nas palavras dele, Rocas, por volta do ano de 1906, era o lugar onde se aglutinavam e se escondiam a maioria dos "facinorosos de Natal"; um lugar em que não se passava à noite devido ao seu alto índice de periculosidade. Quem se aventurava por ali, "saindo vivo, saía pelo menos sem uma orelha, ficada nas mãos de Dois de Paus, de Cancão de Fogo e outros salteadores praceanos". Rocas era um "ninho de cangaceiros" em plena cidade de Natal.

Mário de Andrade, no entanto, também destacou que isso era coisa do passado e que "facínoras", que antes tomavam conta da área, tinham perdido espaço para o morador humilde, trabalhador e "bem manso". O lugar do crime, da violência e da morte, passou a ser visto como um lugar de pessoas de vida simples e humildes, dos trabalhadores, lugar também de vida pulsante, de cultura, onde a rua tinha vida e se podia ver e ouvir os sons de pandeiros, de tambores, de pessoas se chamando e se reunindo nas casas proletárias do Areal (ANDRADE, 1929, p. 6).

Vinte anos depois da visita de Mário de Andrade, o também escritor, jornalista e cronista pernambucano Silvino Lopes andou pelo bairro das Rocas, e também teceu alguns comentários. O texto, publicado no *Jornal Pequeno*, era uma espécie de carta aberta à João Café Filho, na época deputado estadual pelo Rio Grande do Norte. O cronista, que assinava com o pseudônimo de "O Grande Polegar", destacou o fato dele ter ficado "maravilhado" com o que ele havia encontrado nas Rocas, local do nascimento político de Café Filho. Contudo, Silvino não fez questão de esconder sua curiosidade sobre o que ele chamou de "o primitivo

aspecto das Rocas", "núcleo de população pobre"(JORNAL PEQUENO, 1949, p. 3).

A visita de Silvino Lopes ao bairro das Rocas foi conduzida por uma "guia", esse que foi questionado por ele sobre como era a situação do bairro antigamente. Como resposta, o guia declarou que Rocas já tinha sido "mar de muita desordem e a nau do crime deslizava sobre a lama de onde brotavam as mais bonitas flores da degenerescência".

Violência, crime, vícios e prostituição foram características ressaltadas pelo guia para representar essa Rocas de outrora, local "onde a baba dos bêbados e a gargalhada das prostitutas juntavam-se ao sangue das vítimas emboscadas", onde "os malandros dos morros cariocas poderiam fazer um curso de aperfeiçoamento", onde "a desordem era latente", onde Baco e Mercúrio, os deuses da mitologia romana, "sapateavam na arena e os ébrios cantavam o triunfal da Sífilis", onde "a fome se instalara confortavelmente", onde os "miasmas dos corpos, miasmas dos trapos que envolviam os bêbados, miasmas da rua, onde só havia de puro o olhar manso, quase cristão, do vira-lata magro e rabugento que roía pedra sentindo nela gosto de osso". Rocas, o "bairro lázaro, bairro bêbado, bairro bandido, bairro sangue, bairro canceroso, bairro prostituição, onde nem aos ossos viviam as cadelas humanas", na descrição do guia, era o "sinônimo de inferno" (JORNAL PEQUENO, 1949, p. 3).

No romance "Cabra das Rocas", de 1966 – que narra a história e o cotidiano do menino João Brás Bicudo, jovem morador desse bairro, filho e neto de marinheiro, que se submeteu a um exame de admissão para o Ateneu Norte-Rio-Grandense (instituição de ensino frequentada comumente pelos filhos da classe dominante da cidade de Natal), a fim de se tornar o primeiro menino das Rocas a ingressar nessa instituição, uma prática que, aos seus olhos, era proibida à sua gente – Homero Homem nos oferece um relato precioso sobre o modo de vida

e as representações culturais e socioespaciais dos moradores das Rocas, seus desafios, seus dramas e os contrastes sociais entre aqueles denominados de xarias e os canguleiros (HOMEM, 1988).

Com uma escrita envolvente e que nos faz percorrer de forma mais íntima as Rocas, Homero Homem partiu das impressões dos moradores para construir sua trama e dar corpo à sua narrativa, de forma que seu texto ressalta exatamente a diferença entre a produção da História *do* subúrbio e *no* subúrbio, apontada pelo sociólogo José de Souza Martins (MARTINS, 2002, p. 11).

Isso pode ser observado no momento em que o menino João Bicudo declarou que só quem poderia dizer e saber algo sobre as Rocas seria, de fato, quem realmente fosse ou tivesse sido morador de lá. Apenas eles, que sentiram o cheiro dos "miasmas de mangue putrefato", "de restos de comida e detritos caseiros" que se espalhavam pelo ar, "destilando um odor insuportável e agressivo, de podridão fermentada a golpes de sol", é que poderiam saber e dizer o que tinha sido "aquele paul" (HOMEM, 1988, p. 9).

João Bicudo, na sua descrição das Rocas, ressaltou a existência do que ele chamou de uma "era de pavor e sangue", um período no qual se podia ver muitas rixas, nas quais "o cacete, a peixeira, a quicé afiada entravam (...) e resultavam sempre em cabeças partidas e barrigas vazadas", de tal maneira que ver "sangue, miolo e fezes servindo de repasto às mutucas enormes, principais beneficiárias daquelas escaramuças" não era tão raro no bairro. Essa caracterização das Rocas remetia a um tempo pretérito, de antes do nascimento do menino João, que ele ficou sabendo mediante as histórias que outros moradores, os mais antigos, haviam lhe contado. Rocas, para o jovem canguleiro, não era mais daquele jeito.

Para João, essa Rocas de outrora havia ficado somente nas memórias dos mais velhos e, segundo ele, em alguns resquícios que o tempo não havia destruído por completo como nos "restos de casebre derreado", num pedaço de ferradura

encravado na soleira de uma porta ou numa ou "outra fisionomia encanecida, de traços violentamente distorcidos pelo sabre recurvo de um cavalariano em disparada", que nas madrugadas iam de encontro aos casebres numa fúria incontrolável, onde os gritos de homens, mulheres e crianças se misturavam aos relinchos dos cavalos, que juntos produziam o som da vingança, "vingança de xarias tomada à socapa, em plena madrugada, por seus esquadrões de sustentadores da lei" (HOMEM, 1988, p. 11).

Essas violências não ficavam sem resposta, pois juntavam-se pescadores, operários da fábrica de tecidos e catraieiros das docas contra essas batidas da polícia e saíam todos em luta nas esquinas, nos becos escuros, nas poças de água fedorenta. A caracterização dessa Rocas de "antigamente" nos permite identificar, em certa medida, alguns aspectos do imaginário urbano de parte da sociedade natalense sobre esse bairro. Um imaginário que se perpetua até os dias de hoje, desse lugar associado ao crime e ao perigo.

Em 2022, durante o período do Carnaval, surgiu pelas ruas da cidade de Natal, mais precisamente nas ruas do bairro das Rocas, um novo bloco de carnaval de rua. Uma notícia um tanto quanto comum, visto que esse bairro é popularmente reconhecido como um lugar de tradição carnavalesca e também como um dos berços da cultura popular na cidade. Contudo, o surgimento desse novo bloco provocou estranhamento e alvoroço na cidade. Batizado com o nome de "Bloco dos Detentos" ou "Bloco dos tornozelados", sua principal característica estava na vestimenta de seus integrantes, que procuravam imitar o uniforme usado por aqueles que estavam sob a guarda do sistema penitenciário norte-rio-grandense, isto é, calções azuis e camisas brancas. Além disso, os foliões ainda faziam uso de objetos presos em seus tornozelos que remetiam às tornozeleiras eletrônicas.

A criação e o movimento produzido por esse bloco foram compreendidos por uma parcela da população como um ato de apologia ao crime e também como

uma maneira de intimidar a sociedade. Denúncias foram realizadas com base em alegações de que alguns foliões estariam portando e exibindo armas de fogo em meio ao cortejo. Essas denúncias, no entanto, foram verificadas pela Secretaria da Administração Penitenciária do Estado (SEAP), que acabou não constatando qualquer tipo de irregularidade envolvendo detentos do regime semiaberto portadores de tornozeleira eletrônica que estivessem no bairro das Rocas (AGORA RN, 2022).

No Carnaval do ano seguinte, o bloco abarrotou as ruas do bairro e provocou, novamente, alvoroço e polêmica pela cidade. Matheus Araújo, coordenador em Natal do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e também ligado ao partido Unidade Popular, afirmou por meio de suas redes sociais que o "Bloco dos Detentos" tinha sido criado justamente como uma forma de se contrapor às falas que associavam o bairro das Rocas ao lugar que "só tem bandido". Em outras palavras, o chamado "Bloco dos Detentos" pode ser interpretado como um movimento social que busca ser, além de um instrumento de lazer e divertimento, uma ferramenta que denuncia o preconceito contra a periferia de um modo geral.

Essa forma de tratar e representar o bairro das Rocas, como vimos, não é recente. Pelo contrário, a percepção de que nesse bairro "só tem bandido" está relacionada a um longo processo histórico de produção socioespacial no Brasil que, de diferentes maneiras, estigmatizou, segregou e marginalizou nas cidades, áreas periféricas e suburbanas, bem como os grupos sociais que nelas viviam. O bairro das Rocas é apenas mais um, entre tantos outros locais, que ainda sofrem com o preconceito estrutural, fruto de um processo de urbanização desigual, que negou e nega o direito à cidade a uma boa parte da sociedade.

Considerações finais

Neste artigo, busquei evidenciar como os processos de urbanização e modernização da cidade Natal, ao longo das primeiras décadas do século XX, foram profundamente marcados por desigualdades socioespaciais. O exame desse processo revelou que bairros como a Ribeira, Cidade Alta e Cidade Nova (Petrópolis e Tirol), foram priorizados nos discursos e nas ações das classes dirigentes, enquanto áreas periféricas, como Rocas, Quintas e o Alecrim, foram relegados à margem, tanto do progresso quanto das intervenções urbanísticas mais significativas. Essa prática resultou em um "desenvolvimento geograficamente desigual", onde a "homologia espaço-classe" se manifestou na divisão socioespacial da cidade (SOJA, 1999, p. 99 *apud* CARLOS, 2007, p. 47).

A análise do processo de produção socioespacial das Rocas expôs os limites e as fraturas do processo de urbanização e modernização de Natal, destacando uma outra face dessa modernidade ou, quem sabe, revelando a sua verdadeira face. As dinâmicas analisadas no texto evidenciam a segregação espacial e social que marcou e marca o bairro das Rocas, bem como ressaltam a forma como esse bairro foi sendo construído e moldado no imaginário urbano natalense.

Assim, esse estudo contribui para uma compreensão mais ampla dos impactos do processo de urbanização brasileiro sobre as populações pobres e mais vulneráveis, mostrando como a cidade de Natal foi concebida e moldada a partir de um processo excludente e desigual. Além disso, ao trazer à tona e questionar as formas como o bairro das Rocas foi representado ao longo desse período, esse artigo colabora para o entendimento das razões que estão por trás de certas desigualdades sociais e espaciais observáveis no presente da cidade de Natal, como estigmatização das Rocas como bairro perigoso e que "só tem bandido".

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mário de. O turista aprendiz. **Diário Nacional**, São Paulo, 31 de janeiro de 1929, p. 6.

ANDRADE, Mário de. **O turista aprendiz. Diário Nacional**, São Paulo, 9 de janeiro, 1929.

ARRAIS, Raimundo org. **A terra, os homens e os sonhos**: a cidade de natal no início do século XX. 1. ed. Natal: Sebo Vermelho, 2017.

ARRAIS, Raimundo. **Luís da Câmara Cascudo**: historiador da cidade de Natal. Natal: Sebo Vermelho, 2017.

CAFÉ FILHO, João. **Do sindicato ao Catete**: memórias políticas e confissões humanas. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Diferenciação socioespacial. **Cidades**, v. 4, n. 6, 2007.

DANTAS, Ana Caroline de C. L. **Sanitarismo e planejamento urbano**: a trajetória das propostas urbanísticas para Natal entre 1935 e 1969. 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - DARQ/UFRN. Natal, 2003.

DANTAS, Ana Caroline et al. "Uma cidade sem Planos?": gestão e ações públicas em Natal (1939-1967). In: FERREIRA, Angela Lúcia; DANTAS, George (org). **Surge et ambula**: a construção de uma cidade moderna Natal, 1890-1940. Natal: Edufrn - Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2006.

DANTAS, George A. F. **Linhas convulsas e tortuosas retificações**: Transformações urbanas em Natal nos anos 1920. 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - EESC/USP. São Carlos, 2003.

FABRIS, Annateresa. **Fragmentos urbanos**: representações culturais. São Paulo: Studio Nobel, 2000.

HOMEM, Homero. **Cabra das Rocas**. 10. ed. São Paulo: Ática, 1988.

IMPORTANTES MELHORAMENTOS no bairro das Roccas. **A Republica**, Natal, 21 de setembro de 1926.

LUTEI, Eulina Pacheco, et al. As representações e o possível. In: MARTINS, José de Souza (org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996, p. 88.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MARTINS, José de Souza. **Subúrbio**: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo, São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha. 2. ed. são Paulo; ed. Hucitec, editora UNESP, 2002.

PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estreitamente vigiadas**: o detetive e o urbanista. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade**: visões literárias do urbano. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999, p. 9.

PINTO, Lauro. **Natal que eu vi**. Natal: Imprensa Universitária, 1971.

PLANO Geral de Sistematização de Natal. **Cigarra**, Natal, ano II, n.5, 1929.

POLEGAR, O Grande. Bota de 7 léguas. **Jornal Pequeno**, Recife, 10 de agosto de 1949, p. 3.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lúcio. Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil. In.: **Cidade, povo e nação** [recurso eletrônico]: gênese do urbanismo moderno. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, Robert Pechman (orgs). – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles: INCT, 2015.

SUBTENENTE Eliabe sobre bloco dos tornozelados nas Rocas: "Apologia ao crime". **Agora RN**, Natal, 4 de março de 2022. Disponível em < https://agorarn.com.br/ultimas/subtenente-eliabe-sobre-bloco-dos-tornozelados-nas-rocas-apologia-ao-crime/ > acesso em 24/11/2023.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN

ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

LUZ, CINEMATÓGRAFO E AÇÃO:
O Cine-Theatro Almeida como Espaço de Sociabilidade na Mossoró do início do século XX (1908-1933)

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38499

Pedro Henrique da Silva Pereira

RESUMO:
Este artigo é o resultado da participação do autor na edição 2024 da ANPUH-RN, intitulada "ANPUH-RN, 20 Anos de História: Desafios ao ofício do historiador (a) na contemporaneidade". O objetivo deste artigo é discutir as diferentes sociabilidades e a disputa de narrativas que giravam em torno do Cine-Theatro Almeida Castro, o primeiro cinema de rua mossoroense e possivelmente o primeiro do estado do Rio Grande do Norte. Para tanto, foram analisados jornais e literatura memorialista, com o intuito de identificar as motivações de diferentes grupos sociais em relação a esse espaço, além de examinar a disputa pela memória do cinema e de seus arredores.
PALAVRAS-CHAVE: Cinema de Rua; Espaços de sociabilidade; Mossoró; Modernidade.

LIGHT, CINEMATOGRAPH AND ACTION: The Almeida Castro Cine-Theater As A Space Of Sociability In Mossoró At The Beginning Of The 20th Century (1908-1933)

ABSTRACT:
This article is the result of the author's participation in the 2024 edition of ANPUH-RN, entitled "ANPUH-RN, 20 Years of History: Challenges to the historian's profession in contemporary times". The aim of this article is to discuss the different sociabilities and the dispute over narratives surrounding the Cine-Theatro Almeida Castro, the first street cinema in Mossoró and possibly the first in the state of Rio Grande do Norte. To this end, newspapers and later memorialist literature were analyzed in order to identify the motivations of different social groups in relation to this space, as well as to examine the dispute over the memory of the cinema and its surroundings.
KEYWORDS: Street Cinema; Spaces of sociability; Mossoró; Modernity.

Introdução

Considerado um dos primeiros filmes da "sétima arte", L'Arrivée d'un train en gare de La Ciotat (1895), no Brasil, A chegada do trem na estação, é uma das primeiras exibições da nascente arte cinematográfica. Dirigido pelos irmãos Auguste e Louis Lumière, a obra de 42 segundos, que retrata a chegada de um comboio francês a uma estação ferroviária, causou furor em sua primeira exibição, criando pânico nos espectadores que presenciaram aquela tecnologia que surgia.

Diferente das expressões artísticas que já existiam, o cinema nasce altamente vinculado à expansão tecnológica e aos ideais de progresso que figuravam na Europa do final do século XIX. O mecânico, a máquina e a arte já começam a se entrelaçar com o advento da fotografia, mas, com o cinema, isso vai atingir patamares ainda maiores, como aponta Walter Benjamin em A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica (1936), ao dizer que a reprodução mecânica na obra cinematográfica vai constituir "fundamento imediato na técnica de sua produção" (BENJAMIN, 1936; 1987, p.172). Sendo assim, não é de surpreender que, ao longo de sua história, o cinema e seus exibidores estejam sempre buscando se alinhar, romper ou antecipar as inovações tecnológicas do campo, seja nos meios de produção, exibição ou difusão.

Extremamente popular, não demorou muito para a invenção dos Lumière começar a alçar voos globais, com o Brasil já tendo sua primeira transmissão em 1896, no Rio de Janeiro, à época capital nacional e cidade espelho da modernidade brasileira. Contudo, com a difusão da sétima arte pelo país, é preciso entender que a modernidade que a acompanhava não se espalhou de maneira ordenada e/ou homogênea. Para entender a chegada dessa modernidade, o historiador Gervácio Batista Aranha é fundamental, pois, para ele, a modernidade chega de maneiras diferentes em cada região do Brasil, com a região Norte (considerada na época o que hoje entendemos como Norte e Nordeste) sendo caracterizada *"(...) menos por cenários urbanos marcados pela agitação frenética no cotidiano das ruas com seu 'rush'*

característico, e mais por uma ou outra novidade vinda do estrangeiro (…)" (ARANHA, 2001, p.254). Ou seja, para que uma cidade se considerasse civilizada e à frente de seus pares na região Norte, era necessário principalmente a aquisição de algumas das novidades relacionadas ao moderno. Quanto a essas novidades, Aranha as chama de *"Signos da modernidade"*, que se referem às comunicações, aos transportes, ao conforto, à vida elegante e/ou ao entretenimento, incluindo o cinema e uma vida pública noturna efervescente.

Como outras cidades da época, Mossoró não escapou da febre da sétima arte. Possuindo um porto movimentado, uma praça comercial rentável e uma linha férrea no horizonte, a capital do Oeste potiguar[3], naquele período, despontava como uma propagadora da modernidade na região. Seus grandes feitos serão narrados para a posteridade principalmente por duas vertentes: a produção jornalística e a literatura memorialista.

Com a análise dessas fontes, este artigo tem como objetivo discutir o antigo Cine-Theatro Almeida Castro como um espaço de sociabilidade, buscando entender como a disputa de narrativas em torno dele produzirá práticas e relações sociais que transformarão o espaço urbano de seu entorno. Para isso, serão analisadas obras selecionadas da produção literária memorialista de Raimundo Nonato e Câmara Cascudo, além de notícias avulsas do jornal O Mossoroense, entre 1908, possível fundação do cinema, até 1933, ano da chegada do cinema sonoro no Oeste potiguar, além do cruzamento com outros documentos públicos do período, como uma planta de 1926 produzida pela intendência municipal. Entretanto, é preciso primeiro entender a cartografia do espaço urbano mossoroense do período, assim como o contexto histórico ao qual a cidade estava submetida, o que refletirá exponencialmente na forma como a memória local será escrita na posteridade.

[3] Nome fantasia que, assim como *País de Mossoró*, vai ser utilizado pelo poder público no cotidiano para diferenciar-se de seus pares do interior e aproximar-se da capital estadual, Natal.

Para isso, ao tratar os cinemas de rua enquanto espaços de sociabilidade, torna-se necessária uma interdisciplinaridade, principalmente dos conceitos advindos da sociologia e da geografia. Mas, primeiro, é preciso salientar que muitos desses empreendimentos funcionavam em locais privilegiados no centro da cidade. Mesmo assim, usando as ideias de Gomes e Pereira (2020), o cinema de rua aqui será caracterizado como um "cinema que traz uma proposta mais inclusiva, tanto no que se percebe nos valores dos ingressos como também na disposição de filmes em seu catálogo" (GOMES; PEREIRA, 2020, p.170). Ou seja, deve-se cobrar um valor de ingresso, mas ainda assim ser financeiramente acessível para a maioria da população.

Sobre a distribuição espacial desse cinema, as ideias de espaço urbano, na visão do geógrafo Roberto Lobato Corrêa, serão fundamentais, colocando o espaço urbano como caracterizado por ser "fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas" (CORRÊA, 1989, p.11). Os cinemas de rua, enquanto partes de um distrito especializado (o de diversões e hotéis), passam a ser entendidos como entes fixos em um espaço urbano centralizado. Sendo assim, podem ser considerados agentes modeladores do espaço.

Figura 1 - Excerto da planta produzida em 1926, com o número 1º representando o Cine Theatro Almeida Castro e os outros números representando os outros cinemas.



Disponível no acervo do Museu Histórico Lauro da Escóssia.

Na planta acima, encomendada pelo prefeito Rodolfo Fernandes no ano de 1926, percebe-se que todos os cinemas estão próximos aos grandes pontos de circulação de pessoas, como a igreja matriz e o mercado público. Além disso, observa-se que eles estão de frente para grandes praças e boulevards (outro símbolo do moderno), configurações que irão se repetir em quase todas as próximas salas a serem abertas posteriormente. Ao cruzar a planta com o livro de Raimundo Nonato, *Ruas, caminhos da saudade* (1973)[4], o autor afirma que, por trás de seu cinema, havia uma rua, chamada popularmente de "canhão de Chico Amâncio", onde era comum a ocorrência de baixo meretrício, mas cuja atividade fora combatida pelo poder público municipal. Com isso, percebe-se que já havia uma narrativa permeando aquela espacialidade antes mesmo da instalação da atividade cinematográfica.

Quanto à sociabilidade, é importante ressaltar as contribuições de Goes (2015) e Simmel (1983): o primeiro, para entender a cidade enquanto um recorte espacial que sofre as alterações das iniciativas modernizadoras graças à interação social dos indivíduos daquela região, e o segundo, para definir a sociabilidade a partir da existência de formas sociais de interação, caracterizadas por colaboração e cooperação. Entrelaçando com Corrêa, os cinemas de rua, como espaços de sociabilidade, serão entendidos como um produto e representação da própria cidade; espaços de lazer na vida urbana cotidiana que são construídos e mantidos para exercer o papel de reflexo da população e da própria cidade, estimulando e sendo estimulados por narrativas externas e internas, que moldam o espaço urbano ao seu redor e também as relações políticas, sociais e culturais daquele entorno.

Os memorialistas e a construção de Mossoró: o passado que persiste.

Erigida nas margens do Rio Apodi-Mossoró e defronte à igreja de Santa Luzia, Mossoró é uma cidade cuja história é datada no tempo e enclausurada a sete

[4] NONATO, Raimundo. **Ruas, caminhos da saudade.** Coleção Mossoroense, Série "C", Volume[...], p.128, 1973.

chaves pelo poder público municipal. Através de rememorações festivas anuais e da produção de obras memorialistas, as oligarquias locais vão construir e alimentar o imaginário de um passado glorioso para a cidade, mas cujos eventos formadores quase nunca saem do intervalo que vai dos anos finais do século XIX aos anos iniciais do século XX. Junto dessa produção cultural, uma adjetivação da população vai ser conceituada, que em Mossoró vai ser a de resistente, libertadora, pioneira e/ou desbravadora. Diferente de outras localidades do Rio Grande do Norte, esses adjetivos vão ser construídos e embasados nos alicerces do tetrateuco da liberdade mossoroense: O Motim das Mulheres[5] (1875), a Abolição da escravidão (1883), o primeiro voto feminino da América Latina (1927) e a resistência ao bando do cangaceiro Lampião (1927).

Essa construção do passado mossoroense vai ser obra de duas entidades políticas locais distintas: o jornal *O Mossoroense*[6] e a *Coleção Mossoroense*[7]. Mesmo sendo empreendimentos com finalidades diferentes, um jornalístico e um editorial, ambos vão possuir objetivos semelhantes: a construção da História de Mossoró e a inserção de seus idealizadores nela (respectivamente a família Escóssia e a família Rosado), seja como participantes ou como os guardiões dessa memória. As estratégias de ambas as famílias para se inserirem no passado da cidade vão ser semelhantes. Segundo Falcão (2018), esses clãs familiares vão relacionar o passado "glorioso" da cidade ao presente, inserindo-se naqueles acontecimentos através de seus patriarcas, aqui sendo Jeremias da Rocha Nogueira e Jerônimo Rosado, ou relacionando seus feitos aos feitos de outrora, como a construção de obras contra a seca e a ferrovia.

Concomitante a isso, vai haver ao longo da primeira metade do século XX um longo e trabalhoso processo de resgate da memória e da documentação oficial

[5] Evento que celebra a revolta das mulheres mossoroenses e a queima do livro de recrutamento para a Guerra do Paraguai.
[6] Jornal mais antigo da cidade, tendo origem em 1872, entretanto, a fase aqui analisada será de 1902 até 1932.
[7] Empreendimento editorial encabeçado pela família Rosado em 1958 para publicar e divulgar estudos científicos e culturais sobre a cidade.

da cidade, com destaque aos remanescentes do fenômeno abolicionista local, cujas memórias e ofícios vão ser publicados tanto nos jornais quanto nas obras memorialistas da *Coleção Mossoroense*. Com isso, esses empreendimentos vão servir como meios de divulgação e ferramentas impulsionadoras do processo de monumentalização desses antigos documentos[8]. Consequentemente, as páginas do próprio jornal também são monumentalizadas, agora sendo vistas e se colocando como resgatadoras e guardiãs dessa memória. Dessa forma, o periódico e a *Coleção Mossoroense* vão promover essas narrativas para a população, construindo uma associação dela com adjetivações no presente, como libertária e pioneira.

Essas ligações diretas e indiretas com a abolição vão ser utilizadas pelas duas famílias como uma narrativa implementada pelo poder público, na qual vai se alicerçar a identidade da cidade, de sua classe política e de sua população. Afinal, como apontou Jacques Le Goff: *"A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia"* (LE GOFF, 1990, p.476). Contudo, como vai apontar Le Goff em sequência, ela também é um instrumento e um objeto de poder, sendo na transição do conhecimento oral para o escrito onde irá ocorrer a disputa pela recordação e pela tradição. Ao aliar esses documentos resgatados com entrevistas dos remanescentes da efeméride de 1883, O Mossoroense e a Coleção Mossoroense vão moldar a história da municipalidade e dar um caráter menos contestatório às narrativas cristalizadas em suas páginas.

Como parte desse confronto de discursos e narrativas, o calendário cívico municipal, com destaque para o 30 de Setembro, vai se tornar o palco onde vão ser edificados os ideais civilizatórios da urbe no início do século XX. Com isso, as datas comemorativas serão reservadas para anúncios, inaugurações e outras transformações do urbano referentes à construção de espaços e monumentos.

[8] Sobre a monumentalização, ver LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

Nesses momentos de celebração pública vão emergir uma série de sociabilidades modernizadoras que serão fomentadas nas festividades que ocorrerão naqueles espaços, podendo ser exibições teatrais, cinematográficas, desfiles, procissões e outras mais, todas elas anunciadas com antecedência pelo jornal e com o propósito de refletirem a prosperidade, o progresso e a identidade da cidade e dos citadinos.

A modernidade às avessas: a ilusão dos memorialistas e a dura realidade dos jornais.

Como um importante empório comercial da região, Mossoró já se destacava no Rio Grande do Norte como uma importante praça de negócios no alvorecer do século XX. Com um comércio baseado na exploração das salinas de Areia Branca, da extração da cera de carnaúba e do descaroçamento de algodão, a urbe passou por um crescimento populacional acelerado desde que atingiu o status de cidade em 1872. Segundo Raimundo Nonato em seu Evolução Urbanística de Mossoró (1983), a cidade vai passar por reformas urbanas a partir de 1881, com a intendência desapropriando e destruindo os casebres que "afeiavam a cidade" (NONATO, 1983, p.26). Além disso, mais ruas vão ser abertas e mais praças vão ser construídas, com a cidade em 1883 possuindo dezessete (17) ruas, dois (2) largos, sete (7) praças e sete (7) travessas (Nonato, 1983, p.30).

Figura 2 - fotografia do logo do jornal o mossoroense datado do ano de 1902.



Disponível no acervo do Museu Histórico Lauro da Escóssia.

Entretanto, durante a narração gloriosa da organização urbana de Mossoró vão ser encontradas fissuras até mesmo na literatura memorialista de Nonato, com a intendência negando a compra de lampiões a querosene por considerar um luxo desnecessário, com Mossoró só recebendo esse advento em 1896, treze (13) anos depois. Em sua obra, Notas e documentos para a história de Mossoró (1955), Luís da Câmara Cascudo aponta a total ausência ou deficiência de outros desses signos da modernidade mencionados por Aranha. A linha férrea, idealizada desde a década de 1870 por Ulrich Graf, só vai sair do papel em 1912, após ampla mobilização do O Mossoroense, que chegou a colocar um trem na sua própria logo como meio de mobilização pública, além de possuir uma coluna em quase todas as edições entre 1908 e 1910 para mobilizar a população em prol dessa empreitada.

Ao tratar de Recife, considerada a maior metrópole do Norte na época, Aranha (2001) afirma que toda cidade "civilizada" deve ter uma vida noturna consolidada, ou seja, entretenimento cotidiano. Para isso, utiliza a instalação do primeiro cinema permanente na cidade, em 1909, como marco do início dessa vida noturna estabilizada, quebrando a dependência que a cidade tinha de companhias itinerantes de cinema e teatro. Em Mossoró, embora já exista desde 1873 uma companhia teatral, o Recreio Dramático Familiar, e um theatro obscuro chamado Santa Luzia[9], a atividade teatral e cinematográfica só será parte do cotidiano dos mossoroenses com a inauguração do Cine-Theatro Almeida Castro, em 1908, nas dependências do Grande Hotel. Contudo, assim como seu predecessor, seu início será cercado de obscuridade e lacunas.

Seja na produção literária de Cascudo (1955) ou na de Nonato (1973), ambos afirmam que o Almeida Castro foi fundado em dezembro de 1908. Outra semelhança nas narrativas dos dois é a de que o cinema funcionava como um

[9] Pouquíssimas informações sobre esse teatro foram encontradas nas fontes historiográficas mossoroenses, somente sabendo-se que ele funcionava na antiga Rua do Teatro e que os moradores precisavam levar as próprias cadeiras para prestigiar o espetáculo (NONATO, 1973, p. 89)

empreendimento clandestino, cujas fitas vinham de forma ilegal da praça comercial de Aracati, e que os mossoroenses só sabiam que haveria espetáculo na noite se ouvissem foguetões estampindo na escuridão da noite; dois para comédia e um para drama (CASCUDO, 1955; 2010, p.167).

Todavia, ao analisar as edições do jornal O Mossoroense de dezembro daquele ano, não é possível encontrar nenhuma menção ao empreendimento cinematográfico ou qualquer indício de sua existência. O Cine Almeida Castro e seu fundador, Francisco Ricarte, só começam a ser mencionados nos jornais em 1911, quando, na edição de 29/10/1911, foi noticiada a aquisição de um cinematógrafo e a organização de um concurso que mobilizou as moças da cidade para escolherem o nome daquele empreendimento, o que obteve ampla participação popular.

Figura 3 - fotografia do antigo Grande Hotel[1011].



Disponível no acervo do Museu Histórico Lauro da Escóssia.

Já na edição 269, datada de 30/11/1911, é anunciado o resultado do concurso promovido por Freitas & Epaminondas em parceria com o jornal, para

[10] Datação da imagem não é possível, entretanto acredita-se que seja anterior a 1940.
[11] Segundo as fontes, o cinema funcionava no acesso pelas duas portas à direita da imagem.

escolher o nome do cinema. Contabilizando 93 cupons ao todo, foi escolhido o nome Almeida Castro para o cinema, e um prêmio foi sorteado entre as 14 vencedoras que escolheram aquele nome, dando a entender que 93 pessoas participaram do concurso, o que demonstra uma ampla mobilização entre as mulheres da cidade.

Após a sua inauguração "oficial", as primeiras notícias do jornal sobre o cinema foram entusiasmadas com a sua chegada, destacando-o como um grande ganho para a cidade[12], além de relatar em pequenas notas frequentes nas edições seguintes, na primeira página, sobre o sucesso de público que ele vai possuir.

Entretanto, mesmo com os elogios, notícias referentes a defeitos na eletricidade vão se tornar recorrentes junto aos elogios, apontando como um dos principais problemas que vão afetar a experiência dos espectadores[13]. Esses apontamentos vão ser tão contundentes que a estação de energia elétrica vai ser instalada na rua por trás do Cine-Theatro, podendo ter sido fruto da campanha constante dos proprietários nos jornais de que essa era sua maior preocupação com a continuidade do negócio. Nessa mobilização de Freitas & Epaminondas, o clamor por energia elétrica se inicia nas páginas do jornal, afinal, como alerta Aranha (2001), somente possuir esses signos não faz com que uma cidade deixe de ser vista como atrasada; é necessária uma junção de fatores sociais, políticos, econômicos e da mentalidade da população. Esse último fator sendo o mais difícil de se controlar, e vai ser o que o jornal O Mossoroense vai entrar com mais afinco.

Cinema moderno, plateia atrasada: o Mossoroense e o controle dos comportamentos.

[12] Jornal O Mossoroense, 02-12-1909, n° 216, p. 4, c. 3.
[13] Jornal O Mossoroense, 13-05-1912 nº279, p. 1 c. 2.
Jornal O Mossoroense, 30-05-1912 nº28?, p.1, c. 2.
Jornal O Mossoroense, 12-06-1912 nº287, p.4, c. 4.
Jornal O Mossoroense, 30-06-1912 28?, p.1, c. 3.

Ao tratar sobre as narrativas da modernidade expressas no Jornal *O Mossoroense* entre 1872 à 1930, Fernandes (2009) irá observar sobre os cinemas como um objeto moralizante nas páginas do periódico. Nessas páginas, através de seus editoriais, o jornal tem como pretensão a de conduzir e/ou reprimir comportamentos na população, sendo notadas rotineiramente crônicas[14] sobre como os cinemas locais deveriam ser a casa dos bons costumes e que refletissem a população. Contudo, o comportamento daqueles "incapazes de viver em vida pública"[15] que frequentam suas dependências é reprovável e uma mancha na imagem da cidade para os estrangeiros. O editorial termina conclamando a população mossoroense para uma mudança nos costumes: morais, sociais e comportamentais.

Ao presenciar alguns jovens aplaudindo "ruidosamente"[16] logo após o término de uma exibição, o editorial vai insinuar que esse comportamento não é visto nas "platéias mais adiantadas". Além disso, havia nos editoriais constantes comentários sobre a "classe plebéia", e os outros grupos de indivíduos "inferiores" que apareciam nos cinemas demandando favores. Como exemplo, podemos pensar na mobilização dos trabalhadores sindicais da construção, que queriam utilizar a sirene do Grande Hotel, localizado numa posição central da cidade, como aviso do fim da jornada de trabalho, o que foi negado pelos donos com medo de "desagradar a burguesia"[17], essa que chegava a patrocinar ou fornecer exibições especiais, como anunciado em três edições distintas em 1916[18], 1917[19] e 1918[20].

Essa burguesia, frisando aqui a oriunda da exploração salineira, vai ser uma dessas principais patrocinadoras das atividades culturais, afinal, o negócio salineiro

[14] Não vão ser encontradas colunas específicas sobre o cinema.
[15] Jornal O Mossoroense, 28-11-1919, nº 566, p. 1, c. 3.
[16] Jornal O Mossoroense, 31-10-1917, nº ???, p. 2, c. 6.
[17] FERREIRA, Brasília Carlos. O sindicato do Garrancho. Coleção mossoroense, Mossoró, Série "C", 2ª ed., p. 107, jan. 2000.
[18] Jornal O Mossoroense, 31-10-1916, nº 43?, p. 4, c. 2.
[19] Jornal O Mossoroense, 24-10-1917, nº 464, p. 1, c. 3.
[20] Jornal O Mossoroense, 08-05-1918, nº ???, p. 4, c. 2..

na cidade vizinha de areia branca era tão forte que o Almeida Castro chegou a abrir uma filial lá, como noticiado na edição do dia 19/10/1912[21]. Como comprovação dessa atuação da classe burguesa das salinas, eles vão financiar as exibições especiais para a "segunda classe" durante as comemorações do centenário da morte do Padre Miguelinho, com a cidade preparando uma série de procissões e filmes feitos especialmente para essa ocasião[22].

Essas notícias acima vão se relacionar com uma outra reportagem anterior, datada de 27-02-1915, onde vai dar a entender com o cinema de rua, em especial o Almeida Castro, vai funcionar como um grande centro cultural e de reunião, tanto para a elite quanto para a "segunda classe"[23] (termo pela primeira vez utilizado pelo jornal). Nisso, devemos lembrar da rua por trás do cinema que era conhecida pela anuência do meretrício, que vai deixar de ter essa característica conforme as famílias mais abastadas se mudam para as redondezas, findando a morte social do Canhão de Chico Amâncio e a expulsão daquelas mulheres daquele espaço.

Mesmo assim, o jornal vai se utilizar amplamente da popularidade do cinema para mercantilizar o público alvo, gerando uma coluna que durou de novembro de 1919 a outubro de 1920 chamada *Palcos & Festas*, onde apresentava as principais novidades do teatro e do cinema em Mossoró. Outro meio de capitalizar esse boom do cinema foi a venda de álbuns de postais com a face de atores famosos, com o objetivo da população em colecionar essas gravuras.

Em consequência de tudo relatado, percebe-se um esforço do *Mossoroense* em tornar o cinema essa instituição voltada ao progresso e a moral; um agente educativo e que deve existir para ensinar e reprimir comportamentos errados em prol da pretensa modernidade da cidade. Entretanto, conforme a batalha de narrativas continua a se mostrar ineficaz, o Cine-Theatro Almeida Castro vai sumir

[21] Jornal O Mossoroense, 19-10-1912, nº ???, p. 3, c. 1.
[22] Jornal O Mossoroense, 12-06-1917, nº 446, p. 1, c. 2.
[23] Jornal O Mossoroense, 27-02-1915, nº 38?, p. 1, c. 3.

do jornal a partir de 1920, ficando até 1925 sem nenhuma menção a arte cinematográfica nas páginas do *Mossoroense*, sendo mencionado novamente na edição de 22/11/2025, onde vai ser chamada de antro de arte "vulgar, corrupta e vernal"[24] e o editorial vai reiterar que Mossoró já teve um cinema, mas que na data da publicação, ele já não existe mais.

Considerações finais

Nas ideias de Corrêa, o espaço irá agir como um reflexo da sociedade, já que neste estão impressas as ações humanas; complementar a isso, o espaço também carrega a função de ser condicionante das ações humanas, já que suas obras vão interferir no mesmo. Sendo assim, entende-se que o Cine-Theatro Almeida Castro vai ser necessário para Mossoró se ver como uma cidade moderna. Sendo ele, além de um reflexo da própria sociedade que está inserido, um condicionante das ações do homem e dos agentes sociais do período.

Ao relacionar as narrativas presentes na literatura memorialista com os jornais, é possível perceber como a memória que persiste nessas obras vai ser distinta, ambas se complementando, mas também lutando em prol de qual versão vai se sobrepor a outra. Enquanto os memorialistas lançam os cinemas de rua, e o Almeida Castro, a posteridade como uma engrenagem gloriosa da trilha mossoroense rumo ao progresso, o jornal vai tentar controlar esses espaços, seja criticando ou favorecendo os grupos que participam daqueles espaços.

No fim, ambas lutam pela preservação de uma memória cristalizada de um passado que privilegia a classe dominante, não abrindo espaço para o desviante, o divergente e nem para o que não agrada a classe dominante. Sendo assim, antes de analisar o espaço político, econômico e social que perpassa Mossoró e seus cinemas no despertar do século XX, precisa-se entender como essa memória sobre eles foi

[24] Jornal O Mossoroense, 22-11-1925, nº ???, p. 1, c. 2..

construída e projetada, pelas mãos de quais agentes, que objetivos tinham em mente quando colocavam o holofote sobre ou quando silenciavam esses espaços, e como é possível navegar através da sua natureza dispersa, unilinear, deformada, cheia de sombras e de vultos dos indivíduos do passado.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire:** um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Notas e documentos para a História de Mossoró.** 5º ed. Mossoró: Fundação Guimarães Duque. 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo, Ática, 1989.

FALCÃO, Marcilio Lima. **No labirinto da memória: fabricação e uso político do passado de Mossoró pelas famílias escóssia e rosado (1902-2002).** 2017. Tese (doutorado em história social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

FERNANDES, Paula Rejane. **Mossoró: uma cidade impressa nas páginas de O Mossoroense (1872-1930)**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, Programa de pós-graduação em História. Campina Grande - PB, 2009.

FERREIRA, Brasília Carlos. **O sindicato do Garrancho.** Mossoró. 2ª edição. Coleção mossoroense.

Jornal O Mossoroense: 1908-1936. Disponível no acervo do Museu Histórico Lauro da Escóssia.

GOES, A. G. S. **Espaço, tempo e sociabilidades na cidade**. Interfaces Científicas, Aracaju, v. 4, n. 1, p. 76-87, out. 2015.

GOMES, Deyvson Ivam do Nascimento; PEREIRA, Renan Farias. **O cinema de rua como um elemento de afirmação dos direitos culturais e humanos.** Revista Estudantil Manus Iuris, Mossoró, RN. Disponível em: https://periodicos.ufersa.edu.br/rmi/article/view/9920. Acesso em: 22 nov. 2024.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas, Editora da UNICAMP, 1990.

NONATO, Raimundo. **Ruas, caminhos da saudade.** Coleção Mossoroense, Série "C", Volume[...], 1973.

SIMMEL, G. **O problema da sociologia**. In: MORAES FILHO, E. (Org.) Simmel. São Paulo: Ática, 1983. Pp. 59-68.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

A CONSTITUIÇÃO DA AVENIDA PRESIDENTE JOÃO PESSOA ENQUANTO ESPAÇO DE SOCIABILIDADE EM CAJAZEIRAS-PB (1900-1936)

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38427

José Antônio da Silva Neto[25]

RESUMO:
O presente trabalho discute como a Avenida Presidente João Pessoa, situada no centro de Cajazeiras-PB, consolidou-se ao longo do século XX como um dos principais espaços de sociabilidade dessa cidade. A interação social desinteressada, ou "sociabilidade", conforme definida por Georg Simmel, era um dos principais atrativos da avenida, onde as pessoas se reuniam em bares, cinemas, lanchonetes e boates, reforçando laços sociais. O estudo considera as formas de sociabilidade como elementos históricos que mudam ao longo do tempo, analisando a cidade como uma produção cultural formada por memórias, interações sociais e subjetividades. A pesquisa utilizou como fontes artigos e anúncios de jornais locais e obras escritas por memorialistas.
PALAVRAS-CHAVE: Cajazeiras, espaço de sociabilidade, avenida Presidente João Pessoa, cinema.

THE CONSTITUTION OF PRESIDENTE JOÃO PESSOA AVENUE AS A SPACE FOR SOCIALIZATION IN CAJAZEIRAS-PB (1900-1936)

ABSTRACT:
The present work discusses how President João Pessoa Avenue, located in the center of Cajazeiras-PB, established itself throughout the 20th century as one of the main spaces of sociability in this city. Disinterested social interaction, or "sociability," as defined by Georg Simmel, was one of the avenue's main attractions, where people gathered in bars, cinemas, snack bars, and nightclubs, reinforcing social bonds. This study considers forms of sociability as historical elements that change over time, analyzing the city as a cultural production shaped by memories, social interactions,

[25] Graduado pela UFCG (Cajazeiras-PB) e mestrando pelo PPGH/UFRN (Natal-RN). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em História Regional e Saberes Locais (CNPq/UFCG). Link do Currículo Lattes: https://lattes.cnpq.br/5707116444041781. Bolsista CAPES. E-mail: jdasilvaneto4@gmail.com.

and subjectivities. The research drew on sources such as articles and advertisements from local newspapers and works written by memorialists.
KEYWORDS: Cajazeiras, space of sociability, President João Pessoa Avenue, cinema.

Introdução

A pesquisa que realizamos possui como objetivo analisar o processo pelo qual a avenida Presidente João Pessoa, situada no centro da cidade de Cajazeiras, cidade localizada no oeste paraibana, se consolidou como o mais importante espaço de sociabilidade presente nessa cidade. Ao longo do século XX, a referida avenida foi palco de eventos[26] que marcaram o cotidiano dos citadinos, como comícios políticos, festejos de carnaval, festas juninas e de ano novo, sendo, por isso, amplamente frequentada pela população local, ansiosa pela agitação pública promovida e pela oportunidade de interagir com outros transeuntes.

A frequentação cotidiana à avenida João Pessoa, acentuada nos fins de semana, feriados, festas e eventos comemorativos, garantia ao público momentos de lazer e divertimento que geralmente não eram desfrutados de modo solitário. Os indivíduos que se faziam presentes nesse espaço dificilmente o faziam desacompanhados. Era comum se estar ao lado de amigos, colegas de escola ou conhecidos e, uma vez na avenida, era possível travar novos conhecimentos, desfrutar de encontros e conversas com outros indivíduos que também buscavam lazeres e sociabilidades.

Ao longo de toda a extensão dessa avenida, era possível contemplar uma série de espaços criados para o lazer e o consumo, como, por exemplo, cinema,

[26] As descrições dos eventos culturais, lazeres e práticas de sociabilidade apresentadas nesse artigo têm como base uma crônica escrita pelo jornalista cajazeirense Pereira Filho, intitulada *A Praça João Pessoa e sua História*, em que ele recorda suas vivências nesse espaço durante sua infância e juventude, entre os anos de 1960 e 1970, destacando a importância da avenida para a população da cidade de Cajazeiras. Cf.: FILHO, Pereira. A Praça João Pessoa e sua História. **Cajazeiras de Amor**, Cajazeiras, 14 de junho de 2018. Disponível em: https://www.cajazeirasdeamor.com/search?q=Pra%C3%A7a+Jo%C3%A3o+Pessoa. Acessado em: 06 mar. 2021.

bares, lanchonetes, sorveterias e boates. Muitos desses ambientes funcionavam diariamente, outros, somente nos finais de semana, sendo frequentados por indivíduos de diversas idades e condições econômicas.

Defendemos que, para além de um espaço caracterizado pelo trabalho, comércio e consumo, a avenida Presidente João Pessoa pode ser caracterizada de acordo com a promoção de interações e relações de sociabilidade. Porém, o que caracteriza ou qualifica uma relação como sendo de sociabilidade? O sociólogo alemão George Simmel foi o pioneiro teórico a propor uma definição para o conceito de sociabilidade, caracterizando-o como o conjunto das interações sociais que possuem como única finalidade, o próprio prazer de interagir (Simmel, 1997). Consiste, portanto, em uma relação desinteressada, com fim em si mesma.

De acordo com o pensamento de Simmel afirma, a sociedade é possível porque os indivíduos que a compõem atuam "com referência ao outro, com o outro e contra o outro, em um estado de correlação com os outros" (Simmel, 2006). Essas interações são mantidas em nome de determinados interesses particulares, que, para ser concretizados, demandam a união de forças.

São esses impulsos particulares que fazem os indivíduos interagirem, ou seja, são "o conteúdo e a matéria da sociação" (Simmel, 2006, p. 60). Com o passar do tempo, no interior da sociedade constituída, surgem formas de interação desinteressadas, que se justificam por si mesmas. Uma relação de sociabilidade significa uma interação mantida entre dois ou mais indivíduos que visa, antes de tudo, o prazer que a interação permite. Sociabilidade é o prazer de estar com o outro (Simmel, 2006).

Apesar de surgido na sociologia, o conceito de sociabilidade não é averso aos interesses dos historiadores. De acordo com Maurice Agulhon, historiador francês, a sociabilidade corresponde, sim, a um objeto histórico na medida em que as suas formas, ou seja, as regras, condutas e normas que orientam o conjunto de

interações que compõem essas relações correspondem a variáveis que se modificam em relação ao tempo e ao espaço (Agulhon, 2016).

Acreditamos que o modo como parte dos habitantes da cidade de Cajazeiras se apropriou da avenida Presidente João Pessoa, mantendo ali relações e trocas sociais, a caracteriza como um espaço de sociabilidade. Como indicam os sociólogos António Gama e Norberto Pinto Santos, os espaços são produções dos grupos sociais, da vida social e suas relações. Correspondem, desse modo, a um sistema de relações múltiplas que se impõe como condição fundamental para a socialização, um vez que as interações sociais necessitam estar situadas em um espaço, e todo espaço é consubstanciado por meio das relações que se dão nele (Gama, Pinto, 1997).

De acordo com os autores, "nestas relações [...] emergem espacialidades em que tomam evidência particular as características de sociabilidade" (Gama, Pinto, 1997, p. 14). De acordo com o pensamento expresso, os espaços promovem sociabilidades e, desse modo, dentre os vários tipos de espaços sociais, podemos identificar aqueles caracterizados por intermédio da sociabilidade.

História da formação da avenida Presidente João Pessoa

Durante a transição entre os séculos XIX e XX, havia em Cajazeiras um núcleo pulsante e em expansão, seguindo seu próprio ritmo de deslocamento, composto de artérias que aos poucos se alongavam e se ramificavam, moldando a estrutura corporal dessa cidade em gestação. A artéria que particularmente nos interessa neste estudo, a avenida Presidente João Pessoa, em princípios do século passado, não somente era muito diversa do trecho urbano que observamos atualmente, como o próprio nome que a distinguia era outro, uma vez que a nomenclatura oficial e contemporânea da avenida, adotada a partir de 1930, faz referência e homenagem ao político paraibano assassinado nesse mesmo ano, o que demonstra o impacto simbólico desse evento (Leitão, 2005).

Para além das definições oficiais, que impõem e definem nomes para os lugares, numa tentativa de fixar na memória coletiva o prestígio e a celebridade de determinadas figuras, como políticos, comerciantes e membros ilustres da classe dirigente, há os nomes não oficiais, mas que evidenciam com precisão os usos e as práticas que se fazem de determinado espaço. Em Cajazeiras, assim como em muitas outras cidades, podemos observar esse fenômeno. Havia nessa cidade, por exemplo, nomenclaturas como *Rua da Feira* e *Rua do Comércio*, formas de nomear que muito bem definem e caracterizam a percepção que a população tinha desses espaços.

Seguindo a mesma lógica, *Rua Nova* correspondia ao nome inicial atribuído ao trecho urbano que estudamos (Leitão, 2005). Topônimo simples que contém em si o significado da novidade produzida pelo surgimento, nas décadas finais do século XIX, desse espaço que, aos poucos, se constituía e expandia, abrindo novas possibilidades.

Na Cajazeiras da época, os prédios residenciais e comerciais eram erguidos seguindo uma lógica semelhante ao improviso, sem grande planejamento, de modo que novas ruas e bairros surgiam quase espontaneamente, seguindo o rumo ditado pela necessidade e disponibilidade econômica dos indivíduos que construíam suas moradias. De acordo com o escritor e memorialista cajazeirense Deusdedit Leitão, em sua obra intitulada *Ruas de Cajazeiras* (2005), a chamada *Rua Nova* foi formada a partir da construção de casas em um trecho retilíneo localizado em paralelo com a praça *Nossa Senhora de Fátima*, também conhecida como *Praça da Matriz*, em virtude de estar situada em frente à primeira igreja edificada na localidade.

Ainda de acordo com Leitão, o surgimento e expansão da Rua Nova esteve relacionado ao crescimento e desenvolvimento urbano de Cajazeiras de modo geral e, particularmente, de uma rua que lhe estava localizada imediatamente próxima, a *Rua Joaquim de Sousa*, conhecida em finais do século XIX como *Rua da Feira*, numa referência às feiras semanais que eram realizadas nesse local, próximo à Igreja Matriz (LEITÃO, 2005). Essa localidade é descrita por Leitão como sendo o primeiro

trecho propriamente urbano da cidade, de modo que era um sítio estratégico para a realização das primeiras feiras organizadas na localidade.

A Rua Nova se projetava então em linha reta, com residências erguidas em ambas as suas margens, se estendendo até desembocar em outro trecho de crescente importância, a *Rua do Comércio*, onde, como a própria nomenclatura popular faz notar, possuía uma quantidade expressiva de casas comerciais, correspondendo ao centro econômico da cidade. De acordo com registros de impostos prediais coletados no ano de 1890, que corresponderam à documentação pesquisada por Deusdedit Leitão com o intuito de produzir uma historiografia das ruas da cidade, a Rua Nova era o trecho com a maior concentração de casas em Cajazeiras, com cerca de trinta e cinco nesse período (Leitão, 2005).

Porém, o espaço denominado como Rua Nova não correspondia plenamente ao que, décadas depois, foi definido como avenida Presidente João Pessoa. Para além do cruzamento que a Rua Nova fazia com a Rua Joaquim de Sousa, em direção ao sangradouro do *Açude Velho*[27], foram sendo construídas novas moradias (cerca de 14 registradas em 1890) e a localidade foi nomeada como *Rua do Sangradouro* que, junto com a Rua Nova, formava um trecho reto em direção à Rua do Comércio. A partir do desenvolvimento econômico da cidade e seu consequente processo de urbanização, as duas ruas foram gradualmente unificadas e consideradas como uma única artéria, que seria nomeada em princípios do século XX como Rua Sete de Setembro (Leitão, 2005).

Nesse período, as ruas anteriormente citadas formavam, ao lado de outras não mencionadas, o núcleo urbano de Cajazeiras, composto por imóveis de características comerciais e residenciais, ruas sem calçamento e por prédios públicos, como a Casa da Câmara, cadeia e escolas (Figueiredo, 2022). Era um núcleo que se

[27] Como era conhecido o açude situado na propriedade rural da família Rolim, em cujas margens foi edificada a casa da fazenda, principiando o que seria a povoação de Cajazeiras. Cf.: SILVA FILHO, Osmar Luiz da. **Na cidade da Parahyba, o percurso e as tramas do moderno.** Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

expandia gradualmente e que tivera como ponto de partida as primeiras edificações erguidas às margens do açude da fazenda dos Rolim[28] (Silva Filho, 1999).

As feiras organizadas em Cajazeiras adquiriram um novo dinamismo com o desenvolvimento da cultura algodoeira, cuja safra reunia compradores e negociantes, produzindo riquezas para aqueles que o cultivavam em suas propriedades, coronéis envolvidos com a política e a administração da cidade. Conforme esses fazendeiros enriqueciam, o patrimônio arquitetônico urbano se expandia e se diversificava, porque novos prédios e casarões eram construídos nas principais ruas do centro (Rolim, 2010).

A riqueza produzida gerava maiores receitas e consequentemente, seguindo as determinações previstas em lei[29], mais recursos eram devolvidos na forma de investimentos, contribuindo para uma reestruturação das formas da cidade, que se metamorfoseava a cada safra bem-sucedida. Além das transformações observadas no aspecto físico, a cidade adquiria também novos ares e inspirações, estimuladas pelos ícones vindos de seu exterior, que não consistiam somente de objetos a serem vendidos nas lojas, mas ideias e discursos que penetravam nessa pequena urbe por meio dos jornais advindos de cidades maiores. Neles, a retórica do progresso, da civilidade e modernização se anunciavam, como que prevendo o início de novos tempos.

Retomando o curso de nossa artéria principal, a Rua Nova, que por fazer parte desse centro em expansão, situada entre a feira e a Rua do Comércio, adquiria também novos aspectos, era ocupada por casas comerciais, se exibindo majestosa

[28] Primeira família a se estabelecer na localidade, situada na Fazenda Cajazeiras, iniciando o núcleo de povoamento que daria origem à cidade. Cf.: SILVA FILHO, Osmar Luiz da. **Na cidade da Parahyba, o percurso e as tramas do moderno.** Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

[29] O governo da Paraíba criou um programa de investimentos através da lei nº. 216 de 10 de novembro de 1904, responsável por delimitar que 20% da recita dos municípios fosse destinada ao financiamento de reformas urbanas e melhoramentos na infraestrutura agrícola. Cf.: SILVA FILHO, Osmar Luiz da. **Na cidade da Parahyba, o percurso e as tramas do moderno.** Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

aos transeuntes. Era um espaço onde repercutia os sons ainda murmurantes, porém nítidos, do progresso que se avizinhava, finalmente se aproximando de Cajazeiras após sua longa excursão pelo mundo, das gigantes metrópoles aos lugares mais incrustados nos subúrbios da Terra.

Durante a década de 1920, Cajazeiras atravessou um processo de mudanças semelhante ao que ocorria em outras cidades dos interiores do país, incluindo cidades próximas, situadas no oeste paraibano, como Sousa, Pombal, Patos, Princesa Isabel, entre outras (Rolim, 2010). Esse processo, responsável por dotar o espaço urbano dessas cidades com novos símbolos, ícones e estruturas materiais, costuma ser denominado modernização.

A metamorfose dos espaços não transfigura apenas suas formas físicas e estruturais, mas também seus nomes e significado simbólico. Esse fenômeno ocorreu com a antiga Rua Nova, que, de acordo com Deusdedit Leitão, foi renomeada, junto com seu apêndice, a Rua do Sangradouro, para Rua 7 de Setembro durante a primeira década do século XX. Essa mudança de nomenclatura veio acompanhada de modificações estruturais, através do processo de urbanização do respectivo trecho (Leitão, 2005).

Obras que utilizaram de recursos federais foram executadas com o objetivo de ampliar o Açude Velho e transferir seu sangradouro de lugar, de modo que suas águas não fossem mais despejadas em uma área central que estava, gradualmente, se configurando como importante, em virtude dos comércios e residências instalados ali. Esse conjunto de reformas foi concluído em 1916 (Leitão, 2005). A partir de então, a via que se estendia em linha reta a partir da parede do açude, foi dotada de feições mais apropriadas para os anseios de urbanidade e civilidade pretendidos para o século corrente, com novo nome e aspecto.

Em 1925, o trecho que correspondia à antiga Rua do Sangradouro foi ocupado por outro projeto modernizante empreendido pela administração

municipal de Sabino Rolim, uma usina de energia elétrica (Leitão, 2005). O gerador elétrico se configurava como uma inovação de grande valor e importância para uma cidade que adormecia iluminada pela luz bruxuleante dos lampiões a querosene. Era um símbolo de progresso, denotando que novos tempos se aproximavam.

O cinema como espaço de sociabilidade na avenida

De acordo com Wills Leal (2007), em sua obra *Cinema na Paraíba/Cinema da Paraíba*, projeções cinematográficas eram exibidas em Cajazeiras desde 1905, por mascates cearenses em dias de feira. Esses exibidores pioneiros certamente faziam suas demonstrações de modo ambulante, em meio à rua. Porém, ainda de acordo com Leal, pouco tempo depois, em 1907, foi instalado, em uma casa localizada no centro da cidade, adaptada para tal função, um cinema que funcionou em endereço fixo. Em 1915, conforme prossegue o autor, o imigrante libanês João Bichara organizou um cinema que funcionou em um prédio situado na Rua Sete de Setembro, o *Cine Moderno*.

A despeito dessas informações, o sociólogo Rozenval Estrela escreveu um artigo jornalístico [30]em que assegura a presença de João Bichara e o funcionamento do seu cinema desde 1905. Outros relatos, como o do memorialista Assis Costa (1999), mencionam a presença de um cinema organizado em endereço fixo em Cajazeiras a partir de 1921, o *Cine Alvorada*, gerido por um indivíduo conhecido popularmente como *Seu Vanderico*. Ainda de acordo com esse autor, João Bichara inaugurou o Cine Moderno somente em 1925, sendo, portanto, o segundo cinema a abrir suas portas em Cajazeiras (Costa, 1999).

Para além das incongruências dos relatos e desconsiderando uma cronologia precisa e metódica da história do cinema em Cajazeiras, sabemos que na década de 1920 havia um cinema chamado Cine Moderno, atraindo um público pagante para se deleitar em suas sessões. Independente do ano em que tenha

[30] ESTRELA, Rozenval. O cinema de Bechara. **Jornal Cajá hoje,** Cajazeiras, 22 de agosto de 2006.

começado a funcionar, o Cine Moderno foi descrito em todos os relatos como situado na Rua Sete de Setembro, assim como o Cine Alvorada.

Essa localização é reveladora, pois demonstra que esse trecho urbano se desenvolvia e adquiria novos elementos e significações à medida em que a própria cidade se desabrochava. Revela que desde as primeiras décadas do século XX, a rua estimulou a circulação de pessoas, promovendo lazeres, divertimentos e encontros. Não era, portanto, apenas um espaço residencial ou voltado ao comércio de tecidos, víveres, utensílios e serviços, mas que, além disso ofertava à população um novo tipo de consumo, o dos lazeres. É a partir de então que, em virtude da influência dos cinemas que começaram a funcionar ali, a Rua Sete de Setembro se constituiu como um espaço de sociabilidade ligado ao consumo de bens simbólicos e de entretenimento.

Diferente dos espaços vazios onde se jogava bola, ou das rodas de samba e música, o tipo de sociabilidade oferecida ali exigia do citadino que este fosse não somente um transeunte, mas um consumidor. O Cine Moderno, como sua nomenclatura sugere, se assumia enquanto um espaço de distinção social, capaz de garantir certo status de elegância e civilidade para os seus frequentadores, que desejavam, além de se divertir com a película em exibição, partilhar de um ambiente belo e aconchegante, em presença de indivíduos de igual porte social, com quem poderiam entabular conversas e encontros agradáveis, gozando do bem-estar proporcionado através da sociabilidade entre pares.

O caráter elegante e distintivo pretendido pela gestão do cinema, se apresenta evidente no texto a seguir, publicado em uma edição do jornal *O Rio do Peixe*, em que normas de conduta são exigidas do público frequentador por parte do proprietário do Cinema Moderno, que

> Tendo feito melhoramentos consideráveis na sua casa de exibição, resolve estabelecer as seguintes condições para seu perfeito funcionamento, no que espera consultar não só os próprios interesses como os de seus distintos habitués: 1º) é proibido fumar nas filas de

> banco do centro, não só porque este hábito incomoda as exmas. famílias que sempre preferem esses bancos, como porque prejudica a projeção. 2º) O cinema não funcionará com uma casa inferior a 20 pessoas. 3º) Não haverá orquestra quando a casa for inferior a 50 pessoas. Pede todo respeito, em consideração às exmas. famílias e a boa moral. Pede ainda que ninguém cuspa no chão, em nome da higiene e da boa educação[31].

A presença de um elemento tão simbólico e representativo da vida moderna como o cinema, contribuiu decisivamente para que a então Rua Sete de Setembro se constituísse enquanto um espaço de consumo, lazer e sociabilidade no contexto do início do século XX, significando o descortinar de possibilidades para um novo estilo de vida urbano. Com o importante auxílio da iluminação elétrica, cujo gerador também estava localizado na mesma rua, a noite foi transformada em um tempo propício para a busca de lazeres, para os encontros e deslocamentos. Era mais uma característica típica de um espaço em modernização que Cajazeiras adquiriu, se tornando uma cidade propícia para o sublime que a noite poderia oferecer, sendo ocupada por grupos de amigos e casais de namorados que buscavam os prazeres oferecidos pelas luzes da cidade e pelo projetor do cinema.

A década de 1920, que em Cajazeiras ficou marcada com o triunfo da cultura do algodão, desenvolvimento econômico e material, transformações no aspecto urbano, aquisição de novos elementos e signos de modernidade e sensíveis alterações na percepção que a população tinha sobre tempo e espaço, se encerrou com um grande evento político de proporção nacional e forte repercussão local, a revolução liberal de 1930.

A influência desse acontecimento sobre Cajazeiras pode ser percebida através de um elemento simbólico simples, mas significativo: ainda em 1930, a Rua Sete de Setembro, que vinha se consolidando como um dos trechos mais importantes e movimentados da cidade, foi renomeada como avenida Presidente João Pessoa (Leitão, 2005), em homenagem ao político paraibano assassinado no dia

[31] **Jornal O Rio do Peixe**, Cajazeiras-PB, 20 de maio de 1926. p. 4.

26 de julho, episódio trágico que fomentou a rebelião em todas as partes do território nacional, sendo significativo para a vitória do novo regime político liderado por Getúlio Vargas (Fausto, 1995).

Um dos eventos sociais de maior importância que tiveram lugar na já então denominada avenida Presidente João Pessoa, foi a inauguração do chamado *Edifício OK*, em 1936. Esse empreendimento foi levado a cabo por meio da iniciativa do empresário José Lira Campos, um dos indivíduos mais bem-sucedidos comercialmente da cidade, dono de uma empreiteira empregada nas obras executadas pelo DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas) e de uma concessionária de veículos Chevrolet, a marca de automóvel mais vendida em Cajazeiras (COSTA, 1999).

O Edifício OK consistia em um pequeno complexo formado por um clube dançante, o *Excelsior Clube*, por um cinema sonoro, com instalações mais modernas que as de os seus predecessores, o *Cine Éden*, além de contar ainda com sorveteria, salão de cabeleireiro e manicure (Costa, 1999). Esses divertimentos foram bem recebidos na sociedade, contando com a aprovação do bispo diocesano D. João da Mata, que assumiu que lazeres tais como bailes e fitas de cinema eram saudáveis para a juventude de Cajazeiras, afastando divertimentos e vícios perniciosos, como os jogos de azar e os cabarés (Rolim, 2010).

A construção desse projeto começou em 1935, sendo inaugurado somente no ano seguinte, em um evento, que contou com a presença do então Interventor Federal, Argemiro de Figueiredo, e do jornalista Assis Chateaubriand. O caráter distintivo e exclusivista dessa cerimônia social pode ser atestado pela obrigatoriedade do uso do smoking como traje de gala masculino (Rolim, 2010). A áurea de elegância presente nesse evento não esteve, entretanto, restrita ao dia de sua inauguração. Frequentar as atrações mantidas no prédio, circular por entre aqueles ambientes e, principalmente, se manter em contato direto e habitual com indivíduos

de elevado poder aquisitivo, bem situados e quistos na sociedade cajazeirense, correspondia a uma forma de distinção social.

Conclusão

Em uma cidade em processo de modernização costumam ser criados espaços onde as elites possam se refestelar, através de agradáveis conversações em que termos eruditos fossem utilizados e plenamente compreendidos entre os presentes, em que temas e assuntos que estavam em voga no momento fossem discutidos, demonstrando assim o entendimento intelectual entre os pares. O Edifício Ok foi, portanto, no contexto da década de 1930, o espaço de sociabilidade por excelência dos grupos com maior poder aquisitivo e nível educacional em Cajazeiras.

E sua localização não foi estabelecida ao acaso. Como já discutimos, a avenida Presidente João Pessoa, desde a década anterior (quando ainda se chamava Rua Sete de Setembro), vinha ganhando destaque como um espaço movimentado, dinâmico, em que os transeuntes circulavam em busca de novidades e lazeres, tanto que alguns dos primeiros cinemas da cidade foram estabelecidos nessa rua. A inauguração do Edifício Ok, em 1936, coroa esse processo, designando definitivamente a avenida como um espaço referencial para aqueles que buscavam divertimentos, encontros e interações.

Nesse contexto, o Cine Éden se impunha como o único cinema em atividade na cidade. Os outros cinemas que anteriormente haviam sido estabelecidos, permaneceram poucos anos em atividade, prejudicados, de acordo com a crônica historiográfica local, pelas secas que acometeram a população em determinados períodos[32]. O Cine Moderno, por exemplo, que fora o mais importante cinema da década de 1920, se encontrava, quando do início das

[32] MOREIRA, Mariana. A crise ameaça uma tradição. **Jornal A União**, 21 de outubro de 1984.

primeiras sessões exibidas no Éden, convertido em uma movimentada loja de roupas chamada *A Vencedora* (Leitão, 2000).

Mais que acolher um público seleto e ávido pelas emoções das fitas de celuloide, o Cine Éden funcionava como espaço para a realização de determinados eventos sociais e festividades, em virtude de suas amplas dimensões e instalações confortáveis, que denotavam solenidade. A título de exemplo, podemos citar os bailes anuais do colégio Padre Rolim[33], instituição em que estavam matriculados os estudantes pertencentes às famílias mais economicamente privilegiadas de Cajazeiras.

O conjunto do edifício era, portanto, um espaço de sociabilidade frequentado pelas elites locais, que gozavam do prazer e da distinção que a presença dos seus pares possibilitava, desde a mais terna idade escolar até os divertimentos dos adultos, que confraternizavam nos bailes do Excelsior Clube. Porém, as ligações e redes de sociabilidade estabelecidas entre os indivíduos e grupos não significa ausência de tensões, rupturas e desgastes nessas conexões.

A sociabilidade é um elemento histórico, o que significa dizer que a teia de relações tramada de acordo com interesses em comum, posição social e o prazer experimentado nas interações sociais, não se constitui tacitamente, não se compõe por meio de elos definitivos nem é imutável, atemporal (Agulhon, 2016). Ao contrário disso, é tecida pelos próprios grupos e indivíduos, elaborada por meio de ações, pensamentos, expectativas e sentimentos situados no tempo e no espaço, sendo, portanto, influenciados e conformados por esses elementos.

REFERÊNCIAS

AGULHON, Maurice. **Política, imágenes, sociabilidade:** de 1789 a 1989. Trad. Francisco Javier Ramón. Zaragoza: Prensas de la Universidade de Zaragoza, 2016.

[33] **Jornal Centêlha**. AN. IV, N. 4. 26 de julho de 1937.

AGULHON, Maurice. **Política, imágenes, sociabilidade:** de 1789 a 1989. Trad. Francisco Javier Ramón. Zaragoza: Prensas de la Universidade de Zaragoza, 2016.

ARANHA, Gervásio Batista. Seduções do moderno na Parahyba do Norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925). *In:* Ó, Alarcon Agra do; SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de; SOUSA, Fábio Gutemberg R.B. de. *et.al.* **A Paraíba no Império e na República:** estudos de história social e cultural. 2. ed. João Pessoa: Ideia, 2005. p. 79-132.

CALISTO, Fernanda Pereira. **Cine Éden**: cinema e história em Cajazeiras (1970-1980). Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2014. 75 f.

COSTA, Antônio Assis. **A(s) Cajazeiras que eu vi e onde vivi**. 2. ed. Cajazeiras: Gráfica Real. 1999.

FIGUEIREDO, Ayrle Alves de. **Cajazeiras e cultura material**: entre o cabedal familiar e a fortuna de Francisco Beserra de Souza (1876-1900). Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2022. 89 f.

GAMA, Antônio; SANTOS, Noberto Pinto. Espaços de sociabilidade. **Vértice**, p. 13-19, out.-nov. 1997.

LEAL, Wills. **Cinema na Paraíba, cinema da Paraíba**. João Pessoa: Gráfica Santa Marta, v.1. 2007.

LEITÃO, Deusdedit. **Inventário do tempo.** 1. ed. João Pessoa: Empório dos livros. 2000.

MARINHO, Márcia Maria Fonseca. **Natal também civiliza-se**: sociabilidade, lazer e esporte na *Belle Époque* natalense (1900-1930). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008. 135 f.

ROLIM, Eliana de Souza. **Patrimônio Arquitetônico de Cajazeiras-PB**: memórias, políticas públicas e educação patrimonial. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010. 146 f.

SILVA FILHO, Osmar Luiz da. Na cidade da Parahyba, o percurso e as tramas do moderno. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999. 336 f.

SILVA NETO, José Antônio da. **Cinema e sociabilidade**: uma história das relações sociais promovidas pelo cinema em Cajazeiras-PB (1950-1980). Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2021. 271 f.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia:** indivíduo e sociedade. Trad. Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Zahar. 2006.

TUAN, Yi-fu. Geografía Romántica: em busca del paisaje sublime. Trad. Borja Nogué. 1. ed. Madri: Editorial Biblioteca Nueva. 2015.

Espacialidades
Revista dos Docentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN

ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

O IMPACTO CULTURAL DOS SEBOS EM NATAL/RN NA DÉCADA DE 1980: Uma contribuição para a vida cultural da capital do Rio Grande do Norte

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38428

Olinto Renan de Souza

RESUMO:
O artigo trata dos primeiros resultados de uma pesquisa que busca compreender o espaço dos sebos como um local que mais que um comércio é também um ambiente de atividade cultural e que ajudou na promoção de eventos como a I Feira de Sebos de 1987 e suas edições posteriores. O trabalho tem como principais fontes os recortes de jornais como "O Diário de Natal" e "Tribuna do Norte", nos quais eram anunciados os eventos promovidos pelos sebos, e também entrevistas com sebistas, em que estes relatam suas experiências dentro dos sebos, assim como influência em suas vidas profissionais e sociais. O recorte temporal da pesquisa é da década de 1980, com passagens pelo início dos sebos em Natal, que teria se dado entre as décadas de 1930 à 1950 com os primeiros sebistas da cidade.
PALAVRAS-CHAVE: Sebos; contracultura; Natal; década de 1980.

THE CULTURAL IMPACT OF SEBOS IN NATAL/RN IN THE 1980S: A contribution to the cultural life of the capital of Rio Grande do Norte.

ABSTRACT:
This article presents the first results of a study that seeks to understand the space of second-hand bookshops as a place that is more than a place of commerce, but also an environment for cultural activity and that helped promote events such as the 1st Second-Hand Book Fair of 1987 and its subsequent editions. The main sources of the study are newspaper clippings such as "O Diário de Natal" and "Tribuna do Norte", which advertised events held by second-hand bookshops, and also interviews with second-hand bookshop owners, in which they describe their experiences within the second-hand bookshops, as well as their influence on their professional and social lives. The time frame of the study is the 1980s, with references to the beginning of second-hand bookshops in Natal, which would have occurred between the 1930s and 1950s with the first second-hand bookshops in the city.
KEYWORDS: second-hand bookstores; counterculture; Natal; 1980s.

Introdução

O significado do termo "sebo" possui diversas origens que foram sendo transmitidas ao longo dos anos, mas uma das definições mais conhecidas e encontradas em alguns dicionários é a de que o sebo é um lugar de alfarrabistas. Alfarrábio possui origem árabe, provém do antropônimo árabe Al-Farabi, um filósofo muçulmano, nascido no Turquestão, que viveu em Bagdá e que, por seus conhecimentos e reputação de grande leitor de documentos antigos ou velhos, de pouco préstimo ou valiosos, raros ou comuns. (SANTOS, 2005. p. 29). Porém, a origem mais conhecida e difundida do uso do termo "sebo" para designar a venda de livros usados é de um período anterior ao uso da energia elétrica, quando eram utilizadas velas para a leitura dos livros durante a noite. Essas velas produzidas de sebo acabavam derretendo e ensebando os livros, que depois seriam vendidos por alfarrabistas, dando a esse tipo de comercialização a denominação de sebo.

Os sebos, com o passar do tempo, se tornaram um espaço com significado maior, muito além de um local de venda e troca de livros usados. O sebo é um lugar de sociabilidade, onde muitas pessoas vão em busca de conversar assuntos que as atraem entre outros diversos temas. Jean Baechler conceitua sociabilidade como:

> a capacidade humana de estabelecer redes, através das quais as unidades de atividades, individuais ou coletivas, fazem circular as informações que exprimem seus interesses, gostos, paixões, opiniões...: vizinhos, públicos, salões, círculos, cortes reais, mercados, classes sociais, civilizações… (BAECHLER, 1996. p. 65-66).

Dentro dos sebos ocorre a criação de redes, desde artísticas até comerciais. Muitos movimentos culturais de Natal se iniciaram nesses estabelecimentos, pois o ambiente deles proporcionou o encontro de diversas mentes criativas que dariam início às expressões de artes como bandas de rock, jornais alternativos e fanzines. Além disso, esses locais promovem encontros entre colecionadores, já que o sebo

proporciona que adquiram novos colecionáveis e também trocas de objetos de desejo comum entre eles.

Podemos também classificar o sebo como uma heterotopia, conceito apresentado por Michel Foucault, que trata de espaços e lugares alternativos. Em geral, a heterotopia tem como regra justapor em um lugar real vários espaços que, normalmente, seriam ou deveriam ser incompatíveis. (FOUCAULT, 2013. p. 24). Essa conceituação de Foucault encaixa-se perfeitamente para descrever o ambiente dos sebos, já que temos uma variedade enorme de objetos que se contrapõem e que normalmente não estão disponibilizados num mesmo lugar. Como por exemplo: móveis antigos, aparelhos sonoros de diversas gerações, quadros de artistas locais entre uma série de produtos incomuns no mesmo local. Além disso, o espaço do sebo proporciona aos seus diferentes frequentadores o encontro entre as suas variadas opiniões, que geram debates sobre diversos temas: política, arte, música, futebol, entre outras temáticas.

Na década de 1930, Natal se destacava como uma das poucas capitais do país a possuir um sebo. Segundo Fernando Wanderley, em seu texto "A Importância dos sebos para a educação, cultura e lazer: Histórico sobre os sebos de Natal", o primeiro sebista da capital do Rio Grande do Norte teria sido João Nicodemos de Lima, que chegou à cidade na década de 1920 como funcionário da Agência Pernambucana, uma distribuidora de revistas daquela época. Após um curto período nesta agência, João Nicodemos decidiu sair e criar seu próprio comércio de livros. O sebo de Nicodemo se localizava no 1° andar, n° 45 na Av. Tavares de Lyra na Ribeira, de acordo com o "Guia dos Sebos de Natal & Afins" de Abimael Silva (1998); o comércio de Nicodemos se tornou ponto de encontro de grandes intelectuais da época dos quais ele ficou amigo, como por exemplo: Luís da Câmara Cascudo, Veríssimo de Melo, Hélio Galvão entre outros.

Para análise, por meio destes textos do "Guia dos Sebos de Natal" se pode perceber quem era o público no início dos sebos, quem tinha acesso aos livros.

Nesse caso, durante as décadas de 1930-50, existe um enobrecimento do sebo a partir das figuras intelectuais que o frequentavam. Com o passar dos anos foram surgindo novos sebos em Natal, como o de José Fidélis Coutinho, mais conhecido como Cazuza, vindo da Paraíba em 1950, em busca de oportunidade de trabalho como pintor de paredes. Cazuza, após não conseguir chances nessa área, decide abrir um local de vendas de livros ao lado do antigo Mercado da Cidade Alta e após um tempo ganhou um ponto dentro do próprio Mercado, local onde se estabeleceu e se tornou por muito tempo um dos principais sebos da cidade até que ocorreu um incêndio no Mercado na década de 1960[34]. O incêndio obrigou Cazuza a ir para as ruas. Primeiro, na rua Ulisses Caldas, esquina com a Av. Rio Branco e depois por trás do Banco do Brasil, num terreno pertencente ao Banco de Minas Gerais, como relatado no "Guia dos Sebos de Natal". Cazuza não teve mais tranquilidade após ir trabalhar nas ruas, já que era perseguido pela Prefeitura que o considerava um camelô.

"Porque Cazuza não era de ganâncias, seu lucro era baixo... Muito estudante pobre adquiriu ali brochuras didáticas que não podia comprar nas livrarias da avenida Rio Branco"[35]. Esta afirmação de Berilo Wanderley em crônica publicada no jornal Tribuna do Norte na época da morte de Cazuza em 1979, também se encontra nos relatos do "Guia dos Sebos de Natal" de Abimael Silva. A partir dessa homenagem se pode notar uma diferença entre o comércio de Cazuza e de seu antecessor João Nicodemos: o sebo de Cazuza era um sebo das ruas, de certa forma marginalizado, porém de acesso mais amplo, permitindo classes menos favorecidas terem acesso de custo acessível aos livros. Além disso, Berilo Wanderley, na mesma crônica, afirma que não imagina como continuaria a venda de livros usados em Natal, destacando que existem poucas alternativas de compra de livros usados na cidade, usando o Rio de Janeiro e Recife como pontos centrais de sebos.

[34] DIÁRIO DE NATAL, N°7912, 1967.
[35] TRIBUNA DO NORTE, N°294, 1979.

A contracultura em Natal, 1970-1980

Antes de entrarmos no que se diz respeito à década de 1980, analisaremos o que antecede esse período. No trabalho de Edmilson Lopes Júnior intitulado "A Construção social da cidade do prazer Natal", Lopes Junior faz uma análise do crescimento urbano de Natal durante o século XX, assim como o seu turismo. O autor traz uma análise sobre as transformações urbanas que Natal passou na década de 1970. Um aspecto que Lopes Júnior apresenta é a da via costeira e o investimento no turismo praiano que foi desenvolvido nesse período da década de 1970. O resultado desse investimento que iremos notar na década de 1980 é o uso da praia para além de um atrativo turístico para as pessoas que vem de fora da cidade, mas também um ponto de uso cultural dos natalenses para a expressão de sua arte através de festivais artísticos como o Festival de Artes no Forte dos Reis Magos, bares como o Bodega da Praça eram pontos de troca de ideias, discussões políticas e apresentações musicais de artistas locais.

Os sebos ainda não eram conhecidos como *sebos* nesse início com João Nicodemos e Cazuza. O termo só passou a ser usado de modo decidido nas décadas de 1970 e 1980, período em que esses estabelecimentos se fixaram em Natal tornando-se pontos de encontro de leitores assíduos, fãs de vinis, entre outros artigos comercializados pelos sebos. Foi nessa época que os sebos saíram de seus pontos fixos e foram parar em eventos importantes como o Encontro Conviver, que ocorria no Centro de Convivência da UFRN, em que além da feira de sebos havia ali apresentações teatrais, exibições de filmes/documentários e palestras com a participações de grandes nomes como por exemplo a participação do sociólogo Gilberto Freyre em 1984[36]. No livro "Guia dos Sebos de Natal e Textos afins", do sebista e editor Abimael Silva, são apresentados diversos relatos de clientes e amigos como os de Falves Silva contando como conheceu Cazuza, além dos relatos de Anchieta Fernandes, Carlos Souza, entre outros que começaram a frequentar os

[36] DIÁRIO DE NATAL, N°223, 1984.

sebos nesse período em que estavam surgindo os novos sebos, como por exemplo o Sebo Vermelho do próprio Abimael. Nessa seleção de textos organizados por Abimael, há os relatos de como esses sebos impactaram a vida das pessoas, possibilitando o acesso facilitado aos livros raros e vinis por um bom preço, além de toda experiência cultural vivida nesses espaços, como o de J. César Carvalho: Mas o sebo não se resumia somente à compra ou troca de livros usados. Lá eu encontrei muitas pessoas interessantes com quem eu trocava ideias sobre todos os acontecimentos políticos, econômicos e sociais da época. (SILVA, 1997. p. 189).

Muitos frequentadores carregam suas histórias com os sebos como lembranças de momentos vividos ao lado de outras pessoas, como o exemplo do encontro de Leilton Lima com uma namorada no sebo, que também consta no "Guia dos Sebos de Natal":

> Naquele tempo fiquei a imaginar como introduzi-la no que ela considerava o "meu mundo". Foi assim que ela conheceu o sebo. Certamente um dos principais portais para se chegar à cidade paralela. Levei-a ao portal que foi o Espaço Cultural Jorge Fernandes, no Beco da Lama, ansioso pela sua reação. Ela olhou tudo com interesse. E eu de guia, naquele espaço apertado falando sem parar. (SILVA, 1997. 206).

A segunda metade do século XX ficou marcada por movimentos de contracultura, que tiveram seu ápice nas décadas de 1960 e 1970, principalmente nos EUA. No trabalho de Artemilson Lima "Escaladas da Contracultura: Natal, década de 1980", é mostrado como esses movimentos contraculturais traziam a quebra de paradigmas de forma visceral junto de um pensamento vanguardista. Um dos movimentos de expressão e contracultura foi o jornal alternativo "Delírio Urbano", idealizado pelo poeta Carlos Astral, que uniu diversos poetas e artistas da época para construir um meio de expressar seus trabalhos e ideias que representavam aquela geração de jovens que buscavam liberdade de ser expressar, trazendo um pouco sobre a vida urbana natalense. O "Delírio Urbano" foi um marco e após quase 30

anos de sua criação foi publicado um livro de recortes do jornal organizado por Afonso Martins, Márcio Simões e Abimael Silva, publicado pelo Sebo Vermelho. Um movimento artístico de destaque desse período foi o Festival de Artes do Natal, este evento era organizado num ponto histórico de Natal: o Forte do Reis Magos. Esse festival, iniciado em 1978[37], foi precursor de muitos outros que iriam surgir em Natal e foi um marco daquele período de busca por liberdade artística. O festival apresentou ao longo dos anos diversas atrações entre apresentações de dança, artes plásticas, artesanato, bandas de Heavy Metal, além de outros estilos musicais nele era apresentado, Lima afirma que Natal possui esse lado vanguardista em seus movimentos e manifestações:

> Em um contexto paradoxalmente marcado pela animação juvenil para produzir cultura, de um lado, e as dificuldades de financiamento, além do limitado apoio logístico e material, do outro, os coletivos parece que funcionavam como atractores numa das pontas de tensão do cabo de guerra que era produzir cultura underground na cidade de Natal no final da década de 1970 e durante 1980 (LIMA, 2017. p, 161).

A cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte, sentiu os efeitos de uma geração que buscava transformação; a música que estava em evidência nesse período era o Rock, e esse sempre esteve ligado aos sebos. Na II Feira de Sebos, em 1988, houve diversas homenagens ao músico roqueiro Edu Heavy, falecido naquele ano[38]. A arte estava presente na busca por liberdade de expressão e os sebos eram pontos de encontros para se conversar com mais pessoas que buscavam boas leituras, trocar conhecimentos e criar laços de amizade. Os sebos de Natal têm seu próprio público a partir de então: são pessoas que buscam um local para expressar todas as ideias que vêm surgindo nesse período de transformação da juventude. Foi nesse contexto que nasceram o Cata Livros, o Sebo Vermelho, Sebo Balalaika, entre muitos outros que fizeram parte desse grande movimento que mudou não só a forma de se comercializar livros, mas também o significado de frequentar um sebo e, além disso,

[37] DIÁRIO DE NATAL, N°10629, 1978.
[38] DIÁRIO DE NATAL, N°161, 1988.

ajudou a expandir os horizontes e se permitir a ir além de um ponto comercial, levando o sebo para as praças e universidades como a UFRN.

O movimento dos sebos estava além de Natal, estava também presente em outras capitais nordestinas como Recife/PE, cidade que sempre possuiu uma grande valorização e conservação de sua cultura. No início da década de 1980, foi construída uma praça no intuito de servir de um ponto comercial específico para os sebos da cidade funcionarem. A praça conhecida como "Praça dos Sebos", está localizada no coração da grande Recife, no bairro Santo Antônio, fato que é trabalhado em "A ressignificação da praça pública e do sebo como lugares de mediação cultural", de Hélio Márcio Pajeú e Ana Carolina Correia Sobral, que fazem uma análise sobre o uso de espaços urbanos como as praças para a defesa da cultura. Podemos fazer a ligação dessa praça de Recife com o uso da Praça André de Albuquerque para a criação da Feira de Sebos pelos sebistas de Natal, tendo como diferença a perda desse espaço pelos sebistas após o fim das feiras, que ocorreram entre 1987-2007.

Na opinião dos sebistas

Uma das principais fontes deste trabalho foram as entrevistas orais cedidas por sebistas e frequentadores de sebos. Ao todo foram 6 entrevistas, das quais apresento 4. Através delas pode-se ter um panorama de quem viveu e encabeçou o movimento dos sebos na década de 1980. Porém, as fontes orais trazem consigo certas problemáticas: as interpretações pessoais e suas visões divergentes sobre os mesmos acontecimentos. Pois cada sebista traz consigo vivências particulares e saudosismo da época relatada, vivências que por vezes vão fazer parte de um todo, mas que vão se diferenciar uns dos outros. Alessandro Portelli trabalha em seu texto "O que faz a história oral diferente?" as dificuldades e resultados que são obtidos através dos relatos orais e os resultados que ocorrem através da mistura de narrativas impressas nos relatos orais:

> O resultado são narrativas nas quais a fronteira entre o que toma o lugar fora do narrador e o que acontece dentro, entre o que diz respeito ao individual e o que diz respeito ao grupo, pode se tornar mais enganosa que os gêneros escritos estabelecidos, de modo que a "verdade" pessoal possa coincidir com a "imaginação" compartilhada (PORTELLI, 1997, p. 30).

A primeira entrevista em análise foi de Vera, esposa de Jácio Torres e sebista junto a ele do Cata Livros. O Cata Livros, atualmente, é o sebo mais antigo ainda na ativa na cena natalense, originalmente administrado por Benjamin Capistrano, que segundo consta no Guia dos Sebos de Natal, foi vendido a Jácio Torres, hoje administrador, em 1986. Nessa época, Jácio já trabalhava com sebo desde a década de 1970. Em entrevista concedida por Vera e também em um dos textos do Guia dos Sebos de Natal, é afirmado que Jácio se inseriu no universo de troca de materiais usados a partir da troca de revistas em quadrinhos em frente ao antigo cinema São Luiz, onde hoje é o Banco do Brasil no bairro do Alecrim. Segundo Vera, Jácio trabalhava em uma cigarreira localizada nesse mesmo local no final da década de 1970 e os livros foram adentrando ao comércio de Jácio. Essa demanda por um espaço maior fez com que se mudassem para o centro da cidade, ali o Cata Livros ficou localizado em frente ao IHGRN, local onde circulavam muitos poetas, intelectuais e apreciadores da cultura norte-rio-grandense. Algo a se analisar sobre os sebos é a capacidade de expansão que a maioria demonstra, o Cata Livros, por exemplo, iniciou com a troca e venda de revistas em quadrinhos, que foi se expandindo com a entrada dos livros e que mais pra frente se tornaria um dos sebos mais ativos na cena cultural, sendo um dos principais idealizadores da Feira de Sebos e que perdura até os tempos atuais participando de eventos culturais. O Sebo Cata Livros produzia jornais, trabalhava com propaganda sobre o sebo através de fanzine e ajudava a promover eventos.

A família Torres teve outros representantes no meio dos sebos, um deles foi o irmão de Jácio: Jailton Torres. Músico e sebista, Jailton também está inserido no mundo dos sebos desde a infância e início da juventude e teve um papel importante como sebista dentro da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Jailton relata em entrevista concedida que assim como Jácio começou a trabalhar com livros junto ao tio deles em frente ao cinema São Luiz, no Alecrim. Ao ser questionado sobre como surgiu a oportunidade de administrar o sebo do Centro de Convivência da UFRN, Jailton conta que de início o Sebão, como era conhecido, era administrado pelo DCE (Diretório Central dos Estudantes). Ele conta que esses estudantes que faziam parte do movimento do DCE eram clientes de Jácio no Cata Livros e que ao ocorrer a mudança da direção do DCE, ofereceram a Jácio o ponto dentro do Centro de Convivência. Aqui podemos notar a ligação entre os sebos e os universitários.

Como muitos sebistas apontaram durante as entrevistas, a contribuição na formação de universitários é algo que orgulha todos eles e podemos notar através deste período em que os estudantes que faziam parte do DCE organizaram um sebo dentro do Centro de Convivência e que, pela forte ligação que tinham com o Cata Livros, ofereceram a Jácio o comando do sebo. Como Jácio já estava fixo no Alecrim, ele perguntou a Jailton se ele não queria ficar com esse ponto, o que ele aceitou e ali ficou por muitos anos durante a década de 1990.

Outro sebo de destaque em Natal desde os anos de 1980 até os dias atuais é o Sebo Vermelho, administrado por Abimael Silva, que, além de sebo, funciona também como editora, sendo um dos únicos sebos do país que trabalha com essas duas vias comerciais. Em entrevista concedida por Abimael, ele relata que antes de ser sebista era um assíduo frequentador de livrarias, em especial a Livraria Universitária que era localizada na Avenida Rio Branco na Cidade Alta, assim como a Livraria Clima na Ribeira. Abimael Silva afirma que sempre gostou de livros, apesar de sua família não possuir tradição de leitura. Com o passar dos anos, o seu amor por livrarias fez com que nascesse a vontade de também trabalhar com livrarias, porém, segundo Abimael, Natal sempre foi muito pobre no que diz respeito à quantidade de livrarias e também haviam poucos sebos, em comparação com outras capitais nordestinas como Fortaleza-CE e Recife-PE. Em razão das

tentativas falhas de tentar trabalhar nas livrarias, em especial na Clima, e esse número pequeno de livrarias, fizeram com que Abimael largasse o seu emprego de bancário e montasse o seu próprio sebo no final de 1985.

De início, Abimael começou o seu sebo com os livros de sua própria biblioteca particular, que possuía entre 500 a 600 livros. O Sebo Vermelho começou em uma cigarreira na Rua Vigário Bartolomeu próximo ao antigo Supermercado São Cristóvão e do Banco do Nordeste na Praça Padre João Maria. Foi batizado com esse nome por causa da cor vermelha que Abimael usou para pintar essa cigarreira que foi o ponto inicial do sebo. De acordo com Abimael, os sebos de Natal nunca tiveram uma grande tradição cultural, com ressalva para o primeiro livreiro/sebista João Nicodemos de Lima, que teria sido um homem muito ativo culturalmente. Teria sido o Sebo Vermelho, em conjunto com Sebo da Esquina - de Ricardo Brito, ex-funcionário da Câmara Municipal - que teria começado as articulações para promover eventos culturais. Segundo Abimael, o público do sebo nessa época era muito diversificado de trabalhadores e operários, mas também de pessoas cultas como professores universitários e estudantes.

Ainda na década de 1980, novos sebos surgiram. Um dos sebos surgidos no final dos anos de 1980 e que se firmou na década seguinte foi o Sebo Balalaika, comandado por Severino Ramos - formado em Letras e com um curso inacabado de Jornalismo - mais conhecido como Ramos. Após anos trabalhando em livrarias, iniciou no final dos anos de 1980 seu sebo, se estabelecendo em 1990 como sebista. Quando ficou desempregado, iniciou seu sebo em uma cigarreira. No início possuía um pequeno acervo de 417 livros, mas apenas livros bons e bem selecionados, já que a experiência de trabalhar nas livrarias o fez adquirir uma formação intelectual pela vivência e convivência com intelectuais da cidade como Zila Mamede, Newton Navarro, entre outros, que se reuniam aos sábados na Livraria Universitária para conversas literárias. Recebeu também a doação de mil livros de um poeta/juiz Luiz Carlos Guimarães para ajudar a iniciar seu sebo.

A Feira de Sebos

A Feira de Sebo foi o ponto central para o recorte temporal da pesquisa, tendo em vista que foi o evento que consagrou essa geração de tão importantes sebistas e comprovou o espaço de relevância dos sebos dentro da cidade. Durante as entrevistas questionei os sebistas sobre esse momento, alguns relatos, como sempre, divergem, o que é normal se tratando de relatos orais de pessoas que possuem visões diferentes sobre os fatos ocorridos, mas, no fim, todos apresentam positividade ao relembrar a organização desse evento que prosseguiu por 20 anos em 10 edições.

Vera afirma que a Feira de Sebos era um verdadeiro festival cultural, com palestras e gincanas com a participação de escolas da cidade. A questão da participação das escolas é um ponto a se destacar. Os sebos sempre estiveram ligados de alguma maneira à educação, alguns fazendo a venda de livros didáticos, outros simplesmente por dar acesso a literatura de maneira mais acessível aos estudantes de baixa renda. Porém o destaque que tiveram dentro de suas feiras nesse quesito educacional é a participação desse público escolar, levando os estudantes para participar das gincanas conhecendo assim essa cena cultural natalense, dessa maneira a Feira de Sebos atingia diversos públicos.

A organização das feiras ocorriam na casa de Vera e Jácio, local onde os cinco sebos iniciais se reuniam para debater os passos e decisões que iriam tomar para a realização de novas feiras. O apoio do setor público veio por parte da Fundação José Augusto, lembra Vera. A criação da feira foi de maneira colaborativa, ali se criou o sentido de "movimento", a maioria dos sebistas, principalmente os idealizadores da I Feira de Sebos, eram pessoas ligadas ao que estava acontecendo de mais impactante culturalmente, eram agitadores culturais através de seu trabalho e viam ali na Natal da década de oitenta, a necessidade de uma mobilização cultural como foi a da Feira.

Durante a entrevista, Abimael Silva ao ser questionado sobre as primeiras feiras de sebos, Abimael se coloca ao lado de Ricardo Brito e sua esposa Socorro, a qual descreve como uma mulher muito ativa culturalmente, como os principais idealizadores da Feira de Sebos. Sobre o apoio público, Abimael relata que através dos seus contatos buscava ir de encontro com o prefeito de Natal, vereadores e secretários de cultura em busca de apoio.

Sobre a primeira Feira de Sebos, Ramos relata que a situação física foi precária, feita com barracas da feira livre emprestadas pela SEMSUR - Secretaria Municipal de Serviços Urbanos. Ramos a partir de 1990 passou a fazer parte da organização da feira junto com Abimael (Sebo Vermelho), Vera (Cata Livros) e Ricardo Brito. Em questão do apoio público da Feira de Sebos, relata que a feira sempre teve apoio principalmente do Sebrae, graças a Eduardo Viana que coordenava a agência cultural do Sebrae, que conseguia contribuir com 70% das despesas da feira durante cinco edições do evento, além de ser local para reuniões de planejamento o além desse apoio ainda conseguiam patrocínio da Assembleia, da Funcart e do Gabinete Civil. Como não havia editais de apoio culturais, os sebistas iam até esses órgãos de cultura pedir o apoio necessário para a realização da Feira de Sebos. Ramos conta que durante todas as edições da Feira de Sebos, eram todos os dias feitas apresentações de alta qualidade dentro da feira, iniciando sempre com números musicais pela manhã, como por exemplo a Orquestra Sinfônica, a Banda Municipal da Prefeitura, o Quarteto de Cordas de Oswaldo Lamoure.

A feira também possuía apresentações com ligação ao folclore, tendo em um ano conseguido trazer um grupo de Cavalo Marinho (brincadeira de dança, encenação e música popular na Paraíba e em Pernambuco), vindo de Nazaré da Mata/PE. Ainda sobre como funcionava a programação da Feira de Sebos, Ramos conta que à tarde aconteciam rodas de discussão com temas intelectuais com a participação de professores universitários, jornalistas entre outros que viam discutir temáticas como por exemplo o folclore no RN, a importância de Câmara Cascudo

na cultura potiguar, a poesia potiguar e seus grandes nomes, todas as discussões eram feitas em formato de mesa redonda. Havia também à tarde oficinas de reciclagem, galeria de arte coletiva e durante à noite havia os shows principais.

Considerações finais

A pesquisa buscou apresentar a história dos sebos de Natal a partir do levantamento de relatos encontrados em jornais, entrevistas e no "Guia dos Sebos de Natal", tendo em vista toda a evolução que os sebos de Natal tiveram, desde seu pioneirismo na década de 1930, até a ascensão na década de 1980, podemos notar a ampliação do seu público. Os sebos iniciaram dando mais uma opção para intelectuais que já tinham acesso aos livros, mas com o tempo, os sebos se tornaram a principal opção dos estudantes de baixa renda, permitindo uma certa democratização do livro. Além disso, os sebos serviram aos mais variados personagens da contracultura: roqueiros, artistas plásticos e gráficos, poetas urbanos e todos aqueles que tinham o sebo como ambiente de sociabilidade. As entrevistas apresentadas nos revelam a organização do movimento que gerou a Feira de Sebos, além dos individualismos de cada sebista e seu respectivo comércio. O resultado que se dá é o da variação, se pensarmos no conceito de heterotopia de Foucault, podemos ter a visão do sebo como um abrangente local de comunhão entre pessoas, artefatos e livros dos mais diferentes gêneros. Assim é cada sebo de Natal, uns ligados a música, outros a arte e a edição de livros, alguns ligam todas essas características se tornando um local heterotópico, diverso e independente.

REFERÊNCIAS

BAECHLER, Jean. **Grupos e Sociabilidade**. In: BOUDON, Raymond. Tratado de Sociologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995. p. 65-106.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: N-1 Edições, 2013.

LIMA, Artemilson Alves de. **Escaladas da contracultura:** Natal, década de 1980. 2017.

SANTOS, Márcia Vidal dos. **Sebos:** espaços de informações e conquista aos leitores. 2005.

SILVA, Abimael. **Guia dos sebos de Natal & textos afins.** 1, ed. Natal: Sebo Vermelho, edições 8, 1998.

WANDERLEY, Fernando Antonio Costa. **A Importância dos sebos para a educação, cultura e lazer:** Histórico sobre os sebos de Natal – RN. 1, ed. Natal: Sebo Vermelho, 2013.

MARTINS, Afonso; SILVA, Abimael; SIMÕES, Márcio (et al). **Delírio urbano**. Natal: Sebo Vermelho Edições, 2014.

PAJEÚ, Hélio Márcio; SOBRAL, Ana Carolina Correia. **A ressignificação da praça pública e do sebo como lugares de mediação cultural.** Em Questão, vol. 25, núm. 1, 2019. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=465657930011.

LOPES JÚNIOR, Edmilson. **A construção social da cidade do prazer**: Natal. Natal RN: EDUFRN, 2000. 186 p. (Coleção Humanas, Letras e Artes).

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Proj. História**, São Paulo, p. 25-39, 14 fev. 1997.

JORNAL:

Troca de acusações aumenta o mistério sobre incêndio. Diário de Natal. Natal, Quarta-feira, 1 de Fevereiro de 1967, n° 7912, p.8.

Festival de artes será "happening". Diário de Natal. Natal, Sexta-feira, 16 de Dezembro de 1978, n° 10629, p.11.

Cazuza. Tribuna do Norte. Natal, Domingo, 11 de Março de 1979, n° 294, p.2, Segundo caderno.

Conviver tem outra apresentação. Diário de Natal. Natal, Sexta-feira, 23 de Novembro de 1984, n° 223, p.5.

Feira de Sebos vai homenagear Edu Heavy. Diário de Natal. Natal, Sexta-feira, 19 de Agosto de 1988, n° 161, p.4.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN

ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38459

POR UMA CIDADE PARA TODOS:
a atuação de Sérgio Dieb na luta contra a construção da via costeira em Natal

Antônio Carlos Cabral de Medeiros[39]

RESUMO:
Este trabalho analisa a atuação de Sérgio de Oliveira Dieb (1950-1995) na luta contra a construção da Via Costeira, erguida durante a ditadura civil-militar em Natal, entre 1976 e 1983. Dieb, pioneiro da militância ambiental no Rio Grande do Norte, enxergava essa obra como uma agressão ambiental e uma exclusão das necessidades da classe trabalhadora. A pesquisa explora como Dieb interpretava o planejamento urbano de Natal como um mecanismo de perpetuação do sistema socioeconômico imposto pelo Golpe de 1964. O estudo se baseia em jornais, trabalhos acadêmicos e documentos oficiais, concluindo que Dieb contribuiu para a democratização dos espaços urbanos e ampliou os campos de luta política em meio à repressão.
PALAVRAS-CHAVE: Via costeira; Sérgio de Oliveira Dieb; Ditadura civil-militar

FOR A CITY FOR ALL:
Sérgio Dieb's role in the fight against the construction of the coastal road in Natal

ABSTRACT:
This paper analyzes the actions of Sérgio de Oliveira Dieb (1950-1995) in the fight against the construction of the Via Costeira highway, built during the civil-military dictatorship in Natal, between 1976 and 1983. Dieb, a pioneer of environmental activism in Rio Grande do Norte, saw this project as an environmental aggression and an exclusion of the needs of the working class. The research explores how Dieb interpreted the urban planning of Natal as a mechanism for perpetuating the socioeconomic system imposed by the 1964 Coup. The study is based on

[39] Mestrando em História; Universidade Federal do Rio Grande do Norte; http://lattes.cnpq.br/1179946221450094; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; antoniocarlos.toninho99@gmail.com.

newspapers, academic works and official documents, concluding that Dieb contributed to the democratization of urban spaces and expanded the fields of political struggle amid repression.
KEYWORDS: Coastal route; Sérgio de Oliveira Dieb; Civil-military dictatorship

Introdução

Em primeiro lugar, é importante destacar que este trabalho, *Por Uma Cidade Para Todos: A Atuação De Sérgio Dieb Na Luta Contra A Construção Da Via Costeira Em Natal*, é parte de uma pesquisa de mestrado em andamento, intitulada *A Natal de Sérgio Dieb: Os espaços de lutas políticas e afetivas de um comunista potiguar (1979-1995)*. Este estudo busca analisar a trajetória de Sérgio de Oliveira Dieb (1950-1995), explorando como suas lutas políticas refletem sua visão sobre a cidade de Natal, cobrindo o período que vai da segunda metade dos anos 1970 até a primeira metade dos anos 1990, um tempo marcado pela repressão do regime militar instaurado com o golpe de 1964 e pelo processo de redemocratização.

A pesquisa procura responder a questões como: o que representava Natal para Dieb? Quais eram suas propostas para uma cidade mais justa? Como ele enxergava o acesso dos mais pobres a espaços dignos? De que forma ele integrava as diretrizes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em sua visão dos espaços de Natal? E como esses espaços poderiam ser transformados? A análise se concentra na percepção de Dieb sobre as potencialidades e fragilidades da cidade, além das influências que moldaram essa visão.

Para entender a vida de Dieb, serão utilizados quatro conjuntos de documentos: periódicos, teses e dissertações, documentos legais e depoimentos orais. Nos periódicos, está em curso um levantamento focado na atuação pública de Dieb, usando fontes como o Tribuna do Norte, Diário de Natal e O Poti, além das

publicações do PCB no Brasil e no estado. O objetivo é reunir informações sobre o que foi divulgado sobre ele, incluindo discursos, escritos e críticas.

No grupo de teses e dissertações, busca-se investigações sobre a história do PCB, abordando as divisões internas e as correntes políticas dominantes na transição entre ditadura e democracia, para compreender as culturas políticas do partido e os fatores que favoreciam uma delas.

Nos documentos legais, estão sendo analisadas as leis propostas por Dieb enquanto vereador em Natal e durante sua atuação como secretário municipal, além das legislações que ele criticou. Também estão sendo procuradas imagens de sua atuação, e busco informações adicionais nos arquivos da Comissão da Verdade da UFRN e outros registros históricos.

Por meio da história oral, pretendo investigar as escolhas públicas e pessoais de Dieb, entrevistando amigos de militância, familiares e oponentes políticos para captar diferentes visões sobre ele.

Esse trabalho está baseado em quatro conceitos principais: cultura política, biografia histórica, espaço e história oral. O conceito de cultura política, de Serge Berstein, entende que a cultura política reflete uma visão de mundo fundamentada em uma interpretação do passado e nas instituições que sustentam a sociedade segundo essa visão. O estudo analisa como uma cultura política se tornou predominante no PCB e como Dieb se posicionou diante dessas disputas.

Já o conceito de biografia histórica, segundo Sabina Loriga, permite examinar a individualidade do sujeito no contexto social, conectando-o ao cenário mais amplo ao mesmo tempo que explora suas escolhas pessoais. Esse conceito será usado para entender as redes de relações de Dieb e as decisões que marcaram sua trajetória.

A ideia de espaço, inspirada por Milton Santos, concebe o espaço como resultado da interação entre as pessoas e seu ambiente. Utilizo esse conceito para examinar as propostas de Dieb para a transformação de Natal, buscando criar um espaço urbano mais inclusivo e alinhado com seus ideais de justiça social.

Por último, a história oral, conforme Alessandro Portelli, é mais que um método; é uma forma de acessar o passado através de relatos que captam emoções e percepções únicas. Nas entrevistas, busco captar as memórias e visões dos contemporâneos de Dieb, revelando seus sonhos, frustrações e perspectiva de mundo.

Dessa forma, vale destacar que referente à Por Uma Cidade Para Todos: A Atuação De Sérgio Dieb Na Luta Contra A Construção Da Via Costeira Em Natal tem como objetivo examinar um segmento da vida de Dieb que foi sua atuação na luta contra a construção da Via Costeira em Natal, durante a ditadura civil-militar. A via, aberta entre 1976 e 1983 em uma área de mata atlântica preservada, deu lugar a hotéis de luxo financiados pelo BNDES, o que Dieb via como uma agressão ao meio ambiente e um desrespeito às necessidades da classe trabalhadora. Considerado pioneiro da militância ambientalista no estado, Dieb criticava o planejamento urbano que beneficiava as elites e consolidava o sistema socioeconômico autoritário do regime. Esse estudo, baseia-se em jornais, periódicos, documentos oficiais e depoimentos.

Quem foi Sérgio Dieb?

Sérgio Dieb, nascido em Natal em 1950, desde cedo se destacou por suas habilidades de comunicação e engajamento com questões sociais e políticas. Ainda durante o ensino fundamental, no Colégio Salesiano São José, e no ensino médio, no Colégio Atheneu Norte-Rio-Grandense, começou a participar do movimento estudantil, onde teve o primeiro contato com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), então na clandestinidade.

Ele foi aprovado nos cursos de Engenharia Civil e Sociologia, mas não chegou a concluir essas graduações. No entanto, formou-se em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) em 1981. Durante essa fase acadêmica, Dieb aprofundou sua militância política, presidindo o Centro Acadêmico Josué de Castro de Ciências Sociais em 1975 e o Diretório Acadêmico do Centro de Tecnologia em 1976.

Em 1976, foi eleito suplente de vereador pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), recebendo 1.700 votos, e assumiu o cargo em 1979. Foi reeleito em 1982, agora pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e, com o fim do bipartidarismo, passou a integrar formalmente o PCB. Sua filiação inicial ao MDB e posteriormente ao PMDB fazia parte de uma estratégia para fortalecer as forças democráticas contra a ditadura, permitindo que candidatos de esquerda concorressem sob a legenda oposicionista.

Na eleição de 1988, Dieb não conseguiu se reeleger, mas foi nomeado para a Superintendência de Transportes Urbanos por Wilma de Faria. Durante sua gestão, propôs a criação de um conselho municipal de transporte, maior fiscalização das empresas de ônibus e a criação de uma empresa pública de transporte. Mais tarde, também na administração de Wilma, foi designado Secretário de Promoção Social.

Ao longo de sua trajetória, Sérgio Dieb manteve uma atuação firme em defesa das liberdades democráticas, dos direitos dos trabalhadores, da anistia aos presos políticos, no combate à tortura, pela justiça social e em apoio às causas sociais das periferias.

O Que é a Via Costeira?

Por meio do estudo da monografia Implantação Do Projeto Via Costeira. Uma Análise Dos Aspectos Naturais E Legais Entre Os Anos De 1977 e 1993, de Marceu de Melo, a história do projeto Via Costeira começou no final da década de

1970, durante o governo do ditador Ernesto Geisel (1974-1979). Nesse período, o governo federal, por meio do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), liberou grandes somas de recursos para a implantação de projetos turísticos em várias capitais brasileiras. O Rio Grande do Norte, governado por Tarcísio Maia, foi uma das regiões contempladas com esses recursos. O objetivo do projeto era dotar Natal de uma maior infraestrutura turística. De fato, essa obra visava, dentre outras coisas, construção de uma pista que ligaria as praias de Ponta Negra e Areia Preta, como também, a implantação de hotéis e de outros equipamentos turísticos. Esse empreendimento gerou um conjunto de questionamentos referente aos prejuízos ambientais e sociais. Essa realidade é visível no seguinte trecho:

> Para Correia (2003, p. 18), não houve debate em torno do assunto. A autora aponta a total ausência de discussões referentes ao projeto, cujo caráter ambientalmente impactante provocou muita polêmica, "gerando um dos movimentos sociais urbanos mais expressivos de Natal". A autora ainda informa que, diante da omissão do Estado no sentido de definir e urbanizar as áreas públicas na Via Costeira, vários movimentos populares surgiram e reivindicações foram dirigidas pela comunidade ao Poder Público. Lima (1998, p. 147) informa que além de ser um assunto bastante polêmico entre políticos, ambientalistas, arquitetos e outros profissionais, o projeto Via Costeira Parque das Dunas se constituía numa espécie de encrave estadual dentro do território do município de Natal, sendo, por isso, motivo de disputa entre o governo do estado e a prefeitura. Souza (2008, p. 659) diz que a sociedade natalense se dividiu em prós e contras o projeto. O grupo dos contrários manifestou críticas ao projeto, dentre elas a de que a Via Costeira seria um projeto faraônico destinado a "copacabanizar" Natal, devastando as dunas e promovendo discriminação social. Os mais radicais do grupo dos contra chegou a pichar vários pontos da cidade com as seguintes frases: "abaixo a via da elite", "o povo merece respeito, abaixo a Via Costeira", "Via Costeira é crime, chega de abusos". (MELO, 2014, p. 18).

A Atuação de Dieb:

Dentre os maiores oposicionistas a essa obra estava Dieb. Isso é nítido na leitura das reportagens de jornais natalenses do período. Pode-se citar, por exemplo, o Diário de Natal que em 26 de julho de 1978, publicou uma reportagem sugerindo uma ação popular contra a construção da Via Costeira, que Sérgio Dieb classificou

como um "crime contra Natal". Pouco tempo depois, em 15 de agosto, Dieb foi citado pelo jornal como um dos principais articuladores desse movimento de oposição, defendendo a ideia de que a preservação ecológica representava uma posição política.

No final daquele ano, em 29 de dezembro, o jornal destacou as críticas de Dieb às manobras do governo, que, segundo ele, buscavam atrasar o andamento da ação popular contra a obra. Em 16 de janeiro de 1979, as reportagens do Diário de Natal voltaram a abordar a resistência à Via Costeira, destacando a intensificação do movimento e a defesa de Dieb para que a luta fosse coordenada pela Sociedade de Estudos e Defesa do Meio-Ambiente. Essa articulação culminou em sua eleição como presidente da dita entidade conforme noticiado em 5 de abril de 1979. Sob sua liderança, a sociedade passou a desempenhar um papel fundamental na defesa ambiental e na oposição ao projeto da Via Costeira.

Ao analisar as declarações de Sérgio Dieb registradas nas atas da Câmara Municipal de Natal, torna-se evidente sua percepção de que a Via Costeira era uma obra faraônica destinada a atender os interesses das elites, enquanto a classe trabalhadora de Natal enfrentava sérias dificuldades. Segundo Dieb, essa realidade estava diretamente ligada ao contexto da ditadura militar, pois, em uma democracia plena, na qual os governantes fossem eleitos pela população e, consequentemente, comprometidos com ela e não com as elites, obras conduzidas dessa forma não teriam lugar. Assim, nota-se que Dieb concebia a luta contra a Via Costeira não apenas como uma questão ambiental, mas também como uma causa em prol da democracia e da defesa da classe trabalhadora.

Considero pertinente destacar que essa mobilização, encabeçada por Dieb, contribuiu para levar para a abertura de novos meios de luta política na cidade. Outro aspecto importante para se destacar o que é defendido em Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. Nesse artigo é

exposto o ativismo ambiental no Brasil se intensificou no período final da ditadura civil-militar, coincidindo, portanto, com o período de luta contra a Via Costeira. Vale salientar, ainda de acordo com esse artigo, a pauta ambientalista era definida como uma demanda das classes médias. E nesse sentido, a gente poderá ver o esforço de Dieb de associar essa causa como uma causa da classe trabalhadora. Vale salientar, também, que ao estudar Marxismo e Ecologia: Fontes Comuns de uma Grande Transição, de John Bellamy Foster, fica evidente que, apesar das contribuições de Marx e Engels para a discussão ecológica, os partidos comunistas não viam com bons olhos a causa ambientalista. E nesse sentido, mostra-se mais um elemento pertinente para minha pesquisa que é a questão livre-arbítrio em contraste com o contexto no qual ele está inserido.

Todavia, apesar de toda essa relevante mobilização contrária, a Via Costeira foi realizada. De qualquer modo, é válido ressaltar que esse movimento teve conquistas, como foi defendido no seguinte trecho da tese A construção social da cidade do prazer: Urbanização turística, Cultura e Meio Ambiente (RN), de Edmilson Lopes Junior:

> A luta contra o Projeto da Via Costeira se não conseguiu impedir sua construção, redefiniu, como apontamos no capítulo I, os objetivos iniciais desse projeto, obrigando os seus defensores a incorporar a dimensão ambiental como justificativa, resultando daí a criação do Parque Estadual das Dunas, uma medida importante e que arrefeceu os ânimos da participação (JUNIOR, 1997, p. 171).

Não se pode deixar de comentar, também, o legado dessa luta, como bem aponta Edmilson Lopes Junior ao afirmar que:

> A luta contra a construção da Via Costeira, no final dos anos setenta, a resistência contra os espigões, nos anos oitenta, a campanha "S.O.S. Potengi", a atuação da ASPOAN e os projetos comunitários de desratização e de coleta seletiva do lixo desenvolvidos Mãe Luiza são momentos constituintes de uma nova sensibilidade para com a questão ambiental em Natal. Mais do que os resultados obtidos (que não são desprezíveis), essas lutas foram importantes para a construção de referentes locais

> para o enfrentamento dos problemas ambientais na cidade (JUNIOR, 1997, p. 169).

Considerações Finais:

Diante do exposto, conclui-se que a experiência de Sérgio Dieb na luta contra a construção da Via Costeira exemplifica o foco da minha pesquisa de mestrado, que analisa sua visão e atuação sobre os espaços urbanos de Natal. Dieb possuía uma crítica contundente à ocupação e transformação do espaço urbano, percebendo a cidade como um território concebido para as elites, onde decisões de planejamento urbano reforçavam desigualdades estruturais. Nesse contexto, a Via Costeira representava uma intervenção excludente, projetada para beneficiar elites econômicas em detrimento das classes trabalhadoras, além de causar danos ao meio ambiente.

Essa mobilização refletiu um esforço em redefinir a relação entre espaço, poder e sociedade, propondo um uso urbano mais inclusivo e democrático. Ao integrar preservação ambiental e justiça social, Dieb desafiou tanto a lógica autoritária da ditadura militar quanto a cultura política hegemônica dos comunistas em negligenciar pautas ambientalistas.

Embora a Via Costeira tenha sido concluída, a mobilização liderada por Dieb deixou como legado a incorporação da dimensão ambiental no planejamento urbano. Mais que isso, sua luta ressaltou o papel do espaço como elemento central de resistência e transformação social, reafirmando sua relevância na construção de uma cidade mais justa e inclusiva.

Ademais, considero a discussão deste trabalho pertinente pela possibilidade de estabelecer conexões e reflexões sobre questões do tempo presente. Um exemplo nítido disso é o debate em torno da obra de engorda da praia de Ponta Negra, cujas semelhanças com o caso da Via Costeira são evidentes ao se analisar as notícias

relacionadas. Destaco três reportagens divulgadas pela Agência de Reportagens Saiba Mais, que tratam de diferentes aspectos da controvérsia sobre a obra.

A primeira reportagem, publicada em 27 de agosto de 2024, aborda críticas de especialistas sobre a ausência de um estudo ambiental atualizado, exigido pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA). Além disso, relata problemas como a descoberta de cascalho no lugar de areia na área licenciada, a falta de licenciamento adequado e o aumento significativo no custo total da obra, que passou de R$ 73 milhões para R$ 107 milhões. Os especialistas também apontam a insuficiência das medidas para mitigar os impactos ambientais, como o monitoramento da fauna marinha.

A segunda notícia, de 29 de agosto de 2024, destaca os alertas do professor Flávio Lima, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, sobre os impactos irreversíveis da intervenção na vida marinha. Ele menciona os riscos de morte de animais tragados pelas dragas, a poluição acústica que pode afastar espécies como tartarugas e golfinhos, e a destruição de recursos alimentares essenciais no ecossistema marinho. O professor também critica a falta de informações sobre as medidas mitigatórias planejadas, afirmando que o projeto contraria tendências globais de preservação ambiental.

A terceira reportagem, publicada em 28 de setembro de 2024, informa que o vereador Daniel Valença protocolou um pedido para a criação de uma Comissão Especial de Inquérito (CEI) na Câmara Municipal de Natal. O objetivo da CEI é investigar possíveis irregularidades na execução da obra, como a ausência de licenças ambientais, o aumento injustificado dos custos e denúncias graves, incluindo a invasão do Idema por membros da Prefeitura.

Também é relevante destacar a reportagem do G1, que aponta que pescadores e moradores de comunidades tradicionais de Ponta Negra protestaram contra a falta de consulta prévia sobre a obra de engorda da praia, recentemente

autorizada pelo Idema. Mais de 200 famílias dependem da pesca, sendo 60 delas descendentes das Rendeiras de Bilro, ambas preocupadas com os impactos na renda e no modo de vida local. Os manifestantes bloquearam vias e exigiram mais transparência, além de uma consulta Livre, Prévia e Informada, conforme recomendação do Ministério Público Federal (MPF). Embora não sejam contrários à obra, os pescadores exigem garantias para a continuidade de suas atividades e indenizações durante o período de execução.

REFERÊNCIAS

AÇÃO contra Via Costeira volta ser intensificada. **Diário de Natal**, [*S. l.*], p. 3, 16 jan. 1979. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_02&pesq=%22A%C3%A7%C3%A3o%20contra%20Via%20Costeira%20volta%20ser%20intensificada%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=30435. Acesso em: 5 out. 2024.

AÇÃO Popular para impedir a Costeira. **Diário de Natal**, [*S. l.*], p. 1, 26 jul. 1978. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_02&pesq=%22A%C3%A7%C3%A3o%20Popular%20para%20impedir%20a%20Costeira%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=27785. Acesso em: 5 out. 2024.

ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano; MACIEL, Débora. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. **Novos estudos CEBRAP**, p. 151-167, 2007.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (ORG). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL. Ata da 125º sessão ordinária do 3º período da 9º legislatura. Natal, 24 mar. 1982. 2 p. Ata de sessão ordinária.

Cf. SCHMIDT, Benito Bisso. Entrevista com Sabina Loriga: a biografia histórica. **MÉTIS: história & cultura**, Caxias do Sul, v. 2, n. 3, p. 11-22, jan./jun. 2003. Disponível em: Acesso em: 15 fev. 2024.

DANIEL Valença quer apurar irregularidades na obra da engorda de Ponta Negra. *In*: **Saiba Mais**. [*S. l.*], 29 set. 2024. Disponível em: https://saibamais.jor.br/2024/09/vereador-daniel-valenca-solicita-cei-para-apurar-irregularidades-na-obra-de-ponta-negra/. Acesso em: 19 nov. 2024.

DE MELO, Marceu. **Implantação Do Projeto Via Costeira. Uma Análise Dos Aspectos Naturais E Legais Entre Os Anos De 1977 E 1993**. 2014. Trabalho de Conclusão do Curso (Bacharel em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, [*S. l.*], 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/27530603/IMPLANTA%C3%87%C3%83O_DO_PROJETO_VIA_COSTEIRA_UMA_AN%C3%81LISE_DOS_ASPECTOS_NATURAIS_E_LEGAIS_ENTRE_OS_ANOS_DE_1977_E_1993. Acesso em: 1 set. 2024.

EM PROTESTO, pescadores e moradores de Ponta Negra pedem consulta prévia à comunidade local sobre a engorda de Ponta Negra. *In*: **G1**. [*S. l.*], 24 jul. 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2024/07/24/em-protesto-pescadores-e-moradores-de-ponta-negra-pedem-consulta-previa-a-comunidade-local-sobre-a-engorda-de-ponta-negra.ghtml. Acesso em: 19 nov. 2024.

FOSTER, John Bellamy. Marxismo e Ecologia: fontes comuns de uma Grande Transição. **Lutas sociais**, v. 19, n. 35, p. 81-97, 2015.

LISBOA, Daniele. Ponta Negra: obra pode causar morte de animais marinhos, alerta professor da UERN. *In*: **Saiba Mais**. [*S. l.*], 29 ago. 2024. Disponível em: https://saibamais.jor.br/2024/08/ponta-negra-obra-pode-causar-morte-de-animais-marinhos-alerta-professor-da-uern/. Acesso em: 19 nov. 2024.

LOPES JUNIOR, Edmilson. **A construção social da cidade do prazer**: Urbanização turística, cultura e Meio Ambiente em Natal (RN). Orientador: Daniel Joseph Hogan. 1997. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, [*S. l.*], 1997. Disponível em: https://www.bing.com/search?q=Urbaniza%C3%A7%C3%A3o+tur%C3%ADstica%2C+cultura+e+Meio+Ambiente+em+Natal+%28RN%29+unicamp&qs=n&form=QBRE&sp=-1&lq=0&pq=urbaniza%C3%A7%C3%A3o+tur%C3%ADstica%2C+cultura+e+meio+ambiente+em+natal+%28rn%29+unicam&sc=0-67&sk=&cvid=1638674A51D94A3B891E712F86974B3F&ghsh=0&ghacc=0&ghpl=. Acesso em: 12 out. 2024.

LOPES, Mirela. Engenheiro aponta dois crimes ambientais na obra de engorda de Ponta Negra. *In*: **Saiba Mais**. [*S. l.*], 26 ago. 2024. Disponível em: https://saibamais.jor.br/2024/08/engenheiro-aponta-dois-crimes-ambientais-na-obra-de-engorda-de-ponta-negra/. Acesso em: 19 nov. 2024.

LORIGA, Sabina. **O pequeno X:** da biografia à História. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

MANOBRA do Governo retarda ação popular. **Diário de Natal**, [*S. l.*], p. 5, 29 dez. 1978. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_02&pesq=%22Manobra%20do%20Governo%20retarda%20a%C3%A7%C3%A3o%20popular%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=30193. Acesso em: 5 out. 2024.

PORTELLI, A.; JANINE RIBEIRO, T. M. T. Sonhos Ucrônicos Memórias e Possíveis Mundos dos Trabalhadores. **Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, *[S. l.]*, v. 10, 2012. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12103. Acesso em: 16 nov. 2024.

PROFESSOR diz que defesa da ecologia é posição política. **Diário de Natal**, [*S. l.*], p. 8, 15 ago. 1978. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_02&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=28102. Acesso em: 5 out. 2024.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Editora Hucitec,1988.

SOCIEDADE de ecologia elege dirigentes. **Diário de Natal**, [*S. l.*], p. 2, 5 abr. 1979. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_02&pesq=%22Sociedade%20de%20ecologia%20elege%20dirigentes%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=31762. Acesso em: 5 out. 2024.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN

ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

FOGO NAS PÁGINAS DOS JORNAIS: espaço urbano e incêndios na capital potiguar (1940-1950)

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38599

Flademir Gonçalves Dantas[40]

RESUMO:
O objetivo do presente trabalho é analisar os diferentes discursos sobre os incêndios que aflingiram a capital potiguar, provenientes dos jornais que circularam em Natal durante os anos de 1940 a 1950, em especial os periódicos: A República, A Ordem, Diário de Natal e Tribuna do Norte. A pesquisa foi desenvolvida a partir de dois grandes incêndios que provocaram grandes prejuízos sociais e econômicos. Para tanto, refletimos a cidade enquanto um espaço onde o capital se materializa na busca de sua produção e reprodução no espaço urbano (LEFEBVRE, 2001) e considerando a dimensão espacial no discurso historiográfico não só na sua dimensão "clássica", de cenário, palco da história, ou como espaço natural, como natureza, mas como objeto sujeito à intervenção histórica e ação do homem (CERTEAU, 1994).
PALAVRAS-CHAVE: Incêndios, História do Rio Grande do Norte, Espaço Urbano.

FIRE ON THE PAGES OF NEWSPAPERS: urban space and fires in the capital of Rio Grande do Norte (1940-1950)

ABSTRACT:
The objective of this work is to analyze the different discourses about the fires that afflicted the capital of Rio Grande do Norte, coming from the newspapers that circulated in Natal during the years 1940 to 1950, especially the periodicals: A República, A Ordem, Diário de Natal and Tribuna from the North. The research was developed based on two large fires that caused great social and economic damage. To this end, we reflect on the city as a space where capital materializes in the search for its production and reproduction in urban space (LEFEBVRE, 2001) and considering the spatial dimension in historiographical discourse not only in its "classical" dimension, of scenery, stage of history, or as a natural space, as nature,

[40] Bacharel e Licenciado em História (UFRN); Mestre em História (UFRN) e Doutorando em História (UFRN). Lattes: http://lattes.cnpq.br/5374598505434859. E-mail: flademird@gmail.com.

but as an object subject to historical intervention and human action (CERTEAU, 1994).
KEYWORDS: Fires, History of Rio Grande do Norte, Urban Space.

O jornal tem um papel importante na atual sociedade, seja ele publicado em seu meio mais tradicional, o papel, como nas mídias digitais, desempenhando uma atividade de grande alcance e relevância para sociedade, publicizando informações e conhecimento, noticiando ameaças e os indesejáveis incêndios que atormetaram a capital potiguar ao longo do século XX.

Nesse sentido, interessa-nos as discussões sobre o uso dos jornais enquanto fonte de pesquisa histórica, mas também como um "meio de comunicação voltado para a captação das massas ou de segmentos ao menos significativos da população", possuindo de certa maneira, "a capacidade de abranger uma diversidade de assuntos de interesse público" (BARROS, 2019, p. 162), dentre esses assuntos, os inoportunos, mas presentes incêndios, desabamentos e desastres que o espaço urbano potiguar sofreu ao longo de sua trajetória histórica, em nosso caso, mas detidamente entre os anos de 1940 a 1970.

Desde o final do século XIX até a segunda metade do século XX, a cidade de Natal sofrera uma série de intervenções para a construção de uma urbe moderna, sejam pelas práticas discursivas institucionalizadas pelos Planos Urbanos[41], fossem pelos apelos advindos dos jornais locais, das elites intelectuais e políticas, constituindo uma gama de saberes arquitetônicos, urbanísticos, geográficos, espaciais, legislativos.

A institucionalização de um Corpo de Bombeiros para proteger a cidade dos perigos do fogo também fez parte desse conjunto de ações que visavam

[41]Plano de Cidade Nova, efetuado por Antônio Polidrelli, em 1901/1904; o Plano Geral de Sistematização de Natal, elaborado por Giacomo Palumbo, em 1929; e o Plano de Expansão de Natal, confeccionado pelo Escritório Saturnino de Brito, em 1935. (SILVA, 2011, p. 138)

produzir um espaço urbano moderno, delegando aos homens do fogo, por meio da legalidade, a difícil missão de salvar vidas e bens. A cidade estruturada pelos Planos Urbanos, curiosamente, não previam um serviço para extinção de incêndios. Ou seja, a cidade continuava a mercê da sua própria sorte, ainda que imaginada e planejada, bela e moderna, pelas elites intelectuais e políticas da capital potiguar.

Pensamos a cidade moderna a partir das proposições de David Harvey, para quem a realidade humana buscou formas de vivenciar a cidade numa relação entre os espaços naturais e o espaço urbano, numa constante tentativa de dominar e explorar a natureza, dentro de uma perspectiva racional e objetiva, visando acima de tudo, o acúmulo e a reprodução do capital (HARVEY, 1993).

Para o historiador Reinhart Koselleck, a ideia de modernidade está intimamente relacionada com à ideia de movimento, numa relação que emerge ainda no século XIX, momento que se buscava construir uma diferença entre o período de apogeu da industrialização na Europa e os períodos que antecederam, associados ao atraso econômico.

Essa urbanização ocorrida na segunda metade do século XX em Natal, pode ser observada por arquitetos, como no trabalho dissertativo desenvolvido por Alexandra Seabra de Melo:

> De fato, os anos cinquenta viram, finalmente, a chegada em Natal da arquitetura moderna, nos projetos de linhas arrojadas, geométricas, com as fachadas desprovidas de ornamentos que caracterizam a estética e a tectônica racionalista, assinado por profissionais que se firmaram como formadores e representantes do estilo moderno potiguar: o Edifício Presidente Café Filho ou do IPASE, o Cine Nordeste, Sede do ABC Futebol Clube, Sede da ASSEN - Associação dos Subtenentes e Sargentos do Exército de Natal, antigo Terminal Rodoviário da Ribeira, Sede da AABB entre outros. (MELO, 2009, p. 47)

Essa arquitetura moderna é compreendida aqui como parte do espaço urbano, espaço esse entendido como condição, meio e produto das ações realizadas pela sociedade historicamente construídas, apresentando-se em constante

reestruturação e seguindo as imposições do modo capitalista de produção que passa por modificações, a fim de assegurar a reprodução do capital, exigindo uma espacialização cada vez maior da cidade, ao passo que nem sempre, esse desenvolvimento era acompanhado pela expansão e melhoria do serviço de extinção de incêndios da capital potiguar.

Assim, a cidade é o espaço onde o capital se materializa na busca de sua produção e reprodução. Sem olvidar que também é o local privilegiado para o desenvolvimento do capitalismo, viabilizando uma intensa rapidez do seu ciclo, ou seja, do tempo necessário para a produção e o consumo de mercadorias. Desta forma, o capital transforma a cidade segundo suas necessidades, remanejando-a sempre que necessário e o mercado é o grande responsável por tais transformações, pois as relações socioespaciais sempre estiveram presentes na cidade, "afinal, ela muda quando muda a sociedade no seu conjunto" (LEFEBVRE, 2001, p. 46).

Da mesma forma, segundo Certeau (1994) as relações socioespaciais podem ser entendidas como práticas de espaço, que remetem a uma forma específica de operações, ou seja, maneiras de fazer. Tais práticas de espaço correspondem à mobilização de saberes (signos, significantes e significados), práticas (operações), experiências pessoais e coletivas mobilizadas, reordenadas a partir de cada agente e das circunstâncias em que a ação se desenrola. Dessa maneira, tanto a subjetividade individual quanto o peso da coletividade são colocados como relevantes quando se trata de agir em uma dada espacialidade a partir de um sistema social dado.

Tem-se assim a própria relação das práticas do espaço com a ordem construída. Em sua superfície, esta ordem se apresenta por toda parte furada e cavada por elipses, variações e fugas de sentido: é uma ordem coador". (CERTEAU, 1994, p.188) Dessa forma, espaço enquanto um lugar praticado, pode ser a rua, o aeroporto, uma praça ou uma escola que são transformadas em espaço

pelas pessoas: pedestres, viajantes, alunos que nele circulam e dão via àquele lugar, mas também um cinema em chamas, uma indústria ou fábrica tomado pelo fogo, ou até mesmo um mercado público, que abrigava um grande centro comercial, mas se vê dominado pelo poder das labaredas, transformando o espaço organizado, num total caos.

Nossa proposta nesse artigo é analisar os diferentes discursos sobre os incêndios que aflingiram a capital potiguar, provenientes dos jornais que circularam em Natal durante os anos de 1940 a 1970, em especial os periódicos: *A República, A Ordem, Diário de Natal e Tribuna do Norte*.

Assim, destacamos um incêndio ocorrido no dia 4 de agosto de 1946, que provocou uma verdadeira guinada no serviço de extinção de incêndios no Rio Grande do Norte e colocou definitivamente o Corpo de Bombeiros da Base Aérea de Parnamirim na História potiguar (DANTAS, 2023).

Era um domingo de inverno na capital potiguar, fazia sol, a cidade estava acordando, quando por volta das 6 horas, um pavoroso incêndio tomou conta de duas lojas situadas na Rua Frei Miguelinho, antiga 13 de Maio, continuação da Rua Dr. Barata, que concentrava boa parte do comércio do bairro da Ribeira.

A notícia do colérico incêndio rapidamente ganhou as ruas da cidade, pessoas acorriam de diversas partes para se deleitarem com as chamas e algumas outras para ajudarem como podiam. O fogo rapidamente consumiu as casas comerciais Filha de Natal e Casa Ceará, que ficaram completamente destruídas, tamanha foi à violência do incêndio, que as paredes das lojas ficaram fendidas em diversas partes.

As labaredas eram inclementes, com o decorrer das horas, autoridades locais chegavam ao local, entre as quais o Interventor Federal Ubaldo Bezerra, Dr. Manoel Varela, Chefe de Polícia, o major Joaquim Moura, Inspetor Chefe da

Inspetoria de Polícia, Dr. Arnaldo Simoneti, Delegado da Ordem Social, todos empenhados na extinção do fogo que só foi completamente dominado por volta das 11 horas da manhã, com a chegada de quatro "possantes carros de bombeiros, vindos da Base Norte Americana de Parnamirim". (A ORDEM, 5 ago. 1946, p. 1)

A reportagem do jornal A Ordem procurou o Chefe de Polícia, Manoel Varela para apurar as possíveis causas do que teria motivado o incêndio, que segundo a autoridade policial:

> As casas comerciais Filha de Natal e Casa Ceará estavam instaladas em predios antigos, cujas condições de segurança muito deixava a desejar, pois além da cobertura ser bastante velha, tinha como forro uma especie de lona, concluindo daí que o incendio teve causa inicial com um circuito, que se presume ter havido na instalação eletrica, que por sua vez era muito antiga e estragada. Tudo isso concorreu, ao que se diz, para propagar o incendio, não se falando ainda na quantidade de mercadorias, pois ambos os estabelecimentos tinham grande estoque de produtos de facil combustão. (A ORDEM, 5 ago. 1946, p. 1)

Após o incêndio ser devidamente controlado e isolado, foi instaurado o competente inquérito policial para apurar as causas do sinistro, sendo designados os peritos, Mario Bandeira e Wilson Miranda, engenheiros civis, para avaliar os prejuízos. No dia 10 de agosto, o Inquérito Policial estava findo, o laudo pericial elaborado pelos engenheiros concluiu que um curto-circuito nas instalações causou o incêndio. (A ORDEM, 10 ago. 1946, p. 1)

Dois pontos da longa matéria merecem especial atenção, o primeiro, a manchete estampada na primeira página no jornal A Ordem, onde constava que Natal teria um Corpo de Bombeiros, o segundo, as declarações do Chefe de Polícia sobre esse ponto. Questionado pela reportagem do jornal *A Ordem*, sobre a ausência de um Corpo de Bombeiros em Natal, o Chefe de Polícia, Manoel Varela, não titubeou, respondendo que o Governo do Estado já havia encomendado "dois modernos carros de bombeiros":

> Como era natural, o povo indagava porque a nossa capital não possuia um corpo de bombeiros, tão necessário numa cidade como a de Natal, que dia a dia tem o seu progresso aumentado.
>
> O nosso reporter fazendo identica pergunta ao dr. Manoel Varela, Chefe de Polícia, este nos informou que o nosso governo já encomendou dois modernos carros de bombeiros, que muito em breve aqui chegarão, formando-se então o Corpo de Bombeiros de Natal. (A ORDEM, 5 ago. 1946, p. 1)

Ainda que sem um Corpo de Bombeiros na capital do Estado, o incêndio quase que milagrosamente não se alastrou, graças à pronta ação das autoridades policiais e alguns populares, que não permitiram que as labaredas de fogo se propagassem para os prédios vizinhos, uma vez que as chamas poderiam ter consumido o quarteirão inteiro, onde se achavam instalados depósitos de redes, cigarros, alfaiatarias, bem como da oficina que editava o periódico O Diário, as lojas Brasileiras 4.400 (que quatro anos depois veio a ser consumida pelas chamas) entre outras edificações.

A capital potiguar não dispunha de um Corpo de Bombeiros desde a primeira metade da década de 1930, razão pela qual o Jornal *Diário de Notícias* cometeu um equívoco ao afirmar que o sinistro não teria assumido maiores proporções, "graças a ação dos bombeiros da cidade, que foram auxiliados pelos contingentes da Base Parnamirim".

Ora, os vários incêndios apresentados na obra *A cidade em chamas: o serviço de extinção de incêndios em Natal/RN (1917-1955)*(2021), bem como a existência de incêndios durante os primeiros anos da década de 1940, sem a efetiva presença do Corpo de Bombeiros para sua extinção, revelam indubitavelmente que a cidade de Natal não possuía um Corpo de Bombeiros em funcionamento, tanto que em 1942, o presidente da Associação Comercial do Rio Grande do Norte, Manoel Gurgel do Amaral, havia enviado ao presidente da República, Getúlio Vargas, um telegrama solicitando a instalação em Natal de uma seção de Bombeiros para servir à cidade.

Da mesma forma, a reportagem do jornal *A Ordem*, que acompanhou por diversas horas o pavoroso incêndio, questionou ao Chefe de Polícia, Manoel Varela, quanto à ausência de um Corpo de Bombeiros em Natal, o qual informou que o governo havia encomendado dois modernos carros de bombeiros, que muito em breve chegariam para formar o Corpo de Bombeiros de Natal.

No final da década de 1940, o jornal *Diário de Natal* estampou em suas páginas uma matéria na coluna "Na Câmara Municipal" com o seguinte título: "Será estudada a possibilidade de criação de um Corpo de Bombeiros".

Sob a presidência do vereador Severino Galvão, reuniu-se a Câmara Municipal para discutir entre outros assuntos em pauta, a criação de um Corpo de Bombeiros na capital potiguar. Como apontado na matéria, o assunto despertou grande interesse na discussão dos políticos ali presentes, sendo prontamente aprovada a indicação do vereador Antônio Felix, solicitando que o Governo Municipal entrasse em entendimento com o Governo Estadual, para juntos, estudarem a criação de um Corpo de Bombeiros ou até mesmo, uma Seção que funcionasse junto a Polícia Militar.

O vereador João Mota tomou a palavra dizendo que votava favoravelmente, acrescentando que, com isto, "não deixava de reconhecer os bons serviços prestados pelos bombeiros de Parnamirim". (Diário de Natal, 20 abr. 1949, p. 6) O líder pessedista, Martinho Machado, disse que estranhava a falta de um Corpo de Bombeiros em Natal, reconhecendo a impossibilidade do Governo para realizar a referida despesa, por total falta de recursos. Numa fala de comunhão, pediu a cooperação de todos os vereadores para que a partir daquela data, "iniciassem campanhas pela impressa e, se preciso fosse, levantando a massa [população] para assim conseguir organizar uma Secção de Bombeiros que tanto está a reclamar a nossa cidade". (Diário de Natal, 20 abr. 1949, p. 6)

Sandoval Vanderlei acrescentou que as despesas não seriam tão elevadas em vista da possibilidade de ser criada a Seção de Bombeiros na própria Polícia Militar, aproveitando-se dos militares daquela corporação, tal como acontece em outros Estados da federação. A Indicação foi aprovada por unanimidade.

A Ata da Primeira Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Natal, registrada no dia 18 de abril de 1949, ocorrida no primeiro andar do edifício da Casa Bancária, Rua Frei Miguelinho, bairro da Ribeira, onde estavam presentes os seguintes vereadores: Amaro Magalhães da Silva, Sandoval Wanderley, Martinho de Figueiredo Machado, Severino de Oliveira Galvão, Eliseu Leite, Manoel Rodrigues de Melo, Sebastião Gomes Moreira, Demétrio de Viveiros, Antônio Felix e João Francisco da Mota, sob a presidência do vereador Severino de Oliveira Galvão fez constar a indicação do vereador Antônio Felix da Silva: "solicitando os bons ofícios do sr. Prefeito, no sentido de ser criada em nossa Capital uma seção de extinção de incêndio, subordinada ao Departamento de Segurança Pública." (ATA DA CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL, 18 abr. 1949, s.p.)

Na Sessão do dia seguinte, 19 de abril de 1949, fora discutido a indicação do vereador Antônio Felix, que solicitava a criação de um serviço de extinção de incêndios na capital. Registramos o relatado na Ata:

> Em discussão a indicação do vereador Antônio Felix, solicitando criação de um Grupo de Extinção de Fogo. O autor justifica. O vereador João Mota discute a matéria favoravelmente, de modo geral. Reconhece acertada a indicação e declara que está pronto a votar a favor, porém não como está redigida, prevendo apenas um arranjo, mas se for requerida a criação de um Corpo de Bombeiros. (ATA DA CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL, 19 abr. 1949, s.p.)

Imperioso destacar a fala do vereador João Mota durante a Sessão, reconhecendo os inestimáveis serviços prestados pelo Corpo de Bombeiros da Base Aérea de Parnamirim ao povo natalense: "enquanto isso não acontecer [criação de um Corpo de Bombeiros em Natal], devemos dar graças a Deus pelos serviços que o Grupo de Extinção de Fogo de Parnamirim." (ATA DA CÂMARA

MUNICIPAL DO NATAL, 19 abr. 1949, s.p.) Dando continuidade as discussões sobre a matéria, tomou uso da palavra o vereador Martinho Machado, afirmando que lhe causou estranheza, quando chegou em Natal, a ausência de um Corpo de Bombeiros na cidade, acrescentando que

Reconhece que é uma necessidade a medida pleiteada, que, entende, deva merecer apoio de vereadores, deputados, da imprensa, do rádio e do povo em geral. Afirma que a indicação merece o seu apoio, mas entende que o Estado não está em condições de efetivá-la. (ATA DA CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL, 19 abr. 1949, s.p.) Segundo o edil, tal projeto deveria contar com o apoio inconteste de toda sociedade, incluindo os políticos municipais e estaduais, assim como de todo o povo. Em seguida, discursou o vereador Sandoval Wanderley, que também defendeu a indicação do vereador Antônio Felix, apresentando uma proposta de criação da Seção de Bombeiros na própria Força Pública do Estado. Ao final das discussões, a indicação para criação de Seção de Bombeiros é aprovada.

No terceiro dia de discussões, destaca-se a fala do vereador João Mota, que apresentou uma emenda na Ata do dia anterior, declarando que

> O governo do Estado vem pagando as dívidas contraídas pelos seus antecessores (com uma única exceção) desde 1938, o que já está perto de liquidar. Por este motivo o Estado no momento atual não está em condições de criar um Corpo de Bombeiros. (ATA DA CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL, 20 abr. 1949, s.p.)

Entretanto, essa iniciativa não logrou o êxito almejado, a capital ainda amargaria muitas tristezas, insegurança e medo diante dos perigos do fogo, e necessitando por mais alguns anos dos "bons serviços prestados pelos bombeiros de Parnamirim".

Tão logo a década de 1950 se iniciou, um dos maiores incêndios registrados na história do Rio Grande do Norte foi amplamente noticiado pelos jornais locais. Ocorrido em fevereiro de 1950 nas *Lojas Brasileiras 4.400,* no bairro da Ribeira, então coração da capital potiguar. Os jornais cariocas, *Diário de Notícias* e

A Manhã, *Diário da Noite* de São Paulo, *Jornal do Commercio* do Amazonas, *Diário de Pernambuco*, e dois jornais locais, *Diário de Natal* e *A Ordem* estamparam em suas páginas as agruras desse impiedoso incêndio que certamente foi um dos maiores e mais pavorosos incêndios, tanto em prejuízos materiais como pela extensão e violência do fogo. O livro de autoria do coronel aviador, Fernando Hippólyto, *História da Base Aérea de Natal* também anotou o assombroso incêndio:

> Um dos grandes incêndios registrou-se na noite de 7 de fevereiro de 1950 e apesar dos esforços dispendidos pelos bombeiros, as "Lojas Brasileiras", no bairro da Ribeira, ficaram inteiramente destruídas. (COSTA, 1980, p. 186)

Quanto ao incêndio sucedido em fevereiro de 1950, o jornal *Diário de Natal* trouxe matéria no dia seguinte ao fatídico ocorrido, com o seguinte título: "Pavoroso incendio destruiu as Lojas Brasileiras" (DIÁRIO DE NATAL, 8 fev. 1950, p. 4). *A República* assim anunciou o desastre: "Ainda o pavoroso sinistro que destruiu ante-ontem, as Lojas Brasileiras" (A REPÚBLICA, 9 fev. 1950, p. 1). Já o periódico *A Ordem*, realçou o espanto da sociedade potiguar diante dos trágicos acontecimentos trazidos a baila pelo incêndio: "Em polvorosa a população natalense: violento incendio destruiu as Lojas Brasileiras". (A ORDEM, 8 fev. 1950, p. 4)

O esforço era sem precedentes, várias equipes do Exército, Marinha, Polícia Militar, Polícia Civil, em especial do rebocador Tritão que estava ancorado no Cais do Porto, nas proximidades da Avenida Tavares de Lira e muitos populares atuaram sem cessar para controlar o incêndio, infelizmente, não puderam salvar o edifício, dada a violência do fogo.

Em relação à atuação dos Bombeiros de Parnamirim, o jornal *A Ordem* assim pontuou:

> Logo que tiveram conhecimento da catastrofe que se acabava de iniciar, os soldados do fogo, soldados do Exercito, Polícia Militar e Marinha entraram em ação, num esforço tremendo para debelar as chamas que

> assumiam proporções gigantescas de uma vez que se alastravam por todas as dependências da antiga "4.400" (A ORDEM, 8 fev. 1950, p. 4)

Enquanto o *Diário de Natal* destacou:

> De Parnamirim vieram cinco carros de bombeiros com uma carga de 22 mil litros d'água, logo consumidos. Foram as referidas viaturas reabastecidas no Arsenal da Marinha, no Alecrim, fornecendo ainda os hidrantes da Repartição do Saneamento de Natal cerca de 900 metros cúbicos d'água. (DIÁRIO DE NATAL, 8 fev. 1950, p. 4)

As chamas podiam ser vistas de quase todas as partes da cidade, um amontoado de curiosos acorrera ao local por meio de carros, ônibus ou mesmo a pé, para acompanhar as cenas dantescas do enorme fogo que ardia impiedosamente sobre os escombros.

Mesmo com a ajuda inestimável do rebocador Tritão, da Marinha de Guerra, que se achava ancorado no cais da Tavares de Lira e dos marujos de sua tripulação, sob o comando do Capitão Carlos Bezerra, auxiliando os bombeiros de Parnamirim, jogando enormes jatos d'água através de suas poderosas mangueiras, o fogo teimava em resistir aos esforços empreendidos, sendo controlado apenas às 21h10, resultando na destruição de tudo que estava dentro das *Lojas Brasileiras,* resumindo-se a um monte de ruínas e cinzas. Duas horas após o início do fogo, por volta das 21h30, "graças á ação dos bombeiros, ajudados pelo rebocador 'Tritão', as chamas diminuíam de intensidade, pondo, por conseguinte, fim no perigo." (A ORDEM, 8 fev. 1950, p. 4)

Pela sua brilhante atuação, a tripulação do rebocador Tritão, mereceu elogio por parte da Câmara dos Vereadores, em especial, do vereador Martinho Machado, que teceu comentários sobre a ação da embarcação contra o pavoroso incêndio que devorou *as Lojas Brasileiras*, solicitando que constasse em Ata um voto de reconhecimento da Câmara àqueles marujos, e que fosse expedido Ofício ao Comandante daquele barco e ao senhor Ministro da Marinha, para que o fato

entrasse nos anais da nossa Marinha de Guerra. (ATA DA CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL, 10 fev. 1950, p. 86-87)

O governador do Estado, Dr. José Augusto Varela, rendeu os merecidos elogios aos bombeiros da Base Aérea envolvidos na grande batalha das Lojas Brasileiras, conforme registrado pelo coronel aviador Fernando Hippólyto:

> Em ofício datado de 11 do mesmo mês [fevereiro], o Governador do Estado, Dr. José Augusto Varela, consignou um elogio "pelo esforço, dedicação e desprendimento com que se houveram na extinção do incêndios" aos funcionários da Base lotados na Seção Contra-Incêndio: Antônio Francisco de Oliveira, José Alves da Silva, Sebastião Martins Trindade, Luiz Dantas de Medeiros, Moisés José da Silva, Osmar Felix Bezerra, Manoel Maximiano Messias, Jose Fernandes II, Manoel Cassiano Sobrino e Luiz Rodrigues Machado. (COSTA, 1980, p. 186)

O jornal *A República* em matéria tratando do grande sinistro que abalou toda a população da cidade, e que destruiu totalmente a filial das *Lojas Brasileiras 4.400*, ainda acrescentaria outros nomes dignos de serem elogiados, como os capitães João Marinho de Carvalho e José Ferreira Marinho:

> Desta vez nos ocuparemos em dar maiores detalhes da catástrofe e em inserir uma palavra especial de elogio ao cap. João Marinho de Carvalho, cap. José Ferreira Marinho e algumas outras autoridades policiais que lá compareceram sem demora e envidaram todos os esforços na debelação das chamas, para não falar no comando e tripulação do Tritão, ainda assim aos superiores e subalternos das diversas corporações com sede nesta capital. (A REPÚBLICA, 9 fev. 1950, p. 1)

Inesperadamente, nesse ponto da matéria trazida a lume pela *A República* não há sequer uma referência ao Corpo de Bombeiros de Parnamirim, o que nos causa certa estranheza, posto que os jornais *A Ordem* e *Diário de Natal* fazem menção destacada da atuação dos Soldados do Fogo daquela Base Aérea. Por fim, olvidando-se do Corpo de Bombeiros de Parnamirim, agradeceu as instituições que atuaram no combate ao incêndio, destacando

> A ação da polícia a cuja frente estava o cel. Aluízio Moura, do Exército, Marinha, Aeronáutica, Guarda Civil e Inspetoria de Trânsito, que lutaram heroicamente contra as chamas, tendo se referido também sobre a proveitosa colaboração do capitão tenente Carlos Bezerra, que

> esteve dirigindo o serviço de mangueiras do rebocador Tritão e dos populares que se empenharam com o mais vivo interesse, auxiliando os trabalhos realizados. (A REPÚBLICA, 9 fev. 1950, p. 1)

Apesar de todo esforço, o prédio ficou completamente aos escombros devido à violência do fogo, tendo um prejuízo estimado em mais de quatro milhões de cruzeiros entre mercadorias e estrutura física da loja. Em razão do incêndio, as paredes da Loja ficaram completamente rachadas, provocando inclusive receio dos transeuntes, que evitavam passar ao lado das ruínas.

Na mesma edição do *Diário de Natal* que noticiou a tragédia nas *Lojas Brasileiras*, mais um grito de socorro para a urgente e premente necessidade de criação de um Corpo de Bombeiros em Natal. Um artigo sob o sugestivo título "Lição e advertência", alertava:

> O incendio de ontem veiu demonstrar, mais uma vez a nossa deficiencia alarmante, como cidade que se préza, de um serviço de bombeiros. Quase cem mil habitantes povôam a nossa urbe, verifica-se, em linha sem solução de continuidade, tentacular crescimento da superficie citadina o desenvolvimento de nosso parque comercial e industrial é um fato positivo - e eis que, para uma emergencia catastrófica como a de ontem á noite, ficamos a depender da bôa vontade e da cooperação dos bombeiros da Aeronautica, sediados em Parnamirim. (DIARIO DE NATAL, 8 fev. 1950, p. 2)

Não foi a primeira vez que o *Diário de Natal* publicava notas apontando para necessidade de estruturação de um Corpo de Bombeiros na capital, como já revelamos anteriormente, artigos veiculados em junho de 1948, sob o título *Fogos e Foguetes* e em outubro de 1949, na coluna *A Cidade,* já alertavam para o infeliz fato de que a cidade não dispunha de um Corpo de Bombeiros.

O artigo *Lição e Advertencia,* de fevereiro de 1950, denunciava mais uma vez que o crescimento comercial, industrial e habitacional da cidade, agora com "quase cem mil habitantes", não obstante o censo do IBGE ter apontado mais de 106 mil pessoas, não era acompanhado com os serviços de prevenção, segurança e combate a incêndios, tão necessários para o seu próprio desenvolvimento enquanto cidade que buscava se modernizar.

Estávamos reféns do distante Corpo de Bombeiros de Parnamirim, ainda que os bravos soldados do fogo da Base Aérea agissem:

> Com interesse devotamento, dando sempre aqueles homens do fogo o melhor dos seus esforços para atender-nos nas situações dificeis em que nos temos encontrado. Mas a realidade é que Parnamirim não fica tão perto assim, principalmente em face de acontecimentos imprevistos da natureza de um incendio. Por maior presteza com que se aja na base, para vir socorrer-nos numa contingencia como a de ontem, teremos sempre uma sensível margem de atrazo - o que significa que, durante esse atrazo, o fogo, lavrando impunemente, ganhará terreno. (DIARIO DE NATAL, 8 fev. 1950, p. 2)

Como em outras ocasiões de grandes incêndios, o artigo revela como a sorte e o devotamente abnegado dos agentes da segurança pública em comunhão com a ajuda de alguns populares, foram imprescindíveis para que o pior não acontecesse:

> Por pouco, ontem a cousa não assumiu proporções verdadeiramente apocaliticas. Assim, por exemplo, se houvesse atingido as dependencias de firmas visinhas, que negociam com material altamente inflamável. Essa perspectiva, aliás, trouxe a cidade presa de intenso nervosismo, durante horas. (DIARIO DE NATAL, 8 fev. 1950, p. 2)

Arremata o artigo evidenciando o quão urgente se revelava a instalação de um Corpo de Bombeiros em Natal, pois

> É de toda conveniencia, portanto, que se estude a organização de um serviço de bombeiros. Cada dia que passa, essa necessidade se faz mais premente. E o poder publico, a quem compete essa iniciativa, tem que movimentar-se, para fazer alguma cousa. (DIARIO DE NATAL, 8 fev. 1950, p. 2)

A notícia do incêndio varreu o país, vários jornais do Rio de Janeiro, como por exemplo, o *A Manhã* e o *Diário de Notícias,* o paulista *Diário da Noite*, o amazonense *Jornal do Commercio* e o *Diário de Pernambuco* destacaram em suas páginas a tragédia nas *Lojas Brasileiras*. As matérias evidenciavam os vultosos prejuízos, que chegavam a ultrapassar a cifra de dois milhões de cruzeiros, (Diário da Noite (SP) 8 fev. 1950, p. 5) apontando que o dito incêndio fora um dos maiores registrados no Estado (A Manhã (RJ) 9 fev. 1950. p.5) e a participação decisiva do Corpo de

Bombeiros de Parnamirim (Diário da Noite. SP. 8 fev. 1950, p. 5; Jornal do Commercio - AM, 9 fev. 1950, p. 1; Diário de Pernambuco, 9 fev. 1950, p. 2).

O jornalista Aderbal de França esteve presente no local do incêndio, publicara dois dias após o sinistro, em sua coluna *Cronica Social,* sua impressão acerca do ocorrido, destacando o quanto esse assunto tomou as ruas da cidade e a participação decisiva dos homens do fogo:

> O fogo destruiu as Lojas Brasileiras. Foi esse o estribilho das conversas ontem, fora da orbita política. A avenida Tavares de Lira tornara-se de repente centro de um dos mais sensacionais incêndios da cidade. A curiosidade publica num instante avolumou-se em torno da tragedia.
>
> O campo era o do trabalho rude e heroico de salvar o resto de rua, proteger a visinhança, evitar o alastramento.
>
> Magnífico esforço de bombeiros, de mangueiras em punho, forçando portas, na luta feroz de dominar o monstro que ninguém sabe como se gerou no silencio da casa fechada para o descanso da noite. (DIÁRIO DE NATAL, 9 fev. 1950, p. 3)

O incêndio ainda estaria presente nas páginas dos jornais locais por algum tempo, dada à magnitude da tragédia. No dia 10 de fevereiro de 1950, o *Diário de Natal* revelara os desdobramentos decorrentes do sinistro, com a realização do exame pericial pelos engenheiros Gentil Ferreira de Souza e Carlos Kock de Carvalho, acompanhados pelo capitão João Marinho de Carvalho, delegado do 2º Distrito e do Aspirante a oficial Alberto Manso Maciel, respectivamente, presidente e escrivão nomeados para apurar as causas do incêndio, por meio do Inquérito sob responsabilidade de Aderson Lisboa, delegado de Ordem Política e Social, e da Imprensa.

Ao final do mês de março de 1950, os peritos, Gentil Ferreira de Souza e Carlos Kock de Carvalho chegaram à conclusão de que o incêndio provavelmente foi iniciado por "uma ponta de cigarro deixada acesa no salão que dá acesso á rua Frei Miguelinho." (DIÁRIO DE NATAL, 30 mar. 1950, p. 6) O laudo pericial que fora encaminhado juntamente com o Inquérito Policial ao juiz João de Brito

Dantas, ainda ressaltou que não houve qualquer intenção dolosa dos responsáveis pelas *Lojas Brasileiras.*

Deixando um saldo negativo de destruição e prejuízos, o incêndio nas Lojas Brasileiras deslindou para o Estado a premente necessidade de um Corpo de Bombeiros na capital.

REFERÊNCIAS

Fontes

Jornais: A República; Tribuna do Norte; Diário de Natal e O Poti.

Bibliografia

BARROS, José D'Assunção. *Fontes Históricas – uma introdução aos seus usos historiográficos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

DANTAS, Flademir Gonçalves. *A cidade em chamas: o serviço de extinção de incêndios em Natal/RN (1917-1955)*. Natal: RN Editora, 2021.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1993.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. p. 268-270.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas***.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MELO, Veríssimo de. *Centenário da Associação Comercial do Rio Grande do Norte: 1892 – 1992*. Natal: Clima, 1992.

SILVA, Wesley Garcia Ribeiro. *Nas páginas dos jornais: representações sobre desviantes na cidade do Natal* (1958-1965). In. Revista Sertões, Mossoró-RN, v. 1, n. 2, p. 11-32, jul./dez. 2011.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

"A ÁFRICA QUE CÂMARA CASCUDO CRIOU": uma construção paisagística de um lugar politicamente imaginado

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38438

José Walber Vieira de Oliveira[42]

RESUMO:
Este trabalho problematiza os escritos de Luís da Câmara Cascudo e como ele sustentou uma ideia luso-tropicalista de Portugal como "nação civilizadora", ratificando uma paisagem da África às margens da política colonial portuguesa. Assim, dialogaremos com Dennis Cosgrove (1998) para entender o conceito de paisagem enquanto uma "literatura imaginada" e com Yi-Fu Tuan (2015), que aborda o espaço e o lugar como construções baseadas nos sentimentos e entendimentos do indivíduo. Como metodologia, analisaremos fontes periódicas disponíveis nas hemerotecas digitais da Biblioteca Nacional e do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, que contêm artigos, entrevistas, reportagens e depoimentos do próprio Cascudo sobre suas experiências com as culturas africanas.
PALAVRAS-CHAVE: Câmara Cascudo; África; Luso-Tropicalismo; Paisagem; Lugar.

"THE AFRICA THAT CÂMARA CASCUDO CREATED": a landscape construction of a politically imagined place

ABSTRACT:
This work problematizes the writings of Luís da Câmara Cascudo and how he supported a Luso-tropicalist idea of Portugal as a "civilizing nation", ratifying an African landscape on the margins of Portuguese colonial policy. Therefore, we will dialogue with Dennis Cosgrove (1998) to understand the concept of landscape as an "imagined literature" and with Yi-Fu Tuan (2015), who approaches space and place as constructions based on the individual's feelings and understandings. As a methodology, we will analyze periodic sources available in the digital newspaper

[42] Mestrando em História e Espaço pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGH/UFRN). Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em História Regional e Saberes Locais – CNPq/UFCG/CFP. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/9272087436851817. E-mail: josewalbervieira23@gmail.com

libraries of the National Library and the National Center for Folklore and Popular Culture, which contain articles, interviews, reports and testimonies from Cascudo himself about his experiences with African cultures.
KEYWORDS: Câmara Cascudo; Africa; Luso-Tropicalism; Landscape; Place.

Um projeto em favor da política colonial portuguesa

Ao longo da minha trajetória acadêmica, debrucei-me sobre um tema de estudo até então pouco explorado. Este tema, que durante décadas ficou esquecido no ângulo morto da pesquisa histórica e sem visibilidade acadêmica, diz respeito ao itinerário político-cultural que Câmara Cascudo realizou durante uma pesquisa etnográfica realizada em torno do continente europeu e africano no ano de 1963[43].

Para compreendermos um pouco sobre esse itinerário, é necessário conhecer primeiro as principais características que antecederam sua realização, assim como é importante conhecer os sujeitos envolvidos nesta expedição. Destarte, começo destacando o intelectual e folclorista Luís da Câmara Cascudo, um norte-rio-grandense, que nasceu em 1898, dez anos após a abolição da escravidão no Brasil e onze anos após a queda da Monarquia (Brandão, 2023). Cresceu em uma família aristocrática e conviveu com ex-escravizados e escravocratas. Essas experiências possibilitaram, desde cedo, que ele mantivesse uma rede de sociabilidade com uma elite intelectual, pertencente também a uma camada econômica e política privilegiada.

Assim, seu legado intelectual ganhou destaque tanto nas esferas nacionais quanto internacionais, o que lhe possibilitou desbravar o Brasil e parte da Europa e da África para realizar pesquisas sobre a cultura popular brasileira. A título de

[43] Esse trabalho é fruto de uma pesquisa de mestrado que está em fase de desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em História e Espaços da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGH/UFRN), cujo título é **"Viajar à África e percorrer províncias portuguesas do ultramar":** Luís da Câmara Cascudo e a construção de um projeto político a serviço do governo português (1962-1967).

exemplo, podemos destacar a pesquisa de cunho etnográfico realizada no continente africano para investigar as raízes da alimentação brasileira nas regiões que exportaram pessoas escravizadas para o Brasil.

Esta viagem começou a se consolidar em 1962, quando o mecenas dos *Diários Associados*, Francisco de Assis Chateaubriand (1892-1968), junto à Sociedade de Estudos Históricos Dom Pedro II[44], estendeu um convite a Câmara Cascudo, que procurava um ensaísta para escrever um trabalho sobre um aspecto histórico do Brasil. Esse convite se tornaria mais uma das encomendas que a referida Sociedade estendia a este intelectual. Na ocasião de sua produção acadêmica, a Sociedade já havia delegado outras duas pesquisas a Cascudo: *Jangada* (1957) e *Rede de Dormir* (1959).

Em resposta a Chateaubriand, Cascudo aceitou integralmente o plano. Interessado pela proposta diante, Cascudo sugeriu realizar uma pesquisa etnográfica sobre a alimentação para entender a formação da cultura alimentar brasileira por meio das etnias indígena, africana e portuguesa. Tendo em vista que, à época, Cascudo já havia investigado o cardápio indígena e a ementa portuguesa, o que lhe faltava era analisar a culinária africana. Assim, propôs a Chateaubriand um estudo sobre a dieta africana, cujo local de pesquisa seria o continente africano, onde daria início a um estudo que abordasse a ideia de identidade alimentar brasileira.

Após os trâmites que asseguraram a organização da viagem, a pesquisa teve início em março de 1963, quando Câmara Cascudo deixou no Brasil (Rio Grande do Norte) sua calma provinciana e viajou inicialmente para a Europa, visitando países como Portugal e Espanha, privilegiando apenas as capitais, Lisboa e Madrid. Após concluir este percurso pela Europa, Cascudo seguiu rumo à África para estudar

[44] A Sociedade de Estudos Históricos Dom Pedro II foi uma instituição produtora de saberes, fundada por Assis Chateaubriand, na França, no ano de 1954. Esta instituição permaneceu no exterior até o final da década de 1950, tendo que ser transferida para o Brasil, onde funcionou no Museu de Arte de São Paulo (MASP) A Sociedade existiu até meados de 1970, deixando uma vasta produção acadêmica/científica em torno da História do Brasil.

aspectos culturais de países como Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, lugares que lhe permitiram se inteirar do espaço e dos processos de aculturação[45] ocorridos (Oliveira, 2023).

O que me inquieta diante dessa viagem é que, inicialmente, o plano apresentado por Câmara Cascudo à Sociedade de Estudos Históricos Dom Pedro II era apenas viajar à África para investigar as raízes da alimentação brasileira e a formação da nossa cultura alimentícia. No entanto, percebo que, ao realizar a viagem em março de 1963, o plano que visava realizar uma sociologia da alimentação rapidamente se transformou em um projeto a serviço da política colonial portuguesa, quando Cascudo deixou o Brasil e partiu rumo à Europa para estreitar os laços políticos de Chateaubriand com o governo português.

A justificativa para tal pesquisa ter iniciado pela Europa e se tornado um projeto a serviço do governo português refere-se aos interesses particulares de Assis Chateaubriand em manter a Sociedade de Estudos Históricos Dom Pedro II vinculada a Conselhos Constitutivos[46] no exterior, onde teria suas pesquisas financiadas pelo governo português. Em troca, Portugal tinha objetivos específicos que seriam alcançados com tal pesquisa. O primeiro seria receber, do chefe dos *Diários Associados*, um destaque internacional, mostrando que ele investia na política ultramarina para alcançar um alto desenvolvimento nas suas concessões no continente africano. O segundo seria "[...] evidenciar a influência luso-africana na

[45] O termo aculturado é tratado neste trabalho a partir da perspectiva de Câmara Cascudo. Para este intelectual tanto a África quanto o Brasil passaram por uma dinâmica de aculturação ao longo do tempo. Este processo ocorreu sob a luz de uma ressignificação de elementos no interior da cultura africana, quando africanos passaram a ter contato direto com brasileiros, havendo uma inter-relação no seu campo cultural.

[46] Os Conselhos Constitutivos pertencentes à Sociedade de Estudos Históricos Dom Pedro II foram corporações estrangeiras de empreendimento a pesquisa científica, que permaneceu em Portugal, Espanha e França, entre as décadas de 1950 a 1960. A sede deste Conselho era a referida Sociedade que, na época, estava localizada no Museu de Arte de São Paulo (Brasil). Sendo assim, Assis Chateaubriand era o responsável por esta tarefa, fazendo com que circulasse conhecimento entre esses países através das pesquisas que o Conselho promovia.

cultura brasileira, o que constituiria um verdadeiro tratado de Portugal sobre o mundo" (Ribeiro, 1963, p. 3).

Esta viagem, que foi nomeada pelo próprio Câmara Cascudo como "gira mundo", tomou início com o seu projeto em 1962, com ênfase para o ano de 1963, data em que a viagem foi realizada e concluída em maio do mesmo ano, quando Cascudo retornou ao Brasil com muitas fontes a serem estudadas. Como lembranças da África, este intelectual trouxe várias coleções etnográficas, anotações de pesquisas e toda uma série de informações que tratavam de aspectos sociais, políticos e culturais dos povos africanos. Essas fontes lhe renderam uma série de materiais que posteriormente foram publicados em artigos e matérias de jornais e revistas periódicas pertencentes aos *Diários Associados* de Assis Chateaubriand.

Diante desse material, percebemos como Cascudo construiu, em sua produção intelectual, uma paisagem histórica de um lugar — neste caso, a África — fundamentada em suas ideias, centradas à luz do ufanismo português, considerando Portugal como protagonista na "civilização" de suas colônias na África. Deste modo, buscamos, a partir dessas fontes, problematizar os escritos de Câmara Cascudo e analisar como ele sustentou uma ideia luso-tropicalista de Portugal como "nação civilizadora", ratificando uma leitura da África às margens da política colonial portuguesa. Além disso, discutiremos como seu olhar eurocêntrico pode ser analisado a partir do conceito de Paisagem, trabalhado por Dennis Cosgrove (1998), e do conceito de Espaço e Lugar, operacionalizado por Yi-Fu Tuan (2015).

Entre paisagem e lugar: a visão social de Câmara Cascudo

Após retornar da África para o Brasil, uma das primeiras atividades de Câmara Cascudo foi historiar suas vivências a partir de suas experiências africanas. Sendo assim, seus relatos de viagem atravessaram a essência do continente africano e seus escritos traçaram análises e investigações etnográficas, ligadas a aspectos folclóricos e saberes considerados populares que estavam presentes no que o

próprio Cascudo chamou de "cotidiano negro". Ademais, sua permanência naquele continente lhe propôs uma questão de familiarização com os aspectos sociais, políticos e culturais predominantes entre os africanos, que, para Cascudo, constituíam uma realidade diferente da que ele vivia no Brasil.

A experiência adquirida durante os três meses de permanência no continente africano permitiu-lhe perceber a África não apenas como uma paisagem, mas como um espaço que foi reconfigurado por sua visão ideológica sobre a política portuguesa, que colonizou grande parte do continente africano por meio de um sistema político sustentado por uma hegemonia ultranacionalista. Curvando-se ao colonialismo português, Cascudo acreditava que, sob a ótica colonial, o que Portugal fazia era uma forma de promover o progresso e a modernização dos territórios africanos, embora essa visão ignore o impacto adverso e os problemas associados à exploração e opressão colonial.

Diante do esboço de como era a África para Câmara Cascudo, é importante refletirmos sobre o conceito de paisagem e sua acepção para entendermos como ele construiu, em sua produção intelectual, uma paisagem baseada na ideia de Portugal como protagonista na "civilização" de suas colônias africanas. Para isso, discutiremos o conceito de paisagem à luz da perspectiva de Dennis Cosgrove (1998), que trabalha esse conceito a partir do que ele chama de "literatura imaginada" e o define com as seguintes palavras:

> A paisagem denota o mundo externo mediado pela experiência humana subjetiva de uma forma que nem a região nem a área sugerem imediatamente. A paisagem não é meramente o mundo que vemos; é uma construção, uma composição desse mundo (Cosgrove, 1998, p. 13).

Na acepção mais ampla do que Cosgrove discute sobre esse conceito, percebe-se que a paisagem, além de ser construída, também é modificada, transformada e alterada em função de acontecimentos e ações humanas que ocorrem em virtude de suas experiências ao longo do tempo e do espaço. Assim, a

paisagem se enquadra em uma categoria da literatura imaginada, por possuir um caráter ambíguo em razão de sua descrição sobre um fato real ou meramente imaginado. Em outras palavras, também podemos compreender a paisagem enquanto uma construção social e histórica, cujo objetivo se configura em caracterizar as relações entre grupos sociais e a natureza, visto que seu processo permeia ideias e propósitos que criam, compartilham e direcionam valores e concepções sobre aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais.

Nesta ocasião em que pensamos a paisagem como um produto social que narra, descreve e atribui significado às transformações humanas, também consideramos a postura intelectual de Câmara Cascudo, quando enxergou a dominação portuguesa na África como uma intervenção política direcionada à "civilização" africana. Segundo sua perspectiva, a África estava estagnada em seus aspectos sociais, políticos e econômicos, e a ocupação colonial portuguesa era interpretada como uma tentativa de implementar políticas públicas destinadas ao desenvolvimento das províncias colonizadas.

> A África Portuguêsa é a África legítima, como Egito com o árabe ou Marrocos com o berbere. O encanto das culturas africanas é tão espontâneo e determinante como o nosso. Apenas o africano letrado exibe sua cultura como uma atividade natural, que os séculos consagraram na sequência imutável, tão digna de respeito e de conservação, de análise e de aprêço, como a do espectador estrangeiro visitante (Cascudo, 1963, p. 86).

Como podemos perceber a partir das palavras de Câmara Cascudo, a imagem que ele cria e faz circular nos veículos de notícias do Brasil é a de que a África, de forma considerável, seria legítima apenas quando seu território e todos os elementos sociais, políticos, econômicos e culturais pertencessem ao sistema colonial e às ideologias portuguesas do regime salazarista.

Considerando que essa visão altamente eurocêntrica deve ser questionada, lamentavelmente, essa foi uma das narrativas veiculadas nos noticiários da rede midiática dos *Diários Associados* na década de 1960. Assim, sua interpretação

reverberou para que este continente pudesse ser pensado e construído imaginariamente com base em uma situação desconhecida, fora da realidade africana. A narrativa que Cascudo fazia sobre a África era uma descrição sob a perspectiva dos ideólogos do governo português; ou seja, sua concepção sobre o mundo africano ficou aprisionada aos ideários do colonialismo, vinculados ao seu pensamento mítico, que produzia uma África politicamente "construída" por Portugal.

Essa ideia de África proposta por Cascudo reflete muito do que Cosgrove discute ao afirmar que "a paisagem é uma forma de ver o mundo em que descobrimos suas ligações com estruturas e processos históricos" (1998, p. 17). Essa paisagem, que transcende as estruturas sociais e políticas, impacta a percepção do indivíduo ao compreender o mundo através das relações imaginadas que são frutos de suas experiências ao longo do tempo e do espaço. Desse modo, foram as experiências paisagísticas que Cascudo concebeu em torno das províncias africanas colonizadas pelos portugueses, quando pensou a África como um lugar ideologicamente construído pelas práticas exploratórias utilizadas para ocupar terras estrangeiras e desenvolver nesses locais uma doutrina política que transformou todo o modo de vida do cotidiano africano.

Um detalhe interessante da sua relação com Portugal é que foram esses laços políticos que viabilizaram sua pesquisa, tendo recebido efetivamente um suporte de uma política cultural luso-tropicalista do governo português. Assim, seu estudo foi consolidado de apoio, como foi destacado em uma entrevista realizada pelo jornalista Edmundo Keffel na revista *O Cruzeiro*.

> Toda a minha viagem se realizou num ambiente compreensivo e generoso por parte do Governo. Governadores gerais, como o Almirante Sarmento Rodrigues, de Moçambique, Coronel Silvino Silvério Marques, de Angola, e Comandante Vasco Rodrigues, da Guiné, foram inesgotáveis de bondade, quase direi de paciência, para comigo, facilitando todos os meios de condução, apresentação folclórica, visitas aos centros mais longínquos. (Cascudo, 1963 *apud* Keffel, 1963, p. 87).

As condições políticas, econômicas e intelectuais que Cascudo encontrou na África foram favoráveis e fundamentais para suas análises etnográficas. Aceito em muitas regiões do continente, os lugares inspecionados durante a pesquisa serviram como ponto de partida para que ele identificasse e conhecesse constantes manifestações culturais associadas às práticas remanescentes na cultura popular brasileira, que estavam sendo analisadas e comparadas a outros aspectos culturais.

Em grande medida, sua permanência nas áreas colonizadas por Portugal foi uma estratégia para que Cascudo mantivesse na África um vínculo com autoridades políticas e pudesse cumprir o propósito que lhe foi designado por Assis Chateaubriand ao declarar seu objetivo, recordando que a expedição de Cascudo tinha também por missão "[...] declarar aos portugueses, na hora atual, os brasileiros estavam 'presentes' e que no Brasil não se era indiferente ao destino de Portugal nos outros pontos do ultramar" (Chateaubriand, 1963, p. 12).

Outro fator expressivo para pensarmos nesta missão de Câmara Cascudo no continente africano é refletir sobre o lugar em que este intelectual estava desenvolvendo sua pesquisa. Quando paramos e analisamos sua postura intelectual, percebemos que Cascudo estava concebendo uma ideia de África sem miséria, sem escravidão, tampouco um lugar governado por um sistema colonialista. Deste modo, é oportuno considerarmos os conceitos de espaço e lugar para compreendermos o meio em que Cascudo estava inserido diante da construção paisagística que ele estava criando sobre o mundo africano. Sendo assim, mobilizamos esses conceitos a partir das ideias trabalhadas por Yi-Fu Tuan (2015), que narra a ideia de espaço e lugar como um meio que conclui suas relações para um mesmo ponto que se constrói, se molda e se difunde a partir da experiência e dos sentimentos que envolvem o indivíduo e suas relações com o lugar em que ele está inserido.

Evidentemente, os conceitos de espaço e lugar que Tuan estabelece, sob sua perspectiva, são intimamente interligados às experiências e às práticas sociais que dialogam com "as ideias de 'espaço' e 'lugar', que não podem ser definidas uma sem a outra. [...] Além disso, se pensamos no espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar" (2015, p. 13). Este conceito, articulado entre os sentimentos do ser e suas experiências com o meio, reflete sobretudo a ligação existente entre o indivíduo e as camadas simbólicas que dizem respeito a questões sociais e políticas.

Trazendo este conceito para a perspectiva africana de Câmara Cascudo, nota-se que sua experiência com o continente africano, especialmente com as colônias portuguesas, sobressai em grande medida em relação ao seu lugar social. Cascudo, sujeito branco e pertencente à elite intelectual brasileira, sempre teve um lugar privilegiado na política, onde conseguiu se beneficiar do status intelectual para expressar seu ponto de vista político. Como exemplo disso, citamos novamente sua viagem à África por intermédio de Assis Chateaubriand, que na época desempenhava

> "[...] um papel de relevo enquanto defensor de Salazar no Brasil, utilizando cientificamente o seu império mediático (e, entre 1957 e 1960, o seu estatuto de embaixador no Reino Unido) para silenciar os críticos do ditador português e os partidários da libertação africana" (Castro, 2015, p. 59).

Sua perspectiva enquanto sujeito político, embora rica em pesquisa, pode carecer de uma abordagem mais crítica sobre as relações de saber e poder que forjaram sua leitura sobre a África. Para definir sua atuação em um espaço constituído por laços políticos, Cascudo recebeu todo um aparato que viabilizou a realização de suas pesquisas sobre a alimentação, efetivadas graças ao apoio da política cultural luso-tropicalista do governo português, que consolidou seus estudos para que pudesse fazer uma leitura do governo português visando à colonização como um caminho para a civilização africana.

Parte dessa "viabilização" foi apresentada pelo próprio Câmara Cascudo quando escreveu um artigo para o *Diário de Pernambuco* em 1964, destacando a hospitalidade do governo português para o desenvolvimento de seus estudos.

> Meus olhos estavam noutra posição. Fui estudar o negro na sua normalidade, na sua inalterável constituição humana, simples, emocionante. Quatro meses de curso com todos esses professores do cotidiano [...] tive tôdas as facilidades oficiais e colaboração por parte dos técnicos portugueses foi a mais completa e cordial experiência (Cascudo, 1964, p. 10).

As práticas desenvolvidas por Câmara Cascudo sob a égide de uma política luso-tropicalista no continente africano sistematizaram seu espaço e lugar de atuação enquanto sujeito que estava naquele continente com o propósito de estabelecer acordos por meio de uma mediação política. Nesse sentido, essa questão é visível quando se observa a menção que este intelectual fez ao governo português, onde as questões políticas são sempre colocadas à margem de uma hierarquização, narrando um Portugal como "nação civilizadora".

Nesse contexto, Cascudo bebe da fonte esculpida pelo sociólogo Gilberto Freyre (1900-1987) ao pensar Portugal como nação responsável pelo desenvolvimento dos trópicos e construiu em seus discursos a ideia de luso-tropicalismo. Esta teoria, pensada para mostrar "o modo português de estar no mundo", coloca Portugal em um suposto conjunto de características específicas nas regiões tropicais para servir ao Estado Português e, do ponto de vista ideológico, justificar sua política colonial (Castelo, 1999). Assumindo essa conduta, podemos compreender sua função enquanto intelectual que estava em um espaço praticando uma realidade política que, desde a década de 1930, vinha sendo discutida entre intelectuais que compactuavam os discursos luso-tropicalistas.

No entanto, essa teoria de caráter eurocêntrico deve ser questionada. Essa superioridade portuguesa postulada pelo luso-tropicalismo tinha como principal ferramenta um mito político frequentemente usado para criar uma realidade

inexistente. Em suma, Tuan (2015) compreende que tanto o espaço quanto o lugar passam por processos míticos, sendo possível haver uma relação do sujeito com esse espaço criado para suas práticas. Outrora, "os mitos florescem na ausência do conhecimento preciso. [...] Hoje em dia, os mitos políticos são tão comuns como as plantas daninhas" (Tuan, 2015, p. 107). Esta ideia de um espaço mítico diz respeito à visão de Câmara Cascudo sobre o continente africano. O que Cascudo "viu" na África e descreveu em sua produção intelectual eram coisas que, de fato, não existiam, como benefícios advindos das políticas públicas. Um pouco da paisagem pensada por este intelectual sobre os lugares que ele experienciou ao longo dos 20 mil quilômetros de percurso pela África pode ser vista na citação a seguir:

> Foi de deslumbramento da minha impressão de Moçambique, pela ausência de qualquer preparo psicológico que justificasse a soberba realidade da tenacidade portuguesa na África. Tenho a impressão de que milhares de portugueses e milhões de brasileiros não têm a menor ideia da obra econômica, urbanística e social erguida na África (Cascudo, 1963, p. 6).

Dado o exposto, a visão de Cascudo sobre a África revela que seu pensamento luso-tropicalista permeia a realidade africana na década de 1960, quando ocorreu sua visita ao continente. Naquele momento, partes das províncias como Guiné-Bissau, Moçambique e Angola e outras estavam em guerra durante o processo de independência, e Portugal buscava cada vez mais explorar suas colônias e manter sua hegemonia política sobre o continente.

Diante desse contexto, Cascudo construiu, a partir daquela conjuntura política, uma espécie de paisagem histórica ao vivenciar "práticas experienciais de um lugar" (Tuan, 2015, p. 27), em um ambiente luso-tropicalista que influenciou sua visão eurocêntrica. Como afirmou Cosgrove, as experiências são as "[...] paisagens que representam uma forma historicamente específica de vivenciar o mundo" (1998, p. 17). Essa foi a perspectiva de Cascudo após sua experiência com o mundo africano. Assumindo a postura de defensor do governo de António Salazar (1889-1970), Cascudo idealiza, dentro de seu campo intelectual, uma paisagem de

um continente ainda colonizado, mas com um alto desenvolvimento fruto da política colonial.

Considerações Finais

A ideia de que a colonização era um caminho para o desenvolvimento frequentemente desconsidera os danos profundos causados pela exploração e pela imposição de sistemas que não respeitaram as estruturas sociais, políticas e culturais locais. Assim, é evidente que o lugar social de Câmara Cascudo reflete sua profunda afinidade com a política portuguesa, que ignorava as contribuições e o potencial intrínseco das sociedades africanas. Em vez de reconhecer a colonização como um mecanismo prejudicial, que provocou um impacto devastador sobre a identidade de diversos povos, Cascudo sustentou um discurso luso-tropicalista, apresentando a política colonial portuguesa como um sistema protagonista na "civilização" de suas colônias na África.

Como admirador do sistema colonial e nacional do governo português, Câmara Cascudo assumiu o papel de defensor e propagandista da conjuntura política ultramarina, cuja influência intelectual repercutiu em diversas esferas sociais, tanto no âmbito nacional quanto internacional, durante o regime salazarista. Antônio Motta e Luiz Oliveira (2012, p. 236) observam que "Câmara Cascudo, também admirador do regime de Salazar, embora não tenha recebido do governo português as honrarias que Freyre, ele desfrutou em sua visita às províncias ultramarinas de Portugal e contou com todo apoio e simpatia do Estado Novo português." Esse apoio recebido durante sua visita ao continente africano resultou em uma produção acadêmica significativa, uma vez que parte de seu trabalho foi construída em torno de narrativas que refletem sobre o seu posicionamento social e político.

Deste modo, ao construir uma visão da África, Cascudo perpetuou um olhar eurocêntrico que minimizava as vozes africanas e as realidades locais. Sua

perspectiva se alinha a um discurso que não apenas romantiza a colonização, mas também desconsidera as dinâmicas de resistência e a riqueza cultural daquelas sociedades. A paisagem que ele descreveu ficou, assim, atrelada à lógica da dominação, onde as experiências africanas eram interpretadas por uma lente que privilegiava a narrativa colonial. Portanto, essa abordagem ressalta a necessidade de um olhar crítico sobre sua obra e suas contribuições, reconhecendo que o eurocentrismo em seu pensamento contribuiu para a construção de uma imagem distorcida e redutiva da África.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Ivone Agra. **Narrar a África e sonhar o Brasil**: as dimensões africanas nas obras de Luís de Câmara Cascudo. Tese (Doutorado em História), pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, 2023.

CHATEAUBRIAND, Assis. Cultura luso-hispano-brasileira: Estudos sobre a História do Brasil chega agora a Portugal e Espanha. **Jornal do Commercio**: Amazonas, 14 de abril de 1963.

CASCUDO, Luís da Câmara. Câmara Cascudo prepara último dos 3 volumes da sua História da Alimentação: Pesquisas será na África. **Diário de Pernambuco** – PE, 1964.

CASCUDO, Luís da Câmara. Câmara Cascudo elogia o governo português. **Diário da Noite**, Rio de Janeiro, 1963.

CASCUDO, Luís da Câmara. Que comem os Negros Bantos? **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 03 ago. 1963.

CASTELO, Cláudia. **O modo português de estar no mundo**. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto, Edições Afrontamentos, 1999.

CASTRO, Teresa. **"Nossos Irmãos, os Africanos"**: Luso-tropicalismo e propaganda. In: Maria do Carmo Piçarra. **A colecção colonial da Cinemateca**. Campo, contracampo, fora-de-campo. Cinemateca Portuguesa — Museu do Cinema em colaboração com a Aleph — Rede de acção e investigação crítica da imagem colonial em 2015 e 2016. p. 58-67.

COSGROVE, Dennis. 'Introduction' e 'The idea of landscape' In: **Social formation and symbolic landscape**. Madison: The University of Wisconsin Press, 1998, p. 1-38.

KEFFEL, Ed. Mestre Cascudo Descobre o Mestre Cuca Africano. **O Cruzeiro**: Revista – Rio de Janeiro, 03 de Agosto de 1963.

MOTTA, Antônio; OLIVEIRA, Luiz. Made in Africa: Gilberto Freyre, Câmara Cascudo e as continuidades do Atlântico Negro. In: LIVIO, Sansone (Org). **Memórias da África**: patrimônios, museus e políticas das identidades. Salvador: ÉDUFBA, 2012, p. 215-261.

OLIVEIRA, José Walber Vieira de. **A viagem começou**: Luís da Câmara Cascudo e construção de uma cultura popular alimentícia a partir de sua viagem à África (1928-1967). Monografia (Licenciatura em História) – Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2023.

RIBEIRO, Ismael. Investigação de problemas da alimentação nas áreas exportadoras de escravidão. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 1963.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Londrina: Eduel, 2015.

ST-12: VISÍVEIS VIDENTES - IMAGENS E REPRESENTAÇÕES DAS MULHERES NA HISTÓRIA

Espacialidades
Revista dos Docentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN

ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

ESCRITORA E FAVELADA: a construção da imagem de Carolina Maria de Jesus (1940-1964)

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38488

João Paulo de Souza

RESUMO:
Esta pesquisa discute a ideia de "descobrimento" de Carolina Maria de Jesus por Audálio Dantas em 1958, e analisa as narrativas estereotipadas que consolidam a autora e sua obra. Tendo como objetivo principal analisar como a imagem de Carolina Maria de Jesus foi construída desde sua primeira aparição na imprensa brasileira em 1940 até 1964, período em que a autora caiu no esquecimento midiático e apagamento literário, e tendo como principais fontes as imagens de Carolina Maria de Jesus nas notícias e no acervo jornalístico do Última Hora, será problematizada a construção estereotipada da autora como negra favelada e semianalfabeta, consolidada após a fama e publicação de seu livro "Quarto de Despejo" (1960), e que seguiu nos demais escritos da autora.
PALAVRAS-CHAVE: Carolina Maria de Jesus; Representação; História e Literatura; História das Mulheres.

WRITER AND FAVELA RESIDENT: The Construction Of The Image Of Carolina Maria De Jesus (1940-1964)

ABSTRACT:
This research discusses the idea of "discovery" of Carolina Maria de Jesus by Audálio Dantas in 1958, and analyzes the stereotypical narratives that consolidate the author and her work. With the main objective of analyzing how the image of Carolina Maria de Jesus was constructed since her first publication in the brazilian press in 1940 until 1964, a period in which the author fell into media oblivion and literary erasure, and having as main sources the images of Carolina Maria de Jesus in the news and in the journalistic archive of Última Hora, the stereotypical construction of the author as a black woman from the favelas and semi-literate will be problematized, consolidated after the fame and publication of her book "Child of the Dark" (1960), and which improved in the author's other writings.
KEYWORDS: Carolina Maria de Jesus; Representation; History and Literature; Women's History.

Introdução

Seguindo o modelo clássico de livros, com um simples pedaço de papel e um lápis (ou qualquer objeto riscante) é possível escrever um livro. E papel é o que nunca faltou para uma catadora de papéis das ruas de São Paulo. Carolina Maria de Jesus (1914-1977) nasceu na cidade de Sacramento/MG, mas que, em busca de melhores condições de vida, se mudou para São Paulo, em 1937, mas logo seus sonhos foram frustrados e ela teve que trabalhar como empregada doméstica, e depois teve que se mudar para a favela e viver como catadora de papéis. Lá, ficou mundialmente conhecida graças a publicação de seu primeiro livro, "Quarto de Despejo: diário de uma favelada" (1960), que logo se tornou um best-seller mundial por narrar as vivências pessoais de uma mulher negra, catadora de lixo, mãe de três filhos e moradora da Favela do Canindé.

Em "Quarto de Despejo", Carolina Maria de Jesus escreve sobre si e o dia-a-dia dos favelados, destacando as barreiras que dividem o mundo das favelas e o mundo da cidade, o branco do preto, a sala de visita do quarto de despejo. Seguindo os trabalhos biográficos e da escrita da autora, como os de Tom Farias (2018), José Carlos Meihy e de R.M. Levine (1994) e de Elzira Divina Perpétua (2014) em sua escrita autobiográfica, Carolina de Jesus faz denúncia a toda exclusão e marginalização vividas diariamente por ela. Assim, temáticas como desigualdade social e racial, fome e pobreza vão se perpetuar ao longo de todo o livro. Temáticas essas que talvez vão ser os principais responsáveis por toda a fama da autora, pois a literatura de Carolina de Jesus vai servir como denúncia dos problemas sociais vivenciada pela autora, retratando um Brasil totalmente diferente do ideal de "Brasil" difundido pelo ideal desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek na época.

Nessa perspectiva, por muitos anos foi associado à ideia de que Carolina Maria de Jesus teria sido "descoberta" em 1958, pelo jornalista Audálio Dantas, que

teria ido à Favela do Canindé realizar uma matéria para o jornal Folha da Noite, e lá conhecido Carolina de Jesus, que mostrou seus manuscritos e ele manda a autora continuar a escrever seus diários que um dia ele iria publicá-lo, o que aconteceu em 1960. Entretanto, após melhores pesquisas e estudos sobre Carolina Maria de Jesus, como os trabalhos já mencionados e os de Germana Henrique de Sousa (2012), Daniela Nascimento (2020), Raquel Nascimento (2022) e de Tatiane Santos (2022) foi possível identificar que a primeira publicação e a aparição da autora na imprensa brasileira, que se deu em 1940, em uma matéria da Folha da Manhã[47], além de outras matérias e uma sessão fotográfica, pelo jornal Última Hora, em 1952, da autora em seu barraco na Favela do Canindé.

Além disso, com todo o destaque do lançado de "Quarto de Despejo" e fama de Carolina Maria de Jesus, a autora passou a viver também com uma série de perseguição de jornalistas e que logo associam a imagem da autora como "negra-favelada", na qual é fortemente representada. Com isso, uma série de fotografias e notícias foram produzidas e retratadas, consolidando essa narrativa estereotipada da autora, fixando no imaginário social uma imagem depreciativa de Carolina de Jesus.

Assim, partindo do conceito de "representação" Roger Chartier (1988) e de Stuart Hall (2016), das análises de Michelle de Perrot (2017) sobre a representação feminina, e dos estudos de Peter Burke (2016) sobre os usos históricos e narrativos que as imagens contam, será analisado as diferentes imagens do acervo do Última Hora e notícias jornalísticas na qual Carolina Maria de Jesus é representada entre 1940 e 1964, construindo uma identidade múltipla e multifacetada. Enfatizando ainda, o processo de mercantilização de corpos negros e as diversas violências que seus corpos sofrem, seguindo o conceito de "corpo-fetiche" de Achille Mbembe

[47] Na edição do dia 25 de fevereiro de 1940, a edição será mais trabalhada mais pra frente.

(2018). Apontando, assim, as diferentes construções críticas e narrativas da imagem de Carolina Maria de Jesus.

A representação do outro: Carolina Maria de Jesus

Atualmente, a vida e obra de Carolina Maria de Jesus vêm sendo extremamente pesquisada, conhecida e analisada a partir de diferentes perspectivas, o que resulta em uma ressignificação da maneira como a autora foi recebida na década de 60. Ao longo do tempo, diversos pesquisadores e movimentos contribuíram para esse novo olhar que permitia a obra de Carolina de Jesus ocupar diferentes espaços na mídia e no cenário literário brasileiro, fazendo jus ao legado deixado pela autora. Mas nem sempre esse cenário positivo da autora foi estabelecido na sociedade brasileira, ao historicizar a maneira como Carolina Maria de Jesus vem sendo representada ao longo dos anos é possível perceber que por muitos anos foi-se construída uma visão negativa e estereotipada da autora, que se fixou no imaginário popular e consolidou toda a carreira da autora.

Segundo Stuart Hall (2016), as representações estão relacionadas à produção de sentidos pela linguagem, ou seja, ao modo como damos significados e sentidos às coisas, sejam elas sonoros, escritos, imagens eletrônicas, notas musicais ou até objetos. Assim, em uma representação

> usamos signos, organizados em linguagens de diferentes tipos, para nos comunicar inteligivelmente com os outros. Linguagens podem usar signos para simbolizar, indicar ou referenciar objetos, pessoas e eventos no chamado mundo "real". Entretanto, (...) o mundo não é precisamente refletido, ou de alguma outra forma, no espelho da linguagem: ela não funciona como um espelho [do real]. O sentido é produzido dentro da linguagem, dentro e por meio de vários sistemas representacionais que, por conveniência, nós chamamos de "linguagens". O sentido é produzido pela prática, pelo trabalho, da representação. Ele é construído pela prática significante, isto é, aquela que produz sentidos. (HALL, 2016, p.53-54).

Nessa mesma perspectiva, Roger Chartier (1988) desenvolveu a ideia de uma realidade social construída com base nesse "mundo das representações", em

que discursos de diferentes lugares e momentos representativos são pensados, construídos, e dadas para figurar o real. Entretanto, essas percepções do social não são de modo algum discursos neutros, pois elas produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) "que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas". (CHARTIER, 1988, p.17).

Nessa perspectiva, ao analisar os discursos e fotografias na qual Carolina Maria de Jesus foi representada nas notícias e matérias jornalísticas ao longo de sua vida, é possível perceber que se foi construída a imagem estereotipada da autora sempre representando-a como uma mulher negra, favelada e semianalfabeta, e é nessas características em que toda sua obra é consolidada mundialmente. Assim, Raquel Nascimento (2022) enfatiza que é possível perceber a existência de duas narrativas distintas na midiatização da figura de Carolina Maria de Jesus: de 1940 a 1958, é construída uma imagem de "poetiza preta", associando a autora a livros e apresentando ela como escritora e poetisa; enquanto a segunda narrativa, construída a partir de 1958, é de uma negra, favelada e pobre, em que até a autoria de seus escritos são questionados pelo imaginário da época, que duvidava que uma mulher negra e moradora da favela fosse capaz de saber ler ou escrever.

> Foi necessário tomar uma parte dele que coubesse naquela (nesta?) sociedade de valores classistas, racistas, academicistas, elitistas, em que a literatura não poderia ser pertença de uma mulher negra, pobre e autodidata. Era necessário enquadrá-la, ou emparedá-la (...), em uma tríade que destrói todos seus "outros eus" (...): negra, favelada, semianalfabeta (NASCIMENTO, 2022, p.30).

Nesse sentido, acaba-se por criar uma hierarquização de sujeitos, e, como aponta Beatriz Nascimento (2021, p.57), em uma sociedade hierarquizada por classes, existem um mecanismo de seleção que irá selecionar as pessoas que ocupam esses espaços, por meio de uma estrutura de dominação, em que tanto os critérios raciais quanto de gênero são tidos como critérios de seleção. Segundo Lélia Gonzalez (2019), isso acaba por criar uma relação entre grupos dominados e

dominadores, em que o racismo e a discriminação "se constitui como sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, (...) sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular" (GONZALEZ, 2019, p. 288).

Assim, ao se estudar sobre Carolina Maria de Jesus e analisar a representação do corpo da mulher negra na sociedade brasileira, é possível perceber um o uso de um discurso bastante difundida nas mídias da época, criando uma espécie de "fetiche", que reforçavam estereótipos e a discriminação de raça e gênero. Para isso, Achille Mbembe (2018), destaca o processo de mercantilização de corpos negros e as diversas violências que seus corpos sofreram e continuam a sofrer até hoje. Nisso, o pesquisador camaronês desenvolve a ideia de "corpo-fetiche", em que é possível analisar a representação de corpos que são constantemente venerados e realimentados, em uma repetição que acaba por criar uma narrativa sobre esse sujeito, na maioria das vezes de forma estereotipada e degenerativa. Sendo possível, "experimentar uma perda identitária que autoriza a possessão. É submeter-se à violência do fetiche que nos possui, e pela mediação do fetiche, viver um gozo não simbolizável" (MBEMBE, 2018, p. 89).

Além disso, a maneira como ocorre essa construção estereotipada e até a descredibilização da capacidade literária de Carolina de Jesus, parte muito da construção simbólica da figura masculina enquanto dominante (SCOTT, 1992). Seguindo as proposições de Pierre Bourdieu (2002), é possível perceber como a construção social dos papéis de gênero no mundo ocidental foi fixando a mulher em um lugar inferiorizado e subalterno, enquanto criava uma construção de superioridade que privilegia e legitima o papel e lugar dos homens como um aspecto natural.

Além disso, Michelle Perrot (2017) defende que as mulheres são imaginadas e representadas ao invés de serem descritas e contadas. Com isso, quando mulheres

aparecem no espaço público, os observadores (homens) ficam desconcertados, e usam-se de estereótipos para designá-las e desqualificá-las, manifestando-as com qualidades de mães, de dona-de-casa e guardiã dos víveres (PERROT, 2017, p.21). Assim, essas imagens produzidas pelos homens nos dizem mais sobre os sonhos ou os medos deles do que sobre as mulheres que eles representam.

Os usos e abusos da imagem de Carolina Maria de Jesus

Por muitos anos foi associado à ideia de que Carolina Maria de Jesus teria sido "descoberta" em 1958, pelo jornalista Audálio Dantas, que teria ido à Favela do Canindé realizar uma matéria para o jornal Folha da Noite, e lá conhecido Carolina de Jesus, que mostrou seus manuscritos e ele manda a autora continuar a escrever seus diários que um dia ele iria publicá-lo, como aconteceu em 1960. Entretanto, após pesquisas e estudos mais profundos sobre Carolina Maria de Jesus, foi possível identificar que a primeira publicação e a aparição da autora na imprensa brasileira se deu em 25 de fevereiro de 1940, em uma matéria da Folha da Manhã, em que a autora publica seu primeiro poema "O colono e o fazendeiro".

Figura 1- Reportagem de Willy Aureli "Carolina Maria, poetiza preta"



FOLHA DA MANHÃ — S. Paulo — Domingo, 25 de Fevereiro de 1940

Carolina Maria, poetiza preta

Reportagem de WILLY AURELI

Versos que falam ao coração dos humildes — Ninguem a leva a sério . . .

O COLONO E O FAZENDEIRO

Fonte: Folha da manhã de 25 de fevereiro de 1940. Disponível no Acervo Folha.

Ao analisar a imagem presente na reportagem vemos o repórter Willy Aureli com a jovem Carolina Maria de Jesus em sua primeira aparição na imprensa brasileira. É possível perceber que nessa primeira fotografia a autora aparece usando vestido arrumado, com a expressão de felicidade no rosto, seja pelo sorriso ou pelo olhar direto para a câmera, e cabelos crespos à mostra. A manchete da notícia associa "Carolina Maria" a figura de escritora, a "poetiza", como a própria autora se definia, além de fotografá-la com um livro à sua frente na mesa, embaixo de suas mãos.

Entretanto, a presença de Carolina de Jesus no jornal é marcada por uma questão racial e de gênero, assinalada logo no título com o "poetiza preta", e que irá se desenvolver ao longo do texto da reportagem. A presença da escritora na redação do jornal gera um grande sentimento de pavor, constrangimento e desaprovação no jornalista, como se fosse um absurdo a presença de Carolina de Jesus lá, como se não deveria ter acontecido. O Aureli escreve logo no início da matéria:

> Sabbado, por exemplo, apareceu uma poetiza. É bom que os leitores saibam: os jornalistas têm verdadeiro pavor às mulheres metidas a literatas, poetizas, declamadoras! Portanto, à voz de que uma fazedora de versos estava à espera de ser recebida produziu um vácuo imediato (FOLHA DA MANHÃ, 1940, p.03).

Nesse sentido, Tatiane Santos (2022) destaca os obstáculos à produção e difusão da literatura de autoria feminina, e que, as poucas mulheres que se atreviam a adentrar esse ambiente literário da década de 1940 não eram reconhecidas como escritoras, e sim como "metidas a literatas" (SANTOS, 2022, p.23). E, além disso, Carolina Maria de Jesus, era duplamente rejeitada por ser uma negra de pele retinta, ao longo da notícia, a autora fala como ela anda "pelas redações, e quando sabem que sou preta mandam dizer que não estão". Aureli ainda trata a autora como se fosse um "caso exótico", descrevendo-a como "bello espécime de mulher negra", e usando expressões como "não há a menor fanfarronice ou gabolice, tão própria dos pretos pernósticos" (FOLHA DA MANHÃ, 1940, p.03).

Apesar de muita rejeição, ao longo dos anos Carolina de Jesus não desistiu dos seus sonhos de ser escritora, mesmo com os diversos obstáculos que a negavam sempre, e foi aperfeiçoando sua escrita e tentando encontrar espaços para a publicação de seus textos. A pesquisadora Elena Pájaro Peres (2016), menciona uma dessas tentativas:

> Muito antes ainda de conhecer Audálio Dantas, Carolina procurou em 1952 a redação do jornal Última Hora de São Paulo, levando novamente algumas de suas poesias manuscritas em cadernos. Deixou-as com os repórteres juntamente com a anotação de seu endereço. Alguns dias depois, intrigados, eles foram procurá-la e a encontraram na favela do Canindé. Essa visita rendeu uma reportagem de página inteira intitulada "Carolina, a poetisa negra do Canindé", onde ela, em entrevista, revelava a apurada consciência que tinha da literatura como profissão e das dificuldades que teria para ser reconhecida como escritora: "Sempre fui pobre, mas sempre procurei estudar. O meu sonho era viver do meu trabalho, dos meus escritos. Gostaria de escrever para o teatro. Ou para o rádio. Tenho várias novelas prontas. Mas há uma barreira que eu jamais pude transpor…" (PERES, 2016, p.95).

Além disso, essa visita em 1952 deixou alguns registros fotográficos que atualmente estão disponíveis no acervo iconográfico do jornal Última Hora, disponível digitalmente no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Ao analisar essas imagens, percebe-se que muitas dessas fotos foram arquivadas[48], e que seu registro possibilita reafirmar a construção de imagem que segundo Raquel Nascimento (2022) marca o período entre 1940-1958, e a maneira como Carolina de Jesus é representada, sem os estereótipos clássicos de negra-favelada. As fotografias de 1952 foram tiradas no barraco da autora na Favela do Canindé, mas ainda assim não usa esse cenário como aspecto característico da autora.

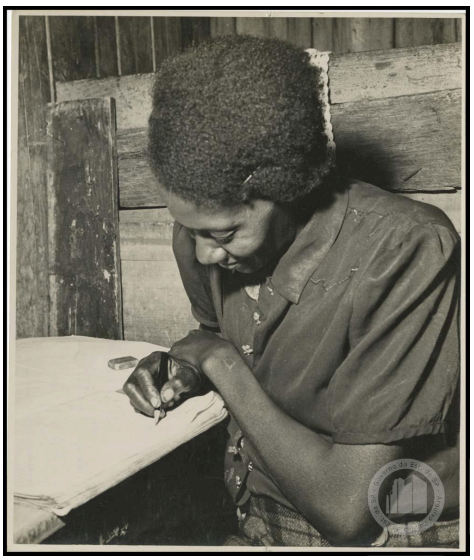
[48] Essa informação está contida em forma de carimbo no verso das fotografias disponibilizadas pelo APESP. Ao procurar notícias pelas edições do jornal de 1952, não encontrei nenhuma que menciona a autora nem usassem as fotografias, então acredito que essas imagens não chegaram a ser publicadas naquele ano pelo Última Hora.

Figura 2 - Carolina de Jesus em 1952.



Fonte: Disponível no APESP.

Figura 3 - Carolina de Jesus em 1952.



Fonte: Disponível no APESP.

Em ambas as fotos a autora aparece nas mesmas características em que apareceu na notícia da Folha da Manhã de 1940, apesar de estarem em locais e situações totalmente diferentes. Entretanto, a autora ainda é representação bem vestida, com os cabelos crespos à mostra e com expressões de felicidades e emoção no rosto, além de ainda ser retratada ao lado de livros e papéis, enquanto na outra imagem ela está escrevendo. Partindo dos estudos de Peter Burke (2017) de que ao analisar imagens como fontes, é necessário ter em mente que os "modelos" provavelmente estivessem expressando o seu melhor comportamento, assim as fotografias não são exatamente um equivalente de um olhar de "câmera inocente", e sim, um registro de "apresentação do eu", um processo na qual o artista e o modelo geralmente se fazem cúmplices (BURKE, 2017, p.45).

Assim, essa representação do "eu" também segue os interesses da maneira como Carolina de Jesus queria ser retratada, ela queria ser escritora, até para dar força às publicações que ela vinha fazendo na imprensa. Farias (2018), resgata as publicações e entrevistas que a autora deu nesse período inicial de sua carreira

político-literária[49], que "tinham alguma coisa de improvisado, de factual, de condoreiro, de repentismo ingênuo ou puro, muito em voga entre os cantadores do Nordeste" (FARIAS, 2018, p.126).

Com isso, apesar de tudo parecer uma grande encenação para o click, ao analisar outras fotos desse mesmo ano, disponíveis no acervo do APESP[50], em nenhuma outra fotografia Carolina de Jesus deste ano a autora é representada carregando os estereótipos de negra-favelada, pobre e semianalfabeta, ocupando o lugar de não-pertencimento a literatura. Nessas outras imagens de 1952, a autora ainda é representada em sua condição de mulher, como as descritas por Michelle Perrot (2017) anteriormente, associando Carolina de Jesus à maternidade e a serviços da casa e da cozinha.

Apenas depois de 20 anos da primeira aparição de Carolina Maria de Jesus que ela vai conseguir publicar seu primeiro livro, intitulado "Quarto de Despejo: diário de uma escritora favelada" (1960), lançamento este que é acompanhado de grande sucesso da autora e perseguição jornalística. Sucesso esse que leva a autora a ocupar o lugar de estereótipos que a vai consolidar como autora internacionalmente conhecida. Mas a construção dessa imagem de Carolina de Jesus começa a partir de 1958, quando Audálio Dantas reapresenta a autora e publica na Folha da Noite, sob a manchete "O drama da favela escrito por uma favelada: Carolina Maria de Jesus faz um retrato sem retoque do mundo sórdido em que vive", em que já começa a ser veiculada ao público a imagem de uma "escritora" sofrida e da favela.

---

[49] Há registros de publicações e entrevistas com Carolina de Jesus nos jornais: *A Noite* (RJ), em 09 de janeiro de 1942; *Época* (SP), em 27 de maio de 1950; *O Dia* (SP); *O Defensor* (SP) publicado em 17 de junho de 1950 e etc. Ver mais em: FARIAS, Tom. ***Carolina: Uma Biografia*.** Ed. Malê. Rio de Janeiro. 2018. p.118-134.

[50] Até o dia 08 de novembro de 2024, o acervo do Última Hora no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), tinha 76 fotos de Carolina Maria de Jesus, datada entre os anos de 1952 a 1964, em que 11 fotos são de 1952; 34 fotos de 1960; 11 fotos de 1961; 4 fotos de 1962; 8 fotos de 1963; e 8 fotos de 1964. Para acessar o acervo, está disponível em: https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/iconografico/acervo_iconografico

Figura 4 - Reportagem "O drama da favela escrito por uma favelada" de Audálio Dantas


O DRAMA DA FAVELA ESCRITO POR UMA FAVELADA

Carolina Maria de Jesus
a catadora do monte cansada de...

E' apanhadora de papel, passa fome com os filhos pequenos, mora num barracão infecto, mas sabe "ver" além da lama do terreiro e do zinco da favela — A miseria desperta o espirito — Cadernos cheios de "poesias", "contos" e "romances" — Peregrinação (inutil) pelas editores — A narrativa da vida na favela, num impressionante "diario" — Reporteres dos FOLHAS editarão Carolina

Reportagem de Audalio DANTAS — Fotos de Gil PASSARELLI

Reporteres editarão Carolina

Aventuras de Periquita

Fonte: Recorte da Folha da Noite de 09 de maio de 1958. Disponível no Acervo Folha.

Sob os estereótipos de "negra, favelada, semianalfabeta", a autora já aparece com seus cabelos escondidos pela touca na cabeça - elemento este que iria se consolidar como marca da autora a partir de então -, além de estar vinculada com sua situação de pobreza e miséria. A partir de 1958, a representação de Carolina de Jesus ganha um cenário da pobreza da favela, como nos barracos de madeiras e outros restos de objetivos; e na miséria de admiração do alimento no fogão, enquanto seus filhos aguardam para comer, ou na leitura dos "livros velhos achados no lixo", afinal "tudo serve para ela, revistas, almanaques, dicionários"[51] (FOLHA DA NOITE, 1958, p.09). Já nessa publicação, a autora publica alguns trechos de seus diários que em 1960 seria publicado em "Quarto de Despejo".

Além disso, é possível perceber como o corpo da autora é representado, coberto em várias camadas, assim como seus cabelos, deixando apenas o rosto e as mãos expostas. Tatiane Santos (2022) aponta para como os textos jornalísticos que

[51] Descrições das imagens publicadas na segunda metade da notícia do jornal da noite de 1958.

abordam a obra literária da escritora começam a tentar apagar sua obra, bem como o seu corpo, por meio de interdiscursos de diferentes tons ao longo das reportagens, que perpetuam as ideologias dominantes. Pode-se notar o uso repetitivo de "termos semelhantes, repetições de enunciados, de expressões e fotografias no conjunto do corpus selecionado, os quais constroem uma imagem que tenta levar a escritora para fora do círculo literário" (SANTOS, 2022, p.62).

A partir de então, o público começa a se preparar para receber uma autora incompleta, revelada em uma personagem que, por transitar entre o real e o criado, poderia ser o que a sociedade, o jornalista e o público precisavam naquele momento (NASCIMENTO, 2022, p.31). Para a pesquisadora Elzira Perpétua (2014), Audálio Dantas interferiu na construção de uma imagem de Carolina de Jesus relacionada a objetivos específicos e bem delimitados com relação ao livro, para a figuração de uma escritora popular. Assim,

> o reconhecimento como autora de literatura e, portanto, "poetisa preta" - não parece ter sido muito assimilado pela sociedade e, vinte anos depois, abriu espaço para a "escritora favelada" e para uma leitura sociológica de seu texto, devido a uma possível lacuna gerada pelas discussões sociológicas difundidas naqueles anos. Esse fato poderia explicar o interesse para além das fronteiras brasileiras, pois apresenta uma face moldada da autora que parece ter mostrado o que as várias partes do mundo que a receberam queriam ver e tinham capacidade de aceitar em seus contextos literários (NASCIMENTO, 2022, p.33-34).

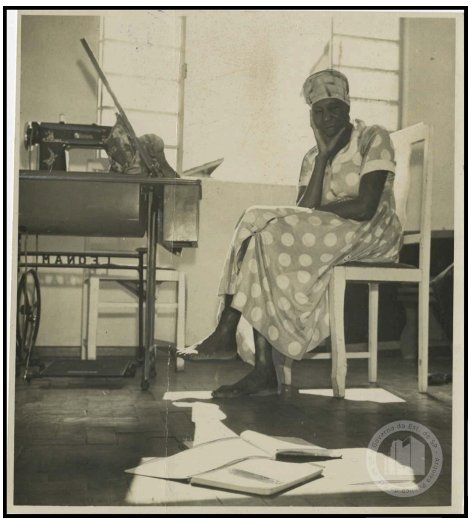
Assim, a associação a imagem de "negra-favelada" fixava no imaginário social, o que vai fazer com que essa reprodução estereotipa permaneça e seja mundialmente exportada para a venda dos livros em outras línguas. Assim, permanece a representação degenerativa da autora, nos anos seguintes de sua fama, e que vai até acompanhar até o apagamento e silenciamento da autora, que se inicia já em 1961, mas se consolida em 1964, com a ditadura civil-militar brasileira.

Figura 5 - Carolina de Jesus em sua casa nova 1962



Fonte: Disponível no APESP. 25 de dezembro de 1960. Fotografada por Nascimento.

Figura 6 - Carolina de Jesus em



Fonte: Disponível no APESP. 1962. Fotografada por Nascimento.

Assim que Carolina de Jesus deixa a Favela do Canindé e vai morar em sua casa na cidade, saindo do "quarto de despejo" e indo para a "sala de visitas", a autora passa a ser representada como deslocada do local em que estava agora, como se fosse uma peça que não se encaixasse naquela nova realidade. Essa reprodução é possível de ser analisada em uma das fotos tiradas, no natal de 1960, já na casa nova (figura 6), em que se vê a autora olhando para fora da janela, com olhar de saudade da vida em que vivia na favela. Como se ela estivesse arrependida de ter deixado sua vida e seus iguais para trás.

Essa ideia de lugar de não-pertencimento, ainda é perceptível em outra sessão de entrevistas (e fotos), feitas pelo jornal Última Hora em 1962 (figura 7), em que Carolina Maria de Jesus aparece totalmente perdida, sentada em uma cadeira no fundo, com a cabeça e o olhar baixo, observando, de longe, livros e cadernos que estão no chão, na sua frente. Representando que essa desconexão não é apenas do lugar físico em que vive, mas, também, "intelectual", como se a cultura escrita não lhe pertencesse mais. Além disso, o fato de o livro e caderno estarem no brilho do

sol, só mostra a ideia de falsa ilusão que Carolina de Jesus teve ao acreditar que fazia parte dessa cultura letrada.

Com o click da foto, com olhar perdido e vazio, a autora "diz que renunciará à literatura, assim como Jânio Quadros à presidência"[52]. Ao que viria a se repetir com entrevista da autora dada em 1964, em que a autora já caiu totalmente no silenciamento social e político do Brasil. Por meio das fotos disponíveis no acervo do Última Hora de 1964, Carolina Maria de Jesus se muda para viver no sítio em Parelheiros, onde a autora passaria seus últimos anos da sua vida.

Mas ainda assim as representações da autora continuam no mesmo modelo, praticamente todas as fotos foram registradas com ela trabalhando em alguma coisa, carregando uma trouxa grande na cabeça; montando a cerca de seu sítio; capinando o mato, e fazendo outros trabalhos manuais. Entre essas várias andanças e mudanças de Carolina de Jesus, é possível analisar como se retrata um ideal de uma Carolina perdida, deslocada de todos os ambientes e que não consegue se adaptar.

Considerações finais

Assim, apesar de por muitos anos a imagem de Carolina Maria de Jesus ter sido associada ao seu "descobridor", Audálio Dantas, é possível perceber como isso acabou por mudar a construção de imagem da autora, de uma relação de dominado e dominador, em um processo em que ambos iniciaram ganhando, mas que apenas um sofreu os impactos disso. Ao longo de toda a trajetória da autora, Carolina de Jesus sofreu com os efeitos dos processos de racialização na midialização de seu corpo, ao fixar um imaginário de uma "favelada que escreve" - afinal, quem imaginou que favelados sabiam escrever? - torna-se perceptível a ousadia de Carolina de Jesus em escrever um diário autobiográfico, quando escrever era um hábito restrito à elite.

[52] Informação de um recorte de jornal do Última Hora, contida no verso da foto, com arquivo disponível na Coleção do Última Hora, no APESP.

Ao ser representada nas fotografias, a autora é retratada através de uma visibilidade estereotipada, que se encaminha para a invisibilidade, apagamento e esquecimento social. De modo geral, por meio das possibilidades que as fotografias apresentam na composição das notícias, foi possível analisar como a autora foi representada de maneira distintas, em diferentes momentos de sua vida, mas a imagem que é fixada, comercializada e importada para todo o mundo, é uma representação de uma Carolina perdida, confusa e distante da sua nova realidade; mas que ao mesmo tempo, suas escrevivências e todo seu trabalho literário nos mostra uma Carolina totalmente diferente daquela que foi construída midiaticamente.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular: História e Imagem.** Trad. Vera Maria Xavier dos Santos. 1ºed - São Paulo: Editora UNESP Digital, 2017.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações.** Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

FARIAS, Tom. ***Carolina: Uma Biografia*.** Ed. Malê. Rio de Janeiro. 2018.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In.: HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto.** Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p.225-244.

HALL, STUART. **Cultura e representação.** Organização e revisão técnica: Arthur Ituassu; Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Apicuri, 2016.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. ed.N-1 Edições. Tradução de Sebastião Nascimento. 2018.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom e LEVINE, R M. **Cinderela negra: a saga de carolina maria de jesus**. . Rio de Janeiro: Ufrj. 1994.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras.** (Org.) Alex Ratts. Editora Zahar. 2021

NASCIMENTO, Daniela de Almeida. **Carolina Maria de Jesus e a escrita de si como lugar de memória e resistência.** Dissertação: UNESP. Araraguara – SP. 2020.

NASCIMENTO, Raquel Alves dos Santos. **Quarto de Despejo de Carolina Maria de Jesus na Alemanha: mesma tradução, diferentes leituras - uma análise a partir dos paratextos das diversas edições sob a ótica da linguística de Corpus**. Tese (doutorado). USP- São Paulo, 2022.

PERPÉTUA, Elzira Divina. **A vida escrita de Carolina Maria de Jesus.** Belo Horizonte: Editora Nandyala, 2014.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres.** Tradução: Angela M. S. Córrea. 2ª ed. São Paulo, Contexto, 2017. p.01-39.

SANTOS, Tatiane Silva. **O corpo-fetiche: Representações da escritora Carolina Maria de Jesus no discurso jornalístico.** [Dissertação] USP- São Paulo. 2022.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: Novas Perspectivas.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p.63-95.

SOUSA, Germanda Henriques Pereira de**. Carolina Maria de Jesus: o estranho diário de uma escritora vira-lata**. Editora Horizonte. 2012.

Espacialidades
Revista dos Docentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

O ECLIPSE DE UM CORPOFLOR

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38271

Sanzia Pinheiro Barbosa[53]

Maria da Conceição Almeida[54]

RESUMO:
Analisamos, neste artigo, o termo "transmutação" em duas obras intituladas Corpoflor e Eclipse: espaço perecível de liberdade, de autoria da artista Castiel Vitorino Brasileiro, intelectual, travesti, escritora e psicóloga clínica, que, em sua produção intelectual e artística, defende a transmutação como um desígnio da vida. Ela compreende que a experiência de transfiguração de sua forma não se circunscreve à questão de gênero, mas constitui uma característica intrínseca aos seres viventes deste planeta. Castiel expande suas reflexões a partir das intimidades que pessoas travestis e corpos negros desenvolvem com outros seres que não os animais humanos. O artigo tece um percurso rizomático entre as questões e materialidades envolvidas nos dois trabalhos escolhidos e as discussões de Tiganá Santana, Conceição Almeida, Edgar Morin e Bunseki Fu-Kiau.
PALAVRAS-CHAVE: Transmutação, Castiel Vitorino Brasileiro, ancestralidades.

THE ECLIPSE OF A CORPOFLOR

ABSTRAT:
In this article, we analyze the term "transmutation" in two Works by the artist Castiel Vitorino Brasileiro, an intellectual, travesti, writer, and clinical psychologist: Corpoflor and Eclipse: espaço perecível de liberdade. In her intellectual and artistic production, she advocates for transmutation as a fundamental life principle. She

[53] Doutoranda em educação e Mestre em Ciências Sociais pela UFRN. Membra do Colegiado de Artes Visuais-Minc, participando da elaboração do Plano Nacional de Artes Visuais (2010/2012). Realizou diversas curadorias. Atua no circuito artístico em Natal/RN. http://lattes.cnpq.br/6300880545872909 aranha.asa@gmail.com

[54] Antropóloga, Doutora em Ciências Sociais pela PUC/SP. Líder do Grupo de estudos em complexidade GRECOM/UFRN. Professora titular da UFRN nos Programas de Pós-Graduação em Educação e em Ciências Sociais/UFRN. Membro da Association International pour la Pensée Complexe/Paris. Membro do Conselho Científico Internacional da Multiversidad Mundo Real Edgar Morin, (Hermosillo-México). Membro do Conselho da Cátedra para a la Transdisiplinaridad (Valladolid-Espanha). http://lattes.cnpq.br/9961862139964562 calmeida17@hotmail.com

understands that the experience of transfiguring her own form does not limit itself to a gender issue but it constitutes an intrinsic characteristic of all living beings on this planet. Castiel expands her reflections from the intimate relationships that travesti people and Black bodies develop with other non-human beings. The article traces a rhizomatic path between the issues and materialities involved in the two works and the discussions of Tiganá Santana, Conceição Almeida, Edgar Morin and Bunseki Fu-Kiau.
KEYWORDS: Transmutation, Castiel Vitorino Brasileiro, ancestrality.

Este artigo é um recorte da pesquisa em desenvolvimento no nível de doutorado, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN. Na tese, nossa intenção é problematizar a educação humanista como um dos pilares que sustentam o mundo tal como o conhecemos, cujo objetivo primordial é a racionalidade instrumental, a ênfase na formação do sujeito para o trabalho e a exclusão da arte e dos saberes tradicionais dos processos educativos. A artista Castiel Vitorino Brasileiro nos auxilia a ensaiar uma educação radicalmente aberta, que inclui as relações interespecíficas, complexas no sentido de contribuir para a construção de práticas educativas fundadas em uma multirreferencialidade característica da arte contemporânea e no aprendizado das relações não hierarquizadas.

Neste artigo, analiso duas obras de Castiel Vitorino Brasileiro, Corpoflor e Eclipse: espaço perecível de liberdade, para refletir com a artista sobre o termo "transmutação". O artigo percorre um caminho rizomático entre as questões e materialidades envolvidas nos dois trabalhos escolhidos.

Castiel Vitorino Brasileiro (1996) é artista, intelectual, travesti, escritora, psicóloga clínica (UFES), macumbeira e mestre em psicologia clínica (PUC/SP). Sua produção intelectual e poética constitui uma crítica às amarras do colonialismo e, sobretudo, da modernidade, valendo-se de sua própria experiência estética e cultural. A artista desenvolve uma pesquisa no entrelaçamento entre vida, morte, racialidade,

cultura bantu e a macumba. Produz em diferentes linguagens e meios, como a performance, o vídeo, a fotografia, a pintura, o desenho, a instalação, a escultura e o objeto, integrando o grupo de jovens artistas que articulam o renascimento de uma cena de arte brasileira influenciada pelas histórias negrxs e indígenxs.

Corpoflor é uma série de fotoperformances iniciada em 2016 e que hoje conta com mais de 90 imagens, apresentando um híbrido de humano e vegetal. Este trabalho discute o esquecimento promovido pela modernidade de que somos seres em transmutação, entrelaçados com todas as espécies do planeta por meio da bioquímica. A produção de Corpoflor começou no segundo ano da graduação de Castiel em Psicologia, na Universidade Federal do Espírito Santo, e surgiu como uma promessa feita a si mesma: continuar transfigurando. Para a artista, a promessa é uma experiência impossível de tradução ou de comunicação; ela não exige explicações, por que se incorpora numa realização.

Talvez alguns vejam em Corpoflor um autorretrato. O autorretrato é um tema que atravessa toda a história da arte de narrativa europeia e americana, desde a arte rupestre até a arte contemporânea. A autorrepresentação não é necessariamente uma cópia fiel da imagem física dos artistas, mas quase sempre é a expressão da maneira como eles se veem, se entendem e lidam com suas questões como viventes deste mundo.

Figura 01 - Corpoflor - Série fotográfica - Vitória, 2016—2021/Primeiras fotoperformances





Fonte: https://castielvitorinobrasileiro.com/Trabalhos

Corpoflor é um retrato do que somos. A microbiologia tem chamado a atenção para o corpo humano como um sistema vivo. O corpo do Homo sapiens demens é uma ambiência que abriga outros seres para se constituir enquanto um sistema vivo, composto por uma grande quantidade de células microbianas que formam o microbioma humano, um conjunto de bactérias, vírus e fungos somando aproximadamente 100 trilhões de células; ou seja, 90% de nossas células não são humanas. O conceito de microbioma humano foi sugerido pela primeira vez por Joshua Lederberg (1925-2008), que definiu o termo como a "comunidade ecológica de microrganismos comensais, simbióticos e patogênicos que compartilham o nosso espaço corporal". Quando pensamos em genes, em termos numéricos, os genes desses microrganismos estão no corpo humano 100 vezes mais do que os genes do hospedeiro; assim, somos 99% micróbios e 1% humanos.

Temos diversas comunidades de microrganismos presentes na pele, nos pulmões, no trato urogenital e no trato gastrointestinal (Antunes, 2024). Nas últimas décadas, as investigações se multiplicaram tanto que deram origem a um novo campo na microbiologia, denominado microbioma humano (Lima, 2024). Essas investigações demonstram quão complexa é a composição de nosso corpo, para além da visão antropocêntrica de que somos apenas o resultado de genes que se juntam em um óvulo fertilizado. Corpoflor é um lembrete de que somos seres

encruzilhados, uma obra encarnada, um corpo de saberes e memórias, uma desconstrução do corpo humano como máquina biológica constituída por sistemas excepcionais. Para Conceição Almeida, o paradoxo é a nossa forma de ser e viver mais substancial e arcaica.

> A condição humana é gestada na multiplicidade, comporta mestiçagem e hibridação de fenômenos físicos e metafísicos, bióticos e pré-bioticos, coletivos e individuais, orgânicos e supra orgânicos, naturais e artificiais. A permanente metamorfose da espécie humana na Terra tem as marcas da necrose e da regeneração, como em toda metamorfose. (ALMEIDA, 2017, p. 143)

Contrário ao nosso entendimento do que seja um animal humano. A nossa condição é marcada pela pluralidade, incluindo aspectos e entrelaçamentos diversos. A constante transmutação revela um ecosistema complexo no qual padrão e repetição; criação e bifurcação dão forma ao nosso corpo e existir.

Corpoflor é uma performance, uma prática poética marcada por um intenso nomadismo de formas e um insubmisso movimento de mutação que fratura a noção de representação e confunde ficção e vida. Não cabe em categoria alguma; é uma arte das margens e do centro, essencialmente efêmera por sua natureza viva, temporal, é política por princípio. Rompe as estruturas tradicionais da representação cênica, trocando o ensaio pelo risco do acaso como elemento fundamental de sua linguagem. A performance existe enquanto ações, interações e relações. "As performances marcam identidades, dobram o tempo, remodelam e adornam o corpo e contam histórias" (Schechner, 2006, p. 29).

Leda Maria Martins, poeta, ensaísta, dramaturga e professora, no livro *Performance do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela*, escreve sobre a performance como transcrição de saberes ancestrais. Elabora o conceito de corpo-tela, que se aproxima da poética de *Corpoflor*.

> o corpo-tela é um corpo-imagem constituído por uma complexa trança de articulações que se enlaçam e entrelaçam, onduladas com seus entornos,

> imantadas por gestos e sons, vestindo e compondo códigos e sistemas. Engloba movimentos, sonoridades e vocalidades, coreografias, gestos, linguagem, figurinos, pigmentos e pigmentações, desenhos na pele e no cabelo, adornos e adereços, grafismos e grafites, lumes e cromatismos que grafam esse copo/corpus, estilisticamente como locus e ambiente do saber e da memória (Martins, 2021, p.79).

Castiel refuta a afirmação de alguns curadores que relacionam *Corpoflor* à sua experiência de transição de gênero. Sua questão ultrapassa a binariedade que é craquelada em seu corpo negro e não cisgênero, reelaborando as experiências de racialidade e desobidiência de gênero. Ela vive a transmutação como um fenômeno permanente da vida terráquea. Transmutamos em todas as direções durante toda a nossa vida e para além dela, pois a morte nada mais é do que outra fase do movimento da vida que ocorre no universo de maneira contínua em ciclos alternados.

Transmutação é um verbo transitivo que significa modificar ou fazer modificar-se, transformar-se. Segundo o Dicionário Aurélio, transmutação é a ação ou efeito de transmutar; substantivo usado na genética, que diz respeito à modificação de uma espécie nova a partir da acumulação de mutações que ocorrem na espécie original; na química, é a ação de transformar um elemento químico em outro; e na física, é toda reação nuclear capaz de transformar um nuclídeo em outro.

Edgar Morin, ao se referir à vida como criadora de criatividade, observa as transmutações contínuas naquilo que ele chama de "arte da metamorfose: das sementes às plantas, do ovo ao animal adulto, do embrião mamífero em sua placenta ao adulto, por fim, da lagarta rastejante à borboleta e à libélula" (Morin, 2020, p. 60). Esses processos de transformação citados pelo pensador revelam o aspecto polimórfico da vida. A vida, em seu permanente recomeço, provoca inúmeras reconfigurações de formas.

Figura 02 - Corpoflor - Série fotográfica - Vitória, 2016—2021/foto performances



Fonte: https://castielvitorinobrasileiro.com/Trabalhos

A cultura Banto é uma das fortes influências na produção poética de Castiel. Dos 10 milhões de africanos trazidos às Américas pelo comércio escravista, quase metade era constituída por povos bantos, que habitavam a região da África Central onde atualmente se encontram países como Angola, Moçambique, Congo, entre outros. O congolês Bunseki Fu-Kiau, filósofo e profundo estudioso da cosmologia africana dos bantu-kongo, afirma que, para esses povos, a vida de um ser humano habitante do planeta Terra

> é um contínuo de transformação, um ser-vivo-de-vida-e-morte. Um ser de movimento ininterrupto, através das quatro etapas de equilíbrio entre uma força vertical e uma força horizontal. A força horizontal é fundamental, a chave para abrir ou fechar, para entrar ou sair do mundo diurno, ou do mundo noturno. A força vertical, aquela perigosa e dominante, é secundária no equilíbrio exigido para a vida da comunidade, de suas relações religiosas. (Santana, 2019, p. 33)

Figura 03 - Série Corpoflor, fotoperformance 2016-2021



Fonte: Catálogo Castiel Vitorino Brasileiro: Eclipse
https://pt.scribd.com/document/511734236/catalogo-Castiel-Vitorino-Brasileiro-Eclipse

No livro de sua autoria *Quando o sol aqui não mais brilhar: a falência da negritude,* Castiel frequentemente nomeia o racismo como "ficção da raça", destacando o caráter narrativo e transitório dessa forma colonial fundamental de controle sobre os corpos, que ainda sustenta a estrutura do capitalismo global. A artista produz uma crítica à racialidade como uma reinvenção da memória do colonialismo, afirmando sua imensurabilidade, pois sua pele negra se alinha com a negridão do universo, e em seu corpo circula o mesmo carbono que habita as estrelas.

Tornar-se imensurável, segundo a artista, é uma crítica criativa aos processos de racialização, ao "tornar-se negro", compreendendo esse processo como um dos aspectos da violência racial no Brasil e uma reiteração da mitologia moderna, pois entende que tal violência está na própria existência da categoria "raça". Para Castiel, a racialização é um manejo da vitalidade do corpo negro, uma vez que um dos

principais argumentos para a escravização de pessoas de pele escura foi a afirmação da inexistência de nossas almas. Ela propõe "evitar a raça para transfigurar a história".

Para a autora, criar e imaginar novas histórias é uma questão de intimidade com seres que não são humanos. É entender nossos laços com a lua, o sol e tudo que existe além do planeta Terra, promovendo uma disputa imagética e uma narrativa intelectual sobre a intimidade que pessoas negras desenvolvem com vidas que não as humanas/brancas. Castiel descreve a intimidade multiespécie como uma prática vital para experimentarmos momentos perecíveis de liberdade em nosso cotidiano na plantation. Esse entendimento de nossa conexão com outras formas de vida enriquece nossas experiências e promove a percepção da transmutação permanente, característica da vida no planeta Terra.

O diálogo com os diferentes reinos da biosfera da Terra é uma preocupação constante de Castiel, presente em sua produção artística e em seu discurso. A artista percebe os corpos negros como sistemas vivos que, ao sofrerem as flutuações cotidianas da mentira moderna da racialização, se reorganizam em fuga, reinventam-se ao mesmo tempo que mantêm sua natureza terráquea. As benzedeiras são um exemplo de fuga. Para a artista, "tornar-se benzedeira" não é a mesma coisa que "tornar-se negra", pois as benzedeiras cultuam metamorfoses, enquanto a racialização cultua o esquecimento da transfiguração. Nas palavras da artista, as benzedeiras são:

> seres que articulam sua onto-biologia numa outra gênese que não as das raças negro e índio. São seres que não somente compreendem os trançados da vida plantae numa desarticulação da ideia moderna de família, e, por assim o fazer, passam a perceberem-se como matérias integradas neste enorme e complexo processo biológico chamado planeta Terra (Brasileiro, 2022, p. 35).

De sua parte, a artista Luana Vitra (MG), cuja poética é fortemente voltada ao reino mineral, diz que o ferro em corrosão está em seu momento de libertação. Contrárias aos humanistas que negam sua condição animal, essas pessoas não se

ressentem em reconhecer sua animalidade, sua existência simbiótica com os reinos *Plantae, Fungi, Animalia, Protista e Monera.*

Eclipse: Espaço perecível de liberdade é uma instalação exibida no Hessel Museum of Art, em Nova York, em 2021. Constituída de terra, sal, carvão, uma bacia de pedra, água, tecido e vídeo, a instalação ocupa um nicho de 4,25 m de altura e 4,80 m de diâmetro, imersa em um ambiente escuro. Integra o conjunto de obras da exposição individual que teve como título Eclipse: Castiel Vitorino Brasileiro. Nesta exposição são exibidas diversas obras da artista, que, segundo o curador Bernardo Mosqueira, são resultado de experiências de processos de cura, entendida por Castiel como "um estado provisório de alinhamento entre as inúmeras vidas que simultaneamente compõem uma pessoa" (Bernardo, 2021, p. 16).

O diâmetro que dá forma à instalação tem em sua base terra; sobre esta, o carvão; depois, o sal; e, no centro, uma bacia de pedra com água que recebe a projeção do vídeo Faça-me um pedido. Os elementos que compõem a instalação — sal, água, carvão e terra — são, na umbanda, catalisadores de energias. No texto de abertura do catálogo, Mãe Matilde de Oyá afirma que o carvão representa a força de Exu, tanto para benzer quanto para eliminar feitiços. A obra é um espaço de cura, um convite a entrar em eclipse, ou seja, a ofuscar e obscurecer nossa intensa luminosidade moderna, traduzida nas certezas científicas.

O eclipse ocorre quando um astro é ocultado total ou parcialmente por outro astro ou pela sombra de um corpo celeste. Podem ser solares ou lunares e acontecem quando a Terra, a Lua e o Sol estão alinhados em seus movimentos de interações gravitacionais. A palavra "eclipse" deriva do grego antigo ékleipsis, que por sua vez deriva do verbo ekleipõ, que significa "deixar para trás". O que podemos deixar para trás? A ordem que nos impede de viver a alegria e a intensidade do desabrochar de um corpoflor em seus infinitos momentos de perecividade? Parece-nos que esse é o permanente convite da artista.

A abordagem da artista parte da recusa em aceitar categorias como meios legítimos de definir verdades, enfatizando o caráter fictício e arbitrário das classificações e definições que adotamos. Ela se empenha em enfrentar as consequências concretas e prejudiciais do uso radical e histórico desses modos coloniais de ordenar o mundo (Mosqueira, 2021). As respostas de Castiel, na entrevista publicada no catálogo, articulam fugas, saídas de uma onto-epistemologia que hierarquiza e subordina saberes religiosos e espirituais.

> Vejo essa subordinação como um reflexo da ideia de que apenas os "Outros" estruturam suas sociedades a partir da religiosidade e espiritualidade. Esse é um dos aspectos da violência racial: rebaixar qualquer conhecimento religioso e espiritual, estabelecer a ciência moderna/branca como a única forma correta e eficaz de compreender o mundo, e rotular modos de vida e tecnologias diferentes, ou incompreensíveis para a branquitude, como "não científicos" e "meramente religiosos." Para mim, a cura representa um afastamento dessa narrativa moderna. A cura é um movimento passageiro, embora profundamente presente. Ela é efêmera, é uma temperatura, um sabor, um ritmo, uma densidade. Na minha vivência, a cura não segue o ideal iluminista de limpeza, clareza e linearidade. Pelo contrário, eu a vejo como mistura, sujeira, contradição e desencontro (Vitorino, 2021, p. 19).

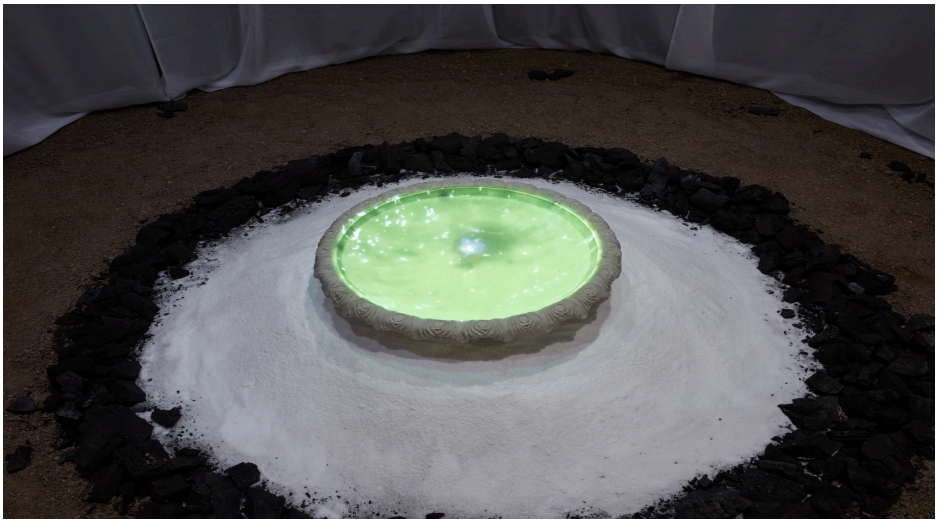
A instalação, imersa em escuridão, tem um ponto de luminosidade produzido pela projeção do vídeo *Faça-me um pedido*, no qual a sereia Castiel nada e canta em movimentos de contração e expansão. A sonoridade sugere um ritual, o anúncio de um acontecimento. Emite sons que se assemelham a uma reza, um benzimento. Para a artista, "as sereias são criaturas híbridas e maravilhosas que resistem em ser definidas pelos instrumentos do racionalismo, ainda que sejam acessíveis pela imaginação" (Brasileiro, 2021, p. 29). Nesse sentido, podemos especular sobre nossa ancestralidade aquática, dada a presença de algumas características no corpo humano que são mais frequentes em mamíferos aquáticos do que em terrestres, como o controle consciente da respiração, uma espessa camada de gordura sob a pele e membros inferiores mais longos que os superiores.

Figura 04 - Eclipse: instalação, terra, sal, carvão, água e projeção. 2021



Fonte: Catálogo Castiel Vitorino Brasileiro: Eclipse
https://pt.scribd.com/document/511734236/catalogo-Castiel-Vitorino-Brasileiro-Eclipse

Figura 06 - Eclipse, detalhe da instalação, terra, sal, carvão, bacia de pedra, água e projeção. 2021



Fonte: Catálogo Castiel Vitorino Brasileiro: Eclipse
https://pt.scribd.com/document/511734236/catalogo-Castiel-Vitorino-Brasileiro-Eclipse

Figura 04 - Faça-me um pedido, vídeo projetado na bacia d'água .6'29", 2021.



Fonte: Catálogo Castiel Vitorino Brasileiro: Eclipse
https://pt.scribd.com/document/511734236/catalogo-Castiel-Vitorino-Brasileiro-Eclipse

A forma de *Eclipse* (2021) faz referência ao cosmograma Bakongo Dikenga, uma síntese da cosmologia africana sistematizada por Bunseki Fu-Kiau. O dikenga dia kongo representa os estágios ontológicos de tudo o que pode ser circunscrito por este mundo (nza yayi). Apresentado no cosmograma kongo, ele consiste em quatro estágios ontológicos: musoni, kala, tukula e luvemba. Vejamos como Tiganá Santana, estudioso do filósofo Fu-Kiau, interpreta esses estágios ontológicos:

> Musoni, ligado à cor amarela, é não ser ainda físico ou não ser mais físico, tangível. Kala, que vem a significar 'residir' ou, literalmente, 'ser' — em sua acepção principalmente verbal —, corporifica, representado pela cor preta, o estágio em que este ser como ação torna-se entidade "visível". Noutro estágio, associado à cor vermelha, encontramos tukula (do verbo kula: crescer, amadurecer, desenvolver [-se]) e as coisas e situações em seu estado de zênite, de mais ativa proficuidade, de ação propriamente dita. Por fim, luvemba vem a ser o estágio de desintegração física, o morrer, o findar começar, as grandes transmutações das coisas que são, o desintegrar-se da dimensão tangível e ir ao insondável. O radical vemba designa, entre outras acepções, 'agrisalhar-se'. Tal estágio conecta-se à cor branca (Santana, 2020, p. 6).

O cosmograma Bakongo simboliza o movimento em espiral do tempo e representa a vida (as existências) como uma série de mortes e renascimentos contínuos. Os diferentes materiais que compõe a obra trazem em si esse contínuo de

transformação seres-vivos-de-vida-e-morte. A terra, rica em matéria orgânica, tem o poder de processar a morte e alimentar a vida. O carvão obtido a partir de queima controlada da madeira, é a presença da árvore morta, leve, também usado para fins medicinais. Desde os tempos sem início que o sal é utilizado e valorizado, tanto em seu uso na vida diária quanto em seu significado sagrado e profano, como uma conexão entre as pessoas e o sagrado. Em ambos o sal representa preservação e incorruptibilidade, aplicando-se tanto à conservação de alimentos quanto aos valores espirituais.

Castiel radicaliza a imaginação de si e convida o visitante ao seu mergulho — a um encontro com a sereia e com a água viva. Eclipse é um espaço perecível de liberdade. "Perecível" aqui é entendido como algo que está destinado a extinguir-se, a deteriorar; é também aquilo que perdura na vida terráquea. Enquanto "liberdade", segundo a artista, é uma situação espaço-temporal: a experiência de criar, viver e desejar após ultrapassarmos os limites ontológicos criados pela colonialidade. Podemos pensar que situações espaços-temporais são criações de "possíveis que estão sempre em potência, em suspensão, em estado de flutuação. Partículas podem se separar, forjar estrelas, formar planetas e finalmente engendrar a vida." (ALMEIDA, 2017, p. 241)

Corpoflor e Eclipse: espaço perecível de liberdade são lembretes da liberdade real da transmutação permanente e de que somos seres encruzilhados. Um convite a imensurabilidade de todo habitante do universo, um convite a desobediência a esse mundo patriarcal, heteronormativo, branco, fundado na colonialidade; desobediência em favor de nossas naturezas profundas e sutis.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria da Conceição. Ciências da complexidade e educação: razão apaixonada e politização do pensamento. Ed. Appris, Curitiba, 2017.

ANTUNES, Luis Caetano Martha. A microbiota humana. Disponível em: https://cienciahoje.org.br/artigo/a-microbiota-humana/. Acesso em: 01 ago. 2024.

BRASILEIRO, Castiel Vitorino. Quando o sol aqui não mais brilhar: a falência da negritude. 1. ed. São Paulo: Hedra, 2022. (coleção Lampejos).

BRASILEIRO, Castiel Vitorino. BERNARDO, Mosqueira. Eclipse: Castiel Vitorino Brasileiro: catálogo da exposição individual Castiel Vitorino Brasileiro: eclipse. Hessel Museum (org.), 2021

CARDOSO, Vanesa Marques. O microbioma humano. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2015.

LIMA, Leonardo. Programa Na Onda da Vida. Disponível em: https://www.ufmg.br/ciencianoar/conteudo/o-ecossistema-humano/. Acesso em: 24 maio 2024.

MORIN, Edgar. Conhecimento, ignorância, mistério. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

SANTANA, Tiganá. Abrir-se à hora: reflexões sobre as poéticas de um tempo-sol (Ntangu). Revista Espaço Acadêmico, ano XX, nº 225, nov.dez. 2020.

SANTANA, Tiganá. A cosmologia africana dos bantu-kongo por Bunseki Fu-kiau: tradução negra, reflexões e diálogos a partir do Brasil. 2019. Tese (Doutorado em Estudos da tradução) - Departamento de letras Modernas, Universidade de São Paulo, 2019.

SCHECHNER, Richard. O que é performance? In: SCHECHNER, Richard. Performance studies: an introduction. 2. ed. New York; London: Routledge, 2006.

ST-15: ANTROPOCENO E HISTORIOGRAFIA: MUDANÇAS CLIMÁTICAS, HISTÓRIA AMBIENTAL E NOVAS PERSPECTIVAS HISTORIOGRÁFICAS

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN

ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

DIANTE DO FIM DO MUNDO:
posicionando a religião no antropoceno

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38535

Sinuê Neckel Miguel[55]

RESUMO:
A problemática do antropoceno vista em perspectiva histórica enseja diversas questões, como a dos regimes de historicidade e as conexões entre histórica ambiental e histórica global. Entendemos que o estudo histórico das religiões conecta-se diretamente com o tema do antropoceno na medida em que as religiões elaboram visões da natureza (um conceito-chave para o antropoceno) que repercutem sobre ela. Essas elaborações também dizem respeito à temporalização da experiência humana em sua dinâmica com o espiritual/divino/sagrado. Notadamente, visões apocalípticas, isto é, do fim do mundo, são remobilizadas no tempo do antropoceno. Em face dessas constatações, apontaremos para alguns caminhos que aproximam a história das religiões e a histórica ambiental na encruzilhada do antropoceno.
PALAVRAS-CHAVE: antropoceno; religião; fim do mundo.

FACING THE END OF THE WORLD: Positioning Religion in the Anthropocene

ABSTRACT:
The problem of the Anthropocene seen from a historical perspective raises several questions, such as the regimes of historicity and the connections between environmental history and global history. We understand that the historical study of religions is directly connected to the theme of the Anthropocene insofar as religions develop visions of nature (a key concept for the Anthropocene) that have repercussions on it. These elaborations also concern the temporalization of human experience in its dynamics with the spiritual/divine/sacred. Notably, apocalyptic visions, that is, of the end of the world, are remobilized in the time of the Anthropocene. In light of these findings, we will point to some paths that bring together the history of religions and environmental history at the crossroads of the Anthropocene.

[55] Bacharel em História pela UFRGS, mestre em História pela UNICAMP e doutor em Ciências Sociais pela UNICAMP. Professor no Departamento de História da UFRN. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/1057876824489797. E-mail: sinue.miguel@ufrn.br

KEYWORDS: Anthropocene; religion; end of the world.

A história das religiões registra perspectivas bastante diversas no que diz respeito aos modos de apreciação da natureza, com importantes implicações para a elaboração do humano em perspectiva relacional ao divino e àquilo que se considera natural. Para mencionar uma dessas perspectivas, nos séculos XVII e XVIII, conforme Keith Thomas, desenvolve-se na Inglaterra uma concepção filosófica e teológica de clivagem total entre o homem e a natureza, radicalizando a concepção amplamente aceita de que a natureza tinha como único propósito servir àquele a quem Deus teria concedido o privilégio de reinar (THOMAS, 1988, 21-60). Outros autores, como Evan Berry, destacam as raízes religiosas do ambientalismo (BERRY, 2015), de certo modo respondendo às críticas elaboradas por Lynn White Jr. em seu influente artigo *The Historical Roots of Our Ecological Crisis*, de 1967, no qual sustentou que o cristianismo teria contribuído para desenvolver uma atitude não ecológica no ocidente, devido a elementos como a dessacralização da natureza pela rejeição do paganismo, derivada de uma concepção radicalmente transcendente de Deus.

Com o avanço do debate ecológico e a proliferação de suas diversas expressões políticas desde pelo menos a segunda metade do século passado, as religiões têm sido provocadas a reagir sobre os problemas ambientais, tendo em vista sobretudo seu alcance crescente em termos de gravidade. O elevado risco de um colapso ecológico global impõem à reflexão ética e religiosa um novo enquadramento: o ser humano tornou-se capaz de provocar a sexta extinção em massa das espécies que habitam o planeta Terra, inclusive a sua própria, no curso de uma escalada da catástrofe climática eventualmente incontrolável e irreversível. Um aspecto importante das relações entre religiões e natureza, no tempo do antropoceno é, portanto, a emergência de novas perspectivas de fim do mundo.

Defendemos, então, nesse trabalho, uma aproximação entre a história das religiões e a história ambiental, procurando responder ao problema de escala posto por Dipesh Chakrabarty (2021) ao apontar a insuficiência do global para dar conta do objeto antropoceno. Lembramos que é próprio das religiões a tentativa de compreensão de macro objetos, como o cosmos, o caos, a origem e o destino do mundo, deus e o sentido da existência, amarrando passado, presente e futuro com a atribuição de significados e de propósitos que ultrapassam a existência limitada de indivíduos mortais. Com isso, analisaremos, introdutória e panoramicamente, distintos olhares das religiões sobre a natureza e o antropoceno.

Religião e natureza: alguns apontamentos

Na medida em que as religiões oferecem cosmovisões, a natureza é forçosamente um de seus componentes fundamentais. Mesmo que em negativo, quando se elabora alguma forma de rejeição do mundo natural em favor de algum tipo de realidade transcendente, concebida como puramente "espiritual", a natureza continua sendo estruturante para o pensamento religioso.

É, portanto, vasto o campo de relações entre religião e natureza, que tem sido estudado com mais atenção principalmente dos anos 1990 em diante. Não vamos revisar, nesse artigo, a ampla literatura sobre o tópico em questão. Antes, trataremos de tecer algumas considerações sobre aspectos que julgamos mais importantes para nos aproximarmos da problemática do antropoceno.

Como sintetiza Mary Evelyn Tucker:

> As cosmovisões de uma cultura estão contidas em cosmologias religiosas e são expressas através de rituais e símbolos. Cosmologias religiosas descrevem a experiência de origem e mudança em relação ao mundo natural. Rituais e símbolos religiosos surgem das cosmologias e são fundamentados nas dinâmicas da natureza. Eles fornecem ricos recursos para encorajar a transformação espiritual e ética na vida humana. Isso é verdadeiro, por exemplo, no budismo, que vê a mudança na natureza e no cosmos como uma fonte potencial de sofrimento para o

> ser humano. O confucionismo e o taoismo, por outro lado, afirmam que as mudanças na natureza são a fonte do Tao[56]. (TUCKER, 2006, p. 400)

As tentativas de compreender as dinâmicas do mundo natural resultam em diversas formas de orientação para o agir humano, o que inclui adequação ao seu ambiente natural para a manutenção da vida, mas também em modos de transcendência, de superação da morte e do sofrimento:

> Em suma, as religiões têm sido catalisadores significativos para os humanos ao lidar com as mudanças e transcender o sofrimento, enquanto ao mesmo tempo enraízam os humanos nos ritmos da natureza e na abundância da terra. As tensões criativas entre humanos buscando transcender este mundo e desejando estar imersos nele são parte das dinâmicas das religiões mundiais. O cristianismo, por exemplo, oferece a promessa de salvação na próxima vida, bem como a celebração da encarnação de Cristo como humano no mundo. Da mesma forma, o hinduísmo destaca o objetivo de moksha, a libertação do mundo do samsara, ao mesmo tempo em que realça o ideal de Krishna agindo no mundo[57]. (TUCKER, 2006, p. 400)

Não obstante esse quadro de relações mais gerais, importa notar o caráter cambiante e relacional das representações sobre o mundo natural na ótica das religiões. Variando no tempo e no espaço, de acordo com o caráter agrário ou urbano da experiência dos elaboradores de doutrina, respondendo a dinâmicas políticas e econômicas, e em diálogo com as transformações na história das ideias, o

[56] Livre tradução minha. No original: "A culture's worldviews are contained in religious cosmologies and expressed through rituals and symbols. Religious cosmologies describe the experience of origination and change in relation to the natural world. Religious rituals and symbols arise out of cosmologies and are grounded in the dynamics of nature. They provide rich resources for encouraging spiritual and ethical transformation in human life. This is true, for example, in Buddhism, which sees change in nature and the cosmos as a potential source of suffering for the human. Confucianism and Daoism, on the other hand, affirm nature's changes as the source of the Dao" (TUCKER, 2006, p. 400).

[57] Livre tradução minha. No original: "In short, religions have been significant catalysts for humans in coping with change and transcending suffering, while at the same time grounding humans in nature's rhythms and earth's abundance. The creative tensions between humans seeking to transcend this world and yearning to be embedded in this world are part of the dynamics of world religions. Christianity, for example, holds the promise of salvation in the next life as well as celebration of the incarnation of Christ as a human in the world. Similarly, Hinduism holds up a goal of moksha, of liberation from the world of samsara, while also highlighting the ideal of Krishna acting in the world" (TUCKER, 2006, p. 400).

entendimento da natureza no quadro de cada religião se afigura um mosaico complexo quando visto em perspectiva histórica.

Para exemplificarmos, o caráter agropastoril das comunidades judaicas da palestina vinculava-se aos cultos agrários de fertilidade, como o festival de Sucot (Festa dos Tabernáculos), originalmente celebrado no final da colheita de verão e em preparação para estação chuvosa, e ressignificado no contexto da narrativa do êxodo no deserto. Essa forma de santificação da natureza passa a conviver com elaborações teológicas noutro contexto, o da tradição rabínica da baixa Idade Média, com a filosofia racionalista, o pietismo e a cabala (TIROSH-SAMUELSON, 2006, p. 28-30). Os contextos históricos específicos contribuem, portanto, para explicar permanências e mudanças, variações de foco e reelaborações. Prescrições como a proteção à vegetação ou o necessário descanso da terra, tendo em vista a manutenção da sua fertilidade, são frequentes em diferentes tradições religiosas. Mas isso não significa que o seu impacto nas sociedades que se referenciam nessas tradições seja sempre o mesmo.

Tendo em vista a importância do contexto histórico para as relações entre religião e natureza, podemos falar numa verdadeira "virada" ecológica no pensamento teológico a partir do final da década de 1960. O que Bron Taylor chama de "esverdeamento das religiões" (TAYLOR, 2006, p. 600).

É nesse cenário que ocorrem dois movimentos inter-relacionados: uma "ecologização" das tradições religiosas e uma "religiocização" de diretrizes ecológicas (SANTOS, 2024). Renan William dos Santos aponta para o "esverdeamento" das religiões a partir de uma agenda multifacetada que envolve não apenas o elemento reativo à crítica ao papel histórico das religiões (em particular, o cristianismo) na crise ambiental contemporânea, mas também uma dinâmica propositiva e também competitiva. A crise ecológica, nesse sentido, é interpretada frequentemente pela ótica de uma crise moral entendida nos moldes de

determinados valores religiosos. Assim, por vezes, a crítica à destruição ambiental vem acompanhada de uma crítica do "desvirtuamento" de tudo aquilo que seria considerado natural, como os papeis reprodutivos de gênero, e a rejeição ao que seria "antinatural", como a homossexualidade.

De todo modo, o movimento ambientalista e suas instituições de há muito se convenceram da necessidade de contar com as religiões para fazer avançar suas pautas. Em linhas gerais, as religiões parecem necessárias frente à insuficiência de apelos iluministas para enfrentar a grande crise ecológica do nosso tempo:

> O apelo racional à justiça, ao interesse próprio esclarecido, ou mesmo ao bem-estar das gerações futuras não parece ter tido sozinho um efeito ou tração significativos. Sensibilidades religiosas, sistemas de símbolos e preocupações éticas também são necessárias em toda a sua diversidade[58]. (GRIM e TUCKER, 2014, p. 20)

Há também uma revalorização de determinadas cosmologias indígenas e africanas como sendo religiões da natureza, que, ao sacralizarem os entes naturais, estariam por isso mesmo mais aptas a reverter a crise ecológica em curso.

Ao mesmo tempo, tensões e conflitos importantes emergem a partir desse amplo movimento de "esverdeamento" das religiões. No budismo, por exemplo, a ênfase na noção de interdependência, que aproximaria essa tradição espiritual à ecologia (veja-se a obra de Joanna Macy), é criticada por aqueles que apontam um desvio com relação ao caminho da libertação. Assim, o objetivo central do budismo não seria "salvar o planeta", mas sim a libertação do sofrimento, o nirvana (KAZA, 2006, p. 201).

No caso do cristianismo, como apontam Renan William dos Santos e Laurel Kearns (SANTOS e KEARNS, 2024), há uma reação cristã conservadora ao

[58] Livre tradução minha. No original: "The rational appeal to justice, to enlightened self-interest, or even to the well-being of future generations does not alone seem to have had a significant effect or traction. Religious sensibilities, symbol systems, and ethical concerns are also needed in all their diversity" (John Grim and Mary Evelyn Tucker, Ecology and religion, p. 20).

ambientalismo que atuaria como um Cavalo de Troia a seduzir as igrejas e comunidades cristãs com um discurso favorável à defesa da natureza – o que não passaria de um véu a encobrir uma agenda pagã, comunista e malthusiana.

Cristianismo, modernidade e antropoceno

Christophe Bonneuil e Jean-Baptiste Fressoz fazem uma leitura bastante fina e historicamente embasada da emergência do antropoceno – a época geológica em que "o ser humano" (categoria genérica problemática) se tornou uma força de escala planetária capaz de desestabilizar os grandes sistemas biogeofísicos, incluindo o clima da Terra. Embora reconheçam algumas linhas de força gerais - o "desencantamento" (Weber), a preeminência da "racionalidade instrumental" (Adorno e Horkheimer) –, os autores criticam abordagens que consideram demasiadamente generalizantes, sem foco, incriminando pela crise ambiental o "capitalismo em geral, ou pior ainda, 'a modernidade'" (BONNEUIL e FRESSOZ, 2016, p. 81 e 119). É com essa desconfiança que os historiadores franceses listam os "suspeitos de costume" que estariam na origem dos grandes problemas ecológicos de hoje:

> Para autores importantes, explícita ou implicitamente, os nossos males ecológicos se enraizaram na própria modernidade. Encontramos sob sua pena todos os *usual suspects* do grande afresco da história intelectual do Ocidente: em primeiro lugar, a ciência grega, que concebe a natureza como uma exterioridade sujeita a leis independentes das intenções humanas; depois o Cristianismo, que inventa a singularidade do homem dentro da Criação a ser dominada; finalmente, a revolução científica, que substitui uma visão organicista da natureza pela de um mecanismo inerte que pode ser modificado racionalmente. A questão escatológica da crise ambiental leva-os assim a oferecer narrativas imensas e majestosas, narrativas que destacam uma hipotética "grande

> divisão", uma grande separação entre o homem e o resto dos seres[59]. (BONNEUIL e FRESSOZ, 2016, p. 86)

Embora possamos concordar com a necessidade de pesquisa histórica empírica para compreender os (des)caminhos que conduziram às catástrofes ecológicas atuais, incluindo processos não lineares e dando a devida atenção para múltiplas agências, o recurso heurístico à força estruturante de macroprocessos históricos também é válido, desde que não seja um atalho analítico. O capitalismo ou a modernidade *podem* ser chaves explicativas, desde que devidamente elaboradas com substanciais nexos causais históricos que permitam o estudo dos diversos agentes e fatores condicionantes que efetivamente, em sua interação, conduzem à dramática situação presente. Dentro do quadro do capitalismo, por exemplo, faz todo o sentido pensar na tendência à marginalização dos alertas ambientais[60] destacados por Bonneuil e Fressoz desde a alvorada do antropoceno, no século XVIII, até a Grande Aceleração pós-1945, o que os autores chamam de "desinibição moderna" (BONNEUIL e FRESSOZ, 2016).

É com esse intento de procurar uma resposta complexa para a questão da origem do antropoceno (e de seus percursos) que podemos tecer algumas considerações sobre as religiões. A já mencionada tese do medievalista Lynn White Jr. sobre a tradição judaico-cristã como uma força determinante da disposição para a dominação/destruição da natureza no Ocidente serve como um bom ponto de partida para o debate sobre as relações do cristianismo com a modernidade e o

[59] Livre tradução minha. No original: "Pour des auteurs importants, de manière explicite ou implicite, nos maux écologiques s'enracineraient dans la modernité elle-même. On retrouve sous leur plume tous les *usual suspects* de la grande fresque de l'histoire intellectuelle de l'Occident : la science grecque tout d'abord, qui conçoit la nature comme une extériorité soumise à des lois indépendantes des intentions humaines ; le christianisme ensuite, qui invente la singularité de l'homme au sein de la Création à dominer ; la révolution scientifique enfin, qui substitue à une vision organiciste de la nature celle d'une mécanique inerte que l'on peut modifier rationnellement. L'enjeu eschatologique de la crise environnementale les pousse ainsi à en proposer des récits immenses et majestueux, des récits mettant en avant un hypothétique « grand partage », une grande séparation entre l'homme et le reste des êtres. (BONNEUIL e FRESSOZ, 2016, p. 86)

[60] José Augusto Pádua desenvolve o tema dos alertas para as possíveis consequências da degradação da natureza no Brasil de fins do século XVIII até o fim do século XIX (PÁDUA, 2004)

antropoceno. Conforme, Keith Thomas, o breve artigo de White Jr (1967) tornou-se "quase que uma bíblia pra os ecologistas de nossos dias" (THOMAS, 1988, p. 28).

White Jr. remonta ao passado medieval inovações tecnológicas agrícolas importantes (como o arado pesado desenvolvido no norte da Europa, puxado por oito bois) que teriam sido decisivas nos desenvolvimentos futuros do Ocidente e no seu impacto ecológico. Mas insiste que a atitude exploradora (visível nos calendários ilustrados francos, com homens arando, colhendo, cortando árvores e abatendo porcos) dependia do que as pessoas pensavam "sobre si mesmas em relação às coisas ao seu redor", isto é, a "ecologia humana é profundamente condicionada por crenças sobre nossa natureza e destino—ou seja, pela religião". O historiador entende que a "vitória do cristianismo sobre o paganismo foi a maior revolução psíquica na história da nossa cultura". A narrativa bíblica, no livro do Gênesis, é destacada por dar suporte ao antropocentrismo em termos de dominância sobre a natureza, cujos seres não teriam nenhum outro propósito senão servir aos propósitos humanos (WHITE JR., 1967, p. 1205). A transcendência de deus com relação à natureza prolonga-se no dualismo entre esta e o homem (criado à imagem e semelhança de deus)[61].

Diversas reações críticas seguiram-se ao artigo de White Jr., como um artigo de Lewis W. Moncrief, em que outros fatores que não a ética religiosa ganham proeminência na explicação da crise ambiental – como o capitalismo e a democratização que aumentaram a urbanização, a riqueza, a população e a propriedade de recursos individuais -, além de fatores específicos, como o papel da fronteira na conformação da sociedade norte-americana, em que a natureza aparece

[61] White Jr. ainda tece considerações sobre as diferenças entre o cristianismo no ocidente (salvação pela ação) e o cristianismo oriental (salvação pelo intelecto), derivando dessa diferença o embasamento para uma atitude mais ativa com relação à natureza, isto é, mais propícia ao desenvolvimento da ciência e da técnica. E, por fim, aponta para uma tradição cristã alternativa, capaz de fazer frente à crise ecológica: a perspectiva de Francisco de Assis (White Jr. 1967, p. 1205-1207).

mais como obstáculo do que recurso, enquanto aquilo que se percebe como recurso natural aparenta ser inesgotável (MONCRIEF, 1970).

Keith Thomas recupera alguns dos argumentos dos críticos de White Jr., insistindo que os "problemas ecológicos não são exclusivos do Ocidente, pois a erosão do solo, o desmatamento e a extinção de espécies tiveram lugar em partes do mundo onde a tradição judaico-cristã não teve qualquer influência" (THOMAS, 1988, p. 29). Dos maias aos chineses, abundam exemplos de povos que em algum momento de sua história agiram como vetores importantes de degradação ambiental. Nesse sentido, é interessante notar que religiões orientais, como o confucionismo e o taoismo, mesmo com uma visão de mundo antropocósmica que interconecta o divino, o humano e a natureza, não preveniram a degradação ambiental na Ásia, seja no período moderno ou pré-moderno:

> No período pré-moderno, governos centralizados sancionaram a exploração de recursos, muitas vezes desconhecendo os limites ecológicos. No período moderno, essa degradação é causada pela rápida taxa de modernização, impulsionada pela explosão populacional, aumento do consumo e necessidade de novas fontes de energia. Em ambos os casos, a disjunção entre ideias religiosas sobre a natureza e o uso da natureza é evidente[62]. (GRIM e TUCKER, 2014, p. 23)

Frente a esse debate podemos levantar o problema da agência religiosa: a religião apenas expressa o "espírito do tempo" ou pode ser considerada uma variável independente, condicionante desse "espírito do tempo"?

A tese weberiana sobre a afinidade eletiva entre ética protestante e o espírito do capitalismo, embora alvo de muitas críticas, fornece um modelo de associação possível entre desenvolvimentos econômicos e aspectos morais/culturais. Isso é importante porque a economia, de um ponto de vista histórico, não deve ser

[62] Livre tradução minha. No original: "In the premodern period centralized governments sanctioned the exploitation of resources, often unaware of ecological limits. In the modern period this degradation is caused by the rapid rate of modernization, driven by population explosion, increased consumption, and the need for new energy sources. In both cases the disjunction between religious ideas about nature and the use of nature is evident" (GRIM e TUCKER, 2014, p. 23).

pensada nem como uma abstração lógica nem como uma objetividade puramente material, como se não houvesse contexto simbólico e valores morais envolvidos com suas práticas.

De todo modo, o antropoceno tomado como evento histórico está visceralmente ligado ao capitalismo. Nesse sentido, localizar o modo como as religiões têm se posicionado diante do capitalismo constitui passo fundamental para compreender os possíveis arranjos que vão se constituindo no tempo presente entre religiões e determinadas visões prospectivas do futuro da humanidade e do Planeta.

Como apontou William Coleman, nossa "crise ambiental moderna está intimamente ligada às práticas e crenças que, em diferentes períodos da experiência da sociedade ocidental, definiram padrões aceitáveis de comportamento econômico" (COLEMAN, 1976, p. 30). Coleman recupera a abordagem de White Jr., mas identifica o ponto de impacto decisivo do pensamento judaico-cristão no campo do individualismo econômico do século XVII (COLEMAN, 1976, p. 44). Para ilustrar seu argumento, Coleman cita os escritos do teólogo natural e clérigo inglês William Derham, caracterizados pela sanção cristã para o individualismo econômico e a acumulação de capital. Assim,

> A resposta cristã à atitude empreendedora foi muitas vezes positiva e de forma alguma simplesmente indiferente ou mesmo hostil. Os cristãos foram mantidos na fé, seja por meio de uma interpretação menos severa das exigências diárias da moralidade prática ou, como revela o caso de Derham, por meio de uma revisão doutrinária explícita. Membros da comunidade cristã não apenas se ajustaram ao individualismo econômico, mas o adotaram como seu. Ao fazer isso, reiteraram uma concepção ocidental de longa data da relação do homem com a natureza e o fizeram em um momento particular do desenvolvimento econômico europeu que permitiu que essa ética

> exploratória cobrisse uma implementação vasta e sem precedentes[63]. (COLEMAN, 1976, p. 40-41)

Em se tratando de cristianismo, em termos genéricos, Christopher Partridge ainda destaca o impacto da desvalorização do corpóreo/mundano em favor de uma vida futura exclusivamente espiritual, o que estimularia a indiferença com a vida material (PARTRIDGE, 2005, p. 51-54). Essa indiferença, que em princípio pode ser vista em sentido oposto ao da exploração da natureza, acaba sendo um elemento apassivador num cenário em que a natureza já vem sendo degradada. Ou seja, a indiferença não é o motor da crise ecológica, mas contribui para acomodar as pessoas à crise. Esse é um elemento particularmente importante para pensar o contexto do tempo presente.

Por outro lado, mesmo no ambientalismo que se estruturou a partir de análises científicas pode-se identificar motivações ou raízes espiritualistas. Aldo Leopold, o engenheiro florestal holístico que influenciou enormemente o ambientalismo conservacionista nos EUA, bebeu nas fontes do misticismo russo via Pyotr Demianovich Ouspensky, por sua vez influenciado pela teosofia. Rachel Carson, a aclamada bióloga autora de *Silent Spring* (1962), também possuía uma espiritualidade baseada na natureza (TAYLOR, 2006, p. 595-596). Evan Berry, por sua vez, defende a tese das raízes cristãs do ambientalismo norte-americano (BERRY, 2015).

Seria importante a elaboração de uma agenda de pesquisa capaz de examinar se as variações no discurso religioso sobre a natureza apenas "respondem" às mudanças sociais e econômicas ou se, ao contrário, a religião age como força de

[63] Livre tradução minha. No original: "The Christian response to the entrepreneurial attitude was often positive and by no means simply indifferent or even hostile. Christians were held to the faith either through a less stern interpretation of the daily demands of practical morality or, as Derham's case reveals, by explicit doctrinal revision. Members of the Christian community not only adjusted to economic individualism, they adopted it as their own. In so doing they reiterated a long-standing Western conception of man's relation to nature and did so at a particular moment in European economic development which allowed that exploitative ethic to cover farflung and unprecedented implementation" (COLEMAN, 1976, p. 40-41).

relativa independência, antecipando tendências ou contrariando ideias dominantes. Por outro lado, há sempre risco de excessiva simplificação ao procurarmos isolar determinadas "forças sociais" como causas principais. Captar a dinâmica relacional é um grande desafio analítico.

Fim do mundo e antropoceno: uma questão de religião

Uma das formas de pensar o antropoceno é do ponto de vista da sua temporalidade. A falta de horizonte, de preocupação com o futuro, própria da lógica imediatista impelida pelo movimento do capital, faz ruir a política como ação necessária ao entrelaçamento intergeracional. Chakrabarty recupera o argumento de Arendt acerca do habitar humano no mundo, dependente tanto de um trabalho produtor de artefatos intergeracionais, incluindo instituições e construções narrativas, quanto da política, como instância de ação em comum acordo (CHAKRABARTY, 2021, p. 9-10). Dialogando com essa perspectiva, podemos pensar nas religiões como uma espécie de artefato intergeracional. A religião, podemos sustentar, constitui-se numa instituição que amarra passado, presente e futuro com a atribuição de significados e de propósitos que ultrapassam a existência limitada de indivíduos mortais. Eis uma das razões porque ela vem sendo convocada a reagir à crise ambiental, já que teria o potencial de contribuir para fortalecer o senso de responsabilidade intergeracional.

Por outro lado, a temporalidade imposta pela emergência climática é de um prazo que não pode ser ultrapassado. A ideia de *tipping point* e a gravidade dos impactos para a vida humana não deixam margem para indefinidos prazos de negociação. O otimismo que acompanha a noção de progresso ou de uma longa marcha de uma história sempre prenha do novo, inclusive da superação de suas principais contradições, simplesmente esbarra numa *dead line*. Não há mais tempo

para sonhar com o fim do capitalismo em favor de um novo tempo[64]. Assim, é previsível que, com o antropoceno e a centralidade da emergência climática, perspectivas de fim do mundo retomem fôlego.

Aprofundemos a questão. A dimensão temporal é de grande importância para pensarmos o problema do fim do mundo e das suas concepções religiosas. Koselleck apontava para a importância do futuro pensado na perspectiva do progresso, caracterizado pela aceleração e pelo desconhecido, ainda que confiantemente rumando para um horizonte de perfeição (KOSELLECK, 2006, p. 36). Com isso, "o espaço de experiência deixou de estar limitado pelo horizonte de expectativa" (KOSELLECK, 2006, p. 318). Mas, por outro lado, a ciência e a técnica "estabilizaram o progresso como sendo a diferença temporal progressiva entre a experiência e a expectativa" (KOSELLECK, 2006, p. 321).

Numa chave otimista, típica da esperança redentora do progresso industrial, a humanidade assumiria o poder criador divino em suas próprias mãos. Saint-Simon assim se expressava nos anos 1820:

> o objeto da indústria é a exploração do globo, isto é, a apropriação dos seus produtos às necessidades do homem, e como, ao cumprir esta tarefa, modifica o globo, o transforma, muda gradualmente as condições de sua existência, o resultado é que por meio dela o homem participa, de alguma forma fora de si, das sucessivas manifestações da divindade, e assim continua a obra da Criação. Desse ponto de vista, a Indústria torna-se o culto[65]. (SIMON *apud* BONNEUIL e FRESSOZ, 2016, p. 11-12)

[64] Como bem aponta Chakrabarty, a institucionalidade de estruturas como a ONU foi desenhada para a resolução de conflitos com prazos indefinidos e numa escala que alcança, no máximo, o global. Isto é, o aparato institucional existente não é capaz de contemplar adequadamente a escala planetária e o prazo cerrado definido a partir do conhecimento científico acerca do sistema climático.

[65] Livre tradução minha. No original: "l'objet de l'industrie est l'exploitation du globe, c'est-à-dire l'appropriation de ses produits aux besoins de l'homme, et comme, en accomplissant celte tâche, elle modifie le globe, le transforme, change graduellement les conditions de son existence, il en résulte que par elle, l'homme participe, en dehors de lui-même en quelque sorte, aux manifestations successives de la divinité, et continue ainsi l'œuvre de la Création. De ce point de vue, l'Industrie devient le culte » (SIMON *apud* BONNEUIL e FRESSOZ, 2016, p. 11-12).

Ora, com o antropoceno essa possibilidade de controle, de planejamento, de ordenamento da ação humana no tempo ancorados na ciência e na técnica encontra-se em flagrante ameaça. É o que Rodrigo Turin chama de crise da disponibilidade da história à ação humana (TURIN, 2022). Não se trata mais apenas de pensarmos na paralisa alienante do discurso neoliberal que despolitiza o tempo, esvaziando a possibilidade de elaboração de alternativas para o nosso futuro (TURIN, 2019), mas de nos depararmos com uma força geológica cada vez mais constrangedora das margens de criação humana. No limite, nos depararmos com o risco crescente de uma espécie de fim da linha da marcha histórica. Evidentemente, abre-se aí o espaço de experiência para a recuperação do *telos* apocalíptico do cristianismo (justamente o horizonte de expectativa dominante antes da vitória do tempo do progresso).

Aqui, vale apontar para uma agenda de pesquisa que parece profícua: pensar nas relações entre as expectativas proféticas e milenaristas e as grandes catástrofes socioambientais, como aquelas que envolvem secas e enchentes[66]. Com as secas históricas e as doenças epidêmicas subsequentes do último terço do século XIX, que atingiram o Ceará e outras partes do Sul Global, uma "explosão de revelações milenaristas, insurreições e messias" caracterizaram o que Mike Davis classificou de holocaustos coloniais (DAVIS, 2022, p. 132). Um exemplo mais recente, que encontramos na literatura espírita, sobre a qual já pesquisamos, remete ao tsunami de 2004 que atingiu a Indonésia. Nesse caso, o sentido da destruição aparece como mais um sinal numa cadeia preparatória para a grande transformação planetária

[66] Conforme o balanço bibliográfico feito por Renan William dos Santos sobre os estudos estatísticos acerca de correlações entre fatores religiosos e atitudes ou comportamentos ecológicos, "a maioria se mostrou inconclusiva ou ambivalente". E, nos estudos em que houve a identificação de correlações significativas, a constatação mais frequente é de uma influência negativa de posturas "como fundamentalismo bíblico, sectarismo e a crença de que 'Deus está no controle'", provocando a diminuição da preocupação com os problemas ambientais (SANTOS, 2024, p. 5). Nesses casos, todavia, é inadequado pensar a religião como uma variável independente – vários fatores condicionantes vêm imbricados, como educação, idade, classe social e, principalmente, identidade política.

esperada, que implicaria em cataclismas físicos e numa espécie de "faxina moral" (MIGUEL, 2022, p. 196-199).

REFERÊNCIAS

BERRY, Evan. *Devoted do Nature: The Religious Roots of American Environmentalism*. Oakland: University of California Press, 2015.

BONNEUIL, Christophe e FRESSOZ, Jean-Baptiste. *L'Événement Anthropocène : la Terre, l'histoire et nous*. Paris: Éditions du Seuil, 2016.

CHAKRABARTY, Dipesh. *The Climate of History in a Planetary Age*. Chicago: The University of Chicago Press, 2021.

COLEMAN, William. Providence, Capitalism, and Environmental Degradation: English Apologetics in an Era of Economic Revolution. *Journal of the History of Ideas*, Vol. 37, No. 1, pp. 27-44, Jan.-Mar. 1976.

DAVIS, Mike. Holocaustos Coloniais: a criação do terceiro mundo. São Paulo: Veneta, 2022.

GRIM, John e TUCKER, Mary Evelyn. *Ecology and religion*. Washington: Island Press, 2014.

KAZA, Stephanie. The Greening of Buddhism: Promise and Perils. In: GOTTLIEB, Roger S (ed.). *The Oxford Handbook of Religion and Ecology*. New York: Oxford University Press, 2006.

MERCHANT, Carolyn. *Reinventing Eden: The Fate of Nature in Western Culture*. New York: Routledge, 2013.

MIGUEL, Sinuê Neckel. Espiritismo e profecia: uma análise da dimensão política das expectativas proféticas no espiritismo brasileiro. *Revista Crítica Histórica*, ano XIII, nº 25, julho, 2022.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

SANTOS, Renan William. Reconfigurações do ecossistema religioso diante da crise climática global. *Cadernos do OIMC*, nº11, 2024.

SANTOS, Renan William e KEARNS, Laurel. Trojan horses facing the mirror: A comparison between religious anti-environmental movement organizations in the US and Brazil. *Journal for the Study of Religion, Nature and Culture*, 18(3), 2024.

TAYLOR, Bron. Religion and Environmentalism in America and Beyond. In: GOTTLIEB, Roger S (ed.). *The Oxford Handbook of Religion and Ecology*. New York: Oxford University Press, 2006.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TUCKER, Mary Evelyn. Religion and Ecology: Survey of the Field. In: GOTTLIEB, Roger S (ed.). *The Oxford Handbook of Religion and Ecology*. New York: Oxford University Press, 2006.

TURIN, Rodrigo. *Tempos precários: aceleração, historicidade e semântica neoliberal*. Dansk: Zazie edições, 2019.

_____. Minicurso Antropoceno – "Antropoceno: entre regime climático e regimes de historicidade", Casa de Oswaldo Cruz, 3 de junho de 2022. Disponível no YouTube: https://www.youtube.com/watch?v=CJ-SRGogmxw

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN

ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

A RELAÇÃO SERTANEJO-NATUREZA:
a açudagem como constituidora de uma cultura escriturística no sertão do Seridó potiguar

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38442

Francisca Araújo Saraiva[67]

RESUMO:
A prática da açudagem era um fenômeno técnico recorrente no sertão do Seridó no século XX. Vista pela perspectiva de salvação da seca para os sertanejos, foi amplamente impulsionada pela imprensa estadual. Os açudes, dessa forma, modificaram o espaço natural do Seridó, afetando a região do Seridó e expressando-se também por meio da narrativa memorialista como inerente a esse sertão. Portanto, é objetivo deste artigo pensar a prática da açudagem nordestina como impulso para a gestação de uma cultura escriturística acerca dessa prática no Seridó a partir da narrativa escrita em periódicos nordestinos das décadas de 1930 e 1940 e em obras memorialísticas seridoenses, como o livro "Sertões do Seridó" (1980) de Oswaldo Lamartine de Faria.
PALAVRAS-CHAVES: Açudagem; Seridó; Seca.

THE RELATION SERTANEJO-NATURE: The "Açudagem" As A Practice That Constitutes A Writing Culture In The Seridó Potiguar Hinterland

ABSTRACT:

The practice of damming was a recurring technical phenomenon in the Seridó hinterland in the 20th century. Seen from the perspective of saving the sertanejos from drought, it was widely promoted by the state press. The dams thus modified the natural space of the Seridó, affecting the Seridó region and also expressing themselves through the memorialist narrative as inherent to this sertão. Therefore, the purpose of this article is to consider the practice of damming in the northeast as an impetus for the creation of a culture of writing about this practice in the Seridó, based on the narratives written in northeastern periodicals in the 1930s and 1940s

[67] Licenciada em História (2023) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, campus Caicó. Atualmente é mestranda do Programa de Pós-graduação em História do Ceres, também pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Lattes disponível em: http://lattes.cnpq.br/8043953612081879. E-mail para contato: francisca.araujo0000@gmail.com.

and in memorialist pieces from the Seridó, such as the book "Sertões do Seridó" (1980) by Oswaldo Lamartine de Faria.
KEYWORDS: "Açudagem"; Seridó; Drought.

Introdução

A açudagem constitui uma prática tecnicista de represamento da água por meio do preparo da área escolhida para abrigar o açude. Essa construção demanda tempo, ferramentas e muita força de trabalho. Na literatura seridoense o açude aparece em destaque como um espaço de abastecimento dos sertanejos, mas também de lazer para esse povo (Bezerra, 2013).

Em face da cultura escriturística seridoense ser rica a respeito dessa temática, o objetivo deste artigo é pensar a prática da açudagem nordestina como impulso para a gestação de uma cultura escriturística acerca dessa prática no Seridó a partir da narrativa escrita nos periódicos "A Ordem" e "Diário de Natal" entre as décadas de 1930 e 1940 e na obra memorialística "Sertões do Seridó", de Oswaldo Lamartine de Faria.

A obra literária de Faria é um compilado de alguns dos seus ensaios publicados no século XX em periódicos e apresenta uma narrativa rica acerca da importância da açudagem para o Seridó, trazendo detalhes sobre o açude e sobre a cultura seridoense que abraçou a construção dos açudes no século XX. Além disso, o livro é um rico material a respeito da representação dos açudes, uma vez que a quantidade de detalhes escritos através do depoimento de sertanejos e das memórias da juventude do próprio autor constituem uma representação memorialística do espaço do Seridó e da açudagem.

Açudagem: o oásis do Seridó potiguar

Em uma matéria escrita para o jornal "A Ordem", o jornalista Gomes Pimentel (1939) ressalta o Seridó como um exemplo primoroso do sucesso e

necessidade da açudagem, seja pequena, média ou grande. Em perigo de desertificação (Morais, 2005), longe do litoral, imersa em uma região geograficamente desfavorecida, não obstante, o Seridó é apontado pelo engenheiro e autor Roderic Crandall como um sucesso de economia do estado norte rio grandense em decorrência da abundância dos açudes em seus territórios:

> O Seridó é [...] uma região estranha, amplamente ondulada, de solo raso, quasi inexistente e vegetação escassa, em tufos, incapaz de se generalizar mesmo durante a curta e incerta estação humida. É uma das regiões secas, mais quentes menos propicia á vida humana em todo o Brasil. E é o trecho mais produtivo do Rio Grande do Norte. Deve-se este surpreendente fato á pequena açudagem. Os cursos d'agua do Seridó, vão de açude a açude. [...]. E durante os longos meses de estiada toda a vida se concentra ao derredor da agua armazenada que criou em torno de si um verdadeiro oásis verde e produtivo [...]. (GOMES, Jornal A Ordem, 1939, p.2)

Nesse sentido, percebe-se que a açudagem é o fator de destaque que a região do Seridó possui para se enfatizar diante das demais regiões do estado. No artigo jornalístico, essa prática é defendida com base no discurso científico do engenheiro estadunidense Roderic Crandall e endossada pelo jornalista Gomes Pimentel ao publicar seu texto no jornal norte rio grandense "A Ordem". A pesquisa nos jornais "A Ordem" e "Diário de Natal" ao longo das décadas 1930 e 1940 demonstrou que essa matéria não é um fato isolado. Pelo contrário, as matérias que apontam a prática da açudagem como um aspecto importante para a superação das mazelas da seca são amplas e com argumentos diversificados em favor dessa técnica.

Voltando-se para o estado do Rio Grande do Norte e, especificamente para a região geográfica e histórica conhecida como Seridó, é possível perceber a existência de um amplo incentivo dos jornais de maior circulação no período das décadas de 1930 e 1940 para a prática da açudagem nesse território, sem discriminação quanto ao porte do açude. Desse modo, observa-se a açudagem como uma tentativa de romper a força da natureza ao tentar criar um meio de manter o seridoense em suas

terras durante os períodos de escassez através de técnicas de represamento de água, como açude e barragens por exemplo (Guerra, Jornal A Ordem, 1948).

De acordo com a historiadora Ione Morais (2005), o Seridó possui uma divisão atualizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a qual conta com dez municípios; e uma divisão geográfica com base na construção histórica da região, superando a atual divisão e abrangendo os territórios de municípios atuais, como Caicó, Currais Novos, Acari, Cruzeta, dentre outros. A história dessa região é presente na historiografia principalmente através de três elementos chaves para a compreensão do Seridó, a saber: a seca, a pecuária e o algodão (Medeiros Neta, 2007).

Assim sendo, o Seridó é uma das muitas regiões sertanejas do Nordeste marcadas pela presença da seca desde antigos registros, como ressalta o padre José Adelino Dantas (2008), ao mencionar os registros de seca na região, datados desde o século XVII, destacando a abundância da fome, da morte e da miséria como consequências. Contudo, a despeito da presença constante da seca na região, na década de 1930 os impactos foram mais fortes, uma vez que se destaca a contingência de retirantes seguindo para cidades menos afetadas pelos problemas da escassez, como Caicó, por exemplo, que foi o destino de milhares de retirantes seridoenses atingidos pela estiagem (Andrade, 2007).

Diante dos flagelos da seca que atingiam os estados da região do "Polígono das Secas", cujo Rio Grande do Norte fazia parte, amplamente noticiados na imprensa desde a seca de 1877-1879, o governo federal desenvolveu a "A Inspetoria de Obras Contra as Secas" (IOCS) uma repartição criada através do Ministério de Viação e Obras Públicas em 1909 para combater a seca por meio da promoção de soluções emergenciais, tais como a construção de obras públicas e de estudos tecno-científicos (Guerra, 1981) nas áreas afetadas. A IOCS permaneceu em atividade ao longo dos governos, embora suas funções públicas tenham sido

incrementadas ao longo das décadas e sua nomenclatura tenha sido alterada pela última vez em 1945 durante o governo Vargas para "Departamento Nacional de Obras Contra as Secas" (DNOCS) (Andrade, 2020).

Conforme ressalta Andrade (2020), no início da sua criação, o DNOCS possuía um lado científico aflorado preocupado em desenvolver estudos acerca do solo, clima, geografia, dentre outros aspectos da zona do "Polígono das Secas", a fim de fundamentar cientificamente a construção das obras nos lugares mais afetados pela estiagem. Nesse sentido, destaca-se uma visão tecnicista acerca do sertão nordestino, uma vez que as construções de rodagens, açudes e barragens promovidas pelo DNOCS acarretavam em benefícios que diziam respeito ao desenvolvimento socioeconômico dos lugares que sediavam as obras. Assim, o olhar modernizador em voga no país nas primeiras décadas do século XX também estava presente por trás do discurso de preocupação com as mazelas da seca, pois os açudes, barragens e estradas construídos representavam sinais de modernidade nessas regiões tidas como historicamente atrasadas (Albuquerque Jr., 2014).

Dessa maneira, o Seridó foi uma das regiões a receber um grande incentivo econômico e midiático para a construção de açudes públicos e privados. Entretanto, o fomento da construção pela imprensa estadual não era apenas para os açudes de grande porte, visto que as notícias acerca dos benefícios dos açudes eram recorrentes em jornais que circulavam no estado. No seguinte artigo de 1948, o jornalista Otto Guerra escreve sobre a importância da açudagem para o desenvolvimento do estado do Rio Grande do Norte:

> Todos sabem do papel da açudagem nas regiões onde escasseiam chuvas regulares ou de regimes torrenciais, servindo, assim, a dois flagelos opostos, a sêca e a inundação. [...] Grandes, médios ou pequenos, prestam os açudes um enorme benefício ao sertão e ao sertanejo, fixando as populações, fazendo nascer vilas e cidade, melhorando a alimentação, quer com abundancia de peixes, quer permitindo vazante, fruticultura, fabrico permanente do queijo. (GUERRA, Jornal A Ordem, 1948, p.2)

Nesse sentido, o jornalista argumenta em favor da construção dos açudes por meio dos benefícios que esses ocasionam para os sertanejos. Na matéria, Guerra aponta a melhora na qualidade de vida do sertanejo como um fator decorrente do acesso deste ao açude, desconsiderando o tamanho do açude. Através desse trecho, percebe-se também a importância desse tipo de construção na região para a melhoria da vida das famílias seridoenses. O contato com a água armazenada em açudes resulta em um menor índice de migração dos sertanejos, uma vez que a água represada em açudes supria algumas necessidades das famílias durante a seca através, principalmente, da garantia da alimentação.

Por sua vez, essa necessidade básica que durante os longos períodos de estiagem entrava em risco pela falta de água para ser consumida pela população, na agricultura de subsistência e no cuidado dos animais da pecuária (Faria, 1980). Na década de 1930, com a grande estiagem, a alimentação dos seridoenses foi novamente prejudicada, o que catalisando a migração de milhares de seridoenses para cidades como Caicó, por exemplo, cuja fome não era um problema e, portanto, foi o destino desses retirantes em 1932 (Andrade, 2007).

De um ponto de vista historiográfico nacional, os sertões brasileiros, especialmente os sertões nordestinos foram interpretados e colocados na posição de contrário à civilização representada pelas áreas litorâneas, cuja sociedade seria civilizada a exemplo da sociedade europeia (Moraes, 2003). A partir dessa perspectiva, o sertão nordestino passou também a ser marginalizado em razão da sua extrema pobreza retratada em obras artísticas e literárias dos séculos XIX e XX (Albuquerque Jr, 2011) com figuras esqueléticas, famintas e moribundas fugindo da morte que a seca anuncia.

Nesse sentido, diante das representações que compactuaram para a criação do imaginário dos sertões nordestinos como um lugar de fome e morte, a açudagem surge como um feixe de esperança para os sertanejos, visto que carregava consigo a

possibilidade de estabilidade rural desse povo e oferecia uma chance de modernizar esses sertões que eram vistos como atrasados em face da modernidade do sul do país. Assim, destaca-se a relação do seridoense com o açude como uma forma de superar as limitações climáticas para a sobrevivência no sertão nordestino.

Nesse contexto, a despeito de simbolizar a esperança para o sertanejo da primeira metade do século XX, a açudagem representa também uma prática que expressa a relação do sertanejo com o meio ambiente em que ele vive, imprimindo sua marca nos sertões nordestinos através da tentativa tecnicista de tentar dominar a natureza em busca de conforto e estabilidade habitacional. Esse modo de se relacionar com a natureza, por sua vez, caracteriza o antropoceno, haja vista o ato de moldar o meio ambiente em favor da humanidade (Crutzen e Stoermer, [2000] 2020).

Ainda que haja, na historiografia variadas teses a respeito do início do antropoceno, é possível compreender que a ação humana para com o meio ambiente e o seu impacto são fundamentais para a compreensão dessa nova era geológica (Crutzen e Stoermer, [2000] 2020), uma vez que as diferentes explorações naturais modificaram a dinâmica geoclimática terrestre. Em vista disso, a despeito da falta de consenso com relação ao início do antropoceno, Turin (2022) destaca a relevância da exploração natural como um ato a ser pensado no que diz respeito a relação entre humanidade e meio ambiente no contexto do antropoceno.

Dessa maneira, destaca-se dois fatores que impulsionaram uma mudança no paradigma da percepção da natureza pelo ser humano e sua consequente mudança na forma de se relacionar com o natural. Assim, destaca-se a herança religiosa cristã protestante e o pensamento científico ocidental moderno (Kesselring, 2000), importantes aspectos para refletir acerca dessa mudança.

Segundo Kesselring (2000), o pensamento moderno tem uma herança teológica, isto é, uma herança de ideias baseadas em crenças religiosas. Tal herança

também se expressa através do relacionamento entre deus e a natureza. Desse modo, Lenoble (2001) destaca que no período medieval o pensamento cientifico ainda está bastante atrelado ao sagrado, assim, tem-se que o homem estava inserido na natureza, visto que ele era, tal como a natureza, criação divina. Entretanto, a perspectiva humana vai se alterando, de forma que o homem passa a não mais estar dentro da natureza, mas a interagir com ela por meio do pensamento, uma vez que essa passa a ser seu objeto de estudo através das ciências (Kesselring, 2000).

Sendo assim, nessa perspectiva cientificista, a natureza passa a fazer parte do mundo material, enquanto o pensamento, imaterial, não faz parte desse mundo. Dessa maneira, destaca-se o humano no papel central de dominador da natureza. Portanto, tem-se o ser humano modificando o meio ambiente em busca de adaptação e permanência no planeta, a exemplo das construções de represamento de água através da técnica científica que lhe possibilita a fixação coletiva em zonas áridas ou semiáridas como a região do Seridó, por exemplo.

Não obstante, a religião tem também um fator proeminente na mudança da relação entre humanos e natureza, uma vez que a partir das crenças protestantes, uma nova forma de enxergar a natureza foi se gestando de modo diferente da percepção da natureza para o catolicismo. Isto é, enquanto no catolicismo havia a contemplação do natural como expressão e dádiva divinas, no protestantismo havia a noção da natureza como objeto, ou seja, como ferramenta do pensamento passível de ser analisada e compreendida (Kesselring, 2000). Dessa maneira, destaca-se que a proximidade das religiões protestantes com o pensamento cientificista moderno.

É nessa perspectiva que a açudagem se insere no debate acerca do antropoceno enquanto representação física da relação entre humanidade e meio ambiente, visto que o saber técnico e a ação humana se encontraram e imprimiram sua marca nos sertões nordestinos através das obras de açudagem, pensadas como uma solução emergencial para o problema das secas. Mas tida, por outro lado, como

uma marca humana na natureza na tentativa de fazê-la permitir a sobrevivência da humana nesse ambiente difícil que é o sertão semiárido.

A açudagem no discurso escrito norte rio grandense

Na primeira metade do século XX a açudagem era uma prática tecnicista que estava em alta nos territórios do "Polígono das Secas". Essa prática, fomentada pelo governo federal a partir dos investimentos para a construção de açudes financiados pela Inspetoria Federal de Obras Públicas Contra as Secas (IFOCS) – mais tarde conhecida como DNOCS –, gerou muitos discursos jornalísticos especulando acerca dessas obras no nordeste brasileiro.

Assim, no espaço entre as décadas de 1930 e 1940 a pesquisa realizada nos periódicos norte rio grandenses "A Ordem" e "Diário de Natal" demostrou diversas ocorrências para os termos "açude" e "açudagem". Entre as notícias, destaca-se matérias jornalísticas de três tipos: matérias que reforçam o sucesso dos açudes no combate à seca, anúncios de construção de novos açudes pelo estado do Rio Grande do Norte e artigos que ressaltam a região do Seridó como um exemplo no que diz respeito a construção de açudes.

Conforme observado nos periódicos pesquisados, durante esse período o açude ainda era enxergado pela imprensa jornalística como uma saída emergencial para a seca. Dessa maneira, a região do Seridó era uma das mais destacadas pela realização dessas obras, públicas ou privadas, em seus municípios. Aclamada pelos jornais estaduais como um cenário onde os homens não desistiram de lutar pela sua sobrevivência, a importância dos açudes era propagandeada:

> O açude para o nordestino é a célula que abriga uma policultura revolucionária a nossa monocultura ancestral. Sem ele, seria impossível a vida nos sertões. Com ele a Argélia, a Índia e os Estados Unidos solucionaram seus problemas climatéricos, idênticos em grande parte aos nossos. [...]. O açude, mesmo sem irrigação, ainda é a maior fonte de renda das fazendas sertanejas, valorizando-as crescentemente. Além de lhes fornecer água para o rebanho, devolve ao proprietário a terra

> roubada pela erosão que nele deposita. Com o açude nasce um foco de produção das mais variadas [...]. É nele que vamos encontrar a explicação da sobrevivência dos flagelados nas sêcas, evitando tragédias como as de 1877 [...]. (FARIA, Jornal Diário de Natal, 1948, p.6)

Observa-se a utilização de argumentos comparativos no trecho do periódico escrito pelo jornalista e memorialista Oswaldo Lamartine de Faria (1919-2007), filho do ex-governador do estado, Juvenal Lamartine. O argumento demonstra como o açude é importante para o desenvolvimento da vida nas zonas semiáridas. Entretanto, Faria escreve para o povo norte rio grandense, onde o jornal circula, mas, mais importante, ele escreve para os seridoenses, cuja região é um dos destaques desses jornais no que diz respeito a construção de açudes.

Oswaldo Lamartine de Faria foi um dos memorialistas que escreveram a respeito do Seridó, sem, contudo, viver o lugar (Santos, 2018). Suas obras percorrem o cotidiano do sertanejo seridoense através das memórias de suas curtas experiências no sertão seridoense. Faria também foi jornalista e escreveu diversas matérias para jornais do Rio Grande do Norte, como o Diário de Natal, por exemplo.

Em 1980, foi publicado pelo Senado Federal o livro "Sertões do Seridó", um compilado de ensaios de Faria acerca do Seridó. Nesse livro, são abundantes os ensaios que versam acerca dos açudes, destacando os detalhes e os perigos da sua construção, a rotina de trabalho dos construtores. Para além disso, há também a narrativa a respeito do cotidiano dos seridoenses do século XX e a história da região, principalmente acerca dos elementos significativos para a sua economia, isto é, a pecuária e o algodão.

> É de se imaginar que as vantagens do açude se espalharam por aqueles mundos e devem ter acudido viventes dos quatro aceiros daquelas ribeiras para espiar, com os olhos que a terra tinha de comer, o viço da rama de batatas nas vazantes, a desova da curimatã nas primeiras águas, o capim de planta, de barreira a barreira, dando nos peitos de um homem ou o sítio de fruteiras no fresco das juzantes. E de boca em boca as vantagens eram contadas e cantadas no fresco das redes dos alpendres

> antes da hora de assoprar os candeeiros ou nos encontros da rua para as feiras, as missas nos domingos ou nas obrigações do júri. (FARIA, 1980, p.27)

A importância do açude destacada por Oswaldo Lamartine de Faria (1980) está, sobretudo, na função social dessa construção. Para prover às famílias e animais em tempos de seca, a capacidade do açude era uma questão decisiva, já que quanto maior o porte, mais tempo ele resistiria em períodos de estiagem. Era através do açude que a pesca de subsistência era feita, a plantação de pequenas porções de terras irrigadas (as vazantes e jusantes), e a pecuária era abastecida juntamente com as famílias e dependentes dos fazendeiros.

A despeito de enxergar na açudagem uma tábua de salvação para o problema da estiagem no Seridó, a elite sertaneja também visualizava a vinda da modernidade para a região por meio das obras contra as secas promovidas pela IFOCS (Monteiro, 2002). É nesse sentido que a imprensa norte rio grandense publicava matérias jornalísticas em abundância defendendo a construção de açudes no estado.

Dessa maneira, a açudagem representava para o Seridó, assim como para as outras regiões e estados do "Polígono das Secas", uma oportunidade para tentar provar que o clima e a geografia desfavoreciam o povo no que diz respeito ao avanço socioeconômico e urbano das regiões atingidas pela seca. Assim, a partir do acesso aos açudes, essas regiões poderiam se recuperar e modernizar suas cidades, como estava ocorrendo nas demais regiões brasileiras no contexto do século XX (Neves, 2014).

A partir dessa premissa, o Seridó passa então a ser destaque para o Rio Grande do Norte, uma vez que possui um grande número de açudes construídos através da IFOCS e de iniciativas particulares (Diário de Natal, 1948, p.2). Portanto, na perspectiva política, as recorrentes notícias sobre a açudagem no Seridó colaborava para que essa região alcançasse uma elevada posição nas configurações

políticas do estado, pois o açude era um símbolo fixo do seu caminhante progresso rumo a modernidade.

Em face da preocupação da elite seridoense em divulgar o posto da região como construtora de açudes, o próprio açude é inserido na literatura e na historiografia como símbolo construído do sucesso progressivo do Seridó, como é notório ao examinar a vasta produção historiográfica e memorialística regional. Ainda que o povo seridoense tenha feito desses lugares um elemento da cultura seridoense através da sua usabilidade, o açude vai se inserindo na cultura escrita seridoense por meio das questões sociopolíticas.

Dessa maneira, tem-se que a escrita seridoense a respeito do açude não é resultado apenas desse espaço visto sob a ótica da salvação emergencial do povo sertanejo das agruras da seca. Sua escrita é motivada também pois o açude é o objeto final da relação entre os sertanejos e o Estado – ou entre patrões e empregados se levar em conta a construção dos açudes privados –. A despeito da capacidade do açude, os sertanejos mais pobres, retirantes e sedentos por água foram a principal mão de obra usada nas construções, quer tenham sido elas financiadas pela IFOCS ou pelos fazendeiros que construíam açudes particulares em suas terras em troca de empregar os retirantes assentados nos municípios (Andrade, 2007).

Nesse sentido, a forte presença da técnica do açude na historiografia e literatura seridoense é decorrente de uma relação entre os sertanejos com o Estado e com o meio ambiente. Uma vez que através do Estado a açudagem foi impulsionada e assim o Seridó conseguiu mobilizar o discurso modernizador através dessa prática. A relação do sertanejo com o meio ambiente, contudo, apresenta-se de uma forma resiliente, que ao passo que modifica o espaço, também é modificado por ele ao consumi-lo de maneiras múltiplas, a destacar: irrigação, uso doméstico e para o lazer. Portanto, a açudagem se constitui como presença constante na cultura escrita

seridoense por meio dessa dupla relação que possui com o sertanejo, cujo símbolo representa modernidade e sobrevivência em uma região castigada pela natureza.

Considerações finais

Pensar a prática da açudagem no "Polígono das Secas" como constituidora de uma cultura escriturística no Seridó é pensar a respeito do impulso da construção de açudes na própria região do Seridó. A partir das matérias periódicas observadas e do discurso memorialístico foi possível observar a existência de uma preocupação da elite seridoense a respeito dos açudes na região.

Uma vez que o contexto de meados do século XX era de modernizar e integrar o país, os sertões secos enfrentavam a problemática da falta de água e a decorrente miséria. Entretanto, o Seridó foi se constituindo por meio do discurso como uma região a frente em termos de modernidade e integração, visto que o açude desempenhava um papel de interligar a região com a modernidade através da fixação dos homens na terra e posterior desenvolvimento da região.

Contudo, para além do papel de agente modernizador, o açude também desempenhava um papel social de garantir, de acordo com sua capacidade cúbica, o abastecimento de água nas casas das fazendas para uso cotidiano das pessoas e das criações da pecuária. Esse papel é bastante presente na narrativa do memorialista Oswaldo Lamartine de Faria (1980), embora sua escrita esteja mais voltada em explicar o funcionamento e construção do açude, ainda é possível observar os laços do açude com o povo sertanejo que o constrói e o utiliza.

REFERÊNCIAS

Fontes

FARIA, Oswaldo Lamartine. Problemas agrários do Rio G. do Norte. Jornal Diário de Natal, ed. 1557, jun., 1948. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_01&pesq=%

22a%C3%A7ude%22;%20%22a%C3%A7udagem%22;&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=27971. Acesso em: 10 nov. 2024.

FARIA, Oswaldo Lamartine. **Sertões do Seridó**. Brasília: Senado Federal, 1980.

Gomes, Pimentel. A pequena açudagem. Jornal A Ordem, ed.: 01176, ago., 1939. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764051&pesq=%22a%C3%A7ude%22;%20%22a%C3%A7udagem%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=4738. Acesso em: 10 nov. 2024.

GUERRA, Otto. Sempre os açudes. Jornal A Ordem, ed.: 0357A, jul., 1948. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764051&pesq=%22a%C3%A7ude%22;%20%22a%C3%A7udagem%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=17063. Acesso em: 10 nov. 2024.

s/a. Açudagem. Jornal Diário de Natal, ed.: 01560, jun., 1948. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_01&pesq=%22a%C3%A7ude%22;%20%22a%C3%A7udagem%22;&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=27992. Acesso em: 10 nov. 2024.

Bibliografia

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. Distante e/ou do instante: "sertões contemporâneos", as antinomias de um enunciado. In: FREIRE, Alberto (org.). **Cultura dos Sertões**. Salvador: EDUFBA, 2014, p. 41-58.

ALBUQUERQUE JR., Duval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

ANDRADE, Juciene B. Félix. **Caicó**: uma cidade entre a recusa e a sedução. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 148f. Natal, 2007.

ANDRADE, Juciene B. Félix. Os sertões em debate: fronteiras, secas e instituições. **Projeto História**, São Paulo, v.69, p.275-311, 2020.

Bezerra, Paulo. **Cartas dos Sertões do Seridó**. Catálogo Biblioteca Pública Câmara Cascudo, 2013.

CRUTZEN, Paul; STOERMER, Eugene. O Antropoceno. Tradução: MENDES, João Ribeiro. **Revista de Estudos do Antropoceno e Ecocrítica**. 2020. p.113-116.

DANTAS, José Adelino. **Homens e fatos do Seridó antigo**. Natal: Sebo Vermelho, 2008.

GUERRA, Paulo de Brito. **A Civilização da Seca**: o Nordeste é uma história mal contada. Fortaleza: Ministério do Interior, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, 1981.

KESSELRING, Thomas. O conceito de natureza na história do pensamento ocidental. **Episteme**, Porto Alegre, n.11, p.153-172. 2000. Acesso em: 07 de out, 2024. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/135326.

LENOBLE, Robert. **História da ideia de natureza**. Lisboa: Edições 70. 2001.

MEDEIROS NETA, Olivia Morais de. **Ser(Tão) Seridó**: em suas cartografias espaciais. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 120f. Natal, 2007

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à História do Rio Grande do Norte.** Natal: Cooperativa Cultural, 2002.

MORAES, Antonio Carlos Robert. O Sertão: um "outro" geográfico. **Terra Brasilis**, [s.l.], 4-5, p.1-8, 2003.

MORAIS, Ione. Seridó norte-rio-grandense: reestruturação e planejamento regional. **Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, v. 11, 2005. Disponível em: <http://www.xienanpur.ufba.br/251.pdf>. Acesso em: 12 de set. 2024.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República: o Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**: Volume 1: O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

SANTOS, Evandro. Estilo e Temporalidades na Escrita de Oswaldo Lamartine de Faria: Em Busca do Tempo Perdido no Seridó Potiguar. Revista Expedições, Morrinhos/GO, v. 9, n. 1, jan./abr 2018.

TURIN, Rodrigo. A "catástrofe cósmica do presente": alguns desafios do antropoceno para a consciência histórica contemporânea. In: IEGELKSI, Francine; MULLER, Angélica. **Historiografia do tempo presente**: mutações e reflexões. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2022. Disponível em: https://www.academia.edu/70916530/A_cat%C3%A1strofe_c%C3%B3smica_do_presente_alguns_desafios_do_Antropoceno_para_a_consci%C3%AAncia_hist%C3%B3rica_contempor%C3%A2nea. Acesso em: 08, out. 2022.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN

ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

PARA ALÉM DOS VERDES CARNAUBAIS:
A interferência humana no Vale do Açu a partir da escrita de Celso Dantas da Silveira

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38517

Ericlis Dantas de Oliveira[68]

RESUMO:
Nosso objetivo foi discutir a escrita de Celso da Silveira, no que tange a discussão em torno da interferência humana no Vale do Açu, estado do Rio Grande do Norte. Para tanto, fizemos uso dos livros, *Tempo Passatempo (1995)*, e *Salvados do Assú (1996),* ambos de autoria de Silveira. Dentro deste apanhado, no primeiro livro citado, destacamos a crônica *Mata Sem Sobras*, e no segundo livro, ressaltamos a existência de duas crônicas que visaram deixar os leitores informados a respeito do potencial econômico do Vale do Açu para o Estado, estes escritos têm como título: *Vale I, Vale II*. Nesse sentido, dialogamos com Michel Collot (2012, p. 22), por meio do conceito de *Geografia Literária*, compreendendo não a interferência humana no Vale do Açu, mas também, a construção de uma geografia literária.
PALAVRAS-CHAVE: Assú-RN; Intelectuais; Natureza; Agricultura; Semiárido.

BEYOND THE CARNAUBAL GREEN: Human Interference In The Açu Valley Based On The Writing Of Celso Da Silveira

ABSTRACT:
Our objective was to discuss Celso da Silveira's writing, regarding the discussion around human interference in Vale do Açu, state of Rio Grande do Norte. To this end, we made use of the books, Tempo Passatempo (1995), and Salvados do Assú (1996), both written by Silveira. Within this overview, in the first book mentioned, we highlight the chronicle Mata Sem Sobras, and in the second book, we highlight the existence of two of chronicles that aimed to leave readers informed about the economic potential of Vale do Açu for the State, these writings are titled: Vale I and Vale II. In this sense, we dialogue with Michel Collot (2012, p. 22), through the

[68] Licenciado em História pela UERN; Mestre em História dos Sertões pelo PPGHC-UFRN; atualmente, doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História e Espaços da UFRN. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em História Regional e Saberes Locais. Link do currículo lattes: http://lattes.cnpq.br/6636531146430464. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-8237-5655. E-mail: ericlis2010@gmail.com.

concept of Literary Geography, understanding not human interference in the Açu Valley, but also the construction of a literary geography
KEYWORDS: Assú-RN; Intellectuals; Nature; Agriculture; Semi-arid.

Introdução

Os carnaubais ao longo do século XX, foram utilizados como símbolo da cidade de Assú. As características desta árvore são detalhadas em vários versos por poetas assuenses, classificando esta palmeira nativa não só como elemento da paisagem local, mas sim, como inspiração para as pessoas nascidas em Assú. Nesta seara, por meio da escrita de Celso da Silveira, é possível entender os motivos para que escritores assuenses escrevessem tanto sobre os carnaubais. No livro *Salvados do Assú* (1996), o nosso intelectual frisou questões relacionadas ao uso da carnaúba no texto denominado de *O boi vegetal.*

O apelido de "boi vegetal" é uma analogia ao boi animal, pois este último é considerado um ser vivo que tudo dele se aproveita, por isso a comparação, pois cada parte da carnaubeira é aproveitada para fins diversos, figurando como matéria prima de "milhares de casas [...], desde o esteio à cobertura, e o seu emprego na confecção de currais de gado teve influência decisiva no desenvolvimento do ciclo da pecuária" (SILVEIRA, 1996, p. 21). Dito isto, destaca-se a relevância da planta no que concerne o seu valor econômico.

A respeito do uso econômico da referida palmeira, Adriana Lima (2007, p. 36), destaca que o emprego da extração da cera dos carnaubais teve sua primeira ocorrência no Rio Grande do Norte, na primeira metade do século XIX. Ainda conforme a autora, mesmo sem grandes tecnologias, havia o conhecimento de que as grandes extensões de carnaubais poderiam somar-se à balança econômica da região que hoje é compreendida como o nordeste brasileiro.

Nesse sentido, dentro da realidade econômica da região do Vale do Açu, os carnaubais fomentaram a economia local entre fins do século XIX e início do XX. Toda essa relação com os carnaubais denotam a presença ativa que a planta tinha nas famílias bastadas da região do vale do Assú, tendo em vista que muitos proprietários de terra se beneficiaram da extração da cera da carnaubeira.

É deste nicho de proprietários de terra, beneficiados pelo comércio com os carnaubais, que saíram boa parte dos intelectuais assuenses que declamaram em versos as belezas dos verdes carnaubais e, tornaram a planta um símbolo da cidade que adquiriu o epiteto de *Terra dos Verdes Carnaubais*. Por meio desta escrita poética em torno da natureza da região, eles construíram uma geografia literária, criando uma áurea harmoniosa para Assú e o Vale. Para Michel Collot (2012, p. 22) Quando essa geografia literária é "concebida bem mostra como uma obra se prende a um território, mas esquece de mostrar como ela o transforma para construir seu próprio espaço, que é o do imaginário e da escrita, que não se acha senão no texto, e que não se pode transferir para nenhum mapa do mundo conhecido".

Esse espaço próprio construído em torno de Assú passa a impressão de que existem apenas carnaubais na região, desconsiderando toda uma vegetação nativa da caatinga, como afirma Collot, trata-se de uma espacialidade que existe apenas na escrita e no imaginário de quem a concebe. Sobre a variedade da flora nesse bioma, Antônio Castro e Arnóbio Carvalho (2011, p. 14) ressaltam que a caatinga é um ecossistema rico em biodiversidade, tendo em vista que "a flora já levantada registra cerca de 1.500 espécies das quais um quinto são espécies endêmicas (exclusivas). Estima-se que o total de espécies vegetais na Caatinga possa ultrapassar 2 mil". Assim, compreendemos que a paisagem dita em verso não condiz com a realidade, ela é uma topografia sentimental, imaginada, que só pode ser encontrada no imaginário de quem a cria. Ou seja, a espacialidade real do Vale do Açu, da qual o espaço literário se inspira, tem muito mais espécies de plantas do que apenas os carnaubais. Diante disto, o nosso objetivo é discutir a interferência humana no Vale

do Açu, a partir da escrita de Celso da Silveira, atendando-se para os usos da natureza para além dos carnaubais.

Mata sem "sobras": a ação humana e o impacto nas reservas naturais de Assú.

Para além de uma escrita em torno dos carnaubais, na crônica *A mata sem "sobras"* contida no livro *Tempo Passatempo* (1995), Celso teceu críticas ao desmatamento irracional da caatinga da região. Segundo José Alves (2007, p. 59), desde o período da colonização do Brasil, acreditou-se que a caatinga era o resultado da degradação de outras formações vegetais encontradas na Mata Atlântica ou da Floresta Amazônica. Essa falta de conhecimento em torno da caatinga fez com que este bioma fosse considerado pobre em diversidade, contudo, ainda de acordo o autor, a caatinga se trata de um tipo de vegetação rica em biodiversidade de fauna e flora.

Sobre a ocupação da caatinga, Castro e Cavalcante (2011, p. 14) destacam que cerca de 80% do bioma foi antropizado. Ainda segundo os autores, as drásticas mudanças ocorridas no bioma se deram a partir do uso desenfreado da mata nativa para madeira, lenha, carvão e atividades agropecuárias. O manejo inadequado da caatinga provocou "degradação dos recursos naturais em imensas áreas, gerando em diversos locais, um processo de desertificação provavelmente irreversível". (CASTRO; CAVALCANTE, 2011, p.14).

Esse processo de extração desenfreada da madeira nativa em Assú é descrito por Celso da Silveira na crônica *Mata sem "sobras"*, o cronista iniciou o texto descrevendo o dia de trabalho dos lenhadores, começando pelo turno da manhã:

> Chegaram uns homens num caminhão roncador, penduraram as "borrachas" dágua nos galhos aparados da catanduba, apanharam no matulão a rapadura e a farinha e, sentados sobre toros antigos, consumiram sua ração matinal. Dessedentaram-se nas quengas de côco que trouxeram como canecas, passearam o polegar no gume dos

> machados, puseram-nos ao ombro e embrenharam-se na mata (SILVEIRA, 1995, p 47).

A *priori*, não há a informação quanto ao local exato onde aconteceu a extração de madeira que Celso narrou, também não é informado se esses lenhadores são de uma outra região do Estado, ou se seriam naturais de Assú. Apesar disso, nos revelou informações importantes sobre o trabalho destes lenhadores, como por exemplo, o transporte que usavam para chegar até determinado ponto da mata, a alimentação à base de rapadura e farinha, o hábito de passar o polegar no gume do machado, possivelmente para verificar se o mesmo estava amolado. Após isso, adentravam na mata. A distância que eles percorriam era longa por dentro da mata:

> Um trac-trac de paus frágeis esmagando-se sob os pés dos lenhadores que se ia tornando menos ouvido, denunciava a distância que os homens tinham vencido do caminhão mata-à-dentro. Depois começaram a chegar ao pequeno acampamento improvisado – onde ficaram o motorista e o comprador de madeira – os primeiros sons de toc-toc dos machados ferindo as árvores. (SILVEIRA, 1995, p 47).

A forma pela qual Celso descreveu a entrada dos lenhadores na mata da caatinga evidencia que a região possuía uma mata densa que escondia os lenhadores que nela adentravam. Diferente do senso comum que relega a densidade arbórea a outros biomas, como bem destaca Antônia Evangelista (2010, p. 154), é possível encontrar na caatinga regiões com matas de características arbustivas, como também de porte arbóreo e denso. Contudo, ainda segundo a autora, atualmente os pontos de densidade da caatinga são escassos devido as pressões antrópicas.

A densidade da mata local é destacada pela dificuldade em visualizar e precisar a distância em que os lenhadores estavam. Como o cronista afirmou, a localização dos cortadores era denunciada pelos baixos ruídos dos passos quebrando os paus frágeis sob seus pés. No local de onde partiram para entrar na mata, ficavam apenas o motorista do caminhão roncador e o comprador de madeira. Deste ponto inicial, sabia-se que os lenhadores haviam parado de se embrenhar na mata quando

os barulhos dos galhos frágeis acabavam e em seguida começavam a chegar até o acampamento o barulho do machado cortando as árvores que seriam extraídas.

A pausa na extração da madeira era realizada por volta do meio dia, Silveira descreveu que aos poucos os lenhadores saíam da mata, "primeiramente dois, depois mais seis, para a refeição da hora do almoço. Logo após, internaram-se no mato outra vez. Mais toc-toc de machados. Mais ruídos de árvores golpeadas, desabando por cima de outras menores" (SILVEIRA, 1995, p. 48). Por fim, o expediente de trabalho acabaria somente no fim da tarde, com muitos troncos aos ombros:

> Tardinha, os lenhadores ressurgiram, com grossos troncos aos ombros. Foram trazendo as árvores desgalhadas e arrumando-as no lastro da carroceria do caminhão. uma, duas, dez, cem árvores. Pau-branco, Catingueira, Pereiro, Marmeleiro, Pau-d'arco, Catanduba, Facheiro, Aroeiras e mil essências que, no inverno, exsudavam seus cheiros e afloravam as flores amarelas, roxas e brancas. (SILVEIRA, 1995, p. 48).

É perceptível nesta crônica a preocupação que Celso da Silveira tinha com a vegetação da caatinga, bioma predominante no Vale do Açu. Além de apenas elencar quais eram as árvores desmatadas, ele percebeu que a paisagem não seria mais a mesma com o desmatamento da flora local, visto que no inverno (período chuvoso), não haverá sumido apenas as árvores, mas junto com elas, desaparecerão também as flores e os cheiros que elas exsudavam ao florescer.

No quesito paisagem, Silveira foi além do "farfalhar dos verdes carnaubais" e lançou luzes para um Vale do Açu de paisagem composta por outras árvores, a exemplo do Pau-branco, Catingueira, Pereiro, Marmeleiro, entre outros de flores amarelas, roxas e brancas. Assim, vislumbrou-se um Vale que não é somente verde, mas que possui dentre outras cores o amarelo, o roxo e o branco, todos com aromas distintos enriquecendo a composição paisagística da flora do Vale.

Ao final do dia, os homens voltavam à cidade. Celso enfatizou que a visita a este ponto da mata não foi o único, o desmatamento foi constante:

> Os homens beberam água. Lavaram a lâmina dos machados, derramaram as "borrachas" e, subindo para o veículo, regressaram à cidade. Outras viagens àquele ponto da mata foram feitas. Esgotaram as reservas florestais dali e passaram a outro ponto. E mais outro, por anos e anos. Terminaram sem onde tirar sequer lenha para alimentar o fogo da trempe onde se equilibrava a panela do feijão. Esta era, mais ou menos, a situação das "matas" que ficavam situadas nos terrenos chamados de 'sobras', no Assu" (SILVEIRA, 1995, p. 48-49).

Apesar de não sabermos a sequência do desmatamento, foi possível identificar quais são essas matas que Celso se posicionou em defesa, podemos afirmar que o desmatamento alcançou diversos locais na região do Vale do Açu. Foi extraído madeira por anos a fio até esgotar as reversas florestais, transformando os terrenos de "sobras" em Assú em terreno de matas sem "sobras". De fato, o consumo exacerbado de matéria prima na região não afetou só a natureza, mas também a paisagem e, o próprio modo de vida de homens e mulheres daquele local:

> A imprevidência do homem, a sua má orientação, a ausência de uma educação florestal levaram-no a desmatar as terras das sobras Datas de Piató, Lagoinha, Tanques e Carnaubinha, deixando-as arrasadas. Hoje, quem quer uma ripa, um caibro, uma "linha", um mourão de porteira, uma forquilha, uma simples estaca para cerca nos arredores dessas terras, terá que se socorrer das serrarias de madeiras importadas. (SILVEIRA, 1995, p. 49).

Para Celso da Silveira, o que faltou ao homem foi orientação e educação florestal. Esse conhecimento sustentável acerca da fauna e flora levou o homem a desmatar as sobras das matas. Só no final da crônica que nos é relevado quais são as matas que se tornaram sem sobras, de acordo com Celso, as áreas devastadas foram: Datas de Piató, Lagoinha, Tanques e Carnaubinha. O desmatamento desenfreado acarretou na impossibilidade de o homem local adquirir manualmente madeira de boa qualidade para a construção de utensílios necessários à sua moradia, tornando-se dependente das madeiras importadas das serrarias.

Vale seco e fértil: atraso e modernidade no sertão do Vale do Açu

Visando expor as potencialidades do Vale do Açu e torna-lo atrativo para o investimento do governo, Celso republicou uma série de três crônicas de 1956 no livro *Salvados do Assú* (1996), o objetivo delas era pôr em circulação o potencial do Vale como um celeiro produtivo do Estado. Aqui, adentramos num ponto de relevância para Celso da Silveira, pois, para o intelectual, a cidade não deveria apenas restaurar sua importância cultural no Estado, mas também reafirmar a sua potencialidade econômica.

É válido destacar que para Silveira não era somente a importância literária do município que teve sua glória no passado, o destaque econômico também se situava no pretérito. Desta maneira, afirmou que "Assu já foi considerado 'o empório comercial do sertão do Estado', nos idos de 1890. A Cidade, 12.08.23" (SILVEIRA, 1996, p. 90). Sua afirmativa é feita tomando como referência o trecho de uma publicação do Jornal A Cidade, datado do ano de 1923, de toda forma, destacou o ápice econômico da *urbe* como sendo em fins do século XIX. Por esse viés, compreendemos que a argumentação do intelectual em tela, parte da premissa de que pouco mais de uma década após a cidade ter sido considerada o empório comercial do sertão, a mesma não havia recebido o devido investimento que propiciasse o desenvolvimento das potencialidades do Vale do Açu. Diante do exposto acima, as informações que são postas nas três crônicas versam a respeito do desenvolvimento econômico do Vale.

Afirmamos que a reinvindicação por uma riqueza econômica que alçaria o Vale do Açu à uma potência produtiva tem como foco as futuras gerações. Isso é reforçado pela republicação dos textos, entre a publicação original e a republicação, são 40 anos de uma reinvindicação não atendida. As três crônicas foram publicadas pela primeira vez no jornal de Natal, vale relembrar do caráter volátil que os periódicos possuem, nesse sentido, o suporte do livro não apenas faria os textos circularem novamente, mas também possibilitariam uma permanência das intenções de Celso para a posteridade.

A primeira crônica é intitulada de *O Vale I*, este primeiro texto da série acerca do Vale atentou sobre o traçado e as características naturais da região. Delineando e expondo ao leitor as características do solo e a extensão do Vale. A forma como Celso da Silveira escreveu sobre o Vale é diferenciada, pois não é voltada para um passado ou a enaltecer a paisagem por meio de uma verve poética. Ele estava se propondo a fazer seus leitores conhecerem o Vale e suas potencialidades de investimentos. Os números das áreas informadas por Silveira (1996, p. 5), seguem essa lógica, pois, afirmou que de 69.600 hectares, 18.000 hectares se encontravam em condições ao emprego da irrigação, embora o potencial de irrigação chegasse quase ao dobro, numa área de 34.000 hectares.

Destarte, quando se fala em investimento e economia, o Vale não foi representado de forma verdejante como em outras circunstâncias, o Vale que emergiu na escrita de Silveira é seco, não aproveitado ou defeituosamente aproveitado. Porém, mesmo não sendo usado de forma adequada, nosso intelectual enfatizou que qualquer espécie de cultura agrícola se presta neste Vale seco.

Todavia, os locais onde em sua maioria se encontram as plantações das culturas "são sítios que em geral não medem mais de trinta tarefas, possuindo inúmeros cata-ventos ou moto-bombas, cuidados com capinadeira à tração animal, quando não trabalhados com a enxada e excesso de suor do homem". (SILVEIRA, 1995, p. 5). São propriedades pequenas e de pequenos trabalhadores com formas e ferramentas de trabalho vistas como "arcaicas", para Celso da Silveira a situação em que o Vale se encontrava era de um atraso que precisava ser combatido com investimento por parte do governo e implementação de projetos de modernização e desenvolvimento do mundo rural.

Nessa perspectiva ele se posicionou e defendeu que "esses pomares já explorados, muito embora que em quantidade incrivelmente ridícula, servem para mostrar aos governos a riqueza embrionária nas entranhas da várzea do Assu"

(SILVEIRA, 1995, p. 5). Deste modo, o exemplo do pequeno agricultor, apesar de ser criticado, é usado como exemplo para demonstrar ao governo uma riqueza considerada embrionária, que precisaria ser desenvolvida por técnicas de modernização do campo. Sobre a modernização das técnicas de produção no Vale, Celso afirmou que existiram outras solicitações que não foram atendidas, o próprio fato dele republicar os textos sobre o Vale, 40 anos depois, nos indica que a solicitação por ele feita em 1956, não foi atendida da maneira que estimulasse toda a potencialidade que ele vislumbrava para o Vale.

De acordo com Francisco Pinheiro (2018, p. 53), entre as décadas de 1950 a 1960, há a implementação de estudos e projetos que foram desenvolvidos na região, por órgãos regionais, a exemplo do Banco do Nordeste Brasileiro e da SUDENE. Conforme o autor, estes órgãos buscaram modernizar e reequipar a indústria local, posteriormente, após golpe militar de 1964, a SUDENE passou a estimular a implementação de filiais de empresas do Centro-Sul brasileiro no Nordeste. Nesse período, afirma o autor, que a maior concentração de renda rural estava concentrada na exploração dos carnaubais e do algodão herbáceo, é nesse contexto "que se dá o processo de modernização da agricultura local, com a chegada da Empresa Agropecuária Knoll, em 1971, que mobiliza a irrigação para fins comerciais". (PINHEIRO, 2018, p.53)

A respeito do investimento do Banco do Nordeste, Celso da Silveira salientou a incrementação dos moinhos, por este viés, aproveitou para elencar o potencial hídrico do Vale seco. Os moinhos são como "sondas-pioneiras que perfurassem o solo, para arrancar dele, a uma profundidade mínima de 4,5 e máxima de 8 a 9 metros, o liquido abundante que forma os lençóis freáticos inesgotáveis que cortam, em todo seu espalmado, o sub-solo da várzea" (SILVEIRA, 1996, p. 6). Essa observação feita pelo intelectual é vista por ele como uma possiblidade de dar continuidade ao plantio das culturas em períodos de estiagens, ou até mesmo nos perímetros mais distantes do acesso ao rio.

Quanto às ferramentas de trabalho no campo, o instrumental também era tão modesto quanto as moradas dos homens e mulheres da várzea. Seu "instrumental agrícola ainda é, em sua grande maioria, construído de enxada, picareta, chibanca, pá e algumas capinadeiras à tração animal" (SILVEIRA, 1996, p. 6). A ênfase dada no "ainda é", reforça um pensamento social de atraso em comparação a algo, neste caso, um atraso em comparação à outras ferramentas consideradas modernas e que em sua grande maioria não esteve de fácil acesso aos varzeanos.

O desenvolvimento do sertão acontecia à passos lentos, enquanto muitos agricultores faziam uso de ferramentas mais simples, "data de um ano a esta parte, o uso, em meia dúzia de propriedades, do trator Caterpillar de quatro cilindros, no preparo da terra para receber as sementes que – se há chuva – logo se transformam em produtivos algodoais". (SILVEIRA, 1996, p. 6-7). O relato do trator Caterpillar é uma exceção no contexto tratado por Celso, de antemão pensamos que o uso do trator se dava por donos de terras com mais posses.

Ainda sobre as plantações de algodões, a referência à fertilidade do solo é novamente reforçada, assim Celso afirmou que "o solo oferece excelentes condições ao florescimento do algodão 'paulistinha' e 'verdão' ou herbáceo, tendo sido constatado, em algum núcleo próspero de um raro proprietário abastado, que podem ser colhidas quase três anuais, desde que o solo conserve sua umidade" (SILVEIRA, 1996, p. 7). Nesta fala de Celso da Silveira, evidenciamos a existência de proprietários abastados no Vale do Açu, mesmo sendo uma minoria rara, eles conseguiam produzir e colher bem mais produtos das culturas plantadas. Por esse viés, compreendemos que o uso de ferramentas mais modernas, a exemplo do trator Caterpillar, era uso pessoal dos raros proprietários abastados.

Em suma, a maior parte dos agricultores locais não possuíam as mesmas condições técnicas de plantação, em contraste com produtores abastados. Conforme

Francisco Pinheiro (2018, p. 54), a fruticultura exercia importante papel econômico no Vale do Açu, contudo, se detinha a abastecer um mercado local, atendendo as demandas de subsistência, nesse sentido, não se configurava num mercado amplo que atendesse uma rede complexa do comércio. O autor ainda afirma que apenas em 1980, é que essa realidade foi sendo alterada, após a construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves e o crescente interesse de multinacionais exportadoras de frutas na região.

A segunda crônica com temática do Vale do Açu tem como título *O Vale II*, este segundo texto continuou a defesa pelo desenvolvimento do Vale, contudo, com ênfase nos canais de irrigação. Neste contexto, a Barragem Armando Ribeiro assume papel crucial para esta discussão durante a segunda metade do século XX, de acordo com Francisco Pinheiro (2018, p. 188), no período da construção da barragem, em fins da década de 1970, mesmo alguns moradores do Vale que se posicionaram contra a construção da represa, afirmavam que era preciso investir na construção de escolas agrícolas para a capacitação de técnicos no Vale. Para eles precisava-se de "mais técnica para poder desenvolver-se, e que baixa produção se devia ao atraso do beiradeiro". (PINHEIRO, 2018, p. 188).

Entretanto, relembramos que as crônicas datam de 1956, ou seja, não foram escritas na mesma década que a barragem foi construída, contudo, este dialogo contribui para compreendermos que existia um alvo a ser culpado pela baixa produtividade do Vale, estes, eram os varzeanos. Os moradores rurais desta região eram vistos como atrasados e utilizadores de métodos arcaicos de produção agrícola, um pessoal que de acordo com o pensamento modernizador, precisaria ser educado. por isso ele salientou que:

> Concomitantemente com a instalação dos canais de irrigação, devia o governo fazer funcionar escolas de iniciação agrícola, em regime de internato, semi-internato e externato, utilizando os prédios da Escola Normal Rural de Assú – que seria concluído – da Escola de Tratoristas de Assu (que estranhamente não está situada em território assuense) e do

> Campo de Sementes de Ipanguaçu. Uma regulação própria distribuiria as atribuições desses estabelecimentos, de acordo com o que fosse prudente e operante ao mesmo tempo. (SILVEIRA, 1996, p. 9).

A proposta da instalação das escolas agrícolas no Vale do Açu tem o intuito de preparar o agricultor com novas técnicas de produção agrícola. Os canais de irrigação dariam conta de levar água pela região do Vale, essa é a alternativa colocada por ele para que o Vale deixe de ser seco e desenvolva a potencialidade que Celso expões em sua escrita. Todavia, o manejo e manutenção dos canais de irrigação se daria por meio da atuação especializada, é nessa perspectiva que seria importante a implementação de escolas agrícolas em distintas modalidades de ensino para atender uma demanda da região, desenvolvendo o Vale por meio da teoria e da prática.

Enquanto os prédios da Escola Normal Rural de Assú, da Escola de Tratorista de Assú e o Campo de Sementes de Ipanguaçu poderiam comportar escolas com variedades de ensino com modalidades de internato, semi-internato e externato e, que teriam as atribuições institucionais regulamentadas por lei própria e em conformidade com o que fosse prudente. Nas escolas rurais "construídas pelo INEP 'Santo Antônio' e 'Vila dos Carnaubais', seria ministrados ensinamentos rudimentares aos agricultores, já 'feitos' no amanho da terra pelos métodos antiquados, sem possibilidades de se amoldarem a uma moderna formação agrícola". (SILVEIRA, 1996, p. 9).

Mesmo buscando o desenvolvimento do Vale, Celso da Silveira se contrapõe e representou o pequeno agricultor como um trabalhador averso à modernização. Propondo estabelecimentos de ensino voltados exclusivamente para os agricultores que ele considerou já "feitos" pela experiência de anos de trabalho no campo. Nessas escolas voltadas para os agricultores experientes, o método de ensino que lhes é proposto por Celso é representado como rudimentar, e são considerados pelo intelectual como a única opção para o agricultor já "feito", por

ele ser representado como um homem incapaz de se moldar a uma formação agrícola moderna.

Apesar de Silveira fazer esta separação do sertanejo experiente, vale relembrarmos que o público alvo de Celso da Silveira não são as gerações mais velhas e sim as mais novas. Aqui, ao propor escolas agrícolas de internato, semi-internato e externato, vislumbramos que seu intuito foi abarcar as gerações mais novas, as que ele classificaria como mais moldáveis à uma formação agrícola moderna.

Considerações finais

As crônicas de Celso da Silveira, que aqui foram analisadas como fonte, contribuem para o enriquecer a historiografia assuense e do Vale do Açu. Com este texto, conseguimos problematizar para além dos verdes carnaubais e das representações a respeito da cidade. Deste modo, vislumbramos o estimula à novas fontes e abordagens que tratem da espacialidade de Assú e do Vale como objeto de estudo, especial, dentro do campo da História Ambiental e das discussões que envolvem o antropoceno.

Conclui-se que a escrita tecida por Silveira se propôs a salientar as possiblidades de crescimento do Vale do Açu, tornando a região o principal celeiro agrícola do Estado. Este estudo lança olhares em cima de uma abordagem que problematiza Assú fora de um contexto cultural, com destaque para o setor econômico.

Portanto, o sertão assuense para além dos carnaubais visa não só uma terra que é/foi reconhecida como a *Terra dos Verdes Carnaubais*. Só isso não bastava, a escrita de Celso da Silveira no que se tratou de "preservação", convergiu para o progresso do Vale do Açu e uma consequente modernização da região, são reinvindicações não para o seu presente, mas sim, para o futuro dos filhos da terra,

que poderiam gozar de uma terra produtiva, desenvolvida e rica. Assim, visando um sertão para além dos carnaubais, ele vislumbrou um sertão modernizado e prospero. Entretanto, ao descrever este vale prospero, relegou o conhecimento do agricultor para o segundo plano, considerando que o velho sertanejo seria um sujeito que precisaria ser educado para lidar com o semiárido

REFERÊNCIAS

Fontes

SILVEIRA, Celso da. **Salvados do Assu**. Natal: Boágua Editora, 1996.

SILVEIRA, Celso da. **Tempo Passa Tempo**. Natal: Boágua Editora, 1995.

Bibliografia

ALVES, José Jakson Amâncio. Geoecologia da caatinga no semi-árido do nordeste brasileiro. Climatologia e Estudos da Paisagem, **Rio Claro**, v. 2, n. 1, 2007.

CASTRO, Antônio Sérgio; CAVALCANTE, Arnóbio. **Flores da Caatinga**. Campina Grande: Instituto Nacional do Semiárido, 2011.

COLLOT, Michel. **Ruma a uma geografia literária**. Gragoatá, Niterói, n. 33, p. 17-31, 2012.

EVANGELISTA, Antônia dos Reis Salustiano. **O processo de ocupação do bioma caatinga e suas repercussões socioambientais na Sisalândia, Bahia**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

LIMA, Adriana Ribeiro de. **Trabalhadores da Carnaúba: paisagem cultural e modo de vida dos camponeses em Russas-Ce na primeira metade do século XX**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

PINHEIRO, Francisco Leandro Duarte. **O Vale das Miragens**: grandes projetos hídricos e a 'redenção' do Baixo Açu (1910-1983). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em História, Natal, 2018.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38513

UMA HISTÓRIA DE ENCHENTES:
Os impactos e consequências das empresas frutíferas na cidade de Ipanguaçu - RN

Layanne Patricia Fernandes de Souza[69]

RESUMO:
Este trabalho pretende abordar os impactos realizados pelo homem na natureza e como essas ações afetam diretamente o meio ambiente. O objeto dessa pesquisa são as enchentes de Ipanguaçu, que apesar do seu constante histórico de enchentes, o fenômeno natural se intensificou nos últimos anos devido à ação do homem no meio ambiente. O trabalho irá focar como o Projeto Baixo-Açu facilitou a vinda e instalação das empresas frutíferas Agroindústria Finobrasa S/A e Del Monte Fresh Produce. Para a realização deste trabalho, foram utilizados recortes de jornais, fotos, vídeos, depoimentos orais e documentação da defesa civil de Ipanguaçu, na qual se verificou como as empresas trouxeram impactos na região, resultando nas cheias.
PALAVRAS-CHAVE: Enchentes; Ipanguaçu; Baixo-Açu; Vale do Açu

A HISTORY OF FLOODS: The Impacts And Consequences Of Fruit Companies In The City Of Ipanguaçu - RN

ABSTRACT:
This work aims to address the impacts caused by humans on nature and how these actions directly affect the environment. The focus of this research is the floods in Ipanguaçu, which, despite their consistent history of flooding, have intensified in recent years due to human actions in the environment. The paper will focus on how the Baixo-Açu Project facilitated the arrival and installation of the fruit companies Agroindústria Finobrasa S/A and Del Monte Fresh Produce. For the completion of this study, newspaper clippings, photos, videos, oral testimonies, and documentation from the Civil Defense of Ipanguaçu were used to examine how these companies brought impacts to the region, resulting in flooding.

[69] Bacharel em História pela UFRN. Graduanda em Licenciatura em História pela UERN. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. http://lattes.cnpq.br/3208829220444057. layannepatriciafernandesdesouz@gmail.com.

KEYWORDS: Floods; Ipanguaçu; Lower Açu; Açu Valley.

Introdução

Quando falamos de enchentes, dificilmente relacionamos esse cenário com o interior nordestino. Afinal, o Nordeste sempre contou suas histórias sobre as secas, os difíceis momentos de estiagem e como as pessoas tiveram que se retirar de suas casas em busca de locais onde pudessem sobreviver. O Nordeste brasileiro é uma região que é conhecida pela sua escassez de água e grandes secas, principalmente nas regiões dos sertões. Esse estereótipo do Nordeste ter apenas secas foi criado e propagado fortemente a partir dos séculos XIX e XX, mais precisamente em 1877, e devido à grande repercussão que teve a estiagem durante este período.

Essas estiagens se tornaram tão problemáticas que o governo brasileiro se viu obrigado a criar, em 21 de outubro de 1909, a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), e em 1919 se tornou a Inspetoria Federal de Obras Contra Secas (IFOCS), até que em 1945 se tornou o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), como é conhecido até os dias atuais. Com a função de construir medidas e políticas sociais que diminuíssem os impactos das secas no Nordeste brasileiro, uma das medidas adotadas era a construção de barragens em áreas que eram favorecidas pela chuva, para a geração de empregos nas obras, como também distribuição da água, para lugares afetados pela carência de chuvas.

No presente trabalho, vamos analisar como o DNOCS chega ao Vale do Açu, com o Projeto do Baixo-Açu, e através dele constrói o maior reservatório de água do Rio Grande do Norte, que é a Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves. Através desse projeto, é visível as mudanças que uma obra dessa magnitude afeta a região.

Abordaremos como o Vale do Açu, mais precisamente a cidade de Ipanguaçu, foi afetado por esse projeto, e como as empresas do Agronegócio chegam na região, atraídos pelos diversos benefícios que o projeto trouxe. Afinal, a instalação dessas empresas traz grandes impactos ambientais e sociais para o vale.

Através de fontes como o plano de contingência, recortes dos jornais "O Diário de Natal" e a "Tribuna do Norte", vídeos, fotografias e depoimentos orais, revisitamos as memórias da cidade sobre a chegada dessas empresas e das enchentes dos últimos 23 anos.

Com isso, o trabalho tem como objetivo a análise de como o dito desenvolvimento, tão falado pelas autoridades políticas e pela elite, modificou o meio ambiente, o social e até mesmo a forma como as pessoas enxergam suas prioridades, diante de optar por seus empregos, e se acostumarem com as cheias que se tornaram habituais na cidade, sendo elas capazes de inundar a cidade, ou apenas isolar alguns bairros e/ou comunidades rurais.

Ipanguaçu e sua história de enchentes

A palavra Ipanguaçu tem origem na língua tupi-guarani, que significa "Ilha Grande", e como o significado mesmo diz, a pequena cidade de Ipanguaçu poderia ser uma ilha entre águas doces, banhada pelo rio Piranha-Açu a oeste do seu território e pelo rio Pataxó a leste. A pequena cidade do Vale do Açu, apesar de pequena, se tornou muito atraente para o cultivo e o desenvolvimento da fruticultura.

Mas apesar de ser um local com água em abundância, o que é propício para a agricultura, a localização da cidade pode ser uma problemática nos períodos de forte inverno, tendo em vista o histórico de enchentes que a cidade já enfrentou. Durante seus 75 anos de emancipação política, a pequena cidade do Vale do Açu já

enfrentou doze enchentes, sem mencionar às vezes que algumas comunidades rurais ficaram ilhadas, pela questão de ter suas estradas inundadas no inverno.

As enchentes podem ser pensadas como um problema ambiental, mas não devem ficar apenas nessa perspectiva. Afinal, as enchentes afetam não apenas o meio ambiente, mas também toda a população que habita nessas regiões de fácil alagamento. Entender o porquê de as populações se submeterem a viver em locais de risco, e como essas cheias afetam diretamente o social e a economia dessas populações.

Para isso, é necessário explorar as memórias das enchentes de Ipanguaçu. Menezes (1992, p.10) afirma que "a caracterização mais corrente da memória é como mecanismo de registro e retenção, depósito de informações, conhecimento, experiências." Para isso, é preciso analisar como a memória das enchentes de Ipanguaçu foi registrada não apenas no papel, mas também nas lembranças da população, e como elas convivem com essas memórias.

Tendo sua história marcada por cheias, boa parte da população se habituou à rotina de vigiar os níveis de água do açude de Pataxó como também da barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves. Para aqueles que visitam a cidade durante os meses de janeiro a março, pode-se perceber que parte da população, principalmente as que vivem em bairros mais periféricos da cidade, tem uma rotina e ações, que são repetidas todos os anos como se fosse um ritual. Essas pessoas começam a embalar roupas, utensílios domésticos, deixando só objetos de utilidade diária para uso. Para um visitante, pode-se pensar que metade da cidade está se organizando para uma viagem ou mudança, mas a realidade é que essas pessoas todos os anos se preparam para possíveis enchentes que possam vir acontecer.

É interessante observar como a população acabou lidando com essas enchentes de diferentes maneiras. Isso se dá ao fato de que, apesar de as enchentes serem uma realidade para todos, elas impactaram de maneiras diferentes cada parte

da população. De certo modo, isso se dá porque algumas pessoas tiveram suas casas completamente invadidas pela água, enquanto outras, apesar do risco, não chegaram a ser invadidas ou ao menos tiveram grandes perdas materiais. Assim, muitas vezes, aqueles que têm um poder econômico não se preocupam tanto, já que a única coisa que geralmente se altera é o local de sua residência durante a enchente.

Silva (2006)[70] Fala como essas lembranças de ter que se retirar de sua casa diante da falta de escolha, devido ao perigo iminente, causam incertezas, não tendo a certeza para onde está indo, quanto tempo terá que ficar, mas o mais preocupante é se vai ter um lugar para voltar. Evidente que essa preocupação está mais presente na população mais carente, onde entre eles existem ainda moradores de casas de taipa, onde suas casas são menos resistentes à força das águas.

Em um relato, uma dona de casa fala de como ela e seu marido trabalharam muito para sair do bairro Ubarana, que é um dos principais que alagam no período de inverno. Na sua fala, é relatado que o pior para ela na enchente não era sair de sua casa, e sim retornar e ver os bens que tinham perdido, e o cheiro de peixe podre, que demora quase um mês para sair. Em suas memórias, percebemos a dor vivenciada, não apenas durante a enchente, mas também após ela.

Afinal, as autoridades só se responsabilizam com a população durante as enchentes, passadas elas, as pessoas voltam para suas casas e se sentem perdidas, sem um direcionamento, e tendo de reconstruir tudo o que perderam durante as cheias.

[70] Silva fala como os "retirantes" de água têm que deixar suas casas, e como eles tratam isso. E isso é evidenciado em sua fala. “O momento da saída, como eles falam, é a certeza da incerteza. Diante de seus olhos está a necessidade do deslocamento.” SILVA, Kamillo Karol Ribeiro e.”NOS CAMINHOS DA MEMÓRIA, NAS ÁGUAS DO JAGUARIBE”. Memórias das enchentes em Jaguaruana-CE (1960, 1974, 1985). Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, p.20. 2006.

Por isso, é importante compreender como as enchentes influenciam não apenas o meio ambiente, mas o social das pessoas também. O medo de que sua casa seja inundada está muito mais presente naqueles com maior vulnerabilidade econômica da população. Afinal, quando acontece uma enchente, muitas dessas famílias têm que se abrigar em escolas da cidade e dependem da ajuda do Estado para poder sobreviver durante o período de cheia.

Diante desse cenário, contar a história das enchentes em Ipanguaçu é apresentar a dura realidade de muitas famílias que se habituaram a vigiar o volume dos rios e a se preparar para um possível desastre ambiental todos os anos. É lembrar que a chegada da chuva se torna um misto de alegria e medo. Alegria para uma boa plantação e medo de perder seus bens e ter que sair de suas casas sem um futuro certo, de onde ir, ou de como vai ficar durante o inverno.

O projeto Baixo Açu e seu impacto no Vale Açu

O Nordeste, habitualmente, é palco de grandes secas, e com isso a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) foi criada para pensar e planejar projetos que diminuíssem os impactos das secas, principalmente nos sertões nordestinos. Apesar de ser criado pensando nas secas, o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), antigo IOCS, também trabalhou nas regiões onde o problema, em vez de secas, eram inundações, como o Vale do Jaguaribe e o Vale Açu. Para conter as águas, eles começaram as construções de açudes, que poderiam diminuir o impacto das cheias e, ao mesmo tempo, criar um reservatório de água para os tempos de estiagens.

Em 1951, o DNOCS constrói a sua primeira obra no Vale do Açu, mais precisamente na cidade de Ipanguaçu, o açude de Pataxó. O projeto do açude visava regularizar o rio Pataxó e o fluxo do rio para a lagoa da Ponta Grande, o que permitiria um melhor desenvolvimento para a agricultura da cidade. Mas apesar de

ser a primeira obra, não seria a única, já que na década de 1960, políticas públicas para intervenção do Estado no meio rural do semiárido foram aprovadas.

Com essas políticas, chega ao Vale do Açu o projeto Baixo Açu, que tinha fortes promessas de desenvolver o vale. Entre os anos de 1969 e 1971, a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) e o DNOCS solicitaram a uma empresa de engenharia um estudo na bacia do Rio Piranhas. Com esse estudo, eles dão início ao projeto do Baixo Açu, que teria sua primeira fase com a construção da barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, que ficaria no leito do rio.

A construção da barragem não marcou apenas o início do projeto, mas também a destruição de uma cidade inteira. Para a construção da barragem, a cidade de São Rafael teria que ser afundada. Um projeto como a barragem demandava muitos interesses na região, principalmente por ter um grande investimento econômico na região. Mas, apesar de o governo dizer que a represa seria para benefício da região, e que ia indenizar as famílias que iam ter que sair de suas casas devido à inundação. Existia o medo não apenas de incerteza para onde ir, mas também de que aquele projeto de fato beneficiaria a população, ou apenas as grandes empresas.

As preocupações com o futuro estavam muito presentes na população de São Rafael, que fazia constantes questionamentos dos impactos prejudiciais que a barragem poderia trazer para a região. O DNOCS tentava tranquilizar, afirmando que, apesar de ter que transferir uma cidade inteira para outra região, isso seria para o bem maior do progresso e desenvolvimento da região. Entretanto, existia a dúvida sobre quem de fato seria esse progresso. Essas tensões estavam presentes no final dos anos 1970 para o início dos anos de 1980, no qual muitos cidadãos, principalmente os membros do sindicato dos trabalhadores rurais da região, protestaram fortemente contra a construção da represa.

A luta pelo seu direito à terra, e as reivindicações por indenizações justas, e até mesmo protesto contra a construção da barragem, marcaram a região do vale, durante os finais dos anos 70. Nos jornais, se percebia esse conflito entre os trabalhadores e a DNOCS.

> "A inquietação maior do agricultor é porque não dispõe de informações mais precisas a respeito do Projeto já que os dados solicitados aos técnicos do Departamento Nacionais de Obras Contra as Secas foram por eles negados sob a alegativa de que dispunha de ordens superiores para não adiantarem nada a respeito." (Diários Dnocs quer tranquilizar os agricultores do Açu: Agricultores se reúnem. *Diário de Natal*, Natal, 20 jan. 1979. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_02&Pesq=%22Vale%20a%c3%a7u%22&pagfis=30618. Acessado em: 18 nov. 2024.)

Apesar de o DNOCS afirmar que o Projeto Baixo-Açu seria para melhorar a vida das pessoas, principalmente dos agricultores, tornava-se inevitável a confiança no órgão público, se ele não dispunha de um diálogo e informações claras com a população. Causando inquietação e revolta para aqueles que estavam vendo suas terras tomadas e suas vidas modificadas em nome de um desenvolvimento, que talvez não fosse para eles.

Embora os protestos e reivindicações continuassem, a barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves foi construída e inaugurada no ano de 1983, se tornando o maior reservatório de água do Rio Grande do Norte.

A barragem chega com a proposta de produção de energia, onde a água do rio Açu-Piranhas seria destinada para um complexo hidroelétrico. Como foi falado, o discurso do DNOCS falava de um desenvolvimento que beneficiava a população do Vale Açu, não apenas na questão elétrica, mas também na agricultura irrigada. Mas a realidade foi outra, em vez de serem os agricultores os maiores favorecidos, foram as empresas que ganharam mais vantagens para se instalar.

Porém, mesmo com a instalação das empresas, as autoridades continuaram a afirmar que o projeto se tornou favorável para a população, já que, com a chegada

das empresas, a economia cresceria e teria a geração de empregos. Mas assim como a barragem, a chegada dessas empresas poderia causar mais problemáticas na região, principalmente na cidade de Ipanguaçu, que foi justamente o local da implementação dessas empresas.

Segundo Pereira (2014, p. 39):

> O progresso é sempre o produto de uma *construção* social, mas o caminho para ele não é nem pacífico, nem linear; é um processo de tentativa e erro em que os agentes carecem da capacidade de prever com razoável precisão as consequências de suas ações; é um processo conflituoso nos níveis individual, grupal e de classe social, no qual os conflitos são resolvidos, às vezes, pelo encontro de uma terceira alternativa que atende aos dois lados, mas geralmente pelo uso da força ou por meio de compromissos políticos.

Diante disso, percebemos que apesar das afirmativas que o Projeto Baixo-Açu e as instalações das empresas sejam em nome do progresso e desenvolvimento da região, percebemos que esse dito progresso atende muito mais a uma elite, do que propriamente à maior parte da população, que geralmente tem de acabar aceitando, mesmo que a contragosto, os projetos realizados pelo governo, já que os políticos e a elite acabam exercendo um poder muito forte, e mesmo com as reivindicações da população, os interesses políticos na maioria dos casos acabam vencendo.

A chegada das empresas frutíferas no Vale do Açu.

É interessante como a relação do homem com a natureza se modifica, e como isso não passa despercebido perante a sociedade. Desde os tempos antigos, o homem

tira da natureza sua forma de sustento e sobrevivência. Mas o que antes era tido como uma relação da qual se tirava apenas o necessário, se modifica com os tempos modernos. O homem enxerga na natureza uma forma de lucro, através da exploração, e diz que isso é em nome do desenvolvimento. Mas, por muitas vezes, os

elementos naturais, como o ar, a água e a terra, acabam sendo degradados em nome desse desenvolvimento.

Em pleno século XXI, existem muitos discursos sobre a preservação do meio ambiente, tendo em conta como ele foi prejudicado devido às grandes indústrias e à modernização das cidades. Entretanto, apesar desse discurso, ainda percebemos os grandes impactos que o homem está causando na natureza, e isso é percebível através dos desastres naturais.

> As relações predatórias dos homens com o meio físico assumiram novas feições nos dias de hoje. A acumulação de capital tomou um forte impulso na escala mundial com o desenvolvimento técnico, científico dos meios de comunicação de transporte observado a partir da década de 1979. Na avaliação do geógrafo Milton Santos, nessa busca de mais-valia global, os processos produtivos adquiriram um cunho extraterritorial que os autonomiza em relação a controles locais e os faz diferentes, não apenas às realidades locais, mas também, as realidades ambientais. (MARTINEZ, 2006, p.11).

Dito isso, observamos o crescimento populacional e econômico na cidade de Ipanguaçu, nos últimos anos, principalmente com a chegada das empresas na cidade. Em 1985, é fundada na cidade a empresa Agroindústria Finobrasa S/A, que introduziu o cultivo de algodão. Com sua chegada, começamos a perceber as modificações no meio ambiente. Afinal, para sua instalação e plantio do algodão, foi necessário o desmatamento da vegetação local e a construção de diques e pequenas represas para poder realizar a agricultura irrigada.

Posteriormente, na década de 90, chega à empresa californiana Del Monte Fresh Produce. Que, assim como a Finobrasa, enxerga no Vale do Açu um local propício para desenvolver o cultivo da banana. Essa multinacional escolhe o Vale do Açu para se instalar, visando os muitos benefícios que o Projeto Baixo-Açu trouxe para essas empresas. Como a infraestrutura hídrica, já que com a construção da barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, traz com seu fornecimento de água; a logística, tendo o Vale do Açu, fácil acesso aos postos de Natal–RN e de Fortaleza–CE assim facilitando o frete marítimo, já que a empresa tem seu foco na

exportação; sua alta fertilidade de seu solo, tendo um alto grau de produtividade; e principalmente o custo de mão-de-obra, já que diferente de suas fazendas na Costa Rica, Guatemala e Panamá, o Vale do Açu não tem fortes sindicatos, que possam protestar com a empresa por seus direitos.

Logo, percebe-se que a região do Vale do Açu é vista para exploração, já que essas empresas têm o objetivo apenas de utilizar a terra e a mão-de-obra barata da região. Além disso, com sua chegada começa uma grande compra de terras para a produção da multinacional, assim tanto a Del Monte Fresh Produce como a Finobrasa começam a deter a maioria das terras férteis das cidades. E se antes o agricultor tinha sua terra para plantar, agora ele trabalhará nas grandes empresas agrícolas, o que gerará lucro apenas para elas.

Com sua chegada, as empresas modificaram o social e o meio ambiente da cidade, não apenas se instalando na maior parte das terras férteis da cidade, mas também modificando o meio ambiente da cidade. Para poder plantar, essas empresas construíram diques, pequenas represas e drenos para que suas plantações não fossem prejudicadas.

Essas mudanças ficam perceptíveis através das enchentes. Apesar de ter enchentes que aconteceram bem antes da implantação dessas empresas na região, as enchentes ficaram mais fortes por suas ações, onde não apenas bairros periféricos e comunidades rurais sofreram com a invasão da água como também parte do centro urbano da cidade. Diante disso, percebemos como as ações do homem podem intensificar ainda mais os fenômenos da natureza, causando ainda mais problemáticas, sendo que as enchentes mais fortes foram de 2004, 2008 e 2009, quando as empresas já estavam estabelecidas na cidade.

Apesar de ter enchentes mais fortes, após a implementação das empresas, parte da população e autoridades da cidade de Ipanguaçu alegam que não é devido a suas ações que as cheias se intensificaram. Em 2009, aconteceu uma das maiores

enchentes da cidade, e embora o gestor da cidade fale que, devido aos drenos da Del Monte, a água acabou por invadir a cidade, ele alega na mesma fala que a empresa também saiu prejudicada, já que algumas plantações se perderam devido à enchente.

É interessante observar que, devido à economia e à geração de empregos estarem dependentes dessas empresas, tanto parte da população como a gestão da cidade não enxergam suas ações como algo prejudicial, pelo contrário, eles compreendem muito mais as perdas dessas empresas e a saída delas como algo que vá prejudicar a cidade do que propriamente suas ações com o meio ambiente.

Portanto, é necessário analisar como essas empresas modificam a vida da população de tal forma que as pessoas, apesar de prejudicadas com as cheias, acabaram se habituando a elas, e temendo que a saída da indústria do Vale do Açu deixe a maioria da sua população desempregada. A dependência dessas empresas e a falta de alternativas na economia da cidade fazem com que a população se submeta a trabalhos precários e ao constante perigo das enchentes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Jonas. **Os Riscos Naturais e a História: O caso das enchentes em Marabá (PA).** Tempos Históricos. Vol. 5. p.205 - 238, 2° semestre de 2011.

BIEGING, Patricia. **"Blumenau e as memórias de Maria: as enchentes da década de 1980 a partir de experiências de vida."** Psicologia em Revista 23.1 (2017): 220-236.

BRITO, Maiara Brenda Rodrigues de. **Projeto Baixo-Açu: Uma Análise Sobre O Discurso De Modernidade No Sertão Potiguar (1975-1985)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ensino Superior do Seridó. Programa de Pós-Graduação em História dos Sertões - PPGHC. Caicó, p.133. 2022.

CARVALHO, Otamar de. **O SOERGUIMENTO DO DNOCS (A Propósito do seu I Centenário).** Revista Conviver Nordeste Semiárido.V. In. 6 - (2009). Fortaleza.

Contingência. Ipanguaçu, 2022. **Prefeitura Municipal de Ipanguaçu. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Ficha Técnica da Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves**. Disponivel:https://www.dnocs.gov.br/php/canais/recursos_hidricos/fic_tec_reservatorio.php?codigo_reservatorio=18&descricao_reservatorio=Barragem+Armando+Ribeiro +Gon%E7alves. Acesso em 13 de nov.2024.

FGV CPDOC. Verbete sobre DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA SECAS (DNOCS). Disponível: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetetematico/departamento-nacional-de-obras-contra-as-secas-dnocs. Acessado em 15 de nov.2024.

DEL MONTE FRESH PRODUCE. 2005. Disponível em: http://www.delmontefresh.com. Acesso em: 12 nov. 2024.

FERNANDES, A.A. 1992. Autoritarismo e resistência no Baixo Açu. Natal: CCHLA, Humanas Letras e Vale do Açu.

LOPES, José Edvaldo. **A Del Monte Fresh Produce e a territorialização do capital no meio rural do município de Ipanguaçu-RN**.158 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, p. 158. 2014.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **In: Revista Estudo Amazônicos.** Vol 1, n° 1. Jul. dez.2006

MENEZES, Ulpiano. **A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais.** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (USP), São Paulo, v 34, p. 09-24, 1992.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico.** Lua Nova, São Paulo.2014.

RIBEIRO, Monique de Cássia Dias**. A ENCHENTE DO NATAL: HISTÓRIA E MEMÓRIAS DA ENCHENTE DO RIO MÃE LUIZA EM 1995 - FORQUILHINHA/SC.** Monografia de graduação em História, apresentada à Universidade do Extremo Sul Catarinense. Criciúma, 2017.

SANTOS, Jovelina Silva. A desordem do progresso: o Projeto Baixo-Açu e a expropriação das terras camponesas de trabalho e moradia. Anais do 30º Simpósio Nacional de História da ANPUH, 2019.

SILVA, Kamillo Karol Ribeiro e**. Entre a Poeira e as Águas. A enchente de 1985 em Jaguarana - CE**. Monografia de graduação em História, apresentada à UECE - FAFIDAM. Limoeiro, 2003.

SILVA, Kamillo Karol Ribeiro e. **Nos caminhos da memória, nas águas do Jaguaribe: memória das enchentes em Jaguaruana-CE (1960, 1974, 1985).2006.** 169f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-graduação em História Social, FortalezaCE, 2006.

SILVA, Kamillo Karol Ribeiro e.**O GOVERNO PASSOU A MÃO POR CIMA" – NARRATIVAS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS EM TEMPOS DE ENCHENTE. – JAGUARUANA, CEARÁ. (1960-1985)**. Semina - Revista Dos Pós-Graduandos Em História Da UPF, 14(1).

ST-16: IMPÉRIOS IBÉRICOS NO ANTIGO REGIME: DINÂMICAS ADMINISTRATIVAS, POLÍTICAS, MILITARES, RELIGIOSAS, AGRÁRIAS E SOCIAIS

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN

ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

SERAFINA: ex-escravizada e senhora de engenho. Conflito pela posse de bens e hierarquias sociais na capitania de Pernambuco (séculos XVII e XVIII)

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38133

Ana Lunara da Silva Morais[71]

RESUMO:
Em Pernambuco de finais do século XVII, a cativa de um mestre de campo, Serafina, posteriormente se casou com o seu senhor. Com a morte do esposo, tornou-se senhora de engenho. O casamento foi contestado pelo Tribunal da Relação Eclesiástica por meio de uma denúncia da sogra, a qual estava pressionada a pagar uma volumosa dívida aos beneditinos do mosteiro de São Bento da Cidade da Paraíba, contraída pelo seu marido ainda durante a dominação neerlandesa. Desse modo, o artigo busca analisar, meio ao imbróglio, como a complexa hierarquia social proporcionava acessos diferenciados ao regime jurídico, sobretudo, em um contexto de disputa por bens. A querela é analisada por meio da ação movida pelo mosteiro pela posse do engenho, publicada pela revista do Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano em 1946.
PALAVRA-CHAVE: Pernambuco; conflito pela posse de bens; hierarquias sociais.

SERAFINA: ex-slave and sugar mill owner. Conflict over possession of property and social hierarchies in the captaincy of Pernambuco (17th and 18th centuries)

ABSTRACT:
In Pernambuco in the late 17th century, the captive of a farm master, Serafina, later married her master. After her husband's death, she became the mistress of a sugar mill. The marriage was contested by the Court of Ecclesiastical Appeals through a complaint by her mother-in-law, who was under pressure to pay a large debt to the Benedictines of the Monastery of São Bento in the City of Paraíba, which her husband had contracted during the Dutch rule. Thus, this article seeks to analyze,

[71] Doutora em História pela Universidade de Évora, Portugal. Professora Adjunta da Universidade Federal de Campina Grande (Campus Cajazeiras-PB). *Lattes*: http://lattes.cnpq.br/6721344993907020. E-mail. analunara@gmail.com

amidst this imbroglio, how the complex social hierarchy provided differentiated access to the legal system, especially in a context of dispute over property. The dispute is analyzed through the action brought by the monastery for possession of the sugar mill, published in the magazine of the Public Archive of the State of Pernambuco, Jordão Emerenciano, in 1946.
KEYWORDS: Pernambuco; conflict over possession of property; social hierarchies.

Apresentação

Serafina, mulher escravizada, que viveu na capitania de Pernambuco em finais do século XVII, posteriormente, foi alforriada pelo seu proprietário – Francisco Dias Ferreira, mestre de campo e senhor de engenho –, com o qual se casou. Com o assassinato do esposo, Serafina e os dois filhos que teve com Francisco Dias Ferreira tornaram-se, por herança, senhores do engenho Cajabuçú, localizado na freguesia do Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco.

O casamento, entretanto, foi contestado pelo Tribunal da Relação Eclesiástica por meio de uma denúncia da sogra, Clara das Neves, a qual afirmou que o casamento não estava em conformidade com o Concílio Tridentino, pois não teve testemunhas suficientes. A sogra, que se sentiu prejudicada na partilha da herança e acreditou ter seu *status* abalado pela infâmia de passar a ser nora de uma ex-escravizada, acusou Serafina de feitiçaria e de assassinato da primeira esposa do filho. Ademais, a sogra estava pressionada a pagar uma volumosa dívida aos beneditinos do mosteiro de São Bento da Cidade da Paraíba, atual João Pessoa. Tal dívida tratava-se de uma reparação cobrada pelos bens que o falecido marido de Clara das Neves, e pai do mestre de campo Francisco Dias Ferreira, chamado Gaspar Dias Ferreira, teria tomado de modo ilegítimo do referido mosteiro ainda durante o domínio neerlandês, entre 1630 e 1654, como animais e pessoas escravizadas.

A quezília pelo engenho Cajabuçú é analisada a partir de uma documentação contida no Livro de Tombo do mosteiro de São Bento da Paraíba, a qual foi transcrita e publicada na revista do Arquivo Público do Estado de Pernambuco, em 1946. A documentação foi organizada a mando do frei João de Santa Clara, Abade do dito mosteiro entre 1714 e 1718, período coincidente com a resolução do conflito.

Com base neste caso, busca-se compreender as diferentes estratégias usadas pelos envolvidos para tentar garantir a propriedade do engenho. Compreende-se que a complexa hierarquia social da América portuguesa proporcionava acessos diferenciados ao regime jurídico, sobretudo, em um contexto de disputa.

A dívida original

A origem da contenda teve como ponto de partida as atuações do pai do mestre de campo Francisco Dias Ferreira, chamado Gaspar Dias Ferreira. Nascido em Lisboa, em 1595, Gaspar partiu para a América portuguesa em 1618, onde se fez negociante, embora sem sucesso. Foi no domínio neerlandês sobre o litoral açucareiro de Pernambuco, e posteriormente em direção ao norte, como Itamaracá e Paraíba, que Gaspar ascendeu socialmente: tornou-se escabino por ao menos três mandados (1637, 1638 e 1643), e foi conselheiro pessoal do conde Maurício de Nassau, governador da possessão neerlandesa entre 1637 e 1644 (NASCIMENTO, 2008. p. 231-233). Segundo Evaldo Cabral de Mello (2007, p. 329-330), foi nesse contexto de dominação neerlandesa que Gaspar, além de realizar investimentos pessoais, arrematando engenhos, mobilizou estratagemas para apropriar-se ilegalmente de animais e de pessoas escravizadas de ordens religiosas (beneditina, franciscana e carmelita), em Pernambuco e na Paraíba.

Em 1691, o reverendo dom Abade frei José do Desterro, do mosteiro de São Bento da Paraíba, moveu uma ação contra a viúva de Gaspar Dias Ferreira, Dona Clara das Neves, e seus demais herdeiros. O Abade cobrava a restituição de

escravizados e de animais que Gaspar teria tomado indevidamente do mosteiro durante a dominação neerlandesa. Os bens apropriados eram os seguintes: 30 vacas; 7 bois; 3 novilhos; 3 éguas; 1 cavalo; 1 barca; e 15 pessoas escravizadas (REVISTA, 1946, p.160-163). O Abade solicitou ainda o ressarcimento do tempo em que os religiosos passaram sem os ditos bens, como a diária de serviço dos escravizados e das procriações de animais. A dívida, segundo os cálculos do contador contratado pelo Abade, totalizava doze contos, quinhentos e cinquenta e quatro mil e cento e sessenta e seis réis (12:554$166 réis), quantia enorme para a época (REVISTA, 1946, p. 160-167, 212).

Em 1693, o juízo da ouvidoria geral, por meio de Antônio Araújo Pessoa (juiz ordinário e juiz dos órfãos), ordenou que se fizesse execução dos bens da viúva Dona Clara das Neves e dos demais herdeiros de Gaspar Dias Ferreira para quitação da dívida: as irmãs Anna e Eugenia Ferreira, e os herdeiros de Francisco Dias Ferreira – a saber, Serafina e os dois filhos do casal, chamados Pedro e Francisco, ainda de menores de idade (REVISTA, 1946, p. 201-204). Os irmãos foram batizados pelo padre Francisco Dias de Araújo, então capelão do engenho Cajabuçú, em 4 de março de 1684 e em 17 de outubro de 1686, respectivamente. O mestre de campo Francisco Dias Ferreira consta como pai das crianças, juntamente com Serafina, identificada como mulher preta e forra, sem indicação da união entre os pais (REVISTA, 1946, p. 239-240).

Contudo, o licenciado Davi de Albuquerque Saraiva, procurador de Serafina e curador de seus filhos, apelou a sentença, alegando que os órfãos não poderiam ser prejudicados em suas legítimas. Entretanto, ainda assim, o juiz ordenou a penhora dos bens e seu pregão em praça pública para arrematação (REVISTA, 1946, p. 209-210). No direito português, no tocante ao direito sucessório, o patrimônio dos indivíduos era dividido em três partes: a terça parte, conhecida como *terça*, de livre disposição de um testador; e os dois terços restantes, a chamada *legítima*, que deveria ser partilhado em igualdade entre os herdeiros, homens ou mulheres, legítimos

(descendentes de um casamento legítimo) ou legitimados (fruto de relação fora do casamento, os filhos bastardos, ou fruto de relação sem casamento, os filhos naturais, desde que reconhecidos pelo pai) (LEWIN, 2003. p. 34-35).

Com base nos cálculos do contador, o montante total da dívida deveria ser dividida de modo que Dona Clara das Neves se responsabilizasse por metade do valor, por ter sido meeira dos bens de Gaspar, devendo pagar seis contos, duzentos e setenta e sete mil e oitenta e três réis (6:277$83 réis), enquanto as irmãs Anna e Eugenia deveriam pagar cada uma dois contos, noventa e dois mil e 300 réis (2:092$300 réis), e Serafina e seus filhos, por serem herdeiros de um dos filhos de Gaspar, deveriam, juntos, pagar o valor de dois contos, noventa e dois mil e 300 réis (2:092$300 réis) (REVISTA, 1946, p. 212-213).

Logo em seguida a ordenação da execução da dívida, em 15 de outubro de 1693, a viúva Dona Clara das Neves, mesmo sem ser a proprietária, logo, de modo indevido, nomeou o engenho Cajabuçú para penhora e quitação da dívida. Nesse sentido, em nove de novembro de 1693, o juiz de vintena da freguesia do Muribeca, Pernambuco, João Lopez, realizou a penhora do engenho Cajabuçú (REVISTA, 1946, p. 216).

Explica-se que segundo as Ordenações Filipinas (1870 [1603]), conforme o Livro terceiro, Título 86, sobre a execução de sentenças, quando se decretassem a execução dos bens, o devedor deveria realizar o pagamento com dinheiro (ou outros bens) ou penhora de bens para garantir a quitação da dívida, caso o pagamento da dívida não fosse realizado, os bens penhorados seriam leiloados em pregão público, no qual arrematariа a propriedade quem por ela oferecesse maior lance.

Assim, depois da penhora do Cajabuçú, pelo fato de os réus não realizarem o pagamento, sucedeu-se o pregão público, e por não haver indivíduos interessados na arrematação do engenho, o beneditino autor da ação de execução, frei Antônio de Santa Romana, solicitou a arrematação do engenho por 18 mil cruzados em

dinheiro (equivalente a 7:200$000 réis), o que foi acatado pelo juiz dos órfãos, Antônio Araújo Pessoa (REVISTA, 1946, p. 216-221). Observa-se que não se compreende a razão para o próprio autor da causa realizar a arrematação do engenho, tendo em vista que o valor da compra do engenho, efetuada pelo mosteiro, seria destinado ao pagamento da dívida de Dona Clara das Neves com a mesma instituição.

Entretanto, pode-se especular que a viúva tenha negociado a sua dívida e as de suas filhas com os beneditinos. Em 1691, no mesmo ano em que o mosteiro, por meio do reverendo dom Abade frei José do Desterro, moveu a ação contra a viúva e demais herdeiros de Gaspar Dias Ferreira para o pagamento da dívida, Dona Clara das Neves, junto ao vigário geral de Pernambuco, solicitou a anulação do casamento de Serafina com o falecido Francisco Dias Ferreira, com o objetivo de invalidar a posse do engenho Cajabuçú por parte da viúva do filho, Serafina, e de seus netos, herdeiros do Francisco Dias Ferreira. Inviabilizar a posse de Serafina e de seus netos, por outro lado, viabilizaria a arrematação por dívida do engenho Cajabuçú aos beneditinos, quitando as suas dívidas e as de suas filhas.

Corrobora essa interpretação o fato de que o valor de arrematação do engenho pelo mosteiro era superior em quase um conto de réis (1:000$000 réis) da dívida original de Clara, sendo possível que ela estivesse negociando o Cajabuçú para além da quitação de sua parte da dívida, incluindo também a parte devida pelas filhas Anna e Eugenia, portanto, um acordo interessante para os religiosos, que garantiriam o engenho, e para a mãe e filhas que quitariam suas dívidas.

Evidencia-se que o litígio pela posse do engenho se arrastou por mais de duas décadas após a sua penhora e arrematação indevida seguiu em duas esferas simultaneamente: pelo meio eclesiástico, com promessa chegar até a terceira instância, isto é, o Tribunal da Legacia (ou Nunciatura), a partir da denúncia que fez Dona Clara das Neves, solicitando a anulação do matrimônio de Serafina Dias com

seu falecido filho Francisco Dias Ferreira; e pelo meio civil, no juízo ordinário de Pernambuco, chegando até a Relação da Bahia, a partir do momento em que os beneditinos buscaram a quitação da dívida que lhes deviam os herdeiros de Gaspar por meio da propriedade do engenho de cana-de-açúcar Cajabuçú. Observa-se que, emborra a quezília corresse em esferas distintas, as decisões eclesiásticas e civis eram usadas para influenciar as determinações de uma e outra esfera.

O conflito em duas esferas

Em 23 de junho de 1691, Clara das Neves, por meio do seu procurador Diogo Pereira da Silveira, iniciou o litígio por meio de audiência pública, frente ao vigário geral de Olinda, o doutor Duarte de Matos. Solicitaram apresentação de um libelo na presença de Serafina e de seu atual marido, Francisco Antunes. A audiência ocorreu uma semana depois, em 30 de junho de 1691, quando o procurador da autora do processo – Dona Clara das Neves –, Diogo da Silveira apresentou o libelo por escrito, visto pelo vigário geral de Olinda. Todavia, o procurador dos réus, presentes, o licenciado Paschoal Rodrigues Petro, contestou o libelo (REVISTA, 1946, p. 313-315).

Segundo as acusações da viúva Clara das Neves, após o assassinato do seu filho, sem confissão do autor do crime, Serafina, já alforriada pelo seu filho, teria, "sem temor de Deus nem das justiças", passado a se vestir de viúva e a se chamar de Dona. Serafina teria divulgado por todos os lados ser nora de Clara das Neves, afirmando ter casado com o mestre de campo Francisco Dias Ferreira antes de seu falecimento, razão pela qual seria meeira de seus bens, tendo tomado posse do engenho Cajabuçú (REVISTA, 1946, p. 316).

As acusações da viúva Dona Clara das Neves eram muitas. Alegou que Serafina era feiticeira, acusou-lhe de ter envenenado a primeira esposa do filho, Ângela Castelo Branco, com a qual o filho não deixou descendentes. Afirmou que era de amplo conhecimento que o filho vivia com Serafina em concubinato devido

aos feitiços elaborados por ela. Somente assim, segundo a viúva, enfeitiçado, é que o mestre de campo teria casado com Serafina. A viúva alegou que o casamento ocorreu de portas fechadas, sem testemunhas a mais do que o padre que realizou o casório, João Carvalho da Rocha, o qual era vigário da freguesia do Cabo, onde se localiza o Cajabuçú, e o presenciou o tesoureiro mor visitador, devendo o casamento ser invalidado conforme as regulamentações do Concílio Tridentino (REVISTA, 1946, p. 316-317).

Dona Clara das Neves afirmou que era uma ousadia Serafina intitular-se de Dona e de afirmar ser sua nora. Observa-se que o título Dona era usado pelas mulheres nobres, fosse angariado por meio de prova de nobreza, fosse por meio de legitimação social, sendo adquirido por via masculina, por casamento ou ascendência (SILVA, 2002). Segundo a viúva, tal situação infamava sua geração, portanto, solicitava, a anulação do matrimônio do filho com Serafina, a devolução dos bens tomados por Serafina, a proibição do uso do título de Dona, o pagamento do valor de 20 cruzados de réis, e pena de degredo para a acusada para Castro Marinho, Portugal (REVISTA, 1946, p. 317-318). Assim, observa-se, nesta solicitação, uma preocupação não apenas em recuperar um patrimônio, mas em limpar a honra da família, abalada pela quebra da hierarquia social vigente, segregacionista e discriminatória, por meio do casamento com Serafina, mulher preta e forra, anteriormente escravizada pelo próprio mestre de campo (BETHENCOURT, 2015, p. 217).

O procurador de Serafina e de seu atual marido rebateu as acusações. Serafina, em sua defesa, afirmou que, enquanto o mestre de campo era casado com Ângela Castelo Branco, não ocorreu relação sexual entre ela e Francisco Dias Ferreira. Ainda nesse sentido, ela explicou que era outra escravizada que vivia com Francisco, chamada Maria. Serafina também afirmou que não teve participação no assassinato da primeira esposa do mestre de campo. Explicou que a "negra Maria criola" e a "mulata Izabel", é que teriam envenenado Dona Ângela com "sulimão".

Segundo o dicionário de Bluteau (1728, v.7, p. 707), trata-se de um veneno mortal, composto por mercúrio, sal amoníaco e ácido. Ainda segundo Serafina, em razão do envenenamento da esposa, o mestre de campo teria castigado as mulheres escravizadas, tendo Maria, inclusive, falecido acorrentada em decorrência disso. Esse relato de Serafina chama-nos atenção para a impossibilidade de qualquer tentativa de romantização de sua situação. Embora o casamento tenha-lhe viabilizado alguma promoção social – como a manumissão, e depois, por se tornar senhora de engenho –, observa-se que sua trajetória foi permeada pela tensão brutal das hierarquias sociais da época.

Como salientaram os historiadores Rosa Congost e Rui Santos (2010), deve-se compreender os direitos de propriedade como conjuntos de ações potenciais sobre um bem, como um feixe de direitos, *bundle of rights*, que legitimam apropriações diversas em diferentes contextos políticos, culturais e sociais. A detenção de direitos de propriedade, por vezes obtidos a partir de querelas como a aqui analisada, constituía um parâmetro fundamental para indicar a posição cimeira de um grupo ou de uma família na estratificação social, daí sua relevância simbólica além dos possíveis rendimentos econômicos.

Dando continuidade à querela, o caso em questão foi levado ao reverendo vigário geral de Pernambuco, o doutor Nicolão Paes Sarmento, o qual solicitou, em 30 de julho de 1693, para melhor decisão, que o lugar do casamento fosse examinado, bem como as testemunhas (REVISTA, 1946, p. 320). Assim, realizou-se a vistoria solicitada, cujo auto foi anexado ao processo quase um ano depois, em 18 de maio de 1694. Compareceram ao engenho Cajabuçú: o dito reverendo vigário geral; o tesoureiro mor da sé de Pernambuco, visitador na ocasião do casamento; o meirinho geral do bispado de Pernambuco, Francisco Borges de Lemos e o seu escrivão Antônio Alvarez Pravins, como testemunhas do auto.

O vigário geral fez uma apurada vistoria do lugar, descrevendo todos os cômodos do sobrado do engenho, concluindo que no cômodo onde se realizou o casório, constava apenas uma janela sobre os telhados, não sendo possível que alguém de fora percebesse o que se passava na sala (REVISTA, 1946, p. 323). O parecer sobre o caso foi emitido em 25 de setembro de 1694, pelo reverendo vigário geral, o doutor Nicolão Paes Sarmento, e foi desfavorável a Serafina. Ele alegou que as provas de Serafina sobre o casamento eram falsas e que, por não haver testemunhas mais que o pároco que teria celebrado o matrimônio, o casamento não estava em conformidade com o Concílio Tridentino, portanto, deveria ser anulado. O procurador de Serafina, Paschoal Rodrigues Petro, apelou da sentença ao Tribunal da Relação Eclesiástica do Arcebispado da Bahia (REVISTA, 1946, p. 322).

O Tribunal da Relação Eclesiástica – por vezes chamado apenas de "Relação Eclesiástica", ou "Relação" – também conhecido como Auditório Eclesiástico, foi instalado em Salvador em 1676, quando da elevação do Bispado da Bahia em Arcebispado Metropolitano do Brasil. A solicitação da elevação, bem como a criação de mais dois bispados, o de Olinda e do Rio de Janeiro, foi realizada pela Coroa portuguesa a Santa Sé em 1673, devido à distância em que se encontrava a Sede Metropolitana de Lisboa e a dificuldade decorrente da necessidade de a ela acorrerem os fiéis locais nas apelações referentes aos litígios de cunho eclesiástico. Assim, o Tribunal da Relação Eclesiástica foi estabelecido com a atribuição de atuar como tribunal de segunda instância, julgando as apelações e agravos das decisões tomadas em primeira instância nos Bispados sufragâneos, Olinda e Rio de Janeiro. A terceira instância, a saber, era o Tribunal da Nunciatura ou da Legacia (LEÃO FILHO, 2020, p. 90).

Em 5 de março de 1695, ocorreu uma audiência pública com o vigário geral da Bahia Francisco da Fonseca Rego, por meio do representante do procurador dos réus, o licenciado Francisco de Torres. Todavia, mandou-se que Dona Clara das Neves fosse notificada da apelação dos réus. Apresentado os autos após divulgação

pública, o caso recebeu representação e autuação do escrivão do Auditório Eclesiástico de Salvador em 1699. Verificaram os autos o bacharel Jerônimo Pereira da Cruz, então procurador dos apelantes na Bahia, e depois, o bacharel Gaspar Gonçalvez de Araújo, que tentou argumentar que o caso avaliado na Bahia divergia da avaliação realizada inicialmente pelo reverendo vigário geral de Pernambuco, sendo o caso adiado mais uma vez em 1700 (REVISTA, 1946, p. 335).

Serafina, na Bahia, em 1703 fez uma nova apelação. Afirmou que, antes do resultado de sua apelação no Tribunal da Relação Eclesiástica, Dona Clara das Neves, por outros meios, instituiu um libelo civil a partir da anulação de seu matrimônio com Francisco Dias Ferreira, razão pela qual ela afirmou que apelaria ao Tribunal da Legacia, tendo recebido acórdão em 19 de outubro de 1700. Serafina justificou que não seguiu com a apelação por ter-se ausentado de Pernambuco, pois estava sendo perseguida pela parte interessada na anulação do seu matrimônio, e, pela mesma razão, essas pessoas articularam que alguns credores cobrassem algumas dívidas de Francisco Antunes, seu marido, razão pela qual o prendeu o alcaide de Olinda, o impossibilitando de fazer a apelação (REVISTA, 1946, p. 336-337).

Sobre isso, Francisco Antunes, no mesmo ano, em resposta ao Tribunal da Relação Eclesiástico, em apelação sobre a anulação do matrimônio de Serafina com o mestre de campo, explicou que devido às perseguições estava recolhido no convento de São Francisco. Todavia, foi capturado e preso na cadeia de Olinda. O Abade representante das causas do mosteiro de São Bento, apontando que a acusação de articulação da prisão por parte dos beneditinos era caluniosa, solicitou uma declaração da prisão de Francisco ao carcereiro da cadeia de Olinda, que confirmou a prisão por dívida por solicitação de diversos credores (REVISTA, 1946, p. 292-293).

Dona Clara das Neves faleceu em 1704, ficando sua filha, Anna Ferreira, habilitada a continuar a batalha judicial da mãe por ser sua herdeira (REVISTA,

1946, p. 292-293). Entre 1704 e 1712, Serafina e seu segundo marido não compareceram as várias audiências marcadas para que o casal realizasse a apelação da causa junto ao Tribunal da Legacia, razão pela qual foram considerados desertores pelo Tribunal da Relação Eclesiástica em 1712 (REVISTA, 1946, p. 342-351).

O direito das legítimas dos filhos de Serafina

Em 1696, o Abade administrador dos bens do mosteiro de São Bento da Paraíba, Antônio Santa Romana, alguns anos após arrematar o engenho Cajabuçú para a quitação da dívida contraída pelo sequestro indevido dos bens do mosteiro por Gaspar Dias Ferreira, requeria novamente o engenho e suas terras. O Abade afirmou que Serafina e seu segundo marido, Francisco Antunes, teriam se apossado do engenho e demais terras sob a justificativa de que a propriedade pertencia por herança a Serafina e aos dois filhos de menor idade que Serafina teve com Francisco Dias Ferreira (REVISTA, 1946, p. 222-223).

O Abade alegou que os réus não possuíam título válido, uma vez que o casamento de Serafina teria sido anulado. A defesa do Abade anexou a carta do vigário geral de Pernambuco, Nicolão Morais Sarmento, de 1694, que anulou o casamento sob a justificativa de que o casamento foi realizado de portas fechadas e sem testemunhas. Contudo, a defesa do Abade não levou em consideração as sucessivas apelações de Serafina sobre tal anulação na Relação da Eclesiástica da Bahia, conforme já se analisou (REVISTA, 1946, p. 227-228).

Logo no início deste processo, ao serem citados, os réus precisavam comparecer em audiência pública. O procurador do Abade do Mosteiro de São Bento da Paraíba, todavia, afirmou que Serafina, acreditando que não poderia ser notificada em lugar sagrado, havia se recolhido na igreja da Conceição da cidade de Olinda. Todavia, os beneditinos alegaram que, conforme as Ordenações Filipinas, sem indicação de Livro, Título IX, § 7, o lugar ser sagrado não era um embargo, pois

eles também estariam em um, razão pela qual solicitaram que um oficial notificasse Serafina, e assim o fez o ouvidor geral em 11 de setembro de 1696 (REVISTA, 1946, p. 235-236). Sobre essa matéria, verificou-se no dito título do Livro terceiro das Ordenações Filipinas (1870 [1603], p. 572) que de fato não havia impedimento para citação dos indivíduos em espaços religiosos, salvo se estivessem celebrando ou ouvindo o "ofício divino". Desse modo, a alegação de Serafina poderia ser uma estratégia para postergar o conhecimento da acusação.

Em 13 de setembro do mesmo ano, 1696, Serafina e o marido apelaram a sentença civil alegando que, além da anulação do seu casamento ainda tramitar em outra instância, havia outra questão pertinente: ela possuía dois filhos de menor idade, com o mestre de campo Francisco Dias Ferreira. Portanto, a causa deveria ainda ser analisada pelo juiz dos órfãos, pois os filhos não poderiam ser prejudicados, uma vez que teriam direito a suas legítimas partes da herança do pai. A defesa de Serafina alegou que a arrematação dos bens por parte do mosteiro privou os réus de usufruírem do engenho, razão pela qual solicitam a reintegração da posse (REVISTA, 1946, p. 237).

Compreende-se que a partir do direito da legítima parte dos bens dos filhos que Serafina teve com o mestre de campo, o segundo marido de Serafina, Francisco Antunes, como administrador, conseguiu a reintegração da posse do engenho. Isto pelo fato de que os descendentes, mesmo com o casamento da mãe invalidado, foram reconhecidos pelo pai no ato do batismo, cabendo-lhes suas legítimas partes da herança, uma vez que foram legitimados. Nesse contexto, Francisco Antunes solicitou, em 1697 a devolução ou o ressarcimento de 64 pessoas escravizadas que teriam sido espoliadas do Cajabuçú pelos beneditinos quando estes estiveram de posse do engenho, entre 1693 e 1696 (REVISTA, 1946, p. 243).

Os religiosos beneditinos não tinham quitado suas dívidas sobre os escravizados retirados indevidamente do engenho Cajabuçú, tendo o ouvidor geral,

o Doutor Inácio de Morais Sarmento, solicitado apuração do caso em 26 de outubro de 1697. Em audiência pública em Olinda, em abril de 1698, da qual era ouvidor geral, José de Sá de Albuquerque, o Abade solicitava que Francisco Antunes, que estava recolhido na Santa Casa de Misericórdia, pudesse ser citado para então a causa ter andamento.

Em resposta, o procurador de Serafina e de Francisco Antunes afirmou que o casal ainda não havia sido restituído dos bens retirados do engenho no tempo da "injusta posse" que tiveram os beneditinos e sua principal "espoliadora", Dona Clara das Nevez, quando o casal e filhos de Serafina foram expropriados do engenho. Alegou ainda, que, mesmo com a anulação do matrimônio de Serafina, a partilha dos bens dos filhos de Serafina ainda precisava ser julgada pelo juízo dos órfãos. O procurador argumentou que o Abade e Dona Clara das Neves, por seus "leves e frívolos" meios, buscavam excluir e privar Serafina e sua família de defesa, de seu direito e justiça (REVISTA, 1946, p. 253-255).

O caso, entretanto, passou a ser julgado na Relação da Bahia, e, em primeiro de março de 1701, em audiência pública, mediada pelo Doutor Antônio Rodrigues Banha, desembargador dos agravos, onde o procurador do Abade, Diogo Fernandez Roxa, acordou nova audiência em três dias, em Salvador, Bahia, para que os apelantes aparecessem. Em 5 de março ocorreu nova audiência pública, sem, no entanto, aparecerem Serafina e Francisco. O mesmo ocorreu no dia 8 de março, sendo a causa considerada desertada em 10 de março de 1701 (REVISTA, 1946, p. 287-289). Todavia, posteriormente, Francisco apelou explicando que o Abade, para o impedir de realizar a apelação na Bahia, por meio de credores de Pernambuco, articulou a sua prisão, mesma justificativa apresentada ao Tribunal da Relação Eclesiástica, como já visto, e sendo homem pobre, não tinha cabedal nem condições de expedir o necessário a partir da prisão (REVISTA, 1946, p. 292-293).

A justificativa da prisão de Francisco Antunes e de sua miséria não foram acatadas, pois, sendo consultado o ouvidor geral de Pernambuco, afirmou-se que, a partir da data da prisão, ainda assim Francisco teria perdido o prazo de apelação, pois seria impossível chegar até Salvador em apenas um dia. Por fim, o procurador do Abade apontou que o religioso poderia sim, ter movido a ação, como o fez, mesmo sem pagar pelos escravizados retirados indevidamente do engenho Cajabuçú quando este estava sob sua posse até 1696, pois como a restituição do engenho e de seus bens era a causa principal, não seria necessário restituir os bens que passariam a ser seus por direito (REVISTA, 1946, p. 298-299).

Assim a Relação da Bahia ordenou que a posse do engenho passasse aos beneditinos do mosteiro da Paraíba e que Serafina e Francisco Antunes arcassem com todos os custos dos processos. Contudo, o procurador do casal, Paschoal Rodrigues Petro, pelou a sentença alegando que ela implicava em prejuízo dos órfãos (REVISTA, 1946, p. 305). Dez anos depois, em 1712, o Abade solicitava o cumprimento da sentença por parte de Serafina e de seu marido, alegando a deserção da causa pelo casal. Nesse contexto, o Abade afirmou que, tanto Francisco como Serafina, se encontravam presos, sem, no entanto, explicar a justificativa do cárcere dessa última, mas podemos conjecturar que foi em decorrência das dívidas, como ocorreu com o seu segundo marido. A sentença final por parte da Relação da Bahia e do ouvidor geral de Pernambuco, em 1713, assim como o Tribunal da Relação Eclesiástica da Bahia em 1712, considerou o caso desertado pelo casal e ordenou que a posse do engenho Cajabuçú, com suas terras e demais pertences, passasse aos beneditinos do mosteiro da Paraíba e que Serafina e Francisco Antunes arcassem com todos os custos dos processos (REVISTA, 1946, p. 305-310).

Não se mencionou nesta sentença final a situação dos filhos de Serafina. Nesse ano de 1713, os filhos de Serafina, Pedro e Francisco já estariam com 29 e 27 anos, respectivamente, portanto, já não seriam menores de idade e não seria necessário um parecer do juízo dos órfãos sobre a sentença. Também não é possível

verificar se ambos receberam alguma herança, fosse em bens móveis ou em parte do valor do Cajabuçú. Tendo em vista que nada foi mencionado sobre isso na sentença, é possível que a justiça, ou os próprios beneditinos, não tenham deixado nada para os filhos de Serafina. Corrobora essa interpretação o fato de em 1760, no contexto de fundação da Companhia Geral de Comércio da Paraíba e de Pernambuco, constar na lista dos engenhos dessas capitanias que o engenho Cajabuçú, da freguesia do Cabo, Pernambuco, ser uma propriedade dos beneditinos da Paraíba (AHU, Códice 1821, doc. 10, fls.20-26).

Considerações

A partir deste imbróglio, buscou-se compreender as diferentes estratégias, formais e informais, usadas pelos envolvidos – os monges beneditinos, a viúva Clara das Neves e a ex-escravizada Serafina – para tentar garantir a propriedade do engenho Cajabuçú. Observou-se que, ao longo de mais de duas décadas, um amplo leque de estratégias foram utilizadas pelas diferentes partes, como: tentativa de delongar as ações, por meio de solicitações de adiamentos de prazos, de apelações em outras instâncias e em outros tribunais, além do recolhimento em lugares sagrados para não receberem notificação formal dos processos; tentativa de inviabilizar apelação de ação por meio de articulação de outras causas, como a dos credores do marido de Serafina que, conjuntamente, solicitaram a sua prisão; além de perseguições, gerando a necessidade de Serafina ausentar-se da capitania em alguns momentos, e noutros de se refugiar em igrejas e conventos, bem como o fez seu marido Francisco Antunes.

Pelos *status* diferenciados dos indivíduos, e de suas relações sociais consequentes, compreende-se que a complexa hierarquia social da América portuguesa proporcionou acessos diferenciados ao regime jurídico e em seus desfechos, sobretudo, em um contexto de disputa por propriedades relevantes. Compreendeu-se a partir deste caso que os direitos de propriedade são como

conjuntos de ações potenciais sobre um bem que legitimam apropriações diversas em diferentes contextos. A detenção de direitos de propriedade constituía, nesse contexto histórico de profunda hierarquização social, um parâmetro fundamental para indicar a posição cimeira de um grupo, de uma família ou indivíduo, sendo o patrimônio duplamente relevante: pelos possíveis rendimentos econômicos, e pelo *status* simbólico de sua posse. Trata-se de perceber a propriedade na América portuguesa como uma relação social, isto é, a ser definida não só pelas leis, mas pelos atritos e acomodações entre grupos sociais, verticais ou horizontais, isto é, de um mesmo nicho ou de hierarquias diferenciadas.

REFERÊNCIAS

Fontes manuscritas

AHU, Códice 1821, doc. 10, fls. 20-26, 1760.

Fontes publicadas

CODIGO Philippino, ou, Ordenações e leis do Reino de Portugal: recopiladas por mandado d'El-Rey D. Philippe I, Livro Terceiro, Título IX, § 7. Rio de Janeiro: Typ. do Instituto Philomathico, 1870.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino:* aulico, anatomico, architectonico. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v.

REVISTA do Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (2° semestre). Vol. 1. Recife-PE: Secretária do Interior e Justiça, 1946.

Bibliografia

BETHENCOURT, Francisco. *Racismos:* das cruzadas ao século XX. Lisboa: Temas e Debates, 2015.

CLEMENTINO, Kleber. Gaspar Dias Ferreira, um Iago nos Trópicos. *Biblioteca Nacional*, Dossiê História da Nova Holanda. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/historias-da-nova-holanda/gaspar-dias-ferreira-um-iago-nos-tropicos/>. Acessado em 1 de agosto de 2024.

CONGOST, Rosa; SANTOS, Rui. From formal institutions to the social contexts of property. In: CONGOST, R., SANTOS, R. (Ed.). *Contexts of Property in Europe:* the social embeddedness of property in land in historical perspective (Rural History in Europe). Turnhout, Bélgica: Brepols, 2010. Vol.5.

HESPANHA, António Manuel. O Poder Eclesiástico: aspectos institucionais. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal.* v. 4: O Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Estampa, 1998. p. 257-259.

LEÃO FILHO, Eraldo de Souza. *O Padroado Régio no Brasil e as circunscrições eclesiásticas.* Dissertação de mestrado em Teologia: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2020.

LEWIN, Linda. *Surprise heirs:* Illegitimacy, Patrimonial Rights, and Legal Nationalism in Luso-Brazilian Inheritance, 1750-1821. Vol.1. Stanford: Stanford University Press, 2003.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada.* Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654. 3° ed. São Paulo: Editora 34, 2007.

NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier. *O desconforto da governabilidade*: aspectos da administração no Brasil holandês (1630-1644). Tese de Doutorado em História: Universidade Federal Fluminense. 2008.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Donas e plebeias na sociedade colonial.* Lisboa: Editora Estampa, 2002.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN

ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO PINDORAMA: a visão sobre a terra para indígenas e não-indígenas nos escritos quinhentistas

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38485

Cristiane Letice da Silva Fonseca[72]

RESUMO:
Este trabalho visa analisar as diferentes formas de relação com a terra para indígenas e para europeus na América Portuguesa do século XVI, bem como as noções de posse, ocupação e utilização do território para estes agentes. Para este fim, foram analisadas as obras de Gabriel Soares de Sousa, Fernão Cardim e Pero de Magalhães Gandavo, relacionando as informações extraídas nestas com o "Regimento do governador geral do Brasil de 1588" e a "Carta de sesmaria da terra dos índios da aldeia do Espírito Santo deste colégio (Bahia) de 07/09/1562". Tendo em vista as formas de apreensão do espaço, refletidas no curso conflituoso de apropriação do território, esta pesquisa pretende contribuir com a análise das formas de ocupação da terra, enfatizando os interesses tanto de indígenas quanto de europeus na posse e utilização do território.
PALAVRAS-CHAVE: Cronistas; terra indígena; território; colonização; direitos.

OCCUPATION OF THE PINDORAMA TERRITORY: the view on land for indigenous and non-indigenous people in sixteenth-century writings

ABSTRACT:
This work aims to analyze the different forms of relationship with land for indigenous people and Europeans in Portuguese America in the sixteenth century, as well as the notions of possession, occupation and use of territory for these agents. For this purpose, the works of Gabriel Soares de Sousa, Fernão Cardim and Pero de Magalhães Gandavo were analyzed, relating the information extracted in them with the "Regimento do governador geral do Brasil de 1588" and the "Carta de sesmaria da terra dos índios dos índios da aldeia do Espírito Santo deste colégio (Bahia) of 07/09/1562". In view of the forms of apprehension of space, reflected in the conflicting course of occupation of the territory, this research intends to contribute to the analysis of the forms of occupation of the land, emphasizing the interests of both indigenous and European people in the possession and use of the territory.

[72]Graduanda em História pela UFRN. Membro do Laboratório de Experimentação em História Social (LEHS). Bolsista de Iniciação Científica (CNPQ). Lattes: .http://lattes.cnpq.br/3234985962786352. Email para contato: Cristianeletice@gmail.com

KEYWORDS: Chroniclers; indigenous land; territory; colonization; rights.

Introdução

Por meio do presente trabalho, pretende-se apreender de que modo as formas distintas de relação com a terra para os colonos e para os povos indígenas estão representadas nos escritos dos cronistas e dos viajantes do século XVI, relacionando-as com as disputas por territorialidade na colônia. Para tal fim, foram utilizados os escritos de três cronistas analisados até este momento do desenvolvimento da pesquisa: "Tratado da terra do Brasil", de Pero de Magalhães Gandavo, "Tratados da terra e da gente do Brasil", de Fernão Cardim, "Tratado descritivo do Brasil em 1587", de Gabriel Soares de Sousa. A seleção de tais textos deve-se à contribuição destes no que diz respeito à descrição dos primórdios da ocupação da colônia no século XVI, respaldado pelo tempo e contato vivenciado no domínio colonial. Vale salientar que, apesar de apresentarem o viés do colonizador, os relatos legados pelos cronistas quinhentistas constituem fontes potenciais para o estudo da incipiente dinâmica colonial do século XVI, de modo que podem contribuir para a reflexão de aspectos acerca das primeiras estratégias de apoderamento do espaço. Ademais, a partir das informações interpretadas com base nesses escritos, pretende-se traçar relações com a seguinte documentação: "Regimento do governador geral do Brasil de 1588" e "Carta de sesmaria da terra dos índios da aldeia do Espírito Santo deste colégio, Bahia, de 07/09/1562). Estes dois documentos demonstram como as diferentes formas de relação com a terra para indígenas e para europeus e as diferentes lógicas de apropriação do espaço, as quais estão refletidas nos conflitos pela ocupação do território, estão relacionadas aos direitos de propriedade.

A tomada da atual área territorial brasileira ocorreu de maneira conflituosa entre os diversos agentes inseridos no contexto da colonização. Neste processo de invasão, a agência indígena, imponente de resistência à entrada europeia, teve papel

relevante na construção do espaço, hoje chamado Brasil, a partir da relação ora de alianças de seu interesse, ora de ataques diretos ao "domínio" português. Os reflexos de tais relações interagentes podem ser constatados na documentação oficial quinhentista, identificando-se, assim, a questão da terra no início do processo de ocupação do território Pindorama[73]. Outrossim, as noções distintas no trato da terra, expressas nos relatos dos cronistas e viajantes do século XVI, influenciaram nas relações conflituosas entre a diversidade de povos indígenas locais e os colonizadores. Em tais relações, os mecanismos de garantia da manutenção da terra compõem estratégias de ambos agentes. Dessa forma, destaca-se que, por toda a América, a expansão agrícola, mineral ou de criação levou ao surgimento de atritos (Fonseca; Morelli, 2021).

Os diferentes modos de apreensão do espaço

Os relatos demonstram a percepção comunitária da terra para os diversos povos indígenas mencionados nos escritos. A partir destas descrições, é interessante perceber o modo que os discursos dos cronistas acerca das populações indígenas manifestam as formas divergentes de apropriação do espaço entre as diferentes etnias. Em Cardim, por exemplo, no decorrer da escrita do autor e nas descrições dos grupos indígenas que menciona, percebe-se a distinção entre aqueles sedentários, que praticam a agricultura em suas roças, como os Potiguara[74] a descritos por Soares de Sousa como "grandes lavradores dos seus mantimentos, de que estão sempre mui providos" (Sousa, 2013, p.28), e os com uma dinâmica mais sazonal, que Fernão Cardim ressalta como característica dos grupos que ele chama tapuias. Sobre este tipo de relação com a terra, Gândavo descreve:

[73] A escolha do termo "Pindorama", uma nomeação tupi para se referir às terras brasileiras, justifica-se por uma tentativa deste trabalho em utilizar uma abordagem que enfatize a perspectiva indígena acerca da apreensão do território brasileiro. Assim, apesar de ser uma nomeação utilizada pelos povos tupi-guarani, acredita-se que este termo encaixa-se na proposta deste trabalho.

[74] Neste trabalho, foi adotada a grafia dos nomes das etnias indígenas sugeridas pela Associação Brasileira de Antropologia.

> "Os quais[os "índios da terra"] como não tenham fazendas que os detenham em suas pátrias, e seu intento não seja outro senão buscar sempre terras novas, a fim de lhes parecer que achar nelas imortalidades e descanso perpétuo, aconteceu levantarem-se uns poucos de suas terras, e meterem-se pelo sertão dentro: onde depois de terem entrado algumas jornadas, foram dar com outros índios seus contrários, e ali tiveram com eles grande guerra. E por serem muitos, e lhes darem nas costas, não se puderam tornar outra vez a suas terras: por onde lhes foi forçado entrar pela terra dentro muitas léguas (Gandavo, 2008, p.153).

Neste trecho, pode-se perceber a questão dos deslocamentos indígenas no território, ou seja, a característica da mobilidade de certos grupos indígenas em diversas terras. Tal aspecto, reflete a relação destes com a terra, demonstrando a noção divergente de ocupação do terreno em contraste ao modo do colonizador. Desta forma, a característica dos deslocamentos pelo espaço por parte dos grupos indígenas não-sedentários diverge da noção do colonizador, na qual a ocupação é intrínseca à noção de sedentarização no espaço. Outrossim, nota-se como a guerra também influenciou neste deslocamento, a exemplo da migração para os sertões, conforme menciona o trecho acima. Considerando estas formas culturais distintas de relação com o meio entre as diferentes etnias, deve-se enfatizar, assim, que:

> O espaço geográfico da colônia não era de maneira alguma um vazio demográfico, seus primeiros habitantes viviam em configurações socioculturais bem diferenciadas e estabeleceram vínculos distintos com o processo de colonização, no qual foram peças essenciais (Oliveira, 2014, p.174).

Contudo, para além das distintas formas de utilização da terra entre a variedade de povos indígenas, as quais estão inferidas a partir das passagens relatadas na caracterização destes grupos pelos cronistas, deve-se considerar a diferença de apreensão do espaço entre indígenas e não-indígenas. A leitura dos escritos quinhentistas demonstram uma noção comunitária da terra para os indígenas, em oposição à propriedade individual presente na mentalidade dos colonizadores. Assim, a terra é um bem comunitário e, vinculada à percepção da natureza ligada ao sagrado, é explorada de forma moderada, para fins da produção de consumo da comunidade. Desse modo, "Quando os europeus decidiram

expulsar os indígenas para explorar uma porção de chão, eles ignoraram o valor simbólico que certos elementos da paisagem tinham para a memória do grupo e para suas práticas religiosas."[75] (Fonseca; Morelli, 2021, p.148).[76]

Portanto, esta concepção interfere na relação com a terra para os povos indígenas. Por meio da leitura dos relatos quinhentistas, percebe-se esta característica. Gandavo, por exemplo, enfatiza que aqueles "não possuem nenhuma fazenda, nem procuram adquiri-la como os outros homens e assim vivem livres de toda a cobiça e desejo desordenado de riquezas" (Gandavo, 2008, p.137). Nesta descrição, o autor ressalta um aspecto fundamental de divergência do significado da terra para os colonos e para os indígenas: a exploração com fins de acumulação de riquezas. Portanto, ao destacar a falta de ambição na exploração da propriedade, transpondo uma mentalidade típica do colono, Gandavo demonstra a relação desprovida de exploração econômica da terra por parte dos povos indígenas, ou seja, é uma exploração essencialmente de autoconsumo. Outrossim, complementa:

> Desta maneira vivem todos estes índios sem mais terem outras fazendas entre si, nem granjearias em que se desvelem, nem tampouco estados nem opiniões de honra, nem pompas para que as hajam mister: porque todos, como digo, são iguais e em tudo tão conformes nas condições, que ainda nesta parte vivem justamente e conforme à lei da natureza (Gandavo, 2008, p.138).

Nota-se, então, que esta organização socioeconômica não implica em uma diferenciação social de ordem econômica. Por conseguinte, o uso comunitário da terra está ligado a uma exploração coletiva dos recursos. Esta, não é acompanhada da intenção de geração de um excedente que venha a ser convertido em riquezas individuais e privilégio individual no interior da sociedade, haja vista que a exploração dos recursos é coletiva e não individualizada. Considerando isso, conforme refletiu José Otávio Catafesto de Souza para o caso dos Guarani

[75] "Lorsque les européens décidaient d'évincer des indigènes pour exploiter une portion de terrain, ils ignoraient la valeur symbolique que certains éléments du paysage avaient pour la mémoire du groupe et pour leurs pratiques religieuses." (Fonseca; Morelli, 2021, p.148).
[76] Tradução da autora.

pré-coloniais, os valores provenientes da esfera religiosa indígena moderou o desenvolvimento de uma lógica econômica baseada na noção de lucro individual, o que fugia dos padrões da lógica colonizadora, não sendo, portanto, bem aceitos (Souza, 2002, p.250).

Para os europeus

Se para os indígenas a terra não era um bem ligado à geração de riquezas, para os colonizadores europeus este será o cerne da invasão e exploração do território. Os testemunhos dos cronistas remontam esta noção no trato da terra para os colonos. Dessa forma, ao descrever o espaço ao longo dos relatos, os cronistas realçam, frequentemente, os elementos com potencial de exploração econômica. Logo, a presença de solos férteis, rios, florestas, tudo isso é colocado na escrita dos cronistas como potenciais para a conversão em capital, ou seja, a fim de que estes recursos naturais sejam explorados a partir de uma noção econômico-mercadológica, para o estabelecimento de engenhos e para atividades extrativistas. Vale ressaltar que esta característica presente nos relatos, principalmente em Soares de Sousa e Gandavo, são fruto de uma tentativa de propagandear a vinda à colônia e, para isso, destaca-se o potencial atrativo da região.

Logo, estes diferentes modos de apreensão do espaço e, por conseguinte, das formas de relação com a terra, estão inseridos nas disputas por territorialidade dentro da dinâmica colonial. Se estes conflitos já existiam entre a heterogeneidade de povos indígenas residentes no território como fenômeno pré-colonial, com a chegada dos portugueses eles estabelecem-se a partir de outro caráter. Neste momento, passam a envolver relações de posse jurídica e do conceito de propriedade, inexistente na noção indígena de ocupação do espaço. Destarte, para os europeus, a noção de território inclui noções de soberania na jurisdição e pressupõe a ligação direta de uma autoridade a este (Fonseca; Morelli, 2021).

Análise do discurso

Ao examinar a literatura quinhentista, legada dos cronistas aqui analisados, pode-se perceber a presença constante dos termos "senhores", "senhorear", ao tratar do domínio indígena sobre o território. Ao que foi possível captar, os cronistas utilizaram-se do termo "senhores"/ "senhorear" 15 vezes na documentação. Já o verbo "possuir"/"possuía"/ "possuída" foi explicitamente utilizado para se referir a uma "posse indígena" 12 vezes.[77]

Nos escritos de Fernão Cardim, por exemplo, o emprego da expressão "senhores" aparece ao tratar de um domínio indígena sobre a terra e em referência ao pau-brasil. Por exemplo: ao tratar da relação entre os Potiguara e os franceses, Cardim_coloca os Potiguara como senhores da Paraíba e "senhores do melhor pau-brasil" (Cardim, 2013, p.93). Outrossim, ao discorrer acerca dos conflitos pela disputa pela região da Bahia, descreve "os outros que chamam quirimã" como os que "foram senhores das terras da Bahia" (Cardim, 2008, p.100). Ainda, ao tratar da expulsão destes pelos Tupinambá, escreve que "os tupinambás os botaram de suas terras e ficaram senhores delas" (Cardim, 2008, p.100). Ademais, ao se referir às inimizades de povos indígenas do sertão, descreve os guaimurês como os "senhores dos matos selvagens"(Cardim, 2008, p.95).

Esta expressão também está presente em Soares de Sousa. No capítulo dezoito, por exemplo, o autor coloca os Kaeté como o grupo que "senhoreava esta costa da boca deste Rio de São Francisco até o da Paraíba" (Sousa, 2013, p.35). Logo no capítulo seguinte, ao mencionar este grupo no conflito com os Potiguara, refere-se aos mesmos Kaeté, novamente, como senhores da costa do São Francisco até o Rio Paraíba. Já ao descrever a presença dos Tamóyo na região do Rio de

[77] Vale frisar que, tendo em vista que este constitui um processo de pesquisa ainda muito recente, não foram aqui, ainda, consideradas questões de alterações de termos nas edições. Entretanto, esta será uma averiguação feita nos próximos passos desta pesquisa a partir da comparação das versões originais, ou de edições mais antigas, com a utilizada neste trabalho.

Janeiro, Soares de Sousa apresenta-os como aqueles que "senhorearam passar além do Rio de Janeiro até Angra dos Reis" (Sousa, 2013, p.93). Outrossim, quando escreve sobre a ocupação dos Guaianá na capitania do Espírito Santo, coloca-os como o "gentio que possuía e senhoreava aquela costa até contestarem com os tamoios" (Sousa, 2013, p.96). Já ao escrever sobre os Tupinakíns, Soares de Sousa retrata-os como "o gentio tupiniquim senhoreou e possuiu a terra da costa do Brasil" (Sousa, 2013, p.67). Quando se refere aos grupos que nomeia tapuias, o cronista expressa que este seria "o mais antigo gentio que vive nesta costa, do qual ela foi toda senhoreada, desde a boca do Rio da Prata até a do Rio das Amazonas, como se vê do que está hoje povoado e senhoreado deles" (Sousa, 2013, p.358), destacando que estes "da banda do Rio da Prata senhoreiam ao longo da costa mais de cento e cinquenta léguas, e da parte do Rio das Amazonas senhoreiam para contra o sul mais de duzentas léguas e pelo sertão" (Sousa, 2013, p.358). Ademais, coloca que este grupo que ele chama tapuias, tendo em vista os conflitos com seus contrários, teriam tido "forças para pouco a pouco os irem lançando na ribeira do mar de que eles eram possuidores." (Sousa, 2013, p.358).

Levando em consideração o uso destes vocábulos, cabe refletir se a existência desses termos na documentação dos cronistas do século XVI indicaria uma forma de validação da posse indígena sobre a terra. Percebe-se, contudo, que, embora estes termos apareçam na literatura quinhentista indicando uma espécie de reconhecimento da posse indígena sobre os recursos e os espaços em contextos específicos, na prática, evidentemente, não ocorreu desta maneira.

Os direitos à terra

Haja vista o mencionado previamente acerca das divergências no trato da terra, fator influente no curso conflituoso da ocupação do território Pindorama, os direitos de domínio das áreas incorporaram estratégias tanto de colonizadores quanto por parte dos povos indígenas para a tentativa de manutenção do direito à terra.

Ao ler os relatos dos cronistas quinhentistas, é possível observar o interesse colonizador em explorar economicamente os recursos de um território já ocupado previamente pela diversidade de povos aqui já residentes. Desta forma, para atingir os propósitos da colonização, a expropriação das terras tradicionais dos grupos indígenas foi essencial. Entretanto, conforme destaca Beatriz Perrone Moisés (2000), durante todo o período colonial o direito dos povos indígenas à terra nunca foi explicitamente negado na legislação.

Vale frisar que, embora condicionado deste modo no aparato legislativo, uma série de estratégias foram criadas a fim de driblar estes supostos direitos legislativamente não negados. Ademais, deve-se analisar, a partir de uma proposta de agência indígena, como estas populações também souberam agir perante estes mecanismos da colonização como forma de resistência.

No que tange a estas medidas legislativas coloniais acerca dos direitos da terra aos indígenas, o alvará régio de 1587 ordena que fossem concedidas aos indígenas quantas terras de sesmaria fossem suficientes para que pudessem manter produzindo suas lavouras. Entretanto, como bem ressalta a antropóloga Beatriz Perrone-Moisés (2021), a concessão de terras para os indígenas convertidos passa a ocorrer a partir de um critério de suficiência que seria estabelecido por um modelo europeu de relação e utilização da terra :

> Até o final do período colonial, a formulação se modifica, mas mantém-se a ideia de que aos índios devem ser concedidas terras cuja extensão seja compatível com suas necessidades de sobrevivência. Estabelece-se o critério da "suficiência", sem contudo especificar de que modo se há de calculá-la; de qualquer modo, pode-se supor que o cálculo não fosse feito segundo critérios e práticas indígenas de ocupação da terra, mesmo porque o projeto de civilização dos índios supunha, justamente, que estes abandonassem quaisquer valores e modos de vida propriamente indígenas (Moisés, 2021, p.13).

Depreende-se, desta forma, que, ao pautar uma noção de extensão que suprisse as necessidades indígenas de manutenção na terra, a prática e forma de ocupação

destes foi desconsiderada. A ocupação sazonal do terreno, por exemplo, foi ignorada no estabelecimento desta noção de suficiência imposta pelos colonizadores europeus.

No "Regimento do governador geral do Brasil de 1588", o governador, Francisco Geraldes, expressa a ordem de doação de terra aos indígenas convertidos, para que, assim, estes pudessem tornar-se "pacíficos" e cumprir com obrigações da Coroa. O documento explicita, então, que a doação destes terrenos aos indígenas correspondeu a um instrumento de manutenção da "pacificidade" daqueles já convertidos. Desse modo, assinala que esta "postura pacífica" iria facilitar a exploração da terra pelos portugueses. Tal ponto indica, indiretamente, uma diferença na relação com o espaço entre colonos e indígenas. Assim, enquanto os indígenas recebem a terra, conforme explícito no próprio regimento, para suas "roças de mantimentos", os colonos tinham interesse na exploração desta, na produção de riqueza. Deve-se enfatizar que os deslocamentos impulsionados pelas práticas de conversão, ou seja, a retirada e transferência dos grupos indígenas de seus lugares tradicionais de vida para os locais de aldeamento, foi estratégia essencial para a ocupação do espaço. Desta forma, os movimentos para as aldeias faziam com que as terras tradicionais indígenas ficassem desocupadas. Tornavam-se, então, na lógica do colonizador, terras que estariam desocupadas e que deveriam, assim, ser apossadas. Isto serviu como um mecanismo de apossamento destes espaços pelos colonos. Partiam, portanto, da concepção de que se estariam livres estes locais poderiam ser justamente ocupados.

Conforme destacou a historiadora Maria Regina Celestino de Almeida (2010), embora a historiografia tenha consolidado os estudos das aldeias apenas a partir dos interesses da Coroa, considerando uma postura de passividade dos indígenas frente a este processo, deve-se considerar uma outra noção da participação destes grupos indígenas no estudo desta temática. Dessa forma, ao analisar o

fenômeno da conversão no violento contexto de expansão do domínio colonial, deve-se frisar a agência destes grupos neste processo. Destaca-se, assim, que a conversão podia servir ao indígena, frente ao avanço colonizador, como um mecanismo de sobrevivência e resistência. Dessarte, a condição de aldeado foi, de certo modo, utilizada como uma estratégia utilizada por povos indígenas para a manutenção do direito à terra. A situação de aldeado permitiu, portanto, o direito à terra, mesmo que bem mais reduzida que os lugares tradicionais desses grupos.

Um exemplo dos direitos à terra relacionado a esta condição de aldeado, convertido, é a "Carta de sesmaria da terra dos índios da aldeia do Espírito Santo deste colégio (Bahia) de 07/09/1562". Nela, os indígenas da povoação do Espírito Santo, por serem convertidos, requerem por sesmaria a terra para que pudessem se manter. Além disso, este documento indica a hereditariedade da posse desta sesmaria. Ao analisar esta requisição, percebe-se aspectos relativos ao trato e utilidade da terra para os indígenas, bem como fica evidente o interesse português em garantir a terra aos indígenas das aldeias, ou seja, o de evitar que se estabelecessem longe da atividade doutrinadora. Este tipo de documentação expressa tanto o interesse do colono quanto o possível interesse dos indígenas, haja vista o avanço do colonizador sobre suas terras, em garantir terra e sobrevivência. Estes interesses contrastantes demonstram as diferentes formas de relação com o espaço – refletidas nas disputas por territorialidade – bem como as estratégias de conservação do "direito" à terra, embora reduzida e não sendo a sua tradicional forma de ocupação e uso do solo.

Conclusões

Haja vista o apresentado, conclui-se, portanto, que os escritos do século XVI, legados pelos cronistas aqui analisados representam – a partir do olhar colonizador – aspectos que demonstram as divergências da noção da terra entre os europeus e as populações indígenas. Nestes registros, apesar de demonstrarem expressões que poderiam indicar um certo reconhecimento do domínio indígena sobre recursos e

sobre a terra, evidenciam sempre as potencialidades de exploração europeia sobre estes. Percebe-se, então, que as diferenças nas formas de ligação com a terra entre indígenas e não-indígenas foram refletidas nas disputas por territorialidade na colônia. Nesses conflitos, o direito à terra tradicional indígena foi constantemente violado em prol da empresa colonial europeia. Embora não negados na legislação, estes direitos foram violados. Para lidar com a não explicitação da negação e, simultaneamente, com a expropriação dos territórios tradicionais, indígenas e europeus utilizaram-se de mecanismos para a manutenção do uso da terra.

Diante disso, pretende-se, como futuros passos do presente processo de pesquisa, buscar aprofundar acerca das questões referente à cosmogonia da diversidade de etnias indígenas, bem como aos usos da terra para estes. Além disso, preencher lacunas principalmente de fundo documental, as quais podem levar a contradições tendo em vista a proposta deste trabalho. Assim, buscar-se-á ampliar as fontes para além do uso de registros europeus, que, apesar de enviesadas, foram aqui examinadas a partir de um olhar que enfatizasse a perspectiva indígena em suas entrelinhas.

Ainda, objetiva-se – a fim de lidar com questões de modificações nas versões dos escritos – fazer uma comparação dos textos em suas edições atualizadas e originais, para que possa ser verificado uso de termos específicos ou não. Outrossim, estudar os discursos de outros cronistas e viajantes quinhentistas.

REFERÊNCIAS

A GRAFIA dos nomes tribais brasileiros. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v.3, n.2, p. 125-132, dez.1955. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ra/issue/view/8380/560. Acesso em: 17 nov. 2024.

ALMEIDA, Maria Regina Celestina de. A política de aldeamentos e colonização. In:

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil**. [S. l.]: FGV, 2010. cap. 4, p. 71-106.

CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro:Fundação Darcy Ribeiro, 2013. 194 p.

CONVENÇÃO para a grafia dos nomes tribais. **Revista de Antropologia,** São Paulo, n. 2, v.2, p. 150-152, dez. 1954. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/ra/issue/view/8378/558. Acesso em: 17 nov. 2024.

FONSECA, Cláudia Damasceno; MORRELI, Federica. Territoire et propriété. *in:* VIDAL, Cécile(dir.)**. Une histoire sociale du nouveau monde**. Paris: Éditions Ehess, 2021, p.137-168.

GANDAVO, Pero de Magalhães. **Tratado da terra do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2008. 158 p. v. 100.

MOISÉS, Beatriz Perrone. **Terras indígenas na legislação colonia**l. Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, [S. l.], v. 95, p. 107–120, 2000. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67457. Acesso em: 11 out. 2024.

MOISÉS, Beatriz Perrone (org.). **Documentos de legislação indigenista colonial**: Parte 1: 1500-1700. 1. ed. São Paulo: CEstA Publica, 2021. p. 70-72.

MOISÉS, Beatriz Perrone (org.). **Documentos de legislação indigenista colonial**: Parte 1: 1500-1700. 1. ed. São Paulo: CEstA Publica, 2021. p. 52-53.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Os indígenas na fundação da colônia: uma abordagem crítica. *in:* FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVEIA, Maria de Fátima(org.). **O Brasil Colonial**:1443-1580. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014, cap.4, v.1, 167-228.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013, 462 p.

SOUZA, José Otávio Catafesto. **O sistema econômico nas sociedades indígenas Guarani pré-coloniais**. *in:* Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 8, n.18, dez. 2002, p.211-253.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN

ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

SESMEIROS E SESMARIAS EM ANGOLA:
notas de pesquisa

Dawila Layse Leonco de Lima[78]

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38470

RESUMO:
A colonização portuguesa abrangeu diversos territórios do Atlântico, e, a partir do século XV, a instituição de sesmarias foi a principal forma de povoação utilizada pela Coroa para fixar seu domínio sobre as terras "conquistadas". A concessão de sesmarias pela Coroa para os reinóis que viveram em Angola, sobretudo no século XVII, é o ponto de partida para uma pesquisa mais aprofundada da dinâmica das pessoas nessa região. Tanto os portugueses quanto os naturais da terra, e a África, continente-agente no processo de colonização, são elementos que devem ser mais profundamente pesquisados dentro desta perspectiva. A pesquisa, em fase inicial de paleografia das fontes e levantamento de bibliografia, permite analisar as dinâmicas socioculturais de espaços que dialogavam ativamente com a Coroa portuguesa durante a época moderna, especialmente o território africano; assim como também investigar as relações entre o reino, os colonos "agraciados" com as sesmarias, e até mesmo os grupos étnicos que estavam localizados neste território.
PALAVRAS-CHAVE: sesmarias; Angola; grupos étnicos.

SESMEIROS AND SESMARIAS IN ANGOLA: research notes

ABSTRACT:
Portuguese colonization covered various territories in the Atlantic and, from the 15th century onwards, the institution of sesmarias was the main form of settlement used by the Crown to establish its dominion over the conquered lands. The granting of sesmarias by the Crown to the royalty who lived in Angola, especially in the 17th century, is the starting point for a more in-depth study of the dynamics of people in this region. Both the Portuguese and the natives of the land, as well as Africa, the continent-agent in the colonization process, are elements that need to be researched in greater depth from this perspective. The research, which is in the initial stages of paleography of sources and bibliography, allows us to analyze the socio-cultural

[78] Graduação em História pela UFRN. Membro do Laboratório de Experimentação em História Social (LEHS). Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/6888253920770443. E-mail: dawilalima762@gmail.com.

dynamics of spaces that were in active dialogue with the Portuguese Crown during the modern era, especially African territory; as well as to investigate the relationships between the kingdom, the settlers "awarded" the sesmarias, and even the ethnic groups that were located in this territory.
KEYWORDS: sesmarias; Angola; ethnic groups.

O antigo reino de Ndongo, localizado onde posteriormente foi designado como o Reino de Angola, estendia-se entre os rios Kwanza, Lukala e Bengo, habitado sobretudo pelos Mbundu. Para o grupo étnico, o reino não estava fixado em um território delimitado, mas em pessoas/grupos que estavam sob a autoridade do rei de Ndongo. Não existiam áreas delimitadas, portanto, havia uma imprecisão na indicação de fronteiras. Essa afirmativa, colocada por Beatrix Heintze (2007), sugere analisar como as sesmarias empreendidas pela Coroa Portuguesa no mundo atlântico estavam relacionadas com a colonização do território denominado como Angola, além de investigar a relação estabelecida entre os agentes portugueses e os reinos e grupos étnicos localizados nas proximidades de Angola. A história do reino de Ndongo, por exemplo, marca a queda de sua autonomia justamente no período em que as sesmarias foram concedidas (1617 - 1630), o que abre um ponto de investigação sobre o peso da expansão colonizadora sobre os grupos étnicos locais. As sesmarias são o ponto de partida para o estudo da povoação portuguesa, a localização das concessões e o perfil dos sujeitos "agraciados" com espaços de terras, e as relações entre a Coroa, os colonos, e os grupos étnicos localizados no território.

A concessão de sesmarias em Angola foi um fenômeno que perdurou desde o início da colonização portuguesa, no século XV, até o século XIX, na forma de concessão de terras. No processo de concessão nas regiões ultramarinas havia primeiro o pedido por parte do interessado em adquirir, "pela forma de Sua Majestade", um pedaço de terra de sesmaria. Este explicava os motivos que o levavam a realizar a petição da sesmaria, e tentava definir a sua localização. No

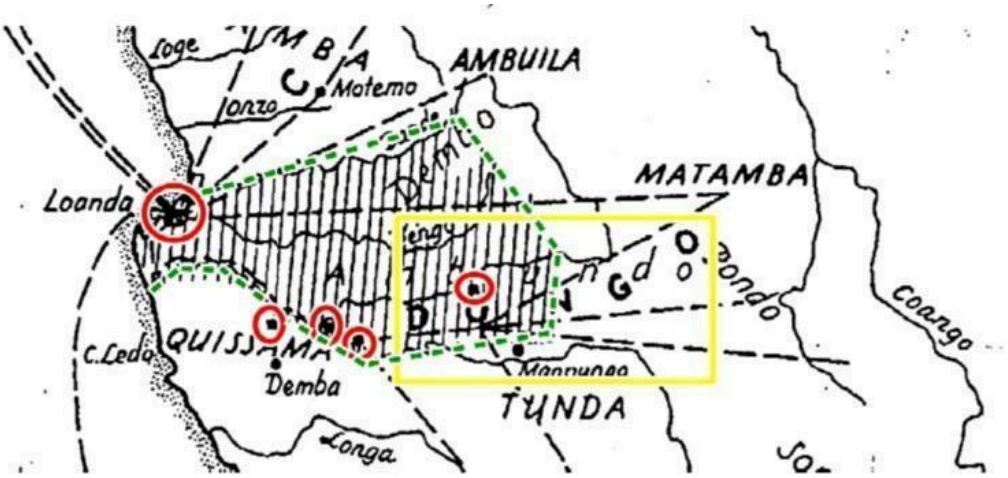
entanto, Mariana Cândido (2014) pontua que as autoridades coloniais desenharam mapas com limites vagos que demonstravam a sua falta de conhecimento sobre as pessoas e as terras supostamente sob seu controle. Esse fato resultou em delimitações não exatas das terras pedidas em sesmarias em Angola, visto que muitos registros foram concedidos nas margens de rios próximos e/ou até coexistentes com os reinos locais. Essa prerrogativa sugere que havia o contato entre colonos e grupos étnicos locais, e demonstra as possibilidades de aproximação, de alianças ou até de conflitos insurgentes dentro desta perspectiva de relações estabelecidas entre populações distintas, com formas de organização econômicas e culturais diferenciadas. Desse modo, as autoridades coloniais, ao desenharem mapas com limites vagos que demonstravam a sua falta de conhecimento sobre o território de Angola, delimitavam montanhas e rios imprecisos, pessoas e Estados com novas designações, como São Salvador do Congo, São Filipe de Benguela, destacando o caráter religioso da sua estrutura, ou seja, povos e territórios nomeados como vazios de significado e de lógica (Cândido, 2014). O primeiro governador nas margens do rio Cuanza (o mesmo rio no qual estava localizado boa parte do o reino de Ndongo), Paulo Dias de Novais, recebeu por doação, em 1571, uma capitania nesta localidade para construir uma igreja, fortalezas e estabelecer colonos. Fundou São Paulo de Assumpção de Loanda, dentre outras povoações. Por conseguinte, logo após a petição realizada pelo colono, esta era encaminhada para o governador ou capitão-geral da capitania. Essas autoridades poderiam deferir ou não a petição. Posteriormente, com o deferimento da petição, era estipulado um prazo para o cultivo da terra, e a partir do século XVII, um prazo também para a sua medição, sendo de responsabilidade do provedor mandar demarcar e medir a dita terra. Depois desse processo, havia novamente um pedido por parte do sesmeiro para confirmação de sua mercê.

Os portugueses, a partir das investidas à costa africana, mantiveram contato, no primeiro momento, com o Reino do Congo e os reinos de Ndongo e Matamba,

posteriormente fundidos no Reino de Angola, e se aproveitaram dos conflitos internos para instalarem-se na região, no século XVI. E a partir do século XVII e início do século XVIII, essa relação desenvolveu-se em possíveis alianças estabelecidas quando Cândido (2014) afirma que Coroa portuguesa impôs tratados de vassalagem para recrutar autoridades africanas sob a administração colonial e incorporar novas populações como súditos do império português.

O mapa da figura 1, retrabalhado por Alec Ito (2016), a partir da coletânea de fontes de Beatrix Heintze, evidencia o que inicialmente era um contato de aproximação, desenvolvendo-se em uma rede de relações entre portugueses e os reinos localizados na região onde foram concedidas sesmarias.

Figura 1 - A Angola portuguesa durante o governo de Fernão de Sousa (1624 - 1630)



Fonte: ITO, Alec Ichiro. A Angola portuguesa durante o governo de Fernão de Sousa (1624 - 1630). São Paulo: [s. n.], 2016. Acesso em: 07/11/2-24. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/002789809.

Legenda: I) o traçado pontilhado em verde, com o interior de linhas verticais, é a área delimitada oficialmente como Angola; II) Os círculos em vermelho são os centros populacionais dos portugueses instalados na região; III) O quadrângulo amarelo pertence ao reino de Ndongo.

Esse mapa evidencia como a "Angola Portuguesa" coexistia em espaços pertencentes aos reinos africanos locais. A ocupação colonial, com a distribuição de sesmarias, foi sobretudo dinamizada sob o governo de Fernão de Sousa, que estipulava o envio de um medidor para realizar as demarcações necessárias, sendo o prazo de cinco anos para essa execução, bem como também cinco anos para o aproveitamento da terra concedida em sesmaria, entre as margens dos rios Bengo, Dande, Cuanza, Congo, Luanda e próximo aos presídios de Massangano. As povoações encontravam-se entre essas margens fluviais, as quais podem ter sido pontos de contato entre os portugueses e os grupos étnicos locais. Quem eram esses sujeitos e como eram as relações estabelecidas entre esses agentes é o ponto investigativo desta pesquisa. Ademais, no que concerne ao tamanho das terras concedidas, a medida era registrada sobretudo em braças, e raramente em léguas, como era comum em outras possessões. Quanto aos detalhes presentes nas sesmarias: a concessão de terras era destinada para o suplicante e para seus descendentes, ascendentes, transversais, herdeiros e sucessores, para vender, trocar, alhear, escambar, aforar, repartir, e fazer delas como de causa própria, com atenção para o pagamento do dízimo "a Deus" (ou seja, à Coroa) e a obrigação de cultivar, aproveitar, e obter confirmação de El Rei, dentro em cinco anos, sob risco de ficarem devolutas.

Quadro 1 - Registro de sesmeiros em Angola[79]

Sesmeiro	Autoridade	Local	Ocupação do sesmeiro	Ano	Extensão em braças
Francisco Jorge Zamba	Fernão de Sousa	Congo		1628	50

[79] O processo de paleografia das fontes ainda está em andamento, portanto, esse quadro contém os registros de concessões de sesmarias transcritos até o momento.

Domingos de Paiva	Fernão de Sousa	Rio Bengo		1622	300
Manuel de Madureira	Fernão de Sousa	Bengo			400
João de [Toucar ou Sousa]	Fernão de Sousa	Rio Dande			1000
Manoel de Sousa Tezidos	Fernão de Sousa	Rio Bengo	Vereador em 1625	1629	1800
Pero de Oliveira	Fernão de Sousa	Rio Cuanza, presídio de Massangano			1000
Duarte Mendes	Fernão de Sousa	Rio Bengo			200
Caterina Mendes	Fernão de Sousa				725
Antônio Dias Pinheiro	Fernão de Sousa		Vereador em 1628	1628	1500
Capitão Martim Correia	Fernão de Sousa		Vereador em 1623 - 1625		475

Diogo Dias Mendes	Fernão de Sousa	Bengo		1628	1 pedaço de terra
Joana Mendes de Carvalho	Fernão de Sousa	Luanda		1628	1000
Duarte Mendes de [Luquira?]	Fernão de Sousa				300
Fernão da Mota	Fernão de Sousa	Congo e Bengo		1618	100
Antônio de Siqueira	Fernão de Sousa	Bengo			500

Fonte: Biblioteca da Ajuda, cód. 51-IX-21.

O quadro 1 apresenta algumas concessões de sesmarias para colonos em Angola. Entre os sesmeiros encontram-se majoritariamente homens, no entanto, até o momento, duas mulheres ascendem entre os "agraciados" com a concessão de terras, inclusive, a sesmeira Joana Mendes de Carvalho recebeu uma extensão de braças superior à concedida ao capitão Martim Correia. Essa eventualidade permite investigar, ao longo da pesquisa, quem eram esses sujeitos que aparentemente pediram em nome de "Sua Majestade" pedaços de terra sobretudo entre as margens fluviais dos rios Congo, Bengo, e no interior dos presídios de Massangano, e direta ou indiretamente tiveram contato com os grupos étnicos presentes. Portanto, investigar a origem desses sujeitos, as relações tanto com a Coroa Portuguesa quanto com os indivíduos em "Angola" e nas proximidades, os motivos que os levaram a fazer petições para obter pedaços de terra naquela localidade, a escolha (forçosa ou

não) de um território distante da metrópole, todas essas questões abrem novas perspectivas de análise para a história desta localidade que, anterior à chegada europeia, era habitado por povos com uma diversidade de etnias, e que, após a instalação portuguesa, se estabeleceu um emaranhado de relações sócio-culturais e políticas.

Desse modo, considerar como ocorreu o sistema colonial em "Angola" e como esse processo afetou os grupos e reinos locais torna-se imprescindível para a historiografia, principalmente africana, porque permite aprofundar os questionamentos sobre o colonialismo europeu e as estratégias de reinos africanos para o combate e a resistência do domínio colonial, como participantes das práticas políticas do período moderno. Logo, essas questões serão consideradas no desenvolvimento da pesquisa a fim de contribuir com as análises historiográficas do continente africano, ainda pouco consideradas na historiografia atual.

Outra consideração diz respeito ao governador que concedeu as sesmarias, Fernão de Sousa, que assumiu o governo de Angola e empreendeu investidas contra o reino do Ndongo, sob o comando de Nzinga Mbandi, em 1625. Fernão de Sousa possui uma coletânea de relatos sobre a sua experiência na administração da "Angola Portuguesa", conservada na Biblioteca da Ajuda de Lisboa (BAL), em Portugal. São cerca de 850 documentos de vários tipos, sobretudo abrangendo o período entre 1624 e 1635. Um dos volumes documentais contém descrições realizadas por Fernão de Sousa sobre a "Angola portuguesa e das regiões circunvizinhas" (Apud Alec Ito, 2016). Nesta seção, está inserido o extenso relatório de Fernão de Sousa, onde pontuava considerações desde sua nomeação, em 5 de outubro de 1623, até o término da vigência do seu governo, em 1630. Neste sentido, o governo de Fernão de Sousa compreende o período de concessão de sesmarias e os seus relatos possibilitam investigar como e porque foram instituídas sesmarias naquela localidade.

Além disso, os relatos do governador também proporcionam uma análise mais abrangente sobre as investidas militares pelo domínio do Ndongo, sob o reinado de Nzinga Mbandi. O objetivo de Fernão de Sousa era obter o domínio sobre o reino e sobre o tráfico escravo, e facilitar a entrada da Companhia de Jesus no território. Em uma parte de seus relatos, Fernão de Sousa parece confirmar que a falta de "peças" (indivíduos africanos) estava ligada à "ausência de rei em Ndongo" (Apud Alec Ito, 2016), porque no reinado de Nzinga havia sido empreendida uma guerra contra as invasões portuguesas no reino de Ndongo. Com essa afirmativa sobre a falta de africanos para o sistema escravista por conta da guerra entre a "Angola portuguesa" e o Ndongo, é possível especular que as sesmarias estavam dentro dessa disputa por hegemonia, e poderiam ter sido utilizadas para o avanço do governo colonial sobre o reino do Ndongo, e também poderiam ter conciliado com a justificativa de guerra, por parte de Nzinga Mbandi, sobre a "Angola Portuguesa", visto que as sesmarias eram concedidas sobre o Ndongo, inclusive, a própria região de Angola coexistiu junto ao reino.

Considerações Finais

Mariana Fonseca (2010) reforça que a pressão portuguesa sobre o reino do Ndongo acentuou-se com o deslocamento de um presídio em Ambaca, localizado próximo ao reino, provocando reações. As sesmarias concedidas encaixam-se dentro desta perspectiva, fortificações portuguesas cada vez mais próximas de Ndongo marcam as possíveis ligações e conflitos infligidos entre agentes coloniais e grupos étnicos. Desse modo, essas relações evidenciam a forma de resistência africana frente à ocupação europeia, e as estratégias dos agentes localizados no tríplice espaço de Angola, de Ndongo, e do Congo, e seus interesses em possuir a hegemonia do território.

Portanto, adentrar-se nos pormenores da dinâmica do território, e das relações estabelecidas entre seus agentes, tanto os portugueses quanto os naturais da

terra, permitem visualizar espaços de atuação no colonialismo, as relações entre sujeitos históricos, e as estratégias de resistência dos grupos étnicos às expansões de "conquista" de seus territórios. Neste sentido, as sesmarias são o ponto de partida de uma pesquisa mais aprofundada, que deve integrar o campo historiográfico, reconhecendo a atuação africana nos espaços de disputas coloniais, a fim de permitir pesquisas que integram o continente africano como parte do processo de investigação histórica, superando o local marginalizado que as pesquisas sobre a África ainda se encontram.

REFERÊNCIAS

ALVEAL, Carmen. **Senhorios coloniais**: direitos e chicanas forenses na formação da propriedade na América portuguesa. Niterói, RJ: Editora Proprietas, 2022. 348 p.

CÂNDIDO, Mariana Pinho. Conquest, occupation, colonialism and exclusion: land disputes in Angola. *In*: SERRÃO, José Vicente et al. **Property Rights, Land and Territory in the European Overseas Empires**. [*S. l.*: *s. n.*], 2014.

CALDEIRA, Arlindo Manuel. Dimensão Sociopolítica do Município de Luanda Durante o Século XVII. Lisboa: Cadernos de Estudos Africanos, 2015.

HEINTZE, Beatrix. **Angola nos séculos XVI - XVII**: Estudos sobre fontes, métodos e história. 1. ed. Luanda: Tiragem, 2007. 622 p.

FONSECA, Mariana Bracks. **Rainha Nzinga Mbandi, imbangalas e portugueses**: as guerras nos kilombos de Angola no século XVII. Minas Gerais: Cadernos De Pesquisa Do CDHIS, 2010.

ITO, Alec Ichiro. **"Uma Cruz tão pesada":** o governo da Angola portuguesa nos séculos XVI e XVII na perspectiva de Fernão de Sousa (1624 - 1630). Orientadora: Profa. Dra. Marina de Mello e Souza. 2016. 408 p. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2016.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38497

FAZER VALER A LEI NOS SERTÕES:
Administração da capitania do Siará grande sob a ótica da justiça

Antonio Guilherme da Silva Oliveira[80]

RESUMO:
A pesquisa visa estudar a justiça real na capitania do Siará Grande no sentido de compreender como ela atuou no controle da população da capitania. Para isso trabalharemos com um recorte que vai do ano de 1720, que marca o início das propostas para criação da ouvidoria, até 1799, quando a capitania deixa de ser anexada a Pernambuco. O nosso objetivo é refletir sobre como o combate à violência na capitania do Siará grande, foi usado como pretexto para articular as dinâmicas locais no território. Para isso, analisaremos os seguintes aspectos nas fontes: quais práticas eram vistas como transgressões pela justiça, grupos sociais envolvidos nesses atos e soluções propostas pela administração pública. Utilizaremos como fontes a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino.
PALAVRAS-CHAVE: Siará grande; Administração; Justiça; Século XVIII, História Social.

ENFORCING THE LAW IN THE BACKLANDS: Administration Of The Captainity Of Siará Grande From The Perspective Of Justice (1720 - 1799)

ABSTRACT:
The research aims to study real justice in the captaincy of Siará grande in order to understand how it acted in controlling the population of the captaincy of Siará grande. To do this, we will work with a period that goes from the year 1720, which marks the beginning of the proposals to create the ombudsman's office, until 1799, when the captaincy ceases to be annexed to Pernambuco. Our objective is to reflect on how the fight against violence in the captaincy of Siará Grande was used as a pretext to articulate local dynamics in the territory. To do this, we will analyze the

[80] Graduando no curso de História pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), membro do LEHS/UFRN (Laboratório de Experimentação em História Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte). Currículo lattes: https://lattes.cnpq.br/4313896686236012 E-mail: antonioguilherme@alu.uern.br.

following aspects in the sources: which practices were seen as transgressions of justice, social groups involved in these acts and solutions proposed by the public administration. We will use documentation from the Arquivo Histórico Ultramarino as sources.
KEYWORDS: Siará grande; Administration; Justice, XVIII century, Social History.

A formação da capitania do Siará grande

A conquista da capitania do Siará grande se deu através do avanço dos currais pelos sertões e por meio de choques violentos entre o projeto colonizador e a resistência indígena. Foi nas décadas finais do século XVII, com a expulsão dos holandeses e a descoberta do ouro, que Portugal intensificou o seu projeto de interiorização da América portuguesa. Uma das estratégias utilizadas pelo reino foi uma forte política de distribuição de sesmarias mediante o pretexto de fomentar a atividade pastoril nos sertões da colônia.

Tabela 1 - Doações de sesmaria e atividades produtivas

Doações de sesmaria e atividades produtivas				
Ano de doação	Pecuária	Agricultura	Pecuária +agricultura	Total
1679-1700	212	-	03	215
1701-10	542	02	08	552
1711-20	349	02	09	360
1721-30	250	09	21	280
1731-40	300	11	20	331
1741-50	123	13	11	147
1751-60	21	07	02	30
1761-70	03	-	-	03

Doações de sesmaria e atividades produtivas				
Ano de doação	Pecuária	Agricultura	Pecuária +agricultura	Total
1771-80	07	-	01	08
1781-90	08	10	09	27
1791-1800	17	03	04	24
1801-10	06	03	08	17
Total	1873	70	119	2093

Fonte: Tabela extraída do livro "Entre paredes e bacamartes: história da família no sertão (1780-1850)", Antonio Otaviano Vieira Jr.

A tabela destacada acima mostra como essa atividade se tornou hegemônica nos sertões do Siará Grande, o que justifica a constante menção à capacidade produtiva da pecuária da capitania na historiografia e nas fontes. Os currais da capitania foram inicialmente estabelecidos ao longo de rios como o Jaguaribe e o Acaraú, com o processo funcionando da seguinte forma: o Estado concedia a terra para os colonos e cabia a eles o empreendimento de povoá-las com gado e homens. Muitas das vilas coloniais do Siará grande se formaram ao redor desses currais como Icó, Aracati e Quixeramobim (GIRÃO, 1984, p. 89-93).

A atividade pastoril apresentava boa aplicabilidade nos sertões da capitania, pois além da vastidão de terras também não necessitava de muitos trabalhadores para o serviço. Um documento escrito por um autor anônimo no século XVIII apresenta ricas descrições sobre a estrutura das fazendas e os sujeitos almejados para o trabalho:

> Levantada huma caza coberta pela maior parte de palha, feito uns curraes, e introduzindo os gados, estão povoados tres legoas de terra,e estabelecida uma fazenda … Em cada huma fazenda destas, não se ocupão mais de dez, ou doze escravos, e na falta delles os mulatos, místicos, e pretos forros, raça que abrindão os Sertões da Bahia, Pernambuco, e Siara principalmente nas visinhanças do Rio S. Francisco. Esta gente pervesa, ociosa, e inútil pela aversão que tem ao trabalho da

> agricultura, he muito diferente empregada nas dittas fazendasde gados. Tem a este exercício huma tal inclinação, que procura com empenhos ser nelle ocupada, constituindo toda a sua maior felicidade em merecer algum dia o nome de vaqueiro. Vaqueiro, creador, ou homem de fazenda, são títulos honoríficos entre elles, e sinonimos, com que se distinguem aquelles, a cujo cargo está a administração, e economia das fazendas. (ANÔNIMO, XVIII, p. 88 - 89)

Com os currais estabelecidos, logo o Siará Grande se notabilizou pelo fornecimento de gado, que se reunia por meio de rebanhos rumo às feiras da Bahia e de Pernambuco, onde seriam separados e vendidos (ANDRADE, 2002). A despeito do avanço dos currais nos sertões também se iniciaram os ataques indígenas às fazendas, causando prejuízos financeiros aos cofres de um Portugal, ainda se recuperava de sua guerra de restauração. Em 1708 é lançada uma Carta Régia para que "se faça guerra geral a todas as nações de índios de corço entrando-se por todas as partes, assim pelo sertão dessa capitania como pela de Pernambuco, Ceará e Rio Grande" (BEZERRA, 1918, p. 206), demonstrando a participação da administração colonial nos conflitos.

Como já foi muito bem trabalhado na historiografia, a dita "Guerra dos Bárbaros" se tratava de uma série de conflitos entre colonos e indígenas voltado exclusivamente para a matança dos povos nativos[81], objetivando liberar mais zonas para o desenvolvimento econômico da pecuária (PUNTONI, 2002). Além de promover a matança com as suas tropas, a Coroa também disponibiliza pagamentos e gratificações, tais como títulos militares e sesmarias para aqueles que, por meio de seus bens marchassem contra os tapuias revoltosos nos sertões, e também para aqueles que estimulassem a povoação e aproveitamento econômico das terras. Essa ação foi em parte responsável por criar poderes locais em algumas regiões da capitania como o célebre caso da família Feitosa na região dos Inhamuns (GOMES,

[81] Além das matanças promovidas contra os indígenas, outro fator que se intensificou com a Guerra dos Bárbaros, foi a separação forçada dos povos nativos de seus costumes e culturas ancestrais, através de um processo de aculturação e miscigenação, onde muitos foram agrupados em vilas e designados para serviços específicos. Ademais, no início do século XVIII, o Siará grande presenciou diversas denúncias por parte dos indígenas a respeito dos roubos de suas mulheres e filhas pelos colonos.

2010); fazendo com que uma parte da colonização do território se desse por meio da ação de grupos privados sem participação direta da Coroa (VIEIRA JR. 2004).

O cenário que descrevemos evidencia a violência como agente presente no processo de formação do Siará Grande, sendo característica marcante não só dessa capitania, mas de toda a colonização. A guerra dos bárbaros e a fome por terras foram responsáveis por um aumento significativo no número de fazendas nos sertões, que agora passavam a ser preenchidos pelos currais dos ditos "poderosos do sertão" (BOXER, p. 299, 2011), seus escravizados e outros indivíduos que ganhavam a vida por meio do gado, entre eles indígenas remanescentes do processo de aculturação pós-guerra e a população pobre-livre.

Visões sobre o Siará grande na correspondência administrativa

Ao encararmos a documentação, procurando por dados sobre a descrição da população do Siará Grande, encontramos, majoritariamente, notas sobre o desregramento em que viviam aqueles sujeitos. Peguemos uma consulta de 1720, do Conselho Ultramarino como exemplo. Nela acompanhamos o testemunho dos padres Domingos Ferreira Chaves e Antônio de Sousa Leal sobre as constantes violências que os moradores do Siará Grande faziam aos indígenas, escravizando-os à força e roubando suas mulheres e filhas (SOARES e FERRÃO, 2011,). Ademais, no mesmo documento, vemos a denúncia ao mal governo das autoridades públicas frente a esses hábitos, com alguns deles sendo apontados como causadores desses males:

> Que estas guerras as mandam fazer os capitães-mores todas as vezes que se lhe antoja e lho persuade a sua ambição e a dos moradores, porque todos são interessados nos cativeiros dos pobres índios; e ainda os que estão aldeados e têm clérigos por seus missionários, são vexados pelos capitães-mores com grandes violências e injustiças por que os obrigam a que lhe trabalhem para eles sem estipêndio e sem sustento ocupando os índios em pescas, em lavrar mandioca, cortar e conduzir madeiras, e as índias em lhe fiar algodão e o mesmo fazem também em parte os soldados dos presídios e os moradores, e roubando as mulheres e filhas, e com tal devassidão e soltura como se tudo isto foram atos muito lícitos,

> e não merecessem, nem castigo, nem repreensão (SOARES e FERRÃO, 2011, p. 10)

Na continuação do documento, ainda é recomendado que "Vossa Majestade seja servido de criar no Ceará uma ouvidoria, e nomear nela um ministro, inteiro, zeloso da justiça"(SOARES e FERRÃO, 2011, p. 11). É sabido que o projeto proposto no documento teve andamento. A ouvidoria da capitania do Siará Grande foi criada cerca de 3 anos depois do documento do padre, em 1723, com a vila de Aquiraz sendo escolhida como cabeça de comarca. A criação do órgão público passa por um movimento de suplantar as dificuldades causadas pelas grandes distâncias que os juízes enfrentavam para percorrer até a capitania de Pernambuco. Outrossim, é preciso ressaltar que o estabelecimento de uma ouvidoria no Siará Grande também deveria representar a presença definitiva da justiça real nos sertões.

Mesmo com a criação de uma ouvidoria, efetivando a justiça real no território do Siará Grande, as fontes não relatam mudanças na percepção dos membros da administração pública sobre a suposta falta de ordem na capitania, visto que nos períodos posteriores ao ano de 1723 continuaram os registros sobre a situação desfavorável.

Em 1760 o ouvidor Vitorino Soares Barbosa descreve a capitania como "tão pobre e miserável, que só acho com abundância de ladrões e matadores, e outros régulos que a ela se vem refugiar" (PINHEIRO, 2019, p. 155). Em 1787, durante o período mariano, outro ouvidor compactua com a visão do seu antecessor ao afirmar que "Metade dos habitadores desta Comarca são vadios sem ofício"[82]. As descrições, separadas por um espaço de tempo de aproximadamente 27 anos, compartilham da mesma visão sobre a população da capitania, tratando-os como sujeitos desprovidos de valor.

[82] Carta do ouvidor do Ceará, Manuel Magalhães Pinto Avelar, à Rainha [D. Maria I], sobre a situação econômica da referida capitania. Quixeramobim, 3 de fevereiro de 1787. Quixeramobim. Projeto Resgate. Documentos manuscritos avulsos da Capitania do Ceará. (1618 – 1832). AHU_ACL_CU_017, Cx. 11, Doc. 644.

Em ambas as descrições destacadas também é possível observar que os dois ouvidores tentam mencionam a situação do Siará Grande, enquanto argumentam sobre propostas administrativas para melhorar o estado da capitania, essa estrategia de argumentação por parte dos governantes locais pode ser vista como uma tentativa de "enaltecer seus alegados esforços" (GOMES, 2010, p. 127), e melhorar o seu prestígio frente aos seus pares.

Essas apelações dos administradores coloniais para uma pretensa "natureza revoltosa" dos domínios ultramarinos, pode ser vista como uma manobra padrão durante a colonização. Laura de Mello e Souza observou tendência semelhante nas Minas Gerais do século XVIII, onde para os membros da administração pública - principalmente o Conde de Assumar - "o espírito da rebelião era quase que uma segunda natureza da "gente das minas", e caro custava estirpá-lo". Nessa mesma linha, a autora ainda percebe que a mestiçagem era vista como uma das responsáveis pelos "defeitos de uma população" (SOUZA, 2017, p. 140).

Esse mesmo fator também é apontada como um problema nos sertões do Siará Grande. Em 1722, o Conselho Ultramarino registra uma carta dos moradores da ribeira do Jaguaribe reclamando do cotidiano perigoso na localidade em que, entre outros pedidos, eles solicitam,

> mandar para aquelas partes alguns casais da Ilha do Pico, escolhendo os que tivessem mais filhas, para que aqueles moradores tivessem mulheres brancas portuguesas com quem casassem concedendo-lhes também Vossa Majestade alguns privilégios dos que casassem

Os moradores justificam esse pedido porque os homens solteiros, que formam a maioria da população da capitania, cometem "grandes violências aos índios tirando-lhes as mulheres e as filhas, de que **nasce uma geração infecta, mal educada e pior morigerada**"[83]. O caráter miscigenado da população sempre

[83] CARTA dos moradores da ribeira do Jaguaribe representando a Vossa Majestade que a vila não tem ministros nem correição para manter a ordem, sofrendo os moradores roubos e violências -

aparece como um agravante nas descrições sobre a capitania. Acreditamos que isso se deve, pois a miscigenação é vista como um problema que ultrapassa a questão da relação entre diferente povos, ela é tida como um defeito moral, nesse ponto o que incomoda a administração colonial é a mestiçagem dos costumes (ARAÚJO, 2000), ou seja, a aproximação dos brancos com o modo de vida indígena. Outra questão que reflete a preocupação com a instrução dos moradores são os pedidos dos padres para que se construa lugares onde se possam instruir os jovens aos moldes da educação formal europeia, para que eles não passem a aderir aos costumes da terra.

Em virtude do que foi exposto até o momento, não podemos ignorar algumas questões referentes à natureza das fontes na criação dessa representação do Siará grande como uma capitania naturalmente perigosa. Ao trabalharmos com documentos do Estado, corremos o perigo de corroborar com o discurso dos autores, visto que são escassos os escritos produzidos por indígenas, pobres-livres e outros grupos subalternos. A eles sobravam apenas os papeis dos criminosos subversivos, normalmente, retratados como os causadores dos problemas da região. Sobre o rigor do trabalho com fontes oficiais do Estado, Thompson afirma,

> essas fontes documentais são frequentemente citações facciosas redigidas pelo intendente dos senhores, ou por influentes proprietários de terra por ocasião da posse de um novo senhor; ou são o resultado de barganhas e soluções de compromisso entre vários proprietários no tribunal da herdade, onde o colono ou o sem-terra não tinham voz no corpo de arrendatários que atuava no tribunal. (THOMPSON, 1998, p. 89)

Tendo em vista a situação alarmante da capitania, foram elaboradas manobras administrativas voltadas para o exercício da justiça. No que diz respeito à ação das práticas jurídicas no cotidiano das classes na sociedade colonial, é necessário compreender como atuou o aparelho jurídico português transportado para a realidade do Brasil, onde um dos traços administrativos não era a assimilação

escrita em 28 de março de 1722. In: **Documentos Históricos da Biblioteca Nacional** - vol. 99. Rio de Janeiro: Divisão de Obras Raras e Publicações, 1953, p. 151, grifo nosso.

total das estruturas do velho mundo, mas sim a "recriação perversa" (SOUZA, 2006, p. 68) do Antigo Regime europeu.

O poder e a justiça no Siará grande

Junto ao processo de colonização da capitania do Siará grande, veio a necessidade de intensificar o controle territorial dos sertões. Aquela vasta porção de terra representou um novo desafio para a coroa lusitana. Esta tinha como característica marcante direcionar a sua atividade colonial no controle dos mares, criando um Império onde o "mar já não era um limite, mas, antes, o nexo essencial de união dos pontos de apoio na terra firme, o próprio corpo do império" (HESPANHA e SANTOS, 1998, p. 351).

Nesse momento do trabalho surge a necessidade de entender o que eram os sertões na América portuguesa, tendo em vista o seu processo de formação territorial. Se formos analisar no dicionário escrito por Raphael Bluteau, o sertão aparece como "região, apartada do mar, & por todas as partes, metida entre terras" (Raphael Bluteau - Vocabulario Portuguez & Latino). Desta forma, as características naturais da região, demarcadas pela distância para o litoral, aparecia como fator preponderante para definir o que podia se encaixar como sertão.

Em contrapartida, o geógrafo Antonio Carlos Roberto Moraes propõe uma definição que acreditamos se adequar para as percepções sobre os sertões do Siará grande que observamos nas fontes. Na sua visão, aquela localidade se encaixava no conceito de fundos territoriais (MORAES, 2008). Essas seriam as áreas que ainda não foram totalmente incorporadas pelo projeto colonizador, em que ainda havia margem para expandir, onde a natureza ainda atesta domínio, ou seja, territórios coloniais submetidos a uma "jurisdição meramente formal da metrópole" (MORAES, 2008, p. 70). É possível observar essa percepção na fala do governador Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca, que descrevia o sertão da capitania como a morada dos "facinorosos e vagabundos" devido à "falta da observância das

leis e ordens"[84], ou seja, um local onde a justiça colonial não conseguia estabelecer o seu domínio.

Apesar da fala do governador, não podemos naturalizar totalmente uma visão homogênea dos sertões como uma terra sem lei. Mesmo com alguns fatores corroborando para essa percepção, como os casos de assassinatos derivados das rixas entre grupos rivais, ou em retaliação à ofensa da honra (VIEIRA JR. 2004) atestando a violência privada como instrumento para resolução de conflitos. Também podemos localizar episódios em que os moradores se direcionavam aos órgãos da justiça para resolver suas questões. É o caso do requerimento feito em 1728 por Dona Garcia da Cruz e Silva, viúva do desembargador Manuel da Fonseca Marques, onde ela pede uma nova devassa feita pela morte do seu marido, assassinado a disparos de arma de fogo em uma emboscada (SOARES e FERRÃO, 2011). Ou o requerimento feito em 1730 por João Gonçalves da Silva, pedindo que lhe seja devolvido um escravizado que se encontrava na casa de Teodósio Nogueira (Soares e Ferrão, 2011). Esses dois documentos atestam que se a justiça real não era plenamente operante nos sertões da capitania, ela também não era totalmente ineficaz, caso o contrário, esses indivíduos não se dirigiram a ela.

O que acreditamos é que a exagerada retratação dos sertões do Siará grande como um território onde a palavra do Rei não possuía força também foi uma maneira que a administração pública encontrou para alterar as dinâmicas sociais e intensificar a incorporação da capitania ao projeto colonial. Isto se deu através da criação de um "efeito de juridicidade" (HESPANHA, 1978, p. 34), ou seja, a fabricação de um sentimento de legitimidade frente ao uso da intervenção do aparelho repressivo do Estado, desse modo gerando transformações nas práticas sociais.

[84] CARTA do governador do Ceará, Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca, propondo a Vossa Majestade a criação de vilas nesta capitania a fim de evitar as desordens causadas por vagabundos e facinorosos que infestam os sertões - escrita em 9 de abril de 1783. In: Documentos Históricos da Biblioteca Nacional - vol. 92. Rio de Janeiro: Divisão de Obras Raras e Publicações, 1951, p. 111.

Considerações finais

Acreditamos que essa análise permite refletir sobre a complexa relação entre a violência e a justiça no contexto da capitania do Siará grande, e como ambas eram instrumentalizadas a favor dos interesses de grupos sociais distintos. Além disso, compreender que noções como "lei" e "ordem", também são construções sociais e culturais, sendo assim os vadios facinorosos das fontes só podiam existir perante um ideário social que caracterizava o que era benigno e o que era maligno no contexto. Nessa delicada arquitetura administrativa, essas construções só podem ser perceptíveis através da análise minuciosa da prática jurídica do direito naquela sociedade.

Ademais, o nosso trabalho também explora o direito como uma ferramenta no jogo de interesses entre os grupos, onde cada um deles "procuravam maximizar suas vantagens" (THOMPSON, 1998, p. 90). Sendo assim, acreditamos que as ideias hegemônicas de retidão e neutralidade da lei não se aproximam da exatidão histórica, especificamente se analisarmos ela no contexto do Siará grande durante o século XVIII.

REFERÊNCIAS

Fontes

BEZERRA, Antônio. **Algumas origens do Ceará.** Fortaleza: Typografi.a Minerva, 1918. Bibliografia

CARTA do capitão-mor do Ceará, João Baltasar de Quesedo Homem de Magalhães, ao rei [D. José I], sobre a proibição feita pelo ouvidor Vitorino Soares Barbosa do uso de armas de fogo na capitania do Ceará. Anexo: certidão, requerimento e cartas. In: **Ceará em Documentos:** Guia de Fontes para a História Colonial do Ceará. (1759- 1766) Volume 8 / Organização por Francisco Jose Pinheiro - Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2019, p. 141-164.

CARTA do governador do Ceará, Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca, propondo a Vossa Majestade a criação de vilas nesta capitania a fim de evitar as desordens causadas por vagabundos e facinorosos que infestam os sertões - escrita em 9 de abril de 1783. In: **Documentos Históricos da Biblioteca Nacional** - vol. 92. Rio de Janeiro: Divisão de Obras Raras e Publicações, 1951.

CARTA dos moradores da ribeira do Jaguaribe representando a Vossa Majestade que a vila não tem ministros nem correição para manter a ordem, sofrendo os moradores roubos e violências - escrita em 28 de março de 1722. In: **Documentos Históricos da Biblioteca Nacional** - vol. 99. Rio de Janeiro: Divisão de Obras Raras e Publicações, 1953.

CARTA do ouvidor do Ceará, Manuel Magalhães Pinto Avelar, à Rainha [D. Maria I], sobre a situação econômica da referida capitania. Quixeramobim, 3 de fevereiro de 1787. Quixeramobim. Projeto Resgate. Documentos manuscritos avulsos da Capitania do Ceará. (1618 – 1832). AHU_ACL_CU_017, Cx. 11, Doc. 644.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao Rei [D. João V], sobre a carta do padre Domingos Ferreira Chaves, missionário geral e visitador-geral das missões do sertão da parte do norte no Ceará e exposição do padre, missionário e clérigo do hábito de São Pedro, sobre as violências e injustas guerras com que são perseguidos e tiranizados os índios do Piauí, Ceará e Rio Grande. In **Memoria Colonial do Ceará. (1720-1731)** Volume 2. Tomo I / Organização por José Paulo Monteiro Soares, Cristina Ferrão - Fortaleza: Kapa Editorial, 2011. p. 09-19.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. João V], sobre o requerimento de Garcia da Cruz e Silva, que pede a nova devassa da morte do seu marido, Doutor Manuel Fonseca Marques, na vila de S. José de Ribamar dos Aquiraz. In **Memoria Colonial do Ceará. (1720-1731)** Volume 2. Tomo 2 / Organização por José Paulo Monteiro Soares, Cristina Ferrão - Fortaleza: Kapa Editorial, 2011. p. 78-81.

Requerimento de João Gonçalves da Silva ao rei [D. João V], a pedir que lhe seja restituído um escravo que fugiu e se refugiou na casa de Teodósio Nogueira, nos Cariris Novos. In **Memoria Colonial do Ceará. (1720-1731)** Volume 2. Tomo 2 / Organização por José Paulo Monteiro Soares, Cristina Ferrão - Fortaleza: Kapa Editorial, 2011. p. 144-145.

Roteiro do Maranhão a Goiaz pela capitania do Piauhi. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900. TOMO LXII. parte 1, p. 87.

Bibliografia

ANDRADE, Manuel Correia de. A Pecuária e a produção de alimentos no período colonial. in: SZMRECASÁNYI, Tamás. H**istória Econômica do Período Colonial.** 2ª Ed. São Paulo: HUCITEC, 2002, p. 99 - 108.

ARAÚJO, Emanuel. Tão Vasto, Tão Ermo, Tão Longe: O sertão e o Sertanejo nos Tempos coloniais. In: DEL PRIORE, Mary (org.) **Revisão do Paraíso**. Rio de Janeiro, Campus, 2000, p. 45-92.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico**. Coimbra : Collegio das Artes da Companhia de Jesu : Lisboa : Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728.

BOXER, Charles. **O Império Marítimo Português: 1415-1825.** 1ª ed. Portugal: Edições 70, 2011

GIRÃO, Valdelice Carneiro. **As Oficinas ou Charqueadas no Ceará.** Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984.

HESPANHA, António Manuel (Coord.). **História de Portugal – Vol. 4: O Antigo Regime.** Lisboa: Estampa, 1998.

HESPANHA, António Manuel. **A História do Direito na História Social.** Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil.** 3a ed., São Paulo: Annablume, 2008.

PINHEIRO, F. J. **BROTANDO DA TERRA: A subordinação dos pobres-livres, no Ceará, sob a vigência da escravidão (1780-1880).** 1. ed. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2020.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros – Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720.** São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2002,

GOMES, José Eudes. **Um escandaloso theatro de horrores: a capitania do Ceará sob o espectro da violência.** Fortaleza: UFC, 2010.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no**

século XVIII. 4ª Ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Sol e a Sombra: Política e Administração na América portuguesa do século XVIII.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

THOMPSON. E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VIEIRA Jr., Antônio Otaviano. **Entre paredes e bacamartes: história da família no sertão (1780-1850).** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha/Hucitec, 2004.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN

ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

TRANSCRIÇÃO E TRADUÇÃO DA ASSEMBLEIA POTIGUARA DE 1645

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38247

Pedro Henrique Calazans Fernandes de Paiva[85]

RESUMO:
Na terça-feira, 11 de abril de 1645, vinte lideranças Potiguara entregaram ao Conselho Superior da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil uma série de manuscritos contendo parte de seu programa para a manutenção da aliança com os neerlandeses. Esta fonte foi publicada em 1910 por Pedro Souto Maior sob o título "Uma assembleia de índios em Pernambuco no ano de 1645". Contudo, é necessário afirmar que o historiador dos "Fastos Pernambucanos" cometeu, no mínimo, alguns equívocos de transcrição e tradução — entre erros, omissões e invenções. De tal sorte, uma tradução renovada permitirá a elevação das críticas e das análises não somente do documento, mas do seu lugar na História. O presente artigo é um diálogo histórico-filológico, visando apontar e corrigir tais equívocos.
PALAVRAS-CHAVE: Potiguara; Assembleia Indígena; Brasil Holandês.

TRANSCRIPTION AND TRADUCTION OF THE 1645 PORTIGUARAS'S ASSEMBLY

ABSTRACT:
On the Tuesday of the 11th of April, 1645, twenty Potiguara headmen delivered to the West India Company's High Council in Brazil a series of manuscripts regarding part of their program to their alliance with the Dutch. The document is not new, published in 1910 by Pedro Souto Maior as "Uma assembleia de índios em Pernambuco no ano de 1645". Nonetheless, it is necessary to state that the "Fastos Pernambucanos" historian has made at least some mistakes in the transcription and

[85] Graduando em Licenciatura em História; Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Laboratório de Experimentação em História Social; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8792788420615843> ; correio eletrônico: <pedro.calazans.110@ufrn.edu.br>.

translation — as errors, neglections, and inventions. As such, a new translation may allow for the complexification of the critiques and analysis of the document, as well as its place in history. The present paper establishes a historical-philological dialogue intending to indicate and correct those mistakes.
KEYWORDS: Potiguara; Indian Assembly; Dutch Brazil.

A publicação de Pedro Souto Maior

A República Romana chamava os dias bem-vistos pelos deuses de *Fasti* e seu plural, *Fastus*, sendo a designação para a coletânea desses dias: o calendário. Esta é a forma que Pedro Souto Maior, em 1912, utilizou para narrar os dias gloriosos da construção de Pernambuco e da "raça Pernambucana". Os *Fastos Pernambucanos* compreendem, dentre outros períodos, o da ocupação neerlandesa e a contraofensiva da raça "luso-americana". Não por acaso, todos os períodos selecionados pelo autor o são por serem "republicanos". Somente na introdução há uma digressão, pois trata do mito de fundação das glórias pernambucanas, a partir do "*Adão Pernambucano*", Jerônimo de Albuquerque. O autor objetivou contribuir para o "nacionalismo" pernambucano. Não obstante, os naturais da terra sempre estão no maiúsculo, tal qual "Portugueses" e "Holandeses". Embebido pelo espírito dos Institutos Históricos (como o IHGB) e pelo positivismo, compreende a nacionalidade como síntese das "raças". Inspira-se, por exemplo, na fórmula de Martius: a "raça índia" ou "negra" são tratadas como elementos secundários, sob os "Portugueses", "Holandeses" ou "Pernambucanos" — agentes submissos aos grandes homens do espírito do tempo. Vejamos um exemplo breve:

> *"Dividia-se a população da colonia em tres raças: branca, india e africana. A branca compunha-se de Hollandezes, Portuguezes catholicos e judeus. [...] Os indios, na colonia hollandeza e especialmente durante o governo de Maurício, fruíam da mais completa igualdade, e retribuíam-lhe com sincera afeição a paz e o bem estar, que lhes facultava. Conta Barlaeus que Camarão, por uma feira em que se indispuzera com Bagnuolo, mandara uma proposta de acordo a Mauricio, mas que lembrando-se da velha aliança com os Portuguezes, e arrependido do passo que dera, não quis esperar pela resposta. Os índios não eram apreciados no trabalho agrícola e noutros porque não tinham disposição para qualquer serviço, exigiam grandes salários e não se demoravam muito tempo nos empregos. [...] Os negros escravos lucravam com o estado*

> *de guerra, em que se achava a colônia, pois Hollandezes e Portuguezes davam-lhes a liberdade afim de que eles os ajudassem a combater os adversários." (SOUTO MAIOR, 1913, p.288)*[86]

Portanto, podemos ver que o autor compreende a organização social colonial a partir dos brancos-dirigentes, indígenas-militares e pretos-escravizados, por tanto tempo presente na historiografia. Mais de cem páginas depois, os "*índios mui afeiçoados*" aos Holandeses aparecem com aparente proatividade. O autor enumera entre os fastos no Pernambuco aqueles que tiveram na centralidade a agência indígena. São postas as traduções das "*Cartas dos Camarões*", as atas e propostas da "*assembléia dos brasileiros*", além das missivas de Antônio Paraopeba nos Países Baixos após a capitulação da Companhia das Índias Ocidentais (*West-Indische Compagnie* — WIC). Todos esses já haviam sido traduzidos e publicados naquela década pelo pernambucano antes dos *Fastos,* em 1913, na Revista do IHGB. Interrogamos no presente artigo precisamente o caráter, o sentido e a forma da tradução empregada pelo autor.[87] A objetivação das "raças" sintetizadas na "nação" transparece nas publicações, lesando o sentido original e seus autores, isto é, os

[86] Ao longo da década de 1910, inspirado nas viagens de José Hygino para os Países Baixos, Pedro Souto Maior esteve nos mesmos arquivos. Nessa década, publicou três artigos antes de sua síntese nos "*Fastos Pernambucanos*" (de 1913): "*Dous índios notaveis e parentes proximos: Pedro Poty e Philippe Camarão. Documentos interessantíssimos e ineditos*" (em 1912), "*A missão de Antônio Paraupaba ante o Governo Hollandez*" (na mesma revista) e a publicação aqui debatida, "*Uma assembléa de índios em Pernambuco no anno de 1645: documentos inéditos*" (de 1910).

[87] A concepção da língua como forma e objeto de tradução e o meio de realização estão centrados aqui nas formulações de Walter Benjamin nos ensaios "*Sobre a linguagem em geral e a linguagem do homem*" de 1916 e "*A tarefa do tradutor*" de 1921. Ambos se encontram na coletânea GAGNEBIN (2013). No primeiro ensaio, o elemento central é a compreensão da *língua* como *forma* cujo sentido conserva a infinitude da realização do *Ser* a partir da *linguagem em geral*: a *coisa* alcança sua *essência* na língua quando seu *meio* galga a *língua pura*, imediação da coisa com seu nome. No segundo ensaio, a tradução é entendida como a *forma provisória* de relação do original morto com o novo contexto expresso — garante a suprassunção da forma original, liberta-se sem substituí-lo. "Essa tarefa [da tradução] consiste em encontrar na língua para a qual se traduz a intenção a partir da qual o eco do original é nela despertado" (p.112), na síntese do autor. A tradução que visa a literalidade é uma "monstruosidade", de modo que seu núcleo é o essencial a ser conservado. É a partir do mesmo escopo que se critica Souto Maior no presente artigo: a traduzibilidade do original existe a partir da forma do traduzir; esta, é calcada na forma de concepção do original.

indígenas. Objetivamos aqui o diálogo e propostas de uma nova tradução para a única das fontes citadas que ainda não recebeu uma nova publicação.[88]

Tomaremos aqui a versão da "Assembleia dos Potiguara" publicada por Souto Maior em 1910 na RIAHGP (*Instituto* de Pernambuco). A versão apresentada nos *Fastos* foi parcialmente alterada (provavelmente a fim de corrigir erros pontuais), afastando-a ainda mais dos originais encontrados nos arquivos em Haia. Considera-se aqui, reservada a ausência de um estudo sistematizado sobre o autor, que este agiu de (relativa) boa fé, enganando-se na cópia e transcrição quando esteve presente nos Países Baixos. Considera-se ainda que a barreira da língua e da grafia contribuíram para os eventuais equívocos. Compreendeu-se aqui três tipos de *equívocos* do autor: aqueles *de transcrição*, *de tradução* e *de forma*. Quanto ao primeiro tipo, é possível encontrar os "*lapsos*" (erros de leitura do original), as "*omissões*" (erros na interpretação do sentido: seja pelo objetivo, seja pela ignorância do autor) e as "*invenções*" (erros cuja explicação é um tanto fugidia).

Equívocos da transcrição

Citando alguns exemplos de *lapsos*, temos aqueles nomes grafados incorretamente: *Jeronimo Lús*, candidato na lista da Itapecirica, é apresentado como *Jeronimo Zuí*; *Xßolaõ Joragocúgaija*, associado do Conselho Brasiliano na aldeia Caaresé,

[88] As cartas dos Camarões receberam sua tradução integral em 2022 por Eduardo de Almeida Navarro, no Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi de Ciências Humanas; v. "*Transcrições e tradução integral anotada das cartas dos índios Camarões, escritas em 1645 em tupi antigo*". Lodewijk Hulsman publicou as "*missões*", isto é, as Remonstrâncias de Antônio Paraopeba em 2006, na Revista de História; v. "*Índios do Brasil na República dos Países Baixos: as representações de Antônio Paraupaba para os Estados Gerais em 1654 e 1656*". Há duas outras cartas que foram traduzidas em 1645 para holandês, cuja tradução utilizada ainda é a de Souto Maior, publicada em 1912 que se encontram na coleção 1.05.01.01 (da "Velha WIC"), inventário 61, como documento 59: "*Cópia da carta de Pedro Potim, na Paraíba, para Felipe Camarão e Diogo da Costa, de 31/10/1645*". No momento da escrita do presente artigo (10/2024), foi publicado na Revista da História da FFLCH-USP (n.183) um outro, escrito por Bruno Ferreira Miranda, Rafael Xucuru-Kariri e Suzane Lima Costa, intitulado "*Um escrito inédito do indígena Antônio Paraupaba e o ocaso das relações Potiguara-neerlandesas (1654-1656)*". Na nota 10 (à p.7), os autores informam: "Os debates concernentes a assembleia (*sic*) de 1645 foram tema de análise de dois artigos de Bruno Miranda, que estão em processo de publicação". Logo mais minha afirmativa acima tornar-se-á superada. Sobrarão as cartas entre Pedro Potim e seu primo Filipe Camarão (SOUTO MAIOR, 1912b), o que já está sendo feito.

é apresentado como *Apolão Joragocúgaya*. *Antonio Itacúrúba*, suplente do capitão Antônio Paraopeba, perde o sobrenome, sendo citado como *Antônio*. Mais adiante, o lapso é corrigido, quando reaparece como associado do Conselho na aldeia Acauzinho: *Antônio Ytacuruba*. *Baltasar Gúearibi*, da aldeia Maurícia, torna-se *Balthazar Gucarihi* e *João Tagoatajúba*, um dos quatro alferes na aldeia Maurícia torna-se, por algum motivo, *João Tagoata Faguatajubam* (já uma *invenção* do autor). Sortudos de serem citados, mesmo que incorretamente. *Ant.º Túearobij* e *Ant.º Amarogucia*, adjunto de capitão e candidato, respectivamente, na aldeia Jaraguá, sequer são citados por Souto Maior, sendo efetivamente mortos pelo mesmo, devido à *omissão*.

Com os topônimos não é diferente. A aldeia Urutauzinho (do tupi *Urutaûĩ*), aparece no rol como *Vrútaguij*, *Vrútagaij*, *Rútagúij* e *Vrutajúij*, o nobre herdeiro pernambucano grafa como *Urutagmy, Urutaguay*, *Rugntay* e *Urutaquaram*. Outro exemplo, que sintetiza os equívocos da paleografia é o da aldeia "Orange", *inventada* pelo historiador como a sede da Câmara do Rio Grande. É provável que o "*T*" aberto e gordo que aparece tenha sido confundido com um "*O*". Não obstante, é provável que o "*Traúam*" já seja um erro da transcrição do original por Clemente da Silva pelo escrivão da WIC. Um "*A*" aberto, pode ter sido lido incorretamente. Essa hipótese é reforçada pela ausência de encontros consonantais como /tɾ/ no Tupi Antigo, bem como pela correção apostilada na margem, em que a grafia "*aranún*" reaparece (em que Souto Maior reforça o "*Orange*").

Equívocos da tradução

A ata do dia 11 de abril contém um rol de quatro manuscritos indígenas, copiados para o diário da WIC. Um quinto foi apresentado pelas chefias das aldeias para o Conselho Superior, escrito em Haia pelos Senhores XIX. Ao todo, são: a) ata dos capitães e suplentes (1645a, fl.36 seg., fig.1210 seg.); b) ata dos membros do Conselho e suplentes (1645a, fl.38 seg., fig.1212 seg.); c) ata dos tenentes e alferes (1645a, fl.37, fig.1211); e d) a Remonstrância de 03 de abril (1645a, fl.40-48,

fig.1213-1222). O quinto data de novembro de 1644, sendo uma Carta de Privilégios e Liberdade. A publicação do pernambucano em 1910 contém problemas para a tradução dos cargos em que foram eleitas as lideranças, como o "*rade*", conselheiro, traduzido como "*juiz*". Não nos deteremos muito nas traduções para os cargos em geral, mas descrevemos sua distribuição no próximo tópico. Debatemos e questionamos por ora os *equívocos da tradução* relativos à sintaxe e ao sentido do texto (e não à objetividade das palavras). A forma empregada, além de denotar o que pensa o tradutor, denota o que este viu na forma original. Por exemplo, o termo "*natie*" (nação) é mobilizado pelos indígenas, sendo traduzidos para "*raça*" por Souto Maior. Segue a primeira proposta na Remonstrância:

> "*1. Uwe Edele gelieven derhalven dese voorn aende* ***Vrijbrief*** *naer te comen, ende ter executie te stellen op dat eenige van* ***onse natie*** *die als noch voor Slaven werden gehouden Vrij mogen werden gestelt.*" (fl. 40, fig. 1214. Os grifos aqui empregados e nas demais ocasiões são de nossa autoria.)

Pedro Souto Maior apresenta como:

> "*1. Que Vossas Excelências se dignem mandar pôr em execução esta* ***lei*** *e qualquer da* ***nossa raça****, que por acaso ainda esteja mantido como escravo, seja logo concedida a liberdade.*"[89] (1910, p. 69)

"*Raça*" limita cognitivamente a compreensão do sentido histórico e do significante por trás da palavra. O dicionário de Cornelius Kiliaan, "*Etymologicum Teutonicæ…*", de 1599, coloca como equivalente a "*natie*" os termos latinos "*Natio: genus hominum: & Sodalitas, societas. collegium*" (p.711). Já no "*Het groot woorden-boeck…*", de 1648, Henry Hexham, classifica-o como equivalente (no inglês antigo) a "*A Nation, Folke, or People*" (p.670). Por um lado, a tradução falha aí pela forma empregada no lugar de "nação". É preciso, porém, relevar que o "*onse natie*" foi escrito e evocado pelos Potiguara que a produziram, e não pelos dicionaristas contemporâneos. Ao longo da tradução (como nas demais citadas à nota 2), o pernambucano negou na tradução de *natie* suas correspondentes imediatas (*nação*,

[89] Nossa proposta de tradução do original em holandês: "1º Solicitamos a Vossas Excelências que façam executar a Provisão da Liberdade, para que qualquer pessoa de **nossa nação** que ainda esteja mantida como escrava seja libertada."

gênero humano, *povo*, *sociedade* etc.). Potiguaras e neerlandeses escrevem conjuntamente "*natie*" e "*brasilianen*" (*nação* e *brasiliano*) para se referirem aos povos originários da família Tupi (em detrimento dos *tapuias* em geral).[90] A "*Nação Brasiliana*" foi a expressão política dos tupis para dirimir suas fronteiras étnicas. A carta de Pedro Potim[91] a Filipe Camarão de 31 de outubro de 1645, bem como ambas as Remonstrâncias de Antônio Paraopeba nos Países Baixos (de 1654 e 1656), oferecem a possibilidade de compreendermos a que se refere a forma "*onse natie*" empregada no texto.[92]

A "Nação Brasiliana"[93] são os povos originários do atual território brasileiro (ao longo do tempo, alargando-se o conceito dos tupis também para com os diversos ramos Jê e Macro-Jê); são nascidos em Liberdade Natural e são os verdadeiros "donos da terra" (que, pela carência militar, precisam aliar-se pragmaticamente com as forças que os respeitem como tal). A *nação* convertida em *raça* demonstra a objetivação da ideologia no ato de traduzir. Denuncia sua forma de visar o material e de fornecer imagens sobre os indígenas. A liberdade política e

[90] Além da síntese que HULSMAN (*op.cit.*.) apresenta, ver também MEUWESE (2012); especialmente o capítulo terceiro: "*An Effective but Fragile Alliance: Brasilianen, Tapuyas, and the Dutch-Portuguese Struggle for Brazil, 1624–1656*" (p.125-190).

[91] "Pedro Potim" citado aqui e anteriormente, é o mesmo "*Pedro Poty*" ou "*Poti*" já conhecido na historiografia. No recente artigo de MIRANDA, XUCURU-CARIRI e COSTA citado na nota 4, os autores comentam o tema: "*O nome de Pedro Poty é grafado de várias maneiras na documentação, assim como os nomes de outros indígenas. Mantivemos a presente grafia por ser a mais próxima do português brasileiro contemporâneo, mas pode-se encontrar as variações* Pieter Poty, Poti, Potij, Pottij, *dentre outras*" (2024, p.6); trata-se, portanto, de uma convenção. Entretanto, o "*I*" final no nome do Regedor dos Brasilianos na Paraíba é nasalizado, de modo que a grafia nos documentos indígenas essa realidade transparece: é sempre grafado como "*Pedro Potim*". Optou-se aqui pela conservação da grafia conforme o fonema da fala em Tupi Antigo. Também ver a nota 20 do presente artigo para a grafia "Paraopeba".

[92] As cartas estão publicadas em SOUTO MAIOR (1912b) e NAVARRO (*op.cit.*).

[93] O trecho de Pedro Potim em SOUTO MAIOR (1912b) podem elucidar: "*Estou bem aqui e nada me falta;* ***vivemos mais livremente do que qualquer de vós****, que vos mantendes sob uma nação que nunca tratou de outra coisa senão nos escravizar*"; "*Eles nos chamam e* ***vivem conosco como irmãos****; portanto, com eles queremos viver e morrer*" e "[...] *pois deveis reconhecer que* ***o mar domina o Brasil***." (p.65-68). Outro extrato de Antônio Paraopeba publicado em HULSMAN (2006): "*Essa nação miserável teve que pagar por isso com o sangue de milhares de homens, mulheres e crianças. O primeiro contato com Vossas Excelências foi pago tão caro que esta nação pode dizer com razão que* ***a sua primeira união com este Estado foi assinada e selada, de sua parte, com o sangue das suas mais valorosas jóias, através do ódio eterno e intransigente contra aqueles Portugueses sanguinários***." (p.56).

econômica pleiteada pelos indígenas não se restringe aos Potiguara: além de suas aldeias serem mistas entre Potiguara e Tabajara, estabeleceram relações com os vários grupos de "tapuias" dos sertões. Para citar um exemplo: no 3 de julho, após o levante senhorial de 1645, Paraopeba solicitou (e foi atendido) ao Conselho Superior que todos os prisioneiros indígenas fossem libertados e integrados às aldeias, independentemente de seu povo de origem. Não obstante, à revelia da WIC, Pedro Potim, Antônio Paraopeba e Domingos Fernandes Carapeba (os três Regedores dos Brasilianos) são citados realizando razias com demais povos tupi e, em casos extremos, massacrando luso-brasileiros pelos litorais (o mais famoso caso é a repressão aos colonos lusitanos no Rio Grande, liderados por Paraopeba e Janduí, evitando que as colunas senhoriais tivessem auxílio naquela capitania).[94]

Tomemos aqui uma forma de *equívoco* transitória, que atravessa os três tipos: o reforço à violência indígena como "injustificada". O último ponto da Remonstrância dos Brasilianos reivindica que:

> "*Alsoo de inwoonders vande aldeas sonder verlof van Hare Cap.t van d'een aldea tot d'ander lopen ende op andere plaetsen haer neder setten, verlatende alsoo hare* ***familien ende rosß*** *te velck tot groote ruijne vande rosß ßegge aldeas strect, wij hebben derhalven goet gevonden, dat alle persoonen die sonder verlef uijt lopen inde* ***troucque*** *sullen werden gestelt ende sal tot dien eijnde ge-vanckelick werden gesonden naer sijnen aldea om gestraft ten werden naer goetvinden* ***vande inser vande*** *Cameras.*" (1645a, fl.47 seg., fig.1221 seg.)

Este ponto é centrado na divisão compartilhada do trabalho produtivo. Por mais que Souto Maior realize seus desagravos e simpatias pela "alma corajosa, leal" etc. dos "selvagens" tupi, sua tradução pode gerar confusões ao leitor, induzindo-o ao erro. Uma suposta violência realçada confere ainda a possibilidade de leitura de atropelos ao rito (político-jurídico). Assim traduziu Souto Maior:

> "*Como os moradores das Aldeias, sem permissão dos seus capitães, correm de uma para outra aldeia, e se estabelecem noutros lugares, abandonando assim as* ***famílias***

[94] Além das referências nas notas 6 e 8, ver também a dissertação de MEUWESE (2003), sobretudo o tópico "*Tupi mediators and the quest for Indian Autonomy*" e "*The challenge of the Portuguese Revolt, 1645-1654*"(p.171-202) do terceiro capítulo. Para mais indicações das alianças supra-étnicas, ver VAN DEN BEL & FRANÇOZO (2023).

> ***e roças**, com grande prejuízo das plantadas nas aldeias. Resolvemos que todas as pessoas que mudem de aldeia sem permissão sejam presas e **postas em tronco** e assim conduzidas as suas aldeias, a fim de aí sofrerem pena que forem condenados **pelos juízes das câmaras**.*" (1910, p.76)

O primeiro destaque acima conserva os problemas da *tradução*; o segundo conserva os problemas da *transcrição* e da *forma*; o terceiro, aqueles da *transcrição* e *tradução*. Quanto ao primeiro caso, a forma "*rosß*" (equivalente a "*rossen*") é apresentada nos dicionários supracitados como equivalente a gado cavalar. É provável que o pernambucano tenha grafado outra palavra e encontrado outra tradução. Vale ressaltar ainda que, na quarta proposta da remonstrância, sobre a fusão das aldeias São Miguel e Nassau por um semestre, o mesmo "*rosß*" é empregado, sendo traduzida pelo pernambucano, por algum motivo, como "raças".[95] O segundo elemento destacado, o termo "*troucque*", é um deverbal que remete a trocas em geral. No manuscrito, para diferenciar as letras "*V*", "*N*" e "*U*", esta última possui um acento, semelhante a um *til* sobre si (a palavra aparece como "*troúcqúe*") é provável que Souto Maior tenha lido uma letra "*N*" no local do primeiro "*ú*" (vendo "*troncque*"), traduzindo como lhe foi possível (não há, pois, "tronco" ou punição antes da sentença). Quanto ao terceiro ponto, indicamos que "*I*" inicial deve ter sido confundido com outra letra (um "*Z*" talvez), como o "*N*" confundido com um "*U*". "*Inser*" deve ter sido como "*Zuzes*" (ou "*Juzes*"). Nossa proposta de tradução para a reivindicação acima é a que segue:

> Ademais, os residentes das aldeias, sem permissão de seus capitães, vão de uma a outra, estabelecendo-se em outros lugares, abandonando suas **famílias e criações**, levando a grande ruína às ditas criações das aldeias abandonadas. Assim, consideramos adequado que todas as pessoas que saírem sem permissão sejam **detidas no trânsito** e enviadas às suas aldeias, para serem punidas conforme o **resolvido no entendimento das Câmaras**.

[95] No original em holandês: "[...] *zes maenden om onder tússchen hare **rosß** en te mogen beneficienen*" (1645a, fl.40 seg., fig.1215 seg.); tradução oferecida por Souto Maior: "[...] *seis meses para nesse ínterim poderem beneficiar as suas **raças***" (1910, p.73); nossa tradução do original do holandês: "4º. Martinho Vaz, Francisco Barbosa e outros associados da aldeia São Miguel acordaram em se unirem à aldeia Nassau, ficando lá por seis meses, para seu aprimoramento e de **suas criações**".

Equívocos da forma

Quanto aos problemas expressos na *forma* da versão publicada por Souto Maior e o papel do documento na história, três pontos são aqui destacados. O primeiro elemento é a ausência da "*Provisão*" ou Carta (do original "*brief*") de Liberdade apresentada pelos Brasilanos no dia 11/04. Na publicação de 1910, o historiador chega a descrever a Carta sem apresentá-la e nos *Fastos*, dois anos depois, acrescenta uma nota: "*Não consta deste documento a provisão, a que o mesmo se refere*" (1913, p.418). A segunda via desta fonte nos arquivos de Haia integra um rol de balanço da situação da empresa colonial após a renúncia do conde de Nassau-Siegen (coleção dos arquivos dos Estados Gerais (1576-1796), inventário n.5757, 1643-1644). Este documento demonstra o manejo e o tato político dos Brasilianos na organização de seu programa. Na ocasião, onze de seus representantes (cinco tupis, dentre os quais Paraopeba, e 6 "tapuios" — sendo dois filhos de Janduí) foram em comissão aos Países Baixos. O Conselho Superior no Brasil aprovou seu embarque para dirimir tensões. O partido (organização política) dos originários há muito solicitava a possibilidade de regressar à metrópole e lá conquistar suas reivindicações. Com tal aprovação, partiram com Johan Maurits para o Velho Mundo no início de 1644, alinhados nas reivindicações a fim de garantir uma embaixada com os Estados Gerais. Após meses sem a consulta desejada, contentaram-se com a Assembleia dos Senhores XIX (altos dignitários da WIC). A Carta que conseguiram (evocando a autoridade dos Estados Gerais) já demonstra a expansão das fronteiras étnica aos não-tupi: a liberdade (econômica) é garantida (como direito natural) a qualquer povo, "sem que se precise comprá-la";[96] adquirem o direito ao autogoverno e à autorrepresentação. É possível que pleiteassem na ocasião a submissão aos Estados Gerais — como um governo autônomo, política e juridicamente equivalente à empresa colonial.[97]

[96] No original em holandês: "[...] *sonder daer voor ijets te betalen.*" (1644, fl.941v., fig.562).

[97] Este parágrafo é baseado na dissertação de MEUWESE (2003), ver nota 9. Como não se objetiva o aprofundamento da estrutura da empresa, não cabe aqui indicações no tema, sendo necessário

Entendemos ser necessária a incorporação da sobredita Carta no rol que integra a *forma* da nótula diária do 11/04/1645. Esta é uma garantia fundamental na luta dos Brasilianos em fazer valer sua autonomia e liberdade; um meio para operacionalizar sua luta com menos barreiras impostas pelos estrangeiros. Dito isto, o segundo problema da forma, relacionada à primeira, é a supressão da nótula do dia seguinte, a quarta-feira 12 de abril. O primeiro assunto do dia discorre da tratativa à *Carta dos Privilégios aos Brasilianos*,[98] além de descrever os ritos e a partida dos indígenas. Demonstra, por um lado, a preocupação com os juramentos de lealdade e obediência. Por outro lado, o rito do dom: os três Regedores receberam peças de linho e todos receberam 16 Reais ("*duas peças de Oito*") de ajuda de custo para o regresso às aldeias. O núcleo da ata versa sobre a sugestão dos Conselheiros Hamel e Bullestrate para que Domingos F. Carapeba guardasse a Carta consigo. Pedro Potim e Antônio Paraopeba, ambos "amigos" de longa data dos holandeses, são ignorados. Uma hipótese para esta omissão tem por base a crescente desconfiança de uma possível traição aos interesses da WIC por parte dos veteranos indígenas. Ambos eram mal vistos por alguns agentes coloniais neerlandeses, porquanto persistiam com rituais Potiguara.[99]

O último elemento problemático quanto à forma não se encontra nas atas em si, mas nas possibilidades que sua tradução oferece. Compreende-se aqui que os *equívocos* prejudicam a qualidade do documento e sua potencial análise inscrita no movimento histórico. Concentremo-nos aqui nos elementos quantitativos (que não deixam de ser qualitativos): as indicações e relações dos nomes em geral. Após uma breve descrição do que é o documento que seguirá, Souto Maior informa:

---

dizer que, na Assembleia dos XIX, havia, entre os representantes das câmaras, um representante dos Estados Gerais. A hipótese também é levantada pelo mesmo autor supra (p.177-178).

[98] Tradução nossa do seguinte original em holandês: "*De brief van privilegie aende brasilianen behandigt.*" (1645b, fl.49, fig.1223).

[99] MEUWESE (2012) debate as temáticas. A coleção organizada por DE ALMEIDA (2000), contém artigos que abordam a temática de modo geral. Também SCHALKWIJK (2007, p.101-140), dá uma breve introdução sobre os ritos protestantes e sua relação com os Potiguara.

> "*A minha descoberta consta de um notulo* [...] *referente a uma assembléa de índios, realizada em Goyanna, da qual fizeram parte* ***144 indivíduos*** *dos mais notáveis daquella raça.*" (1910; p.63)

Considerando que todos os nomes presentes nas três listas do dia 30 de março (provavelmente todos indígenas) são de pessoas diferentes, temos a soma de 144 (85 de Goiana; 34 da Paraíba e 25 do Rio Grande). Observou-se, entretanto, que há nomes grafados mais de uma vez, sendo trinta destas referentes a pessoas que assumem mais de uma função. Três são os Regedores Carapeba, Potim e Paraopeba, que permanecem capitães em suas aldeias. Dentre os demais, a maior parte são aqueles adjuntos (suplentes) dos capitães sendo indicados como membros (adjuntos, associados, suplentes) do Conselho nas mesmas aldeias. São os casos de João Guacaramacanha (Itapecirica), Jorge Itaguaçutiba (Itapecirica), Antônio Itacuruba (Acauzinho) e Martinho Vaz (São Miguel), para citar alguns. Há ainda aqueles militares ou conselheiros eleitos para as Câmaras como Escabinos (senadores, vereadores), como, por exemplo, Baltasar Lopes, tenente na aldeia Nhiajereba e Francisco Sacanhatara, agregado do conselho na aldeia Caaresé; eleitos na Paraíba e Goiana, respectivamente. Há ainda aqueles que acumulam funções entre aldeias próximas, como Bastião Lopes, suplente do capitão na Urutauzinho e agregado do Conselho nesta e na Maurícia. Nesses 30, consequentemente, não se contam aqueles cuja duplicação está somente na lista de candidatos (aqueles que não são eleitos para as Câmaras), como Pantaleão Pirapuama e Marcos Setimapiranga, da Maurícia e Urutauzinho, respectivamente.

Por meio da revisão e cotejamento dos nomes, bem como de sua tradução do Tupi Antigo, foi possível chegar ao número de 198 pessoas ao todo, sendo 125 assinantes das indicações para os cargos da milícia e do conselho.[100] Destes, são 36

[100] Considera-se, para esta afirmação, que Santiago Jaguaçupitinga (agregado ao Conselho na Itapecirica) e Santiago Jaguaçu (candidato pela mesma) são duas pessoas diferentes. Considera-se ainda a assinatura do "ex-capitão" (ou "velho capitão"; "*d'oude capiteijn*") da São Miguel de Muçuí, Francisco Barbosa nesta conta. Removendo este e considerando aqueles como uma pessoa, a soma cai para 196 e 123, sem afetar as demais posições. Aspectos gerais da estrutura política montada não serão debatidas no presente artigo, embora seja necessário o apontamento que o material apresentado pelos Brasilianos segue à risca as reivindicações que conquistaram nos Países Baixos

capitães com seus adjuntos, 16 tenentes e 19 alferes; conselheiros e agregados somam 73. Os outros 73 nomes são aqueles não duplicados, indicados pela Assembleia para que o Conselho elegesse para as Câmaras. Cada aldeia teve direito a dois escabinos para as Câmaras, excetuando aquelas sedes nas respectivas capitanias (Itapecirica, Maurícia e Araruna), que elegeram quatro cada. São 36 escabinos, sendo 14 goianos, 12 paraibanos e 10 rio-grandenses.

Um Brasil que não foi

> "*Como não haviam de ficar satisfeitos os índios com as suas camaras e governadores eleitos por eles mesmos! Que diferença entre esses invasores e os Portuguezes, opressores dos indígenas!*" (SOUTO MAIOR, 1913, p.426)
>
> "*Vêde o resultado da inteligente propaganda dos hollandezes pelas escholas e pela religião.*" (*Idem*, p.432)

A primeira citação acima é usada nos *Fastos* após a apresentação do extrato da nótula diária (ata do conselho neerlandês no Recife) de 11 de abril por Souto Maior. O sujeito "índio" assemelha-se a uma criança ingênua que desconhece as funções de um jogo. Na página seguinte, o autor coloca que os "silvícolas" na "idade da pedra polida" não são violentos ou bárbaros, como são os brancos. Adiante, após expor as Remonstrâncias (ou "memórias") de Paraopeba, aparece a segunda citação. O sujeito é, além de criança ("bravia", "leal", "militarista" etc.), um passivo histórico. Este é o peso do historicismo e da ideologia na *forma de visar* o movimento que arrebata o sentido do original na tradução. Em sua "simpatia", a fim de ver mais que uma "raça passiva", Souto Maior não supera para si o "*Como escrever a história do Brasil*".[101] Sua história, seus dias de glória são ofuscados, pelos "herdeiros" de Jerônimo de Albuquerque — pelos fastos dos *Pernambucanos*. Indicamos aqui, a partir da fonte principal, mas também a partir de outras coevas, que a Assembleia dos Brasilianos é somente um dos movimentos que estas pessoas

mediante a Carta de Liberdade. Ignorou-se também o escrivão Clemente da Silva nesse levantamento.

[101] Ao longo do texto partimos da compreensão que este é um manual do historicismo brasileiro, do qual Souto Maior é subsidiário. Para compreender a fórmula empregada, ver VON MARTIUS, Karl F. *Como se deve escrever a História do Brasil*…, p.381-406, 1845.

deram na concretização dos sonhos na construção de um outro país, uma outra "*etama*".

O "partido dos índios aliados aos holandeses" não existe tal qual vem sendo cristalizado desde Varnhagen.[102] Há *partido* e está organizado e centralizado, com milícia, estrutura organizativa, administrativa e formação política próprias. O documento aqui apresentado expressa uma fotografia, um relâmpago do movimento Brasiliano pela conquista e alargamento de suas liberdades. Seu programa está disperso nas demais fontes feitas por indígenas, como as cartas trocadas entre os comandantes militares, os apelos de Paraopeba aos Estados Gerais e outras. A coleção dos diversos fragmentos do movimento brasiliano podem revelar o núcleo de sua autoconsciência: a liberdade econômica aos povos originários como pedra angular. Da liberdade econômica, conferem lugar especial para a liberdade política e de pensamento. Seu programa político compreende a supressão gradual das diferenciações étnicas, com vistas na autonomia e/ ou independência dos distintos povos a partir do respeito mútuo. Ao estrangeiro europeu, Pedro Potim sintetiza a compreensão que "*o mar domina o Brasil*" (SOUTO MAIOR, 1912b, p.66-67): a sobriedade e o realismo são algo caro na análise de sua situação. Quanto aos pretos sequestrados para o Novo Mundo, é preciso salientar que houve tensões. Foram considerados também como estrangeiros, de modo que o programa da liberdade não deveria, necessariamente, recair sobre estas pessoas. Em 1656, provavelmente desiludido pelo fato de que as Províncias Unidas auxiliariam os Brasilianos, Paraopeba[103] considerou que estes, sobretudo os aquilombados, seriam de grande

[102] DE VARNHAGEN (1871). Já no primeiro capítulo ("*livro*"), o teuto-lusitano remonta à divisão dos partidos indígenas.

[103] A revisão, cotejamento e grafia dos nomes Tupi estão de acordo com NAVARRO (2013). Reconhece-se aqui que há outras tantas grafias ("*Paraupaba*", "*Poty*" etc.) que poderiam facilitar o reconhecimento àquelas/es que estudam ou têm familiaridade com o tema. Optou-se pela grafia "Paraopeba", tanto para conservar o sentido do nome ("*opeba*" e "*upaba*" têm significados distintos) e pela nota que Navarro coloca no verbete "*obeba*" (largura): "*Daí o nome* ***Paraopeba*** *('rio largo'), de um famoso chefe indígena do século XVII, amigo dos holandeses que invadiram a costa nordestina*" (p.355); "*pará*"+"*upaba*" seria algo redundante, como "lagoa-lagoa"; ou expressaria algo diretamente oposto a "rio largo", como "lagoa parada", "lagoa rasa" ou "rio achatado". O mesmo procedimento permitiu identificar que aproximadamente 60% dos homens envolvidos conservam um sobrenome

ajuda na expulsão dos lusitanos. A análise do velho líder (deveria ter 65 anos, pouco mais ou menos) rompe o último limite do programa Pan-Poti: a autonomização e libertação do Brasil da empresa colonial somente poderia ser feita pelas mãos daqueles oprimidos, e não por seus financiadores. Este é o Brasil que (ainda) nunca foi.[104]

REFERÊNCIAS

Fontes

1644, novembro, 24; Amsterdã. Cópia da Carta de Liberdade aos Brasilianos. DNA, NL-HaNA_1.01.02, Inv.nr.5757, II. Doc. 941-943. Disponível em: <https://www.nationaalarchief.nl/onderzoeken/archief/1.01.02/invnr/5757/file/NL-HaNA_1.01.02_5757_0561>. Acesso em 01/10/2024.

1645, abril, 11; Recife. Remonstrância dos Brasilianos e resoluções do Conselho Superior. DNA, NL-HaNA_OWIC, 1.05.01.01, Inv.nr.70, Doc.1208-1222. Disponível em: <https://www.nationaalarchief.nl/onderzoeken/archief/1.05.01.01/invnr/70/file/NL-HaNA_1.05.01.01_70_1208>. Acesso em 01/10/2024.

Tupi consigo. Destes, metade são relativos à fauna local; na outra metade, 80% estão relacionados à flora ou aspectos geológicos e geográficos (a título de exemplo, "Paraopeba" entra nesta última categoria). A maior concentração proporcional de nomes em Tupi está na capitania do Rio Grande, sendo aproximadamente 80% dos citados; Paraíba conta com 70% de sobrenomes conservados e Goiana 50%. As medidas estão aproximadas para facilitar a compreensão do volume; também por não ser o interesse presente o levantamento quantitativo do mesmo. Pela extensão do artigo, evitou-se ainda a correlação destes nomes e sua inscrição na história. Penso, por exemplo, em "Assento de Pássaro", morubixaba que esteve nas campanhas luso-brasileiras de conquista da Paraíba e Rio Grande. Seu sobrenome em Tupi deveria ser algo próximo a *Gûyrá'apykaba*. Na aldeia Maurícia (sul da PB), há um "Fernando Apicaba" (eleito capitão), cujo significado do nome é "assento". A partir de maiores investigações será possível relacionar o movimento das famílias ou seus membros com os movimentos da expansão colonial europeia.

[104] Exemplos da posição de Paraopeba em Hulsman (2006): "*A salvação veio da* ***discórdia e da rebelião dos Brasilianos, Negros e Mulatos*** *que formavam a força e o poder das armas dos Portugueses.* [...] *De modo que agora apareceram o momento e a oportunidade para Vossas Excelências se apoderarem de um dos reinados mais belos e valiosos do mundo com uma força pequena, e ao mesmo tempo para salvarem essa nação tão miserável, mas tão leal, da sua ruína total*". (p.61) e "*Também se mostrou a situação oprimida dos negócios portugueses no Brasil,* ***por causa da defecção dos Negros e Mulatos****, e a oportunidade nascida para Vossas Excelências de recuperar tudo que o Português perjuro lhes tomou*" (p.63). Em de MELLO (1979), há a informação de um plano considerado pelos ministros das Províncias Unidas para se valerem das revoltas internas nas possessões lusitanas (p.86).

1645, abril, 11; Recife. Tratativa da Provisão de Privilégios aos Brasilianos. DNA, NL-HaNA_OWIC, 1.05.01.01, Inv.nr.70, Doc.1223. Disponível em: <https://www.nationaalarchief.nl/onderzoeken/archief/1.05.01.01/invnr/70/file/NL-HaNA_1.05.01.01_70_1223>. Acesso em 01/10/2024.

SOUTO MAIOR, Pedro. *Fastos Pernambucanos*. **RIHGB**. Rio de Janeiro, tomo LXXV (75), n.1, p.259-504, 1912/13.

_____. *Uma assembléa de índios em Pernambuco no anno de 1645: documento inédito*. **RIAGP**. Recife. vol.XV (15), n.79, p.61-77, 1910.

Bibliografia

DE ALMEIDA, Luiz Sávio (et.al.) (Orgs.). **Índios do Nordeste**: temas e problemas, v.2. Maceió: Ed. UFAL, 2ooo.

GAGNEBIN, J. Marie (Org.) **Walter Benjamin**: escritos sobre língua e linguagem. Trad.: Lages; Chaves. 2.ed. São Paul: Ed. 34, 2013.

HEXHAM, Henry. ***Het goot woorden-boeck: gestelt in 't Nederduytsch, em in 't Engelsch….*** *Arnout Leers, Rotterdam*, 1648.

HULSMAN, Lodewijk. Índios do Brasil na República dos Países Baixos: as representações de Antônio Paraupaba para os Estados Gerais em 1654 e 1656. **Revista de História**. São Paulo. V.154, N.1, 2006, p.37-69.

KILIAEN, Cornelli. ***Etymologicum teutonicæ linguæ….*** *Ed. F. Claes s.j. Mouton, Den Haag*, 1972. [1599]

SOUTO MAIOR, Pedro. *A missão de Antônio Paraupaba ante o Governo Hollandez*. **RIHGACE**. Fortaleza, tomo XXVI (26), p.72-82, 1912.

_____. *Dous indios notaveis e parentes proximos. Pedro Poty e Philippe Camarão. Documentos interessantissimos e ineditos*. **RIHGACE**. Fortaleza, tomo XXVI (26), p.61-71, 1912.

MELLO, José Antônio Gonsalves (Org.). **A Rendição dos Holandeses no Recife**; 1654. Recife: IPHAN: MEC, 1979

MEUWESE, Mark. ***Brothers in Arms Partners in Trade****: Dutch-Indigenous Alliances in the Atlantic World, 1595-1674*. Boston: Leiden: Brill, 2012.

_____. ***"For the peace and well-being of the country"****: intercultural mediators and Dutch-Indian relations Innew Netherland and Dutch Brazil, 1600-1664*. Dissertação (*PhD* em História). Indiana: *University of Notre Dame*. 2003.

MIRANDA, Bruno Ferreira; XUCURU-KARIRI, Rafael; COSTA, Suzane Lima. Um escrito inédito do indígena Antônio Paraupaba e o ocaso das relações Potiguara-neerlandesas (1654-1656). **Revista de História**. São Paulo, n.183, p.1-28, 2024.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. **Dicionário de tupi antigo**: a língua indígena clássica do Brasil. 1.ed. São Paulo: Global, 2013.

_____. Transcrições e tradução integral anotada das cartas dos índios Camarões, escritas em 1645 em tupi antigo. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi de Ciências Humanas**. Belém, v.17, n.3, p.01-49, 2022.

SCHALKWIJK, Frans L. Índios evangélicos no Brasil Holandês. In: Boogaart, Ernst van Den; et. al. **Viver e morrer no Brasil Holandês**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Ed. Massangana, p.101-140, 2007.

VAN DEN BEL, Martijn; FRANÇOZO, Mariana. ***The Tapuia of Northeastern Brazil in Dutch Sources*** (1628-1648). Boston: Leiden: Brill, 2023.

DE VARNHAGEN, Francisco A. ***História das lutas com os Hollandezes no Brasil****, desde 1624 a 1654*. Viena: Carlos Finsterbeck, 1871.

VON MARTIUS, Karl F. *Como se deve escrever a História do Brasil*... **RIHGB**. Rio de Janeiro, tomo 6, n.24, p.381-406, jan. 1845.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN

ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

A COLONIZAÇÃO DO VALE DO CURIMATAÚ: o caso das capitanias da Paraíba e do Rio Grande (1659-1721)

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38286

Francisco Irajan Bezerril Júnior[105]

RESUMO:
Este artigo tem como objetivo promover o debate sobre aspectos da ocupação militar do Rio Curimataú entre os anos de 1659 e 1721. Ele é fruto de uma pesquisa que analisou processos políticos, econômicos e administrativos da colonização portuguesa na conformação do território do Curimataú colonial, buscando recompor o contexto histórico da sedimentação da estrutura colonial em torno do rio, a partir da investigação da ação de instituições e grupos sociais. Como principal resultado, apontamos que as concessões de sesmarias que ensejaram o estabelecimento de fazendas de gado e de aldeamentos indígenas tiveram papel decisivo para a posse e o controle português sobre aquele território, após a reconquista luso-brasileira das Capitanias do Norte.
PALAVRAS-CHAVE: Rio Curimataú; Colonização; Capitanias do Norte; História da Guerra; Territorialização.

THE COLONIZATION OF THE CURINATAÚ VALLEY: the case of the captaincies of Paraíba and Rio Grande (1659-1721)

ABSTRACT:
This article aims to promote the debate on aspects of the military occupation of the Curimataú River between 1659 and 1721. It is the result of research that analyzed political, economic and administrative processes of Portuguese colonization in the formation of the territory of colonial Curimataú, seeking to recompose the historical context of the sedimentation of the colonial structure around the river, based on the investigation of the actions of institutions and social groups. As the main result, we point out that the sesmaria concessions that led to the establishment of cattle ranches and indigenous villages played a decisive role in Portuguese

[105] Mestre em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), faz parte do Laboratório de Experimentação em História Social (LEHS) da UFRN e do Núcleo de Estudos Impérios Coloniais (NEIC) da UFRPE. http://lattes.cnpq.br/9070899751809503. franciscoirajanbezerril@gmail.com.

possession and control over that territory, after the Portuguese-Brazilian reconquest of the Northern Captaincies.
KEYWORDS: Curimataú River; Colonization; Northern Captaincies; History of War; Territorialization.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo promover o debate e a reflexão sobre aspectos da ocupação colonial do rio Curimataú entre os anos de 1659 e 1721. Ele é resultado de uma pesquisa de Mestrado que analisou processos políticos, econômicos e administrativos da colonização portuguesa na conformação do território do Curimataú colonial, buscando recompor o contexto histórico da sedimentação da estrutura colonial em torno do rio, a partir da investigação da ação de instituições e grupos sociais. O trabalho se deteve em estudar os agentes da conquista e o processo de distribuição de sesmarias que ocorreu no Curimataú entre os séculos XVII e XVIII.

O período escolhido para o recorte histórico da pesquisa se deu em razão de 1659 ter sido o ano em que se registrou a concessão de uma sesmaria feita pelo governador-geral, Francisco Barreto de Menezes ao capitão Dionísio Vieira de Melo na "Ribeira de Cunhaú", na capitania do Rio Grande – concessão esta que foi a primeira naquele território após a reconquista luso-brasileira das Capitanias do Norte. Em 1721, por sua vez, registrou-se a última concessão de terra do Curimataú na capitania da Paraíba no mandato de Antônio Ferrão Castelo Branco (1720-1721). Novas sesmarias só foram expedidas no Rio Curimataú nove anos depois, durante o governo de Francisco Pedro de Mendonça Gurjão (1728-1734).

Durante o século XVIII, observou-se aumento nos registros de doações de terras do Curimataú a pessoas envolvidas na guerra contra os povos do interior. Assim sendo, diante da disponibilidade de farta documentação, a metodologia

aplicada neste trabalho consistiu no diálogo entre diferentes fontes dos séculos XVII e XVIII e o aporte teórico-metodológico da História Social. Por meio do estudo das cartas de sesmarias, foram identificados elementos textuais e narrativos que denotavam o oferecimento de mercês a colonos envolvidos nos combates aos indígenas do sertão, como patentes, ofícios e concessões de terras na região do Curimataú. Para análise das cartas de sesmarias, que estão disponíveis em arquivos digitais, como a Plataforma SILB[106], foi utilizado o Método de Tabulação, que consistiu na leitura dirigida a partir de categorias de análise pré-determinadas que compreende nome do sesmeiro, data de concessão, local de concessão, extensão da terra e justificativa da concessão (Alveal 2019).

No site do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), foi realizada uma busca tanto por cartas patentes e provisões de soldos dos sesmeiros do Curimataú, como por documentos de cunho religioso referentes às missões e aos aldeamentos indígenas no território do Curimataú. Com isso, buscou-se compreender o impacto da guerra na conformação do Curimataú colonial, relacionando-o à administração militar-político-religiosa da região, após 1654, ano da expulsão dos holandeses. Por meio do cruzamento entre esses documentos históricos e o livro *Nobiliarquia Pernambucana* (1925) de autoria de Antônio José Victoriano Borges da Fonseca, pudemos identificar além de informações sobre as patentes e a prestação de serviços desses indivíduos à Coroa, redes de sociabilidade que ligavam os homens do Curimataú a famílias e grupos das regiões açucareiras. Isso possibilitou analisar as particularidades no que diz respeito às doações de terra e as posições sociais ocupadas por esses sesmeiros.

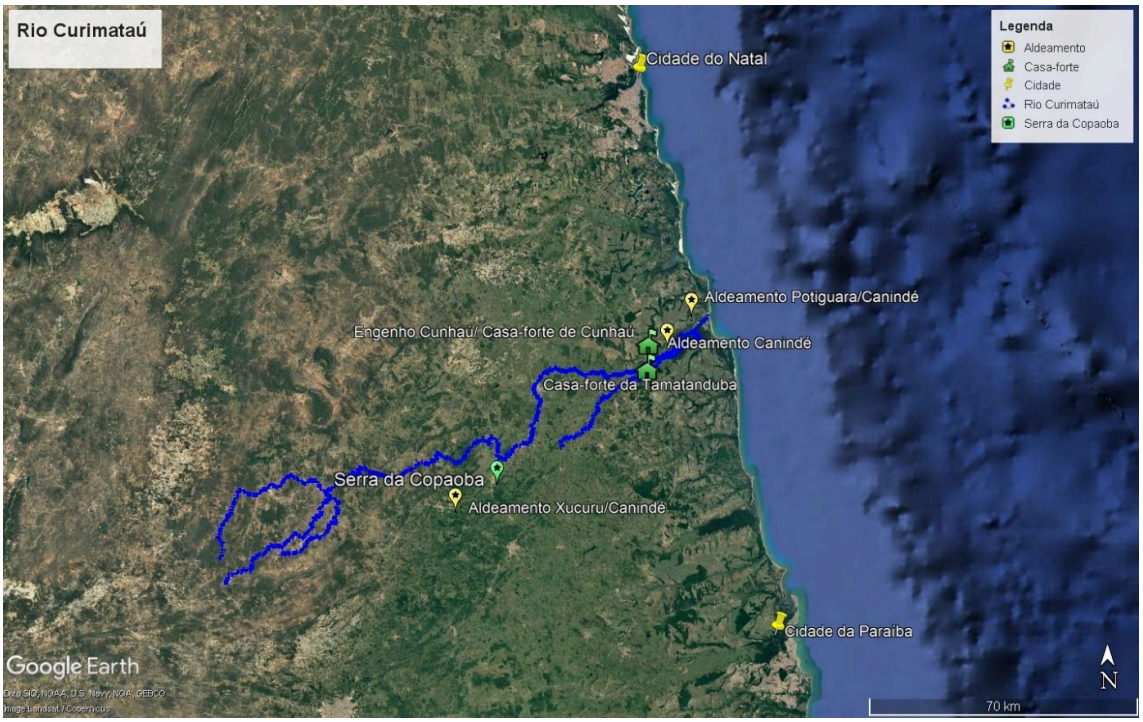
O Rio Curimataú

[106] A Plataforma SILB disponibiliza o acesso às informações de cartas de sesmarias concedidas por governadores e capitães mores na América portuguesa. Ver em: http://www.silb.cchla.ufrn.br.

Os rios, desde antes da chegada dos portugueses, eram utilizados pelas populações indígenas para o consumo de água doce, a prática da agricultura e o deslocamento fluvial. Esses rios foram utilizados pelos conquistadores como guias geográficos para o acesso ao interior das capitanias. Com o início do povoamento português, a colonização ditou seu próprio ritmo de exploração das bacias hidrográficas do Brasil, impactando as relações dos povos indígenas com os rios e a terra, impondo alterações culturais nesse e em outros aspectos (Diegues, 2007).

O Rio Curimataú nasce a partir do encontro dos riachos Santa Rosa, Guandu, Poleiros, Caraibeiras e Salgado, no atual município de Barra de Santa Rosa no estado da Paraíba (Barros, 2020). A área da nascente desta bacia hidrográfica está situada em uma altura de cerca de 457 metros acima do nível do mar (Beltrão et al, 2005). Os limites atuais desse rio são identificados, ao norte, pela bacia do Rio Jacu; ao sul, pelo Rio Guaju; a sudoeste, pela bacia do Rio Paraíba; e a leste, pelo Oceano Atlântico (ANA, 2017). O curso principal do rio adentra o estado do Rio Grande do Norte pelo atual município de Nova Cruz e deságua no Oceano Atlântico através do estuário de Barra de Cunhaú em Canguaretama/RN. O Curimataú encontra-se localizado em uma área de baixos índices pluviométricos e é um rio de regime intermitente, secando completamente na maior parte do seu curso em períodos severos de estiagem.

Figura 01 - Rio Curimataú



Fonte: Mapa elaborado pelo autor, Francisco Irajan Bezerril Júnior, por meio do programa de georreferenciamento Google Earth.

A conquista da parte norte do Rio São Francisco, iniciada no século XVI, foi marcada pela influência política e econômica exercida por grupos de Pernambuco nas capitanias da Paraíba e do Rio Grande (Gonçalves, 2007; Dias, 2017). Nos anos que se seguiram à reconquista luso-brasileira das Capitanias do Norte, em 1654, a Coroa portuguesa seguiu expandido seus domínios nas regiões interioranas das capitanias situadas ao norte de Pernambuco, por meio do desenvolvimento das atividades da pecuária nas ribeiras dos sertões. Esse movimento de expansão mobilizou diversos segmentos da sociedade colonial que enxergaram na ocupação das terras do Rio Curimataú um momento favorável para novos negócios e oportunidades políticas em capitanias mais afastadas do centro açucareiro.

Os rios das capitanias da Paraíba e do Rio Grande foram objetos de pesquisa de historiadores, como Paulo Henrique Marques (2006), Tyego Franklim da Silva

(2015), Patrícia Dias (2015), Yan Bezerra de Morais (2018) e Larissa Lacerda (2021), empenhados em compreender a colonização das Capitanias do Norte a partir do fluxo expansionista da Coroa portuguesa para o interior da colônia.

Homens advindos dos principais núcleos açucareiros empenharam-se na conquista dos sertões, estabelecendo fazendas de gado nas margens dos principais rios e afluentes das terras recém desbravadas que lhes possibilitava o acesso à água potável, alimentação para o gado e desenvolvimento da agricultura. Esse movimento, impulsionado pela reconquista das Capitanias do Norte e pela distribuição de sesmarias, desencadeou diversos conflitos contra os povos indígenas habitantes do interior das capitanias da Bahia, Pernambuco, Itamaracá, Paraíba, Rio Grande, Siará-Grande e Piauí denominados genericamente de "tapuia" pelos colonizadores.

Entre os combatentes que avançavam contra esses povos, uma significativa parte era de militares de ordenanças, soldados do terço dos paulistas e outros indígenas que receberam mercês a título de pagamento pela participação na guerra contra os povos do Semiárido. Alguns desses homens que foram agraciados pelo rei com a concessão de terras em torno de ribeiras haviam participado dos combates contra os neerlandeses (1630-1654).

No século XVII, diversas resistências indígenas retardaram o avanço da conquista e do poder da Coroa portuguesa, que só se avançaram, de fato, para o interior das Capitanias do Norte, após 1654, com a retomada das guerras contra as populações dos quilombos e os grupos indígenas do sertão (Puntoni, 2002). Após 1654, os portugueses realizaram uma maciça investida em direção ao interior do continente, impulsionando diferentes expedições para destruição de quilombos e conquista de terras indígenas. Nesse momento, a intervenção da Coroa em prol dos colonos se aproveita do que é, a seu ver, um excesso populacional das vilas açucareiras, especialmente das tropas militares herdadas da Restauração,

mobilizando-as para os conflitos do interior (Silva, 2010). Os combatentes que compunham essas frentes de guerra eram de variadas origens e serviam no ofício militar nos diferentes quadros da Coroa portuguesa.

Esses militares, por não conseguirem meios necessários de ascensão social em suas capitanias de origem, podiam ter novas oportunidades em capitanias mais distantes (Silva, 2010). Nesse processo, a Coroa portuguesa utilizou do seu sistema de remuneração de serviços, com a distribuição de patentes, ofícios e habilitação política para acesso a cargos no senado da Câmara, como forma de reconhecimento pelos trabalhos prestados por esses indivíduos nos assuntos da expansão da colonização sobre as regiões interiores.

Os diferentes tipos de combatentes das Capitanias do Norte foram aproveitados pela administração portuguesa como mão de obra para o empreendimento da conquista dos sertões das capitanias da Paraíba e do Rio Grande. As tropas de linhas ou regulares, que compreendia o exército profissional português ficavam estacionadas nos núcleos urbanos, enquanto no interior predominavam as ordenanças e posteriormente, as milícias nas vilas do sertão (Miranda, 2006). Durante a expansão da conquista sobre as Capitanias do Norte, os serviços militares foram uma via decisiva para o recebimento de mercês régias e obtenção de hábitos das Ordens Militares.

A ocupação das terras do Rio Curimataú entre os anos de 1659 e 1721

No processo de reocupação do litoral e da integração de novos territórios ao controle da Coroa portuguesa, as sesmarias tiveram um papel importante como ferramenta de conquista. Na territorialização do Curimataú, as concessões de terra constituíram-se em um dos pilares da política de ocupação do sertão por meio da doação de cartas de sesmarias a homens empenhados na conquista, defesa e evangelização do território. A Lei de Sesmarias foi instituída pelo rei D. Fernando I, no ano 1375, e tinha por objetivo combater a crise de abastecimento de víveres pela

qual passava o Reino de Portugal, condicionando o direito à terra ao cultivo dela, segundo Paolo Grossi (2006). Assim como em Portugal, no Brasil, a concessão de sesmarias esteve circunscrita ao trabalho com a terra, entretanto, especificamente no caso das Capitanias do Norte, estava também condicionada à expansão de áreas destinadas à agricultura e à pecuária (Alveal, 2002, p.54).

A concessão de terras em áreas da conquista foi utilizada pela Coroa portuguesa como forma de remunerar os serviços prestados por seus vassalos pelo povoamento e defesa de novas terras. O interesse comum entre a Coroa e seus súditos na concessão de sesmarias estava ligado a necessidade que a Coroa possuía de colonos para povoar e defender o território, ao mesmo tempo que, estes se beneficiavam da mercê para obtenção de terras, remuneração por seus serviços e consequentemente, ascensão social (Krause, 2010). Nas cartas de sesmarias referente ao Rio Curimataú analisadas, percebeu-se que, na maioria dos casos, os requerentes alegaram serviços prestados a Coroa relativos à guerra, ao descobrimento de terras e a catequização das populações.

A maior parte das datas de terra situadas no Curimataú foram concedidas pelos próprios governos locais das capitanias, por meio de seus governadores e capitães-mores. Os dados catalogados pelo trabalho com as 37 sesmarias da região do Curimataú entre os anos de 1659 e 1721 evidenciaram o importante papel que possuíam os chefes dos governos dessas capitanias nos assuntos do povoamento português. Das 37 cartas de sesmarias do Rio Curimataú, 14 foram concedidas na jurisdição da capitania do Rio Grande e 23, na da Paraíba.

O povoamento colonial das capitanias do Rio Grande e da Paraíba por meio da ocupação pecuarista envolveu diferentes grupos e sujeitos, a exemplo dos padres seculares, militares das ordenanças, do terço dos paulistas, oficiais régios e outras pessoas do serviço da Coroa. Das cartas doadas pelos capitães-mores da Paraíba e do Rio Grande no Curimataú entre 1659 e 1721, 31 fizeram referência à exploração

do *gado vacum* e 5 não especificaram suas produções. Apenas uma sesmaria definiu como atividade única o trabalho com o cultivo de roçados que foi a dos indígenas Xucuru da Serra da Boa Vista em 1718 (PB0156). As referências aos produtos produzidos no Curimataú, nas cartas de sesmarias e em outros documentos, variam entre a criação de gados, de cana roçados de tabaco, milho, pesca e produção salineira (Bezerril Jr., 2024).

Dos 62 sesmeiros correspondentes às 37 cartas de Curimataú analisadas, 63% alegaram ter realizado algum tipo de serviço à Coroa portuguesa, fosse lutando na guerra, ocupando postos militares ou nos assuntos da propagação da fé. Os povoadores "brancos" deveriam arcar com o fornecimento de alimentos, gados e farinhas aos soldados que assistiam nos arraiais e casas-fortificadas da capitania do Rio Grande (Maia, 2023, p.135). A prestação de serviços militares e o povoamento com "fazenda própria" foram elementos citados nos processos de concessão de terra em Curimataú. Muitos desses sesmeiros além de prover a defesa dos moradores lusos com seus agregados contribuíram para o custeio de redutos militares e religiosos.

Ao promoverem a conquista, os colonizadores foram introduzindo nesses espaços edificações defensivas como presídios e casas-fortes para proteger as populações e caminhos coloniais. Tavares de Lira (1982), ao discorrer sobre os postos de vigilância construídos durante as guerras contra os indígenas da capitania do Rio Grande, faz referência às casas-fortes situadas próximas às ribeiras dos rios Açu, Siará-Mirim, Pirangi, Seridó, Potengi e do Curimataú, no ano de 1680. Em Curimataú existiam dois redutos defensivos que eram as casas fortes da Tamatanduba e de Cunhaú (Figura 01) e que estavam sob o comando da família Albuquerque Maranhão. As casas eram pontos importantes para manutenção da defesa e do controle da ocupação portuguesa na região sul da capitania do Rio Grande.

Os capitães foi o grupo militar que mais se destacou no recebimento de sesmarias em Curimataú entre 1659 e 1721, seguido dos sargentos-mores, dos coronéis e dos alferes. Nem todas as cartas de sesmarias fazem referência à ocupação ou à patente do sesmeiro, algumas informações só foram possíveis de serem recolhidas por meio do trabalho com outros tipos de fonte como o livro *Nobiliarquia Pernambucana* (1925). No livro supracitado pudemos encontrar além de informações sobre patentes e prestação de serviços dos sesmeiros, dados relativos à origem social, lugar de residência, ocupação e experiência em cargos políticos.

Militares como os coronéis Simão Alves de Vasconcelos e Luís de Souza Furna, além de receberem terras em Curimataú, desempenharam funções nas Câmaras das capitanias onde atuavam. Alguns desses senhores de terras foram sócios na empreitada agropecuarista e receberam juntos cartas de sesmaria, como foi o caso do coronel Manuel Gomes Torres e seu filho, o sargento-mor, Roberto Gomes Torres. Ambos desempenharam funções de almotacé, juiz ordinário e vereador na Câmara da cidade do Natal entre os anos de 1685 e 1731 (Lopes, 2006).

Sesmeiros de Curimataú estavam envolvidos por laços familiares, muitos eram pais, filhos, genros e sogros. O capitão Salvador Quaresma Dourado, detentor do ofício de Provedor da Fazenda Real e dos defuntos e ausentes da Paraíba foi casado com Bárbara da Câmara de Albuquerque Maranhão, filha de Matias de Albuquerque Maranhão, senhor do Engenho Cunhaú. Os Albuquerque Maranhão empenharam-se em diferentes frentes de expansão de seus negócios, por meio da aquisição de terras em parcerias com padres seculares, familiares e outros agregados (Morais, 2022). Essa família envolveu-se em diferentes conflitos com vizinhos das suas terras em Curimataú, entre eles, religiosos regulares, autoridades coloniais e indígenas Canindé do aldeamento da Lagoa de São João em Cunhaú (Lopes, 2003).

Antônio Freire, recebedor de uma sesmaria em Curimataú em 1706 (RN0059), desempenhava desde 1674, a função de registrador de gado no lugar da

Tamatanduba, área da divisa da capitania do Rio Grande com a Paraíba (Lopes, 2006). O registrador do gado, antes de ter sua sesmaria confirmada pelo governo de Fernando de Barros e Vasconcelos (1703-1708), teve sérios desentendimentos com o coronel Afonso de Albuquerque Maranhão que reivindicou as terras ocupadas por Antônio, alegando que elas pertenciam aos descendentes de João de Nobalhas y Urréia e de Joana da Câmara de Albuquerque Maranhão.

Os membros do clero secular formaram outro grupo de expressão no recebimento de terras nas capitanias da Paraíba e do Rio Grande. Os domínios ocupados por eles foram adquiridos por meio de compra ou da participação em expedições de conquista. Outros sacerdotes conseguiram ocupar terras ocupadas por antigos sesmeiros que faleceram nos anos da presença da Companhia das Indias Ocidentais (WIC), como foi o caso do padre Leonardo Tavares de Melo. Esse padre recebeu terras na Ilha de Bom Sucesso onde existia um aldeamento indígena por ele administrado no ano de 1660 (RN0006). Em sua carta de sesmaria, o padre alegou ser morador da capitania desde 1654, onde atendia a demanda religiosa do lugar em um momento que muitos sacerdotes e religiosos se recusaram a morar nela. O padre Manuel de Jesus Borges, foi recebedor de quatro concessões no Curimataú em 1706 (RN0058, RN0059, RN0060,RN0061), uma dessas cartas de sesmaria em parceria com Afonso de Albuquerque Maranhão. Outro sacerdote, o padre Francisco Ferreira da Silva, recebeu duas sesmarias na zona do interior do mesmo rio, em 1690 e 1710 (PB 0364, PB 0090).

O povo Xucuru também recebeu sesmaria no Curimataú como forma de reconhecimento pelos serviços prestados na defesa da capitania da Paraíba no contexto das guerras contra os Canindé. A carta de sesmaria dos "Índios Sucurus", relata que esses indígenas vieram para o norte da Paraíba "defender e reparar os assaltos que davam os tapuias bárbaros levantados" (PB0156). Ainda de acordo com a carta de concessão, os Xucuru se encontravam aldeados, vivendo "debaixo de missão" na Serra da Boa Vista e solicitavam terras no norte da Paraíba, entre os rios

Curimataú e Araçagi, região por onde entravam os grupos indígenas a "fazer danos a capitania". O texto da concessão, evidencia a vida aldeada e a trajetória de combate dos Xucuru para poder diferenciá-los dos demais indígenas "tapuias", o que indica uma tentativa de desvincular desses vassalos guerreiros a condição de bárbaros atribuída aos demais povos de língua jê. A sesmaria concedida aos Xucuru foi peticionada pelo capitão-mor e representante da aldeia, Sebastião da Silva.

Para os conquistadores, a colonização do sertão possibilitou espaços para oportunidades políticas e comerciais por meio da exploração do gado vacum nas ribeiras e brejos das Capitanias do Norte. Esse movimento possibilitou a Coroa além da aquisição de terras, novos espaços de atuação, ao atrair para os territórios interiores das capitanias grupos e indivíduos interessados em frentes alternativas de expansão de seus negócios e na expectativa de remuneração por seus serviços (Bicalho, 2005). Para a região dos sertões dos rios, concorriam os interesses de grupos de Pernambuco e da Paraíba como homens ligados aos negócios do gado, ordens religiosas e grupos indígenas que podiam ser reassentados em novos espaços, anteriormente, habitados por outros povos. Combatendo com curraleiros e paulistas no sertão, ou lutado ao lado deles, os indígenas procuraram exercer sua agência em meio ao contexto da guerra e dos aldeamentos, buscando ressignificar sua atuação e as suas identidades na busca pela sobrevivência. Nas capitanias de Pernambuco, da Paraíba e do Rio Grande no século XVIII, os grupos Janduí, Canindé, Paiaku, Xucuru e Potiguara habitantes dos territórios da ocupação portuguesa foram dispersados compulsoriamente para diferentes regiões das capitanias por meio dos aldeamentos religiosos. (Lopes, 2003; Silva, 2017).

Com as primeiras derrotas no sul do Rio Grande, os indígenas vencidos nas guerras, foram reassentados no espaço do Curimataú pelo processo de aldeamento e de concessões de sesmarias. Os antigos locais de acampamentos e aldeias do sertão, foram doados para ocupação de aldeamentos, de padres seculares e militares. As cartas de sesmaria do padre Manuel de Jesus Borges e do capitão Afonso de

Alburquerque Maranhão datada de 1706 (RN0058) e a do povo Xucuru do ano de 1718 (PB0156), são um exemplo disso. Ambas as sesmarias foram concedidas em lugares referenciados pelos peticionários como estratégicos para resistência realizada por grupos indígenas.

Aldeamentos indígenas foram criados para acolher famílias Potiguara, Janduí, Canindé, Paiaku e Xucuru, oriundas dos espaços de conflito. Os aldeamentos foram responsáveis pela reorganização espacial dos indígenas e buscavam incluir os diferentes povos a sociedade colonial, por meio da conversão religiosa e do gerenciamento da mão de obra dessas populações para atividades agropastoris em engenhos e fazendas da região. Os religiosos de Nossa Senhora do Carmo estiveram envolvidos na administração de dois aldeamentos, um, em Igramació, região litorânea de Curimataú e outro na região do sertão, entre os rios Araçagi e Curimataú, habitado por povos Canindé e Xucuru. Os Jesuítas administravam um aldeamento na Lagoa de São João em Cunhaú habitado por indígenas Canindé (Lopes, 2003). Na região do Curimataú, terras indígenas também podiam estar circunscritas dentro dos limites das terras de um sesmeiro, como foi o caso da sesmaria concedida ao capitão João de Nobalhas y Urréia em 1664 (Alveal et al, 2023). A presença de aldeias encravadas nas terras de uma sesmaria podia contribuir para uma estratégia de subordinação dessas aldeias e, consequentemente, para o controle da mão de obra desses povos, cujas terras ficariam limitadas dentro dos domínios de um terceiro (Monteiro, 1994).

Conclusão

A conquista da região do Rio Curimataú abriu novas possibilidades de prestação de serviços aos grupos militarizados. À medida que a Coroa dispunha de novos territórios, ofícios e cargos, ela podia ampliar o seu campo de atuação na colônia produzindo novas formas de novas formas de organizar e remunerar os seus

vassalos. (Hespanha, 1994). Nesse empreendimento, tanto homens de avultado cabedal, como aqueles considerados pobres produtivos dedicaram-se guerra do interior, empenhando seus cabedais e fazendas para conquista da terra, sendo recompensados de diferentes maneiras com hábitos de Ordens Militares, ofícios e terras de sesmarias. Entre os sesmeiros do Rio Curimataú, destacam-se aqueles que exerceram funções relativas à guerra, a administração e catequização nas Capitanias do Norte. No século XVIII, assim como os militares, os padres seculares e os aldeamentos estiveram presentes no espaço do Rio Curimataú. Nem todos os sesmeiros informaram as funções por eles exercidas no período em que receberam as sesmarias, contudo, observou-se o alto grau de militarização da sociedade colonial no Curimataú.

Em ambos os lados dos conflitos dos séculos XVII e XVIII, os indígenas demonstraram sua habilidade na luta e na maneira de negociar posições mais favoráveis para seus grupos junto aos portugueses e a outros povos indígenas. O posicionamento assumido por esses sujeitos influenciou a maneira de como os portugueses enxergavam o interior, condicionando o processo de concessão de mercês e de terras no sertão.

Os serviços prestados pelos grupos militarizados foram recompensados pela Coroa portuguesa por meio da distribuição de mercês de patentes militares, ofícios e terras. O recebimento dessas mercês possibilitou a ascensão econômica e social necessária para habilitação política desses indivíduos aos postos da câmaras da administração portuguesa. A agropecuária foi a principal atividade agrícola desempenhada pelos sesmeiros do Curimataú que se dedicaram à plantação de canaviais, aos roçados de culturas diversas e, especialmente, produção de gado.

REFERÊNCIAS

Agência Nacional de Águas (Brasil). Reservatórios do Semiárido Brasileiro: Hidrologia, Balanço Hídrico e Operação: Anexo A. Brasília: ANA, 2017.

AHU – Pernambuco. Caixa 6, doc. 478. 13/05/1654.

AHU – Paraíba. Caixa 6, Doc. 508. 25/04/1726.

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. História e Direito: sesmarias e conflito de terras entre índios em freguesias extramuros no Rio de Janeiro (século XVIII). 150f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. Os desafios da governança e as relações de poder na Capitania do Rio Grande na segunda metade do século XVII. In. MACEDO, Hélder Alexandre Medeiros de; SANTOS, Rosenilson da Silva (Orgs.). Capitania do Rio Grande: histórias e colonização na América Portuguesa. João Pessoa: Ideia; Natal: EDUFERN, 2013, p.27-44.

ALVEAL, Carmen Margarida de Oliveira. Uma análise preliminar das sesmarias nas Capitanias do Norte. In. Gian Carlo de Melo Silva. (Org.). **A época moderna e o Brasil colonial**: Conceitos, fontes e pesquisas. 1. ed. Maceió: EDUFAL, v. 1, p. 231-242, 2019.

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira.; DIAS, Thiago Alves. Por uma história das Capitanias do Norte: questões conceituais e historiográficas sobre uma região colonial no Brasil. HISTÓRIA UNICAP, [S. l.], v. 7, n. 13, p. 10–32, 2020.

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira et al. Coleção Sesmarias do Brasil: Capitania do Rio Grande (do Norte) 1600-1831. Porto: Editora Cravo, 2023.

BARROS, Marcos Antonio. Trilhando sobre os percursos históricos da "florescente" Barra de Santa Rosa. Campina Grande: [s.n.]., 2020.

BELTRÃO, Breno Augusto et al. Diagnóstico do Município de Barra de Santa Rosa. Recife:

CPRM/PRODEEM, 2005.

BEZERRIL JÚNIOR, Francisco Irajan. A colonização do Vale do Curimataú : entre sesmarias, casas-fortes e aldeamentos (1659-1721). 214 f. Dissertação (Mestrado em História), – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2024.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Conquista, Mercês e Poder Local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. Almanack Brasiliense, n.2, 2005, p.21-34.

BRITO, Sylvia Brandão Ramalho de. A conquista do Rio Ruim: A Paraíba na Monarquia Hispânica (1570-1630). Tese (Doutorado em História). – Universidade de Salamanca, Salamanca, 2020.

BORGES DA FONSECA, Antônio José Victoriano. Nobiliarquia Pernambucana. – Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. 1925.

DIAS, Patrícia de Oliveira. Onde fica o sertão rompem-se as águas: processo de territorialização da ribeira do Apodi-Mossoró (1676-1725). 2015. 187 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

DIAS, Thiago Alves. Monopólio Indireto: Colonização Mercantil no Norte do Estado do Brasil (c. 1710 - c. 1780).383 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

DIEGUES, Antônio Carlos. Água e cultura nas populações tradicionais Brasileiras. In. I Encontro Internacional: Governança da Água, São Paulo, novembro, 2007, p.1-20.

GONÇALVES, Regina Célia. Guerra e açúcares: política e economia na Capitania da Parayba, 1585-1630.São Paulo: Edusc, 2007.

GROSSI, Paolo. História da Propriedade: e outros ensaios. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

GUEDES, Paulo Henrique Marques de Queiroz. A colonização do sertão da Paraíba: agentes produtores do espaço e contatos interétnicos. 2006. 157 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

HESPANHA, Antônio Manuel. As Vésperas do Leviathan: Instituições e poder político, Portugal – século XVII. Coimbra: Ed. Almedina, 1994.

KRAUSE, Thiago Nascimento. Em busca da honra: a remuneração dos serviços da guerra holandesa e os hábitos das Ordens Militares (Bahia e Pernambuco, 1641-1683) 240 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

LACERDA, Larissa Daniele Monteiro. Um novo território jurisdicional, uma nova dinâmica sociopolítica: o sertão do Piancó e os reflexos políticos da segunda metade do século XVIII no interior da Paraíba. 215 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

LIRA, Augusto Tavares de. História do Rio Grande do Norte. Natal: Fundação José Augusto, 1982.

LOPES, Fátima Martins. Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte. Mossoró: Fundação Vingt-um Rosado; Coleção Mossoroense. Edição Espacial para o Acervo Virtual Oswaldo Lamartine de Faria, 2003.

LOPES, Fátima Martins. Livros de Termos de Vereação do Senado da Câmara de Natal (Século XVII a XIX): catálogo para pesquisa histórica, arquivo e memória. 2006.

MAIA, Lígio. Manuscritos ultramarinos para a história colonial do Rio Grande do Norte. 1. ed. Natal: EDUFRN, 2023.

MELLO, Evaldo Cabral de. Olinda restaurada: Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654. - São Paulo, Editora 34, 2007.

MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. Fortes, paliçadas e redutos enquanto estratégia da política de defesa portuguesa (o caso da Capitania de Pernambuco, 1654-1701). 148 f. Dissertação (Mestrado em História), – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006 .

MORAIS, Yan Bezerra de. "E por ser de conhecida nobreza": elites locais e redes de reciprocidade no Sertão do Piancó, Capitania da Paraíba do Norte, 1711-1772. 185 f. Dissertação (Mestrado em História), – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2018.

MORAIS, Ana Lunara da Silva. Em busca da perpetuação. Reprodução social e poder econômico da nobreza da terra nas Capitanias do Norte, Séculos XVI-XVIII. 533 f. Tese (Doutorado em História), – Universidade de Évora, Évora, 2020.

MORAIS, Ana Lunara da Silva. Acumulação e manutenção patrimonial da família Albuquerque Maranhão na capitania do Rio Grande: engenhos de cana-de-açúcar e sesmarias (do século XVII ao XIX). Fronteiras: Revista de História, Dourados, v. 24, n. 44, p. 80-105. jul/dez, 2022.

Plataforma SILB - Disponível em: < http://www.silb.cchla.ufrn.br>.

PUNTONI, Pedro Luis. A guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Huitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2002.

SILVA, Edson. Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1959-1988. 2.ed. Recife: Editora UFPE, 2017.

SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. "Nas solidões vastas e assustadoras" - os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII.- Recife: Cepe, 2010.

SILVA, Tyego Franklim da. A ribeira da discórdia: terras, homens e relações de poder na territorialização do Assu colonial (1680-1720). 176.p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

O COMÉRCIO DE TERRAS NAS CAPITANIAS DO RIO GRANDE DO NORTE E PARAÍBA (SÉCULO XVIII)

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38383

Giovanna Costa do Amaral e Silva[107]

RESUMO:
Este trabalho objetiva compreender as dinâmicas do comércio de bens de raiz no Rio Grande do Norte e da Paraíba no decorrer do século XVIII. Foram analisadas 149 escrituras de venda e doação de terras nos livros de notas de Natal, Arez, Portalegre, Vila do Príncipe e da Vila de Pombal. Interessa-nos visualizar algumas das características relacionadas ao processo de aquisição de bens via tabelionato, tais como a forma como as terras foram adquiridas originalmente e as dinâmicas de transmissão de patrimônio. Ademais, trabalhar com as duas capitanias proporcionou uma visão mais abrangente do comércio de terras no período, na perspectiva de que as dinâmicas sociais e comerciais transcendiam as fronteiras das capitanias.
PALAVRAS-CHAVE: bens de raiz, mercado de terras, livros de notas.

LAND TRADE IN THE CAPTAINCES OF RIO GRANDE DO NORTE AND PARAÍBA (18TH CENTURY)

ABSTRACT:
This study aims to understand the dynamics of real estate trade in Rio Grande do Norte and Paraíba during the 18th century. A total of 149 deeds of sale and land donations were analyzed from the notarial records of Natal, Arez, Portalegre, Vila do Príncipe, and Vila de Pombal. The focus lies on identifying certain characteristics of the acquisition process through notarial offices, such as the original means of land acquisition, and the dynamics of property transmission. Moreover, examining the two captaincies offered a broader perspective on land trade during the period, considering that social and commercial dynamics transcended the borders of the captaincies.

[107] Graduanda em História (UFRN). Membro do grupo de pesquisa LEHS (Laboratório de Experimentação em História Social. Currículo lattes: http://lattes.cnpq.br/4429147246607347. Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq. Contato: giovanna.amaralcs@gmail.com

KEYWORDS: real estate, land market, notarial records.

Introdução

O século XVIII foi, para as Capitanias do Norte da América portuguesa, um período marcado pelo crescente processo de expansão territorial em direção ao interior. A intensificação da ocupação portuguesa nessas localidades foi impulsionada pela atividade pecuária (Lira, 1982; Cascudo, 1984; Monteiro, 2007), um dos principais pilares da economia rural da Colônia (Linhares, 1995). Vale destacar, entretanto, que essa movimentação correspondia não apenas a uma preocupação econômica, mas a uma determinação política da Coroa portuguesa, no sentido de garantir a ocupação e a defesa do território.

O sistema sesmarial foi a principal política de distribuição de terras aos povoadores, os quais recebiam determinada quantidade de terras "livres", na condição de povoá-las e cultivá-las. Esse sistema, que teve origem em Portugal, ainda no século XIV, tinha como objetivo, à época de sua criação, fomentar a produção de alimentos em um contexto de crise de abastecimento; na Colônia, por sua vez, converteu-se em uma estratégia utilizada pela Coroa a fim de garantir o domínio de suas terras (Porto, 1979; Lima, 1990; Alveal, 2022).

Todo o processo de ocupação territorial e instalação das fazendas de gado foi marcado por conflitos com as populações indígenas que ali viviam. A partir da segunda metade do século XVII, no contexto da expulsão dos holandeses, novas sesmarias foram distribuídas nos sertões, e os enfrentamentos com os povos originários acentuaram-se, culminando nas chamadas Guerras dos Bárbaros, as quais "eram tendencialmente guerras de extermínio, de 'limpeza do território'" (Puntoni, 2002, p. 46). Muirakytan Kennedy de Macêdo, em *Rústicos Cabedais* (2015), observou que foi apenas a partir da década de 1720 que os pedidos de sesmarias intensificaram-se nos sertões, principalmente em razão da diminuição dos conflitos

com os povos indígenas. Segundo Macêdo, foi um período em que "a sociedade se estruturava segundo o modelo colonial, com suas fazendas de criatório, famílias extensas, escravaria e tímidos povoados e vilas, sedes da administração civil e religiosa" (Macêdo, 2015, p. 70).

Faz-se importante compreender, contudo, que a concessão de sesmarias, embora fosse a principal via para a aquisição de terras à época, não era a única. O apossamento, a compra, a doação e a herança são alguns exemplos das variadas formas de obter terras no período. Interessa-nos, sob tal ótica, analisar algumas das principais características referentes ao mercado de terras que se formava na localidade, no contexto da crescente ocupação territorial das capitanias no decorrer do setecentos.

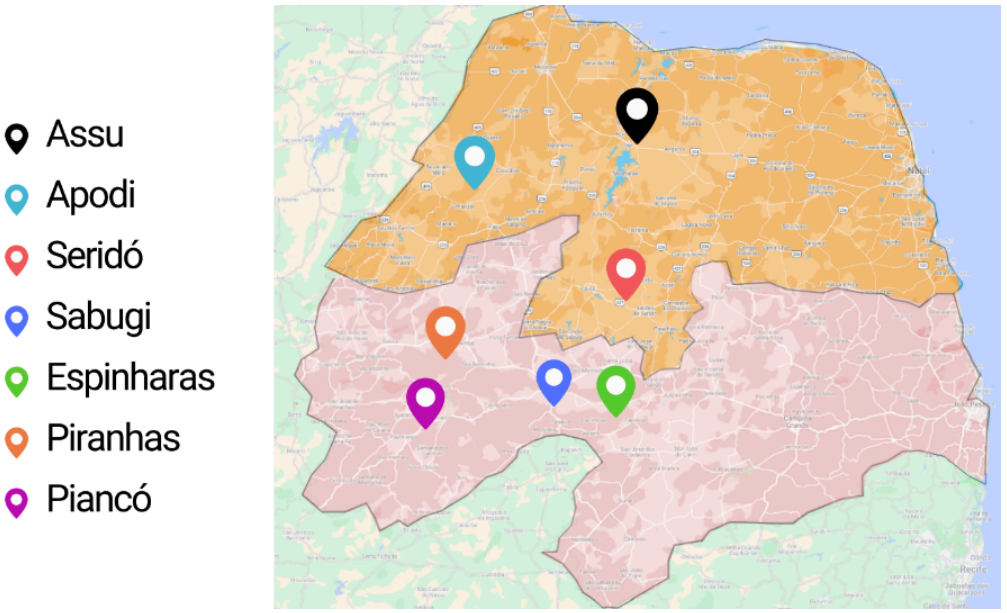
Metodologicamente, para o desenvolvimento da pesquisa, analisamos 116 escrituras de compra e venda e 12 escrituras de doação de bens de raiz encontradas nos livros de notas de Natal, Arez, Portalegre e Vila Nova do Príncipe. Para a capitania da Paraíba, pelo fato de ser uma etapa recente da pesquisa, a quantidade de escrituras levantadas, até o momento, é menor: trabalhamos com 45 escrituras dos livros de notas da Vila Nova de Pombal, sendo 36 de venda e 9 de doação. As escrituras encontradas nos livros de notas tratam-se de documentos públicos, registrados em tabelionato, cujo objetivo principal é a formalização de atos ou de negociações diversas. Para a elaboração delas, apareciam presentes as partes envolvidas no processo, junto ao tabelião. No caso das escrituras de venda e doação, os outorgantes informavam o tipo de patrimônio que estavam transmitindo, a maneira como o haviam adquirido, sua localização aproximada e o preço pelo qual a terra foi avaliada. Em seguida, os vendedores e doadores asseguravam abrir mão de toda a posse e domínio que tinham sobre o bem, e confirmavam a transmissão para a parte adquirente, de modo a oficializar o ato. A análise dessa documentação permitiu perceber aspectos importantes acerca do mercado de bens nessas localidades, como a origem imediata das terras registradas em tabelionato – ou seja,

a maneira como as terras foram adquiridas pela última vez –, e as estratégias jurídicas utilizadas pela população para garantir a manutenção do domínio sobre a terra.

Localização e uso das terras

Em primeiro lugar, faz-se necessário visualizar a localização aproximada das terras transmitidas na documentação analisada. Embora tenhamos trabalhado com livros de notas de localidades específicas, a exemplo da Vila de Pombal e da Vila Nova do Príncipe, não era incomum que as terras estivessem localizadas em outros lugares, diferentes daqueles nos quais as escrituras foram passadas. Após o levantamento e tabulação da documentação, foi possível elaborar o mapa abaixo (Figura 1), cujo objetivo é destacar as principais ribeiras nas quais foram transmitidas terras, à luz dos livros de notas.

Figura 1 - As ribeiras das capitanias do Rio Grande do Norte e Paraíba



Fonte: Elaborado pela autora por meio do *software* Google My Maps.

O mapa foi produzido utilizando-se como base os limites dos atuais estados do Rio Grande do Norte e Paraíba; contudo, vale destacar que, no século XVIII, a ideia de "fronteiras" entre as duas capitanias não estava clara. Segundo Helder Macedo:

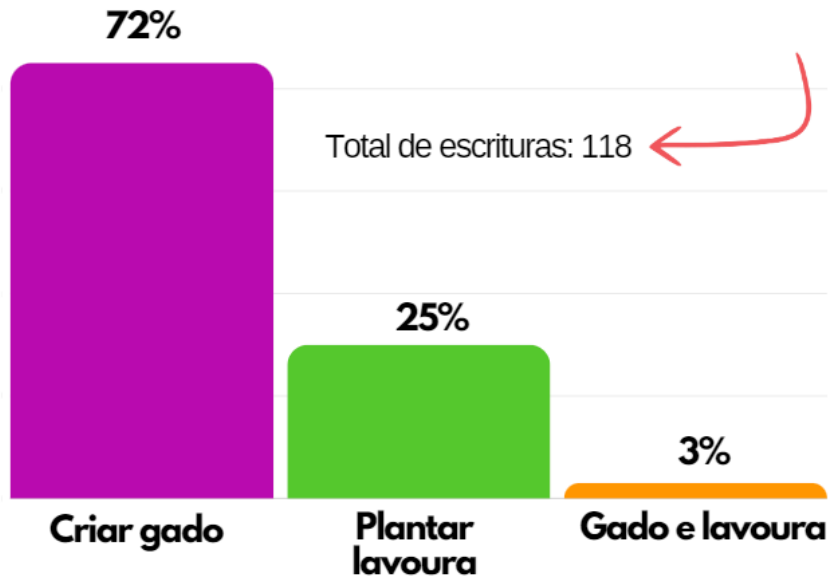
> Penosa é a tarefa de definir, através de palavras, símbolos ou representações cartográficas, os limites que existiam entre as vizinhas Capitanias do Rio Grande e da Paraíba durante o Período Colonial. Mesmo que a divisão procedida durante o reinado de Dom João III tenha retalhado em quadriláteros as possessões da metrópole na América Portuguesa – ou que essa seja a idéia que nos é passada pelo mapa de Luís Teixeira (1574) –, na prática, as linhas de demarcação eram confusas. Esse embaraço, inclusive, refletia-se no momento em que as autoridades coloniais viam-se na obrigação de manifestar preferência pelo sertão da Paraíba ou do Rio Grande – tomando essas duas unidades administrativas como exemplos – no momento de doar as glebas para os que as quisessem nos espaços de fronteira (Macedo, 2007, p. 43-44).

Essa fluidez entre as capitanias também foi perceptível nas escrituras analisadas neste trabalho, e foi uma das razões, inclusive, para adicionar a capitania da Paraíba à análise, na perspectiva de que se limitar ao Rio Grande do Norte implicaria uma visão também limitada acerca das dinâmicas inerentes ao mercado de terras da região, que estava interligado. Destacou-se, principalmente, uma dinâmica comercial entre as ribeiras do Seridó, Espinharas, Sabugi, Piranhas e Piancó. Era comum, por exemplo, que um morador da capitania da Paraíba comercializasse terras em localidades entendidas como parte da capitania do Rio Grande do Norte, de modo que se tornou perceptível a dinamização do mercado de terras. Vale lembrar que grande parte dos outorgantes, na amostra analisada, sequer atuavam por meio da figura de um procurador, sendo eles próprios a comparecer ao escritório do tabelião para consolidar a transmissão do bem.

Levando-se em consideração que a atividade econômica predominante na região era a pecuária, não é de se estranhar que as terras transmitidas estivessem majoritariamente relacionadas à criação de gado. Em 79% das escrituras levantadas para esta pesquisa, o uso aplicado às terras foi informado pelos outorgantes.

Infelizmente, nas escrituras da Vila de Pombal analisadas na amostra, esses dados são escassos. Acreditamos que se tratam de casos de sub-registro por parte de determinados escrivães, que não incluíram as devidas informações no documento. Nesse sentido, os dados aqui levantados referem-se, principalmente, àqueles encontrados nos livros de notas da capitania do Rio Grande do Norte. No Gráfico 1 estão reunidos os principais usos apontados para as referidas terras.

Gráfico 1 - Os usos da terra



Fonte: Livros de Notas de Natal, Arez, Portalegre, disponíveis no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte; Livro de Notas da Vila Nova do Príncipe, 1º Cartório de Caicó. Livros de Notas da Vila Nova de Pombal, Cartório I Ofício João Queiroga.

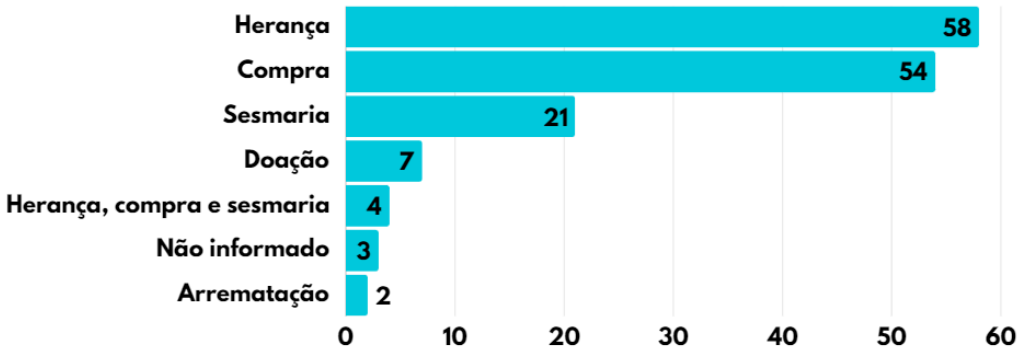
Com base na análise do gráfico, destaca-se a criação de gado em 72% dos casos nos quais a atividade desenvolvida na terra foi informada. Os dados aqui obtidos assemelham-se àqueles identificados por Muirakytan Kennedy de Macêdo (2015), em sua análise sobre as sesmarias da região do Seridó. Assim, é notório que a criação de gado, como principal motivação para a ocupação de um pedaço de terra, aparece predominante também na documentação sesmarial. Para o caso da Paraíba, embora, como referido acima, a amostra aqui estudada não apresente dados expressivos acerca do uso da terra, Yan Bezerra de Morais (2023), em seu trabalho

sobre os sertões do Piranhas e Piancó, pôde observar, do mesmo modo, a alta porcentagem de terras vendidas sob a justificativa da criação de gado naquela localidade.

A origem imediata da terra

Compreender a origem imediata da terra — o modo como foram adquiridas pela última vez — torna possível a identificação de algumas das dinâmicas internas do mercado de terras da região. Yan Bezerra de Morais (2023) apontou que, ao analisar os registros notariais dos primeiros anos do século XVIII, levando em consideração a existência de uma maior disponibilidade de terras livres, foi perceptível o predomínio da concessão de sesmarias como origem imediata das terras vendidas, haja vista que ainda era um momento de ocupação inicial do território, quando os indivíduos fixaram-se nas melhores terras e peticionaram sesmarias; além disso, os dotes eram também predominantes nesse período, em decorrência das alianças familiares que começaram a ser formadas, materializando-se por meio dos dotes. O Gráfico 2, criado com base na amostra de escrituras analisadas neste trabalho, apresenta um cenário diferente: nele, pelo fato de tratar-se de uma documentação referente à segunda metade do século XVIII, observa-se um cenário de ocupação territorial mais avançada. Nesse contexto, no qual a povoação do território adensava-se cada vez mais, em vez do dote e da sesmaria, predominavam a herança e a compra como a origem imediata das terras registradas em tabelionato.

Gráfico 2 - Formas declaradas de aquisição de terras



Fonte: Livros de Notas de Natal, Arez, Portalegre, disponíveis no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte; Livro de Notas da Vila Nova do Príncipe, 1º Cartório de Caicó. Livros de Notas da Vila Nova de Pombal, Cartório I Ofício João Queiroga.

O gráfico acima, que contempla as 149 escrituras analisadas nesta pesquisa, aponta para o predomínio da herança e da compra, com 58 e 54 casos identificados na documentação, respectivamente. Esses dados permitem identificar novas dinâmicas de aquisição e transmissão de terras na localidade: a alteração na origem imediata da terra entre a primeira e a segunda metade do setecentos indica o início da fragmentação do patrimônio construído pelos primeiros colonizadores, os quais tiveram suas terras divididas e distribuídas entre os herdeiros após seu falecimento. Posteriormente, as terras adquiridas por esses herdeiros eram vendidas, de modo que o mercado de bens e o acesso à terra tornavam-se cada vez mais dinâmicos (Morais, 2023, p. 146).

Essas informações, tanto da capitania do Rio Grande do Norte quanto da Paraíba, mostraram-se bastante semelhantes, de modo que todas foram compaginadas no Gráfico 2. Os únicos elementos que aparecem exclusivamente nos livros de notas da Paraíba são as terras obtidas por arrematação em praça pública, identificados duas vezes na documentação dessa capitania, e os casos de terras adquiridas por mais de uma via: em quatro escrituras, os vendedores afirmaram possuir uma grande extensão de terras, e detalharam como cada parte dessa grande propriedade foi obtida: uma parte por compra, uma por sesmaria e outra por

herança. Desse modo, utilizando-se de diferentes mecanismos de obtenção de terras, esses indivíduos puderam constituir um extenso patrimônio.

Outro aspecto interessante é quando a origem da terra não foi informada. Em nossa amostra, dentre as 149 escrituras trabalhadas, apenas três não traziam essa informação. Para esses casos, Quelen Ingrid Lopes apontou que:

> poderíamos admitir que todas as propriedades rurais que não tiveram o meio de obtenção das terras revelado pelos seus vendedores [...] tenham sido originárias de posse/fabricação, visto que isso pode estar implícito na ausência de informação de títulos sesmaria, arrematação ou compra (Lopes, 2015, p. 309).

Ainda de acordo com Lopes, outra possibilidade é que se tratassem de casos de sub-registro por parte dos escrivães, que não incluíram a totalidade das informações no documento. Acreditamos que este último não seja o caso para a documentação dos livros de notas aqui trabalhados, haja vista que os documentos que não informam a origem da terra foram escritos pelos mesmos escrivães daqueles que efetivamente contam com essa informação. Nesse caso, depreende-se que as terras cujas origens não foram informadas tratam-se daquelas obtidas por meio do apossamento. Não podemos afirmar, contudo, que o número reduzido de casos de apossamento aqui identificados indica que essas práticas não eram comuns. É importante ressaltar que as transmissões de terras registradas nos livros de notas referem-se àquelas feitas de maneira oficial, passadas em cartório, de modo que essa documentação constitui apenas uma das faces do mercado de terras. Havia também o mercado "extra-oficial", em que predominavam as vendas feitas em particular, às quais não temos acesso. É possível que, para esses casos, o cenário fosse diferente do apresentado aqui.

Conflitos e estratégias para a manutenção dos bens

Para melhor entender os conflitos que envolviam a posse de terras no período Colonial, é importante relembrar que a noção de "propriedade", naquela sociedade do século XVIII, diferenciava-se da concepção moderna de propriedade,

de caráter pleno e individual, e que começou a tomar forma apenas a partir de meados do século XIX (Varela, 2005; Silva, 2008). No setecentos, embora houvesse diferentes mecanismos para obter terras, ter uma carta de sesmaria configurava um importante mecanismo para garantir a manutenção da posse (Motta, 2009; Alveal, Barbosa, 2015), sobretudo em contextos nos quais o domínio era tido como "duvidoso" ou estava ameaçado. Para este último caso, Alveal e Barbosa (2015) mostraram uma série de casos nos quais os indivíduos, em situações de conflito, peticionaram uma carta de sesmaria, com o objetivo de garantir-lhes uma maior segurança no tocante ao domínio das terras. A busca pelo "justo" título, nesses casos, mostrava-se pertinente, sobretudo quando envolviam negócios com famílias poderosas, que utilizavam da violência para conquistar seus interesses.

Na documentação aqui analisada, identificamos um caso interessante, no qual diferentes meios foram utilizados para tentar assegurar a posse da terra em um contexto de disputa no sertão do Rio do Peixe. Os indivíduos envolvidos na querela eram membros da família Oliveira Ledo, originária da Bahia, mas que tiveram forte atuação na conquista dos sertões da Paraíba ainda no final do século XVII (Ceballos, 2011). Era uma família detentora de grande prestígio e poder, tanto devido à participação na ocupação desse território e na guerra contra os povos indígenas quanto pela quantidade expressiva de sesmarias peticionadas por seus membros. O caso de disputa ao qual fazemos menção foi também analisado por Alveal e Barbosa (2015). No artigo, os autores direcionam a análise para o elemento de violência presente nesse conflito, que envolvia membros da família Oliveira Ledo e Bartolomeu Pereira Dantas. Contudo, interessa-nos aqui observar os mecanismos utilizados por esses indivíduos para reafirmar a posse daquelas terras. A disputa teve início no ano de 1760, quando Bartolomeu Pereira peticionou uma sesmaria nos sertões do Rio do Peixe (Tavares, 1989. p. 281-282), afirmando que já ocupava e era rendeiro daquelas terras há mais de 30 anos, mas que em 1753 havia sido expulso das ditas terras pelo capitão-mor Francisco de Oliveira Ledo. Em 1761, Timóteo

Gonçalves da Silva peticionou uma sesmaria na mesma terra (Tavares, 1989, p. 296), e apontou que ele e sua mulher, Francisca de Oliveira Ledo, a haviam adquirido por compra ao referido capitão-mor, e que desejavam obter a carta de sesmaria para assegurar seu domínio em detrimento da ameaça de Bartolomeu Pereira Dantas. Sobre esse caso, Alveal e Barbosa observaram que:

> Amparado pelo próprio capitão-mor, que lhe havia vendido as terras e que intercedeu junto às autoridades, Timóteo Gonçalves da Silva conseguiu obter seu "justo" título. Mesmo com a escritura de venda em suas mãos, percebe-se a importância que o título de sesmaria representava. Entretanto, Bartolomeu Pereira Dantas, que alegou cultivar a terra há mais tempo, parece ter perdido a causa, talvez pela influência que Francisco de Oliveira Ledo possuía na Paraíba (Alveal; Barbosa, 2015, p. 89).

A análise da documentação dos livros de notas permitiu-nos identificar o resultado final da referida disputa. Como Alveal e Barbosa esboçaram, Bartolomeu Pereira Dantas de fato perdeu a causa: 28 anos depois, em 24 de abril de 1788, foi passada uma escritura de doação de terras no cartório da Vila Nova de Pombal, cujos doadores eram Timóteo Gonçalves da Silva e Dona Francisca de Oliveira Ledo[108]. Na escritura, o casal doava as mesmas terras que havia requerido por sesmaria no sertão do Rio do Peixe, em 1761, a Francisco Pacheco de Lira, por ter se casado com Inês Maria, filha do casal. Esse documento, além de ser uma confirmação de que as terras ficaram sob domínio dos Oliveira Ledo, também revela uma estratégia de preservação do patrimônio dentro da família: o ato de doar terras como dotes, segundo Baíza Faustino Soares (2017), ajudava a determinar o lugar de residência do casal que se formava. Nesse sentido, doar uma terra de sesmaria como dote, levando-se em consideração a obrigação de mantê-la povoada e produtiva, garantia que a posse daquelas terras seria conservada, haja vista que o novo casal

[108] Livro de Notas da Vila Nova de Pombal, 1788. Escritura de doação de um pedaço de terra que fazem o coronel Timóteo Gonçalves da Silva e sua mulher, Francisca de Oliveira Ledo, a seu genro, Francisco Pacheco de Lira. Vila Nova de Pombal, Capitania da Paraíba do Norte, 24 de abril de 1788. (Manuscrito).

passaria a ocupar e cultivar aquelas terras, de modo a fortalecer o direito da família sobre aquele território.

Considerações finais

A realização desta pesquisa permitiu-nos melhor compreender o funcionamento e as dinâmicas que envolviam o mercado de bens de raiz à luz da documentação presente nos livros de notas das capitanias do Rio Grande do Norte e Paraíba. O levantamento de dados permitiu destacar aspectos relacionados ao uso aplicado à terra, e à origem imediata da propriedade, de modo que destacamos o predomínio da terra utilizada para a criação de gado, bem como os altos índices de obtenção de terras por herança e compra. Por fim, analisamos um caso específico de disputa por terras identificado nas escrituras notariais, que possibilitou discutir aspectos relacionados ao direito de posse e ocupação das terras. Tais aspectos possibilitam, nessa perspectiva, a compreensão de algumas dinâmicas que ocorriam no mercado de compra, venda e doação de terras nas referidas capitanias.

REFERÊNCIAS

Fontes manuscritas

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte

Livro de Notas de Natal (1751-1755)

Livro de Notas de Natal (1739-1778)

Livro de Notas da Vila de Portalegre (1769-1772)

Livro de Notas de Goianinha, termo da Vila de Arez (1781-1782)

1º Cartório de Caicó

Livro de Notas da Vila Nova do Príncipe (1792-1799)

1º Cartório Ofício João Queiroga

Livros de Notas da Vila Nova de Pombal, de Nossa Senhora do Bom Sucesso (1788-1793)

Bibliografia

ALVEAL, Carmen. **Senhorios coloniais:** direitos e chicanas forenses na formação da propriedade na América portuguesa. Niterói, RJ: Editora Proprietas, 2022.

ALVEAL, Carmen; BARBOSA, Kleyson Bruno Chaves. A legitimidade da graça: os impactos da tentativa de reforço da política sesmarial sobre as terras da Casa da Torre na capitania da Paraíba (século XVIII). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 78-100, jan./jun. 2015.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte.** 2 ed. Rio de Janeiro: Achiamé; Natal: Fundação José Augusto, 1984.

CEBALLOS, Rodrigo. Veredas sertanejas da Parahiba do Norte: a formação das redes sociais, políticas e econômicas no arraial de Piranhas (século XVIII). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de Históri**a – ANPUH. São Paulo, julho 2011

LINHARES, Maria Yedda Leite. Pecuária, Alimentos e Sistemas Agrários no Brasil (Séculos XVII e XVIII). **Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, Le Portugal et l'Europe Atlantique, le Brésil et l'Amérique Latine. Mélanges offerts à Fréderic Mauro,** Lisboa, Paris, vol. XXXIV, p.8, dez., 1995. Disponível em: https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg2-6.pdf. Acesso em: 02 jul. 2024

LIRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte.** 2 ed. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1982. p. 210-219.

LIMA, Ruy Cirne. **Pequena história territorial do Brasil:** sesmarias e terras devolutas. Secretaria do Estado da Cultura, Coleção Fac Símile, 1990.

LOPES, Quelen Ingrid. **O mercado de bens rurais e urbanos do termo de Mariana:** espaços de produção e hierarquia social, 1711-1780. 2015. 447 f. Tese - (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Juiz de Fora, 2015.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Percepções dos colonos a respeito da natureza no sertão da Capitania do Rio Grande. **Topoi**, v. 8, n. 14, jan.-jun. 2007, pp. 37-76.

MACÊDO, Muirakytan K. de. **Rústicos cabedais:** cotidiano e patrimônio familiar nos sertões da pecuária (Seridó, séc. XVIII). Natal: Flor de Sal; EDUFRN, 2015.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. 3 ed. Natal: Editora da UFRN, 2007.

MORAIS, Yan Bezerra de. **Sertão em movimento:** conexões, circulações e mobilidades nos sertões de Piranhas e Piancó da capitania da Paraíba do Norte, século XVIII. 2023. 388 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, Niterói, 2023.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Direito à terra no Brasil**: a gestação do conflito, 1795-1824. São Paulo: Alameda, 2009.

PUNTONI, Pedro. **Guerra dos bárbaros:** povos indígenas e a colonização do sertão do Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec, 2002.

PORTO, José da Costa. **O sistema sesmarial no Brasil.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979.

SILVA, Lígia Osório. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da lei de 1850. 2 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

SOARES, Baíza Faustino. **Dotadas de bens:** os enlaces matrimoniais no sertão de Piranhas e Piancó (Capitania da Paraíba do Norte, Século XVIII). 2017. 145 f. Dissertação (Pós-Graduação em História). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2017.

TAVARES, João de Lyra. **Apontamentos para a Historia Territorial da Parahyba**. 2. ed. Mossoró: Escola Superior de Agricultura de Mossoro, 1989.

VARELA. Laura Beck. **Das sesmarias à propriedade moderna:** um estudo de história do direito brasileiro. Rio de Janeiro: Ed. Renovar, 2005.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN

ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

A OCUPAÇÃO DO LITORAL E SERTÕES DA CAPITANIA DO RIO GRANDE:
sesmarias, pecuária e impactos ambientais (séc. XVIII)

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38487

Rudyson Darlan Mendes de Oliveira

RESUMO:
Entre 1500 e 1800, o relacionamento entre o homem e a natureza foi redefinido, resultando em uma visão utilitarista do meio ambiente (Keith Thomas, 2010). Jason W. Moore (2022) aponta que a "Natureza Barata" emergiu entre 1450 e 1750, impulsionada pela exploração do Novo Mundo, trazendo transformações ambientais. Warren Dean (1996) destaca que, entre 1700 e 1800, a chegada de 450 mil portugueses ao Brasil intensificou a concessão de sesmarias, com foco na pecuária no Rio Grande do Norte. Essa atividade, embora essencial para o povoamento, é marcada por desmatamento e manipulação ambiental. Usando a plataforma SILB, esta pesquisa busca georreferenciar as sesmarias para entender a ocupação e o impacto ambiental resultantes deste processo de ocupação.
PALAVRAS-CHAVE: sesmarias, impacto ambiental, pecuária, Rio Grande.

OCCUPATION OF THE COAST AND BACKLANDS OF THE CAPTAINSHIP OF RIO GRANDE:
land grants, livestock farming and environmental impacts (18th century)

ABSTRACT:
Between 1500 and 1800, the relationship between humans and nature was redefined, resulting in a utilitarian view of the environment (Keith Thomas, 2010). Jason W. Moore (2022) argues that "Cheap Nature" emerged between 1450 and 1750, driven by the exploitation of the New World, leading to environmental transformations. Warren Dean (2007) highlights that, between 1700 and 1800, the arrival of 450,000 Portuguese settlers in Brazil intensified the granting of land grants (sesmarias), focusing on cattle ranching in Rio Grande do Norte. This activity, while essential for settlement, is marked by deforestation and environmental manipulation. Using the SILB platform, this

research aims to georeference the sesmarias to understand the occupation process and its resulting environmental impact.
KEYWORDS: sesmarias, environmental impact, livestock farming, Rio Grande.

Introdução

A relação entre a humanidade e a natureza é marcada por transformações significativas que moldaram tanto os sistemas sociais quanto os ambientais ao longo da história. Desde os primeiros passos da agricultura e da pecuária no período Neolítico, passando pelas grandes mudanças epocais dos séculos XV a XVIII, observa-se uma crescente intervenção humana nos ecossistemas para atender demandas econômicas e culturais. Nesse contexto, o conceito de "Natureza Barata", formulado por Jason W. Moore (2022), e as reflexões de Keith Thomas (2010) sobre a hierarquia entre homens e natureza oferecem subsídios para compreender o impacto dessas transformações, especialmente em regiões coloniais como o Brasil.

Diante disso, esta pesquisa justifica-se pela relevância de compreender as relações entre homem e natureza no contexto da colonização do Rio Grande do Norte, ressaltando como os processos históricos continuam a influenciar a paisagem e a dinâmica ambiental atual. A análise se apoia na plataforma Sesmarias do Império Luso-Brasileiro (SILB), que fornece dados valiosos para mapear o povoamento e investigar as transformações impostas ao ambiente. Assim, o estudo tem como objetivo geral perceber os impactos ambientais resultantes da ocupação territorial do Rio Grande do Norte no século XVIII, com foco nas sesmarias e na pecuária. Para isso, busca analisar as relações entre homem e natureza no período colonial, evidenciando as dinâmicas de exploração e transformação ambiental, como também examinar o papel das sesmarias na organização territorial da capitania, além dos impactos ambientais da pecuária e mapeamento do processo de povoamento da região, utilizando os dados disponíveis na plataforma SILB para compreender a distribuição espacial das sesmarias e sua conexão com os impactos ambientais.

A apropriação do mundo natural e a Natureza Barata.

Os primeiros sistemas de cultivo, conforme argumenta Mazoyer e Roudart (2010), surgem no período Neolítico. Assim, há cerca de 10 mil anos, surge na história da vida na Terra uma prática nunca antes vista: a agricultura e a pecuária. Estas, que foram introduzidas na natureza pelos humanos, atribui a eles uma característica que os diferencia de todos os outros animais, que é a prática racional de moldar a natureza a seu favor, aos seus interesses. A partir de então, inicia-se um processo de transição que fará das sociedades nômades e caçadoras-coletoras uma minoria, dando lugar às grandes civilizações constituídas a partir do sedentarismo, da fixação a terra e da dependência cultivo dela, além da domesticação dos animais. Ou seja, o homem produz seu próprio alimento.

Na Antiguidade, há um aumento na produção dos alimentos e o trigo é um dos grandes exemplos desta evolução, sendo cultivado em larga escala no delta do Rio Nilo, na China e também na Mesopotâmia, de acordo com Castanho e Teixeira (2017). Já na Idade Média, conforme acrescenta o autor, desenvolve-se novas técnicas de cultivo que marcará uma evolução em relação ao período anterior: sistema bienal e trienal. Jérôme Baschet (2003), nesse sentido, mostra que durante a Baixa Idade Média, entre os séculos XI e XIII, houve progressos agrícolas em razão das novas técnicas de cultivo. Além disso, a população cresce duas ou três vezes em algumas regiões da Europa e a criação de gado duplica. No entanto, nenhuma dessas mudanças é tão impactante quanto a que houve nos séculos posteriores.

Adotando uma temporalidade um pouco posterior a de Baschet, Jason W. Moore (2022), ao explicar o surgimento o conceito de Natureza Barata, mostra que uma mudança epocal nunca antes vista na história aconteceu entre 1450 e 1750. Esta mudança epocal que o autor aborda ocorreu a partir de 1450, se refere às revoluções agrárias inglesas e holandesas, assim como a "descoberta" de Colombo e a conquista das Américas, sendo elas os grandes sinais da mudança. A partir desses

acontecimentos, entre 1450 e 1640, houve uma recriação da visão em relação à terra e o trabalho que possibilitou a ascensão do capitalismo. Surge, assim, a perspectiva da "natureza barata" nos homens da época, que é constituída a partir das grandes transformações do ambiente entre os anos de 1450 e 1750, sendo esta ideia a condição básica para a criação do ambiente capitalista. Nessa perspectiva, Morre (2022) mostra como o conceito da Natureza Barata - entendido como trabalho/energia e utilidade biofísica produzida com força de trabalho mínima e diretamente implicado na produção e troca de mercadorias - foi empregado no decorrer desses 300 anos. A primeira concepção é a de Trabalho Barato, explicada pelo aumento de 1.065% da população escravizada nas Américas entre 1560 e 1710. Além disso, na Europa, de acordo com o autor, os salários caíram até 60% no decorrer do século XVI, como é o caso de Florença.

Ademais, para ilustrar esta mudança epocal, o autor descreve o grande aumento de produção nos mais variados setores. Na imprensa, houve um aumento de 200 vezes entre 1450 e 1500. A tecnologia do moinho impulsionou a produção nas colônias açucareiras. No transporte de mercadorias, houve um aumento 4 vezes, atrelado a um aumento de 3 vezes na construção de navios. No Novo Mundo, o processo de amalgamação com mercúrio impulsionou a produção de prata após 1560. Na Europa, a roda saxônica ajudou a triplicar a produtividade na manufatura têxtil. Nessa perspectiva o autor acrescenta: "o Trabalho Barato e o trabalho produtivo, portanto, precisavam de algo para avançar a lucratividade e acelerar acumulação do capital: energia, comida e matéria-prima Baratas".

São inúmeras as formas como o mundo estava sendo racionalizado para se adequar a crescente acumulação de riqueza no período em questão. Uma delas são as revoluções agrícolas que, a exemplo da Inglaterra, fizeram com que as exportações dos ingleses aumentassem em 511% entre 1700 e 1753. O caso da revolução em mineração e metalurgia também contribuíram para o processo: no Velho Continente atingiu o apogeu em 1470 na europa, enquanto na América, com

a amalgamação com mercúrio, as minas de Potosí se destacam. Elas - que constituíram-se como o principal centro produtor de prata em toda a América durante o período colonial - são, nesse contexto, o grande exemplo da exploração ocorrida a níveis sem precedentes: entre 1575 e 1590, com ajuda das *mitas*, a produção de prata aumentou 600%, o que ajudou a acabar com a crise fiscal da Espanha e fomentou a ascensão do capitalismo holandês. Ademais, tem-se a Grande Caçada, que foi responsável pelo lançamento cada vez maior de frotas cada vez maiores de embarcações de pesca de arenques, bacalhaus e baleias "que devoraram fontes de proteína marítima do Atlântico Norte". Além dessa invasão dos mares, a busca transcontinental por peles na Sibéria e na América do Norte ajudou a expandir o mercado de peles.

Entretanto, talvez a grande mudança no período estudado por Moore (2022) seja a crescente aceleração do desmatamento, que foi praticado em uma escala jamais vista na história da vida na Terra até então. A exemplo, disso tem-se o caso da potassa, usada para branquear tecido, que no final do século XVI necessitava de um desmatamento de 12 mil hectares anualmente para atender as importações inglesas, mas em 1630 a cidade de Danzig precisava desmatar cerca de 135 mil hectares por ano, somente nesta década, para atender a necessidade inglesa. O cercamento de terras e as *plantations* de açúcar nas Américas só piorou a situação. Nesse sentido, o autor declara:

> o Nordeste brasileiro já destronara, de qualquer forma, São Tomé do topo da economia mundial do açúcar em 1570. A explosão no cultivo açucareiro no país levou à primeira grande onda de desmatamento da Mata Atlântica brasileira, que ocorreu em um ritmo sem precedentes. Numa era em que o crescimento da produção agrícola pode tipicamente ser medido em frações de pontos percentuais, a produção brasileira de açúcar cresceu 3% em todos os anos entre 1570 e 1640 … no Nordeste do Brasil, durante o auge do açúcar na década de 1650, doze mil hectares de floresta seriam derrubadas em um único ano (MOORE, 2022, p.138).

A crescente produção entre 1450 e 1750 foi, então, acentuada com a conquista do Novo Mundo. No Brasil, o desmatamento da Mata Atlântica é um

grande exemplo dessa mudança na paisagem. Além de Moore (2022) - que argumenta que a Mata Atlântica brasileira foi desmatada em escala cinco a dez vezes maior do que qualquer coisa vista na Europa Medieval -, Warren Dean (1996) também discute acerca de como essa floresta foi vítima do processo de exploração em larga escala que chegou às terras brasileiras. Sob essa perspectiva, ele mostra como, apenas com as demandas do cultivo de açúcar e de madeira para queima exigiram o desmatamento de cinco mil quilômetros quadrados de floresta até 1650. Esse processo de desflorestação é abordado na obra de Gilberto Freyre (2004, p.69), sendo elucidado no seguinte trecho:

> Sabe-se o que era a mata do Nordeste, antes da monocultura da cana: um arvoredo 'tanto e tamanho e tão basto e de tantas prumagens que não podia homem dar conta'. O canavial desvirginou todo esse mato grosso do modo mais cru: pela queimada. […] Só a cana devia rebentar gorda e triunfante do meio de toda essa ruína de vegetação virgem e de vida nativa esmagada pelo monocultor.

Keith Thomas (2010), ao adotar um temporalidade semelhante (1500 -1800) a empregada nos estudos de Jason Moore, traz um fator de extrema relevância que ajuda a entender essa mudança epocal, ocorrida entre o final do Medievo e início do Antigo Regime, tanto quanto os dados quantificados do processo: a mentalidade. Nessa perspectiva, o intelectual britânico disserta acerca de como, ao longo dos séculos XVI a XVIII, a visão que os seres humanos tinham o direito e a obrigação de dominar e explorar a natureza se consolidou. Conforme ele explica, entre 1500 e 1800, de alguma forma os homens perceberam e classificaram o mundo ao seu redor de maneira diferente, deixando alguns dogmas para trás. Em outras palavras, o relacionamento entre homens e animais foi redefinido. Nesse sentido, o historiador diz: "o predomínio do homem sobre o mundo animal e vegetal foi, e é, afinal de contas, uma precondição básica da história humana".

Para justificar essa dominação apontada pelo historiador inglês, os teólogos e intelectuais recorreram aos filósofos clássicos e à Bíblia. Isso porque, nos escritos antigos de Aristóteles e estóicos, encontrava-se a ideia de que o mundo fora criado

para atender as necessidades humanas. Já na narrativa bíblica de criação do mundo presente em Gênesis, encontrava-se a ideia de que o Senhor presenteou os humanos com o direito de domínio sobre o mundo natural. Essa narrativa, mostra Thomas (2010, p.22), foi apropriada pelos homens para explorar o mundo e está presente no seguinte trecho de Gênesis (IV, 2-3): "temam e tremam em vossa presença todos os animais da terra, todas as aves do céu, e tudo o que tem vida e movimento na terra. Em vossas mãos pus todos os peixes do mar. Sustentai-vos de tudo o que tem vida e movimento," Ou seja, os homens seriam carnívoros e os demais animais poderiam ser abatidos e explorados legitimamente. Ademais, o autor afirma que a função dos animais seria, nesse contexto de dominação, prático, moral ou estético. A criação de gado, por exemplo, tem uma função prática: servir ao homem com sua carne, leite, couro, energia.

Além disso, o intelectual examina as práticas agrícolas e a domesticação de animais e plantas, destacando como essas atividades refletem a crença no direito humano de transformar a natureza para atender às suas necessidades. Nesse sentido, Thomas (2010, p.31) afirma: "a civilização humana é sinônimo de conquista da natureza". Isso porque os humanos sempre dependeram do mundo natural, seja dependência de recursos naturais, de trabalho, de alimento, de vestuário ou transporte. O grande exemplo que o autor trás é a da civilização medieval: não existiria sem o boi e o cavalo.

A ocupação da capitania do Rio Grande e a mudança na paisagem

Caio Prado Júnior (2011), ao discutir o sentido da colonização do Brasil, afirmou que existe uma relação entre o comércio europeu e a colonização nas américas. O Brasil, para o historiador brasileiro, é uma colônia de exploração e, por isso, a essência da formação do Brasil é a de fornecer açúcar, tabaco, ouro, diamante, algodão e café. Isto é, a colonização do Brasil é um capítulo da história da expansão do comércio europeu. Embora seja um equívoco afirmar que as colônias dos

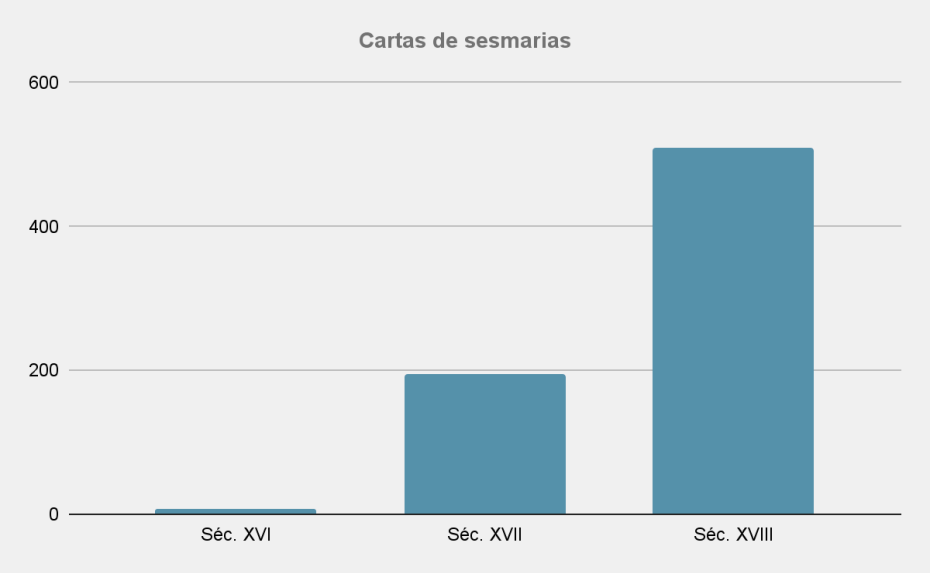
trópicos desenvolveram-se somente sob o objetivo de exploração do homem branco, é também um erro negligenciar a ideia de que o pensamento explorador tenha ditado o sentido da colonização em alguma medida. Em outra palavras, o Brasil e, também, a capitania do Rio Grande, não constituíram-se somente a partir de uma perspectiva predatória e exploratória por parte do homem branco, mas os pensamentos e ações que fomentaram a acumulação de capital no Velho Continente ajudam a elucidar o processo de ocupação e mudança de paisagem no Novo Mundo.

Nesse sentido, a ocupação do território da capitania do Rio Grande no século XVIII não pode ser dissociada das transformações globais que estavam ocorrendo nos três séculos antecessores. Isso porque o conceito de Natureza Barata de Jason Moore (2022) - que surge a partir de uma relação de poder, capital e natureza - e a relação hierárquica entre o homem e o mundo natural apontada por Keith Thomas (2010) são de suma importância para compreender como ocorreu a ocupação do território e a mudança na paisagem potiguar, uma vez ambas ideias contribuíram para a constituição do pensamento e prática colonialista e exploratória na capitania. Portanto, estas obras que discutem a expansão deste processo de apropriação da natureza ajudam a compreender, a partir do estudo da doação de sesmarias e da introdução da pecuária, como ocorreu a ocupação do litoral e sertões da capitania do Rio Grande no século XVIII e seus impactos ambientais.

A chegada em grande número de portugueses ao território tupiniquim ajuda a compreender esse processo ocupação da capitania do Rio Grande. De acordo com Warren Dean (1996), entre 1700 e 1800 chegaram ao Brasil cerca de 450 mil portugueses para povoar e explorar. Esse grande fluxo populacional, conforme afirma o autor, causou mudanças agrárias significativas no território brasileiro: intensificou a doação de sesmarias. A partir da análise de cartas de sesmarias presente na plataforma de Sesmarias do Império Luso-Brasileiro (SILB), é possível observar esse fenômeno de aumento de petição e doação de sesmarias na capitania do Rio Grande: no século XVI, existem o registro de apenas 7 cartas; no século

XVII, há um aumento significativo; no século XVIII, o número de cartas aumenta duas vezes em relação ao século anterior (Figura 1).

Figura 1 - Cartas de sesmarias na capitania do Rio Grande



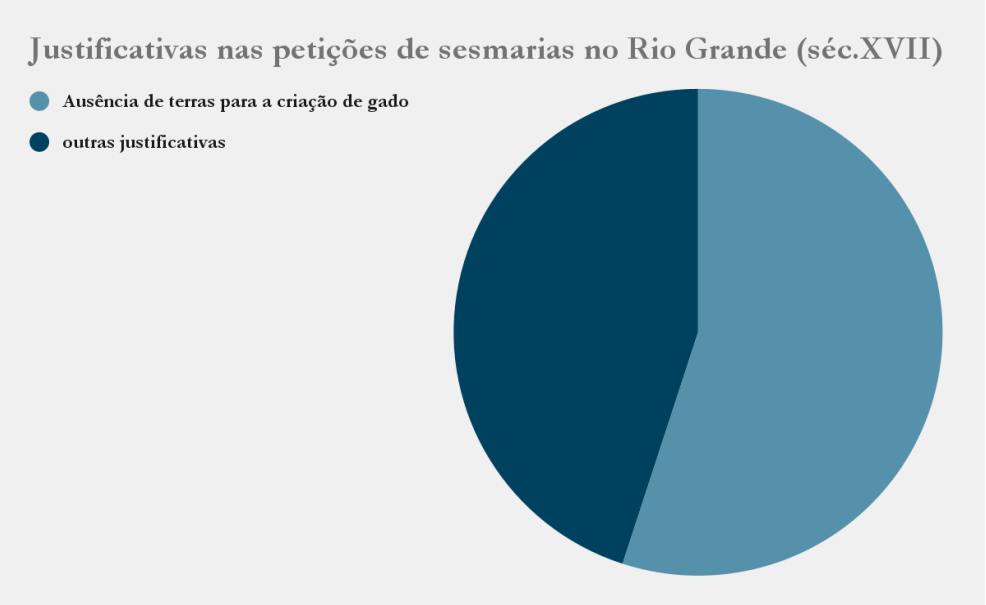
Fonte: Sesmarias do Império Luso-Brasileiro (SILB)

Até 1713, conforme afirma Dean (1996), Pernambuco, Bahia e Sergipe já tinham descoberto ouro. Essas duas primeiras também foram grandes produtoras de açúcar. A capitania do Rio Grande, entretanto, apresentou um destaque marcante em sua economia colonial: ao contrário de outras capitanias, que se destacaram pela produção de açúcar, ouro ou prata, sua atividade econômica principal foi a pecuária. Outras atividades, claro, fomentaram a economia local, como a pesca e a cana de açúcar: a primeira era uma atividade praticada para abastecimento próprio, enquanto a segunda nunca chegou a ser uma atividade primordial para economia, em razão do solo potiguar, sendo utilizada principalmente para a produção de bebidas. A pecuária foi, então, a prática mais importante para a economia da capitania, além de ser muito importante para o processo de ocupação desta. Essa prática de criar animais para obtenção de couro, carne, leite e queijo, foi um fenômeno que ganhou forças no decorrer dos séculos XVII. Parte da crescente nos números de cartas de

sesmaria no decorrer dos setecentos deve-se à expansão da pecuária - atividade que exigia vastas extensões de terra para o pastoreio do gado -, o que fomentou a distribuição de sesmarias como uma estratégia de ocupação territorial. Esse processo foi impulsionado pelo objetivo de consolidar a presença portuguesa no interior do território, além de servir como base econômica e ajudando no avanço das fronteiras agrícolas, ao mesmo tempo em que contribuiu para a exploração intensiva dos recursos naturais e para o desmatamento em larga escala.

As sesmarias, portanto, foram fundamentais para estruturar essa atividade, para garantir aos colonos o acesso às terras, ainda que muitas vezes em detrimento das populações indígenas e dos ecossistemas locais. Nas sesmarias da capitania do Rio Grande, durante o século XVIII, a principal justificativa para obtenção de terras era a ausência de terras para a criação de gado. Ou seja, os indivíduos possuíam uma certa quantidade de gado, mas não tinham terras para os poder criar e, assim, não tinha condições de continuar o processo de exploração e povoamento. Recorriam, então, a Coroa Portuguesa, com objetivos de ganharem terras e as tornarem úteis para a roda da economia. Logo, é possível observar a relação desse fenômeno de concessão de terras e criação por meio das justificativas nas petições e concessões de sesmarias (figura 2).

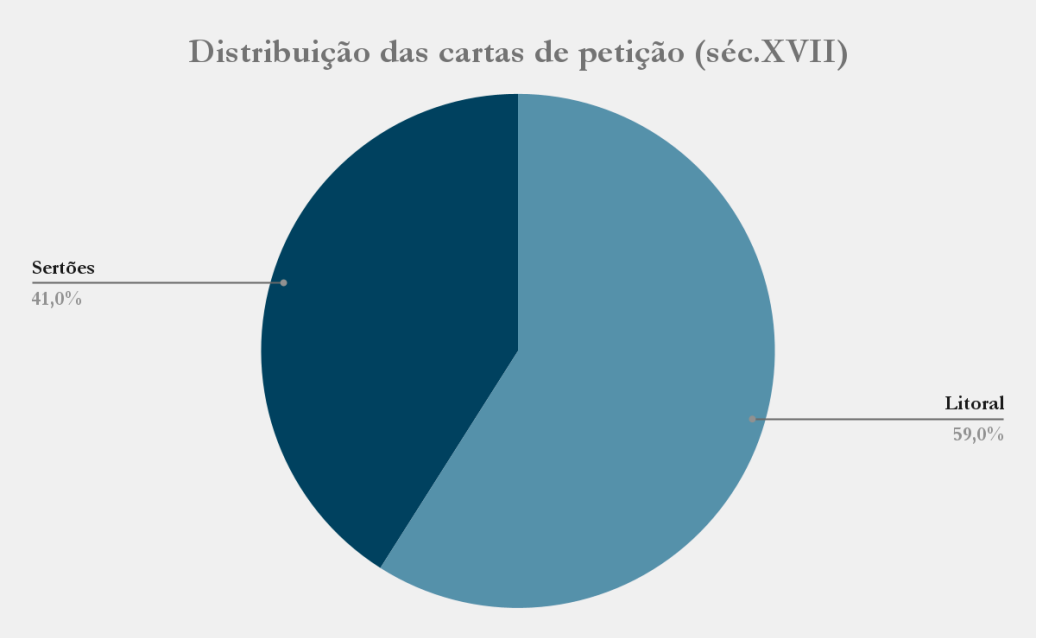
Figura 2 - justificativas nas petições de sesmarias no Rio Grande (séc.XVII)



Fonte: Sesmarias do Império Luso-Brasileiro (SILB)

Esse fenômeno de doação em larga escala na capitania do Rio Grande contribuiu para a ocupação não só do litoral, mas também dos sertões da capitania. Isso porque, ao analisar as cartas de sesmarias da capitania em questão, é possível constatar que houve um aumento também na doação de cartas para além do litoral, algo que não ocorreu de forma relevante em séculos anteriores ao XVIII. Dessa forma, com o gado como caarro chefe para a interiorização do povoamento, ribeiras como a do Apodi, a do Assú, a de Mossoró e a de Paneminha, passaram a ser receber um fluxo maior de pessoas, gados e, consequentemente, sesmarias (Figura 3).

Figura 3 - distribuição das cartas de petição na capitania do Rio Grande (séc.XVII)



Fonte: Sesmarias do Império Luso-Brasileiro (SILB)

Os impactos na paisagem decorrentes deste processo são inúmeros, todavia os principais são: pecuária itinerante, queimadas, desmatamento, redução da biodiversidade e compactação do solo. Warren Dean (1996), nesse sentido, afirma que a pecuária itinerante ocorria em razão da grande doação de sesmarias. Ou seja, um criador de gado, após explorar uma área de terra, fazia um nova petição de sesmaria e, normalmente, ganhava novas léguas para dar continuidade ao processo da pecuária extensiva. Esse processo de itinerância, por sua vez, gerava uma redução na biodiversidade potiguar. Isso porque, ao desmatar e queimar florestas para a formação de campos de pastagem para o gado, os animais e árvores que constituíam uma biodiversidade rica de um determinado local, somem e dão lugar a praticamente dois seres vivos: gado e capim. Por fim, com o grande movimento das boiadas a procura de novos pastos, ocorria a compactação do solo: ao ser pisoteado, o solo compactar-se, o que dificulta a penetração das raízes, reduzindo a absorção de água e nutrientes, além de contribuir para a erosão hídrica - quando o solo não

retém a água. Tais práticas refletem a lógica predatória da economia colonial, focada na exploração intensiva dos recursos naturais, sem considerar os impactos ecológicos e a sustentabilidade a longo prazo.

Considerações Finais

A análise da ocupação do território do Rio Grande do Norte durante o século XVIII revela um complexo processo de exploração e transformação ambiental que se entrelaça com as dinâmicas globais e os conceitos de "Natureza Barata" e a hierarquia entre homem e natureza. Ao abordar a relação entre sesmarias e pecuária, torna-se evidente como as práticas coloniais impactaram profundamente o ecossistema local, sendo acompanhadas de um significativo desmatamento e mudanças no uso da terra. A concessão de terras, impulsionada pela necessidade de ampliar as áreas de pastagem para o gado, tornou-se uma ferramenta essencial para consolidar a presença portuguesa na capitania e expandir a fronteira agrícola para os sertões da capitania.

Ademais, a chegada maciça de colonos portugueses e a intensificação da pecuária foram fatores determinantes para a transformação do território, que, até então, era predominantemente ocupado por vegetação nativa. As petições de sesmarias, em seu maior volume no século XVIII, revelam não apenas a expansão da atividade agropecuária, mas também o crescente impacto ambiental da colonização, caracterizado pela destruição e a alteração das paisagens naturais. Além disso, o uso do conceito de "Natureza Barata", defendido por Moore, ajuda a compreender como as relações de poder e exploração da natureza se alinharam com o objetivo de maximizar a produção e a acumulação de riqueza, com efeitos diretos sobre os ecossistemas locais.

Fica claro, portanto, que a colonização da capitania do Rio Grande no século XVIII não pode ser dissociada dos processos globais que marcaram a expansão do capitalismo e a transformação do meio ambiente. Isso porque a ocupação territorial

e o aumento da pecuária não só estruturaram a economia local, mas também perpetuaram uma relação exploratória com a natureza, cujos impactos permanecem visíveis na paisagem e no uso do solo até os dias atuais. Por isso, compreender esses processos históricos é fundamental para refletir sobre os legados ambientais da colonização e as dinâmicas de exploração que moldaram a região.

REFERENCIAIS

BASCHET, Gérôme. **Uma civilização feudal.** Tradução de Maria da Silva Costa. São Paulo: Editora da Unesp, 2003.

CASTANHO, Roberto Barboza. **A evolução da agricultura no mundo**: da gênese até os dias atuais. Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities Research Medium, Ituiutaba, v. 8, n. 1, p. 136-146, jan./jun. 2017.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. São Paulo: Global, 2004.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea São Paulo: UNESP, 2010.

MOORE, Jason W. O surgimento da Natureza Barata. In: MOORE, Jason W. (org.). **Antropoceno ou Capitaloceno?** Natureza, história e a crise do capitalismo. São Paulo: Elefante, 2022.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 446 p. [Introdução e 1° capítulo: "O sentido da colonização"].

PLATAFORMA SILB. Sesmarias do Império Luso-Brasileiro (séculos XIV - XIX). Disponível em: <http://plataformasilb.cchla.ufrn.br/>. Acesso em: 15 out. 2024.

THOMAS, Keith. O predomínio humano. In: **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ST-17: O USO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, O ENSINO DE HISTÓRIA E OUTRAS ÁREAS DO CONHECIMENTO: ENTRE A SALA DE AULA E OS LUGARES NÃO FORMAIS DE APRENDIZAGEM

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN

ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

SÍTIO DA TRINDADE OU ARRAIAL DO BOM JESUS? MEMÓRIA, MEMÓRIA HISTÓRICA E RESSIGNIFICAÇÃO DO ESPAÇO: uma experiência com os alunos do segundo ano do Ensino Médio na ETE Dom Bosco- Recife-PE

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38563

Autor: José Roberto da Silva Júnior[109]

RESUMO:
O presente trabalho traz um relato de experiência da prática docente na disciplina de Estágio Supervisionado II, desenvolvida na Universidade Federal Rural de Pernambuco(UFRPE), tendo como campo prático a Escola Técnica Estadual Dom Bosco, Recife (PE). A partir do trabalho com a pedagogia de projetos, buscou-se discutir a relação dos alunos com o espaço, a memória e a memória histórica, visto a importância histórica do local que cerca a escola, o Sítio da Trindade, um importante forte de resistência à ocupação holandesa em Pernambuco no século XVII. Enxergamos neste local uma potencialidade de aproximação entre conteúdo e cotidiano dos discentes, podendo, assim, encher de significado o conhecimento histórico, nos aproximando das realidades e vivências de nossos estudantes.
PALAVRAS-CHAVE: memória; memória histórica; ensino; educação; espaço.

SÍTIO DA TRINDADE OR ARRAIAL DO BOM JESUS? MEMORY, HISTORICAL MEMORY AND RESIGNIFICATION OF SPACE: an experience with second-year high school students at ETE Dom Bosco- Recife-PE

ABSTRACT:
This work presents an experience report of teaching practice in the Supervised Internship II discipline, developed at the Federal Rural University of Pernambuco

[109] Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). http://lattes.cnpq.br/6327663624051238.- E-mail:j.robertojr1977@gmail.com/joseroberto.silvajunior@ufrpe.br

(UFRPE), with the Dom Bosco State Technical School, Recife (PE), as its practical field. From the work with project pedagogy, we sought to discuss the students' relationship with space, memory and historical memory, given the historical importance of the place that surrounds the school, Sítio da Trindade, an important stronghold of resistance to the Dutch occupation of Pernambuco in the 17th century. We see in this place a potential for bringing content and students' daily lives closer together, thus being able to fill historical knowledge with meaning, bringing us closer to the realities and experiences of our students.
KEYWORDS: memory; historical memory; teaching; education; space.

Introdução

O presente artigo é resultado da experiência de prática docente na disciplina de Estágio Supervisionado II, na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), tendo como campo prático de estágio a Escola Técnica Estadual (ETE) Dom Bosco, localizada na Zona Norte da cidade do Recife (PE), no bairro de Casa Amarela.

A geografia da escola a coloca em uma localização privilegiada, em frente ao Sítio da Trindade, espaço público muito famoso, principalmente no período junino, onde a prefeitura organiza um mês de festa, atraindo um grande público. Esse mesmo espaço, em tempos mais recuados na história, abrigou importantes eventos. No século XVII serviu de forte militar (Antigo Arraial do Bom Jesus) para resistência lusitana durante a invasão holandesa a Pernambuco. Já na década de 60, foi sede do MCP (Movimento de Cultura Popular), fechado em 1964 com o golpe militar. Em conversas com os estudantes, notamos que este espaço, pela sua proximidade com a escola, está muito presente no cotidiano deles, seja como ponto de encontro pós-aula ou mesmo o lugar para a dita "paquera" (segundo os mesmos).

Diante disso, surgiram as seguintes inquietações: quais memórias os estudantes têm com esse espaço? como eles ocupam e ressignificam o mesmo? É possível a reconstrução de uma memória histórica sobre eventos mais recuados no tempo? Não coincidentemente, um dos assuntos da segunda unidade dos estudantes

no momento de nossa intervenção foi o período de ocupação holandesa em Pernambuco.

Ademais, trabalhamos com a pedagogia de projetos ou ABP (Abordagem Baseada em Projetos). Em primeiro momento, foi feito um trabalho quase etnográfico, para entender a dinâmica da sala e seus interesses. Posteriormente, na segunda etapa: apresentamos o nosso plano de trabalho. Em seguida, organizamos uma aula expositiva, com fontes e documentos, interligando o Sítio da Trindade com o Arraial do Bom Jesus, a partir da dualidade: espaço ocupado pelos alunos, mas também como um local de memória histórica. O apogeu se deu numa aula de campo no próprio Sítio da Trindade, onde exploramos desde as escavações dos resquícios do antigo forte à antiga sede do MCP.

Ao final de nossa intervenção em sala, solicitamos a confecção de um e-book digital, onde os alunos trariam suas memórias com aquele espaço. A partir dos resultados obtidos, consideramos de suma importância o diálogo dos conteúdos mobilizados em sala com as vivências de nossos estudantes, promovendo a memória histórica como caminho à preservação do patrimônio, despertando-os à auto-percepção enquanto sujeitos ativos de seu tempo e produtores do espaço.

Metodologia

O trabalho dentro da escola foi balizado através de uma metodologia ativa. A saber, a metodologia Karen (adaptada) conforme orientação da professora da disciplina de estágio, seguindo as seguintes etapas: passos: 1. Defina o tema do projeto. Os alunos decidem o que desenvolver dentro do tema; 2. Alterne teoria e prática; 3. Crie um ambiente ideal de trabalho; 4. Defina prazo para entrega dos produtos. 5. Defina critérios claros de avaliação[110]. A base de todo nosso trabalho fundamentou-se na pedagogia de projetos, ou ABP (Abordagem Baseada em Projetos, que segundo William Bender: "A ABP é um formato de ensino

[110] Instruções disponibilizadas pela professora em slide e explicadas em sala.

empolgante e inovador, no qual os alunos selecionam muitos aspectos de sua tarefa e são motivados por problemas do mundo real, que podem, e em muitos casos irão, contribuir para sua comunidade". (BENDER, 2014, p. 15).

Fundamentação historiográfica

Quando partimos para a perspectiva histórica, todo cuidado é pouco para não cairmos na forte tradição historiográfica pernambucana que perpetuou-se por muito tempo enxergando a resistência à ocupação holandesa como a gênese do Brasil, partindo de uma narrativa romântica dos eventos (ALBUQUERQUE, 1997, pp.199-217). Por isso, vê-se aí a complexidade e o amplo campo de possibilidades para trabalhar com o assunto. Portanto, problematizações não faltam.

Para dar conta dessas questões, usamos como aporte teórico, a dissertação de mestrado de Sérgio Lima Silva ***Patrimônio cultural, espaço público e os seus modos de usar: o caso do conjunto paisagístico do Sítio da Trindade*** (2020)**.** Este trabalho aborda muito a contraposição do Sítio da Trindade enquanto espaço público ocupado pela população e ao mesmo tempo um local de importância histórica, um patrimônio que deve ser preservado, em risco mediante os ciclos de eventos juninos. Neste sentido, foi de suma importância o trabalho do professor da UFPE e fundador do laboratório arqueológico da mesma instituição, Marcos Albuquerque. Responsável pela primeira escavação no sítio, em 1968, onde encontraram o fosso do antigo forte. Houveram outras duas escavações em 1988 e 2008. Os trabalhos do professor, neste sentido, são de suma importância para nós, havendo vista que fizemos a visita à escavação visível no Sítio.

Fundamentação curricular, didático-pedagógica e jurídica

Conforme o currículo oficial do Estado de Pernambuco, tendo em vista o conteúdo já ministrado pela professora em sala a, Ocupação Holandesa em Pernambuco (1630-1654). Embora não estando no conteúdo para o segundo ano do ensino médio na rede estadual de Pernambuco, passamos brevemente sobre o

Golpe Militar de 1964(temática abordada posteriormente, no terceiro ano), tendo em vista que o referido espaço foi a sede do Movimento de Cultura Popular (MCP). Além do diálogo com uso desse espaço com o tempo presente, principalmente no período junino.

A partir de 2017, com a Lei nº 13415, a educação no Brasil passou por muitas transformações e mudanças, muitas delas não tão positivas. Entre essas novidades temos a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Este documento rege o que deve ser ensinado nas escolas brasileiras, designando as competências e habilidades que devem ser desenvolvidas pelos estudantes em todo território nacional. Apesar de todas as críticas a este documento, na atualidade é ela uma das principais diretrizes que guia os currículos das secretarias de educação em todas as federações do país, seja em seu nível estadual ou municipal. É ela também que legitima e resguarda juridicamente os professores sobre os assuntos ministrados em sala de aula.

Tendo como guia o supracitado documento, seguimos pelo seguinte caminho: competência 2: Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações. (EM13CHS104) Analisar objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço. (EM13CHS206) Analisar a ocupação humana e a produção do espaço em diferentes tempos, aplicando os princípios de localização, distribuição, ordem, extensão, conexão, arranjos, casualidade, entre outros que contribuem para o raciocínio geográfico. Explorando na prática as habilidades (EM13CHS106) Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica, diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais, incluindo as escolares, para se

comunicar, acessar e difundir informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. (BRASIL, 2018).

Fontes históricas trabalhadas

A principal fonte histórica utilizada foi o próprio Sítio da Trindade, localizada em frente à escola. A proximidade com a própria fonte gerou um maior interesse e facilidade para trabalhar com os alunos. Inclusive, é importante notar que no interior do espaço temos uma escavação arqueológica iniciada em 1968, liderada pelo professor Marcos Albuquerque, do departamento de arqueologia da UFPE, como já mencionado acima.

Figura 1 - Detalhe iconográfico dando a ideia de 3D como ainda da ocupação interna do forte. (documento usado em aula)



Fonte: Albuquerque, Nogueira, Lucena, 2010

http://www.fortalezas.ufsc.br/6seminario/index.php

Trabalho e discussões

Ao chegarmos à instituição buscamos fazer uma leitura não apenas endógena da sala de aula, mas exógena, ou seja, analisamos atentamente o espaço que a cerca.

Definitivamente, fez-se impossível ignorar o Sítio da Trindade, local público que fica literalmente em frente à escola. Todavia, salientamos que houveram vários atenuantes que ajudaram no nosso objeto de estudo e, consequentemente, na construção de nossa intervenção pedagógica.

Nosso campo de atuação foi uma turma do segundo ano de ensino médio-técnico do curso técnico em publicidade. Não sabemos se é apropriado falar em coincidência dentro de um trabalho científico, mas cremos que não há outra palavra para designar nossa experiência. Nossas atividades começam no mês de maio, justamente quando está se dando início a segunda unidade. Neste momento, a disciplina de história está centrada na Idade Moderna Europeia e no Período Colonial Brasileiro, onde, posteriormente, adentrou-se no período de Ocupação Holandesa em Pernambuco (1630 a 1654). O Sítio da Trindade, antigo Arraial do Bom Jesus, trata-se de um forte militar de resistência luso-brasileira à invasão flamenga. Mediante essa posição geográfica privilegiada que se encontra a escola, notamos grande potencialidade de uso do referido espaço como ferramenta didática da disciplina de História.

Uma outra coincidência foi a aproximação do período junino, onde o Sítio é usado ao decorrer de quase um mês para as festas características desta época, onde há uma grande circulação de pessoas e o espaço é usado para manifestações da cultura popular. Uma herança do MCP (Movimento de Cultura Popular), na década de 60, uma outra parte muito importante da história deste local.

Todavia, vamos além, percebemos que o espaço está diretamente ligado ao cotidiano dos nossos estudantes, não só enquanto ponto de passagem, mas, também, um local ocupado por estes ao fim das aulas, por exemplo, ou quando largam mais cedo e etc. Um espaço propício às loucuras que nos permite a juventude, mas que a seriedade deste trabalho nos outorga o direito de censurar. Em outras palavras, há uma memória de nossos discentes com esse espaço.

Para isso, nosso trabalho buscou trazer esta reflexão aos nossos alunos sobre o espaço que está sendo ocupado, por meio da contraposição entre História e Memória, trabalhamos com a importância da memória histórica para educação e preservação patrimonial. O Sítio da Trindade é, portanto, o que podemos categorizar como um local de memória, na medida que:

> Os lugares memórias são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. O que secreta veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e renovação. Valorizando, por natureza, mais o novo que o antigo, mais o jovem que o velho, mais o futuro que o passado. (NORA, 1984, pp.12,13)

As informações acima já denotam mais ou menos o caminho que nos levou a trabalhar com tal tema em sala. Todavia, para além de uma série de coincidências, tivemos como preocupação a aproximação do conteúdo ministrado com o cotidiano dos nossos discentes, como bem propõe a ABP. Tendo em vista que em conversa com os mesmos o espaço do Sítio da Trindade está na memória e no cotidiano desses indivíduos. "O aprendizado histórico pode ser posto em andamento, portanto, somente a partir da experiência de ações relevantes do presente". (RÜSEN, 2010, p.44).

Cremos que aproximar os conteúdos ministrados à realidade vivida pelos estudantes torna-se uma importante ferramenta para captação da atenção dos estudantes. Neste sentido, a localização geográfica da escola demonstrou-se como de grande potencialidade para exploração dos assuntos que estavam sendo abordados em sala de aula. Todavia, como pode, questionamo-nos, os estudantes conviver tão próximo de um espaço de tão importância histórica e não ter sequer noção de sua significância? Sérgio Lima Silva, mestre pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, parece nos dar um caminho em sua dissertação:

> Um dos objetivos secundários de nossa pesquisa buscava entender se o público usuário do Sítio da Trindade havia se afastado da memória inicial estabelecida pela produção da memória nacional, ou seja, o espaço onde

> heróis lutaram contra os invasores holandeses. Entendemos que nunca houve esse afastamento, pois apenas podemos nos afastar do que já fomos próximos e, nesse caso, nunca houve essa proximidade entre os grupos sociais que utilizam o espaço e a história objetiva, selecionada conscientemente. (SILVA, 2020, p.111)

O convívio com os alunos em sala de aula evidenciou que a máxima posta em questão pelo autor é verdadeira. Todavia, não podemos nos esquecer que esses indivíduos carregam consigo também memória com este espaço, que embora necessariamente não se ligue com o passado mais recuado, auxilia na ação e relação sujeito-espaço. Vemo-nos diante de uma dupla dimensão: estamos em um espaço público, apropriado e usado por esses indivíduos (e também pelos populares), porém, também um local de memória histórica. Como lidar com essa dualidade? A compreensão da segunda, sem dúvidas, é o caminho para a preservação. É possível a preservação de um local tão assediado pelo público, com ênfase no período junino? Sim, ademais, logrou-se êxito neste trabalho ao aproximar nossos estudantes com a memória histórica em períodos mais recuados de suas temporalidades. Não se trata de, em última instância, um processo de sobreposição ou apagamento de uma sobre a outra, mas antes de tudo, de uma confluência entre esses dois aspectos da memória, entre um passado mais recuado e um presente experienciado.

Etapas e desenvolvimento do projeto

Tabela 1- Atividade desenvolvida pelos estagiários

ATIVIDADE EM SALA	DATA
Reunião com a professora supervisora para planejamento das atividades; Observação da escola	01/05
Observação da sala de aula	06/05
Estudo de Caso; Definição de tema investigado pela turma	13/05

Escrita do projeto	15/05
Apresentação do projeto para a turma	20/05
Acompanhamento de aula sobre a temática Observação de campo (apenas estagiários)	27/05
Detalhamento do projeto	03/06
Aula de campo	10/06
Coleta de material solicitado aos alunos para análise; Auxílio na criação de produto	17/06
Culminância	01/07

Fonte: Autor, 202

Tabela 2- Atividades dos estudantes

AÇÕES EM CASA	**DATA**
Sugestão de exercício de reflexão sobre memórias com o espaço em questão;	20/05
Sugestão de atividade: escrita de uma lauda sobre suas respectivas memórias com o espaço em questão	27/05
Sugestão de início de criação de projeto: roteirização	03/06
Sugestão de criação de produto: protótipos	10/06
Continuidade na criação de produtos definitivos (até data de culminância)	17/06

Fonte: Autor, 2024

Imagem 1- Apresentação do projeto de trabalho à turma



Fonte: Acervo pessoal, 2024

Imagem 2 - Aula de campo no Sítio da Trindade



Fonte: Acervo pessoal, 2024

Imagem 3 - Foto com toda turma após trabalho de campo



Fonte: Acervo pessoal, 2024

Produto final

Após todo o processo, solicitamos aos alunos a produção de um e-book, um pequeno livro de memórias deles com o espaço do Sítio da Trindade. Tendo em vista que o processo de avaliação se deu após nossa aula de campo, esperávamos que eles conseguissem perceber-se como agentes formadores do espaço, mas para além disso, perceber o ambiente que os cercam como importante lugar de memória histórica.

Além do conteúdo, também observamos a forma. Por serem alunos do técnico em publicidade, partiu-se do princípio que eles teriam mais habilidade com as ferramentas tecnológicas, e não deixaram a desejar. A avaliação por meio da produção de um e-book de memória permitiu aflorar o lado criativo dos discentes, o que podemos enquadrar em uma linguagem alternativa de produção e absorção conhecimento histórico pelos alunos, vendo-se enquanto sujeitos ativos e produtores do espaço em seu tempo, mas também como ferramenta interessante para avaliação docente.

Por conta do período de férias da rede estadual, não conseguimos fazer a culminância, a data ficou como prazo final para entrega do trabalho. A professora adotou nosso projeto como parte da nota de segunda unidade.

Destacamos ainda que pretendíamos também solicitar aos discentes gravação de um pequeno *reels* para o instagram por parte dos alunos, fazendo um tour pelo Sítio e abordando esse lado histórico, o que o tempo também não nos permitiu fazer. Abaixo segue a capa do material produzido pelos alunos, assim como dois exemplos de textos contidos no e-book, escrito pelos mesmos[111].

[111] Por uma questão ética e jurídica, tal qual borramos as imagens em que aparecem os estudantes (que são menores de idade) optamos por não identificar os alunos autores dos textos.

Imagem 4 - Produto final: capa do e-book



Fonte: Estudantes do 2ºano A de Publicidade,
ETE Dom Bosco, 2024

Texto I:

MEMÓRIAS QUE NÃO SÃO MINHAS

Admito ter ido poucas vezes ao sítio, se foram 4, até cinco foram muitas, mas todas com certeza não foram sem trazer algum sentimento bom, mas após a aula de história que eu tive no sítio, eu parei pra pensar em muitas coisas, mas especialmente em memórias que não são as minhas, memórias das pessoas que lutaram, e viveram outras coisas também no sítio, seja antigamente, ou num passado mais próximo, com certeza o sítio foi palco de inúmeras coisas, que a gente atualmente possa só imaginar, mas também traz um bom ensinamento a se pensar: tudo é formado pelo nosso ponto de vista, e de verdade, creio que essa sensação de que o mundo está ficando cada vez mais horrível, —apesar de verdade—, não é algo exclusivo da atualidade, poxa!, tem várias pessoas que lutaram para termos o que temos hoje, bem, é uma pensamento muito bom que vim marinando a um tempo

Texto II:

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

POESIA À MEMÓRIA HISTÓRICA [112]

Nós, a mocidade,
vamos ao sítio da trindade para conhecer a história,
do nosso país
do que se é, não pelo o que se diz

Dizem que conhecimento é poder
Mas nem todos o podem ter,
Por isso
Memória histórica se deve haver
Para se compreender quem sou eu,
E quem é você

Considerações finais

O caminho trilhado ao decorrer dessa intervenção em sala mostrou-se frutífero e seus resultados merecem especial atenção. Notamos na Abordagem Baseada em Projetos (ABP) como uma ferramenta de grande potencialidade para o ensino de História na Educação Básica. Isto, sem dúvidas, é um incentivo para aplicabilidade em outros contextos e temáticas. Obviamente, não se busca uma imposição de um modelo pré-estabelecido, pronto e dado de uma prática pedagógica, pois reconhecemos as nuances e limites que são variáveis no tempo-espaço.

Neste sentido, o engajamento dos alunos só foi possível pelo diálogo que a pedagogia de projetos faz com a realidade experienciada por eles. Sendo assim, não

[112] Optou-se por manter a estética(forma) utilizada pelo aluno em sua poesia no e-book, em respeito ao seu processo criativo.

se faz supérfluo enfatizar a necessidade do diálogo conteúdo-cotidiano, de forma que o aprendizado encha-se de sentido para nossos estudantes. Em outras palavras, a construção do conhecimento histórico, neste aspecto, se dá a partir do autorreconhecimento do discente enquanto produtor do espaço, mas para além disso, o presente experienciado é um caminho para a compreensão do outro distanciado pelo passado mais recuado. Assim, perpetua-se a velha máxima da História preconizada pelos Annales, o recuo ao passado é, antes de tudo, uma inquietação do presente.

Ademais, é interessante notar que o conhecimento prévio e a memória dos alunos como espaço não é uma informação descartável, mas foi ela o fio condutor de todo projeto. Não se trata, portanto, de uma sobreposição, mas essas memórias coabitam.

Em última instância, a memória histórica não exclui a memória afetiva do indivíduo com o espaço, mas ramifica sua visão sobre ele. A dualidade já anteriormente explorada brilhantemente por Silva (2020) entre local de Memória Histórica ***versus*** local de apropriação, ocupação e festejo popular parece agora não soar tão dicotômico, de modo que, a compreensão de sua importância seja o caminho para a sua preservação, ou melhor dizendo, uma educação patrimonial, o que não significa o abandono das práticas materiais cotidiana com espaço, mas a continuidade da ocupação do espaço de maneira historicamente consciente. É neste sentido que as aulas de História em diálogo com ABP prestam um excelente serviço.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE , Marcos. **Forte Real do Bom Jesus**: resgate arqueológico de um sítio histórico de J Marcos Albuquerque . Veléda Lucena. - Recife : s.n . 1988 (Recife: CEPE).

ALBUQUERQUE, Marcos. **Fortes de Pernambuco** : imagens do passado e do presente/ Marcos Albuquerque. Lucena, Veléda Lucena. Doris Walmsley. - Recife : Graftorrc, 1999. pp. 44-48.

ALBUQUERQUE, Marcos. **Arraial Novo do Bom Jesus**: consolidando um processo, iniciando um futuro. 10 e::l/Marcos Albuquerque; Veleda Lucena - Recife: Ed. Graftorre Ltde., 1997.

ALBUQUERQUE, Marcos; **LUCENA**, Veleda; **NOGUEIRA**, Rubia. **O Forte Real do Bom Jesus**: um Marco da Resistência à Invasão Holandesa. VI Seminário Regional de Cidades Fortificadas e Primeiro Encontro Técnico de Gestores de Fortificações 31 de março a 02 de abril de 2010; http://www.fortalezas.ufsc.br/6seminario/index.php

BENDER, Willian N. Aprendizagem baseada em projetos: educação diferenciada para o século XXI/William N. Bender; tradução: Fernando de Siqueira Rodrigues; revisão técnica: Maria da Graça Souza Horn. Porto Alegre: Penso, 2014. pp. 15-29

BRASIL, Base Nacional Comum Curricular-2018- https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf- Acesso em 26 set 2024

NORA, Pierre. In: Les lieux de mémoire. I La République, Paris, Gallimard, 1984, pp. XVIII- XLII. Tradução autorizada pelo editor. Editions Gallimard 1984. Proj. História, São Paulo. (10) dez. 1993- tradução: Yara Aun Khoury- **ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA**: a problemática dos lugares:

RÜSEN, Jörn. Aprendizado histórico. In: Jörn Rüsen e o ensino de História. Curitiba: Editora UFPR, 2010. pp. 41-49

SILVA, Sérgio Lima. **Patrimônio cultural, espaço público e os seus modos de usar**: o caso do conjunto paisagístico do Sítio da Trindade / Sérgio Lima Silva. - 2020.

História e Memória. Saulo Goulart. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=lfy55jJhqS8. Acesso em 25 de set 2024

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN

ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

PAISAGEM E PATRIMÔNIO CULTURAL: Oswaldo de Souza, os fluxos de memória e o marco de touros no litoral potiguar na década de 1960

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38526

Gideão Pedro Galvão[113]

RESUMO:
A presente pesquisa está em desenvolvimento no Programa de Pós Graduação em História e Espaços da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), no qual investigo a política patrimonial estabelecida na gestão de Oswaldo de Souza à frente da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Rio Grande do Norte (DPHAN-RN), nos anos 1960. Nesta comunicação, em particular, irei analisar um aspecto dessa política de patrimônio, a partir da atuação de Oswaldo de Souza em relação ao Marco de Touros, que ganhou notoriedade entre as ações promovidas por esse agente. Tombar, proteger e preservar não foi considerado suficiente, optou-se por remover esse monumento colonial para o Forte do Reis Magos, em Natal, para que, pretensamente, recebesse uma preservação eficaz. Essa medida, realizada em 1962, desagradou a população de Touros e causou momentos de conflitos entre os servidores patrimoniais e a população local. Essa tensão somente foi resolvida 9 anos depois, quando da fabricação de uma réplica do monumento para ficar na praia do Marco, em Touros. Isso põe em debate os usos e sentidos da memória para os agentes da DPHAN e para a população que se relaciona com o bem patrimonial. Vamos analisar essa questão a partir dos conceitos de "paisagem e fluxos de memória", propostos por Simon Schama, em *Paisagem e Memória* (1995). Nesse livro, o autor discute a existência de monumentos que possuem uma origem voltada para determinados fins, porém, por sua resistência ao tempo, pelos usos e sentidos atribuídos e, em muitos casos, desconhecimento das representações desses bens materiais, eles ganham projeções diferentes das que inicialmente possuíam. Metodologicamente, analisamos o relatório que Oswaldo de Souza enviou ao DPHAN; e duas entrevistas concedidas por Souza, nas quais o conflituoso caso é abordado: a primeira concedida ao jornal *Poti*, em 01 de setembro

[113] Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História e Espaços da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGH/UFRN). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em História Regional e Saberes Locais (UFCG/CNPq). https://wwws.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu. E-mail: gideaopedro@gmail.com

de 1968; e a outra ao programa da TV Universitária *Memória Viva*, no ano de 1983, posteriormente publicada em livro, no ano de 1998.
PALAVRAS-CHAVE: Oswaldo de Souza; Marco de Touros; Patrimônio; Fluxos de Memória.

LANDSCAPE AND CULTURAL HERITAGE: Oswaldo De Souza, The Flows Of Memory And The Marco De Touros On The Potiguar Coast In The 1960s

ABSTRACT:
This research is being developed in the Postgraduate Program in History and Spaces at the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN), in which I investigate the heritage policy established during the administration of Oswaldo de Souza at the head of the Directorate of National Historical and Artistic Heritage in Rio Grande do Norte (DPHAN-RN), in the 1960s. In this communication, in particular, I will analyze one aspect of this heritage policy, based on the actions of Oswaldo de Souza in relation to Marco de Touros, which gained notoriety among actions promoted by this agent. Listing, protecting and preserving was not considered sufficient, it was decided to remove this colonial monument to the Forte do Reis Magos, in Natal, so that, allegedly, it would receive effective preservation. This measure, carried out in 1962, displeased the population of Touros and caused moments of conflict between property servants and the local population. This tension was only resolved 9 years later, when a replica of the monument was manufactured to be located on Marco beach, in Touros. This brings into debate the uses and meanings of memory for DPHAN agents and for the population that relates to the heritage asset. We will analyze this issue based on the concepts of "landscape and memory flows", proposed by Simon Schama, in Paisagem e Memória (1995). In this book, the author discusses the existence of monuments that have an origin aimed at certain purposes, however, due to their resistance to time, the uses and meanings attributed and, in many cases, lack of knowledge of the representations of these material assets, they gain different projections from those that they initially had. Methodologically, we analyzed the report that Oswaldo de Souza sent to DPHAN; and two interviews given by Souza, in which the conflicting case is discussed: the first given to the newspaper Poti, on September 1, 1968; and the other to the University TV program Memória Viva, in 1983, later published in a book, in 1998.
KEYWORDS: Oswaldo de Souza; Marco de Touros; Heritage; Memory Streams.

Paisagem e patrimônio[114] cultural: Oswaldo de Souza, os fluxos de memória e o marco de touros no litoral potiguar na década de 1960.

A presente pesquisa está em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em História e Espaços da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), no qual investigo a política patrimonial estabelecida na gestão de Oswaldo de Souza à frente da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Rio Grande do Norte (DPHAN-RN), nos anos 1960. Nesta comunicação, em particular, irei analisar um aspecto dessa política de patrimônio, a partir da atuação de Oswaldo de Souza em relação ao Marco de Touros, que ganhou notoriedade entre as ações promovidas por esse agente. Ademais, encontramos no conceito fluxos de memória do autor Simon Schama[115] (1996), um ponto de inquietação consistente para dialogar com um ponto específico de nossa investigação ainda em andamento. Trata-se do ocorrido no processo de tombamento do Marco de Touros/RN e as dificuldades para remover o monumento para o Forte dos Reis Magos durante a gestão de Oswaldo de Souza à frente do DPHAN[116]/RN.

Acreditamos que o conceito do autor citado contribui para análise desse recorte porque sua discussão teórica dialoga com aspectos visíveis na situação que vamos trabalhar. Estão presentes no espaço em análise questões que envolvem crenças religiosas, monumentos que resistem ao tempo e alcançam novos indivíduos que lhes atribuem projeções diferentes da sua origem e se tornam representação diferente da inicial. Simon Schama analisa em *Paisagem e Memória* (1996) ocorrência e situações dessa natureza em lugares diferentes do planeta citando exemplos, isso que

[114] Marcia Chuva e Cecília Londres são autoras que produziram uma historiografia importante sobre o patrimônio no Brasil. Essas produções nos ajudam entender as questões Patrimoniais. As obras das autoras que fizemos leitura estão na parte das referências.
[115] Simon Michael Schama, é um acadêmico e escritor britânico, professor de História e História da Arte na Universidade de Columbia. Entre suas obras mais famosas estão Landscape and Memory, Dead Certainties, Rembrandt's Eyes, além de sua história da Revolução Francesa, Citizens.
[116] O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi oficialmente instituído por lei em 1937, tendo passado por diferentes organizações e denominações até ser transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1970. Entre 1946 e 1969, foi denominado de Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN).

é uma didática peculiar na sua escrita. Portanto, entender o que é fluxos de memória para Simon Schama é uma demanda inicialmente necessária.

Simon Schama e os fluxos de memória

Simon Schama pensa o espaço a partir da categoria paisagem[117], isso torna sua obra uma leitura necessária para os discentes que entram no Programa de Pós-Graduação em História e Espaços da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Todavia, a compreensão do que é paisagem é encontrada no trabalho supracitado do autor Simon Schama. E podemos entender como:

> E, se a visão que uma criança tem da natureza já pode comportar lembranças, mitos e significados complexos, muito mais elaborada é a moldura através da qual nossos olhos adultos comtemplam a paisagem. Pois, conquanto, estejamos habituados a situar a natureza e a percepção humana em dois campos distintos, na verdade elas são inseparáveis. Antes de poder ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas. (Schama, 1996, p. 16-17)

Paisagem é esta resposta complexa, composta por uma mistura de vários sedimentos, envolvendo memória, mito, lenda, crença. Não existe a real preocupação se é verdade ou mentira. A paisagem apenas está para ser compreendida e tornar conhecido que no subsolo das narrativas existem camadas de memórias produzidas ao longo dos tempos e sendo praticadas pelos indivíduos que estão naquele lugar. Essa é causa de estranheza quando ocorre o encontro de pessoas ou grupos que vivem realidades diferentes ou até opostas. Todo um conjunto de paisagens construídas através dos anos por grupos diferentes e olhando o mesmo ponto, o mesmo objeto, o resultado disso é inevitavelmente o confronto de concepções.

Todavia, a paisagem é a ideia macro proposta por Simon Schama. Na sua obra *Paisagem e Memória* (1996), encontramos pontos que compõem ou podem

[117] É importante descrever que a nossa ênfase está no conceito de fluxo de memória e não em paisagem. Porém, para chegar no primeiro é necessário passar pelo segundo. Portanto, fluxo de memória é o conceito teórico mobilizado com destaque nesse texto.

compor essa paisagem e estão divididos em 4 partes denominadas: Mata, água, rocha e mata, água, rocha. A segunda parte (água) é a que nos interessa poque nela o autor discutir o conceito de fluxos de memória. Esse conceito acreditamos que está inserido no recorte de nossa pesquisa por se tratar de objetos que ao longo do tempo vão ganhando novos significados quando são encontrados e também representados pelos sujeitos que o vão vivenciando.

Schama, nesse ponto de sua obra entende a memória como o fluxo de um rio que possui uma nascente e vai percorrendo e podendo chegar ao mar. Por isso, nesse primeiro momento da segunda parte o autor pensa a partir de diferentes rios que são mencionados: Rio Nilo, Sena, Tâmisa, são alguns que estão presentes e são objetos de análise do autor. Entretanto, quando ele inicia a discussão sobre objetos e discorre que estes possuem uma origem que pode ao longo do tempo ganhar novas definições, sendo essas diferentes das inicialmente propostas, é que temos o ganho para nossa investigação. Isso decorre porque sua explicação para a memória desses bens materiais é como o fluxo de memória, semelhante aos fluxos dos rios que vão percorrendo, fazendo curvas e possuindo correntezas. E principalmente, às vezes não conhecemos a origem e o fim desses flumes.

O obelisco foi o objeto de análise que Simon Schama utilizou para discorrer seus argumentos sobre os fluxos de memória, agora, ligados às questões de crença. A abordagem do autor é sofisticada ao buscar não dar respostas fáceis, porém sua intenção é discutir que as camadas de memória oriundas dos fluxos são quase sempre a razão de se entender determinados comportamentos de veneração atribuídos a objetos, como é o caso do nosso recorte da pesquisa. Se ficasse resumido a isso seria normal porque em muitas crenças existem muitos objetos que exercem essa função, porém, Schama está interessado em compreender como um bem material de uma cultura, criado para fins religiosos pode se tornar, com o passar do tempo, objeto de veneração de um outro povo, com outra cultura e

principalmente, construir adaptações como se o tal objeto fosse criação sua. É com essa inquietação que Schama traz a discussão o Obelisco:

> No exato lugar de onde se tirava a água para os batismos [judaico] plantou-se um obelisco de madeira encimado por uma cruz. O que, no entanto, parecia um ritual que proclamava o advento de uma vida nova, na verdade, mantinha fortes ligações com a vida antiga. O obelisco era o tradicional emblema egípcio dos raios solares; e, ao ser encimado por uma cruz, Cristo, como o sol invictus, o vencedor da morte, tornou-se uma divindade estranhamente hibrida: água e luz, velho e novo, egípcio e judeu. (Schama, 1996, p. 269-270)

É possível perceber um ponto de encontro, uma aproximação improvável entre crenças tão diferentes. Com suas propostas religiosas estabelecidas e conhecidas. Porém, o porquê de usar objetos de crendices tão distintas? Qual a justificativa para tão improvável aproximação? O autor responde na referência utilizada, "o que, no entanto, parecia um ritual que proclamava nova vida, na verdade, mantinha fortes ligações com a vida antiga" (Schama, 1996, p. 269). Ou seja, eram os fluxos de memórias sagradas e antigas que chegavam até aqueles dias e promoviam de alguma maneira a sua existência ainda firmes naquele espaço. Eram camadas de memórias que venciam o tempo e mesmo chegando num presente com outras formas de representação, elas se adaptavam e manifestavam sua presença.

O autor continua utilizando o obelisco para discorrer sobre os fluxos sagrados de memória, mas nesse momento no período da renascença italiana:

> No século XVI, apenas um dos treze obeliscos conhecidos ainda se erguia na *spina* da Piazza San Pietro. E, como muitas das antiguidades egípcias que sobreviveram em Roma e em seus arredores, foi batizado, conforme a tradição cristã, com uma mistura de ignorância arqueológica e rica mitologia local. O obelisco do Vaticano, que Calígula retirara do Fórum Juliano, em Alexandria, onde Augusto o erigira, teria testemunhado o martírio de são Pedro. Representava, pois, uma perfeita conexão simbólica entre a antiguidade pagã e a posteridade cristã, entre as duas histórias de Roma. (Schama, 1996, p. 288).

O autor discute sobre o esforço da liderança da Igreja Católica Romana do período renascentista em trazer obeliscos para a Itália. Uma tarefa árdua, porém, repleta de simbologias. Missões detentoras de tempos diferentes e interpretações

diferentes: o obelisco, monumento Egípcio dotado por uma tradição antiga, agora revestido com uma roupagem de um povo com cultura diferente e atribuindo ao mesmo, novas concepções que não correspondem a suas origens. Isso são os fluxos de memória, não em saber simplesmente que o obelisco tem uma origem diferente do que é representado na Renascença Italiana, mas que representa algo intuitivo e que de alguma maneira pode unificar um povo, uma cidade ou mesmo, um pequeno grupo. Como explica Simon Schama, "são as ligações com a vida antiga" (1996 p. 269) que, sem esperar, saltam em nossa realidade diária a partir de alguns bens materiais cuja a origem, na maioria das vezes, é um mistério para nós.

Portanto, compreendendo o conceito teórico de fluxos de memória discutido por Simon Schama, podemos identificar uma curiosa ocorrência desse suporte teórico nas terras do Rio Grande do Norte no trabalho de inventariar o acervo Histórico e Artístico que Oswaldo de Souza realizou. Importante destacar que nossa análise possui um caráter de estudo de caso entre o conceito teórico trazido por Schama e um recorte de nossa investigação na dissertação de mestrado, sendo, dessa maneira, um momento propício a discussões teórico-metodológicas para trazer à reflexão um tema pouco analisado por nossa historiografia potiguar que foi o tombamento do Marco de Touros/RN e todo trabalho que o diretor patrimonial no estado travou para conduzir o Monumento Colonial para o Forte dos Reis Magos em Natal/RN.

Oswaldo de Souza[118] e o marco de touros.

Inicialmente, é necessário saber o que é o Marco de Touros, para então compreender a importância que esse monumento tem para o Rio Grande do Norte. Esse Marco foi constituído de mármore de Lisboa em 1501 pelo Reino de Portugal e foi fincado para demarcar a terra que mais tarde se chamaria Brasil (Souza, 2019).

[118] Oswaldo de Souza nasceu em Natal/RN (1904). Iniciou seus estudos em direito em Pernambuco, porém não finalizou. Concluiu o curso de música no Rio de Janeiro na década de 1930. A parir da década de 1940 iniciou trabalhos patrimoniais por alguns estados do Brasil. Na década de 1960 veio para o Rio Grande do Norte como representante do DPHAN/RN.

É considerado um dos monumentos coloniais mais antigos do país. Portanto, Oswaldo de Souza em seu relatório concorda que esse monumento é um Marco de posse Português colocado no litoral potiguar para deixar ciente aos navegantes daquele período que esse território já possuía "dono", uma metrópole colonizadora.

Ciente dessas informações históricas, em 1962 quando Oswaldo de Souza iniciou o mapeamento dos bens culturais do Rio Grande do Norte, logo buscou localizar o Marco. No seu relatório (2019), Souza descreve as dificuldades que enfrentou para chegar à praia do Cabo de São Roque onde estava o monumento. O autor descreve ainda que foi de veículo até o Município de Touros e lá foi necessário contratar uma pessoa do lugar para ser o guia da equipe. Eles seguiram viagem a pé.

> Ao descermos a última duna, frente a um costão bonito e deserto, divisamos, a pequena distância, uma tasca capelinha. O guia informava termos chegado ao SANTO CRUZEIRO, nome dado, pelo povo, ao monumento quinhentista. Detrás de uma pequena elevação do terreno, aos fundos da ermida, estendia-se um descampado, alagadiço na época chuvosa, permanente foco de esquistossomose. Para o lado poente, avolumavam-se as dunas, numa paisagem saariano, terminando na base dos morros situados a uns cinco quilômetros da praia, em cujo topo estão os arraiais de Morros e Cauã. O forasteiro que passasse por aquelas praias, jamais poderia supor que, no interior daquela rústica ermida, estava o padrão de posse mais antigo em todo o território brasileiro. (SOUZA, 2019, P. 22)

Tombamento e conflito: Oswaldo de Souza e as crendices locais[119]

Superado esse momento de procurar o Marco, Oswaldo de Souza constata tratar-se realmente do monumento de posse imaginado. Ele, na entrevista ao programa Memória Viva [essa entrevista foi convertida em livro em 1998], descreve que o Marco presente no Rio Grande do Norte é idêntico a um presente no museu em São Paulo. Provavelmente, o fato de Souza ter trabalhado alguns anos no Estado paulista na condição de zelador patrimonial e estará presente no serviço de conservação de patrimônios já há quase 20 anos, deram respaldo para que ele tivesse

[119] O que entendemos por saberes locais pensados para essa comunicação, tem por base teórica as argumentações de Clifford Geertz (1997). Sua obra está presenta nas referências desta publicação.

conhecimento prévio e conseguisse reconhecer o Marco sem grandes dificuldades. E mais, não apenas identificar, mas saber das demandas de proteção e preservação que o monumento necessitava. Por isso, na sua conclusão, o tombamento não seria suficiente, mas também a remoção do Marco para a capital potiguar para que ocorresse a preservação e proteção adequada.

E foi por esse motivo que ocorreu grande conflito entre Oswaldo de Souza e sua equipe contra os habitantes locais, pois estes tinham construído toda uma crendice sobre o monumento colonial. Como presente na referência do relatório citado acima, o nome direcionado ao marco era: Santo Cruzeiro. Porém, Oswaldo de Souza iniciou suas conversas com os locais para realizar essa operação, Claudio Galvão (1988) escreve o seguinte:

> Naquelas povoações de terra de beira de praia, em meio a pescadores, homens simples cuja compreensão não podia ser muito aberta para certos assuntos, Oswaldo iniciou conversas nas esquinas, nas calçadas das vendas, na tentativa de preparar o espirito daquela gente para uma decisão difícil de ser acatada: a permissão de levar 'o santo Marco', a coisa mais importante da região, para a capital do estado. A proposta foi trocar o Marco verdadeiro por uma réplica e mais uma imagem de um santo, à escolha do pessoal. (GALVÃO, 1988, p. 75)

Dialogo estabelecido, proposta formada, porém, acordo longe de ser concretizado. E todo um conjunto de ações seria necessário. Nos relatórios (2019), encontramos Souza contornando caminhos para encontrar apoio na execução de seu trabalho. Um desses foi a procura por lideranças católicas na capital potiguar para estabelecer uma conversa junto à população de Morros [arraial onde o Marco se encontrava] para explicar-lhe que o monumento não se tratava de objeto religioso, porém, histórico. Entretanto, prontamente negaram ajudar argumentando que eles veneravam a cruz de cristo presente no Marco de Touros. Isso porque o monumento tem o emblema do império Português e continha a representação da Cruz de Cristo. Portanto, a ajuda da igreja não foi alcançada.

Oswaldo de Souza nutria a ideia de urgência porque a crendice da população estava causando danos ao Marco. Primeiro, quando o encontrou, o monumento

estava coberto por faixas de promessas que eram pagas e coladas; segundo, os citadinos acreditavam na capacidade curativa, dessa maneira, faziam chá com raspas do "santo cruzeiro" para curar os males do corpo (2019). E essas práticas estavam danificando o bem cultural.

A situação se agravou quando:

> Certa feita, houve um zunzum entre os moradores de Morros, e chegamos a ser ameaçados de morte, quando alguém, querendo nos indispor com o povo, fez constar que pretendíamos trazê-lo, à força, para Natal, numa das nossas inspeções ao monumento. Em nossa ausência, o povo confabulou e, de imprevisto, arrancou o Marco de sua tosca capelinha levando-o para Morros, onde foi fincado no meio da única rua do arraial, rodeado, por uma faxina de varas trançadas, em cujo reduto ficou vários meses. Foi uma luta árdua, fazê-lo retornar ao seu abrigo, na solitária praia dos Marcos, sendo preciso recorrermos ao prestígio de um figurão político da região, que aconselhou o povo a repô-lo na sua capelinha. Nessa ocasião, os moradores de Morros e Cauã, na sua descuidosa ignorância, partiram a pedra na parte inferior. Desde então, os devotos, num fanatismo cada vez maior, acreditavam que a PEDRA SANTA, depois de bipartida, ficara com maiores poderes milagreiros, recrudescendo o uso das chávenas com lascas da pedra, para conforto dos sofrimentos e alívio dos males do corpo. (SOUZA, 2019, p. 30-33)

Depois dessa situação, Claudio Galvão (1988) ainda registra outro conflito motivado por um sargento da Marinha que era da cidade, mas trabalhava em São Paulo e estava no Rio Grande do Norte para pagar uma promessa ao "santo cruzeiro". Ele motivou a população a resistir e não deixar que o monumento fosse levado para a capital. De acordo com Galvão (1988), essa ocorrência foi depois de Oswaldo de Souza propor colocar uma réplica do Marco na capelinha e os citadinos terem aceitado e escolhido ainda um santo para também ficar no lugar junto com a réplica. Sendo assim, no dia que Oswaldo de Souza foi buscar o monumento e levar para Natal/RN, foi recebido de maneira hostil e só finalizou o serviço porque estava acompanhado da polícia que por sua vez, estavam armados. Só dessa maneira, conseguiu cumprir sua missão de servidor patrimonial sobre o Marco de Touros.

Essa notícia de que Oswaldo de Souza necessitou de reforço policial também aparece nos arquivos presentes no acervo Noronha Santos/RJ quando registra no

Inventário do Marco de Touros/RN que "Para retirá-lo, sábado utilizamos, o Sr Oswaldo de Souza teve de levar cinco soldados armados de metralhadoras e fuzis" (Inventário do Marco de Touros/RN, p.4). Logo, até o último momento Souza precisou de auxílios para cumprir seus objetivos patrimoniais.

Desde o encontro com o Marco de Touros até leva-lo ao Forte do Reis Magos em Natal/RN, existiu uma passagem de tempo de aproximadamente 12 anos. Durante esse período foram travados inúmeros diálogos e acreditamos que um aprendizado de ambos os lados. O povo local com um entendimento novo, porém, não imediato, sobre seu tradicional pensamento de lançar fé a um bem Material Histórico e Artístico; e por outro lado, Oswaldo de Souza em saber que seu serviço no Estado potiguar demandaria muito jogo de cintura e fortes diálogos. Compreendemos que essa situação foi um grande laboratório para Oswaldo de Souza em vista que outras situações semelhantes aconteceram durante sua gestão, todavia, nenhuma tomou à proporção que existiu em Touros.

Considerações finais

Partindo da discussão trazida por Simon Schama e dos exemplos utilizados para expor as questões sobre os fluxos de memória, é perceptível que isso ocorreu na situação vivenciada por Oswaldo de Souza. Ele não apenas enfrentou as dunas e um sol escaldante para cumprir sua missão, mas também a crendice nutrida por camadas de memória posta uma sobre a outra por longos anos sem, a princípio, receber grande resistência, nem mesmo da igreja católica do Rio Grande do Norte. São situações semelhantes a essas, com objetos que apontavam sua origem para um propósito, porém, estes sobrevivem ao tempo e vão se tornando objetos para outro fim. A Coluna de mármore de Lisboa possuía uma referência a Cruz de Cristo, porém, nos dias de Oswaldo de Souza, ela se tornou mais do que um emblema, transformou-se em motivo de efervescência coletiva para toda uma comunidade que em sua maioria eram pescadores.

A simplicidade do povo local composta por sua maioria de pescadores ajuda a entender a prática dessa forte veneração que o Monumento Colonial adquiriu. Porém, essa resposta que é nos dada no inventário do Marco de Touros, no relatório de Oswaldo de Souza (2019) e na biografia de Claudio Galvão (1988) não trazem a inquietação do Simon Schama ao refletir que existem práticas de crendices semelhantes a uma rocha sedimentar[120]. No caso em destaque, esse recurso teórico-metodológico é bastante elementar e alargador de ideias sobre assunto em discussão.

Ademais, é importante ressaltar que o conceito de fluxo de memória proposto por Simon Schama dialoga com o de espaço mítico do Geografo Chinês Yi-Fu Tuan na obra *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiencia* (1983) quando discorre: "O espaço mítico é também uma resposta do sentimento e da imaginação às necessidades humanas fundamentais" (Tuan, 1983, P. 199). Ambos os autores colocam o sujeito como construtores do espaço, participantes ativos dos processos. Os dois autores também concordam que nessa construção a questão do uso da imaginação e dos sentidos são ferramentas essenciais. Deixando de lado um pouco a concepção empírica como instrumento elementar.

Nesse ponto a pesquisa se enquadra mais com os autores. Os moradores de Morros construíram por longos anos sua concepção emocional-religiosa sobre o Marco de Touros que para eles, era realmente algo sobrenatural. Portanto, no caso analisado podemos discutir o quanto é difícil quando diferentes fluxos de memórias se encontram e tentam estabelecer um contanto. Resolver tal situação exigira muito diálogo. E foi exatamente isso que ocorreu no caso supracitado.

[120] São pedras formadas pela deposição de fragmentos de outras rochas

REFERÊNCIAS

Fontes

AGUIAR, Gualberto. **Osvaldo de Souza: Um menino viu o mundo da arte popular e da música brasileira**. *O POTI***.** Natal/RN. 1968. 01 de setembro de 1968. Quinta página.

Bibliografia

CHUVA, Márcia. Por uma História da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 34 p. 147-165, 2012.

_____. **Os arquitetos da memória:** sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres**.** "Para além da 'pedra e cal': por uma concepção ampla de patrimônio". In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario. (orgs.) **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A: FAPERJ: UNIRIO, 2003, p. 59-79.

_____. **O patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Minc – IPHAN, 2009.

GALVÃO, Claudio Augusto Pinto. **Oswaldo de Souza; o canto do Nordeste.** Rio de Janeiro: FUNARTE, Instituto Nacional de Música, projeto Memória Musical Brasileira, 1988.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa.** Tradução: Vera Mello Joscelyne. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

Memória Viva. Oriano de Almeida e Oswaldo de Souza/ Coordenação Carlos Lyra; entrevistadores: Carlos Lyra, Alvamar Furtado, Vicente Serejo. Natal: EDUFRN, 1998.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Serie inventário. Touros/RN Marco Quinhentista. CX 0559 PT02 E11

SOUZA, Oswaldo Câmara de. **Acervo histórico e artístico do Rio Grande do Norte.** Natal: EDUFRN, 2019.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência.** São Paulo: Difel, 1983.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

O PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL COMO INSTRUMENTO DE APRENDIZAGEM NA PRÁTICA DO TURISMO PEDAGÓGICO NO MUNICÍPIO DE AREIA, PARAÍBA

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38584

Luiz Ricardo Sales[121]

RESUMO:
O turismo pedagógico tem se consolidado como uma prática inovadora ao unir conhecimento acadêmico e experiências culturais, promovendo o aprendizado fora da sala de aula. Essa abordagem permite explorar a história, a cultura e o patrimônio de forma dinâmica, despertando senso crítico e valorização do saber em contextos reais. Este estudo explora as contribuições do turismo pedagógico para o aprendizado e a conscientização sobre a preservação do patrimônio histórico-cultural, tendo o centro urbano da cidade de Areia-PB como foco de investigação. Os resultados ressaltam a importância de expandir essa prática para outras cidades históricas, favorecendo o ensino interdisciplinar, a valorização cultural e o engajamento dos estudantes com o patrimônio histórico e arquitetônico.
PALAVRAS-CHAVE: Educação; Didática; Turismo; Arquitetura.

HISTORICAL-CULTURAL HERITAGE AS A LEARNING INSTRUMENT IN THE PRACTICE OF PEDAGOGICAL TOURISM IN THE MUNICIPALITY OF AREIA, PARAÍBA

ABSTRACT:
Pedagogical tourism has established itself as an innovative practice that brings together academic knowledge and cultural experiences, promoting learning outside the classroom. This approach makes it possible to explore history, culture and heritage in a dynamic way, awakening a critical sense and valuing knowledge in real contexts. This study explores the contributions of educational tourism to learning

[121] Doutorando em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestre em Engenharia Agrícola na Universidade Federal de Campina Grande. Bacharel em Design pela mesma instituição. Link do Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/4798108149849750, ORCID: https://orcid.org/0000-0001-8865-2078, e E-mail: salespesquisa@gmail.com. Membro do grupo de pesquisa Morfologia e Usos da Arquitetura - MUsA/UFRN.

and raising awareness about the preservation of historical and cultural heritage, with the urban center of the city of Areia-PB as the focus of investigation. The results highlight the importance of expanding this practice to other historic cities, favoring interdisciplinary teaching, cultural appreciation and student engagement with historical and architectural heritage.
KEYWORDS: Education; Didactics; Tourism; Architecture.

Introdução

O patrimônio histórico-cultural desempenha um papel essencial na formação da identidade de uma comunidade e, quando integrado ao turismo pedagógico, transforma-se em uma grande ferramenta de ensino. Enquanto prática educacional, transcende a experiência da visitação, especialmente ao promover uma interação reflexiva e interdisciplinar entre os estudantes, professores e os espaços visitados.

Nesse contexto, o município de Areia, no Estado da Paraíba, apresenta-se como um laboratório "vivo" para a implementação de práticas educacionais que valorizem o patrimônio histórico-cultural, ao mesmo tempo em que fomentam o aprendizado crítico e a consciência preservacionista. O perímetro urbano, destaca-se por seu vasto acervo patrimonial, que inclui construções emblemáticas, por exemplo, o Casarão José Rufino, o Teatro Minerva, a igreja de Nossa Senhora da Conceição e a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, além de engenhos históricos como o Bujari, Vaca Brava, Mineiro, Várzea e Saburá que marcaram a economia canavieira da região. Essas construções não são apenas testemunhos materiais de um passado, mas símbolos que conectam a história local com narrativas mais amplas sobre economia, cultura e sociedade.

No âmbito educacional, essas construções representam um recurso valioso para o desenvolvimento de atividades pedagógicas práticas, nas quais professores e estudantes podem vivenciar de forma imersiva os conteúdos teóricos abordados em sala de aula. Ao proporcionar essa interação direta com o patrimônio cultural, o

turismo pedagógico transforma a relação dos participantes com a história e a memória local. Essa vivência prática não apenas enriquece o processo de ensino-aprendizagem, mas também estimula uma compreensão mais profunda e crítica sobre a importância da preservação cultural. Assim, práticas pedagógicas em espaços históricos convidam os professores e estudantes a refletirem sobre o presente e o futuro, incluindo os desafios da preservação patrimonial e do desenvolvimento sustentável.

Diante disso, o turismo pedagógico, ao integrar aspectos culturais, históricos e ambientais, promove uma abordagem interdisciplinar que articula áreas como história, geografia, sociologia e artes. Para tanto, as visitas guiadas ao centro histórico e a locais como os engenhos oferecem oportunidades únicas para explorar temas como o impacto do ciclo agrícola da cana-de-açúcar na configuração social e territorial, bem como as relações entre arquitetura e sociedade. Tais experiências não se restringem a observar o patrimônio, mas envolver os participantes em um diálogo ativo com a história e o ambiente, tornando-os agentes de transformação e valorização da herança cultural. Para além da materialidade, o "lugar" assume um significado multifacetado, ou seja, é a base material da produção histórica e referencial identitário, marcado por memórias e valores.

A partir dessas reflexões, este estudo busca discutir as múltiplas possibilidades que o turismo pedagógico oferece para o aprendizado e a conscientização sobre a importância da preservação do patrimônio histórico-cultural. Por saber que, a cidade de Areia, com sua rica história e legado arquitetônico, constitui-se em um cenário privilegiado para essa prática, demonstrando como a educação pode contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes e comprometidos com a valorização e a proteção de nossa memória coletiva.

O Turismo Pedagógico como estratégia inovadora para a educação prática

O turismo pedagógico emerge como uma prática educacional que alia a experiência do turismo à aprendizagem ativa, promovendo uma abordagem dinâmica e integrada de ensino. Essa modalidade utiliza o deslocamento e a interação com ambientes históricos, culturais e ambientais para transformar o aprendizado em vivência, aproximando os educadores e estudantes dos contextos abordados em sala.

> [...] o turismo pedagógico é fruto de experiências que proporcionarão ao aluno, fora do ambiente da família e da escola, o uso de sua liberdade, ou seja, um momento em que ele desenvolverá o espírito de responsabilidade frente a si e aos seus companheiros de viagem, exercitando sua sociabilidade, sua participação, sua liderança, seu respeito ao próximo e uma constante busca de soluções para os problemas novos e sua análise crítica aos padrões morais existentes. É um momento extremamente importante para aprendizagem do aluno, pois conta com a autonomia para construir e reconstruir símbolos (MATOS, 2012, p. 8).

Nesse contexto, o turismo pedagógico transcende os limites da teoria, permitindo que o conhecimento seja construído de forma prática e participativa. Uma das características mais marcantes do turismo pedagógico é a sua capacidade de fomentar a interdisciplinaridade. De acordo com Paiva (2023, p. 24), o turismo pedagógico como uma prática inovadora de educação, auxilia na formação de indivíduos críticos e engajados sobre o ambiente que os cerca. Portanto, o turismo pedagógico se consolida como um método capaz de conectar a teoria ao cotidiano, estimulando habilidades como a análise crítica, a empatia cultural e a consciência patrimonial. Ao entrar em contato com diferentes realidades e experiências, os professores e estudantes se tornam mais aptos a compreenderem as complexidades sociais, culturais e históricas.

Concomitante à compreensão deste processo, o turismo pedagógico desempenha um papel crucial na educação patrimonial, pois oferece uma abordagem prática e experiencial que enriquece a compreensão e a valorização do patrimônio cultural e histórico. Por meio de visitas a locais de relevância patrimonial,

os professores e estudantes têm a oportunidade de vivenciar de forma direta os contextos históricos, culturais e sociais representados por monumentos, sítios arqueológicos, museus e paisagens culturais. Essa experiência promove a conexão emocional e cognitiva com o patrimônio, tornando o aprendizado mais significativo.

Moser e Ferreira (2024, p. 5), afirmam que a educação patrimonial se torna mais impactante quando os estudantes têm a oportunidade de interagir diretamente com diferentes formas de patrimônio, possibilitando a compreensão crítica e contextualizada. Segundo os autores, esta atividade contribui no aprofundamento dos conhecimentos, capacitando os indivíduos a se tornarem mais atentos e reflexivos sobre a importância da proteção e valorização do patrimônio cultural. Dessa forma, a educação patrimonial ganha relevância ao ser potencializada pelo turismo pedagógico, que incentiva uma análise crítica sobre a necessidade de preservar e valorizar o patrimônio cultural para as futuras gerações. Além disso, promove o senso de pertencimento e responsabilidade coletiva, elementos fundamentais para formar cidadãos comprometidos com o patrimônio cultural, assegurando sua continuidade e relevância no presente e no futuro.

Outra contribuição importante do turismo pedagógico é a conexão com as diversas áreas do conhecimento, por exemplo, história, geografia, artes e ecologia, proporcionando uma abordagem interdisciplinar que enriquece o aprendizado dos estudantes. Além de possibilitar e experiência em explorar o patrimônio cultural sob múltiplas perspectivas, também possibilita vivenciar as relações com o meio ambiente, os contextos sociais e os processos econômicos.

> A experiência turística pode proporcionar ampliação do repertório de informações dos educandos, uma vez que, as relações estabelecidas entre o sujeito e o meio favorece o despertar pelo conhecer e, a forma empírica do saber que este segmento desenvolve auxilia no processo educacional. Desse modo, por meio do empirismo as aulas fora do ambiente escolar proporcionam ao professor diversas possibilidades de estimular o desenvolvimento das habilidades de explorador, pesquisador em seus alunos, uma vez que, estarão mergulhados na realidade, naquilo que é tangível (OLIVEIRA, 2017, p. 26).

Essa visão transforma o olhar do estudante para as complexas interações entre o passado e o presente, ou seja, através das visitas a locais históricos e culturais, essa prática oferece uma experiência direta e imersiva, permitindo que os eles vivenciem a história de forma tangível. Logo, essa vivência favorece não apenas o entendimento dos fatos históricos, mas também a conexão com os contextos contemporâneos, destacando como as heranças culturais moldam a sociedade atual.

Diante do exposto, podemos observar que o turismo pedagógico incentiva os estudantes a explorar e compreender a continuidade e as transformações dos valores culturais ao longo do tempo. Dessa forma, tomando a cidade de Areia como exemplo, professores e estudantes, ao percorrerem as ruas do centro histórico, têm a oportunidade de se envolver profundamente com a riqueza arquitetônica que reflete diferentes períodos da história local. Esse exercício possibilita observar e analisar como as dinâmicas socioeconômicas da região influenciaram a formação dos traços urbanos e arquitetônicos. A vivência transcende o aprendizado teórico ao transformar conceitos abstratos em experiências concretas e tangíveis, enriquecendo o processo educacional e proporcionando uma compreensão mais profunda e significativa da relação entre história, cultura e espaço.

No cenário atual da educação, onde a aprendizagem precisa estabelecer conexões autênticas com a vivência dos professores e os estudantes, o turismo pedagógico desponta como uma abordagem transformadora, principalmente ao oferecer experiências práticas e fomentar habilidades fundamentais como a empatia e o entendimento cultural. Além disso, ele se alinha aos desafios da contemporaneidade ao integrar disciplinas diversas, promovendo uma visão ampla e interdisciplinar, essencial para formar estudantes capazes de interpretar e atuar no mundo de maneira consciente e responsável.

Metodologia

Este estudo adota uma abordagem metodológica qualitativa, fundamentada no uso de questionários e entrevistas semiestruturadas aplicadas aos professores e estudantes. A metodologia qualitativa, conforme destacada por Minayo (2010), desempenha um papel central ao criar uma ponte entre o referencial teórico-metodológico e as experiências concretas dos participantes. Essa abordagem busca interpretar as percepções, os significados e as vivências dos indivíduos dentro de seus contextos específicos em relação ao objeto de investigação.

A seleção dos participantes foi estrategicamente direcionada aos professores (20) das disciplinas de História (12), Geografia (5) e Biologia (3), devido à sua constante participação em viagens pedagógicas realizadas até a cidade em questão, o que os torna participantes-chave na implementação e análise do turismo pedagógico.

No que diz respeito aos estudantes (50) do ensino médio, a seleção foi baseada na sua ligação com práticas educacionais relacionadas ao patrimônio cultural, reconhecendo a importância dessas experiências para o desenvolvimento de uma visão crítica e reflexiva. Essa escolha foi detalhadamente pensada, priorizando turmas do 1º (30) e 3º (20) anos, de modo a englobar diferentes fases da formação acadêmica e proporcionar uma visão mais abrangente do impacto dessas práticas educacionais.

Desse modo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas fundamentada no método de Flick (2022), que destaca sua capacidade de promover um diálogo aprofundado e permitir a adaptação das perguntas às respostas do entrevistado. Assim, as entrevistas abordaram questões sobre como o patrimônio histórico-cultural pode ser inserido nas práticas escolares e seu impacto no aprendizado.

Também foram realizados questionários com perguntas abertas e fechadas, buscando explorar a percepção dos participantes sobre o turismo pedagógico e sua integração ao ensino. Inspirados nas reflexões de Creswell (2021), sobre a importância de instrumentos variados em pesquisas educacionais, os questionários buscaram captar tantos dados quantitativos (frequência de visitas pedagógicas, número de ações promovidas) quanto qualitativos (impressões e sugestões).

Por fim, os dados coletados foram organizados em categorias temáticas utilizando a técnica de análise de conteúdo descrita por Bardin (2021). As categorias incluíram: a) a importância atribuída ao turismo pedagógico no currículo escolar; b) a percepção dos professores sobre os impactos da prática no engajamento dos alunos; e c) sugestões para melhorar a integração do patrimônio cultural no ensino.

Resultados e Discussão

A análise dos dados coletados, por meio de questionários e entrevistas com professores, revelou que aproximadamente 87% utilizam o turismo pedagógico e consideram essa prática como um elemento enriquecedor no processo de ensino-aprendizagem. O resultado evidência a ideia de que o contato direto com o patrimônio histórico não apenas facilita a compreensão de conteúdos complexos, mas também estabelece um vínculo maior entre os professores e os temas abordados em sala.

Os docentes ainda destacaram que, ao incorporar visitas a locais históricos é possível contextualizar teoricamente os conteúdos estudados em sala de aula em experiências tangíveis. Essa interação direta com o patrimônio oferece uma perspectiva concreta, que facilita a compreensão das dinâmicas sociais, culturais e ambientais. Além disso, os professores observaram que o turismo pedagógico desperta um maior interesse e engajamento por parte dos estudantes, estimulando a curiosidade e promovendo um aprendizado mais ativo e participativo.

Figura 1 -Turismo pedagógico no Parque Estadual Mata do Pau-Ferro, Areia-PB.



Fonte: Autor (2023).

Os estudantes, por sua vez, relataram que as visitas a locais históricos e culturais transformaram a forma como enxergam o conhecimento, principalmente na motivação e na retenção de informações. Quanto ao aumento substancial na motivação para o aprendizado, 79% dos entrevistados sentiram uma grande diferença, especialmente quando comparados aos métodos tradicionais e teóricos. Essa porcentagem evidencia que a experiência prática, desperta melhor interesse nos conteúdos educacionais. Para tanto, a abordagem experiencial facilita no processo de construção e retenção de conhecimentos, uma vez que os estudantes não apenas leem ou escutam sobre o conteúdo, mas vivenciam. Portanto, a vivência com o patrimônio histórico torna o aprendizado mais relevante e acessível, no qual os estudantes percebem a aplicabilidade do conhecimento em contextos reais.

Figura 2 - Visita ao Museu do Brejo Paraibano, Areia-PB.



Fonte: Autor (2024).

Além disso, aproximadamente 73% dos estudantes afirmaram que o turismo pedagógico contribui para o fortalecimento de suas habilidades interpessoais, especialmente por meio das dinâmicas em grupo e discussões que ocorrem durante as visitas aos locais históricos. Tais atividades favorecem a colaboração entre eles, estimulando o pensamento crítico e a troca de ideias. Observamos que o turismo pedagógico promove o desenvolvimento de habilidades sociais e colaborativas, especialmente ao promover o trabalho em equipe. Tal interação e o engajamento nas discussões estimuladas pelo turismo pedagógico favorece não apenas a construção de conhecimento coletivo, mas também a formação de habilidades de comunicação e o respeito à diversidade de opiniões. Desse modo, o desenvolvimento dessas competências é essencial para a formação de cidadãos críticos e ativos, que compreendem e respeitam a complexidade dos contextos históricos e culturais.

Quanto a preservação e a valorização do patrimônio cultural, o turismo pedagógico também se mostrou eficaz na conscientização dos estudantes sobre a importância de preservar os bens culturais. Para tanto, o contato direto com o

patrimônio desperta um compromisso ativo com a proteção e valorização desses bens. Nesse contexto, observamos que a metodologia promovida pelo turismo pedagógico estimula o desenvolvimento de competências essenciais para a formação integral dos estudantes que favorecem a reflexão sobre o papel do patrimônio na construção da identidade e na promoção da conscientização ambiental.

Figura 3 - Visita ao Teatro Minerva, Areia-PB.



Fonte: Autor (2024).

Por meio da vivência direta e da interação com o patrimônio cultural, os estudantes tornam-se agentes ativos no processo de preservação e valorização dos bens culturais. Essa dinâmica contribui para a formação de cidadãos mais conscientes, comprometidos com a sustentabilidade cultural e preparados para enfrentar as complexidades de um mundo em constante transformação.

Considerações Finais

Embora o turismo pedagógico represente uma oportunidade valiosa para enriquecer o processo educacional, ele também enfrenta desafios significativos que precisam ser superados. Um dos principais é a conscientização sobre a importância da preservação do patrimônio histórico-cultural, que ainda exige esforços constantes para ser plenamente incorporada às práticas educativas. Para isso, é fundamental que professores, gestores e demais envolvidos atuem de forma colaborativa na criação de programas pedagógicos que integrem o patrimônio às atividades de ensino.

A formação desses profissionais deve ir além do simples domínio da história local, abrangendo também o desenvolvimento de metodologias pedagógicas inovadoras que estimulem o aprendizado ativo, a reflexão crítica e a conexão prática com o patrimônio. Essa abordagem oferece aos estudantes uma experiência educacional mais rica e transformadora, preparando-os para compreender a complexidade do patrimônio e o impacto que ele exerce sobre a sociedade.

Quando os estudantes têm a oportunidade de vivenciar, explorar e valorizar sua herança cultural, tornam-se mais conscientes de sua responsabilidade na preservação e na transmissão desse legado às futuras gerações. Esse processo de valorização não apenas fortalece a identidade cultural individual e coletiva, mas também promove o engajamento social em prol da conservação das raízes históricas e culturais de uma comunidade. Assim, o turismo pedagógico vai além de uma prática educacional; ele se consolida como uma ferramenta essencial para construir uma sociedade mais engajada, consciente e comprometida com a preservação da memória, da cultura e do patrimônio, garantindo que essas riquezas sejam preservadas e celebradas por gerações vindouras.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2021.

CRESWELL, John W. **Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches**. 5 ed. Califórnia: Sage Publications, 2021.

FLICK, Uwe. **An Introduction to Qualitative Research**. 7 ed. Califórnia: Sage Publications, 2022.

MATOS, Francisco de Castro. **Turismo Pedagógico: O Estudo do Meio como Ferramenta Fomentadora do Currículo Escolar**. SEMINTUR-VII Seminário de Pesquisa em Turismo no MERCOSUL. Turismo e Paisagem Relação Complexa. Universidade de Caxias do Sul [Caxias do Sul], 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2010.

MOSER, Giancarlo; FERREIRA, Giovana Callado. **Por uma Pedagogia da Memória Coletiva: Educação Patrimonial para a Preservação da Identidade e Cultura**. Cadernos Cajuína Revista Interdisciplinar, v. 9, n.3, p. 1-19, 2024.

OLIVEIRA, Juliana Gomes de. **Turismo pedagógico: uma análise comparativa entre instituições de ensino públicas e privadas do município de Currais Novos/RN**. Monografia (Turismo), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Currais Novos, 2017.

PAIVA, Maria José Silva de Medeiros. **Cartilha patrimonial: uma viagem pelo patrimônio cultural edificado de Jardim do Seridó/RN**. Monografia (Turismo), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Currais Novos, 2023.

ST-18: TEORIA DA HISTÓRIA E HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA:

TEMAS, PROBLEMAS E MÉTODOS

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN
ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

EXPERIÊNCIAS DAS MULHERES LIDERANÇAS INDÍGENAS MENDONÇA POTIGUARA NO TEMPO (1990-2020)

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38496

Maria da Conceição da Silva Lisboa de Lima[122]

RESUMO:
Nosso objetivo neste trabalho foi investigar e analisar vivências das mulheres indígenas lideranças do Território Mendonça Potiguara no cotidiano, com o intuito de compreender como elas experienciaram o tempo entre o final do século XX e as duas primeiras décadas do século XXI. Para alcançar o objetivo apoiamo-nos teórico-metodologicamente em Almeida (2010) e Pereira (2013), a partir da dissertação "Mulheres indígenas Mendonça: cotidiano, resistência e luta por direitos no Rio Grande do Norte", produzida por Tayse Campos, mulher indígena da etnia Mendonça Potiguara. A análise dos dados resultou na identificação de constituintes da cultura da etnia Mendonça Potiguara e, por conseguinte, de elementos da maneira como as mulheres indígenas lideranças interpretam o tempo.
PALAVRAS-CHAVE: mulheres indígenas Mendonça Potiguara; cotidiano; lideranças; tempo.

EXPERIENCES OF MENDONÇA POTIGUARA INDIGENOUS WOMEN LEADERS OVER TIME (1990-2020)

ABSTRACT:
Our objective in this work was to investigate and analyze the experiences of indigenous women leaders from the Mendonça Potiguara Territory in their daily lives, with the aim of understanding how they experienced time from the late 20th century to the first two decades of the 21st century. To achieve this objective, we based our theoretical and methodological approach on Almeida (2010) and Pereira, using the dissertation *"Mendonça Indigenous Women: Daily Life, Resistance, and the Fight for Rights in Rio Grande do Norte"* by Tayse Campos, an indigenous woman of the

[122] Mestra em Ciências Sociais, graduada em Nutrição e graduanda em História Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Endereço eletrônico do Currículo Lattes: https://lattes.cnpq.br/5333767508436051. E-mail: conceicaolisboa@gmail.com.

Mendonça Potiguara ethnicity. The data analysis resulted in the identification of elements from the Mendonça Potiguara ethnic culture, as well as aspects of non-indigenous culture that they appropriated to redefine their own existence.
Keywords: Mendonça Potiguara Indigenous women; daily life; leadership; time.

Introdução

As mulheres indígenas no Brasil, após a chegada do colonizador, foram colocadas na situação de interesse do capitalismo que se instaurava com a modernidade, assim como os mais de 300 povos de etnias distintas, identificadas pelo Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010. Racializados, foram vistos em função dos interesses externos por bastante tempo, até metade do século XX, segundo Almeida (2010).

Contudo, a despeito da produção simbólica de papéis sociais inferiores para os povos indígenas, além da perspectiva assimilacionista e de aculturação, cuja ideia central era a de desaparecimento da história pela perda da cultura autêntica, os indígenas não desapareceram. Mesmo quando submetidos à ordem do colonizador.

Embora seja necessário um olhar cuidadoso sobre as diferenças de autodeclaração, os Censos realizados pelo IBGE nos dão conta que o número de pessoas que se autodeclara indígena não só continua crescendo como também fala a língua oficial da nação, participa de instituições, cumpre ritos burocráticos, está nas universidades e instituições de classe, se defende em tribunais e se organiza no movimento indígena que muito tem influenciado as mudanças teóricas, as práticas e dinâmicas sociais da atualidade.

O cuidado ao observar os Censos realizados pelo IBGE deve-se, especialmente, a categoria 'pardo' que possibilita apagar a identidade étnica agrupando a diversidade de pessoas não brancas como negras. Para além disso, o sumiço e o reaparecimento das categorias índios ou indígenas nos Censos, substituídas por mestiços e/ou caboclos, conforme já apontado por Guerra (2007),

também merecem atenção.

As mulheres indígenas não ficaram alheias ao processo histórico, entendido aqui como a forma de perceber e interpretar como as pessoas – indígenas e não indígenas – vivem, agem e sofrem os efeitos dos acontecimentos ao longo do tempo, aproximando-se da perspectiva apontada por Pereira (2011). Participaram ativamente dele, conforme nos faz perceber Joenia Wapichana que se tornou a primeira advogada indígena do Brasil, em 1997; a primeira deputada indígena do Brasil, em 2018 para a legislatura 2019-2022; ainda em 2018, foi a vencedora do prêmio (ONU) de direitos Humanos. Em 2023, assumiu a presidência da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), tonando-se a primeira mulher indígena a ocupar essa posição na referida instituição governamental.

O exemplo aqui apresentado não é único de mulher liderança indígena. A indígena da etnia Guajajara, a Sonia Guajajara, ocupou um cargo de governo, na posição de Ministra dos Povos Indígenas, desde o início do terceiro governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Há várias outras mulheres indígenas participando de instituições de governo e na representação de comunidades tradicionais, por exemplo, nas comunidades do Território Indígena Mendonça no Rio Grande do Norte (RN).

Em 2021, Tayse Campos, historiadora indígena Mendonça Potiguara, produziu sua dissertação de mestrado "Mulheres indígenas Mendonça: cotidiano, resistência e luta por direitos no Rio Grande do Norte", no Programa de Pós-Graduação em antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), a partir da qual busco identificar elementos da realidade das mulheres lideranças indígenas Mendonça Potiguara e o sentido das suas experiências no tempo, a partir das mudanças temporais experimentadas por elas entre 1980 e 2020

O território indígena Mendonça e a cultura

Localizado em partes de dois municípios do Rio Grande do Norte (RN), os municípios João Câmara e Jardim de Angicos, o Território Mendonça Potiguara é formado por seis comunidades - Assentamento Marajó; Açucena; Serrote de São Bento; Amarelão; Assentamento Santa Terezinha; Cachoeira/Nova Descoberta. Trata-se de um território historicamente ocupado por o grupo familiar Mendonça Potiguara.

Esse grupo familiar foi formado a partir de famílias da etnia Potiguara, do Brejo de Bananeiras na Paraíba (PB), que migraram para o RN e encontraram a etnia Tapuia a qual se uniram por casamentos formando novas relações de parentesco. De acordo com o trabalho de Costa e Silva (2020), os registros encontrados mostram que as maiores migrações da Paraíba (PB) para o RN aconteceram a partir do Século XVI.

A construção da linha férrea iniciada nos anos finais de 1800 que passava pela Vila Baixa Verde e que deu início a formação do município João Câmara promoveu o desalojamento dos indígenas Mendonça Potiguara, visto que os fazendeiros se apossaram de suas terras (Costa; Silva, 2020), o que os obrigou a procurar meios de subsistência na cidade e a convivência com valores e mecanismos diferentes aos do território de origem.

Discorrendo sobre a organização social das tribos tupis, Florestan Fernandes (1976, p. 73) apontou que "o grau de domesticação do meio natural circundante" pelos indígenas, "fazia com que a sua sobrevivência dependesse de modo intenso e direto do domínio ocasional ou permanente do espaço que ocupassem". Se utilizarmos tal afirmação como lente para pensar o desalojamento dos indígenas do grupo Mendonça Potiguara perceberemos que houve impacto significativo na vida dos indígenas daquela região.

Para Darcy Ribeiro (2017), casos como esse resultam no que ele chamou de "destribalização" (Ribeiro, 2017, p.347), em virtude do contato com a civilização

que, por sua vez, pode levar a desajustamentos de personalidade sendo o mais impactante desses a "marginalidade cultural".

Marginalidade cultural, conforme colocado por Darcy Ribeiro e que teve um caso analisado por Florestan Fernandes entre os índios bororos, são "conflitos mentais decorrentes da interiorização de valores não somente diferentes, mas opostos", os valores apreendidos no território de origem e os valores da nação, da sociedade nacional (Ribeiro, 2017, p.347).

Em direção diferente da colocada por Ribeiro (2017), Almeida (2010) relata que categorias de análise têm sido repensadas, ampliadas, reformuladas no que diz respeito a relação das estruturas sociais e culturais dos povos primitivos. A autora coloca em relevo o movimento de compreensão da cultura dos indígenas como produto histórico, formado pela articulação contínua entre tradições e novas experiências na vivência humana. Isso possibilita perceber o dinamismo no centro da mudança cultural, não "apenas perda ou esvaziamento de uma cultura dita autêntica" (Almeida, 2010, p.22).

Pensando sobre essa dinâmica a partir dos dados obtidos na fonte, identifica-se o autorreconhecimento como Mendonça Potiguara por parte das mulheres lideranças indígenas, mesmo frequentando instituições de ensino externas as suas comunidades, convivendo com pessoas não indígenas nas próprias comunidades e interagindo em diversas organizações e eventos políticos. Novas experiências têm convivido com as tradições de seu povo e essas mulheres continuam se autodenominando Mendonça Potiguara.

Nesse ponto é preciso atentar para cultura como um aspecto que expressa as vivências dessas mulheres. Nos termos de Almeida (2020, p.21), a cultura na perspectiva antropológica inclui "todos os produtos materiais, espirituais e comportamentais da vida humana, bem como as dimensões simbólicas da vida social". E que os antropólogos "valorizam os diferentes significados das ações

humanas para entender os processos históricos". Ao entrar em cena o processo histórico, nos leva a questionar sobre a percepção de contingência e se povos indígenas vivem suas experiências racionalizando-as de forma progressiva com base na tripartição do tempo no sentido dado por Kosellek (2006)

O cotidiano das mulheres lideranças indígenas Mendonça Potiguara

Em 2020, o momento histórico de análise deste trabalho, contava-se 16 comunidades indígenas no RN sendo 11 dessas lideradas por mulheres (campos, 2021). No Território Mendonça Potiguara, cinco das seis comunidades eram lideradas por mulheres, a exceção era o Assentamento Santa Terezinha que era liderado por um cacique (Campos, 2021).

Contudo, nem sempre foi assim. Tomando a comunidade Amarelão, a mais antiga do Território Indígena Mendonça Potiguara como exemplo, as mulheres começaram a ficar em destaque a partir dos anos 1980.

Ao analisar a projeção dos sujeitos ao papel de liderança, ao longo do tempo no território em observação, percebe-se a presença de um elemento que fazia girar em torno de si capacidades. Por sua vez, essas capacidades se expressavam em áreas de atividades pelas quais os sujeitos alcançavam a função de liderança. Essa força central era a boa relação com todas as famílias da comunidade. Quem desenvolvia essa condição se destacava como liderança.

Entre os anos de 1980 e 2000 componentes de cinco famílias se destacaram como liderança na comunidade Amarelão - Batista, Epifânio, Góis, Felipe e Nascimento (Campos, 2021) - em virtude da aptidão de mobilizar a comunidade em apoio as suas reivindicações e por cobrar melhorias do poder público municipal. A educação religiosa, o comércio, a política partidária e política comunitária, o esporte e a experiência de trabalho em órgãos públicos foram áreas de experiência nas quais pessoas se destacaram e meio de acesso para reivindicar melhorias para o território.

Quanto a formação de grupos e a legitimidade política da liderança indígena, observa-se associação com o parentesco, amizade e interesses coletivos que coincidiam com projetos pessoais (Campos, 2021).

Nesse processo, embora as mulheres da comunidade não estivessem em destaque antes da década de 1980, sempre lutaram pela coletividade em suas comunidades. Ao perceberem que era preciso que levassem suas pautas para o movimento organizado politicamente somaram forças. E essas forças destacaram as mulheres como lideranças dentro e fora das comunidades indígenas (Campos, 2021). Logo, a organização política das mulheres fortalecia suas posições ao adicionar força à sua causa.

Sobre isso, identifica-se duas vertentes, principais, de importância. A primeira diz respeito a relação de força social estabelecida ao longo do tempo pelas mulheres em suas comunidades, participando das reuniões comunitárias, se posicionando e agindo na resolução de problemas que apareciam. A segunda trata de evidenciar para os homens as pautas femininas de luta e organização comunitária.

Embora as vivências das mulheres lideranças, das comunidades do Território Indígena Mendonça Potiguara, sejam diferentes, todas têm em comum o destaque nas suas comunidades pela atuação, inclusive no trabalho, exercendo as mesmas atividades realizadas pelos homens, além do trabalho doméstico e atividades acadêmicas sem necessidade de proteção masculina para tais atividades (Campos, 2021). Dessa forma, difere dos apontamentos de Florestan Fernandes (1976) sobre os Tupis no que diz respeito à proteção masculina às mulheres indígenas. Por outro lado, converge com a afirmação do mesmo autor, ainda em relação à mesma etnia, sobre a mulher indígena suportar uma carga pesada no sistema de ocupação.

Uma das primeiras mulheres a mobilizar a comunidade Amarelão e a articular o Movimento Indígena do Rio Grande do Norte no início dos anos 2000

tem uma trajetória que inclui a infância e adolescência de trabalho como empregada doméstica para poder ter acesso à escola, à educação formal, visto que não existia tal possibilidade no seu território. Ela foi uma das que interferiu nessa situação assumindo a função de professora. Teve sua carreira como professora, iniciada aos 15 anos, com apenas o ensino fundamental completo. Continuou seus estudos, concluindo o ensino médio, o magistério, e uma graduação em Pedagogia, além de diversas formações continuadas. Mesmo após sua aposentadoria, em 2015, permaneceu ativa na educação comunitária, dedicando-se à escola local e participando de cursos online oferecidos por universidades públicas e movimentos sociais (Campos, 2021).

Essa mulher, mãe da autora da dissertação utilizada como fonte neste trabalho, assim como as demais mulheres indígenas lideranças do Território Mendonça Potiguara, vivenciou "complexos processos de apropriações e ressignificações culturais nas experiências entre grupos e indivíduos que interagem" Almeida (2010, p.24). Contudo, sua identidade permaneceu Mendonça Potiguara, o que nos levar a constatar que não são só os elementos da cultura que constituem as identidades étnicas.

Em 2020 já apontava uma nova geração de lideranças na comunidade Amarelão. Duas mulheres jovens apareciam como as representantes dessa nova geração. Uma com 27 anos e a outra com apenas 21 anos já se destacavam como jovens lideranças.

Essas mulheres enfrentavam uma rotina intensa. A título de ilustração observemos a rotina da mais jovem: cursava Licenciatura em Física no Instituto Federal do Rio Grande do Norte, *Campus* João Câmara, e equilibrava seus estudos com diversas atividades artesanais e comerciais para complementar sua renda, além das atividades de liderança e trabalhos domésticos. O volume de trabalho enfrentado por essa jovem liderança por não se distancia do exercido pelas outras mulheres

lideranças nas outras comunidades. Outro aspecto que vem a superfície ao observar o cotidiano dessas mulheres lideranças indígenas é a tensão constante entre a educação formal e o compromisso com o Movimento Indígena.

Das mulheres indígenas lideranças do Território Mendonça Potiguara, Betânia Soares, liderança da comunidade Cachoeira/Nova Descoberta não participava do Movimento Indígena declarando falta de tempo, mas encaminhava as demandas da comunidade para a FUNAI. Foi a única que Tayse Campos não conseguiu entrevistar com a mesma metodologia utilizada com as demais mulheres lideranças, tiveram apenas um contato telefônico (Campos 2021).

A solidariedade entre as mulheres, no trabalho cotidiano, como tarefas domésticas e cuidados com as crianças é um dado que aparece, explicitamente, na fala da liderança da comunidade Marajó. A formação de uma rede de apoio possibilita que a mulher liderança possa realizar atividades externas à comunidade e atender as necessidades de viagens impostas pelo cargo. Na prática, outras mulheres assumiam, temporariamente, as tarefas domésticas da liderança, garantindo sua participação nas atividades do Movimento Indígena.

A comunidade Açucena teve sua primeira liderança indígena feminina mais tardiamente, sucedendo o pai e o irmão, inclusive por ser a comunidade mais jovem do Território Indígena Mendonça Potiguara, criada em 2005. A liderança dessa comunidade enfrentava grandes dificuldades com a quantidade de tarefas e com uma particularidade da sua situação. Para participar de atividades do Movimento Indígena e atender demandas externas da comunidade precisava deixar sua mãe que necessitava de cuidados especiais por problemas de saúde, na casa de uma irmã. Para que pudesse dar conta das demandas uma das suas irmãs foi morar com ela. Aqui a solidariedade aparece na família nuclear e não na comunidade.

A solidariedade familiar também pode ser notada na fala da liderança de Serrote de São Bento. Na fala dela, a figura da mãe se destaca como parceira na criação da sua filha e nas tarefas domésticas. Outro ponto que chama atenção é o relato que enfrentou preconceitos por ser jovem e não coabitar com o cônjuge. Havia dúvidas sobre a sua capacidade de assumir responsabilidades em virtude da sua condição de solteira.

A autoafirmação como lideranças e a atuação como representantes das associações comunitárias e do Movimento Indígena Estadual, somadas a outras atividades do dia a dia, são elementos do cotidiano dessas mulheres. Um conjunto de atividade públicas e privadas que expressam as suas condições materiais de existência e as suas lutas por direitos e pela permanência no território historicamente ocupado pelo grupo Mendonça Potiguara.

O tempo expressado no cotidiano das mulheres liderança Mendonça Portigura

Para uma pessoa não indígena, como a autora deste trabalho, que é uma mulher negra, um caminho possível para compreender as experiências das mulheres lideranças indígenas Mendonça Potiguara, do Rio Grande do Norte, é a observação atenta e respeitosa de suas falas e de suas ações objetivas. Logo, essa observação deve considerar tanto a realidade em que vivem quanto as propriedades das suas intenções que, por sua vez, podem ser conscientes ou não.

Nesse sentido, se concordarmos que a cultura possibilita a identificação de aspectos que expressam as vivências dessas mulheres, então precisamos considerar que a forma como as cinco mulheres indígenas lideranças se posicionaram no território indígena nos faz perceber que dualismos conceituais, por exemplo, povos primitivos e cultura essencialista *versus* trajetória histórica, provocaram e ainda

provocam abordagens equivocadas sobre os povos indígenas no Brasil, conforme já apontado por Almeida (2010).

Na abordagem essencialista haveria uma estrutura fixa, imutável, orientadora do comportamento dos povos indígenas, ou seja, um eterno retorno onde pessoas viveriam do mesmo modo, repetindo suas vidas exatamente da mesma forma, o que expressaria um tempo não-linear. Mas as mulheres lideranças indígenas nos mostram que as estruturas culturais têm passado por ressignificações que, no sentido amplo, são parte das respostas aos estímulos sociais, internos e externos, para atender as necessidades básicas da materialidade e da subjetividade na produção das suas vidas. Dizendo de outra forma e utilizando as palavras de Almeida (2010, p.21) "Os homens agem e se relacionam, conforme seus lugares sociais e seus objetivos".

Dessa forma, se olharmos para a cultura desse povo com base na abordagem essencialista, inevitavelmente, chegaremos ao equívoco da aculturação e ao pensamento que os Mendonça Potiguara vivem o tempo do progresso, no sentido de transformação contínua e de aperfeiçoamento evolutivo e ativo do mundo, em outros termos, uma expectativa desvinculada das antigas experiências.

Entretanto, se percebe que as mudanças experienciadas por essas mulheres marcaram suas perspectivas em torno de duas estruturas específicas, tanto na condição material quanto no simbólico: no território e na identidade. Se seguirmos o conselho de Krenak (2019) e olharmos para o território com olhos diferentes do que se convencionou chamar de antropoceno, perceberemos que ele se expressa como natureza que se confunde com essas pessoas. Nas palavras do autor "como camadas do que ficou fora da gente como natureza, mas que por alguma razão ainda se confunde com ela" (Krenak, 2019, p.35).

Território é o termo mais utilizado pelas lideranças, já os demais integrantes das comunidades se referem ao Território Indígena Mendonça Potiguara como o "lugar que os Mendonça ocupam ou ocupavam" (campos, 2021, p.26). No central, o aglomerado de experiências constituído com esse espaço não está resumido ao território físico, inclui o território de memória, o cultural e o espiritual em uma relação direta com a formação da identidade e em cujo núcleo está o pertencimento a partir da ancestralidade.

Quanto a identidade, observemos um trecho do trabalho de Campos (2021) no qual se ver a sua afirmação, o autorreconhecimento e o reconhecimento dos outros constituindo o reconhecimento étnico.

> *[...] Ao mesmo tempo em que eu me percebo pertencente à família Campos, também pertenço à família Mendonça. E é esse sentimento de* ***pertencimento individual*** *e* ***comunitário que forma minha identidade****. Ser Mendonça, para mim, é pertencer a uma comunidade de um povo socialmente diferenciado; as pessoas da minha comunidade, da minha família falavam "a gente é Mendonça", e as pessoas de fora da comunidade falavam "vocês são Mendonça" [...]* (Campos, 2021, p.24). *Grifos nossos.*

Nessa construção da identidade observamos dois elementos: o primeiro é o pertencimento e o segundo a fronteira de interação humana na diferença que, por sua vez, é sempre a partir de um fator externo pertencente a dimensão política.

Identificados a identidade e o território como estruturas a partir das quais as experiências se assentam e se expressam, observa-se que não há interrupção entre o passado e o presente, mesmo diante da dinâmica cultural. Contudo, se não há ruptura com o passado, as mulheres lideranças indígenas vivem suas experiências racionalizando-as de forma progressiva com base nas temporalidades?

Como partimos do entendimento que o tempo dessas mulheres se expressa nas suas realidades, então, os dados objetivos das suas experiências carregam em si os elementos da percepção do tempo.

Vejamos que a liderança do Território Indígena Mendonça Potiguara foi constituída em torno das associações de cada comunidade. Em 2020, cinco das seis comunidades eram lideradas por mulheres, no total de sete lideranças porque a comunidade Amarelão já tinha sua liderança descentralizada e a diretoria central era formada por três mulheres. Cinco mulheres lideranças estavam casadas, uma estava separada e uma viúva. Apenas uma delas não tinha filhos e, também, apenas uma não participava do Movimento Indígena do Rio Grande do Norte. Todas estavam matriculadas em instituições de ensino.

Na diretoria da comunidade Amarelão estava a mulher liderança indígena mais experiente, uma pioneira no Movimento Indígena do Rio Grande do Norte e a única na faixa etária entre os 50 e 60 anos. As demais mulheres lideranças do território encontravam-se, no período em que foram entrevistas por Tayse Campos, em 2020, em duas faixas etárias: três delas entre 21 e 30 anos e duas entre 31 e 40 anos. A liderança da comunidade Cachoeira/Nova Descoberta, não foi possível identificar a idade porque não foi entrevistada.

Outro dado da realidade encontrado nas falas dessas lideranças é a percepção da cobrança diferenciada, pelas comunidades, dos elementos exigidos aos homens e às mulheres para assumir a posição de liderança. Enquanto aos homens era exigido apenas uma boa oratória, para as mulheres eram exigidos além da boa oratória, ser boa companheira, mãe e filha, boa relação com as famílias da comunidade e estudos (campos, 2021).

Diante desses dados fica evidente que essas mulheres vivenciaram mudanças na forma de viver o tempo, mas sem romper com os elementos do

passado, da tradição, embora não tenha deixado de haver apropriações e ressignificação cultural, no sentido dado por Almeida (2010), ao contato com elementos do tempo progressivo da cultura não indígena, em busca de melhores condições de vida.

O próprio território, o lugar historicamente ocupado pelo povo Mendonça, antes demarcado como áreas de pesca, de coleta de frutas, de moradia, de rituais, da agricultura e de outras atividades de sobrevivência e reprodução, sofreu profundas modificações na demarcação, na flora e na fauna, em virtude da invasão de pessoas não indígenas e avanço urbano. E assim, o termo território assumiu uma posição de reinvindicação política de direitos pelas lideranças indígenas.

No entanto, no pouco que restou do território, graças a resistência do povo Mendonça Potiguara, as tradições e a relação protecionista com a terra foram mantidas, ligadas as experiências do passado. Elementos observados na cultura desse povo colocam em relevo essa vinculação. Um deles é a produção de alimentos para o próprio consumo de acordo com o período chuvoso da região e descanso da terra no período seco, influenciando o equilíbrio indireto da natureza. O outro é o extrativismo, inclusive para a produção de artesanato. As formas tradicionais de trabalho e os saberes da cultura indígena local, partilhados pelos mais velhos desde cedo com os mais jovens, revelam camadas de passado que retornam e reconfiguram o presente.

Assim, as experiências no tempo para essas mulheres não foram vividas nem de forma totalmente linear e nem totalmente circular, mas das duas formas, não se identificando o controle intelectual do destino com base na articulação das temporalidades.

Considerações finais

Ao longo do caminho trilhado neste trabalho foi possível perceber elementos que possibilitam considerar uma interpretação do tempo que difere da ideia teleológica do processo histórico moderno, no qual a experiência histórica se apresenta como uma sucessão irreversível que molda a consciência coletiva universal.

Com base nos dados obtidos é possível dizer que as experiências do tempo vivenciadas pelas mulheres indígenas lideranças Mendonça Potiguara não é o do progresso. Mas se observa agência, entendendo agência como a busca consciente por melhores condições de vida, visto que se percebe a captação da realidade como geradora de motivações e interesses dos próprios indígenas no processo de mudança. Esse movimento se expressa, inclusive, na mudança do modelo de participação comunitária que deixava aos homens a interlocução externa e a política. As mulheres indígenas Mendonça Potiguara abraçaram a luta por direitos e a organização política sem intermediadores e sem renunciar à afirmação da identidade indígena. Não deixaram de ser indígenas ao contato com outras culturas.

Esse movimento não se distancia das experiências do passado, como já foi observado. Ao contrário, a busca das mulheres lideranças por formas de sobreviver em contato com a cultura não indígena fortalece o direito à diferença cultural e o autorreconhecimento indígena. Trata-se de uma articulação contínua entre tradições e novas experiências na vivência humana, que dão forma a cultura desse povo, sem, no entanto, fazer uma ruptura com o passado.

Por fim, as mulheres indígenas Mendonça Potiguara dão sentindo as suas experiências vivenciando-as de forma consciente ao mesmo tempo em que vivenciam suas tradições. Dão entrevistas, cumprem seus ritos burocráticos, se organizam no movimento indígena, buscam apoio para as suas lutas, cultivam seus saberes, suas festas, suas danças, dão sentindo ao território como espaço de

compartilhamento e interpretam o tempo sem aposição entre o tempo circular e o linear.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Regina Celestino de. *"O lugar dos índios na história: dos bastidores ao palco"*. In:_____. Os índios na História do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 13-28;

CAMPOS, Thayse. *Mulheres indígenas Mendonça: cotidiano, resistência e luta no Rio Grande do Norte*. 2022. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

COSTA, Dioclécio Bezerra da; SILVA, Tayse Michelle Campos da. Potiguara - Mendonça. *Povos Indígenas do Rio Grande do Norte*. 2020. *Disponível em*: http://www.cchla.ufrn.br/povosindigenasdorn. Acesso em: 11. jul. 2024.

FERNANDES, Florestan. Antecedentes indígenas: Organização social das tribos tupis. In: Holanda, Sergio Buarque (org.). *História geral da civilização brasileira*. Rio de janeiro: Difel, vol. I, 1976, p 72-86.

GUERRA, Jussara Galhardo Aguirres. *Mendonça do Amarelão: caminhos e descaminhos da identidade indígena no Rio Grande do Norte*. 2007. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

KRENAK, Ailton. *Ideias para Adiar o Fim do Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019

MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS. Primeira indígena a presidir a Funai, Joenia Wapichana toma posse em cerimônia histórica prestigiada por lideranças, autoridades e sociedade civil. Disponível em: https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/primeira-indigena-a-presidir-a-funai-joenia-wapichana-toma-posse-em-cerimonia-hist. Acesso em: 10 jul. 2024.

PEREIRA, Ana Carolina B. Teorizando o tempo fractal: um diálogo entre Teoria da História, Antropologia e a teoria dos fractais. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, 26., 2011, São Paulo. [Anais...]. São Paulo: ANPUH, 2011.

_____. *Na transversal do tempo: natureza e cultura à prova da história*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: http://repositorio.unb.br/handle/10482/14623. Acesso em: 10 nov. 2024.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. 7. Ed.- São Paulo: Global, 2017.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS. Joenia Wapixana, winner, 2018 UN Human Rights Prize. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/stories/2018/12/joenia-wapixana-winner-2018-un-human-rights-prize. Acesso em: 10 jul. 2024.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN

ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

HISTORIADORES NO FRONT: como as universidades públicas potiguares estão preparando os futuros profissionais da História para defender a ciência histórica e ocupar o futuro no ciberespaço?

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38549

Viviane Cristine Pereira Nunes[123]

RESUMO:
Este artigo pretende investigar as formações oferecidas pelos cursos de licenciatura em História nas universidades públicas do Rio Grande do Norte no que diz respeito às demandas contemporâneas relacionadas à História Pública (Carvalho; Lucchesi, 2016) e História Digital (Lucchesi, 2014). Para tanto, analisamos os projetos pedagógicos dos cursos e estruturas curriculares dos campi Central e Ceres da UFRN, bem como o projeto pedagógico de curso da UERN, amparados pela metodologia de Análise de Conteúdo (Bardin, 2011). A análise realizada permitiu entender como (e se) as instituições públicas de ensino superior do Rio Grande do Norte estão preparando os futuros historiadores para o uso e atuação no ciberespaço (Lévy, 2010).
PALAVRAS-CHAVE: Atuação profissional; História Pública; História Digital.

HISTORIANS ON THE FRONTLINE: how public universities in Rio Grande do Norte are preparing future history professionals to defend historical science and claim the future in cyberspace?

ABSTRACT:
This article aspires to investigate the formations offered for the teaching degree programs in History at the public universities in Rio Grande do Norte with regard to contemporary demands related to Public History (Carvalho; Lucchesi, 2016) and Digital History (Lucchesi, 2014). To this end, we analyze the training provided in undergraduate History programs at the two UFRN campuses and the course pedagogical project of UERN, supported by the methodology of Content Analysis (Bardin, 2011). The analysis conducted allowed for an understanding of how (and if)

[123] Mestranda em História e Espaços no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - PPGH/UFRN. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/2848974113695315. Email: cristineviviane13@gmail.com

the public higher education institutions in Rio Grande do Norte are preparing future historians for use and engagement in cyberspace (Lévy, 2010).
KEYWORDS: Professional Practice; Public History; Digital History.

Introdução

O Encontro Estadual de História da ANPUH-RN, em sua décima edição, convidou a comunidade historiadora potiguar a fazer uma reflexão sobre os desafios do nosso ofício na contemporaneidade, objetivando discutir os espaços de atuação até o presente e também as perspectivas para nossa área frente aos desafios apresentados pelo mundo pós-digital (ANPUH-RN, 2024).

Diante da hercúlea tarefa de refletir sobre as nossas práticas, nosso presente e nosso futuro, busco neste artigo abordar especificamente um tópico que integra a minha pesquisa de mestrado: a formação oferecida pelas universidades públicas potiguares no que diz respeito à instrumentalização dos seus alunos para atuação profissional no ciberespaço. Acredito que as nossas instituições, sobretudo as de financiamento público, possuem um papel fundamental nesse processo, que diz respeito não somente a facilitar nossa inserção no mercado de trabalho, mas a incentivar a democratização e divulgação do conhecimento produzido na academia, buscando uma importante aproximação com a sociedade.

Parto do princípio de que há uma demanda enorme, que não pode ser ignorada, de aprofundarmos as reflexões acerca das tensões metodológicas e epistemológicas que atingem a nossa profissão, atravessadas pelas particularidades conferidas pelo componente digital (Lucchesi e Oliveira, 2024, p.3). Além disso, o posicionamento e as reflexões apresentadas neste artigo coadunam-se com o apontado por Tiago Gil em entrevista a Anita Lucchesi e Mônica Oliveira (2024) ao defender a necessidade de um maior letramento em relação ao uso da tecnologia para os historiadores, compreendendo esta também como uma infraestrutura controlada por algoritmos e relações de poder.

Neste novo ambiente, muito além de meros usuários, é mister que tenhamos a capacidade de lidar e entender a lógica através da qual as máquinas operam, assumindo o que Carvalho (2016) intitulou como uma atitude de presença. Além disso, o ambiente digital requer de nós uma nova postura em decorrência da quebra da autoridade do historiador acadêmico sobre a produção do conhecimento histórico (Malerba, 2017), suplantada pelo surgimento de uma autoridade compartilhada (Frisch, 1990), caracterizada pela colaboração entre o historiador e seu público.

Nesse sentido, busco compreender de que maneira os cursos de História potiguares estão lidando com as demandas que têm transformado as formas como construímos e comunicamos História, sobretudo em relação a instrumentalização dos seus alunos para incorporar aspectos da História Pública e História Digital em suas práticas profissionais. Para tanto, analisei os currículos e planos pedagógicos de curso de 4 instituições, a saber: UFRN - Campus Central, UFRN - Campus CERES, UERN - Campus Assu e UERN - Campus Mossoró, buscando compreender também o papel destas universidades no processo de reconfiguração da identidade do historiador no mundo contemporâneo.

Currículos e Fronteiras: a formação oferecida pelas Universidades públicas potiguares

A seleção das universidades que compõem a análise realizada neste artigo considerou a oferta de cursos de licenciatura em formato presencial no estado do Rio Grande do Norte. Na pesquisa, foram localizados 3 cursos de licenciatura em História presenciais oferecidos por instituições públicas federais e estaduais, totalizando 285 ementas e três Projetos Pedagógicos de Curso examinados.

Um ponto importante a ser salientado é a facilidade com que as estruturas curriculares foram acessadas. Em um outro artigo recente, em que realizo a análise de cursos de licenciatura em História nas regiões Norte e Centro-Oeste, me deparei

com situações que dificultaram o acesso aos dados que necessitava para a minha investigação, como o desabastecimento e desatualização dos sites dos cursos, ausência de ementas, páginas em manutenção e alguns outros contratempos. A organização e o cuidado das instituições potiguares com a disponibilização das informações é, desde já, um ponto positivo no que diz respeito à comunicação com a sociedade.

A metodologia da Análise de Conteúdo elaborada por Bardin (2011) instrumentalizou a investigação realizada para este artigo. Através dela, almejamos entender não somente o que estava explícito nos dados, mas também aquilo que se encontrava subentendido. Buscamos identificar nos documentos examinados os discursos e disputas intrínsecos à elaboração dos currículos e PPC's, problematizando as escolhas e também as ausências temáticas que se manifestam nos arquivos.

Apesar de oferecerem diretrizes e indícios, as fontes analisadas não são suficientes para oferecer uma concepção exata de como os cursos de graduação estão formando seus alunos. Embora esses documentos forneçam parâmetros importantes, não é adequado encará-los como um modelo rígido, que contempla em sua totalidade o que é feito no dia a dia da sala de aula. Assim, pressupomos que podem existir iniciativas voltadas para a formação sobre as áreas e conceitos de História Pública, História Digital ou Ciberespaço que não estão explicitadas nos documentos, mas que ocorrem na prática. E que, por outro lado, mesmo quando essas temáticas aparecem nos planejamentos, é possível que, na prática, não estejam sendo abordadas nas disciplinas.

UFRN - Campus Central

Nas ementas do curso de História da UFRN Campus Central, encontramos menções às temáticas desta pesquisa em 2 disciplinas obrigatórias e 5 disciplinas optativas. Na disciplina de Prática como componente curricular (PCC) II- o mundo

antigo na escola básica foi possível identificar na citação da ementa "Discutir as fórmulas e os modelos de releituras contemporâneas do Mundo Antigo em suas várias formas: filmes, músicas, jogos, mídias digitais etc" uma possibilidade de diálogo com a produção de conhecimento histórico através dos jogos e das mídias digitais, características da História Pública e da História Digital. Há também na bibliografia apresentada a referência ao texto de Moran, Masetto e Behrens 2000, intitulado "Novas tecnologias e mediação pedagógica " que trata do papel das novas tecnologias na construção do conhecimento. Embora exista um direcionamento para a área de ensino e aprendizagem histórica, é possível estabelecer uma sutil relação entre a obra e o uso do ciberespaço com finalidades profissionais.

Também direcionada às discussões acerca da intersecção entre tecnologias e ensino de História, a disciplina de PCC III - O mundo medieval na escola básica, conta com uma menção ao texto de Esdras Carlos de Lima Oliveira, intitulado "Implicações do uso de mídias e de novas tecnologias no ensino de história".

Em relação aos componentes optativos, a disciplina de Didática da história contempla, através de menção via tópico de ementa, o debate sobre os espaços não formais de aprendizagem e a divulgação da cultura histórica. A partir disso, observa-se uma possibilidade de trabalho com a História Pública no que tange à divulgação e comunicação do conhecimento histórico produzido na academia.

A disciplina de conservação de documentos, por sua vez, estabelece uma conexão com a História Digital ao mencionar o estudo sobre a formação de arquivos digitais, o que em tese instrumentaliza os estudantes a atuar também no ambiente digital.

As transformações proporcionadas pelo desenvolvimento das tecnologias digitais são contempladas através da disciplina de Seminário de história da américa latina III, através da menção em bibliografia ao consagrado texto de Manuel

Castells, "A sociedade em rede", basilar no que diz respeito aos estudos sobre o mundo virtual e as mudanças proporcionadas pela era pós-digital.

Dentre as disciplinas mapeadas neste estudo, duas chamaram a atenção positivamente. Cultura histórica e memória cultural e Ensino de história e mídias digitais, em comparação com os componentes já citados acima, apresentam relação com os tópicos de estudo que nos são caros de maneira mais direta e aprofundada.

A primeira disciplina possui em sua bibliografia o livro Introdução à história pública, elaborado pelas pesquisadoras Juniele Almeida e Marta Rovai, considerado pioneiro por ser a primeira obra especializada em História Pública publicada no Brasil. Além disso, através dos tópicos constituintes de sua ementa, menciona o "agenciamento do passado nas instituições sociais por meio das noções de cultura histórica, didática da História, história pública e memória cultural", sendo a única disciplina dentre as 129 oferecidas pelo curso que menciona diretamente o conceito de História Pública.

Merece destaque também a disciplina de Ensino de história e mídias digitais, que contempla através dos tópicos iniciais de sua ementa a historiografia que emerge dos meios digitais. Ao mencionar "a cultura histórica nas mídias digitais. O uso da mídia na produção do conhecimento histórico (séc. XXI). O uso do conhecimento histórico na internet (sites, blogs). A produção de materiais didáticos e as novas tecnologias. As redes sociais e as expressões da cultura histórica", a ementa considera o ciberespaço no sentido mais literal do termo, enquanto um espaço privilegiado para a produção de conhecimento histórico de maneira participativa. É possível perceber também, a partir dos textos utilizados em sua bibliografia, "Intolerância em rede: apropriações da Internet pela extrema-direita (1999-2009)" e "Memórias do segundo dilúvio: uma introdução à história da internet" ambos de autoria de Dilton Maynard, uma preocupação da disciplina com uma importante demanda do tempo presente relacionada às redes sociais: a disseminação de

narrativas negacionistas e dotadas de um revisionismo histórico que simula os procedimentos de uma historiografia acadêmica (Pereira e Araújo, 2021).

No entanto, assim como apontamos no tópico de contextualização que precede a análise dos currículos pesquisados, a existência das menções e das próprias disciplinas não garantem, na prática, que essa formação esteja acontecendo. De acordo com os dados oferecidos pelo Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas, o SIGAA, a disciplina de Ensino de história e mídias digitais nunca foi oferecida pelo departamento.

Outro exemplo disso é o tópico 4.1.2 do PPC do curso, intitulado "Demandas da sociedade", em que há uma ressalva em relação ao uso das tecnologias na escola, visto que "(...) ela também tem contribuído para o desinteresse, a dificuldade de leitura e de escrita por parte dos alunos" (UFRN, 2019, p. 26). Diante deste desafio, o PPC aponta que "(...) este Projeto, voltado especificamente para a formação do historiador, justifica-se em razão de apresentar alternativas para o trabalho com a cultura digital" (UFRN, 2019, p. 26). O que se observou na análise do currículo elaborado, no entanto, vai de encontro ao estabelecido pelo próprio PPC, visto que as disciplinas pouco se alinham ao objetivo de formar seus alunos para lidar com a necessidade de uso e atuação no ciberespaço.

Constatamos, portanto, um quadro ambíguo quanto à formação em temas ligados à História Pública, História Digital e uso do ciberespaço para a prática historiográfica. Por um lado, é possível afirmar que algumas disciplinas oferecem bases para as discussões sobre esses tópicos. No entanto, as menções trabalham esses assuntos de maneira periférica, muitas vezes indiretas, em tópicos secundários ou em disciplinas nunca ofertadas, o que aponta a permanência da necessidade de uma formação que desenvolva competências para a atuação nas áreas de História Pública e Digital.

UFRN - Campus CERES

O Centro de Ensino Superior do Seridó, campus CERES da UFRN, foi criado no ano de 1974, contando com unidades nas cidades de Caicó e Currais Novos. Atualmente, a estrutura curricular, reformulada pela última vez no ano de 2022, conta com 41 disciplinas obrigatórias e 54 possibilidades de disciplinas optativas.

Ao analisar as ementas dos componentes curriculares obrigatórios do curso, identificamos menção às temáticas norteadoras da nossa análise apenas na disciplina de Historiografia contemporânea, que cita diretamente a área de História Pública em um tópico da sua ementa. No Projeto Pedagógico de Curso, o Núcleo Docente Estruturante explica especificamente a mudança realizada no planejamento deste componente, ancorada na necessidade de contemplar as demandas que emergem entre a segunda metade do século XX e as décadas iniciais do século XXI, como o estudo dos "Annales, Estudos pós-coloniais, Estudos de gênero, História ambiental, História global, **História pública** (grifo nosso) e História do Tempo Presente" (CERES, 2022).

Ainda em relação ao PPC do curso, é válido salientar que ele não somente é o único dentre os PPCs analisados que menciona - por diversas vezes - os conceitos de História Pública, História Digital e Ciberespaço, mas também discorre sobre o objetivo de instrumentalizar os seus egressos de maneira sólida para uso dos meios digitais e atuação nos âmbitos digitais e públicos da História, conforme descrito nas páginas 65 e 66:

> "O uso das novas mídias, como uma possibilidade de protagonismo dos egressos(as) em História, promove uma grande inovação, pois aprenderão a ter um olhar crítico sobre os seus usos dos ambientes virtuais, bem como saberão como produzir uma História Pública no ciberespaço, saindo de um papel de consumidor para produtor de conteúdo na web. Outro encaminhamento essencial é que há nesse projeto a constatação de que é necessário que as práticas de investigação e análise de que as fontes nascidas no meio digital, bem como as que são digitalizadas façam parte do ofício do docente-pesquisador(a) em História. (CERES, 2022, p. 65 e 66) "

Embora o PPC do curso já demonstre claramente uma preocupação do Departamento de História em oferecer aos seus alunos uma formação alinhada com os desafios que se apresentam a nós, historiadores, no século XXI, é possível constatar essa postura também através das disciplinas optativas elaboradas para atingir esse objetivo.

No componente intitulado "Materiais digitais para o ensino de História Medieval" há uma menção direta na ementa aos objetivos de trabalhar o conceito de Cultura Digital e a capacitação dos alunos para atuação como produtores de conteúdo em ambiente digital. Além disso, a bibliografia da disciplina conta com produções de autores clássicos da área, como o livro Cibercultura de Pierre Lévy e os textos "Apontamentos sobre História Digital: a internet nos livros didáticos do PNLD 2015", de Dilton Maynard e Luyse Moura, e "Histórias no ciberespaço: viagens sem mapas, sem referências e sem paradeiros no território incógnito da web" de Anita Lucchesi.

A preocupação com a Cultura Digital, Cibercultura e História Pública também é pontuada na ementa da disciplina "Docência, História e uso de TDICS", que possui em sua bibliografia um expressivo número de textos relacionados ao tema, embora ele não seja o foco principal da disciplina. Dentre as obras, estão "O que é o virtual?", "A inteligência coletiva: por uma inteligência do ciberespaço" e "Cibercultura", de Pierre Lévy, "Introdução à História Pública", de Marta Rovai e Juniele Almeida e "História Pública em Debate", de Sônia Meneses e Juniele Almeida.

Ainda que esteja voltada para o ensino, a disciplina "Cultura Digital e o Ensino de História" realiza menções indiretas aos temas investigados neste artigo, apontando a intenção de trabalhar o conceito de Cultura Digital e capacitar seus alunos para produzir conteúdo em ambiente digital. Existem na bibliografia menções a autores clássicos da área, como Manuel Castells, Peter Burke e Asa

Briggs, e o uso de uma bibliografia simbólica, fruto de uma dissertação elaborada no Profhistória da UFRN. O trabalho "Letramento histórico-digital: ensino de História e tecnologias digitais", defendido por Danilo Alves da Silva em 2019, versa sobre o desenvolvimento de um projeto de letramento histórico realizado por ele com os seus alunos do ensino fundamental.

De acordo com Danilo, os resultados de sua pesquisa indicaram que

> "(...) o ensino desenvolvido em plataformas digitais pode despertar o interesse dos estudantes pela História, apontando a necessidade de o professor fazer uma mediação no processo de ensino e aprendizagem que se utilize de plataformas digitais, além de confirmar que um caminho investigativo no ensino desse componente curricular pode viabilizar o letramento histórico-digital de estudantes na Educação Básica, estimulando o pensamento histórico e a reflexão sobre diferentes maneiras de ensinar e aprender História." (Silva, 2019, p.7)

Nesse sentido, fica evidente a importância de incorporar na prática docente o trabalho com o ambiente digital, integrando um componente cotidiano da vida dos alunos no processo de ensino e aprendizagem históricos. Como, no entanto, podemos realizar esta mediação se nós, na universidade, não estivermos sendo capacitados para esta tarefa? A demanda pela instrumentalização do historiador para uso e atuação no ciberespaço não emerge somente dos desafios relacionados às teorias da conspiração, às fake news, aos discursos de ódio, aos negacionismos e à manipulação das emoções (Varella e Bonaldo, 2021, p.2), mas abarca também uma expectativa proveniente do ambiente escolar.

O alinhamento percebido entre a organização curricular do curso de História oferecido pelo CERES com os desafios da contemporaneidade para o ofício do historiador é também contemplado na disciplina optativa intitulada "História Digital", completamente direcionada para abranger o letramento histórico-digital dos alunos em formação. Na sua ementa, este compromisso se reflete na menção aos itens de cultura digital, História e historiografia digital, a pesquisa histórica para o digital, linguagens multimídia, História Digital e o ensino de História, profissional

de História e as fontes digitais, e espaço escolar e a História Digital (CERES, 2022, p.269).

Além disso, a bibliografia do componente dispõe de publicações de referência, como "Uma História Social da Mídia: de Gutenberg à Internet" de Peter Burke e Asa Briggs, "A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade", de Manuel Castells, "Wikipédia e usos da história: a edição de uma história pública digital por historiadores e multidões" de Miguel Barboza Castro, "Digitalizar o arquivo, arquivar o digital: a história e suas fontes diante das velhas e novas tecnologias" de Bruno Laitano, "Cibercultura" de Pierre Lévy, "Digital History e Storiografia Digitale: estudo comparado sobre a escrita da história no tempo presente (2001-2011)" de Anita Lucchesi, a publicação da Revista Observatório, intitulada "História Digital: perspectivas, experiências e tendências" e a tese de Pedro Telles da Silveira, "História, Técnica e Novas Mídias: Reflexões Sobre a História Na Era Digital".

A formação profissional oferecida pelas universidades ancora-se no tripé fundamental ensino, pesquisa e extensão. Assim, o CERES elencou em seu PPC também as iniciativas do Departamento de História no que diz respeito aos projetos extracurriculares de ensino que foram oferecidos entre 2018 e 2021. Merecem destaque pelo alinhamento aos tópicos aqui analisados os projetos intitulados "Por mares nunca dantes navegados": a produção de conteúdo de História do Brasil Colonial para suportes digitais" (2021), "A utilização de acervos e fontes digitais no ensino e aprendizado da História Contemporânea" (2021), "História na rede: letramento digital e produção de conteúdo histórico no espaço escolar" (2020) e "Letramento Digital no Ensino de História: metodologias ativas e TDICs como construção da autonomia discente" (2019).

Outra iniciativa que contempla a capacitação dos estudantes para atuação nas áreas de História Pública e História Digital é o Laboratório de Humanidades

Digitais e Ensino de História do Departamento de História (DHC) do CERES (UFRN), o E-Humanas. De acordo com o laboratório, em publicação de apresentação veiculada nos seus perfis do Facebook e Instagram, o E-Humanas tem como objetivo promover investigações, debates e formações sobre humanidades digitais e ensino de História, bem como comunicar cientificamente à comunidade interna e externa da UFRN. Buscam também estimular reflexões acerca de temas ligados à cultura digital, educação e cidadania. Nesse sentido, o laboratório pretende contribuir com o ensino, a pesquisa e a extensão universitária (E-Humanas, 2024). Coordenado pelas professoras Vanessa Spinosa e Airan Borges de Oliveira, o projeto é uma iniciativa transdisciplinar, visto que articula-se de acordo com as diretrizes das áreas de História, Ciência da informação e Sistemas da informação.

Nesse sentido, a análise do PPC elaborado pelo CERES nos permite concluir que a formação oferecida pelo curso de licenciatura em História da instituição se destaca por, de fato, acompanhar as demandas contemporâneas relacionadas ao ofício do historiador em seu currículo e atividades extracurriculares, trabalhando especialmente a História Pública, a Cultura Digital e a Cibercultura. Essa conexão pode ser percebida tanto nas ementas das disciplinas quanto no aprofundamento através de iniciativas específicas, como o Laboratório E-Humanas. Assim, o CERES emerge como a ponta de lança no que se refere a preparar os seus alunos para lidar com os desafios da atuação e produção de conhecimento histórico no ciberespaço, promovendo uma formação que articula o tripé de ensino, pesquisa e extensão a partir das demandas de um mundo cada vez mais digital.

UERN - Campus Assu

O curso de licenciatura em História da UERN Campus Assu dispõe em sua estrutura curricular de 49 disciplinas obrigatórias e 12 opções de disciplinas optativas. A atualização mais recente do seu Plano Pedagógico de Curso ocorreu no ano de 2020, objetivando atender a necessidade de reestruturação e adequação a um novo conjunto de marcos legais para os cursos superiores de formação de

professores da rede básica. De acordo com o PPC do curso, também foram levadas em consideração as observações da Comissão de Avaliação do Conselho Estadual de Educação, que visitou o curso no ano de 2017 e elaborou sugestões e diagnósticos do curso (UERN, 2020)

Durante a pesquisa, identificamos menções às temáticas da nossa investigação em 3 disciplinas obrigatórias e nenhuma disciplina optativa. Na disciplina de Teoria II, há uma breve menção realizada em um tópico da ementa que cita " a escrita da História e as novas tecnologias digitais". No entanto, a ausência de bibliografia relacionada ao tema leva a ementa a não se aprofundar na temática, o que não nos permite supor de que maneira se pretende trabalhar com a intersecção entre tecnologias digitais e historiografia.

Já na disciplina de Metodologia do ensino da história I é possível estabelecer uma tênue relação entre a bibliografia apresentada, o livro "O desafio do século XXI", organizado por Edgar Morin e os desafios enfrentados pelo profissional da História no século XXI. Na obra, o autor realiza uma defesa em favor da integração e conexão entre diferentes saberes, princípio comum com as Humanidades Digitais e a História Digital.

Por fim, na disciplina de Oficina de ensino de história II: novas tecnologias da informação em sala de aula, encontramos também na bibliografia complementar uma importante referência na discussão sobre as transformações que a atuação no digital proporciona para o fazer historiográfico. A Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação de Leandro Coelho de Aguiar, intitulada "Cultura digital e fazer histórico: estudo dos usos e apropriações das tecnologias digitais de informação e comunicação no ofício do historiador" realiza uma ponderação importante acerca de como a produção de conhecimento no ciberespaço tende a resultar em reelaborações epistemológicas na concepção conceitual de termos caros à ciência histórica, como fonte, tempo e espaço.

Assim, embora existam referências relacionadas ao Ciberespaço, História Digital e Humanidades Digitais, o que demonstra uma tentativa de incorporar essas temáticas a formação, as abordagens realizadas pelo curso de História da UERN campus Assu apresentam limitações, especialmente considerando a relevância dessas áreas no cenário atual. Diante disso, constatamos uma baixa sinergia do currículo com as demandas do século XXI, ainda que a atualização mais recente tenha ocorrido há apenas 4 anos.

UERN - Campus Mossoró

O curso de História da UERN Campus Mossoró oferece atualmente 45 disciplinas obrigatórias e 28 opções de disciplinas optativas. A atualização mais recente do seu PPC ocorreu em 2023, como resultado das discussões realizadas em comissões temáticas, dos diálogos com a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação e das propostas de reestruturação debatidas em fóruns específicos de profissionais da área e em Simpósios e Encontros (nacionais e estaduais) da Associação Nacional de História - ANPUH (UERN, 2023).

A despeito das considerações realizadas pelo PPC do curso, os resultados da análise realizada nas 73 ementas e na estrutura curricular não foram animadores. Não há nenhum tipo de menção aos estudos relacionados às temáticas de História Pública, História Digital, Ciberespaço e áreas correlatas. Os termos, inclusive, não são mencionados em nenhuma das 171 páginas do documento base do curso, o que contrasta severamente com o fato deste Plano Pedagógico de Curso ser o mais recente dentre os analisados neste artigo. Há, no entanto, a possibilidade de trabalhar estas temáticas nas disciplinas de tópicos especiais, que possuem ementas abertas e à disposição dos docentes para elaborar seus planejamentos. É importante salientar, no entanto, que as ausências na documentação, embora sintomáticas, não condicionam necessariamente a ausência do trabalho com os tópicos que nos são caros no dia a dia da sala de aula.

Considerações finais

Objetivamos aqui contribuir com as provocações realizadas pela ANPUH-RN e refletir sobre alguns dos desafios contemporâneos ao ofício do historiador, sobretudo no que tange à crescente influência do ambiente digital em nosso cotidiano laboral. Entendendo esse novo momento como parte indissociável do século XXI, enxergamos que a necessidade de aprender a lidar com as possibilidades oferecidas por ele é mister para que possamos lidar com as disputas de narrativas que constantemente ocorrem no ciberespaço, em que a ciência histórica encontra-se constantemente ameaçada por discursos que a todo momento mobilizam a ideia de uma verdade absoluta.

Keila Grinberg, em entrevista dada à revista Locus, aponta que nossa grande questão tem sido lidar com a ideia da validação do conhecimento em um mundo onde se produz informações falsas com muita facilidade nos meios digitais (Lucchesi e Oliveira, 2024, p.167). Para a historiadora, o grande ponto é como lidaremos com este mundo contemporâneo, em que se ampliam os grupos que questionam a ideia de verdade como nós historiadores ou pessoas da área de ciências sociais e humanidades construímos.

Nesse ambiente, aparentemente imune ao discurso da autoridade, onde o historiador não detém o monopólio da produção de conhecimento, parece crucial que busquemos não apenas o avanço do conhecimento, mas também a compreensão de como ele vem sendo testado e negociado nos meios digitais (Malerba, 2017). Precisamos, mais do que nunca, ocupar a esfera pública, o que não quer dizer que esta seja uma obrigação, muito menos que seja preciso abdicar de pesquisas e aulas em função dessa forma de atuação. No entanto, sobretudo quando consideramos o contexto político brasileiro, urge a necessidade de um maior comprometimento dos historiadores – e da universidade, de modo geral – com a dimensão das políticas públicas e da cidadania (Espinosa *et al.*, 2021)

Foi pensando na importância da universidade neste processo de aproximação entre o historiador e o seu público, agora no ciberespaço, que realizamos a investigação e as análises descritas nos tópicos anteriores. Aqui, ao examinar os documentos e conhecer as estruturas curriculares e planos pedagógicos de curso que compõem as licenciaturas em História oferecidas por instituições públicas no estado do Rio Grande do Norte, constatamos um cenário que se apresentou ambíguo e, por vezes, contraditório.

Três dos quatro cursos analisados apresentam defasagem na incorporação das temáticas de História Pública e História Digital, essenciais ao cenário profissional atual. A falta de conexão com as necessidades do século XXI vulnerabiliza a formação dos historiadores potiguares para atuar em uma sociedade cada vez mais digitalizada. As ausências, embora indicativas, não significam, no entanto, que as discussões sobre essas áreas sejam inexistentes nas práticas pedagógicas cotidianas, mas reforçam a necessidade de um compromisso institucional para a reformulação dos currículos.

Por outro lado, um bom exemplo em relação a como transformar a formação oferecida não está distante de nós. Na cidade de Caicó, a "princesa do Seridó", o curso de licenciatura em História oferecido pelo CERES se constitui como uma experiência exitosa na integração de temáticas relacionadas à História Pública, História Digital e Ciberespaço em seus currículos e atividades acadêmicas. Essas iniciativas, somadas ao Laboratório E-Humanas, demonstram como a universidade pode se tornar um espaço efetivo para a formação de historiadores preparados para os desafios contemporâneos.

A análise que nos propusemos a fazer neste artigo não buscou apontar culpados ou gerar dissabores institucionais, mas evidenciar os desafios e as oportunidades que se apresentam para a formação dos historiadores no século XXI, bem como refletir sobre como nós, em solo potiguar, estamos lidando com essa

nova realidade. Incorporar a História Pública e a História Digital aos nossos currículos é de suma importância para que estejamos aptos a navegar com segurança e destaque neste mar de possibilidades proporcionadas pelo ciberespaço, e a universidade tem um papel importantíssimo nesse processo. Do contrário, estaremos sendo lançados ao mar sem qualquer tipo de recurso, sob ameaça de viver à deriva enquanto os "corsários do conhecimento" alcançam um público cada vez mais amplo com os seus discursos inverídicos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA - Seção Rio Grande do Norte (ANPUH-RN). Sobre o evento. ANPUH-RN, 2024. Disponível em: https://doity.com.br/anpuhrn. Acesso em: 08 nov. 2024.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. História Pública e redes sociais na internet: elementos iniciais para um debate contemporâneo. Revista Transversos, 2016, 7.7: 35-53.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; LUCCHESI, Anita. História Digital: reflexões, experiências e perspectivas. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. História Pública no Brasil - Sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO SERIDÓ. Projeto político pedagógico do curso de licenciatura em História. Caicó: CERES, 2022. Disponível em:<https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/ppp.jsf?lc=pt_BR&id=111635060 . Acesso em: 05 nov. 2024.

E-HUMANAS. Quem somos? Instagram, 20 mar. 2024. Disponível em: https://www.instagram.com/p/C4wCp4QRfpi/?img_index=1. Acesso em: 05 nov. 2024

ESPINOSA, M., MONZOTE, R. F., GARCÍA, M., GOMES, A. C. V., NEELAKANTAN, V., ODUNTAN, O., ... & TURIN, R. História, historiadores e a pandemia de covid-19. Topoi (Rio de Janeiro), 22, 588-621, 2021. Disponível

em:<https://www.scielo.br/j/topoi/a/G4rxgkq9wzTkMCm6s9KnmrN/?format=pdf>. Acesso em: 08 nov. 2024

FRISCH, Michael. A Shared Authority: Essays on the Craft and Meaning of Oral and Public History. Albany: State University of New York Press, 1990.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 2010, 264 p.

LUCCHESI, Anita. Digital history e storiografia digitale: estudo comparado sobre a escrita da história no tempo presente (2001-2011). Dissertação (Mestrado em História Comparada) – UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, 2014.

LUCCHESI, Anita; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Apresentação. Locus: Revista de História, 30, n. 1(2024):03-11.

____. "Entrevista com Keila Grinberg(Universidade de Pittsburgh)". Locus: Revista de História, 30, n. 1(2024):159-174

____. "Entrevista com Tiago Gil (Universidade de Brasília)". Locus: Revista de História, 30, n. 1(2024):138-158.

MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. Revista Brasileira de História 37(2017): 135-154. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/LHTGChGvyDBCdzDk33k4WgM/abstract/?lang=pt>. Acesso em 06 nov. 2024.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; ARAUJO, Valdei Lopes de. Atualismo: Pandemia e historicidades no interminável 2020. Estudos Ibero-Americanos, [S. l.], v. 47, n. 1, p. e39802, 2021. DOI: 10.15448/1980-864X.2021.1.39802. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/iberoamericana/article/view/39802. Acesso em: 8 nov. 2024

SILVA, Danilo Alves da. Letramento histórico-digital: ensino de História e tecnologias digitais. 2019. 103f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História - Profhistoria) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN. Projeto político pedagógico do curso de licenciatura em História - Campus Assu. Assu: UERN, 2020. Disponível em: <https://www.uern.br/controledepaginas/proeg-projetos-pedagogicos-assu/arquivos/4229ppc_de_hista%C2%B3ra_homologado_2022_sei_04410086.000229_2021_68.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2024.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN. Projeto político pedagógico do curso de licenciatura em História - Campus Mossoró. Mossoró: UERN, 2023. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1je_4uK1m7BlhCUi5JNU2yvp1KTG7N3uR/view>. Acesso em: 05 nov. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN. Projeto político pedagógico do curso de licenciatura em História - Campus Natal. Natal: UFRN, 2019. Disponível em: <https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/ppp.jsf?lc=pt_BR&id=111635057>. Acesso em: 05 nov. 2024.

VARELLA, Flávia Florentino; BONALDO, Rodrigo Bragio. Todos Podem Ser Divulgadores?. Estudos Ibero-Americanos, V. 47, P. E38806, 2021. Disponível em:<https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/iberoamericana/article/view/38806/27038>. Acesso em: 08 nov. 2024.

Espacialidades
Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN

ANPUH RN
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

OS FINS DA GUERRA: as resistências aos Acordos de Paz no processo de "Aquietação" nos Sertões do Norte

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38336

Ananda Priscyla Lopes Gomes[124]

RESUMO: O presente artigo busca analisar o fim da "Guerra dos Bárbaros" conforme declarado pelos camarários em 1722, bem como os acordos de pazes estabelecidos entre as lideranças indígenas e os portugueses durante as missões religiosas nos aldeamentos durantes os conflitos nos sertões da Ribeira do Açu. E por intermédio das fontes investigamos o desenlace dessa guerra através de ações a partir dos recuos e tentativas de pacificação, entendendo que esses conflitos não foram lineares e progressivos, em que houveram momentos de alianças e amizades, como também de confrontos. O uso da "aquietação" utilizada pela monarquia não se limitou à fixação dos "bárbaros" nos aldeamentos, mas também incluiu rebeliões que ocorreram nesses territórios, revelando a resistência desses grupos.
PALAVRAS-CHAVE: Sertão; Guerra dos Bárbaros; aquietação; resistência; Açu.

THE ENDS OF THE WAR: resistance to the peace Agreements in The "Quietening" process in the Sertões do Norte.

ABSTRACT: This article seeks to analyze the end of the "War of the Barbarians" as declared by the councilors in 1722, as well as the peace agreements established between indigenous leaders and the Portuguese during religious missions in the villages during the conflicts in the backlands of Ribeira do Açu. And through the sources, we investigated the outcome of this war through actions based on retreats and attempts at pacification, understanding that these conflicts were not linear and progressive, in which there were moments of alliances and friendships, as well as confrontations. The use of "quietation" used by the monarchy was not limited to the settlement of "barbarians" in villages, but also included rebellions that occurred in these territories, revealing the resistance of these groups.
KEYWORDS: Sertão; Barbarian War; quieting; resistance; Açu.

[124] Graduanda em licenciatura de História pela Universidade do Estado Rio Grande do Norte (UERN), Campus Avançado de Assu; http://lattes.cnpq.br/1424418455626707; E-mail: anandagomes59@gmail.com.

Introdução

A presente pesquisa trata em exemplificar e pensar as dinâmicas que estiveram envolvidas no processo da "Guerra dos Bárbaros" que inicia em 1687 a 1722 na Ribeira do Açu, compreendo a História Indígena que desde a chegada dos colonizadores é marcada por resistências e aniquilação de seus povos. Nesse viés pensamos que aquele "fim" narrado pela historiografia novecentista para a década de 1720 e pela Câmara de Natal em 1722, não ocorreu de forma direta e abrupta e somente faz sentido na interpretação teleológica. A grande guerra dos sertões do Assu que pensamos e refletimos neste trabalho é marcada por recuos, acordos, fugas, alianças, assaltos e outros. Entendemos os conflitos da guerra não de forma linear e contínua, mas de maneira dinâmica, com recuos e avanços durante esse período. Fica evidentemente claro que depois da declaração do "fim" da chamada "Guerra dos Bárbaros", segundo a Câmara do Natal e seus camarários em 1722, o tratamento em que se vai ter com os eventos relacionados aos indígenas será de forma pontual, por já ter um bom controle das populações das ribeiras da capitania e pelo apoio que os paulistas fizeram na guerra, segundo as documentações terá o prosseguimento de notáveis reclamações exaltadas a mão de obra dos indígenas nas pescarias por exemplo. Pensamos essa pesquisa não apenas pelo fim declamado maioritariamente pela historiografia nas décadas de 1720 ou pela declaração da câmara em 1722, exercitamos por meio das documentações a pensar e analisar que desde o início dos conflitos com os nativos foi fascinado pelos portugueses e demais membros se dar um fim às batalhas e aos ameríndios.

As propostas de paz aos indígenas, se dava por uma tentativa de acabar com os conflitos e alcançar a conquista dos sertões. Colocar os índios que eram amigos e aliados nos aldeamentos com os religiosos, na investida de se acalmar esses povos, educá-los a cultura, costumes e religião portuguesa cunhada no catolicismo europeu, convertendo e doutrinando esses indivíduos. Retirando no pensamento dos lusos a "barbárie" e as antigas práticas que esses permaneciam. É nesse sentido que

pensamos o uso da terminologia "aquietação" encontrada nas documentações dessa pesquisa, que refere-se a "aquietar" ou "amansar" aqueles povos ditos como "bárbaros" pelos colonizadores, utilizado durante todo o período de colonização e exploração no período da guerra contra os indígenas e no recolhimentos desses povos nos aldeamentos, a fim de deixar esses indivíduos nativos fora dos sertões e da barbárie. É notório que, ao ler essas fontes, percebe-se que a solução para todos os atos considerados "hostis" pelos lusitanos era o emprego da "aquietação" desses grupos, seja pelos acordos de paz, aldeamentos, pela guerra e extermínio ou capturados por meio da "guerra justa". O propósito tão empenhado por esses colonizadores em "aquietar" esses indígenas e nações é para se conseguir a efetivação nos espaços do sertão e outros locais, dessa forma teriam as riquezas que esses locais propiciavam, principalmente a busca por metais preciosos.

Com o auxílio das nossas fontes presentes no AHU - Arquivos Históricos Ultramarinos, AUC - Arquivo da Universidade de Coimbra da Coleção Conde dos Arcos e os Livros, cartas e Termos de Vereação do Senado da Câmara do Natal, conseguimos repensar o dito fim da Guerra dos Bárbaros em 1722, pois em todo decorrer desses embates foram alocados tentativas de acabar com essa batalha. A construção dos aldeamentos ao qual reunia várias etnias indígenas em um só espaço, a fim de se obter o controle sobre esses povos, os acordos de pazes desenvolvidos com as lideranças indígenas, eram investidas desses colonos em ter amizade e apoio desses indivíduos na guerra, visto que esses sujeitos possuíam conhecimento daqueles territórios.

Os acordos de paz: resistência e as tentativas de "aquietação" dos ditos "bárbaros"

Durante o período de domínio e exploração dos sertões da capitania, foram criados diversos acordos para tentar "aquietar" os indígenas que viviam nos sertões. Para esses colonizadores, esses grupos eram classificados como hostis e bárbaros.

Logo, viram nos acordos de paz uma forma de obter o apoio dessas nações para poderem se apropriar desses espaços. No entanto, analisamos esse acordo de maneira estratégica e resistente por esses povos *tapuyas*, que os utilizavam como forma de garantir proteção, obter privilégios e, em certas ocasiões, quebravam o acordo que havia sido selado. Tanto por parte dos portugueses como pelos nativos, esses tratados foram quebrados diversas vezes.

Assim como a historiadora Ristephany Leite faz resgate das fontes a terminologia "aquietação"[125], neste trabalho utilizaremos o uso do termo na perspectiva de entender a utilização dessa expressão durante o período colonial, tal qual utilizado na grande guerra e nos aldeamentos. No sentido de "aquietar", ou seja, por intermédio dos aldeamentos, colocando os indígenas, esses ficariam mais "calmos", "mansos" e a Capitania do Rio Grande teria "sossego" das "barbáries" que os *tapuyas* vinham executando na capitania e contra as fazendas de gado, por exemplo.

Por intermédio dos acordos de pazes, conseguimos analisar o emprego termo "aquietação" utilizado pelos colonizadores durante todo o período colonial e o uso dos acordos como um meio de apaziguar ou aliar a esses povos. Isto é, os acordos foram uma ferramenta utilizada durante a guerra para conseguir o auxílio dos povos dos sertões, os chamado "tapuyas", esses sujeitos tinham o conhecimento dos territórios e espaços não conquistados pelos portugueses, o que serviria de grande ajuda, como também serem usados como soldados de guerra nas tropas militares ao quais eram feitas aos sertões, como a vinda dos bandeirantes a esses espaços, os ditos índios aliados auxiliavam esses sertanistas a capturar e massacrar os índios inimigos que estariam fazendo rebeldia e precisavam ser "aquietados".

---

[125] 2 O uso da semântica "aquietação" é bastante recorrente encontrado nas documentações desse período, quando alguma autoridade está relatando sobre os conflitos da guerra ou quando estão direcionando essas populações ameríndias para as aldeias. Nas fontes encontramos muito quando estão informando ao rei sobre as hostilidades que as batalhas entre os portugueses e nativos estavam ocasionando a esses territórios coloniais e principalmente na ocupação dos sertões onde a resolução ou a resposta é na maioria das vezes: "aquietar esses bárbaros selvagens", "aquietar os índios que estavam rebelando", "remédio para aquietação".

É notório que, ao ler essas fontes, percebe-se que a solução para todos os atos considerados "hostis" pelos lusitanos era o emprego da "aquietação" desses grupos, seja pelos acordos de paz, aldeamentos, pela guerra e extermínio ou capturados por meio da "guerra justa". O propósito tão empenhado por esses colonizadores em "aquietar" esses indígenas e nações é para se conseguir a efetivação nos espaços do sertão e outros locais, dessa forma teriam as riquezas que esses locais propiciavam, principalmente a busca por metais preciosos. Para os colonos portugueses, o que se considera "bárbaro" e "selvagem" são atos fortes, corajosos e resistentes dos povos indígenas que conseguiram, no meio de toda a guerra que se vinha fazendo contra o seu território e seus grupos, uma forma de resistir e lutar contra todas as agressões físicas, mentais e culturais que sofreram.

No acordo de paz retificado em 1692[126] com o rei Canindé dos Janduís, extraímos o emprego da "aquietação" nas cláusulas do tratado em que era pedido que a nação indígena conservasse na sua liberdade, em paz e nas "aquietações", quer dizer quietos e mansos na tradução literal para viver. Até nas edificações dos tratados eram pedidos que esses povos se mantivessem quietos, educados, sem provocar nenhum tipo de "rebeldia" ou "bárbarie".

De antemão, trataremos da retificação de paz efetuada no ano de 1692 que tem como marco as transações desenvolvidas das capitulações entre o governador-geral da Bahia Antônio Luís Gonçalves de Câmara e o Rei dos Janduís Canindé, o que se tornaria um passo importante para aquele período para os colonos, camaristas e a coroa como a abertura para o processo de pacificação na capitania do Rio Grande (Alencar, 2017). Quando analisamos o exposto desse documento, notamos que, em 1692, nas Capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, a coroa portuguesa detinha o controle dessas 4 capitanias e da nação de Janduís, dividida em 22 aldeias que estavam localizadas no sertão desses espaços. No

[126] Arquivo Histórico Ultramarino (AHU, Portugal, Lisboa) transcrito e publicado por Ernesto Ennes, p. 422-426 (documento 75).

total, resumia 13 a 14 mil almas indígenas que os lusitanos possuíam controle em aldeias. Nesse momento, o Estado Português já tinha a manipulação sobre as extensas populações originárias que se localizavam no sertão e que já haviam sido implementadas as aldeias.

O presente tratado foi concebido na Bahia, em que o capitão João Paes Florião como intérprete do principal indígena José de Abreu Vidal e o rei dos Janduís, carregavam uma proposta: "uma paz perpétua para viver a sua nação e a portuguesa como amigas". Tal qual os portugueses, o fazer paz proposto pelo Rei Canindé dos Janduís é evidenciado de forma estratégica, querendo proteger sua comunidade. Com os acordos, sua nação estaria protegida da escravização, teriam o direito de ir e vir, a liberdade circunscrita. Não podemos ver esses acordos, como um ato de sujeição por completo desses indivíduos, mas que em alguns momentos foi necessário buscar se sujeitar aos tratados, como o jeito de "salvar" o seu povo da guerra e da violência à qual eram expostos.

Ao aceitar o tratado de paz com os portugueses, a nação indígena: "prometem e juram em nome de todos seus descendentes a tal obediência, vassalagem e sujeição a suas leis, com a seu rei e senhor". Bem como na estrutura do Antigo Regime, os ameríndios quando assentiram com o acordo, em seguimento concordavam segundo a legislação portuguesa serem fiéis vassalos do seu rei, obediência às leis de sua majestade e de seu senhor, no caso seriam vassalos do monarca e consequentemente aceitavam passar pelo processo de doutrinação e catequização, tornando servos obedientes de nosso senhor Jesus Cristo. Na 3ª proposição do acordo, os portugueses pediam que: "Que ele, dito rei Canindé, e todos os principais da sua nação e gente de todas as ditas aldeias desejam ser batizados e seguir a lei cristã dos portugueses, sendo para esse fim tratados como gente livre e não oprimidos contra sua vontade". Eram exigidos ser batizados, seguir o catolicismo e assim seriam tratados como "gente livre", em outros termos, usufruir da liberdade. Liberdade essa que lhe foi tirada desde o momento em que os portugueses puseram os pés na América. Por

conseguinte, os que não seguissem no caso os tapuyas do sertão seriam "oprimidos contra sua vontade".

Ao entrar debaixo das "pazes", os indígenas concordavam em defender seu rei e todos os territórios que ele administrava, como também serem fiéis guerreiros e soldados nesta guerra de conquista e extermínio, "mandando os ajudar contra seus inimigos, por ser em benefício dos portugueses." É necessário evidenciar que os acordos beneficiam muito mais os portugueses do que os indígenas. Esses colonos tinham a força desses grandes guerreiros para lutar, trabalhar e o grande conhecimento que era repassado sobre aqueles espaços estrangeiros que os lusos não tinham sabedoria.

As missões religiosas e as dinâmicas nos aldeamentos: as fugas como resistência

A formação das Juntas de Missões religiosas no período colonial missões eram orientadas pelos missionários jesuítas e outras ordens religiosas, de início levaram apenas à catequização dos povos, contudo, com o avanço e intensivo das guerras entre os nativos e colonos, prosseguiu a direcionar os religiosos às aldeias, que se fundaram com os "tapuias" do sertão. Na qual os missionários foram incumbidos de catequizar, mas também assentar essas populações indígenas em aldeias e deslocá-las para as proximidades dos núcleos portugueses, a fim de educar e politicamente deixá-los mais civilizados e usar sua força de trabalho (Almeida, 2013). Em conformidade com (Morais, 2022) ficava a cargo dos jesuítas supervisionar as missões em que se aldeavam os índios, e nelas protegiam e ficavam aqueles povos naquele local determinado. Apesar disso, as populações nativas que se negassem a se converter, a se aldear e fossem contra a colonização eram capturadas em forma da guerra justa.

No trecho extraído da carta de 15 de outubro de 1715 dos oficiais da câmara para o rei D. João V pedindo que o capitão-mor do Rio Grande pudesse repartir os

índios aldeados para o serviço dos moradores, o Padre Manoel da Companhia de Jesus que estava estabelecido na Aldeia de Guaraíras (que juntamente com a aldeia do Guajiru viraram em 1760 a Vila de Estremoz), o superior religioso relata que sempre cedeu os índios para servirem, ou seja, a serviço dos moradores do Rio Grande principalmente nos serviços que se referem as pescarias nas salinas e da costa, para a condução do gado a Pernambuco e outros serviços que esses moradores pedissem, afirma o padre. Na tabela abaixo, o padre cita os serviços pelos quais no último ano tinha liberado esses índios:

Tabela 1 - Quantidade de índios aldeados que foram solicitados pelos moradores no ano de 1715

Quantidade de índios que saíram a serviço para os moradores:	Serviço que esses índios saíram	Morador que solicitou:
40 índios	bandeira	Paulistas
9 índios	pescaria na costa	Antonio Lopes Lisboa
8 índios	pescaria na costa	Padre Teles da Sylva
8 índios	conduzir o gado do sertão para Pernambuco	Manoel Joam Miz'
38 índios	salina pescar	uns homens
18 índios	não consta	moradores da Paraíba
12 índios	não consta	moradores de Pernambuco que residiam no pão amarelo
30 índios	não consta	Capitania do Ceará

Fonte: CARTA dos oficiais da Câmara de Natal ao rei [D. João V] pedindo que, de acordo com o

capitão-mor do Rio Grande do Norte, possam repartir os índios aldeados para o serviço dos moradores; e que os religiosos da Companhia de Jesus, que administram as aldeias de índios, sejam substituídos por religiosos mendicantes. Natal. 07/08/1713. Anexo: vários documentos. AHU - RIO GRANDE DO NORTE, Cx. 1, D. 73, elaborada pela autora (2024).

Na tabela acima, notamos a referência em que esses nativos foram solicitados para trabalhar para os moradores tanto na capitania do Rio Grande como para outras partes como Pernambuco, Paraíba e Ceará. Neste último, o Governador de Pernambuco havia enviado 30 índios para socorrer a Capitania do Ceará por mais de dois anos, provavelmente para ajudar nas empreitadas da guerra justa que se fazia nesses espaços. Como já dito, os índios aldeados eram utilizados para fazer guerra contra os "tapuias", além de serem usados como força de trabalho para esses colonos, fazendo o serviço pesado.

Segundo a fonte de 7 de maio de 1714, referente a uma Carta dos Oficiais da Câmara de Natal que envia ao rei D. João V, pedindo para que se possam repatriar os índios aldeados para o serviço dos moradores. "que se fazem tão aubsulutoz que, mandando VMag.e que a Camara junto com o Capitão mor Repartão os ditos índios pêra o serv.o dos mora-dorez, não querem oz Religiozos comcentir", pois, segundo os oficiais da Câmara, a Companhia de Jesus vinha administrando a aldeia de forma absoluta e não vem repartindo os índios para o serviço dos moradores, dado que esses moradores necessitam dos originários para irem às pescarias, cuidar do gado, da terra e outras funções. A reclamação da carta é clara, quando implantadas as missões e aldeias, os índios aldeados eram na maioria repartidos a serviço dos jesuítas, aos colonos e aos moradores, servindo em diversas ocasiões. Porém, os padres jesuítas não vinham distribuindo os índios para ajudar a sociedade do Rio Grande, o que gerou certo conflito entre a Companhia e o restante da população. A seguir, temos uma tabela elaborada com os dados extraídos da carta do dia 22 de agosto de 1715 que o Padre João Guedes, que era religioso da Companhia de Jesus na Aldeia do Guajiru, relatava que muitos moradores não pagavam pelos serviços prestados pelos

índios aldeados.

Tabela 2 - Quantidade de moradores que solicitaram os índios aldeados e quanto tempo deviam o pagamento[127]

Morador que devia:	Quanto tempo de dívida	Serviço ao qual foi chamado:	Quantidade de índios chamados:
Manoel Corrêa	7 anos	tapuyas cativos foram a uma bandeira	não consta
Ignacio Gonsalos	3 anos	índios a pescaria da costa	não consta
Sargento mor Antonio Roiz Santiago	não consta	condução de um lote de gado de Assu até Itinga	2 índios
Matahias Caresma	3 meses do ano passado (1714)	8 índios a pescaria	8 índios
R. do. P. Adjutor Antonio de Andrade	3 meses	pescaria	8 índios
Andre Nogueira da Costa	não consta	pescaria da costa	não consta
Domingos Fernandes	2 anos	meia arroba de cariguatá	não consta
Thomaz Henriquez	não consta	índios no serviço em um casa e cerca	não consta

[127] [4] Tabela elaborada pelas informações extraídas do documento: CARTA dos oficiais da Câmara de Natal ao rei [D. João V] pedindo que, de acordo com o capitão-mor do Rio Grande do Norte, possam repartir os índios aldeados para o serviço dos moradores; e que os religiosos da Companhia de Jesus, que administram as aldeias de índios, sejam substituídos por religiosos mendicantes. Natal. 07/08/1713. Anexo: vários documentos. AHU - RIO GRANDE DO NORTE, Cx. 1, D. 73.

Capitão Antonio da Silv Morador na Ribeira do Assú	4 anos e 5 meses	índio Paulo Valadares	1 índio
Francisco de Magalhães	não consta	tapuyas conduziram ao Assu o seu gado	não consta

Fonte: CARTA dos oficiais da Câmara de Natal ao rei [D. João V] pedindo que, de acordo com o capitão-mor do Rio Grande do Norte, possam repartir os índios aldeados para o serviço dos moradores; e que os religiosos da Companhia de Jesus, que administram as aldeias de índios, sejam substituídos por religiosos mendicantes. Natal. 07/08/1713. Anexo: vários documentos. AHU - RIO GRANDE DO NORTE, Cx. 1, D. 73, elaborada pela autora (2024)

Com essa tabela extraímos que 10 moradores da Capitania do Rio Grande haviam se dirigido a Aldeia do Guajiru solicitar índios para serviços e haviam dirigidos esses nativos a trabalhos como: condução de gado, pescaria, bandeiras e outros, o que se analisa no documento é que os moradores não haviam pagado pela mão de obra que esses índios tinham oferecido, devendo entre 3 meses a 7 anos de dívidas. E o padre pedia que esses moradores da capitania se fizessem pagar pelos serviços dos índios. Analisamos que esses colonos queriam se usufruir do suor, de trabalho e força desses indígenas, mas não queriam pagar o que lhe era de direito, dando a entender que esses colonos achavam que tinham todo o direito de usar e não pagar, achando esses não como trabalhadores, mas como escravos, além da mão de obra indígena ser super desvalorizada e barata nesse período.

Os fins possíveis: desdobramentos para o fim da guerra

Fica evidentemente claro que depois da declaração do "fim" da chamada "Guerra dos Bárbaros", segundo a Câmara do Natal e seus camarários em 1722, o tratamento em que se vai ter com os eventos relacionados aos conflitos com os indígenas será de forma pontual, por já ter um bom controle das populações das ribeiras da capitania e pelo apoio que os paulistas fizeram na guerra, segundo as

documentações terá o prosseguimento de notáveis reclamações exaltadas a mão de obra dos indígenas nas pescarias por exemplo, como evidenciado no tópico anterior. Os próprios objetivos digamos da coroa portuguesa em conquistar e controlar os "ditos bárbaros" haviam sido alcançados no sentido que já tinha certa parte das populações reduzidas e "aquietadas" nas missões, conseguindo o controle em que necessitavam para a continuação do seu projeto de colonização, que se dava pela abertura das instalações da pecuárias nos sertões e demais ribeiras da capitania.

Pensamos essa pesquisa não apenas pelo fim declamado maioritariamente pela historiografia nas décadas de 1720 ou pela declaração da câmara em 1722, exercitamos por meio das documentações a pensar e analisar que desde o início dos conflitos com os nativos foi fascinado pelos portugueses e demais membros se dar um fim às batalhas e aos ameríndios. Mais uma vez reafirmo que as propostas de paz aos indígenas, se dava por uma tentativa de acabar os conflitos e alcançar a conquista da América. Colocar os índios que eram amigos e aliados nos aldeamentos com os religiosos, na investida de se acalmar esses povos, educá-los a cultura, costumes e religião portuguesa cunhada no catolicismo europeu, convertendo e doutrinando esses indivíduos. Retirando no pensamento dos lusos a "barbárie" e as antigas práticas que esses permaneciam.

Os objetivos dos camarários da um fim definitivamente a grande guerra, se resulta em alcançar privilégios vindo do rei, a fim de se ascenderem socialmente naquela sociedade estruturada nos moldes do Antigo Regime europeu em que cargos, mercês e sesmarias eram de grande importância para a vigência da sociedade da época para se distinguir dos demais e o que mostrava as suas posses e posição no Estado Português. Com a consequente diminuição da resistência indígena nas décadas de 1720, o interesse dos portugueses modificou o direcionamento refletindo agora na terra e na exploração da força de trabalho dos ameríndios, como afirma Alencar. Com uma maior extensão e agrupamentos desses povos nas aldeias, por consequência tinham esses indivíduos para prestarem serviços aos moradores e à capitania. Os

interesses dos camarários e demais portugueses que estavam na capitania buscavam alcançar a conquista de sesmaria nas ribeiras do Apodi-Mossoró e Açu para a instalação de fazendas de gados e a plantação e o desenvolvimento dessas que se enquadram nas intenções dos oficiais da Câmara de Natal. Para além dessas evidências, é notório dizer que a capitania se encontrava com falta de recursos para se continuar a guerra, tendo em vista que em torno de 40 anos os conflitos vinham sendo desenvolvidos no Rio Grande.

O então "fins possíveis" da guerra, antes do pedido de 1722, os camarários tinham enviado ao monarca em 23 de julho de 1717, "a Câmara pedira que lhe fossem concedidos os privilégios da de Évora, Braga e Porto, respondendo o rei, em 7 de maio de 1718, que se- contentasse com os das ordenações". Os oficiais fazem seu pedido para que seus privilégios fossem alcançados, mas em 1718 o rei retorna a carta do requerimento dos camarários recusando que eles "se contentar com as ordenações". Todavia, a câmara não sossegará, e em 4 de janeiro de 1722 enviam novamente a sua solitação de suas regalias a sua majestade dizendo:

Atidos na lembrança que V. M. deste Senado tem pela sua real carta de 7 de maio de 1718, lhe fazemos presente que para o merecimento de sua real atenção esperamos sirva primeiramente o serviço de mais de 80 anos de sua parte, que à real coroa de V. M. se fez por nossos avós, pais e por nós e nossos filhos agora na contínua guerra e conquista cm que se tem andado contra o gentio bárbaro e cm defesa desta capitania, com despesas dc fazendas c perdas dc muitas vidas destes, até que de todo ficou reparada e os ditos bárbaros extintos, porque alguns poucos que há se acham reduzidos à paz debaixo de missão, do que tudo assim obrado, como é notório, tem resultado â fazenda de V. M. em todos os seus reais dízimos e mais contratos, assim nesta capitania, como nas mais de Pernambuco e Paraíba, um grande proveito no aumento dos preços por que se tem rematado, rematam e vão rematando com o crescimento dos gados nas terras, que com as ditas guerras se tiraram aos ditos bárbaros que as ocupavam. (LYRA, 2008, p. 134)

Os homens da câmara pedem que a coroa os recompensem pelos mais de 80 em que serviram a coroa de sua majestade nas batalhas, assim estavam recompensado seus antepassados, os mesmos presentes e futuras gerações da câmara pelos atos e ações desenvolvidas na "continua guerra e conquista" em que se tem sido feita contra o gentio tapuya. E diante de todas a defesa que esses homens teriam proporcionado ao defender a capitania e demais membros, e com a conjunta despesas e perdas em que se houveram. E pela excelência na redução dos ditos bárbaros nas missões e pouco os que se rebelam ainda contra o governo temporal, Esse grupo da elite camarária queria ser recompensada por todos os atos, a fim de se diferenciar das demais câmaras do Brasil e dos grupos que vieram de fora para assistir a capitania, os devidos conflitos entre as tropas que vieram de foras, explicados no segundo capítulo.

Apesar da carta definindo o fim dos conflitos com os nativos, continuaram tendo algumas revoltas mesmo que reduzidas comparada com o final do século

XVII. Na carta dos oficiais da Câmara de Natal ao rei em junho de 1725, enuncia que tinha ordenado reduzir o Terço dos Paulistas, dado que naquele tempo "se achem os tapuyas, q ainda existem nesta cappnia sossegados e sem esperança de q neles ouvesse infedilidade darão a V Magde conta justamente, de q antes caresião ser destruídas, q conservadas; o q assim tera, se como então existisse esta capitania na boa paz". Mesmo que estivessem "sossegados" e na esperança de que não fossem ocorrer mais infidelidades pelos tapuyas, a câmara pedia um exército interno para socorrer a capitania não só dos nativos, como dos inimigos, não podendo a fortaleza no caso dos Reis Magos desprotegida dos ataques bélicos. Posteriormente nas décadas que seguem depois de 1720, um novo capítulo é traçado sobre a guerra e a capitania, bem como os espaços são modificados. Como a todo tempo reafirmo a posição dessa guerra que se configurava aos atos propostos e necessárias ações que fossem pedidas.

Considerações Finais

Convém é pensar toda a dinâmica e mecanismos utilizados na luta armada

entre lusos e originárias, numa completa luta por sobrevivência e poder, onde esses povos lutaram e resistiram em oposição a esses dominadores e colonizadores. A todo desenrolar da "Guerra dos Bárbaros" percebemos as inúmeras investidas dos colonizadores portugueses em acalmar, educar, catequizar e amansar esses indivíduos do sertão que estavam situados na Ribeira do Açu que eram considerados animais rebeldes, bárbaros e selvagens, pela cultura e costume divergente dos modos europeus aos quais os lusitanos eram emoldurados e que necessitavam a todo custo aniquilar e conquistar. Isto posto pela necessidade de alcançar novos territórios e dominar etnias ao seu favor, fazem uso dessas sociedades ameríndias instaladas na América Portuguesa, com o propósito de controlar esses sujeitos, obter mão de obra escrava e aliada na defesa da colônia contra os inimigos e para a prosperidade e produção com a ajuda de tropas militares vinda de fora como é o caso dos paulistas.

Dito isso, pensamos, analisamos e reafirmamos por meio das fontes e escrita dessa pesquisa que como verificado desde a criação das missões religiosas na qual reunia as individualidades cercada por cada um daquelas pessoas, a fim de se obter a mão de obra na defesa dos espaços coloniais portugueses e nos serviços a serem prestados aos moradores, nos acordos de pazes feitos com os indígenas, a legislação indigenista criada com o intuito de assegurar direitos, cargos e mercês a essas pessoas, encaminham-se para ações e diligência para acabar com a guerra contra esses grupos e exterminar esses bárbaros dos sertões, com o objetivo deixar esses espaços propícios para a instalação de fazendas, recepção de moradores e a vital fixação da coroa portuguesa naquela área.

Neste sentido, o "fim" já determinado na historiografia faz mais sentido em uma interpretação teleológica. Quando, na verdade, no decorrer da guerra, várias tentativas de pacificação ou extermínio foram impetradas, independente das vontades da Coroa e das autoridades das capitanias do Norte, o avanço para os sertões não foi um caminho contínuo de batalhas vencidas nos exércitos da Coroa. Assim, possíveis fins da guerra foram impostos e negociados, seja pelas políticas de acordo de paz,

pelos ataques indígenas às cidades, vilas e fazendas, ou pela violência colonial. Nesse sentido, o trabalho segue analisando esses elementos da guerra e essas fraturas no avanço da Coroa para os sertões, que indicam que o fim determinado pela Câmara do Natal na década de 1720 não foi a primeira tentativa de congelar o conflito.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Júlio César Vieira de. **Para que enfim se colonizem esses sertões:** a Câmara de Natal e a Guerra dos Bárbaros (1681-1722). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História. Natal - RN, p. 244, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/24279/1/JulioCesarVieiraDeAlencar_DISSERT.pdf. Acesso em: 05 de dez. de 2023.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **A atuação dos indígenas na História do Brasil:** revisões historiográficas. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 37, nº 75, p. 1-22, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbh/a/b7Z47VbMMmvPQwWhbHfdkpr/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 10 de nov. de 2023.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil no século XIX**: da invisibilidade ao protagonismo. Revista História Hoje, Niterói – RJ, v. 1, nº 2, p. 21-39, 2012. Disponível em: https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/39. Acesso em: 12 de dez. de 2023.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas:** identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013. p. 352.

AMADO, Janaína. **Região, Sertão, Nação.** Estudos UJ.slóricos, Rio de Janeiro, V. 01. 8, n. 15, 1995, p. 145-151. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1990. Acesso em: 20 de out. de 2023.

BARBOSA, Kleyson Bruno Chaves. **A CÂMARA DE NATAL E OS HOMENS DE CONHECIDA NOBREZA:** Governança local na Capitania do Rio Grande (1720-1759). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Natal, p. 323, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/25150. Acesso em: 27 de abr. de 2024.

BARBOSA, Lívia Brenda da Silva. **Das ribeiras o tesouro, da receita o sustento:** a administração da Provedoria da Fazenda Real do Rio Grande (1601-1723) . 1. ed. Natal: EDUFRN, 2021. p. 285. Disponível em: file:///C:/Users/adria/OneDrive/Imagens/DasRibeirasoTesouroDaReceitaoSustento_Barbosa_2021.pdf. Acesso em: 15 de maio de 2024.

BARBOSA, Lívia Brenda da Silva. O financiamento da "Guerra dos bárbaros": apontamentos sobre guerra e fiscalidade no Rio Grande (c. 1680-1720). **Anais do VIII Encontro de Pesquisa em História da UFMG,** Belo Horizonte, p. 11, maio, 2019. Disponível em: file:///C:/Users/adria/OneDrive/Imagens/Anais_VIII_Encontro_de_Pesquisa_em_Histo.pdf. Acesso em: 17 de jun. de 2024.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos Índios no Brasil**. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura : FAPESP, 1992.

LEITE, Ristephany Kelly da Silva. **O regresso dos Paiaku**: deslocamentos e agências indígenas entre as Capitanias do Rio Grande do Norte e Ceará (1700-1768). 2020. 152f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal - RN, p. 153, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/30721/1/OregressodosPaiaku_Leite_2020.pdf. Acesso em: 03 de out. de 2023.

LEITE, Ristephany Kelly da Silva. **Territorialidades indígenas: Paiacú e Caboré na Ribeira do Apodi.** RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, V. 06, ed. especial, p. 12, mar. 2020. Disponível em: https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/1809. Acesso em: 30 de maio de 2024.

MAIA, Lígio de Oliveira. **Manuscritos Ultramarinos para a história colonial do Rio Grande do Norte.** 1. ed. Natal: EDUFRN, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/55054. Acesso em: 16 de nov. de 2023.

MORAIS, Ana Lunara da Silva. **Entre veados, Carneiro e formigas conflito pela posse de terra na ribeira do Ceará-Mirim, e concepções de mentalidade possessória, 1725 – 1761.** Natal, RN : EDUFRN, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/47109/1/EntreVeadosCarneiroeFormigas_Morais_2022.pdf. Acesso em: 25 de março de 2024.

ENTREVISTA

https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID39009

ENTREVISTA

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade,

Entrevista com a professora Dra. Ana Maria Veiga[128]

Entrevista concedida à

Gilson Mateus Pinto Junior[129]

Yasmim Azevedo da Silva[130]

Entrevista realizada presencialmente em:

24 de outubro de 2024.

Gilson Mateus (Espacialidades): Boa tarde, professora. Meu nome é Gilson Mateus e somos mestrandos em História pela revista *Espacialidades*, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História. A temática da nossa entrevista é intitulada *20 anos de História: desafios ao ofício do historiador na contemporaneidade*. Gostaríamos de iniciar a entrevista pedindo que a senhora comentasse um pouco

[128] Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, com pós-doutorado em Ciências Humanas também pela UFSC. Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. Presidenta da Associação Nacional de História (ANPUH) - biênio 2023-2025. Lattes: http://lattes.cnpq.br/5507849878186996.

[129] Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestrando em História pelo Programa de pós-graduação em História, campus Central, da mesma universidade de formação. Bolsista CAPES. Integrante do Laboratório de Experimentação em História Social (LEHS/UFRN). Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/7371580681147910. Email: gmateus2018@gmail.com.

[130] Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio Grande Norte. Mestranda em História pelo Programa de Pós-graduação em História, campus Central, da mesma universidade de formação. Bolsista CAPES. Integrante do Laboratório de Experimentação em História Social (LEHS/UFRN). Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/4730405468305308. Endereço de e-mail: yasmim.silva.700@ufrn.edu.br/ yasmimazevedods@gmail.com.

sobre como percebe, diante do contexto atual que estamos vivendo, o avanço da extrema-direita no Brasil e no mundo, de maneira geral. Como a senhora interpreta o papel da História e a importância do ofício do historiador nesse cenário socioeconômico e político tão complexo?

Ana Maria Veiga: Essa entrevista está sendo gravada no dia dos professores, o que acho importante frisar. A História, como vocês mencionaram, está sendo constantemente atacada por governos de direita e extrema-direita, porque o trabalho do historiador é justamente buscar os fatos e fazer uma representação fiel desses fatos. O fato é o nosso guia, o alicerce do nosso trabalho. Quando um governo de extrema-direita assume o poder, a primeira coisa que ele faz é tentar reverter as visões históricas que não o beneficiam. Então, o papel da História, nesse contexto de ascensão da extrema-direita, é o de resistência. A luta pela História é constante, como diria o Pedro. Isso também destaca a relevância do nosso papel, da nossa profissão. O nosso grande papel é continuar buscando, da melhor forma possível, uma interpretação verossímil e verdadeira dos fatos, mais do que uma "verdade" simples, pois a verdade é muito mais complexa do que muitos pensam. Nosso papel é resistir, estar na sala de aula, produzir material e questionar as versões que a direita quer impor, criando uma visão distorcida da História, que podemos chamar de *fake news*. Essa tentativa de criar uma historiografia de direita, distorcendo os fatos, é parte de um processo mais amplo de desinformação.

Gilson Mateus (Espacialidades): Acredito que sua resposta já dialoga com a próxima questão, que trata exatamente do papel da ANPUH Brasil, a Associação Nacional dos Professores de História, que historicamente se constituiu como uma instituição excludente, inicialmente voltada para professores universitários, mas que, ao longo do tempo, começou a incluir também os profissionais da educação básica. Com a emergência da História pública, que visa socializar o conhecimento histórico, gostaria que a senhora comentasse sobre esse processo de construção e divulgação do conhecimento histórico como uma estratégia para combater a desinformação,

que tem dado espaço para o avanço das fake news e, consequentemente, da extrema-direita.

Ana Maria Veiga: A Associação Nacional de História, a ANPUH Brasil, foi criada em 1961 como uma associação de professores universitários, mas ao longo do tempo foi incorporando as demandas de diferentes profissionais, incluindo professores do ensino básico. Durante a ditadura, por exemplo, foram os estudantes que pressionaram a ANPUH a se posicionar politicamente, e hoje somos, em grande parte, constituídos por profissionais da educação básica. A nossa principal luta hoje é pela educação básica de qualidade, sem deixar as outras áreas de lado. Quanto à História pública, ela sempre existiu, mas foi nas últimas décadas que passou a ser teorizada como uma modalidade de conhecimento que vai além das escolas e universidades. No entanto, a extrema-direita também usa a História pública, mas com uma perspectiva distorcida, pois a História pública não é produzida por historiadores. Ela é aquela que constrói a consciência histórica nas pessoas, desde suas casas, suas formações e grupos sociais. Um exemplo recente disso é a tentativa de desqualificar a Lei Maria da Penha, dizendo que Maria da Penha mentiu sobre a violência sofrida, o que é uma completa inversão dos fatos. Esse tipo de informação se espalha rapidamente nas redes sociais e muitas pessoas acabam acreditando, criando uma visão histórica equivocada. Então, quando falamos de História pública, precisamos pensar em como chegar até as pessoas, até as redes sociais, usando a criatividade. Não há um modelo único, mas sim um trabalho contínuo de resistência, dentro e fora da sala de aula. O historiador tem que pensar em como produzir conhecimento que alcance as pessoas de uma forma relevante e que contraponha as narrativas distorcidas da extrema-direita.

Yasmim Azevedo (Espacialidades): As questões estão bastante conectadas com as falas da senhora. A próxima pergunta aborda exatamente essa atuação dos profissionais, considerando o pilar da universidade, que não separa a pesquisa da prática do ensino. Como a senhora avalia, dentro do contexto atual, o papel dos

historiadores e dos profissionais de História na formação de sujeitos que possam se posicionar ativamente na sociedade, especialmente em um momento de avanço da extrema-direita? Como podemos, como historiadores, contribuir para a formação crítica de nossos alunos?

Ana Maria Veiga: Acho que devemos nos apropriar de todas as ferramentas disponíveis, desde a inteligência artificial até a linguagem dos alunos, que pode variar conforme o contexto. Se a turma se interessa por música, por exemplo, podemos usar o rap ou o funk como recursos didáticos. Falo aqui como professora, não como presidente da Ampo. A sala de aula é um espaço de conquista, e não podemos chegar com uma mentalidade colonizadora, achando que estamos ali apenas para ensinar. O aprendizado não acontece dessa maneira. Quando conseguimos conquistar a confiança dos alunos, eles começam a perceber que também têm algo a ensinar, e não é o senso comum, mas o melhor de sua experiência e do que têm aprendido. A comunicação precisa ser verdadeira, para que a aula tenha sentido. À medida que a relação de confiança é estabelecida, é possível adaptar o conteúdo ao que está acontecendo no cotidiano dos alunos e trazer a história de maneira que toque suas realidades. No contexto da universidade, a situação é mais rígida, mas também é necessário repensar as práticas pedagógicas e os planos de ensino. Por exemplo, como incluímos temas sobre pessoas negras, indígenas, e outras questões sociais nas nossas aulas? Estamos tratando da realidade das pessoas que entram na universidade com novas demandas, querendo falar sobre suas vivências e suas comunidades. Isso muda a dinâmica da sala de aula. É preciso reconhecer que as cotas nas universidades transformaram a composição da sala de aula, e isso exige uma mudança de abordagem por parte dos professores.

Gilson Mateus (Espacialidades): A resposta foi excelente. A senhora traz uma questão muito relevante, que é a história da universidade como um espaço historicamente destinado à elite, e como as cotas vêm modificando esse cenário. Esses alunos que ingressam na universidade, especialmente aqueles que vêm das

cotas, trazem novas demandas. Gostaria que a senhora comentasse como avalia o papel dos historiadores na mobilização do conhecimento histórico como ferramenta para pluralizar esses espaços e fazer com que esses alunos se sintam pertencentes. Embora vivamos no mito da democracia educacional no Brasil, sabemos que a prática é bem diferente. Além disso, como instituições como a ANPUH pode contribuir para a implementação de novas políticas que promovam a inclusão e a diversidade dentro do ambiente acadêmico, permitindo que esses sujeitos historicamente marginalizados tenham voz nesses espaços?

Ana Maria Veiga: Sim, as universidades foram feitas para as elites, né? Eu até tenho textos nos quais falo sobre sujeitos imprevistos, né? Sujeitos e sujeitas, que a gente brinca um pouco com isso. São os "imprevistos" em sala de aula. Então, uma jovem mulher negra, ao chegar à universidade, rapidamente vai perceber que ela não é tão bem-vinda assim ali, né? Os olhares, a maneira como os colegas, às vezes até os professores, se dirigem a ela. A conformação racista da nossa sociedade vai se mostrar muito rapidamente. Onde é que essa jovem vai encontrar seu espaço? Provavelmente em um grupo de mulheres negras na universidade, que, hoje em dia, acho que não tem universidade que não tenha, né? Um grupo de mulheres negras. Ali, ela vai começar a fazer suas leituras. Não estou falando apenas das mulheres, mas também tem os neabis, tem os jovens homens que estão nessa situação. Essas leituras abrem janelas. Elas começam a ler Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro... Essa leitura interdisciplinar vai formar, como posso dizer, o embasamento teórico que vai ser constituído no grupo de militância. Isso vai ser levado para a sala de aula, vai ser levado para o debate, vai ser colocado como uma questão. E quando é que a gente vai falar sobre isso aqui? Ah, mas tem também essa outra questão. Então, essas pessoas começam a colocar demandas para professores e professoras, que acabam ou incomodando, ou precisam ser abordadas de alguma forma. Como é que eu vou orientar o trabalho desse aluno? Você vai ter que ler, vai ter que se informar, vai ter que estudar. Então, aí entra o que a Nilma Lino Gomes

chama de "movimento negro educador". Esse movimento é educador em vários sentidos, mas, na universidade, ele também vai se constituir dessa forma. Eu falei da universidade, mas também estou falando do ensino básico, porque essas questões vão chegar. Elas vão chegar no rap, vão chegar no funk, vão chegar nas questões de gênero, e vão ter que ser trabalhadas. Então, acho que isso é muito importante, para que, pelo menos, se perceba que tem algo a ser feito, que algo está mudando na universidade. E não adianta dizer que é identitarismo, porque essas pessoas têm o direito de levar suas histórias consigo. Isso é o que está acontecendo hoje. Na ANPUH, por exemplo, quero deixar claro que isso não é da nossa gestão, mas sim da gestão anterior, do nosso colega Valdeira Ujo, que preparou isso com a mudança do estatuto. Essa mudança nos fez chegar à primeira gestão com uma diretoria ampliada. Hoje, a nossa diretoria tem sete cargos fixos, entre eles a presidência e a tesouraria, além de outras secretarias, mas também onze diretorias adicionais. Uma delas é a diretoria de Equidade, Diversidade de Gênero e Pautas LGBTQI+, e a outra é a diretoria de Questões Étnico-Raciais e Pautas Antirracistas. Por meio dessas diretorias, se não existissem essas funções, teríamos que lidar com essas questões de outra forma, porque, afinal de contas, somos duas mulheres negras na presidência. Então, nós também trazemos um pouco dessa perspectiva. Essas diretorias nos ajudam a promover ações. Ações como lives, cursos de formação, que iniciamos em outubro e seguirão até maio, com cursos diversos. Não é só... E aqui também entra a visão de história pública. A gente tem a Marta Rová, na diretoria de História Pública e Cursos. Não só a Marta, mas também a Fabiola Sevilha, da UFRN, e o Ricardo Santiago, entre outros, que ajudam a pensar nessas possibilidades. E, na Diretoria de Pautas Antirracistas, temos a Fernanda Oliveira, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que é da Rede dos Trailers Negros. Já na diretoria de Equidade e LGBTQIA+, temos pessoas envolvidas com militância, como Elias Veras, Cida Brasez, Kleber Simões e Renata Melo. Essas diretorias foram inicialmente previstas para serem compostas por três pessoas, mas foram agregando mais, porque duas da gestão anterior também quiseram ficar como apoio. Eu

também participo dessas construções. Além disso, temos a Janaína Guimarães, da OPE. Enfim, depois posso passar os nomes corretamente, se precisarem.

O que quero dizer com isso é que, com essa estrutura, a gente vai pensando em ações possíveis. Desde cursos até lives, até intervenções em estados também. Nossa vida não é apenas essa; a gente precisa pensar em como nos mobilizar. Às vezes, isso surge por demanda, como quando acontece algo e decidimos responder de determinada forma. Ou, quando não há nada acontecendo, pensamos: o que vamos fazer? Vamos criar um curso? Uma live? O que podemos fazer? Como vamos levar a história pública mais perto da comunidade e de outros espaços? Uma das ações que já iniciamos, e vou falar sobre isso na conferência, é a modificação do nosso site. Porque, hoje, as pessoas estão conectadas à internet, buscando elementos, por exemplo, para usar no trabalho em sala de aula, no ensino básico. Estamos alterando o site para tornar isso possível, incluindo um espaço de história pública dentro do site da ANPU, o "História Aberta". Então, as demandas chegam pelas várias frentes e a gente vai lidando com elas. Não sei se faltou alguma parte da pergunta.

Gilson Mateus (Espacialidades): E, exatamente, falando dessa pauta que a senhora mencionou, existe uma outra pauta que é muito latente, que é a questão da história ambiental. E, diante desses desastres ambientais globais, o Brasil passou por muitos, os Estados Unidos estão enfrentando, a Europa e a Ásia também... Os cinco continentes têm vivido cataclismos ambientais. Muitos desses desastres não são acidentais, são crimes ambientais, frutos de processos humanos. A partir disso... temos essas pautas democráticas, as pautas de gênero, e também a pauta ambiental tem ganhado destaque nas discussões históricas.

Yasmim Azevedo (Espacialidades): Que, na verdade, não deixa de ser uma questão social também.

Gilson Mateus (Espacialidades): Exatamente, a próxima pergunta dialoga com isso. Como a senhora percebe o papel da história e o conhecimento histórico

nas discussões sobre esses cataclismos climáticos que têm assolado a humanidade? Sabemos que os seres humanos, a partir de seus recortes étnico-raciais, de gênero e socioeconômicos, são afetados de maneiras diferentes. Não são todos afetados da mesma forma, como no caso das enchentes no Sul do Brasil, por exemplo. Então, qual é o papel da história e do conhecimento histórico nas discussões sobre essas demandas da história ambiental?

Ana Maria Veiga: Aproveito para falar um pouco sobre os GTs, né, os Grupos de Trabalho. Os GTs, no meu entendimento, são o coração da ANPU, pois são reuniões em torno de temáticas específicas, e muitas vezes isso gera movimentos políticos, né? Um dos GTs que tem se consolidado e crescido muito nos últimos anos é o GT de História Ambiental. O coordenador atual é o Ojoa Planovics, do Paraná. O que quero dizer é que estamos vivendo um momento na história do Brasil, e isso volta, né? Não queremos ficar presos a essa pauta, mas é impossível não relacionar com a ascensão da extrema direita, que não apenas permitiu, mas incentivou que a situação chegasse a esse ponto. Tenho viajado para encontros estaduais e estive em Campo Grande, Marabá e Manaus, todas essas cidades cobertas pela fumaça, com as pessoas sofrendo de maneiras diversas, de acordo com suas possibilidades sociais. Sofrendo as consequências de incêndios criminosos, em um momento de seca absoluta, com os rios baixos. Em Marabá, participei de uma mesa e, depois, fiz uma conferência sobre meio ambiente. Eles estavam discutindo como a floresta é destruída para expandir a criação de gado e o cultivo de soja, usando agrotóxicos em vastos territórios brasileiros. Então, volto a dizer que o papel da história é o papel da resistência, né? Esses GTs vão discutir tudo isso. A pergunta é: vamos nos render ao pessimismo ou vamos fazer algo a respeito? E aí, todos compartilham ideias, se unem, tentando trabalhar junto com os movimentos sociais. Porque apenas da academia, apenas da sala de aula, não conseguimos fazer muita coisa diante de um problema tão grande como a questão ambiental. Então, acho que a chave é se conectar com os movimentos sociais, aprender com eles e, no mínimo,

contribuir com o que pudermos. Estamos nas frentes políticas, buscando pautas para a comunidade historiadora. Durante nossa gestão, tivemos que ir para reuniões com ministérios, por exemplo, atrás dessas pautas. Isso é o que temos feito, e o GT de História Ambiental está incorporando essa grande luta também. Muitas pessoas desse GT estão envolvidas com movimentos sociais. Quando você vai a um lugar, não está apenas fazendo pesquisa, você está construindo uma relação, se tornando conhecido e, muitas vezes, é um lugar onde você mora. Nos aproximamos dessas pessoas e também nos envolvemos nas lutas e mobilizações deles. O que vamos conseguir? Não sabemos, mas o nosso papel é estar na luta. Com certeza, isso não se limita à sala de aula.

Yasmim Azevedo (Espacialidades): Para encerrar a nossa entrevista, uma última pergunta que pensamos, não exatamente uma pergunta, mas uma mensagem que a senhora gostaria de deixar para as pessoas que estão se formando ou que já se formaram em História. Recentemente, saiu um resultado de uma pesquisa feita pelo Instituto Semestre, que mostra que cerca de 31% das pessoas formadas em História não estão empregadas, enquanto 36% estão trabalhando em áreas que não têm relação com a sua formação. Ou seja, vemos que há uma certa problemática de inserção no mercado de trabalho desses profissionais. E considerando também todo o contexto político, social e econômico que temos vivido, especialmente nas últimas duas décadas, e com uma intensidade maior na última, qual mensagem a senhora gostaria de deixar para esses profissionais da História, para os historiadores e professores?

Ana Maria Veiga: Olha, é complexo, né? Mas assim, no meu entendimento, a gente continua vivendo um momento em que a História é algo... e a gente está falando de um Congresso Nacional, a gente está falando da ascensão dessa direita, que é quem tem dinheiro para mobilizar alguma coisa, a gente está falando do momento em que crescem os cursos de direita, de licenciatura em História, por instituições de direita. A gente está falando da expansão absurda do ensino à

distância para licenciatura em História. A gente tem estado em contato com o MEC, tem feito as nossas reuniões, as nossas cobranças, nesse sentido também, fazendo dossiês para aprovar que aquela instituição está ligada a determinado grupo de direita, né? Mas assim, o que eu quero dizer com isso? Houve essa ênfase na História, mas e os outros cursos? Como é que estão também diante disso, né? A História ainda é um alvo, mas a gente está vivendo um momento no Brasil inteiro, que é um momento do que se chamou de "uberização", né? A uberização é aquilo, as pessoas se formam em outras áreas e aí elas vão ser motoristas de aplicativo, entregadores de iFood... Não queria falar a marca, mas enfim... A marca deles é Uber, né? Então, a uberização é o que vem sendo discutido, né? Muita gente se forma e não está trabalhando na sua área, e isso não está acontecendo só na área de História. Então, dentro desse campo, o que a gente tem feito? O que a gente consegue? A gente tem tentado brigar pela própria História, pela disciplina. A gente tem brigado pela profissão, pelo aumento de espaços para que as pessoas possam trabalhar, não só em sala de aula, mas também em outras profissões. E abrindo espaço para a regulamentação da profissão de historiador e historiadora, que aconteceu em 2020, mas que só agora estamos batendo de porta em porta para, de fato, a profissão começar a ser reconhecida, porque é isso. Você tem que chegar no lugar com a lei na mão e dizer: "Olha, aqui tem que ter historiador nessa função". Isso aqui, por exemplo, é um concurso que precisa ser feito para pessoas formadas em História, seja licenciados ou bacharéis, né? E aí, legalmente, você pode assinar esse concurso, você pode entrar com recurso, contra a guia digital. Então, estamos estimulando que isso aconteça. Por outro lado, estamos acolhendo demandas de pessoas que são perseguidas em sala de aula por darem aulas de História, não na visão cristã e terraplanista que essa extrema direita espera, mas na visão de quem é formado para isso, né? Então, que essas pessoas, se o sonho delas, enquanto historiador ou professor de História, não desistam desse sonho. Porque, assim, a gente ainda está vivendo com muita força o rescaldo de todo o estrago feito por esse governo anterior, o governo federal anterior, né? Então, não é de uma hora

para outra que as coisas se recuperam. E às vezes é muito difícil, quando temos um Congresso Nacional que ainda não é favorável, e é... como posso dizer... e é, não diria favorável, mas está em prol da colonização, que é o que vivemos desde 1500, né? O período colonial terminou, mas a colonialidade continua e ela está aqui nos nossos dias. E como diria lá Aníbal Quijano, essa colonialidade é do poder, né? Em termos econômicos e políticos, mas também é do saber, está nas universidades e nas escolas. E ela é do próprio ser, que é quando a gente entra nesse estado de ter que assumir qualquer trabalho, mesmo sendo formado, de ter que passar por essa mobilização e tudo mais. Mas que as pessoas não desistam e não percam as oportunidades que aparecerem, sabe? Porque é isso. O que eu espero é que possamos nos unir, ter esperanças, e busquem a ANPU quando tiverem algum problema com o edital de concurso, porque não estamos aqui para ser mais uma associação elitizada. Somos uma grande equipe hoje que trabalha pelas pessoas que são associadas, pelas pessoas que são do canto da História. Então, vamos juntos, porque em algum momento, esse sonho acontece. E as utopias têm que ser reinventadas. Elas não podem ficar no passado, nem apenas nas visões marxistas. Se bem que a utopia marxista é uma utopia da praxis, mas ela tem que ser reinventada, vivida a cada dia. *Faz um parêntese na sua última parte, tira o marxista, que vou arrumar. Olha, minha cabeça.*

Gilson Mateus (Espacialidades): Muito obrigada pela disponibilidade, agradeço em nome de todo o corpo editorial da Revista de Facilidade e no nome da professora Fabiula, editora-chefe. Estamos muito felizes em receber a senhora aqui, foi um prazer.

Ana Maria Veiga: Eu adoro falar com o estudante, estar em sala de aula, estar junto com o estudante, para mim é a melhor parte dessa carreira. Foi um prazer, uma verdadeira aula escutar a senhora.